

Paula Sofia dos Reis Amaral

Turismo, Planeamento e Desenvolvimento Regional

Estratégias de Intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal

Tese de doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura, ramo de Turismo e Desenvolvimento, orientada por Professor Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás e coorientada por Professora Doutora Maria da Saude Rodrigues Colaço Baltazar e apresentada ao Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

setembro 2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

Turismo, Planeamento e Desenvolvimento Regional
Estratégias de Intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Tese de Doutoramento
Título	Turismo, Planeamento e Desenvolvimento Regional – Estratégias de Intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal
Autor	Paula Sofia dos Reis Amaral
Orientador	Professor Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás
Coorientadora	Professora Doutora Maria da Saudade Rodrigues Colaço Baltazar
Identificação do Curso	Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura
Área científica	Turismo e Lazer
Especialidade	Turismo e Desenvolvimento
Data	2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

AGRADECIMENTOS

A concretização de um trabalho como aquele que agora apresentamos é um empreendimento que ultrapassa em larga medida a dimensão pessoal. Esta dissertação resulta também muito de uma rede de contributos individuais e institucionais ao longo dos últimos anos, pelo que quero deixar o meu profundo agradecimento.

Ao meu orientador, Professor Doutor Paulo de Carvalho a quem tenho que agradecer não só pela disponibilidade que apresentou para me orientar cientificamente como também o acolhimento, confiança e incentivo à temática em questão, assim como as suas valiosas sugestões e críticas.

À Professora Doutora Saudade Baltazar, minha coorientadora pela superior orientação, pelos excecionais ensinamentos, sugestões, conselhos, confiança e incentivo que em mim depositou. Sem a sua amizade e apoio teria sido, sem dúvida, bastante mais difícil realizar todo o percurso formativo ao longo da última década e meia.

Aos especialistas/académicos consultados no âmbito deste trabalho, pelos seus conhecimentos, experiências, opiniões, sugestões e críticas, os quais permanecem em anonimato.

Aos visitantes, neo-rurais, população local das doze Aldeias Históricas de Portugal, mas também aos informantes-chave das diversas entidades locais, regionais e nacionais com ligação direta e indireta ao sistema em estudo, pela receptividade demonstrada em colaborar e assumirem o papel de investigadores, sem os quais não seria possível cumprir com os objetivos desta investigação. A todos agradeço o tempo, a atenção, a partilha e a amizade.

À equipa de Coordenação Interdisciplinar para a Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, que enquadra a minha atividade profissional, na pessoa do Professor Doutor João Alves e do Professor Doutor Paulo Brito pela solidariedade e apoio prestados ao libertarem-me de algum tempo, para poder concluir esta dissertação. Uma palavra de agradecimento muito especial à minha colega Catarina Dias, pela sua amizade, compreensão, paciência, apoio e incentivo, de diversas formas, para realização deste trabalho.

À Dr.^a Isabel Boura, Coordenadora Técnica do Programa Aldeias Históricas de Portugal (1996-1999) e Coordenadora das Aldeias Históricas de Portugal (2000-2010), que

partilhou comigo informações dos Planos de Aldeia e do investimento realizado, assim como a sua experiência na coordenação desta iniciativa piloto.

Às(aos) amigas(os) Ângela, Carlos, Catarina, Cristina, Elisabete, Filipa, Helena, Manuela, Natércia e Paulo, agradeço o incondicional apoio e incentivo ao longo deste percurso.

Aos meus pais e irmã, agradeço o estímulo e compreensão para as minhas ausências, sobretudo nos momentos mais críticos deste trabalho.

Por fim, mas sempre em primeiro lugar os meus queridos sobrinhos, Bruno e Inês, sem dúvida as pessoas que partilharam as palavras mais inocentes, mas ao mesmo tempo mais sábias e reconfortantes nos momentos mais difíceis, aos quais dedico este trabalho.

RESUMO

Este trabalho de investigação incide sobre a necessidade de produzir um conjunto de novos contributos teóricos para o estudo do turismo, não só a nível da teoria geral dos sistemas e dos modelos de planeamento, como também evidenciar as potencialidades das metodologias prospetivas no turismo e nos processos de desenvolvimento regional e planeamento estratégico participado, num contexto territorial específico que é a Rede das Aldeias Históricas de Portugal. Neste sentido, a investigação apoia-se num quadro teórico centrado nos conceitos e perspetivas teóricas sobre desenvolvimento regional, sistema turístico e planeamento estratégico territorial, para compreender a trajetória do território no contexto das políticas públicas de desenvolvimento regional, apresentando e partilhando os contributos teóricos de diversos autores, e elegendo o método dos cenários como metodologia orientadora da abordagem empírica.

A estratégia metodológica centra-se no que podemos designar de um pluralismo metodológico, resultante da combinação de métodos quantitativos e qualitativos, sendo de destacar a sua utilização no quadro da investigação-ação que sustenta a análise estratégica. A mobilização e participação dos visitantes, comunidade local, entidades públicas e privadas no processo de desenvolvimento, característica diferenciadora da prospetiva, permitiu aos atores contribuir com propostas de intervenção para a operacionalização do sistema turístico. Este exercício foi realizado através da aplicação de um inquérito por questionários aos visitantes, neo-rurais e informantes-chave e realização de entrevistas aos especialistas, sessões de *focus group* à população local e aos especialistas. Com base na informação recolhida procedeu-se à elaboração das três fases da principal etapa do método dos cenários – “construção da base” –, com a delimitação do sistema, determinação das variáveis principais através da análise estrutural e análise estratégica de atores.

As principais conclusões desta investigação revelam um sistema instável, não apenas do ponto de vista das principais variáveis que condicionam a dinâmica do sistema como também pelos principais atores simultaneamente muito influentes e muito dependentes. Face a isto, concluímos com base nas estratégias de intervenção dos atores que a operacionalização do sistema carece da adoção de um novo modelo de governança para incorporar as diferentes estratégias no domínio do turismo, políticas públicas, património arquitetónico e imobiliário, dinâmicas territoriais e no domínio sociodemográfico.

Palavras-chave: sistema turístico, desenvolvimento regional, planeamento, prospetiva, Rede das Aldeias Históricas de Portugal.

ABSTRACT

This research is focused on the need to produce a set of new theoretical contributions for the study of tourism, in a specific territorial context that is the Network of Historical Villages of Portugal. These contributions are thought at the general systems theory level and planning models, also meant to highlight the potential of prospective methodologies in tourism and regional development processes and in participated strategic planning. In this sense, the research is based on a theoretical framework focused on concepts and perspectives on regional development, tourism system and territorial strategic planning. It is intended to understand the territory path in the context of regional development public policies. Theoretical contributions of several authors are presented and shared, and the scenario method was chosen as the guiding methodology for the empirical approach.

The methodological strategy is focused on what we can call a methodological pluralism, resulting from the combination of quantitative and qualitative methods, highlighting its use within the framework of action research, that underpins the strategic analysis. The mobilization and participation of visitors, of the local community, of public and private entities in the development process -what is a distinguishing characteristic of the foresight-, allowed the actors to contribute with intervention proposals to make the touristic system more operative. This was done through the application of a questionnaire survey to the visitors, to neo rural and key informants, through expert interviews, and focus group sessions with the local population and specialists. Based on the information gathered, the three main stage phases of the scenario method were elaborated -"the base construction"-, with the system delimitation, the main variables determination through the structural analysis, and strategic analysis of the actors.

The main conclusions of this research reveal an unstable system, not only from the point of view of the main variables which condition the system dynamics, but also by the main actors, both very influential and highly dependent. In this context, and based on the intervention strategies of the actors, we conclude that the system operationalization requires the adoption of a new governance model, to incorporate the different strategies in the field of tourism, public policies, architectural and real estate assets, territorial dynamics and in the sociodemographic domain.

Keywords: tourism system, regional development, planning, prospective, Portuguese Historical Villages Network

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	V
RESUMO	VII
ABSTRACT	IX
ÍNDICE GERAL	XI
ÍNDICE DE FIGURAS	XV
ÍNDICE DE QUADROS	XVII
LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS	XIX
INTRODUÇÃO	23
PARTE I – DESENVOLVIMENTO EM TERRITÓRIOS RURAIS DE BAIXA DENSIDADE	33
1. DESENVOLVIMENTO: PROBLEMÁTICA, TEORIAS E MODELOS DE DESENVOLVIMENTO	35
1.1. CONTROVÉRSIAS EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO	35
1.2. MODELOS ECONÓMICOS DO CRESCIMENTO E DO DESENVOLVIMENTO	40
1.2.1. <i>A escola clássica</i>	40
1.2.2. <i>A escola neoclássica</i>	44
1.2.3. <i>O modelo de Schumpeter</i>	45
1.2.4. <i>Os modelos Keynesianos</i>	46
1.2.5. <i>Os modelos de crescimento endógeno</i>	48
1.2.6. <i>O novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno e participativo</i>	50
1.3. DESENVOLVIMENTO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL.....	54
1.4. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS CONCEPTUAIS DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	58
1.4.1. <i>Espaço e território</i>	59
1.4.2. <i>Conceito de região</i>	61
1.4.3. <i>Participação e empowerment</i>	64
1.5. TERRITÓRIOS RURAIS DE BAIXA DENSIDADE: UMA PERSPETIVA DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL POLICÊNTRICO	67
1.6. AS POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONAIS	78
1.6.1. <i>As políticas públicas regionais no contexto dos territórios rurais na União Europeia</i>	81
1.6.2. <i>As políticas públicas regionais no contexto dos territórios rurais de baixa densidade em Portugal</i>	89
1.7. PARCERIAS TERRITORIAIS: NOVAS FORMAS DE GOVERNANÇA EM REDE	100
1.8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
2. O LAZER E O TURISMO EM TERRITÓRIOS RURAIS DE BAIXA DENSIDADE	111
2.1. PERCURSO HISTÓRICO DAS VIAGENS E DO TURISMO	111
2.1.1. <i>O lazer e o turismo: principais questões conceptuais</i>	121
2.2. O TURISMO ENQUANTO SISTEMA TURÍSTICO: PRINCIPAIS MODELOS CONCEPTUAIS	130
2.2.1. <i>Caracterização da procura e da oferta turística</i>	144
2.2.2. <i>Produtos turísticos</i>	151
2.3. NECESSIDADES E MOTIVAÇÕES DO NOVO TURISTA	156
2.4. NOVOS PRODUTOS E NOVOS DESTINOS TURÍSTICOS: O PAPEL DAS REDES NO DESENVOLVIMENTO DE DESTINOS RURAIS	164
2.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
3. O PLANEAMENTO ESTRATÉGICO TERRITORIAL PARTICIPADO COMO INSTRUMENTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	171
3.1. CONCEITOS GERAIS, DEFINIÇÕES E TIPOLOGIAS DE PLANEAMENTO	171
3.2. DO PLANEAMENTO TRADICIONAL AO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO: O PERCURSO EVOLUTIVO DO PLANEAMENTO TURÍSTICO.....	178

3.3. O PLANEAMENTO ESTRATÉGICO TERRITORIAL: O MODELO CLÁSSICO E O MODELO INTERACIONISTA	191
3.3.1. <i>O território como espaço de ação coletiva: o papel dos atores nos processos de planeamento estratégico territorial</i>	199
3.4. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM TERRITÓRIOS RURAIS: CONTRIBUTOS DO(S) NOVO(S) MODELO(S) DE PLANEAMENTO TURÍSTICO	206
3.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
PARTE II – ENQUADRAMENTO EPISTEMOLÓGICO E METODOLÓGICO.....	219
1. PERCURSOS, APLICAÇÕES E DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS DE PROSPETIVA	221
1.1. ALGUNS DOS PRINCIPAIS CONCEITOS DA ANÁLISE PROSPETIVA	226
1.1.1. <i>Da previsão à prospetiva</i>	226
1.1.2. <i>Cenários</i>	227
1.1.3. <i>Incerteza</i>	229
1.2. AS CORRENTES DA ANÁLISE PROSPETIVA	231
1.3. CONTRIBUTOS, LIMITAÇÕES E CONSTRANGIMENTOS DA PROSPETIVA	234
1.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	237
2. O MÉTODO DOS CENÁRIOS: INSTRUMENTOS DA PROSPETIVA APLICADA.....	239
2.1. A ANÁLISE ESTRUTURAL	241
2.2. A ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DE ATORES	243
2.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	246
3. OS MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO	249
3.1. NATUREZA DO ESTUDO	250
3.2. AS TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS UTILIZADOS	260
3.2.1. <i>Análise documental</i>	260
3.2.2. <i>O inquérito por entrevista</i>	261
3.2.3. <i>O inquérito por questionário</i>	269
3.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	281
PARTE III – CARATERIZAÇÃO DA REDE DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL. 285	
1. DIAGNÓSTICO DO SISTEMA: REDE DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	287
1.1. DELIMITAÇÃO TERRITORIAL: A REDE DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	287
1.2. DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS E POVOAMENTO	288
1.3. EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO	303
1.4. DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS: EMPREGO E ESTRUTURA PRODUTIVA	312
1.4.1. <i>O desemprego no território das Aldeias Históricas de Portugal</i>	324
1.5. ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES.....	329
1.6. PATRIMÓNIO NATURAL E PAISAGÍSTICO E RECURSOS HÍDRICOS	338
1.7. PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARQUITETÓNICO E CULTURA	358
1.8. DINÂMICAS DO SISTEMA TURÍSTICO: ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL.....	371
1.8.1. <i>Oferta turística no território das Aldeias Históricas de Portugal</i>	371
1.8.2. <i>Procura turística no território das Aldeias Históricas de Portugal</i>	386
1.9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	406
2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA ANÁLISE RETROSPETIVA E ATUAL DA INICIATIVA ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	409
2.1. AS ORIGENS DA INICIATIVA ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	409
2.2. UM BALANÇO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO TERRITÓRIO DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	413
2.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	432
PARTE IV – ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PARA A REDE DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL.....	439

1. REDUÇÃO DA COMPLEXIDADE DO SISTEMA: ANÁLISE ESTRUTURAL	441
1.1. APRESENTAÇÃO DAS VARIÁVEIS RECENSEADAS	442
1.2. CONSTRUÇÃO DA MATRIZ DE ANÁLISE ESTRUTURAL	451
1.3. RESULTADOS DA ANÁLISE ESTRUTURAL	453
1.3.1. <i>Análise das influências diretas do sistema</i>	454
1.3.2. <i>Análise das influências indiretas do sistema</i>	470
1.3.3. <i>Comparação das classificações em motricidade/dependência dos dois sistemas: direto e indireto</i>	477
1.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	486
2. ANÁLISE ESTRATÉGICA DE ATORES	489
2.1. RECENSEAMENTO DOS PRINCIPAIS ATORES DO SISTEMA	490
2.1.1. <i>Desafios estratégicos e objetivos dos atores</i>	494
2.1.2. <i>Meios de ação dos atores</i>	498
2.1.3. <i>Obstáculos à concretização dos objetivos</i>	500
2.1.4. <i>Dependência dos atores</i>	502
2.2. AS RELAÇÕES DE PODER (INFLUÊNCIA/DEPENDÊNCIA) ENTRE OS ATORES	504
2.2.1. <i>Influências diretas e indiretas entre os atores</i>	505
2.2.2. <i>Relação de forças e posição relativa dos atores</i>	511
2.3. ESTUDO DO GRAU DE IMPLICAÇÃO DOS ATORES NA CONCRETIZAÇÃO DE OBJETIVOS	515
2.4. CONVERGÊNCIA DOS ATORES FACE AOS OBJETIVOS	520
2.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	523
3. ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PARA A REDE DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	527
3.1. PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO PARA A REDE DAS ALDEIAS HISTÓRICAS	527
3.2. RESULTADOS DA VALIDAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO	537
3.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	549
CONCLUSÕES	553
BIBLIOGRAFIA	563
FONTES	600
LEGISLAÇÃO	601
ANEXOS	605
ANEXO 1. GUIÃO DAS ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS AOS PERITOS	606
ANEXO 2. GUIÃO PARA O FOCUS GROUP – POPULAÇÃO DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	608
ANEXO 3. GUIÃO DE APOIO A SESSÃO DE FOCUS GROUP COM OS PERITOS	610
ANEXO 3.1. GRELHA DE ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PARA A REDE DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	619
ANEXO 4. INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS VISITANTES DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	622
ANEXO 4.1. QUESTIONNAIRE SURVEY TO VISITORS OF HISTORIC VILLAGES OF PORTUGAL	626
ANEXO 4.2. QUESTIONNAIRE D'ENQUETE AU VISITEURS DES VILLAGES HISTORIQUES DU PORTUGAL	630
ANEXO 4.3. CÁLCULO DO TAMANHO DA AMOSTRA PARA UMA POPULAÇÃO INFINITA – VISITANTES DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	634
ANEXO 4.4. LIVRO DE CÓDIGO DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS VISITANTES DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	637
ANEXO 5. INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS NEO-RURAIAS DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	664
ANEXO 5.1. LIVRO DE CÓDIGO DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIOS AOS NEO-RURAIAS DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	669
ANEXO 6. INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS INFORMANTES-CHAVE DA REDE DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	684
ANEXO 7. RESULTADOS DA ANÁLISE AO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS NEO-RURAIAS DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	694
ANEXO 8. RESULTADOS DA ANÁLISE DO FOCUS GROUP À POPULAÇÃO LOCAL DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	697

ANEXO 9. RESULTADOS DA ANÁLISE AO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS VISITANTES DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL.....	699
ANEXO 10. ANÁLISE ESTRUTURAL	710
ANEXO 11. ANÁLISE ESTRATÉGICA DE ATORES	712

Índice de Figuras

FIGURA 1 - CICLO VICIOSO DOS TERRITÓRIOS RURAIS DE BAIXA DENSIDADE	69
FIGURA 2 - SISTEMA URBANO, ACESSIBILIDADES E POVOAMENTO EM PORTUGAL CONTINENTAL.....	71
FIGURA 3 - O LADO VIRTUOSO DOS TERRITÓRIOS RURAIS DE BAIXA DENSIDADE	75
FIGURA 4 - RELAÇÕES ENTRE LAZER, RECREIO E TURISMO	123
FIGURA 5 - FORMAS E CATEGORIAS DE TURISMO	130
FIGURA 6 - MODELO DE SISTEMA TURÍSTICO, PROPOSTO POR LEIPER	134
FIGURA 7 - O SISTEMA FUNCIONAL DO TURISMO.....	135
FIGURA 8 - INFLUÊNCIAS EXTERNAS SOBRE O SISTEMA TURÍSTICO	135
FIGURA 9 - COMPONENTES DE UM PLANO TURÍSTICO.....	136
FIGURA 10 - SISTEMA DE TURISMO (SISTUR).....	138
FIGURA 11 - O SISTEMA TURÍSTICO	140
FIGURA 12 - SISTEMA FUNCIONAL DO TURISMO	142
FIGURA 13 - O CICLO DE VIDA DE UM PRODUTO	154
FIGURA 14 - ETAPAS DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO NO MODELO CLÁSSICO OU ORTODOXO.....	195
FIGURA 15 - ESQUEMA DO MODELO INTERACIONISTA DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO.....	197
FIGURA 16 - PRINCIPAIS FASES DO MÉTODO DOS CENÁRIOS SEGUNDO MICHEL GODET	240
FIGURA 17 - TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS UTILIZADAS, OBJETIVOS, ATORES E PERÍODO DE RECOLHA	280
FIGURA 18 - ENQUADRAMENTO REGIONAL DA REDE DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL.....	287
FIGURA 19 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO 2001-2011 (%) E DENSIDADE POPULACIONAL (2011), NAS ALDEIAS HISTÓRICAS, POR FREGUESIA.....	290
FIGURA 20 - ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO, EM 2001 E 2011, NAS ALDEIAS HISTÓRICAS, POR FREGUESIA.....	292
FIGURA 21 - POPULAÇÃO RESIDENTE NAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA (%), EM 2001-2011, POR FREGUESIA.....	296
FIGURA 22 - MOTIVAÇÕES DE MIGRAÇÃO DOS NEO-RURAIS PARA AS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	298
FIGURA 23 - EDIFÍCIO MUITO DEGRADADO NA ALDEIA HISTÓRICA DE BELMONTE (ESQUERDA) E COM NECESSIDADES DE REPARAÇÃO NA ALDEIA HISTÓRICA DE MONSANTO (DIREITA)	303
FIGURA 24 - POPULAÇÃO COM E SEM NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO (%), NAS ALDEIAS HISTÓRICAS (2001-2011), POR FREGUESIA	304
FIGURA 25 - TAXA DE ANALFABETISMO (%) NAS ALDEIAS HISTÓRICAS (2001-2011), POR FREGUESIA	305
FIGURA 26 - TAXA DE ANALFABETISMO SEGUNDO O SEXO NAS ALDEIAS HISTÓRICAS (%), POR FREGUESIA (2011)	306
FIGURA 27 - POPULAÇÃO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO (%), POR SEXO E POR GRUPO ETÁRIO (2011), NAS ALDEIAS HISTÓRICAS, POR FREGUESIA	309
FIGURA 28 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO (%), NAS ALDEIAS HISTÓRICAS, POR FREGUESIA.....	310
FIGURA 29 - POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SUPERIOR POR ÁREA DE ESTUDO (%) E SEXO, NAS ALDEIAS HISTÓRICAS (2011), POR FREGUESIA	311
FIGURA 30 - ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO ATIVA POR SEXO NAS ALDEIAS HISTÓRICAS (2011), POR FREGUESIA.....	314
FIGURA 31 - TAXA DE EMPREGO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA NAS ALDEIAS HISTÓRICAS (2001-2011), POR FREGUESIA.....	315
FIGURA 32 - TAXA DE EMPREGO POR GRUPOS ETÁRIOS E SEXO NAS ALDEIAS HISTÓRICAS (2011), POR FREGUESIA.....	316
FIGURA 33 - POPULAÇÃO EMPREGADA SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE NAS ALDEIAS HISTÓRICAS (2011), POR FREGUESIA.....	317
FIGURA 34 - POPULAÇÃO EMPREGADA POR RAMO DE ATIVIDADE ECONÓMICA (2001-2011), NAS AHP, POR FREGUESIA.....	318
FIGURA 35 - PRODUTORES AGRÍCOLAS SINGULARES POR GRUPO ETÁRIO (1989-2009), NAS ALDEIAS HISTÓRICAS, POR FREGUESIA.....	322
FIGURA 36 - TAXA DE DESEMPREGO POR IDADE E SEXO (2011), NAS ALDEIAS HISTÓRICAS, POR FREGUESIA	325
FIGURA 37 - TAXA DE DESEMPREGO NAS ALDEIAS HISTÓRICAS (2011), POR FREGUESIA.....	326

FIGURA 38 - DESEMPREGADOS SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO (2011), NAS ALDEIAS HISTÓRICAS, POR FREGUESIA	328
FIGURA 39 - REDE RODOVIÁRIA DA REGIÃO CENTRO E DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	330
FIGURA 40 - REDE FERROVIÁRIA DA REGIÃO CENTRO	332
FIGURA 41 - MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PELAS POPULAÇÕES DAS ALDEIAS HISTÓRICAS NOS MOVIMENTOS PENDULARES, EM 2001 E 2011, POR FREGUESIA.....	336
FIGURA 42 - ÁREAS CLASSIFICADAS DA REGIÃO CENTRO	340
FIGURA 43 - PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA PROTEGIDA PRIVADA FAIA BRAVA (À ESQUERDA) E MANADA DE VACAS MARONESAS (À DIREITA)	352
FIGURA 44 - BACIAS HIDROGRÁFICAS DO TERRITÓRIO DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	355
FIGURA 45 - SINAGOGA DE BELMONTE (À ESQUERDA) E FORTE DE ALMEIDA (À DIREITA)	365
FIGURA 46 - PLACA DIRECIONAL DE PERCURSO PEDESTRE (À ESQUERDA) E MATERIAIS DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA (À DIREITA) DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	378
FIGURA 47 - EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS DE APOIO À ATIVIDADE TURÍSTICA NO TERRITÓRIO DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL (2016).....	380
FIGURA 48 - PRAIA FLUVIAL DE CASTELO NOVO (À ESQUERDA) E TERMAS DE LONGROIVA (À DIREITA) .	382
FIGURA 49 - NUVEM DE PALAVRAS DOS EVENTOS E ANIMAÇÃO TURÍSTICA NAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL, EM 2014.....	385
FIGURA 50 - PRINCIPAIS ATRAÇÕES DO DESTINO TURÍSTICO DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL ...	388
FIGURA 51 - ATIVIDADES PRATICADAS PELOS VISITANTES DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL.....	390
FIGURA 52 - DESTINOS TURÍSTICOS DOS VISITANTES DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	392
FIGURA 53 - DOMÍNIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE MELHORIAS DA OFERTA TURÍSTICA NO DESTINO	393
FIGURA 54 - EVOLUÇÃO DO FLUXO TURÍSTICO NACIONAL VS ESTRANGEIRO NAS ALDEIAS HISTÓRICAS, ENTRE 2005 E 2015	394
FIGURA 55 - NÚMERO DE VISITANTES INQUIRIDOS SEGUNDO A LOCALIDADE DE ORIGEM.....	395
FIGURA 56 - NÚMERO DE VISITANTES POR ALDEIA HISTÓRICA DE PORTUGAL, ENTRE 2005-2015	399
FIGURA 57 - NÚMERO TOTAL DE VISITANTES REGISTADOS NOS POSTOS DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL, POR MÊS, EM 2009 E 2015	402
FIGURA 58 - NÚMERO TOTAL DE VISITANTES AOS MUSEUS DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL (2009-2016)	405
FIGURA 59 - LOCALIZAÇÃO DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL (REGIÃO CENTRO).....	411
FIGURA 60 - PLANO DE MOTRICIDADE/DEPENDÊNCIA.....	452
FIGURA 61 - PLANO DAS INFLUÊNCIAS/DEPENDÊNCIAS DIRETAS	457
FIGURA 62 - GRAFO DAS INFLUÊNCIAS DIRETAS.....	469
FIGURA 63 - PLANO DE INFLUÊNCIAS/DEPENDÊNCIAS INDIRETAS	471
FIGURA 64 - PLANO DE DESLOCAMENTOS – CLASSIFICAÇÃO DIRETA/INDIRETA.....	482
FIGURA 65 - GRAFO DE SISTEMATIZAÇÃO DAS INFLUÊNCIAS INDIRETAS	484
FIGURA 66 - PLANO DE INFLUÊNCIA E DEPENDÊNCIA DIRETA E INDIRETA DOS ATORES DA REDE DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	510
FIGURA 67 - HISTOGRAMA DAS RELAÇÕES DE FORÇA MIDI (RI).....	512
FIGURA 68 - PLANO DE DISTÂNCIAS LÍQUIDAS ENTRE OBJETIVOS	520
FIGURA 69 - CONVERGÊNCIA ENTRE ATORES (3CAA).....	523
FIGURA 70 - MELHORIAS A IMPLEMENTAR NA REDE DAS AHP, SEGUNDO OS NEO-RURAI.....	528
FIGURA 71 - NUVEM DE PALAVRAS DAS PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL PARA A REDE DAS AHP	531
FIGURA 72 - NUVEM DE PALAVRAS DOS ATORES A MOBILIZAR PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO.....	531
FIGURA 73 - NUVEM DE PALAVRAS DE PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO DOS INFORMANTES-CHAVE DA REDE DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	533
FIGURA 74 - IMPORTÂNCIA DOS DOMÍNIOS TEMÁTICOS POR PERITO	544
FIGURA 75 - NUVEM DE PALAVRAS DE FRAGILIDADES DAS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO.....	548
FIGURA 76 - NUVEM DE PALAVRAS DOS PONTOS FORTES DAS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO.....	549

Índice de Quadros

QUADRO 1 - COMPARAÇÃO ENTRE PREVISÃO E PROSPETIVA.....	227
QUADRO 2 - PAINEL DE INFORMANTES-CHAVE INQUIRIDOS	277
QUADRO 3 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL, POR FREGUESIA (1960 – 2011).....	289
QUADRO 4 - INDICADORES DE POPULAÇÃO DAS ALDEIA HISTÓRICA DE PORTUGAL (2001-2011), POR FREGUESIA.....	294
QUADRO 5 - INDICADORES DE ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS, NAS ALDEIAS HISTÓRICAS (2001-2011), POR FREGUESIA.....	301
QUADRO 6 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS, NAS ALDEIAS HISTÓRICAS (2001-2011), POR FREGUESIA.....	302
QUADRO 7 - POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO A CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO POR ALDEIA HISTÓRICA (2001 E 2011), POR FREGUESIA.....	313
QUADRO 8 - OCUPAÇÃO CULTURAL DA SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA (1999 E 2009), NAS ALDEIAS HISTÓRICAS, POR FREGUESIA.....	319
QUADRO 9 - TEMPO DE ATIVIDADE AGRÍCOLA DOS PRODUTORES SINGULARES NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA (2009), NAS ALDEIAS HISTÓRICAS, POR FREGUESIA	324
QUADRO 10 - PATRIMÓNIO CLASSIFICADO POR ALDEIA HISTÓRICA DE PORTUGAL	367
QUADRO 11 - TIPOLOGIA DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E CAPACIDADE DE ALOJAMENTO NAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL, EM 2016	373
QUADRO 12 - NÚMERO DE RESTAURANTES E CAPACIDADE NAS ALDEIAS HISTÓRICAS, EM 2016	374
QUADRO 13 - Nº DE LOJAS DE ARTESANATO E PRODUTOS POR ALDEIA HISTÓRICA DE PORTUGAL, EM 2016	376
QUADRO 14 - EMPRESAS E ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA, NAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL, EM 2016	383
QUADRO 15 - OS DEZ PRINCIPAIS PAÍSES DE ORIGEM DOS VISITANTES REGISTADOS NOS POSTOS DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL, EM 2005 E EM 2015.....	397
QUADRO 16 - TIPOLOGIA DE PROJETOS COFINANCIADOS NAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL (%), ENTRE 1993-2006.....	417
QUADRO 17 - NÚMERO DE AÇÕES E INVESTIMENTO FINANCEIRO NAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL (1994-2006).....	419
QUADRO 18 - INVESTIMENTO PÚBLICO E PRIVADO POR TIPOLOGIA DE PROJETO NAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL (2007-2013).....	425
QUADRO 19 - INVESTIMENTO FINANCEIRO EM ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO POR MUNICÍPIO DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL (EFETUADO ATÉ MAIO DE 2015)	428
QUADRO 20 - ANÁLISE SWOT PARA O TERRITÓRIO DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	433
QUADRO 21 - IDENTIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS RECENSEADAS DO SISTEMA INTERNO E DO SISTEMA EXTERNO, POR GRUPOS TEMÁTICOS	443
QUADRO 22 - PLANO DE INFLUÊNCIAS/DEPENDÊNCIAS DIRETAS	463
QUADRO 23 - CLASSIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS DO SISTEMA ATUAL, POR INFLUÊNCIA DIRETA E POR DEPENDÊNCIA DIRETA	467
QUADRO 24 - PLANO DE INFLUÊNCIAS/DEPENDÊNCIAS INDIRETAS	474
QUADRO 25 - CLASSIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS, POR INFLUÊNCIA INDIRETA E POR DEPENDÊNCIA INDIRETA	476
QUADRO 26 - POSICIONAMENTO DAS VARIÁVEIS SEGUNDO A SUA INFLUÊNCIA	479
QUADRO 27 - POSICIONAMENTO DAS VARIÁVEIS SEGUNDO A SUA DEPENDÊNCIA	480
QUADRO 28 - SISTEMATIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS-CHAVE DO SISTEMA E SUAS INFLUÊNCIAS MAIS SIGNIFICATIVAS	485
QUADRO 29 - SISTEMATIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS MAIS INFLUENTES E DAS VARIÁVEIS MAIS DEPENDENTES DO SISTEMA EM ESTUDO.....	487
QUADRO 30 - PRINCIPAIS ATORES DO SISTEMA REDE DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	492
QUADRO 31 - DESAFIOS ESTRATÉGICOS E OBJETIVOS DOS ATORES DA REDE DAS AHP	495
QUADRO 32 - MATRIZ DAS POSIÇÕES SIMPLES ATORES X OBJETIVOS (1 MAO)	497
QUADRO 33 - MEIOS DE AÇÃO DISPONÍVEIS POR CADA ATOR.....	499
QUADRO 34 - OBSTÁCULOS DOS ATORES NA CONCRETIZAÇÃO DOS SEUS OBJETIVOS.....	502
QUADRO 35 - DEPENDÊNCIA DOS ATORES PARA CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	504
QUADRO 36 - MATRIZ DE INFLUÊNCIAS DIRETAS (MID)	506

QUADRO 37 - MATRIZ DE INFLUÊNCIAS DIRETAS E INDIRETAS (MIDI).....	507
QUADRO 38 - MATRIZ DE DISTÂNCIAS LÍQUIDAS ENTRE ATORES.....	513
QUADRO 39 - SISTEMATIZAÇÃO DO BALANÇO LÍQUIDO DE INFLUÊNCIAS ENTRE ATORES.....	514
QUADRO 40 - MATRIZ ATORES X OBJETIVOS DAS POSIÇÕES VALORIZADAS (2 MAO).....	516
QUADRO 41 - MATRIZ DE CONVERGÊNCIA VALORIZADA E PONDERADA (3CAA).....	521
QUADRO 42 - MATRIZ DE INFLUÊNCIAS DOS ATORES NO DESENVOLVIMENTO DAS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO, SEGUNDO OS INFORMANTES-CHAVE DA REDE DAS AHP.....	534
QUADRO 43 - ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO POR DIMENSÃO E GRAU DE PRIORIDADE PARA A REDE DAS AHP.....	538
QUADRO 44 - PRIORIDADES DE CONCRETIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PARA A REDE DAS AHP.....	546

Lista de abreviaturas ou siglas

ADIBER – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra

ADL – Associação de Desenvolvimento Local

ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela

ADTAHP – Associação de Desenvolvimento Turístico Aldeias Históricas de Portugal

AGRIS – Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais Regionais

AGRO – Programa Operacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural

AHP – Aldeias Histórias de Portugal

AIBT – Ações Integradas de Base Territorial

AIDUS – Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável

ARDU – Ações de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos

BL – Balanço Líquido das Influências

CAA – Matriz de Convergência Valorizada e Ponderada dos Atores X Atores (3CAA)

CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

CE – Comissão Europeia

CEE – Comunidade Económica Europeia

CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais

CIM – Comunidade Intermunicipal

CM – Câmara Municipal

DATAR – Délégation à l'Aménagement du Territoire et à l'Action Régionale

DGPC – Direção-Geral do Património Cultural

DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária

DPH – Domínio Público Hídrico

DRCC – Direção Regional da Cultura do Centro

DUS – Desenvolvimento Urbano Sustentável

EDEC – Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário

EDL – Estratégias de Desenvolvimento Local

EEC – Estratégia de Eficiência Coletiva

EIDT – Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial

ENCNB – Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade

EQUAL – Iniciativa comunitária relativa ao incentivo das zonas urbanas ou dos bairros em crise a desenvolver medidas inovadoras e integradas de desenvolvimento urbano

FC – Fundo de Coesão

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

FSE – Fundo Social Europeu

GAL – Grupo de Ação Local

IC – Iniciativas Comunitárias

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IDL – Iniciativas de Desenvolvimento Rural

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

IFDEP – Instituto para o Fomento e Desenvolvimento do Empreendedorismo em Portugal

INATEL – Fundação INATEL

INE – Instituto Nacional de Estatística

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial

INTERREG – Iniciativa Comunitária para a Promoção e Cooperação Transfronteiriça Inter-regional

ITI – Investimentos Territoriais Integrados

LEADER – Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural – Iniciativa Comunitária de Apoio ao Desenvolvimento Rural

MACTOR – Método Atores, Objetivos, Relações de Força

MAO – Matriz Atores X Objetivos das Posições Valorizadas (2MAO)

MAO – Matriz das posições simples Atores x Objetivos (1MAO)

MAO – Matriz de Posições Valorizadas e Ponderadas Atores X Atores (3MAO)

MICMAC – Matriz de Impactos Cruzados de Multiplicação Aplicada a uma Classificação

MID – Matriz de Influências Diretas Atores X Atores

MIDI – Matriz de Influências Diretas e Indiretas

MIT – *Massachusetts Institute of Technology*

NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OECD – *Organisation for Economic Co-operation and Development*

- OMT** – Organização Mundial do Turismo
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PAC** – Política Agrícola Comum
- PDRu** – Plano de Desenvolvimento Rural
- PEDIP** – Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria
- PENT** – Plano Estratégico Nacional do Turismo
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PIC** – Programa de Iniciativa Comunitária
- PNB** – Produto Nacional Bruto
- PNDI** – Parque Natural do Douro Internacional
- PNSE** – Parque Natural da Serra da Estrela
- PNTI** – Parque Natural do Tejo Internacional
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PO** – Programa Operacional
- POPH** – Programa Operacional Potencial Humano
- POR** – Programa de Desenvolvimento Rural
- PPDR** – Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional
- PRODER** – Programa Operacional de Desenvolvimento Rural
- PRODERAM** – Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira
- PRÓ-RAIA** – Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte
- PRORURAL** – Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores
- PROVERE** – Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos
- QCA** – Quadro Comunitário de Apoio
- QEC** – Quadro Estratégico Comum
- QREN** – Quadro de Referência Estratégico Nacional
- RAIA HISTÓRICA** – Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira
- RAN** – Reserva Agrícola Nacional
- RAND** – *Research and Development*
- REN** – Reserva Ecológica Nacional
- RFCN** – Rede Fundamental de Conservação da Natureza
- Ri** – Cálculo do indicador normalizado do poder dos atores associados
- RNAAT** – Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística

RNAP – Rede Nacional de Áreas Protegidas

RUDE – Associação de Desenvolvimento Rural

SIC – Sítios de Interesse Comunitário

SNAC – Sistema Nacional de Áreas Classificadas

SPIL – Sistemas Produtivos e Inovadores Locais

SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*

TER – Turismo em Espaço Rural

TeSP – Curso Técnico Superior Profissional

TP – Turismo de Portugal

UE – União Europeia

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

URBAN – Iniciativa Comunitária relativa à cooperação transnacional para a promoção de novas práticas de luta contra as discriminações e desigualdades de qualquer natureza relacionadas com o mercado do trabalho

ZEC – Zonas Especiais de Conservação

ZIF – Zona de Intervenção Florestal

ZPE – Zonas de Proteção Especial

INTRODUÇÃO

O trabalho de investigação *Turismo, Planeamento e Desenvolvimento Regional – Estratégias de Intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal* foi realizado entre os anos de 2013 e 2017 e conduz à tese de doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura – especialização em Turismo e Desenvolvimento.

O ponto de partida para esta investigação relaciona-se com a trajetória de desenvolvimento das áreas rurais portuguesas nas últimas décadas, nas quais se incluem as Aldeias Históricas de Portugal, tendo em conta a centralidade destas áreas nos novos paradigmas de desenvolvimento e nas políticas públicas regionais, iniciada nos finais dos anos 80. Neste sentido, a investigação tem como principal eixo teórico a problemática do desenvolvimento regional em territórios rurais de baixa densidade, a partir dos impactes dos principais instrumentos de políticas públicas regionais e dos modelos de desenvolvimento regional alternativos, nos quais os conceitos de turismo, governança e planeamento surgem indiscutivelmente associados. Estes conceitos ganham particular destaque quando surgem associados às diversas demonstrações de políticas públicas regionais nos territórios rurais de baixa densidade, mas também suscitam amplo debate nos discursos políticos e sociais, na agenda mediática, na promoção turística e na literatura académica.

Conforme se argumentará adiante, este debate foi desencadeado pela marginalização ou não integração das áreas rurais nos processos e modelos de desenvolvimento dominantes até há três décadas, os quais assentavam no pressuposto de que o desenvolvimento era sinónimo de crescimento económico, dada a obsessão das sociedades pelo crescimento económico. Esta situação de afastamento nos processos e de falência dos modelos de desenvolvimento económico até então dominantes colocou-as numa posição de acentuado declínio em termos sociais, produtivos e territoriais, por oposição às áreas urbanas e industrializadas.

É no contexto de reconhecido esgotamento dos modelos económicos e insucesso das políticas regionais tradicionais de génese funcionalista (*top-down*), entre os finais dos anos 50 e início dos anos 70, que surgem as primeiras preocupações espaciais no contexto europeu com os países membros a modificar progressivamente as suas políticas regionais no âmbito dos primeiros instrumentos comunitários de apoio, ao mesmo tempo que emerge uma nova proposta de desenvolvimento regional alternativo

– o paradigma de desenvolvimento endógeno e participativo –, assente em pressupostos de integração territorial do desenvolvimento com base nos recursos endógenos, mas também na descentralização e participação dos diferentes atores nos processos de desenvolvimento ascendente ou se quisermos de “baixo para cima” (Amaro, 2001; Henriques, 1990; Vázquez-Barquero, 2005; Tödting, 2011), cabendo ao território um papel de ator ou sujeito ativo nos processos de desenvolvimento e não de mero recetor na tomada de decisões. Subjacente aos profundos desequilíbrios e assimetrias regionais e locais são produzidos vários documentos europeus que orientam para uma redefinição das políticas públicas e que se articulam na adoção de uma nova arquitetura na governança destes territórios, ao mesmo tempo que atribuem novas funções ao mundo rural e à agricultura com a experimentação de abordagens inovadoras e demonstradoras, fortemente associadas ao desenvolvimento de atividades de turismo, recreio e lazer para as populações urbanas.

No caso português, foi no final dos anos 80 e início dos anos 90, que se começaram a desenhar as primeiras experiências de animação territorial, procurando-se o envolvimento, a participação e o compromisso dos atores locais, na procura de novas estratégias alternativas para os problemas de territórios deprimidos e com dificuldades estruturais, decorrentes dum persistente abandono demográfico e desvalorização das atividades tradicionais, de que são exemplo as Aldeias Históricas de Portugal (Região Centro).

Esta iniciativa, lançada no âmbito Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (II QCA 1994-1999), e com continuidade no âmbito Ação Integrada de Base Territorial “Ações Inovadoras de Dinamização das Aldeias” do Programa Operacional da Região Centro (III QCA 2000-2006), representam o ponto de partida para uma multiplicidade de iniciativas de desenvolvimento territorial (regional e local) lançadas em Portugal Continental, nas últimas duas décadas, apoiadas por diferentes Iniciativas Comunitárias e Intervenções Operacionais (por exemplo, as Aldeias do Xisto, as Aldeias Vinhateiras, as Aldeias de Água, as Aldeias de Montanha, entre outras). O objetivo principal deste projeto de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal, considerado como experiência piloto, residiu na revitalização económica de dez aglomerados (numa primeira fase), mediante a execução de um plano global de intervenção, onde se procurava conciliar a atração e fixação de populações rurais e a melhoria das condições de vida destes núcleos rurais com a valorização de novas

atividades complementares à agricultura através da preservação e valorização do património paisagístico, histórico, construído e cultural, enquanto elementos de diferenciação no desenho de novas dinâmicas de desenvolvimento. Assim, procurou-se através de um conjunto de ações em domínios diferenciadores melhorar as condições de vida dos residentes e valorizar os aglomerados do ponto de vista turístico com a recuperação do edificado, construção e melhoria das infraestruturas básicas e acessibilidades, requalificação dos espaços urbanos e do património construído, mas também construção de equipamentos turísticos e revitalização das economias locais com o apoio na criação de microempresas nas áreas dos empreendimentos turísticos, comércio, restauração e artesanato.

Estas intervenções públicas de regeneração têm sido alvo de interesse de académicos e objeto de estudos científicos nos mais diversos domínios disciplinares, como a Sociologia, a Geografia, a História, a Arquitetura, o Turismo, entre outros, tendo-se produzido múltiplos estudos concetualmente orientados por quadros teóricos interdisciplinares sobre esta iniciativa piloto que mobilizou um conjunto de atores públicos e privados na concretização das mais diversas ações de intervenção.

Estas investigações e teorizações prendem-se em problematizar o património rural como recurso para o desenvolvimento (Alves, 2002), um estudo no campo da Sociologia que questiona a mediatização e até uma certa banalização da temática “aldeias históricas”, tanto que questiona “De que aldeias estamos a falar?”. É que a iniciativa piloto das Aldeias Históricas ganhou amplo destaque no discurso político e mediático, acabando por ser transferida e/ou adotada por outros territórios, daí que Figueiredo (2003a), num outro trabalho questiona: “Quantas mais «aldeias típicas» conseguimos suportar?”. Por outras palavras, o que se questiona são os resultados e os impactes das múltiplas experiências e propostas de desenvolvimento rural implementadas pelos diversos agentes nos últimos anos.

Estas experiências e soluções propostas remetem para outras produções teóricas sobre a crescente reinvenção e recreação social e institucional do rural com a revitalização dos territórios e revalorização dos recursos endógenos para o desenvolvimento de novas funcionalidades como o turismo e em particular os produtos turísticos, e cujos impactes são objeto de análise no trabalho de Correia e Carvalho (2010). Este estudo analisa as perceções dos habitantes e visitantes da Aldeia Histórica do Piódão em relação aos efeitos dos processos turistificação e patrimonialização. Aliás, a apropriação das áreas

rurais enquanto cenários e “museus da ruralidade” (Moreno, 1999:411) para o turismo é amplamente reconhecida no quadro concetual do desenvolvimento rural. Sustentando esta ideia, Gonçalves (2006) defende que o turismo no espaço rural é uma oportunidade de desenvolvimento para as Aldeias Históricas de Portugal, aliando inovação e tradição numa ruralidade recriada e vocacionada para fruição urbana através do aproveitamento dos recursos históricos, culturais e dos produtos tradicionais.

Esta visão dirigida às novas dinâmicas associadas ao mundo rural permite-nos fazer a ponte para outras abordagens e reflexões teóricas que se debruçam sobre a materialização de projetos inovadores, estruturantes e revitalizadores de espaços rurais no âmbito das políticas públicas, tendo como principal beneficiária a população local, mas, que na prática, pretendem criar novos espaços de consumo e de lazer e consolidar novos produtos turísticos como o *Touring Cultural*, de que é exemplo a oferta museológica das Aldeias Históricas de Portugal (Gonçalves e Moreira, 2011).

Mas este interesse científico pela iniciativa piloto não se fica por aqui. É possível encontrar produções teóricas e demonstrações empíricas em domínios científicos como a Arquitetura, de que é exemplo o trabalho de investigação de Ferreira (2011), o qual realiza um balanço das diversas intervenções arquitetónicas e urbanísticas, segundo um quadro comparativo que permite verificar o impacte das políticas públicas na salvaguarda e valorização do património histórico-arquitetónico.

Esta incursão pelos múltiplos olhares, conceptualmente orientados por quadros teóricos específicos e interdisciplinares, permite-nos constatar que é sobretudo pelo património rural, turismo, desenvolvimento rural e intervenções físicas nos aglomerados que se tem perpetuado o interesse dos académicos nas mais diversas concetualizações, teorizações e análises às Aldeias Históricas de Portugal.

Posto isto, a ideia de desenvolver uma investigação sobre as Aldeias Históricas de Portugal pode, em nosso entender, conduzir a interpretações erradas junto da academia por uma eventual banalização da temática face as produções teóricas e as demonstrações empíricas dos últimos anos. Do nosso ponto de vista, este território à semelhança de outros territórios rurais de baixa de densidade continua a merecer a atenção dos investigadores, apesar do conjunto de análises e reflexões, constata-se a existência de um vazio entre as interpretações e a envolvência e/ou mobilização dos atores do território no desenho de propostas de intervenção concretas a médio ou longo prazo.

Esta é, aliás, uma das principais motivações para o desenvolvimento deste trabalho de investigação, como também uma oportunidade de utilização e afirmação das metodologias prospetivas no turismo e nos processos de desenvolvimento regional, através da participação e implicação dos diversos atores do sistema turístico no desenho de estratégias concretas para a operacionalização da Rede das Aldeias Históricas de Portugal. Este trabalho pretende enriquecer o *corpus* teórico do turismo, não só ao nível da teoria geral dos sistemas e dos modelos de planeamento, como ainda na afirmação das metodologias prospetivas enquanto metodologias de investigação-ação ao nível do planeamento estratégico e participado para o funcionamento do sistema turístico.

Por outro lado, o desenvolvimento desta investigação reflete, de alguma forma, motivações decorrentes da dissertação de mestrado em Turismo e Desenvolvimento (Reis, 2010), onde se refletiu sobre o contributo do turismo no desenvolvimento através da adoção de novas práticas que promovam o desenvolvimento local integrado, tendo-se estruturado um conjunto de circuitos turísticos para dinamização e ligação entre duas das doze Aldeias Históricas de Portugal (Marialva e Trancoso). Reconhece-se, adicionalmente, alguma sensibilidade para a temática, pois somos originários de um aglomerado adjacente às duas Aldeias Históricas.

Neste sentido, a investigação desenvolve-se numa perspetiva multidisciplinar e interdisciplinar no domínio das ciências sociais para dar resposta às seguintes questões de partida:

1. Quais as variáveis-chave que caracterizam a Rede das Aldeias Históricas de Portugal?
2. Qual a importância da atividade turística e de lazer para o desenvolvimento regional das Aldeias Históricas de Portugal?
3. Como se caracteriza a relação entre os principais atores da Rede das Aldeias Históricas de Portugal e quais as suas estratégias e dinâmicas implementadas até ao momento?
4. De que modo o planeamento turístico integrado pode favorecer no futuro o desenvolvimento regional das Aldeias Históricas de Portugal?

Face a estas quatro questões de partida que constituem o fio condutor da presente investigação, estabelecemos como objetivo central: analisar os contributos do turismo no desenvolvimento regional, visando a identificação de estratégias de intervenção, a

curto e a médio prazo, dos principais atores para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal.

Para dar resposta às perguntas de partida e atingir o objetivo geral, definiu-se como objetivos específicos: a) Identificar as perceções e perspetivas dos vários atores do território sobre o papel do turismo no desenvolvimento regional; b) Identificar e caracterizar a atividade turística e de lazer na Rede das Aldeias Históricas de Portugal; c) Descrever e analisar as dinâmicas passadas, presentes e futuras entre os principais atores da Rede das Aldeias Históricas de Portugal; d) Identificar estratégias de intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, no sentido, de criar complementaridades entre o turismo e o planeamento estratégico integrado.

Em termos metodológicos, a nossa investigação inscreve-se no que se denomina investigação-ação, no quadro epistemológico da “teoria da ação” (Touraine, 1996; Guerra, 2002), sendo um processo no qual o investigador assume o papel de ator e os atores assumem também o papel de investigador ou se quisermos são sujeitos participativos e não como objetos passivos da investigação, o que pode ser particularmente interessante no campo das investigações em turismo. Desta forma, a nossa investigação pode considerar-se como um estudo de caso prospetivo (Yin, 1988), pois desenvolve-se num determinado contexto territorial e em que utilizamos uma grande variedade de instrumentos de recolha e análise intensiva e em profundidade do sistema em estudo (combinação de métodos qualitativos e quantitativos), de forma a identificar-se um conjunto de estratégias de intervenção para operacionalização da Rede das Aldeias Históricas de Portugal.

Para atingir os fins propostos, explorámos as vantagens do método dos cenários, proposto por Michel Godet (1993). Este exercício prospetivo desenvolve-se em torno das três etapas da grande fase da metodologia prospetiva – “construção da base” –, delimitação do sistema e análise retrospectiva, determinação das variáveis principais através da análise estrutural – método MICMAC e análise da estratégia de atores (identificação e caracterização dos principais atores da rede e análise da sua estratégia) – método MACTOR. Na análise estrutural e análise estratégica de atores recorreremos à utilização de programas informáticos específicos, a partir dos quais procedemos à análise dos diferentes métodos.

Este trabalho encontra-se organizado em quatro partes e onze capítulos, que se procuram articular entre si. Estes são antecedidos da Introdução, na qual é feita uma apresentação sintética da temática geral e dos objetivos da investigação, evocando-se as razões justificadoras da presente investigação ao enfatizar-se o contributo da prospetiva no desenvolvimento do turismo, sendo uma oportunidade de afirmação deste jovem domínio científico. Apresentam-se igualmente algumas considerações breves sobre a metodologia da investigação e a forma como o trabalho se encontra organizado.

A primeira parte, que é de natureza teórica, encontra-se organizada em três capítulos. Neles procedemos ao enquadramento teórico-conceitual da problemática, ao “estado da arte” do nosso objeto de estudo. Apresentam-se, no primeiro capítulo, as trajetórias do desenvolvimento nos territórios rurais nas últimas décadas, analisando os efeitos dos principais modelos e teorias económicas no desenvolvimento dos países e regiões, apresentamos os principais conceitos associados ao desenvolvimento e as políticas públicas adotadas no contexto europeu para combater os desequilíbrios de determinados territórios rurais como os de baixa densidade, sobretudo em Portugal, os quais ficaram afastados desses processos e modelos de desenvolvimento, para as quais propomos a adoção do modelo de desenvolvimento territorial policêntrico assente em novas formas de governança em rede.

O segundo capítulo é espaço para debatermos o papel do lazer e do turismo nos territórios rurais de baixa densidade e refletirmos sobre o turismo enquanto sistema, apresentando-se uma proposta de sistema funcional do turismo para o território em estudo com base nas principais conceitualizações do sistema turístico, seguida de uma análise aos dois principais elementos do turismo e do sistema turístico (procura e oferta turística), mas também uma reflexão sobre o papel das redes no desenvolvimento de novos produtos em destinos rurais para responder às necessidades do novo turista. Em sequência, surge o terceiro capítulo, dedicado à evolução e utilização do planeamento enquanto instrumento de apoio ao desenvolvimento das sociedades, particularmente evidente em setores de atividade como o turismo, o qual estimulou o aparecimento de modelos de planeamento turístico, entre os quais, o planeamento estratégico territorial.

Na segunda parte, igualmente organizada em três capítulos, é dedicada ao enquadramento epistemológico e metodológico da investigação. No primeiro capítulo, procuramos contextualizar o percurso, aplicações e desenvolvimento dos estudos de

prospetiva, apresentamos os conceitos e correntes da análise prospetiva e os contributos, limitações e constrangimentos dos exercícios prospetivos.

O segundo capítulo é dedicado ao método dos cenários enquanto instrumento da prospetiva aplicada, apresentando-se as duas principais etapas do método proposto por Michel Godet (1993). No terceiro capítulo, apresentamos e fundamentamos os métodos e técnicas de investigação da nossa investigação, através da operacionalização de um conjunto de instrumentos capazes de reduzir e/ou eliminar qualquer grau de subjetividade e garantir o carácter de cientificidade do estudo.

A terceira parte encontra-se organizada em dois capítulos, respeitantes à caracterização da Rede das Aldeias Históricas de Portugal – primeira etapa da “construção da base” do método dos cenários. No primeiro, procedemos ao diagnóstico das Aldeias Históricas de Portugal enquanto território e sistema, apresentando os diversos subsistemas do sistema turístico. No segundo capítulo, procura-se apresentar e analisar o percurso das políticas públicas de desenvolvimento regional no território das Aldeias Históricas de Portugal, nos últimos três períodos de programação comunitária. Destes dois capítulos resulta uma análise SWOT do território em estudo, com o intuito de delimitar o sistema e identificar as variáveis-chave do sistema para realização da análise estrutural.

A quarta parte é constituída por três capítulos, correspondentes à segunda e terceira etapa da “construção da base” do método dos cenários e à identificação de estratégias de intervenção. No primeiro, procede-se à redução da complexidade do sistema através da análise estrutural, no qual se apresentam as variáveis do sistema e analisam-se as influências diretas e indiretas das variáveis que compõem o sistema em estudo com recurso ao método MICMAC (Godet, 1993). No segundo capítulo, empreendemos a análise de estratégia de atores, pondo em relevo, entre outros aspetos, os meios e os objetivos estratégicos dos atores, a sua proximidade em função dos objetivos e as relações de força entre os atores, através do método MACTOR (Godet, 1993). Em sequência destes dois capítulos, surge o terceiro capítulo, dedicado à identificação de estratégias de intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal.

Por fim, procedemos às conclusões finais da investigação efetuada em torno dos objetivos da investigação e tecem-se algumas reflexões em jeito de recomendações para os atores envolvidos e/ou envolver no processo de desenvolvimento regional do sistema em estudo.

PARTE I

DESENVOLVIMENTO EM TERRITÓRIOS RURAIS DE BAIXA DENSIDADE

PARTE I – DESENVOLVIMENTO EM TERRITÓRIOS RURAIS DE BAIXA DENSIDADE

A primeira parte deste trabalho encontra-se dividida em três capítulos introdutórios, autónomos mas complementares.

No primeiro capítulo procedemos ao enquadramento teórico em torno do objeto de estudo, com uma abordagem à problemática do desenvolvimento, em particular, a partir de uma reflexão sobre os conceitos de crescimento e desenvolvimento, analisando o contributo dos principais modelos e teorias para o desenvolvimento. Complementarmente, apresenta-se a importância do desenvolvimento na escala nacional, regional e local, enfatizando ainda, de modo particular, as principais referências conceptuais em torno do conceito de desenvolvimento. É ainda neste capítulo que procuramos caracterizar os territórios rurais de baixa densidade e perspetivar a adoção do modelo de desenvolvimento territorial policêntrico, analisando-se ainda, de modo particular, as políticas públicas de desenvolvimento no quadro da União Europeia e de Portugal para os territórios rurais de baixa densidade, aferindo aí a importância de adoção de novos modelos de governança para estes territórios.

O segundo capítulo é dedicado ao percurso evolutivo do lazer e do turismo e apresentamos alguns dos conceitos, para uma melhor leitura do fenómeno turístico. Neste sentido, procuramos interpretar o turismo como sistema com revisão aos principais modelos de sistema turístico que proliferam na literatura científica da especialidade, mas também pretendemos com base na teoria geral dos sistemas apresentar uma interpretação própria do sistema turístico para, num segundo momento, se destacarem as principais componentes com utilidade analítica para o nosso sistema em estudo, ou seja, a procura e oferta turística, a partir das novas necessidades e motivações turísticas do novo turista, no quadro dos novos destinos turísticos.

No terceiro capítulo procuraremos refletir sobre a importância e necessidade do planeamento no desenvolvimento turístico. Assim, após uma primeira abordagem aos principais conceitos, características e tipologias de planeamento, avançaremos para uma análise diacrónica do planeamento turístico com referência aos principais modelos de planeamento preconizados no passado. Para além disto, apresentam-se os principais modelos de planeamento estratégico territorial que podem ajudar no planeamento e desenvolvimento turístico e nesta investigação em particular. Revela-se igualmente

importante descortinar o papel dos atores do território na construção de novas formas de participação nos processos de planeamento estratégico territorial.

Por fim, apresentam-se as principais razões para a adoção de metodologias de planeamento estratégico no desenvolvimento do turismo em territórios rurais, mas também as novas tendências do setor turístico para a emergência de um novo paradigma de planeamento ou “Terceira Via”.

1. Desenvolvimento: problemática, teorias e modelos de desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento tem sido um dos mais importantes e controversos nas ciências sociais, ao verificarem-se demasiadas interpretações da noção de desenvolvimento que contribuem para uma certa confusão e/ou indefinição conceptual (Silva, 1969; Perroux, 1981; Lopes, 1984, 1986, 2002, 2006; Amaro, 1991, 2003; Clark, 1991; Murteira, 1995; Vázquez-Barquero, 2000, entre outros). O campo teórico de suporte ao conceito de desenvolvimento tem sofrido grandes alterações com o desenrolar da história, tendo adquirido uma amplitude avassaladora, uma vez que não se limita somente ao crescimento económico, social, humano, político, na garantia das necessidades básicas, mas também tem servido para avaliar e classificar o nível de modernização, de contínuo progresso e de bem-estar dos indivíduos, do Estado e das sociedades.

Apesar de não ser nosso objetivo centrar-nos nesta discussão, procuraremos refletir sobre os principais pontos comuns e diferenças entre estes dois conceitos ou conceções, ocupando-nos, sobretudo, da evolução do conceito de desenvolvimento através de uma clarificação dos componentes básicos do mecanismo propulsor do desenvolvimento presentes nos vários modelos de crescimento *versus* desenvolvimento.

1.1. Controvérsias em torno do desenvolvimento e crescimento

O desenvolvimento é um conceito muito marcante nas nossas sociedades contemporâneas, embora recente, porque é um conceito que só emerge cientificamente após a Segunda Guerra Mundial¹, associado, desde há dois séculos, ao início das sociedades industriais (século XVIII), no âmbito das quais ele ganhou possibilidade e desejabilidade, a partir das sociedades europeias, desde que as revoluções, que alimentaram a Revolução Industrial o viabilizaram materialmente e, as que fundamentaram a Revolução Francesa, o justificam ética e culturalmente. Durante este período dos chamados “anos de ouro” ou “trinta gloriosos”, a noção de desenvolvimento vinculou-se ainda mais fortemente à noção de crescimento e, mais restritamente ainda, à ideia de crescimento económico, de modernização e de industrialização, refletindo uma visão economicista do desenvolvimento. Assim, as

¹ A este propósito, Roque Amaro (1991) exemplifica com as análises produzidas por Joseph Schumpeter, Perroux, Celso Furtado, Samir Amin, A. Gundar Frank, Gunnar Myrdal, Ignacy Sachs, Dudley Seers.

noções de desenvolvimento, modernização e crescimento económico, constituem alguns dos elementos ideológicos da crença ocidental “moderna” no progresso como “fatalidade feliz” (Murteira, 1995).

Assim, nos últimos 60 anos, e em particular nos últimos 40 anos, o conceito de desenvolvimento conheceu grandes alterações, tornando-se mais complexo e menos linear na sua conceção e aplicação, resultado das diversas mudanças que as sociedades têm vivido. Essa complexidade foi enriquecida pela contribuição das diversas disciplinas no seu estudo e pelas experiências de várias práticas, tornando-se, por sua vez, portador de múltiplos desafios, quer no que se refere às abordagens multidisciplinares que exige, quer no que respeita às estratégias e aos métodos de intervenção que implica, mas também gera frequentemente controvérsias interdisciplinares e até ruturas entre a teoria e a prática.

Deste ponto de vista, o desenvolvimento é um conceito multidisciplinar que, em si mesmo, resulta numa dupla perspetiva. Se, por um lado a complexidade etimológica leva a que a sua conceção seja encarada numa diversidade de abordagens de índole económica, social, cultural, política, histórica ou então quantitativa, qualitativa; por outro, esse mesmo carácter pode levar a que o conceito se traduza em pressupostos divergentes, fraturantes, ou até mesmo colida com campos conceptuais erradamente assumidos como sinónimos. Para Fernandes (2004:19) o desenvolvimento trata-se de um conceito confuso e com muitas conotações, usado com frequência no campo político, e que se associa a uma “geografia injusta” a qual divide o mundo em duas partes – o hemisfério norte desenvolvido e o hemisfério sul subdesenvolvido.

Daí que consideramos importante, antes da apresentação e análise das principais teses e modelos do/para o desenvolvimento, realizar o enquadramento etimológico da palavra desenvolvimento. Para Moreno (2007:17) que procura na etimologia da palavra o seu sentido, refere que este termo de origem latina, resulta da composição des + envolver que significa “o oposto a envolver”, sendo que “envolver” (do latim *involvĕre*) se refere a “fazer rolar até abaixo” e “fazer cair a rolar” (ligado à ideia de uma análise do tipo centrípeta), a qual pode ser entendida como uma primeira fase do processo de mudança, reforçada pela ideia de ação dada pelo sufixo “mento”. Por outro, esta ideia é negada pela integração do prefixo “des”, passa a ter um sentido de oposição, isto é, poderá ser “desenrolar, esclarecer, destapar, descobrir” (análise do tipo centrífuga), mas também representa a anulação do movimento potencialmente destrutivo, o que efetiva a

promoção de um processo dinâmico de libertação dos envoltimentos que impedem a realização das potencialidades, de prossecução, através de uma ou várias formas para anular um estado inicial de propensão negativa e por isso contraproducente.

Nesta perspetiva, o desenvolvimento implica a existência de uma dinâmica evidentemente desfavorável, por isso adversa e prejudicial, a qual tende a ser colmatada por uma necessária ação favorável e benéfica, isto é, uma dinâmica que se traduz de um estágio a outro, associada à ideia de construção, reconstrução e/ou reorganização com base nas potencialidades endógenas, sendo por isso muito bem aceite e desejado pelas diferentes sociedades.

Face a esta realidade, Oliveira (2002) defende que o desenvolvimento, em qualquer conceção, mesmo numa abordagem quantitativa, deve ser o resultado do crescimento económico acompanhado da melhoria das condições de vida das populações de qualquer sociedade territorial em termos quantitativos e qualitativos, ou seja, desenvolvimento nada mais é que o crescimento transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades básicas de qualquer ser humano, tais como: condições de saúde, alimentação, educação, habitação, entre outras variáveis que podem afetar a qualidade de vida da sociedade e colocar em risco a sobrevivência individual e coletiva (grupo, classe, país, etc.). Na mesma linha de pensamento, Simões Lopes (1983) define desenvolvimento em termos de um processo multidimensional que se traduz no grau de acesso das pessoas, onde quer que vivam, aos bens e serviços que lhes permitam satisfazer as suas necessidades básicas, bem como o acesso às oportunidades de realização humana, com destaque para o emprego, a formação ou a fruição de bens e serviços culturais, por exemplo.

Todavia, sabe-se hoje que um desenvolvimento encarado apenas numa perspetiva económica (aumento da componente de material da vida através de bens e serviços em que as pessoas podem recorrer como forma de realização do seu consumo) pode ocorrer simultaneamente com a acentuação da insatisfação das necessidades humanas básicas, com a acentuação das assimetrias regionais, com o aumento do desemprego, da pobreza e da desigualdade social, cujas formas de vida são sustentadas à custa da exploração de recursos de outros. A este propósito Lopes (2002:18), defende que o desenvolvimento tem de ser sustentável, pois “não é desenvolvida a sociedade em que o bem-estar de hoje possa pôr em causa o bem-estar de amanhã”, isto é, o ritmo de consumo é superior ao da sua capacidade de renovação ou que os recursos são finitos, daí que coloca em

causa o bem-estar e a sustentabilidade das gerações futuras por via de uma utilização e conservação irracional dos recursos existentes. O desenvolvimento deve ser um processo sustentável, ou seja, deverá ter na sua raiz recursos humanos que assegurem o desenvolvimento como um processo continuado e dinâmico capaz de se auto alimentar na perspetiva do longo prazo.

Nesta perspetiva, embora os conceitos de crescimento e desenvolvimento partilhem o mesmo objetivo principal, a promoção do bem-estar das populações através da criação de riqueza são, contudo, díspares no que se reporta à forma e aos meios utilizados para o alcançar. Assim, como refere Rosado (1997: 19), “ (...) enquanto o crescimento utiliza a produção como um elemento quase ditatorial em relação aos seus objectivos, o desenvolvimento, embora tenha, obviamente, objectivos de progresso económico, dá particular atenção a aspectos de qualidade”. Ou, dito de outro modo, enquanto o crescimento está essencialmente associado ao aumento quantitativo da riqueza ou indicadores do tipo do rendimento *per capita*², a ideia de desenvolvimento é mais complexa, e inclui uma melhoria qualitativa na economia através de uma melhor utilização dos recursos, de inovações tecnológicas, melhor divisão social do trabalho, etc.

Porém, as diferenças entre os dois conceitos não se ficam por aqui, tanto é, que Lopes (2006:42) considera que “o crescimento é meramente instrumental e só o desenvolvimento é fim”. Nesta visão, o desenvolvimento inclui o crescimento como um elemento constitutivo de si próprio, considerando-o como “meio” e “instrumento” ao serviço dele e não como objetivo em si. Atente-se, contudo, que não é o crescimento de qualquer forma ou o crescimento a qualquer preço, em qualquer lugar, que gera desenvolvimento. Por exemplo, verifica-se, em muitas situações, que o crescimento sem regulação pode provocar custos económicos e sociais elevados em contexto urbano, ou a ausência de crescimento pode provocar o abandono de territórios rurais que desencadeia outro tipo de deseconomias e problemas sociais.

De facto, desenvolvimento representa muito mais do que crescimento da economia e, até, é demasiado redutor querer exprimir um conceito como o de desenvolvimento através de indicadores de crescimento económico, utilizando essencialmente medidas estatísticas e considerando o aumento do consumo como principal indicador, na medida

² Segundo Baleiras (2014:5), o PIB é “uma medida da produção efectuada no território, da despesa total em bens e serviços finais produzidos no território e do rendimento total gerado no território”.

em que, não é fácil quantificar valores tão fundamentais como a liberdade, a justiça e a autoestima, só muito artificialmente poderiam quantificar-se. Silva (1969:476) corrobora esta ideia, afirmando que “o crescimento económico de um país, medido em termos de produto nacional bruto, não é suficiente para assegurar um maior progresso económico, social e humano”, advogando que tanto a produção de armamento como a produção de bens alimentares ou vestuário contam de igual modo no cálculo deste indicador. Ou, dito de outro modo, o PNB (Produto Nacional Bruto) é uma medida equívoca de desenvolvimento, no sentido de que, muitas vezes, os indicadores ficam aquém daquilo que é desejável medir³.

Ainda assim considerou-se, frequentemente, o crescimento económico (processo contínuo de aumento da produção de bens e serviços de um país) como condição *sine qua non* do desenvolvimento, tendo como principal indicador a quantidade de bens produzidos e consumidos, e de que dependiam as melhorias de bem-estar da população, a todos os níveis. Por outro lado, utilizou-se sistematicamente indicadores de crescimento económico, principalmente o rendimento *per capita* ou da taxa de crescimento bruto, para classificação dos países ao nível de desenvolvimento (Amaro, 2003), deixando para segundo plano as dimensões social, cultural e política que devem estar subjacentes ao desenvolvimento.

Contudo, deve-se acrescentar que não obstante do confronto de perspetivas e de abordagens muito diversas entre os dois conceitos ao longo das últimas décadas, eles andaram sempre associados desde os primeiros economistas do desenvolvimento até à atualidade, aliás, o conceito de desenvolvimento mantém-se bastante vinculado à ideia de crescimento económico. Podemos exemplificar de forma simples com a utilização frequente do conceito de crescimento nos discursos políticos e nos documentos oficiais da União Europeia, aliás, a Estratégia 2020 adota os conceitos de crescimento inteligente, crescimento sustentável e crescimento inclusivo (CE, 2010b).

Para compreender melhor o percurso do conceito e das práticas de desenvolvimento ao longo dos últimos 60 anos, é fundamental apresentar e analisar os principais modelos e teorias que têm sido propostos para compreender e explicar as assimetrias e

³ A título de exemplo refiram-se alguns dos principais instrumentos de medida que permitem conhecer níveis do desenvolvimento, nomeadamente: o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, o Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial, o Indicador Sintético de Desenvolvimento Económico e Social, o Índice de Competitividade Municipal, o Índice de Competitividade Regional, o Índice de Poder de Compra, o Índice de Desenvolvimento Humano, entre outros.

desigualdades sociais e territoriais. O principal destaque é para a ciência económica que, durante muito tempo, se apropriou e dominou a sua conceptualização, desde que Adam Smith escreveu, em 1776, a obra *An Inquiry into the Nature and Causes of The Wealth of Nations*, geralmente abreviada como a “*Riqueza das Nações*”, por muitos considerada como o primeiro esboço de uma teoria do desenvolvimento e fundação da ciência económica moderna. Na sua sequência, diversos autores procuraram perceber as causas e perspectivas do progresso das novas sociedades saídas da Revolução Industrial.

1.2. Modelos económicos do crescimento e do desenvolvimento

Desde há muito tempo que o crescimento económico é encarado como um objetivo central da política económica do desenvolvimento. Durante largas dezenas de anos, considerou-se que a transição de um sistema económico para outro significava desenvolvimento económico, o que explica a confusão em torno dos enfoques teóricos do crescimento e do desenvolvimento.

Assim sendo, procuraremos apresentar uma visão panorâmica da evolução do pensamento económico contemporâneo e refletir um pouco sobre as principais correntes teóricas que, em nosso entender, mais se distinguiram no estudo do processo de crescimento *versus* desenvolvimento regional, dos quais destacamos a par da influência Adam Smith, as contribuições de David Ricardo e John Stuart Mill, que se podem considerar como os grandes clássicos ingleses, na medida em que, nos legaram um património intelectual que marcou decisivamente, até aos nossos dias, o desenvolvimento da Ciência Económica, através das mais recentes contribuições dos seus discípulos neoclássicos Joseph Schumpeter e John Keynes e o surgimento de um novo paradigma de desenvolvimento regional.

1.2.1. A escola clássica

O pensamento económico da escola clássica domina a primeira metade do século XIX em todos os países. Esta corrente é impulsionada pela célebre obra “*A Riqueza das Nações*” do economista **Adam Smith**, na qual realiza uma reflexão em torno do processo de enriquecimento das nações, tendo como referência a Revolução Industrial, em curso desde as primeiras décadas do século XVIII.

O pensamento dos economistas clássicos fundamenta-se numa posição liberal e individual dos homens ao maximizarem a satisfação pessoal, com o mínimo de custo ou esforço para obtenção do máximo bem-estar social, sendo a liberdade na procura de riqueza a condição de todo o progresso (Denis, 1990). Na perspetiva de Adam Smith, tal harmonização seria obtida por via de uma “mão invisível” da concorrência, sendo este o fator decisivo do progresso (Murteira, 1982). Assim, o mercado funcionava como se houvesse uma “mão invisível” que regulava as ofertas e procuras através de um livre funcionamento do mercado – ausência de intervencionismo estatal, e com o sistema de preços a determinar as quantidades a serem produzidas e vendidas, gerando de forma automática um equilíbrio económico.

O progresso era motivado pela ideia de satisfação pessoal de cada indivíduo que influenciada pela mão invisível acaba por provocar o aumento do bem-estar da população⁴. Assim, a acumulação de capital, a divisão do trabalho, o alargamento dos mercados (liberdade económica em termos do comércio internacional), desencadeariam uma espécie de egoísmo individual dos agentes económicos, mas que levava ao bem-estar coletivo e ao progresso económico.

A divisão do trabalho proporcionava uma crescente especialização da mão-de-obra que ao favorecer o aumento da produtividade, entretanto apropriada e acumulada pelos detentores dos meios de produção, viria a constituir-se num fator de desenvolvimento (Murteira, 1982). Deste modo, o processo de desenvolvimento estaria dependente, por um lado, da crescente divisão do trabalho e, por outro, da acumulação de capital que desempenhava um papel fundamental no aumento da produtividade dos trabalhadores através de melhores instrumentos/máquinas⁵ (Denis, 1990).

Partindo da teoria da divisão do trabalho, Adam Smith, conclui que o elemento essencial da riqueza é criada pelo trabalho de todas as classes sociais, logo atribui à diferente produtividade do trabalho o facto de umas nações serem mais ricas que outras. Por outro lado, considera que a verdadeira fonte de riqueza é o trabalho – teoria do

⁴ Existência de um crescente interesse pela obtenção de maiores quantidades de bens pelos consumidores na perspetiva de maior satisfação e pelo mais baixo preço, ao invés os produtores ambicionavam maiores lucros, motivo pelo qual pagavam as matérias-primas ao mais baixo preço e vendiam ao mais alto preço possível os seus produtos.

⁵ Smith, embora tenha acompanhado todas as mudanças na indústria têxtil nos finais do século XVIII, não negligenciou que o capital é necessário também na agricultura, na medida em que é “ «de todas as profissões, a mais útil à sociedade» ” (citado em Denis, 1990:195), refere mesmo que é a principal fonte de riqueza de Inglaterra. Isso permitiu-lhe afirmar que o trabalho industrial e o trabalho agrícola devem estar em pé de igualdade.

modo de produção capitalista, mas também defende a existência de um imposto sobre o trabalho de todas as classes da nação, em função das suas possibilidades (rendimentos auferidos). Enquanto os trabalhadores recebiam um rendimento praticamente equivalente às suas necessidades de consumo e/ou de subsistência (poupança quase nula), os proprietários e capitalistas dispunham de um excedente, que seria canalizado para o investimento (Denis, 1990). Ou seja, as fortunas e os rendimentos não são proporcionais ao trabalho de cada um.

As ideias de Smith tiveram continuação em **David Ricardo**⁶, autor que influenciou fortemente a evolução do pensamento clássico económico, contudo, surge numa época em que as perspetivas de desenvolvimento ou crescimento nacional a longo prazo tornam-se mais opacas (consequência direta dos múltiplos conflitos da classe operária) e as contradições do sistema capitalista começavam a manifestar-se a um ritmo crescente. Se, por um lado, se assistia à concentração e centralização do capital enquanto a agricultura tendia para a estagnação, por outro lado, tanto a França como a Alemanha, começavam a concorrer com a Inglaterra nos mercados de matérias-primas e de produtos fabricados. Esta situação acabou por influenciar o pensamento de Ricardo na formulação de uma teoria do crescimento, tendo avançado com uma proposta de comércio internacional livre e sem restrições que proporcionaria uma saída desta crise da lei implacável dos rendimentos decrescentes da agricultura (Murteira, 1982).

Segundo o qual, cada país deveria especializar-se na produção de bens e serviços, cujo custo de produção é mais baixo do que no estrangeiro – teoria das vantagens comparativas⁷. David Ricardo para ilustrar a sua teoria, exemplifica com comparação dos custos de produção de vinho e tecido entre Portugal e Inglaterra, onde conclui que apesar de Portugal apresentar vantagem em ambos os bens, ainda assim, deve especializar-se na produção de vinho⁸.

Em oposição a Smith, Ricardo defende a conceção que explica o valor de um bem pela quantidade de trabalho necessário à sua produção, na medida em que, considera dois

⁶ O principal discípulo de Adam Smith foi provavelmente, dos clássicos ingleses, o autor que mais influência teve na história do pensamento económico.

⁷ É com base na teoria das vantagens comparativas que defende a abolição das famosas leis dos cereais, as quais, segundo o próprio, obrigavam a Inglaterra a produzir a custos mais elevados o cereal quando poderia ser obtido no exterior a preços mais baixos.

⁸ O princípio das vantagens comparativas também serve para explicar a especialização turística de determinados países em turismo de praia e de outros em turismo de neve, na medida em que, pressupõe determinadas condições de partida como, por exemplo, os recursos naturais de cada país, o que, por sua vez, determinará a tal vantagem na produção turística.

tipos de trabalho: o trabalho direto (número de horas necessárias à produção de um bem) e o trabalho indireto (trabalho consubstanciado nos instrumentos de produção).

Outra problemática que identificou e abordou melhor que os seus contemporâneos e antecessores foi a teoria ricardina da renda da terra, segundo o qual, à medida que existe um crescimento da população, vão-se ocupando terras menos férteis ou em localizações menos favoráveis à produção, contudo, os custos de produção nestas terras são mais elevados e os rendimentos marginais decrescem. Esta tendência pode ser contrariada com a introdução de novas técnicas e os preços de mercado a corresponder a esses custos, caso contrário, estas novas terras seriam abandonadas, o que não seria muito favorável, dado o aumento da população. A taxa da renda entre os dois tipos de terras depende da diferença da qualidade, pois o valor da renda é pré-determinado pela diferença entre o valor do produto e o respetivo custo, sendo que o problema de repartição do rendimento coloca-se entre os trabalhadores e capitalistas (Taylor, 2001).

Ricardo preocupou-se, tanto como Smith, com o problema do crescimento económico, daí que apontava o comércio internacional como saída para a crise do capitalismo inglês, quer através de uma aposta nas exportações para ultrapassar a crise de sobreprodução decorrente da insuficiência do mercado interno, quer nas importações de bens e matérias-primas a custos inferiores aos nacionais, contribuindo assim para um aumento da taxa de lucro.

Outro dos mentores da teoria clássica é **John Stuart Mill**, considerado como o último grande representante da economia clássica, é também um socialista de tipo reformista, tendo obtido particular destaque através da sua principal obra, intitulada “*Princípios de Economia Política*” (1848)⁹. Este filósofo ao realizar a síntese da tradição clássica do pensamento económico expõe as leis descobertas por Smith e Ricardo, mas também aproveitou para identificar o que há de mais errado nos seus fundamentos ideológicos. Na perspetiva de Mill, a felicidade dos indivíduos depende tanto dos aspetos quantitativos como qualitativos, logo há diferentes ordens de prazer ou satisfação, pois, como ele escreveu, “Vale mais ser um homem insatisfeito do que um porco satisfeito. Vale mais ser um Sócrates insatisfeito do que um imbecil satisfeito” (citado em Perroux, 1981:184). Na verdade, o crescimento ou enriquecimento das nações por si só não garante espontaneamente uma repartição equitativa das riquezas como conduz ao predomínio de uma ordem inferior de satisfação humana.

⁹ Esta obra exerceu uma influência comparável à da “*Riqueza das Nações*” de Adam Smith (1776).

Stuart Mill procurou transmitir que as leis da matéria e as consequências materiais de determinadas técnicas físicas de produção eram as mesmas, em qualquer sociedade e ao contrário destas, as leis da distribuição são, em parte, “uma instituição exclusivamente humana” (citado em Denis, 1990:499). Ou seja, as primeiras seriam imutáveis, impossíveis de alterar de acordo com a vontade humana, enquanto a distribuição da riqueza deveria ser modificada de modo a possibilitar o progresso das classes trabalhadoras, tendo como finalidade melhorar o nível de vida geral.

Contudo, o grande destaque da sua obra é a convicção de que a taxa de lucro tende a diminuir face ao crescimento da população e da abertura ao cultivo de novas terras, o que faz aumentar o preço das subsistências, provocando uma paragem na acumulação de capital e que designa de “estado estacionário” (Perroux, 1981). Na realidade, Mill pretendia apenas conservar o capitalismo através de uma paragem do desenvolvimento das forças produtivas. Uma ideia impossível de imaginar como descreve Keynes, na sua obra, como se vai ter oportunidade de demonstrar.

1.2.2. A escola neoclássica

O paradigma neoclássico do pensamento económico surge associado a orientação ortodoxa de Ricardo e Mill, no final do século XIX e início do século XX. Em 1871, o economista britânico **William Stanley Jevons**, publicava a “*Teoria da Economia Política*” em que procurava renovar inteiramente a ciência económica da época e apelava, por um lado, a explicação dos fenómenos económicos através de representações estilizadas da realidade suscetíveis de tratamento matemático e, por outro, recuperava o princípio marginal já utilizado por Ricardo¹⁰. No mesmo ano, o austríaco **Carl Menger**, na obra “*Fundamentos da Economia Política*”, analisava os comportamentos do consumidor baseado no mesmo princípio. Em 1874, **Leon Walras** publica a obra “*Elementos de Economia Política Pura*”, contudo, vamos encontrar conceções sobre o problema do valor, idênticas às de Jevons e de Menger. Apesar das muitas diferenças entre as análises feitas por estes autores, as semelhanças de abordagens e conteúdo dos livros era impressionante (Denis, 1990).

Estes três autores são considerados os fundadores da escola neoclássica, pois apresentam nas suas obras uma nova teoria do valor apoiando-se na noção de utilidade

¹⁰ Utilizado no seu estudo sobre a distribuição do rendimento agrícola, o marginalismo baseia-se: na existência de concorrência perfeita em todos os mercados; os sujeitos económicos comportam-se sempre de forma a maximizar as suas utilidades individuais; e as necessidades são insaciáveis.

marginal e na teoria da repartição dos rendimentos, partindo da noção de taxa final de rendimento do capital. Estes pensadores recebem um reconhecimento dos economistas posteriores, pois consideram as suas teorias como uma verdadeira revolução no pensamento económico, com uma passagem de uma economia clássica obsoleta para uma economia neoclássica moderna e científica.

Na verdade, tanto os economistas clássicos e neoclássicos interessavam-se pelo ritmo do crescimento da economia e viam no liberalismo um meio de assegurar um rápido crescimento económico. O neoclássico Jevons afirma mesmo que o crescimento económico é possível desde que as capacidades de produção disponíveis em determinado momento sejam utilizadas da melhor maneira possível quando a liberdade das trocas é respeitada. A sua não preocupação pelo crescimento económico advém do facto de, tal como os clássicos, adotar a ideia de que o crescimento económico depende, essencialmente, do montante da poupança. Nesse sentido, segundo a sua conceção, o que certas regiões da Europa realizam, as outras regiões não desenvolvidas também podem realizar, basta-lhes imitar as nações mais desenvolvidas (Denis, 1990). É perceptível que esta forma de colocar o problema do subdesenvolvimento é, igualmente, uma consequência da tese clássica sobre o crescimento.

1.2.3. O modelo de Schumpeter

Schumpeter, considerado o “Marx burguês”, surge como uma grande figura isolada por assim dizer, numa terra de quase ninguém entre neoclássicos e neokeynesianos. Este economista recusa a ideia de que a economia europeia tende inexoravelmente para um estado estacionário, bem como se opõe de igual forma aos argumentos de Hansen (1939)¹¹. E resolve refutar muito particularmente as ideias daqueles que atribuem as dificuldades da economia capitalista ao facto do tempo das conquistas coloniais ter terminado, apesar de reconhecer o papel desempenhado por estas colonizações no crescimento. Schumpeter opta por colocar o acento tónico no papel da investigação técnica e científica na sociedade – a invenção, e o papel das inovações no progresso

¹¹ Na perspetiva de Alvin Hansen as economias capitalistas desenvolvidas entraram num período em que se manifesta uma tendência muito clara para a suspensão do desenvolvimento da produção, na medida em que: já não existem no mundo terras ricas e não povoadas para ocupar, a população dos países industrializados tende a tornar-se estacionária e o progresso técnico já não exige, para sua realização, tantos capitais adicionais como anteriormente (Denis, 1990).

técnico da dinâmica capitalista no futuro¹², exemplificando com a “conquista do ar” (Denis, 1990; Hjalager, 2010).

A rotura do mundo estacionário e, conseqüentemente, o início do processo de desenvolvimento que decorre das invenções, verificam-se ao nível da evolução económica que explica passíveis inovações, tais como: ao nível da introdução de novos produtos ou melhoria da qualidade de um já existente; introdução de novos métodos de produção; abertura de novos mercados; conquista de novas fontes de matérias-primas ou de produtos manufacturados ou, ainda, ao nível de novas formas de organização de uma determinada indústria que, muitas vezes, alteram profundamente os velhos sistemas produtivos – criação de um monopólio (Matias, 2007). Schumpeter designa estas alterações como inovações, a partir das condições internas do sistema económico e social, enquanto a introdução de uma inovação no sistema produtivo será um “acto empreendedor, e que constitui a tarefa histórica do empresário capitalista.” (Murteira, 1982:85). Com efeito, segundo Schumpeter é o investimento que está na origem do crescimento económico e não a poupança.

Contudo, é no decurso da Segunda Guerra Mundial, em 1942, que Schumpeter procura desvendar o futuro, através da sua obra “ *Capitalismo, Socialismo e Democracia*”, na qual refere que o socialismo vai instaurar-se no mundo, conforme Marx supôs, mas por razões diferentes: “pelo «êxito» do capitalismo, não pelo seu malogro” (Murteira, 1982:85). De acordo com o pensamento de Schumpeter, são diversos os fatores que contribuem para o desaparecimento do capitalismo, entre os quais: a classe burguesa torna-se obsoleta, à medida que a figura do empresário inovador cede lugar à organização estruturada; perda de vigor da ideologia burguesa junto das novas gerações; os intelectuais fruto do capitalismo desenvolvem um espírito crítico do sistema; a figura do Estado passa a ser mais interventivo e regulador para o funcionamento do sistema – capacidade de regulação – não apenas numa lógica nacional, mas também tendo por base, lógicas infra-nacionais e supra ou transnacionais (Murteira, 1982).

1.2.4. Os modelos Keynesianos

Os problemas de reconversão da economia de guerra em economia de paz afetaram a economia mundial até ao primeiro quarto do século XX. Alguns países, como os

¹² Na sua principal obra “Teoria do Desenvolvimento Económico”, em 1912, sustenta que a remuneração do capital (juros ou lucros) é, essencialmente, a remuneração das inovações realizadas pelos empresários dinâmicos (citado em Denis, 1990:557).

Estados Unidos, tiveram crises de reconversão profundas, mas curtas, outros como a Inglaterra passaram por períodos mais longos e outros ainda, experimentaram altas taxas de inflação como França e Alemanha. Ultrapassados os problemas de reconversão, a economia ocidental entrou num curto período de prosperidade, na medida em que, viria a terminar com uma das mais graves crises económicas, em 1929. A Grande Depressão, também vulgarmente denominada a crise de 1929, afetou todas as grandes economias capitalistas mundiais¹³, e terminou apenas com a Segunda Guerra Mundial. Nesta sequência, os empresários reduziram a produção e os investimentos, o que provocou a diminuição da renda nacional e do número de empregos.

É com o objetivo de contribuir para a análise do problema das depressões económicas que, em 1936, **John Keynes** (economista conservador) publica a sua obra “*A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*”, introduzindo uma profunda evolução do paradigma ortodoxo. Keynes procurou interpretar a crise capitalista, para que se pudessem tomar medidas com vista a preservar o sistema. Daí que as suas preocupações são, essencialmente, os problemas do pleno emprego e da arbitrária e desigual distribuição de riqueza e dos rendimentos nacionais, e estabelece que estas duas variáveis económicas estão ligadas por uma determinada proporcionalidade. No seu modelo, Keynes parte da noção de custo de produção nacional, que se desagrega em setor de produção dos bens e equipamentos do setor de produção de bens de consumo. Por sua vez, os custos de produção são formados pelos salários pagos na ocasião da produção e pelos lucros normais (Murteira, 1982).

Na perspetiva de Keynes, a depressão económica decorre do facto de a poupança normal ser superior ao investimento, o que cria desequilíbrios no mercado dos bens de consumo, obrigando os produtores a vender a preços inferiores face aos seus custos, provocando a diminuição dos lucros e do investimento. De facto, diminuir o consumo, para aumentar a poupança, gera na realidade o efeito contrário, pois reduz o investimento, o rendimento e até a própria poupança. A solução para tal situação é aumentar a despesa de consumo ou o aumento do investimento através de uma diminuição da taxa de juro ou do investimento público, com a intervenção do Estado na

¹³ Nos anos que se seguiram à grande crise de 1929, surge uma visão muito pessimista sobre o futuro do capitalismo pela voz de alguns economistas liberais, particularmente nos Estados Unidos. Um desses pessimistas foi Alvin Hansen, que refere na sua obra “*Restabelecimento Integral ou Estagnação*” (1938), com influência de Keynes que as economias capitalistas entraram numa fase de suspensão do desenvolvimento da produção e, conseqüentemente, os investimentos tornaram-se extremamente baixos.

dinamização da economia. Na visão keynesiana, a poupança é fator residual e passivo, na medida em que, é o investimento o elemento motor que, por via do rendimento, na realidade determina aquela. Daqui se conclui que, a insuficiência do investimento é, decisivamente, a causa das depressões (Denis, 1990). É neste contexto que as políticas keynesianas advogam ao Estado um papel mais interveniente ou se quisermos de ator promotor do desenvolvimento, assumindo a responsabilidade de criação da procura quando a mesma se revela insuficiente, quer através de investimentos públicos diretos (financiando investimento em investigação científica e aplicada), em prol do progresso técnico e no aumento do bem-estar das sociedades (Amaro, 2003).

Para concluir, podemos dizer que as primeiras contribuições neoclássicas para compreender as causas do desenvolvimento foram motivadas pela macroeconomia keynesiana. Refira-se, ainda, que os instrumentos analíticos introduzidos por Keynes adaptavam-se facilmente ao tratamento dos problemas de crescimento a longo prazo da economia e é isso que, efetivamente, acaba por suceder por um número considerável de autores pós-keynesianos, desde as contribuições de Harrod, Domar e Kaldor (Perroux, 1981), pois prolongam a análise keynesiana, interrogando-se mais sobre a estabilidade do crescimento e revelando até algum pessimismo quanto à possibilidade de um crescimento estável capaz de assegurar o pleno emprego (Nazareth e Gutierrez, 1975; Denis, 1990).

1.2.5. Os modelos de crescimento endógeno

Da análise ao modelo neoclássico é possível verificar a existência de algumas limitações para explicar alguns dos factos mais relevantes do crescimento económico, daí o aparecimento de novos modelos para explicar as verdadeiras forças económicas que estão subjacentes ao crescimento a partir do progresso técnico.

Assim, no decurso dos anos 80 e nos anos 90 do século passado, a investigação no âmbito da teoria do crescimento assumiu uma estruturação conceptual substantivamente diferente, com a emergência de um conjunto de trabalhos pioneiros de autores como Romer (1986), Lucas (1988) e Rebelo (1991) (citados em Silva e Silva, 2013). Estes modelos procuraram explicar o crescimento económico de longo prazo, deixando cair o princípio dos rendimentos decrescentes do capital do modelo neoclássico de base e adotando o progresso técnico, entendido como o aumento da eficiência na utilização de fatores convencionais de produção. Para estes autores, o significado de crescimento

endógeno advém do “facto de nesses modelos se considerar que o crescimento das variáveis *per capita* decorre de mecanismos endógenos ao sistema económico e não de forças externas à economia” (Silva e Silva, 2013: 167), pelo que a explicação do progresso técnico é feita a partir do comportamento dos agentes.

Estas novas teorias de crescimento endógeno caracterizam-se, assim, por uma diversidade de determinantes explicativas como o investimento em capital público, em capital físico e humano, em capital tecnológico, a divisão do trabalho e a investigação e inovação tecnológica, sendo que na generalidade dos modelos, a consideração do aumento e difusão do *stock* de conhecimentos funciona como força motora do crescimento de longo prazo (Vázquez-Barquero, 1999; Capello, 2007; Stimson, Robson e Shyy, 2009). No entanto, o interesse por explicar o crescimento é bem anterior, estando já presente em trabalhos como de Adam Smith, mas é a abordagem de crescimento endógeno que formaliza estas determinantes pela primeira vez, contribuindo, desta maneira, para o aprofundamento dos seus efeitos.

Assim, o contributo inovador dos modelos de crescimento endógeno não se revela na atribuição ao progresso técnico de um papel motor no crescimento e na sustentação do mesmo, mas sim na integração do progresso técnico como resultante de uma atividade económica renumerada, cujo nível é, por conseguinte, endógeno, e na consideração explícita das diversas formas assumidas pela tecnologia, da respetiva evolução e das suas possíveis influências em termos económicos, tal como ao nível da concorrência de mercado e na estruturação do comércio internacional (Donaghy, 2009). As novas teorias do crescimento endógeno valorizam, neste contexto, o papel de intervenção do Estado, quer enquanto regulador das externalidades, quer enquanto fornecedor de bens públicos, atuando ao nível da formação de capital humano, das infraestruturas e da envolvente empresarial, concorrendo, dessa forma, para o incremento e sustentação da produtividade no setor privado.

Os modelos de crescimento endógeno correspondem, deste modo, à endogeneização do progresso técnico, sendo que a inovação, a acumulação e a difusão de conhecimento tecnológico funcionam como força motora do crescimento económico de longo prazo de um país ou região (Vázquez-Barquero, 1999; Capello, 2007). No modelo de Romer (1986), o crescimento de longo prazo surge associado ao conhecimento novo que é produzido num setor específico da “Investigação & Desenvolvimento” (externalidades associadas à acumulação de capital físico que modificam o *stock* de conhecimento para

todas as empresas), assumindo-se como uma atividade empresarial empreendedora levada a cabo pelas empresas que podem maximizar o retorno dos seus investimentos, através das melhorias da produtividade originadas pela introdução sucessiva de novos bens de capital ou intermédios mais especializados, de carácter endógeno (Donaghy, 2009). Por sua vez, no modelo de Lucas (1988), é a existência de externalidades positivas associadas ao capital humano e/ou grau de conhecimentos que é fonte de rendimentos crescentes à escala. Quer isto significar, uma variação na produtividade dos fatores utilizados na economia segundo o capital humano existente nessa economia.

1.2.6. O novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno e participativo

O conceito de desenvolvimento regional endógeno tem a sua génese nos finais dos anos 70 e início dos anos 80, e está sobretudo relacionado com uma vertente mais académica, no âmbito das investigações sobre o paradigma territorialista e a teoria “*bottom-up*”, as críticas às políticas regionais tradicionais de génese funcionalista que até então vinham sendo implementadas e ao esgotamento dos modelos para explicar a persistência dos desequilíbrios regionais e desigualdades sociais e territoriais a nível mundial.

Para que se compreenda melhor as origens do conceito de desenvolvimento regional endógeno, ter-se-á então que, de forma breve, referir os pressupostos do paradigma funcionalista, antes mesmo de apresentarmos os pressupostos do paradigma territorialista.

O paradigma funcionalista está intimamente ligado à teoria económica neoclássica, defendendo concepções de desenvolvimento “*from above*”, políticas de crescimento económico “*top-down*”, não valorizando as comunidades locais, acreditando sobretudo que os processos de desenvolvimento acontecem por “contágio” – teoria da polarização/teoria difusionista espacial do desenvolvimento que serviu de referência à Europa entre os finais dos anos 50 até ao início dos anos 70 do século XX (Henriques, 1990).

Nesta corrente funcionalista, as estratégias de desenvolvimento e as políticas regionais caracterizavam-se por um crescimento polarizado e setorial, desencadeado inicialmente em alguns setores de atividade económica mais dinâmicos e em determinadas áreas geográficas específicas difundindo-se, posteriormente, através de um processo de difusão para a totalidade do território e aos restantes setores do sistema espacial para a redução das diferenças regionais, utilizando, para tal, recursos exteriores e tecnologia

mais avançada à área que beneficiava de auxílio¹⁴ (Henriques, 1990). Estamos na presença de um modelo urbano-industrial que enfatiza um tipo de desenvolvimento induzido do exterior, que segundo Stöhr e Taylor (1981), o crescimento económico tornava-se possível pela contínua expansão em mancha de óleo de grandes empresas de capital intensivo localizadas, em grandes centros urbano-industrial, uma vez que a utilização da tecnologia mais avançada, as políticas económicas e a criação de infraestruturas permitiriam a formação e o aproveitamento máximo das economias externas e de escala.

A concretização destas estratégias de desenvolvimento regional no quadro do paradigma funcionalista radica num conjunto de instrumentos materializados no aparelho do Estado (planeamento central e controlo da economia), num processo de “cima para baixo”, pouco compartilhado e burocratizado, tendo como característica comum a de traduzirem o propósito de por essa via levarem o desenvolvimento das áreas centrais para as áreas periféricas¹⁵. Este paradigma parte ainda do pressuposto de que as populações não possuem capacidades para resolverem as suas próprias necessidades, tendo que, recorrer a agentes externos, tais como o Estado ou outras entidades, para ultrapassarem as suas dificuldades de desenvolvimento (Duque e Calheiros, 2012).

Na entanto, os instrumentos de política de desenvolvimento regional acabaram por criar as condições do seu próprio insucesso, à semelhança dos últimos 30 anos em Portugal, concentraram-se em fatores que apesar da sua importância não são vitais para promover as bases do crescimento económico, como, por exemplo, “a construção de infraestruturas, a igualização dos rendimentos *per capita*, a distribuição mais equitativa do emprego, esquecendo a criação e o fomento de novas atividades económicas” (Sweeney, 1987:43) [tradução nossa], favorecendo o aparecimento de críticas severas dos especialistas face ao falhanço da difusão espacial do desenvolvimento, uma vez que a aposta na integração funcional com base em mecanismos de grande escala e de aglomeração causaram fenómenos de desintegração espacial (as multinacionais

¹⁴ Nesta abordagem de desenvolvimento de raiz neoclássica o crescimento económico era explicado através do progresso técnico, entendido como o aumento da eficiência na utilização dos fatores convencionais de produção. Isto significa que a inovação passava pelo aumento da produtividade do trabalho através da incorporação de conhecimento científico (motor do crescimento), com a descoberta e construção de novos e melhores processos de produtos (Vázquez-Barquero, 1999).

¹⁵ Veja-se as várias medidas de desenvolvimento que caracterizam este paradigma em Henriques, J. (1990). *Municípios e Desenvolvimento. Caminhos possíveis*. Lisboa: Escher Publicações.

espalharam-se pelo território e as regiões começaram a perder funcionalidade e controlo) (Henriques, 1990).

De facto, a incapacidade do modelo em explicar a cada vez mais complexa distribuição das atividades produtivas ao longo do território e a emergência de padrões autónomos de desenvolvimento em muitas regiões periféricas, a par de um conjunto de efeitos indesejados (deterioração ambiental, concentração urbana, desvitalização rural e fracasso na redução das desigualdades socioeconómicas), levaram ao aparecimento de uma nova proposta de desenvolvimento regional alternativo (Cabugueira, 2000). Estamos a falar de uma nova perspetiva assente em pressupostos de integração territorial do desenvolvimento com base na componente cultural, social e ambiental e na descentralização e participação dos diferentes atores no processo de desenvolvimento de um determinado território – o paradigma de desenvolvimento endógeno e participativo¹⁶ (Vázquez-Barquero, 2005; Santos, 2013).

Os primeiros contributos desta nova abordagem das teorias de desenvolvimento regional devem-se a Friedmann e Weaver (1979), adotando a designação de “territorialista”, bem como a Stöhr e Taylor (1981), denominando-se de “*from below*”, sendo frequentemente traduzida por “ascendente” ou, o que é mais comum na literatura especializada, a “partir de baixo”¹⁷. O paradigma territorialista pressupõe, então, que o desenvolvimento seja desencadeado ao nível das mais pequenas comunidades territoriais, num processo ascendente ou “de baixo para cima” (*bottom-up*), partindo do local para o global. Por outras palavras, altera-se o sentido de desenvolvimento do local até ao nacional, passando pelo regional, ao contrário do que anteriormente se defendia, isto é, medidas de desenvolvimento globais que dificilmente se adaptavam às realidades locais.

Nesta perspetiva, as trajetórias de desenvolvimento emanam basicamente de um processo endógeno de criação, valorização e qualificação de recursos regionais e locais, o que implica a mobilização integral de todos os recursos e potencialidades existentes nas comunidades territoriais (naturais, humanos e institucionais), para satisfação das necessidades básicas, melhoria dos níveis de rendimento e de qualidade de vida das respetivas populações com base em critérios igualitários e, em particular, a mobilização

¹⁶ O conceito de desenvolvimento endógeno está indiscutivelmente associado ao surgimento das teorias de crescimento endógeno.

¹⁷ Outras declinações destas teorias tomam as designações de “autocentrado” (Senghaas, citado em Henriques, 1990) e “endógeno” (Greffé, 1986).

daqueles que se encontram associados e envolvidos no próprio processo de desenvolvimento de um determinado território (Henriques, 1990; Cabugueira, 2000; Tödting, 2011). Trata-se de um modelo de desenvolvimento alternativo aos modelos tradicionais, na medida em que, defende a criação de condições facilitadoras, a nível nacional, para a ação das comunidades locais de forma participada, em contextos como os territórios rurais de baixa densidade.

No novo paradigma, territorialista, o território compagina, no essencial, o substrato e o sujeito de fertilização para a descentralização das políticas e da participação dos diferentes atores locais no processo de desenvolvimento, em oposição a lógicas funcionalistas (Tödting, 2011). Por um lado, a teoria do desenvolvimento endógeno considera que o crescimento económico é um processo caracterizado pela incerteza e aleatoriedade, condicionado pelas características de mudança do mercado e pelas decisões dos atores, em oposição a teoria do crescimento endógeno que entende-o como um modelo de equilíbrio móbil de tipo neoclássico. Por outro lado, a teoria do desenvolvimento endógeno destaca o papel que o território assume nos processos de desenvolvimento, na medida em que, o território é considerado nas decisões de investimento e localização das empresas, adotando uma postura de ator ou sujeito ativo e não de mero recetor na tomada de decisões dos agentes ou “*inputs*” externos, em virtude dos recursos, do conhecimento técnico acumulado e das formas de organização da produção (Vázquez-Barquero, 1999; Duque e Calheiros, 2012).

Neste âmbito, torna-se premente aumentar o poder, as competências e as capacidades das populações (*empowerment*)¹⁸ e das associações locais e regionais na tomada de decisões político-administrativas, no sentido de serem estas a delinear o seu próprio caminho “*bottom up*”, porque são elas que melhor conhecem os seus problemas, as oportunidades e as necessidades não satisfeitas (Stöhr e Taylor, 1981), a que se procura dar resposta, utilizando os seus recursos endógenos em complementaridade “com os recursos exógenos numa perspectiva de fertilização mútua” (Amaro, 2001: 166). Neste processo, os fatores externos e endógenos tornam-se cada vez mais interrelacionados e inseridos em teias complexas e multi-escalares de interdependências económicas e sociais (Tödting, 2011), por um lado, e, por outro lado, deverá ser fomentado o envolvimento dos atores e entidades locais na captação de investimentos e criação de

¹⁸ Esta visão de participação e cidadania tem como origem o conceito de desenvolvimento comunitário, nos anos 50 e 60.

novas atividades produtivas de dimensão adequada, que permitam a transformação progressiva do sistema económico regional e local (Henriques, 1990).

No entanto, para isso acontecer, é preciso que se proceda à adoção de metodologias participativas nos processos de desenvolvimento, desde a conceção e decisão até a avaliação, passando pela execução, direção e acompanhamento, por um lado, e, por outro, que exista uma descentralização a nível local e regional da política de desenvolvimento territorial, numa lógica multidimensional e integrada das forças sociais e económicas existentes na elaboração de estratégias de ação, pelo que a formação de redes pode desempenhar um papel fundamental para ultrapassar alguns dos constrangimentos.

Note-se, aliás, que um dos fatores estratégicos do desenvolvimento económico em geral e do desenvolvimento turístico em particular é a existência de redes de cooperação, na medida em que, facilitam a partilha quer de recursos quer de conhecimentos e formas de atuação, bem como a convergência de esforços, estimulando a dinâmica económica e o desenvolvimento de áreas rurais desfavorecidas e marginalizadas, por exemplo¹⁹. Ora, por se tratar de uma metodologia participativa, terá que se admitir a articulação entre mecanismos de desenvolvimento ascendentes e descendentes, entre atores locais e atores exteriores, entre o local e o nível nacional, incluindo o poder regional (Tödtling, 2011). Para que uma política de desenvolvimento local e regional seja eficiente é vantajoso que se produza uma sinergia entre as ações “acima-abaixo” que surgem devido à unicidade de cada localidade e de cada território, o que pressupõe igualmente uma articulação com as políticas sectoriais e regionais (Cabugueira, 2000).

Deste modo, as estratégias de desenvolvimento local ganham em efetividade se existir uma instrumentalização através de um nível de intermediação entre o Estado e a sociedade, reconhecendo-se as organizações de carácter horizontal, tais como, as agências de desenvolvimento, uma solução para colmatar o vazio existente nas comunidades, particularmente rurais.

1.3. Desenvolvimento nacional, regional e local

O desenvolvimento, diz Simões Lopes é para pessoas, não para algumas mas para todas, onde quer que elas vivam. O desenvolvimento só faz sentido em termos concretos, reais

¹⁹ Mais adiante iremos deter-nos com especial atenção sobre este tema.

e em função das pessoas, onde elas vivem (Lopes, 2002 e 2006). Ou seja, o desenvolvimento é uma necessidade de todos os territórios e a qualquer momento, daí que o desenvolvimento só é possível com a participação do cidadão, independentemente do tipo de desenvolvimento.

Com efeito, se os benefícios do desenvolvimento devem ser para todos os indivíduos, então não podemos deixar de considerar a variável espaço, uma vez que expressamente se tem em conta, o local onde as pessoas vivem²⁰. Segundo Simões Lopes (2002) é a consideração desta variável que vem confirmar a afirmação de que o desenvolvimento é desenvolvimento regional, e é desenvolvimento local. O autor afirma ainda que não pode haver desenvolvimento nacional que não seja desenvolvimento regional e/ou local, a menos que nos abstraíssemos da componente espacial em que se localizam as pessoas, os recursos e as atividades e nos limitássemos a pensar o desenvolvimento regional/local em termos de desenvolvimento da região ou da localidade, uma ideia completamente ultrapassada, pois as regiões são vistas cada vez menos isoladas e, cada vez mais, no sistema a que pertencem (Lopes, 1983). Na realidade as regiões estão cada vez mais interdependentes entre si, apesar das desigualdades registadas na maioria dos relacionamentos de nível horizontal e vertical, resultante quase sempre da competição entre cidades, regiões e territórios para atrair investimentos geradores de emprego e de riqueza. No entanto, esta rede de dependência é absolutamente condicionadora da sua evolução e, conseqüentemente, do seu desenvolvimento, isto porque nem todas as regiões têm as mesmas condições de concorrência.

A existência de um quadro de interligações desta natureza e complexidade não pode ser menosprezado em termos de análise do desenvolvimento regional, de planeamento regional e muito menos em termos de políticas regionais, isto é: importa ao nível da desagregação ao nível da variável espaço a caracterização do todo (país) sem descurar as características das partes (regiões), importa por isso conhecer as relações entre as partes e o todo, bem como as relações entre cada uma das partes e as relações dentro de cada uma das partes (Lopes, 1983). Assim, não faz qualquer sentido falar de desenvolvimento nacional, regional e local como de conceitos distintos se tratassem.

²⁰ O processo de desenvolvimento pode ser observado segundo vários níveis geográficos como por exemplo: global, continental, subcontinental, nacional, regional, sub-regional e local. Estes espaços geográficos onde se constata diferentes níveis de desenvolvimento (dificuldade de articulação e relação entre os diferentes níveis), são classificados através de tipologias, sendo exemplo a tipologia de João Ferrão (2000) que inclui cinco tipos: centros urbanos; áreas rurais “centrais”; áreas rurais “periféricas”; áreas rurais “marginais” e áreas rurais “profundas”.

Por outro lado, a conceptualização do desenvolvimento e, mais importante do que isto, a implementação de políticas conducentes ao desenvolvimento diferem consoante a zona geográfica em que ocorre ou pelo menos deveria funcionar assim, pelo que importa conhecer os diferentes problemas e oportunidades de cada país, região ou localidade, pois as sociedades contemporâneas são abertas e grande parte dos problemas exigem uma abordagem multinível e/ou nas diferentes escalas. Deste modo, o diagnóstico e as respostas tomam diferentes formas e dinâmicas em função das condições específicas de cada comunidade e de cada subsistema, quer ao nível dos seus recursos humanos e naturais, quer da abertura da economia nacional, regional e local, da sua especialização produtiva e da sua capacidade de organização.

Não se estranha, por isso, as preocupações da União Europeia em considerar a dimensão espacial como determinante e condicionante das medidas de política económica de desenvolvimento, nos últimos anos. Por exemplo, nesta última década, o pensamento sobre o papel da política regional obteve forte destaque na esfera da Comissão e dos Estados Membros, ao influenciar o discurso político e o desenho de instrumentos de desenvolvimento regional assente na dinamização das regiões da Europa.

De entre os diversos instrumentos orientadores da política regional, importa destacar pela sua relevância para o ordenamento do território e pelo seu impacto político e científico, o “Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário” (EDEC)²¹, quer enquanto documento intergovernamental (referencial estratégico) e processo chave em torno do próprio conceito de coesão territorial²², quer enquanto elemento indicador da importância da dimensão territorial nas políticas públicas em diferentes níveis de decisão (comunitário, nacional e regional). É nesta altura que se questiona a segmentação das políticas e o perigo de não atendermos a heterogeneidade de ligações entre o urbano e o rural, que variam de país para país e de região para região. O EDEC constitui o atual guião de orientação da política regional da União Europeia, em articulação com grande parte das políticas estruturais e políticas nacionais de desenvolvimento territorial, mas também à ação das coletividades regionais e locais,

²¹ O EDEC resultou de um longo processo de trabalho técnico, científico e político sobre o futuro desejável para o território da União Europeia, realizado pela Comissão Europeia e pelos Estados Membros, em 1999 (Ferrão e Mourato, 2010).

²² A coesão territorial passa pelo desenvolvimento harmonioso dos territórios, independentemente da escala, europeia, nacionais, regionais, locais, e pela possibilidade dos seus habitantes tirarem o melhor proveito das características de cada um deles.

tendo em vista o desenvolvimento equilibrado e sustentável²³ do território europeu, no respeito da sua diversidade regional de cada um dos Estados-Membros (Mourato e Pires, 2007). Em termos genéricos, o EDEC pretende responder aos desafios: da coesão económica e social, do bom uso dos recursos naturais e preservação do património cultural e de uma competitividade económica mais equilibrada de todas as regiões europeias e a redução das assimetrias interregionais de desenvolvimento com maior intensidade nos territórios menos desenvolvidos da União, segundo os princípios do desenvolvimento sustentável²⁴ e num quadro de cooperação institucional (CE, 1999).

De acordo com o princípio de subsidiariedade, consagrado no Tratado da União Europeia, “a sua aplicação efetua-se ao nível da intervenção mais adequada e de acordo com a vontade dos diversos agentes do desenvolvimento do território” (CE:1999:80), isto é, quando se confrontam escalões de decisão supranacionais e níveis de decisão nacionais, ou à escala dos países, passamos a ter como adquirido que as decisões políticas a adotar devem ser atribuídas aos níveis decisórios mais competentes, o nacional, o regional e o local, segundo a natureza das matérias.

No entanto, segundo a perspetiva de Baleiras (2014), as políticas públicas, embora possam ser decididas a nível nacional ou regional, são bens públicos locais porque as pessoas são as destinatárias das políticas. Duque e Calheiros (2012) levam mais longe este argumento e defendem que as políticas de desenvolvimento devem ser definidas e aplicadas a partir da esfera local. Os autores acrescentam, ainda, que o novo modelo de desenvolvimento caracteriza-se pelo retorno à esfera local, apesar da esfera global continuar a prevalecer na relação de dominação e de fascínio pelo local. Para contrariar a eventual cultura de alienação, os diferentes atores locais devem criar as condições necessárias para a captação de investimentos que permitam desenvolver atividades económicas potenciadoras da esfera local e que desenvolvam influências à escala

²³ Segundo o Relatório de Brundtland das Nações Unidas, o conceito de “desenvolvimento sustentável inclui não só desenvolvimento económico que respeite o ambiente, mas também um desenvolvimento territorial equilibrado” (CE, 1999:11). Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em 2009, a coesão territorial passou a ser um objetivo constitucional da União Europeia.

²⁴ Estes desafios encontram-se refletidos na resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) designada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, concebida pela comunidade internacional a 25 de setembro de 2015, em Nova Iorque (<https://sustainabledevelopment.un.org/>). Esta nova agenda apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2016-2030), desdobrados em 169 metas, que devem ser implementados por todos os países do mundo nos próximos 15 anos, através da adoção de políticas nacionais e medidas de cooperação internacional, mas articuladas com as diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento regionais. Ora uma das metas é conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera emprego, promove a cultura e os produtos locais, até 2030 (UN, 2015).

global, uma vez que as estratégias de desenvolvimento apontam para uma valorização das complementaridades entre a dimensão económica, política, social e cultural; a valorização da imaginação e inovação; o apelo às solidariedades endógenas e exógenas; a afirmação de projetos comuns e a construção de redes entre os agentes locais pela mobilização e valorização dos recursos regionais.

É de lamentar que, no caso português, continue em busca de um nível decisional de nível intermédio, entre a governação central e a local. Dito de outro modo, somos um país demasiado centralista com forte influência do exterior e descentralizado na base (GAL, ADLs, câmaras municipais, por exemplo), mas incapazes de organizar o espaço intermédio que poderíamos designar de “terceiro-estado”, de que é exemplo as comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR) e as comunidades intermunicipais (CIM). Aliás, a inexistência de uma política de regional aplicada de forma sistemática no nosso país tem sido apontada como a principal causa para os desequilíbrios regionais, porque uma boa política de desenvolvimento regional envolve muito mais que uma gestão de fundos comunitários. Refere a este propósito Simões Lopes (1984), considerado por muitos como o pai da Economia Regional no nosso país, que “nunca houve política regional em Portugal embora de há muito se fale dos desequilíbrios regionais e da necessidade de os corrigir” (Lopes, 1984:331), pese embora o importante contributo das autarquias no processo de desenvolvimento regional.

1.4. Principais referências conceptuais do conceito de desenvolvimento

Dado o enfoque da nossa investigação, é essencial clarificar à partida o significado de alguns conceitos associados a temática do desenvolvimento, sendo que, inevitavelmente, outros há que não-de aparecer no decurso deste trabalho.

Apesar do elevado número de trabalhos da comunidade científica em torno das questões que envolvem a temática do desenvolvimento, este campo depara-se com uma confusão que usualmente se comete em torno dos conceitos de espaço e território e região ou participação e *empowerment*, confusão essa que advém de utilizações por vezes descuidada dos conceitos quando se pretende abordar as questões referentes ao desenvolvimento local e regional.

Daí que há, pois, todo o interesse da nossa parte em contribuir para o desaparecimento dessas confusões entre conceitos, através da apresentação de um conteúdo bem definido de cada conceito, com apoio na revisão da literatura.

1.4.1. Espaço e território

Falou-se anteriormente de espaço como variável a desagregar, se dos factos se deseja uma visão realista de todo o sistema através de uma análise da interdependência, pois as partes do espaço são subsistemas de sistemas mais vastos em que se confrontam e interagem entre si múltiplas forças decisórias, no sentido de constituírem um todo organizado.

Segundo Lopes (1984), o conceito de **espaço**²⁵ pode definir-se a partir de um conjunto de dados económicos localizados, em que as localizações podem ser dispersas, descontínuas, porque o que na verdade dá unidade ao espaço são as suas características e o tipo de relações de interdependência. Numa outra aceção, Henri Lefebvre (1991) refere que o espaço (produto material) é a materialização da existência humana, assim sendo, chega-se à noção que esse mesmo espaço constitui uma dimensão da realidade, sendo por isso detentor de um carácter multidimensional.

Para uma correta análise conceptual ao conceito de espaço é necessário defini-lo como detentor de uma composicionalidade, isto é, o espaço compreende e só pode ser compreendido em todas as suas dimensões que o constituem. Esta simultaneidade expressa as propriedades do espaço em ser produto e produtor, é movimento e imutabilidade, é processo e resultado, é lugar de partida e de chegada. Por outro lado, o espaço é uma completude, na medida em que, possui a qualidade de ser um todo mesmo sendo apenas parte.

Esta amplitude conceptual potencializa um conjunto de utilizações distintas como, por exemplo: os espaços políticos, económicos, culturais e os ciberespaços, que resultam das relações dos homens (produtores de espaços), e entre estes e a natureza, transformando assim esse espaço, alterando as paisagens, construindo territórios, regiões e lugares com novas formas, funções e significados. A complementaridade é a

²⁵ É importante realçar que o conceito de espaço e toda a problemática associada emerge apenas entre o final dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX, nas primeiras concepções e ações de desenvolvimento planificado. Surge indissociavelmente associado ao esgotamento da visão funcionalista do desenvolvimento e à emergência de uma nova corrente, designada territorialista ou do desenvolvimento endógeno.

razão pela qual o espaço social contempla o espaço envolvente, produzindo um espaço geográfico e/ou social específico, designado de território (Fernandes, 2005).

Num sentido mais amplo, o **território**²⁶ é um meio físico, delimitado por uma fronteira que o ordena (determinado por uma relação social que o produz), que mesmo não estando traçado, como em geral ocorre, está sob a jurisdição político-administrativa de uma entidade espacial (individual ou coletiva, pública ou privada) que serve de suporte a práticas diversas e é produto dessas práticas, o que “implica uma apropriação, um [planeamento e] ordenamento, uma identificação por parte de um grupo social” (Gaspar, 2004:182). E pelo facto de possuir limites e fronteiras, torna-se, muitas vezes, num espaço de conflitualidades associado também às dimensões de poder e controle social que lhe são intrínsecas.

O território também pode ser definido como uma fração do espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais, mas também pode ser definido como uma fração do espaço geográfico, como realidade material e/ou objetiva (países, regiões ou aldeias) e como realidade imaterial e/ou subjetiva (conhecimento, mente, etc.). Por outro lado, o território pode ser interpretado enquanto espaço em que existe uma identidade de pertença e uma representação simbólica (identidade cultural), espaço de ação da sociedade e de interação social, na medida em que, tanto pode ser uma ferramenta como um recurso ou suporte para o desenvolvimento económico e social, distinguindo-se pelo seu relacionamento com outros territórios de diferentes escalas e dimensões.

O território é cada vez mais um espaço-suporte e um espaço-produto para o turismo, uma vez que é nele que se estruturam os produtos turísticos com o aproveitamento dos recursos e atrações turísticas, é nele que os grupos de interesse investem como é para ele que a procura turística se direciona. A este propósito Fernandes e Carvalho (2003) defendem que, atualmente, o território não é “um agente passivo ou mero suporte físico dos processos de desenvolvimento (...) [ele constitui-se como] um agente ativo e dinâmico que contribui (...) para gerar vantagens competitivas” (Fernandes e Carvalho, 2003:195). Significa isto que, o território é um recurso estruturante em qualquer processo de desenvolvimento local, sub-regional, regional e nacional, sendo

²⁶ É um conceito que tem sido fortemente teorizado e precisado, desde a década de 70 do século XX, razão pela qual se constata a existência de um conteúdo semântico polissémico. A evidenciar esta multiplicidade estão as oito definições apresentadas por Ferrier, J. (2003). Territoire. In Levy, J. & Lussault, M. (eds.), *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin.p.912-917.

fundamental considerar-se as questões da gestão e do planeamento no quadro do turismo.

Repare-se que o desenvolvimento da sociedade reproduz novas formas territoriais ou territórios transformados, que surgem a partir da evolução das relações entre homens e espaço. Talvez não seja sem fundamento que Vidal (2005:4) afirme que “ o território está na base da governança actual e futura. Não de se pode continuar pensando que os povos, cidades, províncias e regiões são apenas o espaço de aplicação das políticas decididas a nível nacional e internacional”.

1.4.2. Conceito de região

O conceito de **região**, também, provoca inúmeras interpretações e defini-la com clareza mostra-se difícil, constituindo uma temática bastante controversa nas diversas áreas de conhecimento (Araujo e Bramwell, 2004), ou como nos refere o fundador da ciência regional, Isard (citado em Benko, 1999:17) “o conceito de região é enganador” e não é nada mais de que uma “simples generalização do espírito”.

As regiões e os países desempenham, como quadros territoriais de análise, um papel extremamente importante. Porém, enquanto os territórios a nível nacional são resultado objetivo de um processo histórico ou político relativamente sedimentado, as regiões nem sempre tiveram uma existência evidente, objetiva e/ou pacífica, até porque se integram para formar países. Isto explicará em parte as razões porque não têm sido unanimemente aceites da mesma forma, nem têm sido utilizadas com finalidades análogas, o que, em grande medida, se deve ao carácter interdisciplinar das políticas territoriais e do elevado número de disciplinas envolvidas na análise regional.

Para alguns especialistas, como refere Simões Lopes (1984) a ideia de região “é uma entidade real, objetiva, concreta, que pode ser facilmente identificada, quase que uma região natural; para outros não é mais do que um artifício para classificação, uma ideia, um modelo” (Lopes,1984:31), que permite realizar segundo critérios definidos uma análise espacial ao objeto de estudo, pois a região é um instrumento de análise descritiva segundo determinados critérios.

Na perspetiva de Boudeville (1969) a região tem de ser definida de forma mais restrita, não resultando das restrições de fatores ligados à dimensão mas sim a razões de contiguidade, isto é, elementos que compõem a região têm de localizar-se

necessariamente em forma de continuidade territorial ou geográfica, pelo que realizam entre si, muito provavelmente, relações de troca mais intensas e melhor hierarquizadas. Pode afirmar-se que é o efeito de contiguidade que permite objetivar a noção de região e ao mesmo tempo distingui-la do conceito de espaço. Apesar de tudo apenas permanecerão, tanto em relação a uma como a outro, os problemas de escala. Eis que surge a questão de como classificar o conceito de região e qual deve ser a sua dimensão?

Assim baseando-nos em autores como Stöhr (1969) e Lopes (1984), verificamos que como método de classificação o conceito de regiões passou por duas fases distintas, um pouco associadas ao domínio de preocupações de análise e de planeamento. Numa primeira fase existiu a preocupação de construir “regiões formais”, isto é, áreas geográficas dotadas de uniformidade relativa ou uniformidade face a determinado atributo ou variável, que começou por ser predominantemente físico para mais tarde ser de cariz económica e, mais recentemente de cariz social e político. Numa segunda fase as preocupações viram-se para o funcionamento das regiões no sistema e procuram-se as “regiões funcionais”, áreas geográficas com coerência funcional a avaliar a partir das relações de interdependência. Na base da definição das regiões funcionais²⁷ estão preocupações associadas à natureza e intensidade das interações de ordem económica, frequentemente identificadas no espaço por polos (industriais), nós (de comunicação) ou centros (de serviços), pontos de elevada intensidade de relações.

Na definição de regiões formais dominam preocupações com a homogeneidade. Deste modo, surgem três critérios essenciais para a definição de região: homogeneidade, polarização e o critério de política, planeamento ou programação, devendo as regiões-plano revelar coerência ou unidade perante decisões de política económica (Boudeville citado por Lopes, 1984).

Nas investigações destinadas ao esclarecimento do conceito de região, estudiosos como Boudeville (1969), Perroux (1963) e Richardson (1969), elucidam quanto aos espaços económicos atribuídos à região: região homogénea, região polarizada e região-plano.

As regiões homogéneas, de inspiração agrícola, definem-se por uma dispersão mínima das características de cada unidade elementar em relação à média do conjunto. Para que

²⁷ O conceito de “região funcional” constitui um referencial de partida no Relatório Barca (2009), na medida em que, podem ser definidas em contexto de política de desenvolvimento como um território caracterizado por um conjunto de especificidades comuns potenciadoras de um determinado tipo de desenvolvimento.

uma região seja homogénea é necessário que a variabilidade dos indicadores de caracterização escolhidos se contenha dentro de determinados limites. É evidente que as regiões homogéneas vão variar de atributo para atributo e segundo o grau de exigência de uniformidade.

Segundo Richardson (1969), o conceito de região *homogénea* está relacionado com o ponto de vista de que as áreas geográficas podem estar ligadas como uma região única quando partilham de características idênticas (de cariz económico, social ou político). Na aceção de Boudeville (citado em Cabugueira, 2000) uma região é considerada homogénea quando as unidades espaciais separadas podem ser ligadas por características comuns, como, por exemplo: físicas, geográficas e recursos naturais comuns.

Contudo, áreas que são semelhantes sob alguns aspetos podem ser dissemelhantes noutros e esta tem sido uma das grandes dificuldades na definição das regiões homogéneas. Outra dificuldade encontrada é o facto das relações económicas internas e externas, assim como os efeitos que resultam de um específico tipo de estrutura, ficarem ausentes das preocupações dos seus defensores. Acresce ainda outra dificuldade relacionada com o facto da maioria das regiões conterem quer áreas urbanas quer rurais.

Por isso, há necessidade de recorrer a outros critérios, como o critério da *polarização*, pois a uniformidade deixa de ser uma preocupação para agora interessar os fluxos e as relações de interdependência. A região polarizada é definida por Lopes (1984:37), “como uma área na qual as relações económicas internas são mais intensas do que as estabelecidas entre regiões exteriores a ela”. Ou seja, o espaço polarizado é um conjunto de polos económicos que mantêm mais trocas e relações com um polo de ordem superior do que com outros da mesma ordem.

As regiões polarizadas são constituídas por unidades heterogéneas, todavia funcionalmente ligadas entre si através de fluxos (os fluxos mais fortes polarizam-se no sentido do centro dominante). Em redor de cada nódulo existe uma zona de maior influência, na qual se verifica uma interação de diferentes níveis, contudo, à medida que nos afastamos de um centro de controlo a intensidade de fluxos diminui, como é verificável entre grandes cidades, pequenas cidades, aldeias ou áreas menos povoadas²⁸.

²⁸ A análise de fluxos é realizada através de dados referentes a comunicações, a movimentos da população, a transportes comerciais, entre outros.

Constata-se, portanto, que o crescimento económico não ocorre em toda a parte, aliás ocorre de forma desequilibrada por via dos polos que se propagam. François Perroux (1963) sugere que o desenvolvimento regional deve passar pela contemplação dos espaços que reúnem melhores condições de crescimento, na medida em que, o investimento na constituição desses polos irá provocar um processo de crescimento económico por difusão dos efeitos de um determinado investimento concentrado no conjunto da economia.

Por último, o critério de *planeamento* que está por detrás das regiões-plano é um critério de compromisso que procura aproveitar as vantagens que os outros dois critérios podem trazer, tentando estabelecer um quadro espacial mais adequado às políticas territoriais de âmbito regional. Para Lopes (1984:45), são três as condições mínimas que se devem verificar na criação de regiões-plano: “a) dimensão equilibrada e número não muito elevado de regiões; b) mínimo de homogeneidade; c) existência em cada uma de um pólo (pólo ou centro, tudo dependendo do modelo de planeamento) dinamizador da região”.

Richardson (citado em Cabugueira, 2000) apresenta-nos uma definição de região no contexto do planeamento, segundo o qual “uma região de planeamento é uma área na qual se aplicam decisões económicas, dando este facto uma unidade à área” (Cabugueira, 2000:110). O autor acrescenta ainda algumas soluções em termos da delimitação das áreas: os seus limites devem obedecer às fronteiras das regiões económicas naturais; a unidade de planeamento ideal variará segundo a natureza do problema em estudo; a unidade ótima depende do horizonte de tempo de planeamento, na medida em que, decisões a curto prazo podem ser adotadas em áreas pequenas, decisões sobre investimento a médio prazo (quatro a dez anos) podem ser tomadas dentro de regiões existentes, ao contrário dos problemas de desenvolvimento a longo prazo, que requerem a coordenação de infraestruturas e de outros investimentos básicos, necessitam de áreas de investimento muito grandes, possivelmente, abrangendo várias regiões (Cabugueira, 2000).

1.4.3. Participação e *empowerment*

A noção de participação também merece destaque porque é, ainda, hoje, alvo de diversos equívocos e reflete simultaneamente uma grande ambivalência. Uma das razões para esta situação resulta da palavra “participação” ter sido usada para situações

muito díspares por pessoas diferentes, contribuindo para um certo esvaziamento do seu significado, apesar da importância da participação de todos os *stakeholders* no processo de definição da mudança ter aumentado, desde os anos 60 e 70²⁹. Na atualidade, a participação constitui uma condição *sine qua non* para a legitimação de uma ação de mudança, a qual se pretende que seja viável e duradoura.

Para Caldeira (citado em Henriques, 1990:27), a **participação** “concretiza-se no envolvimento das populações na resolução dos seus próprios problemas em torno da criação de «comunidades de interesse»”. Desta ordem de ideias, a participação é entendida por Henriques “como organização autónoma e voluntária para a defesa de interesses ou para a concretização de objetivos comuns.” (Henriques, 1990:27). Ou seja, a participação poderá assumir dois figurinos: ser entendida como colaboração com iniciativas tomadas pelo poder e que estão presentes nas diferentes escalas territoriais, podendo, contudo, existir contradições entre si (apoio municipal a lutas sindicais, defesa da Reforma Agrária, etc.). Por outro lado, a participação pode assumir aspetos organizativos e expressivos de interesses que se apresentam, por exemplo, contrários à iniciativa que tem origem no poder (partidos políticos, movimento cívico pela linha do Tua, movimentos contra o encerramento de serviços no interior do país, etc.).

O PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) faz a distinção entre dois tipos de participação, isto é: por um lado, a participação como um meio, sendo neste caso um processo onde as pessoas cooperam e colaboram na introdução de programas ou projetos de desenvolvimento; por outro lado, a participação como um fim, e neste caso a participação é vista como um objetivo em si mesma (PNUD, 1997). Esse objetivo é expresso através do *empowerment*³⁰ das pessoas, no que se refere à aquisição de competências, conhecimentos e experiências, os quais possibilitam a aquisição de responsabilidades no seu processo de desenvolvimento. Na perspetiva de Guerra (2002), apela a um “compromisso” entre todos os intervenientes de um processo e muito em particular os líderes naturais e a população em geral que constituem os seus destinatários. Exige-se, assim, uma tomada de consciência das populações e

²⁹ De ponto de vista histórico, o termo “participação” remonta para as “tentativas de reconciliação das relações entre capital e trabalho”, nos anos 60 e 70. Nos anos 90, houve em quase todos os países da Europa, “formas desastrosas de participação na vida das cidades”, marcada por assaltos ao centro da cidade, motivados por jovens e mulheres, bem como a população local promovia incêndios a lares de emigrantes, etc. (Guerra, 2002:100).

³⁰ Para aprofundar o desenvolvimento do conceito, ver a obra de Friedman, J. (1996). *Empowerment: Uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta Editora.

comunidades sobre os seus problemas e capacidade de solução e de envolvimento na tomada de decisões, nas ações de (re)construção do seu território e na contínua avaliação dos projetos de ação, por exemplo. Diga-se, contudo, que esta tomada de consciência é uma condição necessária para que o projeto se possa designar de desenvolvimento.

Constata-se, portanto, que a participação capacita as comunidades ou grupos a vários níveis, no desenvolvimento das capacidades de auto-ajuda, ação coletiva e responsabilização na tomada de decisão através de metodologias participativas³¹. Por conseguinte, haverá maior capacidade de resposta dos diferentes atores aos desafios que são impostos pela crescente complexidade da sociedade, e origina a mobilização das pessoas para a elaboração de projetos que permitem a resolução de problemas e/ou necessidades por elas sentidas, fomentando um processo de descentralização governamental, o qual é auxiliado pela transferência de recursos e poderes de decisão para níveis próximos das populações, contribuindo para o processo de *empowerment* das comunidades (Schiefer, Bal-Döbel, Batista, Döbel, Nogueira e Teixeira, 2006).

É importante sublinhar que este processo só tem viabilidade pela cooperação em parcerias e em redes entre atores do território, tanto mais que é nos meios de baixa densidade relacional que se promove este movimento alternativo, baseado em estratégias ou programas com incidência direta nos territórios (*top-down*) ou enquadrando intervenções integradas de base territorial descentralizadas e participadas. A título de exemplo, lembrem-se a “Iniciativa Bairros Críticos” (com incidência em três bairros metropolitanos de Lisboa e Porto) e a Iniciativa Comunitária LEADER³².

³¹ Segundo Isabel Guerra (2002), a introdução de metodologias de participação encontra-se associado as novas conceções de desenvolvimento endógeno (de baixo para cima) e ao alargamento das bases da democracia.

³² Estas iniciativas práticas são auxiliadas por modelos de intervenção de diferentes latitudes, aplicados em contextos diversos, entre os quais se destacam: MAPA (Método Aplicado de Planeamento e Avaliação); GCP (Gestão de Ciclo de Projeto); MQL (Análise/Método do Quadro Lógico); MPPO (Metodologia de Planeamento de Projetos por Objetivos); MAPP (Método Altadir de Planeamento Popular (MAPP); Metodologia ZOPP; entre outros (Schiefer, Bal-Döbel, Batista, Döbel, Nogueira e Teixeira, 2006).

1.5. Territórios rurais de baixa densidade: uma perspetiva do modelo de desenvolvimento territorial policêntrico

Num contexto de contemporaneidade em que se fala tanto do problema da baixa densidade, por muito discutida, a questão não é fácil. No entender de autores como Bento, Ramos e Azevedo (2013:570), apesar do conceito de território de baixa densidade ser, supostamente, “simples e intuitivo, remetendo para um território rural com uma densidade populacional inferior a um limiar previamente fixado”, a sua aplicação é, no entanto, bem mais complexa, produzindo diversas interrogações e dificuldades. Na perspetiva de Covas e Covas (2015), tem-se discutido demasiado um conceito impregnado de discursos inflamados, de dogmas repetidos, mas que é recorrentemente utilizado como arma de arremesso para justificar opções políticas inconsequentes ou inoperacionais, ou como apoio de certos interesses que estão, digamos, por detrás de um problema conveniente, funcionando muitas vezes como recurso argumentativo e retórico para os programadores e numa lógica utilitarista para os operadores e para os beneficiários, em períodos de negociação de acesso a fundos comunitários como aquele que se viveu recentemente³³.

Entre os diversos discursos, não é difícil reconhecer que o território que temos é, portanto, uma história política e social inscrita nos territórios, isto é, uma série de opções políticas, económicas e sociais, decididas e programadas a nível central e europeu, de cima para baixo, sem ter em conta as diferentes características, potencialidades e interesses das regiões e que conduziram à situação desigual e assimétrica que hoje conhecemos. De forma mais simplista, são os programas que reinventam ciclicamente os territórios e não os territórios que formatam os programas e as medidas, de baixo para cima. Por outro lado, a globalização, a terciarização da economia portuguesa e a integração europeia tornaram a dinâmica regional ainda mais acelerada e mais competitiva. A isto soma-se o processo de expansão desordenada do sistema urbano e a débil organização espacial que produziu um conjunto de problemas e

³³ Veja-se como exemplo o conturbado processo de classificação de 165 municípios e 73 freguesias de baixa densidade, aprovado por deliberação da CIC Portugal 2020, para efeitos de aplicação de medidas de discriminação positiva, no âmbito do Portugal 2020 (disponível para consulta em http://www.porlisboa.qren.pt/np4/?newsId=804&fileName=Delibera_o_CIC_PT2020_01.07.2015_Territ.pdf). Na prática, a sua classificação assentou numa abordagem multicritério que contemplou um conjunto de variáveis e indicadores relacionados com a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, as características socioeconómicas e os níveis de acessibilidade.

assimetrias de base territorial, entre os quais, a configuração de espaços a que se arbitrou designar de territórios de baixa densidade.

Trata-se, portanto, de um problema organizacional e estrutural de longa data que, nas últimas quatro décadas, atingiu níveis críticos. Mas, como referem Covas e Covas (2014:37) a baixa densidade não é um “epifenómeno superficial”, é uma consequência de um certo modelo de desenvolvimento hegemónico do passado, geralmente difuso, híbrido, assimétrico e invertebrado, assente numa política partidária de base subordinada e hegemonzada, mas que presentemente se acentuou num sistema de poder verticalizado e hierárquico, de cima para baixo, que a administração local, em si mesma, nunca será capaz de resolver nem é uma prioridade política da administração central. Este problema crónico agravou-se nos últimos 5 anos em virtude dos programas de ajustamento macroeconómico que atingiu de forma genérica os territórios do Sul da Europa, por um lado e, por outro lado, a interrupção de alguns programas que se tinham revelado positivos nos últimos 25 anos de integração europeia.

Não surpreende, portanto, que a área das zonas rurais continue a aumentar, representando cerca de 81,4% do território continental e apenas 33% da população residente em 2014. As dinâmicas demográficas registadas entre 2000 e 2012 em Portugal Continental revelam uma diminuição de 1,7% da população das zonas rurais, em contraste com um acréscimo de 5,3% nas zonas urbanas (MAM, 2014). Quer isto significar uma baixa densidade populacional quando comparada com o continente (46,1 hab/km² face a 112,7 hab/km²)³⁴, para além de apresentarem outro tipo de fragilidades que são explicadas em parte pela dependência significativa do setor primário, em particular da agricultura.

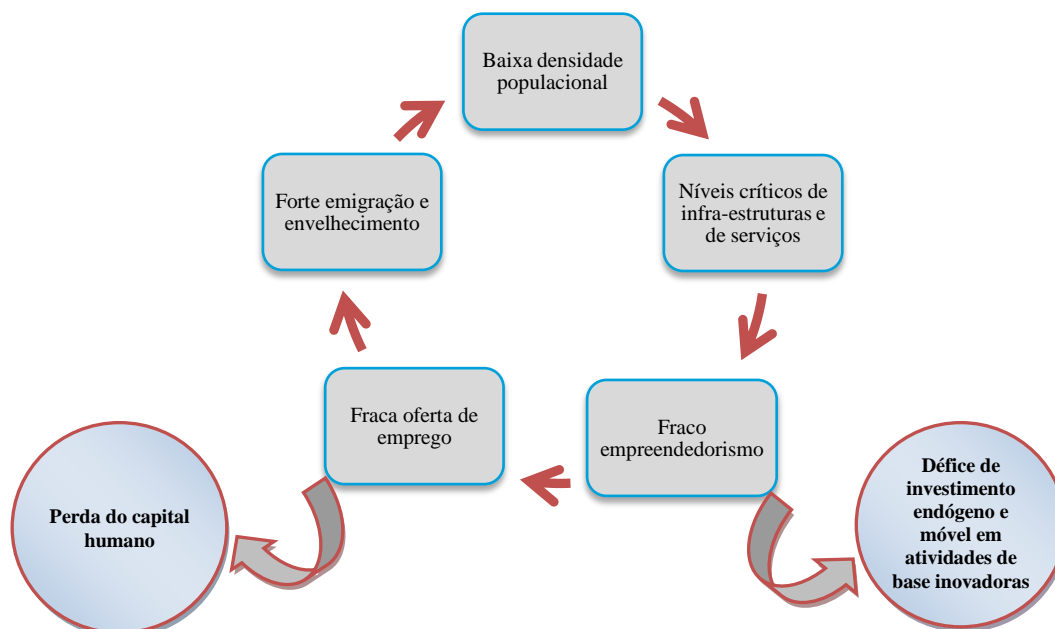
No entanto, é necessário deixar claro que quando falamos de baixa densidade não nos referimos “apenas à densidade populacional mas, sobretudo, à densidade de polarizações e de relações, quer dizer, à ultrapassagem dos limites mínimos de capacidade organizativa, de capitais, de saberes e de competências de agentes atuantes, de iniciativa institucional” (Baptista, 1999:4-5), isto é, com um nível reduzido de interações quer entre pessoas (envelhecimento, fraca mobilidade, etc.) quer entre instituições (por exemplo, cooperação entre empresas, autarquias, unidades de

³⁴ Esta é uma realidade que atinge outros países da União Europeia, onde podemos encontrar regiões cuja população tem vindo a diminuir ao longo das últimas décadas (Espanha, França, Suécia, Finlândia, etc.), sendo um fenómeno que não deixará de se acentuar durante as próximas décadas (Foss e Juvkam, 2005).

investigação e de ensino superior) (Figura 1). A baixa densidade territorial traduz-se, no fundo, naquilo que João Ferrão (2000) designa de “perda de centralidade económica, social e simbólica”, perda essa que se reflete na falta de “«espessura» social, económica e institucional necessária para suportar estratégias endógenas de desenvolvimento sustentadas no tempo” (Ferrão, 2000:46-48).

Há, portanto, territórios que já atingiram uma situação de não retorno, por ausência dos “quatro capitais” como defendem Covas e Covas (2013a:52), isto é, o capital social, o capital paisagístico, o capital produtivo e o capital institucional, que, constituem a coluna vertebral de qualquer território³⁵. Ou, dito de outro modo, há três tipos de territórios: os grandes territórios de economia global como, por exemplo, Grande Porto, Braga, Aveiro, etc.; os territórios que vão “gerindo” a sua situação, procurando melhorá-la mas com grandes dificuldades para se inserirem na economia global, por exemplo, o caso de Dão-Lafões (Cf. Figura 2); e os territórios “inviáveis” por ausência daqueles quatro capitais a economia local não funciona, pelo que os territórios tornam-se incultos, empobrecidos, envelhecidos, despovoados e abandonados, gerando-se, assim, um ciclo vicioso, sem qualquer expectativa de um futuro melhor ou pelo menos diferente de amplas zonas do território nacional (Figura 1).

Figura 1 - Ciclo vicioso dos territórios rurais de baixa densidade



Fonte: adaptado de Martins e Figueiredo, 2008

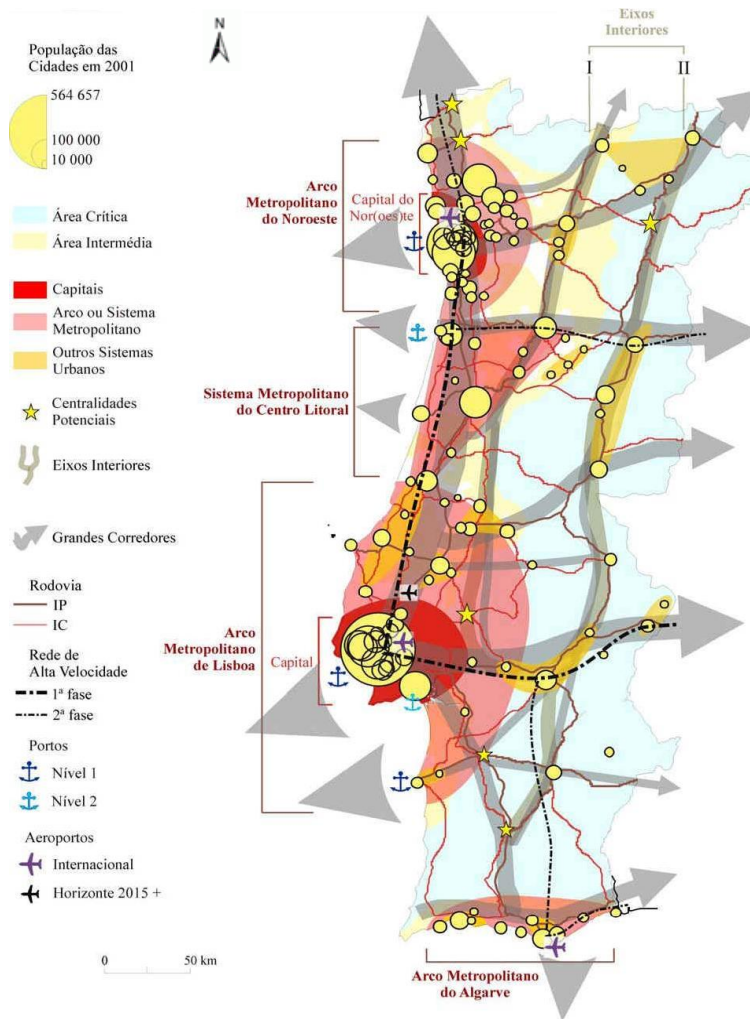
³⁵ Ver Covas, A. & Covas, M. (2013a). A construção social dos territórios-rede da 2ª ruralidade: dos territórios-zona aos territórios-rede - construir um território de múltiplas territorialidades. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 3, 43-66.

Por outro lado, e no que ao investimento inovador diz respeito, também as políticas públicas locais têm registado grande dificuldade de atuação, designadamente, ao nível do empreendedorismo inovador e gerador de atividades de base económica, uma vez que são vocacionadas e viciadas em bens não transacionáveis. No entanto, do nosso ponto de vista, o desenvolvimento como o passado recente revela não passa pela multiplicação de bens e serviços públicos não transacionáveis mas, sobretudo, por atividades de bens transacionáveis capazes de gerar emprego qualificado.

De uma forma geral, podemos dizer que a escassez de investimento em atividades de bens transacionáveis levou a que uma proporção considerável das pessoas que residiam e exerciam atividade nestes territórios, essencialmente no setor agrícola, saíssem para outros territórios face ao declínio da agricultura e às fracas oportunidades de emprego, o que obrigou, na maior parte dos casos, a um deslocamento para zonas urbanas (crescimento das áreas metropolitanas), desqualificando os territórios em termos de capital humano, mas também com efeitos negativos sobre o tecido económico-social dos territórios rurais. A saída de pessoas da atividade agrícola e a não utilização da terra para fins agrícolas e florestais tem contribuído para o abandono destes territórios e para o desmantelamento de infraestruturas, equipamentos e serviços básicos essenciais para o bem-estar das populações (encerramento de escolas por falta de alunos, centros de saúde, tribunais, repartições de finanças e serviços culturais, por exemplo), aliás, tornam-se territórios repulsivos, sem capacidades para atrair novos atores e novos projetos e investimentos geradores de dinamismo para manter os níveis mínimos de ocupação do território.

Segundo Carmo (2014), já “na era do capitalismo industrial as cidades foram parte da solução para o abandono dos campos, causado, entre outros fatores, pela mecanização agrícola”, tendo atingido níveis de esvaziamento “ de tal ordem que se constituíram por esse mundo fora imensas áreas urbanas, algumas delas quase ingovernáveis.” (Carmo, 2014:75), sendo que Portugal também não foi exceção a esta mutação. Ou, dito de outro modo, assistiu-se à emergência de um Portugal dualista nos anos 1960, desde logo, expressa pelo contraste entre o litoral e o interior.

Figura 2 - Sistema urbano, acessibilidades e povoamento em Portugal Continental



Fonte: SIG PNPOT, 2007

Contudo, e apesar das alterações radicais na estrutura demográfica e na forma de ocupação urbana do território continental português, nos últimos 40/50 anos, um sistema urbano arquipélago (Figura 2), este não apagou a tradicional dualidade que emergiu com os processos de modernização na década de 60. Ou seja, um Portugal urbanizado, industrializado, infraestruturado e demograficamente dinâmico, caracterizado por intensos fluxos migratórios de muitas regiões do interior para fora do país e para os meios urbanos que, em grande parte, se localizam na faixa litoral, dado que aí se realizaram os processos de modernização. Referimo-nos, claramente, ao imenso *continuum* urbano ao longo da costa entre Braga e o litoral algarvio (exceção da metade sul da costa alentejana, que se prolonga até à costa vicentina) formando quatro arcos metropolitanos, entre os quais se destacam pelo volume e área ocupada o Arco Metropolitano de Lisboa e o Arco Metropolitano do Porto. Por outro lado, constata-se um alargamento da área de influência dos arcos que é cada vez mais regional e vertical,

constituídos por sucessivos anéis que se estendem do suburbano e do periurbano até ao rural de proximidade: veja-se, por exemplo, a metade norte da costa alentejana para o caso do Arco Metropolitano de Lisboa, como gradualmente vão penetrando em zonas localizadas no interior, tal como acontece com uma parte do Dão-Lafões no Arco Metropolitano do Centro Litoral, à similitude dos restantes arcos. Esta expansão espacial encontra-se associada à relação de interdependências de cariz demográfico, socioeconómico, funcional e de mobilidade, entre os ditos territórios centrais e as zonas periféricas.

No outro extremo, numa vasta faixa territorial que se estende do Gerês à Serra Algarvia³⁶, partilha de um traço completamente oposto. A verdade é que passados 41 anos depois do 25 de abril e 30 anos de fundos comunitários, o mundo rural continuou em declínio, basicamente, porque nem se desenvolveu nem conseguiu travar as assimetrias regionais e territoriais que se agravaram com a sangria de pessoas e serviços, pelo que se caracteriza por uma baixa densidade física e relacional. Importa acrescentar que este despovoamento foi agravado pela crise profunda do setor agrícola que acabou por estimular o abandono dos campos, nos anos 60.

No entanto, algumas cidades urbanas regionais, nomeadamente as capitais de distrito, cidades de média dimensão, acabaram por funcionar como barreira face aos inúmeros fluxos migratórios, na medida em que, contrariamente às tendências regressivas dos territórios envolventes, conseguiram, em alguns casos, deter a saída de uma parte da população e aumentar o número de residentes. Esta situação é bastante evidente no quadro da região Centro, por exemplo, onde se verifica uma concentração espacial em torno de umas quantas vilas e cidades de média dimensão, tendencialmente organizados em arquipélagos urbanos³⁷, em detrimento de um esvaziamento e envelhecimento na maior parte das aldeias e vilas.

Não admira, por isso, que a geografia da modernidade e do desenvolvimento aponte para uma alteração da composição territorial e uma reconfiguração geográfica de algumas das regiões localizadas no interior do país. Nesta nova arquitetura, podemos

³⁶ De uma maneira geral, podemos dizer que a maior parte destes territórios do interior do país, corresponde àquilo que Cavaco designa de rural profundo, os campos em vias de abandono, contudo, como a própria autora refere “os campos profundos podem situar-se relativamente próximo dos aglomerados urbanos (...) Em termos reais concretos, o puzzle dos espaços rurais apenas encaixa na trilogia sumária quando visto de longe” (Cavaco, 1996:339-340).

³⁷ Segundo Carmo (2014), esta metáfora de arquipélago urbano não é apenas uma realidade do nosso país, é também verificável no contexto regional de muitos territórios europeus.

considerar que o sistema urbano continental apresenta-se como um imenso arquipélago, no interior do qual as dualidades estruturais conhecem uma espécie de regionalização. Por outro lado, tende a desaparecer aquela visão dualista do Portugal moderno, que opunha o litoral urbano e denso ao interior rural e despovoado, sendo substituída por uma visão plural e mais complexa do território pós-moderno, um “território-arquipélago” organizado em rede, no qual se identificam distintos pontos de urbanização, não só no litoral como no interior (Ferrão, 2002). De certo modo, a tradicional oposição passou a estabelecer-se principalmente entre espaços contíguos pertencentes às mesmas regiões, em particular as que se constituem, maioritariamente, por territórios e locais rurais e agrícolas. Esta nova geometria dos territórios não invalida, no entanto, o sentimento de que existe um país a duas velocidades, como Covas e Covas (2013a) bem propõem, os territórios dos “fixos e lentos” e os territórios dos “móveis e rápidos”, se quisermos, os territórios perdedores e os territórios ganhadores.

Sabemos, também, que a ideia de complementaridade e de interdependência entre os mundos rural e urbano tem vindo a ganhar cada vez mais consistência³⁸, que se expressa, antes de mais, pelas novas condições de mobilidade e de comunicação entre estes dois espaços (Ferrão, 2002), ou através das diferentes políticas públicas que têm procurado promover o desenvolvimento integrado das regiões e/ou arquipélagos, visando diminuir as disparidades e estimular a coesão social e territorial através de um sistema reticular interurbano, baseado na ideia de policentrismo. É o caso, por exemplo, da emergência das cidades-região, a que se chama também o novo regionalismo no contexto global. Scott (2001) nota isso mesmo ao afirmar que este é um movimento recente que se tem difundido um pouco por todos os países, quer da Europa, quer fora dela, mas acima de tudo expressa a ideia que as cidades mais dinâmicas de âmbito regional devem promover abordagens flexíveis, focadas em áreas económicas funcionais e não tanto em abordagens centralmente prescritas, de receita universal e que consideram apenas ou o rural ou o urbano, com adoção de um novo modelo de governança sub-regional ou multi-escalar.

Assim, entre os grandes desafios que se colocam aos territórios rurais, em especial os de baixa densidade, dadas as fragilidades já anteriormente referenciadas, é que os

³⁸ Veja-se também o trabalho de Marques, T. (2003). Dinâmicas territoriais e as relações urbano-rurais. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I, XIX, 507-521.

programas de desenvolvimento regional que visam a promoção da coesão territorial e o reforço da diversidade devem passar por modelos de organização territorial multi-escalares, numa lógica de redes de cooperação que considere as dimensões inter-regionais e não cada unidade territorial individualmente, no sentido de assegurar-lhes condições de sustentabilidade económica e demográfica, mas também de forma a criar-lhes condições de competitividade que lhes permita interromper o seu ciclo de declínio através de políticas territoriais integradas. Estes modelos de organização territorial têm subjacente o conceito de policentrismo, que vem marcando as conceções de desenvolvimento territorial, e tem sido apresentado como uma das propostas para a resolução dos desequilíbrios regionais³⁹.

De acordo com Carmo (2014:53) o conceito de policentrismo baseia-se na “ideia de que a organização do território assenta nas cidades e que estas são os «nós» com os quais se formará uma rede interurbana, devendo as políticas territoriais promover essa integração reticular.”. Esta rede de ligações realiza-se, por sua vez, através de “ligações entre os nós (infraestruturas), de fluxos (pessoas, bens, informações, capital) e de malhas (combinações múltiplas de ligações e de fluxos) e está associada a economias de escala, massa crítica e sinergias” (Pereira e Gil, 2010:165) que, trabalhando conjuntamente, acabam por retirar benefícios da mútua cooperação, as sinergias de rede cidades de média dimensão⁴⁰. Ora isto significa que estamos perante novas configurações territoriais de geometria variável em que a cooperação e a ação coletiva em rede assumem um papel fundamental, abrangendo territórios dependentes ou subordinados, claramente de menor densidade populacional (Scott, 2001), onde a contiguidade geográfica conta cada vez menos. É importante referir que a Região Centro dispõe de um sistema urbano claramente policêntrico, composto por uma rede de cidades médias em expansão, conforme se constata na Figura 2.

Pemberton e Shaw (2012), apesar de reconhecerem os benefícios do modelo de governança sub-regional, consideram que deve existir uma forte coerência funcional e territorial na promoção de estratégias de desenvolvimento integrado entre os espaços

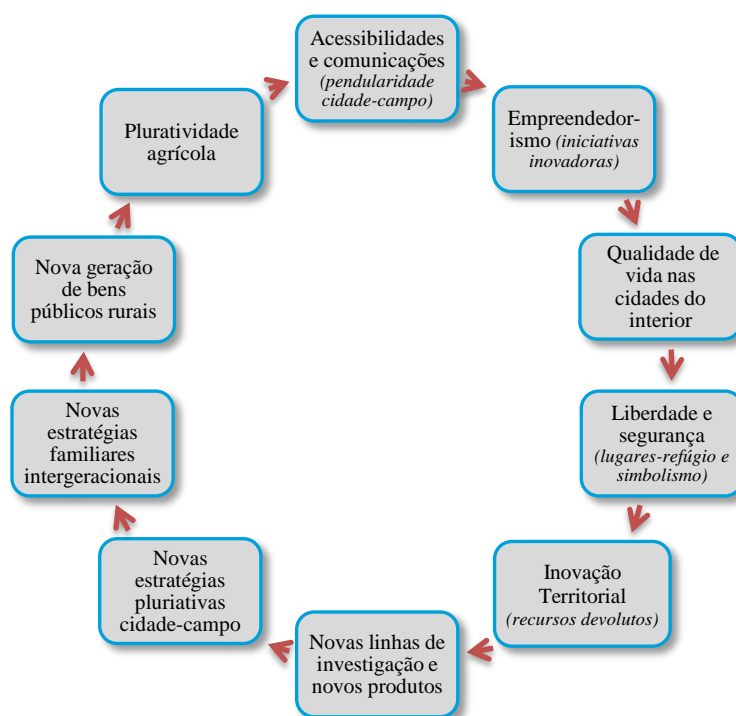
³⁹ O EDEC - Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário, apesar de ser um documento apenas indicativo, defende a adoção do conceito policêntrico para a concretização dos objetivos estratégicos e acima de tudo no quadro das novas relações entre o mundo rural e o mundo urbano (CE, 1999).

⁴⁰ A este propósito, veja-se algumas das propostas para ultrapassar as diferenças de densidade, no documento oficial da Comissão das Comunidades Europeias (2008). *Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia: Tirar Partido da Diversidade Territorial*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.

urbanos e rurais, valorizando as suas especificidades no quadro da sua articulação e complementaridade, sem que, no entanto, sejam esquecidos os espaços rurais localizados nas zonas mais remotas, até porque estes desempenham um papel fundamental na economia sub-regional, em relação aos quais se revela particularmente importante a definição de estratégias específicas de desenvolvimento.

É precisamente em torno desta linha de raciocínio que surge na bibliografia internacional a expressão “novo paradigma do desenvolvimento rural”, avançada pela OECD em 2006, no sentido de estabelecer o contraponto entre a imagem tradicional do mundo rural e a nova visão que se tem vindo a impor e que considera que a sua finalidade já não passa pela simples rendibilidade agrícola, mas assenta em criar condições de contenção do seu declínio económico e social e, por outro, aumentar a competitividade das áreas rurais a partir da valorização dos recursos, características e potencialidades locais, que incluem, para além das atividades agrícolas, os setores ligados à economia rural (o turismo, a indústria, a tecnologia de informação, etc.), como defendem Covas e Covas (2015).

Figura 3 - O lado virtuoso dos territórios rurais de baixa densidade



Fonte: Covas e Covas, 2015

De acordo com Covas e Covas (2015) há que descobrir e investir no lado virtuoso da baixa densidade, dado que existem múltiplos fatores favoráveis ao desenvolvimento rural e que podem contribuir, simultaneamente, para a resolução ou minimização de

alguns dos problemas dos territórios de baixa densidade⁴¹, como de resto consta na Figura 3.

Assim, o novo paradigma de políticas públicas dirigidas, direta ou indiretamente, à promoção do desenvolvimento rural devem assentar inclusivamente no apoio à implementação de projetos de investimentos-âncora e/ou valorização dos ativos desqualificados dos territórios, resultantes de outros modelos de exploração económica e que importa aproveitá-los em futuros sistemas territoriais e iniciativas que se revelem estratégicas para o desenvolvimento económico da região e para a integração da economia rural na economia global. É neste sentido que os atores assumem um papel de charneira nos processos de desenvolvimento rural, uma vez que é por eles que passa, indiscutivelmente, o sucesso das políticas territoriais integradas. Com efeito, este processo não se reduz apenas ao Estado-central e ao Estado-local, mas também implica a mobilização dos atores do Estado-regional e as instituições de ensino superior, presentes em todas as regiões do país, com os quais se devem estabelecer relações de compromisso, que passa pelo diálogo, pela negociação e reconfiguração das dinâmicas relacionais entre os vários territórios⁴², o que exige boas soluções de governança horizontais e verticais (Neto e Natário, 2009).

No entender de Covas e Covas (2012), é necessário mobilizar para estas novas configurações territoriais os novos atores da 2.^a ruralidade⁴³, “os neo-rurais *rurbanus*”. Uma opinião partilhada por Cavaco (2009) ao afirmar que esta atração dos urbanos pelo espaço rural, para residir ou como meros consumidores do rural camponês de outrora, permite um novo olhar sobre este território, sobretudo mais centrado na preservação, contribuindo para a ruralização do urbano.

Os novos atores do espaço rural, nos países desenvolvidos e também, crescentemente em Portugal, optam por uma nova filosofia de vida dando prioridade à vida em espaços

⁴¹ No âmbito do Programa Operacional Regional do Centro – CENTRO 2020 (<http://www.centro.portugal2020.pt/index.php/documentos-gerais>) constata-se que as estratégias de investimento definidas para o período 2014-2010 contemplam, de um modo geral, o lado virtuoso da baixa densidade enquanto oportunidade para promover a competitividade dos territórios de baixa densidade, numa lógica de complementaridade e de coesão territorial.

⁴² Um dos objetivos prioritários do programa do XXI Governo Constitucional é a afirmação do “interior” enquanto aspeto central para o desenvolvimento económico e da coesão territorial. Para os devidos efeitos a Presidência do Conselho de Ministros aprovou na Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016, de 22 de janeiro, a missão e o estatuto da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, que tem como objetivo criar, implementar e supervisionar um programa para a coesão territorial, promovendo medidas de desenvolvimento do interior.

⁴³ Ver, a este propósito, Covas, A. & Covas, M. (2012). *A caminho da 2.^a ruralidade. Uma introdução à temática dos sistemas territoriais*. Lisboa: Edições Colibri.

pouco humanizados e “que supostamente conservam alguma pureza ecológica e estruturas sociais que proporcionam o retorno a práticas de solidariedade mecânica” (Reis e Lima, 1998:345)⁴⁴. Neste sentido, estamos perante um homem de duas culturas que procura os valores e as atividades da cidade e do campo através de diversas incursões e/ou permanente mobilidade face a melhoria das acessibilidades e comunicações (Covas e Covas, 2012). É, portanto, um homem itinerante, pendular e experienciado nos conhecimentos que vai acumulando dos dois mundos, isto é, uma pluralidade e diversidade de sistemas e modos de produção e consumo que, eles transportam para o interior da nova configuração territorial. Este argumento é reiterado por Veiga (2006:10), quando refere que o rural “não se define mais em oposição ao urbano mas sim nas relações com o urbano, dentro da sociedade global onde todos os espaços locais se integram e inter-relacionam”.

É num quadro desta natureza que parece ser possível a conceção de um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável e integrado, numa perspetiva da multifuncionalidade das explorações agrícolas e dos territórios rurais, procurando valorizar as antigas funcionalidades e fomentar a criação de novas atividades que responda às novas procuras e exigências da sociedade, através da rentabilização de recursos locais desaproveitados em atividades como a produção biológica e agro-indústria, para além da possibilidade de associação com as atividades de turismo e lazer, o que permitirá salvaguardar a biodiversidade, os recursos naturais, as paisagens e manter o património e os valores culturais vivos.

Por fim, importa referir que a diversificação dos usos do espaço rural desencadeia novas formas de apropriação e perceção do espaço pelos novos atores, com lógicas de utilização numa perspetiva mais ecológica, como um espaço natural e de bem-estar. Para Mormont (1989:347) “a diversificação dos usos do espaço rural, o peso crescente de utilizadores e intervenientes exteriores aos habitantes permanentes cria um espaço local como objeto de conflito, de tensões entre categorias de utilizadores e entre estes e os lugares de decisão” [tradução nossa]. Para além de que as formas de sociabilidade se pautam numa lógica de fora para dentro e não pela incorporação dos hábitos e tradições locais, o que acaba por afetar o relacionamento entre os velhos e novos atores do espaço, causa de alguns dos conflitos (Dinis e Malta, 2001; Sampaio, 2002).

⁴⁴ Este cenário tende a aumentar em territórios rurais de baixa densidade como, por exemplo, nas Aldeias Históricas de Portugal, onde se verifica a incursão de novos atores de origem urbana.

1.6. As políticas públicas regionais

Depois de termos realizado um ponto de situação dos territórios rurais de baixa densidade, iremos, neste ponto, abordar o papel dos territórios e da territorialização das políticas públicas regionais concretas e os seus continuados efeitos no desenvolvimento destes territórios. Para tal, pretendemos realizar uma reflexão em torno das políticas públicas que, de alguma forma, tiveram um impacte territorial no contexto europeu e nacional nos últimos anos.

Na verdade, as políticas públicas emergem como uma nova temática no âmbito da análise política⁴⁵, na medida em que, surgem como método de análise para resolução dos problemas económicos, sociais, entre outros, associados ao desenvolvimento de qualquer país, região ou localidade. A vasta literatura científica demonstra-nos a diversidade de conceções de políticas públicas em áreas como a sociologia, a economia ou a ciência política, sendo considerado um campo multidisciplinar. A título de exemplo, refira-se que “uma política pública é um elenco de princípios e objetivos, uma estratégia e um programa de ação, um conjunto de normas de procedimento e gestão” (Covas, 2004:86). Por se tratar de uma ciência aplicada, Hall e Jenkins (2007) enfatizam que as políticas públicas é um processo contínuo de decisões, tomadas por atores públicos e privados, pois “são definidas e implementadas em situações dinâmicas em que existe um modelo complexo de decisões, acções, interacção, reacção e retorno” (Hall e Jenkins, 2007:591). Assim sendo, defendem que uma política para que seja considerada pública tem de pelo menos ser processada, ou até mesmo só autorizada ou homologada (leis, regulamentos, regras, etc.) por instituições públicas. Ora isto significa que apesar da crescente intervenção de atores, individuais ou coletivos, enquanto verdadeiros agentes preponderantes das políticas públicas, uma política pública é considerada como o resultado de tudo o que os governos decidem fazer ou não fazer em relação a qualquer assunto de interesse coletivo (Dye 1992), por exemplo, o turismo, que é considerado importante e prioritário para o desenvolvimento socioeconómico de uma comunidade e/ou território.

⁴⁵ Apesar das políticas públicas e as suas análises terem antecedentes nas antigas civilizações (Dunn, 1981), contudo, é a partir de 1960 do século XX que ganham maior impulso na investigação e produção científica. Os primeiros contributos surgem dos políticos e académicos franceses e ingleses e, posteriormente, enquanto área de conhecimento e disciplina académica pelos americanos William James e John Dewy (DeLeon e Overman, 1989), pela sua natureza aplicada, socialmente relevante, multidisciplinar, integradora e dirigida a problemas de análise política.

Por outras palavras, as políticas públicas não devem ser vistas como um fim em si mesmo, mas antes como um fator estratégico de apoio as organizações, procurando regulamentar as atividades sociais e cumprindo o principal objetivo que é o de reduzir as consequências nefastas associadas às populações, em particular as mais desfavorecidas, as mais vulneráveis (redução das disparidades ou desigualdades regionais de rendimento ou de emprego, por exemplo). Esta é uma perspetiva refletida em diversos documentos oficiais, como, por exemplo, o Livro Verde (CCE, 2008) que refere explicitamente que as políticas públicas podem desempenhar um papel determinante para que os territórios potenciem os seus recursos, mas também “ajudá-los a partilhar respostas para desafios comuns, a obter massa crítica, a obter valor acrescentado com atividades conjuntas, a explorar complementaridades e sinergias, e a ultrapassar as divisões administrativas das fronteiras” (CCE, 2008:3). Ou seja, as políticas de desenvolvimento regional vêm em auxílio das regiões para aí promover o desenvolvimento.

De facto, as políticas públicas são geralmente apresentadas sob a forma de um programa de intervenção governamental, com aplicação num setor da sociedade ou num determinado espaço geográfico (Mény e Thoening, 1989), centrado no modelo de organização política de cada país, pelo que não é um processo uniforme. Em alguns países como, por exemplo, a Espanha, são os governos das comunidades autónomas (um nível regional que cobre todo o território nacional), quem incentiva e dirige a política de desenvolvimento regional. Já em França essa iniciativa parte da administração central. No caso de Portugal continental, a política regional apresenta uma grande dependência relativamente ao poder central por inexistência de um poder de nível intermédio, pese embora o contributo que o poder local tem dado ao desenvolvimento regional.

No entanto, não há dúvida de que a territorialização das políticas públicas tem vindo a ganhar particular relevância, decorrendo esse processo, essencialmente, do reconhecimento, por um lado, da ineficácia das políticas públicas que não têm em consideração as especificidades territoriais⁴⁶ e, por outro lado, da necessidade de se assegurar a mobilização dos atores locais público-privados para a definição e

⁴⁶ As políticas públicas de desenvolvimento tradicionais baseavam-se, em torno da industrialização e da urbanização, como por exemplo, os Polos de Crescimento. Nesta perspetiva, os efeitos na cadeia produtiva de um conjunto de empresas estimularia o desenvolvimento da região, no sentido que combinaria a existência de efeitos acumulativos de escala e aglomeração com efeitos de procura induzida (Perroux, 1955).

implementação dessas políticas. Isto quer dizer que se assume a territorialização das políticas públicas, bem como o envolvimento dos atores locais e regionais, como o requisito fundamental ao sucesso das dinâmicas de desenvolvimento territorial.

As políticas devem ser territorialmente concebidas a partir de um diagnóstico de necessidades de base local/regional e serem adaptadas a essa realidade, tendo em conta a especificidade e heterogeneidade dos territórios, numa lógica ascendente. Nesta perspetiva, são “os aspetos específicos de uma localidade e a sua capacidade para criar e fortalecer a sua vantagem comparativa [que] estão no centro do sucesso do desenvolvimento económico” (Barca, McCann e Rodríguez-Pose, 2012:135) [tradução nossa]. Quer isto significar que cada região deve encontrar o seu posicionamento competitivo nos seus recursos ativos e distintivos através do desenvolvimento de estratégias regionais, por exemplo, as Estratégias Regionais de Especialização Inteligente⁴⁷ enquanto referencial de aplicação dos instrumentos de política pública.

No fundo, as políticas públicas são mais do que um processo de decisão em que participa uma vasta heterogeneidade de atores (as populações ou as entidades representantes destas), na elaboração e gestão das políticas públicas locais, elas constituem o lugar em que uma determinada sociedade constrói a sua relação com o mundo e, por isso, devem ser analisadas como processos através dos quais são construídos instrumentos com que a sociedade se dota para compreender e para agir sobre o real percebido. Para Rodrik (citado em Barca, McCann e Rodríguez-Pose, 2012), o sucesso das políticas de base territorial exige que os atores locais e regionais sejam estimulados a desempenhar um papel construtivo no desenho e implementação das políticas públicas.

Desta maneira, considera-se que a promoção do desenvolvimento de qualquer sociedade deve ser veiculada com recurso às políticas públicas, de base territorial, onde o Estado é um ator de mediação e articulação de “um conjunto híbrido de fluxos, redes e organizações em que se combinam e interpenetram elementos estatais e não estatais, nacionais, locais e globais” (Santos, 2006:338), isto é, territorialização das políticas públicas em prol de uma gestão eficiente dos processos de desenvolvimento.

Na perspetiva de Araújo (2007), é possível classificar as políticas públicas regionais em quatro tipologias: (i) políticas públicas sectoriais territorializadas, na medida em que,

⁴⁷ Veja-se a este propósito o documento CCDRC (2014). *RIS3 do Centro de Portugal. Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente*. Coimbra: CCDRC.

existe uma articulação entre o nível nacional, regional e local ou com uma “leitura territorial” das mesmas (políticas de educação e formação profissional e as políticas de ciência e tecnologia); (ii) políticas públicas construídas a partir de bases territoriais específicas (políticas orientadas para os territórios rurais ou para sistemas produtivos); (iii) políticas públicas correspondentes à construção de planos territoriais específicos e a espaços próprios de planeamento (políticas de planeamento regional e urbano); (iv) e as políticas territoriais propriamente ditas, que privilegiam com particular enfoque o desenvolvimento endógeno ou *bottom-up* (resultantes por exemplo da agregação de municípios) (citado em Feio e Chorincas, 2009). Daqui decorrem novos modos de financiamento para implementação destas políticas (orçamento geral do Estado e de Fundos Estruturais Comunitários) e, conseqüentemente, novos modelos de governação territorial.

Esta perspetiva leva-nos a realizar uma análise da evolução das políticas públicas de desenvolvimento regional, quer no contexto dos territórios rurais na União Europeia, quer em Portugal.

1.6.1. As políticas públicas regionais no contexto dos territórios rurais na União Europeia

Em larga medida, as intervenções públicas em prol do desenvolvimento acompanharam a evolução do conhecimento científico, daí que não se estranha a existência de antecedentes da política regional comunitária. Ao integrar um vasto leque de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento regional, os territórios rurais de baixa densidade têm merecido uma particular atenção por parte da União Europeia desde a sua génese.

No entanto, no segundo Tratado de Roma (1957), que instituiu a Comunidade Económica Europeia (CEE), a política regional não só não foi considerada como política como não lhe foi dedicado um mecanismo, ao invés do que se passou com outras políticas, como a Política Agrícola Comum (PAC) ou a política dos transportes, por exemplo. Verifica-se apenas no preâmbulo do mesmo uma consciência entre os Estados, para a necessidade de solucionar as disparidades entre as diferentes regiões e do atraso das menos favorecidas (incluindo as áreas rurais), que eram mais marcantes nos países periféricos, em que apresentavam, graves assimetrias internas, através da criação de um mercado comum e da aplicação de políticas ou ações comuns, em prol de um desenvolvimento

harmonioso. Esta ideia é reforçada num documento da Comissão Europeia (1997:128), de acordo com o qual “A solidariedade com essas regiões é uma base indispensável para o progresso não só por razões sociais, mas também por forma a aumentar o potencial económico da União no seu todo”.

No que se refere à política da Comunidade para as áreas rurais, podemos referir que desde a sua criação se manifestou a necessidade de implementar uma política agrícola comum aos países então membros (Carvalho, 2009). Tal necessidade deu origem à criação da Política Agrícola Comum (PAC), no início dos anos 60 do século passado, em pleno ciclo da economia agroindustrial, numa situação de pobreza alimentar da Segunda Guerra Mundial. Nesta sequência e face aos compromissos assumidos pela Comunidade na adoção de uma política agrícola comum no Tratado de Roma, foi criado o Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA), representando a maior fatia no orçamento global da Comunidade Europeia.

Assim, numa breve resenha histórica do percurso desta política pública, Covas (2004) chama a atenção para dois grandes períodos nos primeiros 40 anos, “a fase da engorda” e “a fase do emagrecimento” (Covas, 2004:174). Na perspetiva deste autor, o primeiro período, a preocupação exclusiva da PAC foi aumentar a produtividade agrícola (suprimir a escassez de produtos alimentares) e, simultaneamente assegurar uma remuneração justa aos produtores, através da organização dos mercados agrícolas⁴⁸ e da fixação dos preços, restrições às importações e apoios à exportação, beneficiando determinados produtos agrícolas (cereais, carne bovina e leite) e países e regiões que produziam em maior quantidade do Centro e Norte em detrimento do Sul da Europa⁴⁹, num regime de produção intensiva (grandes explorações agrícolas de monoculturas que provocaram excedentes de produção face às necessidades alimentares) à custa da produção extensiva (os produtos típicos mediterrâneos foram excluídos dos apoios contemplados pela PAC), cujas populações rurais dependem, em termos de rendimento e emprego.

⁴⁸ O artigo 39º, do Tratado de Roma descreve os objetivos da PAC e consistiam em aumentar a produtividade agrícola, por via do progresso técnico, na perspetiva de assegurar um nível de vida justo para as populações agrícolas, estabilizar os mercados agrícolas e garantir a segurança dos abastecimentos a preços razoáveis para os consumidores. É perceptível alguma discrepância e/ou incompatibilidade entre alguns objetivos, por exemplo, entre aumentar os rendimentos dos agricultores e simultaneamente garantir preços razoáveis aos consumidores.

⁴⁹ De acordo com Porto (2013), países como a França e Alemanha, recebiam 37,5% do total das verbas do FEOGA-Garantia (disponham de 45% do orçamento da União Europeia), em oposição a Portugal, que recebia apenas 1,6% da verba do FEOGA-Garantia. O autor refere ainda que um agricultor dinamarquês recebia em média 15 vezes mais que um agricultor português (Porto, 2013).

Estes princípios foram aplicados de forma genérica nas comunidades locais, sem qualquer critério de, por um lado, considerar a diversidade destas em termos das estruturas agrárias⁵⁰ e, por outro lado, de considerar e avaliar os efeitos culturais, sociais, espaciais e demográficos, económicos e ambientais da sua aplicação (Figueiredo, 2003b), colocando em causa aspetos essenciais como a qualidade dos produtos e do ambiente, a sustentabilidade, o património cultural, a redução da população ligada à agricultura e fenómenos mais ou menos generalizados de êxodo rural (crescimento dos espaços urbanos em detrimento do esvaziamento dos espaços rurais europeus). Esta situação obrigou a repensar a PAC (“a fase do emagrecimento”), pois em termos genéricos os efeitos da sua aplicação na atividade agrícola, exigia uma resposta alternativa para o desenvolvimento das áreas rurais, para além da agricultura⁵¹ (Covas, 2004).

No final dos anos 80, a Comunidade Europeia, desencadeia um ponto de viragem face a tomada de consciência para o aumento das disparidades entre as regiões ao nível dos Estados-Membros, particularmente no Sul da Europa, por um lado e, por outro, face a ausência de uma política regional. É neste contexto de profundos desequilíbrios e assimetrias regionais e locais, provocados pelo fracasso dos principais mecanismos das políticas agrícolas⁵², bem como pela falência dos modelos de desenvolvimento preconizados a seguir à Segunda Guerra Mundial (cf. secção 1.2.6.), baseados no “paradigma de crescimento económico” (Figueiredo, 2003b), que se assistiu à emergência de um conjunto de medidas específicas e modelos de desenvolvimento tendentes à (re) valorização das áreas rurais, subjacentes às atuais conceções e modelos de desenvolvimento, particularmente orientados para os territórios rurais.

Neste sentido, surgem diversos documentos publicados pela CEE, entre os quais “O Futuro do Mundo Rural”, em 1988, que estabelece um corte com as políticas rurais predominantemente sectoriais e/ou exógenas, assumindo como urgente a necessidade de

⁵⁰ A Comunidade Europeia ao reconhecer as dificuldades estruturais e/ou desvantagens específicas de algumas zonas, como, por exemplo, as regiões de montanha e nas zonas ameaçadas pelo despovoamento, definiu, em 1975, apoios complementares para apoiar programas regionais e intervenções específicas segundo os problemas destes territórios (Carvalho, 2009), através do FEOGA.

⁵¹ De acordo com o mesmo autor, a PAC nunca foi uma política alimentar, uma política de desenvolvimento ou uma política de conservação de recursos agro-ecológicos, “porque está prisioneira dos interesses poderosos que veio alimentando” (Covas, 2004:43), transformando-se numa política de assimetria entre explorações agrícolas, regiões e Estados-Membros.

⁵² Na perspetiva de alguns autores como Mormont (1994), a falência da PAC encontra-se mais associada ao seu sucesso do que ao seu fracasso. De facto, a produção de excedentes, sendo a tradução do sucesso da aplicação desta política, é igualmente uma das razões fundamentais que conduziram à sua revisão ou “a fase do emagrecimento” (Covas, 2004:174).

encontrar novas abordagens de desenvolvimento através da rentabilização dos recursos endógenos específicos das regiões e de um maior envolvimento das comunidades rurais na procura de soluções alternativas, traduzindo-se na atribuição de novas funções ao mundo rural e à agricultura⁵³ – mundo rural multifuncional, uma vez que as zonas rurais europeias defrontavam-se com uma desvitalização rural mais ou menos acentuada, de declínio demográfico, de clivagens sociais e económicas (baixos rendimentos)⁵⁴.

Em 1988, para além do citado documento da Comissão, concretiza-se a primeira reforma dos fundos estruturais (FEDER⁵⁵, FSE, FEOGA e FC) com a definição de várias políticas e conceção de medidas específicas que devem ser conjugadas com as opções estratégicas de cada Estado-membro, tanto na área da proteção e da preservação dos recursos naturais, como nos domínios da diversificação económica e desenvolvimento rural dos territórios do espaço europeu. Para o efeito, a Comissão, definiu como princípios orientadores para a nova política de desenvolvimento rural que os programas a empreender devem ser concebidos a partir das realidades locais, abrangendo todos os aspetos do mundo rural (CE,1989). Assistiu-se, assim, ao aparecimento de um novo conceito de desenvolvimento rural integrado, onde as políticas agrícolas por si só não respondem aos problemas anteriormente referenciados, sendo necessário integrar ações de natureza complementar.

Estas transformações conceptuais de encarar o mundo rural, situam-se quer no âmbito setorial, como por exemplo da PAC, quer no âmbito dos objetivos prioritários dos

⁵³ De natureza semelhante é a publicação da OCDE, daquele mesmo ano, “*Formulation de la Politique Rurale – Nouvelles Tendances*”, sendo que qualquer um dos trabalhos publicados aponta para o esgotamento do velho modelo de desenvolvimento. O EDEC reconhece também o declínio relativo da agricultura, as mudanças no papel das áreas rurais, e a importância de afetar fundos de um modo mais territorial e menos setorial (CE, 1999).

⁵⁴ O documento propôs um modelo espacial centrado no urbano que identifica três tipos de áreas rurais, com diferentes perspetivas de desenvolvimento: as áreas mais próximas das grandes cidades com forte pressão sobre a posse de terras, onde se combinam agricultura, indústria, construção civil e atividades de lazer; áreas com um declínio rural acentuado face ao êxodo contínuo e envelhecimento da população e onde a agricultura mantém um peso importante, embora se conheça um decréscimo das oportunidades de emprego; áreas marginais com mercados rurais e população em declínio devido à sua inadequada dotação infraestrutural (CCE, 1988).

⁵⁵ O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional foi criado em 1975, com o objetivo de atenuar as desigualdades dentro da Comunidade Europeia a partir da reconversão das regiões industriais em declínio e apoio às regiões desfavorecidas. A ideia era que o FEDER e FSE trabalhassem em conjunto, centrando-se o FEDER no desenvolvimento de infraestruturas nas regiões mais atrasadas e o FSE na ajuda às pessoas na aquisição de novas competências.

fundos estruturais⁵⁶, quer ainda no contexto das Iniciativas Comunitárias (IC). Embora se situem no seio dos fundos estruturais, a Comissão Europeia, criou as Iniciativas Comunitárias para colmatar alguns dos problemas relacionados com a concretização das políticas comunitárias, sendo o exemplo da descentralização que provocou enorme competitividade entre as regiões mais ricas, que muitas vezes é feita à custa das regiões mais desfavorecidas. Nesta medida, foram ao longo dos tempos, criados vários instrumentos de política pública de desenvolvimento territorial, destacando-se entre as Iniciativas Comunitárias: o INTERREG (áreas transfronteiriças), a Iniciativa Comunitária URBAN (áreas urbanas) e a abordagem LEADER (áreas rurais), que apoiaram em todos os Estados-Membros ações experimentais (Ferrão e Mourato, 2010), numa lógica de completar os quadros de apoios e dar uma resposta mais incisiva e eficaz às regiões com atrasos significativos de desenvolvimento territorial.

A crise do mundo rural na década de 90, levou a Comissão Europeia, a criar, em 1991, o primeiro instrumento inovador de apoio ao desenvolvimento rural a partir de uma metodologia ascendente ou “*bottom-up*”, a Iniciativa Comunitária LEADER I - Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (Arroyo, 2006), visando combater o despovoamento das zonas rurais, em que o processo de desenvolvimento assentava na valorização do território e na diversificação dos sistemas produtivos locais, com a utilização dos seus recursos endógenos na experimentação de novas abordagens locais, inovadoras e demonstrativas – multifuncionalidade, com o desenvolvimento de novas atividades económicas ligadas ao turismo verde, atividades de lazer e de saúde, residências secundárias, produtos locais, etc. Este programa de carácter experimental tornou-se um elemento importante na política de desenvolvimento rural com elevado nível de aceitação em toda a Europa, na medida em que, enquanto instrumento de política pública *place-based* influenciou o desenvolvimento das zonas rurais europeias através da sua metodologia de intervenção “*bottom-up*” (Santos, Serrano e Neto, 2015), fundada numa base territorial e na aplicação de procedimentos descentralizados quer ao nível decisório quer ao nível de gestão financeira com a criação e consolidação das

⁵⁶ Os regulamentos comunitários que regem os fundos estruturais estabeleceram os seguintes objetivos, em termos de zonas elegíveis, em 1994: zonas de objetivo 1- regiões com atrasos de desenvolvimento no espaço comunitário; zonas de objetivo 2 - reconversão das regiões fronteiriças e parte das regiões mais afetadas pelo declínio industrial; objetivo 3 – combate ao desemprego de longa duração e facilitar a inserção profissional; objetivo 4 – facilitação da adaptação dos trabalhadores às transformações industriais e à evolução dos sistemas de produção; objetivo 5 – promover o desenvolvimento rural (acelerando a adaptação das estruturas agrícolas no contexto da PAC e facilitar o ajustamento estrutural das áreas rurais). É de referir que apenas o objetivo 1, 2 e 5 têm um carácter e um alcance explicitamente espacial e/ou regional (DGDR, 1997).

Associações de Desenvolvimento Local (ADL). As ADL foram pioneiras nas abordagens integradas de base territorial, assegurando proximidade, inovação, participação e flexibilidade na ação.

Introduz-se, assim, uma rutura nas conceções de desenvolvimento tradicionais de aplicação descendente (*top-down*) e a adoção de uma nova arquitetura na governança destes territórios e novas formas de organização dos atores, na medida em que, o desenvolvimento territorial passou a ser também uma responsabilidade da sociedade civil (intervenção e mobilização dos diversos agentes territoriais em torno do seu próprio desenvolvimento) e não apenas uma tarefa que o Estado deve assegurar isoladamente, através de parcerias que cumpram o princípio da subsidiariedade.

Mas a alteração mais relevante na evolução das políticas agrícolas comunitárias residiu na assunção do Desenvolvimento Rural como vertente fundamental da política agrícola, passando a incluir as medidas destinadas à reestruturação e modernização da agricultura⁵⁷. O Regulamento do Desenvolvimento Rural (n.º 1257/1999) determina, assim, que a aplicação daquelas medidas será definida, nas regiões de objetivo 2, por via de um programa comum, o Plano de Desenvolvimento Rural (PDRu), sendo apoiadas pelo FEOGA. Este fundo passou a integrar as principais medidas de apoio ao desenvolvimento rural, apesar de estarem dispersas por vários instrumentos de política, procurou garantir-se uma certa complementaridade entre os mesmos, no período de 2000-2006.

De forma simultânea a Comissão Europeia preparou as bases de uma verdadeira política de desenvolvimento rural, consolidada em 2005, aquando a aprovação do Regulamento (CE) 1698/2005⁵⁸, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural através do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) que substituiu o FEOGA. O mesmo documento estabeleceu, ainda, a obrigatoriedade de cada Estado-membro estabelecer um Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (tomando em conta as orientações da União Europeia), e um Programa Nacional. No período de programação (2007-2013), a União Europeia considerou que face ao grau de maturidade atingido pela iniciativa LEADER, enquadrada nas iniciativas comunitárias, estava

⁵⁷ A modernização do modelo agrícola foi uma das principais conclusões da Conferência Europeia sobre o Desenvolvimento Rural, realizada em Cork, em 1996.

⁵⁸ As principais orientações do Regulamento apontam para “el aumento de la competitividad de la agricultura y silvicultura, la mejora del medio ambiente y del entorno rural, y la mejora de la calidad de vida en las zonas rurales y la diversificación de la actividad económica en el conjunto del medio rural” (Arroyo, 2006:15).

cumprido, pelo que a metodologia de intervenção deveria passar para o quadro das políticas nacionais de apoio ao desenvolvimento rural em cada Estado-membro a ser financiadas pelo FEADER enquanto fundo único para o desenvolvimento rural (obrigatoriedade de inscrever pelo menos 5% do orçamento desse fundo para as estratégias locais LEADER), sendo que as verbas destinadas ao desenvolvimento regional ultrapassaram as verbas destinadas à PAC (Porto, 2013).

No atual período de programação (2014-2020), a União Europeia, confronta-se com uma série de desafios, alguns inéditos, mas na sua maioria já não são novos, conforme refere a comunicação “A PAC no horizonte 2020” (CE, 2010a). Os desafios dizem respeito à capacidade de produção da agricultura, à crescente diversidade das zonas agrícolas e rurais associados aos sucessivos alargamentos e às exigências dos cidadãos em termos de segurança alimentar. A Comissão identifica três grandes desafios centrais que a PAC deve responder no futuro: produção alimentar viável capaz de promover a competitividade e a inovação do setor agrícola; gestão sustentável dos recursos e alterações climáticas; e fomentar um desenvolvimento territorial mais equilibrado e inclusivo nas zonas rurais da Europa (diversificação da economia rural com o aproveitamento de outros recursos locais e potenciar a diversidade estrutural dos sistemas de produção)⁵⁹ (CE, 2010a). É notório que existe uma preocupação em alargar o campo de intervenção dos demais objetivos das várias reformas desta política agrícola nos últimos vinte anos, adotando uma estreita ligação com a Estratégia Europa 2020 em termos de territorialização da PAC.

Esta nova fase marca, igualmente, uma maior modelação territorial das políticas públicas e dos fundos comunitários (adoção da abordagem multifundos), pelo que afigura-se uma mudança de paradigma da política regional e uma mudança institucional e política. Para entender o alinhamento e as consequências implícitas das políticas de coesão para as políticas públicas de territorialização, é fundamental, determo-nos sobre os pressupostos do Livro Verde da Coesão Territorial (CCE, 2008)⁶⁰ e as conclusões do

⁵⁹ A PAC 2014-2020 operacionaliza-se em três grandes instrumentos, isto é: 1º Pilar - os pagamentos diretos aos agricultores, medidas de mercado; e no 2º Pilar - desenvolvimento rural.

⁶⁰ O “Livro Verde” representa um documento estruturante no que respeita à coesão económica e social nos territórios, bem como aponta um rumo para um desenvolvimento mais equilibrado (eficácia económica, coesão social e equilíbrio ecológico) (CCE, 2008).

Relatório Barca (Barca, 2009) ⁶¹, sobre a política de coesão social e coesão territorial, bem como os princípios orientadores para a estratégia de desenvolvimento da União Europeia no período de programação 2014-2020, apostando na lógica do desenvolvimento regional endógeno.

Na perspetiva de Barca (2009), a política de coesão não deve ser vista como uma política de redistribuição de fundos ou uma política assistencialista, mas sim como uma política orientada para o desenvolvimento económico dos territórios europeus. O relatório oferece os fundamentos que possibilitam à União Europeia a implementação de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento local, através de uma concentração de intervenções em poucos bens públicos e uma maior capacidade de coordenação e integração de funções e atrações – estruturação da governação, organizada segundo vários pilares (Barca, 2009). No fundo, a política regional far-se-á a partir da abordagem ao local, entendendo-se este como a escala mais adequada de implementação dos programas de política de coesão, isto significa que a abordagem *place-based* constitui a espinha dorsal da política de coesão para o atual período de programação.

Trata-se de uma mudança em termos da conceção e implementação de programas da política de coesão e projetos com impacto territorial relevante, cujas prioridades de intervenção são definidas em função de quadros estratégicos formulados para o território-alvo, com participação, formal ou informal, na sua elaboração de instituições e atores identificados com tal territórios (Estados-membros, regiões e poder local). Esta perspetiva reforça a importância da abordagem territorial na implementação dos grandes desígnios europeus enunciados na Estratégia Europa 2020 (CE, 2010b) e na Agenda Territorial 2020 (UE, 2011), entre os quais se destaca o reforço das estratégias de desenvolvimento e das parcerias locais e da governação multinível, com o intuito de combater os desequilíbrios regionais e a redução das disparidades regionais crescente na União Europeia.

Estas questões revelam-se particularmente importantes para os territórios rurais de baixa densidade, uma vez que estes necessitam de apoio externo, numa lógica de valorização das suas especificidades e de afirmação das suas diferenças através de projetos integrados de desenvolvimento reforçando, desse modo, a competitividade territorial

⁶¹ O “Relatório Barca” é um relatório independente encomendado a Fabrizio Barca pela Comissária Europeia para as políticas regionais, Danuta Hübner, no contexto dos trabalhos preparatórios à configuração das Políticas de Coesão da União Europeia.

1.6.2. As políticas públicas regionais no contexto dos territórios rurais de baixa densidade em Portugal

Ao pretendermos realizar o estado da arte das políticas públicas em Portugal, a primeira ideia que sobressai é que não existe qualquer tradição ou experimentação da política regional desligada da programação dos fundos comunitários. Apesar da elevada diversidade regional do país, não existe um corpo estabilizado de políticas públicas com essas características que possam considerar-se autónomas face aos diferentes instrumentos de política com cofinanciamento comunitário, como seria expectável existir outra vitalidade das políticas de desenvolvimento regional e das políticas de desenvolvimento rural. Acresce o facto da política de desenvolvimento regional em Portugal ser relativamente recente, existindo apenas alguns estudos encomendados pelo Governo, desde os anos 60⁶².

Tal como foi referido no ponto anterior, a ausência de preocupações institucionais com as áreas rurais no contexto europeu, para além das preocupações com o setor agrícola, tem sido também uma evidência no contexto português ao longo das últimas décadas. Ora, por mais estranho que possa parecer, a transição democrática iniciada pelo 25 de abril de 1974 não trouxe consigo uma visão consolidada para o desenvolvimento rural do território nacional⁶³, apenas algumas intervenções dispersas e isoladas que na generalidade tiveram impactes muito limitados nas áreas rurais e no setor agrícola (Varela, 1992; Figueiredo, 2003b).

Esta situação alterou-se moderadamente, com a adesão de Portugal à CEE em 1986 até aos nossos dias, daí que a evolução das políticas de desenvolvimento regional e da política agrícola em Portugal, acompanha de perto a sucessão dos ciclos de programação de Fundos Estruturais e explica que a década de 80, mais concretamente até 1988, data da aprovação do pacote Delors, que concretiza a reforma dos Fundos Estruturais e outros Instrumentos Estruturais, não seja pródiga em realizações

⁶² Nos anos 60, várias economias avançadas começaram a implementar políticas orientadas para os territórios, com influência dos modelos de raiz keynesiana. Foram décadas de crescimento nacional assinalável, o que permitiu financiar políticas de desenvolvimento baseadas em mecanismos de redistribuição e investimento exógeno em territórios menos prósperos.

⁶³ As políticas de desenvolvimento aplicadas em Portugal antes de 1986 fundamentaram-se numa filosofia onde o sector industrial era privilegiado em relação ao sector agrícola e o litoral em detrimento do interior. Esta situação é verificável aquando a consulta dos quatro Planos de Fomento (1953-1973), sobretudo o primeiro e segundo, alicerçados numa visão para a reconversão e modernização da agricultura portuguesa que nunca foi verdadeiramente posta em prática em favor das áreas rurais no período do Estado Novo (Varela, 1992). Ora, essa situação manteve-se após o 25 de abril de 1974, em que os esforços de modernização continuaram a concentrar-se na industrialização e na urbanização, acentuando o declínio e envelhecimento da população (Lourenço, 1994).

significativas de políticas de desenvolvimento regional e de políticas de desenvolvimento rural em geral.

É com a Reforma dos Fundos Estruturais que se introduz uma nova filosofia de intervenção assente nos princípios de concentração dos investimentos públicos nos objetivos e nas regiões prioritárias, sob os princípios da subsidiariedade, da parceria e de novos processos de intervenção (Moreno, 2007). Esta reforma, entre outros aspetos, considerou Portugal, na totalidade, como região de Objetivo 1 (promover o desenvolvimento e o ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas)⁶⁴, bem como estabeleceu a obrigatoriedade de elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR)⁶⁵ com a descrição dos objetivos e as estratégias de desenvolvimento à medio prazo, explicitando os programas, eixos e ações prioritárias a financiar pela CEE, ou seja, um enquadramento das intervenções em três Fundos (FEDER, FEOGA e FSE) e demais objetivos financeiros. Mas como referimos antes, a ausência de políticas de desenvolvimento para as áreas rurais exigiu, por um lado, uma mudança cultural na gestão de instrumentos de política regional (programação orçamental plurianual, fundamentação estratégica, regras sobre execução e avaliação financeira e física), com forte inspiração nas implicações de política da escola neoclássica (Baleiras, 2011), por outro lado, exigiu algumas mudanças em instituições públicas vocacionadas para pensar, planear e até executar medidas de desenvolvimento baseadas nos territórios, como é o caso das Comissões de Coordenação Regional⁶⁶ (atualmente Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional), que passaram acumular alguma capacidade de decisão em programas e sistemas de incentivos, de âmbito nacional, desempenhando um papel crescente em termos de agente ativo com a identificação de projetos

⁶⁴ Segundo as disposições do regulamento da Reforma de Fundos Estruturais, o QCA para Portugal incluía todas as intervenções estruturais da comunidade no período de 1989-1993, visto que os QCA das regiões abrangidas pelo Objetivo 1 da Reforma integravam igualmente, no caso português, as ações dos outros objetivos n.º 3, 4 e 5a. Isto significa que o QCA compreendia todas as ações a financiar pelos três Fundos Estruturais (FEDER, FSE e FEOGA) e pela linha orçamental específica do PEDIP (Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria). No final da década de 90 foi excluída deste objetivo a região de Lisboa e Vale do Tejo. E a região do Algarve passou para a zona de transição no período de programação 2007-2013.

⁶⁵ A obrigatoriedade de elaboração em cada período de programação um PDR consagra um marco importante na territorialização das políticas públicas, pela focagem que proporcionam do território, expondo as características e debilidades do mesmo. É ainda de referir que a primeira versão de um PDR, corresponde ao período de 1989-1993.

⁶⁶ Em 1979, foram instituídas cinco CCR (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), com a missão de exercer as funções de coordenação das ações de apoio técnico, financeiro e administrativo as autarquias locais, no contexto dos planos regionais.

estratégicos de interesse regional, e em alguns casos locais, na territorialização das políticas públicas.

Com a entrada de Portugal para a então CEE, o país passou a beneficiar de instrumentos financeiros criados para “corrigir os principais desequilíbrios regionais na Comunidade através da participação no desenvolvimento e no ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas” (Regulamento (CEE) nº 2052/88 do Conselho). Nas últimas décadas, os períodos de programação comunitária trouxeram um novo impulso para o país⁶⁷ e, muito em particular, aos territórios rurais de baixa densidade que adquiriram uma crescente importância com as políticas públicas orientadas para o desenvolvimento local e regional, através de um maior aprofundamento das intervenções territoriais no âmbito das iniciativas nacionais, sobre o efeito exógeno da política regional comunitária. Temos que reconhecer que políticas públicas para a valorização do mundo rural estão fortemente associadas as oportunidades de aplicação em Portugal de programas de natureza declaradamente agrícola, como é o caso da política agrícola comum (PAC) e das medidas que dela decorrem (primeira política da União Europeia a ser aplicada em Portugal), apesar das eventuais críticas⁶⁸; ou de iniciativas comunitárias como o Programa LEADER, que permitiu manter viva a lógica do planeamento integrado para outros apoios à territorialização do desenvolvimento rural (Figueiredo, 2003b; Figueiredo, 2010).

A implementação em Portugal da Iniciativa Comunitária LEADER tem permitido, desde 1991, ensaiar a aplicação de modelos inovadores de desenvolvimento territorial em diversas áreas rurais, na medida em que, potenciou a criação de um quadro institucional de suporte e orientação do desenvolvimento rural. O principal objetivo desta Iniciativa Comunitária, que vigorou entre os anos de 1991 e 1994 (primeiro Quadro Comunitário de Apoio a Portugal), cuja continuidade e aprofundamento tem

⁶⁷ São diversos os estudos (DPP, 2006) que comprovam os investimentos feitos e dos progressos alcançados em termos de acessibilidades e acesso a bens e serviços coletivos, como mobilidade, tratamento de águas residuais, saúde e educação (serviram para praticamente tudo que era política vertical), que permitiram tornar o país territorialmente mais coeso, contudo, não foi possível criar dinâmicas próprias de competitividade nas zonas menos desenvolvidas do país, que se mantiveram reféns até hoje das medidas essencialmente assistencialistas da política regional.

⁶⁸ Na perspetiva de Oliveira Baptista (1996), “As orientações da PAC não são favoráveis à agricultura portuguesa, pois continua a privilegiar os produtores mais relevantes do Centro e Norte da Europa em detrimento dos mediterrânicos” (Baptista, 1996:51), privilegiando-se um pequeno conjunto de explorações competitivas e beneficiárias de grande parte das ajudas ao investimento e à produção, daí que persiste na atualidade um número considerável de explorações familiares com grandes dificuldades em termos de competitividade (baixos rendimentos), para além do aumento de projetos desenquadrados da realidade portuguesa.

sido assegurada com o apoio contínuo da União Europeia desde 1991 até à atualidade (2007-2013), é a promoção do desenvolvimento local dos meios rurais, com base na valorização e diversificação do seu potencial de recursos e iniciativa, baseado no princípio da parceria e da contratualização e em intervenções de enfoque territorial, integrado e participado (Moreno, 2007; Ferrão e Mourato, 2010).

Em termos gerais, pode afirmar-se que, a emergência da iniciativa LEADER, funcionou como “botija de oxigénio” face ao vazio de iniciativas em termos de territorialização de políticas públicas para o desenvolvimento rural, assumindo-se como uma abordagem territorial, integrada e participativa numa forte adesão e participação das populações e dos agentes socioeconómicos e sociais (LEADER I), baseada em modelos inovadores de articulações inserção territorial e de adequação das estratégias às necessidades do desenvolvimento económico e social destes espaços (Arroyo, 2006; Santos, Serrano e Neto, 2015). No LEADER II (1994-1999) acrescentou-se a relevância da inovação nas abordagens da problemática do desenvolvimento rural, com a implementação de projetos inovadores, e no LEADER + (2000-2006) passou-se a tomar como elemento fundamental a cooperação e a organização das parcerias a nível local, interterritorial e transnacional, apesar da visão experimental do programa ter-se perdido ao longo do tempo.

De qualquer modo, consideramos que o LEADER determinou a emergência de um quadro institucional rico em experiências locais, fomentou o aparecimento de novas aprendizagens e novos atores e parcerias locais, contribuindo de forma decisiva para a formação de um novo paradigma de políticas públicas, mas também serviu de inspiração para a adoção de uma cultura institucional do desenvolvimento rural em Portugal, refletido em algumas componentes de programas nacionais com cofinanciamento.

Esta atitude integradora esteve subjacente nos períodos de programação do QCA II (1994-1999) e QCA III (2000-2006)⁶⁹, na medida em que, introduziram uma nova lógica em termos de territorialização das políticas públicas na valorização do mundo rural, através da articulação entre Programas Regionais (POR) e Sectoriais (POS). É no

⁶⁹ O primeiro período de programação de Fundos Estruturais foi antecedido por algumas experiências piloto de planeamento integrado de desenvolvimento rural, como é o exemplo do Projeto de Desenvolvimento Rural de Trás-os-Montes (PDRITM) em 1982-88. O projeto integrava-se nas prioridades do programa do Governo, correspondendo, por um lado, à efetivação de uma política de fomento de produção agrícola e, por outro lado, no processo de regionalização do continente, tendo como finalidade a correção das assimetrias regionais (Moreno, 2003).

período de 1994-1999 (QCA II), que emergem algumas alterações em termos de ações específicas orientadas para domínios omissos ou pouco desenvolvidos no anterior período (QCA I)⁷⁰, como o desenvolvimento económico regional e a promoção das regiões.

Esta nova componente de medidas imateriais dos POR, surge na programação do QCA II articulada com o Programa de Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR), um programa de incidência nacional, mas com uma intervenção fortemente territorializada, pois contemplava áreas territoriais e temáticas, específicas, a desenvolver ao nível das diferentes regiões. Este programa estava orientado para a promoção do “desenvolvimento endógeno das regiões, cujo objetivo principal consistia em participar na revitalização do mundo rural e do interior do país, promovendo novas condições de competitividade.” (Figueiredo, 2010:75). É no âmbito deste programa que se desenha pela primeira vez um quadro de instrumentos de política de desenvolvimento local, combinando ações de valorização do património, dos incentivos a projetos de investimento e a criação de centros de apoio rural, disseminando uma nova oferta de serviços em meio rural. Relativamente ao PPDR devemos fazer referência aos subprogramas que visavam concretamente as áreas rurais. Destes, destacamos as Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDL), que integrava a medida “Ações de Desenvolvimento Rural” e a medida “Apoio ao Desenvolvimento Económico em Núcleos Rurais”. Entre as diversas ações apoiadas, salientamos no caso da primeira medida o “Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal”, que constituiu uma iniciativa piloto num conjunto de 12 aglomerados⁷¹ no interior da Região Centro (Figueiredo, 2003b), no âmbito do II QCA (1994-1999), cuja continuação ocorreu no III QCA (2000-2006).

O PPDR marcou no período de 1994-1999, uma aproximação entre as políticas de desenvolvimento local dinamizadas a partir de programas de desenvolvimento regional e a valorização do mundo rural. No caso da região Centro, a Rede das Aldeias

⁷⁰ No QCA I (1989-1993), os POR foram organizados essencialmente em torno de uma tipologia de projetos municipais, entre os quais se destacam os “projetos de infraestruturas de base nos domínios das acessibilidades viárias, do saneamento básico e de animação económica (...), cultural e turística” (Figueiredo, 2010:74). Não é difícil perceber que os Fundos Estruturais representavam um “segundo orçamento” quer para os ministérios quer para os municípios, correspondendo assim a uma fase de grande proliferação e dispersão de investimentos em infraestruturais, avulsos e exógenos relativamente ao território.

⁷¹ Um conjunto de aglomerados composto numa primeira fase por Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha, com posterior entrada de Belmonte e Trancoso.

Históricas é a intervenção estruturante das AIBT “Ações Inovadoras de Dinamização das Aldeias” (2000-2006), a partir da qual se difundiu a metodologia de atuação e se definiram subsistemas territoriais complementares às Aldeias Históricas com a implementação dos Centros Rurais e Contratos de Aldeia, permitindo uma cobertura equilibrada dos territórios de baixa densidade da região (CCDRC, 2006:95).

A experiência piloto dos Centros Rurais (1994-1999) que, entre outras medidas, integrava o apoio ao desenvolvimento económico em núcleos rurais, tinha por objetivo específico atrair e fixar as populações rurais e melhorar as condições de vida das populações em meio rural (adaptando os pequenos núcleos populacionais às exigências mínimas da vida moderna) e beneficiando os seus elementos patrimoniais tradicionais, no sentido de potenciar novas atividades complementares e uma atividade agrícola reformulada, segundo um Plano Global de Intervenção (apresentado e acompanhado por agentes locais - Associações de Desenvolvimento Local)⁷². A iniciativa estendeu-se a todas as regiões do continente português, num total de 45 núcleos intervencionados (15 na Região Centro que envolveram 125 freguesias), os quais funcionaram como polo de apoio e dinamização das zonas rurais envolventes⁷³ (Figueiredo, 2010) e 9 Contratos de Aldeia em aglomerados que apresentavam as características mais tradicionais vivas, quer em termos da estrutura urbana, arquitetura e do património cultural das comunidades, quer em termos da existência de dinâmicas locais a nível cultural, social, económico e associativo (CCDRC, 2006).

No período de programação 2007-2013 o programa LEADER deixou de existir como tal, pois a Comissão Europeia decidiu interromper a forma integrada e integradora de territorialização das políticas públicas, tendo, ao invés, introduzido uma nova filosofia de intervenção, com a integração da “Abordagem LEADER”, nos quadros nacionais e regionais de atuação programação cofinanciada pela União Europeia (Moreno, 2013), perdendo assim muitas das suas características iniciais, nomeadamente a definição “de

⁷² Os efeitos positivos desta iniciativa prendem-se, desde logo, com a abordagem metodológica seguida, pois foram postos em prática diversos princípios já referenciados e que devem orientar o desenvolvimento rural, como a promoção da diversificação social e económica dos meios rurais; valorização os recursos endógenos; subsidiariedade e descentralização; programação e contratualização; participação e concertação entre os diferentes parceiros (diversificação da tipologia de *stakeholders*). Tratou-se acima de tudo de um processo *bottom-up*.

⁷³ Com efeito, mesmo que não tenha havido uma replicação da intervenção Centros Rurais no período de programação 2000-2006, houve um conjunto de medidas e ações, nomeadamente no Programa de Desenvolvimento Rural (RURIS), o Programa Operacional de Desenvolvimento Rural (AGRO) e a medida “Agricultura e Desenvolvimento Rural” (AGRIS) dos Programas Operacionais Regionais, que refletem bem a influência da experiência dos Centros Rurais.

baixo para cima” das prioridades e dos conteúdos das estratégias de desenvolvimento local. Nestes termos, ficou definido nos Programas Nacionais de Desenvolvimento Rural (PRODER, PRODERAM e PRORURAL)⁷⁴, um eixo de intervenção associado à Abordagem LEADER (eixo 3 – Dinamização das Zonas Rurais). A sua implementação fundamentou-se num quadro de princípios metodológicos definidos para esta abordagem, isto é, uma descentralização da decisão, uma definição de territórios elegíveis e uma credenciação de Grupos de Ação Local⁷⁵, sediados nos territórios, e com intervenções de matriz mais setorial, com menor participação e concertação dos poderes públicos (locais, regionais e centrais), privados e associativos.

É igualmente no período de programação 2007-2013, que surge a iniciativa PROVERE - Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos⁷⁶, numa lógica de clusterização, descentralização e de envolvimento *bottom-up* de agentes locais, com financiamento dos Programas Operacionais Regionais (FEDER). O PROVERE foi um instrumento desenhado para estimular iniciativas dos agentes económicos orientadas para a melhoria da competitividade territorial de áreas de baixa densidade, através da dinamização de atividades económicas inovadoras e baseadas no aproveitamento das potencialidades existentes (recursos património histórico, recursos naturais, saberes tradicionais, etc.), com a concretização de programas de ação, construídos em parceiras institucionais (atores públicos e privados) e enquadrados em estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo, numa perspetiva de quebrar o ciclo vicioso que tende a ser gerado nestes territórios como anteriormente ilustrado (Martins e Figueiredo, 2008).

A metodologia de operacionalização assentou em parcerias (empresas, associações empresariais, municípios, instituições de ensino e I&DT, agências de desenvolvimento

⁷⁴ Em Portugal, no âmbito da programação 2007-2013, foram criados três programas de apoio ao desenvolvimento rural: PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural (continente); PRODERAM – Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira; PRORURAL - Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores. Refere-se ainda o Programa Rede Rural Nacional (PRRN) é um instrumento específico de Portugal para a criação e funcionamento da Rede Rural, no período de 2007-2013 e com continuidade em 2014-2020, tendo como objetivo a troca de conhecimento e a transferência das boas práticas entre todos os intervenientes no desenvolvimento rural (Moreno, 2013).

⁷⁵ O processo de reconhecimento e aprovação das estratégias foi regulado por um concurso do qual resultou a aprovação de 53 GAL, com autonomia e responsabilidades locais na gestão.

⁷⁶ O Programa PROVERE é um dos quatro tipos de Estratégia de Eficiência Coletiva, no âmbito das Estratégias de Eficiência Coletiva (QREN), que apoiou, com discriminação positiva: Polos de Competitividade e Tecnologia; Outros “Clusters”; e estratégias de valorização económica de base territorial com incidência nos Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (iniciativa PROVERE), e Ações de Regeneração e Desenvolvimento Urbano.

regional, ADL, etc.) que através de um consórcio desenhou e implementou um Programa de Ação, numa lógica de trabalho em rede.

No caso da Região Centro a Estratégia de Eficiência Colectiva - PROVERE cobriu grande parte do território regional com enfoque para 8 ECC - PROVERE⁷⁷, entre as quais, destacamos o PROVERE Aldeias Históricas – Valorização do Património Judaico, com incidência na valorização do património histórico, cultural e monumental da Beira Interior.

Esta iniciativa corporiza uma abordagem territorial distinta das iniciativas anteriores face a lógicas diferenciadoras de coerência territorial e, também, por registar um estreitamento de tipologia de projetos, com particular enfoque à dimensão imaterial das intervenções, nomeadamente, as relacionadas com ações/atividades de animação e marketing territorial e turístico, daí que interrompe com as iniciativas anteriores (AIBT).

Resta referir que no atual período de programação (2014-2020), e tendo como matriz os múltiplos desafios económicos, ambientais e sociais que se colocam à Europa, a Comissão Europeia considera que a sua prossecução será mais eficaz através de uma abordagem integrada e territorial, adaptada às especificidades e características dos territórios.

Nesta linha, o contrato de parceria estabelecido entre a Comissão e os Estados-membros, introduziu um conjunto de novas ferramentas de integração que podem ser utilizadas para implementar estratégias territoriais para o período de 2014-2020, nas suas diversas escalas, desenvolvidas no quadro nacional das políticas de desenvolvimento regional de cada país e em articulação com as prioridades e agendas acordadas no contexto europeu⁷⁸. Assim, na arquitetura do novo quadro comunitário (2014-2020) são apontados novos instrumentos que promovem abordagens integradas da programação e que asseguram a coordenação das ações e a criação de sinergias, entre as quais se destaca a elaboração e implementação de Estratégias Integradas de

⁷⁷ O conjunto de ECC – PROVERE aprovadas e enquadradas no PO MAIS Centro foram: Estâncias Termais; *Buy Nature*; Beira Baixa; *Villa Sicó*; Mercados do Tejo; Aldeias do Xisto; Aldeias Históricas Património Judaico; e Vale do Côa, num total de 24 ECC – PROVERE do Programa de Ação, no contexto nacional (SPI, 2013).

⁷⁸ A Agenda Territorial da União Europeia 2020 assume-se como um quadro de ação político, destinado a fornecer orientações estratégicas para o desenvolvimento territorial, apoiar a integração da dimensão territorial em diferentes domínios políticos a todos os níveis de governação e assegurar a aplicação da Estratégia Europa 2020.

Desenvolvimento Territorial (EIDT), assumindo-se como um dos principais elementos de focagem da territorialização das políticas públicas da Coesão, visando contribuir para a concretização dos objetivos e metas da Estratégia Europa 2020 (CE, 2010b), no que diz respeito ao crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, mas também pretende-se que sirvam de referência para assegurar a coerência estratégica de intervenções de cariz local, em territórios rurais, urbanos ou espaços de articulação entre ambos (Mendez, Bachtler e Wislade, 2012).

Estas Estratégias devem traduzir-se num quadro estratégico sub-regional, desenhado, implementado e dinamizado de modo coordenado pelas Comunidades Intermunicipais (CIM) de cada uma das NUTS III do Continente, em articulação com os restantes atores locais e regionais relevantes para os processos integrados de desenvolvimento regional, mas acima de tudo deverá estar articulado com a estratégia regional dinamizada pelas CCDR, no sentido de garantir a coerência das intervenções e evitar a sobreposição de estratégias sectoriais.

Com efeito, a proposta da Comissão prevê três tipos de Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial: os Investimentos Territoriais Integrados (ITI), o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) e o Desenvolvimento Urbano Sustentável (DUS)⁷⁹, com características muito diferenciadas, quer ao nível de abordagem e de competências, quer ao nível de dimensão territorial. O conjunto destas estratégias promoverá uma maior sustentabilidade dos territórios e dos recursos das regiões.

Os Investimentos Territoriais Integrados evidenciam novos instrumentos de programação e de gestão de operações para o horizonte 2014-2020 que são concretizados através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (enquadramento das intervenções das entidades municipais e intermunicipais, entre outros copromotores associados). Estes ITI são um instrumento estratégico para responder às necessidades de combater os desequilíbrios regionais e potenciar as capacidades e recursos de todos os territórios, por exemplo, os territórios de baixa densidade.

Os investimentos territoriais integrados ao beneficiarem de participações de financiamento de vários fundos como o FEDER, o FSE e FC – programação

⁷⁹ Veja-se, para um maior pormenor, o Acordo Parceria proposto por Portugal à Comissão Europeia (Governo de Portugal, 2014).

multifundos, no âmbito do Programa Operacional, poderão ser definidos tanto em termos territoriais como temáticos, proporcionando uma cobertura regional, complementar e equilibrada que contemple, por um lado, a organização e diversidade sub-regional e, por outro, as especificidades temáticas transversais a várias unidades territoriais. Este modelo de financiamento exige a coordenação e articulação entre diferentes tutelas, sendo por isso um forte apelo aos princípios de governança integrada.

O Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) é uma abordagem ascendente ou “*bottom-up*”, que procura aproveitar a experiência de anteriores ciclos de programação, com particular destaque para a abordagem LEADER, será implementado através da materialização das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). As EDL correspondem a estratégias integradas e multissetoriais de desenvolvimento local, promovidas pelas comunidades e organizações locais através dos Grupos de Ação Local (parcerias compostas por representantes dos interesses socioeconómicos locais, públicos e privados), concebidas para responder as necessidades e potencialidades de um território sub-regional, e que incluam funcionalidades inovadoras no contexto local, entre os quais os territórios economicamente frágeis e de baixa densidade populacional. Esta metodologia única permitirá uma utilização agregada e integrada dos Fundos do Quadro Estratégico Comum (QEC) para concretizar as estratégias de desenvolvimento local, evitando a duplicação de esforços.

Para concretização destes objetivos é crucial tal como no passado a intervenção dos Grupos de Ação Local (GAL), com capacidade para a elaboração de estratégias de desenvolvimento local, avaliação e seleção de projetos, bem como seu acompanhamento em termos de execução física e financeira (Dinis, Panyik e Breda, 2010). É importante notar que ao longo das cinco abordagens LEADER, o número de GAL's a atuar em Portugal não parou de crescer, contabilizando-se 54 GAL (29, na região Centro) na programação da Abordagem LEADER/DLBC (2014-2020)⁸⁰, cobrindo 91% do território nacional. Apesar de ser um programa com forte incidência na participação local através de iniciativas territoriais, registou-se ao longo dos últimos anos, um recentramento do papel das ADL na esfera da gestão e perda de capacidade na

⁸⁰ No período de programação 1991-1994, foram credenciadas como entidades LEADER 20 Grupos de Ação Local, distribuídos pelas diferentes regiões do país (com exceção dos Açores). No LEADER II (1994-1999) face ao impacto positivo do antecessor, houve o reconhecimento de 48 zonas de intervenção (cobrindo quase a totalidade das áreas rurais do país), geridos por outros tantos GAL's. Na programação do LEADER+ (2000-2006), Portugal passou a contar com a presença de 52 entidades credenciadas e com 53 no período de 2007-2013 (Moreno, 2003).

proximidade, física e relacional, com as pessoas e o território, mas também uma certa municipalização (com particular incidência na metade Norte de Portugal Continental). Nesta perspetiva, Serafim (citado em Moreno, 2007:171) afirma que “Se no início do LEADER o controlo das direcções das Associações era significativo pelo número de pessoas singulares que envolvia, neste momento [1996] esse poder de decisão pertence fundamentalmente ao Estado local”, na medida em que, os GAL funcionam como um elo de ligação às franjas eleitorais, onde o seu poder de intervenção é fraco⁸¹.

Há ainda outros equívocos para o insucesso da política regional que advêm da frequente confusão entre política de desenvolvimento regional com a execução/gestão dos fundos estruturais; o pensar que todas as utilizações desses fundos em projetos sectoriais compõem a política de desenvolvimento regional, conforme sucedeu nos anteriores quadros comunitários (os fundos estruturais serviram até ao momento para tudo o que era política vertical), com o aparecimento de investimentos infraestruturais, avulsos e exógenos ao território – bens não transacionáveis; desarticulação territorial das políticas públicas; ou as frequentes mudanças de rumo das políticas públicas, em particular aquando da transição de ciclos de programação, gerando instabilidade e dificultando a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento territorial, que acabam por prejudicar sempre as áreas mais desfavorecidas – os territórios rurais de baixa densidade. Paradoxalmente, alguns dos melhores instrumentos de política pública são abandonados, sem que lhes sucedam outros que aproveitem a experiência, sendo exemplo disso a Iniciativa Comunitária EQUAL.

Para ultrapassar estes constrangimentos, Baleiras (2014) defende a adoção de uma visão territorial do país com a mobilização de compromissos entre um conjunto alargado de políticos e parceiros sociais (com a existência de um membro do Governo que assegure a concretização da estratégia), num período horizontal superior ao de uma legislatura. Neste quadro, defende uma visão territorial concertada em termos da enunciação de objetivos nacionais de desenvolvimento regional; a indicação das políticas para a sua concretização; identificação e afetação dos recursos (orçamentais, por exemplo); definição de metas qualitativas e quantitativas e indicadores de acompanhamento; obrigatoriedade dos ministérios sectoriais com maior impacto no desenvolvimento regional em construírem estratégias próprias com declinação regional que contribuam

⁸¹ Atualmente está a decorrer a 2ª fase de reconhecimento e aprovação das estratégias para o período de programação 2014-2020, através da apresentação das respetivas EDL.

para implementar as metas nacionais de desenvolvimento regional (Baleiras, 2014). Esta proposta apela ao alinhamento da visão territorial com o modelo de desenvolvimento da União Europeia e o ciclo de sete anos das políticas e do orçamento comunitários. Esta solução permitiria integrar a estratégia de aplicação dos fundos comunitários na estratégia nacional de desenvolvimento regional, tal como sucede em outros países, como a Irlanda, a Noruega e a Finlândia.

1.7. Parcerias territoriais: novas formas de governança em rede

Nas últimas décadas tem-se assistido nas sociedades contemporâneas a múltiplas transformações sociais, económicas e políticas, mutações essas que abalaram a tradicional organização das sociedades e da economia. Daqui resulta a ideia de estar em curso uma recomposição das esferas global, nacional e local, desencadeado pela incapacidade de gestão pública tradicional em responder aos problemas, desafios e formas contemporâneas de organização das sociedades⁸² (Pereira, 2009), um processo que surge acompanhado de novos modelos de atuação política, científica e técnica, assentes em princípios como participação, cooperação, negociação, parceria e trabalho em rede; vocábulos que são, analogamente, presença constante em discursos e documentos oficiais, que traduzem políticas públicas e modelos de financiamento de programas de desenvolvimento.

No âmbito específico das políticas e dos programas de desenvolvimento dos territórios, os conceitos de rede, parceria e governança, têm ganho crescente importância, desde as décadas de 70 e 80, resultante da internacionalização e globalização da economia, da complexificação das sociedades democráticas, do maior interesse na governação por parte dos cidadãos e das organizações da sociedade civil, fragmentação do sistema político, descentralização do estado e europeização dos processos de decisão (Ferrão, 2010). Exemplos disso são as reformas administrativas com a desconcentração descentralização de atribuições e competências entre os níveis nacionais, regionais e locais; o desenvolvimento de mecanismos de democracia participativa através do estreitamento das relações Estado-sociedade civil, traduzindo-se no envolvimento de

⁸² Na União Europeia, a falência do modelo de governação não passou despercebida, tendo lançado inclusivamente um debate em torno do tema e publicado o Livro Branco sobre a Governança Europeia, em 2001, identificando um conjunto de objetivos e princípios básicos para uma boa governança (CCE, 2001), nomeadamente: abordagens de integração intersectorial, integração vertical entre os diferentes níveis de atores e participação dos cidadãos na tomada de decisões.

atores diversificados e no uso de metodologias mais descentralizadas de mobilização, diálogo, concertação de interesses e decisão (planeamento estratégico, orçamento participativo, agenda XXI, etc.); e as profundas mudanças ao nível da territorialização das políticas públicas portuguesas, que resultaram da incorporação de princípios e orientações da União Europeia, nas duas últimas décadas, associadas aos vários fundos estruturais.

Neste contexto, assistimos, à transição progressiva do modelo hierárquico e/ou Estado - providência utilizado para a implementação das políticas públicas centralistas, caracterizado por procedimentos burocráticos, estruturais rígidas e lógicas de domínio hierárquico (*governing*), para um modelo heterárquico (*governance*) e/ou pós-burocrático, assente em redes de parcerias, na privatização e numa multiplicidade de relações entre o Estado, a sociedade civil e as suas organizações, e atores privados (Ansell e Gash, 2007; Covas e Covas, 2013a; Moreno, 2013). Por outras palavras, trata-se de um processo de rutura ou até colapso em que o Estado deixa de ser o único interventor e executor que atua de forma verticalizada, clientelar e sectorializada de acordo com uma visão de comando e controlo da ação coletiva e/ou executor das políticas públicas de natureza político-partidária, para uma outra conceção do papel de Estado, centrada em intervenções de natureza sobretudo reguladora e estratégica no processo de desenvolvimento, com a “coordenação de diferentes atores envolvidos desde a fase da conceção à fase de implementação das políticas” (Feio e Chorincas, 2009:139), o que se traduz numa gestão dos territórios de acordo com critérios muito mais abrangentes a partir de processos de participação multinível, legalmente consagrados e assente em lógicas de rede como formas de reforço da legitimação da ação política.

Assim, o conceito de governança está associado a um processo mais ou menos aberto, no qual participam múltiplos atores locais, estatais e não estatais, sob a égide de parcerias, se articulam para atingir objetivos comuns coletivamente definidos através da adoção de procedimentos mais transparentes na tomada de decisão, num modelo mais horizontal de cooperação e participação (Dallabrida, 2015). É nesta linha que Ansell e Gash (2007) defendem que a governança resulta, assim, de processos de mobilização da ação coletiva através dos quais um ou mais órgãos públicos se envolvem diretamente com *stakeholders* não-estatais em processos formais e coletivos de tomada de decisão e

de consensos orientados e deliberativos, que têm como objetivo definir ou implementar políticas públicas ou gerir programas públicos.

É, portanto, neste contexto de crescente territorialização das políticas públicas e cooperação entre todos os atores do sistema a partir de uma visão territorial partilhada, que se assiste à emergência e crescente importância do processo de governança territorial, que traduz um novo olhar e uma nova maneira de encarar o papel das organizações, dos cidadãos e das autoridades públicas nos processos de planeamento, tomada de decisão e gestão dos assuntos públicos, e isso de tal modo que “a governança territorial se converteu no instrumento em que se encontram depositadas as esperanças de uma mais efetiva gestão e governança das políticas de desenvolvimento” (Dasi, 2008:11) [tradução nossa]. Por outras palavras, a governança territorial, constitui, um processo de organização territorial composto pela multiplicidade de relações que caracterizam as interações entre atores (públicos, privados e outros) e os diversos interesses dos grupos do território, assumindo-se como uma pré-condição para a coesão territorial e eficácia das políticas a qualquer escala e intervenção. A qualidade da governança territorial torna-se muito dependente da capacidade territorial em construir um consenso organizacional, capaz de fomentar e mobilizar formas de cooperação e de parceria público-público, público-privado e privado-privado e de rentabilizar os portefólios relacionais de cada um deles, a fim de definirem objetivos e tarefas comuns; reconhecerem o contributo de cada parceiro para realização dos objetivos previamente definidos; e acordarem sobre uma visão comum para o futuro do território entre todos os níveis e atores envolvidos (Davoundi, Evans, Governa e Santangelo, 2008). Ou seja, o objetivo final dos processos de governança territorial é o desenvolvimento de um determinado território (Dallabrida, 2015).

Para Reis (2007), citado em Feio e Chorincas (2009:140), a governança territorial deve ser encarada segundo a perspetiva do “*problem solving*”, considerando como fundamental que os atores procedam a uma adequada seleção dos problemas a solucionar (ação coletiva), aspeto que, o autor advoga ser mais importante do que a segmentação ou divisão das responsabilidades/áreas de intervenção ou da lógica de repartição aritmética de recursos financeiros a afetar.

Numa outra perspetiva, encontramos as reflexões de Dasi (2008), autor que considera a governança territorial como uma mera aplicação dos princípios da boa governança às políticas públicas territoriais e urbanas, ou como processo de planeamento e gestão de

dinâmicas territoriais numa ótica inovadora, partilhada e colaborativa, numa perspetiva de maior legitimidade democrática e participação da sociedade civil.

Com efeito, a multiplicação de atores implica a estruturação de redes de governança no sentido de assegurar a articulação entre os vários atores coletivos e/ou individuais envolvidos, como um construto de geometria variável (apoiado numa estrutura fixa sólida), através de dinâmicas coletivas, nem sempre fáceis pela existência de objetivos, interesses, recursos, prioridades e expectativas divergentes de cada ator, agindo isoladamente, mostrando pouco interesse à cooperação e à coresponsabilização, a não ser por objetivos específicos e estímulos concretos (natureza oportunista de constituição de algumas parcerias e de estruturas em rede, geralmente para cumprir os requisitos exigidos em candidatura de projetos a fundos nacionais e europeus) – pobreza relacional –, ou por condicionamento do Estado, na medida em que, mobiliza muitos recursos e detém forte influência (persistência de culturas institucionais e organizacionais sectorializadas, centralizadas e com forte poder hierárquico), potenciando o aparecimento de tensões e conflitos. Estas dificuldades agravam-se por falta de atores nos territórios de baixa densidade (Pereira, 2013).

Apesar da existência de fragilidades e obstáculos associados aos mecanismos de governança territorial, importa sublinhar que estas estruturas multi-organizacionais, na forma de rede ou parceria, são inquestionavelmente úteis, vantajosas e positivas, pois aumentam a flexibilidade, a eficiência e a capacidade de resposta, nomeadamente através da: identificação de problemas e oportunidades – diagnóstico partilhado, produzindo soluções flexíveis que permitem o seu ajustamento consoante a complexidade e variedade dos problemas (governança proactiva); partilha e agregação de informação e conhecimento e de aprendizagem coletiva entre atores envolvidos na formulação de políticas; redução e/ou de partilha de riscos pelos intervenientes públicos, privados e associativos (sobretudo em investimentos críticos, quer em dimensão, quer pelas características inovadoras que comportem); obtenção de economias de escala, com a mobilização de recursos e competências que se complementam entre si; reforço da cultura de parceria e de cooperação institucional, nomeadamente ao nível local, alicerçada na confiança, no diálogo e na concertação de interesses ou para a minimização dos conflitos entre os atores; e maior possibilidade de disseminação de boas práticas e de ações de *benchmarking* (Ferrão, 2010).

Esta leitura acerca do funcionamento em rede surge bem explicitada por exemplo em Carrilho para quem, “uma rede torna-se real quando é definida por uma infra-estrutura (conexões técnicas) e uma «infoestrutura» (regras e normas) que favorecem as iniciativas dos atores para estabelecer relações específicas que podem mudar ao longo do tempo” (Carrilho, 2008:83). Nesta linha de argumentação Castells (2002), defende que estas constituem “estruturas abertas, capazes de se expandirem de forma ilimitada, integrando novos nós, desde que consigam comunicar dentro da rede, nomeadamente desde que partilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo valores ou objetivos de desempenho)” (Castells, 2002:607).

As redes podem ser analisadas por diferentes parâmetros, sendo que a centralidade e densidade são as duas principais propriedades que permitem avaliar de forma global a estrutura da rede (Scott, Baggio e Cooper, 2008), na medida em que, estão diretamente relacionados com os elementos básicos de uma rede – atores e ligações. A centralidade refere-se a cada elemento da rede e avalia a sua posição estratégica. Por sua vez, a densidade explora a estrutura global da rede, analisando o número de ligações entre todos os seus componentes. Outro elemento não menos importante na análise das ligações dentro de uma rede é a identificação de laços fortes e laços fracos⁸³ (Granovetter, 1983).

Neste sentido, o trabalho de parceria resulta, assim, da existência de interesses comuns e/ou entendimento recíproco entre dois ou mais os atores de natureza diferente que, procuram de forma voluntária e num plano de igualdade, convergir interesses comuns e recursos para a conceção integrada do problema e/ou realização de projetos comuns a longo prazo⁸⁴, materializando, dessa forma, uma intervenção estratégica partilhada, a qual pode partilhar riscos e potenciais benefícios para todos os parceiros, numa lógica de responsabilidade partilhada entre atores parceiros, pese embora as dificuldades e constrangimentos (Estivill, Hiernaux e Geddes, 1997). Desta forma, a parceria é vista como um processo de negociação, articulação e procura de consenso para soluções conjuntas.

⁸³ Regista-se a existência de laços fortes quando ocorre uma grande ligação entre os atores da rede, com a partilha de grandes fluxos de informação e geração de conhecimento dentro da rede. Por outro lado, os laços fracos representam a fraca ligação de atores com os atores mais fortes da rede (Granovetter, 1983).

⁸⁴ A parceira não deverá ser algo estanque no tempo ou num momento específico para satisfazer e/ou preencher determinados requisitos, bem pelo contrário, deverá ser contínua, para que o processo de crescimento e facilitação conjunta possa perdurar no tempo e na melhoria de uma comunidade ou território, funcionando como metodologia nos processos de desenvolvimento.

Neste capítulo das dificuldades e constrangimentos, vale a pena prolongar um pouco mais a análise em termos de posicionamento de Portugal no contexto europeu. Num trabalho recente, Luís Moreno (2013) apresenta alguns indicadores que apontam para a existência de um “défice de confiança, de entendimento dos desígnios públicos e de participação em espaços de interesse da coletividade” (Moreno, 2013:13), em comparação com a realidade verificada noutros países europeus. Assim, num conjunto de 22 países em que se aplicou o estudo, Portugal era o penúltimo do *ranking* em termos do indicador confiança total no sistema legal e o quinto ao indicar nenhuma confiança no sistema legal (superado apenas por quatro países do Leste), sendo a confiança mútua uma condição necessária para que uma parceria possa ter sucesso. O mesmo se pode constatar em termos da política ser frequentemente encarada como “demasiado complicada para se entender”, ocupando o quarto lugar. No que se refere, por seu turno, ao “trabalho numa organização associação nos últimos 12 meses”, também existe uma convergência para a ausência de atividades voluntárias em prol de coletividades, a serem exercidas por apenas uma minoria, ocupando Portugal o antepenúltimo lugar (Moreno, 2013:13-14).

Nesta linha de análise, é também relevante ter em conta outras considerações teóricas citadas pelo autor, associadas à incapacitação cultural, social, institucional e até económicas e políticas para o condicionamento de uma boa governança em Portugal (Moreno, 2013), apesar de alguns sinais evolutivos resultantes da adoção de práticas participativas e governativas através do processo de “europeização”, como, por exemplo, alguns resultados obtidos em termos da operacionalização de Programas como o LEADER, o EQUAL, o INTERREG, os Quadros Comunitários de Apoio e o QREN.

No entanto, as avaliações em torno da territorialização das políticas públicas apontam para a existência de algumas insuficiências nos meios e processos de governança e cooperação estratégica, quase sempre relacionadas com a tradicional estrutura institucional e a falta de “confiança entre atores na partilha de soluções conjuntas para os mesmos problemas” (Feio e Chorincas, 2009:147), comprometendo seriamente a competitividade económica dos territórios. Uma perspetiva partilhada por Covas e Covas (2013b) quando afirmam que é incompreensível a ausência de cooperação, de interajuda, de solidariedade territorial e até de aprendizagem mútua, não seja devidamente explorada e utilizada como instrumento de atuação e de vantagem competitiva dos territórios desfavorecidos.

Na mesma linha de argumentação Medeiros (citado por Moreno, 2013:17), afirma que esta mudança de paradigma de desenvolvimento territorial, em Portugal, encontra-se rodeada de obstáculos, pois o elevado número de candidaturas a fundos comunitários não é sinónimo de mudança na gestão institucional, na medida em que, o nível regional concentra-se em torno de uma mesa de negociações que condicionam qualquer processo de governança regional. Dito de outro modo, não há um nível intermédio de governo ou administração capaz de criar músculo entre o nível local e o poder central. A ausência de governança regional provoca na opinião de Covas e Covas (2013a:44-45), um aceleração “do processo de desmantelamento e desterritorialização de parcelas significativas do nosso frágil tecido empresarial, com a conseqüentemente disrupção e fragmentação do espaço geográfico do continente português”. É o que podemos depreender quando procuramos conhecer e compreender a aplicação prática dos pressupostos teóricos em torno das redes e das parcerias locais no âmbito, por exemplo, dos processos e projetos de desenvolvimento territorial, associando-se à fraca aplicação dos princípios da governança à escala regional.

Dito isto, e face a ausência de meios necessários para enfrentarem a complexidade dos problemas que já identificámos anteriormente, os territórios rurais de baixa densidade revelam fragilidades que obrigam à criação de estratégias específicas que os apoiem na busca de soluções para os desafios com que se defrontam. Tais desafios têm-se, porém, mostrado demasiado complexos para poderem ser solucionados por uma única instância e a um único nível de ação. A solução apontada é a governança multinível⁸⁵ enquanto modelo mais eficaz e eficiente para a governabilidade destes territórios, na medida em que, gere melhor os impactes territoriais a várias escalas (vários níveis de organização nas redes), provocadas por externalidades multi-escalares, desde a escala mundo até à escala local (as redes multi-escalares são muito raras em Portugal), representa a diversidade de interesses dos cidadãos, facilita compromissos políticos mais credíveis e fomenta a inovação e experimentação no campo das políticas públicas (Pereira, 2014). Mas o processo de governação multiníveis apesar das suas virtualidades, nem sempre é eficiente pela ausência de condições para fazer uma abordagem a um nível intermédio ou regional, na maioria das vezes falta um nível de organização regional que até pode

⁸⁵ O conceito de governança multinível surgiu na década de 80 do século XX, no âmbito de estudos realizados sobre a União Europeia, numa tentativa de explicação do processo de integração europeia e funcionamento do sistema, tendo como base os papéis dos Estados-membros (Faludi, 2012).

existir em termos organicista, mas que do ponto de vista funcional e prático não é capaz de realizar a ligação entre o nível local e o nível nacional ou comunitário.

Inspirados na abordagem conceptual de Covas e Covas (2014), estamos em condições de defendermos a passagem de um sistema de administração multiníveis de centralismo democrático comunitário para a um sistema da governança em rede horizontal como parte da solução, na medida em que, reúne espaços descentralizados de integração regional e sub-regional de cooperação entre atores públicos e privados, fomentando processos de tomada de decisão democráticos, assentes em mecanismos de negociação, traduzidos na assunção de soluções de compromisso entre os diversos atores (equipas multidisciplinares) a partir da identificação dos problemas e constrangimentos comuns com que se debatem. Analisada deste modo, a governança em rede é vista na perspetiva de Sørensen e Torfing (2007) como um processo de autorregulação dentro dos limites estabelecidos por agências externas e visando contribuir para a satisfação do interesse público, caracterizado por uma articulação horizontal, relativamente estável, de atores interdependentes mas operacionalmente autónomos que, num quadro regulador normativo, cognitivo e imaginário, interagem por via de relações negociais.

Ora, neste domínio particular de refuncionalização dos territórios mais desfavorecidos, como são os territórios rurais de baixa densidade, considera-se premente a criação de capital social, isto é, fomentar a “cooperação territorial descentralizada” e estimular de certo modo a “inteligência territorial adormecida” (Covas e Covas, 2013b:77), numa perspetiva de criação de um território novo. Neste sentido, os autores defendem que qualquer processo de construção social dos territórios, através da cooperação territorial descentralizada e da troca de capital social, deverá fundamentar-se nos princípios da “cooperatividade interna” (criação de capital social comum entre os parceiros, isto é, confiança, respeito, interajuda, conhecimento, futuro comum), a “produção de internalidades” (consiste na troca direta de informações e conhecimento e novos modos de aprendizagens mútuas entre parceiros) e a “coopetitividade” (criação de riqueza e de bens e serviços transacionáveis) nos territórios-rede (Covas e Covas, 2014:179).

Com efeito, esta transição para território-rede não decorre apenas da associação virtuosa dos diversos atores e recursos, exige, de facto, a constituição de uma administração dedicada e/ou presença de um líder empenhado, que funcione permanentemente como catalisador de recursos e propulsor de iniciativas que conduzam à escolha de estratégias de ação futura “sob a forma organizacional de um actor-rede” (Covas e Covas,

2014:181). Assim, e tal como os autores já o haviam assinalado, o ator-rede precisa, num primeiro momento, de alimentar um “ethos cooperativo” no território-rede em formação, fomentando a cultura política do um “bem comum” que supere os interesses individuais de cada parceiro envolvido, isto é, substituição dos territórios particulares num espaço cooperativo comum; em segundo lugar, precisa de uma “inteligência territorial”, capaz de mobilizar todos os recursos materiais e imateriais numa perspetiva construtivista de valor acrescentado multiterritorial, em prol da criação de um novo espaço público que pode ser de consumo ou de visitação turística; em terceiro lugar, “precisa de uma teoria do agir comunicacional”, na perspetiva de um discurso mobilizador de consensos e “sobre outros tantos conflitos de interesse que germinarão no interior do território-rede em construção” (Covas e Covas, 2014:181-182). Est a em causa, portanto, a criação de um ator-rede como agente principal do novo território-rede para a mediação e intermediação no quadro de governanç a e pilotagem de um projeto comum que pode ser decisivo para o desenvolvimento local e regional de territórios rurais de baixa densidade como as Aldeias Históricas de Portugal.

1.8. Considera es finais

Conforme exposto, consubstanciou-se durante muito tempo que o processo de crescimento económico arrastaria, por si só, melhorias significativas a todos os níveis da sociedade. Contudo, as transforma es e mudanç as introduzidas originaram, ao contrário do que se pensava, profundas injustiç as que se traduziram num agravamento das desigualdades sociais, económicas e políticas quer entre países quer entre regiões. É com a falência dos diversos modelos e teorias económicas de desenvolvimento adotadas pela maioria dos países ocidentais até há três décadas atrás, que se começ am a desenhar na sociedade políticas públicas específicas para responder aos diversos desequilíbrios territoriais.

No entanto, os diversos mecanismos das políticas públicas não foram suficientes para contrariar e/ou inverter situa es de determinados territórios, apesar das diversas iniciativas e programas comunitários levadas a cabo, como sucedeu no caso português. É verdade que o país conheceu altera es significativas com a entrada para a União Europeia, através da aplica o de instrumentos e medidas específicas de desenvolvimento, contudo, a ausência de tradição em termos de políticas de

desenvolvimento e a falta de articulação entre as diferentes políticas públicas em termos de uma estratégica e objetivos assumidos como um todo, têm provocado o insucesso de inúmeros programas e medidas formulados e implementados em prol do desenvolvimento territorial, acentuando as desigualdades entre as áreas urbanas e as áreas rurais.

Particularmente no que respeita aos territórios rurais de baixa densidade, constatamos que os desafios não se situam apenas, de forma decisiva, ao nível das políticas públicas, mas sim, sobretudo, à falta de lideranças adequadas capazes de mobilizar os atores internos, em primeira estância e à concretização de novos programas de desenvolvimento territorial e de redesenho dos novos modelos de governança, pois a baixa densidade é um problema nacional e europeu.

Mas, como temos vindo a argumentar, as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento de um dado território, nas suas várias vertentes devem ser desenhadas a longo prazo para responder a necessidades e a problemas específicos, bem como devem ser articuladas com outras políticas públicas com impacto no território e num contexto de governança horizontal.

Para finalizar, acrescente-se que o futuro de muitas áreas rurais de baixa densidade, particularmente as mais tradicionais e afastadas dos aglomerados urbanos, deveriam representar, por tudo o que temos vindo a argumentar, um aspeto crucial nas sociedades modernas e nas políticas públicas da União Europeia, caso contrário, teremos aquilo que se poderá chamar uma morte assistida de extensas áreas. Esta situação conduz a inevitável questão: que futuro se poderá desenhar para os territórios rurais de baixa densidade em Portugal? Numa breve reflexão diríamos que se poderá desenhar para estes territórios uma vocação que não seja puramente económica, mas que não seja também puramente artificial.

Na tentativa de dar resposta a esta questão analisaremos no ponto seguinte, entre outros aspetos, o papel do lazer e do turismo nos territórios rurais de baixa densidade e a conceção de novos produtos turísticos.

2. O lazer e o turismo em territórios rurais de baixa densidade

O turismo é, atualmente, considerado pelas mais diferentes razões a atividade mais emblemática do século XXI na maioria dos países, regiões e localidades, sendo um elemento e/ou agente determinante no desenvolvimento económico e social dos territórios. Podemos identificá-lo como um dos fenómenos mais globalizados neste mundo das globalizações que provoca profundas e rápidas mudanças sociais, económicas, culturais, espaciais e ambientais e assim por diante, que tanto podem ser positivas como negativas para a localidade destino do fluxo turístico.

Assim, para podermos compreender com rigor a situação do turismo moderno e aferir o seu impacto nos territórios rurais de baixa densidade, vamos realizar uma breve retrospectiva em termos da evolução histórica das viagens, do turismo e dos conceitos a ele associados, bem como apresentar as principais conceptualizações e modelizações do turismo enquanto sistema turístico com particular destaque para as componentes básicas, a procura e a oferta turística, sendo esta última consubstanciada num produto turístico capaz de responder às necessidades dos consumidores.

Por fim, pretende-se apresentar as principais necessidades e motivações do novo turista contemporâneo e explorar o contributo das redes no desenvolvimento de novos produtos e destinos turísticos rurais.

2.1. Percurso histórico das viagens e do turismo

Embora o campo do turismo possa assumir-se como um marco da pós-modernidade, a sua origem é muito mais longa do que aquilo que geralmente se imagina e existe um número significativo de manifestações que permitem constatar que o “turismo e o viajar há milénios que fazem parte da experiência humana” (Smith, 2007:45). O hábito de viajar, pelos motivos mais diversificados, constitui um fenómeno antigo na história da humanidade⁸⁶. No entanto, e de acordo com Walton (2009), os principais registos apontam que os povos da antiguidade pré-clássica, da Mesopotâmia ao Egito e a Creta viajavam já, com alguma regularidade, por motivos comerciais, militares, administrativos e religiosos, contudo, foram as civilizações clássicas (grega e romana)

⁸⁶ O que impeliu o Homem da Pré-História de viajar foram as alterações climáticas (arrefecimento do clima e a formação de glaciares) que o obrigaram a procurar alimento noutras regiões por um lado e, por outro lado, a curiosidade de ver o que havia por detrás do horizonte, do outro lado da montanha, no fim do mar, empurrou-o tão fortemente como a fome à conquista do mundo (Clark, 1995).

as primeiras a preocuparem-se com os lazeres dos seus cidadãos, contribuindo fortemente para a realização de grandes viagens na Idade Média com um certo grau de similitude em relação às que se realizam atualmente. Algo que permite identificar este período histórico como o primeiro, entre três períodos distintos da história do turismo, a saber: idade clássica (desde os primórdios das primeiras civilizações até à primeira metade do século XVIII); idade moderna (meados do século XVIII até ao início do século XX) e idade contemporânea (desde meados do século XXI). No fundo é explicar como se passou de uma elitização burguesa e aristocrática para uma massificação do turismo e que derivou, mais tarde, numa crescente segmentação do novo turismo, consubstanciado num conjunto de atividades suscetíveis de se considerarem essenciais à vida do novo turista e na generalidade benéficas para a sociedade no seu conjunto (Cunha, 2006; Matias, 2007).

Na civilização grega, os homens livres realizavam viagens por terra e pelo Mediterrâneo, estimulados pela vontade de conhecer outras culturas e aumentar os seus conhecimentos – uso do tempo livre para o pensamento, filosofia e auto-desenvolvimento, ou seja, dedicavam-se à contemplação ociosa (Mill e Morrison, 1992; Costa, 1996; Gee e Fayos-Solá, 1999). Por outro lado, também gostavam de viajar para participar em grandes festas religiosas e eventos como, por exemplo, os Jogos Olímpicos⁸⁷, realizados a cada quatro anos na cidade de Olímpia, os quais proporcionavam um grande número de atrações como as produções teatrais, os banhos termais, as competições atléticas e festivas. Iniciam-se aqui os primeiros circuitos de turismo desportivo/religioso.

O império romano, que imitou os gregos em muitos aspetos, dedicou particular atenção à ocupação dos tempos livres, daí que construiu uma boa rede de estradas (serviço de transportes regulares e estalagens localizadas para permitir a pernoita e o descanso dos viajantes) – turismo residencial –, tendo construído, também espaços para ocupação dos tempos livres (termas, teatros e anfiteatros) – turismo de saúde e bem-estar e turismo cultural. É, igualmente, apontado o feito de terem sido os primeiros a viajar por prazer, conforme retratam as pinturas pré-históricas, azulejos, placas, vasos, etc., que revelam que alguns romanos iam à praia e às termas (espaço curativo e também de ócio), não apenas para a zona mais importante de lazer e turismo, dessa época, na península Itálica

⁸⁷ Estes jogos tiveram origem na Grécia no ano de 776 a.C., com um cariz sacro-religioso e caracterizavam-se por estarem associados à “Trégua Sagrada”, uma vez que todos os povos participantes e envolvidos nos jogos interrompiam as hostilidades.

(Baía de Nápoles), mas também procuravam outros locais de lazer que se estendiam do Egito à atual Grã-Bretanha, em que o estilo de vida se aproximava muito do praticado atualmente pelos turistas nas estâncias de férias (Mazón, 2001).

A partir do século V, com o colapso do império romano houve um grande declínio das trocas comerciais e as viagens de lazer tornaram-se cada vez menos frequentes, como sempre sucede em altura de convulsões sociais e, sobretudo, militares. A instabilidade da época, o declínio das ligações marítimas e o estado de degradação e até mesmo a destruição total das estradas eram elementos que não favoreciam as deslocações, tornando-se difíceis e perigosas, com as fortes lutas internas, pilhagens e vandalismo.

Esta situação alterou-se, nos finais do século XII, em consequência de um forte estímulo que a igreja cristã deu às peregrinações (fenómeno de massa organizado) para prestar homenagem a um lugar particular como, por exemplo, a Terra Santa, Santiago de Compostela, Meca, Roma, Canterbury e outros núcleos religiosos; ou para pagar promessas, mas também funcionavam como viagens recreativas e sociais⁸⁸ de todas as classes sociais, introduzindo assim as bases do turismo religioso/cultural (Gee e Fayos-Solá, 1999; OMT, 2003).

Sublinhe-se que no caso de Portugal, no início do século XIII, já existia aquilo que podemos designar de “livre direito de viajar”, resultante da obrigatoriedade decretada pelos reis para que o povo e quem tivesse condições para tal, albergasse e alimentasse, a título gratuito, o rei e seu séquito, os grandes senhores, o exército, os presos e outros viajantes que se deslocassem pelo país (IFT, 2000).

Nos séculos XIV e XV, desenvolveram-se outro tipo de viagens, as viagens transoceânicas de descoberta de novas terras, novas riquezas e novos costumes, resultante das expedições dos portugueses (Fernando Magalhães, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral), seguidos pelos espanhóis, holandeses, franceses e ingleses, viagens que permitiram mostrar a existência de mundos novos ao Mundo – os descobrimentos. Estas viagens, que envolviam centenas de pessoas e se estendiam por vários meses, fomentaram o espírito de aventura e de descoberta de coisas novas e de novos produtos, sendo consideradas as precursoras dos grandes cruzeiros marítimos da atualidade (Ignarra, 2003; Matias, 2007).

⁸⁸ A grande novidade em termos turísticos desta época diz respeito ao alojamento, pois, apesar de se continuar a praticar a hospedagem cristã gratuita, este surge-nos agora também, e pela primeira vez, como um negócio, que podemos considerar como a primeira manifestação da oferta turística.

As viagens com o espírito e intuito de aumentar a experiência e o conhecimento foram, igualmente, estimuladas pela rainha Elisabeth I, no início do século XVI, quer pela necessidade de preparar os futuros diplomatas, quer pelas próprias universidades (Mill e Morrison, 1992; Gee e Fayos-Solá, 1999; OMT, 2003). Esta viagem teria uma duração de seis meses a quatro anos, daí a designação *Grand Tour*⁸⁹ e abrangia, quando inteiramente realizado os países considerados mais evoluídos no campo das ciências e das artes com forte interesse turístico, político, cultural e religioso da época, pelo que se associava a uma forte componente de lazer. A grande viagem tinha como destinos fundamentais os países do Sul e do Leste da Europa, daí que começava, geralmente, na França, seguida de Itália, da Grécia e algumas vezes da Espanha, pelo que o seu regresso passava por algumas regiões da Alemanha, Suíça, Países Baixos e do Vale do Reno (Towner, 1985; Mill e Morrison, 1992; Quintana, 2002).

Os defensores do *Grand Tour* aristocrático como Élie de Beaumont (citado em Boyer, 2000) consideravam que as universidades de Oxford e de Cambridge, por exemplo, não conseguiriam o mesmo resultado pedagógico, uma vez que as viagens “turísticas” eram entendidas como um instrumento privilegiado de auto-educação através do contacto com outras culturas, civilizações e observação direta de usos e costumes, com motivações para consumir o extraordinário, uma vez que ficavam a par das últimas inovações relativamente às modas artísticas, de indumentária e outras. No entanto, e de acordo com Boyer (2000), apesar de ser considerada como o complemento necessário à educação do adolescente, no sentido de o preparar para as responsabilidades de adulto (classe dirigente, civil ou militar), os ingleses estudavam pouco e divertiam-se muito. O *Grand Tour* à semelhança do que acontecia na sociedade romana era reservado apenas aos rapazes, com o objetivo de fazer do adolescente um homem do mundo (Cuvelier, 1994).

Estas viagens individuais foram ganhando popularidade e tornando-se mais estruturadas nos séculos XVII e XVIII, com a generalização do costume entre os aristocratas ingleses, mas não só, também pelos franceses, alemães e escandinavos de enviarem os seus filhos, acompanhados por um tutor privado, numa grande viagem pelo Continente Europeu – *Grand Tour*. A palavra *tour* deu origem à palavra “turismo” (*tourism*) e, pela

⁸⁹ A este propósito, veja-se, o que propõe Leiper (1979), Towner (1985), Cravidão e Cunha (1991, 1993), Holloway (1998), Boyer (2000) e Matias (2007).

primeira vez, começam a designar-se as pessoas que partiam em viagens culturais e educativas por “turistas”⁹⁰ (*tourists*) (Cravidão e Cunha, 1991; Boyer, 2000).

Estas viagens foram interrompidas, no século XIX, com a eclosão das Guerras Napoleónicas em 1815, na medida em que, provocaram o fim do *Grand Tour clássico* face a impossibilidade de viajar para o continente Europeu, por um lado e, por outro lado, fomentaram o crescente interesse espiritual e romântico pela natureza, pelas paisagens naturais, com pouca intervenção humana. Neste contexto adquiriram particular importância os espaços de montanha, uma vez que permitiam a contemplação das paisagens, natureza e ar, bem como a possibilidade de praticar desportos de neve, acabando por atrair as elites para as áreas de montanha (Boyer, 2000). Destacam-se neste contexto os primeiros espaços particularmente vocacionados para o lazer, como sucedeu com os Alpes, que transformou-se na principal atração turística para a prática de desportos de inverno.

Outra prática comum entre as elites para se ausentarem, temporariamente, dos lugares do quotidiano era a vilegiatura ou ida para o campo – vilas SPA –, adquirindo particular expressão espacial e relevo social as estâncias termais entre a aristocracia inglesa (Deprest, 2004). Os banhos termais ressurgem, assim, após terem caído em desuso pelos perigos das doenças (cólera e peste), beneficiando de uma crescente valorização das virtudes terapêuticas do banho termal ou iodado, resultante da conjugação saúde e bem-estar (maior conhecimento da composição química das diferentes águas e das suas propriedades medicinais permitia suprimir a falta de outros remédios mais eficazes), o que acabou por determinar a criação da época termal (Walton, 2009).

Esta prática generalizou-se a alguns países da Europa, como por exemplo a Portugal, nos anos 20 e 30 do século XX, através das estâncias termais do Luso, da Curia, do Gerês, de Vidago, de Pedras Salgadas, de Monte Real, de S. Pedro do Sul, entre outras, tendo adquirido grande prestígio tal como sucedeu em outros países como a Inglaterra, França e Alemanha⁹¹ (Medeiros e Cavaco, 2008).

⁹⁰ E no caso de Portugal, a palavra turista é utilizada pela primeira vez no romance “Os Maias” de Eça de Queiroz, editado em 1888, sendo adotado o termo francês “*touriste*”, uma vez que não havia sido transposta para português.

⁹¹ Na atualidade, o termalismo moderno é um dos nichos de turismo em exponencial crescimento, quer no espaço europeu quer no espaço nacional, na medida em que, ressurgiu associado a um novo segmento de mercado com novas motivações terapêuticas, lúdicas e turísticas (Medeiros e Cavaco, 2008).

À semelhança das estâncias terapêuticas, também as praias e os banhos do mar começaram a atrair as elites aristocratas e burguesas, a partir de meados do século XVIII. Num primeiro momento, surgem enquanto lugar de destino de pessoas doentes e, depois, passaram a ser procuradas por aqueles que pretendiam divertir-se, com a introdução de atividades recreativas e de entretenimento, tendo motivado a descoberta de estâncias balneares até então pouco visitados como alternativa, particularmente, em Inglaterra (Mill e Morrison, 1992). Neste caso, o valor terapêutico do climatismo, acabou por influenciar as elites a adquirirem segundas residências na Europa Mediterrânea. Há que notar ainda que a própria industrialização e urbanização, acabou por induzir na classe média inglesa o desejo de afastamento das grandes cidades com uma procura das estâncias balneares próximas das cidades, nomeadamente os litorais meridionais do Canal da Mancha, apesar das suas limitações ao nível de tempo e dinheiro.

No caso português, segundo Cavaco (2005) o interesse pelos efeitos curativos do ar marítimo e dos banhos de mar, surgem na segunda metade do século XIX. Em 1850, a atração pelo mar deixa de se restringir às elites citadinas e passa a estar presente nos estratos sociais mais modestos como, por exemplo, aos “rurais das Beiras e do Alentejo” (Cavaco, 1970:267), assistindo-se a um progressivo crescimento das estâncias balneares ao longo do litoral português, com destaque para a região do Algarve, Lisboa e a área norte desta (Cravidão e Cunha, 1993), mas também no noroeste de Portugal, em torno da cidade do Porto (Foz do Douro, Espinho e da Póvoa de Varzim).

Ora de acordo com Cavaco (1970:254), no século XIX, a procura turística “dilui-se por vastos espaços da beira-mar, montanha e campo”, o que significa uma transformação do espaço geográfico enquanto espaço produtor para espaço de consumo, no âmbito de novas procuras e novas práticas que decorrem das mudanças ao nível do desenvolvimento e crescimento industrial e urbano que motivaram um crescente interesse pelas áreas envolventes das cidades. Assim, não é de estranhar que a diversa literatura científica que versa o turismo, considere a Revolução Industrial (da segunda metade do século XVIII ao início do século XIX) como o ponto de partida para o turismo que hoje conhecemos, na medida em que, revolucionou a estrutura e o funcionamento social e cultural instalado desde há séculos.

É, efetivamente, a partir da segunda metade do século XVIII, que se regista um forte desenvolvimento turístico desencadeado pelo progresso tecnológico e industrial –

Revolução Industrial, mas também pela multiplicação das trocas comerciais⁹² e pelo desenvolvimento dos transportes, em particular o comboio e o barco a vapor (crescimento das viagens marítimas e viabilização económica das travessias intercontinentais entre a Europa e os restantes continentes como, por exemplo, o *Grand Tour*) e construção de estradas e vias de comunicação. A tudo isto soma-se o crescente desejo humano pelas viagens, novos desejos, gostos e necessidades, que fomentaram o desenvolvimento do turismo e do lazer e de um conjunto de atividades que lhe são transversais, tais como os transportes, a restauração e a hotelaria (grandes grupos hoteleiros que ainda hoje subsistem como, por exemplo, o Pullman e Ritz), bem como surgiram os primeiros guias turísticos à semelhança do primeiro documento oficial sobre turismo (Figueira e Dias, 2011; Cunha, 2006). Um conjunto de fatores que contribuiu para o aparecimento da expressão “indústria turística”, na medida em que, o turismo surge como atividade económica organizada (Matias, 2007).

Neste período histórico da Idade Moderna importa, sobretudo, destacar a criação do primeiro pacote turístico (*package tour*) por Thomas Cook em 1841 (Fúster, 1989; Quintana, 2002; Ignarra, 2003). Na realidade, tratou-se da primeira viagem comercial em comboio entre Leicester e Loughborough, em Inglaterra, para um grupo de 570 participantes de um congresso de médicos. O sucesso desta iniciativa foi rapidamente transformada em negócio, com a criação de uma agência, em 1865, tornando-se numa das maiores organizações turísticas em todo o mundo (o segundo maior grupo de turismo e viagens a nível europeu)⁹³, através da organização de pacotes de viagens e circuitos turísticos completos (desde o transporte, alojamento até às atividades no destino) para a classe média inglesa (Deprest, 2004; Figueira e Dias, 2011), tal como se pratica atualmente.

Segundo Figueira e Dias (2011), a introdução de um pacote de viagens completo desenvolvido por Cook, provocou um aumento das “pessoas que passaram a viajar com o objetivo de se divertirem e de aumentarem o seu conhecimento a propósito de outras culturas” (Figueira e Dias, 2011:9), sendo que o objetivo central era aliviar o *stress* criado pelos modos de vida industrializados e urbanizados, com exploração das formas de vida originárias da sociedade britânica – ambientes rurais. Em termos da procura

⁹² Veja-se os princípios de liberalização do comércio internacional defendidos por Adam Smith e David Ricardo, da escola clássica, no Capítulo I, na secção 1.21..

⁹³ Foi em 1840 que surgiram, em Portugal, as primeiras iniciativas de organização de viagens, sendo exemplo disso a Agência Abreu, um dos maiores operadores turísticos portugueses na atualidade (Matias, 2007).

turística constatou-se, igualmente, o aparecimento de um discurso nostálgico ou mito das origens sobre a vida no campo e as paisagens da infância, ou seja, uma visão romântica de um mundo idílico composto por um conjunto de sobreviventes como os camponeses, desempenhando a função de jardineiros de um mundo perdido ou pelo menos esquecido, pela sociedade industrial e urbana.

Por outro lado, foi com as inovações tecnológicas introduzidas nos transportes, o comboio em particular, e com o desenvolvimento e generalização da publicação da imprensa diária e a liberalização do comércio internacional, entre o século XIX até a primeira metade do século XX⁹⁴, que as viagens ganharam um novo impulso. Este período traduziu-se numa democratização do fenómeno turístico, isto é, uma transição entre o turismo de elites – paradigma romântico (viagem individualizada e prática de grupos sociais abastados) – para a institucionalização do turismo de massas como corolário das transformações operadas na sociedade industrial.

Esta evolução encontra-se associada às profundas mudanças operadas no terceiro período histórico da evolução do turismo (segunda metade do século XX), a Idade Contemporânea, tanto do ponto de vista das revoluções científicas, técnicas e económicas em diversos setores, como do ponto de vista político, social e cultural, que refletiram-se numa melhoria da qualidade de vida da população em geral e no acesso a bens e serviços até então só acessíveis às elites. Mas, para além do rápido crescimento da população, do desenvolvimento económico e das transformações laborais, há ainda que considerar a estabilidade das relações internacionais, o aumento da rede ferroviária e viária e o desenvolvimento do transporte automóvel e do avião (o qual ainda hoje se renova através de novas formas como, por exemplo, os voos de companhias “*low cost*”) e, assim como o nascimento de um sistema bancário eficaz, o que permitiu que as classes sociais menos favorecidas economicamente começassem a viajar e, conseqüentemente, uma maior generalização e valorização das práticas ligadas ao lazer e ao turismo (Fúster, 1989; Ignarra, 2003; Matias, 2007; Walton, 2009; Cunha e Abrantes, 2014). Isto levou à oferta e consumo do não autêntico e da trivialidade, com o aparecimento de destinos orientados para o produto sol e mar, nos quais são

⁹⁴ O início do século XX, corresponde a uma segunda evolução do turismo em Portugal, apesar do ato de viajar apresentar poucas semelhanças com a atualidade. As viagens eram realizadas apenas por alguns aventureiros em busca da riqueza, pois a fraca mobilidade humana por insuficientes meios de transportes e a insegurança para os viajantes, quer também a escassez de tempo livre que caracterizava as sociedades ocidentais condicionavam a circulação de pessoas (Matias, 2007). Ainda assim, segundo o autor, havia um mercado para o turismo em Portugal, praticado por determinadas elites, o qual se centrava essencialmente na época de verão.

proporcionadas experiências massificadas e padronizadas a um grande número de turistas (nova classe média) e a um baixo custo mas com grandes impactes negativos nas comunidades visitadas⁹⁵ (Prentice, 2007).

Note-se, contudo, que apesar dos acontecimentos adversos no início do século XX, como a Primeira Guerra Mundial, a Grande Crise de 1929 e a Guerra Civil de Espanha, ainda assim, o turismo atingiu na segunda metade do século, entre 1950 e 1975, níveis económicos significativos tanto em Portugal, como no resto do mundo, ao despertar um maior interesse nos agentes económicos direta e indiretamente associados – *boom* turístico, impulsionado pela recuperação e expansão económica verificada a nível mundial, resultante da conjugação dos fatores anteriormente referidos.

Efetivamente, o período do pós-guerra (1945) é marcado por grandes dificuldades de recuperação económica mas, a partir dos anos 50, a internacionalização da economia no mundo ocidental, por via dos investimentos realizados pelos Estados Unidos na Europa destruída (Plano Marshall, por exemplo), assim como da generalização do fordismo enquanto sistema de produção, acabaram por introduzir um novo impulso no desenvolvimento das atividades internacionais e no aumento dos recursos económicos e do tempo livre para as atividades turísticas, após a estagnação completa do turismo durante a Segunda Guerra Mundial (Quintana, 2002). Este crescimento económico mundial ocorre numa altura em que o modelo económico dominante era o keynesiano, que vigorou desde o fim da II Guerra Mundial (1945) e o Choque Petrolífero (1973)⁹⁶. O maior intervencionismo do Estado do sistema keynesiano manifesta-se, nesta altura, também ao nível da atividade turística.

Os efeitos produzidos no turismo pelo modelo económico de inspiração keynesiano efetuam-se sob a forma de dois efeitos distintos, embora complementares: em primeiro lugar, o efeito social com o aumento do tempo livre (redução da jornada de trabalho, aumento do descanso semanal e férias remuneradas para grande parte da população europeia e mantendo, ou até mesmo aumentando, os níveis de produção); em segundo lugar, por via do efeito económico com o aumento do rendimento (o aumento da produtividade beneficia todos os agentes económicos, em particular os detentores da

⁹⁵ Como resultado da evolução da atividade turística, começaram a ser instituídas as primeiras organizações governamentais públicas especificamente dedicadas ao turismo, no sentido de promover e organizar a atividade turística, em 1910, na Áustria. No caso de Portugal, e de acordo com Pina (1998), foi criada a Repartição do Turismo de Portugal, em 1911, e a nível local, surgiram as comissões de iniciativa.

⁹⁶ Veja-se a este propósito no capítulo I, na secção 1.2.4..

força de trabalho, passam a beneficiar de uma forma de distribuição de rendimento que lhes é mais favorável), proporcionando um quadro institucional e regulamentar adequado. Associado ao efeito social, há ainda a considerar as motivações individuais correlacionadas com a necessidade de preencher os tempos livres, uma vez que as pessoas passaram a ter necessidade de compensar os desequilíbrios físicos e psicológicos ligados à vida profissional e à deterioração da qualidade de vida nos grandes centros urbanos-industriais (Matias, 2007), isto é, novas tendências de lazer e de turismo. Esta atmosfera pelo lado da procura constituiu um estímulo importante para a internacionalização da oferta turística, a qual, beneficiou do progresso tecnológico, nos meios de transporte, quer aéreos quer terrestres, mais rápidos e eficazes, os quais facilitaram as viagens e permitiram também o acesso a novos destinos turísticos, anteriormente remotos e caros.

Neste terceiro período, o turismo caracterizava-se por um acesso generalizado de todas as classes sociais – turismo de massas – e a aquisição de uma ideia de dimensão universal que associava um potencial de crescimento ilimitado, sobretudo no plano económico, pelo que representava um elemento chave para o desenvolvimento dos países mais e menos desenvolvidos (Quintana, 2006).

Esta ideologia triunfalista foi adotada por muitos países em vias de desenvolvimento que apostaram no turismo (produto sol e mar), mas sem preocupações de salvaguarda ambiental, arquitetónica, paisagística, social e cultural das comunidades recetoras, com a ausência de estratégias de gestão e de planeamento e ordenamento do território capazes de garantir a sustentabilidade dos destinos turísticos. Como assinala Quintana (2006), quando afirma que a expansão desta ideologia triunfalista do turismo traduziu-se mais tarde no aparecimento de consequências ambientais irreversíveis para alguns destinos turísticos, como sucedeu nas zonas litorais massificadas de alguns países do Mediterrâneo, nos quais é notória a ausência de estratégias de gestão e de planeamento adequadas, tendo a competitividade económica comprometido a sustentabilidade destes destinos. A mesma autora identifica como principal causa, a convicção criada em torno do turismo enquanto sinal de progresso, de criação de postos de trabalho, de riqueza e da aproximação dos povos fomentada pelos principais grupos políticos, urbanistas e promotores imobiliários⁹⁷ (Quintana, 2006).

⁹⁷ Adiante exploraremos melhor os impactes provocados do turismo de massa *versus* ausência de processos de planeamento.

Atualmente constata-se uma redescoberta do turismo, ou, melhor dizendo, uma rutura com as práticas vigentes nas últimas décadas do século XX, que estão a desaparecer. Na perspetiva de Poon (1993), esta nova era do turismo é marcada por novos padrões de consumo, novos valores e motivações, aumento da liberalização do comércio mundial, e novas tecnologias como a informática e as telecomunicações que emergem com o novo turista e com o novo turismo, onde só se produz o que se pode vender e de acordo com as necessidades, os desejos, os interesses e aspirações dos diferentes segmentos de procura de forma mais personalizada – hipersegmentação pois esta satisfação é a condição essencial para que a organização seja rentável e prolongue a sua longevidade a médio e longo prazo. Esta postura tem caracterizado, embora de forma desigual, as ações dos diferentes agentes da indústria turística nas duas últimas décadas com a diversificação da oferta turística e a reorganização empresarial, traduzida numa expansão vertical e horizontal de novos destinos turísticos e no desenvolvimento de produtos turísticos temáticos (aspetos a explorar na secção 2.4.).

Para terminarmos, restam poucas dúvidas que, o turismo, na sua evolução epistemológica e operacional alcançou progressivamente relevo que atesta a sua complexidade e a sua importância crescente para as sucessivas sociedades. Por outro lado, a realidade que enquadra o sistema, revela que a sua perceção global só pode ser feita no entendimento de todas as dimensões que o envolvem e a sua evolução analisada segundo as condições que o impulsionam, ou seja, existe uma correlação entre a evolução do turismo associado a condições socioeconómicas específicas e aos grandes avanços tecnológicos que marcaram a história da humanidade, tal como foi exposto ao longo da secção.

Este exercício retrospectivo em torno da evolução histórica do turismo obriga-nos a determo-nos um pouco antes de prosseguir, a fim de contextualizarmos o nosso campo de estudo em termos da temática do turismo e, por inerência, dos conceitos a ele associados.

2.1.1. O lazer e o turismo: principais questões conceptuais

Da revisão bibliográfica efetuada, podemos concluir que apesar de diversos trabalhos abordarem a temática do turismo tem-se negligenciado, como destaca Marc Boyer (2000), a sua conceptualização. Ao mesmo tempo que refere que a principal dificuldade tem sido a apresentação de uma definição que sirva de referência para a análise do

turismo, Boyer (2000) chama a atenção para algumas lacunas e omissões que se têm verificado nos diversos trabalhos.

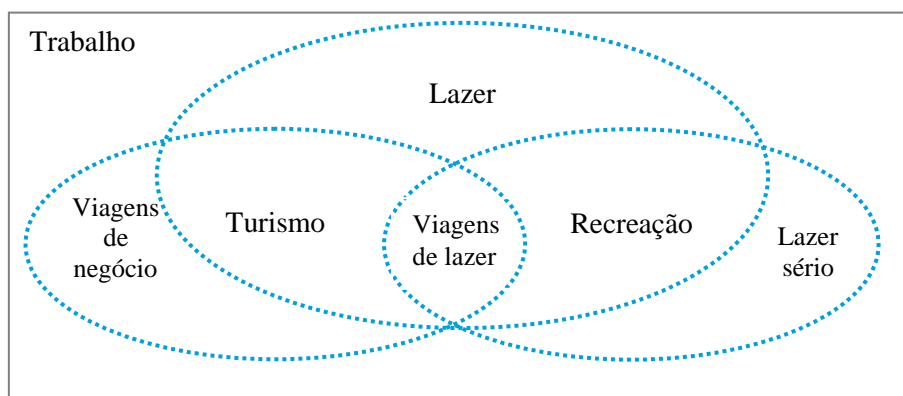
A Organização Mundial do Turismo (1998) considera que as principais razões para a confusão conceptual estão indiscutivelmente associadas “à relativa juventude do turismo como actividade socioeconómica generalizada e ao seu complexo carácter multidisciplinar” (OMT, 1998:43), na medida em que, o trajeto evolutivo do fenómeno turístico evidencia uma multiplicidade de abordagens disciplinares e paradigmáticas – a investigação em turismo ainda se encontra numa fase “pré-paradigmática” (Echtner e Jamal, 1997). Isto pode relacionar-se com uma certa tendência dos investigadores para a adoção de diferentes concepções, segundo as suas necessidades ou para justificarem as suas perspetivas sobre a natureza do turismo, daí que tende a refletir os valores e o modelo societal vigente em cada época, mas também podemos acrescentar o facto de que grande parte dos estudos serem realizados por pessoas cujas competências académicas não incluem os necessários instrumentos para analisar e teorizar sobre o turismo enquanto objeto de investigação, o que compromete o conhecimento dos factos e realidades turísticas e a existência de um *corpus* de conhecimento científico autónomo (Echtner e Jamal, 1997).

Por outro lado, há ainda uma forte discordância entre os investigadores e especialistas em relação ao posicionamento do turismo, isto é, em considerá-lo ou não como uma área de investigação e de conhecimento similar às demais. Neste contexto e, de acordo com Echtner e Jamal (1997), na esfera dos estudiosos do turismo há ainda uma falta de consenso quanto ao saber se o turismo deve ser estudado enquanto área de especialização dentro de disciplinas existentes ou como disciplina distinta, tal como defendem Leiper (citado por Tribe, 1997) e Jovicic (citado por Echtner e Jamal, 1997) ao avançarem com os termos “turologia” e “turismologia”, respetivamente, no sentido de reforçar a ideia de considerar o turismo como uma ciência distinta. Constata-se, no entanto, que entre a comunidade científica os termos propostos adquiriram pouca, dir-se-ia mesmo nenhuma, expressividade para serem utilizados⁹⁸. Por isso mesmo, impõe-

⁹⁸ De acordo com Tribe (1997), epistemologicamente, o turismo não é uma disciplina mas antes um domínio de conhecimentos multidisciplinares que se socorre de vários ramos de saber e/ou disciplinas para investigar e explicar as suas áreas de interesse que tendem a alargar-se à medida que aumenta a sua complexidade e se diversificam as suas motivações. Por sua vez, Jafari (2000) defende no seu modelo de estudos do turismo que se trata de uma disciplina em desenvolvimento para a qual converge a maioria das ciências sociais.

se que, de seguida, a atenção se detenha um pouco sobre os conceitos associados aquando a análise ou construção de um quadro conceptual do turismo (Figura 4).

Figura 4 - Relações entre lazer, recreio e turismo



Fonte: adaptado de Hall e Page, 2006

O primeiro aspeto que sobressai e que importa clarificar devidamente do ponto de vista teórico é, desde logo, a relação entre os conceitos de lazer, recreação e turismo com outras práticas sociais e comportamentais (Figura 4), ultrapassando a abordagem meramente económica. A este respeito podemos afirmar que o turismo está diretamente associado ao lazer embora não se confunda com ele, até podemos dizer que uma parte das atividades de lazer assume-se como uma mola impulsionadora do turismo, contudo, não se esgota neste porque existem atividades e ações de recreio que as pessoas desenvolvem livremente durante o tempo de lazer. Por outro lado, o turismo ao agregar determinadas práticas do lazer, não se confina a estas, incorporando uma amálgama de atividades com carácter mais amplo. É nesse sentido que Hall e Page (2006) consideram que o turismo e a recreação fazem parte de uma conceptualização mais vasta de lazer.

Deve notar-se também, segundo a literatura analisada, a existência de um elemento comum entre lazer e turismo que assenta no conceito de tempo livre, o qual segundo Dumazedier (1962, 1988) e Tribe (2003), surge como um subconjunto do tempo utilizado para atividades não laborais através de uma abordagem dicotómica – lazer, isto é, em oposição ao tempo de trabalho ou tempo produtivo, que compreende as atividades de carácter obrigatório e/ou indispensáveis para a sobrevivência do indivíduo e do agregado familiar, tais como as profissionais, sociais, familiares, domésticas, fisiológicas. Os tempos livres são, por assim dizer, a fonte das atividades recreativas, de turismo e de lazer, pois a não existirem aqueles, não existiriam também estas últimas, as quais podem ter várias aplicações possíveis, dependendo das motivações de cada

indivíduo na utilização do seu tempo livre, sendo o lazer e o turismo uma das possibilidades.

Contudo, nem sempre foi assim. Nos finais do século XIX, o tempo livre constituía um bem escasso (Hazebroucq, 2001), até podemos dizer inexistente para uma boa parte da população trabalhadora. Apesar do tempo fora do trabalho ser tão antigo como o próprio trabalho, podemos afirmar que o lazer não existiu em todos os períodos, nem em todas as civilizações, o lazer possui traços específicos da Revolução Industrial. É com as alterações económicas e sociais ocorridas ao longo do século XX, as quais levaram, por via do progresso tecnológico, à satisfação das necessidades fundamentais da existência humana e à progressiva redução do horário de trabalho semanal e, concomitantemente, ao aumento do tempo livre e este libertou o tempo de lazer. Como refere Joffre Dumazedier (1988), o tempo livre passou a ser um elemento estruturante da vida das pessoas, enquanto o direito às férias pagas fomentou um maior equilíbrio em termos de acesso ao lazer através de um excedente no rendimento disponível, influenciou o mercado de lazer e conseqüentemente o crescimento do mercado de turismo.

Neste contexto, pode-se reconhecer o tempo livre como uma das particularidades das sociedades ocidentais mais desenvolvidas, onde as necessidades turísticas têm vindo a crescer progressivamente nos últimos anos, com a valorização dos benefícios das atividades de lazer e que vão desde o plano económico até ao nível do bem-estar físico, psíquico, social e cultural que pode comportar para cada indivíduo, e expressa-se sob a famosa fórmula de “3D”, de Dumazedier (1962), isto é: descanso, divertimento e/ou desenvolvimento⁹⁹. Na aceção do autor, o turista procura o repouso e a libertação das preocupações e dos constrangimentos da vida quotidiana; o divertimento vem dar um carácter mais dinâmico ao lazer, pois torna-se num momento de procura de bem-estar e de prazer; vê igualmente no turismo e no lazer, uma maneira de aperfeiçoamento pessoal: por um lado, o lazer permite realizar atividades recreativas de desenvolvimento pessoal (ajuda o indivíduo a expressar os seus talentos não explorados na vida diária)¹⁰⁰;

⁹⁹ Estas três componentes constituem as dimensões básicas do lazer moderno, segundo a definição de Dumazedier (2000:34), “o lazer é um “conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode dedicar-se de uma maneira completamente voluntária, seja para descansar, seja para se divertir, seja para desenvolver a sua função desinteressada, a sua participação voluntária, liberto das suas obrigações profissionais, familiares e sociais”.

¹⁰⁰ O sociólogo Friedmann (1956), descreve que após a II Grande Guerra, os trabalhadores franceses desenvolvem atividades compensatórias de *bricolage*, no sentido compensatório, porque nelas o homem revela-se criador ao contactar diretamente com os materiais, os utensílios e a natureza, participando diretamente no fabrico de um objetivo desde o início até ao fim.

por outro lado, o indivíduo pode empreender uma dimensão autodidática através de atividades de formação, aperfeiçoamento e reciclagem (Dumazedier, 1962). É igualmente importante ter a perceção que em determinados casos a fronteira entre o lazer e o trabalho é ténue, na medida em que, muitas pessoas aproveitam o tempo de lazer para exercer atividades que possibilitam angariar rendimentos, tal como sucedeu nos últimos anos com o declínio dos rendimentos, desencadeado pela crise da dívida pública europeia que, afetou alguns países da Zona Euro, sendo o caso de Portugal.

As atividades desenvolvidas no tempo de lazer têm um carácter recreativo, e podem distinguir-se entre lazeres domésticos que incluem atividades em casa ou nas suas dependências tão simples como ouvir música, ler, ver televisão, jogos, navegar pela internet, ou exercer qualquer trabalho de decoração ou artesanato, por exemplo; e abrangem igualmente lazeres de exterior ou fora de casa, como por exemplo, comer fora, visitar amigos, participar em festas, práticas desportivas, assistir a espetáculos, visitar atrações, atividades culturais e/ou religiosas, educacionais, passear, viagens a certas distâncias que envolva uma estada (fins-de-semana e feriados), etc. (Baud-Bovy e Lawson, 1998; Tribe, 2003).

Por seu lado, o turismo é um lazer consagrado à viagem, na medida em que implica a deslocação e a permanência, durante determinado tempo, num espaço diferente do ambiente habitual do turista, enquanto o recreio pode não dar origem a uma viagem (Cunha e Abrantes, 2014). Note-se, aliás, que é uma das formas mais expressivas e bem sucedidas da ocupação do tempo de lazer da sociedade moderna, sendo certo que as atividades que o podem incorporar não se esgotam nessa ideia. Ou seja, o tratamento do turismo apenas como forma de lazer é muito limitado. Em consequência, a perspetiva dicotómica, tempo de trabalho *versus* tempo de lazer, tem vindo a ser abandonada à medida que vários autores contribuíram para a exclusão de qualquer sobreposição em termos do conceito de turismo e de lazer, porque ambos os conceitos são amplos e diversificados. O turismo moderno não se constitui apenas como uma atividade de lazer, ele possui algumas características que o distinguem das outras formas de lazer.

Na verdade, nem todo o turismo pode ser visto como lazer, e algumas definições incluem as viagens de negócios como forma orientada de turismo. Apesar do trabalho ser diferenciado do lazer, verifica-se que no caso das viagens de negócios estão simultaneamente no campo do lazer e no tempo de trabalho. Esta constatação é reveladora que o turismo se estende para além das fronteiras do tempo livre e penetra

nos domínios dos tempos dos compromissos sociais e dos tempos de trabalho (Figura 4).

Nos últimos anos, a inclusão do turismo nas práticas sociais e económicas modernas criou um campo de investigação nas ciências sociais distinto e separado dos estudos de lazer, que poderá ser não apenas relevante para o próprio turismo como também para uma compreensão mais profunda do quotidiano. Ao mesmo tempo a noção de turismo abre-se a múltiplas conceptualizações que assentam nas conceções ontológicas e epistemológicas das diversas áreas científicas (sociologia, geografia, psicologia, economia, etc.). Isto significa que apesar de intuitiva ou empiricamente o turismo seja de fácil definição, avançar com uma definição científica é, não raras vezes, alvo de controvérsias, podemos mesmo afirmar que alcançar um conceito único de turismo parece ser uma tarefa praticamente impossível de realizar. Não existe, portanto, um conceito consensual mas sim, definições que se estabeleceram ao longo do tempo, considerando as inúmeras perspetivas académicas e técnicas dos vários autores que se debruçam sobre este tema (Jafari, 2000; Hall e Lew, 2009). Contudo, a área dos estudos turísticos tem sido alvo de fortes críticas em termos da sua base teórica, existindo mesmo quem questione a própria utilidade do turismo enquanto conceito.

Ora, enquanto essas controversas e críticas se vão generalizando em torno da delimitação conceptual dos estudos turísticos, deve dizer-se que o turismo, no âmbito das ciências sociais, tem um historial mais longo do que geralmente se pensa e é muito menos “jovem” do que a OMT (1998) e Tribe (1997) referem. É útil notar que a própria palavra “turismo”¹⁰¹ há perto de dois séculos que faz parte dos dicionários e, tradicionalmente, apresentava uma conotação negativa. Esta ideia de desaprovação aparece bem explícita no *Oxford English Dictionary*, que data de 1950, e refere “Turismo: a teoria e prática de viajar, deslocar-se por prazer. Uso, depredação” (Moesch, 2002:10; Fúster, 1989:21) [tradução nossa].

Dos múltiplos esforços para encontrar uma definição de turismo, podemos evidenciar como uma das primeiras contribuições teóricas para a conceptualização do fenómeno turístico, em 1942, quando os académicos suíços Walter Hunziker e Kurt Krapf

¹⁰¹ De acordo com os dicionários, do mundo ocidental essa expressão deriva do latim *tornus* (torno), como substantivo, “*tornare*” (redondear, tornear, girar), como verbo, referindo-se o sufixo “*ismo*” à ação que é realizada por um grupo de pessoas. Existe em ambos os termos latinos o significado de giro, de viagem circular, de volta ao ponto de partida, pelo que etimologicamente se pode definir o turismo como uma ação praticada por pessoas que viajam com o objetivo de regressar à sua habitual residência (Moesch, 2002:10; Blanco, 1992:29-30).

afirmaram que o turismo poderia ser encarado como “o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma actividade lucrativa principal” (Hunziker e Krapf, 1942, citados em Cunha e Abrantes, 2014:16). Nesta definição que foi amplamente aceite e utilizada durante anos, o turismo não considerava as deslocações com a finalidade de desenvolver uma atividade lucrativa (atividades profissionais). Uma perspetiva bastante distinta da realidade atual, pois o turismo relacionado com os negócios e atividades profissionais constitui uma das principais vertentes de segmentação turística. Por outro lado, esta conceção privilegia apenas o lado da procura, através da dimensão espacial e a figura do turista.

À medida que o fenómeno turístico ia ganhando espaço, fez-se sentir a necessidade de uma definição mais ampla e completa, enfatizando a complexidade da atividade turística na perspetiva da procura e da oferta, contrariando a tendência de definição apenas pelo lado da procura. Esta necessidade foi colmatada por Mathieson e Wall (1982), que consideraram o turismo como sendo o movimento temporário de pessoas para fora das suas áreas habituais de residência e trabalho por períodos não inferiores a vinte e quatro horas e as relações estabelecidas nos destinos visitados, bem como as atividades desenvolvidas para satisfazer as necessidades das pessoas que se deslocam. Outra definição que apreende igualmente considerações do lado da oferta e da procura é a de Leiper (1979, 1990), que define o turismo como um sistema aberto de cinco elementos interagindo com diversos ambientes, o elemento humano – turistas; três elementos geográficos – região de origem, rotas de trânsito e região de destino; e um elemento económico – a indústria turística.

Na atualidade, a definição mais aceite é a da OMT que apresentou, em 1991, no âmbito da *International Conference of Travel and Tourism Statistics*, realizada em *Ottawa*, e que procurou congregar todos os esforços desenvolvidos na perceção e na conceptualização do turismo que, por sua vez, considera o turismo como “o conjunto de atividades realizadas durante as viagens e estadas em locais situados fora do seu ambiente habitual, por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, de negócios ou outros”¹⁰² (OMT, 1998:46) [tradução nossa]. Para Cunha e

¹⁰² Esta definição foi adotada, em 1993, pela Comissão Estatística das Nações Unidas, e é frequentemente usada para definir e classificar as atividades turísticas internas e internacionais.

Abrantes (2014), esta definição apresenta algumas debilidades, uma vez que contempla apenas o lado da procura e ignora por completo o lado da oferta, ou seja, exclui uma panóplia de atividades produtoras de bens e serviços criados para servir e/ou satisfazer direta e indiretamente os visitantes e cuja existência permanece com ou sem deslocação e estada.

Muitas outras definições de turismo poderiam ser aqui enumeradas¹⁰³, no entanto, poderá afirmar-se segundo a revisão bibliográfica que a definição de turismo encerra alguns denominadores comuns, entre os quais: o estudo do movimento de pessoas para fora das suas áreas habituais de residência e por períodos superiores a vinte e quatro horas (período limitado de tempo); compreende as atividades lúdicas realizadas durante a estada, para além da viagem até ao destino; sendo que esta movimentação acontece tendo por base um conjunto de motivações para viajar (sociais, culturais, patrimoniais, ambientais, económicos, etc.), além dos produtos e serviços criados para satisfazer as necessidades dos turistas (OMT, 1998). Nesta linha, Mathieson e Wall (1982) afirmam ainda que o estudo do turismo encerra, invariavelmente, o estudo dos seus impactes a nível da cultura/património, ambiente e economia.

Para além de definir turismo, a conferência de *Ottawa* procurou definir um quadro conceptual em torno de alguns conceitos-chave para a análise do turismo, considerando haver dificuldades, designadamente em termos estatísticos e nas comparações para definir e medir o turismo internacional e interno. De acordo com isto, a conferência adotou um conjunto de conceitos para descrever as pessoas relacionados com o turismo enquanto consumidoras (OMT, 1998), passámos a ter os seguintes conceitos: viajante, visitante, turista e excursionista ou visitante do dia.

Segundo a OMT (1998), considera-se **vijante** qualquer pessoa que se desloque entre dois ou mais lugares, isto significa entre dois ou mais países (viajante internacional) ou entre duas ou mais localidades do país em que reside (viajante doméstico), que viajam para ir trabalhar ou por prazer e fazem-no por tempo indeterminado. É de notar que o termo visitante encontra-se relacionado com todos os tipos de viajantes relacionados com o turismo¹⁰⁴, mas nem todos os viajantes são visitantes. O conceito de **visitante**

¹⁰³ Outras definições de turismo têm sido amplamente produzidas por reconhecidos académicos e investigadores da área, veja-se: Fúster, 1989; MacCannell, 1976; Middleton, 1988; McIntosh, Goldner e Ritchie, 1995; Moesch, 2002; entre outros.

¹⁰⁴ Outra recomendação da OMT (1998) é o motivo da viagem, sendo uma característica fundamental para classificar como visitante a pessoa que a realiza, cujo os motivos da viagem podem ser: lazer, recreio

refere-se a qualquer pessoa que se desloca a um lugar diferente do seu ambiente habitual por uma duração inferior a 365 dias, desde que o motivo principal da viagem não seja o de exercer uma atividade remunerada no local visitado.

De acordo com a OMT (1998) o termo visitante é o conceito básico de todo o sistema estatístico do turismo, e do qual derivam o conceito de **turista** e **visitante do dia ou excursionista**. O primeiro, engloba o visitante que permanece pelo menos uma noite no alojamento privado ou coletivo no local visitado, não necessariamente em alojamento pago (no próprio país ou no estrangeiro), por outros motivos que não o exercício de uma atividade remunerada permanente no destino visitado, como por exemplo: lazer, repouso, férias, saúde, estudo, religião, desporto, família e negócios. Em regra entende-se que lazer e negócios constituem os principais motivos da viagem. O segundo é o visitante que não passa a noite no local visitado, apesar de utilizar infraestruturas e espaços de lazer e/ou de turismo (restaurantes, bares, lojas locais, serviços de recreio e entretenimento e transportes locais), incluindo os viajantes de cruzeiro.

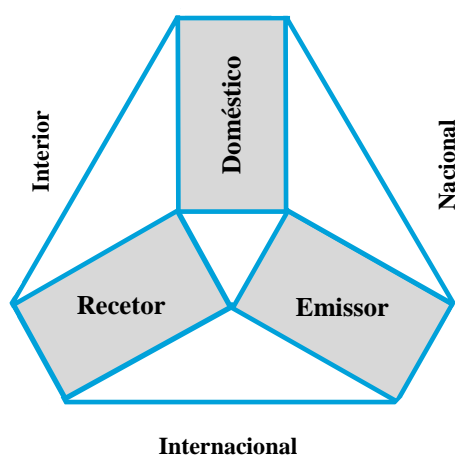
Definiram igualmente as várias formas e categorias de turismo que podem ser descritas, atendendo aos fatores que intervêm nas deslocações das pessoas. Tal como refere Baptista (1990: 27), “ o turismo não se limita a uma simples forma”, podendo assumir várias, de acordo com a origem dos visitantes e o destino eleito surgem três tipos de turismo: (i) o **turismo doméstico ou interno**, empreendido pelos residentes de um dado país (independentemente da sua nacionalidade), que se deslocam unicamente no interior das fronteiras do próprio país; (ii) o **turismo recetor**, operacionalizado pelos não residentes oriundos de um determinado país (por exemplo, as visitas que os residentes no estrangeiro efetuam a Portugal); (iii) o **turismo emissor**, que resulta das visitas dos residentes de um país a outro ou outros países (por exemplo, todas as visitas que os residentes em Portugal, realizam a qualquer país estrangeiro).

Estas três formas básicas de turismo podem ser combinadas de vários modos, em função de se atravessar ou não uma fronteira, resultando nas seguintes categorias de turismo (Figura 5): o **turismo interior**, que abrange o turismo realizado dentro das fronteiras de um país, quer por residentes como por não residentes (são todas as atividades turísticas desenvolvidas no interior de um dado país por visitantes residentes, nesse mesmo país, e por visitantes residentes no estrangeiro) e inclui o turismo doméstico e o turismo

e férias; negócios e atividades profissionais; visita a familiares e amigos; tratamentos de saúde; religião e peregrinação, entre outros motivos.

recetor. No caso do **turismo nacional**, que abrange o doméstico e o emissor é, constituído pelos movimentos dos visitantes residentes de um dado país tanto no interior como noutra ou noutros países (estrangeiro). Por sua vez, o **turismo internacional**, que integra, em simultâneo, as movimentações de saída (turismo emissor) e as de entrada (o turismo recetor), isto é, todas as deslocações que obrigam a atravessar uma fronteira (OMT, 1998:51).

Figura 5 - Formas e categorias de turismo



Fonte: adaptado de OMT, 1998

Em jeito de conclusão, podemos dizer que as definições técnicas e metodologias desenvolvidas pela OMT para fins estatísticos, permitiram resolver alguns problemas associados à conceptualização do turismo como por exemplo a quantificação, a credibilidade e a delimitação do setor. No entanto, no que diz respeito ao estudo do turismo, continua a não existir consenso entre a comunidade científica, pois trata-se de um campo de estudo multidisciplinar que acolhe contributos das diferentes áreas científicas. Ora, é precisamente pela nebulosidade existente em torno do turismo que, a próxima secção dedica-se a conceptualização e modelização do turismo, através da teoria geral dos sistemas.

2.2. O turismo enquanto sistema turístico: principais modelos conceptuais

A complexidade e abrangência do turismo leva-nos a ter presente que qualquer definição que dele se queira adiantar ficará sempre aquém da sua inteira perceção, uma vez que existem diversas abordagens. Na verdade, o turismo é frequentemente interpretado e discutido enquanto fenómeno económico, social e cultural, como

indústria turística e como sistema, sendo apenas entendível através de uma abordagem pluridisciplinar global que permita obter um conhecimento de todas as suas componentes e relações (Güell, 1989; Henriques, 2003; Smith, 2004; Goeldner e Ritchie, 2009; Moreira, 2013; Cunha e Abrantes, 2014). A dificuldade emerge da sua “natureza multidimensional, multirrelacional, dinâmica e complexa” (Moreira, 2013:25), razão pela qual nos parece que a abordagem sistémica é mais adequada para levar a cabo o nosso propósito com base nos principais modelos interpretativos do sistema turístico (Leiper, 1979, 2004; Gunn e Var, 2002; Inskeep, 1991; Beni, 2007; Mill e Morrison, 2009), mas também suportado pelo “roteiro” conceptual ao turismo como sistema funcional de Netto e Lohmann (2012) e Moreira (2013).

Para prosseguir, note-se, antes de mais, que se levarmos em consideração a noção de sistema¹⁰⁵, considerar-se-á um sistema como um conjunto de elementos, ações ou indivíduos que coordenados entre si são mais do que a simples soma das partes, concebendo-se para atingir uma série de metas e de objetivos, de tal forma que a alteração de um elemento provocará uma alteração em todos os outros elementos que constituem o sistema e o todo também condiciona as partes, já que direta ou indiretamente, está interdependente de todos os outros elementos (Güell, 1989; Laws, 1991; Giddens, 2000; Hall e Lew, 2009; Goeldner e Ritchie, 2009). Mill e Morrison reforçam-no, quando afirmam que o “sistema [turismo] é como uma teia de aranha – toca-se num ponto e as repercussões são sentidas em toda a parte” (Mill e Morrison, 1985:xix).

De forma simplista, poder-se-á dizer que o sistema tem vindo a ser interpretado, definido, analisado e planeado cada vez mais nas suas relações com outros sistemas, o que se designa pelo seu o ambiente e/ou envolvente do qual sofre a influência de vários e numerosos fatores externos, ou seja, com a realidade que lhe é exterior, que o envolvem, o seu contexto de atuação enquanto sistema aberto¹⁰⁶. Na perspetiva de Güell

¹⁰⁵ O sentido etimológico da “palavra sistema deriva do grego *sýstema* que significa composição, grupo, conjunto de objetos, de elementos, de componentes, de atores, de ações, que são parte de um todo (*holon*) coerente” (Moreira, 2013:26).

¹⁰⁶ Na perspetiva do biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy que introduziu a teoria geral de sistemas, refere que os sistemas podem ser fechados ou abertos. No primeiro caso as interações entre o sistema e o ambiente são desprovidas, seja porque impede a entrada de efeitos perturbadores do exterior, seja porque reage e se reorganiza de forma a não depender da sua envolvente, daí que considera apenas as relações que os elementos do sistema estabelecem entre si. No segundo caso, os sistemas influenciam e são influenciados pelo ambiente que lhes serve de contexto, isto significa que há entradas (*inputs*) saídas (*outputs*), pois tudo o que entra no sistema terá efeitos na sua organização. É de referir que os sistemas

(1989), este tipo de sistema tem um período de vida mais longo, na medida em que, realiza um conjunto de trocas com o meio ambiente por oposição aos sistemas fechados que estão isolados do seu meio envolvente ao apresentarem dificuldades em comunicar e interagir com o exterior, daí que tendem a desaparecer.

Como já referimos o turismo não é um fenómeno fácil de descrever e, como sugere Vera (1997), se as várias ciências sociais¹⁰⁷, a biologia ou a gestão fazem uso da teoria dos sistemas para tratar processos complexos onde as sociedades, os territórios ou as economias articulam partes que somadas configuram um todo funcional, também o turismo beneficiará se recorrermos a esta aproximação sistémica para o melhor compreendermos e desenvolvermos através dos diversos métodos e instrumentos de análise. Assim, como sugerem Güell (1989), é aconselhável analisar o turismo com base na teoria geral sistemas já que “permite uma apreensão da atividade turística e das diferentes interações entre os elementos” (Cuvelier, 1994:25) [tradução nossa], mediante a criação de um modelo conceptual do sistema.

De acordo com a revisão teórica de Getz (1986)¹⁰⁸, Netto e Lohmann (2012) e de Moreira (2013), nas últimas décadas, desenvolveram-se diversos modelos¹⁰⁹ para interpretação do turismo a partir da teoria geral do turismo (Kaspar, 1976; Leiper, 1979; Wall e Mathieson, 1982; Cohen, 1984; Gunn, 1972; Gunn e Var, 2002; Inskip, 1991; Beni, 2001; Goeldner e Ritchie, 2009; Hall e Lew, 2009; Mill e Morrison, 2009, entre outros), ainda assim, opta-se por apresentar e interpretar os modelos esquemáticos mais referenciados na literatura científica e com potencial para análise ao sistema Rede das Aldeias Históricas de Portugal.

abertos foram fortemente introduzidos nos estudos realizados pelas ciências sociais e biologia (Bertalanffy, 2008).

¹⁰⁷ Na análise dos sistemas complexos, as ciências sociais utilizam regularmente e indistintamente o termo estrutura e sistema. Na perspetiva de Giddens (2000) o uso de um termo ou outro é completamente redundante, na medida em que a sua aplicação se sobrepõe. Efetivamente, poderá existir estrutura independentemente do seu funcionamento, enquanto os sistemas deixam de o ser quando deixam de funcionar.

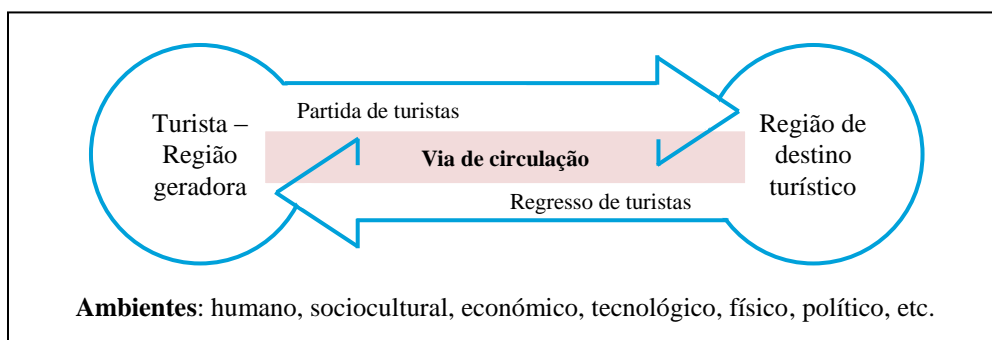
¹⁰⁸ Neste contexto, importa citar a revisão teórica a livros e artigos publicados em inglês de Getz (1986), o qual identificou cerca de 150 modelos de estudo do turismo, mas nem todos se baseiam na teoria geral dos sistemas. Esta revisão de trabalhos em inglês acabou por não contemplar as primeiras abordagens ao turismo com base na teoria dos sistemas de Curvo (1967) e Barbaza (1975) (Getz, 1986; Netto e Lohmann, 2012).

Um dos principais modelos interpretativos do turismo enquanto sistema turístico é o modelo desenvolvido por Leiper (1979, 2004)¹¹⁰, devido à sua aplicabilidade e simplicidade, mas também flexibilidade em ajustar-se a diferentes tipos de turismo e escala (do local ao global) (Cooper, Fletcher, Wanhill, Gilbert e Sheperd, 2001), pelo que serviu de referência para a construção de outros modelos de sistema do turismo. O sistema turístico é visualizando, na perspetiva de Leiper (1979, 2004), como um todo integral, sendo constituído por um conjunto de cinco elementos interligados e relacionados entre si: os turistas; a região geradora; a região de destino; a região de trânsito e a indústria turística (Leiper, 1979), conforme consta na Figura 6.

No modelo esquemático que propõe Leiper (1979, 2004), os turistas, assumem enquanto elemento humano um papel estruturante no funcionamento do sistema, procurando destacar através de conceitos sobre turista as ligações estabelecidas entre os elementos geográficos (região de origem, região destino e região de trânsito). Nos três elementos geográficos define que: i) a *região geradora de turistas* (ponto de origem) é o lugar onde começa e termina a viagem (área de residência dos turistas), sendo o local onde as ações de *marketing* são realizadas; ii) a *região de destino* como o local escolhido pelo turista para permanecer temporariamente (lugares que pelas suas atrações seduzem os turistas por um determinado período temporário fora da sua área de residência, no sentido de conhecer ou experimentar um conjunto de atividades turísticas, daí a localização de alojamento, restauração e outros serviços) e; iii) *região de trânsito* ou via de circulação que faz a ligação entre a região emissora e a região recetora (por via terrestre, aérea ou marítima), onde se incluem os locais de passagem e os pontos de visita secundários pela existência de atrações. Isto significa que a experiência turística começa na região geradora, passa pela região de trânsito, até chegar à região destino. Por último, a indústria turística que se encontra presente em todos os elementos por englobar o conjunto de empresas e organizações que estão na estruturação e entrega do produto turístico correspondente as necessidades e desejos dos turistas. Esta, por sua vez, divide-se em seis setores: “*marketing*, as empresas de transporte, alojamento, atrações, serviços diversos e regulação” (Leiper, 1976:400) [tradução nossa].

¹¹⁰ Importa referir que a introdução da teoria geral dos sistemas é introduzida nos estudos do turismo após a publicação do trabalho Leiper, N. (1979). The framework of tourism: towards a definition of tourism, tourist, and the tourist industry. *Annals of Tourism Research*, VI (4), 390-407, o qual se inspirou na abordagem de Gunn (1972).

Figura 6 - Modelo de sistema turístico, proposto por Leiper



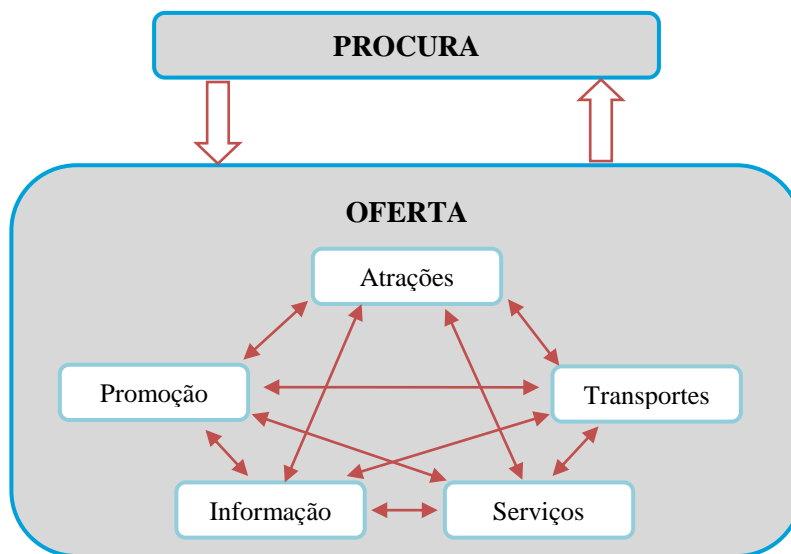
Fonte: adaptado de Leiper, 2004

Esta proposta advoga, ainda, que o turismo deve ser encarado como um sistema aberto, isto porque estes elementos se relacionam uns com os outros em termos funcionais e espaciais, e com outros sistemas que se situam na sua envolvente, sendo influenciado por fatores externos, tais como o ambiente humano, sociocultural, económico, tecnológico, físico, político, entre outros. (Leiper, 2000; Netto e Lohmann, 2012).

Outro modelo de sistema turístico amplamente citado é de Clare Gunn (1988), um modelo que assume uma abordagem económica ao contemplar duas componentes analíticas – procura e oferta –, naquilo que é a relação interrelacionada entre os elementos da atividade turística, numa perspetiva funcional. Gunn (1988) considera que mais do que interpretar e descrever o funcionamento do sistema está “o perspetivar como planear o turismo como um sistema, cujas componentes têm uma relação muito estreita e interdependente” (Moreira, 2013:50), para além de que o sistema turístico é muito dinâmico e muito difícil de gerir (Gunn e Var, 2002).

No modelo proposto por Gunn e Var (2002) para analisar o funcionamento do sistema turístico (Figura 7) constata-se essa inter-relação de forças entre procura e oferta, no entanto, o maior enfoque é para o lado da oferta. O lado da procura constituído pelos potenciais visitantes (população com interesse e capacidade para viajar). O lado da oferta, por sua vez, é composto por cinco subsistemas interligados: as atrações que são as qualidades de um local (recursos naturais e culturais, atividades desportivas ou de animação), os transportes e acessibilidades, os serviços (alojamento, restauração e organização de produtos), a informação e a promoção ao turista sobre a oferta existente (Figura 7).

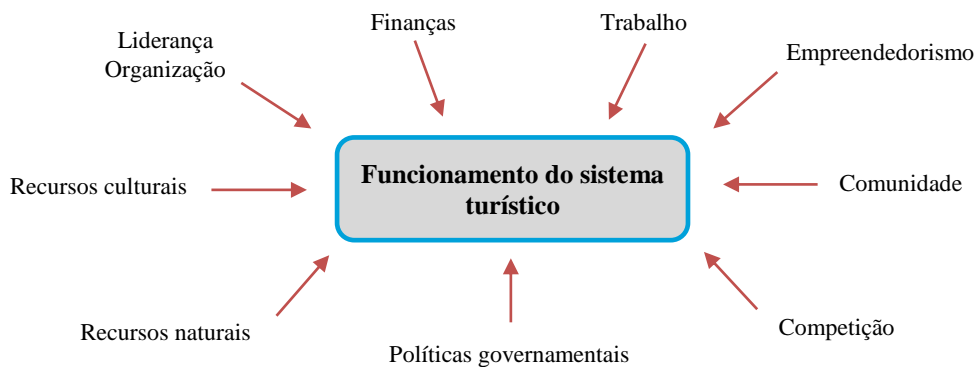
Figura 7 - O sistema funcional do turismo



Fonte: adaptado de Gunn e Var, 2002

A par dos múltiplos fluxos que se estabelecem entre as componentes funcionais do sistema, os autores, referem que este “núcleo” é fortemente influenciado por fatores externos. Por esse motivo, afirmam que ao nível do planeamento turístico, por exemplo, que a preocupação não deve incidir apenas nas componentes da oferta e procura porque as mesmas estão expostas a influências externas que podem condicionar o funcionamento do sistema turístico, entas quais se destacam (Figura 8): os recursos naturais e culturais, o empreendedorismo, os recursos financeiros e humanos, a competição, a comunidade, políticas governamentais, a organização e liderança (Gunn e Var, 2002).

Figura 8 - Influências externas sobre o sistema turístico

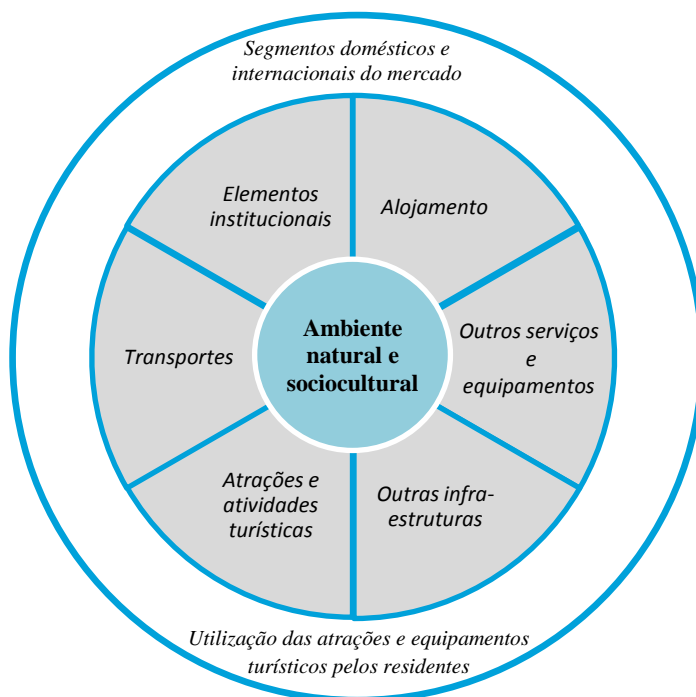


Fonte: adaptado de Gunn e Var, 2002

Esta visão corrobora com a teoria dos sistemas abertos de Ludwing Von Bertalanffy (2008) de que o turismo é um sistema aberto. Quer isto significar que qualquer mudança registada numa das componentes possui efeitos imediatos no equilíbrio do sistema, pelo que deve-se proceder ao reequilíbrio imediato das outras componentes. De qualquer modo, o planeamento do turismo deverá ter sempre em conta os fatores que influenciam o sistema turístico, quer as externalidades, quer o bom funcionamento interno do sistema, que devem funcionar de maneira dinâmica e interrelacionada em prol da sustentabilidade dos destinos turísticos.

À semelhança do que se verifica na proposta apresentada por Gunn (1988) e Gunn e Var (2002) também Inskip (1991) apresentou uma proposta de modelo de turismo no contexto do planeamento turístico integrado e sustentável. Num enquadramento natural, e socioeconómico total, o autor identifica os elementos do sistema que devem ser acautelados e considerados num processo de planeamento turístico integrado e sustentável dos destinos turísticos (Figura 9), quer para ser utilizados pelos turistas, quer pela população local.

Figura 9 - Componentes de um plano turístico



Fonte: adaptado de Inskip, 1991

Trata-se de um modelo de conceptualização do sistema turístico composto por três níveis de elementos. Na representação esquemática o elemento ambiente natural, cultural e socioeconómico ocupa uma posição central no sistema turístico, sem o qual os

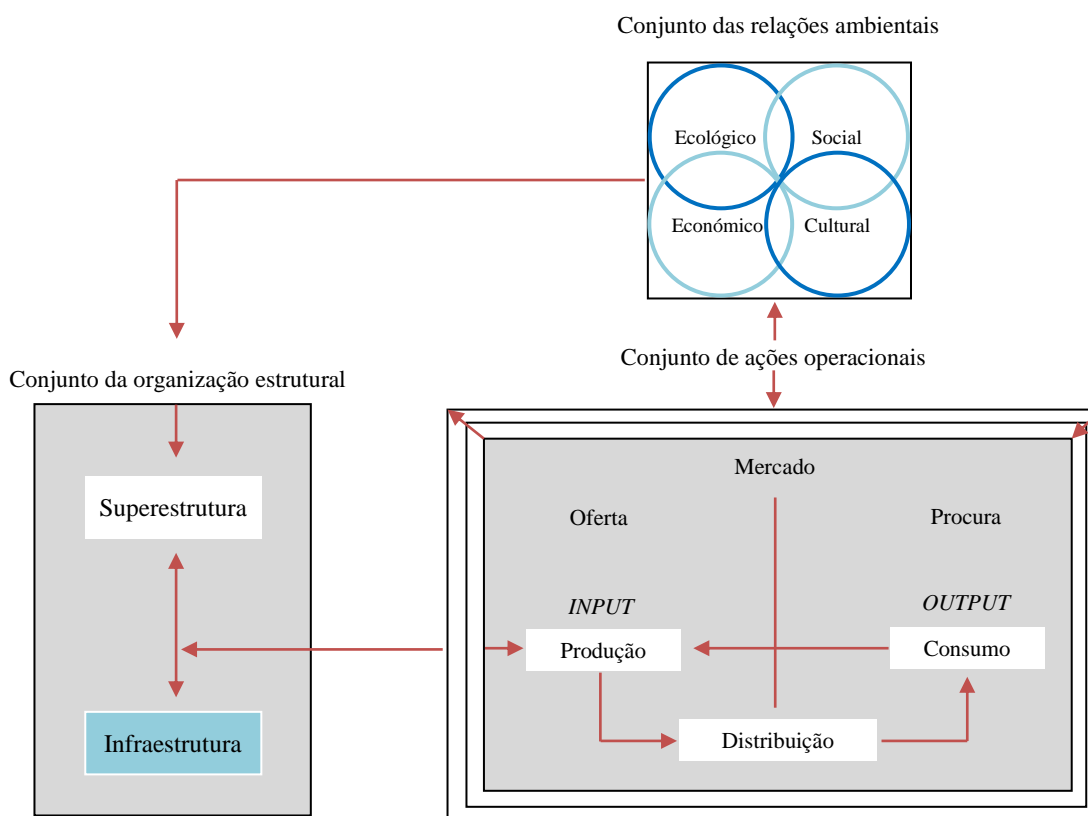
restantes elementos não podem ser desenvolvidos. Num segundo plano, encontram-se seis elementos que compõem a indústria turística do sistema, isto é: i) *atrações e atividades turísticas* (atrações naturais e culturais entre outras atividades que atraem os turistas para um determinado espaço geográfico); ii) *alojamento*; iii) *outros equipamentos e serviços* (restaurantes, postos de informação turística, operadores turísticos, bancos, comércio local, serviços de saúde, etc.); iv) *elementos institucionais* (entidades públicas e privadas relacionadas com o planeamento, desenvolvimento, legislação/regulamentação e *marketing* do destino turístico, etc.); v) *outras infraestruturas* (tratamento de resíduos, fornecimento de água, energia e telecomunicações, etc.) e; vi) *transportes* (que permitem a deslocação da área de partida para as áreas de chegada e as deslocações dentro desse destino). Para além destes elementos, o modelo indica a utilização dos recursos pela população e os mercados nacionais e internacionais de turistas – procura turística (Inskeep,1991), num terceiro nível.

Na nossa perspetiva, o autor deste modelo esquemático de sistema apresenta algumas dificuldades em definir os elementos constituintes do sistema turístico, uma vez que identifica os elementos do sistema de forma pouco específica (“outras infraestruturas” ou “outros serviços e equipamentos”), e isso revela o grau de complexidade em definir o sistema.

Com o intento de esclarecer melhor o turismo enquanto sistema e as suas componentes, avançamos para o modelo proposto por Mário Beni (2001), no qual descreve a dinâmica dos conjuntos e componentes incluídas, estabelecendo as relações e dependências das funções turísticas de maneira bastante adequada. A proposta de modelo de sistema turístico integrado (SISTUR) pertence ao tipo de sistemas abertos já que enfatiza as relações de influência entre as partes ou subsistemas com os outros sistemas, constituindo uma extensão clara de outras abordagens e algumas já citadas.

Beni (2007) propõe uma análise às componentes do sistema com base na existência de três grandes conjuntos de elementos que são estruturantes: organização estrutural; ações operacionais e relações ambientais, sendo que cada grupo é constituído por subsistemas (Figura 10). A par destes, identifica as componentes básicas de cada conjunto e as funções atuantes em cada um dos conjuntos e em interação no sistema global.

Figura 10 - Sistema de turismo (Sistur)



Fonte: adaptado de Beni, 2007

O **conjunto da organização estrutural** é constituído pelo subsistema superestrutura e infraestrutura. A superestrutura é referente “à complexa organização tanto pública quanto privada que permite harmonizar a produção e a venda de diferentes serviços do Sistur” (Beni, 2007:101). Este subsistema tem como principal elemento a política oficial do turismo e o ordenamento jurídico-administrativo que intervém na definição de medidas de organização/fiscalização e estratégias governamentais que interferem no sistema. Quanto ao segundo subsistema, a *infraestrutura*, tem como principal elemento as condições básicas de habitabilidade à população local e outros setores de atividade como o turismo e as condições de acessibilidade. No entanto, o autor opta por distinguir as infraestruturas gerais que se justificam em primeiro plano para o bem-estar da população local (saneamento básico, energia e comunicações, rede de tratamento de resíduos, redes transportes, etc.) e a infraestrutura específica relacionada com o investimento em estruturas de apoio à atividade turística¹¹¹ (acessos às praias,

¹¹¹ A este propósito é importante referir que existe na atualidade uma crescente tendência para os investimentos em infraestruturas turísticas realizados por entidades privadas, uma vez que o setor público apresenta dificuldades em acompanhar o ritmo de crescimento da atividade turística (Beni, 2007).

construção de teleféricos, preservação da orla marítima, acesso às regiões de montanha, entre outras) (Beni, 2007; Netto e Lohmann, 2012).

O conjunto das **ações operacionais** refere-se à dinâmica das relações de mercado turístico. Este ambiente é constituído por seis subsistemas: a *oferta* (bens e serviços turísticos à disposição do turista), o *mercado* (estrutura que estabelece as trocas entre oferta e procura), a *procura* (quantidade de pessoas que num determinado momento estão disponíveis a consumir bens e serviços turísticos), os *processos de produção* (reúne as empresas que produzem bens e serviços turísticos), a *distribuição* (medidas adotadas para fazer chegar o produto ou serviço do produtor ao consumidor) e o *consumo* (relaciona-se com a decisão de comprar, consumir bens e serviços) (Beni, 2007; Netto e Lohmann, 2012).

O conjunto das **relações ambientais** é composto por quatro subsistemas que, analisados individualmente, são maiores que o Sistur – *o ecológico, o social, o económico e o cultural*¹¹². Apesar destes quatro subsistemas estarem “fora” do Sistur o que é facto é que se identifica uma estreita relação entre o turismo e o ambiente, ou seja, o modelo esquemático revela a influência que o ambiente (quatro subsistemas) tem sobre o turismo e a execução de suas atividades. O mesmo se constata com os restantes conjuntos de subsistemas (Netto e Lohmann, 2012).

Por último, importa apresentar o modelo de sistema turístico proposto por Mill e Morrison (1985), tendo procedido ao modelo de Leiper (1979). No entanto, e porque o turismo é, na atualidade, um processo muito mais complexo, os autores propuseram uma ligeira reformulação ao modelo económico do sistema turístico, em 2009.

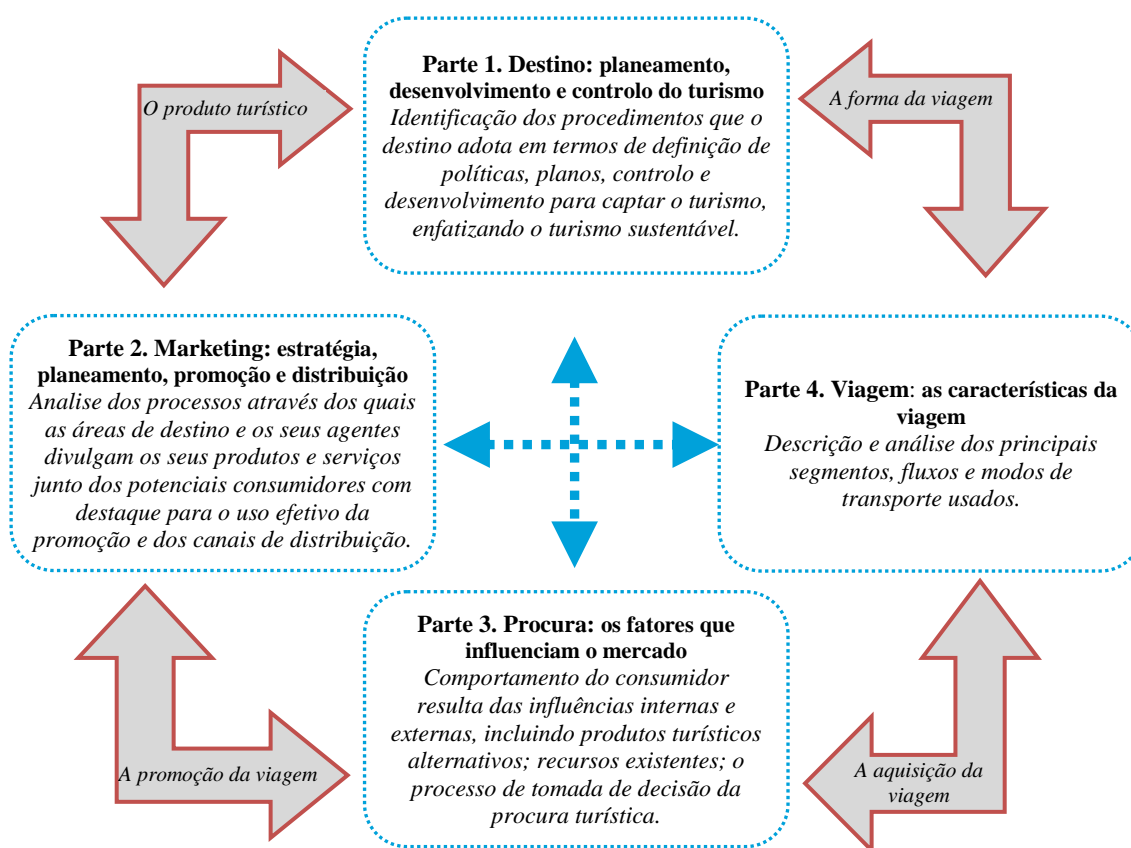
Mill e Morrison (2009) propõem uma conceptualização do turismo estruturada em quatro partes inter-relacionadas ao nível do comportamento de consumidor sendo, este, um fator chave na abordagem proposta (Figura 11). Este modelo pretende evidenciar essencialmente pelo lado da oferta as interações e as interdependências existentes entre as quatro partes básicas do sistema turístico: o *destino* (componente principal do sistema e é referente aos meios disponíveis para planear, organizar e desenvolver a atividade turística para evitar impactes negativos); o *marketing* (relacionado com técnicas de distribuição dos produtos e serviços turísticos junto dos potenciais consumidores); a *procura* (conjunto de fatores internos e externos que influenciam a tomada de decisão e

¹¹² Veja-se a propósito destes subsistemas a descrição pormenorizada na obra do Beni, C. (2007). *Análise estrutural do turismo* (12ªed.). São Paulo: Editora Senac.

as motivações dos indivíduos para viajar) e a *viagem* (referente as características da viagem, aos fluxos gerados e os meios de transporte utilizados).

É preciso, contudo, notar que as quatro partes que compõem o sistema encontram-se associadas a quatro grandes ligações, com influência mútua. De acordo com Moreira (2013:69), “cada uma destas partes influencia, quer direta quer indiretamente, cada uma das outras”. O que reforça a ideia de Mill e Morrison (1985) quando comparam o sistema turístico a uma teia de aranha, isto porque qualquer alteração numa das partes tem sempre repercussões em todo o sistema¹¹³.

Figura 11 - O sistema turístico



Fonte: adaptado de Mill e Morrison, 2009

Por fim, importa referir que o modelo apresentado faz referência, embora de maneira indireta, à sustentabilidade do sistema e dá relevância aos destinos turísticos. Poderemos, ainda assim, dizer que embora se visualize em termos de conceptualização e de representação esquemática um modelo fechado constata-se, no entanto, que “o

¹¹³ A teia de relações que o turismo pressupõe, e a que os autores se referem, encontra-se refletida no modelo de sistema turístico proposto por Baud-Bovy, M. (1985). *Bilan et avenir de la planification touristique*. Aix-en-Provence: Centre des hautes études touristiques (citado por Moreira, 2013).

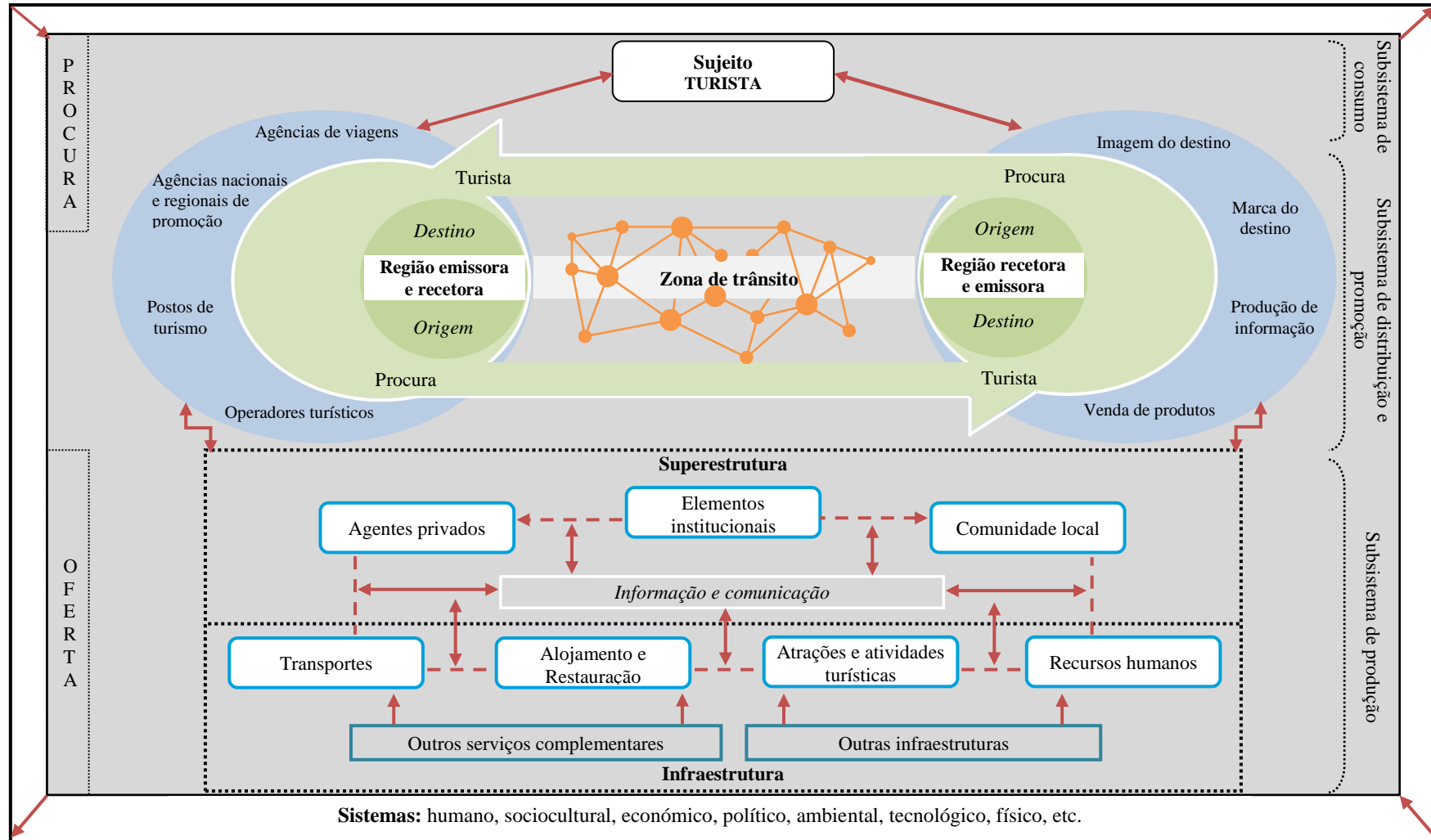
turismo pelo seu carácter dinâmico e constantemente cambiante é grandemente condicionado, externamente, por influências diversas” (Gössling, Hall e Weaver, citados em Moreira, 2013:71) no ambiente, sendo o caso dos fatores sociais, económicos, políticos, catástrofes naturais, tecnológicos, conflitos bélicos, entre outros (Moreira, 2013).

Das várias propostas de conceptualização do sistema turístico que foram sendo apresentadas, podemos realçar que a maioria dos autores atribui aos vários agentes do sistema funções similares, ainda que utilizem terminologias ligeiramente diferentes. Por exemplo, enquanto Gunn e Var (2002) utilizam os conceitos de promoção e informação, Mill e Morrison (2009) utilizam o conceito de *marketing* como um dos elementos do sistema.

Será, todavia, de notar que as diversas propostas de conceptualização e modelização do turismo apresentadas procuram chamar a atenção para a interdependência dos elementos que constituem o sistema turístico e para as vantagens que todos podem obter de uma análise e funcionamento neste contexto. Na prática, as entidades da administração pública veem as suas decisões mais apoiadas, as organizações não lucrativas ligadas ao turismo e as empresas podem atingir com mais sucesso as suas metas e objetivos, e consegue-se ainda um uso mais sustentável dos recursos e uma maior integração do território e da comunidade. Por outro lado, os próprios turistas beneficiam quando todas as componentes do lado da oferta tornam as viagens mais acessíveis, mais confortáveis e mais enriquecedoras. Isto significa que todas as partes dependem umas das outras para um funcionamento natural do sistema.

Uma vez apresentadas as várias propostas de conceptualização do sistema turístico, suscita-se agora a viabilidade de uma esquematização sistémica alternativa, em linha de conta com os modelos apresentados e considerados mais relevantes para o nosso estudo, conforme consta na Figura 12:

Figura 12 - Sistema funcional do turismo



Fonte: Elaboração própria

Da análise aos anteriores modelos de interpretação do sistema turístico, poder-se-á entender o sistema turístico no seu sentido mais amplo, como um conjunto de elementos, ações ou indivíduos, sendo uma unidade global organizada e aberto as diversas interações com o ambiente, um sistema que é constituído por vários subsistemas e componentes interdependentes.

Considera-se, igualmente, nas propostas apresentadas a existência de três dominadores entre os elementos constituintes do sistema – o consumo, a produção e a distribuição –, no fundo, os subsistemas que se identificaram como estruturantes ao funcionamento do sistema turístico: i) o *subsistema do consumo* que é composto pela componente do sujeito turístico (os turistas) – ator do sistema – e encontra-se, indiscutivelmente, ligado à *procura turística* de bens e serviços que garantem a satisfação das necessidades dos turistas¹¹⁴ produzidos e prestados pelas componentes do objeto turístico; ii) o *subsistema da produção* que se relaciona de forma estreita com a oferta turística do sistema, sendo constituída por diversas componentes que se organizam em dois conjuntos à semelhança da proposta de Beni (2001) – superestrutura (elementos institucionais, agentes privados e comunidade local) e que tem poder de ação sobre os outros elementos que integram a infraestrutura (serviço de transportes, alojamento e restauração, as atrações e atividades turísticas e os recursos humanos), a qual tem como base de suporte outras componentes que servem a população local e os turistas; iii) o *subsistema de distribuição e de promoção* constituído por múltiplos atores (públicos e privados) com poder de decisão na criação de instrumentos de promoção dos destinos turísticos na região geradora e recetora de turistas – elemento geográfico (Leiper, 1979).

Obviamente, que as interações que se estabelecem aos diferentes níveis têm amplitudes diferentes, bem como são mais ou menos influentes e/ou mais dependentes conforme o lugar que ocupam na estrutura das relações e os fluxos que existem entre estas, nomeadamente de informação e comunicação. Poder-se-á considerar o fluxo de informação e de comunicação como uma das principais peças do *puzzle* para unir as componentes do sistema, na medida em que, funcionam como elos de ligação e coesão entre todas as componentes e/ou nós do sistema turístico.

Por último, importa referir que o sistema turístico está inserido num mundo complexo constituído por múltiplas relações de conflito e de cooperação com outros sistemas (Cunha e Abrantes, 2014), na medida em que, o turismo é um fenómeno que influencia

¹¹⁴ Mais adiante no Capítulo II, na secção 2.3., iremos deter-nos com particular atenção sobre este tema.

e é influenciado por fatores externos, é normal que o sistema seja influenciado por fatores externos (Gunn e Var, 2002).

Pode-se então concluir que a envolvente externa nunca deve ser menosprezada pois um sistema aberto não é independente da sua envolvente, ou seja, age sobre ela e reage perante ela e a sua capacidade de mudança reside, em larga medida, nessa interação com a envolvente e na capacidade de resposta às alterações que naquele ambiente ocorrem e que influenciam positiva ou negativamente o funcionamento do sistema. Impõe-se, por isso, um funcionamento equilibrado e harmonioso entre todas as componentes do sistema turístico.

Há, em todo o caso, uma questão que se coloca em qualquer processo de planeamento turístico integrado, a saber: será que todo o espaço turístico funciona como um verdadeiro sistema? Ou seja, as diversas componentes e partes do sistema comportam-se como um todo funcional para satisfazer o cliente, no sentido de obter vantagens competitivas dinâmicas e melhorias constantes na rentabilidade social, económica, cultural e ambiental dos destinos turísticos? A secção que se segue procura dar resposta a esta questão, com análise e caracterização dos principais elementos que determinam o funcionamento do turismo e que constituem a base para o seu desenvolvimento, isto é, a procura e a oferta turística.

2.2.1. Caracterização da procura e da oferta turística

Ao definirmos o turismo como um sistema constituído por duas grandes forças, a procura e a oferta turística, interessa conhecer em que consiste, na prática, estes dois conceitos por forma a alcançarmos um maior entendimento dos fatores associados às duas componentes sistémicas.

A temática da **procura** é um dos aspetos mais complexos em turismo, daí que tem merecido particular atenção das organizações e dos académicos na sua definição. A definição de procura é, tal como outras temáticas, muito subjetiva, dependendo do posicionamento de quem a aborda, por exemplo, para os psicólogos a procura é associada às motivações e ao comportamento do consumidor; para os geógrafos a procura turística expressa os movimentos turísticos das zonas de origem, as zonas de trânsito e os destinos (lugares fora do seu ambiente habitual) para onde as pessoas viajam, no sentido de usufruir de um conjunto de bens ou serviços (Mathieson e Wall, 1982; Cunha e Abrantes, 2014); ou na aceção dos economistas que consideram a

procura como sendo a relação entre a quantidade de bens e serviços turísticos que os indivíduos pretendam e podem adquirir por um valor específico, num determinado momento (Cooper, Fletcher, Wanhill, Gilbert e Sheperd, 2001). Esta abordagem pressupõe a existência de uma procura real e/ou efetiva (número de pessoas que num determinado momento participa numa atividade turística – consumo) por oposição a uma procura potencial (parte da população que numa determinado momento não consegue participar na atividade turística por um motivo determinado, mas podem fazê-la no futuro) (Henriques, 2003).

O estudo da procura pode ser mais aprofundado se atendermos à forma como os seus gastos se distribuem nos locais de destino e que tipos de serviços utilizam, ou seja, os impactes da referida procura, não sendo uma das prioridades deste trabalho. Num sentido mais lato, Henriques (2003) defende que a procura turística relaciona-se com os efeitos provocados no destino turístico, quer em termos da prosperidade económica (aumento dos rendimentos, empregos) quer em termos da sustentabilidade (qualidade ambiental, cultural, etc.).

A procura turística é apresentada por Beni (2007) como uma procura heterogénea de bens e serviços (transportes, alojamento, restauração, atividades recreativas, etc.) e não como uma procura simples de elementos ou de serviços específicos, isoladamente considerados. Trata-se de uma procura de bens e serviços que se complementam entre si, efetuada por pessoas que se deslocam temporariamente para fora do seu ambiente habitual, por lazer ou outro motivo¹¹⁵.

Uma abordagem mais simples da procura turística estabelece que esta pode ser medida ou contabilizada pelo total de visitantes estrangeiros e dos visitantes residentes nesse país que se deslocam a um determinado destino turístico, podendo este ser um país, uma região, um local ou uma atração turística. Neste caso, segundo Gunn e Var (2002), para que o consumidor possa ser contabilizado como fazendo parte da procura turística, tem que possuir quatro características: estar motivado para viajar (demonstrar interesse, desejo e pretensão em viajar); deve ter capacidade financeira; tempo livre e disponibilidade física para viajar.

¹¹⁵ Na perspetiva de Mathieson e Wall (1982), as motivações para viajar são muito diversas e complexas, variam não só de indivíduo para indivíduo como de segmento para segmento, no entanto, os autores conseguem agregar em quatro grandes grupos: físicas ou psicológicas (saúde, desporto, desafio, relaxe); culturais (conhecer sobre lugares desconhecidos); sociais (visitar amigos e familiares ou por razões de status social); pessoais ou de fantasia (escape da realidade atual).

Estes princípios são reveladores que a procura turística se expressa em termos de consumo turístico de um bem ou serviço, sendo que as escolhas de consumo dependem, efetivamente, de diversas motivações, umas objetivas, outras subjetivas. Para Matias (2007), o consumo do bem “turismo” depende de um conjunto de fatores que podem influenciar o comportamento do consumidor, entre os quais: o preço do bem turístico, os preços de outros bens, a taxa de câmbio e os gostos e preferências dos consumidores¹¹⁶.

Em termos práticos o comportamento esperado por parte da procura turística tenderá para uma evolução decrescente com o aumento do preço dos serviços turísticos ou até mesmo com uma diminuição do rendimento disponível pelo consumidor (uma das principais motivações objetivas), mas poderá registar uma evolução ascendente com o aumento dos rendimentos familiares e com a subida dos preços dos bens alternativos, a qual só poderá ser satisfeita com o aumento da oferta turística. As taxas de câmbio é outro dos fatores que pode influenciar a decisão de consumo (no caso do turismo internacional), uma vez que as variações cambiais podem fazer variar os custos da viagem. Outro fator apontando é os gostos e preferências dos consumidores que afetam diretamente o comportamento da procura, sendo que na atualidade as tendências qualitativas permitem induzir que existe na generalidade um crescente desejo de viajar motivado pelo desenvolvimento dos meios de informação e comunicação (Matias, 2007).

Na verdade, o desenvolvimento dos meios de comunicação e informação como, por exemplo, a publicidade e outras técnicas de *marketing*, tendem a introduzir alterações no modo como consumidor pondera as suas escolhas e toma as suas decisões perante a crescente segmentação do mercado turístico – crescimento das sociedades de consumo massificado (Marujo, 2008). Por outro lado, podemos afirmar que a escolha do consumidor, apesar de livre, não é ininfluenciável. Na atualidade, grande parte do sistema económico gira em torno do modo como o lado da oferta do mercado procura condicionar e influenciar as decisões de consumo, isto é, os gostos e preferências dos turistas.

Matias (2007) refere ainda a possibilidade de se acrescentarem outras variáveis à função de procura turística, pelo que exemplifica com a inclusão do nível de procura verificado

¹¹⁶ A este propósito, veja-se também, a função da procura turística que Matias (2007) desenvolveu com base nestes fatores para compreender os comportamentos dos consumidores turísticos.

no mesmo local em período idêntico mas num momento anterior. E por outro lado, a variável correspondente à distância relativamente ao mercado de origem dos fluxos turísticos. A distância é justificada pelo autor como um elemento fundamental no processo de tomada de decisão do consumidor, funcionando como uma “força gravitacional” (Matias, 2007:83), isto significa que a procura diminui quando a distância aumenta.

Outros autores, como Lancastre (citado em Silva, 1991:9), acrescentam que quando os consumidores adquirem um determinado produto turístico, já têm em particular atenção os atributos específicos que lhe estão associados, o que possibilita por parte das empresas turísticas como, por exemplo, as unidades de alojamento com classificação igual, a utilização de processos de segmentação e diferenciação turística. Naturalmente que os atributos dos destinos turísticos percebidos pela procura turística influenciam a escolha ou não do mesmo no futuro, ou seja, os atributos de agrado ou desagradado podem conduzir ou não a repetição ou recomendação do destino a outros potenciais visitantes.

Subjacente a esta tendência está o papel decisivo que a informação e os seus múltiplos canais desempenham, os quais influenciam o maior ou menor interesse pelo produto ou serviço turístico. Assim, Cooper, Fletcher, Wanhill, Gilbert e Sheperd (2001) revelam o papel dos denominados elementos “geradores da procura”, onde consideram o papel desempenhado pelos estímulos à viagem (promoção, recomendações comerciais, literatura de viagens, e opiniões do círculo de amigos e de familiares) e pelas designadas variáveis externas (confiança no agente de viagens, experiências de viagens anteriores, avaliação dos riscos inerentes à deslocação e restrições ao nível do tempo disponível e dos preços).

O segundo elemento básico que compõe o sistema funcional do planeamento é a **oferta turística**, que poderá ser definida, tal como refere Beni (2007), como o conjunto dos recursos e características inerentes a um destino turístico (país, região, localidade), que inclui, recursos naturais e culturais, considerados a matéria-prima da atividade turística – oferta primária ou original, na medida em que são estes recursos que provocam a afluência de turistas – e, num segundo plano, existe um conjunto de serviços, equipamentos e infraestruturas produzidos e construídos para dar consistência à atividade turística, os quais compõem os elementos que integram a oferta turística no seu verdadeiro sentido – oferta derivada ou complementar. Por outras palavras, a oferta

turística é composta por todos os elementos naturais/culturais e construídos pelo homem em cada destino turístico, que provocam a deslocação de turistas e que satisfazem as suas necessidades de deslocação e de permanência¹¹⁷.

Entre as diferentes componentes que compõem a oferta turística, identifica-se como principal componente os recursos naturais, considerados a base para a formação de qualquer oferta turística, daí que seja muito difícil ou até impossível a estruturação de uma oferta turística sem a inclusão desta componente (Cunha e Abrantes, 2014). Pode-se, portanto, afirmar que a oferta turística propriamente dita encontra-se associada a um processo de transformação, uma vez que a existência de um elemento natural não constitui por si só um recurso, nem constitui necessariamente uma fonte de atração turística, daí que precisa sempre de uma intervenção humana que lhe impute capacidade de satisfazer necessidades resultantes de uma deslocação.

A Organização Mundial do Turismo (1998) corrobora ao considerar que os recursos turísticos são todos os elementos naturais (paisagístico ou geográfico e qualquer manifestação da vida humana, histórica ou atual) que, por intermédio da atividade humana, tornam possível a atividade turística e satisfazem as necessidades da procura turística. Esta noção de recursos turísticos radica num outro conceito que o antecede, trata-se do património turístico associado à potencialidade de uso turístico (OMT, 1998). O património histórico que surge como um conjunto de elementos, de bens materiais ou imateriais (conhecidos ou desconhecidos), com possível apetência para integração na oferta turística, pelo que através de um processo de intervenção humana com a utilização de meios técnicos e financeiros, podem ser transformados num recurso turístico efetivo (OMT, 1998; Cunha e Abrantes, 2014). Podemos exemplificar com as Aldeias Históricas de Portugal, selecionadas pelo seu património turístico e já o eram antes de serem classificadas. Com as diversas intervenções técnicas, humanas e financeiras ao nível da construção e melhoramento dos arruamentos e acessos, criação de centros de interpretação, divulgação e organização de visitas, deu-se um processo de transformação do património que leva à atração de pessoas e permite a satisfação de necessidades turísticas. Na realidade, a intervenção humana permitiu a produção de bens e serviços que facultam o desenvolvimento de meios de alojamento, restauração, artesanato e animação que constituem uma atividade turística. Isto significa que, o

¹¹⁷ Veja-se a propósito a perspetiva de Gunn (1988), que considera que a oferta turística é composta por cinco componentes, nomeadamente: as atrações, os serviços e equipamentos (restaurantes, hotéis, comércio e serviços, etc.), os transportes, a promoção e informação.

património inicial transformou-se num recurso turístico que constitui a base de um novo produto turístico, sendo estes recursos que determinam a atração e provocam a deslocação à região e definem as suas potencialidades turísticas.

No entanto, apesar da diversidade de recursos turísticos ligados às características do território ou aos hábitos de vida dos seus habitantes, nem todos chegam a converter-se em produtos turísticos (Vera, 1997). Outro aspeto não menos importante advém do facto que os recursos naturais *per si* são insuficientes para garantir a presença e deslocação dos visitantes. Este aspeto está estreitamente relacionado com a necessidade de construção de equipamentos, infraestruturas e serviços complementares capazes de garantir um determinado fluxo turístico, caso contrário, não existirá atividade turística embora possam existir deslocações.

Assim sendo, considera-se como bens turísticos todos os bens e serviços que satisfazem as necessidades turísticas, e que podem ser categorizados em quatro grupos, a saber: bens livres (refere-se a todos os bens livremente disponíveis na natureza e considerados a base na procura turística – paisagens, clima, praias, cidades, aldeias históricas, etc.); bens imateriais (resulta da maneira de viver do homem, daí que possui um nível acentuado de intangibilidade – tradições e cultura local, tipicismo, exotismo); bens turísticos básicos criados (conjunto de infraestruturas criadas pelo homem com o objetivo de proporcionar atividades culturais, lúdicas e de contemplação – museus, monumentos, termas, parques temáticos, entre outros); bens e serviços turísticos complementares (trata-se de bens que resultam da ação do homem e que permitem aceder aos anteriores – meios e vias de comunicação, alojamento, restauração, etc.) (Matias, 2007; Cunha e Abrantes, 2014).

Assim, apercebemo-nos que a oferta turística apesar de envolver outros setores de atividade que convergem no sentido de colocar à disposição do consumidor um conjunto de bens e serviços apresenta um conjunto de características distintivas da oferta relativa a outros setores, na medida em que: a oferta turística é essencialmente composta por uma oferta de serviços, não pode ser armazenada em *stocks*, tal como sucede com outros bens; o turista que a quer consumir terá que se deslocar ao local da sua produção, daí que é necessário que o turista se desloque ao destino para existir produção turística (relação produção-consumo); é possível adquirir diretamente aos produtores, dispensando a existência de intermediários; a oferta turística não pode ser transportada para outro local – imobilidade, por isso é que caracteriza peculiarmente um destino e

funciona também como força motriz da procura turística; a necessidade de deslocação requer a existência de um conjunto mínimo de bens e serviços que vão suportar as necessidades do turista (transportes, alojamento, restauração, etc.), constituindo assim um produto turístico compósito (Henriques, 2003; Matias, 2007; Cunha e Abrantes, 2014).

Na verdade, enquanto o recurso turístico tem uma existência própria, independente de qualquer outro fator, o produto turístico tem uma clara dependência do primeiro, daí que não existe produto sem recurso, mas também surge estreitamente ligado a um conjunto de atividades, de tal modo que, a partir de uma ótica global, representa um mercado singular e praticamente ilimitado (Pardellas, Cadima, Padín e Gomes, 2002).

Num raciocínio virado para o mercado é notório que o progresso recente ao nível das tecnologias de informação e comunicação veio alterar significativamente o próprio circuito da distribuição do produto turístico, o qual passou a entrar literalmente em casa do consumidor, sendo possível adquirir um produto turístico sem sair de casa, beneficiando ainda de uma melhor informação sobre o local de destino, as quais oscilam entre as mensagens promocionais, as imagens e a experiência sobre o próprio produto turístico. Várias implicações decorrem daqui, entre as quais a emergência de novos destinos turísticos, novos produtos turísticos e novos consumidores turísticos, designados por alguns teóricos como “novos turistas” (Krippendorf, 1986; Poon, 1993, 2003), podendo afirmar-se uma mudança de paradigma turístico, o Pós-Turismo, que rompe com o turismo tradicional de carácter industrial (Molina, 2003).

Esta nova conceção representa uma radicalização da prática turística com o surgimento de novas formas de turismo ditas alternativas e responsáveis¹¹⁸, resultante das novas motivações dos seus consumidores e da tomada de consciência tanto do turista como das empresas turísticas para os efeitos causados pelas anteriores práticas turísticas (destruição do meio ambiente e depredação sociocultural), massificadas e estandardizadas (Mowforth e Munt, 2003; Poon, 2003; Goodwin, 2011), pois a atividade turística é entendida como uma das atividades que mais pode destruir o património mas também é um dos principais mecanismos capaz de promover a sustentabilidade.

¹¹⁸ Mais adiante na secção 2.4., deste capítulo apresentam-se as principais características do *slow tourism*, uma nova forma de turismo alternativo.

Por fim, tendo subjacente que um produto turístico supõe a integração e correta utilização das diversas componentes, não poderíamos deixar de referenciar que o equilíbrio do sistema turístico faz-se através das diversas inter-relações entre as diversas partes da oferta e destas com a procura de mercado.

2.2.2. Produtos turísticos

A produção turística é um elemento-chave no sistema turístico, a sua importância é fundamental para a existência de uma oferta turística. Aliás, alguns dos elementos da oferta turística, só é alvo de procura quando englobados num produto turístico específico para responder às necessidades e desejos dos consumidores. No fundo, não basta existir apenas recursos turísticos, é necessário que exista um processo de transformação como acontece com qualquer outro produto.

No entanto, antes de prosseguir, retermo-nos um pouco na distinção de produto e de produto turístico. No que diz respeito ao produto, segundo Kotler (1988, 1997), Kotler, Bowen e Makens (2010) e Thomas (1991), este significa tudo aquilo que podemos encontrar num mercado para satisfação das necessidades e desejos dos consumidores, algo que, pelas suas propriedades poderá ser um objeto físico, um serviço, uma pessoa, um lugar, uma organização ou ideia, e que é adquirido a um determinado preço. Repara-se que, nesta aceção económica, o objeto de mercado transacionado nem sempre é material/físico, sendo o exemplo dos produtos vendidos na atividade turística (inclui produção intangível e imaterial).

No que diz respeito ao produto turístico, corresponde a um produto com determinadas especificidades que tanto pode ser objeto de comercialização e consumo integrados, normalmente sobre a forma de pacote de bens e serviços, como apresentado isoladamente, sendo um produto “desenhado” para satisfazer as necessidades e expectativas de um determinado segmento turístico (Middleton, 1988). Esta perspetiva surge na linha de Medlik e Middleton (1973), segundo os quais, um produto turístico é um conjunto de componentes tangíveis e intangíveis, centrados numa atividade específica e num destino concreto, daí que origina deslocações para seu consumo. Entre os bens tangíveis podemos encontrar tudo o que tem um carácter objetivo (os recursos, as infraestruturas, as superestruturas e os equipamentos) e nos elementos intangíveis é tudo o que tem um carácter subjetivo (a hospitalidade/acolhimento da população local, os serviços, a imagem de marca, o preço) (Valls, 2003).

Assim, o produto turístico enquanto elemento do sistema turístico pode ser considerado uma amálgama de componentes relacionadas entre si e incluídas num só produto que, de acordo com Cunha e Abrantes (2014) e Matias (2007), podem ser sistematizadas e agrupadas em cinco grandes categorias: recursos turísticos (conjunto de elementos naturais¹¹⁹ e paisagísticos, históricos, culturais ou artísticos que geram uma atração turística); infraestruturas (conjunto de equipamentos disponibilizados no e para o local, podemos exemplificar com a rede de abastecimento de esgotos, gás, eletricidade, água, aeroportos, parques de estacionamento, etc.), desempenhando um papel estruturante no desenvolvimento e na sobrevivência dos destinos turísticos; superestruturas (conjunto de equipamentos que satisfazem diretamente as necessidades da procura turística, ou seja, o alojamento, a restauração, a diversão, o comércio, etc.); hospitalidade e acolhimento (conjunto de comportamentos e manifestações da população local para bem receber e acolher os visitantes); e acessibilidades e transportes (vias e meios de acesso ao destino)¹²⁰. Segundo Medlik e Middleton (1973), a correta utilização de todos estes elementos resulta num produto turístico atrativo, capaz de oferecer ao mercado alvo um conjunto de benefícios. No entanto, o fator chave do produto turístico assenta nos recursos turísticos existentes num determinado lugar, que são a fonte de motivação que origina as deslocações a determinado destino turístico¹²¹.

Por sua vez, Holloway (1998) considera que o produto turístico não é homogéneo, na medida em que não pode ser convenientemente padronizado, uma vez que varia de forma e de qualidade a todo o instante. Significa isto que não existem produtos turísticos universais, nem os produtos existentes num determinado lugar podem ser replicados na sua totalidade para outro, já que as condições locais introduzem diferenciações que podem ser mesmo decisivas em termos da satisfação dos desejos e expectativas dos consumidores. Por outro lado, o autor considera que os produtos turísticos são intangíveis, o que significa que apenas podem ser observados e

¹¹⁹ As atrações naturais ou artificiais são elementos fundamentais na estruturação do produto turístico, a sua natureza é múltipla o que permite diferentes classificações, entre as quais: atrações naturais (paisagem, clima, praia, etc.); atrações construídas (monumentos, edifícios e infraestruturas turísticas de arquitetura moderna, campos de golfe, etc.); atrações culturais (história, museus, festivais/folclore, religião, etc.) e atrações sociais (modos de vida da população local, línguas, etc.) (Henriques, 2003).

¹²⁰ Veja-se a propósito das componentes do produto turístico a aceção de Mill e Morrison (1992) ou as componentes do modelo de plano turístico proposto por Inskip (1991).

¹²¹ O destino turístico pode ser definido como um sistema de oferta que se estrutura num determinado espaço geográfico, pode ser um conjunto de países, um país, uma região, uma cidade, uma vila, uma aldeia, uma ilha ou até um parque temático (Marujo, 2008; Kotler, Bowen e Makens, 2010; Vanhove, 2011), no qual se criam produtos turísticos [inclui serviços de apoio, atrações e recursos turísticos] para os turistas e em que existe uma coordenação por um ou mais agentes (CE, 2005).

experimentados no ato de consumo, não podem ser testados antes do consumo, apenas por imagens¹²² (Holloway, 1998). Uma visão partilhada por Lewis e Chambers (1989), Beni (2007), Matias (2007), Cunha e Abrantes (2014), entre outros autores, que destacam adicionalmente outras especificidades dos produtos turísticos e que assentam no seu carácter estático (o consumidor é que se desloca a fim de consumir o produto), abstrato (só fica a imagem depois do consumo), perecíveis (não podem ser armazenados e/ou *stock*), compósito (envolve a combinação de um conjunto de elementos que compõem o produto turístico, pelo que existe uma complementaridade entre componentes com influências diretas), heterógeno e diversificado (é único e difere sempre em alguma componente de um produto similar, normalmente é no elemento de acolhimento que reside o fator de diferenciação ainda que se trate no mesmo destino turístico, ao contrário dos produtos industrializados).

De acordo com estas características é possível identificar uma panóplia de produtos turísticos que procuram satisfazer as necessidades dos diferentes segmentos de mercado, com a incorporação de diferentes especificidades segundo os distintos grupos de consumidores (jovens, familiares, idosos, etc.), já numa perspetiva de hipersegmentação da oferta turística de grande centro comercial – “produção capitalista” –, em que os produtos turísticos se tornaram em formas de capital cultural e indicadores de estilo de vida e posição social no contexto do mundo ocidental.

No caso de Portugal tem-se assistido ao crescente aparecimento nos últimos anos de outras categorias de produtos turísticos para além do tradicional produto turístico sol e mar, sendo o caso do turismo de natureza, o turismo cultural e paisagístico, o *city breaks*, o turismo de negócios, o golfe, saúde e bem-estar, turismo residencial (*resorts integrados*), turismo náutico, gastronomia e vinhos¹²³. Estes produtos podem existir de forma isolada ou coexistir com outros produtos turísticos, porém, a complementaridade entre produtos permite combater o problema da sazonalidade e simultaneamente valorizar e rentabilizar as potencialidades desaproveitadas em determinados territórios como, por exemplo, os territórios rurais de baixa densidade. Acresce ainda que estes

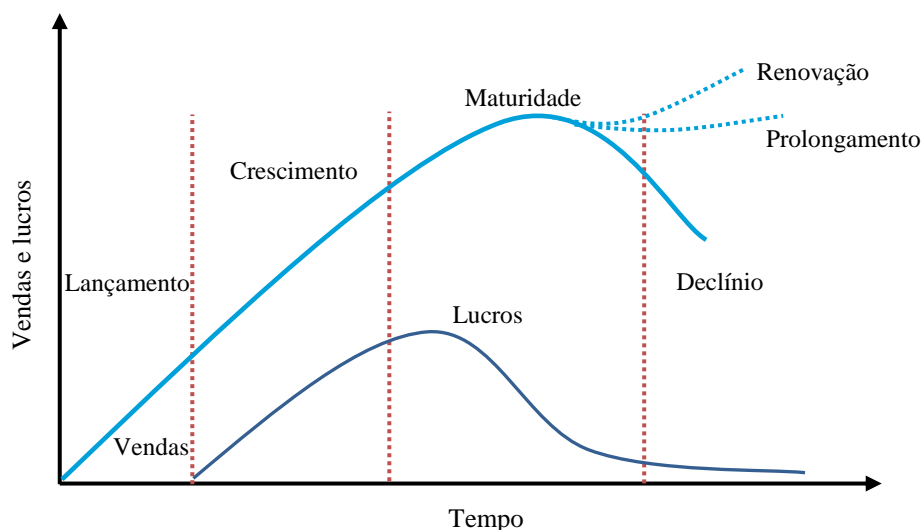
¹²² Na perspetiva de Morgan, Pritchard e Pride (2011) um lugar só se converte em destino turístico quando através de material promocional se comunicam imagens, sendo este um fator decisivo na tomada de decisão para viajar.

¹²³ Estes produtos compõem os dez produtos turísticos considerados estratégicos, no domínio do projeto “Produtos, Destinos e Pólos” do Plano Estratégico Nacional do Turismo (2007), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 57/2001, de abril (TP, 2007).

produtos apresentam diferentes potencialidades e diferentes níveis de desenvolvimento, significa isto, distintos ciclos de vida.

Assim sendo, à semelhança de outros produtos no mercado, os produtos turísticos têm ciclos de vida como têm os indivíduos, uma dinâmica de desenvolvimento impulsionada por fatores de mudança nas preferências e necessidades dos visitantes, a transformação ou desaparecimento das atrações turísticas e a deterioração gradual ou substituição e infraestruturas ou equipamentos (Butler, 1980). Esta evolução temporal pode ser na perspetiva de vários autores (Mill e Morrison, 1985; Coltman, 1989; Godet, 1993; Kotler, 1997; Kotler, Amstrong, Saunders e Wong, 1999; Lendrevie, Lindon, Lévy, Dionísio e Rodrigues, 2004) dividida em quatro fases: introdução/lançamento em que o produto é criado e lançado no mercado (problemas de aperfeiçoamento), sendo os turistas atraídos pelos recursos básicos (nascimento); crescimento quer da procura quer da oferta do produto (adolescência) e aparecimento de novos concorrentes, o que requer investimentos permanentes para manter ou adquirir uma quota de mercado; maturidade após um período de elevado crescimento (vida adulta); e declínio e/ou regressão do mercado (envelhecimento) ou até mesmo o desaparecimento do produto, trata-se de um ciclo de vida idêntico ao que se verifica nos destinos turísticos¹²⁴ (Holloway, 1998).

Figura 13 - O ciclo de vida de um produto



Fonte: adaptado de Tocquer e Zins, 2004

¹²⁴ O conceito de ciclo de vida foi desenvolvido inicialmente por Crisaller (citado em Vieira, 2007), com a definição de três fases (descoberta, crescimento e declínio).

Por outro lado, autores como Haywood (1986), Cooper e Jackson (1989), Getz (1992), Cooper, (2002), adotam a proposta de Butler (1980), o qual identificou seis fases do ciclo de vida dos produtos (exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e declínio).

No fundo, a diferença entre as duas propostas de ciclos de vida radica na inclusão de uma fase de saturação entre a maturidade e o declínio, embora na prática a duração e o número de fases não seja fixa, variando de acordo com a influência de fatores diversos, como o tipo de setor, características do produto, estratégias seguidas, acontecimentos imprevistos, etc. Isto quer dizer que os produtos têm todos ciclos de vida diferentes, tal como se verifica nos destinos turísticos que têm tendências de evolução diferentes e são mesmo raros aqueles que permanecem constantes e imutáveis. Existem assim produtos que têm um ciclo de vida muito curto que por vezes nem chegam a entrar no mercado, outros crescem muito rapidamente mas também morrem muito rapidamente, contrastando com os que chegam a durar décadas.

O modelo de Butler (1980) considera ainda que determinados produtos passam do estado de maturidade não para o declínio, mas para um novo crescimento através de adaptações e renovação permanente dos elementos e de uma inovação¹²⁵ total – novo ciclo de vida do produto, para se colocar mais de acordo com as preferências do mercado. Se a fase de renovação não tiver sucesso, o futuro será um período de declínio que pode ser excessivamente prolongado. Um segundo cenário alternativo é para o prolongamento da vida do produto quando este não sofre alterações significativas, pois houve apenas uma inovação parcial dos elementos. O terceiro cenário que se coloca é o declínio, uma vez que não se consegue, nem a inovação, nem a manutenção do número de turistas, por exemplo (Figura 13).

A única maneira aparente para evitar que ambos os processos atinjam o seu fim (ciclo de vida do destino turístico e do produto turístico), é através de intervenções de regulação e de responsabilidade, aliadas à gestão, bem como à consciência de que qualquer elemento de mudança é inevitável para sobrevivência no turismo. É óbvio que este processo não ocorre por acaso, apenas pode ser o resultado de planeamento,

¹²⁵Veja-se a este propósito o conceito económico de inovação introduzido por Schumpeter, no Capítulo 1, na secção 1.2.3., com a identificação de cinco tipos de inovação. No caso do turismo a inovação pode ocorrer através da melhoria dos meios de transporte, nas formas de alojamento, na restauração, na ocupação dos tempos livres, na animação, na formação de recursos humanos qualificados, ou até na criação de um novo produto turístico, por exemplo.

consultas e da aplicação de estratégias específicas que, muitas vezes, implicam a adoção de novos modelos de desenvolvimento, novos produtos e renovações/manutenções cuidadas (cruzamento da herança e nostalgia com novos elementos da modernidade que introduzam qualidade, por exemplo).

Deste ponto de vista, o desenvolvimento e sustentabilidade a médio e longo prazo de um produto turístico supõe a integração de diversos elementos da oferta e a capacidade de inovação, através da formação de parcerias efetivas entre os diferentes agentes, nomeadamente as entidades públicas enquanto responsáveis pelos destinos turísticos e até co-produtores na criação de produtos turísticos (o Estado desempenha um papel fundamental em termos da criação de um quadro favorável ao nível financeiro, legal, administrativo e até informativo; e ao nível da gestão dos recursos turísticos, das infraestruturas associadas às acessibilidades, transportes e outros, e na prestação de serviços aos turistas, etc.)¹²⁶ e os promotores e operadores privados. Neste contexto, é fundamental a interação entre os diferentes agentes para identificar e responder às necessidades e preferências dos consumidores, as quais se alteram constantemente, bem como as alternativas que a concorrência vai apresentando.

2.3. Necessidades e motivações do novo turista

A orientação e a amplitude temáticas definidas nos estudos sobre o lazer e o turismo têm sofrido fortes reajustamentos nos últimos anos, justificáveis pela natureza sucessivamente mais diversificada das questões a tratar. Há que referir a crescente tendência de analisar os fundamentos que movem o novo turista, nomeadamente no plano das necessidades, motivações e processo de decisão sobre o consumo turístico.

No âmbito da literatura que versa o turismo, as motivações têm suscitado uma ampla e aprofundada reflexão, uma vez que desempenham um papel fundamental no funcionamento do sistema turístico. Foi com as transformações socioeconómicas, nas décadas de 70 e de 80 do século XX, ao nível dos instrumentos de comunicação, dos fluxos de bens, dos serviços e capitais e do funcionamento dos mercados, que se introduziram alterações significativas nos comportamentos e nas motivações dos consumidores turísticos das sociedades ocidentais, na medida em que, se passou de um

¹²⁶ Na perspetiva de Vanhove (2005), o setor público desempenha um papel estruturante ao estimular a inovação em turismo, traduzindo-se num aumento da competitividade do destino turístico e consequentemente um crescimento do turismo.

consumo em massa ou fordista (sequência do desenvolvimento económico do pós-guerra)¹²⁷ para um consumo diferenciado pós-fordista (Hughes, 2007). Esta transição teve reflexos no turismo, pois houve uma transição entre o designado velho turismo (*old tourism*), associado à estandardização e à criação de pacotes turísticos (eternamente idênticos a si próprios), para um turismo flexível, segmentado e personalizado, designado por Poon (1993) como novo turismo (*new tourism*). De facto, com o desenvolvimento da vida em sociedade, o ser humano vai desenvolvendo novas necessidades, sendo o exemplo das necessidades turísticas, que terá pouco mais de um século de existência (cf. secção 2.1.).

Como ponto de partida para esta abordagem, torna-se imprescindível questionar até que ponto será o turismo uma necessidade humana? Uma das formas mais óbvias de responder é interpretar conceptualmente necessidade, uma vez que é na maioria das vezes um conceito central nas diversas teorias das motivações em turismo, quer seja na área da sociologia e antropologia (Cohen, 1979; Dann, 1977, 2000), quer na área da psicologia social¹²⁸ e ambiental (Plog, 1974; Crompton, 1979; Iso-Ahola, 1982), mas também na área da geografia humana (Butler, 1999).

O princípio subjacente na interpretação das necessidades é que estas são a força que motiva o comportamento, pelo que a compreensão da motivação passa pela determinação das necessidades do ser humano e de como elas tendem a ser satisfeitas (Kotler, Armstrong, Saunders e Wong, 1999). De acordo com isto, torna-se imprescindível uma abordagem aos trabalhos de Maslow (1968) e, em particular, a conhecida pirâmide das necessidades, a qual consubstancia o modelo desenvolvido relativo à hierarquia de necessidades, podendo afirmar-se que esta abordagem constitui tanto uma perspetiva como um instrumento de análise que, ainda hoje, tem aplicabilidade nas diferentes esferas da vida, nomeadamente no turismo.

Segundo o modelo das necessidades humanas de Maslow, o indivíduo age em função da satisfação das necessidades, pelo que à medida que o ser humano vai progredindo na escala das necessidades, as motivações transferem-se, em cadeia, para os patamares de

¹²⁷ Veja-se a propósito das diversas mutações ocorridas no contexto da Revolução Industrial no capítulo 2, na secção 2.1.

¹²⁸ O primeiro modelo teórico da motivação turística foi desenvolvido por Plog (1973), sendo um dos mais discutidos na literatura, uma vez que procurou explicar as escolhas de destinos por parte dos passageiros das companhias aéreas através de uma abordagem psicográfica da personalidade e da motivação. Para tal, adotou a tipologia psicocentrismo/alocentrismo, em que os psicocêntricos eram os não aventureiros, inibidos, nervosos e alocêntricos os aventureiros e independentes, à procura de ver e fazer coisas novas e explorar o mundo.

nível superior da pirâmide¹²⁹ (Costa, 1996; Prentice, 2007). De um modo simples, podemos realizar uma divisão binária com a identificação de um conjunto de atividades obrigatórias para sua sobrevivência (comer, dormir e trabalhar), ao passo que existe um outro conjunto de atividades que podem ser exercidas à vontade do indivíduo (lazer, turismo e recreação) para manter níveis aceitáveis de bem-estar e de satisfação.

E é precisamente pela sua organização em torno de uma estrutura hierárquica ascendente e linear, que os teóricos do turismo aproveitaram os seus benefícios para construção das muitas teorias formuladas sobre a motivação turística (McIntosh, Goldner e Ritchie, 1995; Cooper, Fletcher, Wanhill, Gilbert e Sheperd, 2001; entre outros), apesar de algumas dúvidas em termos de generalização da teoria de Maslow, é, contudo, possível encontrar certas implicações no domínio do turismo.

Neste sentido, torna-se obrigatório questionar em que nível da hierarquia de Maslow é que aparecem as necessidades turísticas? A resposta a esta questão não é, contudo, evidente, aliás tem sido alvo de algumas controvérsias. Em regra, nas sociedades pós-modernas a pirâmide aparece, com frequência, invertida. Isto significa que os dois primeiros níveis de satisfação das necessidades elementares ou básicas estão assegurados (fisiológicas e segurança), pelo que o consumidor orienta as suas escolhas para satisfação de necessidades de nível superior, nomeadamente as necessidades turísticas (a viagem pode satisfazer uma necessidade de desenvolvimento e as férias no estrangeiro podem ser também a expressão de uma necessidade de pertença e de prestígio pois a escolha de um destino ou alojamento pode assumir-se como uma forma do indivíduo se valorizar e/ou afirmar no interior de um grupo, por exemplo). Contudo, torna-se difícil estabelecer, a partir daqui, o nível em que as necessidades turísticas se posicionam na hierarquia de Maslow, sendo indiscutivelmente uma necessidade relativamente recente na história do homem.

Na perspetiva de Matias (2007), por exemplo, esse posicionamento é variável segundo o conceito de turismo em causa, do momento histórico e ainda das características individuais e psicocêntricas de cada turista. O facto é que as transformações

¹²⁹ O indivíduo começa pelo nível inferior, como se sabe, com a satisfação das necessidades fisiológicas que estão associadas a sobrevivência do indivíduo (comer, dormir, trabalhar), evoluindo depois para as necessidades psicológicas relacionadas com a segurança (proteção, ordem, limites, estabilidade) pertença e de afeto (o desejo de ser aceite pela família, colegas de trabalho e outros grupos), as necessidades sociais ou de reconhecimento social (ser respeitado no interior do grupo e ter um certo estatuto, reputação/prestígio) e as necessidades de crescimento e/ou auto-realização (de crescimento e de realização pessoal), sendo este último o patamar máximo que um indivíduo pode perseguir (Costa, 1996).

económicas, sociais, demográficas, culturais e políticas, nas diferentes épocas da história, tal como já tivemos oportunidade de verificar, produziram forte influência no comportamento humano, tendo-se alargado na evolução das motivações subjacentes às viagens turísticas.

Ora, até meados do século XIX, os constrangimentos associados sobretudo à mobilidade das pessoas e ao rendimento disponível, impediu que uma das motivações humanas mais evidente se concretizasse, ou seja, as viagens outrora consideradas como um bem de luxo ou de acesso apenas possível às elites. Na atualidade, o panorama é completamente diferente, pois os progressos tecnológicos nos transportes (contínuo aumento da presença das companhias aéreas *low cost* no curto e médio curso, o desenvolvimento das acessibilidades e das soluções de transporte), a melhoria das condições de vida do ponto de vista económico e social e o desenvolvimento das tecnológicas de informação e comunicação (TIC) conduziram a uma crescente valorização do tempo livre e do espaço fora do quotidiano em detrimento do tempo de trabalho, motivado pelas necessidades turísticas¹³⁰. Segundo Marujo, Serra e Borges (2012), a tendência atual é para uma diversificação das motivações para viajar, combinando-se, numa mesma viagem, várias motivações e necessidades (uma viagem de lazer, recreação e lazer ou de trabalho/negócios pode combinar-se com uma visita a familiares e amigos, por exemplo)¹³¹.

Todavia, o processo de transformação de uma necessidade numa motivação, quer para visitar um destino específico quer para desenvolver qualquer outra atividade específica, é complexo¹³². Por um lado, o processo de motivação considera a necessidade do consumidor segundo a perceção daquilo que irá satisfazer essa mesma necessidade, e por outro, considera a atração a visitar, da qual o consumidor terá uma determinada perceção e/ou imagem¹³³ do destino que irá influenciar a motivação e, posteriormente,

¹³⁰ Veja-se a este propósito os trabalhos de Cravidão e Cunha (1991 e 1993); Simões (1993); Umbelino (1999); Gama & Santos (2008); entre outros.

¹³¹ O motivo da viagem é uma variável estruturante e imprescindível no desenvolvimento de estudos específicos para conhecer-se a procura turística. Uma variável considerada neste estudo aquando a aplicação do inquérito por questionário aplicado aos visitantes das Aldeias Históricas de Portugal.

¹³² No que respeita ao estudo da motivação aplicada à procura turística destacam-se autores como Mill e Morrison (1992:17), autores para os quais “a motivação ocorre quando um indivíduo pretende satisfazer uma necessidade” [tradução nossa] sendo que a viagem surge indiscutivelmente associada com necessidades e desejos do ser humano.

¹³³ De acordo com Marujo (2008) e Kotler, Bowen e Makens (2010) muitas das imagens dos destinos são fortemente influenciadas pelo uso que faz delas nos filmes, televisão, na música e pela sua associação a

afetar o tipo de viagem escolhida (Cooper, Fletcher, Wanhill, Gilbert e Sheperd, 2001). Assim sendo, poder-se-á dizer que um consumidor potencial não deve apenas reconhecer que tem uma necessidade, deve também perceber que produto particular a poderá satisfazer. Se bem que uma vez satisfeita a necessidade turística uma primeira vez, o efeito de memória leva a que, no futuro, as pessoas dificilmente abduquem de voltar a satisfazer a mesma necessidade, pelo que estão dispostas a fazer sacrifícios para poderem desfrutar, daqui depreendemos uma subida na hierarquia das necessidades de Maslow (Matias, 2007). Além disso, o homem é por natureza um ser insatisfeito, o qual, assim que satisfaz uma necessidade procura logo satisfazer uma segunda necessidade mais importante, de forma contínua e hierárquica.

Note-se, aliás, que o lazer e o turismo são atividades eminentemente exploratórias e sedutoras, geradas pela curiosidade, pelo desejo de novidade, pela procura de novos desafios que vão dando ao indivíduo a sensação de competência, de domínio sobre o ambiente, de interação social e de *status* e estima, ou seja, o turista moderno, quer ser diferente e procura ter experiências diferentes das dos outros turistas. É preciso, contudo, notar que até algum tempo atrás, o comportamento turístico era considerado pela maioria dos estudiosos como uma ação compensatória em relação à fadiga física e psíquica da vida moderna, provocada pelo ritmo automatizado das tarefas profissionais e ao *stress* urbano e industrial. Para Hughes (2007) o comportamento turístico não se baseia exclusivamente neste raciocínio, já que pode ser também motivado por desejos e aspirações da nova oferta de serviços e produtos que têm provocado uma alteração nos consumos turísticos – capitalismo do consumo. Significa isto que, a expansão da produção exige que o desejo do indivíduo se alargue para além das necessidades biológicas, até numa retórica de satisfação da vida através de um certo consumo histórico de bens e serviços, desencadeado pela sociedade de abundância e consumo¹³⁴, de informação e comunicação.

Estas novas motivações turísticas podem ser interpretadas com base no modelo *push-pull* da motivação (Dann, 1977, 1981; Crompton, 1979; Uysal e Hagan, 1993; Yoon e Uysal, 2005), uma abordagem largamente aceite pela comunidade científica para o

algumas celebridades. Por conseguinte, estas imagens dos destinos vão influenciar decisivamente a tomada de decisão para viajar.

¹³⁴ Veja-se a propósito Urry, J. (1990). *The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies*. London: Sage Publications.

estudo da motivação aplicada ao contexto turístico¹³⁵. Esta é uma abordagem simplista e intuitiva na explicação das motivações dos comportamentos dos turistas, nomeadamente na escolha da viagem e dos destinos, daí que considera a viagem como uma resposta a algo que falta ou se deseja. Esta proposta baseia-se na distinção entre as forças que motivam as pessoas a viajar (*push motivations*) e aquelas que as atraem para um determinado destino turístico (*pull motivations*) (Crompton, 1979). Segundo a teoria *push and pull factors*¹³⁶ as pessoas viajam empurradas por fatores internos (*push*) associados a desejos de evasão, descanso/relaxamento, aventura, saúde, prestígio, interação social, para visitar família ou amigos, para fugir da rotina ou na procura de experiências autênticas, entre outros. Por sua vez, o destino possui atributos que consegue atrair as pessoas a viajar, alguns desses fatores externos (*pull destination*) encontram-se associados a atratividade do destino, nomeadamente com os seus recursos tangíveis (património e cultura, paisagem, experiências com as gentes locais, gastronomia, entre outros) e até alguma expectativas face à experiência no destino criada pela imagem de *marketing* (Uysal e Jurowski, 1994).

Segundo Bacal (2003), as necessidades humanas são geradoras dos denominados “motivos de deficiência” os quais visam o afastamento e/ou corte por um período limitado do ambiente normal do quotidiano (fugir de problemas, sair da rotina, descansar, sair da poluição e sentir-se livre), uma vez que o seu principal objetivo é o equilíbrio físico e psicológico do indivíduo (turista)¹³⁷. Nesta linha situam-se as chamadas férias de “*short-breaks*” com uma duração de um a três dias e que envolvem pelo menos a estada de uma noite fora da residência habitual, sobretudo em pequenas pausas de fins-de-semana prolongados. Refira-se que este tipo de práticas turísticas, que constituem uma opção crescente na opção do tempo livre, são muito orientadas para o mercado interno (turismo doméstico), pese embora a crescente oferta turística de programas de viagens internacionais de curta duração, por exemplo, os *city breaks*; e para um aumento das férias secundárias fora da época alta (repartição de férias ao longo

¹³⁵ O modelo *push-pull* tem sido largamente utilizado para inúmeros estudos da motivação, quer na análise separada dos fatores, quer na análise de ambos os fatores.

¹³⁶ Esta abordagem conceptual aplicada ao turismo permite compreender as motivações que explicam o comportamento dos turistas de se afastarem do espaço habitual/quotidiano e de sentirem atraídos pelos destinos (Dann, 1977, 1981).

¹³⁷ Veja-se que vários autores, tais como Cohen (1979), Crompton, (1979), Dann, (1977, 1981, 2000), Krippendorf (1987), Iso-Ahola (1982, 1999), têm desenvolvido diversos trabalhos para identificar as motivações turísticas, sendo que na generalidade das abordagens são, frequentemente, identificadas: a novidade, o descanso, o afastamento do ambiente diário, a descoberta de si próprio, a liberdade, a socialização, o prestígio e o alargamento dos conhecimentos/educação.

do ano com a diminuição das férias grandes), nos últimos anos. Por outro lado, os desejos já configuram sentimentos de ambição e de crescimento, de atração e de impulso, suscetíveis de gerar prazer, bem-estar, auto-realização e satisfação, razão pela qual pressupõem comportamentos baseados em “motivações de excesso” e/ou desejo (Bacal, 2003), por exemplo, formas de diversão, atividades desportivas/aventura e de contacto com a natureza, conhecer novos lugares e pessoas, visitar exposições e locais de interesse cultural, entre outros.¹³⁸. Estes princípios apontam para uma segmentação da procura turística mais diversa e complexa por força do alargamento das motivações tradicionais, fomentando a emergência de um novo turista com necessidades diferentes, que realiza escolhas múltiplas e complementares.

É no final dos anos 80 e início da década de 90 do século XX que surgem as primeiras referências na literatura para a emergência de um novo tipo de turista e de um novo turismo, através de Krippendorf (1986) e Poon (1993, 2003). Para estes autores, o novo turista define-se segundo as seguintes características:

(i) é cada vez mais informado e exigente relativamente ao que consome, pelo que recolhe toda a informação possível sobre o produto que pretende adquirir (prepara-se para viajar), daí que quando escolhe o(s) destino(s) já é conhecedor do(s) mesmo(s) não se deixando enganar por falsas promessas – consumidor crítico e informado sobre os seus direitos como consumidor (mais independente e avalia previamente os produtos turísticos);

(ii) utilizador das novas tecnologias de informação e comunicação que ajudam na personalização da oferta (utilização de plataformas digitais para consulta de informação para escolher o destino, organizar a viagem, fazer compras de produtos turísticos e reservas com pagamentos diretos via internet)¹³⁹;

(iii) é mais consciente nas suas aquisições, na medida em que, nem sempre se orienta pelo mais baixo preço, aliás prefere o consumo de produtos de alta qualidade com notoriedade e prestígio, que conferem *status*, e a busca mais do que da

¹³⁸ Sublinhe-se o estudo explicativo de Leiper (2004) que considera que são vários os fatores que motivam as pessoas a tornarem-se turistas, mas acima de tudo refere que normalmente os turistas são motivados por duas ou mais necessidades.

¹³⁹ Segundo Keller (2006) o turismo foi uma das primeiras áreas da economia a adotar as novas tecnologias de informação e comunicação, tendo provocado um forte impacto ao nível do *marketing*, na distribuição do produto turístico e na diversificação de um conjunto renovado de serviços que se caracterizam por uma maior eficiência, qualidade e flexibilidade.

qualidade, da excelência (crescente possibilidade de comparação de preços e produtos);

(iv) preocupa-se com as questões ambientais, culturais, étnicas e com as necessidades das pessoas ligadas ao destino (procuram operadores e produtos onde essa preocupação esteja presente) – turismo sustentável¹⁴⁰ –, ou seja, quer fazer turismo de forma responsável sem colocar em causa a cultura, o ambiente e a comunidade local que visita;

(v) valoriza e procura conhecer a origem e o ciclo dos produtos que consome e dos serviços que lhe são prestados;

(vi) revela-se mais modesto e versátil, na medida em que, procura e adaptar-se aos lugares e às pessoas revelando maior abertura para apreender e para adquirir experiências com a cultura dos autóctones, pelo contacto direto e alicerçado no respeito mútuo pelos povos, culturas e ambientes naturais (motivado para a aprendizagem e auto-realização); valoriza a oferta da diversidade, da autenticidade e de experiências únicas e personalizadas, procurando sempre descobrir novos destinos e novas experiências, como aquelas que permitam a prática do turismo de natureza, cultural, ativo, entre outros – segmentação da procura e da oferta;

(vii) é mais individualista e procura ao longo da viagem testar os seus limites e conhecer-se a si próprio (férias ativas e a vivência de emoções novas), mas também tende a valorizar e a encontrar a felicidade nas pequenas coisas e nas relações com os outros (residentes e turistas).

Perante estes princípios, acentua-se a ideia de que o novo turista é muito independente, experiente e exigente (as experiências de viagens anteriores influenciam as opções de viagens futuras), uma vez que opta com maior frequência por um turismo personalizado, autêntico e de maior qualidade, pelo que se observa a procura acrescida por produtos turísticos à medida – segmentação do consumo. Em resultado da evolução e alteração dos gostos, das necessidades e das preferências, surge o desejo sempre renovado de conhecer novos destinos cada vez mais temáticos e idealizados (um certo colecionismo

¹⁴⁰ Alguns autores como Mowforth e Munt (citados em Hughes, 2007) designam o novo turista como “egoturistas”, uma vez que procuram no ambiente um tipo de turismo alternativo ao seu estilo de vida, numa competição de singularidade pessoal, colocando em risco a sustentabilidade dos destinos que visitam. No entanto, como argumenta Krippendorf (citado em Hughes, 2007:563), “o turista é um agente despreocupado, mas ignorante”, nas consequências das suas ações no ambiente, uma vez que ninguém lhe explicou que é responsável pelos efeitos das suas ações.

de destinos), o desafio de viver experiências únicas, verdadeiras e memoráveis com base em atividades e temas distintos que os atores do destino turístico devem proporcionar – novos produtos turísticos, promovendo a diversificação da oferta turística, “deslocando-se para locais aprazíveis e com pouca densidade turística” (Correia e Carvalho, 2010:119).

Neste âmbito, será interessante perceber como os territórios rurais se estão adaptar aos novos padrões de consumo que emergem com o novo turista e com o novo turismo, designadamente na modelação da produção turística.

2.4. Novos produtos e novos destinos turísticos: o papel das redes no desenvolvimento de destinos rurais

Os novos comportamentos e hábitos de consumo turístico que emergem com o novo turista colocam novos desafios ao sistema turístico em matéria da estruturação da oferta e em termos da configuração de novos lugares e destinos turísticos¹⁴¹ como, por exemplo, os territórios rurais de baixa densidade. Uma das principais evidências é para a crescente necessidade de produtos turísticos mais diversificados e personalizados e de uma tendência generalizada para a escolha de novos destinos turísticos que promovam a diferença.

Estas novas tendências têm vindo a evoluir para novos segmentos de mercado como consequência da alteração dos estilos de vida, preferências e interesses do novo turista, traduzindo-se numa procura turística cada vez mais exigente, segmentada e em constante mudança. Decorrente desta mutação, constata-se um aumento significativo na procura de novos tipos de ambientes, como é o caso do designado *slow tourism*, que se apoia em princípios antagónicos ao turismo de massas ou *fast food* (Harvey, 1989; Weiermair e Mathies, 2004; Conway e Timms, 2010).

O movimento *slow tourism* surge nos anos 80 e 90 do século passado em Itália, associado a outros dois movimentos, o *slow food* e o *slow cities* (Fullagar, Markwell e Wilson, 2012). Estes dois movimentos emergem como oposição aos fenómenos das sociedades ocidentais, como é o caso da corrente associada ao *fast food* e *fast travel*,

¹⁴¹ Veja-se a definição de Leiper (citado em Harrill, 2009:449) que considera o destino turístico como “um lugar que um viajante escolhe para visitar para uma estadia de pelo menos uma noite, a fim de experimentar alguma particularidade ou característica do lugar percebido como uma experiência gratificante do tempo de lazer” [tradução nossa].

que encoraja o consumo (restaurantes McDonald's), o crescimento descontrolado e o incentivo de viagens frequentes (Honoré, 2004; Conway e Timms, 2010). O movimento *slow* defende como alternativa um retorno às origens gastronómicas de cada região, uma aposta no consumo de produtos da época e num contacto e respeito pelo produtor com a redução dos intermediários (distribuidores).

De certa forma, estes princípios foram adotados para outras áreas como o turismo, onde o movimento *slow tourism* procura suprimir o velho turismo de massas ou *stressante*, baseado em pacotes turísticos estandardizados e massificados – o tradicional *package* completo, da segunda metade do século XX, o qual tem provocado problemas a nível sociocultural e ambiental, daí que se defende a aplicação destes princípios nas formas de turismo mais massificadas no sentido de reabilitar destinos e produtos turísticos (Fullagar, Markwell e Wilson, 2012). Este movimento defende, igualmente, uma intensificação e valorização da vivência entre o indivíduo e o meio, apesar da utilização de tecnologias para a obtenção de informação, mas também a descoberta de destinos desconhecidos e a adoção de práticas ecológicas e, conseqüentemente, a conquista de novos mercados (Timms e Conway, 2012).

Para além de surgir fortemente associado aos *factors motivations (push and pull motivations)*, o *slow tourism* é acima de tudo uma nova forma de interpretar o turismo e aproveitar o tempo livre, por via de um desfrute mais lento e tranquilo, porém, mais profundo e autêntico dos diferentes atributos de um destino, pelo que é algo transversal a todas as modalidades de fazer turismo (Weiermair e Mathies, 2004). Esta nova tipologia de turismo procura dar resposta a um segmento crescente em clara expansão que busca uma maior qualidade na experiência turística (Lumsdon e McGrath, 2011), com predominância para o descanso e recuperação, o contacto com a natureza, a interação com a população local/hospitalidade, o património cultural, a gastronomia local (procura do que é nativo), o que faz com que se procurem novos cenários e novas práticas em territórios e comunidades tradicionais – de pequena escala, por oposição aos tradicionais locais de turismo de massas e ao tradicional produto turístico de sol e mar (Poon, 1993, 2003; Lumsdon e McGrath, 2011).

De alguma forma, o *slow tourism* pode constituir uma alternativa para alguns territórios rurais de baixa densidade, permitindo atenuar alguns dos seus problemas de desenvolvimento associados a constrangimentos de natureza económica e sociodemográficos (Ilbery e Saxena, 2011), com o aproveitamento dos recursos locais

para o desenvolvimento de novos produtos turísticos em algumas modalidades, como o turismo de natureza, o turismo cultural, o turismo rural, o turismo gastronómico, os quais aparecem melhor posicionados para responder aos critérios do *slow tourism* (Weiermair e Mathies, 2004).

Neste sentido, considera-se o movimento *slow* como um produto potencial de desenvolvimento do turismo em Portugal, aproveitando-se o atual crescimento do setor¹⁴², as novas procuras turísticas baseadas em experiências únicas e acima de tudo nos ativos territoriais desaproveitados ou em risco de degradação, com capacidades para dar lugar a novos produtos ou à renovação dos já existentes, contribuindo para a revitalização das áreas rurais. Eusébio e Kastenholz (2011), no âmbito do estudo que realizaram sobre o perfil e o comportamento dos turistas que utilizam as unidades de Turismo em Espaço Rural (TER)¹⁴³ para pernoitar na Região Centro, assinalam que existe um interesse crescente e renovado pelos destinos rurais, onde procuram conhecer a história e a cultura destes territórios, bem como contemplar e desfrutar de ambientes calmos e em contacto com a natureza. Na opinião de Correia e Carvalho (2010), estamos perante territórios com especificidades e condições para o desenvolvimento e crescimento da atividade turística, nos quais, a escala e localização se distingue dos produtos e dos destinos tradicionalmente explorados e massificados, como é o caso do turismo balnear.

Por esse motivo, as áreas rurais têm sido alvo de diversas políticas e instrumentos de desenvolvimento adequadas nesse sentido, como se constata pelos diversos programas e projetos de intervenção e reconversão dos espaços nacionais – territórios de baixa densidade –, sendo o caso da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, da Rede das Aldeias do Xisto e da Rede das Aldeias Vinhateiras – construção de redes territoriais. Em todos os casos, as intervenções procuraram promover o desenvolvimento dos territórios, com base na valorização de novas utilizações e funções dos territórios rurais,

¹⁴² Segundo dados oficiais do Turismo de Portugal, em termos de receitas turísticas Portugal ocupa na atualidade o 9.º lugar na UE28 (cerca de 2,5% do total das receitas turísticas internacionais), e o 26.º lugar no *ranking* mundial (cerca de 1,0% a nível mundial). Em 2014, as receitas geradas pelo turismo internacional em Portugal atingiram os 10,4 mil milhões de euros (+12,4%, ou seja, mais de 1,1 mil milhões de euros do que em 2013), representando 6% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional, e as receitas turísticas representaram 14,8% do total de exportações de bens e serviços e 45,6% das exportações de serviços, o que ilustra a importância do sector para a sociedade e economia portuguesa. No mesmo ano, o número de dormidas em hotelaria global ascendeu aos 46,1 milhões de euros, com um crescimento de 4,6 mil milhões (+11%) face ao ano de 2013 (70% corresponderam a residentes estrangeiros), tendo a Região Centro registado 5,5 mil milhões de dormidas (TP, 2013; 2015).

¹⁴³ Segundo Grolleau (citado em Sharpley, 2007), um quarto da população europeia, passa o principal período de férias no campo.

nomeadamente a atividade turística. De uma forma geral, as intervenções assentaram numa lógica de proteção e valorização dos recursos locais através da construção de novos produtos turísticos, com base no património natural e cultural, construído e imaterial, no sentido de revitalizar as economias locais e responder às novas procuras turísticas¹⁴⁴.

Estas novas tendências requerem, no entanto, uma nova forma de estruturação, gestão e planeamento dos produtos e das zonas rurais, anteriormente voltadas para funções agrícolas, pressupondo uma visão estratégica, colaborativa e coordenada entre as políticas públicas e os diferentes atores públicos e privados e que se traduz na adoção de um modelo de governança eficiente¹⁴⁵. Embora se saiba que as especificidades intrínsecas da atividade turística ou de lazer, particularmente o seu carácter transversal e multidisciplinar, faz com que as relações entre os atores que intervêm num destino turístico sejam complexas e difíceis de gerir (Buhalis, 2000), pelo que as dificuldades aumentam quando se trata de territórios rurais de baixa densidade.

De acordo com Scott, Baggio e Cooper (2008), entre os diferentes modelos de governança existentes, destacam-se as redes (amplamente referidas na literatura científica que versa a teoria das redes no setor do turismo)¹⁴⁶, com vantagens evidentes no âmbito dos destinos turísticos, na medida em que envolvem uma multiplicidade de atores (múltiplas relações comerciais e pessoais entre empresas, operadores e comunidade, etc.), que numa lógica de rede, têm de cooperar a diferentes níveis. Estas redes assumem particular importância no crescimento e desenvolvimento dos destinos,

¹⁴⁴ Estes recursos encontram-se referenciados no Plano Estratégico Nacional do Turismo (2007), um documento que tem servido como ferramenta de trabalho para a atividade turística em Portugal, quer ao nível de orientação de políticas públicas em turismo, quer ao nível de orientação para os empresários e investidores em termos de estruturação da oferta turística segundo as suas linhas estruturantes. Esta estratégia foi estruturada para o período horizontal de 2006-2015, com base em cinco eixos de intervenção, a saber: “Território, Destinos e Produtos; Marcas de Mercados; Qualificação de Recursos; Distribuição e Comercialização; e Inovação e Conhecimento”, com a definição de onze projetos de intervenção específicos. No caso do primeiro eixo, considerou-se que os produtos turísticos com potencialidade de crescimento na Região Centro são o *Touring* Cultural e Paisagístico (rotas arqueológicas e de património histórico e artístico) e o Turismo de Natureza, completados por outros quatro produtos: *Resorts* Integrados/Turismo Residencial (*city break*), Golfe, Saúde e Bem-Estar e Gastronomia e Vinhos (TP, 2007).

¹⁴⁵ Veja-se a este propósito no capítulo 1, secção 1.7..

¹⁴⁶ As referências a teoria das redes no sector do turismo surgem na literatura científica da especialidade na década de 2000, associadas ao reconhecimento que as relações entre as empresas podem estimular a aprendizagem inter-organizacional e a troca de conhecimento e informação, traduzindo-se em benefícios para as empresas, comunidades e destinos (Morrison, Lynch e Johns, 2004), mas também surgem associadas a estudos de explicação da importância do turismo no desenvolvimento regional e local (Scott, Baggio e Cooper, 2008), por via das diversas aplicações no sector do turismo, nomeadamente na organização, gestão e planeamento dos destinos turísticos, na governança e políticas públicas ou estudo do comportamento do turista (Stokowski, 1992; Lynch e Morrison, 2007; Breda, Costa e Costa, 2006).

especialmente em territórios rurais de baixa densidade, onde os promotores locais, na sua generalidade de pequena dimensão têm dificuldades de comercialização da sua oferta no mercado consumidor (Cai, 2002; Fyall e Garrod, 2005), facto que se deve, normalmente, à sua dispersão geográfica, à escassez de recursos financeiros e humanos e à sua fraca articulação na partilha destes últimos.

Para assegurar a oferta de um produto global e integrado, os destinos devem adotar uma abordagem de gestão específica, diferente da que é utilizada em produtos tradicionais e seguida até ao momento na globalidade dos destinos turísticos rurais. Neste sentido, a colaboração mútua, a partilha de objetivos comuns e a conjugação de esforços entre os diferentes atores (públicos e privados) e a participação da comunidade local em ações estratégicas comuns, pode reduzir as dificuldades de comercialização e torná-los capazes de utilizar os recursos locais de forma mais eficiente (Clarke, 2005), o que pode ser a solução para os destinos turísticos rurais como as Aldeias Históricas de Portugal, por exemplo. Assim, a adoção de um sistema de governança em rede nos territórios rurais, requer a participação informada e responsável da comunidade local, porque o envolvimento desta no processo de gestão e planeamento do turismo, pode acrescentar valor, não só para os produtos turísticos como também trazer alguns benefícios para os destinos turísticos que permitem, em muitos casos, ultrapassar os problemas já referenciados, através da conservação dos recursos naturais; o desenvolvimento de canais de distribuição e estratégias de marketing; a melhoria da qualidade dos produtos, serviços e processos; a qualificação dos recursos humanos; e fomento do investimento (Rodrigues, Kastenholz e Rodrigues, 2007), com consequências diretas em termos de aumento das competências coletivas da própria rede.

Na verdade, uma das principais razões para o insucesso e desaparecimento das redes, segundo um estudo desenvolvido por Cristóvão, Medeiros e Melides (2011), em termos da Rede das Aldeias Vinhateiras é o fraco ou inexistente envolvimento das comunidades e dos seus atores nos processos de intervenção, na medida em que, assentam em lógicas de “fora para dentro” e de “cima para baixo”, devendo ser explorada como alternativa a adoção de metodologias participativas.

Apesar das dificuldades e constrangimentos na implementação de modelos de governança em rede nos destinos turísticos rurais¹⁴⁷, o que é certo que podem servir

¹⁴⁷ Para além das dificuldades e constrangimentos identificados no capítulo 1, secção 1.7., é possível no âmbito dos estudos em turismo, acrescentar outras causas para o insucesso e dificuldade de implementar

como uma importante ferramenta para estimular a aprendizagem coletiva e o intercâmbio, através de um aumento do fluxo de informação e troca de experiências entre os atores envolvidos na rede, ou até entre outras redes, numa perspetiva horizontal, contribuindo para um novo modelo de trabalho que possibilite a dinamização da rede através do aproveitamento e valorização das potencialidades do território para o desenvolvimento de novas ofertas turísticas capazes de responder às novas procuras turísticas (Morrison, Lynch e Johns, 2004; Lynch e Morrison, 2007).

Poder-se-á concluir, pelas considerações analíticas, que as ligações em rede nos destinos revelam-se de enorme importância, quer em termos de aproveitamento e gestão dos recursos locais, quer em termos da organização da oferta turística, sendo fundamentais no equilíbrio do sistema turístico. Neste sentido, parece-nos importante a existência de um planeamento turístico integrado a longo prazo, evitando que o turismo de hoje se transforme amanhã no principal inimigo dos territórios rurais.

2.5. Considerações finais

O capítulo que agora termina destaca bem a importância atual do fenómeno turístico na sociedade contemporânea, apesar da sua longa história e do facto de um número reduzido de pessoas terem viajado até terras distantes desde há séculos, o turismo só adquiriu as características básicas que o definem atualmente, no decurso do século XVIII e XIX, através do *Grand Tour* e das viagens impulsionadas por Thomas Cook. Contudo, o turismo enquanto atividade descoberta pelo homem (turista), só ganhou visibilidade universal quando passou a ter uma expressão significativa de âmbito económico, social e cultural, em pleno século XX, com o progresso tecnológico, económico e social registado pelo mundo ocidental. Para compreensão da evolução do fenómeno turístico apresentaram-se alguns conceitos centrais relacionados com ele, até para contextualização do nosso campo de estudo em termos de conceitos aplicáveis, contudo, não é uma tarefa fácil dada a sua natureza transversal, acabar por incorporar diferentes conceptualizações de vários domínios de conhecimento.

processos de gestão de redes, entre as quais: a indefinição exata dos atores pertencentes à rede e dos seus limites geográficos; a dificuldade de enquadramento deste tipo de estrutura nos sistemas institucionais e legais existentes; e a inexistência de meios para medir os benefícios destes processos para os destinos turísticos (Morrison, Lynch, Johns, 2004; Dredge, 2006).

Ao longo dos anos, desenvolveram-se uma variedade de modelos para interpretação do sistema turístico, os quais evidenciam que o turismo é um fenómeno complexo e multidisciplinar. Estes modelos reconhecem que o turismo envolve diversas componentes, entre as quais se destaca a procura e a oferta turística, sendo evidente nas diferentes propostas como ambas evoluíram e se ajustaram mutuamente ao longo de tempo, e como se foram moldando às novas tendências do homem contemporâneo.

Como foi notado anteriormente a emergência de um novo turista e de um novo turismo, implica uma rutura com o passado e desafia o sistema turístico, na contemporaneidade, a responder às novas necessidades e aos novos desejos e a tornar-se mais organizado, estruturado e segmentado para oferecer novos produtos que satisfaçam o novo turista. A ideia de novo turista está associada não só a questão de novas motivações turísticas, como também à emergência de novas tendências na procura turística - *slow tourism*, indiscutivelmente associado a novas modalidades e destinos turísticos em ambientes distintos do tradicional turismo de massas. Deste modo, o turismo pode constituir uma alternativa e ser pretexto para a revitalização socioeconómica de alguns territórios rurais de baixa densidade, pelo envolvimento dos diferentes atores do sistema (público-privados e comunidade local) no processo de desenvolvimento de novos destinos turísticos, pelo incremento de um novo modelo de governança em rede, que garanta a sustentabilidade nos processos.

A existência de redes poderá contribuir para o desenvolvimento de novos destinos turísticos associados a novas procuras turísticas, mas a rede, por si só, nada garante, a promoção destes processos só se consegue a partir da vontade e ação concertada e convicta de que, através de uma ação estratégica e participada dos atores (internos e externos ao sistema), é possível proceder à mudança orientada para um futuro desejável dos territórios rurais de baixa densidade.

Contudo, face ao crescente número de propostas de desenvolvimento turístico delineadas e implementadas em territórios rurais de baixa densidade como é o caso da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, torna-se necessário que o desenvolvimento de novos destinos turísticos seja feito de forma planeada a longo prazo, no sentido de garantir a sustentabilidade do território.

Neste sentido, procuraremos refletir sobre a importância do planeamento no desenvolvimento turístico no capítulo seguinte.

3. O planeamento estratégico territorial participado como instrumento de apoio ao desenvolvimento turístico

3.1. Conceitos gerais, definições e tipologias de planeamento

Apesar da ação de planificação existir desde o momento que o homem vivendo em sociedade decide a utilização dos seus recursos¹⁴⁸, planeamento da atividade humana, com vista à prossecução de objetivos específicos em prazos bem determinados, ainda assim, é difícil definir o que é o planeamento. Em consequência das diversas experiências, aplicações e usos nos diferentes campos disciplinares e de uma certa indefinição que o percurso histórico originou. Mintzberg (1994) refere que entre as dificuldades de definição deste conceito, encontram-se as múltiplas utilizações que o transforma num centro de confusões conceptuais.

O primeiro aspeto que importa considerar é que os conceitos de planeamento e de plano¹⁴⁹ encontram-se inseridos na atividade que consiste em planear, associada à necessidade de se intervir sobre determinada realidade socioeconómica ou sobre alguma das suas múltiplas vertentes como, por exemplo, o turismo; e, também à necessidade de racionalizar a utilização de todos os recursos disponíveis (recursos naturais, humanos e financeiros) de um território ou comunidade, assim como otimizar investimentos (tempo e dinheiro) para alcançar determinados objetivos.

De entre as muitas definições de planeamento, destaca-se a definição apresentada por Inskip (1991:25), para quem planear “é organizar o futuro para atingir determinados objectivos” [tradução nossa]. Convergente com esta definição está Hall (1992) quando considera que planear é uma sequência ordenada de operações, definidas para conduzir e se atingir um determinado objetivo e um certo equilíbrio entre vários objetivos.

Mintzberg (1994), por outro lado, opta por sistematizar um conjunto de ingredientes associados ao conceito de planeamento. O que, em seu entender, planeamento “é pensar

¹⁴⁸ O planeamento não é uma ciência ou atividade recente, ainda que alguns autores como Guerra (2002) apontem as primeiras experiências de planificação na Rússia em 1917-1921, como se terá oportunidade de constatar na próxima secção 3.2.. No entanto, podemos encontrar diferentes ações de planeamento em todas as civilizações humanas e períodos históricos mais remotos, tais como o Crescente Fértil, Maya, Grécia Antiga, Império Romano, ou em períodos mais recentes como o Renascimento e o Barroco (Costa, 1996, 2003; Brito e Silva, 2005).

¹⁴⁹ Refira-se que são várias as confusões que se desenvolvem entre o conceito de planeamento e o conceito de plano. O plano é um instrumento que vai operacionalizar todo o processo de planeamento, traduzindo-se num documento que exprime as decisões, orientações e metodologias, na medida em que especifica os *inputs* necessários para atingir os objetivos desejados.

o futuro”, “é agir sobre o futuro” (não apenas pensar o futuro mas agir sobre ele, criar o futuro), “é tomar decisões” para atingir os objetivos fixados, é um plano integrado de decisões (carácter inter-relacional das decisões organizadas de forma funcional), daí que o planeamento é um procedimento formalizado para produzir um resultado articulado sob a forma de um sistema integrado de decisões tomadas numa organização (Mintzberg, 1994:22-29). Gunn (1988), por sua vez, considera que o planeamento é uma atividade política, e por isso, deverá ser estratégico e integrador, orientado para a ação, proactivo e contínuo. Já Godet (1993) caracteriza o planeamento numa ótica mais prospetiva, uma vez que o define como um processo que visa conceber um futuro desejado, sendo necessário reunir meios de forma a conseguir-se atingir os objetivos finais. Myres (2001) sublinha, neste contexto, que um dos principais propósitos do planeamento é tomar decisões, no presente, que conduzam a atividades futuras no sentido de proporcionar melhorias em benefício de uma determinada comunidade.

O planeamento, segundo Dredge (1999) e Ruschmann (2007), pode ainda ser entendido como um processo que tende a estabelecer uma visão estratégica para uma determinada área com base nos objetivos propostos pela comunidade e de o implementar através da identificação de padrões preferenciais do uso do território e numa perspetiva de sustentabilidade do desenvolvimento, traduzindo-se na satisfação das necessidades e desejos da própria comunidade. Arthur Anderson e Co (citado por Padioleau, 1990) corrobora e utiliza estes elementos integrantes do conceito na aplicação ao setor público, pois fala em construir o melhor futuro possível para as cidades e coletividades locais, dando particular ênfase à envolvente interna e externa quer ao nível das forças e debilidades quer ao nível das ameaças e oportunidades, bem como na adoção de procedimentos sistemáticos e acompanhamento de ações.

Outros autores, como Mill e Morrison (1992), Gartner (1996) e Gunn e Var (2002), definem o planeamento já numa perspetiva mais focalizada no turismo, explicitando que se trata de uma forma de antecipar as consequências e apontar caminhos alternativos de ação, representando o único caminho que permite usufruir das vantagens desta atividade, sendo necessário, para isso, que seja estratégico, integrado, orientado para a ação, pró-ativo/dinâmico e contínuo.

Destas definições facilmente se percebe que, apesar das diferentes conceções, o planeamento é um processo que consiste em conceber um futuro desejado, intervindo de forma permanente e ativa, não estática, e que supõe uma sequência de atos decisórios

interdependentes, ordenados de forma funcional e baseados em conhecimentos técnicos e científicos que se refere, ao mesmo tempo à conceção com a máxima aproximação possível, dos acontecimentos futuros e pré-determinação das ações (intervenção) que deverão ser desenvolvidas. Por outro lado, trata-se de um processo que tem de ser participado, na medida em que, o seu sucesso depende do empenhamento coletivo dos interessados e da boa relação entre os atores envolvidos ao longo de todo o processo de tomada de decisão, numa perspetiva de compromisso. Assim sendo, o processo de planeamento pode ser igualmente encarado como um modelo de gestão de comportamentos coletivos e individuais, com uma missão (quem somos e porque existimos), com valores (em que acreditamos), com uma visão (o que queremos ser) e com uma estratégia (que resultados queremos alcançar).

Realça-se, no entanto, que não existe uma única forma de proceder ao planeamento, podendo distinguir-se vários tipos de planeamento definidos segundo os mais variados critérios, entre os quais é possível destacar: o **âmbito ou nível geográfico/escala do território** (onde se aplica), o **período de atuação** (durante quanto tempo) e o **conteúdo programático** (planear o quê, para quê, para quem), daí que a seleção do tipo de planeamento deverá ser feita segundo a situação concreta sobre a qual se pretende atuar (o turismo, o desenvolvimento económico nacional ou regional, o uso e a ocupação do território, etc.) e de acordo com a natureza das entidades e organismos que aplicam o processo de planeamento (entidades públicas, privadas ou mistas) (Arriagada, 2002; Valls, 2003; Vieira, 2007). Importa referir que, por vezes, os planos mais flexíveis permitem o ajustamento permanente durante a sua execução, à medida que se vão conhecendo os desvios dos períodos recentes.

Em relação ao **âmbito geográfico** e aos níveis de intervenção governamental, o planeamento pode ser classificado segundo diferentes escalas do poder territorial particularmente adequadas para a viabilização dos objetivos a alcançar. A hierarquia das escalas de planeamento encontra-se tradicionalmente dividida em quatro níveis: *internacional*, inclui o planeamento das acessibilidades, a definição de políticas comuns entre países ao nível da ocupação do território ou na área do turismo (envolvência de vários países na definição de medidas de proteção do ambiente, por exemplo) ou na promoção de destinos num contexto territorial alargado; *nacional*, inclui a definição do enquadramento geral para o desenvolvimento e a definição de políticas nacionais em articulação com as de nível internacional, por exemplo, para o setor do turismo com o

envolvimento do governo central, organismos do poder central, grandes empresas públicas e privadas, associações empresariais, entre outras; *regional*, inclui a definição de políticas e estratégias de desenvolvimento regional em consonância com as de nível nacional como, por exemplo, o planeamento de infraestruturas de transportes regionais, o ordenamento do território e a tipologia e localização de alojamento turístico, pelo que envolve o governo regional, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, as associações empresariais regionais, entre outras; e o nível *local* direcionado para lugares e pontos mais específicos como destinos turísticos, uma praia, uma aldeia, uma cidade, entre outros (pode incluir estudos de conservação de ocupação do território ou requalificação do espaço, etc.), onde são operacionalizadas e concretizadas as políticas e estratégias definidas nos níveis anteriores e poderá envolver as câmaras municipais, as empresas municipais, a população local, as empresas de animação turística, os agentes da hotelaria e da restauração, entre outros. (Inskeep, 1991; Cooper, Fletcher, Wanhill, Gilbert e Sheperd, 2001; Valls, 2003; Vieira, 2007).

Em relação ao prazo e/ou **período de tempo de atuação**, consideram-se três tipos de planeamento que se estabelecem devido à existência de problemas que pela sua natureza se tornam solucionáveis num maior ou menor espaço de tempo: de *curto prazo*, regra geral têm uma duração média de um ano a dois anos, embora possam ser trimestrais ou semestrais, são geralmente planos e programas operacionais que resultam das orientações traçadas pelos planos de médio e longo prazo; de *médio prazo*, têm geralmente uma duração média entre dois anos a cinco anos, e são planos táticos que permitem a resolução de conflitos surgidos entre as linhas de orientação traçadas pelos planos de longo prazo; de *longo prazo*, têm na maioria das vezes uma duração que se situa entre os dez e os vinte anos (varia de território para território), e são planos estratégicos que permitem a definição de estratégias de desenvolvimento que implicam mudanças de fundo no sistema (planos para seleção de projetos e atribuição de recursos, por exemplo) (Valls, 2003). É de referir que no caso do desenvolvimento turístico o tipo de planeamento usado é quase sempre de médio/longo prazo, pois, inclui geralmente ações que se desenvolvem durante muitos anos.

Em relação aos **conteúdos programáticos** e/ou nível de atuação, Arriagada (2002), enumera três tipos de planeamento:

- i) o *planeamento estratégico*, incide sobre temas genéricos e duradouros que contribuem para a sustentabilidade e desenvolvimento de um território ou

organização ao longo de vários anos, pelo que é um processo que define o conjunto de metas e objetivos genéricos e a forma de os alcançar a longo prazo (efeito duradouro). No entanto, o planeamento estratégico para ser levado à prática precisa de ser implementado nos níveis de gestão intermédio e operacional onde as tarefas são executadas, dando origem aos planos táticos e operacionais;

ii) o *planeamento tático* é menos genérico e mais específico, limitado em termos de recursos e de médio prazo, e resulta do desdobramento dos planos estratégicos (mais voltado para a implementação das decisões estratégicas), daí que realiza a articulação entre os processos de planeamento estratégico e de planeamento operacional;

iii) o *planeamento operacional* é mais pormenorizado e analítico, sendo essencialmente orientado para a implementação das opções tomadas anteriormente num curto prazo, convertendo os princípios gerais do plano estratégico em metas claras e ações concretas (baseia-se numa lógica de múltiplos planos operacionais nas diversas áreas). As diferenças face aos anteriores e que o distingue é o detalhe com que estabelece as tarefas e as operações, o carácter imediatista focalizado apenas a curto prazo e pela sua abrangência local, abordando apenas uma tarefa ou operação. Para além disto, os planos operacionais estão mais orientados para a eficiência, otimização e maximização de resultados (ênfase nos meios), ao contrário do planeamento tático que procura atingir resultados satisfatórios (ênfase nos fins).

Note-se que para cada tipo de planeamento o conteúdo e o prazo diferem, pois à medida que os seus objetivos são cada vez menos genéricos o período de atuação vai diminuindo. O que acontece igualmente com os atores envolvidos em cada um dos níveis de intervenção que são, não só entidades públicas e privadas e população, como também têm interesses diversos e nem sempre convergentes. Por outro lado, podemos dizer que o planeamento estratégico é desdobrado em vários planeamentos táticos, enquanto estes se desdobram em planos operacionais para sua realização, apesar de alguns autores (Stoner e Freeman, 1995) considerarem apenas dois níveis de planeamento: o planeamento estratégico e operacional.

No caso do turismo, dada a sua natureza, alguns autores (Inskip, 1991; Gunn e Var, 2002; Gee e Fayos-Solá, 1999) defendem que o planeamento turístico poderá ocorrer a

vários níveis, na medida em que, colocam a ênfase nas tipologias decorrentes do âmbito territorial da sua aplicação.

Ora de acordo com Gee e Fayos-Solá (1999), o planeamento turístico ocorre em diferentes níveis de poder, entre os quais destacam: o nível nacional, onde são tratadas as questões mais genéricas (definição política nacional para o turismo), enquanto o planeamento local é direcionado para lugares e pontos mais específicos. No entanto, segundo os próprios à medida que se avança para a implementação do planeamento turístico, outros níveis de poder territorial poderão advir, tais como os governos regionais, municipais e locais. Por outro lado, e à semelhança de Gunn (1994) também Gee e Fayos-Solá (1999) fazem referência ao planeamento de destino, descrevendo-o como o planeamento elaborado para uma determinada área geográfica que possua um conjunto de elementos capazes de atrair visitantes (atrações, infraestruturas, instalações, etc.), o que pode ter um alcance regional e envolver muitas áreas e comunidades ou ser apenas local. Inskip (1991) no quadro do planeamento turístico também se refere a vários níveis de intervenção como internacional, nacional, regional e sub-regional, cada um deles com uma intervenção diferenciada. Em termos do planeamento internacional refere-se, particularmente, aos serviços de transporte internacional, à programação das viagens dos turistas ao longo de diferentes países, ao desenvolvimento complementar das principais atrações e infraestruturas de países fronteiriços, às estratégias de *marketing* e promoção entre os diferentes países, entre outros.

No que se refere ao nível nacional, o planeamento turístico deve focar, na opinião de Inskip (1991) diversos elementos: a definição da política nacional para o setor; um plano de infraestruturas físicas, incluindo a identificação das principais atrações turísticas, a designação das regiões de desenvolvimento turístico, os pontos de acesso internacional e as redes de transportes internos; a quantidade, tipo e nível de qualidade dos estabelecimentos de alojamento turísticos e de outros equipamentos e serviços complementares; as principais rotas turísticas no país e as suas conexões regionais; as estruturas organizativas do turismo, legislação e políticas de investimento; a promoção nacional para o exterior através de estratégias de *marketing* e programas específicos; os programas de formação de recursos humanos; e considerações ambientais, económicas e socioculturais. O planeamento turístico de nível regional é, segundo o próprio, mais específico que o nível nacional, ainda que o grau de especificidade em ambos os casos

dependa do tamanho do país ou região. As componentes a focalizar no planeamento regional são idênticas às nacionais mas, agora, reportados à região em análise.

Para além destes níveis territoriais, advoga que em determinados países ou regiões, se justifica o planeamento sub-regional, na medida em que é mais específico do que o de nível regional, porém, não é tão detalhado como o planeamento do desenvolvimento de uma área ou do uso do solo numa estância turística. Os elementos de um plano sub-regional dependem da situação em concreto mas incluem, normalmente, as características das atrações turísticas, as localizações dos estabelecimentos de alojamento turístico, equipamentos e serviços, os acessos à sub-região/redes de transportes, entre outros elementos (Inskeep, 1991).

Gunn e Var (2002) entendem que o planeamento turístico pode ocorrer a nível regional, do destino e do local, sendo este último o mais popular, na atualidade. Consideram que o sucesso em termos turísticos depende de um planeamento à escala do destino, definido como uma comunidade ou várias e a área envolvente. Neste sentido, defendem que tão importante como o planeamento à escala do destino local é o planeamento à escala regional, que visa antes de mais, a melhor integração da região como um todo, o que pressupõe um envolvimento de todas as dimensões do sistema turístico (superestrutura e infraestrutura), bem como o relacionamento com o ambiente externo (economia, ambiente, cultura, sociedade, entre outros setores).

Por fim, importa ainda referir que embora todo o planeamento tenha uma estratégia, todavia, nem todo o planeamento é estratégico. Efetivamente, o planeamento só passou a ser estratégico, quando se passou a basear na prospetiva e não na previsão (Perestrelo, 2002), sendo possível afirmar que planeamento e previsão não são propriamente sinónimos. Sucede que, na prática, com o planeamento estratégico o foco passou a ser o objetivo e não o processo, o que implica uma atitude prospetiva, centrada no futuro.

Na seção que se segue, procura-se analisar a transição entre o planeamento tradicional para o planeamento moderno, não só as tendências de evolução passadas como também as técnicas associadas ao planeamento turístico, exemplificando-se com base nas diferentes abordagens de planificação.

3.2. Do planeamento tradicional ao planeamento estratégico: o percurso evolutivo do planeamento turístico

A filosofia do paradigma de planeamento predominante na atualidade advém, em larga medida, da convergência de uma série de mutações económicas, sociais, políticas, tecnológicas e ambientais registadas ao longo do tempo. De acordo com Guerra (2002) os primeiros processos de planeamento surgem na ex-União Soviética (1917-1921), através dos planos quinquenais que estabeleciam as prioridades para a indústria e agricultura enquanto principais áreas de desenvolvimento económico. Depois desta experiência de planificação económica, o planeamento foi adotado pela generalidade dos países para cobrir outras áreas da realidade social e setores de atividade, dando lugar, progressivamente ao planeamento militar, planeamento urbano, planeamento social, planeamento empresarial, planeamento integrado, planeamento estratégico e planeamento turístico.

No campo do turismo, as preocupações com o planeamento turístico têm vindo a aumentar junto de académicos e responsáveis pelo desenvolvimento de um país ou de uma região, quer em termos da transformação de locais turísticos em destinos turísticos, quer ao nível da sustentabilidade e sucesso desse desenvolvimento turístico, maximizando os seus efeitos positivos e minimizando os negativos.

No entanto, considera-se que apesar da crescente tomada de consciência de que o planeamento turístico é um fator indiscutível para o sucesso dos destinos turísticos, o seu percurso evolutivo tem sido marcado por inúmeras e sucessivas abordagens, ou melhor por múltiplos paradigmas, traduzindo-se numa certa ausência de autonomia e precocidade do planeamento turístico, associada à relativa juventude do fenómeno turístico enquanto domínio de estudo e investigação. Por essa razão, o planeamento turístico surge associado aos princípios teóricos e metodológicos do planeamento urbano, utilizando os instrumentos do planeamento estratégico e do ordenamento territorial (Brito e Silva, 2005).

Uma revisão pela diferente literatura científica neste domínio salienta a existência de várias abordagens do percurso evolutivo da aplicação do processo de planeamento ao turismo, sendo de destacar três fases distintas: o planeamento clássico (pós-Revolução Industrial), que surge associado à filosofia de Comte, tendo como aspetos fundamentais a tecnocracia, o autoritarismo e a intuição humana; o planeamento racional (após a

Segunda Guerra Mundial), cuja maior preocupação era a previsão física das cidades, centrando-se na matematização dos fenómenos sociais, sem ter em conta os atores sociais (Costa, 2003; Henriques, 2003); e o planeamento estratégico (entre as décadas de 70 e 90), correspondente ao desenvolvimento de uma nova cultura de planeamento, com o abandono das práticas até então seguidas e associadas à administração pública, pela introdução de novas modalidades de atuação, articulação e cooperação, entre os atores económicos e sociais ligados ao mercado e à sociedade civil. Esta mudança entre o paradigma de planeamento tradicional e o planeamento estratégico é marcado por uma redefinição da cultura de planeamento, pela democratização do planeamento, pluralidade de atores, planeamento local, desenvolvimento sustentável e regeneração urbana (Fermisson, 2001; Guerra, 2000).

Assim, numa primeira fase, que remonta ao período da Revolução Industrial, em pleno século XIX, o planeamento centrava-se numa dimensão física, a qual se traduz numa forte intervenção pública na organização física dos sistemas urbanos, tendo como principal preocupação a resolução dos graves problemas sociais da cidade, provocado pelo movimento migratório das áreas rurais para as cidades – êxodo rural (cf. secção 1.5.) –, que degeneraram numa expansão descontrolada das áreas urbanas para os subúrbios e num crescimento das zonas industriais¹⁵⁰ (Costa, 1996, 2003; Henriques, 2003). Como resposta a estes problemas assistiu-se ao aparecimento de diversas escolas de planeamento (fortemente influenciadas por um número restrito de disciplinas como a arquitetura e engenharia civil) na Europa, e em particular na Inglaterra, sendo o caso da Escola de Planeamento Clássico (1850-1950).

Esta Escola defendia que a maioria dos problemas sociais que emergiram durante este período resultavam diretamente da forma como as cidades estavam construídas, em sentido lato, de uma certa inadequação, ineficiência e ineficácia dos equipamentos, infraestruturas e do *layout* das cidades para suportar a crescente ocupação desencadeado pelo crescimento populacional (Costa, 2003). Subjacente a este diagnóstico, a escola de planeamento preocupava-se, fundamentalmente, em melhorar os equipamentos e infraestruturas existentes, bem como em preconizar uma estrutura de atividades físico-espaciais e que visava aumentar a capacidade física das cidades, no sentido de dar

¹⁵⁰ Este movimento massivo desencadeou o aparecimento de problemas sociais, como refere Costa (2003) e Henriques (2003): sobrelotação residencial e degradação das habitações; zonamento de atividades; promiscuidade social; problemas de abastecimento de água, saneamento e higiene; dificuldades de circulação; falta de espaços livres, de áreas de lazer e recreio, etc.

resposta a uma crescente procura e que, em certa medida, se pensava como as melhores soluções para resolver a maioria dos problemas existentes na sociedade.

No entanto, a realidade rapidamente evidenciou a inviabilidade de operacionalização da maioria planos do modelo planeamento clássico¹⁵¹, ao comprovar a sua incapacidade para dar resposta aos problemas sociais emergentes (desemprego, fome, delinquência, criminalidade, etc.), bem como revelaram a inexistência de uma causalidade direta “entre o modelo arquitetónico urbano, a forma de ocupação do espaço e as condições de vida das populações” (Brito e Silva, 2005:15). A par da ausência comprovada deste determinismo físico, as soluções propostas por este paradigma eram rígidas, inflexíveis e afastadas da realidade por serem preparadas em ambiente de “laboratório” e apoiadas pelo conhecimento “positivista” introduzido pela filosofia de Auguste Comte, para além da falta de democraticidade, excluindo qualquer participação externa, traduzindo assim a necessidade de redimensionar o planeamento (Faludi, 1987; Costa, 1996; Henriques, 2003).

No contexto turístico, verificamos que à semelhança do planeamento urbano, a génese do planeamento turístico encontra-se associada ao desenvolvimento económico, social e urbano, impulsionado pela Revolução Industrial¹⁵², pelo que o planeamento turístico até 1920, período em que vigora o planeamento clássico é praticamente inexistente, porque o turismo era de dimensão reduzida e considerado como um privilégio das elites, sendo a maioria das ações assumidas pelos privados (Costa, 1996).

O planeamento turístico começa a ganhar identidade própria a partir da década de 20, uma vez que o turismo passa a ser perspetivado do ponto de vista sistémico e integrado em termos das políticas governamentais. Isto significa que o planeamento turístico ganha ênfase por via da produção e publicação de legislação sistematizada sobre o turismo, com particular incidência na proteção das áreas rurais face à crescente procura turística (Brito e Silva, 2005; Henriques, 2003). No entanto, esta intervenção acabou por traduzir-se mais em planeamento urbano do que num planeamento capaz de responder às necessidades turísticas, dando origem a planos pouco direcionados para o turismo ou

¹⁵¹ De acordo com Costa (1996) uma parte dos planos produzidos não chegaram a ser implementados ou concluídos, quer pelo conjunto de lacunas já referenciadas, quer pela abordagem reguladora do Estado enquanto principal legislador, exemplificando com o caso de Português, na medida em que, entre 1944 e 1971, não houve um único plano aprovado pelo governo.

¹⁵² Veja-se no capítulo 2, na secção 2.1., as variáveis associadas ao grande *boom* do turismo de massas, isto é, a rápida expansão das viagens e do mercado turístico.

melhor os problemas associados ao planeamento turístico foram tratados à similitude dos problemas urbanos.

A partir dos anos 50, o insucesso do paradigma defendido pela Escola Clássica, no âmbito do planeamento urbano e do planeamento turístico, estimulou o aparecimento de um novo paradigma de planeamento fortemente tecnocrática, designado por paradigma racional, o qual vigorará até meados dos anos 70 (Faludi, 1987; Hall, 1992). Para além, da incapacidade do anterior paradigma defendido pela Escola Clássica para responder aos múltiplos e complexos problemas urbanos e turísticos, o novo modelo de planeamento surge associado a um conjunto de problemas desencadeados pela Segunda Guerra Mundial, nomeadamente, a destruição de vastas áreas urbanas e de uma grave crise financeira mundial (provocada por múltiplos efeitos sociais, políticos e económicos). Como refere Costa (2003), a sociedade enfrentou no período pós-Guerra um conjunto de preocupações que, de certa maneira, eram similares aquelas que se verificaram no período pós-Revolução Industrial, mas agora as principais preocupações estavam relacionadas com a reconstrução dos espaços que se encontravam destruídos.

Face à necessidade de reconstrução de vários países europeus devastados pela guerra e face à rápida expansão económica, os planeadores urbanos adotaram abordagens mais racionais, compreensivas, sistemáticas de planeamento e alternativas de avaliação, com base num conjunto de métodos científicos oriundos de diversos campos disciplinares, que vão desde a economia, a sociologia, a geografia, a psicologia, a ecologia, a cultura, etc. (Costa, 1996; Henriques, 2003). É neste período que surgem novas filosofias e novas Escolas, entre as quais a Escola Racionalista de Chicago, considerada como a grande responsável pelas mudanças, ao nível do planeamento, ao associar-lhe novas variáveis (políticas, sociológicas, psicológicas, antropológicas, etc.), pois procurava a previsão perfeita e científica da evolução física das cidades (Faludi, 1987).

Assim, durante os anos 60 e 70, o planeamento urbano incorpora não só a necessidade de planeamento físico do sistema mas também a necessidade de atingir objetivos económicos e sociais, segundo os princípios estabelecidos pelo Estado (modelos de organização hierárquica do tipo *top-down*), menosprezando qualquer participação das comunidades locais no processo de tomada de decisão. Nestas décadas, o Estado assumia uma postura muito interventiva em termos de políticas urbanas, uma vez que era o principal investidor/dinamizador da economia e, por isso, ditava as ações de planificação e que serviam de instrumentos de regulação, segundo uma lógica de

carácter normativa, rígida e tecnocrática, mas também de afastamento do setor privado no processo, no sentido de não influenciar a tomada de decisões a seu favor (Faludi, 1987; Healey, 1992).

Curiosamente, é face às novas filosofias e modelos de planeamento que caracterizam a fase do pós-Guerra, entre os anos 50 até aos anos 70, que o setor privado atinge níveis de forte crescimento com o aparecimento de grandes multinacionais, que fomentaram o desenvolvimento e a invasão dos mercados através de um conjunto de produtos padronizados e estandardizados, facultando o acesso da sociedade a um maior número de bens cada vez mais baratos.

Neste contexto, destaca-se a indústria turística considerada como uma atividade pioneira e estruturante na regeneração das economias dos países ocidentais, no período de pós-guerra, confirmada pela sua rápida e descontrolada expansão ao nível das viagens e do mercado turístico internacional (Inskip, 1993; Hughes, 2007). Esta primeira fase de desenvolvimento turístico moderno¹⁵³, entre 1950 e 1970, caracterizou-se por um forte interesse do setor privado e público para as oportunidades de negócio cujos lucros se procurou maximizar a todo o custo e a curto prazo – racionalidade económica, sendo designada a fase do *boosterism*¹⁵⁴. Esta abordagem considera que o desenvolvimento rápido do turismo é positivo e que traz apenas benefícios à comunidade de acolhimento, pelo que se entendia não ser necessário planear o seu desenvolvimento, nem a nível nacional nem regional, sendo considerado até como um entrave à iniciativa privada ou à atuação dos organismos públicos do turismo (Costa, 2001; Henriques, 2003; Vieira, 2007).

¹⁵³ A expansão do turismo moderno encontra-se associada às melhorias socioeconómicas e à emergência de uma indústria turística estruturada capaz de responder à crescente procura de serviços turísticos (agências de viagens, empresas de aviação comercial e de empresas de hotelaria), resultante das mutações da Revolução Industrial, que acabaram por despoletar uma certa banalização do turismo – “turismo de massas” com o aparecimento de novos destinos turísticos concorrentes dos destinos tradicionais, em países do Sul da Europa como Portugal, Espanha, França e Itália, destacando-se pela sua capacidade de atrair grandes volumes de turistas mas onde a qualidade era pouca e o impacto dos investimentos a nível regional e local era quase nulo. Veja-se a propósito da evolução do turismo moderno português no livro de Pina, P. (1988). *Portugal: O turismo no século XX*. Lisboa: Lucidus.

¹⁵⁴ Esta é uma das quatro abordagens de referência no domínio do planeamento turístico, sendo de acrescentar: a abordagem economicista que considera o turismo como um instrumento para atingir determinados objetivos económicos; a abordagem físico-espacial contempla a dimensão territorial na distribuição das atividades económicas, pelo que se destaca uma preocupação com a envolvente e acima de tudo pela preservação dos recursos naturais e gestão dos impactes ambientais; e a abordagem orientada para o bem-estar e sustentabilidade da comunidade, isto é, os benefícios que o turismo proporciona aos residentes, defendendo o envolvimento e participação no processo de planeamento – processo *bottom-up* (Getz, 1986).

As consequências deste processo de desenvolvimento turístico com base em modelos de planeamento *top-down* tradicionais traduziram-se numa apropriação descontrolada do território por ausência de um planeamento turístico, conceptual e metodologicamente autónomo, capaz de promover o desenvolvimento equilibrado e sustentável dos territórios turísticos. Na verdade, até esta altura, não se pode falar de planeamento turístico, uma vez que continuava a vigorar a ideia de uma extrapolação dos princípios teóricos e objetivos do planeamento urbano (físico-espaciais) à expansão turística, quer ainda uma completa despreocupação com os impactes socioculturais e ambientais desencadeados pela atividade turística, mas também ao nível da capacidade de carga e sustentabilidade económica a longo prazo, dos destinos turísticos (Inskeep, 1993; Brito e Silva, 2005; Brandão e Costa, 2008; Henriques, 2003; Hughes, 2007). Outro aspeto não menos importante e que convém lembrar é que nesta altura o turismo iniciava o seu percurso enquanto disciplina académica, pelo que a ausência de uma base de conhecimento sólida também contribuiu para os erros e excessos que se verificavam.

Um estudo realizado pela Organização Mundial do Turismo, em 1980, (citado em Henriques, 2003) aponta para baixa qualidade do desenvolvimento turístico até aquele momento, dada a ausência de instrumentos próprios do planeamento turístico, capazes de controlar e regular especificamente o crescimento turístico, para além de que a sua expansão estava subjacente aos interesses das entidades privadas, sendo diminuto o apoio governamental em termos de controlo e regulação da atividade nos destinos turísticos. No fundo, esta organização evidencia a ineficácia do planeamento através de um conjunto de planos executados a nível mundial, entre os anos 60 e os anos 70, onde identifica a existência de um conjunto de lacunas relacionadas com uma certa incoerência entre a teoria e prática do planeamento dos governos neo-liberais; uma certa dimensão reducionista, refletida em planos rudimentares de infraestruturas e equipamentos; e uma lógica economicista patente na falta de integração do turismo nos objetivos sociais, culturais e económicos do país e falta de articulação das questões ambientais com as políticas turísticas¹⁵⁵, ou seja, uma abordagem não sistémica (Costa, 2001; Henriques, 2003).

É perante estas evidências que a atividade de planeamento do território mais tradicional começa a ser fortemente criticada e questionada por diversos académicos e políticos a

¹⁵⁵ A Conferência de Manila apontou para a necessidade de interpretar o planeamento turístico, de uma forma sistemática, através da interação das diversas variáveis, tais como: as económicas, as sociais, as antropológicas e as ambientais (Costa, 1996).

partir dos anos 70, colocando em causa a validade dos princípios que suportaram o planeamento racional, vigente nas décadas anteriores. Em primeiro lugar, porque se constatava um grande fosso entre aquilo que era referido na teoria sobre as vantagens do planeamento e a realidade alcançada através do mesmo (Faludi, 1987; Costa, 2003). Em segundo lugar, a investigação da realidade revela que os pressupostos da racionalidade, neutralidade e cientificidade, subjacentes a este modelo, indutores do seu sucesso inicial, não se verificavam na prática, porque o planeamento é uma atividade política (Costa, 1996; Gunn e Var, 2002). As decisões científicas do planeamento racional revelavam que é uma atividade cujos resultados são fortemente influenciados pela situação específica de cada lugar, pelos objetivos dos políticos e de outros interesses corporativos e pela capacidade de *lobbying* exercida por determinados grupos para influenciar o processo de tomada de decisão a seu favor (fortes interesses capitalistas), não sendo acautelado o interesse público (Healey, 1997; Brito e Silva, 2005). Em terceiro lugar, também a ocorrência, à escala mundial, de relevantes acontecimentos económicos (choques petrolíferos)¹⁵⁶, sociais, tecnológicos e os efeitos da globalização (tensões entre a exclusão de territórios e destruição de especificidades locais) rompeu com o discurso extensivo e tradição intervencionista do Estado-Providência¹⁵⁷, em particular pelo excessivo determinismo, pela pouca flexibilidade e pela incapacidade do Estado em responder de forma eficaz às novas solicitações de natureza económica e ao crescente número de solicitações das populações locais (Healey, 1992).

De acordo com Perestrelo (2002), apesar do paradigma até então vigente apresenta-se um elevado nível técnico e utiliza-se modelos matemáticos muito sofisticados nos fenómenos sociais, no entanto, os planos eram frequentemente desajustados da realidade social, económica e territorial, para além de revelarem uma enorme incapacidade de democratizar e envolver os vários atores sociais no processo de planeamento (predominância de uma política nacional, regional e local administrativa e centralizadora), o que exigia a adoção de novas metodologias para enfrentar as mutações emergentes em diversos domínios como o setor do turismo.

¹⁵⁶ Para uma análise mais detalhada dos fundamentos da crise das políticas de planeamento, associada à reestruturação dos sistemas económicos recomenda-se os trabalhos desenvolvidos por Ferrão (1995) e Domingues (1996).

¹⁵⁷ É nesta altura que aparecem novas formas de governo local e regional que assumem protagonismo, não só na preparação de planos como também na implementação de novos níveis de planeamento setorial e espacial.

A decadência do modelo de planeamento tradicional é acompanhada nos anos 70 e 80 do século XX, pelo surgimento de um conjunto de novas abordagens, menos interessadas nos aspetos teóricos e mais direcionadas para a eficácia do planeamento, tentando ultrapassar as limitações preconizadas pelos anteriores modelos de planeamento e reestruturar setores em declínio e/ou enfrentar as mudanças aceleradas e de tendência imprevisível de setores como o turístico, desde o seu grande e rápido crescimento à tomada de consciência dos impactes culturais, sociais e ambientais negativos e observados em vários destinos turísticos, com o apoio de novos paradigmas ao nível do planeamento turístico, entre os quais os instrumentos de planeamento integrado e planeamento estratégico¹⁵⁸ (Costa, 2001; Perestrelo, 2002; Vieira, 2007).

É igualmente nesta fase que se constata, o aparecimento de um discurso mais centrado na realidade de cada local, apoiado em intervenções individuais de pequena dimensão que se sobrepunham à ausência de grandes intervenções de cariz público no processo de planeamento, mas também uma maior articulação e cooperação entre os setores públicos e privados, numa lógica de resolução dos problemas existentes no local¹⁵⁹, relacionados com a melhoria da qualidade de vida em determinadas áreas geográficas; recuperação de unidades e grupos urbanos com características arquitetónicas bem identificadas; aumento e melhoria das áreas de lazer, recreio e comércio; melhoria das acessibilidades, entre outros (Costa, 2003).

A realidade impôs, assim, uma substituição gradual do objetivo crescimento pelo objetivo desenvolvimento que associado ao planeamento estratégico¹⁶⁰, dinâmico e envolvendo todos os atores, permitiu minimizar e ultrapassar algumas das sucessivas falhas do planeamento turístico, particularmente em destinos turísticos mais antigos com problemas específicos e difíceis de ultrapassar, quer ao nível do ordenamento do

¹⁵⁸ A palavra estratégia tem origem na palavra grega “stratego”, que resulta da combinação de “stratos” ou exército e de “ego” ou líder, significando “a arte de conduzir um exército até à presença do inimigo e dirigir as operações de forma a atingir o objetivo desejado” (Güell, 1997:18) [tradução nossa]. Neste sentido, os comandantes militares tinham de preparar antecipadamente os objetivos, recursos e deslocações com a finalidade de alcançarem a vitória, tendo em conta as suas forças e as suas fraquezas bem como as forças e fraquezas do seu inimigo.

¹⁵⁹ Para Healey (1998), o planeamento deve ser um instrumento facilitador na criação de redes de relações, de base local, que possibilitem o desenvolvimento das capacidades de modo a que possam ter influência direta, na tomada de decisão, nas suas próprias vidas.

¹⁶⁰ Segundo Güell (1997) a origem do planeamento estratégico, tal como é entendido nos dias de hoje, tem os seus fundamentos no plano militar no século VI a.C., transferindo-se posteriormente, durante a segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, para o domínio empresarial com o objetivo de fortalecer a competitividade das empresas chegando depois à planificação e gestão urbana, criando o planeamento estratégico territorial.

território, quer ao nível dos objetivos socioeconómicos, quer ainda com os novos desafios e/ou problemas relacionados com a competitividade internacional (Vieira, 2007).

Por outro lado, as empresas e as grandes organizações começaram a prever e a organizar de uma forma mais sistemática o desenvolvimento e a diversificação das suas atividades, no sentido de gerir as constantes mutações do meio envolvente (sociais e económicas) e criar o melhor futuro possível, particularmente a partir de uma análise de curto prazo dos produtos e mercados, ação atualmente designada de *marketing*¹⁶¹. Verificou-se então que a melhor estratégia da empresa é a que lhe permite adaptar-se ao seu meio envolvente através da identificação permanente dos comportamentos de mercado (os desenvolvimentos internos e externos). É neste contexto que a previsão deu lugar à prospetiva, uma vez que planear deixa de ser uma tendência sobre um alvo desejável e passa a ser o favorecimento de um entre os vários futuros possíveis, segundo a escolha dos indivíduos – estratégia de atores (Vieira, 2007).

Esta nova corrente de pensamento, estimulada pelo fomento económico da década de 60, ganhou rápida aceitabilidade pelas grandes empresas, uma vez que enfatiza a importância de planificação estratégica corporativa global nos mais diversos formatos (Guerra, 2000; Perestrelo, 2005). Os aprofundamentos dos elementos teóricos desta corrente de pensamento estão ligados, por um lado, à emergência e desenvolvimento da crise de 1973 e, por outro, à preocupação de determinação de estratégias de gestão mais adequadas em consequência de uma oferta limitada de recursos, num cenário de rápidas e frequentes mudanças (Neves, 1996).

É face ao grande descontentamento com as formas tradicionais de planeamento aplicadas ao turismo que surgem, entre os anos 80 e início até aos anos 90, novas formas de pensar e integrar o planeamento e estudo nos processos de desenvolvimento turístico através da aplicação de modelos teóricos de planeamento turístico. Entre os vários modelos de planeamento, salientamos o modelo PASOLP (*Product's Analysis Sequence for Outdoor Leisure Planning*) de Baud-Bovy e Fred Lawson (1977) e Baud-Bovy (1982), o modelo de Donald Getz (1986) (citados em Costa, 2001), de Murphy

¹⁶¹ A necessidade de novas abordagens e instrumentos de gestão empresarial deu origem ao aparecimento do modelo de Harvard, em 1962.

(1985), e aos quais acrescentamos os já ilustrados¹⁶² modelos de Mill e Morrison (1985; 2009), Gunn (1988), Inskip (1991). Henriques (2003) e Costa e Buhalis (2006) consideram que estes modelos apesar da sua ligação estreita ao planeamento urbano contribuíram, ainda assim, de forma significativa para o processo de amadurecimento e de autonomia do planeamento turístico, com base num corpo de conhecimento específico.

O modelo de planeamento turístico desenvolvido por Baud-Bovy em conjunto com Lawson questionava a excessiva supremacia economicista e utilitarista dominante na teoria e na prática do planeamento turístico, nos anos 70 e 80, e apontava para uma abordagem sistémica do desenvolvimento do turismo segundo uma perspetiva integrada e sustentável de planeamento, apoiada pelas noções de planeamento estratégico e territorial, o que significava a necessidade de integração dos objetivos económicos a longo prazo com as características do país e dos recursos turísticos e com a estrutura da indústria turística – sistema turístico (Costa, 2001).

À semelhança Donald Getz (1986), defende o abandono da perspetiva economicista e a adoção do modelo sistémico criado por Charles Chadwick, ao fenómeno turístico, apresentando uma estrutura de planeamento estratégico integrado e assente na teoria de sistemas¹⁶³. No fundo, o autor propõe que os sistemas são baseados numa amálgama de variáveis inter-relacionadas, um modelo sistémico, assente numa estrutura organizada em torno de cinco fases: compreensão, descrição, modelo, operacionalização e a implementação de estratégias de controlo, numa combinação de elementos da teoria com o método ou processo de planeamento e de gestão. Por outro lado, defende que o estudo e o planeamento do setor turístico não devem considerar apenas a sua dimensão económica, mas também a qualidade e sustentabilidade das comunidades de acolhimento e o interesse coletivo dos destinos turísticos (envolvimento da comunidade local no processo de planeamento), motivos pelos quais devem ser elaborados por equipas multidisciplinares (Costa, 2001; Hall e Page, 2006).

¹⁶² Veja-se a propósito os modelos de planeamento turístico desenvolvidos pelos autores, no capítulo 1, na secção 2.2., com a ilustração dos diversos elementos que compõem os sistemas turísticos num processo de planeamento integrado.

¹⁶³ O autor (citado em Inskip, 1991), numa análise comparativa que realizou entre 150 modelos de planeamento turístico, concluiu que de uma forma geral todos apresentam certas deficiências ao nível da integração da teoria dos sistemas de turismo no processo de planeamento, no entanto, considera que este facto não diminui a importância de aplicar esta abordagem de planeamento para o desenvolvimento turístico.

Outros, investigadores como Mill e Morrison (1985), Murphy (1985), inspirados nos modelos de planeamento integrado propostos por Baud-Body e Fred Lawson (1977) e por Getz (1986), propuseram abordagens estratégicas e com base na comunidade. Os autores sugerem uma alteração do seu objeto da atividade de fazer planos para o planeamento estratégico, e defendem mesmo que a sua finalidade deve ser a resolução estratégica de problemas, contrariando o caminho normativo dos anteriores paradigmas (planeamento físico). Perante esta proposta, defendem que seja dado um papel de relevo ao planeamento no contexto das políticas do turismo, no sentido de zelar pelas especificidades de cada local, respeitando simultaneamente o mercado e a população local (articulação dos fatores externos com os internos). Peter Murphy (1985) propõe a aplicação do planeamento participado ao turismo, destacando a necessidade do processo de desenvolvimento ser controlado a nível local¹⁶⁴, aliás, acreditava que a satisfação das necessidades dos residentes, constituía o mote para preencher os desejos dos turistas. Costa (2001) acrescenta que, para alcançar os objetivos propostos, o planeamento de um destino tem de ser feito de acordo com as características externas e internas do sistema, baseado nas forças vivas do território, na medida em que, o turismo envolve uma rede complexa de relações.

Um outro modelo que contribuiu, decisivamente, para o abandono definitivo de um planeamento turístico assente apenas em objetivos económicos, é o modelo “Alberta”, proposto por Clare Gunn (1988). No modelo que propõe Gunn (1988) introduz uma visão integrada e sustentável, bem como argumenta que qualquer forma de desenvolvimento turístico deverá ser antecedida de uma análise cuidadosa do potencial do território em questão, combinando *marketing* e promoção com base nos recursos locais. Isto significa que o início do processo deve ter lugar de acordo com as linhas orientadoras do plano, depois de este passar pelas fases de inventário, análise e definição dos objetivos de desenvolvimento para o território, com a participação do setor privado e da população no processo. Ainda que, numa perspetiva crítica, se possa afirmar que o modelo proposto na sua representação esquemática é rígido, tem falta de visão estratégica, e consequentemente fraco envolvimento entre setor privado e público no processo.

¹⁶⁴ Veja-se a propósito o livro de Murphy, P. (1985). *Tourism. A Community Approach*. London: Routledge.

Nos anos 90, verificou-se que a perspetiva economicista e físico-espacial referida por Baud-Bovy e Lawson (1977) e Getz (1986), evoluiu para modelos de planeamento que tendem a considerar o conceito de planeamento estratégico integrado, o qual acabou por ser consolidado no modelo de Inskip (1991). O autor enfatiza a evolução dos modelos de planeamento e propõe a gestão e o planeamento físico, social e económico, de forma a assegurar um turismo sustentável e competitivo (Costa e Buhalis, 2006). Esta nova abordagem de planeamento integrado rapidamente ganhou aceitabilidade no campo do turismo, pois à semelhança do que aconteceu no campo do planeamento urbano também as questões da sustentabilidade¹⁶⁵ influenciaram os novos paradigmas de planeamento turístico, num processo mais global de planeamento, capaz de responder às novas realidades e de envolver os vários atores¹⁶⁶ no fenómeno turístico – desenvolvimento do planeamento estratégico criativo e participativo.

Desta forma, o planeamento deixa de ser apenas um processo técnico com o fim de produzir coisas materiais, para passar a constituir uma forma de aprendizagem mútua – descentralização e democratização do planeamento –, envolvendo uma diversidade de atores da sociedade civil (setor privado/público, organizações, comunidade, etc.) ao nível da tomada de decisões coletivas (modelos *bottom-up* e horizontais), porque todos são interessados e todos estão dependentes uns dos outros, quer seja na identificação dos problemas existentes ou que se possam pressentir, quer seja nas propostas de resolução dos problemas, quer seja ainda nos processos de implementação e/ou ação, privilegiando os instrumentos do planeamento estratégico (Faludi, 2000; Costa, 2001).

Esta abordagem remete para o modelo de planeamento turístico participado, defendido por Murphy (1985). Este modelo defende que o envolvimento direto dos indivíduos no processo de planeamento é estimulado para lhe dar legitimidade e alargar a gama das escolhas possíveis (objetivos/metasp e meios humanos e financeiros), reconhecendo-se

¹⁶⁵ O conceito de desenvolvimento sustentável surge associado as crescentes preocupações de que a excessiva utilização dos recursos conduz ao seu esgotamento, bem como coloca em causa a qualidade de vida das comunidades. Este conceito foi definido pela primeira vez no Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum) da Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento, em 1987. Neste documento oficial o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi definido como “o desenvolvimento que se faz face às necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades” (Brundtland Commission, 1987:54) [tradução nossa]. Estes princípios de desenvolvimento sustentável foram consolidados na Agenda 21, na conferência do Rio de Janeiro, em 1992, com a incorporação de profundas alterações na perceção do desenvolvimento e nos processos de planeamento turístico (Brito e Silva, 2005; Hughes, 2007), mas também contemplados na nova agenda de ação até 2030 (UN, 2015).

¹⁶⁶ É de referir que no caso das empresas, optou-se após uma nova forma de planificação assente na inovação e na participação de todos os colaboradores da empresa na elaboração da estratégia empresarial corporativa global (Güell, 1997; Guerra, 2000).

que há decisões que ninguém tem a capacidade ou sabedoria de tomar pela sociedade e, dessa forma, melhorar os resultados desse processo. Por outro lado, o Estado passou em função desta evolução a estar mais interessado em facilitar do que em realizar, em estimular do que em regular o desenvolvimento e adotou uma postura de animador (Guerra, 2000).

O planeamento atual é, pelas razões evocadas, um processo laborioso que envolve um grande número de atores público/privados das diferentes escalas (internacional, nacional, regional e local), com interesses diversos e relações não igualitárias. Neste contexto é fundamental promover a cooperação e a participação entre os diferentes atores no processo de planeamento, quer em termos de resolução dos problemas, quer enquanto meio de promoção do desenvolvimento integrado e sustentável das comunidades locais (Hall, 2002).

Subjacente a estes pressupostos, podemos então definir o planeamento estratégico, segundo as palavras de Güell (1997:54), como

“um processo criativo que sustenta as suas bases numa atuação integrada de longo prazo, estabelece um sistema contínuo de tomada de decisões que comporta riscos, identifica percursos de ação específicos, formula indicadores de acompanhamento sobre os resultados e envolve os agentes sociais e económicos locais durante todo o processo” [tradução nossa].

O planeamento estratégico é, fundamentalmente, um conjunto de procedimentos sistemáticos que têm em vista gerir a mudança e criar o melhor futuro possível para uma determinada organização, entidade, empresa ou território no desenvolvimento do seu ciclo de vida (Neves, 1996). O planeamento estratégico deve ser concebido para ser interativo, devendo apoiar-se numa análise externa e interna para identificação e realização das ações mais importantes é, portanto, um processo criativo que rompe com a extrapolação linear das tendências passadas e passou a ser um modelo cíclico de contínua interação e incerteza, mais flexível e adaptativo a situações de conflito, quer dizer mais próximo da realidade decisional (Vieira, 2007).

Neste sentido, e como muito bem nota Henriques (2003), o que marca a rutura entre o paradigma tradicional de planeamento e o estratégico é a interação constante que se quer imprimir ao processo de planeamento, é a ação: “plans are nothing, planning is everything” (Henriques, 2003:231), que nasce da crítica à inflexibilidade dos planos. Deste novo modelo sobressai uma nova cultura de planeamento que se caracteriza por

uma abordagem estratégica mais atenta às realidades locais, essencialmente pró-ativa, ao invés da conceção global e determinista do anterior paradigma, pois permite estabelecer cenários, suscetíveis de serem alterados à informação introduzida no decorrer da ação e que sejam reformuladas as melhores estratégias de intervenção, para além de que envolve o inter-relacionamento das várias dimensões de mudança, económica, social e ambiental, e uma visão abrangente e sistémica da realidade. Estes aspetos destrinçam bem o modelo de planeamento estratégico territorial, bem como a crescente utilização das metodologias do meio empresarial para sua gestão.

3.3. O planeamento estratégico territorial: o modelo clássico e o modelo interacionista

O atual contexto de turbulência económica e social em que os territórios se inscrevem, caracterizado pela crescente competição entre as organizações, abertura dos mercados, emergência duma globalização das relações económicas (economia global), alterações climáticas e prevenção dos riscos naturais, aumento populacional em meio urbano, evolução dos transportes e desenvolvimento tecnológico (novas formas de mobilidade, por exemplo), desenvolvimento, mas também pela acentuação da democratização política das organizações e uma maior capacidade de escolha e de reivindicação das populações, exigem novas formas de pensar e agir sobre o território, ou dito de outra forma apelam à reformulação dos instrumentos de planeamento face as fragilidades do planeamento convencional.

É neste contexto que se tem vindo a afirmar o planeamento estratégico de base territorial, que segundo Castells (2002), emerge como uma imposição do meio ambiente face às novas solicitações da economia global, que exigem o desenvolvimento do planeamento estratégico, capaz de introduzir uma metodologia coerente e adaptativa face à multiplicidade de sentidos e de sinais da nova estrutura de produção e administração. Por outras palavras, a aplicação das metodologias de planeamento estratégico é apontada como solução pragmática e funcional para ultrapassar na perspetiva de Güell (1997), três desafios conceptuais e operativos: enfrentar o clima de incerteza criada pela rápida evolução da realidade territorial; a crescente complexidade dos processos; e a diversidade dos atores e interesses que intervêm no desenvolvimento territorial.

Para responder aos atuais desafios de competitividade alargada, tem vindo a registar-se uma crescente apropriação por parte dos territórios dos pressupostos e das metodologias do planeamento estratégico, uma vez que o processo de planificação estratégica confere uma nova dimensão ao conceito de território, interpretando-o numa ótica empresarial, tal como de uma empresa se tratasse. No essencial, procura-se dotar os territórios de capacidades gestionárias similares às do mundo empresarial, daí que o território é concebido como uma estrutura que se organiza de forma mais ou menos complexa na produção de externalidades de bens e serviços que contribuam para reconfigurar as vantagens competitivas e é “obrigado” a competir com outros territórios pela captação de investimentos, recursos humanos e turistas, por exemplo, no sentido de fomentar o desenvolvimento territorial a médio e longo prazo.

Em termos processuais, o planeamento estratégico ajuda os líderes locais e regionais a determinar para onde deve encaminhar-se a comunidade local e/ou território, através de uma avaliação do ambiente envolvente, na perspetiva de identificar as suas vantagens comparativas face ao exterior (aos municípios vizinhos, à região ou países), nos mais diversos domínios, desde os fatores económicos e sociais, até aos culturais e paisagísticos, entre outros. Apesar de ignorados no planeamento tradicional, no planeamento estratégico a ênfase aos fatores externos é fundamental para evitar “o clássico erro de concentração no que deveria acontecer, sem ter em conta o que pode acontecer” (Guerra, 2000:48). Os recursos internos são igualmente alvo de avaliação, no sentido de mobilizar e gerir os recursos e as potencialidades existentes num dado território e de reduzir os fatores geradores de dependência face a condições de regulação económica exteriores à região. Neste sentido, o objetivo é o de explorar o conjunto de potencialidades existentes no território e com capacidades de atrair novos investimentos, através da dinamização dos recursos endógenos na criação de novos processos de inovação. Ou seja, promover o desenvolvimento local ou regional com base na formulação de estratégias de intervenção e/ou soluções inovadoras.

Segundo Maillat (1996) as atuais políticas de desenvolvimento regional assentam na valorização dos recursos territoriais e no estímulo aos sistemas territoriais de produção, em vez de promover o desenvolvimento com base em fatores exógenos, tal como aconteceu durante muito tempo no passado. Desta forma, um território pode tornar-se atrativo para novos investimentos não tanto pelos fatores e condições imediatas que

oferece, mas pela sua capacidade de criar ou aproveitar os recursos em processos de inovação (cf. secção 1.2.6.).

O planeamento territorial torna-se, assim, num processo normativo que estabelece uma visão ou pensamento estratégico para um determinado território a longo prazo, refletindo os objetivos da comunidade através da identificação de modelos preferenciais de uso do território e de formas mais adequadas de desenvolvimento (Dredge, 1999). Ora isto significa que o processo de planificação estratégico pretende encontrar “modelos de desenvolvimento local”, ultrapassando uma dimensão meramente cartesiana do planeamento físico, ao concentrar em temas críticos ou em variáveis-chave os fatores indutores do processo e os projetos-âncora em que se possa fundamentar o desenvolvimento (Guerra, 2000), evitando a dispersão de investimento. Para isso, é fundamental que o planeamento estratégico identifique num diagnóstico pormenorizado as capacidades competitivas do território, avalie as mudanças nos mercados e as suas competências e, a partir dessa avaliação, definir e executar ações estratégicas que fortaleçam o papel do território e a sua posição num cenário de relacionamento competitivo com as áreas envolventes apoiando-se nos seus pontos fortes e reduzindo os pontos fracos, ou seja, contrariar fragilidades e estrangulamentos ao desenvolvimento.

A aplicação do planeamento estratégico aos territórios, qualquer que seja a escola ou modelo de filiação, tem sempre vantagens associadas, como refere Quinta (2002): oferece uma visão global e intersectorial do território a longo prazo; identifica tendências, com base num diagnóstico prospetivo, antecipando oportunidades e oferecendo uma visão de futuro global; formula objetivos prioritários e concentra recursos limitados em temas críticos; incentiva o diálogo e participação de todos os atores do planeamento estratégico, num debate plural (descentralização do processo de decisão); estimula o consenso em torno das questões-chave; promove a colaboração e a cooperação público-privada; alarga a coordenação entre os diferentes níveis de administração pública; fortalece o tecido social e promove a sua mobilização; e amplia a perspetiva política e social.

Estas vantagens podem ser encontradas nas duas principais correntes de pensamento do planeamento estratégico territorial: o modelo clássico ou ortodoxo desenvolvido pela Harvard Business School e o modelo interacionista da Universidade de Michigan (Padioleau, 1990; Neves, 1996; Guerra, 2000; Perestrelo, 2002). A distinção entre estes

dois modelos de planeamento assenta, fundamentalmente, no grau de detalhe com que se chega às escolhas estratégicas por parte dos atores e a importância atribuída à função de implementação (Neves, 1996). Para além disto, o modelo interacionista apareceu como um movimento crítico ao modelo clássico ou ortodoxo, fazendo apologia a um menor formalismo e a uma maior atividade dos atores privados no processo de planeamento, que eram remetidos para segundo plano, devido a um excesso de tecnocracia, de racionalidade técnica e económica do primeiro modelo. Acrescente-se que o modelo interacionista de planeamento assenta numa metodologia mais processual, participativa e de estabelecimento de parcerias e de contratos, entre entidades públicas e privadas.

O modelo ortodoxo desenvolveu-se a partir da metodologia de planeamento estratégico concebida pela Harvard Business School, com o apoio da empresa norte-americana Arthur Andersen, que tem sido responsável pelo desenvolvimento das mais diversas metodologias de planeamento em vários domínios empresariais e territoriais. A primeira experiência de aplicação da abordagem estratégica territorial ocorreu na cidade norte-americana de São Francisco (1981), que se debatia com uma grave crise económica (visível na perda da população, do produto interno bruto e queda no *ranking* de cidade dos EUA). Este modelo foi posteriormente difundido a outras cidades americanas, devido ao financiamento estatal que, a partir de 1982, incentivou a aplicação das metodologias do planeamento estratégico às coletividades locais, no sentido de praticarem o exercício de reflexão estratégica, já desenvolvido ao nível empresarial¹⁶⁷ (Guerra, 2000).

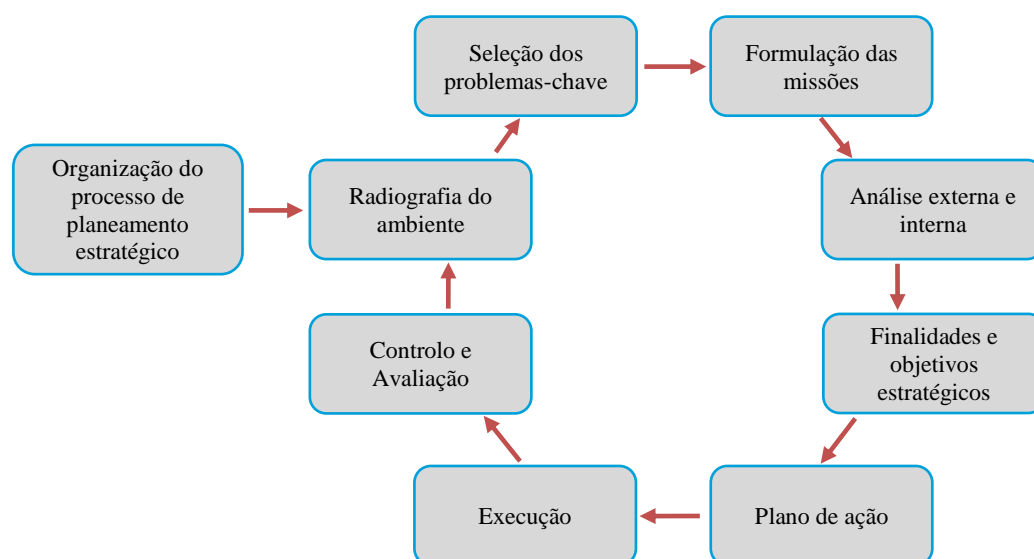
Como filosofia de intervenção, o modelo ortodoxo territorial é constituído por uma série de etapas sequenciais, tal como se constata na Figura 14. Este ciclo estratégico inspirado no quadro teórico e metodológico do modelo de Harvard e na análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*), parte de um diagnóstico aprofundado da envolvente interna e externa do sistema local, onde se identificam as suas fragilidades e potencialidades, assim como as questões-chave para a mudança e termina com o controlo e avaliação da execução do plano. Uma das principais características deste modelo é a necessidade de controlar e avaliar os resultados, assumindo uma atitude pró-

¹⁶⁷ Em Portugal as primeiras intervenções de planeamento estratégico foram implementadas na cidade de Lisboa e em Évora, nos anos 90.

ativa ao nível da interatividade entre o processo e conteúdo face ao modelo de planeamento tradicional.

A este processo de planificação estratégica está implícita a necessidade de encontrar consensos entre um número alargado de atores envolvidos na identificação dos problemas e dos recursos, bem como das questões-chave, cabendo à equipa de planeamento estratégico definir o papel e os recursos que serão necessários ao setor público para estimular as potencialidades e contrariar as ameaças. O plano estratégico acaba, assim, por concretizar as opções estratégicas e por identificar os recursos necessários à concretização dos objetivos coletivamente definidos (Padioleau, 1990; Guerra, 2000).

Figura 14 - Etapas do planeamento estratégico no modelo clássico ou ortodoxo



Fonte: adaptado de Padioleau, 1990

No entanto, este modelo de planeamento é alvo de críticas que correspondem de certa maneira à sua excessiva ligação com a sua matriz fundadora (consultadoria à gestão de empresas), nomeadamente: a estreita ligação entre o plano de ação, onde estão programados os recursos humanos e financeiros, à implementação das opções estratégicas do plano a longo prazo com o ciclo orçamental da instituição, na medida em que possui alguns riscos face a eventuais atrasos temporais na concretização das opções por razões orçamentais de curto prazo; falta de mecanismos na produção de consensos aquando a elaboração do plano estratégico, porque não tem em consideração eventuais conflitos, subsequentes não só dos diferentes interesses dos atores envolvidos como da

burocracia existente no setor público (constrangimentos internos). Neste sentido, compromete-se a prossecução das estratégias definidas, não se potenciam as oportunidades e não se ultrapassam os obstáculos/ameaças (Neves, 1996).

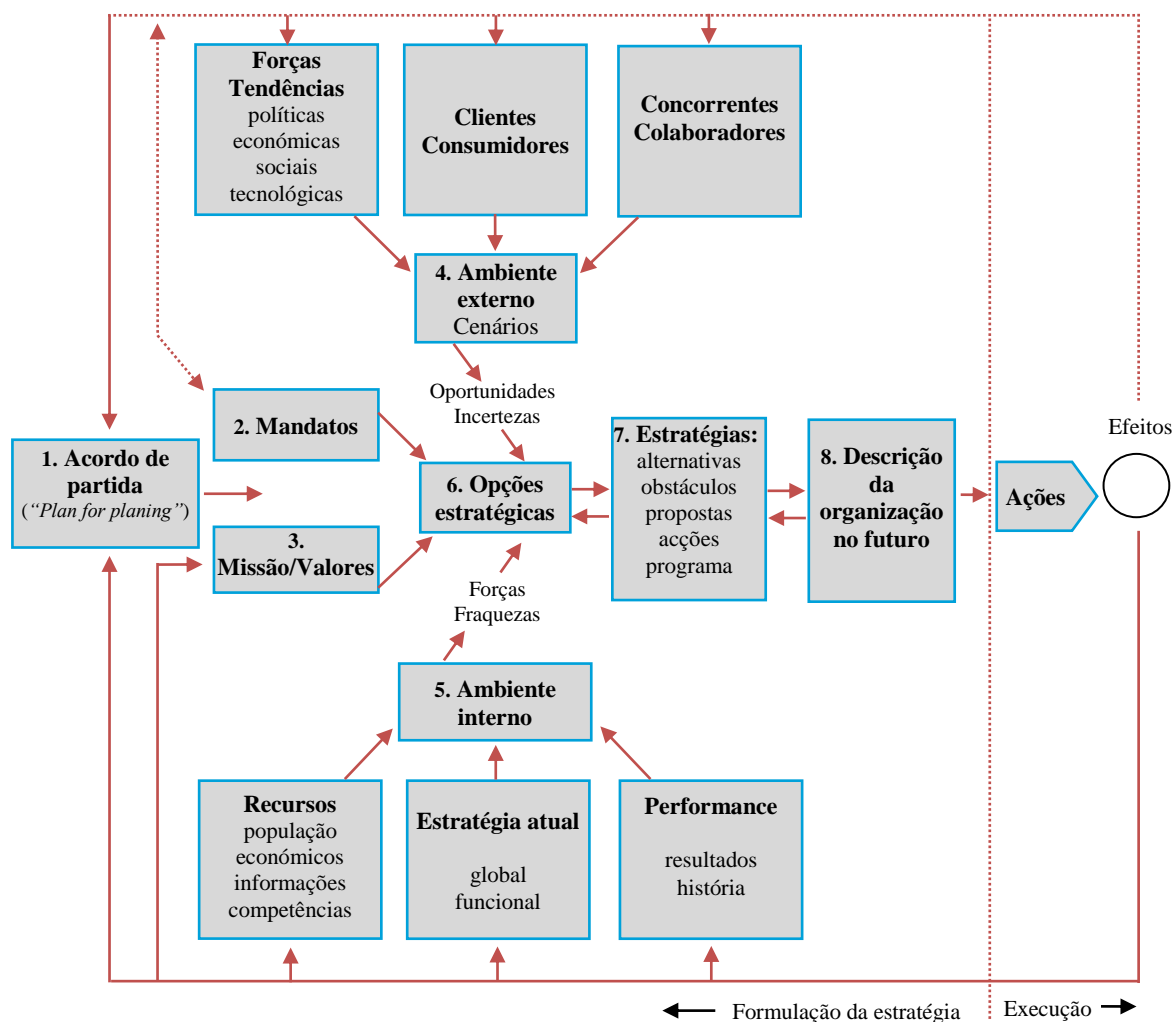
Na tentativa de ultrapassar e/ou corrigir algumas das limitações do modelo ortodoxo surge o modelo interacionista que é, de acordo com Padioleau (1990:168), “tributário da influência das correntes da disciplina das políticas públicas” [tradução nossa], que distingue entre a política poder (que anula os interesses e vontades individuais em detrimento do coletivo) e a política programa de ação (que desenvolve a relação entre recursos e objetivos). Isto significa que passa por incorporar elementos internos às atribuições e competências das instituições públicas, ao seu próprio estatuto jurídico-legal, à envolvente política (ciclos eleitorais, natureza do mandato) e aos constrangimentos de dotação e execução orçamental (Figura 15).

No entanto, e de acordo com Guerra (2000), o modelo interacionista de planeamento estratégico do território, ao adotar os principais pressupostos metodológicos do modelo ortodoxo, reconhece as especificidades do papel das administrações e coletividades públicas e privilegia a atuação dos atores no processo de planeamento, quer ao nível das suas representações sobre o futuro coletivo, quer ao nível dos recursos que dispõem para concretizar o processo de planeamento. Aliás, concebe a ação pública com base na ação estratégica dos atores, e reconhece como fundamental a análise das relações sociais, uma vez que no planeamento estratégico procuram-se consensos e/ou visões de conjunto sobre as questões-chave de desenvolvimento (gestão estratégica dos atores) que não estão estabelecidos *à priori*, o que pressupõe a existência de uma cultura de negociação.

É importante notar que um dos objetivos da planificação interacionista é ativar as solidariedades de interesses e de sentimentos entre os parceiros da ação pública através do desenvolvimento de modalidades específicas, tal como a “pedagogia da planificação estratégica” (Guerra, 2000:47), que possibilita a identificação de problemas e de soluções (realização do diagnóstico e do levantamento de constrangimentos e potencialidades existentes no território), como também proporciona a troca e partilha de conhecimentos e de aprendizagens de posições comuns. Este exercício torna-se operacionalizável a partir da adoção dos contributos da análise sistémica, que permite caracterizar as estratégias de planeamento.

Neste sentido, considera-se o conceito de sistema na perspetiva de uma entidade unitária (região, cidade ou sistemas de transportes, por exemplo) que agrega recursos de diversa ordem, que desenvolve a sua atividade em função dos objetivos previamente definidos e que responde a estímulos provenientes da sociedade ou do território. A transformação destes sistemas, enquanto resposta à alteração da sua envolvente externa e interna, implica atuar sobre as variáveis-chave de desenvolvimento do território, na medida em que, são estas que permitem viabilizar a mudança – opções estratégicas para gerir os problemas (Figura 15).

Figura 15 - Esquema do modelo interacionista de planeamento estratégico



Fonte: adaptado de Padioleau, 1990

A escolha das variáveis-chave é um dos principais procedimentos do processo de construção da estratégia de planeamento interaccionista, mas a construção da estratégia de planeamento deve integrar um conjunto de outras etapas em que se incluem: a

recolha seletiva dos dados; a participação dos principais atores internos (e se possível também externos) ao sistema no processo de desenvolvimento; a concertação de expectativas e interesses particulares dos atores envolvidos; a formulação de opções alternativas para a evolução do sistema e respetiva avaliação; a avaliação dos efeitos futuros das decisões e medidas adotadas no presente; as decisões devem ser rigorosas e centradas nos pontos-chave; e, por último, a boa implementação das ações previstas (Padioleau,1990).

Se na generalidade o processo de planeamento estratégico interaccionista reproduz os traços fundamentais do esquema ortodoxo, existe, porém, um conjunto de passos que traduz a introdução de especificidades acima assinaladas para as instituições públicas: (i) *mandatos* (representação dos cidadãos por determinado período de tempo); (ii) *missões e valores organizacionais* (delimitação das atribuições e competências dos órgãos de gestão territorial e o sistema de interesses em presença, que são fundamentais para a construção de consensos com o envolvimento de atores internos e externos); (iii) *descrição da organização no futuro*, que traduz os resultados da discussão dos problemas estratégicos que envolvem conflitos de interesses, diferenças entre objetivos, e que pressupõe uma evolução para soluções de concertação através de meios de ação alternativos, por exemplo (Neves, 1996).

Para que tal seja possível, exige-se a adoção de uma metodologia estruturada que considere a grande incerteza criada pelo dinamismo da envolvente; a complexidade dos processos territoriais; a variedade de atores, de contextos e grupos de interesse muito complexos, que intervêm nos processos de desenvolvimento. É neste sentido que tendem a aumentar as aplicações das metodologias de prospetiva a nível regional, procurando, através de métodos como, por exemplo: painéis de peritos, *brainstorming*, método Delphi, mas também a análise estrutural e a análise da estratégia de atores¹⁶⁸, responder às necessidades de antecipar e de acompanhar as mudanças, gerindo as incertezas no desenvolvimento. Constata-se, no entanto, que apesar das diferenças entre os diferentes métodos é comum ao planeamento estratégico territorial a combinação de métodos e técnicas adaptáveis aos objetivos de cada realidade territorial, uma vez que esta combinação permite obter uma melhor análise e resultados mais consistentes (Nogueira, Wolf e Borges, 2014).

¹⁶⁸ Mais adiante na parte II, capítulo 2, deste trabalho apresentam-se as principais características das metodologias prospetivas.

Para além disto, a análise prospetiva territorial permite, assim, num conjunto estruturado de atividades que combinam processos de participação das partes interessadas do sistema a definição de planos de ação concretos suportados em visões partilhadas de cenários possíveis futuros para o território, antecipar e projetar de forma estruturada os desenvolvimentos e necessidades de diversa ordem a médio e longo prazo. Neste sentido, consideram-se as metodologias prospetivas como uma mais-valia na construção de modelos de planeamento estratégico territorial, em particular no modelo interaccionista, tal como se apresenta ao longo deste trabalho.

A secção que a seguir se apresenta procura, precisamente, refletir sobre as novas formas de gestão e ação coletiva, bem como da introdução de metodologias de participação nos processos de planeamento estratégico dos territórios.

3.3.1. O território como espaço de ação coletiva: o papel dos atores nos processos de planeamento estratégico territorial

As transformações económicas e sociais aceleradas, que surtem fortes incidências nos territórios têm levado à emergência de novas realidades na gestão dos territórios e nas dimensões socioeconómicas, designadamente no alargamento do campo dos atores, das relações e problemáticas, na alteração do papel dos atores a nível institucional formal e no surgimento de novas formas de envolvimento informal nos processos de planeamento. Estes processos estão ligados à complexidade crescente da sociedade e à necessidade de fazer frente às incertezas que advêm da mundialização das economias e da crescente competitividade territorial, mas também, e muito particularmente, à ineficácia e descrença nos instrumentos de planeamento e da ação pública na forma de organização do território que obrigaram a um alargamento dos intervenientes (do setor público e do setor privado) a envolver na procura de soluções para o futuro dos territórios onde desenvolvem as suas atividades e onde as atuações projetam impactos e restrições de relevo.

De acordo com Guerra (2000) a incapacidade da ação pública ao nível dos territórios, central ou local, encontra-se relacionada com um decréscimo de intervenção do Estado e de uma descentralização da crise económica para os níveis “locais”, ou pela desatualização dos modos de fazer e intervir sobre o espaço ao nível do que tradicionalmente foi o seu papel nos mecanismos de regulação e participação. Neste

sentido, emergem novas formas de gestão e de ação coletiva que se afirmam, cada vez mais, como novos processos de governança ou métodos nos processos de planeamento.

Assiste-se, então, a uma mudança nas formas de governança territorial no que diz respeito a novas formas de produção da ação coletiva, significando um alargamento da base democrática e participativa da sociedade civil e da iniciativa privada na ação pública. Por outro lado, a perda de capacidade reguladora do Estado exigiu um reforço dos mecanismos de exercício da democracia e da cidadania, o que pressupõe que todos os cidadãos tenham consciência explícita que participam na racionalização da ação pública, ou seja, a mobilização e participação dos atores em todo o processo é uma condição para que se possa designar de desenvolvimento. Pretende-se, assim, uma participação mais ativa da ação pública “nas problemáticas e nas práticas ditas estratégicas, no sentido de dar novos rostos às atividades de planeamento” (Padioleau, 1989:155) [tradução nossa]. Como afirma Boaventura Sousa Santos (1994), procuramos “outras formas mais complexas de democracia”¹⁶⁹ e de exercício da cidadania capazes de lidar com a complexidade da sociedade atual, com a diversidade das formas de viver e lidar com o social, não apenas pelo simples ato de votar, mas através de uma maior “articulação entre democracia representativa e democracia participativa” (Santos, 1994:233).

Não surpreende, por isso, que na generalidade das experiências de planeamento nos mais diversos domínios, a existência de diferentes níveis de envolvimento, desde o simples acompanhamento ao financiamento dos processos, passando por formas de participação ativa, isto é, uma multiplicidade de atores (individuais e coletivos), das organizações e das instituições, envolvidos em novos processos de exercício democrático em busca de soluções para o futuro dos territórios onde desenvolvem as suas atividades (Neves, 1996).

No âmbito do planeamento estratégico, o processo participativo e o envolvimento das entidades públicas e privadas, da sociedade civil, aparecem como fator determinante para a definição e concretização das opções estratégicas a partir do interesse coletivo, com o auxílio das metodologias de participação. Na verdade, o crescente interesse pelas

¹⁶⁹ O conceito de democracia significa o regime que reconhece os indivíduos e as coletividades como sujeitos ativos e apela a uma capacidade de envolvimento e decisão nos contextos da quotidianidade (Guerra, 2002). Pode-se considerar igualmente a definição de Touraine (1996), em que a democracia significa a luta dos sujeitos, na especificidade da sua cultura e da sua liberdade, contra a lógica dominadora dos sistemas.

metodologias de participação nas discussões de planeamento, inicialmente associado as novas conceções de desenvolvimento, as quais assentam num desenvolvimento vindo “de baixo para cima” e no alargamento das bases da democracia, são atualmente dois pilares no âmbito das metodologias participativas do planeamento estratégico territorial. Neste sentido, a aplicação das metodologias de planeamento estratégico às políticas de desenvolvimento territorial, ainda que incipiente no nosso país, surgem como uma solução pragmática e funcional para responder aos contínuos desafios com que as coletividades territoriais se deparam.

A metodologia prospetiva de análise estratégia de atores, tal como se apresenta ao longo deste trabalho, constitui uma das etapas fundamentais do planeamento estratégico, não apenas como instrumento de apoio à decisão, mas acima de tudo como meio de envolvimento e participação alargada dos vários atores passíveis de contribuir para o desenvolvimento local e regional. A análise estratégica decorre assim de uma complexa rede de relações de força e de conflitos de interesses, por vezes, contraditórios que se desenvolvem entre atores individuais, entidades ou atividades diferentes. Ora isto significa que o ponto de partida para a análise das dinâmicas de associação entre atores é o reconhecimento da sua diversidade e heterogeneidade, da heterogeneidade dos seus projetos e da existência de múltiplos interesses que conduzem os comportamentos dos atores.

No entanto, há que interrogar o que se entende por ator? Esta é uma questão que apresenta alguma dificuldade e ambiguidade na sua definição. De acordo com Bion (2001:6), o ator “pode ser uma pessoa, um grupo de indivíduos, uma organização ou uma instituição com um ou mais porta-vozes” [tradução nossa], sendo o elemento base da construção de um território. Para Crozier e Friedberg (1977:19) esse ator é um “ator estratégico”. Hatem, Cazes e Roubelat (1993), por sua vez, utilizam a homogeneidade como principal critério para qualificar o ator, pois definem o ator como “um grupo de indivíduos organizados, seja um grupo de organizações, com um certo número de projetos comuns e dispondo de capacidades de reacção comuns. Os seus objectivos estão ligados a projectos cuja articulação visam concretizar” (Hatem, Cazes e Roubelat, 1993:272) [tradução nossa]. Esta conceção de ator é mais completa, por um lado, defende que o ator deve possuir meios e objetivos homogéneos, pelo que a “opinião pública” não pode ser considerada um ator por ausência destas especificidades, nem o próprio Estado não é, por si só, um ator, porque é composto por um conjunto de

organismos com diferentes níveis de poder e decisão, consoante as competências de cada um deles; por outro lado, permite constatar que o ator não atua por si só, é um sujeito que está associado a um coletivo de atores na tomada de decisão.

É a partir desta perspetiva que Quade (citado em Bana e Costa, 1993) coloca em causa “o mito do decisor isolado”. Para o autor, quer seja no setor público como no setor privado, as decisões não são apenas da responsabilidade de um só indivíduo, bem pelo contrário, quanto mais complexa é a situação maior é o número de entidades envolvidas, direta ou indiretamente, no processo de tomada de decisão. Neste processo participam os atores interessados ou “*stakeholders*”¹⁷⁰, que atuam quase sempre em diferentes escalas territoriais (local, sub-regional, regional, nacional e supranacional).

A influência na tomada de decisões faz-se assim por via dos sistemas de valores que representam e defendem, mas também pelas relações que se estabelecem entre os atores. Na perspetiva de Bana e Costa (1993:10), “os valores de um ator condicionam a formação dos seus objectivos, interesses e aspirações”, que são na maioria das vezes imprecisos, instáveis e expostos a conflitos internos ao longo do processo de decisão. Na verdade, o campo de relação entre o ator e o sistema é permanente e coloca em interação dois atores desiguais, razão pela qual as redes de relações entre os atores podem revestir-se de duas maneiras diferentes. Por um lado, sobre a forma de alianças no caso dos objetivos, interesses e aspirações de alguns atores serem idênticos ou complementares. Por outro lado, as relações entre os atores emergem sob a forma de conflitos de interesses quando o sistema de valores e a estratégia de um dos atores vai contra os valores defendidos pelos outros atores e pelas suas estratégias.

No contexto do desenvolvimento territorial e do planeamento os atores são designados como “institucionais”, constituídos por parcerias que representam os interesses coletivos e não os interesses individuais dos atores (Guerra, 2006), embora representem formalmente as suas bases, são, neste contexto, convidados a integrar uma nova organização ou movimento estruturado em prol de uma intervenção concreta. A parceria implica assim uma diversidade de atores institucionais, de representações, de interesses

¹⁷⁰ O termo anglo-saxónico *stakeholders* é utilizado, frequentemente, para designar as relações e os interesses que se estabelecem entre os diferentes grupos de interesse. O *stakeholder* pode ser constituído por uma pessoa individual, um grupo ou organização (entidade, empresa ou associação) que partilham interesses comuns sobre determinada temática ou problemática e procuram atingir determinados objetivos, o que deixa antever que qualquer medida de ação tomada por um se reflete na atuação dos restantes (Freeman, 2010).

múltiplos e de jogos frequentemente antagónicos ou até conflituosos (económicos, sociais, culturais, ambientais), com diferentes funções no processo de decisão.

De acordo com Bana e Costa (1993), os atores desempenham funções diferenciadas no processo de planeamento que distinguem-se segundo o tipo e grau de intervenção de cada um dos atores no processo de decisão ou melhor pelo seu poder de influenciar a tomada de decisões e pela maior ou menor capacidade de negociação (diferentes escalas territoriais; estatutos diferentes – públicos, privados, etc.), no sentido de concretização dos seus objetivos estratégicos. Estas dinâmicas são atravessadas por relações de poder e pelo jogo de interesses inerentes à defesa de uma diversidade de posições e influências dos atores, mas nem sempre os atores estão representados e quando estão nem todos possuem o mesmo poder, legitimidade ou protagonismo no processo de planeamento estratégico; e, por outro lado, as estratégias definem-se consoante as possíveis alianças e vantagens daí retiradas, facto que realça a importância da constituição de grupos estratégicos, os quais se vão formando ao longo do processo, apesar de algumas vezes defenderem objetivos estratégicos contraditórios, mas que se vão adaptando à mudança (Perestrelo, 2005).

De qualquer modo, será interessante notar que é neste jogo de atores que cada ator possui uma certa margem de liberdade e de negociação, isto é, dispõe de algum poder e *empowerment* sobre os outros atores e por isso a ação coletiva acaba por permitir um alargamento dos processos de aprendizagem, de comunicação e de sociabilidade (Crozier, 1997; Guerra, 2000). Para isso, os sujeitos são convidados a participar no processo de construção da identidade coletiva que se faz através da formatação da sua identidade e na construção da sua capacidade de intervenção, mas, por outro lado, a sua identidade é-lhes negada e a sua capacidade de intervenção é restrita pelos instrumentos de controle e de regulação que definem as condições, formas de manifestação e objetivos de ação coletiva admitidos. Neste sentido, a reapropriação da capacidade para a intervenção (dos significados e das motivações para a ação), pode desencadear a emergência de novos conflitos (Guerra, 2006).

Aliás, de acordo com Perestrelo (2005), no contexto do planeamento estratégico é imprescindível a identificação e a exploração das mais-valias que possam resultar da convergência de atores, a construção de consensos em torno dos problemas e recursos identificados, bem como a seleção das questões-chave face à mudança, daí que nas múltiplas interações, os atores públicos, privados e outros, procedam à construção de

acordos de cooperação e/ou compromisso entre todas as partes, no sentido de regulação de conflitos e na procura de consensos em torno de um determinado fim a alcançar, ou ainda, por princípios que estabelecem uma ordem hierárquica entre pessoas ou os interesses.

Visto por este prisma, o estabelecimento de consensos alargados torna-se uma condição em qualquer processo de planeamento estratégico, uma vez que não existem “sistemas que funcionem democraticamente sem um certo consenso” (Guerra, 2006:33). A este propósito, considera-se a participação, a cooperação, a concertação e a negociação como as principais formas para a formação de consensos, isto é, construção da ação coletiva das sociedades atuais através da descentralização de competências e de uma nova cultura de governação territorial, onde o exercício de novas formas de democracia e cidadania através de contratos entre as entidades públicas/privadas assume um lugar de destaque.

O processo de negociação, segundo Touraine (1973), pode ser encarado como um instrumento institucional que, na empresa ou organização, permite aos atores que estão em conflito face a orientações e decisões estratégicas agir de uma forma concertada e consensual sobre as suas ações e os seus interesses. Crozier e Friedberg (1977) defendem que a cooperação e a negociação são modos privilegiados de organização, suscetíveis de tornar possível a cooperação entre atores prosseguindo objetivos divergentes, isto é, contraditórios. De um modo geral, qualquer processo de negociação é realizado numa base desigual, há atores que dominam outros atores, seja do ponto de vista económico, cultural, simbólico, formal ou informal. Ou, dito de outro modo, o processo de negociação é mediatizado por relações de poder e como tal há regras e papéis diferenciados, segundo os vários atores, protagonistas e implicados nesse processo.

No entanto, apesar da crescente utilização das metodologias prospetivas e de análise estratégica, há ainda muitas lacunas nas formas de participação e mobilização dos atores públicos e privados no processo de planeamento, não apenas pela tradição de governação, de participação cívica, como também pela morosidade dos processos e pelas técnicas empregues para um envolvimento eficaz e produtivo (Perestrelo 2005).

A participação pelos seus efeitos mobilizadores mas também integradores, e portanto reguladores, constitui uma das principais características de qualquer processo de

planeamento pós-moderno (Watson e Gibson, 1995), apesar das dificuldades de participação das entidades públicas e privadas no processo de planeamento, o que se agrava quando não existe uma grande tradição de participação privada na elaboração e acompanhamento deste tipo de instrumentos.

De uma forma simplista, podemos afirmar que o processo de planeamento pós-moderno, tal como qualquer outra metodologia, exige novas formas de ação coletiva ou melhor a mobilização e participação de todos os atores nos processos de decisão e de ação com a criação de redes de relações de base local, que permitam incrementar as capacidades dos participantes de modo a que possam ter influência direta na tomada de decisões no contexto da quotidianidade, por um lado e, por outro lado, pela simples razão de que a resolução dos problemas requer o acionamento de recursos materiais e imateriais, e estes estão geralmente na posse de um alargado número de atores, como refere Guerra (2002). Para alcançar esse objetivo é fundamental desenvolver formas horizontais de colaboração em que os participantes com interesses e valores diferentes (públicos e privados), por vezes em conflito, consigam construir formas de consenso de forma a ultrapassar oposições, indiferenças mútuas ou graus exageradamente opostos de poder e de capacidade de intervenção (Healey, 1992). É importante salientar que a presença de atores movidos por interesses contraditórios pode constituir um obstáculo à clarificação das estratégias a implementar.

Esta visão é partilhada por Kicthen (1996), ao garantir que o desafio do planeamento contemporâneo se coloca entre as formas de gestão tecnicista e as de gestão pluralista e democráticas, uma vez que tornou-se num processo de decisão mais estruturado e robusto, traduzindo-se num maior respeito e alargamento das oportunidades de envolvimento individual dos cidadãos nos processos de escolha (Nogueira, Wolf e Borges, 2014). Daqui sobressai a ideia de que “não haverá desenvolvimento sem que os actores locais e regionais manifestem vontade em assumir a liderança desse processo” (Fermisson, 2001:62).

É importante notar que apesar da crescente tendência para uma maior cidadania e de uma participação mais ativa da comunidade local nos processos de desenvolvimento do território, motivada por uma maior cooperação entre atores (instituições públicas e privadas, grupos empresariais, sindicatos, comunicação social, etc.), persistem algumas dificuldades em envolver a comunidade no processo de planeamento, uma vez que as relações entre os parceiros não são igualitárias, variando, por essa razão, muito o grau

de envolvimento (Duffy e Hutchinson, 1997), tal como sucede no caso do planeamento em turismo.

Neste caso, Henriques (2003) defende o abandono dos tradicionais modelos de planeamento “*top down*”, onde os planeadores definem uma agenda de necessidades e a adoção de uma nova abordagem orientada para o envolvimento de todos os interessados, capaz de agregar as necessidades e desejos da população local no processo decisional e de planeamento segundo modelos *bottom-up*. Ou seja, o planeamento turístico, ao reconhecer as linhas orientadoras para a satisfação das necessidades dos turistas deverá igualmente considerar as necessidades e os benefícios económicos, sociais e culturais para a comunidade local.

3.4. Planeamento estratégico para o desenvolvimento do turismo em territórios rurais: contributos do(s) novo(s) modelo(s) de planeamento turístico

O turismo é considerado hoje como uma das mais importantes atividades da economia global e setor produtivo de riqueza, sendo designado por muitas entidades como fator determinante para o desenvolvimento de muitos países, regiões ou localidades, pelo que se assiste a uma crescente diversificação de novos destinos, quer ao nível dos países, quer ao nível de alternativas regionais.

De uma forma geral, o turismo tornou-se num dos principais vetores de desenvolvimento regional pelo que surge, frequentemente, integrado em programas de desenvolvimento territorial, nomeadamente nos territórios rurais de baixa densidade¹⁷¹. Nestes territórios de baixa densidade demográfica mas dotados de alguns recursos patrimoniais, naturais e culturais, construídos e imateriais, o turismo tem sido apontado como o agente qualificador e requalificador ao nível da regeneração e diversificação das economias regionais e locais, através da criação de emprego e de redistribuição da riqueza (Araujo e Bramwell, 2004), mas também ao nível da revitalização social e cultural.

Torna-se deste modo evidente que o turismo é um “fenómeno” transformador de múltiplas faces que provoca múltiplas mudanças espaciais, sociais, políticas, económicas, ambientais, culturais, tecnológicas, entre outras, resultante das várias inter-

¹⁷¹ Veja-se a este propósito no capítulo 1, na secção 1.6.2., os vários programas de desenvolvimento regional que reconhecem o potencial do turismo enquanto estratégia de desenvolvimento.

relações e interações das componentes que constituem o sistema turístico¹⁷², pelo que podem ser positivas ou negativas para a localidade destino do fluxo turístico. Nesta perspetiva, o turismo “não pode deixar de evoluir sem planeamento” (Marujo e Carvalho, 2010:148), nem ser planeado de uma forma isolada, uma vez que é um instrumento de desenvolvimento em qualquer sociedade e a ausência de acompanhamento não só da sua evolução como também dos efeitos que provoca pode acarretar danos irreversíveis ao território e ao tecido económico e social de uma região ou local.

Na realidade, o desenvolvimento da atividade turística tem provocado ao longo de décadas consequências negativas, tais como a degradação da paisagem e o esgotamento dos recursos pelo aumento do número de visitantes e de turistas, a arquitetura de novas infraestruturas em desacordo com as características da região, a acentuada sazonalidade e exclusividade de alguns produtos turísticos em determinadas épocas constituem também, a curto e a médio prazo, um problema sério para alguns destinos turísticos, e muito particularmente quando se trata de territórios de baixa densidade, comprometendo a rentabilização de investimentos e o desenvolvimento de atividades, direta ou indiretamente, relacionadas com o turismo (Araujo e Bramwell, 2004; Brito e Silva, 2005).

A crescente competitividade deste setor de atividade, assim como, a crescente consciencialização dos diversos atores intervenientes para desenvolver processos de desenvolvimento sustentável faz do planeamento um instrumento essencial e indispensável para um turismo mais sustentável e mais integrado, isto é, um turismo equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, sociais e culturais das regiões destino e, deste modo, evitar os tais efeitos negativos e a destruição dos recursos turísticos que são a atratividade de qualquer destino (Ruschmann, 2007). Não surpreende, por isso, que países com diferentes níveis de desenvolvimento turístico e com conceções também muito diferentes na área do planeamento elaborem, cada vez mais, planos à escala nacional, regional ou local¹⁷³, dedicados em exclusivo ao turismo

¹⁷² A propósito das várias propostas de interpretação do turismo enquanto sistema veja-se na parte I, no capítulo 2, a secção 2.2..

¹⁷³ De acordo com Araujo e Bramwell (2004) o planeamento do turismo em escala regional está estrategicamente melhor posicionado, na medida em que, tem a capacidade de resolver os problemas regionais e compatibilizar os interesses e as políticas de desenvolvimento locais e nacionais numa perspetiva de desenvolvimento regional. A corroborar esta perspetiva surge Gunn (1994) ao defender que o planeamento nacional tem sérias dificuldades em incorporar as peculiaridades locais. Considera, por

sem deixarem, contudo, de enquadrar as atividades e setores com os quais mantém fortes inter-relações. Embora também se reconheça que esta transversalidade acaba por expor fortemente o setor, a um conjunto de vulnerabilidades, resultante das permanentes mudanças registadas nos setores de atividade adjacentes, o que requer uma convergência de esforços dos diversos atores envolvidos na atividade turística nos processos de tomada de decisão para o desenvolvimento do produto turístico de uma região ou local, por exemplo.

Neste âmbito, tem-se assistido nas duas últimas décadas a uma consciencialização dos governos em planear o seu desenvolvimento, segundo estratégias e objetivos previamente definidos e que deriva da convicção de que assim poderão alcançar um melhor equilíbrio do seu crescimento e evitar ou minimizar alguns dos seus impactes negativos. Sublinhe-se no caso de Portugal, por exemplo, o 1º Plano Nacional de Turismo (1986-1990)¹⁷⁴ ao qual se seguiram outros, nomeadamente o Plano Estratégico Nacional de Turismo (2007-2015). É relativamente consensual reconhecer que apesar da atividade turística ter evoluído mais em termos de espontaneidade e segundo interesses individuais, é com a definição de estratégias em função de objetivos específicos e conducentes à obtenção de um crescimento equilibrado pelo governo Português (Turismo de Portugal), bem como de um conjunto de investimentos privados que o setor atingiu ganhos significativos ao nível das exportações¹⁷⁵, sustentabilidade, inovação e criação de emprego (TP, 2015a).

Atualmente, o setor do turismo em Portugal não dispõe de qualquer Plano Estratégico Nacional, isto é, um documento que estabeleça à semelhança do passado recente uma série de medidas e planos de ação sobre o desenvolvimento de um conjunto de produtos estratégicos, num determinado horizonte temporal¹⁷⁶. Esta é uma opção estratégica do

isso, que o planeamento regional pode minimizar as tensões entre o local e nacional ou minimizar as tensões e interesses políticos entre vários municípios, por exemplo.

¹⁷⁴ Entre os princípios orientadores destaca-se: a busca de qualidade, a diversificação e ordenamento da oferta e a participação ativa das comunidades locais, quer na defesa dos seus interesses, quer na capacidade de iniciativa e de realização. Em termos de objetivos sublinha-se o de contribuir para atenuar os desequilíbrios e assimetrias regionais, a preservação e valorização do património natural e cultural do país e o incremento de um turismo interno enquanto fator de melhoria da qualidade de vida das populações (Pina, 1988).

¹⁷⁵ No ano de 2014, as receitas turísticas representaram 14,8% do total de exportações de bens e serviços e 45,6% das exportações de serviços de Portugal (TP, 2015a).

¹⁷⁶ No atual período de programação comunitária 2014-2020, o Turismo de Portugal, produziu o documento estratégico “*Turismo 2020: Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal 2014-2020*”, o qual identifica as prioridades de investimento para o turismo do país e das regiões no âmbito do aproveitamento dos fundos comunitários. Este Plano procura assegurar um alinhamento entre

Turismo de Portugal em consonância com a informação obtida da auscultação dos *stakeholders* envolvidos direta e indiretamente na atividade turística aquando a preparação do documento estratégico “Turismo 2020 - cinco princípios para uma ambição”, naquele que é a revogação do PENT. Este documento preconiza cinco princípios de atuação que devem nortear a atuação das diversas entidades públicas e privadas no setor do turismo¹⁷⁷, defende que a preservação do território e dos seus ativos turísticos deverá ser uma das prioridades do Estado. Para além disto, o Estado deverá desempenhar o papel de mais um parceiro na rede de trabalho (relação colaborativa entre os vários atores, nomeadamente entre as entidades públicas e privadas) ao invés da tradicional relação administrativa e de único executante das políticas públicas. No fundo, há necessidade de uma transição de processos demasiados institucionalizados ou burocrático-administrativos (abordagens formais e hierárquicas) para novos processos de estilo horizontal mais flexíveis, assentes numa lógica de descentralização e de democratização do processo de tomada de decisão e da consequente ação – planeamento participado (TP, 2015a).

Neste sentido, entende-se que de modo a acompanhar as novas tendências globais que afetam o turismo (demográficas e socioculturais, económicas, ambientais, tecnológicas e transportes), o tipo de planeamento a adotar deverá ser estratégico, numa ótica de contribuir para o desenvolvimento equilibrado e sustentável dos destinos turísticos (urbano ou rural), servindo como ferramenta para potenciar intersecções entre a procura e a oferta de um mercado cada vez mais competitivo, onde a procura se torna cada vez mais exigente em termos de qualidade e a oferta sofre sucessivos aumentos, através da criação de novos produtos turísticos diferenciados, organizados e sustentáveis que potenciem o desenvolvimento regional a longo prazo; o desenvolvimento de um processo holístico, integrado e participativo através do envolvimento de todos os atores interessados em múltiplas relações verticais e horizontais; pluralista, no sentido de considerar as características intrínsecas e extrínsecas de cada território (Gunn, 1994; Kotler, Haider e Rein, 1994). À semelhança do que defende o modelo proposto por Mill e Morrison (1985), o planeamento estratégico de um destino deverá ser feito segundo as

estratégia e financiamento, invertendo a tradicional tendência de dispersão de fundos por projetos e iniciativas, através de uma maior articulação entre as políticas sectoriais e as estratégias regionais no âmbito dos Programas Operacionais do Acordo de Parceria 2014-2020 (TP, 2014).

¹⁷⁷ Os cinco princípios de atuação que devem orientar os diversos agentes turísticos, mas também as políticas públicas no turismo são: a Pessoa, a Liberdade, a Abertura, o Conhecimento e a Colaboração, no período de 2016-2020 (TP, 2015a).

variáveis internas e externas do sistema turístico (Cf. Figura 13, na secção 2.2., do capítulo 2).

No que diz respeito aos territórios rurais, e de acordo com Inskeep (1991), a utilização do planeamento estratégico no turismo dependerá da realidade de cada território, uma vez que nem todo o território é igual, nem em todos os lugares o turismo assume as mesmas características. Ou, dito de outro modo, não depende apenas da localização geográfica, dos seus recursos e das políticas de turismo adotadas, mas também dependerá da pro-atividade dos diversos atores envolvidos na atividade turística no território. Ora de acordo com Murphy (1985) e Haywood (1988) o turismo envolve uma forte e complexa rede de relações entre residentes e visitantes, sendo, por isso, passível de inúmeras abordagens. Por isso, no domínio do planeamento estratégico em territórios rurais a opção metodológica afigura-se como fundamental, sendo crucial a adoção de uma metodologia participada com o envolvimento de todos os atores, caso contrário, a falta de participação no processo ou ausência de uma visão integrada ao nível do planeamento regional poderá constituir uma barreira à sustentabilidade do destino. Embora se reconheça que o planeamento não é solução única para todos os problemas que o turismo provoca e nem sempre origina os resultados desejados, no entanto, pode minimizar os efeitos negativos numa ótica de sustentabilidade, como maximizar retornos económicos nos destinos turísticos e, deste modo, estimular respostas ou resultados mais objetivos pretendidos pela comunidade no longo prazo (Hall e Page, 2006).

Neste âmbito, tem-se assistido nas últimas duas décadas a profundas mudanças tanto no quadro conceptual como na intervenção prática do planeamento, tendo em conta as novas dinâmicas que caracterizam a evolução e o desenvolvimento do setor do turismo, com a emergência de novos modelos de gestão e planeamento estratégico das áreas-destino. De facto, a incapacidade dos anteriores modelos de planeamento turístico em incorporar as novas tendências do setor (novas motivações na procura, emergência de novos produtos, por exemplo), estimulou o aparecimento de abordagens alternativas e adequadas à realidade atual com que os destinos se confrontam (Brandão e Costa, 2008). Aliás, uma das estratégias passíveis de acompanhar as novas tendências e manter a competitividade dos destinos, assenta na adoção e implementação de novas dinâmicas ao nível da gestão e planeamento, um processo que deverá ser contínuo para se alcançar uma maior diferenciação e vitalidade do destino turístico.

Neste contexto impõe-se uma referência ao modelo proposto por Ritchie e Crouch (2006), um modelo relativamente abstrato, fundamentalmente, orientado para o estudo da competitividade aplicada aos destinos turísticos. Para os autores, a competitividade de um destino turístico resulta da combinação de um conjunto de fatores e determinantes que concorrem para a competitividade e são as relações entre os elementos que determinam em termos gerais a competitividade e sustentabilidade de um destino turístico, particularmente os de base local e regional.

O modelo apoia-se em nove fatores principais que sugerem uma abordagem integrada para a competitividade e para sustentabilidade de um destino turístico, pelo que se encontra indiscutivelmente associado às teorias da competitividade de Michael Porter (1993), e de certo modo, por via indireta à teoria clássica de David Ricardo, fundador da teoria das vantagens comparativas (cf. secção 1.2.1), que serviu de referência na obra de Porter (1993). Isto porque os autores introduzem cinco forças competitivas do modelo desenvolvido por Porter¹⁷⁸, modelo que acabou por se tornar uma referência para o planeamento estratégico, aplicado também ao turismo, para analisar a competitividade de um destino turístico, numa perspetiva de desenvolvimento regional e local.

Assim, de acordo com o modelo proposto por Ritchie e Crouch (2006), a competitividade e sustentabilidade do destino turístico nos mais diferentes níveis (país, região, cidade ou local) encontra-se condicionada pelas vantagens comparativas (recursos existentes que individualiza um destino) e pelas vantagens competitivas que decorrem dos processos que permitem o desenvolvimento e maximização dos recursos. Por outro lado, o modelo privilegia as relações que ocorrem no micro ambiente competitivo que diz respeito ao sistema interno do destino e a todas as ações e atividades desenvolvidas pelas organizações do destino e as forças externas do sistema turístico que se assume como um sistema aberto, pelo que há dinâmicas socioculturais, económicas, políticas e naturais do macro ambiente que interferem na atratividade de um destino para os turistas.

Para os autores, a gestão, política, planeamento e desenvolvimento do destino devem articular-se com os recursos e atrações centrais (os fatores *pull* são os elementos principais da imagem do destino e de motivação da visita) e os fatores de suporte e

¹⁷⁸ Michael Porter (1993) na obra “*The competitive advantage of nations*” apresenta cinco forças, a saber: ameaça da entrada de novos concorrentes; o poder de negociação dos clientes; o poder de negociações dos fornecedores; a ameaça de produtos ou de serviços substitutos e, por último, a rivalidade entre os concorrentes.

recursos (são a base sobre a qual se pode estabelecer o sucesso do turismo). À gestão do destino cabe equacionar as atividades necessárias à implementação das orientações formuladas ao nível da política, planeamento e desenvolvimento do destino (aspetos relacionados com a definição do sistema, os valores ou modo de pensar da comunidade local no que diz respeito à forma de alcançar os diversos objetivos através do desenvolvimento turístico, visão, posicionamento de marca no mercado e a perceção do destino e acompanhamento e avaliação das políticas e dos seus resultados), sendo ainda condicionada por um conjunto de determinantes que qualificam e divulgam o destino (localização, segurança e tranquilidade, custo/benefício, capacidade de carga, etc.), que irão afetar a competitividade do destino no que se relaciona com a sua escala, limite ou potencial¹⁷⁹. Parece, assim, evidente que a abundância de recursos e atrações turísticas não é per si garantia de sucesso porque podem existir outras limitações, tais como a inexistência ou escassez de serviços de apoio que a atividade turística e a própria população local necessitam, deficientes níveis de organização, colaboração e cooperação entre os agentes do território, o que dificultará o desenvolvimento da atividade turística, pelo menos no curto prazo (Ritchie e Crouch, 2006).

Por outro lado, importa referir que o modelo deve ser adaptado a cada território, em particular, não pode ser utilizado de forma automática, porque os contextos económicos, sociais e políticos são diferentes e estas diferenças condicionam os resultados, uma vez que o modelo pode ajudar os responsáveis pela gestão dos destinos a diagnosticar os seus problemas de competitividade e a desenvolver soluções sustentáveis. Isto porque Ritchie e Crouch (2006) defendem que a máxima competitividade de um destino encontra-se na capacidade de aumentar as despesas dos turistas, de modo a atrair visitantes com elevado poder de compra, proporcionando-lhe experiências novas e diferentes – diversificação da oferta, isto é, fazer isto de modo lucrativo ao mesmo tempo que se diminui os impactes da sazonalidade e melhora a qualidade de vida das populações recetoras e se garante a sustentabilidade dos destinos para as gerações futuras. Segundo os próprios não há competitividade sem sustentabilidade económica, ecológica, social, cultural e política, pelo que o planeamento é a solução disponível para garantir a sustentabilidade e a longevidade do próprio sistema turístico.

¹⁷⁹ Veja-se a este propósito o modelo conceptual da competitividade de um destino proposto por Ritchie e Crouch (2006). *The competitive destination: a sustainable tourism perspective*. Oxfordshire: Cabi.

Face ao exposto parece ser relativamente consensual que o planeamento em turismo é imprescindível enquanto instrumento de gestão do próprio turismo e meio de promoção do desenvolvimento integrado e sustentável das populações locais. As divergências surgem na falta de consenso do modelo a instituir, um processo que é fortemente marcado por uma bipartição do planeamento turístico. De acordo com a abordagem bipolar desenvolvida por Burns (2004), com base na literatura científica que versa esta temática, existem duas visões distintas: os que defendem o desenvolvimento numa perspetiva holística e os que preconizam uma visão economicista.

Para Burns (2004), ambas as abordagens apresentam falhas e contradições, daí a emergência de críticas. A abordagem economicista do planeamento turístico assenta unicamente no crescimento económico e ignora, por completo, os impactes ambientais e culturais que o turismo provoca, para além da sua incapacidade em promover uma distribuição equitativa dos benefícios pelas populações hospedeiras. A abordagem holística apesar de versar o turismo enquanto sistema, ainda assim, persistem dúvidas que uma defesa excessiva do desenvolvimento sustentável pode desencadear um processo de estagnação do desenvolvimento socioeconómico e cultural do destino, uma vez que é restrito para turistas de elite. Perante estas contradições e limitações, Burns (2004) ressalta a necessidade de repensar um novo paradigma para o planeamento do turismo, no entanto, deverá congregiar os aspetos positivos dos anteriores modelos. Um pouco à semelhança de Burns (2004) também Costa (2001) considera que este novo paradigma deverá ser capaz de acompanhar e responder às novas tendências do setor turístico, mas acima de tudo deverá ultrapassar as sucessivas falhas dos modelos tradicionais (cf. secção 3.2.). É neste âmbito que emerge a “Terceira Via”, uma nova abordagem de planeamento turístico com inspirações em alguns dos modelos que começaram a surgir a partir da década de 80, como já se apresentou anteriormente.

Burns (2004) considera que é imprescindível a articulação e interdependência entre os objetivos definidos e a hipótese de apresentação de cenários alternativos com a participação constante de todos os atores (entidades públicas e privadas, visitantes e comunidade), isto é, os atores do sistema devem assumir uma postura pró-ativa. O envolvimento dos atores é fundamental nas diversas fases do modelo: diagnóstico profundo da inventariação dos recursos disponíveis, na definição de estratégias, políticas ou práticas.

Por outras palavras, poder-se-á afirmar que qualquer processo de desenvolvimento turístico deve ser concebido e planeado, tendo conta as dinâmicas locais e os interesses de todos os intervenientes na atividade turística e não apenas os interesses de alguns atores económicos ou políticos, pelo que é indiscutível a auscultação e articulação de todos os atores ao longo do processo, sendo crucial a aplicação de uma metodologia participada e com recurso a diversas técnicas e instrumentos de recolha de informação.

3.5. Considerações finais

O capítulo que agora termina evidência que a ação de planear não é recente, uma vez que é possível encontrar diferentes formas de planeamento em todas as civilizações e nos mais diversos setores de atividade.

De certa forma, a atual filosofia de planeamento turístico advém, em larga medida, das constantes mutações do setor e das múltiplas experiências de planificação na sua utilização formal ao longo das últimas décadas, apesar de todas as incoerências e adversidades dos tradicionais paradigmas de planeamento. No entanto, importa salientar que ao longo da história o planeamento tem sido um instrumento imprescindível na evolução da sociedade, e muito particularmente em setores de atividade como o turismo.

No campo do turismo, as preocupações com o planeamento da atividade turística têm aumentado ao longo das últimas décadas, uma vez que o turismo é considerado pelos diversos agentes e pelas diversas políticas de desenvolvimento territorial como principal elemento dinamizador do país ou região, isto é, o elemento alternativo para ultrapassar ou minimizar o problema crónico que atinge determinados territórios, particularmente, os territórios rurais de baixa densidade. Por este motivo, tem-se vindo a registar uma crescente apropriação por parte dos territórios nos pressupostos e nas metodologias de planeamento estratégico, uma vez que conferem um desenvolvimento sustentado do destino turístico a longo prazo, evitando ou minimizando e maximizando os impactos provocados pelo desenvolvimento da atividade turística.

Para que tal seja possível, exige-se a adoção de novas formas de participação dos atores do sistema turístico nas diferentes fases processo de planeamento, isto é, novos processos de governança territorial ou democratização dos processos de planeamento, quer ao nível da definição de objetivos, quer na definição de cenários para a resolução dos problemas, quer enquanto veículos para a competitividade e promoção do

desenvolvimento integrado e sustentável das comunidades recetoras. O envolvimento dos atores do sistema turístico, nas diversas etapas do processo de planeamento, é um dos princípios que preconiza o novo paradigma de planeamento turístico ou “Terceira Via”.

Deste modo, encerramos a primeira parte da nossa dissertação, dedicada ao enquadramento teórico relativamente ao objeto de estudo, no âmbito da qual se revisitaram autores e se discutiram propostas teóricas e formulações conceptuais distintas, mas todas elas com utilidade analítica para situarmos o debate em torno da problemática do desenvolvimento dos territórios rurais de baixa densidade, analisarmos as diversas políticas públicas regionais, interpretamos o turismo como sistema e apresentamos o planeamento como instrumento de desenvolvimento territorial.

Aqui chegados, parece-nos que estão reunidas as condições para iniciar uma nova etapa, na qual serão apresentadas as opções metodológicas, justificadas as escolhas e explicada a sua operacionalização, um processo que antecede a dimensão empírica da presente investigação.

PARTE II

ENQUADRAMENTO EPISTEMOLÓGICO E METODOLÓGICO

PARTE II – ENQUADRAMENTO EPISTEMOLÓGICO E METODOLÓGICO

Nesta parte do trabalho procedemos ao enquadramento epistemológico e metodológico da investigação, organizada em três capítulos.

Um primeiro capítulo destinado à apresentação do percurso, aplicações e desenvolvimento dos estudos de prospetiva, com análise aos principais conceitos da análise prospetiva.

No segundo capítulo e numa sequência analítica que prolonga a reflexão iniciada no capítulo anterior, procura-se debater o método dos cenários enquanto instrumento da prospetiva aplicada.

Por último, o terceiro capítulo, dedicado à metodologia, apresentamos e fundamentamos, em pormenor, o interesse de cada um dos métodos e das técnicas de investigação, e justificamos a operacionalização da investigação.

1. Percursos, aplicações e desenvolvimento dos estudos de prospetiva

Na origem da prospetiva está um postulado de liberdade da ação humana face aos futuros múltiplos e indeterminados, recusando o determinismo da futurologia e conceção determinista da previsão, muito marcada pela quantificação e pela extrapolação de tendências.

A prospetiva é uma disciplina recente desenvolvendo-se fundamentalmente após a II Guerra, num contexto de profundas mudanças, quer no cenário internacional, particularmente no que se refere à globalização da economia e à aceleração das mudanças tecnológicas, quer do crescente papel do Estado na organização do desenvolvimento económico e social e os progressos da atividade de planeamento. Todavia, os registos apontam que o desejo de conhecer o futuro existe desde o início da humanidade, ou seja, “O futuro tem sido objeto de reflexão e análise ao longo da história, em todo tempo e lugar: desde os sofistas gregos até Einstein, passando por Leonardo da Vinci ou Tomás Moro, muitos são os pensadores” (Bas,1999:18) [tradução nossa].

Contudo, é no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, mais concretamente em 1902, com a obra “*História do Futuro*” do romancista e ensaísta inglês Herbert George Wells, que surgem algumas premissas da prospetiva moderna, defendendo a ideia de uma exploração racional do futuro. Este autor defendia que não só se deveria conhecer o passado, mas também tentar compreender o futuro, daí que propunha que os estudos históricos, económicos e sociais fossem realizados visando sempre o futuro, acreditava no progresso inevitável da humanidade através da ciência (Miklos e Tello, 2007). Wells analisou ainda os avanços tecnológicos ocorridos no final do século XIX e previu a ascensão dos Estados Unidos e as participações ativas do Japão e da Rússia na política internacional (Wells, 1902).

Ainda que a prospetiva não fosse considerada como disciplina, a ideia de racionalidade desenvolvida por Wells é explorada pelos americanos mais tarde. As primeiras iniciativas institucionais de aplicação desenvolvem-se nos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria; os especialistas em planeamento tentaram afastar-se dos exercícios meramente especulativos e procuraram impor as suas técnicas de previsão clássicas baseadas em modelos matemáticos para a elaboração de planos que permitiria a defesa da América (Miklos e Tello, 2007). Os problemas militares

relacionados com a Guerra Fria deram origem, nos Estados Unidos, ao ramo militar da prospetiva, quer ao nível da programação da intervenção da armada americana, quer ao nível da investigação desenvolvida pelas universidades e centros de investigação de referência de estudos prospetivos como a *Rand Corporation*¹⁸⁰ (organização financiada pela Fundação Ford), em plena década de 60. Mais tarde, além das investigações de âmbito militar, a *Rand Corporation*, alargou as suas atividades a outros campos de investigação, como a sociologia, a meteorologia, a política e etc., através de estudos encomendados pelo governo americano, no sentido de explorar e implementar um conjunto de políticas sociais, nos domínios da educação, saúde, justiça, etc. (Perestrelo, 2005).

Enquanto isso, na França, tal como no resto da Europa, as preocupações estavam concentradas na reconstrução e desenvolvimento económico do pós-guerra, dando origem aos primeiros trabalhos e estudos no domínio económico da prospetiva. Neste contexto, uma das figuras de maior destaque durante os anos 50, foi o filósofo e pedagogo francês Gaston Berger (considerado como o pai da prospetiva francesa), criou em Paris, o “Centre International de Prospective” (1957), bem como foi o primeiro autor a utilizar o termo “prospetiva”¹⁸¹ na sua obra “A Atitude Prospetiva” (1957). A prospetiva, descrita por Gaston Berger, surgiu para mostrar que o futuro deve ser visto de uma forma particular inspirada numa atitude orientada para o futuro desejável, segundo os seguintes princípios: olhar longe, largo e profundo até encontrar os fatores e tendências distantes que podem fazer mudar nossos planos (tendo cuidado com as interações); preocupar-se com longo prazo; assumir os riscos; e levar em conta o género humano. Este autor pretendia com isso separar os conceitos de prospetiva, em que o futuro é decididamente diferente do passado, em oposição a previsão, construir um futuro à imagem do passado, na medida em que, os problemas mudam mais depressa do que se resolvem, daí que seja mais importante prever essas mudanças do que encontrar soluções que se apliquem a problemas do passado, levando em consideração o ser humano, agente capaz de alterar o futuro (Hatem, 1996; Perestrelo, 2005).

No final da década de 70 e início da década de 80, as técnicas e métodos passaram a ser cada vez mais utilizados, com o intuito de diminuir as incertezas e facultar ferramentas

¹⁸⁰ É um dos maiores centros de técnicas de análise e de métodos prospetivos.

¹⁸¹ Segundo Godet (1993) o termo “prospetiva” utilizado por Berger na sua obra “A atitude prospectiva” (1957) tem origem latina. O verbo *prospicere* significa olhar para longe ou de longe, olhar antecipadamente, discernir alguma coisa que está à nossa frente.

que facilitassem a definição de estratégias num mundo cada vez mais incerto. Segundo Marcial e Grumbach (2002), as técnicas e métodos utilizados já criavam conceitos de vários futuros possíveis, sendo esta a principal característica da prospetiva, em oposição à previsão clássica de um futuro único. Ao mesmo tempo, destacavam-se figuras como Herman Kahn e Michel Godet.

Alguns autores, como Fahey e Randall (1998), atribuem a introdução do conceito de cenários como instrumento da prospetiva à Herman Kahn (conhecido como Estratega Nuclear), tendo criado os seus primeiros cenários prospetivos no âmbito dos estudos de estratégia militar para o governo norte-americano, na *Rand Corporation*. É ainda considerado como um dos pais fundadores da área dos *Futures Studies*, com diversos trabalhos realizados, sendo de destacar a publicação “*The year 2000 – A Framework for Speculation on the Next Thirty-Three Years*”¹⁸², em 1967; acresce outras contribuições no desenvolvimento do método dos cenários, na aplicação da análise de sistemas à antecipação do futuro e na organização de investigação *future-oriented* de base interdisciplinar (Alvarenga e Soeiro de Carvalho, 2007). Durante os anos 60, Kahn aperfeiçoou os cenários para que se tornassem numa ferramenta e prognóstico de negócio.

Uma das primeiras aplicações da metodologia dos cenários registou-se em França, num estudo de prospetiva geográfica¹⁸³, realizado pela DATAR¹⁸⁴ em 1970. Desde então, surgiram vários estudos em muitos outros setores, como indústria, agricultura, demografia, emprego, etc. e aplicado a diferentes níveis geográficos – países, regiões e mundo (Godet, 1993). A tradição pelos *Futures Studies* foi fortemente impulsionada por investigadores como André Clément Decouflé, Pierre Massé, Bertrand de Jouvenel e Michel Godet¹⁸⁵, que sustentaram a utilidade da prospetiva e propuseram métodos e técnicas para a sua institucionalização em diversos campos científicos, no contexto da associação à DATAR. Os franceses, que se consideram os verdadeiros prospetivistas, evidenciaram assim que não existe um método de cenários, mas uma variedade de maneiras de construir cenários em função dos temas e áreas de aplicação.

¹⁸² Um livro editado pelo Hudson Institute, do qual foi fundador em 1961 depois de sair da Rand.

¹⁸³ Estudo intitulado “*Une image de la France en l’année 2000*”.

¹⁸⁴ Délégation à l’Aménagement du Territoire et à l’Action Régionale (criada em 1963).

¹⁸⁵ Michel Godet é considerado a principal referência da escola “*La Prospective*”. É professor no Conservatoire National des Arts et Métiers e responsável pela Chaire de Prospective Industrielle no LIPSOR (*Laboratoire d’Investigation en Prospective, Stratégie et Organisation*), bem como publicou um conjunto de obras de referência desta escola.

Ao longo dos últimos anos, o interesse pelos exercícios da prospetiva (previsão tecnológica, económica, social e territorial) tem-se desenvolvido e difundido de tal maneira que, atualmente, esta disciplina atravessa um momento histórico, sendo resultado de um processo de “globalização da Prospetiva/Foresight” (Alvarenga e Soeiro de Carvalho, 2007:14). Todo o processo de globalização tem proporcionado o aparecimento de centros de *Futures Studies* (geralmente financiados por fundos públicos) e estimulado o interesse de diversas organizações culturais e científicas, tanto a nível internacional (Clube de Roma, ONU, OCDE ou UNESCO), como a nível interno dos países (fora dos Estados Unidos são sobretudo as agências nacionais de apoio e financiamento do desenvolvimento tecnológico), acresce ainda as diversas reflexões e exercícios prospetivos dos autores já mencionados entre outros que têm vindo a contribuir para o desenvolvimento e afirmação desta disciplina (Moniz e Godinho, 2001).

A utilização da metodologia da Escola Francesa, tem sido, particularmente adotada nos exercícios de prospetiva levados a cabo em Portugal¹⁸⁶. Nos últimos anos, os estudos mais importantes de prospetiva devem-se, sobretudo, ao trabalho desenvolvido pelo Departamento de Prospetiva e Planeamento do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, e mais tarde ao Ministério da Educação, do Ministério do Trabalho e alguns centros de investigação científica dedicados à temática, entre os quais: o Centro de Estudos Territoriais (CET) e do Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica (Dinâmia). De referir o caso do Plano Nacional para o Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) realizado em 1995, além de alguns estudos de planeamento ligados à aplicação de fundos estruturais, entre outros.

De um modo geral, podemos dizer que os principais fatores que motivam o crescente recurso aos estudos prospetivos, encontram-se não apenas nos constantes avanços científicos e tecnológicos, tanto ao nível das áreas tecnológicas (tecnologias de informação e comunicação, biotecnologia ou da nanotecnologia), como também ao nível da crescente complexidade social, económica e à melhoria do processo de tomada de decisões (Keenan, Miles e Kaivo-Oja, 2003), ou seja, estamos numa sociedade em

¹⁸⁶ Na sua dissertação de doutoramento, Silva (2002:189-200) realiza um levantamento exaustivo dos exercícios de prospetiva, realizados em Portugal. Este processo de revisão pode ser completado com a identificação dos principais trabalhos e metodologias para projetar cenários no contexto das políticas laborais em Portugal, no artigo “*Foresight methodologies to understand changes in the labour process. Experience from Portugal*” de António Moniz (2006:110-111).

rápida mudança e de complexa mudança multidimensional. Por conseguinte, requer que os decisores disponham de um conhecimento constante, profundo e cientificamente válido da evolução tendencial de tecnologias, mercados, valores e comportamentos individuais e sociais. A reflexão prospetiva fomenta, assim, o aparecimento de uma cultura criadora de condições que permite aos decisores reagir aos sinais de mudança em tempo real, de antecipar situações através da análise de tendências pesadas, dos riscos da sua ação e de eventuais ruturas, como, por exemplo, em torno de novos investimentos, novos produtos/materiais, novos mercados, etc. (Moniz e Godinho, 2001), ou ainda formulação de políticas de trabalho ou identificação de problemas, como sucede ao nível das instituições do estado e da administração pública (Moniz, 2006), bem como ao nível dos territórios.

O interesse dos territórios para empreenderem exercícios de prospetiva pode ter motivos muito diversos, mas acima de tudo decorre por três razões, que Nunes e Heitor (2002:47) sintetizam: *i*) a necessidade de informar as políticas, de maneira a dar ao investigador ou entidades que encomendam o estudo condições de apoio a sua tomada de decisão, quer no desenvolvimento de opções estratégicas ou políticas mais sólidas e de longo prazo, quer na interação destes com decisões políticas atuais; *ii*) a tentativa de construir redes entre todos os tipos de atores envolvidos, a nível central, na modelação do futuro de um determinado tema, ou seja, a prospetiva dá mais destaque à constituição de redes e às ligações com o processo decisório do que acontecia em muitas formas de estudos sobre o futuro mais tradicionais e menos participativas. Além disso, ajudam a compreender coletivamente os desafios e oportunidades que poderão ter de enfrentar, as estratégias e objetivos que os outros podem ter em mente, por via de um trabalho conjunto; *iii*) as abordagens prospetivas estimulam o envolvimento ativo dos intervenientes com o objetivo de partilhar conhecimentos e desenvolver capacidades em toda a região no quadro de “cultura prospetiva”, ou seja, reforçar o *empowerment* coletivo de forma a estimular a formação de redes prospetivas entre os atores chave (investigadores, responsáveis políticos, empresas, entre outros intervenientes), no sentido de construir uma visão dos futuros possíveis para uma região menos desenvolvida, por exemplo.

Enquanto metodologias de trabalho, as análises prospetivas são atualmente um poderoso instrumento na área do planeamento e despertam particular interesse em setores como o

turismo submetido a múltiplas e complexas interações, ainda mais em territórios rurais de baixa densidade.

Este tipo de exercícios prospetivos constitui, assim, um “processo sistemático e participativo, que envolve a recolha de informações e a construção de visões para o futuro a médio e longo prazo, com o objetivo de informar as decisões tomadas no presente e mobilizar ações comuns” (Nunes e Heitor, 2002:17). Nos exercícios prospetivos, as tendências passadas e presentes são suportes de decisão atual não como quadro determinista de influência, mas como suporte da relação entre o passado e o futuro em função de um cenário possível e desejável.

1.1. Alguns dos principais conceitos da análise prospetiva

A prospetiva, entendida como uma abordagem multidisciplinar que deu origem a uma grande diversidade de técnicas e métodos de trabalho é, frequentemente, alvo de certas críticas que são colocadas por alguns autores sobre o carácter científico, rigoroso e a clareza das suas metodologias (Hatem, 1996; Guerra, 2002). Efetivamente, a dificuldade encontra-se na interpretação em torno de alguns conceitos associados à prospetiva, isto é, os conceitos de previsão, incerteza e cenários, que estão base de numerosos mal-entendidos sobre a utilidade e a credibilidade destas metodologias.

1.1.1. Da previsão à prospetiva

O debate em torno desta problemática previsão *versus* prospetiva marcou desde início o desenvolvimento conceptual, a afirmação e até autonomia desta nova disciplina, particularmente para os que ainda hoje, pensam que a última veio substituir a primeira. A literatura revela que o maior desenvolvimento das metodologias de prospetiva sucede aquando a constatação da inadequação e incapacidade dos métodos clássicos de análise e de previsão para compreender as profundas e aceleradas mudanças nos vários domínios, empresarial e territorial, que surgiram no final da década de 70 do século XX. Nesta altura, colocou-se em causa a capacidade dos métodos de previsão em acompanhar a crescente complexidade, interdependência e incerteza dos sistemas económicos e sociais da sociedade contemporânea, pelas suas visões deterministas do futuro através de extrapolações baseadas em fenómenos ou informações passados que se manteriam imutáveis e a partir dos quais se previa o futuro. A descrença na previsão deu

lugar à prospetiva quando “planear deixou de ser o dobrar de uma tendência, o reencaminhamento rumo a um alvo desejável, mas antes o favorecimento de um entre os muitos futuros possíveis, dependentes das estratégias dos actores” (Perestrelo, 2002:34-35).

Segundo Hugues de Jouvenel (citado em Ribeiro, 1997:10), é precisamente como reação ao carácter extrapolativo do futuro pelo passado, a busca de um futuro único e pré-determinado, unicamente quantitativo com uma atitude passiva face ao futuro da abordagem da previsão que se desenvolve a metodologia da prospetiva, contrapondo-se as suas características. A prospetiva caracteriza-se assim como um procedimento que assenta na redução da complexidade do sistema em estudo, privilegiando possíveis rupturas e riscos desse sistema, tendo como pressuposto a criação de imagens diversas de futuros múltiplos e incertos mais do que sobre a hipótese (com um certo grau de probabilidade das escolhas e consequências de uma grandeza num dado horizonte), através da complementaridade entre métodos qualitativos e quantitativos. As duas abordagens podem confrontar-se tendo em conta as seguintes características (potencialidades e limitações):

Quadro 1 - Comparação entre previsão e prospetiva

Previsão	Prospetiva
Concentra-se nas Certezas; Oculta as Incertezas.	Concentra-se nas Incertezas, legitimando o seu reconhecimento.
Origina projecções sobre o único ponto e lineares.	Origina imagens diversas, mas lógicas, do futuro.
Privilegia as Continuidades.	Toma em consideração as Rupturas.
Afirma o primado do Quantitativo sobre o Qualitativo.	Alia Qualitativo e Quantitativo.
Oculta os Riscos.	Sublinha os Riscos.
Favorece a Inércia.	Favorece uma atitude de Flexibilidade e o espírito de Responsabilidade.
Parte do que é Simples para o que é Complexo.	Parte do que é Complexo, para o que é Simples.
Adopta uma abordagem normalmente Setorial.	Adopta uma abordagem Global.

Fonte: Hugues de Jouvenel (citado em Ribeiro, 1997:10)

1.1.2. Cenários

Os cenários são histórias alternativas sobre futuros diferentes que podem emergir num horizonte temporal previamente estabelecido, sendo traçadas a partir das incertezas

identificadas na envolvente externa à organização e que, num dado momento são as mais relevantes para essa organização. Nos exercícios prospetivos, o termo cenário refere-se a antecipar o desconhecido e ensaiar saídas adequadas antes do futuro chegar.

No campo da conceptualização moderna de estudos de prospetiva podemos encontrar diversas definições de cenários¹⁸⁷, no entanto, a definição mais abrangente de cenários é a de Godet, para quem a técnica de cenários “é um conjunto formado pela descrição de uma situação futura e do encaminhamento dos acontecimentos que permitem passar da situação de origem a essa situação futura” (Godet, n.d.:19), isto é, construir futuros possíveis e desejáveis. Para este autor, os cenários apenas têm credibilidade científica e utilidade se respeitarem quatro princípios, em simultâneo: a pertinência, a coerência, a verosimilhança e a transparência. Por outras palavras, trata-se de colocar as questões corretas e formular verdadeiras hipóteses-chave do futuro e apreciar a coerência e a verosimilhança das combinações possíveis, caso contrário, corre-se o risco de deixar de considerar uma parte considerável e eventualmente a mais significativa do campo dos prováveis, daí que é necessário assegurar a transparência em todas as etapas do processo prospetivo (Godet, 1993). Mesmo que a prospetiva e cenários não sejam sinónimos, observamos que a construção de cenários constitui uma parte central na maior parte dos estudos prospetivos, sendo que estes utilizam diversos métodos e outras ferramentas¹⁸⁸, como os jogos de atores, por exemplo. Quer sejam seguidas todas as etapas, quer sejam desenvolvidas apenas algumas delas, a apresentação dos cenários, ainda que reduzidos a simples combinações de hipóteses, contribui para pôr em evidência as principais tendências do futuro para um dado sistema.

Embora haja autores que defendam poder afirmar-se que não há um método dos cenários mas uma multiplicidade de formas de construir cenários que podem ser mais ou menos simplistas ou sofisticadas, parece no entanto existir um certo consenso na maioria dos especialistas no sentido de qualificar como método dos cenários toda a tentativa que compreenda a concretização de um certo número de etapas encadeadas logicamente, podendo, identificar-se: análise do sistema, retrospectiva, estratégia dos atores, elaboração de cenários (Godet, 1993:68)

¹⁸⁷ O termo cenário foi introduzido na prospetiva de Hebert Kahn nos Estados Unidos (1967), aquando a publicação do seu livro “*O ano 2000*”. Na França, a metodologia dos cenários foi aplicada pela primeira vez em 1971, num estudo realizado pela DATAR, intitulado “*Une image de la France en l’an 2000*”, realizado pela DATAR (Godet, 1993:68).

¹⁸⁸ Adiante exploraremos melhor estes métodos e ferramentas.

Os cenários podem ser, segundo Godet (1993), de dois grandes tipos: os *cenários exploratórios* que partem das tendências passadas e presentes e conduzem a futuros verosímeis (podem ainda subdividir-se em cenários extrapolativos em que o futuro se configura como um prolongamento do passado e do presente; e os cenários múltiplos são construídos em ambiente de grande incerteza, pressupõem ruturas nas trajetórias de futuro). Os cenários exploratórios podem ser *tendenciasais*, (corresponde ao mais provável) ou *contrastados* (é o menos provável).

Os *cenários normativos* baseiam-se numa prospetiva normativa ou de antecipação, que são construídos a partir de imagens alternativas do futuro, desejados ou temidos (concebidos de maneira retroprojetiva para ver se, e como, estes futuros podem ou não desenvolver-se a partir do presente). Na realidade, é possível encontrar na literatura científica sobre prospetiva outras tipologias de cenários, a saber: os possíveis, os realizáveis, os desejáveis, os diacrónicos e os sincrónicos.

Os cenários são um instrumento indispensável no processo de mudança de paradigma estratégico (numa perspetiva de longo prazo e em que as incertezas são tanto de natureza qualitativa como quantitativa), pois apesar de existirem cenários de continuidade que não põem em causa o paradigma existente, há cenários de rutura que implicam alterações no sistema de ação. Numa abordagem prospetiva, seja a nível empresarial ou territorial, o processo de planificação por cenários deverá ser encarado como um processo de aprendizagem e de negociação da construção de opções estratégicas, proporcionando a partilha de uma linguagem, de uma conceptualização e de uma visão conjunta nos diversos atores mobilizados para o processo de mudança. Com efeito, o planeamento por cenários é, assim, num contexto de incertezas, uma tomada de decisão orientada para um futuro desejável em função de vários possíveis, imagináveis ou desejáveis para um sistema.

1.1.3. Incerteza

Alvarenga, Soeiro de Carvalho, Guerra e Gomes (2010) utilizam a seguinte premissa “se há coisa sobre qual estamos todos de acordo, é que o futuro é incerto” para ilustrar que o futuro é incerto, existem múltiplos e indeterminados futuros que são igualmente plausíveis, e que habitualmente designamos de cenários. Curiosamente são os elementos incertos que constituem a matéria-prima de qualquer método de cenários, na medida em que, sendo elementos que podem evoluir no futuro de formas variadas, permitem a

exploração de futuros possíveis alternativos (Alvarenga e Carvalho, 2007). É de referir que as incertezas tanto são de natureza qualitativa como quantitativa e descrevem o comportamento das forças motrizes, tendo por base a forma como essas forças comportam-se no passado.

Dependendo da metodologia de cenarização em causa, é possível encontrar diferentes definições de incerteza sobre a evolução do meio envolvente. Vand der Heijden (1996) distingue três grandes tipos de incerteza: um primeiro que designa de *riscos* e que define como incertezas suscetíveis de predição face aos antecedentes históricos, isto é, certos acontecimentos similares possibilitam com base na teoria das probabilidades calcular vários acontecimentos que podem ou não ocorrer no futuro e, portanto, constituem o tipo de incertezas controláveis por um coletivo; um segundo que designa de *incertezas estruturais*, definidas como situações que admite a possibilidade de um acontecimento, mas em que este, pelo seu carácter único, não nos fornece uma probabilidade da sua realização. A possibilidade do acontecimento é, por sua vez, resultante de uma sequência de raciocínio de causa-efeito, daí que os acontecimentos podem ser interpretados de diferentes maneiras e, com base nas diferentes estruturas, pelo que diferentes futuros podem emergir; e por fim as *incertezas imprevisíveis*, que são aquelas em que nem sequer podemos imaginar o acontecimento.

De acordo com Van der Heijden (1996), os cenários ajudam a organização a lidar com as incertezas de três maneiras diferentes. Em primeiro lugar, os cenários ajudam a organização a compreender melhor o seu enquadramento/ambiente, permitindo que muitas decisões sejam vistas não como meros acontecimentos isolados, mas como parte de um processo de oscilações e riscos (a planificação de cenários ajuda os gestores a assumir riscos calculados). Em segundo lugar, os cenários põem a incerteza estrutural na agenda, chamando a atenção da organização para o tipo de acidentes que podem estar para acontecer, permitindo aos gestores evitar riscos desnecessários. Em terceiro lugar, os cenários ajudam a organização a tornar-se mais adaptável, pelo simples facto de alargar os seus modelos mentais e consequentemente ampliando as capacidades de perceção necessárias para reconhecer acontecimentos inesperados.

Na verdade, esta metodologia tem vindo a ganhar adeptos a cada dia que passa, em resultado da única certeza que novos tempos nos trazem, isto é, cada vez mais incertezas. Com efeito, uma das técnicas mais eficazes para lidar com a incerteza é a

abordagem dos cenários (reduz as incertezas), contudo, pode ser um instrumento inútil quando aplicada a níveis de mudança extremamente elevados.

No entanto, para que um exercício de cenarização seja considerado prospetivo, os cenários devem ser construídos com base num conjunto de princípios. A fim de refletir o mínimo de incerteza, devem ser construídos pelo menos dois cenários; ambos os cenários devem ser plausíveis, surgindo de forma lógica do passado e do presente, num certo encadeamento de causas e efeitos; internamente consistentes, isto é, os acontecimentos no interior de cada cenário devem ser construídos com base em raciocínios lógicos e úteis para a tomada de decisões; orientados para as preocupações do utilizador (permitindo gerar ideias úteis, compreensivas e inovadoras e fornecer meios adequados para estratégias ou orientações futuras das organizações); originais, produzindo uma visão nova e original dos temas e questões selecionadas na agenda de cenarização e devem, ainda, ser transparentes, no sentido de facilitar a apreensão da sua lógica (Ribeiro, 1997).

1.2. As correntes da análise prospetiva

Nas últimas décadas são várias as apreciações evolutivas do caminho percorrido pelas metodologias da análise prospetiva e que antecederam a emergência das correntes clássicas (Escola Anglo-saxónica e Escola Francesa), momento em que a prospetiva se institucionaliza como disciplina. Michel Godet (1993), inspirado na proposta de Éric Philippart, realiza uma leitura temporal das mudanças que ocorreram ao nível desta disciplina e identifica quatro correntes que marcaram as últimas décadas: pós-industrial, neo-malthusiana, os ciclos longos e as crises portadoras de esperança, as bifurcações e o caos determinista mas fecundo.

A corrente *pós-industrial*¹⁸⁹, surge nos anos 60, estabelece uma relação direta entre o progresso tecnológico e o desenvolvimento económico e social (índole maioritariamente otimista). A Segunda corrente *neo-malthusiana*¹⁹⁰, inspirou o Clube de Roma, fundado em 1968, marcada por uma forte dose de pessimismo em relação ao futuro, apoia-se nos

¹⁸⁹ Emergiu da obra “*The coming of post-industrial society: a venture in social forecasting*”, de autoria de Daniel Bell (1973), assente no domínio da prospetiva industrial. Esta corrente tinha sido lançada uns anos antes pela obra de Kahn e Wiener (1967) intitulada “*The year 2000*”.

¹⁹⁰ Teoria Neomalthusiana foi desenvolvida por Thomas Malthus, no século XVIII, numa época de forte crescimento da população. Face a limitação os recursos, os neomalthusianos defendiam como solução o controlo da natalidade e planeamento famílias para travar a pobreza no mundo (Denis, 1990).

modelos desenvolvidos pelo MIT (Massachusetts Institute of Technology), particularmente pelo casal Forrester, assentes na dinâmica de sistemas, tendo como objetivo central, evidenciar a impossibilidade de crescimento exponencial do consumo, face aos recursos finitos (os movimentos ecologistas e conservacionistas “beberam” nesta corrente grande parte dos seus fundamentos e cresceram em todo o mundo desenvolvido), bem como uma tendência para a pressão demográfica aumentar, exigindo uma intervenção por parte dos governos. A Terceira corrente dos *ciclos longos e as crises portadoras de esperança*, surge nos anos 70, inspirada nas teorias de Kondratiev para explicar as vagas sucessivas de expansão e de recessão dos ciclos económicos, sendo que, cada fase do ciclo duraria cerca de vinte e cinco anos, bem como seriam acompanhados de forma simétrica por ciclos tecnológicos. Finalmente, a Quarta corrente *das bifurcações e o caos determinista mais fecundo ou da destruição criadora*, parte da constatação que, face a projetos diferentes dos vários atores num determinado cenário, servindo de travões ou de motores em relação a determinadas transformações, a criação não ocorrerá sem destruição (Godet, 1993).

Como se evidenciou, a Escola Anglo-saxónica emerge da corrente pós-industrial (Estados Unidos), enquanto a Escola Francesa é afluente das duas últimas correntes (Europa). O nascimento em contextos civilizacionais diferentes e conseqüentemente com perspetivas de abordagem também diferentes, explica a forte rivalidade e dicotomia entre as duas correntes ao longo do tempo pelos defensores das diferentes Escolas. Para os Anglo-saxónicos a Escola francesa era redutora da emancipação da capacidade criativa e amputava a possibilidade de recriar formas diferentes de raciocínio, para os franceses os anglo-saxónicos não passavam de futurologistas sem método (menosprezados em alguns meios académicos dado que as suas práticas se assemelham por vezes às dos astrólogos ou adivinhos), como, por exemplo, o mais conhecido mundialmente Alvin Toffler.

A corrente ou Escola Francesa, fortemente marcada pelos estudos de prospetiva de Gaston Berger¹⁹¹, Bertrand de Jouvenel e por Michel Godet nos anos 60, baseia-se em preocupações humanas ou “societais” e aos grandes desafios das sociedades modernas, considerando que o futuro pode ser criado e modificado pela tomada das grandes decisões nas escolhas dos atores sociais, individuais ou coletivos (particularmente das

¹⁹¹ Considerado por muitos autores como o “pai” da prospetiva francesa, tendo sido Diretor-fundador do “Centre International de Prospective” e da revista “Prospective” (editada entre 1958 e 1969).

políticas públicas), e propõe estudos que caracterizam a sociedade futura nas suas várias dimensões: social, economia e cultural. Segundo Michel Godet (1985), o método *La Prospective*, não é nem *forecasting* nem futurologia. É um modo de pensar baseado na ação e não na pré-determinação utilizando métodos específicos como os cenários. Por outro lado, a corrente de raiz anglo-saxónica (de tradição inglesa, alemã e americana), assumiu prioritariamente preocupações de carácter tecnológico e estratégico (ambiente militar), apontando a tecnologia como o principal motor de mudança na sociedade e, que, por isso, a partir da análise da mudança tecnologia, projeta-se para a construção de cenários futuros (Godet, Durance e Dias, 2008; Saragoça, 2010).

Comparando a chamada Escola Anglo-saxónica de prospetiva com a Escola Francesa, este é um dos principais aspetos que distingue o essencial das suas escolas, enquanto a Escola Francesa valoriza o papel da ação dos atores sociais na construção do futuro, a Escola Anglo-saxónica assume que o rumo do futuro é essencialmente marcado pela tecnologia.

No quadro metodológico as diferenças devem-se, em grande parte, à natureza dos processos. Na abordagem francófona, além de um maior grau de formalidade ou até estruturalista, os atores ocupam um papel central, sendo variáveis fundamentais dos cenários e não variáveis subsidiárias, contrapondo-se a abordagem anglo-saxónica, utilizando métodos menos formalizados e de conteúdo mais empírico e dedutivo, praticando essencialmente uma extrapolação das tendências (Hatem, 1996). É ainda de referir que a abordagem francófona valoriza essencialmente os métodos qualitativos (a análise estratégica de atores, por exemplo) e a abordagem anglo-saxónica privilegia estudos de natureza mais quantitativa (o método Delphi ou dos “impactos cruzados”, por exemplo), com maior grau de informalidade, participação coletiva e intuição (Souza, 2009).

Contudo, a preocupação central das duas correntes é antecipar o futuro face às incertezas, e neste aspeto: ambas distinguem a diferença fundamental entre previsão e prospetiva; ambas utilizam o instrumento do cenário, defendendo critérios que testem a aderência à realidade, dos cenários formulados (pertinência, coerência, verosimilhança, importância e transparência); inventariam variáveis a que estão associados graus de incerteza e forças motrizes (na abordagem anglo-saxónica a escolha de forças motrizes é a peça chave de formulação de cenários); bem como utilizam o mapeamento de atores (escola francesa especializou-se ao longo do tempo neste instrumento), tendo em conta

as tendências pesadas ou tendências futuras num dado horizonte temporal; por fim, mas não menos importante, ambas as correntes reconhecem que a prospetiva como metodologia de antecipação do futuro encerra uma atitude mobilizadora de transformação proactiva (Saragoça, 2010).

Adiante explicitaremos melhor os métodos da Escola Francesa de prospetiva, não apenas pela sua forte utilização em Portugal, mas também porque o nosso trabalho de investigação centra-se e desenvolve-se em torno do método desenvolvido por Michel Godet e sua equipa.

1.3. Contributos, limitações e constrangimentos da prospetiva

A grande vantagem da utilização dos estudos prospetivos encontra-se em explorar o futuro de forma participada, estruturada, consistente, plausível e útil (Alvarenga e Soeiro de Carvalho, 2007), sendo um processo sistemático e complexo que deverá ser corretamente construído. Outra vantagem relaciona-se com a possibilidade da análise prospetiva identificar futuros possíveis e cenários e compreender a relação de dependência entre a concretização desses cenários possíveis e as estratégias dos atores sociais, bem como as variáveis, as alianças e os conflitos a ter em conta no exercício das suas escolhas ou tomada de decisão (Perestrelo, 2000). A abordagem prospetiva, rejeitando a cientificidade de determinismos, é uma disciplina que pode ser utilizada com dois propósitos diferentes: prospetiva exploratória, a qual apenas tem como objetivo elucidar os futuros possíveis de um sistema (aplica-se com frequência à análise de questões macro); prospetiva estratégica, constitui um elemento numa cadeia de aprendizagem das organizações que lhes permite antecipar a evolução do enquadramento e, com base, nessas simulações elaborar e testar estratégias ou políticas e definir uma nova visão estratégica condutora da ação a empreender.

Estas especificidades levam Alvarenga e Soeiro de Carvalho (2007) a defenderem que a análise prospetiva apresenta benefícios distintos de outras formas de estudar o futuro, entre os quais: os exercícios prospetivos potenciam uma mais fácil comunicação e articulação entre *stakeholders*; facultam a construção de uma visão partilhada entre os atores (gerindo incertezas, potenciando exercícios mais inclusivos e fortalecendo capital social – redes de informação e de uma linguagem comum); as redes devem ser capazes de definir prioridades e responder a desafios, através da criação de compromissos de

participação e implementação entre os atores sobre horizontes temporais de longo prazo (Alvarenga e Soeiro de Carvalho, 2007). Por outras palavras, as metodologias prospetivas contribuem nitidamente para este envolvimento/participação dos atores na estruturação e troca de ideias (estímulo à criatividade) – transdisciplinaridade, na melhoria da aprendizagem, no apoio à decisão, na reflexão sistemática e visão estratégia de um dado problema. Esta disciplina intelectual é forçosamente transdisciplinar.

Michel Godet (1993) considera que a prospetiva é ainda uma “indisciplina intelectual”, ou seja, algo que põe em causa, em aspetos importantes, as velhas disciplinas e “ideias feitas” das Ciências Sociais mas que, no entanto, ainda não tem o estatuto de uma nova disciplina do campo das Ciências Sociais, porque lhe falta ainda tempo de experimentação, de elaboração teórica, de maturação científica para poder ser elevada a nova Ciência Social. Para permanecer uma “indisciplina intelectual”, fecunda e credível, a prospetiva tem de reforçar o rigor das suas abordagens para esclarecer a ação dos homens e orientá-los para um futuro desejado.

Apesar do esforço realizado para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das metodologias prospetivas não podem, ainda, ser consideradas inteiramente científicas dada a existência de limitações dos seus enquadramentos teóricos, metodológicos e técnicos. Nesta perspetiva Hatem (1996), aponta para a existência de um certo ceticismo por parte de alguns autores devido, sobretudo, às dificuldades em esclarecer integralmente alguns dos pressupostos de ordem qualitativa da análise e das escolhas estratégicas, à inadaptação das técnicas quantitativas que estão disponíveis e à escassez dos resultados face ao grau de complexidade e custos dos utensílios utilizados, etc. (Hatem, 1996). Por sua vez, Isabel Guerra, refere que as análises prospetivas precisam ainda da elaboração de um sistema teórico e metodológico apropriado e do recurso a técnicas de controlo rigoroso de informação (Guerra, 2002).

Enquanto ferramenta ao serviço dos processos de planeamento e à tomada de decisão, as análises prospetivas apresentam alguns obstáculos ou exigências na utilização do método dos cenários ou outro que se utilize, na medida em que, qualquer processo de apoio à tomada de decisão e, particularmente, nas metodologias de prospetiva há sempre uma grande dose de subjetividade da equipa de trabalho ao longo de todo o processo (não se devem ignorar os juízos de valor e deve-se ter consciência de que não são neutros na forma de evolução do processo, por um lado, e, por outro lado, deve-se ter presente o grau de subjetividade das escolhas por parte dos atores, as suas prioridades).

Há que reconhecer que uma das principais questões que se colocam à validade da prospetiva decorre da qualidade das opiniões recolhidas com possibilidade de erros de análise¹⁹². Um tal exercício exige competências específicas e cooperação interfuncional e multidisciplinar (a reflexão prospetiva ao pretender conhecer a realidade de maneira global, deverá ser receptiva às diferentes disciplinas do saber e congregar especialistas de praticamente todos os ramos científicos, promovendo o trabalho em equipa), daí que exista alguma dificuldade em comunicar cenários àqueles que não se encontram envolvidos no seu desenvolvimento, em que existe um “choque cultural” face ao sistema tradicional de planeamento e de tomada de decisões e um carácter vago no que respeita à quantificação dos impactes do planeamento por cenários (Alvarenga e Soeiro de Carvalho, 2007).

Assim, não admira que uma das principais limitações do método dos cenários é o elevado tempo exigido à sua concretização. Na verdade, tal como pressuposto por Godet são necessários, de um modo geral, 12 a 18 meses para seguir o encaminhamento lógico na sua totalidade, dos quais uma grande parte se destina à construção da base (Godet, 1993; Godet, Durance e Dias, 2008). Esta condicionante leva o autor a defender que a utilização modular possa ser uma solução para situações de limitação de tempo e até de meios disponíveis, através da concentração do estudo no módulo que parece mais importante (o tempo necessário para a aplicação da metodologia da prospetiva é raramente compatível com os prazos disponíveis para realização do estudo). No entanto, este método integrado apresenta outra dificuldade em termos de encadeamento lógico, na prática, dos diversos módulos o que exige um rigoroso cuidado dos investigadores em relação a um certo número de etapas bem precisas e nas formas de transição entre os módulos (Alvarenga e Soeiro de Carvalho, 2007:31).

Sabe-se que o domínio das metodologias prospetivas está longe de ser consensual, no entanto, é possível traçar algumas recomendações ou elementos indissociáveis para a prática da prospetiva e muitas vezes negligenciadas: por um lado, colocar boas questões e desconfiar das ideias feitas e em moda (geralmente fonte de erros de análise e de previsão) e, por outro lado, distanciarem-se no tempo e imaginarem, em primeiro lugar, o que não vai mudar. Eles devem praticar um olhar retrospectivo sobre os fatores que podem influenciar o curso futuro dos acontecimentos de um determinado sistema (os

¹⁹² Para um aprofundamento das principais questões que se colocam à validade da prospetiva ver Godet, M. (1993). *Manual de Prospectiva Estratégica – Da antecipação à acção*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

projetos do futuro foram concebidos pelo passado de que são possíveis descendentes), não se poupando a esforços de reflexão e de antecipação, fundamentais para potenciarem a ação, atividade esta que exige colocar, sucessivamente, as questões corretas, analisar os jogos de atores, reduzir a incerteza sobre os cenários possíveis, identificar e avaliar as opções estratégicas (Godet, 1993), através da utilização de métodos rigorosos e participativos.

Importa considerar que o reconhecimento das limitações da prospetiva, não implica a destruição da racionalidade científica. Aliás, as críticas que advêm da utilização deste tipo de técnicas recebem de Hatem (1996) uma resposta, indicando que a questão reside menos nos métodos utilizados do que no modo de integração dos métodos prospetivos nos processos de tomada de decisão. Nesse sentido, a utilização dos instrumentos não deve tornar-se num simples prazer solitário, bem pelo contrário a sua vocação é, em primeiro lugar, a de se dirigir à reflexão coletiva, daí que cada entidade ou equipa deveria definir um método adaptado às suas necessidades. Os instrumentos permitem colocar as boas questões e reduzir as incoerências do raciocínio, através dos diversos instrumentos de prospetiva aplicada, como a análise estrutural e a análise da estratégia de atores.

1.4. Considerações finais

Como se referiu, pensar o futuro é uma preocupação e atitude que tem mobilizado os homens ao longo dos tempos, apesar de assumirem atitudes diferentes conforme as épocas e o pensamento dominante em cada uma. Ao longo dos últimos anos, com o desenvolvimento das tecnologias informáticas, assistiu-se a uma crescente utilização e difusão das metodologias de prospetiva não só a nível do mundo empresarial e das organizações, como a nível territorial. O entusiasmo e interesse pelo estudo de futuros possíveis é cada vez maior, quer por analistas e decisores de diversas organizações, quer por académicos com o desenvolvimento de atividades de análise prospetiva.

A prospetiva, ao propor uma análise de cenários e de outros métodos para obter uma perceção dos desafios implícitos aos desenvolvimentos tecnológicos, económicos e sociais, assume-se como uma metodologia participativa que procura estimular a participação dos principais atores do sistema ligados aos desafios em questão. A grande potencialidade deste método está na sua capacidade de entrar em linha de conta com

todos os elementos que compõem o sistema e sua envolvente, na medida em que, esta abordagem integrada da prospetiva estratégica tende a combinar a reflexão prospetiva com a passagem à ação estratégica, com vista a entender a cenarização como um processo interativo, pré-ativo e pro-ativo (Perestrelo, 2005).

Daí a necessidade da prospetiva romper com a atitude passiva e reativa do sistema social como um sistema regulado que se perpetuaria segundo uma lógica própria tendo o homem como simples espectador e não como ator principal do sistema. A visão global, necessária à abordagem prospetiva, passa pela indispensabilidade da análise dos construtos sociais enquanto principais responsáveis pela construção do seu futuro, identificando aliados e opositores a ter em conta no exercício das suas escolhas, bem como desempenham um papel fundamental na estruturação das políticas e decisões dos indivíduos, atuando e contribuindo para a mudança.

Desta maneira, podem-se destacar como aspetos mais relevantes de uma análise prospetiva, na qual irá assentar a escolha das ações estratégicas: a importância dada à flexibilidade do sistema; explorar os futuros múltiplos e incertos (resultante das ações presentes); entender o sistema e o meio envolvente como um sistema aberto (influências recíprocas); a importância dada às variáveis qualitativas e as estratégias dos atores; a mobilização coletiva (motivação e participação dos vários atores); e a importância dada aos mecanismos de controlo (Perestrelo: 2005).

No entanto, apesar de reconhecidas as limitações de natureza técnica e metodológica da análise prospetiva, ela também possui potencialidades e características que favorecem o seu uso nas ciências sociais ou outras, iluminando as escolhas e as ações a concretizar necessárias ao funcionamento da sociedade em acelerada e complexa mudança – multidimensional, caracterizada pela complexidade, pela interdependência e pela necessidade de uma eficiente gestão de riscos.

Por fim, há que referir que a prospetiva enquanto abordagem interdisciplinar que estuda as mudanças passadas e presentes, procurando, através de técnicas prospetivas conhecer a complexidade e realidade dos fenómenos de maneira global, desenvolver a capacidade de previsão e traçar futuros possíveis, pode constituir-se como uma metodologia adequada na decisão das estratégias para o desenvolvimento dos territórios a curto e a médio/longo prazo.

2. O método dos cenários: instrumentos da prospetiva aplicada

As metodologias de prospetiva, de que é exemplo o Método dos Cenários foi resultado de uma elaboração progressiva nos Estados Unidos, e depois em França, por via dos trabalhos realizados no DATAR (nos anos 60), da Sema-Metra (anos 70) e do CNAM¹⁹³, com o grupo de Michel Godet, incorporando informação qualitativa a par da quantitativa, procuram dar resposta às preocupações do novo conceito de planeamento estratégico e participação (Perestrelo, 2005; Godet, Durance e Dias, 2008).

Podemos dizer que um dos grandes objetivos do método dos cenários é reduzir a incoerência, organizar e apropriação coletiva. Daí que a elaboração dos cenários compreende duas grandes fases: a “construção da base” e a “construção dos cenários” (Godet, 1993: 76).

Ainda segundo o mesmo autor esta primeira fase é composta por três etapas: *delimitação do sistema; determinação das variáveis principais e análise da estratégia de atores*. Quanto se inicia um estudo prospetivo, o primeiro problema que se deverá resolver, consiste na *delimitação do sistema* através da realização de um diagnóstico orientado que permite encontrar um conjunto de variáveis quantitativas e qualitativas que caracterizam o estado atual do sistema o mais exaustivamente possível (objeto em estudo e a sua envolvente). Quanto à *análise estrutural* é uma técnica de análise de sistemas que permite detetar relações, descortinar a estrutura das relações entre as variáveis que caracterizam o sistema, procurando atingir os seguintes objetivos: destacar os efeitos escondidos e decompor o sistema em grupos de variáveis (variáveis internas e externas); detetar as variáveis-chave do sistema; ajudar a equipa de trabalho a ter uma visão sistemática e comum do problema em estudo; e, ainda, servir de controlo para análises espontâneas propostas por determinados grupos com tendência para privilegiar fatores “emblemáticos”. Uma vez detetadas as variáveis principais do sistema e os desafios que se colocam, é necessário analisar como se posicionam relativamente a estes os principais atores. Os objetivos da *análise da estratégia de atores* são os seguintes: identificar e caracterizar os diferentes atores chave; perceber quais os conflitos e alianças possíveis entre os diferentes atores e de que modo podem orientar a evolução do sistema; contribuir para uma maior participação/implicação e reflexão estratégica por

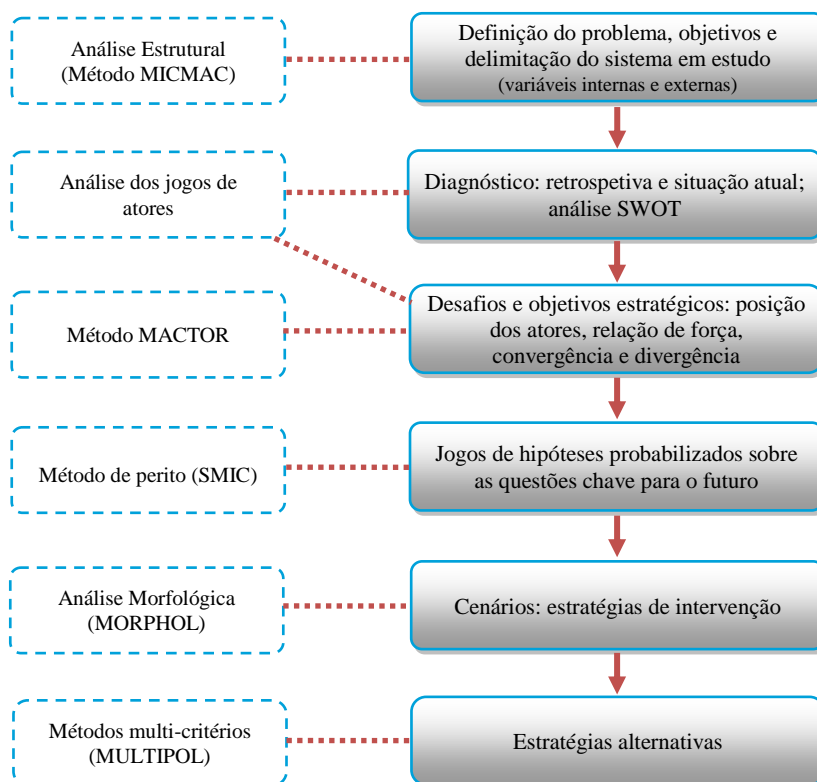
¹⁹³ Os primeiros estudos de prospetiva surgiram no Conservatoire National des Artes et Métiers (CNAM), instituto universitário, após o desaparecimento do Sema, com a entrada de Jacques Lesourne e sua equipa, Michel Godet, F.Tenière-Buchot, e outros, tendo criado a disciplina de Prospetiva.

parte dos diferentes atores; confrontar os projetos em presença e avaliar as relações de força existentes; e, elaborar uma serie de recomendações estratégicas e especificar as condições de viabilidade da sua implementação. Esta fase coloca em relevo as alianças, os conflitos e as estratégias que podem produzir entre os diferentes atores (Godet, 1993).

Concluídas as três etapas constitutivas da primeira fase (análise da situação atual e da dinâmica dos atores), passa-se, à segunda fase do método, isto é, a *construção de cenários* (Godet, 1993), através da seleção das questões-chave e as hipóteses mais prováveis, que se combinam sob a forma de cenários. Os objetivos da fase de construção de cenários são os seguintes: construção de cenários e avaliação da sua probabilidade de concretização; reelaboração das recomendações estratégicas.

Na Figura 16, encontra-se sistematizado o faseamento do método dos cenários desenvolvido por Michel Godet, composto por seis etapas: delimitação do sistema e do ambiente; análise estrutural do sistema e do ambiente e análise retrospectiva do ambiente e da situação atual; seleção dos condicionantes do futuro; geração de cenários de cenários alternativos; testes de consistência; estabelecimento de planos e estratégias e monitorização estratégica.

Figura 16 - Principais fases do método dos cenários segundo Michel Godet



Fonte: adaptado de Godet, 1993

Apresentam-se de seguida os dois módulos do método dos cenários que iremos utilizar no nosso exercício prospetivo, respetivamente, a Análise Estrutural e Análise dos Jogos de Atores, e a sua correlação em termos de métodos.

2.1. A análise estrutural

A análise estrutural constitui a segunda etapa da construção da base do Método dos Cenários de Michel Godet. Esta técnica de análise de sistemas baseia-se na análise matricial em que cada coeficiente representa o grau de influência de uma variável sobre outra. Ao permitir detetar as relações “escondidas” procura-se descortinar “a estrutura das relações entre as variáveis qualitativas, quantificáveis ou não, que caracterizam o sistema” (Godet, 1993:102) e reconhecer o que de outra forma não seria perceptível.

Tal como referido anteriormente, este módulo deve ser antecedido de uma análise retrospectiva e caracterização da situação atual do sistema/problema que pretendemos estudar, a fim de ter uma visão global tão exhaustiva quanto possível do sistema constituído pelo fenómeno estudado e pela sua envolvente geral (englobando as vertentes política, económica, demográfica, social, cultural etc.), a partir do qual se poderá desenvolver o estudo prospetivo. Nesta fase, os participantes no exercício prospetivo, têm como objetivo delimitar o sistema que pretendem estudar e a subsequente determinação das variáveis¹⁹⁴. Esta fase tem uma importância fundamental, uma vez que permite colocar em evidência uma hierarquia das variáveis (motrizes, dependentes), confirmar ou não as intuições iniciais e eventualmente levantar, para outras variáveis, bem como a identificação dos atores mais diretamente envolvidos nos processos de mudança. Concretamente, a análise estrutural oferece a possibilidade de descrever e explicar os mecanismos determinantes do sistema com auxílio de uma matriz que relacione todos os elementos do referido sistema.

O principal mérito desta abordagem é ajudar um grupo de trabalho a colocar as perguntas corretas e a estruturar a sua reflexão coletiva. O instrumento deve manter-se suficientemente simples para a apropriação do seu processo e dos seus resultados.

A análise estrutural persegue dois objetivos complementares: dotar-se, num primeiro momento, de uma representação tão exhaustiva quanto possível do sistema em estudo, a fim de, num segundo tempo, reduzir a complexidade do sistema às variáveis essenciais.

¹⁹⁴ A lista não deve ultrapassar as 70 ou 80 variáveis (Godet, Durance e Dias, 2007; Godet, 2008).

Em particular, a análise estrutural é uma técnica de análise de sistemas que inclui três etapas fundamentais:

- a) Recenseamento das variáveis que compõem o sistema (identificação de forma exaustiva de um conjunto de variáveis que caracterizam o sistema em estudo e seu contexto, quer as variáveis internas quer as variáveis externas);
- b) Identificação das relações na matriz de análise estrutural (relacionar as variáveis num quadro de dupla entrada – matriz de análise estrutural, com a identificação das relações existentes entre as variáveis);
- c) Identificação das variáveis-chave (hierarquização das variáveis mais influentes do sistema em classificações – direta, indireta e potencial).

Para facilitar a realização das análises estruturais, Michel Godet e Jean-Claude Duperrin desenvolveram um conjunto de programas informáticos, como o *software* MICMAC (Matriz de Impactos Cruzados – Multiplicações Aplicadas a uma Classificação). O objetivo deste método é identificar as variáveis mais motrizes e mais dependentes (permite estudar as relações e pôr em evidências as variáveis-chave) construindo uma tipologia das variáveis e, por conseguinte, hierarquizar as variáveis.

Na prática, espera-se que o grupo de trabalho comece por selecionar um conjunto de variáveis que influenciam o sistema a partir de um diagnóstico mais ou menos sofisticado e que descreva as relações diretas entre as variáveis através do preenchimento da matriz de análise estrutural (o número de linhas e colunas corresponde ao número de variáveis identificadas), sendo que o preenchimento da matriz, para além da carga subjetiva (existência ou não das relações), é também quantitativa. Para cada par de variáveis identificadas, coloca-se a seguinte questão: existe uma relação de influência direta entre a variável *i* e a variável *j*? Se a resposta for negativa, é atribuída a nota 0. Se a resposta for positiva, isto é, se a variável *i* age diretamente sobre a variável *j*, são atribuídos valores segundo a intensidade da influência de uma variável sobre outra¹⁹⁵ (Godet, 1993).

¹⁹⁵ Cada elemento a_{ij} da matriz deve ser registado com os seguintes valores: $a_{ij} = 0$, se não há influência *i* sobre a variável *j*; $a_{ij} = 1$ se a variável *i* age diretamente, e de forma fraca, sobre a variável *j*; $a_{ij} = 2$ se a variável *i* age diretamente, e de forma moderada, sobre a variável *j*; $a_{ij} = 3$, se a variável *i* age diretamente, e de forma forte, sobre a variável *j*; $a_{ij} = 4$ (P – Potencial), se a variável *i* puder vir, no futuro, a agir diretamente sobre a variável *j* (Godet, 1993).

A análise estrutural desencadeia vários tipos de críticas: por um lado, é um processo que implica muito trabalho e tempo (acaba por ser um processo moroso que pode exigir entre seis a oito meses) para resultados mais ou menos evidentes; por outro, o carácter subjetivo da lista das variáveis elaborada e as relações entre as variáveis.

Estas críticas recebem de Guerra (2002) uma resposta, referindo que este instrumento para além de permitir a estruturação da reflexão coletiva é igualmente uma ferramenta de “arrumação” da informação, é um excelente meio de comunicação e clarificação de conceitos e dinâmicas no seio da equipa de trabalho, permitindo uma linguagem comum¹⁹⁶.

No entanto, Castro Caldas e Margarida Perestrelo (1998), apresentam alguns procedimentos alternativos ao método MICMAC, para evitar algumas das “imperfeições” do Método dos Cenários, particularmente nos casos que encontraram de indeterminação, sobrevalorização da retroação, ausência de estabilidade, efeitos multiplicativos e separação dos efeitos diretos e indiretos que passam pela decomposição do sistema em subsistemas para reduzir a complexidade e pelo tratamento das suas relações (Caldas e Perestrelo, 1998: 14).

2.2. A análise da estratégia de atores

A análise dos jogos de atores é a última etapa da construção da base do método dos cenários, sendo considerada pela maioria dos prospetivistas como uma das etapas cruciais senão a mais importante do exercício prospetivo, a qual permitirá elaborar cenários, por via das variáveis-chave organizadas na análise estrutural, identificar os atores e jogos de incerteza através dos diferentes métodos desenvolvidos, como o MACTOR (Método Atores, Objetivos, Relações de Força), um instrumento que contribui para a compreensão dos sistemas mais ou menos complexos em que se correlacionam múltiplos atores.

Guerra (2006) define a análise de atores como uma abordagem para compreender um determinado sistema de ação que identifica os atores-chave¹⁹⁷ que compõem esse

¹⁹⁶ Para um aprofundamento das limitações do método MICMAC, bem como a apresentação de novas propostas, ver José Maria Castro Caldas e Margarida Perestrelo, *Instrumentos de Análise para o Método dos Cenários. I - Análise Estrutural*, documento de Trabalho de Dinâmia, Setembro de 1998.

¹⁹⁷ Os atores (*stakeholders*) são todas as pessoas, grupos ou instituições com interesse no projeto ou programa, isto é, que agem no interior do sistema. Pode ver o desenvolvimento deste conceito em Guerra, I. (2006), *Participação e Acção Colectiva – Interesses, Conflitos e Interesses*. Lisboa: Principia.

sistema e avalia o seu respetivo interesse na sua condução da mudança, contudo, a análise de atores não resolve todos os problemas nem garante a representação da diversidade de atores.

A metodologia Atores, Objetivos, Relações de Força (MACTOR) foi desenvolvida na década de 80 e aperfeiçoada já no início da década de 90 por Michel Godet e sua equipa (François Bourse e Francis Meunier)¹⁹⁸, com base na teoria dos jogos e na análise sociológica das organizações (Alvarenga e Soeiro de Carvalho, 2007). Este método propõe um processo de análise dos atores e alguns instrumentos simples que têm em conta a riqueza e a complexidade do processo de informação, fornecendo resultados intercalares capaz de lançar luz sobre o problema. A aplicação do método MACTOR, consiste em avaliar em torno de um conjunto de objetivos e desafios, as alianças/interesses e os conflitos entre atores tendo em conta as suas relações de força, bem como a clarificação e validade de determinadas estratégias alternativas dos atores e respetivas condições para sua implementação. Para Perestrelo (2005), apesar de o método MACTOR se inserir no método de elaboração de cenários, também pode ser utilizado isoladamente, na medida em que, existem diversas experiências que demonstram a capacidade deste instrumento na dinamização da participação dos atores de qualquer processo de mudança.

A análise da estratégia de atores, tal como proposta por Godet (1993) visa fundamentalmente:

- a) Identificar e caracterizar os diferentes atores-chave – construção do quadro “estratégias de atores” sob a forma de matriz atores x atores¹⁹⁹ (realização do “bilhete de identidade” de cada ator com a identificação das suas finalidades, objetivos, projetos em desenvolvimento/maturação, as suas motivações, constrangimentos, meios de ação que dispõe em relação aos outros para conseguir concretizar os seus projetos);
- b) Identificar os desafios estratégicos e os objetivos associados (a análise dos atores em função das finalidades, dos projetos e meios de ação, permite aferir os desafios estratégicos sobre os quais os atores têm objetivos convergentes ou divergentes);

¹⁹⁸ O método MACTOR tem sido ensaiado em Portugal em diversos exercícios de Prospetiva, como o Centro de Estudos Territoriais, o Dinâmia, CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, entre outros centros de investigação.

¹⁹⁹ Segundo Michel Godet (1993) a experiência neste tipo de exercícios dita um número de atores compreendidos entre 10 e 20.

- c) Posicionar cada ator face aos objetivos e identificar as convergências e divergências – posição simples (esta etapa, trata-se de descrever, através de uma matriz “atores x objetivos”(1MAO), a atitude de cada ator, na atualidade, em relação a cada objetivo, em que a posição do ator i face ao objetivo j é anotado com (+1) nos casos de acordo, (-1) o seu desacordo e com (0) nos casos de neutralidade do ator face ao objetivo; esta matriz permite identificar quais os objetivos mais mobilizadores e mais conflituais);
- d) Hierarquizar para cada ator as suas prioridades quanto aos objetivos (para aproximar o modelo da realidade, é conveniente ter em consideração a hierarquia dos objetivos para cada ator, através da construção de uma nova matriz 2MAO em que, a partir da matriz 1MAO se avalia da intensidade de posicionamento de cada ator por meio de uma escala específica²⁰⁰);
- e) Avaliar as relações de força e formular para cada ator recomendações estratégicas coerentes com as suas prioridades de objetivos e com os seus meios (construção de uma matriz de influências diretas entre atores a partir do quadro “estratégia de atores” realizado na primeira fase, valorizando os meios de ação de cada ator; as relações de força são calculadas tendo em conta as influências diretas e indiretas, na medida em que, um ator pode agir sobre outro por intermédio de um terceiro, bem como constrói-se um plano de “influência-dependência” dos atores);
- f) Integrar as relações de força na análise das convergências e divergências entre atores (ajustar as relações de forças de cada ator à intensidade do seu posicionamento relativamente aos objetivos);
- g) Estabelecer os constrangimentos e condicionalismos “impostos” pelo jogo de atores para a evolução futura (formulação das recomendações estratégicas e das questões-chave para o futuro, isto é, formular hipóteses de alianças e de confronto entre os atores do sistema, em torno das questões estratégicas e dos seus objetivos associados).

De entre os procedimentos a adotar na concretização deste tipo de análise, há desafios e limitações de várias ordens que se colocam à utilização do jogo estratégico de atores.

²⁰⁰ A matriz poderá ser preenchida segundo a seguinte escala: (0) quando o objetivo tem fracas consequências para o ator; (1) quando o objetivo põe em causa, ou favorece em modo limitado no tempo, os processos operacionais do ator; (2) quando o objetivo é indispensável à realização dos principais projetos do ator; (3) quando o objetivo é indispensável ao cumprimento das missões do ator; (4) quando o objetivo é indispensável à existência do ator.

Por um lado, o método MACTOR “apresenta a vantagem de ter um carácter muito operacional para uma grande diversidade de jogos que envolvem numerosos atores relativamente a uma série de desafios e de objetivos associados” (Godet, Durance e Dias, 2008:66). Por outro lado, propõe uma abordagem da análise do jogo de atores e alguns instrumentos simples que permitem ter em consideração a riqueza e a complexidade da informação a tratar, fornecendo ao analista resultados intermédios que o esclarecem sobre certas dimensões do problema.

Há ainda limitações que advêm da realização de uma análise da estratégia de atores quer na identificação dos atores quer nas metodologias a utilizar. Em primeiro lugar, há uma preocupação com a representatividade dos atores já que, não se podendo incluir todos os atores, deve ser assegurada a sua representatividade social (Guerra, 2006:115), ou seja, garantir a representação de todos os “grupos de interesse” na amostra, nem que seja através da agregação de atores em função das suas competências e atributos (desde que os seus objetivos sejam idênticos e tenham a mesma posição relativamente a esses objetivos). Em segundo lugar, podem existir algumas dificuldades ou resistências no momento da recolha de informação, isto é, reticências ou falta de adesão dos atores em revelar os seus projetos estratégicos e os seus meios de ação externos, bem como é exigido um comportamento racional e coerente de cada ator em relação às suas finalidades, na medida em que, por vezes, contradiz a realidade. E por fim, o tempo necessário para realização de uma análise do jogo de atores através do método MACTOR, pode variar entre 2 a 5 meses.

2.3. Considerações finais

Neste ponto do trabalho apresentámos os elementos essenciais do método e instrumentos analíticos concebidos pela equipa de Michel Godet, que, sendo apenas ferramentas não podem substituir a inteligência, o sentido crítico e perspicácia do grupo de trabalho responsável do exercício prospetivo, contudo, são-nos muito úteis na medida em que servem para reduzir a complexidade dos sistemas reais (tanto quer para estimar os efeitos de ações atuais no futuro quer para entender a influência presente de futuros alternativos). Contudo, apesar de todos os cuidados e reservas que os resultados gerados por instrumentos que são construídos sobre simplificações nos devem merecer,

a capacidade dos métodos analíticos de ajuda à descoberta de relações escondidas é amplamente reconhecida.

Num mundo de crescentes incertezas o método dos cenários é portanto uma possibilidade de se raciocinar, e até mesmo de se inventar o futuro de forma estruturada, organizada e racional. Esta abordagem revela-se de grande interesse e flexível ao permitir descrever de maneira coerente, as evoluções e os encaminhamentos, entre a situação atual e o horizonte escolhido, garantindo a coerência dos encaminhamentos entre os módulos deste método.

Neste sentido, o método dos cenários assume particular interesse na presente investigação, na medida em que, pretendemos realizar um exercício prospetivo de análise estratégica. Assim, pretendemos no decorrer deste estudo mediante os nossos objetivos realizar as três etapas da “construção da base” da metodologia prospetiva preconizada pela “Escola Francesa”, designadamente o método de cenários de Godet (1993), tal como defendem muitos dos prospetivistas europeus, é de toda a utilidade utilizar métodos simples e apreensíveis para estudar problemas complexos, uma vez que assim se conseguem antecipadamente atingir parte dos objetivos, uma vez que se torna a ação mais eficaz.

Contudo, estamos cientes que este exercício é um processo complexo e exigente que deverá ser corretamente construído, bem como não será o remédio para todos os problemas do território em estudo.

3. Os métodos de investigação

As escolhas metodológicas no âmbito de uma investigação pautam-se por critérios rigorosos no que respeita à sua coerência e correlação com as questões de partida e os objetivos, capazes de garantir um sentido crítico ao longo de todo o processo com a adoção de procedimentos rigorosos e sistemáticos, para que, a teoria delineada nos possa através dos métodos e técnicas selecionadas garantir a objetividade necessária ao tratamento dos dados recolhidos e conduzir a uma aprendizagem superior do nosso objeto de estudo ou “solucionar um quebra-cabeças que ninguém solucionou, ou pelo menos, não resolveu da melhor forma” (Kuhn, 1995:61).

Neste capítulo do trabalho procuramos fundamentar a escolha dos métodos utilizados nesta investigação, descrever as etapas e os procedimentos adotados, caracterizar e fundamentar as técnicas de recolha de dados usadas e esclarecer os procedimentos adotados na análise dos resultados.

Face ao exposto anteriormente (cf. Introdução), consideramos ser o momento para relembrar as perguntas de partida, os objetivos gerais e específicos que orientam este estudo.

As questões de partida que procuramos responder são:

1. Quais as variáveis-chave que caracterizam a Rede das Aldeias Históricas de Portugal?
2. Qual a importância da atividade turística e de lazer para o desenvolvimento regional das Aldeias Históricas de Portugal?
3. Como se caracteriza a relação entre os principais atores da Rede das Aldeias Históricas de Portugal e quais as suas estratégias e dinâmicas implementadas até ao momento?
4. De que modo o planeamento turístico integrado pode favorecer no futuro o desenvolvimento regional das Aldeias Históricas de Portugal?

Em articulação com as perguntas de partida assumimos como objetivo geral:

1. Analisar os contributos do turismo no desenvolvimento regional, visando a identificação de estratégias de intervenção, a curto e a médio prazo, dos principais atores para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal.

E identificou-se ao nível dos objetivos específicos:

- 1) Identificar as perceções e perspetivas dos vários atores do território sobre o papel do turismo no desenvolvimento regional;
- 2) Identificar e caracterizar a atividade turística e de lazer na Rede das Aldeias Históricas de Portugal;
- 3) Descrever e analisar as dinâmicas passadas, presentes e futuras entre os principais atores da Rede das Aldeias Históricas de Portugal;
- 4) Identificar estratégias de intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, no sentido, de criar complementaridades entre o turismo e o planeamento estratégico integrado.

Tendo-se estabelecido os objetivos de investigação, a etapa seguinte do nosso trabalho consistiu na produção de uma estrutura de operacionalização dos objetivos, estando cientes que não existe um só caminho em matéria de investigação. Contudo, há estruturas de operacionalização da investigação que se revelam mais apropriadas do que outras para atingir determinados objetivos. De qualquer modo, a construção dessa estrutura prática dependeu obviamente da informação a obter segundo o objeto de estudo e, conseqüentemente, na definição dos métodos e técnicas de investigação mais adequados para a viabilidade da investigação.

A existência de múltiplas opções pode gerar diferentes tipos de dados, todos contribuindo de maneira específica para a compreensão do fenómeno em estudo. É imperioso, portanto, apresentar a natureza do paradigma, os métodos e técnicas a utilizar, na medida que se reportam como os mais adequados e eficazes de acordo com o nosso objeto de estudo.

3.1. Natureza do estudo

A questão do método de pesquisa em ciências sociais tem provocado inúmeras discussões e produção de argumentos entre diversos investigadores, entre metodologias qualitativas e metodologias quantitativas. Na verdade, estamos na presença de dois métodos tradicionalmente associados a paradigmas distintos, no sentido que correspondem a diferentes postulados e programas de investigação.

Antes de apresentarmos a abordagem mais apropriada para o nosso estudo, demonstraremos as principais características e os discursos antagónicos em torno dos

dois paradigmas: paradigma qualitativo ou interpretativo e paradigma quantitativo ou positivista, particularmente no domínio do turismo (Jennings, 2009).

No domínio do turismo, o discurso em torno das duas abordagens tende a assumir proporções maiores face às dificuldades epistemológicas e metodológicas na construção de conhecimento em turismo, desenvolvido num quadro multidisciplinar e interdisciplinar que conduz a uma certa nebulosidade em termos dos principais paradigmas que influenciam e impedem o progresso das questões metodológicas.

Smith (2010) afirma que o turismo é complexo, provavelmente, o tema mais complexo na esfera das ciências sociais. Essa complexidade e abrangência do fenómeno turístico tem provocado o interesse de múltiplos estudiosos nos últimos anos e, por isso, acaba por ser alvo de diferentes abordagens como a Sociologia²⁰¹, a Geografia, a Antropologia, a Economia, a História, entre outras. Na perspectiva de Tribe e Airey (2007) algumas destas disciplinas tanto auxiliam como também condicionam a investigação em turismo; no caso das ciências referenciadas têm contribuído de forma significativa para a construção de conhecimentos interdisciplinares desta temática.

Neste universo existe uma pluralidade de análises que têm sido feitas ao turismo, nas quais está subjacente um corpo de conhecimentos onde se ligam métodos numa perspectiva qualitativa e/ou quantitativa. Contudo, apesar da investigação em turismo ter evoluído nos últimos anos com uma crescente reflexão e debate da comunidade científica em torno das questões metodológicas utilizadas nas investigações, na verdade, o turismo não é um campo com forte tradição investigativa. De acordo com Jennings (2009), na década de 2000 os estudos em turismo continuavam a ser alvo de alguma fraqueza conceptual e imprecisão por ausência de um foco.

Para outros autores, como Echtner e Jamal (1997), a investigação em turismo ainda se encontra numa fase “pré-paradigmática” por ausência de um corpo de conhecimentos independentes e com uma dinâmica própria. Por esta razão, Cooper (2003), refere com base na conceção de paradigma de Kuhn (1995), que a grande ameaça para a investigação em turismo encontra-se na contínua fragmentação das inúmeras disciplinas que, muitas vezes, não falam a mesma linguagem académica e, por isso, as pesquisas

²⁰¹ De acordo com Franklin (2009), o campo disciplinar da sociologia tem desempenhado um papel estruturante no surgimento de um interesse académico pelo turismo, pela sua capacidade de problematizar e conceptualizar o turismo e o comportamento turístico às mudanças sociais e culturas da sociedade moderna.

continuarem a ser um corpo de conhecimento com fraca articulação, contribuindo para uma certa imprecisão epistemológica e metodológica.

Deste modo, não existe um quadro geral de métodos e técnicas utilizadas em turismo, pois “há [uma] infinidade de procedimentos metodológicos que variam conforme a disciplina na qual o estudo se desenvolve” (Rejowski, 1999:49). Neste sentido, e segundo a autora, os investigadores devem procurar outros recursos metodológicos fora da sua área específica, os quais podem ser mais adequados para os estudos do turismo, apesar dos esforços já realizados na adoção de novas técnicas mais sofisticadas no estudo deste campo.

Em termos de tendências na investigação em turismo identificam-se abordagens qualitativas e quantitativas, tendo as duas abordagens contribuído até à atualidade para o desenvolvimento da investigação deste fenómeno, conforme sublinha Walle (1997). No entanto, desde a Segunda Guerra Mundial que se assiste ao domínio dos métodos quantitativos (perspetiva científica de base rigorosa), cabendo à investigação qualitativa a responsabilidade de gerar hipóteses, posteriormente testadas e validadas segundo métodos quantitativos. Não obstante, de todas as considerações o método quantitativo sempre dominou nas ciências sociais e, por isso, generalizou-se nas pesquisas em turismo (Walle,1997). Na perspetiva deste autor, o método científico utilizado em ciência na produção de conhecimentos do fenómeno em estudo deve ser empiricamente verificável e observável tanto pelo investigador como pela comunidade científica. Aliás, defende que opção pelo paradigma qualitativo e quantitativo deverá ser feita no âmbito de cada investigação, tendo em conta os objetivos da mesma.

Contudo, apesar das técnicas quantitativas constituírem uma importante ferramenta de investigação, a adoção deste paradigma em situações que não se adequam pode criar um impacto destrutivo da investigação em curso e criar um vazio intelectual, conforme tem sucedido em determinados momentos no campo das ciências sociais. No campo de investigação em turismo é possível verificar-se este facto, através de uma certa atitude imediatista na adoção de modelos e técnicas de investigação por parte dos investigadores, inviabilizando a abordagem qualitativa mesmo quando o objeto de estudo a isso aconselha (Walle, 1997).

Obviamente, que existe também uma clivagem metodológica quer no campo do turismo quer no das ciências sociais, manifestada através das críticas correntes que se fazem à

sua aplicabilidade. As principais críticas associadas aos métodos qualitativos e decorrentes da comparação com os métodos quantitativos são: os métodos quantitativos são mais representativos e fiáveis do que os métodos qualitativos, pois a pesquisa quantitativa tende a ser mais dedutiva e procura testar teorias através de procedimentos estatísticos rigorosos que conferem maior robustez às mesmas, bem como possibilita que os resultados sejam extrapolados e/ou generalizados para uma população mais ampla ao contrário da investigação qualitativa (Bryman, 1988; Devine, 1995; Nykiel, 2007; Creswell, 2009). Por outro lado, a pesquisa qualitativa tende a ser indutiva e é capaz de suscitar ideias e hipóteses que depois são testadas e validadas segundo métodos, tal como a sua flexibilidade permite ao investigador desenvolver os temas de pesquisa à medida que vai obtendo informação e, por isso, é vista como precursora dos métodos quantitativos (Moreira, 1994).

Porém, há também investigadores como Miles e Huberman (1984) que defendem a tese de um *continuum* epistemológico através da combinação das duas abordagens de investigação e não uma dicotomia. Os autores consideram que esta discussão paradigmática gera barreiras e impede o progresso das questões metodológicas de ordem prática nas investigações. Ainda, no âmbito desta tese, Walle (1997) afirma que os investigadores devem explorar sistematicamente e avaliar as diversas ferramentas e técnicas de investigação, mas também devem ser capazes de adotarem a metodologia mais adequada face ao tema e objetivos da investigação e segundo o tipo de informação que o investigador pretende obter, na medida em que, as duas abordagens são consideradas úteis e legítimas no universo da investigação social.

Yin (1988), sustenta, por seu turno, que os dois paradigmas envolvem diferentes métodos de pesquisa, mas constituem caminhos viáveis e legítimos, desde que, devidamente escolhidos e trabalhados em articulação com os objetivos da investigação, inclusivamente, pois considera que o uso simultâneo é enriquecedor no quadro de qualquer tipo de investigação, como, por exemplo, no amadurecimento do turismo no campo da investigação. Neste âmbito, a combinação de abordagens quantitativas e qualitativas pode introduzir uma maior profundidade dos fenómenos em estudo. Na verdade, a escolha ou recurso à abordagem quantitativa tem vindo a mostrar-se insuficiente para resolver determinados problemas e deve, conseqüentemente, harmonizar os inúmeros métodos e estratégias de investigação adequados ao objeto de estudo.

Segundo Riley e Love (2000), a investigação qualitativa emerge como uma abordagem metodológica alternativa que ganhou aceitação e prestígio em muito campos de estudo como, por exemplo, na educação, na sociologia, na antropologia, bem como em outras áreas de investigação como o turismo. Neste âmbito, os mesmos autores atestam que, apesar do turismo necessitar, cada vez mais, de estudos quantitativos para se tornar uma indústria competitiva no mercado, existem simultaneamente outras dimensões a explorar e compreender, que, pelas suas características específicas, requer o recurso à investigação qualitativa.

De acordo com Phillimore e Goodson (2004) e Junek e Killion (2012), existe uma crescente necessidade para a utilização de metodologias qualitativas na investigação do fenómeno turístico, quer na recolha de dados sobre atividades, eventos, ocorrências e comportamentos, quer na compreensão das ações problemas e processos no seu contexto social. Por isso, o investigador deve encarar os métodos qualitativos e quantitativos como complementares e não existir qualquer grau de superioridade ou competitividade de um paradigma em detrimento de outro, porque ambos têm vantagens e desvantagens. Por outras palavras, o investigador deve escolher a abordagem mais adequada ao seu projeto de investigação; a combinação dos dois métodos pode ser bastante positiva ao contribuir para um maior enriquecimento da investigação em turismo enquanto objeto de investigação multidisciplinar e interdisciplinar.

Na investigação em curso, e tendo em conta o objeto de estudo e os objetivos atrás enumerados, optou-se por um pluralismo metodológico, resultante da combinação de métodos quantitativos e qualitativos – abordagem mista, pois como refere Bardin (1999), a combinação de métodos aumenta a fiabilidade dos resultados da investigação, pois o facto de se utilizarem métodos diferentes pode tornar o plano de investigação mais “sólido” e permite obter resultados mais seguros (Patton, 1990).

Tomando em conta as características da nossa investigação, destacaríamos que os critérios metodológicos que nortearam esta investigação inscrevem-se no que se denomina investigação-ação, no quadro epistemológico da “teoria da ação”²⁰² (Touraine, 1996; Guerra, 2002), em que existe um contexto de ação concreto entre o

²⁰² Trata-se, pois, de uma “tentativa de organização dos pressupostos metodológicos, teóricos, éticos e metodológicos que suportem a intervenção na diversidade dos domínios sociais, e não necessariamente apenas no planeamento” (Guerra, 2002:20). Ainda na opinião desta autora, uma teoria da ação presume que, no centro da análise, está a relação complexa (e complementar) entre ator e sistema nos mais diversos contextos históricos.

ator e o sistema, isto significa segundo Friedberg (1993:229), que a “acção só tem sentido se relacionada com um sistema”.

A investigação-ação é aqui assumida como uma modalidade de investigação e não tanto como técnica de recolha de informação, libertada de regras estritas e normativas, mas portadora de novas relações entre ação e investigação, um processo no qual o investigador assume o papel de ator e os atores assumem também o papel de investigador. Ou seja, a interação é condição *sine qua non* necessária entre o investigador e os atores locais envolvidos que se investigam sistematicamente, na perspetiva de investigação sistemática de um dado e colocam questões com vista a solucionar um problema do sistema e a enriquecer o saber cognitivo, o saber-fazer e o saber-ser (Monteiro, 1988, citado em Guerra, 2002:53; Dredge e Hales, 2012). De acordo com Guerra (2002), é um processo continuado que considera os atores não como objetos passivos da investigação, mas como sujeitos participantes do conhecimento e portadores de uma diversidade de recursos que podem ser mobilizados no ensaio de estratégias de mudança, procurando dar solução a problemas. Apela, por isso, a uma maior perícia metodológica e a um maior recurso a técnicas diversificadas.

A metodologia da investigação-ação recorre à diversidade de métodos e de técnicas que se encontram disponíveis às ciências sociais, apesar de alguma contestação pelos tradicionalistas em termos do quadro conceptual e metodológico, não sendo considerada como verdadeira investigação. Contudo, Dann (citado em Pearce, 1999) salienta que a aplicação do método na e pela ação no campo das investigações em turismo, pode ser uma oportunidade para ultrapassar a tradicional dicotomia entre abordagens teóricas e investigação pela ação, através de estudos de caso sem descuidar o enquadramento teórico.

Assim, e pelo que atrás ficou dito a nossa investigação pode considerar-se como um estudo de caso prospetivo, na medida em que, permite uma multiplicidade de temas a abordar no seu contexto real através de um forte trabalho de campo, procurando retirar partido de fontes múltiplas, como sejam documentos, dados arquivados ou estatísticos, inquéritos por entrevista e inquéritos por questionário, pois esta técnica permite o recurso a ambos os modelos de investigação (Yin, 1994).

No estudo de caso, tal como a expressão indica, desenvolve-se a exploração intensiva de uma simples unidade de estudo, de um “caso” que pode ser um indivíduo, um grupo,

uma família, uma organização, uma comunidade ou até uma unidade territorial, mas que também pode ser uma política ou um processo (Coutinho e Chaves, 2002; Freixo, 2012), sendo que toma por objeto um fenómeno contemporâneo inserido em algum contexto da vida real; ou ainda, quando as fronteiras entre o fenómeno estudado e o contexto não estão nitidamente definidas e em que o investigador pode utilizar uma grande variedade de instrumentos de recolha de dados que se revelem mais adequados para examinar o “caso” em detalhe, em profundidade, no seu contexto real (Yin, 1994); é uma investigação de natureza empírica, para além de apresentar um forte cunho descritivo. Ora é precisamente esta forma de compreender e organizar os dados no seu todo que demonstra que o estudo de caso é uma metodologia de investigação estratégica e não uma metodologia específica (Yin, 1994; Gomez, Flores e Jimenez, 1996). O estudo de caso tem vindo a assumir-se como uma das muitas formas de se fazer investigação para o estudo do turismo, procurando contribuir de forma inigualável, para a compreensão global do fenómeno de interesse (Dredge e Hales, 2012).

Este último aspeto, ajuda a compreender a razão pela qual não existe uma definição unívoca para esta abordagem metodológica, mas inúmeras ideias abrangentes; contudo, do ponto de vista de Coutinho e Chaves (2002), existem algumas características comuns nestas propostas de definição, entre as quais: o caso é “um sistema limitado”, em que a primeira tarefa do investigador é definir as fronteiras do “seu” caso de forma clara e precisa; o caso é sobre “algo”, que há que identificar para conferir foco e direção à investigação; tem que existir sempre a preocupação de preservar o carácter holístico do caso; a investigação ocorre em ambiente natural e o investigador recorre a múltiplas fontes e a métodos de recolha de dados diversificados.

Neste sentido, o investigador centra-se fortemente no trabalho de campo ou na análise documental, através da descrição permanente do seu campo de investigação, que pode remeter de forma errada para uma associação do estudo de caso à investigação qualitativa, visto que, pode em simultâneo, ser conduzido por outros paradigmas de investigação bem distintos como o positivista ou o crítico (Ponte, 2002), particularidade que não é evidente na maioria das alternativas metodológicas. Uma razão para ser considerado por alguns investigadores como uma modalidade de investigação de carácter misto com a combinação de métodos qualitativos e quantitativos (Gomez, Flores e Jimenez, 1996). É nesta modalidade que a nossa investigação se enquadra.

O estudo de caso trata-se de um tipo de pesquisa que ganhou nos últimos anos uma assinalável notoriedade na investigação e no ensino do turismo, apesar de ter sido adotada numa época em que a sua validade era fortemente questionada e era rotulada de opção metodológica simplista (Beeton, 2005; Dredge e Hales, 2012). Por outras palavras, muitos investigadores demonstram um certo desprezo para com os estudos de caso e, até os designam como uma forma menos desejável de investigação, pelas suas características, que se revestem numa falta de rigor da investigação, pela influência do próprio investigador, pela utilização de vários métodos, pela ausência de uma base para se fazer generalizações científicas dos resultados (crítica de tradição positivista) e por via disso possuem um escasso valor científico. Por conseguinte, Yin (1994) responde às críticas que são feitas aos estudos de caso dizendo que eles não se generalizam para um universo, ou seja, não é esse o objetivo deste tipo de pesquisa mas sim para uma teoria, isto é, ajudam a produzir conhecimento de objetos singulares e fazem surgir novas teorias ou confirmar as teorias existentes. Na verdade, num estudo de caso “não faz sentido formular conclusões sob a forma de proposições gerais” (Ponte, 2002:10), aliás, terá apenas a utilidade de suscitar hipóteses de trabalho que, através de outros procedimentos ou métodos, conduzirão a outras tantas investigações. Apesar de escolhermos esta estratégia, estamos conscientes de que condicionamos a natureza do alcance das nossas conclusões finais da investigação. No entanto, esta estratégia, pode, assim, assumir-se como instrumento para estudar os processos e as dinâmicas territoriais do sistema em questão, com vista à sua melhoria, ou para ajudar a definir novas políticas e estratégias coletivas de intervenção em rede.

Como estratégia de investigação, o estudo de caso tem sido utilizado por diversos investigadores como, por exemplo, Rapoport e Rapoport (1975), Murphy (1991), Harris e Leiper (1995) e Burns e Sancho (2003), sem grande preocupação em refletir as suas grandes vantagens e desvantagens. Aliás, refira-se que a ausência de preocupação com estas críticas pode ser encontrada nos numerosos trabalhos de investigação, como, por exemplo, na investigação em turismo, onde o estudo de caso é cientificamente aceite ao assumir-se como uma das opções no quadro metodológico.

Na perspetiva de ultrapassar as habituais críticas ao método, Jennings (2010) responde, dizendo que o campo do turismo é bastante complexo para ser metodologicamente singular e, por isso, devem ser consideradas várias técnicas como a observação participante, as histórias e etnografias, bem como o estudo de caso, entre as possíveis

metodologias de investigação. O autor refere que uma das principais vantagens do estudo de caso é a flexibilidade e versatilidade na seleção e utilização de um conjunto de técnicas de recolha e análise de dados muito diferenciados, refletindo-se numa vasta quantidade de informação heterogénea que não é tão evidente nas outras alternativas metodológicas. No entanto, devemos referir que sendo uma metodologia de investigação com grandes potencialidades e, por isso, bastante exigente que pode conduzir a resultados bastantes interessantes como a outros irrelevantes por uma incorreta conceção.

A escolha deste procedimento metodológico para a nossa investigação não se justifica pela sua tradição nas investigações em turismo, considerou-se como o método de investigação mais flexível e inteligível, na medida em que, o objeto empírico possui uma dimensão territorialmente localizada e o objeto teórico remete a sua abordagem para uma pluralidade de dimensões da realidade, através de uma análise intensiva e em profundidade de uma dada situação, aliás, característica que melhor identifica e distingue esta abordagem metodológica que, frequentemente, é utilizada no campo das ciências humanas e sociais (De Bruyne, Herman e De Schoutheete, 1975; Carmo e Ferreira, 1998).

Na adoção do estudo de caso no desenho da investigação existiu, desde o início, a preocupação de fazer cumprir os requisitos anteriormente mencionados e, por isso, podemos referir que o nosso “caso” é constituído pelo turismo na Rede das Aldeias Históricas de Portugal, na perspetiva do planeamento integrado e desenvolvimento regional, de forma a identificar estratégias de intervenção para operacionalização da Rede, sendo a investigação realizada no contexto real, recorrendo-se à pesquisa documental e bibliográfica como informação disponível e ao inquérito por entrevista e questionário enquanto fonte de informação não disponível, tirando partido de fontes múltiplas.

De facto, ao escolhermos o turismo na Rede das Aldeias Históricas de Portugal é um caso que entendemos poder ser construído através de uma delimitação empírica, contudo sustentada numa base teórica bem vincada, quer na formulação de perguntas dos respetivos instrumentos de recolha e análise de dados, quer na aceitação da evidência das suas singularidades e dos seus processos holísticos e complexos aquando a análise dos resultados provocados junto dos diversos atores do sistema. Assim, assumimos que o turismo, e o seu desenvolvimento, existem nas Aldeias Históricas de

Portugal, resultando da ação dos atores do sistema, ligados direta e indiretamente ao território, podendo o seu planeamento integrado assumir uma expressão mais formal através da definição de estratégias de intervenção futuras. Nesta perspetiva, Yin (1994) defende que o caso é um fenómeno que ocorre naturalmente e cuja existência é anterior e posterior à investigação. Em segundo lugar, defendemos, igualmente, que se trata de um caso sustentado teórica e empiricamente, na medida em que, o turismo e o seu planeamento, independentemente da escala a que acontece, reflete o modelo teórico adotado pelo sistema turístico, e traduz-se num conjunto de políticas, estratégias, práticas e resultados que determinam o rumo do desenvolvimento turístico.

O estudo de caso pode ser conduzido no sentido de descrever, explorar, explicar ou ainda avaliar e/ou transformar, conforme refere Yin (1994), quando considera que num estudo de caso o investigador pode: descrever o contexto real onde a intervenção ocorreu; explorar as situações onde as intervenções não são claras ou possuem poucos resultados; explicar as relações causais nas intervenções da vida real que são muito completas para serem abordadas por estratégias experimentais; e deve realizar uma avaliação, ainda que de forma descritiva, da intervenção realizada. Na presente investigação, estamos perante uma situação mista, porque assume simultaneamente um carácter exploratório, descritivo e analítico. Assim, procedemos a uma análise descritiva em termos de caracterização da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, nas suas múltiplas vertentes, e do diagnóstico do sistema em estudo, avaliamos as diversas intervenções realizadas no âmbito das políticas públicas, e propomos estratégias e práticas de intervenção futuras no contexto do planeamento integrado e desenvolvimento regional para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, com recurso a uma metodologia qualitativa e quantitativa.

Acresce uma última característica para o tipo de estudo da nossa investigação, que surge associada ao estudo de caso único, pois circunscreve-se à análise da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, apesar de ser composto por vários níveis de análise, na medida em que a complexidade do objeto obriga à sua divisão em várias subunidades, considerando-se os recursos turísticos, a oferta e a procura turística, segundo a perspetiva dos diferentes atores individuais e coletivos. Assim, aproveitámos as vantagens da prospetiva quando aplicada a um território de escala regional como a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, bem como procurámos explorar e compreender as

visões e perspetivas dos diversos atores e *stakeholders* do sistema, os quais, através de uma atitude pró-ativa desenharam e apresentaram estratégias de intervenção futuras.

3.2. As técnicas e instrumentos de recolha de dados utilizados

A metodologia expressa as estratégias adotadas pelo investigador para desenvolver informações precisas, objetivas e passíveis de interpretação. Desta forma, as técnicas de investigação mais não são do que um conjunto de procedimentos destinados a produzir resultados na recolha e tratamento de informação, no sentido de obter conhecimentos sobre o objeto em estudo, através de procedimentos sistemáticos e rigorosos capazes de garantir o carácter de cientificidade. Por isso, o investigador para estabelecer uma articulação entre a componente empírica e a componente teórica, deve selecionar um modo de pesquisa, uma ou mais técnicas de recolha de dados e um ou vários instrumentos de registo dos dados consoante o tipo de informação que se pretende obter, isto é instrumentar a investigação.

De seguida, procurámos clarificar de forma pormenorizada e cientificamente sustentada as opções pelas técnicas de recolha de dados, bem como a sua operacionalização na instrumentação da presente investigação. A recolha de dados foi efetuada através das técnicas de análise documental, inquérito por entrevista e por questionário, tendo em conta os objetivos e as perspetivas teóricas adotadas para a nossa investigação e que demonstraram a necessidade de utilização do método qualitativo e quantitativo, na linha do que se expôs anteriormente para as pesquisas no domínio do turismo.

3.2.1. Análise documental

Segundo Albarrelo, Digneffe, Hiernaux, Maroy, Ruquoy e Saint-Georges (1997), a pesquisa documental é um método de recolha e de verificação de dados, que incide no acesso a fontes escritas ou não, e a pesquisa bibliográfica, que é uma das suas técnicas particulares, limitada exclusivamente às fontes escritas. Todavia, “Não nos documentamos ao acaso, mas em função de uma investigação” (Albarrelo, et al., 1997:29), foi este princípio que orientou a pesquisa documental levada a cabo. No nosso caso só estão em causa documentos escritos, sob os quais foi possível formar uma ideia mais precisa dos domínios da nossa problemática e fomentar a descoberta de um certo número de temas que compõem o quadro teórico conceptual, necessários para um

aprofundamento e compreensão da realidade que nos propusemos trabalhar como verificação da validade e pertinência da informação existente. Aliás, ao longo de todo o trabalho de investigação, existiu um permanente e amplo levantamento bibliográfico e de pesquisa documental.

Desta forma, a pesquisa bibliográfica e, posteriormente, a análise documental de livros, artigos científicos, sítios na internet e documentos relativos à monitorização e avaliação do projeto no passado e outros documentos adjacentes segundo os objetivos da nossa investigação, constituíram a primeira fase do trabalho empírico sobre a Rede das Aldeias Históricas de Portugal. Procuraram-se também recolher dados estatísticos de caracterização do nosso território, quer através dos recenseamentos gerais da população e dos recenseamentos agrícolas, quer através de dados estatísticos solicitados às câmaras municipais e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. No entanto, apesar de não termos procedido a uma análise de conteúdo formalizada, os dados recolhidos permitiram-nos desenhar o projeto de investigação e a construção de instrumentos para recolha de dados indisponíveis, através de outras técnicas de pesquisa junto dos diversos atores e, posteriormente, triangulados com a informação disponível.

3.2.2. O inquérito por entrevista

O recurso à entrevista é frequentemente realizado para colheita de dados, quando se pretende compreender um fenómeno em estudo ou para completar e triangular dados obtidos através de outras técnicas de investigação (Gauthier, 2003; Fortin, Côte e Filion, 2009). Atendendo a estas premissas, adotámos também para este estudo a entrevista enquanto meio de recolha de informação não disponível, uma vez que esta técnica tem a capacidade de induzir uma abordagem em profundidade sobre as temáticas em estudo (McGehee, 2012).

Para completar a informação recolhida na literatura, procedeu-se à realização de entrevistas exploratórias em três momentos distintos da nossa investigação. As primeiras entrevistas exploratórias foram efetuadas numa base estruturada e que abrangeu um grupo de cinco especialistas (entrevistas-piloto), numa tentativa de clarificação do nosso tema e objeto de estudo, bem como aferir aspetos teóricos relevantes no caso concreto da nossa investigação. De referir que posteriormente também efetuámos uma segunda abordagem ao grupo de especialistas, no sentido da validação das estratégias de intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal,

através da entrevista de grupo ou *focus group*. Esta técnica de recolha de dados foi de igual modo adotada na abordagem à população local das 12 Aldeias Históricas de Portugal. Tratou-se de um procedimento crucial para compreender o nosso objeto de estudo: nesta fase procurámos os designados informantes privilegiados do território, isto é, a população das Aldeias Históricas de Portugal implicada nos processos que se querem analisar, que mesmo tendo poucos conhecimentos teóricos, são profundos conhecedores da realidade local.

As entrevistas exploratórias ou entrevistas-piloto com vista a reunir informação básica ou a procura de informantes privilegiados são frequentemente utilizadas numa fase inicial antes de se utilizarem métodos mais precisos e inflexíveis na investigação social (Moreira, 1994). Têm sido igualmente administradas para delimitação do objeto de estudo a confrontação de teorias e modelos da revisão da literatura com a realidade em estudo, para obtenção de pistas e hipóteses de trabalho a ter em conta na ampliação do campo de investigação das leituras, e não para verificação de hipóteses preestabelecidas. Estas considerações levam-nos a assumir que as leituras e entrevistas exploratórias são complementares e enriquecem-se mutuamente, bem como devem ajudar a constituir a problemática de investigação.

Assim, dada a informação recolhida na literatura, houve necessidade de realizar um momento de entrevista exploratória a cinco especialistas das áreas do turismo, desenvolvimento regional, territórios rurais de baixa densidade e políticas públicas com uma ligação direta e indireta a territórios similares ao das Aldeias Históricas de Portugal. Estas entrevistas-piloto revestiram-se de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa, contribuindo para uma maior familiaridade ao nível dos conceitos e aspetos teóricos relevantes ao nosso objeto de estudo; cruzar ideias, analisar dados e projetar o futuro para o sistema em estudo e foram ainda usadas para identificar os principais atores a envolver na investigação, na medida que, posteriormente foram desenhados outros instrumentos de recolha de dados adequados ao público-alvo.

Neste caso a técnica de amostragem foi do tipo intencional, na medida em que, os especialistas foram escolhidos tendo em conta os objetivos do presente estudo. Na seleção destes especialistas, teve-se o cuidado de integrar investigadores de referência que habitualmente trabalham nas áreas supra mencionadas através da experiência em projetos de intervenção em territórios com dificuldades estruturais, além do critério de representação territorial, isto é, houve a preocupação com o equilíbrio e

representatividade em termos da origem e/ou distribuição geográfica dos especialistas, entre Norte e Sul de Portugal Continental.

Em termos de procedimentos que estabelecemos com os entrevistados, tivemos em conta os aspetos salientados por autores como Richardson, Peres, Correia, Peres e Wanderley (1989) e Gauthier (2003), pelo que apesar do contacto preliminar via e-mail para formalização do pedido de colaboração e integração do grupo de especialistas, antes da administração da entrevista semi-estruturada relembrámos a finalidade e objetivos da investigação e a temática desta. Assim, num primeiro momento, procurámos colocar os entrevistados à vontade e garantimos novamente a confidencialidade das respostas.

As mesmas decorreram entre 26 de fevereiro e 20 de março de 2013, através da administração do guião de entrevista semi-estruturada construído para o efeito (Anexo 1), e tiveram uma duração variável entre uma a duas horas e meia. Estas entrevistas foram efetuadas num ambiente restrito, no gabinete destes especialistas, local escolhido pelos mesmos, com exceção de uma que ocorreu num lugar escolhido por ambas as partes, mas, também, num ambiente calmo e sem interferências. A entrevista foi orientada para a resposta no sentido em que procurámos explorar e retomar alguma ideia ou ponto menos claro de forma a aprofundar e compreender os dados abordados superficialmente, através do estabelecimento de uma relação de confiança e escuta ativa, de acordo com os princípios defendidos por Lessard-Hébert, Goyette e Boutin (1994).

Elegemos a entrevista semi-estruturada pelas suas características, uma vez que permite uma maior margem de liberdade ao entrevistado para falar, é mais fácil de ser conduzida pelo investigador, e há um maior controle à evasão aos objetivos do estudo (Gauthier, 2003; Fortin, Côte e Filion, 2009). O principal objetivo foi o de obter informação tanto para as questões que se levavam preparadas como para àquelas que se consideraram relevantes no decurso da conversação.

De salientar ainda que as entrevistas foram registadas através de gravação em áudio, uma vez garantida a autorização dos entrevistados e garantia do investigador em manter o anonimato e posteriormente foram transcritas na íntegra e analisadas. O seu conteúdo foi submetido a procedimentos formais de análise de conteúdo garantindo a sua fidedignidade e validade, como é o caso do *software* NVivo10, um programa específico

para análise de dados qualitativos. O trabalho de transcrição e análise de conteúdo permitiu uma maior familiarização com os dados, ou seja, ajudou a estabelecer relações com o tema em estudo e facultou elementos adicionais aos já obtidos pela revisão da literatura, o que foi fundamental para a construção dos restantes instrumentos de recolha de dados e ainda permitiu auxiliar o recenseamento das variáveis-chave do sistema, quer para uma posterior análise estrutural, quer para a identificação dos atores do sistema. Por outro lado, estas entrevistas exploratórias permitiram a obtenção de sugestões e ideias dos especialistas para o trabalho de investigação, resultante da nossa postura de recetividade.

Além das entrevistas exploratórias individuais aos especialistas foi possível concretizar num segundo momento da nossa investigação, entrevistas de grupo ou *focus group*, na recolha de informação junto da população local das 12 Aldeias Históricas de Portugal.

Os *focus group* constituem um método de recolha de informação que tem grandes semelhanças com as entrevistas semi-estruturadas. Para Cater e Low (2012) o *focus group* é um método que suscita grande interesse na sua utilização, sendo particularmente útil quando utilizado em combinação com outros métodos e pode ser usado em qualquer momento da investigação (identificar hipóteses ou conceitos para formulação de outros instrumentos de recolha de dados, ajudar na interpretação de dados ou na apresentação de resultados para validação), apesar da sua fraca utilização em investigações no domínio do turismo²⁰³.

A entrevista de grupo focalizado é uma entrevista realizada com um pequeno grupo de pessoas em que o investigador utiliza o processo de grupo para estimular a discussão estruturada e obter informações sobre determinado tema sobre o qual necessita de recolher informação específica (Patton, 1990; Vaughn, Schumm e Sinagub, 1996; Linhorst, 2002; Cater e Low, 2012). A literatura indica ainda que cada grupo deve ser constituído entre seis e doze pessoas (Morgan, 1997; Suter, 2004), tendo geralmente uma duração de uma a duas horas (Longhurst, 2003).

²⁰³ A introdução do *focus groups* tem a sua ancoragem no período da Segunda Guerra Mundial, desenvolvido como método para avaliar a formação e propaganda de filmes sobre o exército americano. No entanto, o grande impulso decorreu pela mão do pioneiro Robert Merton, daí que seja frequentemente utilizado em trabalhos do domínio da sociologia (Bosco e Herman, 2010). Uma das primeiras utilizações no campo do turismo surge por Simmons (1994), que incorporou em uma abordagem participativa para compreensão do papel da participação da comunidade no planeamento do turismo, apenas se generalizou na segunda metade da década de 2000 (Cater e Low, 2012).

A entrevista de grupo ou *focus group* tratou-se da técnica mais adequada para os nossos objetivos e público-alvo, na medida em que é uma técnica de natureza qualitativa que permite obter uma diversidade de dados com custos reduzidos, forte estimulação e interação entre os elementos do grupo e entrevistador/investigador, e acaba por favorecer o relembrar de acontecimentos, bem como permite chegar mais longe que a entrevista individual (Flick, 2005). Estas vantagens apresentam peso significativo para a investigação, dado que, na presença de 12 Aldeias Históricas com uma forte dispersão geográfica, tornava-se dispendioso e moroso abordar a população local por outros métodos, como, por exemplo, a observação, as entrevistas individuais ou questionários, para além da nossa necessidade de recolha de informação detalhada sobre os valores e opiniões ou experiências e reações dos indivíduos participantes nas sessões de trabalho. Esses momentos de consulta em grupo aos atores constituíram uma forma interessante de explorar informação nova e discutir com mais profundidade os assuntos relacionados com a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, como também solicitar aos participantes o seu posicionamento em termos de atuação futura no território, através da discussão em grupo das cinco questões concebidas para os grupos de discussão ou de foco (Anexo 2). No que diz respeito à estrutura formal do guião da entrevista de *focus group* construído para uma abordagem à população das Aldeias Históricas, foi organizado em torno dos seguintes objetivos:

- Aferir as diferentes classificações/atributos que os participantes associam ao desígnio Aldeia Histórica;
- Avaliar o impacto dos Programas das Aldeias Históricas de Portugal;
- Caracterizar o estado atual da Aldeia Histórica;
- Conhecer as dificuldades e constrangimentos dos territórios rurais de baixa densidade;
- Caracterizar o setor do turismo na Aldeia Histórica;
- Identificar as principais mudanças na aldeia com desenvolvimento da atividade turística;
- Identificar propostas de intervenção/ação para a Aldeia Histórica.

O período de realização destas sessões *focus group* decorreu entre 26 de janeiro e 4 de maio de 2014, sendo realizadas ao fim de semana e maioritariamente ao domingo,

devido ao facto de estarmos perante um público-alvo que reserva o domingo como dia de descanso semanal.

No que diz respeito ao procedimento de realização da sessão de trabalho, estabelecemos um contacto telefónico prévio com o Presidente da Junta de Freguesia, seguido de uma deslocação à Aldeia Histórica para um contacto mais pessoal, divulgação da sessão e preparação do espaço físico. Contudo, em duas Aldeias Históricas, esse apoio surgiu do cidadão comum com algum poder de sensibilização e mobilização da população para participação na sessão, mediante a indisponibilidade ou recusa de colaboração dos Presidentes das Juntas de Freguesia.

Nas 12 sessões, houve uma variação na presença de 10 a 11 participantes, com idades compreendidas entre os 18 e 92 anos, contudo, nem sempre foi possível obter a presença de participantes jovens ou até mesmo em idade ativa em homogeneidade com o número de idosos, mediante o envelhecimento populacional que se regista em muitas destas Aldeias Históricas.

Na realização das sessões foram considerados os pressupostos metodológicos, na medida em que, procedemos numa primeira fase à legitimação da entrevista em grupo ou *focus group*, com explicação da finalidade da sessão, enquadramento com o nosso trabalho de investigação e exposição das abordagens temáticas a discutir, bem como assegurámos a confidencialidade das informações e solicitámos autorização para gravar as sessões em formato digital, obtendo autorização na sua totalidade.

Estas sessões foram iniciadas com a projecção de um vídeo sobre a origem da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, na medida em que, procurámos colocar os entrevistados à vontade, tentando ganhar confiança dos participantes através do sentimento de pertença²⁰⁴. De facto, correspondendo ao nosso objetivo, esta projecção do vídeo permitiu quebrar o “gelo” entre os indivíduos participantes e investigadora que desempenhou o papel de moderadora, procurando promover a participação e a interação de todos os participantes. Conduzimo-las estabelecendo uma relação de confiança, introduzindo os temas, e formulando as questões que estimularam os entrevistados a falar, através da nossa postura generalizada de entrevistador objetivo, flexível, mobilizador e acima de tudo de bom ouvinte (Flick, 2005), bem como tivemos que em diversos momentos incentivar os participantes mais reservados a envolverem-se e a

²⁰⁴ Garrod (citado por Cater e Low, 2012) refere que existe um crescente interesse pela utilização de imagens visuais em turismo em combinação com o método *focus group*.

exprimirem os seus pontos de vistas; aliás, foi sempre uma preocupação da nossa parte obter respostas de todos, permitindo que o assunto fosse abordado e explorado pelo maior número de pessoas com diferentes pontos de vista, bem como cobrir os temas de forma o mais completa possível (Cater e Low, 2012).

As gravações das discussões de grupo foram posteriormente transcritas e analisadas, com ajuda das anotações e reflexões da investigadora e de uma observadora que esteve presente na maioria das sessões, sendo que, no entender de Gauthier (2003), o grande objetivo da análise de conteúdo “é conseguir produzir inferências válidas e reproduzíveis através dos textos analisados” (Gauthier, 2003:351), tendo sido conseguido com a determinação de categorias e sub-categorias com recurso ao programa informático para análise de dados qualitativos NVivo10.

De salientar que estas sessões de *focus group* constituíram uma forma de avaliação participativa por via dos cidadãos daquelas Aldeias Históricas que beneficiaram de ações cofinanciadas por fundos estruturais. A informação, recolhida permitiu obter um ponto de vista mais profundo e mais ponderado sobre os efeitos e impactes dos programas em questão, e fixar novas prioridades e orientações sobre os futuros possíveis e o futuro desejado (com a indicação de propostas de intervenção) para as Aldeias Históricas e de forma mais generalizada para os territórios rurais de baixa densidade.

Conforme referimos, os especialistas foram alvo de uma segunda abordagem por via de uma entrevista de *focus group*, a fim de se obter validação para um conjunto de estratégias de intervenção, no sentido de se perspetivar o futuro do território com objetivos específicos de intervenção, prioridades e traçar linhas de ação que suportem a tomada de decisão dos vários intervenientes ligados direta e indiretamente ao setor do turismo, bem como gerar a troca de ideias e sugestões do grupo de especialistas.

Optou-se pelo recurso aos especialistas, porque devido à sua experiência e conhecimentos na área do turismo, desenvolvimento regional, territórios rurais de baixa densidade e políticas públicas, tinham uma opinião e capacidade de decisão em ordenar as áreas de intervenção e o grau de prioridade para cada uma das estratégias de intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, a curto e a médio prazo, além de que pretendíamos provocar a reação de cada um em relação à opinião geral dos restantes.

Assim, após uma análise cuidada de toda a informação recolhida junto dos diversos atores envolvidos na nossa investigação²⁰⁵, quer pela investigadora, quer por dois investigadores da área da sociologia e geografia, procedeu-se ao recenseamento das variáveis internas e externas do sistema em causa e elaboração de um quadro geral com as estratégias de intervenção e propostas específicas para o território em estudo (Quadro 1 do Anexo 3), posteriormente refletido numa grelha de análise das estratégias de intervenção.

No que diz respeito à realização da própria sessão, importa referir que apesar dos contactos estabelecidos anteriormente para as entrevistas exploratórias, procedemos à disponibilização prévia de um documento de apoio com o enquadramento da sessão, caracterização do sistema (variáveis internas e externas), apresentação das estratégias de intervenção e propostas específicas de intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, a curto e a médio prazo (Anexo 3), aspetos reforçados antes da realização da sessão com a explicação e finalidade desta, conforme suposto em ciência. Nesta fase procurámos relembrar e enquadrar o grupo de especialistas para o objeto de estudo e objetivos da nossa investigação, para além de garantirmos que iríamos garantir a confidencialidade dos mesmos no trabalho.

A sessão foi iniciada com a projeção de um vídeo sobre a iniciativa Aldeias Históricas de Portugal, procurando contextualizar os especialistas do território em estudo e de todo o trabalho realizado no âmbito do II e III QCA, mas também procuramos apresentar de forma sucinta algumas das variáveis do sistema.

Num segundo momento, após uma prévia troca de ideias entre os especialistas e a investigadora, optou-se por preencher a grelha de análise pré-definida com as estratégias de intervenção, organizadas por seis grandes dimensões de análise (sociodemográficas, dinâmicas territoriais, governança e animação territorial, turismo, património arquitetónico e imobiliário e políticas públicas) e grau de prioridade de intervenção (Anexo 3.1.). De facto, tendo em conta o número elevado de estratégias de intervenção, o preenchimento individual tornou-se a melhor opção, mas também porque à medida que iam preenchendo a grelha, os especialistas apresentavam evidências para a cotação atribuída e peso de cada dimensão de análise. Sempre que necessário explicitou-se, por

²⁰⁵ Utilizaram-se como técnicas de recolha de informação: inquérito por questionário aos visitantes, neorurais e informantes-chave da Rede, entrevistas exploratórias e sessões de *focus group* à população das Aldeias Históricas de Portugal.

um lado, o conteúdo das estratégias e, por outro, deu-se-lhes a oportunidade de defender as suas opiniões perante o resto do grupo, para além da recolha de outros contributos para a investigação. Uma parte da informação foi submetida a procedimentos formais de análise de conteúdo através do *software* NVivo10, mais concretamente as evidências/justificações dos especialistas para as cotações atribuídas para cada uma das estratégias de intervenção e domínios temáticos de intervenção, mas também os pontos fortes e fragilidades das estratégias de intervenção. A restante informação foi alvo de uma organização cuidada com recurso ao *microsoft* Excel.

Esta sessão contou com a presença de quatro dos cinco especialistas, no entanto, obtivemos o contributo via e-mail do especialista em falta através do preenchimento da grelha. A estes somou-se o contributo de uma especialista na área da sociologia que face aos seus conhecimentos sobre a temática em estudo revelou-se numa mais-valia na validação das estratégias de investigação com o preenchimento da grelha, mas também na troca de ideias e sugestões para o nosso trabalho.

A sessão foi realizada no dia 23 de julho de 2015, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, local eleito pelos mesmos, devido a questões profissionais e mobilidade.

3.2.3. O inquérito por questionário

De acordo com Freixo (2012), o questionário é o instrumento mais utilizado na recolha de informação. O questionário é, de facto, a técnica de dados que tem predominado nas ciências sociais e de um modo geral na sociedade, apesar de todas as limitações, a sua natureza quantitativa e a sua capacidade de objetivar informação conferem-lhe o estatuto máximo de excelência e autoridade científica.

O recurso à utilização do questionário depende de vários fatores e, sobretudo, da natureza dos factos a investigar. Em sentido lato, pode afirmar-se que o conteúdo do questionário é definido pelos objetivos da investigação e que a sua forma pela clareza da informação, faz com que o questionário seja “um instrumento de recompilação de dados, rigorosamente padronizado, que traduz e operacionaliza determinados problemas que são objeto de investigação” (Ander-Egg, 1982:274) [tradução nossa], sendo que uma das suas principais vantagens é “a possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados e de proceder, por conseguinte, a numerosas análises de correlação.” (Quivy e Campenhoudt, 2013:189).

Quanto à forma de aplicação, os questionários podem ser autoadministrados, preenchidos pelos inquiridos que os rececionam por internet, correio, etc., ou pelo investigador na presença do inquirido, tendo este último a vantagem segundo Quivy e Campenhoudt (2013) de evitar a má interpretação das perguntas e conseguir uma taxa de resposta elevada. O questionário direto tem muitas semelhanças com a entrevista, mas a sua rigidez, estandardização, tipo predominante de perguntas, a possibilidade de ausência do inquirido não permitem que se confunda com a entrevista (Ghiglione e Matalon, 1993).

O recurso ao inquérito por questionário como instrumento de recolha de informação não disponível mostrou-se adequado para alcançar os objetivos da nossa investigação em três momentos, designadamente: aos visitantes das Aldeias Históricas de Portugal, aos neo-rurais das Aldeias Históricas de Portugal e ainda a um conjunto de atores ligados direta e indiretamente ao sistema da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, considerados como informantes-chave.

Na elaboração dos três inquéritos por questionário estiveram presentes os dados recolhidos na revisão da literatura, os dados documentais analisados e as entrevistas exploratórias realizadas na fase inicial ao grupo de especialistas, norteados pelos objetivos da nossa investigação.

Estes questionários foram elaborados e aplicados tendo em linha de conta os princípios metodológicos assumidos pela comunidade científica e que importa realçar: a natureza das questões e das escalas a utilizar; a aplicação do pré-teste; a determinação da fiabilidade interna e a validade do questionário; a aplicação do inquérito e do tratamento dos dados obtidos (Ghiglione e Matalon, 1993).

Num primeiro momento, inquirimos os visitantes das Aldeias Históricas de Portugal. O recurso à utilização do questionário revelou-se como o instrumento mais adequado para traçar o perfil do visitante das Aldeias Históricas, tendo sido aplicado com a seguinte finalidade:

- Caracterizar o perfil dos visitantes do destino turístico Aldeias Históricas de Portugal;
- Conhecer as motivações e expectativas dos visitantes com a Aldeia Histórica;
- Analisar a relação dos visitantes com o destino turístico Aldeias Históricas de Portugal e;

- Aferir as perceções e avaliações dos visitantes sobre os Programas das Aldeias Históricas de Portugal.

Estas quatro dimensões de análise de investigação representaram as abordagens de operacionalização do questionário no Anexo 4, do qual foi também elaborado uma versão em inglês e francês (Anexo 4.1. e 4.2.), de modo a serem administrados aos visitantes estrangeiros em análise, constituído por perguntas fechadas pré-codificadas, abertas e mistas. Na maioria das perguntas propusemos uma categoria onde o inquirido poderia optar por “outra(s)” categorias que não foram consideradas, permitindo-lhe acrescentar informação e justificar os fundamentos das opiniões e escolhas nas perguntas de resposta fechada.

A nossa população-alvo foi constituída pelos visitantes das 12 Aldeias Históricas de Portugal. A base de sondagem utilizada para o cálculo da amostra foi o registo de afluência dos visitantes aos Postos de Turismo entre os anos de 2005 e 2012, sendo o universo da população alvo composto por uma média de 332.659 visitantes, com exceção de Castelo Mendo, onde não existe nenhuma infraestrutura de apoio ou informação turística, o que levou à realização de uma estimativa (Anexo 4.3.).

Para a constituição de uma amostra representativa, optou-se por uma amostragem aleatória estratificada, uma amostra que é obtida pela divisão da população em grupos ou estratos, onde cada estrato é considerado como uma população independente através de várias amostragens, cada estrato é uma população individual (Ghiglione e Matalon, 1993; Vicente, Reis e Ferrão, 1996; Hill e Hill, 2009). No caso concreto a população em estudo foi dividida nos subgrupos ou estratos: aldeia histórica; visitantes portugueses e estrangeiros.

Perante o universo apresentado procedeu-se ao cálculo da amostra, respeitando os critérios para populações infinitas (Bugada, 1974), admitindo uma margem de erro de 5%, para um grau de confiança de 2G (supõe uma probabilidade de 95,5%), considerando a maior heterogeneidade (pior caso 50/50 para cada atributo), do qual resultou uma unidade de análise de 400 visitantes (Anexo 4.3.), o que levou à posterior determinação das subamostras dentro de cada estrato. Desta forma, como pode ser observado no anexo 4.3., respeitámos a proporção de elementos da amostra com características idênticas à proporção de elementos da população.

O processo de aplicação dos questionários na sua forma definitiva foi antecedido pela realização do pré-teste, em que foi aplicado um questionário piloto a 10 indivíduos com características semelhantes à população a inquirir de forma definitiva (Ghiglione e Matalon, 1993), tendo sido detetadas ligeiras reformulações para melhor compreensão ou interpretação das questões, com vista ao aumento da validade e da fidelidade das respostas dos inquiridos.

Quanto à forma de aplicação, os questionários foram do tipo direto, dado que a investigadora apresentou pessoalmente as perguntas numa conversa direta com o inquirido e respeitando sempre os critérios de ordem social ou princípios éticos, sendo que as opções de respostas nas perguntas fechadas foram na generalidade exibidas ao inquirido que as escolheu ou então selecionadas pela investigadora segundo as respostas dadas. No momento da aplicação do questionário tivemos o cuidado de abordar o visitante após a sua experiência pela visita e não aquando a sua chegada, pelo que a escolha de locais estratégicos foi crucial para assegurar a maior validade dos dados; por outro lado, o contexto de aplicação de questionário de rua exigiu uma forte capacidade da nossa parte em apresentar o questionário com uma explicação clara e objetiva das finalidades da investigação em curso, bem como procurámos ganhar a confiança do inquirido com garantia do anonimato e sensibilizando para a importância de resposta do inquirido. Este processo de aplicação dos questionários aos visitantes decorreu entre 26 de abril e 28 de julho de 2013.

Os dados recolhidos foram posteriormente alvo de um tratamento cuidado, através de um processo de organização, análise e codificação das perguntas abertas, face a uma pré-codificação das perguntas fechadas. Este procedimento assentou na construção de uma base de codificação para perguntas pré-codificadas e abertas, traduzida na elaboração do livro de código (Anexo 4.4.). Finalizada a codificação dos questionários, procedemos à introdução de informação na aplicação SPSS 20.0 (*Statistical Package for the Social Sciences*) e respetivo tratamento estatístico das diversas variáveis, em consonância com os objetivos da presente investigação.

Um segundo questionário foi administrado aos neo-rurais das Aldeias Históricas de Portugal enquanto novos atores do sistema em estudo. A opção pela aplicação do inquérito por questionário aos neo-rurais justificou-se acima de tudo, quer pela inexistência de qualquer base de caracterização destes novos atores do território, quer pela necessidade de recolha de informação objetiva, concreta e específica junto da

população-alvo; embora possa ser questionada a opção do questionário em detrimento da entrevista, de salientar que o nosso principal objetivo foi a compreensão das novas dinâmicas territoriais mais do que a obtenção de uma amostra representativa, o que foi conseguido pelos questionários com informação objetiva.

A base de construção deste questionário teve à semelhança do anterior um enquadramento teórico, alicerçado em pesquisas e leituras exploratórias desta nova tendência de atores de origem urbana que residem no meio rural. Assim, a partir da pesquisa e leitura de outros trabalhos de investigação, como, por exemplo, o trabalho exploratório dos novos atores da Serra da Lousã (Dinis e Malta, 2001), entre outros trabalhos de investigação²⁰⁶ desenvolvidos em territórios ditos rurais de baixa densidade, com diferentes abordagens e trajetórias do ponto de vista empírico, mas importantes para o estabelecimento de pontes entre o conhecimento existente e o facto social que se desejava estudar; por outro lado, as próprias entrevistas exploratórias aos especialistas apontaram para a necessidade de aferição do papel destes novos atores no território em estudo; sem esquecer a nossa preocupação em interligar este instrumento com os próprios objetivos da investigação. Assim, conforme se observa no questionário (Anexo 5), pretendíamos com este instrumento:

- Traçar a tipologia dos novos atores das Aldeias Históricas de Portugal;
- Caracterizar as motivações e expectativas da mudança para a Aldeia Histórica;
- Analisar o tipo de relação dos neo-rurais com a Aldeia Histórica;
- Conhecer as perspetivas futuras de intervenção para a Rede das Aldeias Históricas.

Procurámos, assim que o questionário fosse constituído por perguntas de opinião, centradas nas opiniões, atitudes e preferências, sendo difícil conhecer o conteúdo da resposta através de outros meios (Ghiglione e Matalon, 1993). Quanto à forma, as perguntas foram formuladas em proporção variável, isto significa que existem os dois tipos de questões abertas e fechadas (escolha simples e múltipla), sendo que na

²⁰⁶ Destaque para o projeto de investigação internacional (2008-2010), “Território, Desenvolvimento Rural e Práticas Agrícolas Sustentáveis em Áreas com Risco de Desertificação no Brasil, Portugal e Cabo Verde”, que incidiu na componente da equipa portuguesa em aferir o papel dos novos rurais no desenvolvimento local em áreas com forte risco de desertificação como é a Beira Interior Sul; ou “Multifuncionalidade à escala da paisagem e da exploração e a marginalização agrícola” trabalho de investigação que resultou do projeto nacional MURAL (2007-2009), desenvolvido por Correia e Menezes.

generalidade destas últimas existe a possibilidade do inquirido justificar opiniões fornecidas, optando por categorias que não foram consideradas na pergunta fechada através da categoria de “outra” resposta, isto é, perguntas semiabertas. Importa referir que os trabalhos de investigação anteriormente identificados também serviram de referência para a construção do questionário em causa, nomeadamente no tipo de perguntas adequadas ao público-alvo (respeitando os princípios de fidelidade e validade cientificamente exigidos).

Uma vez construído o questionário procedemos à validação do conteúdo através de uma consulta a dois investigadores seniores que apontaram pequenas sugestões, algumas consideradas importantes para facilitar a compreensão das questões. Depois de retificados os defeitos procedemos à administração direta do questionário, isto é, a investigadora apresentou pessoalmente as perguntas numa conversa direta com o inquirido, não se tendo registado problemas na sua administração.

No que se refere à constituição da amostra dos neo-rurais das Aldeias Históricas de Portugal, optámos pelo estabelecimento de alguns critérios, isto é: a sua integração/residência na Aldeia Histórica ou área envolvente; o ano de mudança ter ocorrido entre 1994-2012 (início do Programa das Aldeias Históricas e ano civil anterior ao nosso estudo); e idades compreendidas entre os 15 e mais de 65 anos. Como referimos anteriormente, a inexistência de dados que nos permitissem *a priori* algum conhecimento deste universo levou-nos à construção de uma amostra não probabilística *snowball* ou bola de neve, apesar dos riscos para a construção de uma amostra o mais representativa ou mais próxima possível do conjunto do universo em análise.

O inquérito por questionário foi aplicado aos neo-rurais das Aldeias Históricas de Portugal entre maio de 2013 e dezembro de 2013. A seleção dos indivíduos a inquirir foi feita por indicação de anteriores neo-rurais que, à partida, detinham as características pretendidas através da utilização da técnica de amostragem por bola de neve. Refira-se que, por vezes, foi necessário o apoio do Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia Histórica, quer na confirmação de potenciais neo-rurais, quer no acesso aos mesmos pelo difícil acesso em termos da área habitacional. Sendo de referir que esta forma de amostra é frequentemente utilizada para chegar a populações pequenas e com características muito particulares (Moreira, 1994; Vicente, Reis e Ferrão, 1996). O número de total de neo-rurais residentes e inquiridos nestas Aldeias Históricas foi de 27 indivíduos, distribuídos por 9 Aldeias Históricas de Portugal, designadamente:

Belmonte, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Sortelha e Trancoso.

A informação recolhida foi posteriormente codificada através da elaboração de um livro de código com respetivos códigos (Anexo 5.1.), sendo que as perguntas fechadas foram previamente pré-codificadas aquando a redação do questionário, contudo, para se proceder à codificação definitiva foi necessário analisar e categorizar as perguntas abertas. Refira-se que, depois de realizada a codificação dos questionários procedemos à introdução no SPSS 20.0 e ao tratamento estatístico das diversas variáveis, mediante os objetivos da presente investigação.

Além dos questionários aos visitantes e neo-rurais das Aldeias Históricas de Portugal foi possível concretizar um terceiro momento de recolha de dados não disponíveis por via de questionário, inquirindo os designados informantes-chave da Rede das Aldeias Históricas de Portugal. A opção pelo inquérito por questionário assentou na necessidade de definir e realizar uma análise ao sistema da Rede das Aldeias Históricas de Portugal da forma mais exaustiva possível, obtendo-se dados relacionais e dados sobre os atributos dos atores. O questionário é também o instrumento usualmente utilizado quando se pretende realizar a análise estrutural e análise da estratégia de atores de um determinado sistema.

A construção deste instrumento resultou em grande medida do enquadramento teórico, dos dados documentais analisados e das entrevistas exploratórias inicialmente realizadas aos especialistas, tendo sido possível proceder ao recenseamento de variáveis internas e externas da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, e aprofundar também alguns conceitos relativos aos nossos objetivos e que foram abordados e desenvolvidos pelos especialistas.

No que diz respeito à estrutura formal do questionário (Anexo 6), foi organizado em torno de seis dimensões, a saber: objetivos da entidade; meios de ação da entidade para concretização dos objetivos; as relações institucionais (formais e informais); obstáculos na concretização dos objetivos da entidade; os interesses e conflitos; e estratégias territoriais para o território das Aldeias Históricas de Portugal. O conteúdo do questionário é constituído por questões de factos, entendidas como as que respeitam a informação detida pelos sujeitos mas que em princípio pode ser conhecida de outra forma sem ser através do questionário, e questões de opinião que se debruçam sobre

opiniões, atitudes e preferências, que têm em comum o tratarem conteúdos impossíveis de conhecer de outra forma (Ghiglione e Matalon, 1993).

Relativamente à forma, as perguntas do questionário são na sua maioria do tipo fechadas de escolha múltipla, sendo algumas apresentadas em escala de Likert²⁰⁷ com 5 itens de respostas alternativas, na medida em que, por um lado, traduziram a perceção dos níveis de maior concordância e intensidade dos inquiridos em relação aos temas apresentados; e por outro lado, no que diz respeito à recolha de dados relacionais, as questões apresentavam uma lista preestabelecida de atores de entre os quais lhe pedimos que avaliassem a intensidade das relações e o tipo de relações, ainda que quase todas possuíssem uma categoria de resposta que permitia assinalar “outras situações”, isto é, deixando-lhe a alternativa de optar por categorias que não foram consideradas, permitindo-lhe justificar as opções que tomou. O questionário é composto também por perguntas abertas, permitindo uma maior liberdade ao inquirido em justificar por palavras suas as opiniões fornecidas, possibilitando a obtenção de informação mais profunda e precisa.

Uma vez construído o questionário procedemos à sua validação, através do pré-teste que incidiu na consulta de dois investigadores seniores que procederam a um cuidado exame prévio às questões do questionário sobre a validade e fidelidade das mesmas. Com este procedimento de vigilância epistemológica pretendeu-se garantir a adequação do instrumento de recolha de dados aos objetivos da investigação e determinar a clareza e a eficiência do questionário, bem como assegurar que o instrumento se apresentasse visualmente adequado ao público-alvo. Neste caso, não revelaram qualquer necessidade de correção, i. e., em termos de reformulação de questões ou acréscimo de categorias.

No que se refere à constituição da amostra dos designados informantes-chave da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, optou-se pela construção de uma amostra não probabilística intencional, composta por um conjunto de entidades com ligação direta e indireta ao sistema em estudo, quer através do nosso conhecimento sobre o território em estudo, quer das identificações realizadas pelo grupo de especialistas. Assim, tivemos

²⁰⁷ Este tipo de escala foi desenvolvido por Rensis Likert, em 1932, sendo frequentemente utilizada pela sua simplicidade (Bell, 1997:174). No caso concreto, os indivíduos estabeleceram uma hierarquização das respostas em função do grau de concordância dos objetivos estratégicos da sua instituição para com o sistema em análise, através de 5 níveis: Nada importante (0); Pouco importante (1); Moderadamente importante (2); Muito importante (3); Extremamente importante (4). No caso das relações e no tipo de relações, utilizamos também uma escala de 5 níveis para medir sua intensidade: Nunca (0); Raramente (1); Algumas vezes (2); Frequentemente (3); Muitas vezes (4).

em conta a seleção de indivíduos que, à partida, detinham, pela posição que ocupavam nas diferentes entidades, uma visão estratégica sobre as interações que se estabeleciam entre as várias entidades, a par de um conhecimento mais profundo dos temas propostos ou ligação de proximidade à Rede das Aldeias Históricas de Portugal, dado o carácter específico do contributo pretendido. É de referir ainda que no momento de seleção das entidades, teve-se igualmente a preocupação de serem integrados atores segundo a sua ação territorial a nível nacional, regional e local.

No cruzamento destes dois critérios, identificaram-se nos três níveis territoriais, 47 informantes-chave a inquirir, dos quais obtivemos 37 respostas aos inquéritos por questionário. O Quadro 2 dá-nos conta do painel de informantes-chave inquiridos por unidade territorial:

Quadro 2 - Painel de informantes-chave inquiridos

Unidade Territorial	Informantes-chave	
Nacional	- Fundação INATEL	
Regional	- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) - Turismo do Centro - Associação de Desenvolvimento Turístico Aldeias Históricas de Portugal (ADTAHP) - Direção Regional da Cultura do Centro	
Local	Animação/Artesanato	
	- Ytravel	- Casa da Lagariça
	- Edeventos	- Casa da Prisca
	- Beltour Turismo e Eventos	- Rotas d´Almeida Unipessoal, Lda
	Restauração	
	- O Magriço	- Cova da Loba
	- Talmeyda	- Dom Sancho I
	Hotelaria	
	- Solar Dom Silvestre	- Casa do Corro
	- Pousada Convento de Belmonte	- Hospedaria do Convento
	- Casa Petrus Gutteri	- Pousada Senhoras das Neves
	- Hotel Turismo de Trancoso	- Casa de Campo Villa Veteris (continuação)
	Grupos de Ação Local (GAL)	
- PRÓ-RAIA (Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte) - Raia Histórica e Castelos do Côa (Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira) - ADRUSE (Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela) - ADIBER (Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra)		
Câmaras Municipais (CM´s)		
- CM Almeida	- CM Fundão	
- CM Arganil	- CM Idanha-a-Nova	
- CM Belmonte	- CM Mêda	
- CM Celorico da Beira	- CM Sabugal	
- CM Figueira de Castelo Rodrigo	- CM Trancoso	

Fonte: elaboração própria, 2016

Relativamente à forma de aplicação, os questionários foram auto-administrados a um conjunto de entidades públicas e privadas. Num primeiro momento, foram efetuados contactos telefónicos para os informantes-chave para apresentação da investigação e objetivos associados e, ainda, sensibilização para a importância da colaboração da entidade no estudo, posteriormente, foi enviado um e-mail para as entidades com reforço destes aspetos e acompanhado de um *link* para o preenchimento do formulário *online*. O período de recolha de informação decorreu entre 5 de novembro de 2013 e 29 de julho 2014.

A recolha de informação junto dos informantes-chave da Rede das Aldeias Históricas de Portugal revelou-se bastante exigente para obtenção do maior número de respostas, acima de tudo na representatividade dos três níveis geográficos definidos. Este processo ficou marcado por permanentes adiamentos na obtenção dos questionários, apesar das insistências da investigadora, com a realização de contatos telefónicos e lembretes de e-mail para os principais responsáveis das entidades; contudo, em alguns casos, tivemos que nos deslocar pessoalmente a fim de garantir o preenchimento do questionário, não evitando o período de 8 meses para obtenção de respostas principalmente ao nível das entidades de cariz nacional e regional.

No final deste processo de recolha de dados o número de respostas final não é coincidente com o número inicial de informantes-chave, na medida em que não obtivemos resposta de 10 entidades, isto é, não houve por parte de algumas entidades disponibilidade para colaborar no estudo, apesar de existir um interesse em colaborar aquando o primeiro contacto. De facto, não houve por parte das entidades de nível nacional, nomeadamente o Turismo de Portugal e da Direção-Geral do Património Cultural uma colaboração efetiva, não por falta de interesse ou disponibilidade, mas por considerarem que as temáticas do questionário exigiam uma relação direta com o território e atores, um conhecimento profundo da realidade e da existência de objetivos específicos com a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, o que não se verificava no momento. É de referir uma certa tendência por parte das entidades de nível nacional e regional para uma colaboração mais informal, isto é, uma atitude de defesa ao recusarem uma colaboração mais formal através do preenchimento do questionário, remetendo-nos para uma reunião/conversa informal em torno das questões do questionário. Esta atitude do nosso ponto de vista, reflete o papel passivo que estas entidades têm no território, e ainda que possa ocorrer nas esferas de ação destas

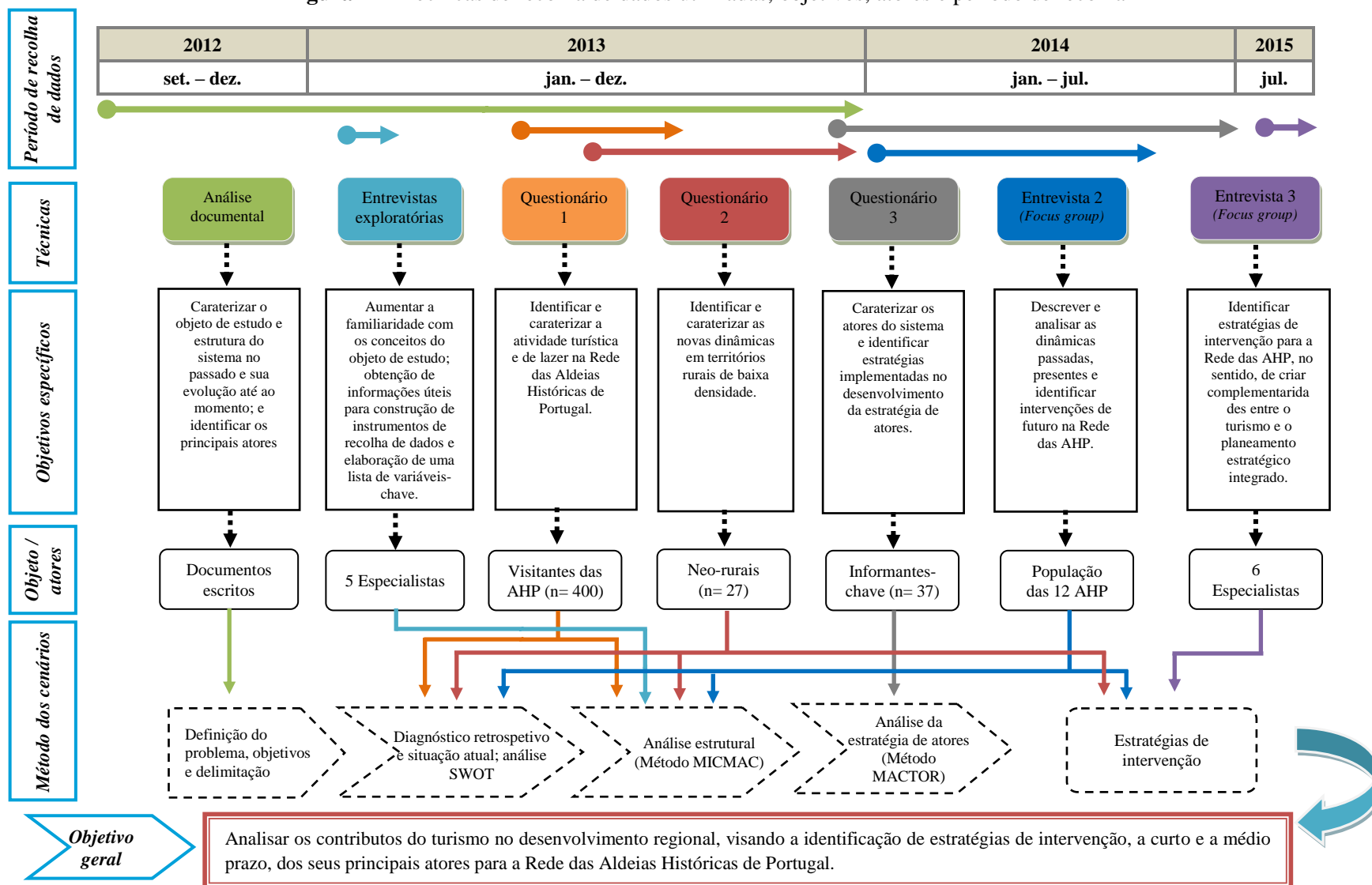
entidades uma relação residual, quer no âmbito da divulgação, quer da salvaguarda e proteção do património imóvel classificado, bem como do património arqueológico em geral, não ultrapassando os níveis conjunturalmente impostos, sendo o caso da emissão de pareceres, por parte das duas entidades.

Refira-se que a conversa informal com o Turismo de Portugal, com quem, pudemos reunir e conversar em torno dos objetivos da nossa investigação, acabou por ser um momento importante ao permitir explorar determinadas ideias e opiniões da diretora do Departamento de Desenvolvimento e Inovação sobre o investimento público realizado na Rede e expectativas/visões de futuro para as Aldeias Históricas de Portugal. Os dados obtidos foram posteriormente utilizados para completar com informação obtida através de outros instrumentos de recolha de dados, contudo, não foram submetidos a procedimentos formais de análise de conteúdo e/ou tratamento de dados.

As respostas obtidas dos informantes-chave foram alvo de uma organização cuidada com apoio do *microsoft* Excel, dado que, procedemos a uma análise preliminar e codificação das perguntas abertas, resultando numa base de dados posteriormente utilizada na análise estratégica de atores (*software* informático MACTOR), última fase do método dos cenários.

No sentido de suscitar o procedimento de investigação elaborámos um esquema da investigação empírica, com as técnicas de recolha de dados utilizadas, conforme consta na Figura seguinte:

Figura 17 - Técnicas de recolha de dados utilizadas, objetivos, atores e período de recolha



Fonte: Elaboração própria

3.3. Considerações finais

Neste capítulo foi descrita a metodologia de investigação desenvolvida, designadamente no que diz respeito aos procedimentos associados à recolha de informação. Partindo-se da descrição detalhada das perguntas de investigação, objetivo geral, objetivos específicos e justificação da abordagem realizada no decurso da investigação empírica. Foram igualmente objeto deste capítulo as diversas etapas da análise prospetiva adotadas da proposta metodológica de Michel Godet, utilizando para isso o método dos cenários.

Para realizarmos este exercício prospetivo, cumprimos uma sequência de etapas operacionalizadas por diversas técnicas e métodos de investigação, entre os quais: análise documental, inquéritos por entrevista e questionário, método MICMAC e método MACTOR, vinculadas ao maior rigor científico, tendo em conta os condicionalismos da investigação.

O pressuposto fundamental deste exercício prospetivo foi contribuir para uma abordagem baseada na ação, que explora o futuro à luz das dinâmicas do passado e do presente, através da adoção de uma visão global e sistémica e de uma atitude pró-ativa dos atores do território no desenho de estratégias de ação futuras, superando os limites da mera reflexão e descrição. No quadro da abordagem prospetiva esteve implícita a implementação das metodologias de participação dos atores na conceção do diagnóstico, no levantamento dos constrangimentos e potencialidades existentes no território e das principais tendências e dinâmicas de transformação, sendo um processo que se apoiou na interação dos atores, de forma a chegar a um conjunto de estratégias de intervenção a curto e a médio prazo, através de uma análise sistémica com a triangulação de técnicas qualitativas e quantitativas.

PARTE III

CARACTERIZAÇÃO DA REDE DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL

PARTE III – CARATERIZAÇÃO DA REDE DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL

Esta terceira parte do trabalho encontra-se estruturada em dois capítulos, ambos respeitantes à caraterização da Rede das Aldeias Históricas de Portugal.

No primeiro capítulo procedemos à realização de um diagnóstico as Aldeias Históricas de Portugal, quer enquanto território, quer enquanto sistema turístico. Num primeiro momento, procedemos à contextualização do território, destacando-se a sua relação com a área envolvente, as potencialidades subjacentes da sua localização geográfica, mas também o seu posicionamento face ao território nacional e a Europa. Num segundo ponto a caraterização centra-se na análise e interpretação das dinâmicas em curso no território, nomeadamente em termos de indicadores demográficos, capital humano, socioeconómicos, estrutura produtiva e de emprego e desemprego – o macro-ambiente do sistema turístico –, passando para a caraterização dos diversos subsistemas do sistema turístico, como as acessibilidades e transportes, património natural/paisagístico e recursos hídricos, património histórico e cultural, alojamento e restauração, equipamentos turísticos, entre outros elementos, mas também caraterização da procura turística.

O segundo capítulo tem como objetivo caraterizar e analisar as respostas das políticas públicas aos problemas dos territórios rurais de baixa densidade, observando em particular o percurso destas políticas de desenvolvimento regional no território das Aldeias Históricas. Para isso, recorre-se aos últimos três períodos de programação comunitária (II e III QCA e QREN) com o objetivo de analisar as estratégias de desenvolvimento adotadas no território para inversão do seu ciclo vicioso.

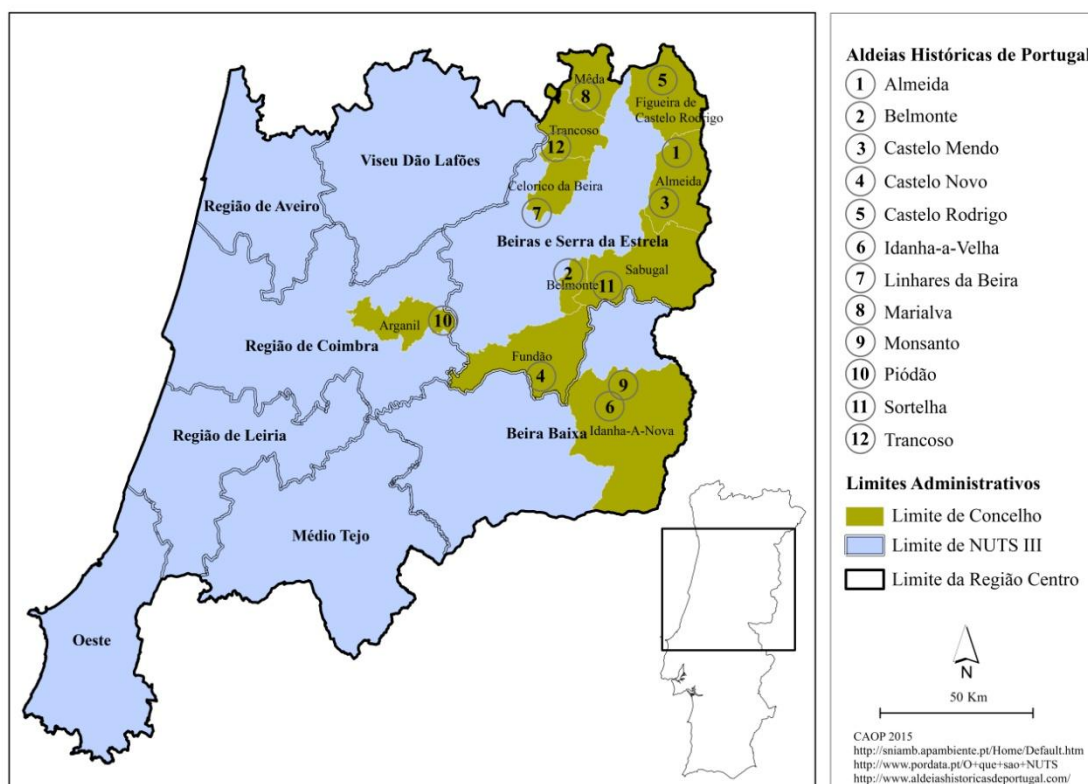
1. Diagnóstico do sistema: Rede das Aldeias Históricas de Portugal

1.1. Delimitação territorial: a Rede das Aldeias Históricas de Portugal

O território que serve de referência à nossa investigação é a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, constituída por doze aglomerados: Almeida, Belmonte, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Nova, Linhares, Marialva, Monsanto, Piódão, Sortelha e Trancoso, ocupando uma área de 474,82 Km² (Cf. Figura 18).

Estes aglomerados distribuem-se por dez concelhos (Almeida, Arganil, Belmonte, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fundão, Idanha-a-Nova, Mêda, Sabugal e Trancoso), que integram três distritos (Guarda, Castelo Branco e Coimbra) e três sub-regiões (Beiras e Serra da Estrela, Beira Baixa e Região de Coimbra), na Região Centro de Portugal (NUT II).

Figura 18 - Enquadramento regional da Rede das Aldeias Históricas de Portugal



Fonte: Elaboração própria

Numa outra perspetiva, há que destacar a localização central das Aldeias Históricas, entre as bacias hidrográficas do Douro e do Tejo, situadas na sua maioria ao longo da mais antiga linha imaginária terrestre da Europa e do mundo, uma fronteira terrestre

internacional de 270 Km, que separa a Região Centro (Aldeias Históricas de Portugal) das regiões espanholas de Castela e Leão e da Extremadura.

Este território é também marcado por quatro importantes cidades de média dimensão (Guarda, Covilhã, Castelo Branco e Coimbra), distribuídas de forma equilibrada pelo sistema urbano do interior da Região Centro, sendo extremamente importantes para a coesão territorial e intermediação entre as diversas Aldeias Históricas na prestação de serviços e na disponibilização de diversas infraestruturas e equipamentos de hotelaria, restauração, saúde, comércio, espaços de diversão, mas também estruturantes para a implementação de um modelo desenvolvimento policêntrico no Centro de Portugal.

Acontece que o território das Aldeias Históricas de Portugal apresenta, no entanto, um défice no que respeita às dinâmicas demográficas, socioeconómicas e criação de emprego em virtude da perda gradual de população para os centros sub-regionais, áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e para o exterior do país, onde prevalecem maiores oportunidades de emprego (setor secundário e terciário) e maior dinamismo socioeconómico.

1.2. Dinâmicas demográficas e povoamento

Uma análise retrospectiva aos indicadores demográficos e territoriais entre 1960 e 2011 (Cf. Quadro 3), permite-nos constatar que o território das Aldeias Históricas de Portugal tem vindo, desde a década de 60, a registar um intenso e profundo processo de esvaziamento demográfico à semelhança de outros territórios da Região Centro e do território nacional. Entre os vários fatores explicativos, assume particular importância o processo de deslocação de pessoas a partir da década de 60, época na qual se intensificaram os fluxos migratórios internos com a deslocação das populações dos aglomerados rurais para as sedes de concelho e de distrito, para as sub-regiões da Grande Lisboa e do Grande Porto – bipolarização, na procura de melhores condições de vida, mas também fortes fluxos migratórios externos para países europeus como França, Alemanha, Suíça e Holanda, representando perdas populacionais significativas para territórios como as Aldeias Históricas de Portugal.

De 1960 a 2011, o território das Aldeias Históricas de Portugal perdeu em termos absolutos 6811 habitantes (-38,6%), sendo que o maior decréscimo, -4712 pessoas (-27%), registou-se entre 1960 e 1970 (Quadro 3), em virtude da emigração e da guerra

nas ex-colónias. Esta realidade acentuou-se nas décadas seguintes, com perdas populacionais expressivas nos aglomerados rurais que correspondem a um processo de concentração urbana. Entre 1991 e 2001, o território registou um ligeiro crescimento demográfico, com 1,1% de aumento.

Quadro 3 - Evolução da população residente nas Aldeias Históricas de Portugal, por freguesia (1960 – 2011)

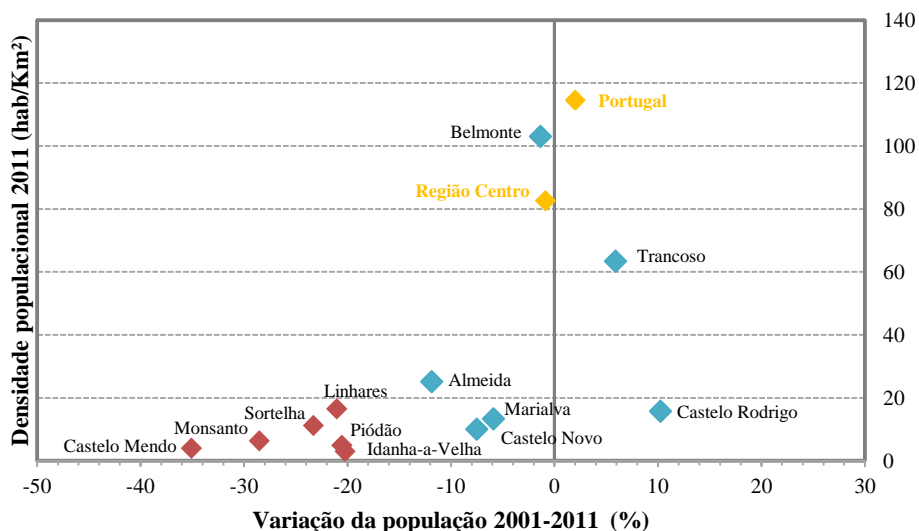
Unidade Territorial	Área 2011 (Km ²)	População residente						Densidade populacional 2011 (Hab/Km ²)
		1960	1970	1981	1991	2001	2011	
Portugal	92 212	8 889 392	8 663 252	9 833 014	9 867 147	10 356 117	10 562 178	114,5
Região Centro	28 199	2 434 934	2 165 815	2 301 514	2 258 768	2 348 397	2 327 755	82,6
Almeida	52,42	1585	1232	1488	1536	1491	1314	25,1
Belmonte	30,91	2827	2293	2503	3046	3227	3183	103
Castelo Mendo	21,72	457	319	235	168	134	87	4
Castelo Novo	40,91	1125	469	583	525	439	406	10
Castelo Rodrigo ⁽¹⁾	27,52	451	315	279	287	469	517	15,7
Idanha-a-Velha	20,98	346	143	121	93	79	63	3
Linhares	15,71	1016	742	485	380	328	259	16,5
Marialva	19,15	727	489	460	326	271	255	13,3
Monsanto	131,76	3541	2691	1951	1443	1160	829	6,3
Piódão	36,57	1088	761	514	381	224	178	4,9
Sortelha	25,27	1458	1006	833	701	579	444	11,2
Trancoso	51,9	3014	2463	2407	2498	3106	3289	63,37
Rede AHP	474,82	17 635	12 923	11 859	11 384	11 507	10 824	22,8

Nota: ⁽¹⁾ Nos últimos períodos intercensitários, a freguesia de Castelo Rodrigo, registou um crescimento populacional que se relaciona com o alargamento do núcleo urbano de Figueira de Castelo Rodrigo para a área limítrofe desta Aldeia Histórica de Portugal. Na atualidade, a Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo regista cerca de 60 habitantes.

Fonte: Recenseamentos Gerais da População Portuguesa (1960-2011), INE

De 2001 para 2011, o território perde população, - 683 pessoas, o que representa menos de 6%. Em termos das Aldeias Históricas, verificam-se diferentes taxas de variação da população com Castelo Rodrigo a registar o maior crescimento da população (+10,2%), ultrapassando Trancoso que registou uma taxa de variação de 5,9%. As restantes Aldeias Históricas registam um recuo populacional, com Castelo Mendo (-35,1%), Monsanto (-28,5%), Sortelha (-23,3%), Linhares (-21,0%), Piódão (-20,5%) e Idanha-a-Velha (-20,3%) a protagonizarem as maiores perdas populacionais.

Figura 19 - Variação da população 2001-2011 (%) e densidade populacional (2011), nas Aldeias Históricas, por freguesia



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001-2011), INE

Analisando a relação entre variação da população nas Aldeias Históricas na última década e as respetivas densidades populacionais em 2011 (Figura 19), verifica-se que tendencialmente foram as Aldeias Históricas com menores densidades populacionais (aglomerados rurais mais afastados das sedes de concelho e distrito) que perderam mais população. Por outro lado, nas Aldeias Históricas com maiores concentrações populacionais verificaram-se duas tendências contraditórias, um decréscimo populacional na Aldeia Histórica de Belmonte com maior densidade populacional (superior à Região Centro) e um acréscimo populacional nas Aldeias Históricas de Trancoso e Castelo Rodrigo.

De facto, nas últimas três décadas, todos os aglomerados rurais, exceto Castelo Rodrigo, perderam metade da sua população em detrimento de alguns aglomerados urbanos intra-concelhios, onde a densidade populacional tem vindo a aumentar, ou pelo menos a diminuir em menor dimensão. Dos três aglomerados urbanos que integram a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, apenas em Trancoso se observou um acréscimo de população na última década. As restantes duas Aldeias Históricas que centralizam também as funções administrativas de sede de concelho, Belmonte e Almeida, registaram um ligeiro decréscimo populacional, mais acentuado em Almeida a registar uma taxa de variação de -11,9%, no último período intercensitário.

De acordo com os censos de 2011, o número de residentes nas Aldeias Históricas de Portugal era de 10824 habitantes (Cf. Quadro 3), sendo que mais de dois terços da população (7786) residiam nas Aldeias Históricas de Almeida (1314 habitantes), Belmonte (3183 habitantes) e Trancoso (3289 habitantes). Todas as outras Aldeias têm uma população inferior aos 500 habitantes, com exceção de Monsanto e Castelo Rodrigo.

Trata-se de um território com uma baixa concentração populacional (22,8 hab/Km²), se o compararmos com a média do país e da Região Centro (respetivamente 114,5 e 82,6 hab/Km²). A distribuição da população pelo território é bastante irregular, evidenciando-se grandes disparidades entre aglomerados urbanos com maior densidade populacional como Belmonte (103 hab/Km²), Trancoso (63,37 hab/Km²) e Almeida (25,1 hab/Km²), os quais apresentam índices de densidade populacional superiores à média do território (22,8 hab/Km²). Esta situação contrasta com os restantes aglomerados rurais pouco povoados, como é o caso de Idanha-a-Velha (3 hab/Km²), Castelo Mendo (4 hab/Km²), Piódão (4,9 hab/Km²) e Monsanto (6,3 hab/Km²), com valores de densidade entre 3-10 hab/Km² (Cf. Quadro 3).

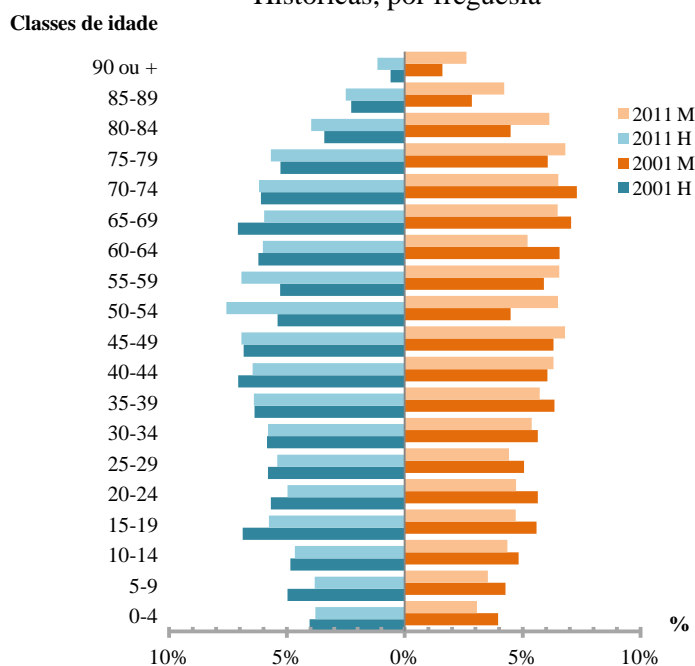
Esta estrutura de povoamento, que integra uma percentagem bastante significativa de população idosa, resultante do contínuo processo de esvaziamento populacional dos aglomerados rurais e concentração urbana, tende a criar grandes disparidades em termos de equidade territorial no acesso a bens, serviços e equipamentos, particularmente para a população mais fragilizada pela idade avançada. Por outro lado, este processo de esvaziamento e concentração urbana tem provocado, igualmente, profundas alterações nos mais diferentes indicadores populacionais, entre as quais se destacam a recomposição da estrutura da população, quer ao nível da estrutura etária, quer ao nível da variação da natalidade e da mortalidade.

Efetivamente, a redução contínua da população mais jovens, consequência, por sua vez, da diminuição do número de nascimentos, associada ao aumento da esperança de vida em virtude da melhoria das condições de vida e de bem-estar e melhoria das condições de saúde, médicas e assistenciais, que se manifestam no aumento progressivo do número de idosos, têm vindo a provocar uma inversão na estrutura etária da população das Aldeias Históricas de Portugal no sentido de um duplo processo de envelhecimento, isto é, alteração do tipo de pirâmide de acento circunflexo, em 1960, para uma nova configuração em urna nas últimas décadas (Chesnais, 1995).

À semelhança do contexto regional e nacional, também o território das Aldeias Históricas apresenta uma diminuição da população mais jovem, na base da pirâmide, e um alargamento no topo com o crescimento da população nas idades mais avançadas, já que temos mais população acima dos 65 anos do que a soma de crianças e jovens (dos 0-14 anos e dos 15-24 anos), isto significa que a população jovem tem um peso reduzido no total da população (Cf. Figura 20). A percentagem de jovens recuou de 25,30% em 2001 para 21,61% em 2011 (-3,69%). Na população idosa registou-se um movimento inverso tendo passado de 27,17% em 2001 para 29,33% em 2011 (+2,16%).

Em termos gerais, o território perdeu população em todos os grupos quinquenais entre os 0-44 anos. Este recuo populacional foi mais acentuado nos grupos etários mais jovens (-1,88%). Em 2001, 13,44% da população tinha entre 0-14 anos e em 2011 apenas 11,57%. A população em idade ativa, entre os 15 e 64 anos, apresenta flutuações, pois decresce entre os 14 e 44 anos, comparativamente a 2001, mas a partir dos 45 anos a situação inverte-se com um crescimento de 3,49% para o grupo etário dos 45-59 anos (população em idade ativa), voltando a apresentar um decréscimo de -2,01% para no grupo dos 60-74 anos. No grupo etário dos 75-90 ou mais anos, verifica-se um agravamento da população envelhecida que, em 2011, era de cerca de 16,74% da população, enquanto em 2001 era de 13,37%. Importa sublinhar um aumento da população com 65 ou mais anos entre 2001 e 2011, passou 27,1% para 29,33%.

Figura 20 - Estrutura etária da população residente por sexo, em 2001 e 2011, nas Aldeias Históricas, por freguesia



Fonte: Recenseamentos Gerais da População Portuguesa (2001-2011), INE

A pirâmide populacional revela-nos também diferenças significativas em termos da distribuição da população por sexo. Em 2001, a proporção de homens no total da população era inferior ao das mulheres em 5,72%. Essa discrepância continuou a aumentar, atingido 6,1% em 2011. Os homens concentram 46,95% da população residente e as mulheres 53,05%. Não deixa de ser interessante referir que a percentagem de homens é superior às mulheres, entre os 0 e os 64 anos, em 2011, mas inverte-se para a população idosa, com a percentagem de mulheres a superar significativamente os homens a partir dos 65 e mais anos.

Em matéria de comportamentos demográficos, a maioria das Aldeias Históricas de Portugal, tal como na generalidade do território nacional, sofreram uma diminuição do número de nascimentos na última década (2001 e 2011), apresentando uma taxa de natalidade inferior à média da Região Centro (7,9‰) e de Portugal (9,2‰). Apesar da ligeira descida da taxa de natalidade entre 2001 e 2011, respetivamente 7,2‰ e 7,1‰, considera-se que os valores se têm mantido relativamente estáveis para uma população sujeita a perdas tão significativas nas últimas décadas (Cf. Quadro 4). Nos censos de 2011, o território em estudo registou apenas 77 nados vivos em valores absolutos, em nove das doze Aldeias Históricas, sendo que 69 dos nascimentos foram registados em Trancoso (31), Belmonte (30) e Almeida (9). As restantes Aldeias Históricas registaram entre um e dois nascimentos e outras não registaram qualquer nascimento, sendo o caso de Idanha-a-Velha, Castelo Rodrigo e Piódão. Por outro lado, as duas últimas registaram à semelhança de Sortelha, Marialva e Monsanto o maior número de óbitos (acima de 20‰ em 2011), resultante da sua estrutura demográfica envelhecida.

De acordo com os diversos estudos realizados no campo da demografia, a queda do número de nascimentos são o efeito de uma complexa conjugação de fatores que, em Portugal, encontram-se relacionados com o adiamento do nascimento do primeiro filho, diminuição do número de filhos por mulher e aumento da idade média da fecundidade, para além da mudança de comportamentos no uso e acesso generalizado à contraceção e do aumento da emigração interna e externa, com particular impacto nas áreas rurais. (Mendes e Tomé, 2014). O declínio do número de nascimentos que afeta não apenas o crescimento populacional é um dos indicadores que contribui para a atual estrutura demográfica das populações, para além de provocar alterações na dinâmica da estrutura populacional dos países e dos territórios.

Em termos do processo evolutivo do comportamento da mortalidade nas Aldeias Históricas de Portugal, entre 2001 e 2011, verifica-se um ligeiro crescimento de 1,77%, passando de 16,9% em 2001 para 17,2%, em 2011, por oposição a tendência regular de decréscimo a nível da Região Centro e do país (Cf. Quadro 4). Numa análise ao território, verifica-se que a taxa de mortalidade encontra-se acima da média nacional e regional, respetivamente 9,7% e 11,3%. A distribuição da taxa de mortalidade reflete, de forma direta, o peso do grau de envelhecimento populacional, que se verifica no território das Aldeias Históricas de Portugal, sendo o caso de Castelo Rodrigo (34,8%) e Sortelha (29,3%) ao registarem os valores mais elevados.

O Quadro 4 mostra-nos, ainda, que o número de óbitos ultrapassou o número de nascimentos na última década, o que se traduz num agravamento do saldo natural, mas também na incapacidade destes territórios em assegurar um crescimento populacional. Este efeito cumulativo da diminuição das taxas de natalidade e de mortalidade e, simultaneamente, um aumento da esperança média de vida das populações ao longo das últimas décadas tem contribuído para o progressivo envelhecimento da população.

Quadro 4 - Indicadores de população das Aldeia Histórica de Portugal (2001-2011), por freguesia

Unidade Territorial	Taxa bruta de natalidade (%)		Taxa bruta de mortalidade (%)		Índice de envelhecimento (%)		Índice de longevidade (%)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Almeida	10,7	6,1	8,0	14,5	150	321	46,5	54,1
Belmonte	7,1	9,4	17,7	17,3	137	167	47,8	59,4
Castelo Mendo	0,0	11,5	22,4	0,0	689	960	56,5	66,7
Castelo Novo	2,3	4,9	22,8	9,9	288	277	52,1	59,7
Castelo Rodrigo	6,4	0,0	10,7	34,8	164	373	68,3	67,4
Idanha-a-Velha	0,0	0,0	63,3	0,0	975	1900	58,0	50
Linhares	9,1	7,7	15,2	11,6	313	369	53,3	53,1
Marialva	3,7	3,9	18,5	23,5	470	1857	37,0	55,4
Monsanto	1,7	1,2	34,5	21,7	1036	1667	50,1	63
Piódão	13,4	0,0	17,9	22,5	837	800	38,0	51,3
Sortelha	1,7	2,3	17,3	29,3	410	791	44,4	62,6
Trancoso	9,7	9,4	12,2	14,0	109	138	49,7	48,6
Rede AHP	7,2	7,1	16,9	17,2	202	254	49,2	57,1
Região Centro	9,5	7,9	11,6	11,3	130	163	43,3	49,9
Portugal	10,9	9,2	10,1	9,7	102	128	41,4	47,9

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População Portuguesa (2001-2011), INE

De acordo com os censos 2011, o índice de envelhecimento²⁰⁸ da população aumentou de forma generalizada em todo o território nacional, passando de cerca de 102, em 2001 para 128 em 2011. No contexto da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, o índice de envelhecimento passou de cerca de 202 idosos por cada 100 jovens, em 2001, para 254 idosos por cada 100 jovens em 2011 (Quadro 4).

Ressalta-se a tendência para o envelhecimento populacional na quase globalidade das Aldeias Históricas de Portugal, exceto o Piódão que registou uma diminuição do índice de envelhecimento. As Aldeias Históricas de Idanha-a-Velha, Marialva, Monsanto e Sortelha registaram os maiores índices de envelhecimento, com cerca de 18 vezes mais população idosa do que jovem, contrapondo com Trancoso que regista o mais baixo índice da Rede (138 idosos por cada 100 jovens, em 2011), sendo inferior à média regional (130 idosos por cada 100 jovens, em 2001, para 163 idosos por cada 100 jovens em 2011). Em 2011, o Centro surge como a segunda região mais envelhecida do país, a seguir ao Alentejo (INE, 2011).

O aumento progressivo da população mais idosa vai-se repercutindo no topo da pirâmide etária das Aldeias Históricas de Portugal, sendo perceptível na população com 75 ou mais anos, passando de 13,37% em 2001 para 16,74% em 2011 (Cf. Figura 20). Em 2011, a percentagem de população com 80 ou mais anos era de 10,46%, o que representa um envelhecimento da própria população idosa, em todo o território, a um ritmo superior ao da própria população idosa face ao aumento da esperança de vida na população com 80 ou mais anos. Estes resultados levantam algumas preocupações em termos de equidade territorial ao nível de acesso destas populações aos serviços e bens mais básicos (saúde e apoio à terceira idade, por exemplo).

Outro indicador a considerar no território das Aldeias Históricas de Portugal é o índice de longevidade²⁰⁹ que à semelhança do quadro nacional e regional, registou um aumento gradual na última década, passando de 49,2% em 2001 para 57,1% em 2011. Na Região Centro o índice de longevidade é superior ao verificado a nível nacional, o qual passou de cerca de 43% em 2001 para cerca de 50% em 2011 (Cf. Quadro 4).

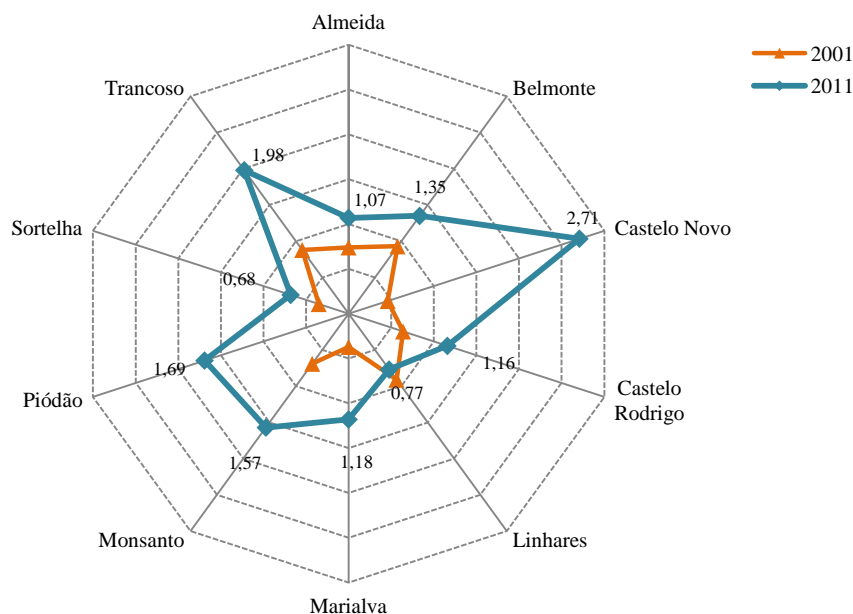
²⁰⁸ O índice de envelhecimento é um indicador de medida de envelhecimento demográfico que compara diretamente a população idosa com 65 ou mais anos e a população jovem com menos de 15 anos (expressa habitualmente por cada 100 jovens existem x idosos) (INE, 2011).

²⁰⁹ O índice de longevidade é também um indicador de medida do envelhecimento demográfico que relaciona o peso da população mais idosa com 75 ou mais anos e o peso dos idosos mais jovens com 65 ou mais anos (INE, 2011).

A Aldeia Histórica de Trancoso foi a que, no contexto da Rede, apresentou em 2011 o valor do índice de longevidade mais baixo. As restantes Aldeias Históricas apresentaram índices de longevidade a ultrapassar os 50%, quer isto dizer que a maioria da população idosa já tem mais de 75 anos. Destacam-se as Aldeias Históricas de Castelo Rodrigo e Castelo Mendo com cerca de 67%, Monsanto e Sortelha com cerca de 63%. É importante referir que as Aldeias Históricas com índices de longevidade mais elevados, acima da média da Região Centro (49,9%), são coincidentes com as Aldeias que apresentam maior proporção de população idosa (Quadro 4). Na distribuição da população da população idosa por sexo, verifica-se que o grupo de idosos do sexo feminino é superior ao do sexo masculino, tal como se constata na pirâmide etária (Cf. Figura 20).

Outro aspeto de particular relevância do ponto de vista demográfico é a capacidade de atração populacional das Aldeias Históricas. Em 2011, residiam nas Aldeias Históricas 163 cidadãos de nacionalidade estrangeira, o que representava cerca de 1,51% do total da população das Aldeias Históricas (Figura 21).

Figura 21 - População residente nas Aldeias Históricas de nacionalidade estrangeira (%), em 2001-2011, por freguesia



Fonte: Recenseamentos Gerais da População Portuguesa (2001-2011), INE

A Figura revela ainda que, na última década, com a exceção de Linhares, todas as restantes nove Aldeias Históricas registaram um aumento da população de nacionalidade estrangeira, o que significa um acréscimo de 0,81% relativamente a 2001.

Este aumento da população estrangeira residente das Aldeias Históricas, apesar de ser inferior ao registado em termos regionais (2,36%) e nacionais (3,74%) (INE, 2011), assume um peso significativo no território, uma vez que minimiza perdas populacionais maiores e possibilita o crescimento da população, sendo o caso da Aldeia Histórica de Trancoso.

Os casos mais significativos são as Aldeias Históricas de Castelo Novo, destaca-se por ter a maior percentagem de estrangeiros, cerca de 2,71% do total da população da Aldeia, seguindo-se de Trancoso (1,98%), Piódão (1,69%), Monsanto (1,57%) e Belmonte (1,35%). Nas Aldeias Históricas de Castelo Mendo e Idanha-a-Velha não se registaram residentes de nacionalidade estrangeira, entre os períodos intercensitários.

A comprovar esta capacidade de atração das Aldeias Históricas de Portugal está o aumento de novos atores no território. O inquérito por questionário aos 27 neo-rurais das Aldeias Históricas de Portugal²¹⁰ (Anexo 5) evidencia que apesar do movimento regular entre os dois primeiros períodos é, contudo, no período de 2007-2012 que ocorre o maior aumento, sendo particularmente expressivo nos neo-rurais de origem estrangeira (Cf. Figura 1 do Anexo 7). O que se explicará, certamente, pela consolidação dos investimentos realizados no âmbito do III QCA e QREN, os quais tornaram o território mais atrativo para os atores de origem urbana. Ainda assim, os dados revelam um predomínio de neo-rurais de origem portuguesa, por um lado, e, por outro, um movimento de neo-rurais de origem estrangeira até então inexistente, exceção de um registo no período 1994 e 2000. Esta mudança para o espaço rural, representa para 77,7% um primeiro contacto com o espaço rural em questão e um regresso às origens para 22,3% dos neo-rurais (Figura 2 do Anexo 7). Estes neo-rurais encontram-se distribuídos por nove das doze Aldeias Históricas Históricas, como é o caso de Linhares que concentra o maior número de neo-rurais, seguindo-se Castelo Novo, Sortelha e Trancoso, não se registando nenhum caso em Almeida, Castelo Mendo e Piódão (Cf. Figura 3 do Anexo 7).

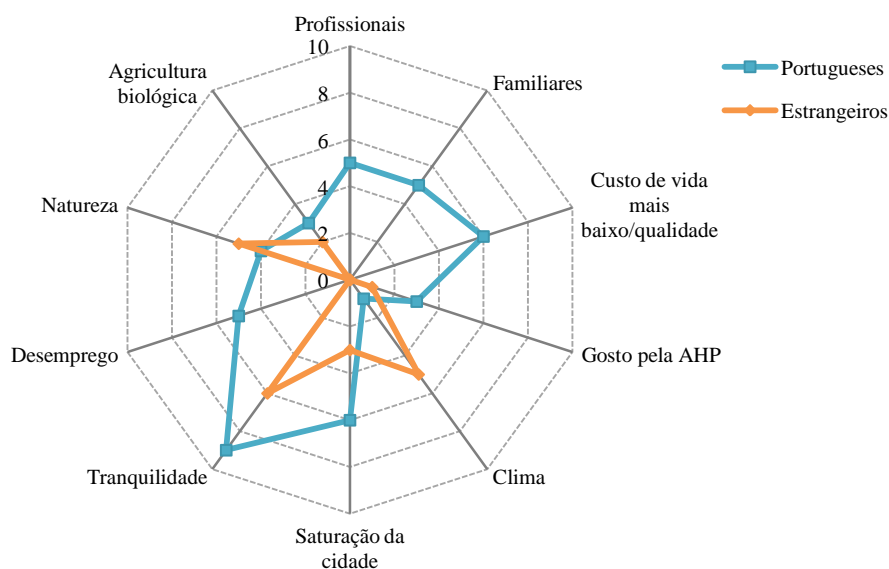
De acordo com a informação recolhida nas Aldeias Históricas de Portugal (n= 27), os neo-rurais têm idades compreendidas entre os 25 e 54 anos de idade (96,2%), exceto um neo-rural com mais de 65 anos. No que se refere ao estado civil, a maioria vive em união de facto e/ou casados (70,4%), sendo os agregados constituídos na maioria por mais de três elementos (59,2%), nos quais se encontram 33 crianças e jovens. A maioria

²¹⁰ A este propósito rever o procedimento de amostragem na secção 3.2.3., do capítulo 3., da Parte II.

dos neo-rurais das Aldeias Históricas de Portugal são portugueses de origem urbana (77,4%) e os restantes oriundos de países europeus, nomeadamente Holanda, Itália, França e Inglaterra. Os neo-rurais têm na sua maioria formação universitária completa (63,0%) e encontram-se a exercer atividade profissional por conta própria (81,5%) (Cf. Quadro 1 do Anexo 7).

Os motivos de migração para o meio rural estão, essencialmente, relacionados com a tranquilidade do território em estudo (Figura 22), de tal forma que é o principal motivo que justificou o processo de deslocação destes novos atores para as Aldeias Históricas de Portugal, ao qual acresce ainda a saturação do meio urbano em ambos os grupos, mas com particular destaque nos portugueses. No caso dos neo-rurais de nacionalidade portuguesa registam-se outras motivações como o custo de vida mais baixo/qualidade neste território, as razões profissionais e familiares, desemprego, o contacto com a natureza, a prática da agricultura biológica, mas também o gosto pela Aldeia Histórica para concretização dos seus projetos de vida. Já nos neo-rurais de origem estrangeira, as motivações de migração relacionam-se para além da tranquilidade do território com a natureza e o clima (Figura 22).

Figura 22 - Motivações de migração dos neo-rurais para as Aldeias Históricas de Portugal



Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 5)

Assim, com base nas dinâmicas demográficas que caracterizam as Aldeias Históricas de Portugal, podemos afirmar que este território à semelhança de outros territórios da Região Centro e do território português, apresenta grandes fragilidades e disparidades

na distribuição da população pelo território e, muito particularmente, no parque habitacional.

O parque habitacional das Aldeias Históricas, de acordo, com os últimos censos, conheceu alterações significativas nos seus principais indicadores, à semelhança da Região Centro e de Portugal. Tendo em conta o número de alojamentos clássicos é possível afirmar que, em 2011, existiam no território cerca de 18,66 alojamentos por Km² (Cf. Quadro 5). Este indicador revela que apesar do crescimento registado no período intercensitário, cerca de 2,64% (16,02 alojamentos por Km² em 2001), o território das Aldeias Históricas continua a apresentar uma densidade média de alojamentos clássicos muito inferior à média regional e nacional, respetivamente 51,37 e 63,75, em 2011.

No contexto da Rede há diferenças bastante significativas e contrastantes ao nível das densidades dos alojamentos clássicos, com Aldeias Históricas a superar a média nacional, com destaque para Belmonte que apresenta o valor mais elevado (66,7), seguido de Trancoso (42,5 alojamentos por Km²), ligeiramente inferior à média regional e nacional. Na situação oposta encontram-se as Aldeias Históricas de Idanha-a-Velha (4,4), Castelo Mendo (5,1), Castelo Rodrigo (9,2) e Monsanto (9,6) com valores inferiores a 10 alojamentos por Km².

Na última década, as Aldeias Históricas de Portugal à semelhança da Região Centro e do país, registaram um crescimento de 948 alojamentos familiares clássicos (11,98%), isto é, passou de 7915 em 2001 para 8863 em 2011, sendo que cerca de 88,85% são alojamentos ocupados e 11,15% alojamentos vagos. No contexto dos doze aglomerados que integram a Rede das Aldeias Históricas, apenas Linhares e Castelo Mendo registaram decréscimos nos alojamentos clássicos face ao anterior período intercensitário, respetivamente -105 e -4 (Quadro 5).

O aumento dos alojamentos familiares clássicos surge associado ao crescimento generalizado nas Aldeias Históricas de Portugal de residências secundárias na última década, cerca de 41,34% no total de alojamentos ocupados das Aldeias Históricas de Portugal (acréscimo de 6,79%), um valor muito próximo das residências habituais, que passou de 54,02% em 2001 para 47,51% em 2011. As percentagens mais elevadas de alojamentos de residência secundária concentram-se, no caso do território em estudo, nas Aldeias Históricas mais afastadas da sede de concelho, com valores acima dos 50%

face aos alojamentos ocupados, com destaque para as Aldeias Históricas de Castelo Novo (64,01%), Monsanto (63,97%), Piódão (63,62%), Sortelha (61,86%) e Linhares (53,85%), por oposição às Aldeias Históricas de Belmonte, Trancoso e Almeida e Castelo Rodrigo, que registaram um aumento no número de alojamentos de residência habitual (Quadro 5). Esta evolução poderá ser explicada pelo aumento de alojamentos deixados vagos pelas populações que saíram destes aglomerados rurais por fenómenos de migração no país ou de emigração, para aglomerados urbanos da área envolvente (Trancoso, Belmonte e Almeida) ou para outros aglomerados rurais localizados nas imediações das sedes de concelho como, por exemplo, a Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo face a proximidade de Figueira de Castelo Rodrigo (sede de concelho), mas também pela crescente procura em adquirir uma residência secundária para uso sazonal em territórios rurais como as Aldeias Históricas de Portugal. Neste caso, tornou-se particularmente expressivo com as intervenções realizadas no âmbito do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal que fomentou a recuperação de algum do edificado ao nível das fachadas e coberturas (Cf. Figura 1 do Anexo 8), contribuindo em muito para o aumento do número de residências secundárias que acabam por ter um impacto significativo no conjunto dos alojamentos ocupados (Quadro 5).

Efetivamente, as Aldeias Históricas de Portugal possuem um conjunto de atributos que atraem a população urbana no âmbito do lazer e do turismo a adquirir ou a reabilitar os alojamentos vagos para residências secundárias no território em estudo. Apesar desta nova realidade de alojamento turístico não ser transacionável no mercado turístico, o que é certo é que, assume crescente expressividade em territórios rurais de baixa densidade como as Aldeias Históricas de Portugal²¹¹.

Outro indicador importante que reflete os efeitos do abandono territorial e populacional do território das Aldeias Históricas de Portugal é o número de alojamentos vagos e de uso sazonal (incluem os alojamentos disponíveis no mercado de habitação, quer para aluguer, quer para venda e os alojamentos para demolição). Em 2011, o número de alojamentos vagos no território das Aldeias Históricas de Portugal era de 988 alojamentos, o que representava cerca de 11,15% do total de alojamentos clássicos, apesar do ligeiro decréscimo face a 2001 (Quadro 5). O maior número de alojamentos

²¹¹ Veja-se a este propósito o trabalho de Roca, M., Roca, Z. & Oliveira, J. (2009). Expansão das residências secundárias em Portugal. In *Atas do 1.º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde, do 15.º Congresso da APDR, do 2.º Congresso Lusófono de Ciência Regional, 3.º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza*. Cidade da Praia, Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional. Disponível em <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2025/161A.pdf>.

vagos registou-se nas Aldeias Históricas de Belmonte e Trancoso, com acréscimos de cerca de 91 e 66 alojamentos no total de alojamentos familiares clássicos (8863), por oposição às Aldeias Históricas de Monsanto, Sortelha, Castelo Novo, Castelo Rodrigo e Idanha-a-Velha, que registaram uma diminuição substancial do número de alojamentos vagos face ao ano de 2001. Esta situação de aumento de alojamentos vagos poderá explicar-se por uma diminuição da população residente nos centros históricos daquelas Aldeias Históricas, mas também pelo facto da maioria destas residências serem habitadas por pessoas idosas e sem recursos financeiros para proceder à manutenção ou requalificação das habitações, para além da falta de interesse do poder local em desenvolver medidas de incentivo para a requalificação do edificado.

Quadro 5 - Indicadores de alojamentos familiares clássicos, nas Aldeias Históricas (2001-2011), por freguesia

Unidade territorial	Densidade de alojamentos clássicos (%)		Alojamentos familiares clássicos/Km ²		Alojamentos ocupados (%)		Residência habitual (%)		Residência secundária (%)		Alojamentos vagos (%)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Almeida	12,88	15,7	675	824	95,70	92,84	72,30	60,92	23,41	31,92	4,30	7,16
Belmonte	56,65	66,7	1751	2063	84,29	82,26	63,96	57,68	20,33	24,58	15,71	17,74
Castelo Mendo	5,29	5,1	115	111	99,13	91,89	56,52	42,34	42,61	49,55	0,87	8,11
Castelo Novo	11,07	11,3	446	464	92,60	97,63	39,69	33,62	52,91	64,01	7,40	2,37
Castelo Rodrigo	6,92	9,2	228	252	88,60	94,84	60,09	60,32	28,51	34,52	11,40	5,16
Idanha-a-Velha	4,34	4,4	91	93	65,93	73,12	41,76	34,41	24,18	38,71	34,07	26,88
Linhares	26,54	19,9	417	312	94,48	91,67	34,29	37,82	60,19	53,85	5,52	8,33
Marialva	11,50	14,1	221	270	78,28	75,56	56,56	46,30	21,72	29,26	21,72	24,44
Monsanto	9,21	9,6	1213	1260	90,02	96,59	45,67	32,62	44,35	63,97	9,98	3,41
Piódão	11,28	12,5	414	459	90,34	83,66	26,09	20,04	64,25	63,62	9,66	16,34
Sortelha	13,17	21,7	522	548	88,89	98,18	46,36	36,31	42,53	61,86	11,11	1,82
Trancoso	35,10	42,5	1822	2207	87,98	87,09	59,22	53,78	28,76	33,30	12,02	12,91
Total AHP	16,02	18,66	7915	8863	88,58	88,85	54,02	47,51	34,55	41,34	11,42	11,15
Região Centro	44,27	51,37	1248486	1443886	89,59	86,36	66,30	61,91	23,29	24,45	10,41	13,64
Portugal	54,59	63,75	5019425	5859540	89,17	87,45	70,75	68,11	18,42	19,34	10,83	12,55

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População e Habitação (2001-2011), INE

O estado de conservação dos edifícios, de acordo com os critérios aplicados nos censos em 2011, revela que dos 7885 edifícios recenseados nas Aldeias Históricas de Portugal²¹², apenas 1,5% dos edifícios se encontravam muito degradados e 24,5%

²¹² O parque habitacional das Aldeias Históricas de Portugal, de acordo com os censos de 2011, registou à semelhança da Região Centro e do país um crescimento de 11,46% face a 2001 (Quadro 6). Durante o

necessitavam de reparações (Quadro 6). Apesar do decréscimo registado no período intercensitário (2001-2011), resultante das intervenções realizadas no âmbito do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas (entre 1993 e 2006), as Aldeias Históricas do Piódão, Belmonte e Trancoso²¹³, são as que apresentam a maior proporção de edifícios muito degradados, particularmente ao nível estrutural e reorganização espacial interior (Figura 23).

Quadro 6 - Estado de conservação dos edifícios, nas Aldeias Históricas (2001-2011), por freguesia

Unidade territorial	Estado de conservação dos edifícios (2011)				N.º Edifícios	
	Edifícios muito degradados		Edifícios com necessidades de reparação			
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Almeida	18	9	172	156	612	771
Belmonte	21	33	434	431	1306	1512
Castelo Mendo	0	1	36	33	115	111
Castelo Novo	2	0	128	111	446	465
Castelo Rodrigo	6	1	116	35	227	249
Idanha-a-Velha	0	0	27	25	91	94
Linhares	21	4	265	99	409	318
Marialva	0	2	62	45	221	272
Monsanto	12	5	492	329	1205	1253
Piódão	37	35	167	157	413	457
Sortelha	6	7	190	178	522	556
Trancoso	10	23	389	331	1507	1827
Total AHP	133	120	2478	1930	7074	7885
Região Centro	26596	19347	370337	298357	992321	1111952
Portugal	92365	59155	1199336	965782	3160043	3544389

Fonte: Recenseamentos Gerais da População Portuguesa (2001-2011), INE

No que se refere aos edifícios com necessidades de reparações, as Aldeias Históricas do Piódão (34,4%), Sortelha (32,0%), Linhares (31,1%), Castelo Mendo (29,7%), Belmonte (28,5%), Idanha-a-Velha (26,6%) e Monsanto (26,3%) são os aglomerados que registam as proporções mais elevadas (Cf. Quadro 6). Aliás, o estado físico das

período intercensitário (2001-2011), com a exceção das Aldeias Históricas de Castelo Mendo e Linhares, todas as outras registaram um aumento do número de edifícios.

²¹³ A Aldeia Histórica de Trancoso foi a única Aldeia que não beneficiou de qualquer intervenção e/ou conheceu um crescimento de reabilitação do seu edificado no âmbito do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal, ao contrário de Belmonte que foi incluída no mesmo ano (2003). A Aldeia Histórica de Piódão como beneficiou de intervenções apenas na primeira fase do Programa, apresenta à data um parque habitacional pouco cuidado e alguns casos bastante degradado.

habitações é uma das principais preocupações das populações locais na atualidade²¹⁴, na medida em que se assiste a uma crescente degradação das habitações que foram objeto de intervenção no âmbito do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas. Essas preocupações prendem-se com a adoção de portas e janelas de madeira que são pouco apropriadas para o clima da região, por um lado, e, por outro, o interior das habitações que se encontra abandonado e invadido por vegetação herbácea como é o exemplo das silvas (realidade que se encontra ilustrada na Figura 2 do Anexo 8).

Figura 23 - Edifício muito degradado na Aldeia Histórica de Belmonte (esquerda) e com necessidades de reparação na Aldeia Histórica de Monsanto (direita)



Fonte: Autora, 2016

Podemos assim concluir, em função destes números, que o estado de conservação do parque habitacional não pode deixar de ser considerado em qualquer estratégia de desenvolvimento turístico para o território, tornando-se particularmente importante quando se trata de aglomerados que beneficiaram na sua generalidade de intervenções de reabilitação/revitalização do edificado no âmbito do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal (QCA II e III)²¹⁵.

1.3. Educação e qualificação

Em matéria de qualificação e educação da população portuguesa verifica-se que apesar dos esforços já realizados nas últimas décadas, o nível de instrução é ainda baixo, particularmente evidente no contexto da União Europeia, o que constitui um

²¹⁴ Esta informação foi obtida na sessão de *focus group* à população das Aldeias Históricas de Portugal, a qual foi alvo de tratamento qualitativo com recurso ao *software* NVivo10 (Cf. secção 3.2.2., capítulo 3, da Parte III).

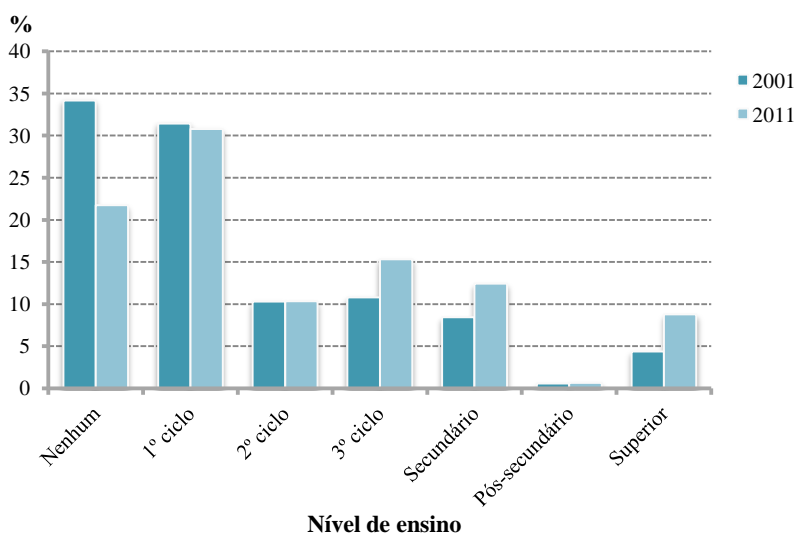
²¹⁵ Mais adiante iremos deter-nos com especial atenção sobre as intervenções realizadas no âmbito deste Programa.

constrangimento para o desenvolvimento económico, social e territorial do país e dos territórios como as Aldeias Históricas de Portugal. O baixo nível de instrução das populações das áreas rurais de baixa densidade é um facto preocupante, ultrapassando os índices, já de si desfavoráveis, existentes a nível regional e nacional.

Na estrutura de qualificações da população das Aldeias Históricas de Portugal predominam níveis baixos de educação, situação que se justifica pelo envelhecimento da população, no entanto, o território acompanhou a tendência evolutiva da Região Centro e de Portugal, embora com valores inferiores, resultante da aplicação de diversas políticas públicas europeias e nacionais para consolidação de um modelo económico competitivo, assente em médias e altas qualificações.

Apesar dos esforços realizados nas últimas décadas na qualificação da população, este território detém uma situação ainda desfavorável face à média nacional, existindo, historicamente, uma percentagem considerável de pessoas sem qualquer nível de escolaridade completo. Em 2011, a proporção da população sem qualquer nível de escolaridade completo no território das Aldeias Históricas de Portugal era de 21,7%, situando-se abaixo do verificado em 2001, 34,1% (Cf. Figura 24).

Figura 24 - População com e sem nível de escolaridade completo (%), nas Aldeias Históricas (2001-2011), por freguesia

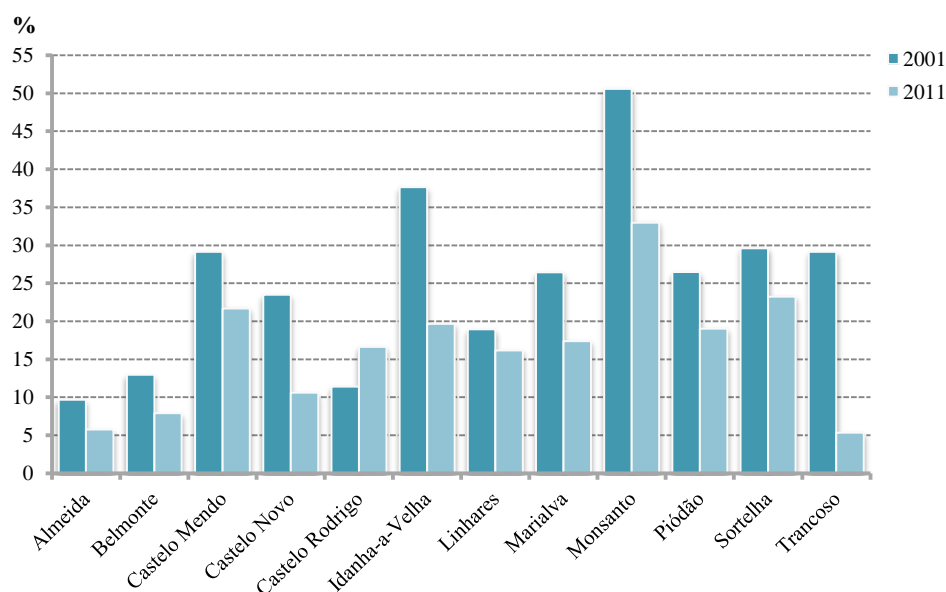


Fonte: Dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001-2011), INE

De facto, este território apresenta ainda uma elevada concentração de população analfabeta, apesar do decréscimo registado no último período intercensitário, que passou de 37,35% em 2001 para 10,77% em 2011, um valor superior à média regional e nacional, respetivamente 6,38% e 5,22% (INE, 2001; 2011). Todavia, de 2001 para

2011, registou-se na globalidade das Aldeias Históricas um decréscimo significativo do número de indivíduos sem nível de escolaridade completo, com exceção da Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo que registou um agravamento da sua taxa de analfabetismo (Figura 25), o que se explica pelo aumento da população idosa nas últimas duas décadas, como já foi referido na secção 1.2., deste capítulo.

Figura 25 - Taxa de analfabetismo (%) nas Aldeias Históricas (2001-2011)²¹⁶, por freguesia



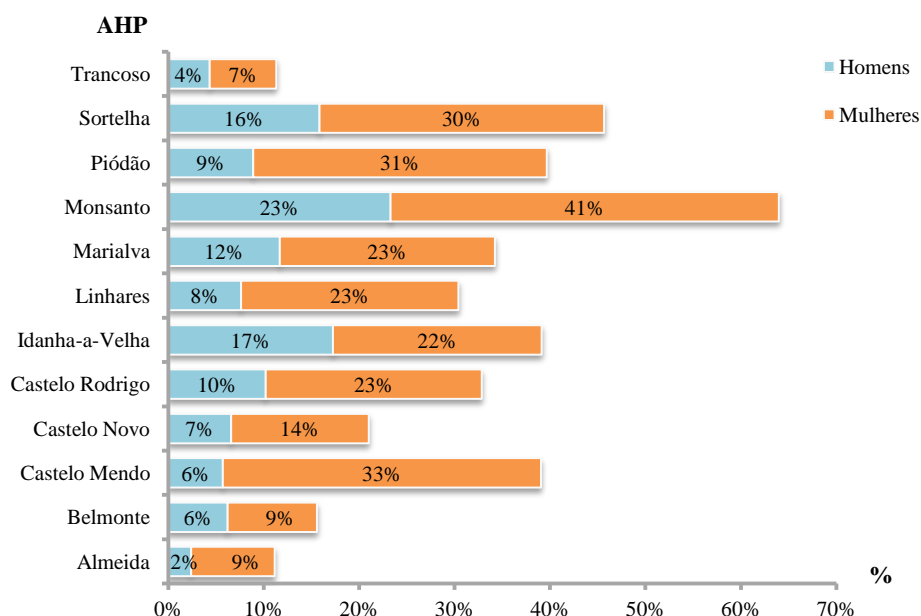
Fonte: Dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001-2011), INE

Por outro lado, na Figura 25 constata-se também que a sua distribuição territorial é bastante heterogénea, visto que existem diferenças significativas entre aglomerados rurais e urbanos. Nos aglomerados rurais as taxas de analfabetismo são mais elevadas do que nos aglomerados urbanos que apresentam, em média, valores mais baixos. Estas coincidem com áreas onde predomina uma população envelhecida. Veja-se o caso da Aldeia Histórica de Monsanto que regista a maior taxa de analfabetismo, 32,96%, por oposição à Aldeia Histórica de Trancoso que regista o valor mais baixo, 5,36%. Ora está de acordo com o facto de, nos aglomerados urbanos, se concentrarem o maior número de população residente, por um lado, e, por outro, concentrarem os estabelecimentos educativos (pré-escolar, ensino básico, secundário e profissional), até porque os aglomerados urbanos desempenham também as funções de sedes de concelho, o que acaba por ser um motivo de atração das populações dos aglomerados rurais.

²¹⁶ Percentagem de população analfabeta por local de residência (média) por sexo masculino e feminino.

No que respeita à distribuição por sexo, verifica-se na Figura 26 que é sobretudo às mulheres que se deve, em 2011, a elevada proporção de indivíduos sem qualquer nível de escolaridade completo na população das Aldeias Históricas de Portugal, sendo o dobro da verificada nos homens. As maiores taxas de analfabetismo, tanto para as mulheres como para os homens, ocorrem nos aglomerados rurais, onde se registam diferenças bastante significativas em ambos os sexos. Por oposição, os aglomerados urbanos (Almeida, Belmonte e Trancoso) registam poucas diferenças entre as taxas de analfabetismo entre os sexos, o que corrobora com o que tem vindo a ser descrito.

Figura 26 - Taxa de analfabetismo segundo o sexo nas Aldeias Históricas (%), por freguesia (2011)



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Recenseamento Geral da População (2011), INE

Ao nível da escolaridade completa da população das Aldeias Históricas de Portugal, verifica-se uma evolução favorável na última década, no entanto, o território apresenta ainda grandes debilidades ao nível de formação e de qualificação, particularmente evidentes nos níveis de escolaridade básica, grupos etários e sexo.

Em 2011, a maioria da população das Aldeias Históricas (56,46%), dispunha apenas da escolaridade básica (1.º, 2.º e 3.º ciclos), aliás registou-se um aumento de 3,96% face ao ano de 2001 (52,60%), com valores superiores à média da Região Centro e de Portugal, respetivamente 56,2% e 55,1%. Nesse mesmo ano, o 1.º ciclo à semelhança do período censitário de 2001 dominava fortemente o nível de escolaridade da população das Aldeias Históricas de Portugal, cerca de 30,8% dos habitantes possuía apenas este nível

de escolaridade completo (Cf. Figura 24), sendo 14,4% é respeitante à população em idade ativa (15 e 64 anos de idade), o que condiciona a entrada no mercado de trabalho destes ativos com baixas qualificações e competências, por um lado, e, por outro, compromete a competitividade do território no domínio económico. Este nível de escolaridade básica apresenta uma incidência maior nos homens do que nas mulheres em todos os grupos etários, com maior concentração nas idades avançadas (Cf. Figura 27). Uma realidade que se relaciona com o longo período geracional em que se privilegiou o acesso à escolarização por parte dos homens, algo que tende a diminuir. A Figura 24 mostra-nos, ainda, que o 3º ciclo regista o maior acréscimo da última década ao nível de escolaridade básica, que passou de 10,8% em 2001 para 15,3% em 2011.

No total da população residente nas Aldeias Históricas, em 2011, a proporção de indivíduos que completou o ensino secundário (10.º, 11.º e 12.º ciclo) também aumentou na última década (+3,97%), cerca de 12,4% da população possuía pelo menos este nível de ensino (Cf. Figura 24). Aliás, no grupo etário dos 20-24 anos o ensino secundário tornou-se o nível de escolaridade mais representativo dos três níveis (Figura 27) em ambos os sexos e no grupo etário dos 30-34 anos no caso das mulheres. Da leitura desta Figura, podemos ainda acrescentar que é nas mulheres que se registam os maiores valores do ensino secundário, no grupo etário dos 15-19 anos e dos 30 até aos 54 anos de idade. A partir dos 55 anos de idade são os homens que assumem maior expressividade, exceto no grupo etário dos 70-74 anos. No contexto da Rede é nas Aldeias Históricas de Trancoso (496 indivíduos) e Belmonte (437 indivíduos), que se registam um maior número de habitantes com pelo menos o ensino secundário completo, o que não surpreende face ao total do número de residentes e face à concentração dos estabelecimentos de ensino secundário e profissional²¹⁷.

Neste território, observa-se que à semelhança da Região Centro e do país, existe um baixo número de indivíduos com níveis de formação pós-secundária (0,65% em 2011), o que ilustra a falta de técnicos médios com este nível de instrução para responder às necessidades das empresas, mas também a falta de resposta e de articulação do sistema de ensino e de formação profissional às necessidades efetivas do sistema produtivo.

²¹⁷ De referir a Escola Profissional de Trancoso, onde se lecionam cursos profissionais de nível IV, vocacionados para alunos que pretendam ingressar no mercado de trabalho, sendo disso exemplo, o curso de turismo. Há, para além desta estrutura, outras instituições no território envolvente das Aldeias Históricas de Portugal, que formam pessoas com este nível de ensino, como é o caso da Escola Profissional do Fundão, com destaque para o curso Técnico de Restaurante/Bar e curso Técnico de Cozinha/Pastelaria; a Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior com o curso de Animação em Turismo de Saúde e Bem-Estar (nível V), na cidade da Covilhã.

A qualificação de mão-de-obra técnica especializada através de cursos tecnológicos e vocacionais é uma das prioridades de investimento do Programa Operacional Capital Humano (POPH) e do Programa Operacional Regional do Centro (Centro 2020), para responder em parte às necessidades do mercado de trabalho, particularmente em áreas como o turismo. Partindo destes pressupostos a tutela criou os Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP)²¹⁸, os quais são financiados no âmbito do Portugal 2020, após apresentação de candidaturas pelas instituições de ensino superior politécnico. Considere-se a título de exemplo os cursos de Animação Turística e do Património Cultural e Natural e o curso de Cozinha e Produção Alimentar, na Escola Superior de Turismo e Hotelaria do Instituto Politécnico da Guarda; o curso de Gestão e Produção de Cozinha e o curso de Restauração e Bebidas, na Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova, e ainda o curso de Turismo Ambiental e Rural na Escola Superior Agrária de Castelo Branco do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Parece ser, hoje, indiscutível a importância que a educação e a formação assumem no funcionamento do sistema turismo. O investimento na qualificação dos recursos humanos com diferentes níveis de qualificação é algo estratégico para o funcionamento e desempenho das diversas atividades associadas as componentes do sistema turístico, razão pela qual tem vindo a aumentar a oferta formativa de profissionais para as diversas atividades turísticas²¹⁹.

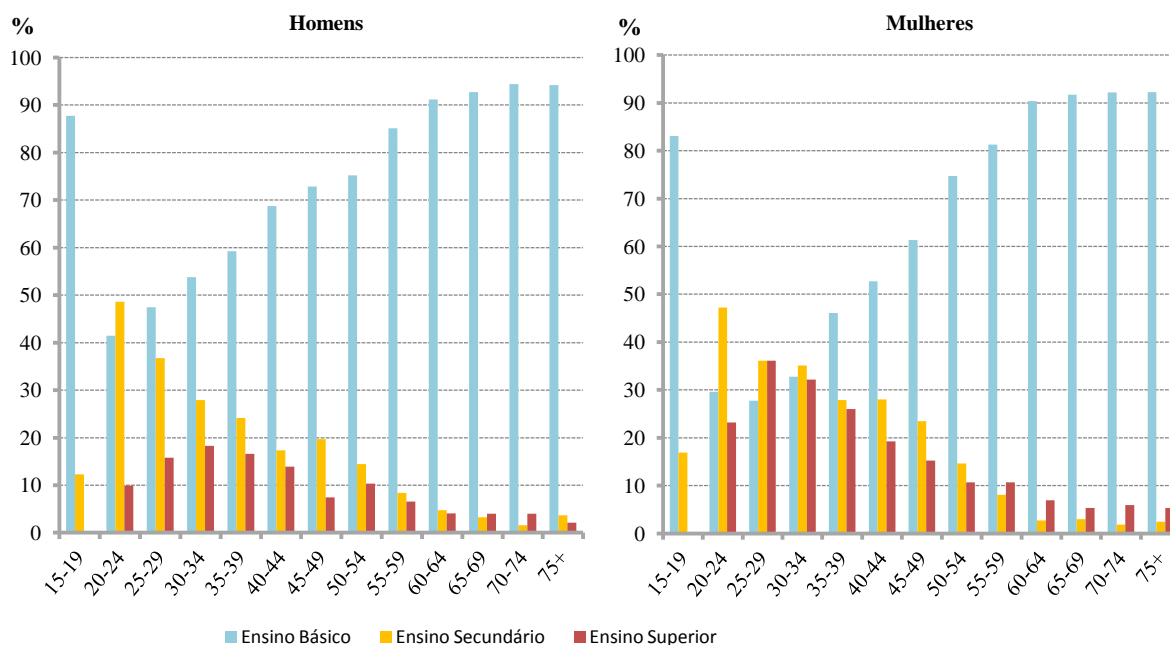
Outro indicador importante é o aumento do número de habitantes com o nível superior de ensino completo (licenciatura, mestrado e doutoramento), que quase duplicou na última década à semelhança da Região Centro (13,05%) e do país (14,99%), embora com valores mínimos de qualificação. Em 2011, a população que possuía habilitações superiores representava cerca de 8,76% e em 2001 era apenas de 4,37% (Figura 24). A este aumento associa-se a existência de um conjunto de estabelecimentos de ensino superior universitário e politécnico (Universidade da Beira Interior, Instituto Politécnico da Guarda e Instituto Politécnico de Castelo Branco), que dispõem de uma oferta formativa diversificada para o território das Aldeias Históricas e país, com destaque

²¹⁸ Criados pelo Decreto-Lei n.º 43/2014 de 18 de março, são uma nova modalidade de oferta educativa de natureza profissional, introduzia no âmbito do ensino superior politécnico, não conferente do grau académico, de nível V.

²¹⁹ Ver a este propósito o trabalho desenvolvido por Marujo, N. & Cravidão, F. (2013). La geografía en las carreras superiores de turismo em Portugal. *Estudios e Perspectivas en Turismo*, 22, 357-368. Disponível em <http://www.estudiosenturismo.com.ar/PDF/V22/N02/v22n2a10.doc.pdf>.

para as licenciaturas e mestrados na área do turismo²²⁰, embora se reconheça que as atividades de turismo envolvem outras áreas de educação e de formação.

Figura 27 - População por nível de escolaridade completo (%), por sexo e por grupo etário (2011), nas Aldeias Históricas, por freguesia



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Recenseamento Geral da População (2011), INE

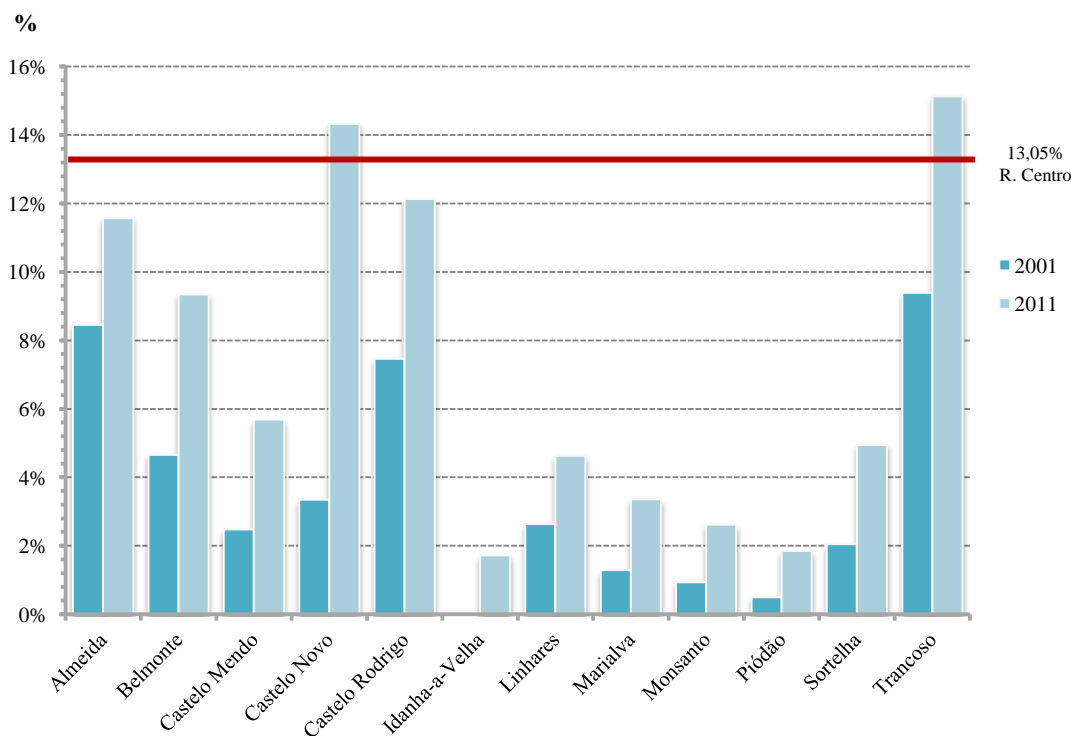
Nesta evolução positiva do número de habitantes com habilitações superiores de 2001 para 2011, constata-se um distanciamento significativo entre as mulheres em todos os grupos etários, em comparação com os homens, que registam percentagens mais baixas (Figura 27). No caso das mulheres, observa-se que a maior percentagem se centra nos grupos etários dos 25 aos 29 anos (36,11%) e dos 30-34 anos de idade (32,12%) e que nos homens se centra no grupo etário dos 30 aos 34 anos de idade (18,28%). Estes valores encontram-se muito distantes da meta definida para 2020, no âmbito da Estratégia Europa 2020 (CE, 2010b), que definiu um aumento da proporção da população com idade compreendida entre os 30 e os 34 anos com habilitações superiores concluída para 40% da população europeia. No caso da Região Centro e de

²²⁰ Importa referir a licenciatura em Gestão Hoteleira, Restauração e a Licenciatura em Catering e Turismo e Lazer, e os mestrados em Gestão e Sustentabilidade no Turismo e Turismo e Tecnologias de Informação e Comunicação – Instituto Politécnico da Guarda; a licenciatura em Gestão Hoteleira e a licenciatura em Gestão Turística – Instituto Politécnico de Castelo Branco, sendo de realçar a oferta formativa em contexto real de trabalho destes cursos e outros da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova no Geo-Hotel Escola da Aldeia Histórica de Monsanto.

Portugal, a proporção de população com 30 e 34 anos de idade com formação superior, em 2011, era apenas de 27,69% e 28,62%.

Apesar da evolução verificada, na última década, em todas as Aldeias Históricas, em termos médios destacam-se as Aldeias Históricas de Trancoso (15,13%) e Castelo Novo (14,33%), com aumentos significativos e superiores à média da Região Centro (13,05%). Em sentido oposto, as Aldeias Históricas de Idanha-a-Velha (1,72%), Piódão (1,85%), Monsanto (2,62%) e Marialva (3,36%), com valores inferiores a 4% (Figura 28). Este aspeto é relacionável tanto com o envelhecimento demográfico como da maior proximidade e concentração de serviços e atividades económicas nos aglomerados urbanos.

Figura 28 - Proporção da população residente com ensino superior completo (%), nas Aldeias Históricas, por freguesia

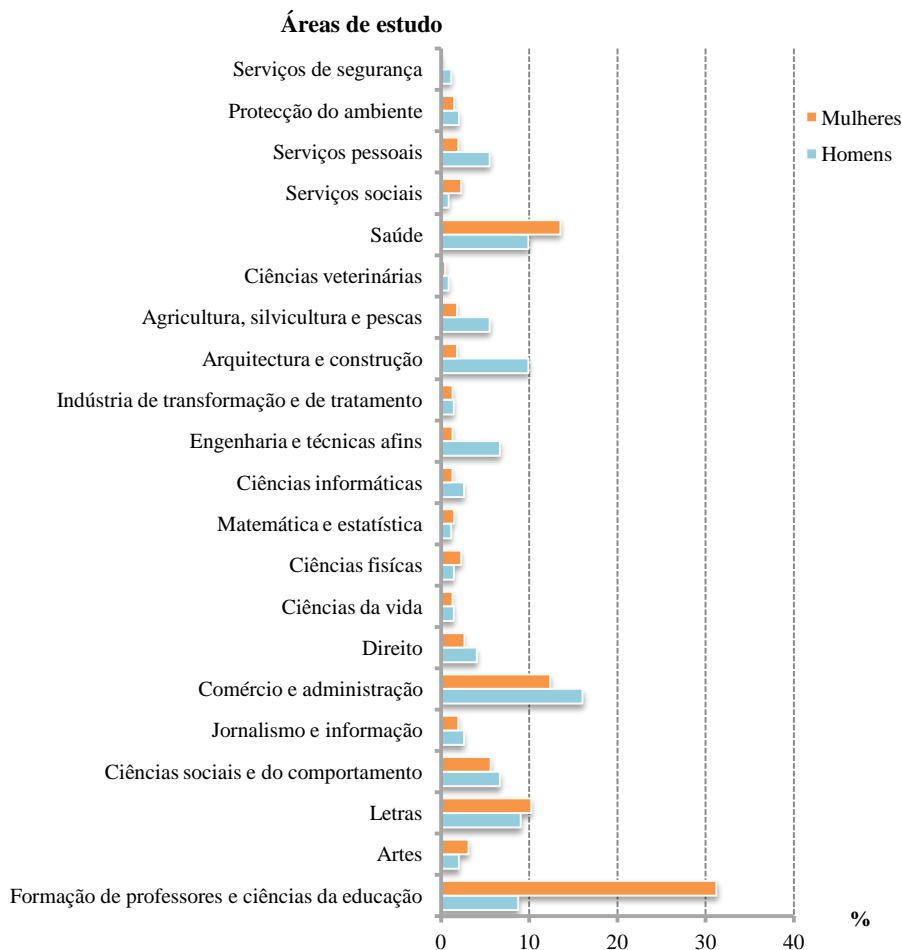


Fonte: Dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001-2011), INE

Em termos de distribuição da população residente com ensino superior por áreas de estudo, constata-se a preferência pela “Formação de professores e ciências da educação”, “Comércio e administração”, “Saúde” e “Letras”, em ambos os sexos, sendo de acrescentar “Arquitetura e construção” no sexo masculino. Por outro lado, evidenciam-se poucas preferências na aquisição de competências em determinadas áreas, tais como “Serviços de segurança”, “Ciências veterinárias”, “Matemática e

estatística”, “Ciências da vida”, “Indústria de transformação e de tratamento” e “Serviços sociais”, com fraca representatividade na globalidade da população residente, em ambos os sexos (Figura 29).

Figura 29 - População residente com ensino superior por área de estudo (%) e sexo, nas Aldeias Históricas (2011), por freguesia



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Recenseamento Geral da População (2011), INE

De qualquer modo, atendendo aos indicadores apresentados, percebe-se que, de forma geral, o território das Aldeias Históricas de Portugal apresenta muitas fragilidades no tecido socioeconómico, quer pelos baixos níveis de habilitações escolares e de formação profissional, quer pela fraca formação superior em áreas como serviços sociais, agricultura e silvicultura, veterinária, ambiente, indústria de transformação e artes, fundamentais para responder às necessidades do território e estruturantes para qualquer estratégia de desenvolvimento a implementar no território.

1.4. Dinâmicas socioeconómicas: emprego e estrutura produtiva

Nas últimas décadas, a contínua tendência de regressão populacional e os baixos níveis de qualificação da população, têm provocado mudanças profundas nas dinâmicas socioeconómicas dos territórios rurais.

O território das Aldeias Históricas de Portugal, a par de outros territórios da Região Centro e do país, encontra-se também associado a novas dinâmicas na estrutura produtiva e no mercado de trabalho por via de uma progressiva recessão social e económica, com consequências diretas no bem-estar das populações e na coesão social e territorial. A análise da evolução da população ativa e sua distribuição por setores de atividade, mas também a evolução das habilitações escolares e qualificações profissionais da população empregada e desempregada, permitem ilustrar o acentuado processo de mudança na estrutura das atividades económicas neste território rural, nos últimos anos.

Na última década, registou-se uma diminuição da população ativa²²¹ das Aldeias Históricas de Portugal, em 2011, era apenas de 4429 indivíduos. Neste território, o peso da população ativa (empregados e desempregados) representava apenas 46% da população residente com 15 ou mais anos relativamente ao total da Rede, o que se traduz num aumento da proporção de população inativa (estudantes, domésticos, reformados, aposentados ou na reserva, incapacitados permanentes para o trabalho, entre outros casos) na população residente (Cf. Quadro 7), entre 2001 e 2011. Aliás, na generalidade do território, com exceção de Trancoso e Belmonte, mais de metade da população residente com 15 ou mais anos de idade eram inativos, em 2011.

A distribuição do peso da população economicamente ativa em relação à população total reflete a existência de alguma disparidade no que respeita ao nível da atividade da população nas doze Aldeias Históricas de Portugal, o que está em consonância com os indicadores populacionais já apresentados, pois é nos aglomerados urbanos com maior população e potencial económico que se registam as maiores taxas de atividade da população com 15 ou mais anos, com valores muito próximos ou superiores à média regional (52,6%), como a Aldeia Histórica de Trancoso (53,2%), seguida de Belmonte (52,5%) e Almeida (48,8%). Nos aglomerados rurais, as Aldeias Históricas de Castelo

²²¹ De acordo com a definição utilizada nos censos populacionais a população ativa compreende o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que constituem mão-de-obra disponível para trabalhar. Este conjunto de população ativa é constituído pelos subconjuntos de indivíduos: população empregada e população desempregada (INE, 2011).

Novo e Castelo Rodrigo, com 43,5% e 40,6%, surgem com os valores mais elevados (Quadro 7). Por oposição, encontramos aglomerados mais deprimidos economicamente como são os aglomerados rurais mais isolados das sedes de concelho, nomeadamente as Aldeias Históricas de Monsanto (18,4%), Idanha-a-Velha (21,3%) e Castelo Mendo (29,3%).

Considera-se que esta disparidade assenta, por um lado, na distribuição desigual da população residente pelos doze aglomerados, no peso da população nos escalões etários mais jovens e da população com 25 e 64 anos que é mais elevada nos aglomerados urbanos, assim como no peso da população idosa que é mais significativo nos aglomerados rurais e, por outro, a proximidade de alguns aglomerados à sede de concelho e eixos rodoviários, mas também os problemas de desemprego ou de falta de alternativas à agricultura, desde há algumas décadas têm provocado a saída de população ativa, o que acaba por reforçar o peso dos ativos que ficaram assim como acaba por atenuar uma dinâmica económica menos acentuada.

Quadro 7 - População residente segundo a condição perante o trabalho por Aldeia Histórica (2001 e 2011), por freguesia

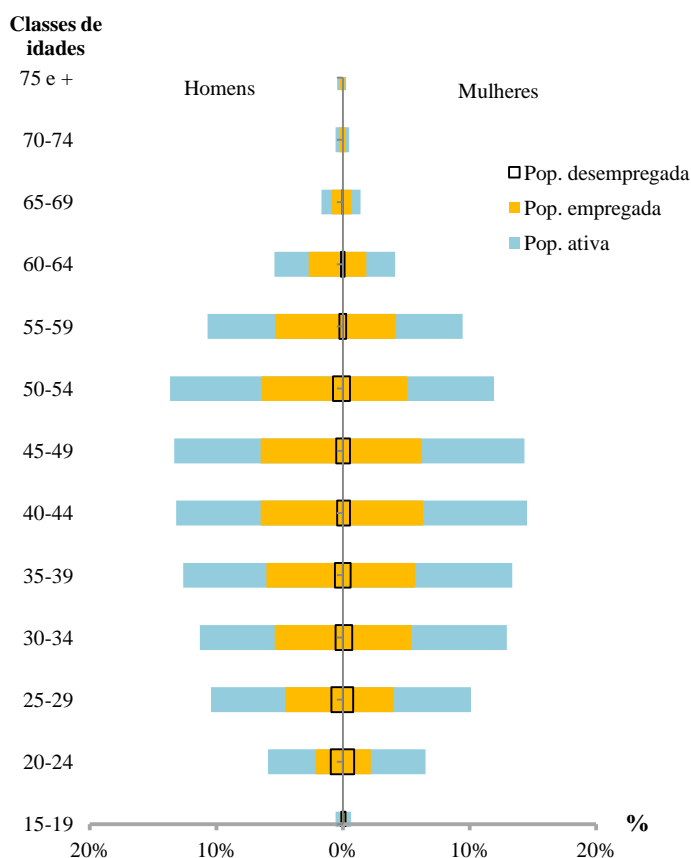
Unidade territorial	População residente (+15 anos)	População ativa		Empregados	Desempregados	População inativa	Taxa de atividade (15 e mais anos)
		2001	2011				2011
Almeida	1197	651	584	543	41	613	48,8
Belmonte	2754	1407	1446	1203	243	1308	52,5
Castelo Mendo	82	36	24	20	4	58	29,3
Castelo Novo	363	122	158	140	18	205	43,5
Castelo Rodrigo	466	183	189	172	17	277	40,6
Idanha-a-Velha	61	23	13	13	0	48	21,3
Linhares	233	97	93	81	12	140	39,9
Marialva	248	68	89	84	5	159	35,9
Monsanto	799	212	147	135	12	652	18,4
Piódão	168	106	48	42	6	120	28,6
Sortelha	421	212	160	148	12	261	38,0
Trancoso	2780	1412	1478	1374	104	1302	53,2
Rede AHP	9572	4529	4429	3955	474	5143	46,3
Região Centro	2008497	1067864	1056225	940211	116014	952272	52,6
Portugal	8989849	4990208	5023367	4361187	662180	3966482	55,9

Fonte: Dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001-2011)

Em termos de distribuição da população ativa por sexo e grupos etários, verifica-se que 52,88% da mão-de-obra disponível é do sexo masculino e 47,12% da população ativa do sexo feminino (INE, 2011). As causas para esta diferença entre ambos os sexos,

justifica-se pela entrada tardia da mulher no mercado de trabalho, mas também pela maternidade e uma cultura enraizada no seio familiar. Ao nível da distribuição por grupos etários, constata-se que mais de metade da população ativa tinha entre 25 anos e 59 anos de idade (Figura 30) e que os grupos etários extremos, isto é, os indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos e aqueles com 65 ou mais anos de idade representavam apenas 4,89% da população ativa do território, dos quais 2,78% eram homens e 2,11% mulheres. A Figura da distribuição da população ativa mostra ainda que a distribuição não é homogénea, uma vez que existe uma maior proporção de indivíduos ativos nas idades mais jovens (20-49 anos) do sexo feminino e uma maior proporção de indivíduos ativos nas idades mais avançadas (50-75 e mais anos), no caso do sexo masculino.

Figura 30 - Estrutura etária da população ativa por sexo nas Aldeias Históricas (2011), por freguesia



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Recenseamento Geral da População (2011), INE

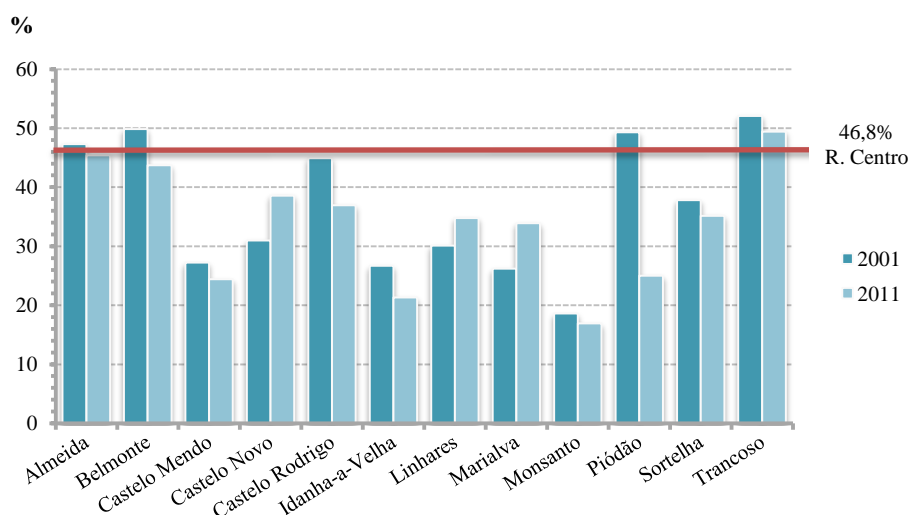
Em relação à população ativa (Figura 30), observa-se que, em 2011, a maioria da população em idade ativa encontrava-se empregada (3955), sendo constituída maioritariamente por homens em todos os grupos etários, 53%, representando as

mulheres 47%. No entanto, constata-se que 10,7% da população ativa encontrava-se desempregada, o que não deixa de ter impacto em territórios como as Aldeias Históricas de Portugal.

No que concerne à empregabilidade, a taxa de emprego da população em idade ativa, no território das Aldeias Históricas, em 2011, era apenas de 41,3%, um valor que fica um pouco aquém da média registada na Região Centro e Portugal, respetivamente 46,8% e 48,5% (Cf. Figura 31). Este valor não surpreende, já que estamos perante um território com uma população bastante envelhecida. Por outro lado, é interessante notar a existência de diferenças entre as Aldeias Históricas, no que respeita à taxa de desemprego, sendo uma das justificações a maior concentração de população ativa nos aglomerados urbanos e população com idade avançada nos aglomerados rurais.

Ao nível dos aglomerados urbanos, destaca-se a Aldeia Histórica de Trancoso com uma taxa de emprego de 49,42%, um valor que ultrapassa a média regional, seguida de Almeida (45,36%) e Belmonte (43,68%). A contrapartida, surgem as Aldeias Históricas de Monsanto (16,90%), Idanha-a-Velha (21,31%), Castelo Mendo (24,39%) e Piódão (25%) com as mais baixas taxas de emprego (Figura 31).

Figura 31 - Taxa de emprego da população em idade ativa nas Aldeias Históricas (2001-2011), por freguesia



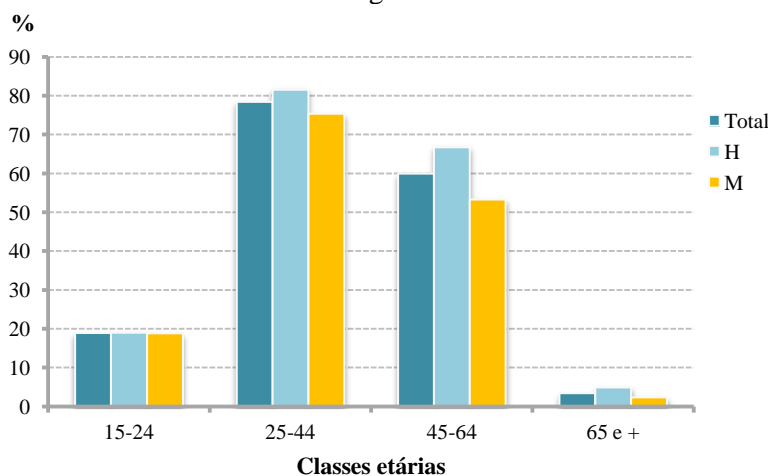
Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001-2011), INE

Em termos de variação percentual, face à última década, registou-se uma redução da taxa de emprego no território das Aldeias Históricas (2,1 pp), um decréscimo que acompanhou a tendência regional e nacional. De forma geral, podemos afirmar que a taxa de emprego diminuiu na generalidade das Aldeias Históricas da Rede, com Piódão,

Castelo Rodrigo, Belmonte e Idanha-a-Velha a registarem os maiores decréscimos, entre -5 e -24 pp. Apenas as Aldeias Históricas de Castelo Novo, Linhares e Marialva registaram um reforço da taxa de emprego na última década, entre 4,6 e 7,6 pp (Figura 31).

No que respeita à desagregação da taxa de emprego por grupos etários, verifica-se na Figura 32 que é nos escalões intermédios, isto é, entre os 25 e os 44 anos e dos 45 aos 64 anos de idade que se regista, em ambos os sexos, o maior número de indivíduos empregados, atingindo, no primeiro caso 78,4% e no segundo 59,9%. Nos escalões etários dos extremos, a taxa de emprego é bastante mais baixa, atingindo os 18,9% nos grupos etários mais jovens, entre os 15 e os 24 anos de idade e nos indivíduos com 65 ou mais anos, a taxa de emprego é apenas 3,4%, facto que se reflete no reduzido diferencial absoluto encontrado entre os dois sexos, sendo que à população masculina correspondia o maior rácio de 4,95% e à feminina de 2,34%. Por outro lado, constata-se que à semelhança da estrutura regional, também no território das Aldeias Históricas a taxa de emprego nos homens é superior à das mulheres, 47,04% contra 36,33%.

Figura 32 - Taxa de emprego por grupos etários e sexo nas Aldeias Históricas (2011), por freguesia

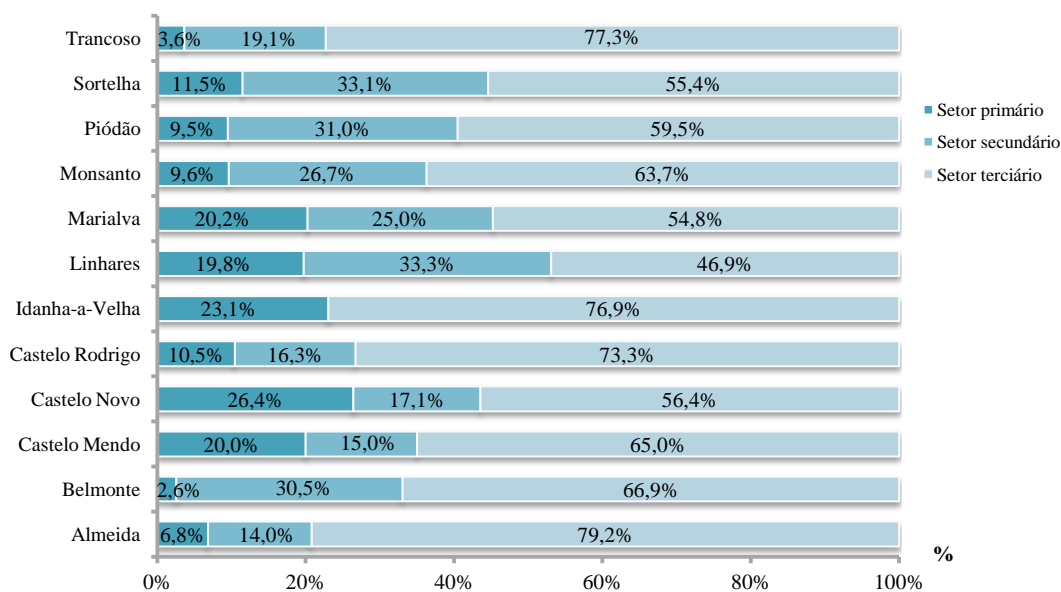


Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Recenseamento Geral da População (2011), INE

Ao nível da distribuição da população ativa empregada por setores de atividade no território das Aldeias Históricas de Portugal, em 2011, registou-se uma elevada representatividade do setor terciário na globalidade das Aldeias Históricas, com algumas variações entre o mínimo de 46,9%, na Aldeia Histórica de Linhares, e o máximo de 79,2%, na Aldeia Histórica de Almeida (Figura 33). Neste setor a empregabilidade assume particular expressão nos serviços de carácter não

transacionável como a administração pública (as autarquias locais são um dos maiores empregadores nos territórios rurais de baixa densidade), educação, saúde e vertente social, representando 33,4% da população empregada no território. A empregabilidade na vertente social encontra maior expressividade nos aglomerados urbanos que concentram o maior número de equipamentos coletivos e serviços administrativos (sedes de concelho) e nos aglomerados com maior envelhecimento populacional. Os ramos do comércio, transportes e comunicações, alojamento, restauração e similares e as atividades financeiras imobiliárias também detinham um peso significativo, empregando 33,9% da população ativa (Figura 34). Uma das atividades económicas que importa realçar é o turismo enquanto atividade dinamizadora da empregabilidade no território em questão, quer ao nível do alojamento e restauração, quer ao nível da produção de produtos tradicionais e locais de qualidade reconhecida e certificada²²². No caso, por exemplo, dos neo-rurais das Aldeias Históricas de Portugal, o exercício das atividades profissionais encontra-se, essencialmente, associado ao setor do comércio (25,9%), hotelaria e restauração (22,2%). Estes dados revelam uma forte ligação dos neo-rurais no desenvolvimento de atividades relacionadas com o turismo nas Aldeias Históricas de Portugal (lojas de artesanato e gourmet, hotelaria e restauração, por exemplo), seguido do setor agrícola (Cf. Quadro 2 do Anexo 7).

Figura 33 - População empregada segundo o setor de atividade nas Aldeias Históricas (2011), por freguesia



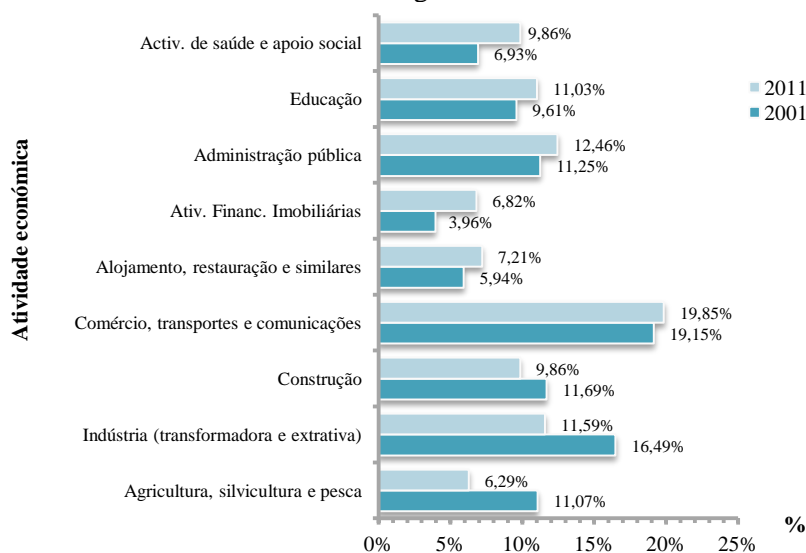
Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Recenseamento Geral da População (2011), INE

²²² Mais adiante, neste capítulo, iremos realizar uma abordagem mais aprofundada sobre esta temática.

Esta tendência inverte-se no setor secundário, pois perdeu população empregada na última década, o que significa que em 2011 havia menos 6,73% indivíduos empregados neste setor de atividade. Em termos de população empregada por domínio de atividade, regista-se um predomínio da “indústria transformadora” (11,6%), seguida da “construção” (9,9%). A distribuição da população empregada no setor secundário por Aldeia Histórica apresenta maior heterogeneidade, verificando-se uma maior concentração da população ativa nas Aldeias Históricas de Linhares, Sortelha e Piódão, por oposição a Idanha-a-Velha e Castelo Mendo (Figura 33).

A distribuição da população ativa por setor de atividade evidencia menor expressão no setor primário, tal como se constata pela diminuição da população empregada neste domínio na última década (Cf. Figura 34). O peso da população empregada no setor primário é mais alto nas Aldeias Históricas, geralmente, mais afastadas da sede de concelho e onde a população ativa tem menor quantitativo. Por oposição, o setor assume menor representatividade nos aglomerados urbanos, espaços onde predomina o setor terciário e secundário e a população ativa tem um maior quantitativo (Cf. Figura 33).

Figura 34 - População empregada por ramo de atividade económica (2001-2011), nas AHP, por freguesia



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001-2011), INE

Assim, nas últimas décadas, a face produtiva do território das Aldeias Históricas de Portugal alterou-se significativamente, na medida em que se passou de uma economia tradicionalmente associada à atividade agrícola para uma economia cada vez mais terciarizada e menos dependente do setor primário. Quer isto dizer que, as estruturas agrícolas deixaram de ser os pilares das condições de vida das suas populações e as

atividades agrícolas passaram a ser desenvolvidas sobretudo a tempo parcial, isto é, enquanto complemento do orçamento das populações que têm uma forte dependência das pensões e reformas, muitas vezes, idosas e com baixos níveis de educação. Esta transformação económica encontra-se associada a profundas transformações da estrutura social e nas formas de uso dos territórios, de que se destaca a perda de capital humano, social, produtivo e natural, refletida no abandono deste território.

A análise da evolução do número de explorações no território das Aldeias Históricas de Portugal revela que em 2009, existiam 1.109 explorações agrícolas (INE, 2009), sendo a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de 17.549 hectares. Apesar da diminuição face ao anterior recenseamento agrícola quer do número de explorações agrícolas (-321) (INE, 1999; 2009) quer dos hectares explorados (-1.118ha), a utilização das terras continua a ser na maioria das explorações agrícolas por superfície agrícola utilizada (Cf. Quadro 8).

Quadro 8 - Ocupação cultural da superfície agrícola utilizada (1999 e 2009), nas Aldeias Históricas, por freguesia

Unidade territorial	Superfície Agrícola Utilizada (SAU)		Ocupação cultural da SAU, por Aldeia Histórica (2009)				
	1999	2009	Culturas Temporárias	Pousio	Horta Familiar	Culturas Permanentes	Prados e Pastagens Permanentes
Almeida	3024	2409	855	261	8	231	1 055
Belmonte	1632	1247	498	18	16	465	251
Castelo Mendo	834	730	82	36	2	19	591
Castelo Novo	1574	2370	932	6	6	486	940
Castelo Rodrigo	1027	1476	498	385	2	329	262
Idanha-a-Velha	1395	1323	266	120	0	130	806
Linhares	813	431	118	101	3	39	170
Marialva	557	434	85	56	11	217	65
Monsanto	3743	3959	1 383	65	26	688	1 797
Piódão	27	46	1	-	1	3	42
Sortelha	2139	1529	141	42	8	72	1 267
Trancoso	1902	1595	327	33	23	404	807
Rede AHP	18 667	17 549	5 186	1 123	105	3 081	8 053
Região Centro	724551	570003	179 831	35 957	8 218	157 603	188 394
Portugal	3863094	3668145	831 592	341 534	19 695	690 725	1 784 598

Fonte: Dados dos Recenseamentos Agrícolas (1999-2009), INE

Os maiores abandonos da SAU ocorreram nas Aldeias Históricas de Almeida e Sortelha. Por oposição, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Monsanto e Piódão destacam-se como as Aldeias Históricas que registaram um aumento da superfície agrícola utilizada

(Quadro 8), apesar da redução do número de explorações agrícolas, com exceção de Castelo Novo que registou um ligeiro aumento (INE, 2009).

Relativamente à composição da superfície agrícola utilizada, o Quadro 8 revela que quase metade da superfície agrícola utilizada (45,9%) é ocupada por prados e pastagens permanentes (8.053 hectares), apesar da diminuição registada entre 1999 e 2009 (INE, 2009). As Aldeias Históricas de Monsanto, Sortelha e Almeida continuam a concentrar a maior área de prados e pastagens permanentes, por oposição ao Piódão que apenas dispõe de 42 hectares.

Face a 1999, as culturas temporárias e as culturas permanentes registaram um aumento em termos absolutos, da superfície agrícola utilizada. As superfícies submetidas as culturas temporárias ou rotação ocupavam em 2009 cerca de 29,6% da superfície, com particular predomínio das culturas forrageiras para alimentação dos animais, seguidas da batata e cereais para grão, nomeadamente nas Aldeias Históricas de Monsanto, Castelo Novo, Castelo Rodrigo e Almeida (INE, 2009).

Em termos de culturas permanentes (17,6%), o território das Aldeias Históricas de Portugal continuava a ser dominado por culturas mediterrâneas, sendo de destacar o olival na generalidade das Aldeias Históricas, exceção do Piódão e Castelo Mendo, a vinha com forte peso na Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo face à proximidade com a Região Demarcada do Douro, os frutos frescos como a cereja e o pêssego da Cova da Beira onde se localizam as Aldeias Históricas de Castelo Novo e Belmonte (Graça e Santo, 2000b) e os frutos de casca rijas como a castanha na Aldeia Histórica de Trancoso e a amêndoa na Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo, que praticamente duplicou entre 1999 e 2009 (INE, 2009).

Convém ainda referir um aumento em termos absolutos da superfície deixada em pousio, ocupando cerca de 6,4% (1.123 hectares), no total da superfície agrícola utilizada, sendo de destacar a Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo, que, no conjunto da Rede, registou um aumento de 265 hectares, entre 1999 e 2009. O aumento do peso do pousio poderá justificar-se com a alteração do sistema de ajudas, para a maioria dos subsídios, o desligamento do seu pagamento do volume de produção (INE, 2009), mas também a dificuldade de trabalhar alguns dos terrenos pela sua composição granítica ou mesmo uso agrícola impossível pelo que as áreas incultas têm grande expressão.

A forma de exploração da superfície agrícola é na sua maioria por conta própria, representando cerca de 67,73% do número de explorações, enquanto o arrendamento representa 28,91% do número total de explorações, sendo de referir um aumento da área explorada por arrendamento (+7,5%) entre 1999 e 2009. O peso dos produtores individuais é muito significativo, representando cerca de 96,6% do total, mas também importa realçar o aumento número de sociedades e a diminuição do número de empresários no território das Aldeias Históricas de Portugal (INE, 1999; 2009).

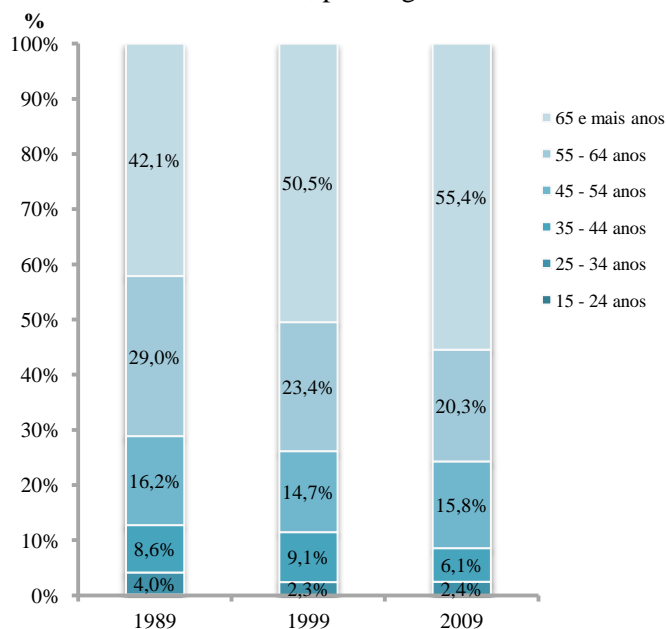
Estes dados refletem a falta de viabilidade económica da agricultura em muitas áreas rurais, particularmente em territórios como as Aldeias Históricas de Portugal, onde predominam as explorações de reduzida dimensão física e com fraca especialização, assumindo-se como alguns dos principais motivos para o abandono da atividade agrícola. Este abandono dos campos e dos trabalhos agrícolas refletem-se nas formas de ocupação dos territórios, de que se destaca o despovoamento e/ou os desequilíbrios na composição da população e ausência renovação geracional por via natural ou via da emigração por falta de alternativas profissionais. Por outro lado, a falta de alternativas profissionais no meio urbano e o apego à terra de alguns dos jovens, desencadeou nos últimos anos um fenómeno de reaproximação à agricultura de ativos jovens. Este movimento, que já possui algum peso em territórios rurais de baixa densidade como as Aldeias Históricas de Portugal, relaciona-se com a incursão de novos rurais e com a instalação de jovens agricultores em explorações agrícolas, evidenciado pelo número de apoios para a instalação na atividade agrícola através do apoio do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013²²³, sendo uma das prioridades do atual Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR2020). Na verdade, a prática da agricultura é uma realidade para 62,9% dos neo-rurais, a tempo inteiro ou parcial, respetivamente 22,2% e 40,7%, apresentando-se como 2.ª fonte de rendimento no orçamento familiar para 37,0% dos neo-rurais (Cf. Quadro 2 do Anexo 7).

²²³ No período de 2007-2014, foram apresentadas 14.147 candidaturas à ação 1.1.3., primeira instalação de jovens agricultores, destas foram aprovadas 8.581 candidaturas (73%), com um investimento de 1.079.004 milhões de euros, sendo de referir a desistência de 2.471 candidaturas (17%). Segundo o estudo “Jovens Agricultores do PRODER, alguns indicadores” (MAMAOT, 2013), o número ou melhor a evolução das candidaturas encontra-se fortemente relacionada com o aumento da taxa de desemprego dos jovens (grupo etário dos 25-34 anos de idade), mas também pela falta de oportunidades de emprego nas sub-regiões do interior, onde se concentram o maior número de jovens agricultores (100 a <250). A região Centro destaca-se como a segunda região com maior investimento financeiro, apenas ultrapassada pela região Norte.

Em 2009, a população agrícola familiar, formada pelo produtor agrícola singular e pelos membros do seu agregado, que trabalhavam ou não na exploração, era constituída por 2531 indivíduos, o que representava cerca de 23% da população residente no território das Aldeias Históricas de Portugal. De forma generalizada, assistiu-se entre 1999 e 2009, a um decréscimo em valores absolutos da população agrícola familiar (-1068) de forma generalidade nas Aldeias Históricas, o que se relaciona com a diminuição do número de explorações e com a idade avançada dos produtores agrícolas.

Os aspetos demográficos, como o envelhecimento dos produtores agrícolas, estão também fortemente associados ao abandono da SAU, assumindo particular peso em territórios como as Aldeias Históricas de Portugal. Em 2009, a idade média dos produtores agrícolas rondava os 65 anos, mais 5% do que no recenseamento agrícola de 1999, o que reflete de uma forma geral o envelhecimento do tecido produtivo da Região Centro e do país. Em contrapartida, as faixas etárias mais jovens perderam importância relativa, apenas um quarto dos indivíduos tem menos de 45 anos, apesar da maior quebra se registar no grupo dos 55-64 anos de idade (-3,14%). O número de produtores com menos de 24 anos era apenas de 1 num total de 1085 indivíduos, o que reflete a falta de interesse dos jovens pelas atividades agrícolas (Figura 35).

Figura 35 - Produtores agrícolas singulares por grupo etário (1989-2009), nas Aldeias Históricas, por freguesia



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Agrícolas (1989-2009), INE

O envelhecimento da população agrícola reflete-se também ao nível da instrução que é bastante deficitário. Em 2009, a maioria dos indivíduos apenas possuía o 1º ciclo do

ensino básico, persistindo um número considerável de indivíduos que não possuíam qualquer nível de instrução. No entanto, registaram-se melhorias significativas no período de recenseamento agrícola 1999-2009, por um lado, a taxa de analfabetismo baixou em todas as Aldeias Históricas, com exceção do Piódão e, por outro, registou-se um ligeiro crescimento de produtores com ensino secundário e ensino superior face ao ano de 1999 (INE, 1999; 2009). Obviamente que o nível de instrução está fortemente relacionado com idade da população ativa no território, sendo também por esse motivo que o setor agrícola apresenta um fraco nível de competitividade e sustentabilidade, tal como se constata pelas baixas habilitações nos níveis de instrução superiores.

A população agrícola que trabalha na exploração apenas o faz a tempo parcial, quer isto dizer que a atividade agrícola surge cada vez mais como um complemento ao rendimento familiar e/ou complementar a outras atividades exteriores à exploração agrícola, isto é, aumento da pluriatividade e do plurirrendimento nas explorações de pequena dimensão económica e que corresponde à designada agricultura familiar, mas que desempenha um papel fundamental na preservação da paisagem e proteção da natureza.

Em 2009, apenas os produtores agrícolas da Aldeia Histórica de Sortelha (80,9%) e de Castelo Novo (56,7%) declararam trabalhar na exploração agrícola a tempo completo, sendo a tempo parcial nas restantes Aldeias Históricas (menos de 50% do tempo de trabalho na exploração agrícola). É nas Aldeias Históricas que desempenham as funções administrativas de sede de concelho ou nos aglomerados próximos destas, exceção da Aldeia Histórica de Monsanto, que a atividade agrícola a tempo parcial assume menor proporção (>0-<25%), evidenciando-se as Aldeias Históricas de Almeida, Belmonte, Trancoso e Castelo Rodrigo. O maior tempo de atividade agrícola à tempo parcial regista-se nas Aldeias Históricas de Piódão, Marialva, Idanha-a-Velha e Linhares (75-<100%), conforme se verifica no Quadro 9.

Importa referir, no entanto, que entre 1999 e 2009, a mão-de-obra agrícola que trabalhava a tempo completo aumentou em mais de metade das Aldeias Históricas, um pouco na sequência do que aconteceu na Região Centro e Portugal. Este aumento poderá relacionar-se com a necessidade de reforçar o rendimento familiar face à fragilidade económica que o país atravessa desde 2000, o valor afetivo com a terra, a ausência de alternativas profissionais e alguma viabilidade económica, sendo também uma alternativa em caso de desemprego.

Quadro 9 - Tempo de atividade agrícola dos produtores singulares na exploração agrícola (2009), nas Aldeias Históricas, por freguesia

Unidade territorial	Tempo completo (%)		Tempo parcial (%)				Total
	1999	2009	> 0 - < 25%	25 - < 50%	50 - < 75%	75 - < 100%	
Almeida	11,36	24,18	48,35	14,29	9,89	3,3	75,83
Belmonte	34,08	11,65	29,13	25,24	13,11	20,87	88,35
Castelo Mendo	40,91	20,83	8,33	37,5	20,83	12,5	79,16
Castelo Novo	3,94	56,67	25,56	7,78	4,44	5,56	43,34
Castelo Rodrigo	17,24	20,69	44,83	20,69	10,34	3,45	79,31
Idanha-a-Velha	-	33,33	33,33	-	-	33,33	66,66
Linhares	3,13	18,92	10,81	10,81	27,03	32,43	81,08
Marialva	-	6,67	12	16	30,67	34,67	93,34
Monsanto	12,11	0,82	66,26	20,58	6,58	5,76	99,18
Piódão	31,58	7,14	-	7,14	21,43	64,29	92,86
Sortelha	4,17	80,85	3,19	8,51	7,45	-	19,15
Trancoso	10	15,24	26,09	25,93	21,38	11,36	84,76
Região Centro	14,09	20,47	27,9	20,9	13,8	16,94	79,54
Portugal	16,38	21,23	30,15	20,71	13,07	14,84	78,77

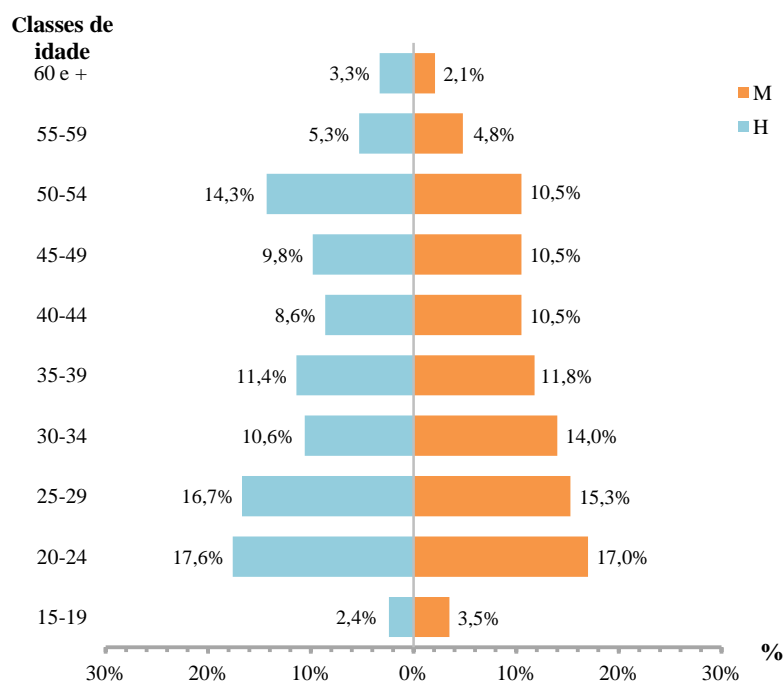
Fonte: Dados do Recenseamento Agrícola (2009), INE

1.4.1. O desemprego no território das Aldeias Históricas de Portugal

À semelhança do que sucede a nível nacional e regional, também o desemprego é uma realidade que atinge o território das Aldeias Históricas de Portugal, com implicações bastante negativas na dinâmica socioeconómica e no agravamento da coesão territorial.

No território das Aldeias Históricas de Portugal existiam em 2011, segundo os censos, 474 desempregados, o que corresponde a uma taxa de desemprego de 10,7% do total da população ativa (4429), valor ligeiramente inferior ao registado na Região Centro (10,98%) e no conjunto do país (13,2%) (INE, 2011).

Em termos de distribuição da taxa de desemprego por sexo, em 2011, verificou-se que à semelhança do contexto regional e nacional, também no território das Aldeias Históricas a taxa de desemprego atingiu ligeiramente mais as mulheres (10,97%) do que os homens (10,46%), apesar do número de população desempregada ser superior no caso dos homens (245 indivíduos), por oposição as mulheres (229), em números absolutos. Estes valores explicam-se pela população ativa ser superior nos homens (2343) face às mulheres (2087), o que acaba por influenciar a taxa de desemprego (Gráfico 36).

Figura 36 - Taxa de desemprego por idade e sexo (2011), nas Aldeias Históricas, por freguesia

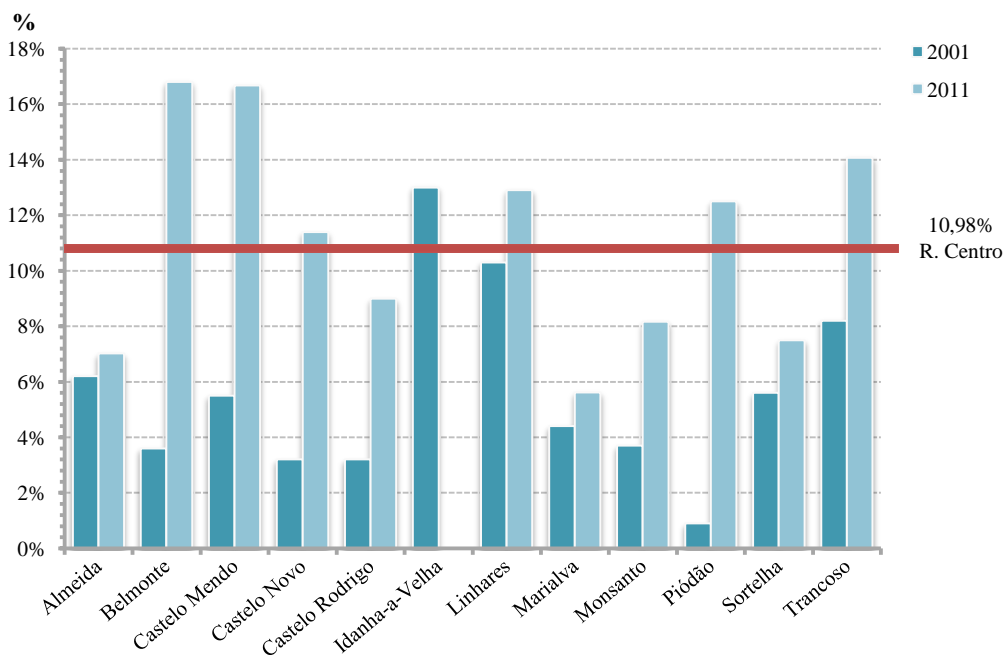
Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Recenseamentos Geral da População (2011), INE

A população ativa mais atingida pelo desemprego são os mais jovens, ou seja, os que têm idades compreendidas entre os 20 e 29 anos. Aliás, a taxa de desemprego jovem era de 21,6%, em 2011, sendo que o grupo etário dos 20 aos 24 anos atingia os 29,8% e 16,7% no grupo etário dos 25 aos 29 anos de idade, ultrapassando os valores registados nos restantes grupos etários. Nestes grupos etários a taxa de desemprego é mais alta nos homens do que nas mulheres, uma situação que se inverte nos grupos etários seguintes com uma maior incidência de desemprego nas mulheres (entre os 30 e 49 anos de idade). A taxa de desemprego regista um agravamento considerável entre os 50 e 54 anos de idade, na medida em que o desemprego atinge mais de 14% dos homens, o que não é de estranhar já que a idade é um obstáculo para a obtenção de um novo emprego, mas também desmotiva a procura de emprego em territórios como as Aldeias Históricas de Portugal (Figura 36). Quer isto dizer que não são apenas os jovens que têm cada vez mais dificuldades de arranjar emprego (entrada tardia dos jovens na vida ativa), mas também os mais velhos têm cada vez mais dificuldades em ingressar de novo no mercado de trabalho (saída forçada de trabalhadores na força de idade – envelhecimento profissional a rondar os 45 anos de idade, e em que começa a ganhar forma o desemprego de longa duração), daí que 74,3% dos desempregados encontram-se à procura de um novo emprego contra 25,7% dos desempregados à procura do 1º

emprego (INE, 2011). A taxa de desemprego mais baixa (4,0%) regista-se nos indivíduos com 60 ou mais anos (Cf. Figura 36).

No que respeita à desagregação da taxa de desemprego por Aldeia Histórica verifica-se alguma heterogeneidade, uma vez que metade das Aldeias Históricas registava em 2011, taxas superiores à média da Rede das Aldeias Históricas e da Região Centro (Figura 37). Em 2011, as Aldeias Históricas de Portugal que apresentavam as taxas de desemprego mais elevadas, com variações entre 11,4% e 16,8%, eram Belmonte (16,8%), Castelo Mendo (16,7%), Trancoso (14,1%), Linhares (12,9%), Piódão (12,5%) e Castelo Novo (11,4%), em alguns casos o desemprego atingiu valores superiores à média nacional (13,2%). Por outro lado, a Figura 37 revela que as taxas mais baixas concentram-se nas Aldeias Históricas de Marialva (5,6%), Almeida (7,0%), Sortelha (7,5%), Monsanto (8,2%) e Castelo Rodrigo (9,0%), todas inferiores à média da Rede das Aldeias Históricas de Portugal. De uma forma geral, verificou-se um agravamento considerável da taxa de desemprego na globalidade das Aldeias Históricas entre 2001 e 2011, passando de 5,7% em 2001, para 10,7% em 2011, um aumento de 4,5%, com a exceção da Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha que registou uma diminuição da taxa de desemprego ao não registar nenhum caso no ano de 2011.

Figura 37 - Taxa de desemprego nas Aldeias Históricas (2011), por freguesia



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001-2011), INE

Estes valores remetem para um aumento da precaridade que atinge o território nacional, bem como a generalidade das Aldeias Históricas de Portugal, já que 41,8% dos desempregados das Aldeias Históricas de Portugal revelaram que o seu principal meio de vida e/ou de subsistência consistia no apoio familiar, quer isto dizer que estes desempregados se encontravam a cargo da família. Outro dos principais meios de vida apontado pelos desempregados foi o rendimento proveniente do subsídio de desemprego (26,0%) (INE, 2011).

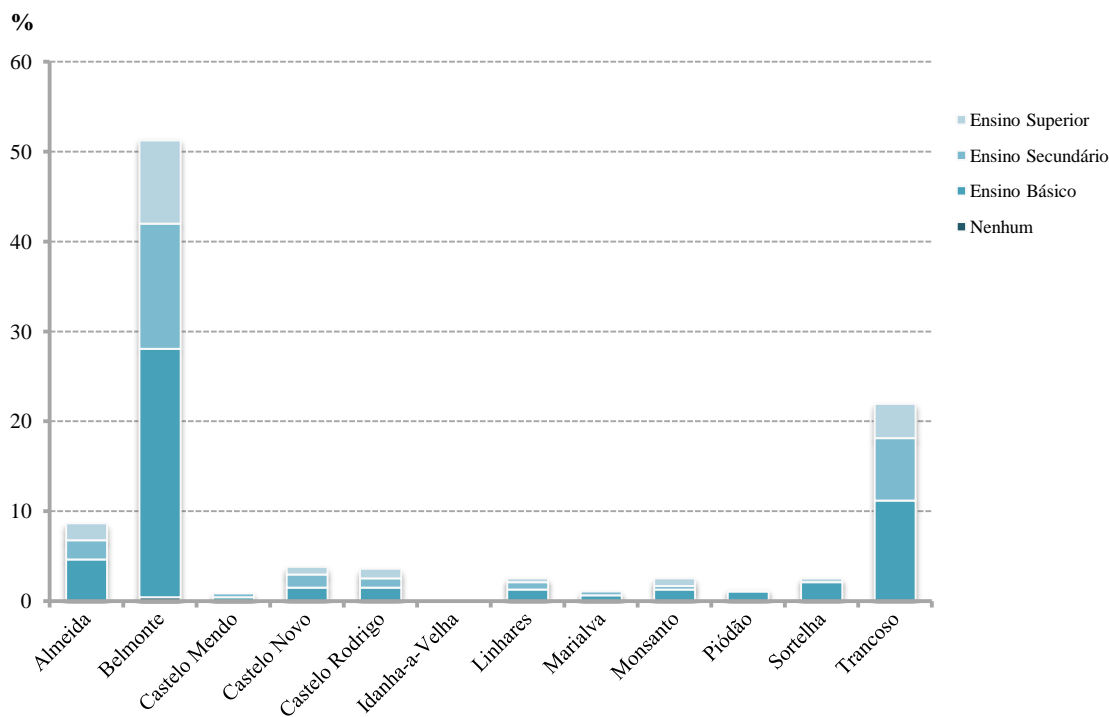
A Aldeia Histórica de Belmonte foi a que, no contexto da Rede, registou em 2011 os valores do apoio familiar mais elevados ao nível dos indivíduos desempregados (22,2%), mas também o maior número de indivíduos em que o seu meio de subsistência é o subsídio de desemprego (13,3%), o que não admira já que quase metade dos indivíduos desempregados se encontram nesta Aldeia Histórica (243) quer em termos absolutos quer em termos relativos. Aliás, é nos aglomerados com maior quantitativo populacional que se registou um maior número de indicadores de apoio aos desempregados, entre os quais se destaca Trancoso e Almeida (INE, 2011).

Para além destes indicadores, também o trabalho e o Rendimento Social de Inserção, assumem particular importância. Em 2011, cerca de 9,7% dos desempregados indicaram que os seus rendimentos foram provenientes do trabalho como principal meio de vida no último ano, um valor inferior ao que se regista na Região Centro (16,6%) e no país (15,7%). Por sua vez, o Rendimento Social de Inserção consistia o principal meio de vida para 8,2% dos desempregados do território das Aldeias Históricas de Portugal, um valor que ultrapassa substancialmente a média regional e nacional, respetivamente 4,8% e 6,7% (INE, 2011).

Um outro aspeto que importa analisar é o nível das habilitações literárias dos desempregados residentes nas Aldeias Históricas de Portugal, já que a escolaridade e qualificação profissional dos ativos são elementos estruturantes para a entrada e/ou inserção no mercado de trabalho. No território em estudo, verificou-se que, em 2011, cerca de 53,2% dos desempregados apenas possuía o ensino básico, com particular predomínio dos desempregados com o 3.º ciclo do ensino básico (22,6%), seguidos daqueles que possuíam o 1.º ciclo (19,4%) e o 2.º ciclo de estudos (11,2%). A taxa de desemprego está fortemente presente na população que possuía o ensino secundário e pós-secundário (27,9%). Por outro lado, o território também evidencia algumas dificuldades da estrutura produtiva em fixar a população mais qualificada, uma vez que

a população desempregada com o ensino superior era de 18,6%, sendo na sua maioria ativos com uma licenciatura (12,9%) (Figura 38).

Figura 38 - Desempregados segundo o nível de escolaridade completo (2011), nas Aldeias Históricas, por freguesia



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Recenseamentos Geral da População (2011), INE

Na Figura 38, podemos ainda observar que o desemprego afeta a generalidade das Aldeias Históricas de Portugal, com exceção de Idanha-a-Velha, sendo que o maior número de desempregados se encontram nos aglomerados com maior quantitativo populacional ativo, nomeadamente as Aldeias Históricas de Belmonte, Trancoso e Almeida, mas também é nestes que se registam as maiores diferenças entre o número de desempregados por habilitações literárias. Nos restantes aglomerados existe um maior equilíbrio dos desempregados por níveis de ensino, particularmente entre o ensino básico, ensino secundário e ensino superior, sendo que, dos desempregados residentes nas Aldeias Históricas de Castelo Mendo, Marialva e Piódão, nenhum possuía habilitações superiores. O maior número de desempregados com habilitações superiores residia nas Aldeias Históricas de Belmonte (9,3%), Trancoso (3,8%) e Almeida (1,9%), uma vez que concentram o maior quantitativo populacional em idade ativa. Neste território, o peso dos desempregados sem qualquer tipo de habilitação literária é muito baixo, apenas 0,4% dos desempregados residentes na Aldeia Histórica de Belmonte.

A partir dos dados apresentados, podemos afirmar que o território das Aldeias Históricas de Portugal apresenta um tecido económico produtivo fragmentado, à semelhança do que acontece na generalidade da Região Centro e na maioria do território nacional, resultante das alterações demográficas, da desvitalização territorial e dos baixos níveis de formação das populações, aos quais se associam a carência e/ou desmantelamento de equipamentos e serviços de proximidade e rede de transporte débil, provocando fortes desequilíbrios na coesão social e territorial.

Refira-se que a rede transportes é um elemento estruturante no desenvolvimento dos territórios, pois facilita a fixação de pessoas e empresas, mas também permite a articulação e mobilidade no espaço geográfico de visitantes, por exemplo²²⁴. Por isso mesmo, na próxima secção (secção 1.5.) apresentam-se as principais infraestruturas de acessibilidades e a rede de transportes existentes no território das Aldeias Históricas de Portugal.

1.5. Acessibilidades e transportes

As Aldeias Históricas de Portugal apresentam uma localização geográfica privilegiada, em termos regional, nacional e europeu. A sua centralidade e o seu posicionamento transfronteiriço constituem fatores estratégicos para o desenvolvimento regional e nacional através das infraestruturas de transportes e logísticas existentes no território.

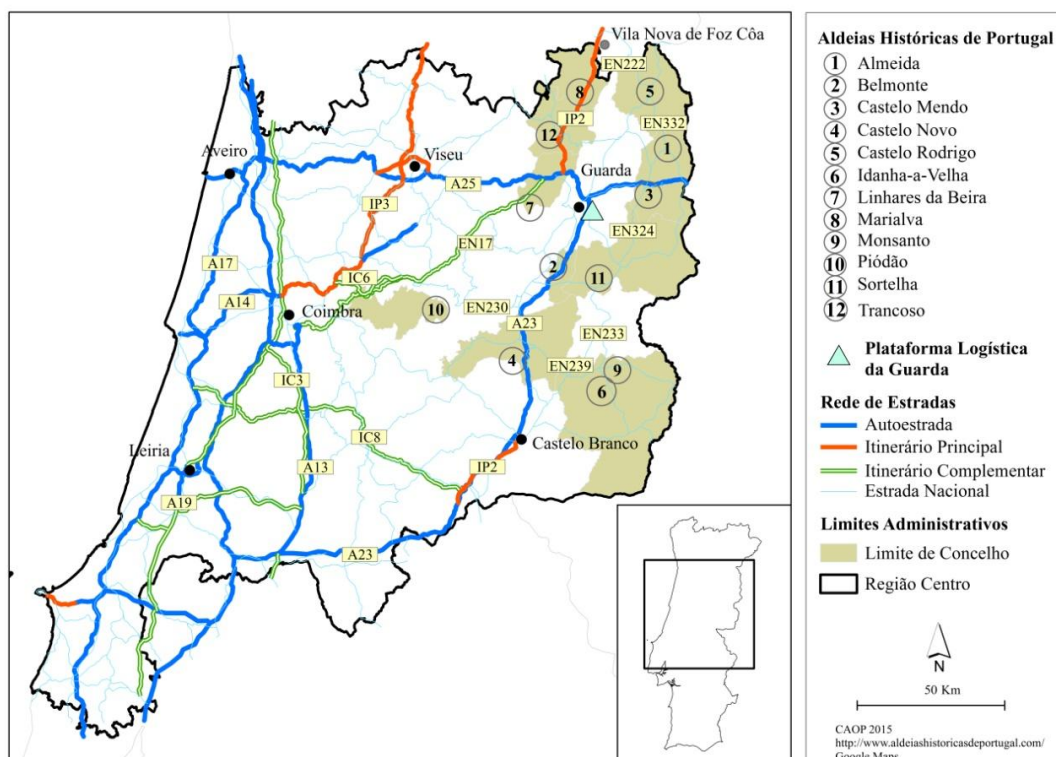
O território apresenta um conjunto infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e marítimas que servem de canais de circulação de bens e pessoas, entre o Norte e o Sul do país e deste com Espanha e/ou Europa, mas também de acesso às 12 Aldeias Históricas de Portugal.

Em matéria de acessibilidades rodoviárias, o território das Aldeias Históricas é servido por um razoável conjunto de autoestradas, itinerários principais e itinerários complementares que cruzam os principais centros urbanos, apesar de algumas fragilidades de circulação ao nível de acessibilidades ditas de “capilaridade”, o que se reflete também na insuficiente cobertura da rede de infraestruturas de transportes na generalidade do território.

²²⁴ Os transportes são uma das principais componentes para o funcionamento do sistema turístico, tal como foi apresentado nos modelos de conceptualização do sistema turístico, na Parte I, do capítulo 2, na secção 2.2..

Como se pode constatar na Figura 39, o território é servido por dois corredores rodoviários estruturantes, o Corredor do Interior e o Corredor Aveiro–Vilar Formoso, os quais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento e internacionalização da base económica regional e, inclusivamente, no acesso às doze Aldeias Históricas de Portugal, na ligação entre os principais sistemas urbanos da região com influência supra-distrital e destes com os principais portos da Região Centro e aeroporto de Lisboa e Porto.

Figura 39 - Rede Rodoviária da Região Centro e das Aldeias Históricas de Portugal



Fonte: Elaboração própria

O Corredor do Interior engloba essencialmente dois eixos rodoviários que atravessam longitudinalmente o território ao longo da faixa raiana, a autoestrada da Beira Interior (A23) que liga Guarda a Torres Novas (rodovia estruturante para o território uma vez que assegura a ligação com a área metropolitana de Lisboa) e o itinerário principal IP2, que estabelece conectividade com o interior da Região Norte (ligação entre Bragança e Faro). Este corredor desempenha funções estruturantes na consolidação do arco urbano do Centro Interior, desempenhando também um importante papel enquanto eixo de internacionalização para os territórios a Sul da Região Centro, particularmente para a área metropolitana de Lisboa. Para além destas funções estruturantes, a A23, assegura o

acesso fácil às Aldeias Históricas de Castelo Novo e Belmonte, localizadas nas proximidades deste eixo viário, mas também é via estruturante no acesso às Aldeias Históricas de Idanha-a-Velha, Monsanto e Sortelha, utilizando as Estradas Nacionais N233, N239, N332 e a N18-3, no caso de Sortelha.

O Corredor Aveiro – Vilar Formoso corresponde ao principal eixo terrestre de ligação externa do país com Espanha e para o resto do Espaço Europeu, a autoestrada das Beiras Litoral e Alta – A25, tendo também um papel estruturante na região uma vez que assegura a ligação entre interior-litoral e no apoio aos subsistemas urbanos polarizados como Viseu e Guarda. Em 2009, segundo um relatório do Observatório Transfronteiriço Espanha/Portugal, a ligação fronteiriça com maior tráfego médio diário de veículos pesados de mercadorias foi a de Vilar Formoso – Fuentes de Oñoro, com uma média de 2.925 veículos por dia²²⁵ (OTEP, 2011). Ainda segundo o mesmo relatório, em 2009, esta ligação fronteiriça registou um tráfego médio diário de 5.937 veículos ligeiros de passageiros, funcionando também como porta de entrada de fluxos turísticos oriundos de Espanha e de toda a Europa.

Este corredor, que corresponde à A25, permite o acesso às Aldeias Históricas de Linhares da Beira (N17 e EM533), Trancoso (IP2 e EN226), Marialva (IP2, EN102 e EN324), Castelo Mendo (EN324), Almeida (EN324 e EN340) e Castelo Rodrigo (EN324, EN240 e EN332), cabendo aos itinerários secundários assegurar a ligação ao território.

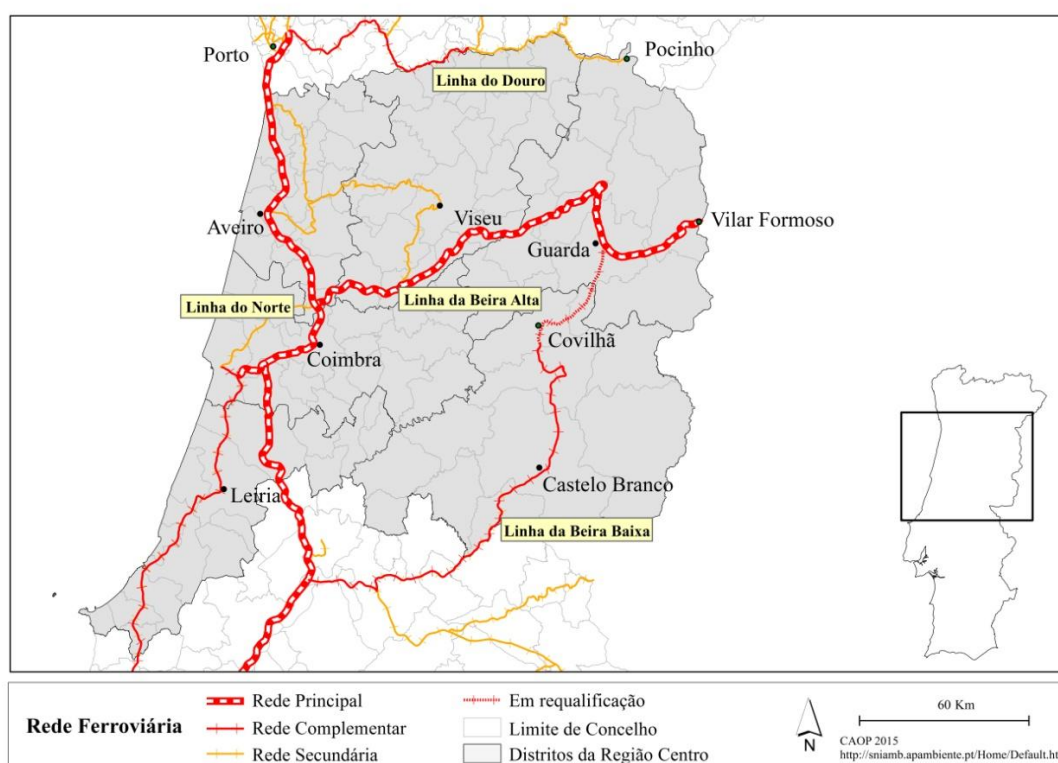
Em termos de rede viária principal, o território também é servido pelo Itinerário Principal – IP3 (ligação entre Viseu e Coimbra) e o Itinerário Complementar – IC6 (ligação entre o IP3 e a EN 17 – Oliveira do Mondego e Estrada da Beira), os quais permitem o acesso à Aldeia Histórica do Piódão onde a cobertura da rede rodoviária é mais reduzida em relação aos anteriores corredores que permitem uma ligação mais rápida às restantes Aldeias Históricas (Cf. Figura 39). Por outro lado, interessa realçar que a cobertura rodoviária envolve ainda um conjunto de estradas secundárias e regionais, as quais asseguram a acessibilidade inter-regional, intra-concelhia e inter-local entre as Aldeias Históricas de Portugal. Note-se, no entanto, que a generalidade

²²⁵ O Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (2014-2020) contempla a realização do último troço rodoviário do IP5, de 3,5Km, entre Vilar Formoso e a fronteira espanhola (integrado no Corredor internacional norte da RTE-T), tendo como objetivo aumentar a circulação de bens e serviços e de pessoas, mas também retirar o tráfego rodoviário da zona urbana de Vilar Formoso, permitindo ligação da rede rodoviária nacional à rede europeia através da A-62 (Autovia de Castilla).

destes acessos locais e intra-regionais carecem de requalificação, de forma a melhorar a mobilidade e a conetividade dos fluxos turísticos entre os nós do sistema turístico.

Quanto às infraestruturas ferroviárias, verificam-se algumas deficiências estruturais no território em estudo, designadamente: ausência de ligação entre Covilhã e Guarda²²⁶ (Linha da Beira Baixa), falta de ligação da Cova da Beira com o Norte do país, dificuldades de ligação externas do território e fracas ligações às estações ferroviárias e/ou falta de interfaces com a rodovia, em contraste com as zonas do litoral da região Centro (Figura 40).

Figura 40 - Rede ferroviária da Região Centro



Fonte: Elaboração própria

Em termos de cobertura de rede ferroviária o território das Aldeias Históricas de Portugal beneficia da Linha da Beira Alta com ligação à Linha do Norte (Figura 40), aliás, destaca-se como a mais importante ligação ferroviária transfronteiriça (Vilar Formoso – Fuentes de Oñoro)²²⁷. Esta ligação ferroviária permite o acesso às Aldeias

²²⁶ Em 2009 foi suspensa a circulação entre o troço Covilhã – Guarda para modernização da linha, mas os trabalhos foram interrompidos pela crise económica e financeira, pelo que à data apenas um troço de 10 Km foi requalificado entre Caria e Belmonte, num investimento de 7,5 milhões de euros e que paradoxalmente está ao abandono.

²²⁷ A Linha da Beira Alta integra o *Atlantic Corridor*, originalmente designado como Corredor Ferroviário de Mercadorias, isto é, uma plataforma que visa privilegiar a rentabilização da infraestrutura

Históricas de Linhares, Trancoso, Marialva, Castelo Mendo e Almeida. A linha da Beira Baixa, troço Castelo Branco – Covilhã, permite o acesso às Aldeias Históricas de Castelo Novo e Belmonte, mas sempre com recurso aos transportes rodoviários (individuais ou coletivos) já que não existe ligação ferroviária direta para nenhuma das Aldeias Históricas de Portugal. Por outro lado, importa destacar a Linha do Douro (Região Norte) enquanto infraestrutura de intermediação entre as Aldeias Históricas de Castelo Rodrigo e Marialva e a área metropolitana do Porto, mas também como eixo estruturante na captação de novos fluxos turísticos que optam pelo destino turístico do Douro.

Ao nível do território das Aldeias Históricas de Portugal, importa concluir importantes infraestruturas ferroviárias, contempladas no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+) para o horizonte temporal de 2014-2020. No setor ferroviário, é fundamental a conclusão do projeto de modernização da Linha da Beira Baixa, entre Covilhã e Guarda – Linha da Beira Alta (Figura 40), o que permitirá o estabelecimento e aumento da capacidade de ligação à fronteira de Vilar Formoso/Europa, o descongestionamento da Linha da Beira Alta e Linha do Norte, como possibilitará também uma ligação direta entre Guarda e Lisboa (Linha da Beira Baixa); a requalificação da Linha da Beira Alta para o transporte de mercadorias e consolidação do corredor internacional norte Aveiro – Vilar Formoso²²⁸, a construção do ramal de ligação entre a Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial da Guarda (PLIE) e a Linha da Beira Alta/Linha da Beira Baixa; e conclusão da requalificação da Linha do Douro e reativação do troço Pocinho-Barca d’Alva para fins turísticos.

A captação de novos fluxos turísticos passa também pela utilização do rio Douro enquanto via navegável, aproveitando as ligações entre a Foz, no Porto, e Barca d’Alva, num percurso de 201,5Km. Nos últimos anos, o fluxo de tráfego fluvial revela um

ferroviária existente, mas também de coordenação dos investimentos na infraestrutura ferroviária em Portugal, Espanha, França e Alemanha, numa perspetiva de aumentar a competitividade do transporte ferroviário de mercadorias.

²²⁸ Este é um dos corredores que integra o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e a Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T), que pretende ligar cada um dos 28 Estados Membros entre si, aos países vizinhos e ao resto do mundo. Aliás, é um dos projetos aprovados pela Comissão Europeia (2016) para impulsionar o emprego e o crescimento no quadro do Mecanismo Interligar a Europa e do Plano de Investimento para a Europa (consultar listagem de projetos em <http://ec.europa.eu/transport/themes/infrastructure/ten-t-guidelines/project-funding/doc/cef/2015-cef-selected-proposals.pdf>).

crescimento do segmento dos cruzeiros²²⁹ e passeios turísticos, beneficiando toda a Região Demarcada do Douro (a mais antiga região demarcada do mundo) como é o caso da Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo²³⁰ através de programas específicos de 6 e 7 noites em barcos hotéis. Note-se que a deslocação num determinado meio de transporte como, por exemplo, um barco cruzeiro ou um comboio, constitui per si uma atração turística.

Relativamente à via fluvial do Douro importa referir que foi recentemente aprovado pela Comissão Europeia, no setor dos transportes, um projeto de modernização da via navegável do Douro 2020²³¹, serviços de informação fluvial, no sentido de potenciar o Corredor do Interior (ME, 2014), tornando-se num incentivo para o surgimento de novas atividades relacionadas com a navegação (transporte turístico e de mercadorias), mas também de desenvolvimento regional para as áreas adjacentes ao Douro.

No que respeita às ligações aéreas, a situação é hoje mais favorável do que no passado, face aos investimentos rodoviários realizados, no entanto, os dois principais aeroportos nacionais encontram-se localizados fora da Região Centro, em que a distância entre as Aldeias Históricas e o aeroporto mais próximo dista pelo menos 200Km. O aeroporto Francisco Sá Carneiro, no Porto, assume-se como a opção mais viável para a maioria das Aldeias Históricas de Portugal (Linhares, Piódão, Trancoso, Marialva, Castelo Rodrigo, Castelo Mendo, Belmonte, Almeida e Sortelha), as quais distam entre 200 e 260Km, com variações de 2h00 a 2h40m. O aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa, destaca-se como a melhor alternativa para as Aldeias Históricas de Castelo Novo, Idanha-a-Velha e Monsanto localizadas a Sul do território, com distâncias entre os 246 e 269 Km (entre 2h10 m e 2h40m). É importante sublinhar que o aeroporto mais próximo das Aldeias Históricas de Almeida, Castelo Mendo e Castelo Rodrigo é o aeroporto de Salamanca (Espanha), dista entre 150 e 168 Km e com variações de 1h40m e 2h. Torna-se, deste modo, evidente que as acessibilidades são um fator estruturante para a

²²⁹ Na atualidade, operam no Douro cerca de 52 barcos turísticos com capacidades entre 20 e 350 passageiros, desde cruzeiros de curta duração (Seis Pontes de Porto e Gaia ou do Porto Património Mundial) até cruzeiro semanal em barco-hotel (Porto-Régua, Porto-Pinhão, Porto-Barca d'Alva).

²³⁰ Em 2016, registou cerca de 64.417 visitantes, dos quais 36.851 eram visitantes estrangeiros e 29.496 visitantes portugueses, o que comparativamente a 2005 se traduziu num aumento de 30.000 de visitantes de origem estrangeira (em 2005 o número de visitantes estrangeiros era de 6.831 num total de 34.879 visitantes).

²³¹ O projeto *Douro's Inland Waterway 2020* é um projeto aprovado pela Comissão Europeia (2016), para aumentar a navegabilidade no Douro, quer do transporte de mercadorias quer de passageiros (período diurno e noturno). Trata-se de um investimento estruturante para os objetivos europeus de transportes para 2020, já que é a única via navegável da Península Ibérica.

dinamização da procura turística no território, aliás é uma das principais mudanças que se está a operar no setor do turismo.

As novas tendências no setor dos transportes têm provocado alterações nos hábitos de consumo e nos comportamentos dos turistas, o que se reflete no aparecimento constante de novos destinos turísticos devido ao desenvolvimento das acessibilidades e das soluções de transporte e no surgimento de novos mercados de visitantes (TP, 2015b).

Neste sentido, torna-se estruturante a continuidade no investimento de infraestruturas de transporte realizado nas últimas décadas, principalmente no setor rodoviário, e aumentar o investimento no setor ferroviário no território nacional. Apesar da contemplação da generalidade destes investimentos no anterior Quadro Comunitário (2007-2013), no Plano Regional do Ordenamento do Território do Centro (PROT-Centro) (CCDRC, 2011), a verdade é que isso não se verificou pela conjuntura socioeconómica e financeira do país e das reformas do Programa de Assistência Económica e Financeira externa nos últimos anos, mas também pela forte dependência de fundos públicos comunitários e pela falta de alocação de recursos públicos nacionais em investimentos considerados prioritários para a competitividade territorial. A ausência destes investimentos estruturantes aumentou o isolamento e esvaziamento populacional de áreas do interior da Região Centro, como o território das Aldeias Históricas de Portugal, tal como se verificou nos indicadores demográficos e económicos anteriormente apresentados.

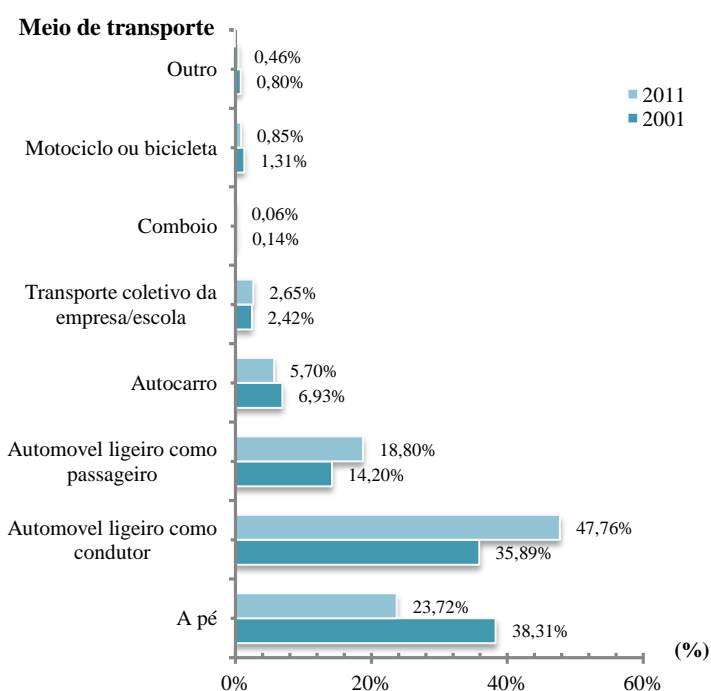
A realização destes investimentos estruturantes é um dos principais fatores estratégicos para a competitividade económica, redução de assimetrias e consolidação da coesão territorial da Região Centro, na medida em que, permitirá um aumento das ligações entre os principais corredores nacionais (ligação norte-sul e litoral-interior do país), e internacionais, de ligação à Espanha, situação que possibilitará a dinamização de serviços e estruturas de logística, designadas como estruturantes para a atração de investimento e reforçará a competitividade do território em estudo, para além de melhorar e aumentar os movimentos pendulares entre os espaços urbanos e rurais.

Assinala-se, contudo, que apesar das melhorias registadas ao nível da mobilidade aos principais centros urbanos da Região Centro e do tempo de acesso à rede viária principal o território revela ainda fragilidades de acesso da rede secundária com os principais eixos rodoviários e ferroviários, refletida na inexistência ou fraca rede de

transportes capaz de fomentar uma articulação inter-regional. A verdade é que algumas das Aldeias Históricas sofrem, na atualidade, de um substancial distanciamento (distância física e distância tempo) aos principais centros de desenvolvimento económico regionais e nacionais, não sendo igualmente assegurada uma boa articulação inter-concelhia e entre as Aldeias Históricas que permita a mobilidade das populações no acesso a bens e serviços normalmente localizados nas sedes de concelho (Cf. Figura 3 do Anexo 8) nem o desenvolvimento de sinergias locais capazes de fomentar o desenvolvimento de atividades como o turismo, por exemplo.

De uma forma geral, constata-se uma evolução nas deslocações pendulares no território das Aldeias Históricas de Portugal entre 2001 e 2011, sendo de destacar um aumento de 16,5% na utilização de automóvel como meio de transporte (Figura 41). Em 2011, o automóvel era o meio de transporte utilizado por cerca de 66,6% da população das Aldeias Históricas, o que se poderá justificar pelo aumento do poder de compra e o consequente aumento das possibilidades de mobilidade individual por via de aquisição de viatura própria, para além da progressiva integração da mulher no mercado de trabalho. As Aldeias Históricas que registam o maior número de deslocações são os aglomerados com maior número de população ativa, sendo geralmente realizadas em automóvel ligeiro.

Figura 41 - Meio de transporte utilizado pelas populações das Aldeias Históricas nos movimentos pendulares, em 2001 e 2011, por freguesia



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001-2011), INE

No que diz respeito à utilização dos transportes coletivos verifica-se uma diminuição da população que utiliza o autocarro e o comboio, entre 2001 e 2011. O recurso ao autocarro para deslocações pendulares passou de 6,9% em 2001 para 6,0% em 2011, o que se relaciona com o aumento de deslocações por automóvel próprio e supressão de algumas carreiras públicas, abrangendo apenas algumas das Aldeias Históricas de Portugal (INE, 2011). Este último argumento, explica o ligeiro acréscimo de população que utiliza o transporte coletivo que se destina ao transporte de alunos entre as Aldeias Históricas e as sedes de concelho (agrupamentos de escolas), apesar dos constrangimentos de horários (de manhã e ao final do dia) e período de funcionamento apenas nos períodos escolares. É uma situação preocupante que requer uma avaliação da rede de transportes públicos ou realização de serviços de proximidade que levem os serviços e equipamentos às populações, pois a maioria da população deste território é constituída por pessoas idosas com grandes necessidades de aceder aos cuidados de saúde (Cf. Figura 3 do Anexo 8). A alternativa é a utilização de serviços de táxi disponível na maioria das Aldeias Históricas de Portugal, exceto nas Aldeias Históricas de Castelo Novo, Castelo Rodrigo e Idanha-a-Velha, uma alternativa que apesar dos custos associados deste meio de transporte permite responder às necessidades da população, particularmente dos idosos.

O maior peso dos transportes públicos rodoviários regista-se nas Aldeias Históricas de Belmonte e Trancoso (INE, 2011), dado que são servidas por serviços regulares de transporte coletivo com ligação à Rede Nacional de Expressos. Por outro lado, há que destacar a utilização deste meio de transporte nas deslocações pendulares na Aldeia Histórica de Monsanto (INE, 2011), no âmbito da iniciativa cartão Raiano +65, uma rede de transporte coletivo que beneficia toda a população do município de Idanha-a-Nova com mais de 65 anos de idade, reformados por invalidez ou pessoas com deficiência, permitindo assim a mobilidade da população idosa no acesso a bens e serviços localizados na sede de concelho (em média uma vez por semana). Recentemente, o município de Trancoso, desenvolveu em parceria com o operador Transdev, outra solução integrada de mobilidade para as localidades mais afastadas e com défice de oferta de transportes públicos. Este sistema de transporte rodoviário inclui ainda percursos urbanos na periferia e centro da Aldeia Histórica de Trancoso mediante um pagamento simbólico.

Importa realçar que as melhorias verificadas na rede de infraestruturas rodoviárias nos últimos anos, contribuíram para a diminuição dos tempos de deslocação para o exterior, tal como evidenciamos anteriormente, mas também no interior do território das Aldeias Históricas de Portugal os tempos de acesso diminuíram. A maioria da população das Aldeias Históricas de Portugal, 75,2%, demora até cerca de 15 minutos nas deslocações pendulares e 16,8%, demora entre 16 e 30 minutos, aliás, regista-se uma diminuição dos tempos de deslocação pendular no território, com exceção de um ligeiro acréscimo da população que demora mais de 90 minutos (1,3%) (INE, 2011).

Deste modo, configura-se como estruturante a consolidação das infraestruturas intra-regionais (rodoviárias e ferroviárias), as quais desempenham um papel fundamental na competitividade territorial e na atratividade empresarial; melhoria da articulação e reestruturação de infraestruturas rodoviárias locais, reforçando assim a conectividade aos principais eixos rodoviários e ferroviários; e reorganização da rede de transportes públicos de âmbito sub-regional e local no sentido de aumentar a área de cobertura e maior eficiência na satisfação das necessidades de mobilidade da população com horários mais flexíveis ao público-alvo, mas também aumentar a mobilidade dos visitantes ao território das Aldeias Históricas de Portugal e os acessos ao património nem sempre acessível ou valorizado, motivos pelos quais os transportes são considerados um dos elementos da oferta turística²³².

1.6. Património natural e paisagístico e recursos hídricos

À semelhança da restante Região Centro também o território das Aldeias Históricas de Portugal é espaço de destaque pelo vasto e diversificado património natural, paisagístico e ambiental, razão pela qual uma parte deste património beneficia do estatuto de proteção de *habitats* naturais da fauna e da flora selvagens (Cf. Figura 42), por via da criação de um conjunto de Sítios de Interesse Comunitário (SIC), designados como Zonas Especiais de Conservação (ZEC)²³³, para posterior definição de uma rede

²³² O subsistema dos transportes é objeto de análise na Parte I, capítulo 2, na secção 2.2..

²³³ A criação de uma ZEC pressupõe a prévia elaboração e aprovação de uma lista nacional de sítios (prevista no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de agosto), a qual foi consubstanciada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto, conjuntamente com a alteração imposta pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2004 de 30 de setembro, que aprovam a 1.ª fase da lista nacional de Sítios, tendo como objetivo dar resposta à ameaça de extinção de determinadas espécies e à degradação de *habitats* e paisagens. Este quadro legal foi posteriormente retificado com a publicação da

ecológica europeia de zonas especiais de conservação, a Rede Natura 2000, que englobará as ZEC e as Zonas de Proteção Especial (ZPE).

Nas últimas três décadas, o Estado português tem exercido em articulação com os compromissos internacionais e com a estratégia europeia um papel estruturante em matéria de política de ambiente, com a produção de legislação e instrumentos específicos sobre a conservação da natureza e da biodiversidade. Um desses instrumentos foi a elaboração da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)²³⁴, da qual resultou a criação da Rede Fundamental da Conservação da Natureza (RFCN). Esta Rede é materializada pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho²³⁵, sendo constituída pelo: (i) Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC); (ii) áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN); (iii) Reserva Agrícola Nacional (RAN); (iv) e o domínio público hídrico (DPH). Por sua vez, o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, é composto pela Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), pelas áreas classificadas que integram a Rede Natura 2000 e as demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro (alteração e republicação do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho)²³⁶, devem ser classificadas como áreas protegidas as áreas terrestres que pelo seu grande valor ecológico, científico, social ou cénico, exijam medidas especiais de conservação e de gestão, promovendo assim uma gestão racional dos recursos naturais e valorizando o património natural e cultural. O valor da fauna, flora, paisagem, ecossistemas ou outras ocorrências naturais destas áreas faz com que as áreas protegidas representem importantes nós do sistema turístico. Estas áreas protegidas podem ser de âmbito nacional, regional ou local, mediante os interesses que procuram salvaguardar, tal como podem ser do domínio público ou privado.

Atualmente, as áreas protegidas que integram a Rede Nacional de Áreas Protegidas classificam-se segundo cinco tipologias²³⁷, a saber: Parque Nacional, Parque Natural,

2.^a fase nacional de Sítios pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, pois a representatividade dos valores naturais não estava completamente assegurada.

²³⁴ Esta estratégia adotada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro, resulta da Lei n.º 11/87, de 7 de abril, que define as bases da política de ambiente.

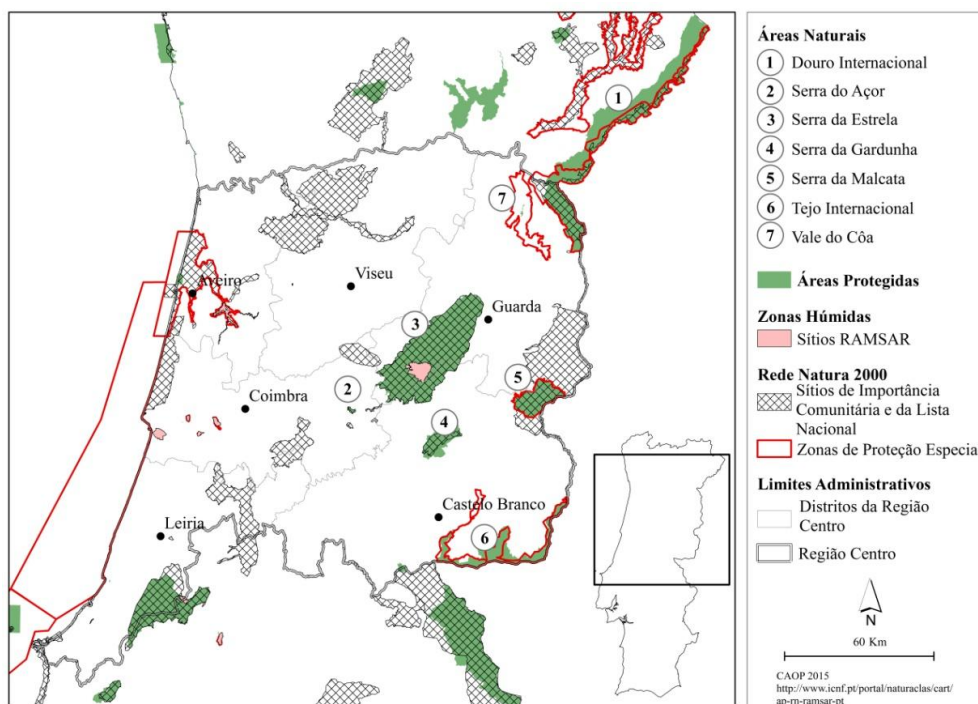
²³⁵ Este Decreto-Lei revoga os Decretos-Leis n.os 264/79, de 1 de agosto e 19/93, de 23 de janeiro.

²³⁶ Este Decreto-Lei revoga os Decretos-Leis n.os 264/79, de 1 de agosto e 19/93, de 23 de janeiro.

²³⁷ Classificadas ao abrigo do disposto no Decreto-lei n.º 142/2008, de 24 de julho, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade.

Reserva Natural, Paisagem Protegida e Monumento Nacional. De entre as áreas classificadas no território das Aldeias Históricas de Portugal, na Região Centro²³⁸, importa destacar os Parques Naturais²³⁹ da Serra da Estrela, do Douro e do Tejo Internacional, a Reserva Natural da Serra da Malcata, a Paisagem Protegida da Serra do Açor, a Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha e a área Protegida Privada Faia Brava, áreas protegidas que visam a conservação da natureza e da biodiversidade dos ecossistemas naturais ou seminaturais (Figura 42).

Figura 42 - Áreas classificadas da Região Centro



Fonte: Elaboração própria

O Parque Natural do Douro Internacional (PNDI)²⁴⁰ é uma área protegida com 87.000 hectares, numa extensão de mais de 100 Km ao longo do rio Douro. A paisagem desta área protegida é marcada pelo enclave orográfico do rio Douro e seu afluente, rio Águeda, fronteira natural entre Portugal e Espanha. O vale do Douro apresenta características únicas em termos geológicos e climáticos (um clima mediterrânico, seco

²³⁸ As áreas classificadas da Região Centro ocupam no seu todo uma área de cerca de 16% do território regional.

²³⁹ O n.º1, artigo n.º7, do Decreto-Lei n.º19/93, define parque natural como “uma área que se caracteriza por conter paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse nacional, sendo exemplo de integração harmoniosa da atividade humana e da Natureza e que apresenta amostras de um bioma ou região natural”.

²⁴⁰ Criado através do Decreto-Regulamentar n.º8/98, de 11 de maio. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto, constituiu o Sítio “Douro Internacional”, incluído na Lista Nacional de Sítios, no âmbito da Diretiva Habitats 92/43/CEE, devido essencialmente à avifauna.

e quente) o que condiciona as comunidades florística e faunística, particularmente a avifauna e a própria atividade agrária com o predomínio para as culturas mediterrânicas (amendoais, olivais e vinhedos cultivados em socalcos) e criação de gado bovino e rebanhos de caprinos e ovinos (Alves, Monteiro, Ferreira, Dias, Brilha e Pereira, 2004; Monteiro e Henriques, 2006; Pereira, Pereira e Alves, 2009). O coberto vegetal duriense é marcado pela presença de alguns sobreiros (*Quercus suber*), os carvalhos cerquinhos (*Quercus faginea*), o oxicedro (*Juniperus oxycedrus*), a azinheira (*Quercus ilex*) e pequenos arbustos como a zelha (*Acer monspessulanum*) e a cornalheira (*Pistacia terebinthus*) (Graça e Santo, 2000a).

Por outro lado, o clima mediterrânico e as arribas desta área protegida acabam por ser o *habitat* preferencial de uma diversidade apreciável de aves selvagens como a águia-de-bonelli (*Hieraetus fasciatus*), a águia-real (*Aquila chrysaetos*), a gralha-de-bico-vermelho (*Pyrrhocorax pyrrhocorax*), o milhafre-real (*Milvus milvus*), o chasco-preto (*Oenanthe leucura*), a cegonha-preta (*Ciconia nigra*) e o falcão-peregrino (*Falco peregrinus*), entre outros (TP, 2012), razão pela qual o “Douro Internacional e Vale do rio de Águeda” foram classificados como Zona Especial para Aves Selvagens, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro, integrando a Rede Natura 2000.

Na bacia hidrográfica do Douro é importante destacar a albufeira da barragem de Santa Maria de Aguiar (concelho de Figueira de Castelo Rodrigo), situada na parte sul do Parque, considerada como a zona mais húmida da Beira Alta para a observação de aves aquáticas como o mergulhão-de-crista (*Podiceps cristatus*), pato-real (*Anas platyrhynchos*), corvo-marinho-de-faces-brancas (*Phalacrocorax carbo*) e o maçarico-das-rochas (*Actitis hypoleucos*), sendo um dos locais da Zona de Proteção Especial do Douro com potencial, ainda inexplorado, em termos de observação de aves (*birdwatching*).

O Parque é também *habitat* para diversos mamíferos, como o lobo (*Canis lupus*), o morcego-de-ferradura-mediterrânico (*Rhinolophus euryale*), o javali (*Sus scrofa*), o morcego-rato-pequeno (*Myotis blythii*), o morcego-de-peluche (*Miniopterus schreibersii*), o gato-bravo (*Felis silvestres*), entre outros (Monteiro e Henriques, 2001).

A proximidade geográfica das Aldeias Históricas de Castelo Rodrigo e Almeida com o Parque Natural do Douro Internacional pode representar uma oportunidade para a valorização deste património desaproveitado em termos turísticos, isto porque o turismo

de natureza, os circuitos turísticos (*touring*) e o turismo ornitológico não estão a ser devidamente valorizados pela oferta turística existente no território, pois não beneficiam de grande protagonismo no seio da informação turística, não estão devidamente sinalizados, nem existem espaços para observação e de interpretação.

Outra das áreas protegidas com impacte no território em estudo é o Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE)²⁴¹. Este Sítio de Importância Comunitária (Cf. Figura 42) apresenta-se como o mais emblemático Parque Natural português e abrange todo o maciço granítico da Serra da Estrela e algumas áreas limítrofes, numa área de 101.000 hectares, no Centro-Este de Portugal Continental, mais precisamente no extremo ocidental da Cordilheira Central da Península Ibérica (formado também pelas serras do Açor e da Lousã), tendo como limites os concelhos de Celorico da Beira (Linhares é a única Aldeia Histórica de Portugal que está integrada numa área protegida, localiza-se numa das faldas da Serra da Estrela), Guarda, Gouveia, Seia, Manteigas e Covilhã, envolvendo a norte, o distrito da Guarda e, a sul, o distrito de Castelo Branco. O Parque Natural destaca-se como a maior área protegida e cadeia montanhosa do continente português, atingindo os 1993 metros de altitude, onde subsistem diversas espécies e formações vegetais endémicas de importância nacional (Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de julho).

A extensa área do Parque Natural reúne uma diversidade de espécies de fauna e flora exclusivamente estrelenses, resultante da conjugação de diversas regiões biogeográficas²⁴² mas também associados à altitude e precipitação elevada – clima frio e chuvoso. O Sítio da Serra da Estrela é a zona protegida que reúne o maior número de massas de água, planalto superior da Serra da Estrela (CF. Figura 42) e troço superior do rio Zêzere²⁴³, quer isto dizer que são na sua maioria massas de água de rios ou águas superficiais.

É precisamente nas zonas húmidas que predominam alguns dos endemismos e espécies raras como os cervunais permanentes, prados de altitude (*habitats* classificados de

²⁴¹ Classificado como primeiro Parque Natural em Portugal ao abrigo do Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de julho, e posteriormente reclassificado pelo Decreto Regulamentar n.º50/98 de 20 de novembro.

²⁴² A Serra da Estrela enquadra-se nas unidades biogeográficas da Região Mediterrânea, Reino Holártico, Subregião Mediterrânea Ocidental, Província Iberoatlântica, Subprovíncia Carpetano-Leonesa, sector Estrelense.

²⁴³ Esta zona húmida integrou a lista de Sítios RAMSAR em Portugal, em 2005.

interesse comunitário prioritário)²⁴⁴, dominados pela gramínea *Cervum Nardus stricta* L., onde ocorre uma importante flora endémica (*Festuca henriquesii*, *Leontodon pyreanaicus*, *Alchemilla transiens*, por exemplo), os povoamentos de zimbro (*Juniperus communis* subsp. *Hemisphaerica* e *Juniperus communis* L. subsp. *Alpina*), os piornos (*Cytisus oromediterraneus*), as turfeiras (subespécies exclusivas da Serra da Estrela) e os urzais higrofilos todos adaptados ao frio, a solos pobres e ácidos, muitas vezes húmidos e até encharcados. As lagoas e charcas permanentes, igualmente exclusivas, são locais de observação da flora de distribuição restrita, como é o caso da relíquia glacial *Sparganium angustifolium* (Coelho, Formigo e Fonte, 2012). Por sua vez, nos vales férteis da serra desenvolvem-se condições microclimáticas que possibilitam uma maior variedade de vegetação e de utilização agrícola (Graça e Santo, 2000a).

Neste Parque é de referir, ainda, a presença de árvores como o carvalho-negral, o carvalho-roble, o pinheiro bravo, o castanheiro e a azinheira. Alguns autores defendem que se a intervenção humana direta e indireta deixasse de ocorrer no planalto central, assistir-se-ia à reconstituição natural de um povoamento florestal com algumas destas espécies, tal como aconteceu no passado junto à Lagoa Comprida (Daveau, 1988), mas destruído pelas sucessivas séries de incêndios que atinge esta região todos os anos.

No que diz respeito à fauna, o Parque Natural apresenta uma variedade de espécies características de montanha mas com particular interesse para a conservação da natureza, como são os casos do falcão-peregrino (*Falco peregrinus*), da cegonha-preta (*Ciconia nigra*), a petinha-dos-campos (*Anthus campestris*), a águia-calçada (*Aquila pennata*), a ferreirinha-serrana (*Prunella collaris*), a sombria (*Emberiza hortulana*), o chasco-cinzento (*Oenanthe oenanthe*) e o melro-das-rochas (*Monticola saxatilis*)²⁴⁵ (TP, 2012). De entre os mamíferos destacam-se o gato-bravo (*Felis silvestres*), o morcego-de-ferradura-mediterrânico (*rhinolophus euryale*), o esquilo-vermelho (*Sciurus vulgaris*) e o coelho (*Oryctolagus cuniculus*), mas também outras espécies exclusivas das zonas ribeirinhas de grande importância como a toupeira-de-água (*Galemys pyreanaicus*), a lontra (*Lutra lutra*), o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*), entre outros pequenos mamíferos que beneficiam das diversas linhas de água que têm a sua nascente na Serra

²⁴⁴ Consultar a Diretiva 92/43/CEE do Conselho de 21 de maio, conhecida como a Diretiva Habitats, relativa à conservação dos *habitats* naturais e da fauna e flora selvagens mais ameaçados no território da Europeu (incluídos na diretivas dos *habitats* e aves), um instrumento legislativo comunitário que define a Rede Natura 2000.

²⁴⁵ A Serra da Estrela é considerada a nível europeu uma área importante para as aves (Grimmett e Jones, 1989).

da Estrela (Mondego, Alva, Ceira, entre outros)²⁴⁶ (Graça e Santo, 2000c; Coelho, Formigo e Fonte, 2012).

O Parque Natural da Serra da Estrela também se destaca ao nível da sua geologia e geomorfologia – integra a lista de áreas ou zonas com interesse geológico –, desde logo, pelos afloramentos graníticos e pelas rochas metamórficas, resultantes de acidentes tectónicos, fatores climáticos, entre outros ao longo de milhões de anos (Graça e Santo, 2000c). Nos locais que estiveram sujeitos à cobertura dos glaciares (frio intenso e congelamento do solo durante muito tempo), como a Lagoa Comprida e o Poio do Judeu, podemos observar rochas eruptivas, moreias e os blocos erráticos polidos pela ação dos gelos. Nas zonas não cobertas pelas massas de gelo identificam-se outras formas de modelado granítico, como os caos de blocos e formas particulares associadas (*tors, nubbins, castle koppies*), entre outros²⁴⁷, resultantes da ação de diversos agentes como a água (chuva, gelo e neve), vento, diferenças de temperaturas, fenómenos químicos ou de vegetação (raízes e ácidos de origem orgânica). É irrefutável que o ambiente montanhoso da Cordilheira Central condiciona profundamente a paisagem e a agricultura desta área protegida.

A conservação destes *habitats* revela-se estruturante para o território, pois se por um lado, funcionam como refúgio da biodiversidade como prados semi-naturais na alimentação de alguns rebanhos transumantes nos meses de verão²⁴⁸, por outro, constituem excelentes áreas para a prática do turismo de natureza, tanto *soft* como *hard*, o que pressupõe a vivência de experiências e prática de atividades e interação com a natureza (passeios, percursos pedestres, observação da fauna, parapente e asa delta²⁴⁹, BTT, *rafting*, canoagem, escalada, orientação e prática de *birdwatching*, entre outras),

²⁴⁶ Mais adiante, no final desta secção, apresentamos os principais rios com influência no território em estudo.

²⁴⁷ A este propósito consultar Ferreira, N. & Vieira, G. (1999). *Guia geológico e geomorfológico do Parque Natural da Serra da Estrela*. Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza e Instituto Geológico e Mineiro. Este é um guia com todo o inventário e interpretação dos geossítios e propostas de percursos geológicos no Parque Natural da Serra da Estrela.

²⁴⁸ Em tempos remotos, o planalto da Serra da Estrela recebia, nos meses de verão, grandes rebanhos transumantes oriundos da Cova da Beira, vale do Douro, do Alentejo e até de regiões fronteiriças espanholas. Estes movimentos transumantes impulsionaram o desenvolvimento da indústria de lanifícios da região como, por exemplo a Real Fábrica de Panos da Covilhã. As planícies férteis de Linhares é uma das áreas privilegiadas da Serra da Estrela para a criação de gado.

²⁴⁹ Estas modalidades de voo podem ser praticadas na Aldeia Histórica de Linhares da Beira, onde se realiza anualmente o Festival Nacional de Parapente de Linhares da Beira e outras provas como a Taça do Mundo de Parapente, sendo vulgarmente designada como a capital nacional do parapente.

para além do turismo de neve e dos desportos de Inverno (a Serra da Estrela é a única estância de esqui do país).

De entre os Parques Naturais importa ainda destacar o Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI)²⁵⁰, pela sua proximidade com as Aldeias Históricas de Monsanto e Idanha-a-Velha. Este Parque Natural ocupa uma área superior a 26.491 hectares, ao longo do troço fronteiro do rio Tejo e seus afluentes, nomeadamente o rio Pônsul, a oeste, e o rio Erges, a leste, mas também representa uma zona de transição entre a Beira Baixa e o Alentejo, abrangendo partes dos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Velha e Vila Velha de Ródão (INATEL, 2000).

Considerado como um dos mais importantes Parques da Europa, o Parque Natural do Tejo Internacional, destaca-se pelo seu património natural devido à grande diversidade de *habitats*, com diversas espécies protegidas por convenções internacionais, incluídas nas Zonas de Proteção Especial e Sítios de Importância Comunitária (Cf. Figura 42).

Os troços escarpados dos rios e vales encaixados albergam e são locais de reprodução de espécies variadíssimas, algumas das quais classificadas como espécies raras e em vias de extinção como a cegonha-negra (*Ciconia nigra*), a águia-de-bonelli (*Hieraaetus fasciatus*), a águia-real (*Aquila chrysaetos*), a águia-imperial ibérica (*Aquila adalberti*), o grifo (*Gyps fulvus*), o abutre-do-egipto (*Neophron percnopterus*), o bufo-real (*Bubo bubo*), o falcão-peregrino (*Falco peregrinus*), o chasco-preto (*Oenanthe leucura*), entre outros (INATEL, 2000; PT, 2012), sendo possível observar algumas destas espécies no rio Pônsul (Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha). Entre os mamíferos podemos destacar a lontra europeia, o gato-bravo, o veado vermelho e o javali, o saca-rabos e a gineta. Esta biodiversidade permite que o Parque Natural do Tejo Internacional integre a lista de áreas referenciadas em Portugal para a prática de *birdwatching* e para o ecoturismo ou turismo de natureza.

No que respeita à flora e vegetação destacam-se os extensos montados de azinheiras e com menor representatividade, os sobreiros e salgueiros ao longo do rio Tejo e seus afluentes, mas também algumas manchas de matagal mediterrânico com destaque para algumas espécies como o medronheiro, a esteva, o zimbro-bravo, o alecrim, o rosmaninho, o pilriteiro, entre muitas outras (INATEL, 2000). Importa referir que a atividade humana no Tejo Internacional condicionou gravemente o coberto vegetal,

²⁵⁰ Foi criado a 18 de agosto de 2000 (Decreto Regulamentar n.º 9/2000, de 18 de agosto), embora a área já tenha sido declarada como Zona de Proteção Especial a 23 de setembro de 1999.

quer pela destruição das comunidades florísticas autóctones aquando as campanhas de trigo, quer com a plantação de extensas áreas de eucalipto.

Neste território destaca-se ainda o vasto património geomorfológico, geológico, paleontológico e geomineiro de importância internacional, o Geopark Naturtejo da Meseta Meridional²⁵¹ que integra as redes Europeia e Global de Geoparques da UNESCO e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas de Portugal, tendo como referência os 16 geossítios²⁵² identificados e disponíveis para visita nos diversos percursos e rotas turísticas do Geopark, dos quais se destacam 6 pela proximidade com as Aldeias Históricas de Castelo Novo, Monsanto e Idanha-a-Velha: o Parque Icnológico de Penha Garcia, as Minas de Segura, os Montes-ilha de Monsanto (Inselberge graníticos), a Falha do Ponsul, os Canhões fluviais do rio Erges e as Morfologias graníticas da Serra da Gardunha.

Mais uma vez se está na presença de um novo segmento de turismo – o geoturismo –, que surge como um nicho do turismo de natureza e que tem o património geológico como principal atrativo. Para Brilha (2005:121), “o geoturismo é uma atividade que se baseia na geodiversidade”, tendo como mosaico as características geológicas, biológicas e culturais do local a ser visitado, sendo o principal beneficiário a comunidade local. Neste sentido, e como muito bem nota Brilha (2005), o geoturismo pode complementar a oferta turística de uma região, pois não está restrito a variações sazonais nem está dependente de hábitos da fauna, apesar de implicar uma consciencialização para valores inerentes à geoconservação e ao desenvolvimento sustentável dos geossítios.

No entanto, a diversidade do património natural e paisagístico no território das Aldeias Históricas de Portugal não se restringe apenas aos Parques Naturais, mas também a outras áreas protegidas como a Reserva Natural²⁵³ da Serra da Malcata, a Paisagem

²⁵¹ Para a UNESCO (citada em Brilha, 2005: 119) “um geoparque é um território com limites bem definidos e com uma área suficiente alargada de modo a permitir um desenvolvimento socio-económico, cultural e ambientalmente sustentável”. Na linha desta definição Brilha (2005) acrescenta que o geoparque é um instrumento que conjuga a geoconservação e o desenvolvimento económico sustentável das populações que habitam aquela área.

²⁵² Para Brilha (2005) os geossítios são locais considerados testemunhos do passado da história da Terra, pouco frequentes ou únicos, onde existiu a ocorrência de um ou mais elementos da geodiversidade (por exemplo, afloramentos que resultaram de processos naturais como a água, o vento, diferenças de temperatura ou fenómenos químicos), apresentando um elevado interesse científico, pedagógico, cultural e turístico (no âmbito do turismo de natureza).

²⁵³ O n.º1, do artigo n.º 6, do Decreto-lei n.º 19/93, define reserva natural como uma “área destinada à protecção de habitats da flora e da fauna”.

Protegida da Serra do Açor e da mais recente classificada, a Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha.

A Reserva Natural da Serra da Malcata²⁵⁴ localiza-se nas proximidades das Aldeias Históricas de Sortelha e Castelo Mendo, junto à fronteira com Espanha, ocupa uma área de 16.348 hectares. A serra da Malcata apresenta-se como um dos mais importantes refúgios do território português pelos seus valores botânicos e faunísticos, sendo uma área de referência para a preservação do lince-ibérico (*Lynx pardinus*), espécie que já se encontrava em elevado risco de extinção nos anos 80, aquando a criação da Reserva Natural. Esta é uma espécie prioritária de interesse comunitário pela Diretiva Habitats (Rede Natura 2000)²⁵⁵, pois é o felino mais ameaçado de Portugal e do mundo (INATEL, 2000).

A área da Reserva Natural da Serra da Malcata é também local de *habitat* para outras espécies como o javali, o gato-bravo, o lobo, a raposa, a lontra e aves de rapina como a cegonha-preta, a águia-caçadeira, o açor, entre outras. Realça-se, no entanto, a recente revogação da Portaria n.º874/93, de 14 de setembro, que proibía a caça na Reserva Natural da Serra da Malcata²⁵⁶, e que agora coloca em perigo espécies como o lince-ibérico, isto é, as ações e investimentos previstos no âmbito do Plano Nacional de Reintrodução do Lince-ibérico como, por exemplo, a libertação de lince nesta área protegida, o lobo ou o abutre-preto, e ainda a recuperação de várias espécies como o veado, o corço e o coelho-bravo (presa do lince).

O Sítio Malcata destaca-se também pela variada e rica vegetação bem conservada de manchas arbóreas, nos quais dominam a norte os bosques de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) e, a sul, alguns pequenos núcleos de azinheiras (*Quercus rotundifolia*), de sobreiras (*Quercus suber*), de esteva (*Cistus ladanifer*) e de medronheiros (*Arbutus unedo*), bem como alinhamentos espontâneos de freixiais não ripícolas (*Fraxinus angustifolia*), ao longo de amieiros (*Alnus glutinosa*) e de salgueiros (*salix spp*) que ladeiam os lameiros ao longo dos cursos de água como o rio Côa (nasce nas proximidades da Serra da Malcata) e ribeiras da Bazágueda e da Meimoa (INATEL, 2000).

²⁵⁴ Criada pelo Decreto-Lei n.º294/81, de 16 de outubro, e reclassificada pelo Decreto-Regulamentar n.º28/99, de 30 de novembro.

²⁵⁵ Esta diretiva define a criação de uma rede ecológica europeia de zonas especiais de conservação, a Rede Natura 2000, razão pela qual a Reserva Natural da Serra da Malcata e uma área mais vasta, para Norte até ao concelho de Almeida, foi classificada como Sítio de Importância Comunitária Malcata.

²⁵⁶ Consultar a portaria n.º19/2016, de 8 de fevereiro.

Os recursos desta área protegida encontram-se muito direcionados para a prática do turismo de natureza, tendo agora a oportunidade de crescimento com a recente aprovação da Carta Europeia de Turismo Sustentável “Gata-Malcata Terras do Lince” (2016), pela Federação Europeia de Parques Nacionais e Naturais (EUROPARC) que reconhece e certifica a estratégia de turismo sustentável para os próximos cinco anos.

Os valores naturais, culturais, recreativos e científicos existentes no território levaram ainda à classificação da paisagem da Serra do Açor como Paisagem Protegida²⁵⁷, em 1982, e a da Serra da Gardunha, em 2014.

A Paisagem Protegida da Serra do Açor²⁵⁸ localiza-se nas proximidades da Aldeia Histórica do Piódão, concelho de Arganil, numa área de apenas 382 hectares (Cf. Figura 42). Esta Paisagem Protegida destaca-se acima de tudo pela vegetação da mata da Margarça²⁵⁹, uma das mais notáveis florestas caducifólias de Portugal (Coelho, Formigo e Fonte, 2012), onde se encontram espécies de grande interesse científico, como por exemplo o castanheiro (*Castanea sativa*), o carvalho roble ou alvarinho (*Quercus robur*) e o medronheiro (*Arbutus unedo*), o folhado (*Viburnum tinus*) e o loureiro (*Laurus nobilis*), o azereiro (*Prunus lusitanica ssp. lusitanica*), entre outras espécies da flora com interesse científico como selo-de-salomão, o lírio-martagã, a *veronica micrantha* e algumas espécies de orquídeas (Decreto-Lei n.º67/82, de 3 de março). A diversidade desta área encontra-se fortemente ameaçada pelos incêndios florestais e pela mobilização do solo para plantação de eucalipto e pinhal, nos últimos anos.

A Paisagem Protegida apresenta ainda outra área de interesse, a Fraga da Pena, que resulta de um acidente geológico e no qual a ribeira de Degrainhos se precipita numa queda de água com 19 metros, o que constitui uma raridade paisagística. Nas suas margens encontram-se algumas das espécies arbóreas já referenciadas, o que faz deste um local de potencial recreativo e científico.

Às áreas protegidas já apresentadas junta-se a Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha (Aviso n.º 6151/2014, Diário da República 2ª série, N.º 94, de 16 de maio de

²⁵⁷ O artigo 9.º, do Decreto-lei n.º19/93, estabelece que a paisagem protegida é toda a área que contenha paisagens naturais resultantes da interação harmoniosa do ser humano e da natureza, e que evidenciam interesse regional ou local, pelo seu valor estético, ecológico ou cultural.

²⁵⁸ Classificada pelo Decreto-lei n.º67/82 de 3 de março.

²⁵⁹ A mata da Margarça, propriedade maioritária do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, integra o Sítio Complexo do Açor que faz parte da lista nacional de Sítios de Importância Comunitária da Rede Natura 2000.

2014)²⁶⁰, zona ocidental do sistema central ibérico que culmina a 1.226 metros, em plena Cova da Beira, na qual se localiza a Aldeia Histórica de Castelo Novo. Este maciço montanhoso da Beira Interior é uma ramificação da Serra da Estrela, integrando por isso o conjunto montanhoso da Cordilheira Central, numa área de 10.547 hectares (Cf. Figura 42). É uma zona de transição gradual da paisagem beirã para outra de cariz alentejano.

A Serra da Gardunha, apesar da sua recente classificação de paisagem protegida, já integrava a lista de Sítios de Importância Comunitária e Nacional da Rede Natura 2000²⁶¹, sendo também uma Zona Especial de Conservação (ZEC) no âmbito da diretiva de *habitats* (92/43/CEE), pois tem espécies de fauna e flora e comunidades vegetais de elevada importância para a conservação.

No que diz respeito à flora, a vertente Norte da Paisagem Protegida caracteriza-se por vegetações naturais de ambientes atlânticos como o carvalho-roble ou alvarinho (*Quercus robur*), a par de outros associados a climas de tipo continental húmido como o castanheiro (*Castanea sativa*), o carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) ou seco no caso da azinheira (*Quercus ilex*) e do medronho (*Arbutus unedo*), mas onde o valor mais importante é uma planta herbácea, a abrótea (*Asphodelus bento-rainhae*), um endemismo lusitano exclusivo da Serra da Gardunha. Na vertente Sul, predomina uma grande variedade de matos, entre os quais se destaca os urzais e urzais-estevais e comunidades de montanha de caldoneira (*Echinospartum ibericum*), um endemismo ibérico (Graça e Santo, 2000b).

Relativamente à fauna, verifica-se a existência de espécies associadas a linhas de água²⁶², como o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*), a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*), a lontra (*Lutra lutra*) e o bordalo (*Rutilus alburnoides*), todos frequentadores de cursos de água serranos, por um lado, e, por outro, a presença de

²⁶⁰ Ver Declaração de retificação n.º 1288/2014, Diário da República, 2.ª série, N.º 241, de 15 de dezembro de 2014.

²⁶¹ Ver Resolução do Conselho de Ministros n.º142/97, de 28 de agosto, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2004, de 30 de setembro e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º76/2000, de 5 de julho que determina os novos limites para o Sítio da Gardunha. Relativamente aos Sítios de Importância Comunitária (SIC), estes foram publicados pela Decisão da Comissão n.º2004/813/CE, de 7 de dezembro para a região biogeográfica Atlântica, apenas em Portugal Continental, mas também a Decisão da Comissão n.º 2006/613/CE, de 19 de junho que publica os Sítios de Importância Comunitária para a região biogeográfica mediterrânica.

²⁶² A água é um recurso bastante presente na Serra da Gardunha, aliás são diversas as linhas de água que têm origem junto à nascente da Água do Alardo, nascem no limite superior da Aldeia Histórica de Castelo Novo.

algumas espécies da avifauna, como a águia-calçada (*Hieraaetus pennatus*) e tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*), a fuinha (*Martes foina*), um pequeno carnívoro, vulgarmente conhecido por “gardunha”, entre outras (Graça e Santo, 2000b). De referir ainda a presença de alguns *habitats* naturais como os charcos temporários e as florestas aluviais residuais (*Alnion glutinos-incanae*). A paisagem da Serra da Gardunha apresenta uma forte componente da intervenção humana ao nível das áreas agrícolas, com particular destaque para as áreas de fruto (cerejeiras, pessegueiros, macieiras e aveleiras)²⁶³, algumas culturas de regadio face a abundância de água e criação de gado ovino e caprino (Graça e Santo, 2000b). Para Gaspar (1993), a região da Serra da Gardunha trata-se de um “oásis mediterrâneo”.

A paisagem da Serra da Gardunha também se destaca ao nível da morfologia, na medida em que, apresenta um conjunto de marcas geológicas como os afloramentos graníticos de diferentes texturas e formas (caos de blocos, *tors*, blocos pedunculados, pias ou gnamas, entre outros), resultantes da ação de diferentes agentes geológicos ao longo de muitos milhares de anos, e os quais integram a lista de geosítios do Geopark Naturtejo.

Considera-se assim que as Paisagens Protegidas possuem um potencial, ainda inexplorado, em termos de atividades de divulgação científica, educação ambiental e atividades de lazer e turismo como, por exemplo, o Centro de Interpretação da Serra da Estrela (Seia). Estas áreas protegidas à semelhança dos parques naturais e das reservas naturais podem se devidamente aproveitadas contribuir para o desenvolvimento local e reforçar a importância turística do território das Aldeias Históricas de Portugal, através da conservação das espécies e *habitats* locais e da preservação do património natural e cultural.

Deste modo, torna-se imperioso, reforçar a integração das áreas protegidas na oferta turística do território das Aldeias Históricas de Portugal, o que exige um reforço dos recursos humanos qualificados e especializados, reestruturação e criação de postos de observação de aves, dinamização de infraestruturas, colocação de sinalética, melhoria

²⁶³ Castelo Novo já produziu, em tempos remotos, castanha e bons vinhos, conforme atesta a lagariça escavada numa rocha granítica com uma tina onde eram esmagadas as uvas. A produção de castanha relaciona-se com a plantação de castanheiros em redor da aldeia, ordenada por D. Dinis (Graça e Santo, 2000b).

das acessibilidades e da informação turística e criação de programas e atividades para os visitantes, assegurando a integridade física do espaço²⁶⁴.

A Reserva Natural da Faia Brava é uma exceção no território, na medida em que é uma das principais atrações turísticas da região e da Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo (Cf. Figura 43). A Faia Brava é a única área protegida privada em Portugal (classificada em 2010 pelo Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade), localizada no interior da Zona de Proteção Especial do Vale do Côa (Natura 2000) e do Parque Arqueológico do Vale do Côa (Património da Humanidade UNESCO, ao longo de 5 Km nas margens do rio Côa, com orientação sul-norte (ATN, 2010).

A gestão dos cerca de 850 hectares da Reserva da Faia Brava²⁶⁵, dos quais 214 classificados como área protegida privada é assegurada pela Associação Transumância e Natureza²⁶⁶, a qual contribui de forma ativa para a conservação da natureza e da biodiversidade de espécies ameaçadas como o abutre-do-Egito (*Neophron percnopterus*), a águia-de-bonelli (*Aquila fasciata*), a águia-real (*Aquila chrysaetus*), o grifo (*Gyps fulvus*), bufo-real (*Bubo bubo*) e a cegonha-preta (*Ciconia nigra*)²⁶⁷, bem como para a valorização do património geológico e paisagístico através da aquisição de várias propriedades abandonadas para a conservação destas espécies de aves e outros *habitats* (ATN, 2010). A fauna desta área protegida caracteriza-se também pela existência de mamíferos (25 espécies) como a lontra (*Lutra lutra*), que à semelhança de outros répteis e anfíbios é uma presença na rede de ribeiras e afluentes do rio Côa, destacando-se ainda a presença de espécies associadas ao mosaico agro-florestal, sendo o caso de alguns carnívoros como a raposa, (*Vulpes vulpes*), a fuinha (*Martes foina*), a

²⁶⁴ Foi precisamente nestes pressupostos que assentou a Estratégia de Eficiência Coletiva *Buy Nature* – Turismo Sustentável em Áreas Classificadas da Região Centro, no anterior quadro comunitário (QREN 2007-2013), a qual abrangeu o Parque Natural do Douro Internacional (parcialmente), o Parque Natural da Serra da Estrela e o Parque Natural do Tejo Internacional, a Reserva Natural da Serra da Malcata, a Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha (parcialmente) e a Paisagem Protegida da Serra do Açor.

²⁶⁵ A Associação de Transumância e Natureza procurou nos últimos anos replicar o modelo da Faia Brava em outras áreas da região, com criação de cinco novas reservas (Arribas do Águeda, Bruçó, Canado da Pipa, Fraga Ruiva e Redor da Bezerra), para preservação dos *habitats* das aves rupícolas, num total de 19 hectares.

²⁶⁶ Organização não governamental de ambiente, de âmbito local sem fins lucrativos, criada em 6 de Junho de 2000 (Diário da República III Série, de 25 de julho de 2000), por um casal de neo-rurais biólogos que escolheram a Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo para residir e trabalhar.

²⁶⁷ O número de aves neste território (cerca de 100 espécies) levou a classificação de Zona de Proteção Especial do Vale do Côa, mas também ao reconhecimento pela *BirdLife International* como Área Importante para as Aves.

gineta (*Genetta genetta*), o gato-bravo (*Felis silvestres*) e os javalis (*Sus scrofa*) (Tomé e Catry, 2008; ATN, 2010).

A paisagem da área protegida revela a presença de culturas mediterrânicas, como a oliveira, amendoeira, vinha, complementadas pela pastorícia (ovelhas e cabras) e extração de cortiça. O coberto vegetal é dominado pela giesta-branca (*Cytisus multiflorus*), esteva (*Cistus ladanifer*), tamujal (*Securinega tinctoria*), azinheiras (*Quercus rotundifolia*), sobreiro (*Quercus suber*) e as encostas mais quentes são cobertas de piorno-amarelo (*Retama sphaerocarpa*), entre outras (ATN, 2010), associadas às condições climáticas de baixa precipitação anual e de grandes contrastes térmicos (verões quentes e secos e invernos frios), da designada Terra Quente Duriense. No interior da reserva existe ainda a Zona de Intervenção Florestal (ZIF) de Algodres/Vale Afonsinho, a maior mancha de montado de sobro (*Quercus suber*) e azinho (*Quercus rotundifolia*) e carvalho-português (*Quercus faginea*) do distrito da Guarda.

Figura 43 - Placa de identificação da Área Protegida Privada Faia Brava (à esquerda) e manada de vacas maronesas (à direita)



Fonte: Autora, 2016

A proteção e conservação desta área natural passa também pela renaturalização de áreas abandonadas, com uma gestão ativa da paisagem e reintrodução de herbívoros como os cavalos garranos e vacas maronesas em estado semi-selvagem²⁶⁸ (Figura 43), os quais desempenham um papel estruturante na gestão do ecossistema, quer no controle natural da vegetação, diminuindo o risco de incêndio²⁶⁹ e fertilização do solo, quer na evolução

²⁶⁸ O objetivo é recriar o bovino selvagem que se assemelhe o quanto possível ao extinto auroque (presente nas gravuras rupestres do Vale do Côa) através de cruzamentos genéticos, no âmbito do projeto europeu Taurus (<http://taurosproject.com/>).

²⁶⁹ As queimadas por parte dos pastores para eliminação de coberto arbustivo têm provocado incêndios rurais com grande impacto ao nível do empobrecimento ecológico de várias espécies. Por este motivo, a

da paisagem com a abertura de clareiras que ajudam a manter a biodiversidade. Estes são os princípios estratégicos do projeto *Rewilding Europe* – Oeste Ibérico, desenvolvido pela *World Wildlife Fund* e do qual faz parte a Associação Transumância e Natureza. A Reserva da Faia Brava é uma das cinco áreas-piloto para a implementação desta iniciativa que pretende, precisamente, criar áreas naturais silvestres para o desenvolvimento de uma economia de turismo de natureza na Europa face ao abandono agrícola.

Atualmente, a Associação Transumância e Natureza assume um papel estruturante para o desenvolvimento socioeconómico deste território com grandes debilidades, porque tem capacidade de atrair cada vez mais visitantes para o desenvolvimento de diversas atividades como *birdwatching*, caminhadas e registo fotográfico no campo de alimentação de aves necrófagas, para além do núcleo de gravuras e pinturas do Paleolítico localizado na Reserva da Faia Brava (ATN, 2010). Estas atividades contribuem, assim, para o conceito de desenvolvimento sustentável definido no Relatório de Brundtland²⁷⁰ das Nações Unidas mas também reúne os princípios do novo movimento de *slow tourism*²⁷¹.

Parece, assim, inequívoco que as áreas protegidas, nas quais se incluem os parques naturais, as reservas naturais e as paisagens protegidas, constituem recursos naturais importantes na reorientação dos fluxos turísticos no território das Aldeias Históricas de Portugal, ou por outras palavras no sistema turístico. É, contudo, importante que as entidades responsáveis pela gestão do turismo nestas áreas protegidas, procedam a (re)estruturação da oferta turística de forma a responder às motivações dos potenciais visitantes destas áreas naturais, isto é, que trabalhem o subsistema de produção do sistema turístico²⁷².

O território das Aldeias Históricas de Portugal é, por outro lado, um território que se destaca pelos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, alguns já mencionados pois servem de ecossistema para diversas espécies já referenciadas, mas também para diferentes usos e necessidades (usos urbanos, produção de energia, indústria

Associação Transumância e Natureza tem aumentado o número de ações de vigilância e recuperação da biodiversidade.

²⁷⁰ A este propósito veja-se na parte I, do capítulo III, na secção 3.2., o conceito de desenvolvimento sustentável.

²⁷¹ Um conceito explorado anteriormente na Parte I, do capítulo II, secção 2.4..

²⁷² Veja-se a este propósito na Parte I, o Capítulo II, secção 2.2..

transformadora, agricultura e pecuária, pesca, atividades turísticas, entre outras). O território é abrangido por três das maiores bacias hidrográficas do país, a saber: Douro (Côa), Mondego e Tejo (Zêzere), bem como das reservas estratégicas de águas superficiais e subterrâneas: a albufeira do Sabugal, a albufeira de Santa Maria de Aguiar, albufeira de Penha Garcia e albufeira de Marechal Carmona.

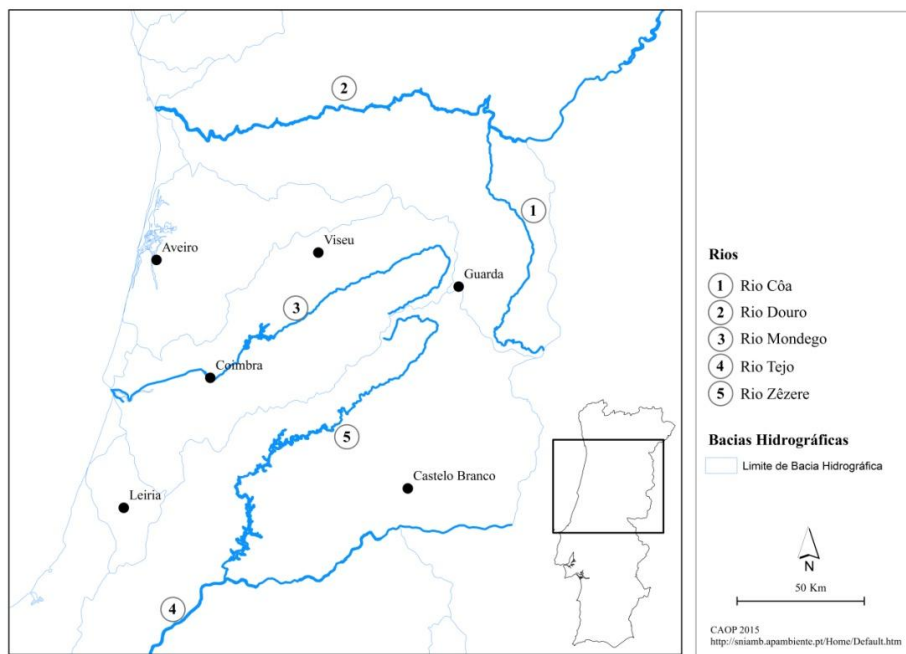
Entre os rios que compõem a rede hidrográfica da região (Cf. Figura 44), o rio Côa é denominador comum da identidade de quatro Aldeias Históricas de Portugal que estão na sua bacia hidrográfica, Sortelha, Castelo Mendo, Almeida e Castelo Rodrigo, o qual serviu de linha de fronteira natural para o confronto entre portugueses e muçulmanos e mais tarde contra castelhanos e leoneses, tendo motivado o desenvolvimento de estruturas defensivas – recintos murallados e estruturas fortificadas dos quatro aglomerados referenciados, tal como se dará conta na próxima secção. O Côa nasce a 1060m de altitude, no flanco norte da Serra da Malcata, designada Serra das Mesas, no concelho do Sabugal, num percurso Sul-Norte, até desaguar na margem esquerda do rio Douro, na albufeira da barragem do Pocinho (perto de Vila Nova de Foz Côa). No rio Côa é possível praticar a pesca desportiva, em troços concessionados, quer nas proximidades da Aldeia Histórica de Sortelha, quer entre a foz do rio Côa e a confluência com o rio Douro (Barragem do Pocinho), com particular destaque para a pesca da truta no Côa, entre outras espécies. No último troço, também é possível visitar e observar os vestígios paleolíticos, mundialmente reconhecidos.

Na bacia hidrográfica do Douro²⁷³ é importante referir pela sua proximidade à Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo, a albufeira de Santa Maria de Aguiar, localizada na ribeira de Aguiar, afluente do Douro. Esta albufeira encontra-se referenciada para a observação de aves, para além de ser permitida a prática da pesca, *windsurf* e passeios de barcos à vela. O rio Douro representa também uma oportunidade estratégica para as Aldeias Históricas de Almeida, Castelo Rodrigo e Marialva, quer pelas classificações obtidas pelo território duriense, a classificação do Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial, do Parque Arqueológico do Vale do Côa, da criação do Parque do Douro Internacional, quer pelo aproveitamento de recursos e infraestruturas existentes,

²⁷³ A bacia hidrográfica do Douro ocupa o primeiro lugar em termos de importância de rios peninsulares, num percurso de 927 Km, desde a nascente na Serra de Urbión à foz entre as cidades do Porto e Vila Nova de Gaia, destes cerca de 195 Km em território português e cerca de 135 Km em zona transfronteiriça de Portugal e Espanha (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1994).

tais como, o rio enquanto via navegável para cruzeiros fluviais e a linha ferroviária do Douro para comboios turísticos.

Figura 44 - Bacias hidrográficas do território das Aldeias Históricas de Portugal



Fonte: Elaboração própria

Outro dos rios com influência no território das Aldeias Históricas de Portugal é o rio Zêzere, segundo maior rio inteiramente nacional, após o rio Mondego. A bacia hidrográfica atinge os 5.043 Km², num percurso desde a sua nascente no alto da Serra da Estrela – nasce a 1640 metros na zona do Cântaro Magro (Graça e Santo, 2000c), até a confluência com o rio Tejo perto da vila de Constância – principal afluente do rio Tejo –, passando muito próximo da Aldeia Histórica de Belmonte. Aliás, a Aldeia Histórica de Belmonte dispõe de uma estrutura museológica onde dá a conhecer a história e fauna e flora do rio Zêzere aos visitantes.

No território das Aldeias Históricas de Monsanto e Idanha-a-Velha há que realçar a bacia hidrográfica do Tejo, particularmente o rio Pônsul, um dos afluentes do rio Tejo²⁷⁴, com nascente em Penha Garcia Parque (Serra do Ramiro), no concelho de Idanha-a-Nova. O rio Pônsul destaca-se por atravessar a Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha, sendo o único caso dentro da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, mas também por dar origem a duas albufeiras com bastante importância para o concelho de

²⁷⁴ O rio Tejo é o mais extenso da Península Ibérica, com 1.070 Km de comprimento entre a nascente, na Serra de Albaracin em Espanha, e a foz perto de Lisboa, numa bacia hidrográfica de 80.630 Km², dos quais 55.769 Km² se localizam em território espanhol e 24.860 Km² em solo nacional.

Idanha-a-Nova, a saber: albufeira de Penha Garcia e albufeira de Marechal Carmona, onde é permitida a realização de atividades aquáticas. A construção de albufeiras no território surge como alternativa à estação de seca, já que vigora um tipo climático semelhante ao do Alentejo, mas ainda mais acentuado ao nível da aridez (INATEL, 2000).

Por último, uma referência a bacia hidrográfica do Mondego (abrange uma área total de 6645 Km²), com nascente na Serra da Estrela, a 1525m de altitude, próximo de Manteigas (sítio de Corgo das Mós), sendo o maior de todos os rios com curso inteiramente em Portugal, num percurso de 258 Km até desaguar no Oceano Atlântico, junto à cidade da Figueira da Foz. No seu percurso, atravessa o concelho de Celorico da Beira, de leste para oeste, sendo uma oportunidade a explorar pela oferta turística da Aldeia Histórica de Linhares da Beira para o desenvolvimento de atividades de lazer aquáticas, por exemplo, até para responder às necessidades do novo turista.

O aproveitamento das potencialidades dos recursos hídricos para o desenvolvimento do turismo fluvial é, cada vez mais, uma realidade no território nacional, sendo uma aposta em termos das empresas turísticas e do poder autárquico na dinamização local. Na rede hidrográfica das Aldeias Históricas de Portugal existem dois aproveitamentos de linhas para o lazer balnear fluvial, sendo o caso da praia fluvial de Castelo Novo e da praia fluvial do Piódão que obteve bandeira azul, no ano de 2016. Uma oferta que surge associada ao novo turista que procura a experiência, a participação e identidade através da diferenciação na sua relação com a natureza e de culturas genuínas (Poon, 1993), por oposição ao turismo de sol, mar e praia.

De referir, igualmente, a riqueza do território das Aldeias Históricas ao nível de águas minerais naturais e de nascente e de recursos termais, e que acaba por refletir as palavras de Lepierre (1930) quando afirmou que Portugal face à sua superfície e à sua população é um dos países mais ricos no mundo no que respeita à sua variedade e número de nascentes termais face à sua superfície e à sua população. No caso da água mineral natural há que realçar a Água do Alardo, na Aldeia Histórica de Castelo Novo, outrora, utilizada para fins terapêuticos, particularmente doentes que procuravam tratamento para rins, diabetes e problemas hepáticos na estrutura balnear termal, localizada na Quinta do Alardo, posteriormente motivou a construção de uma unidade termal e exploração da água da nascente para engarrafamento de água mineral (Graça e Santo, 2000b). Desta estrutura rudimentar balnear apenas resta o arboreto, uma pequena

mata, com várias espécies arbóreas autóctones e exóticas junto da abandonada Quinta do Alardo e das atuais instalações da empresa Água do Alardo²⁷⁵.

Atualmente, as termas ressurgem não apenas como produto medicinal e clássico mas como segmento de turismo de saúde e bem-estar, incluindo SPA, motivo pelo qual surgem novas e renovadas infraestruturas ou são reativados espaços termais²⁷⁶, procurando atrair novos públicos com ofertas diversificadas. O território das Aldeias Históricas de Portugal não é exceção, registando-se o funcionamento de uma unidade termal, as termas da Fonte Santa, localizada na Aldeia Histórica de Almeida (próxima também da Aldeia Histórica de Castelo Mendo e Castelo Rodrigo), a par de outras unidades termais localizadas na área envolvente das Aldeias Históricas de Portugal, como se vai ter oportunidade de demonstrar mais adiante.

Atualmente, o termalismo clássico começa a ser, cada vez mais, preterido em virtude do crescimento de outras modalidades de termalismo moderno assente na saúde e bem-estar²⁷⁷ (TP, 2015b) com serviços orientados para os cuidados com o corpo e revitalização do equilíbrio físico e psíquico aliados à componente turística e lúdica.

Deste modo, o termalismo afigura-se como uma oportunidade de mercado para atrair novos segmentos turísticos e de revitalização de territórios rurais de baixa densidade como as Aldeias Históricas de Portugal e áreas envolventes, tendo por base a conjugação entre duas vocações – terapêutica e lúdica –, tornando-se assim estruturante o desenvolvimento de estratégias conjuntas no território para a disponibilização de produtos mistos capazes de responder às necessidades de um novo grupo de pessoas que procuram este segmento²⁷⁸.

²⁷⁵ Podemos acrescentar as águas da nascente Fonte da Fraga do flanco Nascente da Serra da Gardunha e Glaciar com nascente no vale glaciar do Zêzere.

²⁷⁶ Atualmente, encontram-se em funcionamento 34 estabelecimentos termais em Portugal, dos quais 17 localizam-se na Região Centro, sendo a região que concentra o maior número de infraestruturas termais a nível nacional.

²⁷⁷ Os dados do ano de 2014 corroboram esta tendência. A frequência do termalismo de saúde e bem-estar já ultrapassou o termalismo clássico, com uma representação de 56% em 2014 por oposição ao termalismo clássico que registou um decréscimo de 10,6% face ao ano de 2013 (44%). Outro indicador interessante é para as faixas etárias que procuram as termas na vertente de bem-estar, em 2014, quase metade dos clientes tinham idades entre os 35 e 65 anos, ao que acresce a procura de 29% de indivíduos com 16 e 35 anos, o que contrapõe as faixas etárias que procura o termalismo clássico, com idades a rondar os mais de 45 anos (TP, 2015b).

²⁷⁸ Foi com base nestes pressupostos que a Estratégia de Eficiência Coletiva de Valorização das Estâncias Termais da Região Centro, no anterior quadro comunitário (QREN 2007-2013), desenvolveu um conjunto de ações de valorização económica deste recurso endógeno (estâncias termais), numa lógica de rede.

Medeiros e Cavaco (2008) apresentam um conjunto de exemplos em que o produto termalismo surge associado a programas e serviços de saúde e bem-estar, numa perspetiva de multifuncionalidade do termalismo, apostando em produtos mistos ao nível da diversificação de experiências como, por exemplo, no Reino Unido pode desfrutar de um festival de *jazz*, visitar um museu de antiguidades ou desfrutar de uma alimentação vegetariana, na Hungria pode visitar parques ou reservas de animais, feiras de produtos biológicos, festival de cerveja ou ainda praticar *birdwatching*, entre outros exemplos europeus.

É nesta linha que a seção seguinte procura identificar e caracterizar o património histórico, arquitetónico e cultura existente no território das Aldeias Históricas de Portugal, já que constituem elementos estruturantes do sistema turístico.

1.7. Património histórico, arquitetónico e cultura

O território das Aldeias Históricas de Portugal, intensamente ocupado desde há muitos séculos, guarda heranças histórico-culturais de diferentes tempos e civilizações, desde a romanização até às invasões napoleónicas, como atesta o vasto e diversificado património histórico e arquitetónico disseminado pelos aglomerados que compõem a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, exceto o Piódão.

Neste território o processo de ocupação remonta aos romanos, nomeadamente, nas Aldeias Históricas de Idanha-a-Velha e Marialva que foram sedes de *Civitates*²⁷⁹. Idanha-a-Velha foi uma importante cidade romana, capital da *Civitas Igaeditanorum* – o que significa “cidade dos Egitanos” –, fundada no período de Augusto (século I a.C.), numa perspetiva de apaziguamento e ordenamento do território, por parte de Roma, mas também da necessidade de criar um importante ponto de ligação entre as cidades de Mérida e Guarda. Em Marialva, a presença humana fez-se notar pela antiga comunidade dos Aravos (vulgarmente conhecido pelo Castro de São Justo), *Civitas Aravorum*, fundado pelos Túrdulos – povo pré-romano que habitou o sul da Península Ibérica –, no século VI a.C., servindo como ponto de cruzamento de vias romanas, entre as quais a Via Imperial da Guarda e Numão. Seguindo o exemplo de Roma, as duas *civitas*

²⁷⁹ Para além destes dos sítios existem outros testemunhos de ocupação romana no território das Aldeias Históricas de Portugal, destacando-se: a torre *Centum Cellae* (séc. I d.C.), a *Villa* romana da Quinta da Fórnea (séc. II a IV) na Aldeia Histórica de Belmonte. Estes vestígios da época romana devem-se, provavelmente, à passagem por Belmonte da via romana que ligava Mérida a Braga.

expandiram-se com a construção de edifícios de apoio a comunidade como, por exemplo, os fóruns, os templos, as termas com tanques de água quente e fria ou as moradias. A base de subsistência destas comunidades assentava numa atividade rural que explorava os recursos naturais da região, com o desenvolvimento da agricultura (com a introdução do azeite, vinho, cereais e árvores de fruto), a exploração agropecuária, a extração mineira e criação de indústrias como a olaria. No entanto, a vida próspera destas duas *civitas* ficou conturbada com a vinda dos povos bárbaros (nome dado pelos romanos a todos os povos que viviam fora das fronteiras do império), a partir do século IV e V (CCRC, 1999; INATEL, 2000; Magalhães e Alçada, 2002).

Neste período, a ameaça das invasões bárbaras obrigou os egitâneos e aravos a pensar numa estratégia militar para proteção da cidade. A estratégia assentou na construção de uma forte muralha (construída entre o final do séc. III e início do séc. IV), o que significou a alteração da organização da urbe – passou de ampla e aberta para concentrada e reduzida – zona intramuros. Com as invasões germânicas no início do século V (ano 420 d.C.), a *Cívitas Igaeditanorum* foi invadida e incendiada pelos Suevos, sendo posteriormente reconstruída no ano de 534 com a chegada dos Visigodos, adotando o nome de Egitânia. Poucos anos depois, os Visigodos converteram-se à religião cristã e a cidade foi elevada a sede episcopal no século VI (Magalhães e Alçada, 2002).

No ano de 585, o reino dos suevos é integrado no reino visigótico, que lhe proporciona um novo ciclo económico e político-administrativo, evidenciado na cunhagem de moeda em ouro (trientes) e nos abundantes elementos de construção ricamente decorados, por exemplo, o edifício atualmente designado de Sé Catedral que integra a estação arqueológica de Idanha-a-Velha, sendo também constituído pela Ponte, Muralhas Romanas, Torre de Menagem Medieval e malha urbana (CCRC, 1999; INATEL, 2000).

Esta região também foi tomada pelos muçulmanos no ano de 713 (séc. VIII), após vencerem os cristãos visigodos na Batalha de Guadalete (711), conquistaram quase toda a Península Ibérica nos dois anos seguintes, sendo o caso da Egitânia (atual Idanha-a-Velha) que foi sede de Kuwar, unidade administrativa muçulmana, que atingiu uma dimensão equiparável a outros importantes centros urbanos como Beja, Silves ou mesmo Lisboa. Neste período a Sé Catedral foi adaptada a mesquita (sinais visíveis na

porta norte e torreões de planta circular adoçados à muralha) e a muralha reajustada para se defenderem dos cristãos (Barroca, 2009; INATEL, 2000).

Durante este domínio, a região assimilou parte da cultura islâmica, refletido no património arquitetónico e cultural, sendo o caso do adufe (instrumento musical feito de madeira leve e pele de ovelha), adotado e preservado nas terras idanhenses (tocado exclusivamente pelas mulheres em festas e romarias). A presença deste domínio também pode ser encontrada na cisterna²⁸⁰ e nalgumas casas do interior do castelo da Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo (os árabes invadiram o antigo castro e transformaram-no numa fortificação) e na torre de menagem do castelo da Aldeia Histórica de Trancoso de estilo moçárabe (os muçulmanos quando conquistaram a região, o povoado de Trancoso ainda não existia, razão pela qual a construção da torre de menagem é mais antiga do que o castelo românico) (Barroca, 2009).

Nos séculos VIII-XII, a região de fronteira foi fortemente marcada pela instabilidade e conflitos entre cristãos e muçulmanos, isto é, alguns cristãos, refugiados nas montanhas das Astúrias, deram início à reconquista da Península Ibérica dominada pelos muçulmanos – reconquista cristã. O território das Aldeias Históricas de Portugal constituiu, devido à sua posição estratégica, um dos pontos avançados da reconquista cristã para Sul, aliás entre o século IX (depois de 878) e primeiras décadas do século X, a área leste de Lamego, entre Távora e o Côa, foi integrada no domínio cristão. E é neste contexto e época que surgem as primeiras estruturas militares – os castelos –, de iniciativa e posse condal, de feição arcaica, pré ou proto-românico para auxiliar na defesa da linha de fronteira entre cristãos e muçulmanos, sendo o caso do castelo da Aldeia Histórica de Trancoso. A presença dos muçulmanos no território prolongou-se de forma mais ou menos contínua a leste do Rio Côa até às vésperas da Companhia das Beiras (séc. XI), organizada por Fernando Magno, primeiro rei de Castela e Leão (Barroca, 2009).

No início do séc. XI, Fernando Magno conquista aos muçulmanos todos os castelos da doação de D. Flâmula ao Mosteiro de Guimarães, em 960 (castelo de Trancoso²⁸¹), e outros para oeste, junto ao Douro (Almeida, Castelo Rodrigo) e o castro de São Justo (o

²⁸⁰ A cisterna de Castelo Rodrigo constitui o testemunho arquitetónico muçulmano mais setentrional que conhecemos em Portugal, utilizada para abastecimento de água ao povoado civil (Barroca, 2009).

²⁸¹ Neste período e até à assinatura do Tratado de Alcanises (1297), Trancoso assumiu um importante papel na definição da linha de fronteira entre Portugal e Castela. Esta vila foi o local escolhido por D. Dinis, em 1292, para celebração das suas bodas reais com D. Isabel de Aragão (filha mais velha do rei D. Pedro III de Aragão), oferecendo a vila a D. Isabel como dote de casamento.

antigo castelo românico da vila medieval de Marialva), e voltam a ser, definitivamente, incorporados nos domínios da cristandade (Barroca, 1991, 2009; CCRC, 1999, Graça, 2000). A posição estratégica da área leste do rio Côa atraiu a atenção das coroas portuguesa e leonesa, ambas desejavam a região de Riba Côa, testemunhado pelo Mosteiro de Santa Maria de Aguiar nas imediações da Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo, na consolidação da estratégia das duas coroas. Para manter os seus domínios, o rei de Leão criou uma linha defensiva na margem direita do rio Côa – fronteira natural que separava os dois reinos. A área das duas bacias hidrográficas – a do rio Douro e a do rio Côa – assumiu um papel político e estratégico estruturante na evolução histórica de Portugal.

Nos princípios do séc. XII e ao longo de quase todo o séc. XIII, o território de Riba Côa (incluindo as terras de Castelo Rodrigo), a Leste deste rio, encontrava-se no domínio leonês. A primeira ação dos monarcas leoneses, Afonso IX, foi dotar os principais e mais estratégicos núcleos de povoamento com estruturas defensivas, o que ocorreu em Castelo Melhor, Castelo Rodrigo (construção de um castelo no alto do morro e de uma cintura de muralhas para defender o povoado de qualquer ação invasiva da coroa portuguesa), Monforte de Riba Côa, Almeida, Castelo Bom, Vilar Maior, Caria Talaia, Alfaiates e Sabugal; posteriormente outorgou os estatutos municipais (carta de Foros e Costumes) a Castelo Melhor, Castelo Rodrigo (em 1209, Afonso IX promulga o primeiro Foral de Riba Côa), Castelo Bom, Alfaiates, Almeida e Sabugal, o que serviu de consolidação da estratégia do domínio leonês a Leste do Côa (Barroca, 2009).

A coroa portuguesa que já tinha fundado a Guarda, respondeu com o desenvolvimento de estruturas defensivas na margem esquerda do rio Côa, entre as quais Numão, Mêda, Longroiva, Pinhel, Gouveias, Castelo Mendo²⁸², Vila de Touro e Sortelha. O castelo românico de Sortelha é o mais tardio de todos, uma construção que remonta ao século XIII, de iniciativa de D. Sancho I, que mandou povoar e fortificar o lugar, num imponente maciço granítico (Barroca, 2009), integrando a primeira linha de defesa fronteira contra o rei de Leão, pois a sua principal missão era vigiar o castelo de

²⁸² D. Sancho I mandou reedificar o seu castelo sob o antigo castro, destruído pelas invasões dos bárbaros e muçulmanos, definindo-o como ponto estratégico em termos económicos e militares por ser uma povoação fronteira à leonesa Castelo Bom (Barroca, 2001). No entanto, a insegurança e instabilidade da região obrigou D. Sancho II a reforçar e ampliar as muralhas e a criar atrativos de fixação de população para defesa do castelo à semelhança de D. Sancho I, que fez de tudo para povoar o seu reino – daí o cognome de “O Povoador” (Magalhães e Alçada, 2002). D. Sancho II também lhe concede a primeira Carta de Feira atribuída a uma povoação portuguesa, em 1281, sendo conhecida como uma das mais antigas feiras medievais portuguesas (Barroca, 2001).

Sabugal, posteriormente D. Sancho II mandou fazer a primeira reedificação do castelo e concedeu-lhe o seu primeiro foral em 1228 (renovado em 1238), passando a sede de concelho, numa perspetiva de atrair habitantes das redondezas para reforçar o povoamento e defesa do castelo²⁸³.

A conquista das terras de Riba Côa pelos portugueses aconteceu em 1296, D. Dinis aproveitou a instabilidade política em Castela para invadir e conquistar os principais castelos de Riba Côa. No ano seguinte, em 1297, os dois monarcas reuniram-se para definir aquela que é hoje uma das mais antigas fronteiras do mundo – assinatura do Tratado de Alcanises –, que implicou a passagem das terras e dos castelos castelhanos da margem direita de Riba Côa para a coroa de Portugal: Almeida e Castelo Rodrigo, mas também de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Monforte, Sabugal e Vilar Maior, localizadas na área envolvente daquelas Aldeias Históricas de Portugal (CCRC, 1999) e outras povoações do território alentejano. Estes castelos beneficiaram do programa de reformas dos castelos – estilo gótico –, implementado por D. Dinis, entre 1288 e 1315 (Barroca, 2009), tendo beneficiado pelo menos 55 fortificações, ao longo da fronteira terrestre.

No âmbito do programa de reformas dos castelos, D. Dinis, mandou reconstruir e ampliar o castelo e muralhar a vila de Almeida; reconstruir o castelo e repovoar a vila de Castelo Rodrigo, concedendo regalias aos seus moradores na carta foral para fixar população nas duas vilas (CCRC, 1999); remodelou e ampliou o castelo e dotou o arrabalde com uma segunda cerca de muralhas de Castelo Mendo; promoveu grandes obras de restauro em Marialva, introduzindo significativas modificações nas muralhas e transformando-a numa das mais imponentes e fortes praças do reino; ampliou e restaurou as muralhas da povoação de Sortelha²⁸⁴; ordenou a construção de uma muralha em Trancoso face ao aumento da população; ampliou o castelo de Monsanto e reformou o castelo de Linhares. Nesta época, D. Dinis também atribui Carta de Feira a diversas praças²⁸⁵, o que assinalou um período de desenvolvimento para as principais

²⁸³ Ao longo da primeira metade do séc. XIII, assistiu-se a promulgação de diplomas e atribuição de forais para fixação de populações nesta região de fronteira, a saber: em 1209, Sancho I outorga foral a Pinhel; e em 1220, a Ordem do Templo atribui foral à Vila do Touro, em resposta à transferência do Sabugal para a margem direita do Côa (Barroca, 2009).

²⁸⁴ Com a assinatura do Tratado de Alcanises, em 1297, a função estratégica da vila de Sortelha passou para segundo plano já que a fronteira ficou mais longe e os antigos castelos do reino de Leão (Sabugal, Alfaiates e Vilar Maior) estavam melhor posicionados.

²⁸⁵ Em 1281, renova a Carta de Feira em Castelo Mendo; em 1286, cria a Feira de Marialva ou feira franca que se realizava todos os dias 15 de cada mês e durava cerca de três dias; em 1306, dá Carta de

praças do reino, apesar dos conflitos permanentes no território (Barroca, 2009; Graça, 2000; Graça e Santo, 2000a).

Em meados do século XIV, o atual território das Aldeias Históricas de Portugal foi palco de constantes e graves conflitos entre as duas coroas ultrapassando, frequentemente, o âmbito territorial da linha de fronteira²⁸⁶ (Tratado de Alcanises), nas designadas Guerras Fernandinas. Nesta época, reinava em Portugal D. Fernando (1367-1383) que considerava ter direitos sobre o trono daquele reino, razão pela qual se envolveu em sucessivos conflitos com Castela, dos quais saiu sempre vencido agravando assim a situação do reino. Este período de conflitos pode ser dividido em três fases de guerra, entre 1369-1370, 1372-1373 e 1381-1382, os quais culminaram com a assinatura de um tratado de paz.

Este período agravou-se com a crise dinástica que deu nome ao período seguinte de conflitos – a Crise de 1383-1385 –, provocando sérios estragos e abandono das estruturas defensivas e despovoamento (por exemplo: Almeida, Belmonte, Castelo Rodrigo e Castelo Novo), para além dos grandes saques e destruições nos campos agrícolas. Esta crise política foi provocada pela sucessão ao trono de Portugal com a morte de D. Fernando (1383), deixando como sucessora ao trono a sua única filha e herdeira, D. Beatriz, casada com o rei de Castela, João I. Esta situação gerou algum desagrado e confronto entre grupos, pois D. Beatriz ao não ter filho homem, o trono de Portugal passaria para as mãos de Castela, o que colocava em causa a independência de Portugal.

No território das Aldeias Históricas de Portugal assistiu-se a divisão no reino português, com Almeida, Castelo Rodrigo, Castelo Mendo e Sabugal a apoiarem D. Beatriz e D. João de Castela (clero e grande nobreza, com medo de perder os seus privilégios, aclamou D. Beatriz, rainha de Portugal). Por outro lado, o interesse dos castelhanos em tomar o trono português à força desencadeou entre a pequena nobreza, a burguesia e o povo, um movimento de revolta e de apoio ao Mestre de Avis (filho ilegítimo de D. Pedro pai de D. Fernando I), proclamado rei D. João I pelas Cortes de Coimbra.

Feira de Sortelha, cria a feira de Linhares e a feira franca mensal de Trancoso com duração de 3 dias; em 1308, atribui Carta de Feira a Monsanto (realização junto da capela de S. Pedro Vir-a-Corça).

²⁸⁶ Esta linha de fronteira foi utilizada em 1372 e 1383, para invasão e cerco a Lisboa.

O rei de Castela não desistiu e resolveu invadir Portugal, por diversas vezes²⁸⁷, entre as quais está uma invasão castelhana pelas Beiras que acabou por incendiar Viseu. Os fidalgos beirões, o Alcaide de Trancoso (Gonçalo Vasques Coutinho) e de Linhares (Alcaide Martim Vasques da Cunha), recebem ordens para posicionarem-se em Trancoso, junto à Ermida de S. Marcos, no sentido de impedirem a retirada dos castelhanos. Um combate travado a 29 de maio de 1385, do qual Portugal saiu vencedor apesar da desvantagem numérica²⁸⁸ (Graça, 2000).

Os séculos XV e XVI foi um período de recuperação da coroa, da igreja e dos senhores, pois as Guerras Fernandinas e os conflitos de Crise (1383-1385) afetaram severamente o atual território das Aldeias Históricas de Portugal. A recuperação começou a ser notória no final século XV, com a chegada de muitos dos judeus, expulsos por Castela em 1492, estabeleceram-se em Almeida, Belmonte, Castelo Mendo, Castelo Rodrigo, Linhares, Marialva, Monsanto, Trancoso²⁸⁹ (D. Pedro I concedeu aos judeus um bairro próprio para habitação e desenvolvimento das suas atividades económicas, localizado no interior da vila como revelam alguns dos sinais existentes, por exemplo, a “Casa do Gato Preto”, marcas gravadas e o poço do mestre), apesar da presença judaica remontar ao séc. XII e XIII, em Castelo Rodrigo, Marialva e Belmonte²⁹⁰, aos quais se juntaram os que fugiram ao Édito dos Reis Católicos. Na atualidade, o judaísmo continua presente em Belmonte como se verifica pela sinagoga construída numa das ruas da antiga judiaria (Figura 45), pelo rabino e pelo cemitério próprio, mas também na vida económica da Aldeia Histórica com a produção de produtos *Kosher* e na realização de investimentos turísticos como, por exemplo, o hotel Sinai Belmonte, o que representa uma aposta num nicho específico – o turismo judaico –, uma estratégia que também abrange Trancoso, tendo em conta o conjunto de manifestações físicas e imateriais no

²⁸⁷ Durante a crise de 1383 e 1385 D. João de Castela, casado com D. Beatriz, terá passado pela atual Aldeia Histórica de Castelo Mendo, quando invadiu Portugal (CCRC, 1999).

²⁸⁸ Esta batalha serviu de motivação para enfrentar os castelhanos 77 dias depois na Batalha de Aljubarrota, em agosto de 1385, da qual o rei de Castela saiu derrotado. O exército castelhano era numericamente superior, mas os Portugueses, com a tática do quadrado adaptada à infantaria e apoio de alguns corpos de arqueiros ingleses, saíram uma vez mais vencedores, garantindo assim a independência de Portugal.

²⁸⁹ Segundo Tavares (1981), viviam em Trancoso mais de 500 famílias judaicas, algo que levou D. João II, em 1481, a conceder autorização para ampliação da sinagoga.

²⁹⁰ Apesar de existir tolerância religiosa, D. Manuel I alterou a sua política, decretando o édito de 1496, que ditou a expulsadas minorias judaica e muçulmana do reino ou a conversão dos judeus em cristãos novos ou cripto-judeus (os cruciformes nas ombreiras das portas são sinais da conversão dos judeus), para não serem expulsos do reino. No entanto, alguns sinais evidenciam a resistência e permanência de alguns sefardistas face ao decreto de D. Manuel (exemplo, o Aron de Castelo Mendo, um armário sagrado do século XVI, onde os judeus guardavam a Torah – manuscrito com a transcrição do Antigo Testamento, guardado numa habitação particular) (Barroca, 2001).

território²⁹¹. As Aldeias Históricas de Belmonte e Trancoso integram também a Rede de Judiarias da Beira Interior.

Figura 45 - Sinagoga de Belmonte (à esquerda) e forte de Almeida (à direita)



Fonte: Autora, 2016

A recuperação desta antiga vila também passou pela chegada do primeiro alcaide, Luís Álvares Cabral, pertencente à família Cabral, bisavô de Pedro Álvares Cabral²⁹², o Capitão-mor que descobriu o caminho para o Brasil (1500) – Terra de Vera Cruz –, quando chefiava a segunda armada em direção ao Oriente (Índia). A comunidade judaica também ajudou no início das descobertas, pois os sábios conhecimentos dos judeus auxiliaram as expedições à descoberta de novos mundos.

No século XVII, os castelos raianos foram caindo em ruínas por decisão política da dinastia filipina de não permitir a reparação – Portugal estava unido à Espanha –, eliminando assim pontos de resistência defensiva para o caso dos portugueses resolvessem recuperar a independência, acabando por ter menos hipóteses de se defenderem no confronto com Castela, como, por exemplo, o castelo de Almeida que ficou quase em ruínas, pois era desejado pelos espanhóis, particularmente, com a restauração da independência portuguesa²⁹³, em 1640. Após a expulsão dos espanhóis, D. João IV, mandou reconstruir todos os castelos de fronteira, ampliando as defesas das praças a fim de prevenir a invasão por parte dos espanhóis, sendo exemplo a construção

²⁹¹ Mais adiante vamos aprofundar a Estratégia de Eficiência Coletiva do anterior e atual quadro comunitário, já que tem como foco temático a Rede das Aldeias Históricas de Portugal e do Património Judaico no interior da Região Centro.

²⁹² Ver Nogueira, C. (2006). *Monografia Histórica do Concelho de Belmonte – Novos Contributos*. Belmonte: Câmara Municipal de Belmonte.

²⁹³ As Aldeias Históricas de Castelo Mendo, Castelo Rodrigo e Sortelha foram também palco de intensos combates entre portugueses e castelhanos nas guerras da Restauração da Independência.

da fortaleza abaluartada de Almeida – edificação de um novo reduto defensivo. Durante a guerra de Restauração da Independência foi considerado o maior e mais importante reduto da defesa fronteiriça do reino, a par da Praça-forte de Elvas e a de Valença, apesar de ter sido muitas vezes atacada pelos inimigos nunca foi tomada (Graça e Santo, 2000a).

Esta situação inverteu-se com tomada de Almeida pelos Castelhanos na Guerra dos Sete anos (1756-1763), sendo restituída em 1763. Este reduto voltou a ser tomado na primeira e terceira Invasão Francesa, ou melhor dizendo, franco-espanhola, pois tratou-se de uma invasão feita por militares dos exércitos dos dois países. Das três invasões napoleónicas, entre 1807-1808, 1809 e 1810-1811, a terceira invasão é aquela que marca para sempre Almeida, durante o cerco que Massena fez à fortaleza, uma violenta explosão de pólvora num paiol em 26 de agosto de 1810, destruiu quase na totalidade o antigo castelo medieval e parcialmente a praça-forte, o que e levou à derrota militar portuguesa e domínio francês até 1811 (Graça e Santo, 2000a). Nesta guerra, estiveram diretamente envolvidas as Aldeias Históricas de Castelo Mendo, Sortelha e Trancoso (durante a terceira invasão francesa albergou o quartel-general de Beresford) (Barroca, 2009; CCRC, 1999; Magalhães e Alçada, 2002).

Alguns anos depois, Almeida volta a envolver-se em conflitos aquando a guerra civil que opôs liberais e absolutistas (1832-1834), com os habitantes a tomar o partido de D. Miguel. O castelo voltou a ser palco de confronto, desta vez portugueses contra portugueses, com as muralhas a ficarem bastante danificadas das lutas com artilharia pesada (CCRC, 1999). Estas lutas também atingiram outras Aldeias Históricas de Portugal, entre as quais: Trancoso e Castelo Mendo (a estrutura defensiva, desta última, entrou em processo de ruína após as invasões francesas e lutas liberais).

Das diferentes ocupações, destaca-se um vasto e diversificado património arqueológico e construído, desde a arquitetura militar e civil até ao património religioso, passando pelo património rural, distribuído pelos doze aglomerados da Rede das Aldeias Históricas de Portugal. Este património beneficia de diferentes estatutos de proteção: 16 são Monumentos Nacionais, 23 Imóveis de Interesse Público, 3 Imóveis de Interesse Municipal e 1 Conjunto de Interesse Público (Cf. Quadro 10), o que contribui para conferir relevância turística ao território. Aliás, é o valor patrimonial e turístico destes imóveis que está na base da criação da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, como se vai ter oportunidade de demonstrar mais adiante.

Quadro 10 - Património classificado por Aldeia Histórica de Portugal

AHP	Património Classificado	Categoria de proteção	Categoria/ Tipologia
Almeida	Muralhas da Praça de Almeida	MN - Monumento Nacional	Arq. Militar
Belmonte	Castelo	MN - Monumento Nacional	Arq. Militar
	Capela dos Cabrais		Arq. Religiosa
	Torre de Centum Cellae		Arqueologia
	Pelourinho	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arq. Civil
	Convento de N. Srª da Boa Esperança		Arq. Religiosa
Castelo Mendo	Castelo	MN - Monumento Nacional	Arq. Militar
	Pelourinho	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arq. Civil
	Aldeia de Castelo Mendo		Arq. Civil
Castelo Novo	Pelourinho	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arq. Civil
	Lagariça ou Lagareta	IM - Interesse Municipal	Arq. Civil
Castelo Rodrigo	Castelo e muralha do burgo	MN - Monumento Nacional	Arq. Militar
	Pelourinho		Arq. Civil
	Igreja e Convento de Stª Maria de Aguiar		Arq. Religiosa
	Tetos da Igreja Matriz	IIP - Imóvel de Interesse Público	
	Chafariz da Casqueira	IM - Interesse Municipal	Arq. Civil
Idanha-a-Velha	Conjunto arquitetónico e arqueológico	MN - Monumento Nacional	Arqueologia
	Igreja de Stª Maria ou “Catedral”	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arqueologia
	Pelourinho		Arq. Civil
	Ponte Velha		
Linhares	Castelo	MN - Monumento Nacional	Arq. Militar
	Pelourinho	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arq. Civil
	Janela manuelina da Casa do Judeu		Arq. Religiosa
	Igreja Matriz de Nª Srª da Assunção		
	Antiga Vila de Linhares	CIP - Conjunto de Interesse Público	-
Marialva	Castelo e muralhas	MN - Monumento Nacional	Arq. Militar
	Pelourinho	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arq. Civil
	Igreja de S. Pedro		Arq. Religiosa
Monsanto	Castelo e muralhas	MN - Monumento Nacional	Arq. Militar
	Pelourinho	IPP - Imóvel de Interesse Público	Arq. Civil
	Capela de S. Pedro de Vir-a-Corça		Arq. Religiosa
	Aldeia Velha de Monsanto		Arq. Mista
Piódão	Povoação de Piódão	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arq. Civil
Sortelha	Castelo	MN - Monumento Nacional	Arq. Militar
	Pelourinho	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arq. Civil
Trancoso	Castelo e muralhas do burgo	MN - Monumento Nacional	Arq. Militar
	Pelourinho		Arq. Civil
	Campo Militar da Batalha de S. Marcos		-
	Igreja de Nª Srª da Fresta	IIP - Imóvel de Interesse Público	Arq. Religiosa
	Capela de Stª Luzia		Arqueologia
	Sepulturas escavadas na rocha		Arqueologia
	Via antiga do Sintrão		Arqueologia
Casa da Prisca	IM - Interesse Municipal	-	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Direção-Geral do Património Cultural, 2017

No território das Aldeias Históricas de Portugal, a ocupação humana faz-se notar pelo património arqueológico classificado e que, por isso mesmo, beneficiam de proteção como é a torre de *Centum Cellae* (*villa* do séc. I d.C ou, para alguns autores, como templo de um fórum²⁹⁴), classificada como Monumento Nacional, ou ainda a *Villa* romana da Quinta da Fórnea, ambos localizados na Aldeia Histórica de Belmonte; a necrópole da Idade Média na Aldeia Histórica de Trancoso, com um conjunto de sepulturas antropomórficas escavadas num afloramento rochoso, classificadas como Imóvel de Interesse Público; o conjunto de sepulturas visigóticas na Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha – necrópole do séc. VI a VIII; sendo de acrescentar os vestígios de uma antiga necrópole na igreja matriz e na antiga igreja da misericórdia na Aldeia História de Sortelha.

Em termos de património arquitetónico militar, impõe-se um particular destaque para as nove fortificações – burgos medievais e castelos –, classificados como Monumentos Nacionais (Cf. Quadro 10), e outrora construídos como linha de defesa do território e do país (cujo o limite físico foi a linha de fronteira entre o Douro e o Tejo, tendo como particular referência o rio Côa), exemplares notáveis de arquitetura militar do século XVII, sendo de assinalar a praça-forte de Almeida (as Casamatas ou Quartéis Velhos, o Quartel das Esquadras, o Picadeiro d’El Rei que funcionou também como Quartel do Destacamento de Artilharia e Hospital Militar e reconvertido para a prática de equitação, o Corpo da Guarda Principal que alberga atualmente a Câmara Municipal, o Palácio da Vedoria Geral da Beira ou Casa dos Governadores da Beira (atualmente, funciona como Palácio da Justiça), e os múltiplos castelos de defesa raiana (Castelo Mendo, Castelo Rodrigo²⁹⁵, Sortelha e Trancoso), destruídos e reconstruídos em vários momentos como já tivemos oportunidade de constatar.

A arquitetura civil no território reflete a importância administrativa, política e jurídica destas antigas vilas medievais, com a exceção de Piódão, todas as Aldeias Históricas foram vilas e sedes de concelho. Os pelourinhos medievais e quinhentistas – classificados como Imóveis de Interesse Público (Cf. Quadro 10), as antigas Casas da Câmara (Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Idanha-a-Velha, Linhares, Marialva, Sortelha), os antigos tribunais e cadeias (Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo

²⁹⁴ Veja-se a este propósito Alarcão, J. (2012). Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – VI. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 15, 113-137.

²⁹⁵ No interior do castelo encontram-se as ruínas do Palácio de Cristóvão de Moura (séc. XVI), filho de um antigo alcaide da vila e figura ilustre da diplomacia castelhana, razão pela qual o palácio, símbolo, da opressão filipina, foi incendiado pela população com a Restauração da Independência portuguesa (1640).

Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares, Marialva, Sortelha), para além das casas solarengas associadas a figuras ilustres, pontes (por exemplo, a ponte velha da Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha que fazia a ligação entre importantes redes viárias de Mérida-Braga e Cáceres-Viseu, para além de permitir o acesso aos moinhos do rio Pônsul), e as calçadas romanas de Castelo Novo, a Estrada de Almocreves na Aldeia Histórica de Linhares (ligava Mérida a Braga), a Via antiga de Sintrão na Aldeia Histórica de Trancoso, são alguns dos exemplos do património civil.

Das casas solarengas podemos referir, em particular, o Solar da Família Falcão, ou Solar D. Silvestre (alcaide-mor de Castelo Novo) ou Solar do Visconde de Trancoso (séc. XVII), a Casa de São Mateus (séc. XVII), o Solar da Família Correia Sampaio (séc. XVIII), a Casa Sampaio Roquete (séc. XIX), a Casa da Família Gamboa (séc. XVIII), a Casa da Comenda ou Casa do Alardo, na Aldeia Histórica de Castelo Novo; o Solar dos Condes de Belmonte ou Solar dos Cabrais (atualmente, alberga o Museu à Descoberta do Novo Mundo); a Casa da Roda dos Expostos na Aldeia Histórica de Almeida (para acolher crianças órfãs ou aquelas que, por falta de meios, a família não podia criar); a Casa Marrocos²⁹⁶ (séc. XX) em Idanha-a-Velha; a Casa Brandão de Mello, o Solar Pina Aragão (séc. XVIII) e o Solar dos Corte Real (séc. XVIII), convertido em Unidade de Alojamento do INATEL), na Aldeia Histórica de Linhares; o Solar dos Marqueses de Marialva (séc. XVII) e o Solar do Leão (séc. XVI e XVII), na Aldeia Histórica de Marialva; o Solar do Marquês de Graciosa (séc. XVII e XVIII), atualmente convertido em Posto de Turismo e o Solar dos Carvalho Sampaio (séc. XVII), na Aldeia Histórica de Monsanto; e a Casa do quartel-general de Beresford, na 3ª Invasão Francesa (séc. XVI e XVII), a Casa dos Arcos (séc. XIX) que desempenhou as funções de tribunal e residência dos juízes (atualmente, adaptada a residência de estudantes), Solar dos Moutinhos (séc. XVIII), o Palácio Ducal onde viveu o 2º Visconde de Trancoso (séc. XVIII), mas em avançado estado de degradação, entre outras casas que atestam a presença de figuras ilustres²⁹⁷ e famílias nobres que nasceram ou residiram no território,

²⁹⁶ Integra o lote de 30 edifícios históricos a concessionar, por concurso público, a investidores privados no âmbito do projeto REVIVE – Reabilitação, Património e Turismo, lançado em 2016 pelo XX Governo.

²⁹⁷ Um desses exemplos é Trancoso, a Aldeia Histórica destacou-se, também, por um conjunto de figuras históricas e lendárias, como: Gonçalo Vasques Coutinho (alcaide-mor de Trancoso, figura ilustre do séc. XIV, pela batalha de São Marcos); Álvaro Gonçalves Coutinho ou Magriço (filho de Gonçalo Vasques Coutinho, destacou-se ao integrar a famosa expedição a Inglaterra, naquela que foi imortalizada como a saga dos doze de Inglaterra, referida por Camões em “Os Lusíadas”); Gonçalo Anes Bandarra (o famoso sapateiro-profeta que após a sua morte inspirou Fernando Pessoa e o Padre António Vieira); Gonçalo Fernandes Trancoso (primeiro grande contista português nasceu nesta antiga vila medieval); Fernando

tal como já tivemos oportunidade de evidenciar, mas também atestam a prosperidade económica no século XVIII e XIX.

No que respeita à arquitetura religiosa, são vários os monumentos de valor patrimonial relevante como, a Capela dos Cabrais (séc. XV e XVI), Igreja e Convento de St^a Maria de Aguiar (séc. XII e XIII), classificados como Monumento Nacional, assim como diversos Imóveis de Interesse Público, nomeadamente: o Convento de N^a Sr^a da Boa Esperança na Aldeia Histórica Belmonte (séc. XVI), os tectos da Igreja Matriz da Aldeia Histórica de Castelo Novo (séc. XVI e XVII), a Igreja Matriz de N^a Sr^a da Assunção na Aldeia Histórica de Linhares (séc. XII – XVIII), a Igreja de S. Pedro na Aldeia Histórica de Marialva (séc. XIV – XVII), a capela de S. Pedro da Vir-a-Corça na Aldeia Histórica de Monsanto (séc. XII ou XIII), a Igreja de N^a Sr^a da Fresta (séc. XII – XVIII) e Capela de St^a Luzia (séc. XII ou XIII e XVIII-XIX) na Aldeia Histórica de Trancoso. Para além destes, outros imóveis, muito diversificados cronológica e arquitetonicamente, valorizam o conjunto patrimonial religioso distribuído pelos doze aglomerados.

Entre o património construído destaca-se ainda a diversidade e riqueza arquitetónica dos conjuntos edificados e classificados como Imóveis de Interesse Público, sendo o caso da Povoação do Piódão (1978), a Aldeia Velha de Monsanto (1982) e a Povoação de Castelo Mendo (1984), bem como a Antiga Vila de Linhares (2013), classificada como Conjunto de Interesse Público.

A este conjunto de construções, pode ainda acrescentar-se um conjunto diversificado de património rural da arquitetura beirã, que representa um modo de vida e uma cultura ligada ao mundo rural como, por exemplo, a antiga fábrica de moagem em Almeida para moer cereal produzido nos campos desta Aldeia Histórica, os antigos fornos comunitários, os lagares de azeite, os antigos pombais, os antigos palheiros, entre outros, estando, no entanto, desativados e/ou em ruínas na sua maioria. A recuperação de algum deste património rural, no contexto do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal, permitiu reforçar a oferta turística do território como, por exemplo, o Lagar das Varas em Idanha-a-Velha e o Lagar de Azeite de Belmonte, recuperados e adaptados a espaços museológicos.

Isaac Cardoso (um famoso médico judeu-converso de Filipe IV de Espanha, mas também filósofo, cientista e escritor), entre outros.

Na secção que se segue apresentam-se duas componentes básicas do sistema turístico, a oferta e procura turística, que complementam os recursos naturais e histórico-culturais já apresentados ao longo desta secção.

1.8. Dinâmicas do sistema turístico: Aldeias Históricas de Portugal

1.8.1. Oferta turística no território das Aldeias Históricas de Portugal

Como já referimos, o turismo deve ser visto como um sistema composto por múltiplas partes interrelacionadas e interdependentes, cujo funcionamento adequado depende do equilíbrio entre as duas forças motrizes, ou se quisermos entre as duas componentes básicas do sistema, a procura e a oferta turística²⁹⁸.

A par do conjunto de recursos naturais e culturais (Cf. secções 1.6. e 1.7.), considerados a matéria-prima da atividade turística e/ou fatores externos que influenciam o funcionamento e evolução do sistema turístico, a **oferta turística** agrega também um conjunto de bens e serviços, infraestruturas e equipamentos, que surgem com o intuito de satisfazer as necessidades dos visitantes fora do ambiente quotidiano, quer isto dizer aquando a sua deslocação e permanência no destino turístico. Ora estes bens e serviços e infraestruturas podem ser agrupados em seis componentes: (i) alojamento; (ii) restauração; (iii) artesanato; (iv) animação turística; (v) equipamentos e infraestruturas e (vi) eventos, considerados estruturantes na caracterização do sistema turístico das Aldeias Históricas de Portugal

De acordo com um levantamento próprio, em 2016, o território em estudo possuía cerca de **58 empreendimentos turísticos**²⁹⁹ e cerca de 709 camas (Cf. Quadro 11). O que representa cerca de 13,7% dos empreendimentos turísticos e 1,7% da capacidade de alojamento da Região Centro. Outro dado importante que importa salientar é a concentração do número de unidades de alojamento (quartos) nos aglomerados de cariz urbano como Belmonte, Trancoso e Almeida, classificados como Aldeias Históricas de Portugal, aliás a integração dos dois primeiros aglomerados na Rede, em 2003, surgiu

²⁹⁸ A propósito dos dois principais elementos do sistema turístico veja-se na Parte I, no capítulo 2, a secção 2.2.1..

²⁹⁹ Sublinhe-se que de acordo com a informação do Registo Nacional de Turismo (RNT), em 2016, existiam nas Aldeias Históricas de Portugal cerca de 80 empreendimentos turísticos com atividade aberta, facto que não corresponde à realidade do território e que encontra explicação na informação incompleta e desatualizada no Registo, uma vez que a inserção da informação é da responsabilidade dos agentes turísticos. A discrepância do número e capacidade de alojamento dos empreendimentos turísticos no Registo exigiu a recolha de informação junto dos 58 empresários dos empreendimentos turísticos das Aldeias Históricas de Portugal.

associado à necessidade diversificar a oferta turística ao nível do alojamento, restauração e outros serviços, numa perspetiva de maior densidade do conjunto. Note-se que de acordo com os dados recolhidos, em 2016, cerca de 43,7% das camas estavam localizadas nas Aldeias Históricas de Belmonte (169) e Trancoso (141), distribuídas pelos 14 empreendimentos turísticos. Aliás, os três aglomerados urbanos (Almeida, Belmonte e Trancoso) concentram mais de metade das camas do território, cerca de 55,9%, o que representa uma capacidade de alojamento (pessoas) de cerca de 58,7%.

Por oposição os aglomerados rurais sofrem de escassa oferta de alojamento turístico como é o caso de Castelo Mendo, ou da inexistente oferta na Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha. A estas fragilidades acresce a falta de uma oferta diversificada em termos de alojamento turístico nos aglomerados rurais, mas é uma realidade transversal no conjunto da Rede. A oferta restringe-se em termos de empreendimentos turísticos, fundamentalmente, alojamento local e turismo no espaço rural e algumas unidades de turismo de habitação e hotéis (Cf. Quadro 11), o que não surpreende dada a potencialidade destes aglomerados ao nível do património construído para unidades de alojamento (casas solarengas, palácios, entre outros), respeitando a traça original da arquitetura, como aliás se verifica no investimento realizado no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio como adiante se terá oportunidade de constatar. Para além disto, há que considerar as residências secundárias que não sendo contabilizadas no mercado turístico têm expressividade turística³⁰⁰.

A verdade é que primeiras modalidades de turismo são cada vez mais importantes para o território, na medida em que, funcionam como alternativa económica para as populações locais e funcional para algum do património abandonado, para além do aumento, diversificação e qualificação da oferta turística nas Aldeias Históricas de Portugal e no território envolvente das mesmas. Constata-se, no entanto, que apesar da importância das pequenas unidades em territórios rurais de baixa densidade como as Aldeias Históricas de Portugal, o peso destas é pouco significativo ao nível da capacidade de alojamento, dado o número reduzido de quartos e camas. Por outro lado, verifica-se que as Aldeias Históricas com maior capacidade de alojamento, justificado pelo maior número de quartos e camas (hotéis e pousadas), dispõem de menor número de unidades de turismo em espaço rural e local.

³⁰⁰ Veja-se a este propósito nesta Parte III, a secção 1.2..

Há a acrescentar, no que respeita a qualificação da oferta, que cinco das sete unidades hoteleiras estão classificadas com quatro estrelas e as restantes duas com três estrelas, o que não deixa de ser relevante para o posicionamento e competitividade do destino turístico Aldeias Históricas de Portugal.

Quadro 11 - Tipologia de empreendimentos turísticos e capacidade de alojamento nas Aldeias Históricas de Portugal, em 2016

AHP	Tipologia de Empreendimentos Turísticos						Capacidade de Alojamento		
	Hotel	Pousada	Turismo de Habitação (TH)	Turismo em Espaço Rural (TER)	Alojamento Local (AL)	Total	Nº de unidades de alojamento (quartos)	Nº de camas	Capacidade de alojamento (nº de pessoas)
Almeida	1	0	1	0	5	7	82	86	150
Belmonte	2	1	0	1	6	10	129	169	270
Castelo Mendo	0	0	0	2	0	2	3	3	6
Castelo Novo	0	0	3	3	0	6	26	39	58
Castelo Rodrigo	0	0	1	2	2	5	25	32	52
Idanha-a-Velha	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Linhares	0	1	0	2	0	3	33	61	65
Marialva	0	0	0	2	0	2	40	49	82
Monsanto	1	0	0	1	8	10	37	53	81
Piódão	1	0	0	1	1	3	33	61	66
Sortelha	0	0	0	6	0	6	12	15	25
Trancoso	1	0	1	0	2	4	96	141	199
<i>Total</i>	7	1	6	21	24	58	516	709	1054

Fonte: Elaboração própria com base num levantamento próprio efetuado em agosto de 2016

Outro subsistema a destacar do sistema turístico é a oferta de **restauração** enquanto elemento complementar e de apoio à atividade turística, pois ajuda no aumento do tempo de permanência e na satisfação das necessidades dos visitantes, para além de funcionar como atividade económica local e canal de divulgação da história e cultura do destino turístico.

No território que aqui é objeto de estudo apenas considerámos os restaurantes para análise, apesar da existência de estabelecimentos de restauração em todas as Aldeias Históricas (cafés, pastelarias, bares, salão de chá e restaurantes), pois são um elemento estruturante na oferta turística do território em estudo. De acordo com a informação recolhida no território (Quadro 12), em 2016, existiam 36 unidades de restauração em oito das doze Aldeias Históricas de Portugal, com uma capacidade de 2334 lugares. Deste conjunto importa destacar a concentração de restaurantes nas Aldeias Históricas de Trancoso, Belmonte e Almeida, aglomerados urbanos com funções administrativas.

Quadro 12 - Número de restaurantes e capacidade nas Aldeias Históricas, em 2016

AHP	N.º	Capacidade <i>(lugares sentados)</i>
Almeida	7	637
Belmonte	9	464
Castelo Novo	1	120
Linhares	1	40
Monsanto	2	146
Piódão	3	185
Sortelha	2	120
Trancoso	11	622
Total	36	2334

Fonte: Elaboração própria com base num levantamento próprio efetuado em agosto de 2016

Neste território a gastronomia está muito relacionada com o ciclo agrícola, da caça, da matança e de frutos e vegetais espontâneos. Dos pratos caraterísticos podemos encontrar o arroz de lebre, coelho guisado à caçador, perdiz e codornizes estufadas, cabrito assado na brasa, e na altura da matança do porco – ritual das gentes das beiras –, as migas de sarrabulho com sangue do porco e as migas com os miúdos do porco, o bucho cozido, a morcela, farinheira e a chouriça com batatas e grelos cozidos, uns peixes dos rios Côa (trutas, barbos, bogas e bordalos), Zêzere e Pônsul, o ensopado ou arroz de tortulhos ou míscaros, a sopa de castanhas (Castelo Novo, Linhares e Trancoso), as migas de batatas, migas à lagareiro e miga sorda.

Em maus anos agrícolas o homem combatia a falta de comida recolhendo vegetais silvestres, como merujes, azedas ou agriões, míscaros ou tortulhos (cogumelos), labças, espargos, saramagos, entre outros. Atualmente estes produtos continuam a ser utilizados na confeção de pratos antigos e cada vez mais nos restaurantes *gourmet*, como por exemplo, o restaurante Cova da Loba (Linhares) e o Convento Belmonte Gourmet.

A isto soma-se os queijos da Serra da Estrela (Linhares e parte do concelho de Trancoso) e de Idanha-a-Nova (Idanha-a-Velha e Monsanto), a coalhada e requeijão, o leite com botelha, as papas de milho, o mel e doces de frutos silvestres e da época (amoras, bolotas, medronhos, figos-da-índia, gapuchas, castanhas, figos, nozes, avelãs, peras, maçãs, cerejas, pêssegos), a broa e o pão caseiro confeccionado em alguns dos fornos comunitários e particulares (outrora confeccionado com o centeio e outros cereais moído nos moinhos junto ao rio Côa, ribeira de Gualdim e Alpreade e ribeira de

Linhares, por exemplo), as filhós e rabanadas, o bolo de ovos e bolo de azeite, as amêndoas doces de Castelo Rodrigo e as sardinhas doces de Trancoso (representadas pela Confraria das Sardinhas Doces de Trancoso), uma receita que teve origem do Convento de Santa Clara de Trancoso. Há ainda a considerar os azeites e vinhos da “terra quente” e “serra” (Belmonte, Trancoso, Linhares, Castelo Rodrigo) feito em lagares privados e armazenados em cubas e pipas, bem como a aguardente, jeropiga e licores (amora, tangerina, por exemplo). Esta oferta gastronómica permite um aumento das experiências vividas e do tempo de permanência dos visitantes, por um lado, e, por outro, o aumento da satisfação destes com o destino turístico.

Refira-se, contudo, que nas outras quatro Aldeias Históricas de Portugal (Castelo Mendo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha³⁰¹ e Marialva) a realidade é completamente diferente, verificando-se uma ausência de restaurantes e alguns dos cafés existentes não respondem às necessidades dos visitantes. A isto é conveniente acrescentar que nem todos os restaurantes existentes estão orientados para o turismo, quer ao nível do serviço, quer ao nível da qualidade e promoção da gastronomia local.

Quanto aos **produtos tradicionais** o território das Aldeias Históricas de Portugal apresenta ainda algumas debilidades, apesar do aparecimento de novos locais de comércio de produtos tradicionais típicos no território em estudo (29 lojas) nos últimos anos. Trata-se, essencialmente, de uma atividade complementar ao nível dos rendimentos da população, por via de um artesanato ligado à transformação de produtos agroalimentares (frutos secos, chás, licores e ginjinha, vinho e aguardente de medronho, cerveja artesanal, azeite, mel, compotas, enchidos e queijos, doces, pão, entre os quais se destacam os produtos *kosher* na Aldeia Histórica de Belmonte), de madeira (peças de mobiliário, pífaros, escultura de arte sacra), de pedra (miniaturas das casinhas em xisto), manufatura de vestuário de lã e burel³⁰² (vestuário medieval, bonecas de Trapos ou Marafonas, carteiras e almofadas de burel) e pele (adufes), bracejo e ráfia, rendas/bordados, entre outro artesanato moderno (presépios, peças decorativas de cabaças e milho, pintura, bonecos de lã, decoração de vidro, arte tridimensional, joalheria, etc.), conforme explicitado no Quadro 13.

³⁰¹ No Café LAFIV – Liga de Amigos da Freguesia de Idanha-a-Velha é possível desfrutar de uma refeição mediante marcação prévia.

³⁰² A Associação para o Desenvolvimento das Aldeias Históricas no anterior Quadro Comunitário, Iniciativa PROVERE, desenvolveu um projeto designado “Vestir a História” que assentou na conceção de peças de vestuário com base em técnicas artesanais da Cooperativa Belofícios (instalada na Aldeia Histórica de Belmonte).

De acordo com a informação recolhida no terreno e sistematizada no referido Quadro, em 2016, as Aldeias Históricas com o maior número de estabelecimentos comerciais e/ou lojas eram Belmonte (6) e Monsanto (5), seguidas de Castelo Rodrigo (4), Trancoso (3) e Piódão (3). Nos restantes aglomerados a oferta é mais escassa restringindo-se a uma ou duas lojas, chegando mesmo a ser inexistente na Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha. Uma ausência que é atenuada pela venda na rua de produtos típicos e artesanais.

Quadro 13 - N.º de lojas de artesanato e produtos por Aldeia Histórica de Portugal, em 2016

AHP	N.º de lojas	Produtos
Almeida	2	Olaria, cestaria e bordados; produtos agroalimentares (amêndoas, bolinhos de amêndoa e compotas), ginginha de Almeida.
Belmonte	6	Produtos agroalimentares: enchidos, queijos, azeites bio-freixo, frutos secos caramelizados, biscoitos de azeite, compotas e mel, bolachas de cerveja artesanal, cerveja cabralina e <i>kosher</i> , licores, vinhos; Artesanato contemporâneo: peças decorativas produzidas a partir de cabaças e milho, vestuário medieval, presépios, pinturas em tecido; Escultura em madeira e bordados (linho, atoalhados, lençóis).
Castelo Mendo	1	Produtos agroalimentares: enchidos, queijos, compotas e mel, licores, bolos secos; Objetos de decoração em ferro e banquinhos em madeira.
Castelo Novo	2	Produtos agroalimentares: queijos, enchidos, compotas, vinhos, avelãs biológicas caramelizadas; Artesanato contemporâneo: presépios, bonecos de lã, decorações de ferro, madeira e pedra; pintura a óleo, pastel, lápis, grafite, aguarela e acrílico.
Castelo Rodrigo	3	Produtos agroalimentares: queijos, enchidos, azeite, vinhos, frutos secos (ex. amêndoas doces ou salgadas com ervas aromáticas, figos, etc), mel e compotas, chás e infusões.
Idanha-a-Velha ³⁰³	0	Produtos agroalimentares: pão regional e bolos (bicas de azeite, chouriço e de maçã, bolos de leite e borrachões); Adufes e marafonas.
Linhares	1	Produtos agroalimentares: queijos, enchidos, compotas, azeite, castanhas; Produtos <i>cake design</i> (transformação do requeijão local em <i>cupcakes</i> , macarrons); Artesanato: artigos de loiça e burel pintados à mão e malhas de lã.
Marialva	1	Compotas, vinhos e artesanato moderno.
Monsanto	5	Produtos agroalimentares: queijos, enchidos, azeite (orgânico, biológico e aromatizado), vinhos, mel e compotas, infusões e pão regional; Artesanato: marafonas (bonecas de trapos), adufes, linhos e bordados, esculturas e quadros pintados a óleo, decoração em vidro, arte tridimensional, peças de estanho e joalheria (artesanato contemporâneo).
Piódão	3	Produtos agroalimentares: aguardente de mel e medronho, licores, enchidos, mel; Artesanato: esculturas em madeira e cerâmica e miniaturas das casinhas em xisto.
Sortelha	2	Artesanato: peças de mobiliário em madeira de castanho, bracejo, junca, ráfia e palha de trigo, pífaros de madeira e bordados.
Trancoso	3	Produtos agroalimentares: Enchidos e presuntos, doces, compotas e geleias, queijos, vinhos, sardinhas doces de Trancoso; bordados.
Total	29	

Fonte: Elaboração própria com base num levantamento próprio efetuado em agosto de 2016

Dos dados constantes no Quadro 13 pode ainda concluir-se que o território possui alguma variedade de produtos tipicamente locais mas um artesanato pobre e pouco apropriado para o turista, para além de um comércio desajustado para o mercado turístico, acresce os horários de funcionamento e a imagem interna e externa das lojas. Para além disto, realça-se o desaparecimento de artes e ofícios como os moleiros,

³⁰³ Nesta Aldeia Histórica a comercialização dos produtos agroalimentares ocorre aos sábados no forno comunitário e os adufes e marafonas na rua/moradia de um casal idoso.

ferreiros, oleiros, albardeiros e latoeiros, atividades que desempenharam no passado um papel fundamental na economia local, isto é, na dinamização económica dos territórios em estudo. O principal obstáculo ao desenvolvimento deste tipo de artesanato deve-se, em grande parte, à falta de estruturas educativas que preparem profissionais nestas áreas carenciadas mas com importância económica³⁰⁴, particularmente em territórios rurais de baixa densidade onde o problema do desemprego assume outras proporções. Trata-se, por isso, de uma atividade que apesar de estar fora das principais atrações do destino turístico ou das atrações de primeira ordem, ainda assim, requer uma atenção particular dos principais atores do território, quer por parte dos atores públicos, quer dos atores privados, na medida em que cresce a procura de experiências criativas associadas a um produto turístico – crescimento da economia de experiências.

Uma outra componente importante para a economia de experiências e caracterização do sistema turístico em estudo é a oferta de **animação turística**. No território das Aldeias Históricas de Portugal, a oferta de animação turística organiza-se em torno de três grandes áreas: rotas temáticas, touring cultural e paisagístico e turismo de natureza; exploração de equipamentos e infraestruturas de animação turística e do chamado turismo de eventos.

Em termos de rotas importa destacar a Grande Rota das Aldeias Históricas de Portugal (GR22) concebida pelo INATEL e homologada pela Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo em 2000, no âmbito do projeto Carta de Lazer das Aldeias Históricas, cofinanciado pelo III QCA, tendo sido remarcada e renovada em 2014 (homologada pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal)³⁰⁵, com inclusão das Aldeias Históricas de Belmonte e Trancoso, uma vez que a sua entrada na Rede apenas aconteceu em 2003. Esta rota apresenta atualmente um total de 565 km distribuídos por 12 etapas, as quais têm sempre como local principal, pontos de partida e chegada uma das doze Aldeias Históricas de Portugal, pelo que o início ou fim do percurso pode ocorrer em qualquer uma delas³⁰⁶. Os percursos podem ser realizados de

³⁰⁴ Um dos objetivos estratégicos do Plano de ação do PROVERE Aldeias Históricas de Portugal - Valorização do Património Judaico (QREN 2007-2013), assentava na recuperação de algumas artes e ofícios numa perspetiva de conceção de novos produtos com novos usos e design, por exemplo, o bracejo e olaria, como se terá oportunidade de demonstrar mais adiante.

³⁰⁵ Registada como marca no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), em 2015.

³⁰⁶ Importa referir que a GR 22 cruza-se com outras rotas, entre as quais: Grande Rota do Vale do Côa (liga a nascente do Côa à foz no museu do Côa – Vila Nova-de-Foz Côa), GR 22.1. - Grande Rota do Zêzere (percorre todo o rio Zêzere desde a sua nascente, na Serra da Estrela até à foz, em Constança) e

forma diferente: a pé (caminhar ou corrida), de BTT ou cavalo, com tempos de duração entre 7 dias (BTT) e 30 dias (a caminhar) (ADTAHP, 2015). Para além desta rota, existem os Percursos Pedestres de Pequena Rota – Caminhos Históricos (Figura 46), distribuídos por nove das doze Aldeias Históricas de Portugal³⁰⁷ mas também um conjunto de percursos pedestres homologados e não homologados, ou em vias de homologação, localizados nas proximidades destas, sendo que alguns incluem como ponto de passagem as Aldeias Históricas de Portugal. Os visitantes podem aprofundar o conhecimento destes aglomerados históricos através dos circuitos temáticos criados em parceria entre os municípios e a Associação para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal.

Figura 46 - Placa direcional de percurso pedestre (à esquerda) e materiais de informação turística (à direita) das Aldeias Históricas de Portugal



Fonte: Autora, 2016

Em alternativa o território em estudo pode ser conhecido e/ou percorrido através de treze percursos de cicloturismo com ligação entre as Aldeias Históricas de Portugal. Estes percursos surgem articulados com unidades de alojamento aderentes à marca BIKOTEL, entre as quais: Casas do Côro (Marialva), Casa da Cisterna (Castelo Rodrigo), INATEL Piódão Hotel (Piódão) e o Monsanto GeoHotel Escola (Monsanto). A estes percursos deve somar-se uma outra alternativa, os percursos de BTT apoiados por Centros de BTT, isto é, locais de acolhimento para bicicletas em regime de *self-*

GR 12 E 7 - Rota de Idanha (Idanha-a-Nova – Termas de Monfortinho) que corresponde a um troço da rota transeuropeia que pretende ligar Constanza (Roménia) a Lisboa.

³⁰⁷ As nove pequenas rotas homologadas são: Castelo Rodrigo (PR2 e PR3 FCR), Castelo Novo (PR11 FND), Idanha-a-Velha e Monsanto (PR2 IDN), Linhares da Beira (PR4 CLB/GVA), Marialva (PR1 e PR2 MED), Piódão (PR2 e PR2 ARG), Sortelha (PR7 SBG) e Trancoso (PR1 TRC) (ADTAHP, 2015).

*service*³⁰⁸, painéis informativos, casas de banho com balneários, entre os quais se destacam: o centro de BTT do Sabugal, Manteigas e Pampilhosa da Serra (centros homologados) e os centros BTT da Gardunha, Seia e Termas de Monfortinho (pré-homologados), os quais apoiam algumas etapas da GR 22 e um conjunto de percursos de BTT alternativos na área envolvente do território em estudo, sendo que alguns destes percursos têm como pontos de passagem as Aldeias Históricas de Portugal (Cf. Figura 47). Atualmente encontram-se em fase de projeto dois outros Centros de BTT com localização na Aldeia Histórica de Almeida e Belmonte.

Refira-se que estas rotas e percursos foram alvo de renovação e remarcação, com substituição da sinalética, placas direcionais e painéis informativos, assegurando assim uma informação turística estruturada e acessível aos visitantes, quer isto dizer uma eficiência do sistema turístico. A estes elementos acresce o facto de que estas rotas e estes percursos estarem disponíveis em guias com fichas individuais correspondentes às etapas³⁰⁹, mapas (indicação dos traçados e descrição de percurso, bem como pontos de interesse e informações úteis), *tracks* GPS, brochuras, vídeos, internet, entre outros suportes de informação turística (Figura 46) desenvolvidos pela Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas, municípios, entre outras entidades no âmbito do programa comunitário – QREN 2007-2013, sobre o qual daremos conta mais adiante. Neste contexto, os postos de turismo exercem um papel bastante importante na difusão e disponibilização de alguns dos materiais de **informação turística**, o que faz desta um subsistema estruturante na ligação entre a oferta e a procura do sistema turístico.

No âmbito dos **equipamentos e infraestruturas** de apoio à atividade turística há a considerar as unidades museológicas enquanto elementos estruturantes na valorização da oferta turística das Aldeias Históricas de Portugal. No território das Aldeias Históricas foram criados 11 núcleos museológicos³¹⁰ (Figura 47), sendo que destes

³⁰⁸ Estação de serviço que permite a lavagem de bicicleta à pressão, enchimento de pneus, acesso à tomada para carregamento de *gadgets*, fonte de água potável e dispositivo *Bluetooth*, mas também consulta e acesso para *download* para GPS de percursos e informações adjacentes.

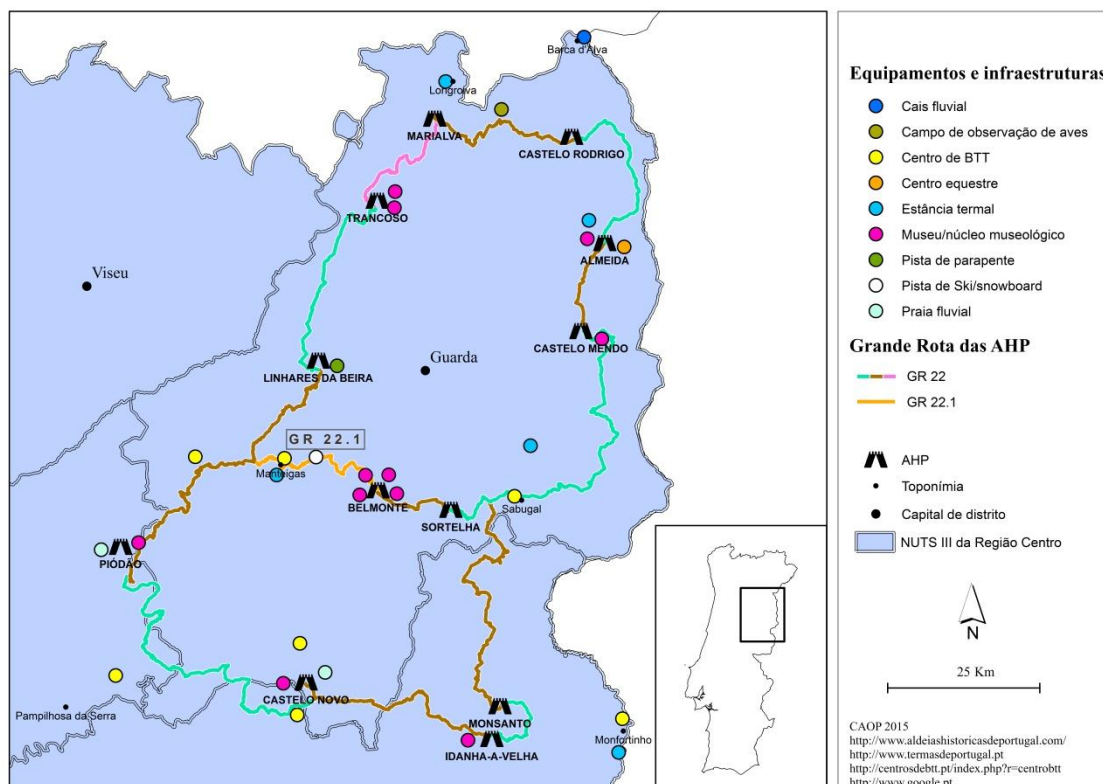
³⁰⁹ De referir a edição da Carta de Lazer das Aldeias Históricas, em 2000, editada sob vários formatos (CD-ROM, desdobrável, site na internet, mapas, roteiros da “Carta de Lazer” pelas 10 Aldeias Históricas, etc.).

³¹⁰ O Museu Histórico Militar de Almeida; Ecomuseu do Zêzere; Museu do Azeite; Centro Interpretativo de Belmonte – À Descoberta do Novo Mundo; Museu Judaico de Belmonte/Centro de Estudos Judaicos; o Museu dos Sentidos – Núcleo Museológico de Cariz etnográfico de Castelo Mendo; o Núcleo Museológico de Castelo Novo; o Lagar de Varas e Arquivo Epigráfico de Idanha-a-Velha; o Núcleo Museológico do Piódão; e o Centro de Interpretação da Cultura Judaica “Isaac Cardoso” em Trancoso.

apenas 8 funcionam em pleno pois os restantes 3 têm vindo a evidenciar diferentes dinâmicas, como é o caso do Museu dos Sentidos – Núcleo Museológico de Cariz Etnográfico de Castelo Mendo, o Núcleo Museológico de Castelo Novo e o Centro de Interpretação da Cultura Judaica “Isaac Cardoso” em Trancoso, que funciona mediante marcação prévia (com exceção do novo espaço museológico, a Casa Bandarra na Aldeia Histórica de Trancoso, dedicada ao sapateiro-profeta Gonçalo Anes Bandarra). Estes espaços museológicos encontram-se distribuídos por 7 das 12 Aldeias Históricas de Portugal (Cf. Figura 47), com particular destaque para a Aldeia Histórica de Belmonte, pois agrega quatro núcleos organizados entre si ao nível da visitação, resultante da aposta do município na museologia, como se terá oportunidade de demonstrar aquando a abordagem ao número de visitantes pelo lado da procura turística.

Em rela o aos espaços museológicos, importa ainda acrescentar que está em curso um novo espaço museológico, museu das águas do Alardo na Aldeia Histórica de Castelo Novo, dedicado à temática da água e suas componentes científicas e às questões geológicas da serra da Gardunha.

Figura 47 - Equipamentos e infraestruturas de apoio à atividade turística no território das Aldeias Históricas de Portugal (2016)



Fonte: Elabora o com base em levantamento próprio, 2016

A par destes equipamentos museológicos, constata-se a existência de outros equipamentos e infraestruturas de apoio a atividade turística ou se quisermos de animação permanente no território em estudo (Figura 47), como o Picadeiro D´El Rei de Almeida, resultante da recuperação e reconversão de edifícios para a prática equestre (aulas de sela e volteio, hipoterapia, passeios a cavalo e passeios de charrete pela Aldeia Histórica de Almeida); a pista de parapente de Linhares da Beira que dispõe de quatro pontos de descolagem e o Skiparque localizado nas proximidades da Aldeia Histórica de Belmonte (escola de *ski* e *snowboard*); as praias fluviais de Castelo Novo e Piódão (Figura 48); as estâncias termais, uma localizada na área da Aldeia Histórica de Almeida, as termas da Fonte Santa (próximas também da Aldeia Histórica de Castelo Mendo e Castelo Rodrigo), e quatro localizadas nas proximidades de Aldeias Históricas, a saber: termas de Longroiva (Aldeia Histórica de Marialva e Trancoso), termas de Cró (Aldeia Histórica de Castelo Mendo e Sortelha), termas de Manteigas (Belmonte e Linhares da Beira) e Monfortinho (Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha e Monsanto); o cais turístico-fluvial de Barca D´Alva³¹¹ para a prática de desportos motonáuticos e atracagem de embarcações de recreio e barcos-cruzeiros³¹² – localizado nas proximidades das Aldeias Históricas de Castelo Rodrigo e Almeida; e o abrigo de observação e fotografia do Campo de Alimentação de Aves Necrófagas da Faia Brava, para além de outros programas de *birdwatching* (veja-se neste capítulo 3, a secção 1.6.), caminhadas e passeios em todo-o-terreno no vale do Côa.

Deste modo, considera-se que o território das Aldeias Históricas de Portugal apresenta um conjunto de recursos distintos e infraestruturas com grande potencial para a conceção de produtos mistos numa relação estreita com o turismo cultural, turismo de natureza, turismo desportivo e turismo de saúde e bem-estar. Portanto, visitar uma Aldeia Histórica, conhecer e apreciar o seu património histórico e arqueológico, participar numa recreação histórica, visitar uma área natural e observar a fauna e flora, experienciar a cultura e saberes tradicionais locais, saborear a gastronomia e provar vinhos, praticar atividades aquáticas, podem ser alguns dos exemplos a contemplar

³¹¹ Veja-se a este propósito a importância deste cais na potenciação do rio Douro enquanto via navegável e corredor ibérico, na secção 1.5, deste capítulo.

³¹² A Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo registou um crescimento substancial do número de visitantes nos últimos anos, sendo local de visita para alguns operadores turísticos como, por exemplo, a DouroAzul, tal como se vai ter oportunidade de demonstrar mais adiante, com os fluxos dos visitantes das Aldeias Históricas de Portugal.

aquando a construção de produtos mistos porque se assumem como produtos complementares à atividade turística.

Figura 48 - Praia fluvial de Castelo Novo (à esquerda) e termas de Longroiva (à direita)



Fonte: Autora, 2016

A prática da generalidade destas atividades de turismo e desporto na natureza requer um conhecimento do território, isto é, empresas de animação turística que organizem e vendam atividades desportivas, aventura, culturais e recreativas, em meio natural ou em infraestruturas específicas em prol da satisfação dos visitantes.

De acordo com os dados do Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT), em 2017, existiam oito empresas de animação turística sediadas ou com delegações no território das Aldeias Históricas de Portugal. Estamos perante micro e pequenas empresas e agentes individuais, pois o desenvolvimento das atividades na sua generalidade circunscreve-se ao território em estudo, exceto no caso de duas empresas que prestam serviços neste sector de atividade noutras partes do território nacional (WIND – Centro de Atividades de Montanha) e a nível internacional (A2Z - Adventures by Ytravel, Lda). Constata-se, contudo, que apesar do número reduzido de empresas no que à **animação turística** diz respeito, ainda assim há alguma variedade de atividades com carácter anual, podendo ser organizadas em cinco grandes níveis: i) passeios turísticos e observação da natureza; ii) visitas a monumentos e museus; iii) atividades ao ar livre; iv) ensino e prática equestre e; v) ensino e voos de parapente (Cf. Quadro 14).

Quadro 14 - Empresas e atividades de animação turística, nas Aldeias Históricas de Portugal, em 2016

AHP	Empresas de Animação Turística	Atividades
Belmonte	Cruzada Dinâmica Unipessoal, Lda (Beltour - Turismo e Eventos)	Passeios pedestres, BTT e jipe; rotas e programas temáticos; visitas guiadas às AHP e museus; observação da fauna e flora; <i>workshops</i> , exposições e visitas teatralizadas.
Castelo Novo	A2Z - Adventures by Ytravel, Lda	Tours BTT, cicloturismo e pedestre pelas Aldeias Históricas, (GR 22), rota judaica, rotas na Serra da Estrela e Douro.
Linhares	WIND – Centro de Atividades de Montanha ⁽¹⁾	Voo dinâmico/termo-dinâmico e térmico (voos em bi-lugar); cursos de parapente.
Marialva	MARIALVAMED – Turismo Histórico e Lazer, Lda	Caminhadas e outras atividades pedestres; atividades de turismo ao ar livre.
Monsanto	EDEVENTOS, Lda	Atividades de observação da natureza (rotas geológicas, observação de aves, observação de cetáceos e similares); passeios pedestres, bicicleta (BTT e cicloturismo) e equestres (atrelagens de tração animal e similares); e atividades radicais (canoagem, <i>paintball</i> , tiro com arco, besta, zarabatana, carabina de pressão de ar e similares).
	ACTIGEO - Turismos ativo	Atividades pedestres; <i>team building</i> ; equestres; <i>birdwatching</i> ; visitas a monumentos, museus e outros locais de interesse turístico e; organização de eventos.
Sortelha	Jorge Miguel de Almeida Lourenço	Caminhas e outras atividades pedestres; passeios e atividades equestres (atrelagem de tração animal e similares).
Trancoso	Raia Viva – Cooperativa de Animação Turística da Raia, CRL.	Animação de espaços; jogos tradicionais; passeios de burro e equestres; <i>rally paper</i> ; passeios de automóveis e TT; e ceias medievais.

(1) Esta empresa encontra-se sediada em Lisboa mas tem uma delegação na Beira Interior (Linhares), a qual conta com o apoio da Associação Clube Parapente de Linhares da Beira.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do RNAAT, 2017

Esta fragilidade pode ser atenuada, em parte, com as atividades de animação turística desenvolvidas por algumas unidades de alojamento de forma individual ou em parceria com outras empresas de animação turística que estão registadas e localizadas na área envolvente do território das Aldeias Históricas de Portugal, as quais desenvolvem atividades diversas segundo informação obtida no terreno, tal como: passeios de barco e canoagem no rio Douro e Tejo (Douro Total; Ponsulativo – Animação Turística), parapente e voos *bilugar* (Clube Vertical); atividades de observação de aves e interpretação da natureza na Faia Brava, rio Tejo e Douro e Serra da Estrela (*Wildlife Portugal*); arborismo e outros percursos de obstáculos, escalada natural e artificial, rapel, passeios equestres (Radical Lince – Turismo e Animação, Lda; Vilafraga - Exploração turística, desporto e lazer, Lda); turismo de natureza e turismo cultural pelas Aldeias Históricas e rotas temáticas (*Activeway Turismo e Nutrição; Geolife*); passeios pedestres e jipe, BTT, visitas às gravuras paleolíticas do Vale do Côa (Ravinas do Côa – Serviços Turismo e Aventura), entre outras (RNAAT, 2017).

Numa apreciação global, podemos considerar que estamos perante empresas de animação turística que promovem atividades e experiências em diferentes ambientes, no ar, na terra e na água, permitindo assim quando conjugadas e articuladas com os outros agentes turísticos (alojamento, por exemplo) responder às necessidades dos visitantes e valorizar os recursos territoriais, por um lado, e, por outro, dinamizar a economia local e criar empregos, diretos e indiretos, o que não deixa de ser significativo em territórios de baixa densidade como as Aldeias Históricas de Portugal.

Para além das empresas de animação turística há que considerar os agentes associativos e os agentes públicos do poder local e regional, na medida em que são os grandes responsáveis pela organização e/ou dinamização de um conjunto de eventos de âmbito local, regional e nacional.

Entre os **eventos e animação turística** que têm lugar no território das Aldeias Históricas de Portugal constatou-se segundo informação recolhida junto da população local (Cf. Figura 49): a realização de recriações históricas ou feiras medievais (destaca-se a recreação histórica do cerco de Almeida, recreação histórica da Batalha de Salgadela, feiras medievais em Belmonte, Castelo Mendo, Marialva, Sortelha e Trancoso, ceia da corte ao luar em Sortelha), feiras ou certames gastronómicos (feira da Santa Luzia, Feira de São Bartolomeu, festa da castanha e feira do fumeiro em Trancoso), eventos desportivos (festival nacional de parapente e taça do mundo de parapente em Linhares; *rally* Beira Baixa Challenge em Castelo Novo), eventos musicais (festival de música antiga de Castelo Novo), eventos culturais (festival dos caminhos de transumância na Gardunha – chocalhos e de Castelo Rodrigo), festas religiosas (festa do castelo ou da Divina Santa Cruz em Monsanto; festa da Santa Cruz no Piódão; recriações bíblicas na quaresma em Sortelha) e eventos musicais (festival de folclore e malha à moda antiga em Sortelha), entre outras atividades como caminhadas, provas de BTT, *workshops* gastronómicos, que são relevantes para as economias locais e regionais, mas também funcionam como instrumento de promoção e dinamização do território e de captação de visitantes.

Marujo (2015) considera que o planeamento e organização de eventos funcionam em determinadas localidades e regiões como “arma de arremesso” para combater a sazonalidade dos destinos turísticos, pois o turismo de eventos funciona como elemento de atração de visitantes em épocas de baixa procura turística, para além de funcionar como estímulo à preservação da identidade regional ou comunitária. Estes eventos

É perante esta caracterização dos diversos elementos da oferta turística, que importa perceber o impacte destes na outra componente básica do sistema turístico – procura turística –, já que é para procura que a oferta turística se direciona.

1.8.2. Procura turística no território das Aldeias Históricas de Portugal

O turismo enquanto sistema integrado, constituído pelas componentes da oferta e da procura, implica uma adequada articulação entre as mesmas para funcionamento do produto turístico e sustentabilidade do próprio destino turístico.

Uma abordagem simples à procura turística, componente nuclear do turismo, aponta desde logo para a análise dos fatores e/ou experiências que influenciam a procura dos visitantes de um determinado destino turístico, por um lado, e, por outro, uma contabilização dos visitantes que se deslocam a um determinado destino turístico e sua distribuição no tempo e espaço. Considera-se, assim, que entre os elementos que constituem a componente da procura turística, o turista é o elemento central na análise do sistema turístico e nas suas componentes, uma vez que é o grande responsável pela dinâmica do sistema³¹⁴. Para existência de um sistema dinâmico é necessário um fluxo turístico constante, caso contrário, o sistema deixa de ter existência havendo consequentemente o desaparecimento de elementos da oferta turística e declínio do ciclo de vida do produto turístico³¹⁵ e do destino turístico.

No caso do território em estudo, a análise ao fluxo turístico é realizado com base nos registos dos postos de informação turística das Aldeias Históricas de Portugal³¹⁶, única forma de se contabilizar o número de visitantes³¹⁷, pese embora os dados estatísticos disponibilizados e utilizados representem apenas uma amostragem do fluxo turístico, já que nem todos visitantes se deslocam a estes espaços, para além do encerramento destes

³¹⁴ Veja-se a este propósito na Parte I, do capítulo II, a secção 2.2..

³¹⁵ A propósito do ciclo de vida do produto veja-se no Parte I, do capítulo II, a secção 2.2.2..

³¹⁶ Os dados estatísticos apenas refletem o fluxo turístico de onze postos de turismo, uma vez que não existe posto de informação turística na Aldeia Histórica de Castelo Mendo. Importa acrescentar que a disponibilização *online* dos registos dos fluxos turísticos nas Aldeias Históricas de Portugal foi feita pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro até 2009. Mas, a partir desse ano, a informação deixou de estar disponível face à desativação da página *web* e ausência de migração de informação para a nova página das Aldeias Históricas de Portugal, daí a dificuldade em obter esses dados estatísticos junto de alguns postos de informação turística e/ou Câmaras Municipais, particularmente a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova que apenas facultou os registos da Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha e Monsanto, até ao ano de 2012, apresentando como justificação o uso exclusivo dos dados pelos seus serviços.

³¹⁷ Note-se que os postos de informação turística apenas dispõem de dados sobre os visitantes, pois não fazem distinção entre turistas e visitantes do dia ou excursionistas. Veja-se a este propósito as definições de turista e visitante do dia ou excursionista na secção 2.1.1., no capítulo 2, da Parte I.

em alguns dias de feriados e fins-de-semana, hora de almoço, horários de funcionamento pouco adaptados aos dias de primavera e verão e existência de dia de folga em alguns dos postos de informação turística (segunda-feira ou terça-feira) mas, ainda assim, expressivos da dinâmica da procura turística³¹⁸. No entanto, foi com base nestes registos que se procedeu à recolha de informação para caracterização do perfil dos visitantes das Aldeias Históricas de Portugal, identificação dos fatores que influenciam a escolha do destino turístico, perceções e avaliações da oferta turística e às intervenções no âmbito das políticas públicas, tal como foi anteriormente explicado nas técnicas e instrumentos³¹⁹ que nortearam este trabalho como o inquérito por questionário aos visitantes³²⁰ (Anexo 4).

A informação obtida junto dos 400 visitantes inquiridos nas doze Aldeias Históricas de Portugal (54,2% do sexo feminino e 45,8% do sexo masculino), entre 26 de abril e 28 de julho de 2013, permitiu-nos construir o perfil sociodemográfico dos visitantes, do qual se destacam as principais características: o visitante das Aldeias Históricas de Portugal tem entre 25 e 54 anos (71%); 63,3% possui habilitações superiores, o que deixa antever alguma exigência na informação e avaliação do destino turístico; a maioria dos visitantes inquiridos encontrava-se em situação ativa perante o trabalho (78,5%), exercendo atividade profissional por conta de outrem (58,4%) e por conta própria (12,3%). De referir ainda que cerca de 21,5% dos visitantes inquiridos encontrava-se em situação inativa (com os reformados e os estudantes a atingirem uma percentagem de 16,8% e 4%, respetivamente) (Cf. Quadro 1 do Anexo 9).

Em termos de estado civil predominam os visitantes inquiridos em união de facto ou casados (67,7%), sendo os agregados familiares constituídos por dois e três elementos (44,0% e 21,1%, respetivamente), e com rendimentos médios igual ou inferior a 2.000,00 euros por 56,5% dos visitantes inquiridos face a 40,3% dos que pertencem a agregados familiares com rendimentos superiores a 2.001,00 euros (cerca de 23,8% dos

³¹⁸ Em 2009, a Coordenadora Técnica do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal, já apontava esta dificuldade de mobilização das entidades locais na produção estatística de forma homogénea, o que se explicava pela falta de assiduidade de funcionamento dos postos de informação turística (Boura, 2004). A acrescentar que, em 2003, este registo apenas acontecia em nove das doze Aldeias Históricas, exceto em Castelo Mendo, Sortelha e Trancoso, mas que ainda assim os registos apontavam para cerca de 208 mil visitantes (dos quais 81,6% portugueses e 18,4% estrangeiros).

³¹⁹ Importa relembrar que o tratamento estatístico decorreu com base no Software SPSS 20.0, o qual permitiu analisar os dados com recurso a medidas de estatística descritiva, testes paramétricos (análise da variância) e não paramétricos (Qui-Quadrado), quando aplicáveis à informação recolhida junto dos visitantes das Aldeias Históricas de Portugal.

³²⁰ Veja-se a este propósito na II Parte, 3 Capítulo, a secção 3.2.3..

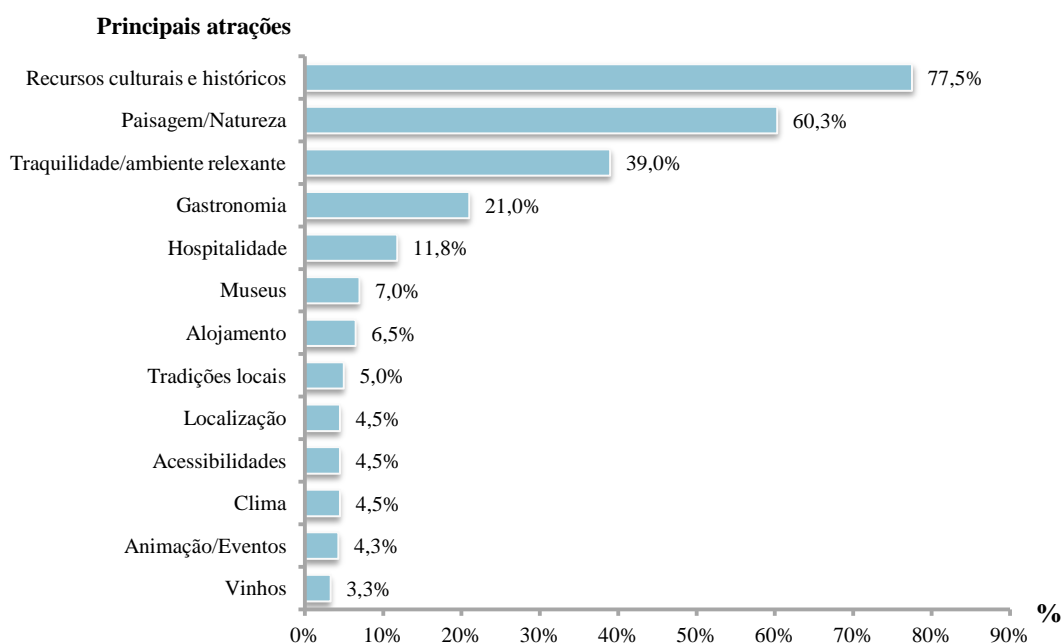
visitantes auferem acima dos 2.5001,00 euros), como podemos constatar nos dados do Quadro 1 do Anexo 9.

No que diz respeito às motivações dos visitantes verifica-se, pelas respostas obtidas juntos dos inquiridos, que as férias, lazer e recreio constituem o principal motivo de visita ao destino turístico Aldeias Históricas de Portugal (87,8%), seguindo-se da visita a familiares e amigos (7,8%) e as deslocações por motivos de trabalho e de negócios não ultrapassam os 3,5% (Cf. Figura 1 do Anexo 9.).

Para 77,5% dos visitantes inquiridos os recursos culturais e históricos constituem o principal atrativo na escolha do destino turístico Aldeias Históricas de Portugal, seguido da paisagem e natureza (60,3%), da tranquilidade/ambiente relaxante (39,0%), da gastronomia (21,0%) e da hospitalidade dos atores do território (11,8%). Por oposição, os vinhos, a animação/ eventos, as acessibilidades e localização, as tradições locais, o alojamento e os museus, surgem como os atributos menos selecionados na escolha do destino turístico pelos visitantes inquiridos (Figura 50).

Há, assim, uma relação direta entre os principais atrativos do destino turístico das Aldeias Históricas e o principal motivo de deslocação dos visitantes, isto é, os visitantes procuram no tempo de férias, lazer e recreio, os ambientes relaxantes, para desfrutar das paisagens/natureza e do património cultural.

Figura 50 - Principais atrações do destino turístico das Aldeias Históricas de Portugal



Nota: ⁽¹⁾ Percentagem de resposta múltipla.

Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 4)

O conhecimento pelo destino turístico surge para 54,5% dos inquiridos por intermédio de familiares e amigos (Cf. Figura 2 do Anexo 8), o que revela a importância deste meio de divulgação para atração de novos visitantes, sendo que, na preparação da deslocação o visitante utilizou informações de páginas da *internet* sobre o destino (36,2%), dos familiares e amigos (28,8%), particularmente evidente nos turistas, e uma parte significativa dos visitantes inquiridos não procurou qualquer tipo de informação (19,8%). No entanto, importa referir que apenas um número muito reduzido de inquiridos utilizou a página *web* das Aldeias Históricas de Portugal (6,2%), o que leva a questionar o impacto do plano de comunicação desenvolvido nos últimos anos, no âmbito da Estratégica de Eficiência Coletiva do Programa PROVERE³²¹. No entanto, há que acrescentar que os excursionistas ou visitantes do dia são os que utilizam sobretudo os postos de turismo, guias de viagens e folhetos como fontes de informação na preparação da sua deslocação ao destino turístico, para além das principais categorias já referenciadas (Cf. Figura 3 do Anexo 9).

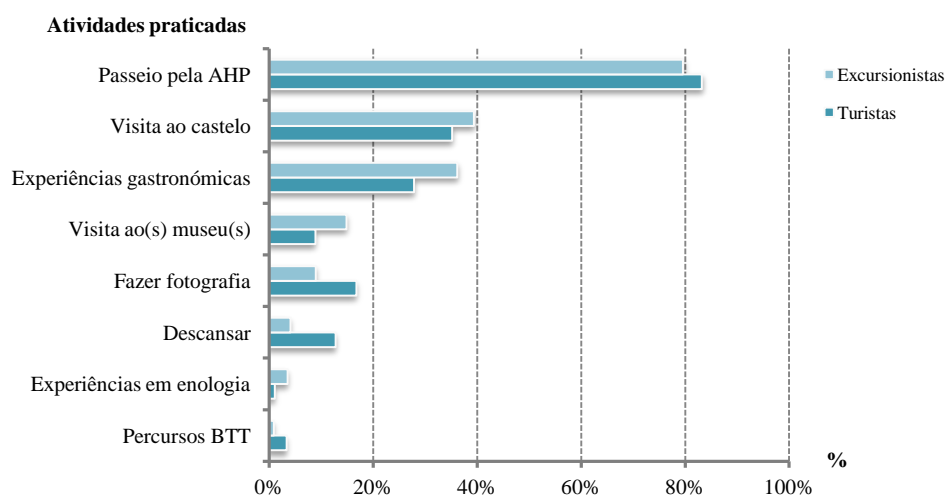
Em relação à companhia dos visitantes ao destino turístico, apurou-se que a opção maioritária recai na presença de acompanhante (40,0%) ou em família (34,3%), sendo particularmente evidente no caso dos turistas. Já as opções de viajar com amigos (12,5%) e em grupo organizado (5,4%) assumem maior destaque nos visitantes excursionistas (Cf. Quadro 2 do Anexo 9). Por outro lado, observa-se que apenas 44,8% (n=179) dos visitantes pernoitam na região, os quais optam pelo alojamento em casa de familiares e amigos (15,5%), seguindo-se do alojamento em hotel (8,3%). As outras opções de alojamento recaem na 2ª residência (5,5%), TER (4,8%) e no Turismo de Habitação (4,0%), do total de visitantes que ficam alojados (Cf. Figura 4 do Anexo 9). De acordo com os visitantes que pernoitam no destino, a estada média fixa-se nas 2 noites, o que permite acrescentar que é um destino procurado para uma curta pausa coincidente, muitas vezes, com o fim-de-semana. Por outro lado, o tempo médio dos excursionistas ou visitantes que não pernoitam no destino turístico (n=333) fixa-se nas 2,9 horas, sendo que 46,8% dos inquiridos da nossa amostra apenas permanecem entre menos de 1 hora e 1 hora (23,7% e 23,1%, respetivamente) (Cf. Figura 5 do Anexo 8). Na Aldeia Histórica de Castelo Mendo, por exemplo, 27 dos 33 inquiridos permanece menos de 1 hora na Aldeia por ausência de condições para reter os visitantes. Por oposição, o tempo de permanência é superior a 2 horas nas Aldeias Históricas de

³²¹ Na próxima secção iremos deter-nos com especial atenção sobre esta questão.

Almeida, Sortelha, Trancoso e Monsanto, na medida em que apresentam outro tipo de oferta turística, quer do património arquitetónico, quer ao nível de infraestruturas (por exemplo: restauração, artesanato, museus e espaços verdes), como se teve oportunidade de referir na secção anterior.

Relativamente ao gasto médio por pessoa e por dia, observa-se na Figura 6 do Anexo 8 que a maioria dos consumos turísticos é inferior a 50 euros tanto nos visitantes do dia como nos turistas, seguindo-se o grupo de visitantes que gastaram em média por pessoa/dia entre os 51 a 100 euros, com maior evidência nos turistas. Estes valores relacionam-se com extrato socioeconómico baixo-médio que visita o destino turístico, por um lado, e, por outro, pela ausência de uma oferta turística estruturada que estimule maiores consumos dos visitantes. A demonstrar isto mesmo está o reduzido número de atividades desenvolvidas pelos visitantes no destino (Figura 51) e os baixos custos associados, pois o desenvolvimento das duas principais atividades (passeio pela Aldeia Histórica e visita ao castelo), por exemplo, implica um gasto reduzido. Por sua vez, as atividades que implicam um maior gasto pelo visitante apesar de serem praticadas em menor número, acabam por provocar alguma dinâmica por via das experiências gastronómicas e as visitas aos museus, as quais são desenvolvidas na sua maioria pelos visitantes do dia. Já as atividades de fazer fotografia, descansar e praticar BTT são desenvolvidas na sua maioria pelos turistas, o que se explicará pela sua necessidade em fugir às atividades rotineiras (Figura 51).

Figura 51 - Atividades praticadas pelos visitantes das Aldeias Históricas de Portugal



Nota: ⁽¹⁾ Percentagem de resposta múltipla.

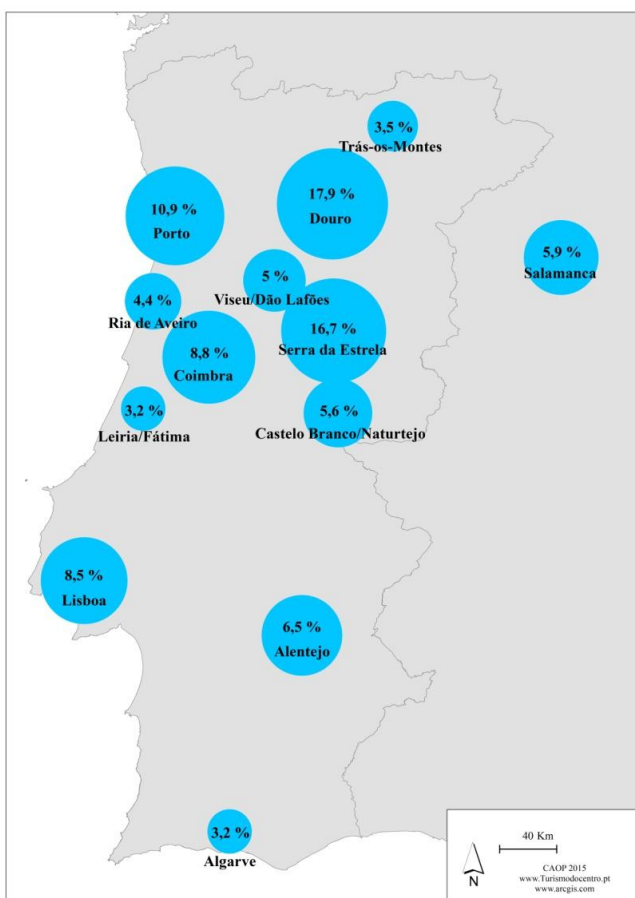
Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 4)

Ainda assim, é interessante constatar que o momento de inquirição coincidiu com a primeira visita ao destino para cerca de 64,3% dos visitantes (Cf. Figura 7 do Anexo 9), o que significa que é fundamental a definição de uma estratégia de desenvolvimento do destino turístico com uma oferta turística capaz de promover nas atrações turísticas experiências diferentes e fidelizar assim os visitantes mas também ter a capacidade de aumentar o tempo de permanência dos visitantes no local. Sublinhe-se, no entanto, que dos 35,8% (143 visitantes) que estavam em visita repetida, cerca de 73,8% (105 visitantes) já o visitaram mais do que uma vez (Cf. Figura 8 do Anexo 9).

Não deixa de ser curioso constatar que a região das Aldeias Históricas é para cerca de 56,8% dos visitantes inquiridos, o único destino de visita, existindo uma relação entre esta variável com a primeira visita ao destino. Quando se relaciona estas duas variáveis através de uma análise de variância (ANOVA *one-way*)³²², verifica-se que há diferenças estatisticamente significativas ($p = 0.001$), o mesmo sucede com algumas das variáveis de controlo como nacionalidade ($p = 0.000$), estado civil ($p = 0.017$), idade ($p = 0.022$) e situação profissional ($p = 0.037$) (Cf. Quadro 3 do anexo 9). No entanto, o destino turístico Aldeias Históricas de Portugal é para 43,3% dos inquiridos um destino entre outros que visitou ou vai visitar. Este dado não deve ser descurado pelo facto de que uma percentagem muito significativa de visitantes vai visitar outros destinos que se localizam nas proximidades do destino Aldeias Históricas de Portugal: Serra da Estrela, Douro, Salamanca, Naturtejo, Coimbra e Salamanca (Figura 52). Estamos perante destinos que pelos seus produtos já adquiriram expressividade nacional e internacional, mas que ainda podem aumentar a sua notoriedade e/ou consolidar os principais mercados emissores (por exemplo, a Espanha, tal como iremos apresentar mais adiante o TOP 10 dos principais países emissores), por um lado, e, por outro, conquistar novos mercados em países emergentes através de uma articulação entre os principais agentes do sistema turístico.

³²² No âmbito da estatística inferencial aceitam-se como estatisticamente significativas todas as diferenças com um nível de significância $p < 0.005$ (Maroco, 2003).

Figura 52 - Destinos turísticos dos visitantes das Aldeias Históricas de Portugal

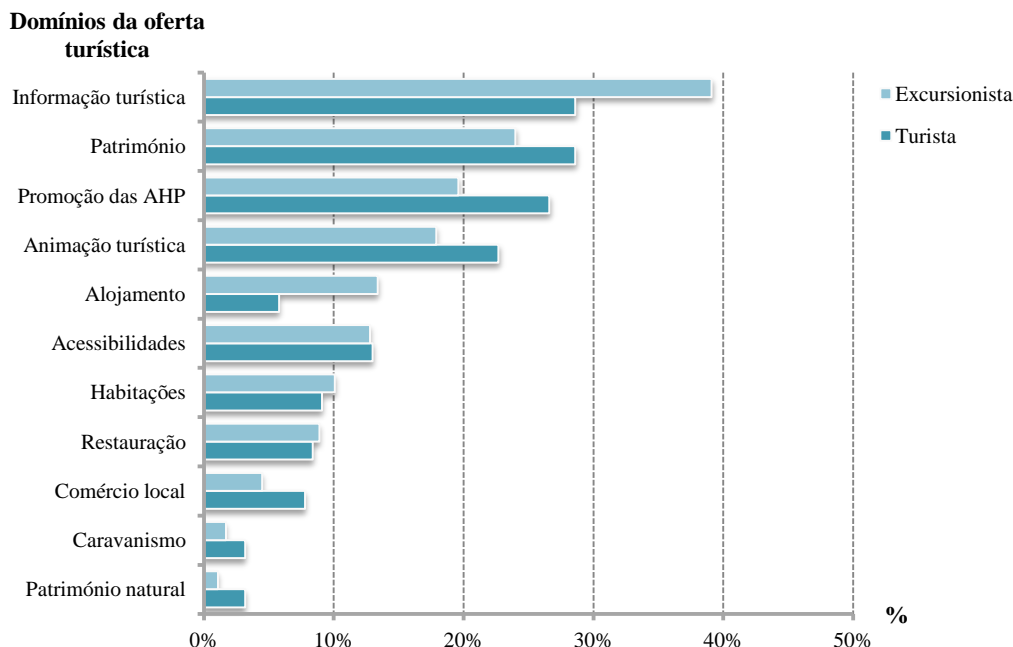


Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes (Anexo 4)

Neste sentido, impõe-se, num destino como as Aldeias Históricas de Portugal, de acordo com 83,3% dos visitantes inquiridos (Cf. Figura 9 do Anexo 9), promover melhorias nos principais domínios da oferta turística para responder às necessidades dos visitantes, nos quais se inscreve a informação turística, o património, o parque habitacional, a promoção das Aldeias Históricas de Portugal, a animação turística, as acessibilidades, o alojamento, a restauração e comércio local e o património natural (Figura 53), investindo na requalificação do parque habitacional para alojamento, na sinalética das Aldeias Históricas, na promoção das Aldeias Históricas de Portugal fora da região, na abertura dos locais de interesse turístico que se encontram encerrados aos visitantes, na dinamização de circuitos turísticos e visitas guiadas aos centros históricos/acesso livre, no alargamento dos horários de funcionamento dos postos de informação turística, na melhoria dos acessos viários às Aldeias Históricas, na informação sobre o destino em línguas estrangeiras, na formação dos técnicos de turismo, na diversificação da oferta de

restauração, na promoção de atividades de natureza e na promoção do artesanato, mas também nas infraestruturas de apoio ao caravanismo (Cf. Figura 10 do Anexo 9).

Figura 53 - Domínios de implementação de melhorias da oferta turística no destino



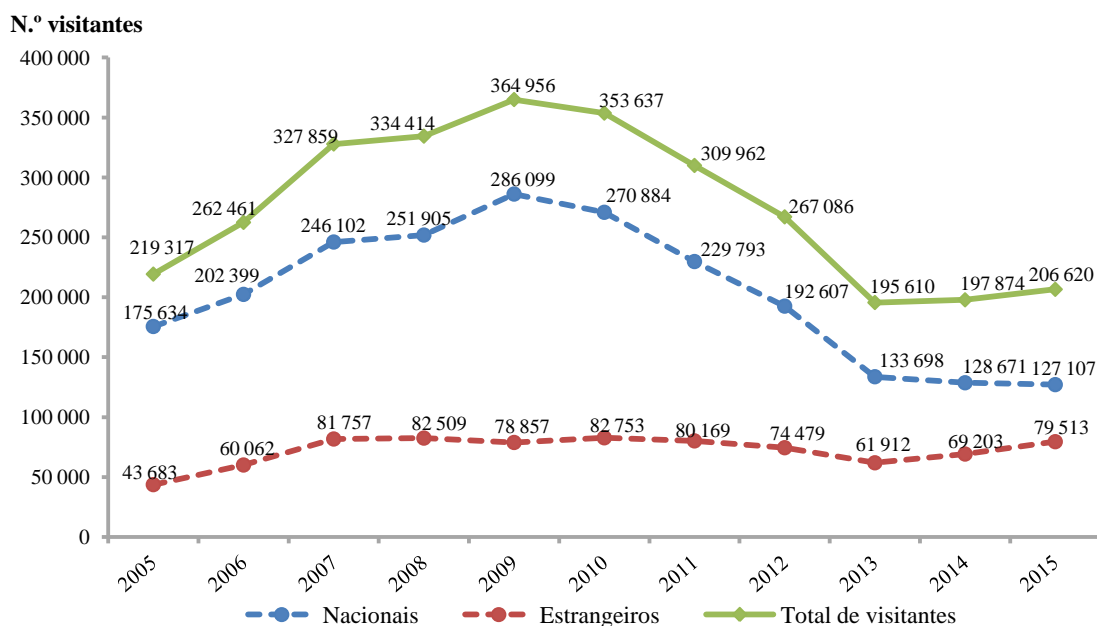
Fonte: Elaboracão prpria com base no inqurito por questionrio aos visitantes das AHP (Anexo 4)

Apesar disso, 94,2% (n=377) dos visitantes inquiridos afirmou inequivocamente que vai recomendar as Aldeias Históricas como destino a visitar (Cf. Figura 11 do Anexo 9). Por outro lado, observa-se também que cerca 51,0% dos visitantes inquiridos (n=204) pretendem voltar de certeza ao destino turístico, 24,5% (n=58) pondera tal hipótese como provável e 12,8% (n=51) não sabe se repete a visita. Da análise estatística, constata-se que há diferenças estatisticamente significativas relativamente a esta intenção se se considerar a nacionalidade ($p = 0,000$), o rendimento mensal médio do agregado familiar, as habilitações literárias ($p = 0,001$), a situação profissional ($p = 0,004$), a idade ($p = 0,017$), o sexo ($p = 0,028$), mas também o facto de ser a primeira vez ou não que o visitante visita o destino turístico ($p = 0,000$) e o lugar de inquirição ($p = 0,000$) (Cf. Quadro 4 do Anexo 9). De notar que, neste último caso, a intenção de voltar possui maior expressividade nos visitantes que se encontram a visitar Almeida, Trancoso, Sortelha e Monsanto, por oposição a opção de não voltar adquire particular significado em Castelo Mendo e Castelo Rodrigo, sendo explicável nesta última pelo elevado número de visitantes estrangeiros. No fundo, a intenção de recomendar e

regressar refletem as tendências dos últimos anos em termos de procura turística no território em estudo registados nos postos de informação turística.

Entre 2005 e 2015, a procura turística registou dinâmicas temporais e espaciais diferentes que refletem uma progressiva alteração da procura turística, tal como se pode verificar na evolução do fluxo turístico na Figura 54, quer em termos da procura interna, quer na procura externa.

Figura 54 - Evolução do fluxo turístico nacional vs estrangeiro nas Aldeias Históricas, entre 2005 e 2015



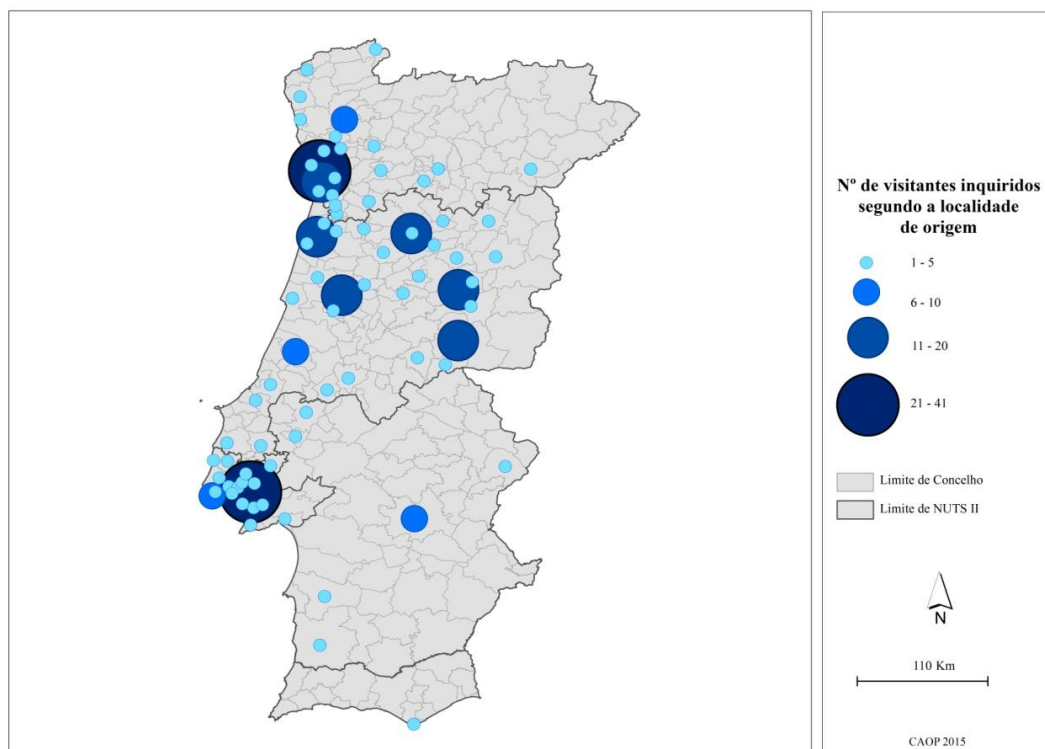
Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelos postos de turismo, 2016

De acordo com os registos de nove postos de informação turística, em 2015, as Aldeias Históricas de Portugal registaram um fluxo total de 206.620 visitantes, dos quais 127.107 eram portugueses e 79.513 estrangeiros. Estes valores apontam para um decréscimo de 5,8% face ao ano de 2005, apesar do ligeiro aumento de 4,4%, registado nos dois últimos anos. No entanto, estes números ficam muito aquém dos registados em 2009, ano que regista o maior fluxo turístico no território das Aldeias Históricas de Portugal, com cerca de 364.956 visitantes, dos quais 286.099 eram de origem portuguesa (78,4%) e 78.857 de origem estrangeira (21,6%), tal como se verifica na Figura 54.

Da evolução das diferentes dinâmicas e tendências no território (Figura 54) obtém-se que apesar do decréscimo acentuado dos visitantes de origem nacional (-55,6%), entre 2009 e 2015, a maioria dos visitantes que faz das Aldeias Históricas de Portugal o seu

destino turístico ou local de passagem são originários de Portugal, o que revela uma grande dependência do mercado interno. Os visitantes inquiridos que se deslocam ao destino turístico Aldeias Históricas de Portugal são provenientes das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e das cidades de média dimensão da Região Centro, tal como Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Viseu (Figura 55). As duas Áreas Metropolitanas são responsáveis, de acordo com a amostra, por cerca de 47,4% (n=145) dos visitantes de origem portuguesa (n= 306) que procuram este destino turístico. Há, no entanto, em termos comparativos, uma maior representação do número de visitantes oriundos da Área Metropolitana de Lisboa, estes representam cerca de 29,41% (n= 90) inquiridos, enquanto a Área Metropolitana do Porto se constitui como origem de cerca de 18,0% (n=55), sendo maioritariamente turistas (66,9%). Para além disto, é interessante notar que cerca de 40,2% dos visitantes que procuram o destino turístico das Aldeias Históricas de Portugal residem na Região Centro, o que se justificará certamente pela proximidade geográfica e pelas boas acessibilidades (eixos principais), já que 70,7% do total de visitantes da Região Centro (n=123) são visitantes do dia. Refira-se, contudo, que as Aldeias Históricas não é opção de destino turístico numa parte significativa do território nacional, particularmente as regiões do interior norte e sul (Figura 55).

Figura 55 - Número de visitantes inquiridos segundo a localidade de origem



Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes (Anexo 4)

No caso dos visitantes estrangeiros, verifica-se na Figura 54 uma procura turística com ligeiras oscilações, entre 2008 e 2015, registando-se o maior decréscimo em 2013, ainda assim, um decréscimo pouco acentuado quando comparado com os registos dos visitantes nacionais no mesmo período nos postos de informação turística. Todavia, nos últimos dois anos, a figura demonstra nitidamente um aumento substancial de cerca de 10.310 visitantes estrangeiros (+14,9%).

Nos últimos dez anos, o ano de 2010 é o que regista o maior fluxo externo, cerca de 82.753 visitantes (23,7%), dos quais 26.589 foram registados apenas na Aldeia Histórica de Almeida, o que significa que 40,7% (26.589) dos visitantes desta Aldeia Histórica eram de nacionalidade estrangeira.

Neste sentido, podemos afirmar que estamos perante um destino turístico que depende de modo considerável de mercados de proximidade, isto é, da Espanha, França, Reino Unido e Alemanha, à exceção dos EUA – os cinco principais mercados emissores de visitantes estrangeiros do território das Aldeias Históricas de Portugal³²³. Note-se que, em 2015, cerca de 36,0% dos visitantes estrangeiros das Aldeias Históricas de Portugal eram de nacionalidade espanhola (28.587 do total de 79.513 visitantes estrangeiros)³²⁴, sendo o principal mercado em três das nove Aldeias Históricas (Almeida, Castelo Novo e Marialva). Os visitantes com origem no Reino Unido apesar de assumirem menor peso, considerando o número de visitantes registados nos postos de turismo, representavam cerca de 14,5% (11.533 visitantes). A França (9.770) e os Estados Unidos da América (8.710) e ocupavam a terceira e quarta posição, com um registo de visitantes a rondar os 12,3% e 11,0%, respetivamente. O quinto principal mercado originário era ocupado pela Alemanha, com 7,7% (6.159 visitantes estrangeiros) (Quadro 15).

Por outro lado, os dados estatísticos constantes no Quadro 15, relativamente à evolução da procura turística por países de origem põem em evidência que houve um crescimento generalizado, nos dois períodos de referência, com a exceção da Holanda, todos os outros países aumentaram o número de visitantes. De 2005 para 2015, os Estados

³²³ Aliás, já em 2003 o trabalho de Boura (2004) apontava a Espanha como principal emissor de visitantes (54%) do total de visitantes estrangeiros, seguida da França (18%) e do Reino Unido (8%).

³²⁴ A Aldeia Histórica de Almeida registou, em 2015, a maior procura turística dos visitantes e turistas espanhóis, cerca de 17.203, seguida de Castelo Rodrigo (5313), Sortelha (3525), Belmonte (701), Trancoso (536), Castelo Novo (431), Linhares (328), Marialva (307) e Piódão (243).

Unidos da América, registou o maior crescimento de visitantes nas Aldeias Históricas de Portugal, seguido do Reino Unido, posteriormente o mercado israelita e alemão.

Quadro 15 - Os dez principais países de origem dos visitantes registados nos postos de informação turística das Aldeias Históricas de Portugal, em 2005 e em 2015

Nº de ordem em 2005	Países	Visitantes e turistas estrangeiros (2005)	Nº de ordem em 2015	Países	Visitantes e turistas estrangeiros (2015)
1.º	Espanha	27 264	1.º	Espanha	28 587
2.º	França	9 214	2.º	Reino Unido	11 533
3.º	Reino Unido	4 233	3.º	França	9 770
4.º	Brasil	2 196	4.º	Estados Unidos da América	8 710
5.º	Holanda	1 142	5.º	Alemanha	6 159
6.º	Alemanha	1 067	6.º	Israel	5 782
7.º	Itália	656	7.º	Brasil	3 398
8.º	Bélgica	528	8.º	Canadá	1 422
9.º	Estados Unidos da América	483	9.º	Holanda	1 012
10.º	Israel	411	10.º	Bélgica	818

Fonte: Elaboração própria com base nos dados cedidos pelos postos de turismo das AHP, 2016

Em termos de procura turista, não podemos deixar de referir face à importância crescente do turismo judaico, o mercado israelita e americano nas Aldeias Históricas de Belmonte e Trancoso, nos últimos anos. Uma procura turística que se justifica pela presença da cultura judaica no território das Aldeias Históricas de Portugal – Rede de Judiarias de Portugal –, para além das infraestruturas existentes ao nível da museologia, sinagoga e comunidade judaica em Belmonte, hotelaria, restauração e artesanato, como já se teve oportunidade de referir na secção anterior. É interessante notar a evolução deste nicho de mercado, entre 2005 para 2015, com um aumento significativo do fluxo turístico de estrangeiros de nacionalidade israelita. Este mercado passou da décima posição para a sexta, com um peso de 7,4% no total dos visitantes estrangeiros das Aldeias Históricas, em 2015 (Quadro 15).

Note-se, contudo, que o número de visitantes registados nos postos de informação turística destas duas Aldeias Históricas de Portugal não coaduna com a procura turística deste nicho de mercado em crescimento, já que o fluxo turístico de estrangeiros de nacionalidade israelita, em 2015, por exemplo, era apenas 336 visitantes na Aldeia Histórica de Belmonte, quando no Museu Judaico de Belmonte este número ultrapassou os 6 mil visitantes israelitas. Estamos perante um fluxo que ultrapassa o registo de

visitantes de nacionalidade alemã nos postos de informação turística, posicionando o mercado israelita à frente deste mercado.

Por outro lado, é de referir o Brasil como país de origem de muitos visitantes que optam pelas Aldeias Históricas como destino turístico ou local de passagem, já que existe uma história e uma língua que aproxima ambos os países. Em 2005, o Brasil ocupava o quarto lugar do fluxo de visitantes registados nos postos de informação turística, mas em 2015 surge na sétima posição, apesar do aumento de visitantes o número global no contexto da Rede, acaba por provocar um efeito contrário (Quadro 15). Aliás, em 2015, o Brasil chega a ser o principal país de origem em dois dos nove postos de informação turística, sendo o caso da Aldeia Histórica de Belmonte e do Piódão.

Estes dados estatísticos demonstram inequivocamente a crescente procura de visitantes estrangeiros pelas Aldeias Históricas de Portugal, de tal modo que o fluxo de origem externa já supera o de origem interna em duas Aldeias Históricas (Castelo Rodrigo e Almeida). É de notar que desde 2013, o número de visitantes estrangeiros aumentou significativamente na Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo, atingindo em 2015 os 32.385 mil (57,6%) de um total de 56.251 visitantes na Aldeia Histórica, de acordo com os registos no posto de informação turística daquela Aldeia Histórica³²⁵. Em 2015, o fluxo de visitantes registados na Aldeia Histórica de Almeida representava cerca de 53,2% (21.419 de origem estrangeira) de um total de 40.269 visitantes. Estes registos podem justificar-se pelo aumento de navegações de cruzeiro no rio Douro com ligações entre Porto e Barca D´Alva (pacotes turísticos que contemplam a Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo) e pela proximidade geográfica com Espanha, no caso de Almeida.

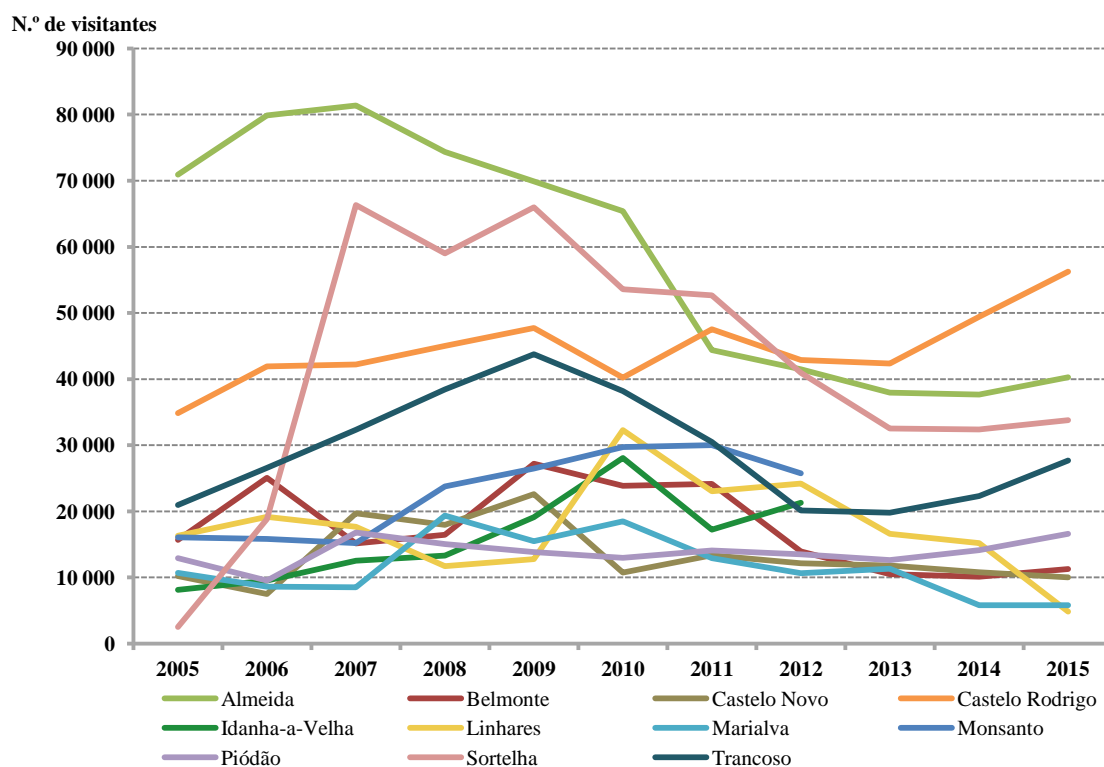
Em relação à procura turística importa ainda analisar o fluxo turístico registado por cada Aldeia Histórica ao longo do período 2005 a 2015. De acordo com os dados disponíveis pelos postos de informação turística, relativamente à procura turística é possível perceber no contexto global da Rede algumas discrepâncias no fluxo ao longo dos anos e entre Aldeias Históricas, tal como se pode verificar pela análise da Figura 56.

As Aldeias Históricas de Almeida, Sortelha e Castelo Rodrigo são aquelas em que o fluxo turístico se faz sentir de forma mais acentuada evidenciando, por isso, os valores de procura turística mais elevados no contexto da Rede, apesar de algumas quebras na procura, particularmente em Almeida e Sortelha, entre 2010 e 2014, estabilizando nos

³²⁵ Em 2016, os registos apontam para um crescimento de 17,9% do número de visitantes (66.347), sendo que destes cerca de 36.851 são estrangeiros.

últimos dois anos face ao acentuado decréscimo no passado. Em matéria de procura turística, a Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo destaca-se no contexto da Rede, ainda que com algumas oscilações entre 2010 e 2013, conseguiu manter um fluxo mais ou menos constante ao longo dos anos em análise, registando os maiores níveis de fluxo na Rede, nos últimos anos quatro anos. Numa posição intermédia na procura turística, surge a Aldeia Histórica de Trancoso, ocupando a quarta posição, atrás das mais procuradas, apresentando uma procura com várias oscilações ao longo do período em análise (Figura 56). Uma procura turística que é, de modo geral, coincidente com a identificação dos visitantes em relação às Aldeias Históricas que já teve oportunidade de visitar (Cf. Figura 12 do Anexo 9), onde surgem a par de Monsanto, Belmonte e Piódão como as mais procuradas pelos visitantes inquiridos.

Figura 56 - Número de visitantes por Aldeia Histórica de Portugal, entre 2005-2015



Nota: Dados não disponibilizados para as Aldeias Históricas de Idanha-a-Velha e Monsanto (segredo estatístico pelo município de Idanha-a-Nova) para o período de 2013 a 2015.

Fonte: Elaboração própria com base dos dados disponibilizados pelos Postos de Turismo das AHP, 2013 e 2016

As Aldeias Históricas de Castelo Novo, Linhares³²⁶, Marialva e Idanha-a-Velha³²⁷, por seu turno, são aquelas em que a procura turística é menos expressiva no período em

³²⁶ Em 2015, houve uma quebra significativa no número de visitantes e turistas que se deslocaram ao posto de informação turística, que se deveu ao encerramento do espaço no mês de janeiro e fevereiro e a

análise, com particular incidência no caso de Marialva, pois regista o mais baixo fluxo turístico no contexto da Rede, em 2015, apenas 5.811 visitantes³²⁸. Algo que não se consegue explicar apenas com estes dados estatísticos, uma vez que se encontra na proximidade da Aldeia Histórica de Trancoso e num ponto de transição entre Serra da Estrela e Douro, beneficiando até de um novo eixo viário – IP2. À semelhança das Aldeias Históricas mais visitadas, verifica-se também que estas foram a par de Castelo Mendo as menos visitadas pelos visitantes inquiridos (Cf. Figura 12 do Anexo 9).

Numa análise mais minuciosa, é possível observar no território em estudo diferentes períodos na procura turística. De 2006 para 2007 (Figura 56), a Aldeia Histórica de Sortelha registou o maior crescimento de fluxo turístico, comparativamente às restantes Aldeias Históricas, passando de 18.810 para 66.301 visitantes, em 2015 recua e regista quase metade desse número, cerca de 33.797 dos visitantes. Apesar deste aumento abrupto na Aldeia Histórica de Sortelha, em 2007, a Aldeia Histórica de Almeida registava o fluxo turístico mais elevado até à data, cerca de 81.402 visitantes. Aliás, a Aldeia Histórica de Almeida é a que teve entre 2005 e 2010 o maior fluxo turístico de visitantes registados nos postos de informação turística. Em 2011, esta posição foi ocupada pela Aldeia Histórica de Sortelha, apesar de apresentar já uma diminuição significativa da procura turística. De 2012 até 2015, a Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo regista os maiores níveis de procura turística no contexto da Rede, com valores entre os 42 mil e 65 mil visitantes por ano.

Por outro lado, é interessante notar que o território perde dinâmica turística de 2010 para 2011 em sete das doze Aldeias Históricas, tendência que se acentua em 2012 e 2013, de forma muito significativa em nove Aldeias Históricas, em algumas para mais de metade dos visitantes registados em 2009. O que pode ser explicado pela entrada da *Troika* em Portugal – Programa de Assistência Económica e Financeira, em 2011, pelo

mudança de instalações físicas desta infraestrutura de apoio. Já em 2016, há uma tendência inversa, ou seja, os dados provisórios apontam para um fluxo acima dos 11 mil visitantes.

³²⁷ A procura turística nesta Aldeia Histórica restringe-se apenas ao período de 2005-2012, pelas razões já apresentadas.

³²⁸ Neste último ano, o posto de informação turística esteve encerrado cerca de um mês, entre maio e junho, para requalificação e uniformização com a marca Aldeias Históricas de Portugal no âmbito das ações da Iniciativa PROVERE das Aldeias Históricas de Portugal – Valorização do Património Judaico (QREN 2007-2013). O mesmo sucedeu nas Aldeias Históricas de Sortelha e Linhares mas com a criação de novos postos de acolhimento através de reabilitação de edifícios, uma vez que as antigas infraestruturas de apoio apresentavam algumas limitações de acesso aos visitantes e turistas. No caso da Aldeia Histórica de Linhares, a mudança de instalações provocou um decréscimo significativo no número de visitantes e turistas que utilizam o posto de informação turística, ao contrário do novo posto de Sortelha, que se localiza nas imediações do anterior.

aumento do desemprego³²⁹ e pela introdução de portagens das autoestradas SCUT da Beira Interior (A23) e da Beira Litoral/Beira Alta (A25), no final desse ano, em dois eixos viários estruturantes no acesso à generalidade das Aldeias Históricas de Portugal, pois cerca de 82,3% dos visitantes inquiridos (n=400) deslocam-se ao destino turístico em viatura própria (Cf. Figura 13 do Anexo 9)³³⁰. Em 2014 e 2015, após 3 anos de *Troika*, o território regista uma recuperação nos níveis de procura turística, com exceção de Castelo Novo e Marialva.

Convém sublinhar que, no contexto da Rede, a Aldeia Histórica do Piódão foi a única que apresentou ao longo do período de análise uma certa homogeneidade apesar de ligeiras oscilações no fluxo de visitantes, registando até um crescimento de 17,6%, entre 2014 e 2015. Há que admitir que não é fácil para destinos turísticos como as Aldeias Históricas de Portugal manter uma dinâmica turística anual ou de longo prazo, particularmente quando se trata de territórios rurais de baixa densidade.

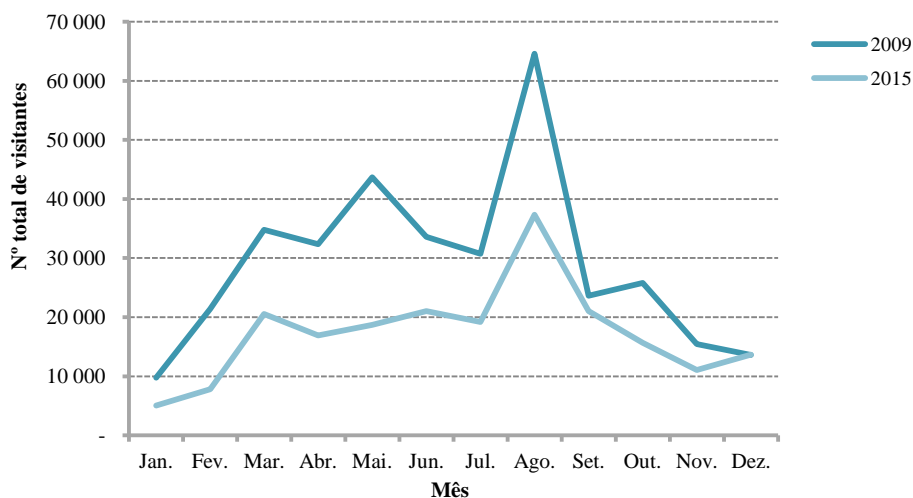
Impõe-se, por isso, analisar o grau de sazonalidade da procura turística no território em estudo, tendo como referência o ano de 2009³³¹ e 2015. De acordo com a Figura 57, as Aldeias Históricas de Portugal caracterizam-se por uma acentuada sazonalidade na procura turística, aliás, verificam-se oscilações e alterações que expressam variações nos meses de procura e nos dois períodos de referência.

Em 2009, a procura de visitantes registados nos postos de informação turística das Aldeias Históricas, reflete grandes oscilações ao longo de todo o ano, sendo flagrante a concentração da procura nos meses de agosto, maio, março, junho e julho. De 2009 para 2015, houve um decréscimo significativo na procura ao longo de todos os meses, exceto o mês de dezembro. Em contrapartida, em 2015, verifica-se uma maior estabilização na procura entre o mês de março e de setembro. O mês de agosto regista, tal como tinha acontecido no ano de 2009, a maior procura de visitantes e turistas. Em sentido oposto encontra-se uma redução na procura no mês de janeiro em 2009 e 2015, a que devemos juntar o mês de fevereiro em 2015 (Figura 57).

³²⁹ A taxa de desemprego em 2010 e 2011 foi de 10,8% e 12,7%, respetivamente. Este valor sofreu um acréscimo de 3% em 2012 face ao ano anterior, tendo atingido os 16,2% em 2013. Nos anos seguintes, a taxa de desemprego fixou-se nos 13,9% em 2014 e caiu para 12,4%, em 2015, ano que se registou uma recuperação do fluxo de visitantes nas Aldeias Históricas de Portugal (INE, 2015).

³³⁰ A autocaravana e a viatura alugada, de acordo com a Figura 13 do Anexo 9, são os meios de transporte utilizados pelos visitantes estrangeiros para deslocação ao destino turístico, embora com percentagens inferiores.

³³¹ Ano de maior fluxo turístico registado nos postos de informação turística nas onze Aldeias Históricas de Portugal.

Figura 57 - Número total de visitantes registados nos postos de informação turística das Aldeias Históricas de Portugal, por mês, em 2009 e 2015³³²

Fonte: Elaboração própria com base nos dados cedidos pelos postos de turismo das AHP, 2009 e 2015

Explicação possível para uma certa estabilização da procura turística do território em estudo poderá ser uma maior correlação entre a procura e a oferta turística, nos últimos anos. Quer isto significar que o esforço público e privado efetuado no território das Aldeias Históricas de Portugal, nomeadamente os investimentos realizados no âmbito do QCA II e III, e QREN, acabou por aproximar a oferta da procura turística, quer através da valorização dos recursos do território, quer na criação de novas atrações. Neste sentido, importa analisar que infraestruturas e serviços de lazer e/ou de turismo o visitante das Aldeias Históricas utilizou no destino turístico.

Assim, de acordo com a informação obtida junto dos visitantes inquiridos (Cf. Figura 14 do anexo 9), as principais infraestruturas utilizadas associam-se tanto nos turistas como nos visitantes do dia aos monumentos, seguindo-se dos serviços de restauração. O comércio e os serviços de hotelaria são particularmente utilizados pelos turistas e os equipamentos culturais como os museus são procurados acima de tudo pelos visitantes do dia, o que remete para a necessidade de uma maior articulação entre os agentes turísticos na utilização das infraestruturas e serviços que servem de apoio à atividade turística.

Relativamente a este aspecto, há que destacar os espaços museológicos como uma das principais atrações turísticas do território em estudo, assumindo-se como uma das

³³² Estes dados não contemplam o número de visitantes por mês da Aldeia Histórica de Marialva, em 2009, por desaparecimento dos dados no posto de turismo, nem os dados das Aldeias Históricas de Idanha-a-Velha e Monsanto, em 2015, pela indisponibilidade da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova em disponibilizar o fluxo de visitantes.

componentes mais importantes para valorizar a oferta do sistema turístico. O investimento realizado nestes equipamentos turísticos no âmbito do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas³³³ surgiu, precisamente, da necessidade de criar novas atrações turísticas para diversificar e enriquecer a oferta turística e atrair novas procuras turísticas, capazes de atenuar a sazonalidade e de aumentar o tempo de permanência no território, para além destes espaços funcionarem também como veículo de preservação do património cultural construído e imaterial.

Foi precisamente neste sentido, e para responder às variáveis agora elencadas, que foram criados 11 **espaços museológicos** no território em estudo, como já se teve oportunidade de constatar aquando a caracterização da oferta turística (Cf. seção 1.8.1.), embora com diferentes ritmos de funcionamento, em função das entidades responsáveis pelo seu planeamento e gestão. Importa também ressaltar que a generalidade destes espaços museológicos resultou da reabilitação e reconversão de edifícios públicos devolutos, entre os quais as Casamatas da praça-forte de Almeida, a antiga Tulha dos Cabrais e o Solar dos Cabrais, Casa da Câmara de Castelo Novo, o antigo Lagar de Varas de Idanha-a-Velha, a Casa da Câmara, Tribunal e Cadeia de Castelo Mendo que, sem utilização, estavam a entrar num processo de ruína, passando a constituir atrações para os visitantes.

No quadro das políticas públicas houve a preocupação de considerar estes investimentos em Aldeias Históricas já com alguma dimensão em termos de atrações turísticas, por um lado, numa perspetiva de proximidade e de ligação física entre as infraestruturas turísticas – economias de aglomeração – e, por outro, aumento da satisfação das necessidades dos visitantes (Cf. Figura 47, na seção 1.8.1.).

Em termos de distribuição geográfica destes equipamentos constata-se que há uma concentração nas Aldeias Históricas de Portugal que apresentam maior dinâmica em termos de oferta turística e que, simultaneamente, também desempenham funções

³³³ Importa referir que apenas 20,3% dos 400 visitantes inquiridos conhecem os Programas de intervenção das Aldeias Históricas de Portugal, ainda assim, existe maior conhecimento nos turistas do que nos excursionistas (Cf. Figura 15 do Anexo 9). Em termos de avaliação efetuada pelos respondentes (n=81) há uma atribuição de “muito bom” ao impacto dos Programas ao nível da divulgação das Aldeias Históricas face a preservação do património e recuperação da Aldeia; com uma classificação de “bom” surge um reconhecimento pelo trabalho de recuperação da Aldeia, maior informação sobre a história, preservação do património e divulgação das AHP e aumento do alojamento. Por outro lado, existe uma percentagem significativa que avalia como satisfatório e reduzido, na medida em que houve algum impacto ao nível de recuperação das AHP, preservação do património e maior informação da história, mas ainda assim, aquém do esperado face as obras incompletas ou ausência de qualquer impacto dos Programas (Cf. Figura 16 do Anexo 9).

administrativas de sede de concelho (Cf. seção 1.8.1.), nomeadamente o Museu Judaico, o Ecomuseu do Zêzere, o Museu do Azeite e o Museu à Descoberta do Novo Mundo na Aldeia Histórica de Belmonte; o Museu Histórico-Militar na Aldeia Histórica de Almeida; a Casa Bandarra e o Centro de Interpretação da Cultura Judaica – Isaac Cardoso, na Aldeia Histórica de Trancoso, registando-se, no caso deste último, alguns problemas de funcionamento (Cf. Figura 47).

Neste conjunto museológico há a considerar quatro outros espaços, localizados em Aldeias Históricas mais isoladas e com menos oferta turística, entre os quais: o Núcleo Museológico do Piódão, o Lagar das Varas e Arquivo Epigráfico de Idanha-a-Velha, o Museu dos Sentidos – Núcleo Museológico de Cariz Etnográfico de Castelo Mendo e o Núcleo Museológico de Castelo Novo (Cf. Figura 47). Apesar dos investimentos realizados na reabilitação dos edifícios, apenas os dois primeiros equipamentos turísticos estão em funcionamento na atualidade. O que não é de estranhar uma vez que nem todos os espaços mencionados constituem verdadeiras atrações turísticas, isto é, nem todos estão convenientemente preparados para receber visitantes – falta de planeamento na sua criação e gestão.

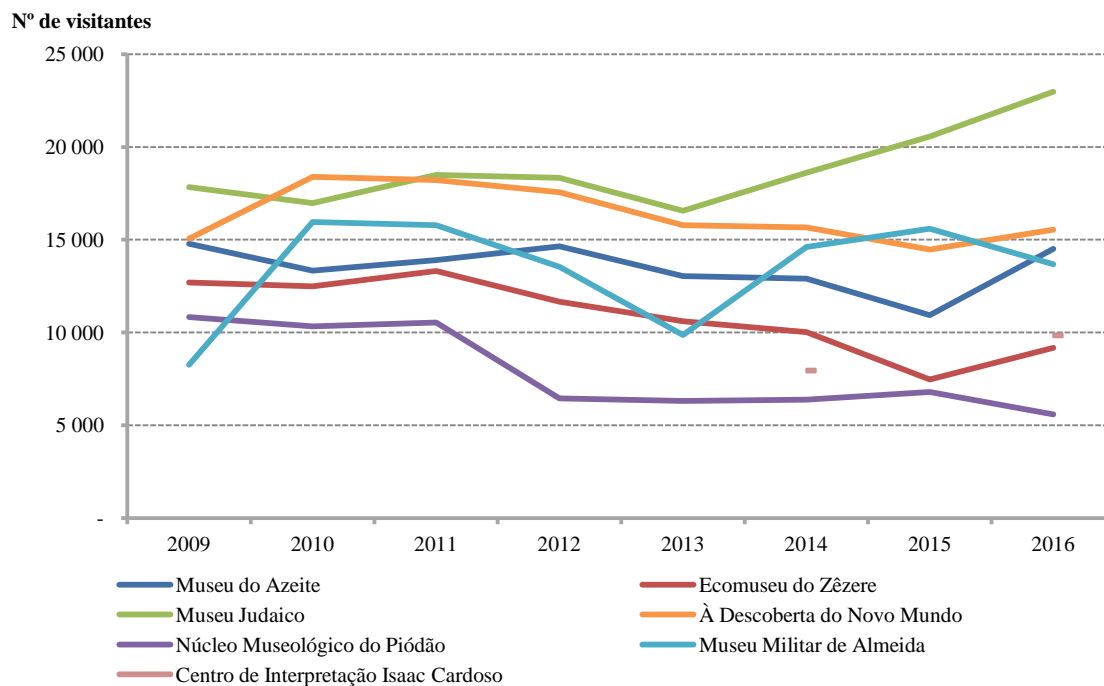
De acordo com as estatísticas disponibilizadas pelas entidades responsáveis pelos equipamentos turísticos abertos ao público, câmaras municipais³³⁴ e empresas municipais, os espaços museológicos foram visitados por cerca de 748 511 visitantes, entre 2009 e 2016. No entanto, e como é visível na Figura 58, estes espaços museológicos têm vindo ao longo dos últimos anos a evidenciar tendências diferenciadas em termos do número de visitantes, não só na procura entre espaços museológicos, como também ao longo dos anos em observação.

A leitura desta informação permite concluir que o Museu Judaico de Belmonte, com a exceção, em 2010, registou sempre o maior número de visitantes. Este espaço museológico atingiu, em 2016, uma frequência anual de 22.988 visitantes (aumento de 11,8% face ao ano de 2015), perfazendo um total de 150.387 visitantes, desde 2009, ano da sua abertura até à atualidade. O segundo espaço museológico com o maior registo de visitantes é o Museu à Descoberta do Novo Mundo, também localizado na Aldeia Histórica de Belmonte, com 15.544 visitantes em 2016. De 2015 para 2016, registou um aumento de 7,4% (+ 1.076 visitantes). O Museu Histórico-Militar de Almeida ocupa a

³³⁴ À semelhança do que aconteceu com os dados dos postos de turismo, o Município de Idanha-a-Nova também se revelou indisponível na cedência dos registos ao espaço museológico de Idanha-a-Velha.

terceira posição, com uma procura anual acima dos 10 mil visitantes, tendo registado, entre 2009 e 2016, de acordo com a informação obtida, cerca de 107.285 visitantes. O mesmo sucede no Museu do Azeite de Belmonte, no entanto, com níveis de procura menos intensos (Figura 58).

Figura 58 - Número total de visitantes aos museus das Aldeias Históricas de Portugal (2009-2016)



Nota: Não há dados de 2013 e 2015 do Centro de Interpretação Isaac Cardoso. Em 2016, o município de Almeida apenas disponibilizou os registos entre janeiro e agosto para o Museu Militar de Almeida.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelos museus, 2016

Os espaços museológicos que registam um menor número de visitantes, nestes últimos oito anos, são o Ecomuseu do Zêzere e o Núcleo Museológico do Piódão, com 87.430 e 63.224 visitantes, respetivamente. A quebra na procura iniciou-se em 2012 e 2013, verificando-se uma ligeira inversão da tendência em 2016, com um ligeiro aumento. Por último, no que concerne ao número de visitantes ao Centro de Interpretação da Cultura Judaica – Isaac Cardoso, constata-se que apesar das condicionantes deste espaço como é a falta de conteúdos no seu interior, horários reduzidos, ou apenas visitável mediante marcação prévia para grupos em viagens organizadas, ainda assim, tende a registar um aumento do número de visitantes nos dois anos com dados disponíveis (Cf. Figura 58).

Em traços gerais, os espaços museológicos das Aldeias Históricas de Portugal registaram, nos últimos oito anos, com a exceção do Museu Judaico de Belmonte, uma evolução condicionada por algumas oscilações no número de visitantes. Algo que não

surpreende uma vez que os visitantes destes espaços museológicos são sobretudo nacionais, apesar das oscilações registadas ao longo dos últimos anos. Em 2016, cerca de 50,3% dos visitantes dos museus das Aldeias Históricas eram nacionais, isto é, cerca de 46.213. Todavia, de 2013 para 2016, o número de visitantes estrangeiros aumentou significativamente, tornando-se particularmente expressivo no caso do Museu Judaico de Belmonte. Este espaço museológico registou, nos últimos três anos, um aumento de 14,9%, visitantes estrangeiros. Em 2016, o número de visitantes estrangeiros que visitou este espaço é muito próximo ao número de visitantes nacionais, cerca de 11.033 face a 11.955, respetivamente. O que evidencia bem quão importante é o mercado judaico para o território em estudo, mas também os efeitos da articulação entre a oferta e procura turística.

Não podemos, por outro lado, esquecer o papel estruturante das políticas públicas na articulação entre as duas principais componentes do sistema turístico – a procura e oferta turística –, contribuindo assim para o desenvolvimento dos territórios. No próximo capítulo procura-se perceber até que ponto as políticas públicas têm vindo a contribuir para o desenvolvimento do território das Aldeias Históricas de Portugal.

1.9. Considerações finais

O território das Aldeias Históricas de Portugal à semelhança de outros territórios do designado “arco do interior” enfrenta, hoje, múltiplos desafios que colocam em risco a coesão territorial.

O território tem vindo, desde meados do século XX, a registar um processo de esvaziamento demográfico, particularmente a partir da década de 60, com a exceção dos 3 aglomerados (sedes de município), todos os outros registaram perdas demográficas significativas e irreversíveis, resultantes dos movimentos das aldeias para as sedes de concelho e capitais de distrito, cidades do litoral ou para o estrangeiro. Trata-se, por isso, de um território com grandes disparidades ao nível da concentração populacional, registando variações entre 103 hab/Km² e 3 hab/Km² (a densidade média é de 22,8 hab/Km²), o que demonstra a incapacidade do território em manter e/ou atrair população. Não surpreende, por isso, que o crescimento natural populacional seja negativo em virtude das altas taxas de mortalidade face às da natalidade, o que revela um território envelhecido face ao decréscimo acentuado da população jovem e ao

aumento da população idosa. Este processo demográfico, automaticamente, desencadeia outros efeitos negativos nas dinâmicas territoriais, nomeadamente ao nível do capital institucional e do capital produtivo.

A perda de capital humano provocou a reestruturação/concentração ou desaparecimento de serviços básicos, num território de reduzida mobilidade interna das populações por ausência de transportes públicos e de condições de acesso, que tende a acentuar o isolamento destas Aldeias Históricas face à deslocação das populações dos aglomerados rurais para os aglomerados urbanos, por um lado, e, por outro, o abandono do parque habitacional que no caso específico foi alvo de intervenção pública. Acresce ainda o abandono das áreas agrícolas, que tende a aumentar face à idade avançada dos agricultores e fraca rentabilidade e competitividade das pequenas explorações no setor agrícola, daí que a agricultura seja praticada de forma parcial como forma de plurirrendimento dos agregados familiares, num território com algumas debilidades no capital produtivo.

As debilidades do capital produtivo relacionam-se com a existência de um capital humano envelhecido e pouco qualificado e fraca capacidade do território em atrair investimento, pese embora o posicionamento das Aldeias Históricas no contexto nacional e europeu. Apesar da melhoria dos níveis de escolaridade e qualificação, o território das Aldeias Históricas de Portugal, carece ainda de ativos qualificados (quadros intermédios) para atrair novos investimentos na região, o que explica a fraca dinâmica do sector secundário e a forte dependência dos ativos do território pelo setor terciário.

O território das Aldeias Históricas dispõe, no entanto, de um conjunto de recursos locais que lhe permite atenuar ou contrariar este ciclo vicioso que caracteriza de certa forma os territórios rurais de baixa densidade. A diversidade de património natural e paisagístico, cultural, construído e imaterial, existente no território e área envolvente, permitem afirmar que o turismo poderá contribuir para a resolução ou minimização de alguns dos problemas do território, atraindo novos atores como os neo-rurais. Para tal, é fundamental a preservação do património natural e paisagístico, desde as áreas naturais classificadas até aos recursos hídricos, que servem de *habitat* para múltiplas espécies, apesar das diversas ameaças como o abandono dos territórios. Por outro lado, o território apresenta um vasto património histórico e arquitetónico, como atesta a lista de

património classificado, para além da riqueza dos 12 conjuntos edificados e identidade local.

Estes recursos estão, pois, na base da criação de equipamentos e infraestruturas de apoio à atividade turística, nomeadamente unidades de hotelaria e restauração, lojas de artesanato, espaços museológicos, praias fluviais, estâncias termais, entre outros, que respondem às necessidades da crescente procura turística.

Por fim, importa referir que é para dar resposta aos problemas do território que surgiu a iniciativa das Aldeias Históricas de Portugal, como se terá oportunidade de constatar no próximo capítulo.

2. Políticas públicas de desenvolvimento territorial: uma análise retrospectiva e atual da Iniciativa Aldeias Históricas de Portugal

2.1. As origens da Iniciativa Aldeias Históricas de Portugal

Como já referimos, os territórios rurais de baixa densidade têm merecido ao longo das últimas décadas, particular atenção na esfera europeia e nacional em termos da territorialização das políticas públicas na valorização do mundo rural. É no contexto de uma nova lógica de territorialização das políticas públicas no desenvolvimento de territórios com dificuldades estruturais³³⁵ como os territórios rurais de baixa densidade, que se inserem um conjunto de iniciativas de desenvolvimento local consideradas inovadoras³³⁶ como o Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal (Região Centro), nos finais dos anos 80 e início dos anos 90.

Todas estas iniciativas se encontram profundamente associadas a um novo modelo de desenvolvimento regional e local alternativo – o paradigma de desenvolvimento endógeno e participativo –, assente em pressupostos de integração territorial do desenvolvimento por via da valorização dos contextos territoriais e dos recursos endógenos como os lugares, o património construído, cultural e natural, as tradições e dos sistemas produtivos locais, mas também de novas formas de organização dos atores – descentralização e participação de múltiplos atores no processo de desenvolvimento territorial e que, como vimos na fase inicial deste trabalho, obteve grande receptividade junto da Comissão Europeia, que passou a apoiar as iniciativas de desenvolvimento local (IDL) através da adoção de metodologias de intervenção “*bottom-up*”³³⁷. Foi precisamente sobre estes pressupostos de desenvolvimento territorial (regional e local) que se definiram escalas de intervenção específica, ou seja, redes territoriais de geometria variável em territórios rurais do interior de Portugal.

Na base destas intervenções de desenvolvimento territorial integrado, encontra-se o insucesso dos anteriores modelos de desenvolvimento em travar o contínuo abandono demográfico e das atividades tradicionais dos espaços rurais mais débeis e com dificuldades estruturais do interior do país em particular, através da conceção e implementação de políticas públicas de desenvolvimento, visando sobretudo inverter a

³³⁵ Veja-se a este propósito na Parte I, Capítulo 1, secção 1.5..

³³⁶ Podemos acrescentar as Aldeias do Xisto no Pinhal Interior, as Aldeias Vinhateiras do Douro, as da Água na envolvente do Alqueva e as Aldeias do Algarve.

³³⁷ Como se teve oportunidade demonstrar na Parte I, no capítulo 1, na secção 1.2.6. e 1.6.2..

situação de perda em que tais territórios se veem, cada vez mais, confrontados. Ora é com base, nestes pressupostos que surge a iniciativa de recuperação das Aldeias Históricas de Portugal, no âmbito do Programa Operacional “Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional” do Quadro Comunitário de Apoio II (1994-1999), o qual contemplava um conjunto de subprogramas, nomeadamente o subprograma “Desenvolvimento rural e local”. Por sua vez, este subprograma estruturava-se em torno de seis medidas³³⁸, sendo de destacar pelos seus objetivos, a medida de “Apoio ao desenvolvimento económico em núcleos rurais”. Pretendia-se com esta medida valorizar os recursos patrimoniais e os elementos de interesse histórico-cultural das aldeias e lugares turísticos, numa perspetiva de melhorar as condições de vida e os serviços de apoio económico-social e, conseqüentemente, fixar a população, atrair o turismo, estimular o desenvolvimento de atividades complementares das agrícolas por via da reativação de artes e ofícios tradicionais em decadência, mas que se apresentam como estruturantes na diversificação de rendimentos em economias locais frágeis como do território em estudo.

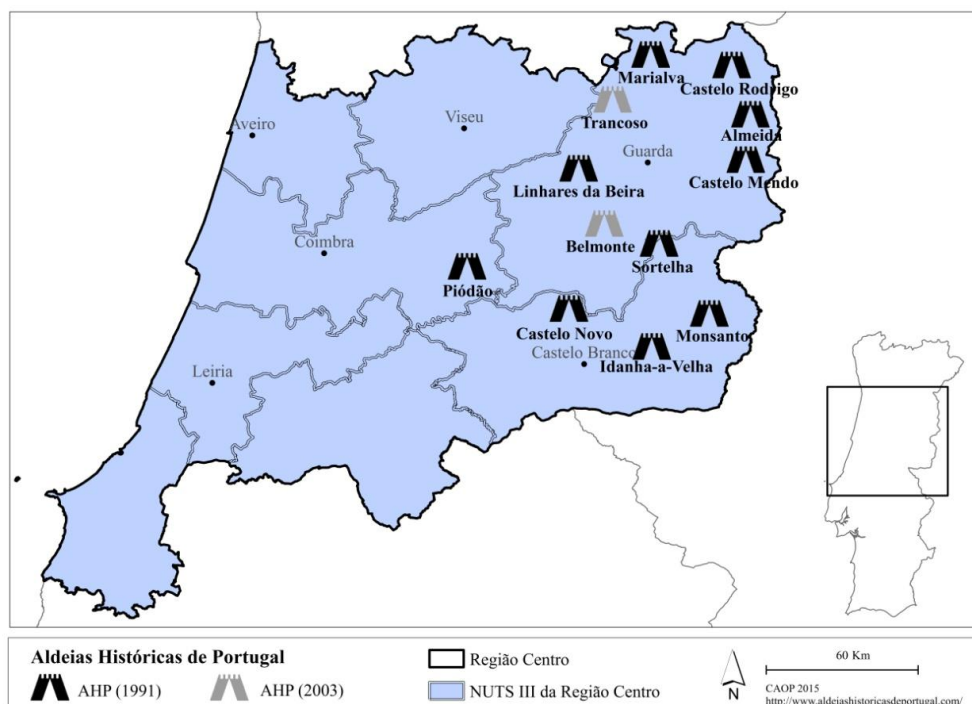
Para a concretização daquela medida, o Despacho Normativo n.º 2/95, estabeleceu três vias diferentes mas complementares, a saber: (i) apoio à dinamização económica de núcleos habitacionais rurais; (ii) recuperação de aldeias turísticas; (iii) e ativação de lugares ou aldeias em vias de desertificação. No âmbito da recuperação das aldeias históricas, a concretização passou pelo lançamento da primeira ação-piloto na Beira Interior, uma iniciativa de combate ao despovoamento do interior rural e de recuperação do património local e nacional para diversificação da oferta turística, tendo como objetivo último o desenvolvimento de atividades capazes de criar emprego e, conseqüentemente, proporcionar uma efetiva melhoria das condições de vida das populações locais. Algo que é curioso, e que não deve ser negligenciado, é que esta estratégia nacional de discriminar positivamente alguns dos territórios encravados do interior, foi considerada nos anos 80, aquando a elaboração do Plano Nacional de Turismo (1985-1988).

Este Plano Nacional de Turismo para além de traçar os objetivos possíveis e necessários à definição de uma estratégia de desenvolvimento para o setor, também definia as

³³⁸ Este subprograma contemplava seis medidas, a saber: “apoio ao investimento, artesanato e criação de emprego; apoio às artes e ofícios tradicionais; recuperação de aldeias rurais; apoio ao desenvolvimento económico em núcleos rurais; apoio à dinamização local, e apoio à dinamização rural”, as quais deveriam articular-se de forma coordenada para a recuperação de aldeias com interesse turístico (Despacho Normativo n.º 2/95, publicado no Diário da República, 1.ª série B, de 11 de janeiro de 1995).

formas de intervenção dos poderes públicos no domínio do turismo, quer no que se refere à dimensão social e económica, quer no diz respeito à dimensão territorial e patrimonial, isto é, os efeitos da intervenção dos poderes públicos deveriam compensar ou atenuar os desequilíbrios regionais e proteger o meio ambiente e valorizar o património cultural (Boura, 2004). Este Plano para além de atribuir particular relevância aos recursos culturais, naturais e de animação defendia que “algumas aldeias típicas” são para algumas regiões um inegável recurso turístico, fazendo assim apelo à necessidade de proteção e recuperação destes aglomerados, para a conceção de produtos turísticos diferenciadores dos destinos tradicionais massificados. Ora é com base neste pressuposto que as tutelas da Cultura, do Desenvolvimento Regional e do Turismo definiram, no interior da Região Centro, uma Rede de Aldeias Históricas localizadas, na sua maioria, ao longo da linha de fronteira e em torno do Parque Natural da Serra da Estrela, nos limites da bacia hidrográfica do Douro e Tejo (Figura 59).

Figura 59 - Localização das Aldeias Históricas de Portugal (Região Centro)



Fonte: Elaboração própria

De acordo com Boura (2004), coordenadora do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal, entre 1996 e 2010, a seleção das dez primeiras Aldeias Históricas³³⁹ para lançamento da iniciativa piloto (Figura 59), ocorreu aquando a

³³⁹ Numa primeira fase, o Programa de Recuperação das Aldeias Históricas, envolveu dez aldeias tradicionais: Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares,

preparação do Quadro Comunitário de Apoio II, tendo como principais critérios a identificação de aglomerados emblemáticos e diferenciadores pelo seu património arquitetónico, arqueológico ou ambiental classificado, pelo tecido urbano dos núcleos históricos, pelo referencial histórico-cultural, mas também pela possibilidade de integrarem circuitos turísticos ou culturais temáticos, numa lógica de articulação em rede dos diversos recursos endógenos, dispersos pelo território.

Desta forma, assumiu-se como objetivo central a reabilitação do património histórico e arquitetónico numa lógica de valorização e promoção do legado histórico – segmento do turismo cultural –, por via de um conjunto de investimentos públicos e privados em infraestruturas e equipamentos que potenciassesem o desenvolvimento turístico deste território – capaz de criar emprego e dinamizar o tecido socioeconómico, aumentar a qualidade de vida das populações e contrariar o despovoamento que atingia e contínua a atingir este território como já se teve oportunidade de demonstrar (Cf. seção 1.2.). Para isto contribuiu a mobilização e dinamização de parcerias com diferentes atores locais, regionais e nacionais (populações locais, empresas, autarquias, associações de desenvolvimento, administração regional e nacional), no desenvolvimento de um conjunto de projetos – modelo de desenvolvimento estratégico integrado e participado –, outro aspeto inovador desta iniciativa piloto de requalificação das aldeias típicas.

A adoção deste modelo de desenvolvimento permitiu, ainda, pela sua dimensão integradora e participativa por estimular sinergias entre as Aldeias que, funcionando em Rede, deveriam contribuir para a afirmação e promoção de um território mais amplo e diferenciador através do património construído, cultural e natural, das infraestruturas e equipamentos, da requalificação do tecido urbano e da animação turística. Foi com base nesta intervenção participada que se decidiu reforçar a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, em 2003, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio III (2000-2006)³⁴⁰, com a inclusão de Belmonte e Trancoso (Figura 59). De acordo com Boura (2004), a escolha destes dois novos aglomerados teve como princípio orientador o reforço espacial da Rede, numa perspetiva de maior coerência e articulação territorial dos nós

Marialva, Piódão e Sortelha. Na segunda fase de intervenção, no Quadro Comunitário de Apoio III (2000-2006), a iniciativa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal alargou-se a mais dois aglomerados: Belmonte e Trancoso.

³⁴⁰ A criação de mais duas Aldeias Históricas surge no contexto das Ações Integradas de Base Territorial (AIBT) do Programa Operacional Regional do Centro (QCA III), o qual contemplava iniciativas de discriminação positiva em territórios e temáticas específicas, sendo o caso das “Ações Inovadoras de Dinamização das Aldeias”.

(aglomerados), reforçando a densidade patrimonial, histórica e cultural, mas também reforço do desempenho funcional dos nós da Rede por via de um conjunto de serviços qualificados no setor do turismo – coesão territorial.

Obviamente, como referimos anteriormente, a adoção e implementação desta estratégia de desenvolvimento territorial, inscreveu-se no âmbito dos instrumentos de apoio das políticas públicas. Na próxima secção procuraremos precisamente analisar o impacto dos diversos investimentos realizados no território das Aldeias Históricas de Portugal, no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento regional.

2.2. Um balanço às políticas públicas de desenvolvimento regional no território das Aldeias Históricas de Portugal

As políticas públicas de desenvolvimento regional para territórios rurais desfavorecidos ou com dificuldades estruturais, como mencionámos antes, ganharam forma, aquando a adesão de Portugal à CEE³⁴¹, até então, as preocupações institucionais com estes territórios era praticamente inexistente. É precisamente em torno da perda de importância económica e social destes territórios que surgiram no seio da Europa, nos finais dos anos 80, as primeiras intervenções estatais e os primeiros instrumentos de promoção de desenvolvimento. As respostas das políticas públicas aos problemas em questão passavam por novas lógicas de valorização territorial e áreas temáticas, definição de escalas de planeamento e por uma maior intervenção dos atores de desenvolvimento, públicos e privados (estabelecimento de parcerias), tendo como base um conjunto de instrumentos financeiros.

Quer isto dizer que qualquer análise ao impacto das políticas públicas no desenvolvimento regional, quer seja em Portugal, quer seja na maioria dos países ocidentais, implica uma abordagem aos instrumentos da política, programas e medidas desenhados e implementados em territórios de baixa densidade, tal como argumentámos anteriormente, as políticas públicas em Portugal não podem ser desligadas da programação comunitária. As Aldeias Históricas de Portugal são um desses exemplos pois existe uma relação entre a conceção de uma estratégia de desenvolvimento territorial e a evolução da política regional (programação das políticas públicas), refletindo-se nas próprias dinâmicas espaciais e temporais do território em estudo.

³⁴¹ Veja-se a propósito na Parte I, no Capítulo I, a secção 1.6.2..

Posto isto, torna-se imperioso, no âmbito deste trabalho de investigação, analisar o impacto das políticas públicas de desenvolvimento regional no território das Aldeias Históricas de Portugal, nos últimos vinte anos, entre 1994 e 2014. Analisando as intervenções realizadas no território, em termos genéricos, constatamos que elas têm sido realizadas em plena articulação com os Quadros Comunitários de Apoio, dos quais destacamos três períodos estruturantes³⁴²: (i) 1994 a 1999, no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio; (ii) de 2000 a 2006, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio; (iii) de 2007 a 2013, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional.

Os dois primeiros períodos de intervenção das políticas públicas, II e III QCA, entre 1994-1999 e 2000-2006, caracterizaram-se por um conjunto de ações de requalificação e revitalização de aglomerados típicos da primeira experiência integrada na Região Centro – Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal, no âmbito do II QCA, cuja a continuação ocorreu no III QCA através da Ação Integrada de Base Territorial de “Ações Inovadoras de Dinamização das Aldeias”. No terceiro período de programação 2007-2013, as intervenções no território em estudo foram enquadradas pela Estratégia de Eficiência Colectiva PROVERE, numa perspetiva mais setorial e centralizada na aplicação dos incentivos à atividade empresarial, com menor participação dos agentes locais, regionais e centrais, ou seja, rompeu com as lógicas diferenciadoras e integradoras das políticas públicas dos anteriores períodos.

Como referimos na secção anterior, esta iniciativa piloto nasceu da tentativa de encontrar uma nova abordagem conceptual de desenvolvimento territorial integrado assente na valorização dos recursos turísticos, através de um conjunto de ações de reabilitação patrimonial e urbanística, infraestruturas básicas, promoção e divulgação do território e animação das economias locais (Boura, 2002). A implementação deste conjunto de iniciativas resultou da elaboração de Planos de Aldeia que assentavam no princípio do desenvolvimento estratégico para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, constituídos por um diagnóstico que identificava as dificuldades e potencialidades de cada aglomerado e, simultaneamente, estruturava os objetivos estratégicos e as ações prioritárias a desenvolver com suporte financeiro dos fundos

³⁴² A estes soma-se o atual quadro comunitário de apoio, Portugal 2020, período no qual se pretende reformular a estratégia de eficiência coletiva do Programa de Ação no âmbito do PROVERE 2020.

estruturais, o que explica a tipologia de projetos financiados³⁴³ e volume de investimento pelos respetivos aglomerados.

De acordo com os dados disponibilizados pela CCDRC (2015), relativamente à tipologia de projetos cofinanciados por fundos estruturais no âmbito do QCA II (Quadro 16), na primeira fase de implementação, sobressai desde logo a necessidade de realização de um conjunto de intervenções integradas em dez aldeias atrás referidas, nomeadamente: valorização do património histórico-cultural através da reabilitação do património edificado (recuperação e conservação de castelos e panos de muralhas ou ruínas, igrejas e edifícios de grande valor arquitetónico para novas funcionalidades, por exemplo, espaços de informação turística ou espaços museológicos), pois a recuperação e reutilização destes edificados pode revelar-se como um importante fator de atração turística e até melhorar as condições de vida para a população local (cerca de 6,5 milhões de euros); seguido de um conjunto de investimentos para resolução de carências em infraestruturas básicas para servir a população local e apoiar a atividade turística (5,9 milhões de euros) como saneamento básico e tratamento de águas residuais (construção de ETAR's), remodelação das redes de água, energia elétrica, TV e de telecomunicações por sistemas subterrâneos, melhoramento dos sistemas de recolha de lixo, bem como o calcetamento das áreas de terra batida ou novas repavimentações dos acessos as Aldeias; a construção e reconversão de edifícios públicos em equipamentos turísticos (cerca de 4,2 milhões de euros), por exemplo, postos de informação turística e unidades de alojamento (Inatel Piódão Hotel); a reabilitação/reconstrução de fachadas e coberturas degradadas para retificação de dissonâncias arquitetónicas e fortalecimento urbano (3,9 milhões de euros) e arranjos urbanísticos dos centros históricos destes aglomerados de modo a conseguir uma maior ligação e integração de espaços urbanos de habitação nas respetivas envolventes monumentais (1,5 milhões de euros). Todas estas ações de intervenção foram referenciadas pela população local na sessão de *focus group*, tal como se observa na Figura 1 do Anexo 8.

Os diversos projetos de intervenção arquitetónica ou paisagística foram acompanhados de estudos arqueológicos, históricos, culturais e naturais, por um lado, e, por outro, as intervenções nas fachadas e coberturas das habitações contaram com o apoio técnico de Gabinetes Técnicos Locais e da própria CCDRC, num investimento total de 865 mil

³⁴³ Os tipos de ações, despesas elegíveis e beneficiários destas ações foram definidos no regulamento de Intervenção “Aldeias Históricas de Portugal – Beira Interior, publicado no Despacho Normativo n.º 2/95, de 11 de janeiro de 1995.

euros. Alguns destes estudos arqueológicos e históricos resultaram em publicações (1,4 milhões de euros), para além de outros materiais de promoção e divulgação como, por exemplo, desdobráveis e brochuras, postais, roteiros turísticos, Carta de Lazer das Aldeias Históricas de Portugal, entre outras publicações temáticas. Este investimento na promoção e divulgação foi acompanhado de um conjunto de ações de animação e promoção muito variadas, tais como: desportos radicais (*Raid* das AHP, Provas de BTT-*Cross Country*, Open de Parapente em Linhares, Encontro de balões em Almeida), exposições temáticas, encontros científicos, feiras e festivais temáticos, espetáculos de luz, som e imagem, entre outras atividades, num investimento total de 853 mil euros.

Outra tipologia de projeto a considerar nesta primeira fase de intervenção foi a criação de microempresas de base local, embora de forma menos significativa do que nas outras ações, registando um apoio financeiro de 922 mil euros, sendo que 85% do investimento foi em “Casas de Campo” (12 projetos) e o restante em 3 projetos de animação turística, gastronomia tradicional e artesanato. Um investimento que fica aquém do desejável e até dos próprios objetivos da intervenção ao nível dos projetos de iniciativa privada para dinamização da economia local, mas que é explicado, em parte, pelos indicadores demográficos e económicos do território (cf. secção 1.2. e 1.4.).

No entanto, e de acordo com Boura (2004), os resultados alcançados foram positivos face ao apoio que lhe esteve associado, o que acabou por motivar a continuidade do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal no âmbito da “Ação Integrada de Base Territorial (AIBT) – Ações Inovadoras de Dinamização das Aldeias”, do Eixo II do Programa Operacional da Região Centro (III QCA 2000-2006), que constituíram até à data a melhor aproximação à territorialização e integração de políticas públicas em Portugal.

Esta segunda fase de intervenção caracterizou-se por uma consolidação dos objetivos e da metodologia e das ações, com a inclusão de dois novos aglomerados (Belmonte e Trancoso)³⁴⁴, em 2003. Como já se teve oportunidade de mencionar o pressuposto deste alargamento esteve na necessidade de reforçar especialmente a rede, numa lógica de maior articulação entre os aglomerados e maior capacidade de prestação de serviços no domínio do turismo, minimizando assim os impactes do fraco investimento em

³⁴⁴ As ações de intervenção nestes dois aglomerados assentou à semelhança dos outros dez aglomerados na definição dos Planos de Aldeia.

iniciativas de empreendedorismo no anterior QCA, proporcionando, por exemplo, mais oferta de alojamento e gastronomia tradicional.

Quadro 16 - Tipologia de projetos cofinanciados nas Aldeias Históricas de Portugal (%), entre 1993-2006

Tipologia de projetos	QCA II (1994-1999) ⁽¹⁾	%	QCA III (2000-2006) ⁽¹⁾	%	Total	% Total	Nº de intervenções
Infraestruturas Básicas	5.972.413 €	22,6	999.818 €	5,5	6.972.232 €	15,6	25
Valorização de Património	6.682.784 €	25,3	5.457.214 €	30,0	12.139.999 €	27,2	47
Arranjos Urbanísticos	1.488.999 €	5,6	2.059.878 €	11,3	3.548.878 €	8,0	25
Fachadas Recuperadas	3.985.937 €	15,1	2.248.776 €	12,4	6.234.713 €	14,0	747
Equipamentos Turísticos	4.241.764 €	16,0	4.419.442 €	24,3	8.661.207 €	19,4	8
Micro Empresas	922.081 €	3,5	1.373.493 €	7,6	2.295.574 €	5,1	27
<i>Casas de campo</i>	794.030 €	86,1	983.774 €	71,6	1.777.804 €	77,4	20
<i>Animação turística</i>	83.170 €	9,0	179.619 €	13,1	262.788 €	11,4	3
<i>Gastronomia tradicional</i>	-	-	146.524 €	10,7	146.524 €	6,4	2
<i>Artesanato</i>	44.881 €	4,9	63.575 €	4,6	108.457 €	4,7	2
Animação, Divulgação e Promoção	2.293.779 €	8,7	1.522.239 €	8,4	3.816.018 €	8,6	127
<i>Animação e Promoção</i>	853.014 €	37,2	1.495.958	98,3	2.348.972 €	61,6	102
<i>Publicações editadas</i>	1.440.765 €	62,8	26.281	1,7	1.467.046 €	38,4	25
Estudos e Apoio Técnico	865.713 €	3,3	86.372 €	0,5	952.084 €	2,1	9
Total	26.453.471 €	100	18.167.233 €	100	44.620.704	100	1169

⁽¹⁾ Os períodos de programação comunitária II e III QCA, incluíram investimento realizado em 1993 e 2007, 2008 e 2009.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados cedidos pela CCDRC, 2015

Da observação do Quadro 16, confirma-se, no período em análise, a tendência de consolidação do investimento público nos principais domínios estratégicos, cerca de 18 milhões de euros, pese embora a diminuição de investimento fase ao período inicial de implementação da iniciativa piloto. Entre 2000 e 2006, registou-se uma concentração do investimento em projetos materiais de valorização do património como, por exemplo, reabilitação dos castelos e muralhas e recinto do interior destes, recuperação de solares, igrejas e capelas (5,4 milhões de euros); um reforço do investimento em equipamentos turísticos, que envolveu a reabilitação de edificado existente para novas funcionalidades, por exemplo, a Pousada do Inatel em Linhares da Beira (adaptação do Solar Corte Real e Casa Brandão de Melo), num investimento de 4,4 milhões de euros; e continuação das ações de recuperação das fachadas e coberturas de edifícios degradados (2,2 milhões de euros) e arranjos urbanísticos (2 milhões de euros).

Neste período, destaca-se um aumento do investimento em iniciativas de empreendedorismo local com o aparecimento de projetos de casas de campo (8),

empresas de animação turística (2), gastronomia tradicional (1) e artesanato (2), num investimento de 1,4 milhões de euros, por um lado, e, por outro, um reforço do investimento imaterial em ações de animação e promoção como, por exemplo, desportos radicais (*Open* de Parapente de Linhares da Beira), festas/feiras temáticas, festivais hípicas em Almeida, encontros científicos, representações teatrais, festas populares, mas também divulgação do produto “Aldeias Históricas de Portugal” na Bolsa de Turismo de Lisboa, GR 22 – Grande Rota das AHP, produção de um guia turístico virtual, portal da Rede das Aldeias Históricas de Portugal e instalação de miradouros virtuais (1,5 milhões de euros).

No caso dos investimentos em infraestruturas básicas (Quadro 16), verifica-se uma redução do investimento face ao anterior período, o que significa uma resolução das carências registadas aquando a elaboração dos primeiros Planos de Aldeia, com exceção de Castelo Novo que teve um atraso muito significativo na montagem das intervenções na primeira fase. No período de 2000-2006, o investimento neste domínio, de acordo com os dados da CCDRC, foi de 999,8 mil euros, distribuídos por duas intervenções: substituição das redes aéreas de distribuição de energia elétrica, de TV e de telecomunicações por sistemas subterrâneos em Castelo Novo (852 mil euros) e reforço do abastecimento de água no Piódão (147 mil euros).

Esta situação permite-nos avançar para outra questão é que o desenvolvimento das ações não ocorreu com a mesma intensidade em todas as Aldeias Históricas. De acordo com os dados do Quadro 16, podemos constatar que o domínio com maior número de intervenções foi a recuperação de fachadas e coberturas, cerca de 747, sendo que a maioria ocorreu na primeira fase de intervenção e as restantes na segunda fase, cerca de 558 e 189, respetivamente (CCDRC, 2015). A recuperação das fachadas e coberturas foi mais intensa na Aldeia Histórica de Almeida (126), Sortelha (98), Monsanto (90) e Castelo Rodrigo (88), o que se explica pela dimensão dos aglomerados e estado de degradação do edificado tradicional e/ou discrepâncias arquitetónicas (Trancoso foi o único aglomerado que não beneficiou de qualquer intervenção neste domínio). Já no que diz respeito ao número de ações de valorização do património, o maior registo aconteceu nas Aldeias Históricas de Idanha-a-Velha (8) e Almeida (6), o que não surpreende face ao vasto legado patrimonial, por oposição à Aldeia Histórica do Piódão (1) (CCDRC, 2015).

Por outro lado, importa também salientar que das 27 microempresas criadas entre 1994 e 2006 (20 unidades de alojamento, 3 de animação turística, 2 de gastronomia tradicional e 2 de artesanato), apenas 4 não se encontram em atividade (3 de alojamento e 2 de animação turística e artesanato) por esgotamento do prazo a que estavam obrigadas por contrato de cinco anos (fundos comunitários) ou incapacidade de sobrevivência, sendo que atualmente o território dispõe de uma oferta turística já significativa, como já se teve oportunidade de dar conta (Cf. secção 1.8.1., desta III Parte), sendo de realçar a existência de 58 unidades de alojamento, 36 unidades de restauração, 29 lojas de artesanato/produtos locais e 7 empresas de animação turística.

Uma outra questão que importa discutir é, como já se teve oportunidade de referir, a desigualdade geográfica na distribuição do investimento, quer entre as Aldeias Históricas de Portugal, quer entre os dois períodos de apoio (1994-1999 e 2000-2006), como podemos verificar no Quadro 17. Numa análise comparativa entre os dois períodos, podemos desde logo aferir, que o investimento global de cerca de 44,6 milhões de euros³⁴⁵ ocorreu de forma diferencial, uma vez que o primeiro período concentrou cerca de 60% desse investimento (26,5 milhões de euros).

Quadro 17 - Número de ações e investimento financeiro nas Aldeias Históricas de Portugal (1994-2006)

AHP	QCA II (1994-1999)		QCA III (2000-2006)		Total	
	Elegível	Ações (N.º)	Elegível	Ações (N.º)	Elegível	Ações (N.º)
Almeida	5 232 853,31 €	112	437 789,22 €	41	5 670 642,53 €	153
Belmonte	-	-	1 877 118,37 €	11	1 877 118,37 €	11
Castelo Mendo	1 331 163,78 €	93	49 560,73 €	1	1 380 724,51 €	94
Castelo Novo	48 971,79 €	5	2 596 468,61 €	59	2 645 440,40 €	64
Castelo Rodrigo	2 606 873,22 €	74	1 114 888,57 €	37	3 721 761,79 €	111
Idanha-a-Velha	1 587 530,39 €	43	2 468 162,54 €	17	4 055 692,93 €	60
Linhares da Beira	2 437 802,81 €	52	5 025 528,95 €	21	7 463 331,76 €	73
Marialva	2 243 556,03 €	65	1 328 471,44 €	45	3 572 027,47 €	110
Monsanto	1 482 857,69 €	95	363 122,33 €	9	1 845 980,02 €	104
Piódão	5 314 003,51 €	67	237 027,11 €	5	5 551 030,62 €	72
Sortelha	1 793 043,40 €	115	702 320,61 €	8	2 495 364,01 €	123
Trancoso	-	-	1 604 228,11 €	6	1 604 228,11 €	6
Projetos Transversais	2 374 815,07 €	- ⁽¹⁾	362 547,41 €	- ⁽¹⁾	2 737 361,48 €	- ⁽¹⁾
Total	26 453 471,00 €	721	18 167 234,00 €	260	44 620 704,00 €	981

Nota: ⁽¹⁾ Dados não disponibilizados pela CCDRC.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados cedidos pela CCDRC, 2015

³⁴⁵ O investimento realizado correspondeu ao investimento programado para os dois períodos de apoio, que era de 44 milhões de euros.

Já relativamente ao apoio financeiro por Aldeia Histórica, entre 1994 e 1999, é inegável a diferença de investimento entre os dez aglomerados abrangidos com variações entre os 48 mil euros (Castelo Novo) e os 5 milhões de euros (Piódão e Almeida), como se observa no Quadro 17. No período de 2000-2006, as diferenças de investimento por aglomerado permanecem, pese embora a redução do investimento global e das próprias ações de intervenção por aglomerado (exceção de Castelo Novo), sendo de destacar a Aldeia Histórica de Linhares da Beira com o maior investimento (5 milhões de euros) e com menor investimento a Aldeia Histórica de Castelo Mendo (49 mil euros). Estes investimentos desagregados por período são também um reflexo do investimento global por Aldeia Histórica, com Linhares da Beira a registar o maior investimento (7,4 milhões de euros), seguida de Almeida (5,7 milhões de euros) e Piódão (5,5 milhões de euros). Por oposição, a Aldeia Histórica de Castelo Mendo beneficiou apenas de um investimento de 1,4 milhões de euros, o mesmo acontece com Belmonte e Trancoso com investimentos de 1,9 e 1,6 milhões de euros, respetivamente, sendo que nestes dois aglomerados o investimento apenas aconteceu no segundo período (III QCA) e em alguns domínios (número de ações reduzido face aos outros dez aglomerados), como aliás se constata no Quadro 17.

Sublinhe-se, por outro lado, que a concretização deste investimento ou melhor o desenvolvimento das diversas ações de intervenção apenas foi possível face aos apoios diretos do Programa Operacional de Promoção de Potencial de Desenvolvimento Regional e, por outro lado, pela mobilização de verbas do orçamento das autarquias, do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico (IPPAR), INATEL, Associações de Desenvolvimento Local (ADL's) e algum investimento privado, ou seja, pelo envolvimento e articulação dos atores locais, regionais e nacionais na implementação da estratégia de desenvolvimento integrado. Porém, esta metodologia diferenciadora e integradora foi abandonada no período de programação comunitária 2007-2013, sendo substituída por novas lógicas de coesão territorial e governança.

Tal como já tínhamos referido a terceira fase de intervenção das políticas públicas no território em estudo, ocorreu no âmbito de uma Estratégia de Valorização Económica de Base Territorial do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013)³⁴⁶ –

³⁴⁶ O QREN contemplava quatro tipos de Estratégias de Eficiência Coletiva, a saber: Polos de Competitividade e Tecnologia (PCT); Outros *Clusters*; Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE) e as Ações de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos (ARDU), ou seja, as duas primeiras de nível setorial e as duas últimas tipologias de nível territorial.

Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE (Programa de Valorização de Recursos Endógenos), cujo financiamento adveio dos Programas Operacionais Regionais do QREN: Programa Operacional Mais Centro, PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural e POPH – Programa Operacional Potencial Humano.

De forma geral, as Estratégias de Eficiência Coletiva procuravam estimular um conjunto de iniciativas integradas de promoção da competitividade, estruturadas num Programa de Ação (constituído por um conjunto de projetos âncora e projetos complementares e outras ações), mobilizando os diversos atores relevantes – cooperação e funcionamento em rede –, para o desenvolvimento dos setores de intervenção na valorização e dinamização económica de um dado espaço geográfico (Martins e Figueiredo, 2008).

Ora é com base, nestes princípios que se definiram as prioridades estratégicas do Programa PROVERE enquanto instrumento de política pública dirigido, especificamente, para os territórios de baixa densidade, assumindo como principal objetivo a competitividade destes territórios com o desenvolvimento de atividades de base económica, inovadoras e alicerçadas na valorização dos recursos endógenos (como os recursos naturais, património histórico e cultural) – foco temático –, proporcionando, assim, condições para o aparecimento de outras atividades e para a fixação e renovação das populações. Esta perspetiva de integração programática inovadora dos PROVERE's determinava, obrigatoriamente, a criação de uma rede de parcerias entre os principais atores públicos e privados (empresas, administração pública, associações empresariais e de desenvolvimento regional, associações de desenvolvimento local, instituições de investigação e de transferência de tecnologia, municípios, entre outros), para a preparação e implementação do Programa de Ação em torno de um recurso territorial emblemático (Brandão e Jorge, 2009).

A Estratégia de Eficiência Coletiva (EEC) PROVERE “Aldeias Históricas de Portugal – Valorização do Património Judaico” foi uma das oito iniciativas da Região Centro³⁴⁷, aprovada pelo Programa Operacional Mais Centro (2007-2013), em 2009, no âmbito das Ações Preparatórias do PROVERE. Esta estratégia teve como foco temático a rede das Aldeias Históricas de Portugal e a Valorização do Património Judaico existente no

³⁴⁷ No âmbito das Ações Preparatórias do PROVERE da Região Centro foram aprovadas ainda as seguintes EEC: Rede das Aldeias de Xisto; Buy Nature – Turismo Sustentável em Áreas Classificadas; Turismo e Património do Vale do Côa; Valorização das Estâncias Termais da Região Centro; Villa Sicó – Programa de Valorização Económica dos Espaços da Romanização; Beira Baixa – Terras de Excelência; e Mercados do Tejo.

interior da Região Centro³⁴⁸, abrangendo os dez concelhos da Rede das Aldeias Históricas de Portugal (Almeida, Arganil, Belmonte, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fundão, Idanha-a-Nova, Mêda, Sabugal e Trancoso), aos quais se associaram através da Rede da Valorização do Património Judaico, mais quatro concelhos: Manteigas, Guarda, Covilhã e Penamacor. Por esta razão, o consórcio³⁴⁹ da ECC foi liderado pela parceria Associação de Desenvolvimento Turístico Aldeias Históricas de Portugal e a Câmara Municipal de Belmonte, enquanto representante dos municípios das Heranças do Judaísmo.

Assim, tomando como referente as orientações metodológicas deste novo instrumento de desenvolvimento, o foco temático, definiu-se em torno da valorização económica e social em rede do potencial turístico das 12 Aldeias Históricas de Portugal e do Património Judaico da Beira Interior, ou seja, pelo reforço da competitividade do território da Beira Interior pela promoção e valorização do seu património: marca “Aldeias Históricas de Portugal” e marca “Valorização do Património Judaico”. A valorização económica do recurso emblemático das Aldeias Históricas passava pelo relançamento da Rede das Aldeias Históricas de Portugal em moldes mais comerciais e empresariais, tendo como objetivos específicos a introdução de novos fatores de competitividade para a modernização e internacionalização da Rede – posicionamento turístico do produto “Aldeias Históricas de Portugal”, pese embora o posicionamento da marca em termos de reconhecimento nacional, por um lado, e, por outro, a introdução de novas lógicas de inovação territorial associados ao turismo para o desenvolvimento do território das Aldeias Históricas de Portugal, ou seja, aumentar da competitividade da marca “Aldeias Históricas de Portugal” através da melhoria da imagem interna e externa e da diversificação da estrutura económica com base nos recursos locais – empreendedorismo, gerando assim mais valor económico e melhoria das condições de vida das populações ou atrair novas pessoas (ADTAHP, 2009).

Face ao exposto, e em função dos dois objetivos específicos, o consórcio da EEC estabeleceu quatro objetivos operacionais e um conjunto de ações para concretização da

³⁴⁸ Esta ECC resultou da fusão de dois PROVERE por indicação da CCDRC, o que implicou uma reorganização do Programa de Ação para integração dos diversos projetos.

³⁴⁹ O consórcio era constituído por 98 entidades, a saber: empresas (57); municípios (14); juntas de freguesia (2); associações de desenvolvimento empresariais, culturais e de produtores (19); empresas municipais (2); instituições de ensino e I&D (1), entidades da administração pública (1); outras entidades (2) (Brandão e Jorge, 2009).

estratégia inerente ao Programa de Ação³⁵⁰. O primeiro objetivo específico, novos fatores para a competitividade do produto turístico Aldeias Históricas Portugal, passava pela: (i) dinamização de novas lógicas de organização, distribuição e comercialização da Rede das Aldeias Históricas – através do lançamento comercial da Rede, criação de novos atrativos turísticos nas Aldeias Históricas de Portugal e finalização das intervenções ao nível das infraestruturas, reabilitação e requalificação das Aldeias Históricas (a crise económica e financeira afetou a finalização das intervenções do III QCA); (ii) promoção do *touring* cultural no território das Aldeias Históricas de Portugal com o desenvolvimento de ações de qualificação do *touring* cultural no território e de novas itinerâncias com base na tradição das Aldeias Históricas de Portugal (pré-romana, romana, judaica, islâmica e templária). Já no que diz respeito à introdução de novos fatores de inovação para desenvolvimento do território das Aldeias Históricas, segundo objetivo específico, foram definidos dois outros objetivos operacionais relacionados com: (iii) a valorização de produtos, artes e ofícios ligados à tradição e à herança cultural; (iv) e promoção de um *cluster* de indústrias criativas. A concretização destes dois objetivos operacionais passava pelo lançamento de iniciativas empresariais ligadas à valorização comercial dos saberes tradicionais e iniciativas empresariais e institucionais ligadas à cultura e às atividades criativas. Parece ser, assim, evidente a concentração dos conteúdos temáticos da estratégia para o desenvolvimento do território de intervenção em três domínios específicos: turismo, património/cultura e produtos tradicionais (ADTAHP, 2015).

Para materialização dos principais objetivos de intervenção do Programa de Ação foram definidos em fase de construção da Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE – “Aldeias Históricas de Portugal – Valorização do Património Judaico”, 16 projetos âncora (3 públicos e 13 privados), que assumiam um carácter nuclear e motor na implementação do Programa de Ação, e 168 projetos complementares e articuláveis, indispensáveis para a concretização dos primeiros (57 públicos e 111 privados), num

³⁵⁰ A par destes quatro objetivos operacionais para a marca Aldeias Históricas de Portugal, o Programa de Ação da EEC Aldeias Históricas de Portugal – Valorização do Património Judaico integrava mais três objetivos operacionais inerentes à marca “Valorização do Património Judaico”, os quais assentam na: (i) criação de marca associada as heranças do judaísmo históricas; (ii) refuncionalização do património judaico construído; (iii) e desenvolvimento de cadeia de valor dos saberes tradicionais e atividades económicas associadas à herança judaica, capazes de atrair e fixar pessoas.

total de 184 projetos³⁵¹, fundamentados em parcerias de atores públicos e privadas (ADTAHP, 2015). Em termos financeiros, o Programa de Ação representava um investimento total de cerca de 103,9 milhões de euros, dos quais 28,2 milhões de euros estavam associados aos projetos âncoras e 75,7 milhões de euros aos projetos complementares (Cf. Quadro 18).

No entanto, após o reconhecimento formal da EEC – Programa de Ação, houve a desistência de três municípios associados ao património judaico (Covilhã, Guarda e Penamacor) face à ilegibilidade dos projetos públicos complementares que abrangiam estes municípios³⁵². A estes somam-se outras desistências de uma parte significativa de entidades privadas, entre 2010 e 2011, fruto do atraso e das alterações na metodologia a aplicar no processo operacional do PROVERE, às quais se associam outros fatores como o agravamento das condições socioeconómicas do país (retração de investimento dos promotores privados) e ausência de fundos próprios do Programa tornou-o pouco atrativo (apoio financeiros oriundos do Programa Operacional – Mais Centro e /ou pelo Programa de Desenvolvimento Rural – PRODER, com critérios de seleção inexecutáveis para empresas de pequena dimensão física e económica), mas também divergências entre os municípios da Rede das Aldeias Históricas de Portugal para formalização da Associação das Aldeias Históricas de Portugal³⁵³ e indefinição do modelo de governança face à fusão das duas candidaturas, tendo-se acentuado com as indefinições na constituição da equipa técnica para operacionalização da EEC (2 anos desde o reconhecimento formal da EEC até à instalação da equipa técnica das AHP) (SPI, 2013).

De acordo com a informação constante no Relatório de Avaliação da EEC PROVERE - Aldeias Históricas de Portugal, em 2015, verifica-se que dos 184 projetos integrados no Programa de Ação, apenas 51 projetos foram realizados, 9 projetos âncoras (3 públicos e 6 privados) e 42 projetos complementares (12 públicos e 30 privados), num investimento total de 25 milhões de euros, sendo que à data de entrega do relatório faltava ainda apurar alguns investimentos da EEC (Quadro 18). É importante referir que

³⁵¹ Em 2012, este número sofreu um acréscimo de 5 projetos complementares (192 projetos no total), resultante da revisão do Programa de Ação. Uma situação que se repetiu ao longo do período de execução com adaptações as tipologias propostas, número de ações e investimento.

³⁵² A desvinculação do líder da EEC às ações de carácter transversal relacionadas com o património judaico acabou mesmo por acontecer em 2013, em virtude do aparecimento da Rede de Judiarias.

³⁵³ Apesar da criação da Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal remontar a 2007, o seu registo no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) só aconteceu no ano de 2012.

7 dos 36 projetos privados aprovados pela EEC (1 projeto âncora e 6 projetos complementares) foram executados por capitais próprios do promotor sem recurso a financiamento (ADTAHP, 2015). Por outro lado, importa acrescentar que alguns dos projetos aprovados e considerados estruturantes para o Programa de Ação da EEC, nunca obtiveram cabimentação nos programas financiadores, sendo exemplo disso as ações de reabilitação e requalificação das Aldeias Históricas de Portugal – componente material, contrastando, assim, com o esforço realizado nos anteriores programas de intervenção na manutenção/conservação do recurso Aldeias Históricas de Portugal. Um outro aspeto não menos importante é a conclusão que é assumida pela entidade líder do consórcio no relatório de avaliação da EEC, quando afirma que 50% dos projetos nunca deveriam ter sido considerados em face de apresentação do Programa de Ação, particularmente pela incapacidade dos promotores privados em assumir 3 a 4 projetos (ADTAHP, 2015).

Quadro 18 - Investimento público e privado por tipologia de projeto nas Aldeias Históricas de Portugal (2007-2013)

Investimento	Tipologia de projetos	Investimento aprovado	N.º de ações	Investimento elegível	N.º de ações
Investimento público	Projetos âncoras	16 426 800,00 €	3	4 468 060,80 €	3
	Projetos complementares	29 144 742,00 €	57	2 714 528,78 €	12
Investimento privado	Projetos âncoras	11 790 126,00 €	13	6 911 155,90 €	6
	Projetos complementares	46 529 050,00 €	111	10 970 861,91 €	30
Total		103 890 718,00 €	184	25 064 607,39 €	51

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do relatório de avaliação da EEC PROVERE AHP, 2015

No que concerne ao investimento realizado por projetos, até 2015, o apoio a projetos âncoras era de 11,4 milhões de euros (4,5 milhões de euros em projetos de entidades públicas e 6,9 milhões de euros em projetos de iniciativa privada). Em relação aos projetos complementares entre outras iniciativas, o investimento foi 13,7 milhões de euros (2,7 milhões em projetos de entidades públicas e 11 milhões em projetos de entidades privadas). Estes valores revelam uma concentração do investimento global em projetos privados (17,9 milhões de euros), cerca de 71%, distribuídos por 36 iniciativas, contrastando, assim, com os 15 projetos de entidades públicas (7,2 milhões de euros) (Quadro 18). Uma tendência inversa face ao registado nos anteriores períodos de intervenção, como já se teve oportunidade de constatar.

Não menos relevante é sublinhar-se o número de projetos e investimentos realizados no território das Aldeias Históricas de Portugal e, contrariamente ao que sucedeu nos

anteriores programas comunitários, o investimento público e das ações privadas nas 12 Aldeias Históricas de Portugal diminuiu em detrimento de um aumento de projetos em aglomerados adjacentes às Aldeias Históricas – dispersão do investimento para maior complementaridade e/ou cobertura equilibrada no território (CCDRC, 2015).

Nos projetos privados, apesar do aumento do investimento realizado face aos anteriores períodos, este circunscreveu-se a um grupo restrito de promotores, tal como se confirma pelas 3 iniciativas âncora privadas associadas a criação e requalificação de unidades hoteleiras (construção da unidade hoteleira *Kosher* em Belmonte, Casa do Rocamador em Castelo Rodrigo e qualificação e inovação das Casas do Coro em Marialva), num investimento total de 3,1 milhões de euros (apoios do PO Centro Mais e PRODER). Este investimento foi reforçado por 4 projetos complementares na área do alojamento e 3 na área da distribuição alimentar, vinhos e restauração, num investimento de cerca de 2,8 milhões de euros (apoio PRODER), localizados nas Aldeias Históricas de Belmonte, Castelo Novo, Linhares da Beira, Monsanto e Trancoso. Estes projetos tiveram por base um aumento da oferta turística e qualificação da atividade turística (hotelaria e restauração), mas também a formação de recursos humanos e o estímulo ao empreendedorismo (ações de formação no âmbito do Programa Dinamizar, Programa QI-PME Centro – Qualificação e Inovação e Formação Modular Certificada) (ADTAHP, 2015). Estes projetos privados estimularam a criação de 30 postos de trabalho, associados aos projetos âncoras (16) e projetos complementares (14).

Já no que se refere aos projetos âncoras públicos, destaca-se a execução de 3 projetos imateriais (Gestão e animação da parceria, Plano de Comunicação e Marketing Aldeias Históricas Portugal – Valorização Património Judaico e Plano de Animação das Aldeias Históricas e Judaísmo), dos quais resultaram diversas ações de promoção da atividade empresarial dos associados da ADTAHP e das 12 Aldeias Históricas de Portugal (site promocional, publicações na *National Geographic* e *National Geographic Society*; participação em feiras como BTL – Feira Internacional de Turismo, Porto *Fashion Week*, Feira do Património 2014, Salão Cultural de Louvre, FIA – Feira Internacional de Artesanato, FIT – Feira Internacional de Turismo na Guarda); produção de materiais promocionais como o vídeo promocional da GR22-AHP, guia turístico, folhetos, sinalética, etc.), num investimento total de cerca de 1,4 milhões de euros (ADTAHP, 2015). Este investimento permitiu executar as ações previstas no Programa de Ação da EEC: lançamento comercial da Rede Aldeias Históricas de Portugal. No nosso entender

seria pertinente perceber o impacto do investimento realizado em ações de comunicação, designadamente junto dos potenciais visitantes e no fluxo turístico ao longo dos últimos 4 anos. Tendo em conta os registos nos postos de informação turística (cf. secção 1.8.2), podemos afirmar que os fluxos de visitantes não são proporcionais às ações promocionais, já que o fluxo de visitantes nacionais ao território diminuiu e o aumento dos visitantes estrangeiros não é resultado exclusivo destas ações, mas sim o resultado de uma aposta forte no rio Douro e no turismo judaico, tal como já se teve oportunidade de referir.

O Plano de Animação é outro dos projetos âncoras que conseguiu agregar um conjunto de investimentos significativos, numa lógica de complementaridade ao plano de comunicação e de consolidação do efeito rede e aumento da notoriedade da marca AHP, quer através de animação regular quer através de animação permanente. No caso de animação regular relacionou-se sobretudo com eventos de recreação histórica (feiras medievais, comemorações históricas), eventos culturais (teatro, fotografia, exposições, festival de música antiga, desfile de moda), eventos desportivos (prova nacional e internacional de parapente, prova de BTT e TT, concurso hípico), gastronómicos (mostras gastronómicas, mercado judaico, encontros e feiras de enologia), entre outras tipologias de eventos. Em relação à animação permanente, as ações de intervenção passaram por remarcação da GR22 – Aldeias Históricas; PR – Caminhos Históricos (percursos pedestres de Pequena Rota) e infraestruturas de apoio (Centros de BTT), já que acabaram por ser investimentos transversais ao conjunto da Rede.

Neste contexto, é importante realçar que o plano de animação foi da responsabilidade dos 10 municípios das Aldeias Históricas em articulação com a Associação de Desenvolvimento Turístico Aldeias Históricas de Portugal³⁵⁴, num investimento de cerca de 2 milhões de euros, o que representa uma execução muito próxima do investimento aprovado na reprogramação dos projetos públicos âncora, em 2014 (Quadro 19), existindo, contudo, despesa realizada por validar à data da disponibilização dos dados.

Por outro lado, é igualmente relevante constatar que a distribuição do investimento pelo território das AHP é também muito desigual como aconteceu nos Quadros Comunitários

³⁵⁴ Refira-se que no caso dos projetos em que o beneficiário foi a Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal a contrapartida nacional foi assegurada, maioritariamente, pelo orçamento dos municípios das Aldeias Históricas de Portugal.

anteriores (II e III QCA), como já se teve oportunidade de apresentar. De acordo com os dados disponíveis, relativamente à execução financeira do plano de animação pelos municípios das AHP, é possível, no Quadro 19, observar a discrepância de investimento entre promotores públicos com variações entre 21 e 58 mil euros (Município de Arganil e Município de Mêda) e os 461 e 439 mil euros (Município de Idanha-a-Nova e Município de Almeida), um investimento que é mais de metade da maioria dos municípios, ainda que ambos tenham duas Aldeias Históricas. O município de Belmonte também surge com um investimento acima da média.

Quadro 19 - Investimento financeiro em atividades de animação por município das Aldeias Históricas de Portugal (efetuado até maio de 2015)

Municípios (AHP)	Investimento aprovado (reprogramação 2014)	Investimento executado (elegível) ⁽¹⁾	Taxa de execução (%)	Nº total de ações de animação	Nº de ações (AHP)
Município de Almeida	439 539,62 €	369 427,06 €	84,05	5	5 ⁽³⁾
Município de Arganil	21 908,89 €	- € ⁽²⁾	0,00 ⁽²⁾	- ⁽²⁾	- ⁽²⁾
Município de Belmonte	286 043,12 €	284 418,03 €	99,43	4	4
Município de Celorico da Beira	160 524,83 €	133 271,61 €	83,02	3	1
Município de Figueira de Castelo Rodrigo	104 688,81 €	88 036,85 €	84,09	4	4
Município de Fundão	229 110,01 €	174 398,12 €	76,12	9	3
Município de Idanha-a-Nova	461 520,25 €	461 520,25 €	100,00	13	4
Município de Mêda	57 757,01 €	57 757,01 €	100,00	2	2
Município de Sabugal	199 810,68 €	187 121,80 €	93,65	6	2
Município de Trancoso	198 103,50 €	196 734,29 €	99,31	5	5
AHP	85 672,68 €	58 694,89 €	68,51	1	1
Total	2 244 679,40 €	2 011 379,91 €⁽⁴⁾	89,61	52	31

Notas: ⁽¹⁾ Investimento executado por apurar na totalidade pela indisponibilidade ADTAHP.

⁽²⁾ Dados não disponibilizados.

⁽³⁾ Foram realizados 4 eventos na Aldeia Histórica de Almeida e apenas 1 na Aldeia Histórica de Castelo Mendo.

⁽⁴⁾ O investimento total no Plano de Animação era à data de disponibilização dos dados de 2.189.709,40 milhões de euros, no entanto, para o nosso trabalho considerámos apenas o investimento realizado no território (municípios) das Aldeias Históricas de Portugal, excluindo assim o investimento no município de Manteigas e Região de Turismo da Serra da Estrela (82.750,79 mil euros e 95.578,70 mil euros, respetivamente).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do relatório de avaliação da EEC PROVERE AHP, 2015

Curioso é constatar que apesar do aumento de ações de animação face aos anteriores programas comunitários, o número de ações realizadas nas Aldeias Históricas de Portugal foi reduzido, isto porque uma parte significativa das ações ocorreu nas sedes de município e aldeias envolventes. Repare-se que com a exceção das Aldeias Históricas de Castelo Rodrigo, Almeida, Belmonte e Trancoso (estas três últimas desempenham funções de administrativas de sede de concelho), as restantes beneficiaram de um número muito reduzido de ações, como podemos ver no Quadro 19. Por exemplo, entre

2011 e 2015, apenas se realizou uma atividade de animação da Aldeia Histórica de Castelo Mendo, a feira medieval, sendo uma atividade assegurada de forma alternada entre a comunidade local e município de Almeida, ou ainda a prova nacional e internacional de parapente em Linhares da Beira (ADTAHP, 2015). Um outro exemplo é o caso do município de Idanha-a-Nova que executa na totalidade a verba aprovada para as 13 atividades de animação, porém, apenas 4 eventos se realizaram nas Aldeias Históricas de Idanha-a-Velha e Monsanto. Resta aferir a influência destas atividades na procura turística, tempo de permanência e ganhos quantitativos para as Aldeias Históricas de Portugal, isto porque não há evidências dos impactos gerados no desenvolvimento de eventos dispersos no território.

Para além destes investimentos âncoras, elencam-se os investimentos públicos complementares, sendo de salientar a construção do Centro Interpretativo de Isaac Cardoso (Trancoso) e a requalificação da Pousada de Monsanto, pela sua capacidade em responder ao investimento nas iniciativas âncoras públicas, por um lado, e, por outro, a dinamização de outras atividades económicas (restauração, animação turística, artesanato, por exemplo) ou fomento de outras formas de empreendedorismo local, tendo como base a valorização económica de artes e ofícios ligados ao saber-fazer tradicionais. Foi precisamente deste pressuposto que a Associação das Aldeias Históricas partiu quando decidiu criar a abordagem dos Sistemas Produtivos e Inovadores Locais (SIPL), numa lógica de aplicação dos saberes tradicionais na conceção de novos produtos com base nos recursos endógenos de forma criativa e inovadora, de acordo com o terceiro e quarto objetivo operacional do Programa de Ação da EEC (Valorização de produtos, artes e ofícios ligados à tradição e à herança cultural e Promoção de um cluster de indústrias criativas). Tal permitiria reduzir não só a taxa de desemprego mas também reter ou captar novos residentes, valorizar o património identitário imaterial e dar novas funcionalidades ao património edificado, contrariando o processo de degradação de algum do edificado já requalificado nos anteriores períodos de programação (Cf. Figura 2 do Anexo 8).

No contexto da EEC, a Associação das Aldeias Históricas de Portugal, procurou estimular a criação de atividades económicas inovadoras com base numa(s) especificidade(s) das AHP (saber-fazer, história, o edificado, transformação da matéria-prima), uma abordagem que resultou no desenvolvimento de 3 projetos: (i) “Vestir a História” – Aldeia História de Belmonte, que consistiu na criação de uma coleção de

roupa com base no património material e imaterial das Aldeias Históricas; (ii) projeto “Entrelaços” – Aldeia Histórica de Sortelha, que assentou na criação de uma linha de mobiliário e de decoração onde foi introduzido o bracejo (fibra vegetal ou erva daninha), o qual já era utilizado na produção de peças uso doméstico; (iii) projeto “Histórias Criativas” – Aldeia Histórica de Castelo Novo, uma linha de bonecos que resultou do concurso “Histórias criativas – Eu Conheço a Minha Aldeia” (ADTAHP, 2015). A par destes, existia um quarto projeto que consistia na criação de uma linha de decoração e de peças utilitárias com base no barro, na Aldeia História de Castelo Rodrigo. No entanto, a dinâmica criada pelos diversos atores (Associação das Aldeias Históricas, poder local, IIEFP e Centro de Formação Profissional do Artesanato), em torno destes SPIL desapareceu, com a exceção do projeto Histórias Criativas, que surgiu associado a outro projeto já consolidado de artesanato contemporâneo (Casa da Lagariça). Esta situação é um reflexo da dificuldade de estimular o empreendedorismo em territórios rurais de baixa densidade como as Aldeias Históricas de Portugal, para além da metodologia de governança adotada no âmbito da EEC PROVERE.

Esta situação permite questionar a metodologia adotada nas intervenções PROVERE no âmbito do programa comunitário 2007-2013, e que se refletiu no fraco envolvimento dos agentes públicos e privados na elaboração das Estratégias e Programas de Ação (constituição de uma entidade gestora à posterior), desarticulação dos projetos com os investimentos já realizados nas anteriores intervenções, concentração excessiva e pouco sustentada em projetos de Animação e Marketing Territorial, cuja realização aconteceu na maioria das vezes fora das Aldeias Históricas de Portugal, mas também um desequilíbrio nas intervenções imateriais e materiais, quer no que diz respeito aos projetos, quer aos investimentos realizados nas 12 Aldeias Histórias e área adjacente, existência no território de duas ou mais EEC PROVERE, bem como ausência de capacidade da Associação das Aldeias Históricas de Portugal em promover a coesão territorial – ator-rede³⁵⁵ (Cf seção 1.7.). A comprovar isto mesmo está o conjunto de obstáculos que a população local aponta da falta de articulação entre as principais entidades e que se agravam face a classificação de “Aldeia Histórica de Portugal”. Os principais obstáculos encontram-se associados ao excesso de burocracia nos projetos de investimento na Aldeia Histórica e a ausência de um regulamento geral para as intervenções nos imóveis, o que se traduz no abandono das habitações ou

³⁵⁵ Este conceito foi objeto de abordagem na seção 1.7., do capítulo 1, da Parte I, relativamente às novas formas de governança em rede.

requalificações clandestinas que em nada respeitam a arquitetura dos aglomerados típicos (Cf. Figura 4 do Anexo 8), um dos critérios que esteve na base de seleção dos aglomerados para classificação.

Uma situação que, infelizmente, não se altera no atual período de programação comunitária (QEC – Quadro Estratégico Comum), de acordo com as orientações do Portugal 2020 para o PROVERE. Considerando a informação dos avisos do Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020, para as Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE, constata-se que a metodologia de intervenção nos territórios rurais de baixa densidade não se altera, nem o modelo de governança. O processo de seleção dos PROVERE, no âmbito do Portugal 2020, decorreu da avaliação positiva das EEC no âmbito do QREN (2007-2013), do qual resultou a aprovação de 5 PROVERE³⁵⁶ até 2018, entre os quais as Aldeias Históricas de Portugal. À semelhança do anterior programa também a entidade representante do consórcio deverá apresentar uma candidatura ao PO Centro 2020, do Programa de Ação da EEC PROVERE, o qual deverá compreender um conjunto de projetos âncora para o desenvolvimento potencial endógeno regional, nomeadamente: (i) projetos de comunicação e marketing; (ii) projetos de animação territorial associados a recursos territoriais; (iii) e projetos de qualificação e modernização e/ou recriação dos produtos endógenos, tendo como base o *design* e o *marketing* na conceção e distribuição do produto. A concretização e sucesso destes projetos dependem, igualmente, da implementação de projetos complementares de iniciativa privada de valorização turística, através de candidaturas específicas aos incentivos direcionados ao setor empresarial ou de programas específicos para valorização turística do interior como o Programa Valorizar³⁵⁷, aprovado no final de 2016. Trata-se, no fundo, de uma continuidade ou reformulação da estratégia de

³⁵⁶ Deste processo resultou a avaliação positiva do PROVERE Beira Baixa – Terras de Excelência; *Buy Nature* – Turismo Sustentável em Áreas Classificadas; Rede das Aldeias do Xisto; e Valorização das Estâncias Termas da Região Centro. Cada uma destas estratégias abrange, à semelhança do anterior período de programação comunitária, o território das Aldeias Históricas de Portugal.

³⁵⁷ O Programa de Apoio à Valorização e Qualificação do Destino (Valorizar) surge no âmbito do Programa Nacional de Coesão Territorial, tendo como objetivos a qualificação dos destinos do interior através da regeneração e reabilitação dos espaços públicos com interesse para o turismo, mas também a valorização do património cultural e natural do país, numa perspetiva de desconcentração da procura e redução da sazonalidade, por um lado, e, por outro lado, a criação de valor e de emprego nestes destinos do interior (Despacho normativo n.º9/2016). Este Programa contempla três linhas de apoio, designadamente: Apoio ao Turismo Acessível; Apoio a projetos *Wi-Fi* em centros históricos e; Apoio à Valorização Turística do Interior. Neste último é suscetível de apoio projetos de valorização e qualificação das aldeias portuguesas (ex. Aldeias Históricas de Portugal) ou projetos de valorização do património e dos recursos endógenos das regiões na conceção de novos serviços (ex. turismo termal, cultural, equestre, gastronómico, de natureza ou militar), que contribuam para uma melhoria da atratividade de destinos do interior (Despacho Normativo n.º 16/2016).

eficiência coletiva anterior, facto que lança algumas questões como a natureza dos projetos âncoras e o modelo de governança que colocam em causa a coesão territorial, dado que não se observa à data qualquer envolvimento das populações, entidades associativas, empresários locais e administração pública no processo de construção da EEC, como aconteceu com as Abordagens Integradas de Base Territorial, que se assumem como o melhor exemplo de territorialização e integração de políticas públicas em Portugal.

2.3. Considerações finais

O capítulo que agora concluímos teve como objetivo principal a apresentação e análise de uma das principais estratégias de desenvolvimento territorial em contexto rural, as Aldeias Históricas de Portugal, tendo como base o paradigma de desenvolvimento endógeno e participativo. A adoção deste modelo de desenvolvimento surgiu da necessidade de inverter os problemas dos territórios com dificuldades estruturais, através do aproveitamento dos recursos endógenos ou diferenciadores como a paisagem, o património construído, os lugares, as tradições e culturas, enquanto possíveis alavancas para a dinâmica territorial. Ou seja, a estratégia de desenvolvimento foi concebida em torno das especificidades locais de uma determinada escala geográfica, no caso 12 aglomerados rurais.

Outra característica diferenciadora desta estratégia de intervenção passou pelo modelo de governança adotado, assente numa atuação integrada dos diversos atores com influência no território, desde a administração pública (central, regional e local), empresários, associações de desenvolvimento até à população local, quer na definição das prioridades de intervenção e ações, quer na alocação de recursos que deveriam contribuir para a melhoria das condições de vida das populações e valorização turística da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, através da criação de emprego e maior competitividade. Foi com base nestes pressupostos que se definiram um conjunto de ações e se mobilizaram diversos recursos financeiros.

As diversas ações de intervenção realizadas no território, entre 1994 e 2013, podem ser agrupadas em duas grandes componentes. A primeira componente relaciona-se com um conjunto de ações orientadas para a melhoria ou dotação de infraestruturas, reabilitação e requalificação do tecido urbano e outras infraestruturas e equipamentos de apoio ao

turismo – componente material –, com particular destaque para o II e III QCA. Já a segunda componente refere-se às atividades de animação, promoção e divulgação – componente imaterial –, com particular incidência no QREN 2007-2013 (Programa PROVERE). Por outro lado, os dados apresentados permitem concluir também que ao longo dos períodos de programação, houve uma mudança na metodologia de intervenção e quebras na dinâmica territorial, resultante da alteração das políticas públicas e da ausência de um ator capaz de animar a rede de parcerias.

Posto isto, parece-nos pertinente realizar um retrato ao território, com base no diagnóstico que apresentámos ao longo desta III Parte, isto é, sistematizar os fatores que caracterizam a dinâmica do sistema nos últimos anos, através da clássica análise SWOT (*Strengths – Weaknesses – Opportunities – Threats*)³⁵⁸:

Quadro 20 - Análise SWOT para o território das Aldeias Históricas de Portugal

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> - Território fronteiriço com boa acessibilidade externa (Corredor do Interior e Corredor Aveiro-Vilar Formoso) e centralidade geográfica no contexto nacional; - Vasto e rico património histórico, arquitetónico, cultural e arqueológico; - Existência de um vasto património natural, paisagístico e ambiental expresso na diversidade de áreas protegidas (fauna e flora); - Recursos hídricos superficiais e subterrâneos (rios, albufeiras, termas e águas minerais); - Produtos tradicionais (vinho, queijo, frutos secos, azeite, enchidos, os produtos frutícolas, etc.) e produtos artesanais; - Aumento da população com qualificações superiores; - Aumento da população estrangeira no território; - Aumento da agricultura familiar a tempo parcial, pluriatividade e plurirrendimento que conferem dinâmica socioeconómica e coesão territorial; - Existência de marcas judaicas no território (comunidade judaica em Belmonte); 	<ul style="list-style-type: none"> - Esvaziamento demográfico e concentração nos aglomerados urbanos da região; - Envelhecimento populacional e fraca capacidade de rejuvenescimento da população, com especial enfoque para os aglomerados rurais; - Aumento dos alojamentos vagos em alguns aglomerados (centros históricos) e degradação do edificado; - Baixos níveis de instrução da população (escolaridade básica) o que condiciona o setor empresarial e a competitividade do território; - Perda de importância do setor secundário e primário e terciarização da economia local; - Diminuição da Superfície Agrícola Utilizada em resultado do abandono das pequenas explorações; - Envelhecimento e baixos níveis de formação dos produtores agrícolas, o que se reflete na baixa competitividade do setor agrícola; - Aumento da taxa de desemprego, com particular incidência nos grupos etários dos jovens e dos mais velhos (50-54 anos), o que faz do Rendimento Social de

(Continua)

³⁵⁸ Esta análise permite identificar os pontos fortes e pontos fracos, característicos do sistema interno, e as oportunidades e ameaças externas ao sistema. Trata-se, portanto, de uma sistematização das Forças (*Strengths*) que representam os fatores intrínsecos do território das Aldeias Históricas de Portugal que é necessário potenciar com o desenvolvimento de estratégias de intervenção, por um lado, e, por outro lado, as Fraquezas (*Weaknesses*) que correspondem às desvantagens internas do território que é necessário corrigir através de medidas adequadas e de sinergias locais. Por sua vez, as Oportunidades (*Opportunities*) correspondem aos fatores exógenos que existem na envolvente regional, nacional e internacional, com potencial para influenciar o desenvolvimento do turismo no território das Aldeias Históricas de Portugal, enquanto as Ameaças (*Threats*) são os aspetos negativos da envolvente que podem comprometer o desenvolvimento de uma estratégia de desenvolvimento turístico no território em estudo.

(Continuação)

<ul style="list-style-type: none"> - Existência da Grande Rota das Aldeias Históricas de Portugal e Percursos Pedestres de Pequena Rota - Caminhos Históricos; - Existência de equipamentos turísticos e serviços (postos de turismo, museus, praias fluviais, termas, hotelaria, restauração, etc.); - Aproveitamento do património edificado para unidades de alojamento local; - Aumento do número de visitantes externos; - Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal; - Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE Aldeias Históricas de Portugal e Património Judaico. 	<p>Inserção um dos meios de subsistência;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Baixos níveis de qualificação dos desempregados (mais metade apenas possui o ensino básico); - Desmantelamento de serviços de proximidade e rede de transporte públicos débil no acesso aos principais eixos rodoviários e ferroviários, provocando fortes desequilíbrios na coesão social e territorial; - Carência de requalificação das ligações rodoviárias inter-regionais, inter-concelhias e inter-local; - Fragilidades de acesso da rede secundária com os principais eixos rodoviários e ferroviários, refletida na fraca rede de transportes inter-regional; - Abandono e degradação do património edificado, natural e rural; - Fraco aproveitamento dos recursos endógenos na diversificação e qualificação da restauração e artesanato (desaparecimento de artes e ofícios); - Falta de ligação entre as unidades museológicas e problemas de funcionamento; - Forte dependência do turismo interno e elevada sazonalidade da procura turística; - Forte concentração dos eventos de animação turística na época alta e escassez de empresas de animação turística; - Incapacidade da iniciativa privada na execução de projetos complementares; - Discrepâncias e dispersão de investimento público no território por via dos fundos comunitários; - Dificuldade de articulação entre os agentes regionais e locais (públicos e privados) na implementação da EEC PROVERE e na estruturação de uma oferta turística; - Incapacidade da ADTAHP em promover a coesão territorial por indefinição do modelo de governança.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Existência das infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e marítimas de ligação com o país e Espanha (Europa); - Existência de projetos de requalificação e modernização das infraestruturas ferroviárias e de apoio logístico, rodoviárias e da via navegável do rio Douro; - Existência de um sistema urbano policêntrico (cidades de média dimensão) que favorece a coesão territorial; - Aumento da procura de imóveis para uso sazonal (residências secundárias); - Existência de políticas públicas de apoio à formação/especialização de recursos humanos para o setor empresarial; - Existência de Instituições de Ensino Superior e Profissional com oferta formativa na área do turismo e afins; - Deslocação crescente de população urbana jovem para os territórios rurais com espírito empreendedor, 	<ul style="list-style-type: none"> - Risco de aprofundamento das disparidades entre o litoral e interior na distribuição populacional e na oferta de serviços; - Envelhecimento populacional na Região Centro e do país; - Capital humano pouco qualificado para o setor empresarial da Região Centro; - Afastamento dos dois principais aeroportos nacionais e existência de portagens na A23 e A25 podem desviar o fluxo turístico para outros destinos turísticos; - Indefinição nos investimentos em infraestruturas; - Desarticulação entre as áreas de formação superior e profissional com o mercado de trabalho; - Abandono dos campos agrícolas e mobilização do solo para plantação de eucalipto que aumentam o risco de incêndios florestais;

(Continua)

(Continuação)

<p>qualificação técnica e capacidade de inovação;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Procura crescente, por parte dos jovens, de apoios para a instalação na atividade agrícola; - Potencial de atração de novos segmentos como o turismo de saúde e bem-estar e turismo religioso judaico (integração de Belmonte e Trancoso na Rede de Judiarias da Beira Interior); - Proximidade geográfica com o mercado turístico da Serra da Estrela, Alto Douro Vinhateiro e Parque Arqueológico do Vale do Côa; - Emergência de novos mercados turísticos (EUA, Israel e Brasil); - Aposta no turismo de natureza, circuitos turísticos (<i>touring</i>), turismo ornitológico e no geoturismo – <i>slow tourism</i>, aproveitando as bacias hidrográficas e as áreas naturais classificadas; - Articulação institucional com as Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE (Beira Baixa – Terras de Excelência; Buy Nature – Turismo Sustentável em Áreas Classificadas; Rede das Aldeias de Xisto e Valorização das Estâncias Termas da Região Centro); - Incentivos públicos ao investimento nos territórios do interior (Programa Valorizar e o Projeto REVIVE). 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de interesse de investidores nos territórios rurais de baixa densidade; - Grande aposta em projetos imateriais e concentração de projetos materiais nos grandes empresários; - Dificuldade de recuperação física e reabilitação funcional de elementos patrimoniais classificados da administração central; - Crise económica e financeira nacional e internacional; - Forte dependência dos fundos públicos comunitários (i.e, promoção de eventos de animação).
--	---

Fonte: Elaboração própria

A análise realizada, permite-nos concluir que as maiores forças do sistema respeitam, essencialmente, ao património histórico, arquitetónico, cultural, natural e paisagístico, o qual beneficiou nos últimos anos de intervenção das políticas públicas, nomeadamente no âmbito do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal, do qual resultaram diversas ações de requalificação e reconversão de edificado para infraestruturas e equipamentos de apoio à atividade turística, à centralidade geográfica do território no contexto nacional e europeu e ao trabalho de promoção da marca Aldeias Históricas no exterior (EEC PROVERE) que, globalmente, favorecerem a emergência de novos mercados turísticos e, ainda, à instalação de população estrangeira no território.

Relativamente aos pontos fracos do sistema, destacam-se, do nosso ponto de vista, a perda de capital humano que provoca um desmantelamento de serviços básicos, abandono e degradação do património edificado, natural e rural com um abandono do setor agrícola, o fraco capital produtivo que se acentua pelos baixos níveis de instrução da população e pelo fraco investimento dos agentes privados, tal como se constata no setor do turismo que revela incapacidade de articulação com os agentes públicos e privados no desenvolvimento de uma oferta turística articulada.

Obviamente, que as fraquezas podem ser minimizadas através de estratégias de intervenção nos fatores exógenos ao sistema, mas que influenciam de forma determinante o seu desenvolvimento e anulem as situações vulneráveis do sistema. De entre as oportunidades elencadas, sobressaem os projetos de requalificação e modernização de infraestruturas que potenciam a competitividade e coesão territorial, por um lado, e, por outro, estimulem os movimentos urbano-rurais de novos atores que explorem os recursos tradicionais e novas formas de turismo – *slow tourism* e, ainda, uma crescente articulação com outros destinos turísticos e agentes institucionais no desenho e implementação das políticas públicas no território.

Em relação aos aspetos negativos da envolvente, podem destacar-se a estrutura demográfica envelhecida da Região Centro e país, os baixos níveis de qualificação da Região Centro para o setor empresarial e desarticulação entre oferta de ensino e as necessidades do mercado, o atraso nos investimentos considerados estruturantes que acentuam o esvaziamento populacional e encravamento físico e ameaçam o afastamento dos fluxos turísticos para outros destinos turísticos, o que revela uma forte dependência dos investimentos públicos no âmbito das políticas públicas.

Para ultrapassar os obstáculos e os desafios inerentes ao desenvolvimento territorial, será necessário um maior envolvimento dos atores do território para aumentar a coesão territorial, quer isto dizer uma maior participação no desenho e implementação das estratégias de desenvolvimento, naquilo que poderá ser designado um exercício de prospetiva territorial, como se terá oportunidade de demonstrar na próxima e última parte do trabalho.

PARTE IV

ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PARA A REDE DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL

PARTE IV – ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PARA A REDE DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL

Esta quarta parte do trabalho encontra-se dividida em três capítulos, cada um dos quais constitui diferentes abordagens, embora estruturantes e complementares do exercício de prospetiva territorial a que nos propusemos, às quais correspondem três das principais etapas do método dos cenários proposto pela escola francesa de Michel Godet (1993).

O primeiro capítulo é dedicado à análise estrutural do sistema através da utilização do método MICMAC, a partir da qual reduzimos a complexidade do estado atual do sistema em estudo (sistema interno e envolvente externa), detetamos e hierarquizamos as variáveis mais importantes ao funcionamento do mesmo e identificamos os atores envolvidos por essas variáveis-chave.

No segundo capítulo, empreendemos a análise de estratégia de atores, colocando em relevo, os atores-chave do sistema, os objetivos estratégicos e os meios de ação de cada ator, os eventuais conflitos e/ou alianças entre atores em função dos objetivos e avaliação das relações de força (poder) entre eles, através do método MACTOR.

Por último, o terceiro capítulo é dedicado à determinação de estratégias de intervenção para operacionalização da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, a curto e a médio prazo, tendo por base a atual estrutura do sistema e os interesses estratégicos dos atores do sistema.

1. Redução da complexidade do sistema: análise estrutural

O diagnóstico que apresentámos relativamente ao sistema turístico Aldeias Históricas de Portugal e às dinâmicas demográficas, socioeconómicas, educação e qualificação e das políticas públicas encetadas no território, que culminou com a análise SWOT (embora se lhe aponte o problema de poder ocultar artificialmente a complexidade que é característica da realidade em causa), representa o ponto de partida do nosso exercício prospetivo ao fornecer um conjunto de elementos que apoiam a aplicação da metodologia estratégica de atores. Este princípio de compatibilidade entre diagnóstico e espírito de prospetiva assumiu-se extremamente útil, na medida em que permitiu uma primeira delimitação do sistema e/ou sistematização dos elementos mais importantes do sistema, uma reflexão inicial relativamente ao seu funcionamento, mas também uma reflexão ainda que prévia e incompleta sobre as relações de causalidade e dependência entre os principais elementos do sistema em estudo.

Num segundo momento do trabalho optou-se, precisamente, por completar esta reflexão com uma análise estrutural através da utilização do método MICMAC (Matriz de Impactos Cruzados de Multiplicação Aplicada a uma Classificação), proposto por Godet (1993), a qual representa como tivemos oportunidade de abordar anteriormente³⁵⁹, a primeira fase do Método dos Cenários.

A análise estrutural tem, fundamentalmente, como objeto a identificação e descrição tão exaustiva quanto possível do sistema em estudo com a elaboração de uma lista de variáveis heterogéneas, quer quantitativas, quer qualitativas, internas e externas, a fim de, num segundo tempo, reduzir a complexidade do sistema e detetar as variáveis-chave e/ou variáveis fundamentais do sistema em causa, mas também as relações diretas e indiretas entre as mesmas a partir da construção de uma tipologia de classificação das variáveis em cinco categorias (motrizes, ligação, resultado ou dependentes, excluídas e pelotão), consoante o grau de motricidade e dependência com recurso ao método MICMAC.

Na prática, procedeu-se à análise estrutural previsional³⁶⁰ com o desenvolvimento das três etapas fundamentais: (i) o recenseamento das variáveis que intervêm no sistema; (ii) a construção de uma matriz de análise estrutural com a descrição das relações diretas

³⁵⁹ A este respeito rever o capítulo 2., na Parte II.

³⁶⁰ A par desta existe outra via possível de análise estrutural de utilização decisional (Godet, 1993).

entre as variáveis na matriz de análise estrutural; (iii) e identificação das variáveis-chave pelo método MICMAC.

A primeira etapa de análise estrutural foi realizada a partir da análise da informação obtida junto dos diversos atores do sistema em estudo: inquérito por entrevista aos especialistas, inquérito por questionário aos visitantes e neo-rurais, sessões de *focus group* à população local, mas também da (re)interpretação da informação constante na terceira parte deste trabalho (caraterização do sistema interno e do sistema externo e síntese na matriz SWOT), da qual recenseámos um conjunto de variáveis que caraterizam o sistema Aldeias Históricas de Portugal e sua envolvente (variáveis internas e externas).

De forma a obter-se uma lista homogénea e limitar a nossa subjetividade, o recenseamento das variáveis fez-se com auxílio de dois investigadores seniores³⁶¹, quer na identificação, agregação, supressão e descoberta de novas variáveis do sistema, quer no processo de reagrupamento de variáveis internas que caraterizam o sistema Aldeias Históricas de Portugal e nas variáveis externas que constituem a sua envolvente. Posto isto, procedeu-se à caraterização pormenorizada das variáveis selecionadas com base no conhecimento dos atores do sistema, de forma a ajudar no controlo da análise e na reflexão e identificação das relações diretas entre estas variáveis (delimitação do sistema), na matriz de análise estrutural com recurso ao *software* MICMAC, da Lipsor.

1.1. Apresentação das variáveis recenseadas

Neste exercício prospetivo, o recenseamento das variáveis fez-se a partir de uma lista a granel elaborada anteriormente, com base na informação recolhida junto dos diversos atores do sistema em estudo e análise de fontes documentais e estatísticas, conforme caraterização ao ambiente interno e externo do sistema (Cf. Parte III).

O processo de seleção de um conjunto de variáveis foi realizado minuciosamente, de modo a definir e delimitar o sistema de forma exaustiva e global, o que nos obrigou a questionar, sistematicamente, a natureza das variáveis face a nossa problemática. Estas interrogações permitiram reagrupar e suprimir um número significativo de variáveis com a mesma dimensão do problema e a descobrir novas variáveis, por um lado, e, por

³⁶¹ Esta tarefa de recenseamento das variáveis teve em consideração a informação obtida nas entrevistas exploratórias ao grupo de especialistas.

outro, definir o conteúdo das variáveis e classificá-las como variáveis internas e externas, resultando numa lista final de 55 variáveis (36 internas e 19 externas). Das 55 variáveis selecionadas, 5 são potenciais, isto é, relações que hoje não existem mas são passíveis de se tornarem prováveis num futuro mais ou menos longínquo mediante a evolução do sistema, daí que não é possível medir o seu efeito à data.

Como se pode observar no Quadro 21, estas variáveis foram organizadas por grupos temáticos (sociodemográficos, dinâmicas territoriais, governança territorial, turismo, arquitetónicas e imobiliário e políticas públicas), acompanhadas de um código para posterior utilização no *software* MICMAC:

Quadro 21 - Identificação das variáveis recenseadas do sistema interno e do sistema externo, por grupos temáticos

Nº da variável	Nome da variável
Sistema Interno	
<i>Variáveis sociodemográficas</i>	
1	Envelhecimento populacional (Envelhec.)
2	Escolarização e qualificação da população (Qualif. Pop.)
3	Desemprego (Desempr)
4	Agricultura tradicional de subsistência (Agric.Trad)
5	Rede de transportes coletivos e frequência de ligação (Transp.Fre)
6	Equipamentos coletivos (EquipColet)
<i>Variáveis de dinâmicas territoriais</i>	
7	Perda de territorialidade (Perd.Terri)
8	Territórios em reclusão (Territ.Rec)
9	Marcas e estratégias no território (Marcas.Est)
10	Novos projetos (Novos.Proj)
<i>Variáveis de governação territorial</i>	
11	Projetos em comum (Proj.Comum)
12	Territórios de hierarquia verticalizada (Territ.H.V)
13	Descrédito nas CM's e ADL's (Desc.CM.AD)
14	Cooperação interinstitucional (Coop.Inter)
15	Municipalização da ADTAHP (Mun.ADTAHP)
<i>Variáveis de turismo</i>	
16	Marca Aldeias Históricas de Portugal (Marca.AHP)
17	Classificação AHP (ClassifAHP)
18	Património histórico, arqueológico e cultural (Patrim.HAC.)
19	Animação turística (Anim.Turís)
20	Restauração e comércio (Rest.Comér)
21	Promoção da oferta turística (Prom.Ofert)
22	Qualificação dos recursos humanos (R.H.Qualif)
23	Produtos inovadores (Prod.Inov)
24	Divulgação e promoção do destino AHP (Divulg.Pro)
25	Informação turística (Inf.Turíst)
26	Equipamentos e infraestruturas (Equip.Infr)
27	Produto turístico AHP (ProdTurAHP)
28	Património natural e paisagístico (Patrim.Nat)
29	Destinos turísticos de proximidade (DestT.Prox)
30	Visitantes do destino turístico (Visit.Dest)
<i>Variáveis arquitetónicas e imobiliário</i>	
31	Construções e intervenções urbanísticas (Constr.Int)
32	Especulação imobiliária (Espec.Imob)
33	Intervenções e equipamentos/infraestruturas (Int.Eq.Inf)
<i>Variáveis de políticas públicas</i>	
34	Infraestruturas básicas (Infra.Bási)

(continua)

(continuação)

35	Empreendimentos turísticos (Empreend.T)
36	Política de intervenção/recuperação (Polít.Recu)
Sistema Externo	
<i>Variáveis sociodemográficas</i>	
37	Regresso às origens (Regresso.O)
38	Êxodo urbano (Êxodo.Urb.)
39	Estagnação económica (Estag.Econ)
40	Acessibilidades rodoviárias e ferroviárias (Acessib.RF)
<i>Variáveis de dinâmicas territoriais</i>	
41	Assimetrias intrarregionais (Assimetria)
42	Reinvenção e recriação do mundo rural (RecriaçãoR)
43	Redes multiescalares (Red.Multie)
44	Territórios rede (TerritRede)
45	Estruturas de missão (Estrut.Mis)
46	IES no desenvolvimento territorial (IES.Desenv)
<i>Variáveis de turismo</i>	
47	Rede das Aldeias Históricas de Portugal (Rede.AHP)
48	Procura turística do destino turístico AHP (Proc.Turis)
49	Divulgação e promoção turística AHP (Turism.CP)
50	Mercado turístico (Mercado.Turí)
51	Desenvolvimento de atividades turísticas (Ativ. Turí)
<i>Variáveis de políticas públicas</i>	
52	Investimentos em bens transacionáveis (Invest.B.T)
53	Financiamentos públicos (Financ.)
54	Políticas públicas (Polit.Públ)
55	Acesso aos apoios nacionais e comunitários (Apoios)

Fonte: Elaboração própria

Para além do recenseamento e organização das variáveis por domínios temáticos, é indispensável para qualquer reflexão prospetiva a explicitação pormenorizada para cada uma das variáveis, o que facilita o controlo da análise e identificação das relações entre as variáveis:

VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS

1. Envelhecimento populacional: envelhecimento na base e no topo da pirâmide etária com o decréscimo da proporção dos jovens e aumento da proporção dos idosos.

2. Escolarização e qualificação da população: baixos níveis de escolarização e de qualificação dificultam a instalação de empresas que necessitam de mão de obra qualificada.

3. Desemprego: o território apresenta os maiores níveis de desemprego nos mais jovens e nos ativos mais velhos. Um problema que se agrava com os baixos níveis de escolarização e qualificação dos ativos.

4. Agricultura tradicional de subsistência: atividade agrícola praticada em pequenas explorações (minifúndios) por uma população ativa agrícola envelhecida e pouco qualificada, o que dificulta a introdução de novas técnicas agrícolas e a mecanização da agricultura.

5. Rede de transportes coletivos e frequência de ligação: débil rede de transportes coletivos com horários pouco flexíveis, muitas vezes, associados ao período escolar, o que dificulta o acesso da população envelhecida aos serviços (ex. cuidados de saúde).

6. Equipamentos coletivos: oferta de equipamentos nas áreas do desporto, cultura e ação social para o desenvolvimento de atividades extracurriculares e apoio à 3ª idade.

VARIÁVEIS DE DINÂMICAS TERRITORIAIS

7. Perda de territorialidade: o território perdeu dimensão física, utilitária e simbólica com a perda de diversidade não só biofísica mas também diversidade cultural, diversidade política e diversidade económica face ao desaparecimento das funcionalidades do rural.

8. Território em reclusão: o território encontra-se em reclusão face ao crescente isolamento, despovoamento, envelhecimento e fraca dinâmica económica.

9. Marcas e estratégias no território: interesse das entidades públicas e privadas na captação dos apoios/incentivos financeiros das diferentes Estratégias de Eficiência Coletiva do Programa PROVERE (ex. Aldeias de Xisto, *Buy Nature*, Vale do Côa).

10. Novos projetos: desenvolvimento de novos projetos nas áreas do turismo, da agricultura e da agroindústria pelos novos atores de origem urbana.

VARIÁVEIS DE GOVERNANÇA TERRITORIAL

11. Projetos em comum: incapacidade e bloqueios na operacionalização de trabalho em rede face à sobreposição dos interesses políticos e individuais e dispersão da rede AHP no plano territorial.

12. Território de hierarquia verticalizada: território excessivamente institucionalizado pelo poder público com forte tendência para a criação de clientelas e carga burocrática. Um excesso de municipalização que é levado até à sub-região e região.

13. Descrédito nas CM's e ADL's: perda de credibilidade das câmaras municipais e ADL's face a ausência de intervenção junto das populações e “desvio” e/ou favorecimento de alguns empresários e/ou outras aldeias do município. Alguns municípios instrumentalizaram as ADL's para captação e criação de “sindicatos” de votos em áreas do eleitorado, onde tinham maior dificuldade de penetração.

14. Cooperação interinstitucional: ausência de uma cultura de parceria para o desenho de uma estratégia comum que fomente a partilha de recursos humanos, financeiros, materiais e imateriais.

15. Municipalização da ADTAHP: o excesso de municipalização da associação provoca perda de interesse e envolvimento dos atores privados, para além da ausência de contactos formais da equipa de coordenação com a população local, juntas de freguesia e postos de informação turística. Esta situação resulta numa desarticulação e diferentes níveis de trabalho em algumas AHP, tendo em conta o poder de influência de algumas CM's na associação.

VARIÁVEIS DE TURISMO

16. Marca Aldeias Históricas de Portugal: notoriedade da marca Aldeias Históricas de Portugal, apesar da interrupção e/ou quebra na dinamização do território (ex. atraso na execução do Programa PROVERE 2007-2013) e ausência de intervenção da ADTAHP no território.

17. Classificação AHP: fraco sentido de pertença e sensibilização da população local em relação à classificação Aldeia Histórica de Portugal, particularmente nos aglomerados com outras funções administrativas (Almeida, Belmonte e Trancoso), pese embora o reconhecimento e orgulho no património histórico. Consta-se, também, desconfiança da população local em relação aos impactes do turismo sobretudo pelos transtornos que o fluxo de visitantes provoca em algumas Aldeias Históricas (ex. Piódão e Monsanto).

18. Património histórico, arqueológico e cultural: aumento dos ativos patrimoniais sem uso ou devolutos, mas também acesso restrito ao património face ao encerramento ou fraca dinamização dos espaços de visita (ex. espaços museológicos e igrejas) e pagamento de bilhete (ex. visitas ao castelo/muralhas).

19. Animação turística: ausência de um plano de animação/calendário de eventos que proporcione uma oferta diversificada ao longo do ano em todas as Aldeias Históricas de Portugal, isto é, uma programação capaz de aumentar o tempo de permanência dos visitantes e combater a sazonalidade.

20. Restauração e comércio: ausência de oferta turística em algumas AHP ou desajustada à procura turística.

- 21. Promoção da oferta turística:** ausência de uma promoção conjunta de toda a oferta turística no território, já que a ADTAHP apenas promove/divulga a oferta dos seus associados, independentemente da sua localização. Alguns agentes turísticos não conseguem identificar mais-valias na integração da associação.
- 22. Qualificação dos recursos humanos:** falta de recursos humanos qualificados nas áreas da hotelaria, restauração e postos de informação turística (predomínio do “amiguismo” e “familismo”).
- 23. Produtos inovadores:** novos investimentos em produtos inovadores com a marca AHP (ex. coleção de roupa e mobiliário de bracejo).
- 24. Divulgação e promoção do destino AHP:** melhoria dos canais de comunicação e de comercialização das AHP no âmbito da Estratégia de Eficiência Coletiva (ex. redes sociais, revistas, anúncios de rádio e TV, campanhas na TAP e REFER e participação em feiras nacionais e internacionais).
- 25. Informação turística:** falta de informação em língua estrangeira, horários desajustados dos postos de informação turística e destruição da sinalética.
- 26. Equipamentos e infraestruturas:** existência de um conjunto de equipamentos e infraestruturas que fomentam o aparecimento de massa crítica de serviços turísticos de forma transversal à Rede (ex. Grande e Pequena Rota das Aldeias Históricas de Portugal, empreendimentos turísticos, restauração, espaços museológicos, praias fluviais e termas).
- 27. Produto turístico AHP:** inexistência de um produto turístico estruturado capaz de aumentar o tempo de permanência dos visitantes, as receitas turísticas e o aparecimento de novos equipamentos e infraestruturas.
- 28. Património natural e paisagístico:** desaproveitamento do património natural e paisagístico para o desenvolvimento do turismo de natureza e turismo ornitológico.
- 29. Destinos turísticos de proximidade (*Potencial*):** estimular uma rede de parcerias com outros destinos de proximidade (Douro Internacional, Serra da Estrela e Castella-León/Extremadura) para complementaridade de serviços e atividades turísticas e assim aumentar os motivos de interesse e de ocupação dos visitantes.
- 30. Visitantes do destino turístico:** apesar do aumento de visitantes estrangeiros o destino das Aldeias Históricas de Portugal é procurado na maioria pelos portugueses, os quais revelam forte intenção de recomendar e regressar ao destino turístico.

VARIÁVEIS ARQUITETÓNICAS E IMOBILIÁRIO

31. Construções e intervenções urbanísticas: a classificação de Aldeia Histórica e a ausência de regulamentação específica para o edificado das AHP têm provocado o abandono do edificado e o aumento construções e intervenções clandestinas, resultando numa descaraterização arquitetónica do tecido urbano.

32. Especulação imobiliária: a reabilitação urbana e requalificação do património provocaram um aumento da especulação imobiliária e deslocação de novas famílias locais para aldeias e vilas limítrofes.

33. Intervenções e equipamentos/infraestruturas: intervenções incompletas e problemas de funcionamento de infraestruturas e equipamentos (ex. telefone, TV, candeeiros, miradouros virtuais/simulador de parapente).

VARIÁVEIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

34. Infraestruturas básicas: melhoria das condições de vida das populações com investimentos em redes de abastecimento de água, de saneamento básico, de tratamento de resíduos sólidos, de fornecimento de energia elétrica, de telecomunicações, de acessibilidades, entre outras infraestruturas. Estes investimentos também se justificam, em segunda instância, ao visitante das AHP.

35. Empreendimentos turísticos: financiamento de unidades de alojamento que apenas beneficiam o proprietário e/ou família o que revela, segundo a população local, uma falta de controlo das entidades sobre funcionamento dos projetos financiados. Registam-se, também, dificuldades da população local/pequenos empresários em preparar candidaturas aos programas de financiamento.

36. Política de intervenção/recuperação: desconhecimento da população local dos critérios de seleção do edificado para reabilitação/recuperação e dos montantes investidos no território com forte desconfiança do desvio de verbas para benefício de aldeias vizinhas, mas também com a dispersão de investimento no território.

VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS

37. Regresso às origens: a Região Centro é considerada uma referência para o envelhecimento ativo e saudável, o que se comprova pelo forte simbolismo do regresso às origens.

38. Êxodo urbano: aumento dos neo-rurais de origem urbana que procuram os territórios rurais de baixa densidade para viver e/ou desenvolver uma atividade

económica. Estamos perante um Homem com outra forma de estar na vida (novos valores), com formação superior e virados para práticas amigas do ambiente.

39. Estagnação económica: escassez de atividades alternativas à agricultura e floresta.

40. Acessibilidades rodoviárias e ferroviárias: existência de um conjunto de infraestruturas rodoviárias (A23, A25 e IP2) e ferroviárias (Linha da Beira Alta e Linha do Douro) que permitem ligação aos principais centros urbanos do país e deste com Espanha e/ou Europa.

VARIÁVEIS DE DINÂMICAS TERRITORIAIS

41. Assimetrias intrarregionais: existência de fortes assimetrias ao nível do tecido produtivo, demográficas, serviços básicos, entre outros fatores.

42. Reinvenção e recriação do mundo rural: aumento dos interesses urbanos de base funcionalista em torno destes territórios e no acesso aos incentivos, muitas vezes, sem base produtiva própria ou muito reduzida.

VARIÁVEIS DE GOVERNANÇA TERRITORIAL

43. Redes multiescalares (*Potencial*): criação de redes de ligação entre os diferentes níveis organizacionais, isto é, partir do plano local até ao plano nacional ou europeu.

44. Territórios rede (*Potencial*): aproveitamento das cidades de média dimensão para o desenvolvimento de um processo de construção social de territórios rede horizontalizados, capazes de criar riqueza e bens transacionáveis por oposição aos territórios em rede que apenas criam mais do mesmo (equipamentos e infraestruturas).

45. Estruturas de missão (*Potencial*): criação de uma estrutura dedicada e permanente fora do alcance político convencional para gestão e animação do território rede com o acompanhamento/monitorização de projetos coletivos em diferentes áreas, desenvolvidos por pessoas desempregadas ou novos residentes.

46. IES no desenvolvimento territorial: fraco envolvimento das instituições de ensino superior nos processos de desenvolvimento territorial (*empowerment*).

VARIÁVEIS DE TURISMO

47. Rede das Aldeias Históricas de Portugal: apesar dos investimentos realizados e do impacte mediático desta experiência piloto, há um forte desconhecimento do cidadão comum da Rede das Aldeias Históricas de Portugal e dos programas de intervenção.

48. Procura turística do destino turístico AHP: diminuição da procura turística com a crise económica e financeira do país e a introdução de portagens nas ex-SCUT's.

49. Divulgação e promoção turística: fraca divulgação e promoção das Aldeias Históricas de Portugal pelo Turismo do Centro e Turismo de Portugal comparativamente com os principais destinos turísticos do litoral.

50. Mercado turístico (Potencial): novos padrões de consumo e motivações do novo turista, o qual procura experiências diversificadas e com elevado grau de autenticidade em ambientes naturais de elevada qualidade ambiental (*slow tourism*).

51. Desenvolvimento de atividades turísticas: elevadas burocracias e recursos financeiros para o desenvolvimento de serviços e atividades turísticas, sendo o caso da animação, alojamento e agroindústria.

VARIÁVEIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

52. Investimentos em bens transacionáveis: ausência de investimento em bens transacionáveis nos territórios rurais de baixa densidade com capacidade em criar impacto na economia local.

53. Financiamentos públicos: forte dependência dos financiamentos públicos e dos atores públicos com maior capacidade de decisão.

54. Políticas públicas: desarticulação entre as políticas públicas e incapacidade do poder público em definir uma estratégia de 10 ou 15 anos para os territórios rurais de baixa densidade.

55. Acesso aos apoios nacionais e comunitários: ausência de critérios de diferenciação nos programas de apoio para captar investimento privado para os territórios rurais.

Posto isto, procedeu-se à construção da matriz de análise estrutural que consiste num quadro de dupla entrada, no qual se relacionam as variáveis. A matriz de análise estrutural desempenha, portanto, o papel de uma matriz de descoberta das relações entre variáveis e de identificação das variáveis-chave do sistema.

1.2. Construção da matriz de análise estrutural

Apresentadas as variáveis dos sistemas interno e externo, procedeu-se a construção da matriz de análise estrutural³⁶², tal como o próprio nome indica, um quadro de dupla entrada com tantas linhas e colunas quanto as variáveis identificadas no recenseamento prévio (Cf. Quadro 1 do Anexo 10), para identificação das relações diretas e determinação da intensidade das relações entre variáveis do sistema (interno e externo) e classificação segundo uma tipologia baseada no seu grau de motricidade/influência (em função das interações identificadas) e por ordem de dependência (em função da estrutura de ligação).

Segundo Caldas e Perestrelo (1998), a motricidade direta de uma variável (no caso de uma matriz de análise estrutural 0-1) “é uma medida de influência dessa variável sobre o conjunto do sistema dado pelo número de variáveis que essa variável influencia (soma em linha da matriz A)” (Caldas e Perestrelo, 1998:5). A dependência direta é igualmente uma medida de dependência de uma variável em relação ao conjunto do sistema mas “é dada pelo número de variáveis que a influenciam (soma em coluna da matriz A)” (Caldas e Perestrelo, 1998:5). Neste sentido, as autoras concluem que o grau de motricidade e dependência de uma variável é dado pela posição que ocupa na sequência ordenada das variáveis segundo a sua motricidade/dependência (Caldas e Perestrelo, 1998).

O preenchimento da matriz decorreu da determinação da existência ou não de uma relação direta entre duas variáveis³⁶³ – uma variável só existe através das relações que mantém com as outras variáveis –, o que exigiu uma interrogação e reflexão sistemática para cada uma das 55 variáveis, tendo em conta as seguintes questões: (i) existe uma relação de influência direta entre a variável *i* sobre a variável *j*, ou a relação será, antes de *j* para *i*?; (ii) há influência de *i* sobre *j*, ou não há colinearidade, atuando uma terceira variável *k* sobre *i* e *j*?; (iii) a relação de *i* com *j* é direta, ou passa por outra variável *r*?. Este procedimento de interrogação proporcionou uma troca de pontos de vista e reflexão coletiva na verificação da existência ou não de relações e nas intensidades das relações diretas (entre investigadora e uma investigadora sénior em sociologia que participou,

³⁶² Veja-se a este propósito na II Parte, no capítulo 2, a secção 2.1..

³⁶³ Na matriz estrutural de influências diretas (Cf. Quadro 1 do Anexo 10), os elementos da diagonal estão sempre a zero, não se tendo em conta a influência de uma variável sobre si mesma, o mesmo não acontece nos efeitos indiretos. Na matriz de influências indiretas (Cf. Quadro 1 do Anexo 10) já se tem em conta os efeitos de uma variável sobre si mesma passando estes efeitos, obrigatoriamente, por outra variável (devido à multiplicação da matriz por si própria).

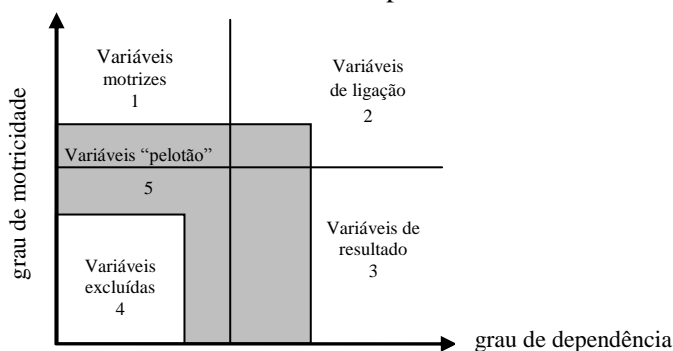
previamente, no recenseamento das variáveis), mas que teve a vantagem de ordenar e classificar as ideias, aperfeiçoar a análise do sistema e evitar erros no preenchimento da matriz, pese embora os vários dias de trabalho que implicou. Tratou-se, portanto, de um preenchimento com uma carga qualitativa (existência ou não das relações) mas também quantitativo (Cf. Quadro 1 do Anexo 10).

Nesse sentido, e de acordo Godet (1993), as variáveis classificam-se segundo o número e a intensidade das relações em que estão implicadas, tanto em motricidade como em dependência. A intensidade de influência de uma variável sobre outra nas relações diretas pode ser nula ou sem influência se não há relação (0), senão pode ser de influência direta fraca (1), média (2), forte (3) e potencial (P), adotando-se a escala clássica de 0 a 3 e P, em função da intensidade das relações. Este processo de preenchimento da matriz foi realizado em linha, ou seja, tendo subjacente a questão de saber “a influência de cada variável sobre todas as outras” (Godet, 1993:112).

Segundo a natureza das relações as variáveis podem classificar-se em: direta, indireta e potencial. A classificação direta resulta do jogo das relações a curto e médio prazo, enquanto a classificação indireta considera efeitos em cadeia que levam, necessariamente, tempo a realizarem-se (horizonte de médio e longo prazo). A classificação potencial vai mais longe do que a classificação indireta, pois integra relações que, possivelmente, só a muito longo prazo se repercutirão no sistema.

Trata-se, portanto, de colocar em evidência as variáveis mais motrizes e mais dependentes do sistema (as variáveis-chave) com base no método MICMAC (Programa de multiplicação matricial aplicado à matriz estrutural), o qual permite hierarquizar as variáveis em planos de motricidade/dependência. Esse plano de motricidade/dependência pode dividir-se em cinco setores, conforme figura que se segue:

Figura 60 - Plano de motricidade/dependência



Fonte: adaptado de Godet (1993:119)

De acordo com a tipologia proposta por Godet (1993), as variáveis motrizes influenciam a dinâmica do sistema, mas são pouco condicionadas por ele, logo, são muito influenciadoras e pouco dependentes. Ainda que de acordo com o autor as variáveis de ligação são as variáveis-chave do sistema e sobre as quais se devem centrar as atenções, dado que propagam as fortes influências de que são alvo ao conjunto do sistema, daí que são variáveis muito motrizes e muito dependentes. Por sua vez, as variáveis resultado são pouco motrizes e muito dependentes, pois são muito condicionadas pela dinâmica do sistema e exercem pouca influência sobre ele. As variáveis excluídas são muito próximas da origem e têm um papel pouco relevante ou desligado do sistema, não constituem determinantes do futuro (variáveis pouco motrizes e pouco dependentes). Numa posição intermédia e até difícil de caracterizar surgem as variáveis de pelotão, consideradas como variáveis mediantemente motrizes e dependentes (Godet, 1993). Assim, para além da identificação das variáveis-chave ou mais influentes do sistema, podemos analisar as diferentes funções das variáveis do sistema.

A seleção das variáveis-chave deverá ser na nossa perspetiva, efetuada com base numa interpretação analítica dos elementos, abrangendo não só variáveis classificadas como de ligação mas também variáveis motrizes e/ou variáveis pelotão, desde que ajudem a compreender a estruturação do sistema.

É tendo por base estes procedimentos que avançamos para a terceira etapa da análise estrutural, ou seja, identificação e hierarquização das variáveis essenciais à evolução do sistema Rede das Aldeias Históricas de Portugal segundo o grau de motricidade e dependência das variáveis.

1.3. Resultados da análise estrutural

A partir da matriz de análise estrutural da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, apresentam-se e analisam-se, de seguida, os dados referentes aos planos de motricidade (influência) / dependência direta e de motricidade (influência) /dependência indireta do sistema interno e externo em estudo com recurso ao método MICMAC.

O primeiro plano, motricidade/dependência direta, é construído a partir dos índices de motricidade e de dependência, isto é, a soma das linhas e das colunas da matriz estrutural. Quer isto significar que a motricidade direta de uma variável é dada pelo número de variáveis que essa variável influencia do sistema (soma em linha da matriz) e

a dependência direta de uma variável é dada pelo número de variáveis do sistema que a influenciam (soma da coluna da matriz), como podemos constatar na matriz estrutural (Cf. Quadro 1 do Anexo 10).

Por sua vez, o plano de motricidade/dependência indireta, resulta da multiplicação matricial aplicado à matriz estrutural através do método MICMAC, o qual permite revelar os “efeitos escondidos” que não são detetáveis à “olho nu” na matriz de análise estrutural mas que, por vezes, têm uma grande influência no sistema em estudo. De acordo com Perestrelo (2002) e Saragoça (2010), o principal objetivo deste método é determinar as relações indiretas que surgem quando, por exemplo, na presença de três variáveis, i , j e k , se i influencia diretamente j e esta influencia diretamente k , então pressupõe-se que i influencia indiretamente k . Por isso, qualquer mudança que afete a variável i pode reproduzir-se na variável k , o que significa que há uma relação indireta entre i e k .

No fundo, consiste em analisar as numerosas relações indiretas entre as variáveis através das cadeias de interações e elos de retroação existentes, mas que a análise das relações diretas não consegue detetar. Os resultados podem revelar, por exemplo, que uma variável pouco influente ou pouco dependente do ponto de vista das relações diretas pode ser muito influente ou muito dependente do ponto de vista das relações indiretas e, por esse motivo, a influência ou dependência de uma variável no sistema pode ser muito superior à indicada nas relações diretas (Caldas e Perestrelo, 1998).

Ora é com base, precisamente, nestas considerações iniciais que se avança para a análise e comparação entre os dois principais planos de motricidade/dependência (direto e indireto), nas próximas secções.

1.3.1. Análise das influências diretas do sistema

O método MICMAC, aplicado à análise estrutural, permitiu-nos estudar através da Matriz de Influências Diretas (MID) (Cf. Quadro 1 do Anexo 10), por nós concebida, as relações de Influências Diretas entre as variáveis que definem o sistema através do *software* MICMAC. Uma das funcionalidades deste instrumento incide na determinação e sistematização das relações de Influências Diretas entre as variáveis que definem o sistema, num plano de influências/dependências diretas (Cf. Figura 61). Neste Plano motricidade-dependência, as variáveis posicionam-se em torno de um eixo cartesiano, correspondendo, à abcissa, o grau de dependência, e à ordenada o grau de motricidade

(influência), consoante o número e a intensidade das relações em que estão envolvidas, tanto em motricidade como em dependência.

A leitura atenta ao plano permite identificar as variáveis mais influentes e dependentes do sistema em estudo, analisar e refletir sobre as ligações entre os cinco setores e à ação das variáveis no funcionamento do sistema, mas também analisar a estabilidade do sistema. Ora é com base, precisamente, nestas implicações que se verifica no setor ou quadrante 1 do plano (Figura 61), onde se posicionam as “variáveis motrizes” – as variáveis que influenciam muito o sistema, mas que são pouco dependentes –, a existência de cinco variáveis muito influentes que condicionam o funcionamento do sistema em estudo. Estamos a falar da “municipalização da ADTAHP” (Mun.ADTAHP), do “território de hierarquia verticalizada” (Territ.H.V.), das “marcas e estratégias no território” (Marcas.Est), da “cooperação interinstitucional” (Coop.Inter) e dos “projetos em comum” (Proj.Comum), que são de acordo com Godet (1993) as variáveis explicativas que condicionam o resto do sistema. Isto significa que o funcionamento do sistema é explicado pelas variáveis internas relativas às dinâmicas territoriais e aos fatores de governança, tendo em conta o grau de influência (motricidade) destas variáveis sobre os outros setores do sistema.

No entanto, segundo o mesmo autor, as variáveis mais determinantes das dinâmicas do sistema, encontram-se no setor 2 do Plano. Para (Godet, 1993) as “variáveis de ligação” ou de “desafio” ocupam uma posição de charneira no sistema, na medida em que transmitem a influência das variáveis mais motrizes às variáveis dependentes, ou seja, as variáveis de ligação como recebem muitas influências (dependentes), acabam por propagar essas influências ao conjunto do sistema (motrizes), razão pela qual as designa de variáveis-chave do sistema. Caldas e Perestrelo (1998) e Saragoça (2010), por sua vez, defendem que a análise à dinâmica do sistema não se pode restringir apenas às variáveis de ligação já, que, segundo estes autores, as variáveis-chave são variáveis muito motrizes quer sejam de ligação ou não. Assim, na nossa opinião, as variáveis-chave devem ser selecionadas com base numa interpretação à dinâmica global do sistema e, em particular, na influência das variáveis mais motrizes sobre as variáveis mais dependentes. No caso concreto, as variáveis motrizes “municipalização da ADTAHP”, “território de hierarquia verticalizada”, “marcas e estratégias do território” e “cooperação interinstitucional” e a variável de ligação “território em reclusão” (Cf. Figura 61), assumem o papel de variáveis-chave na dinâmica atual do sistema face ao

forte condicionamento que exercem sobre as outras variáveis do sistema (variáveis motrizes), por um lado, e, por outro, aos efeitos de propagação e de retroação (variável de ligação).

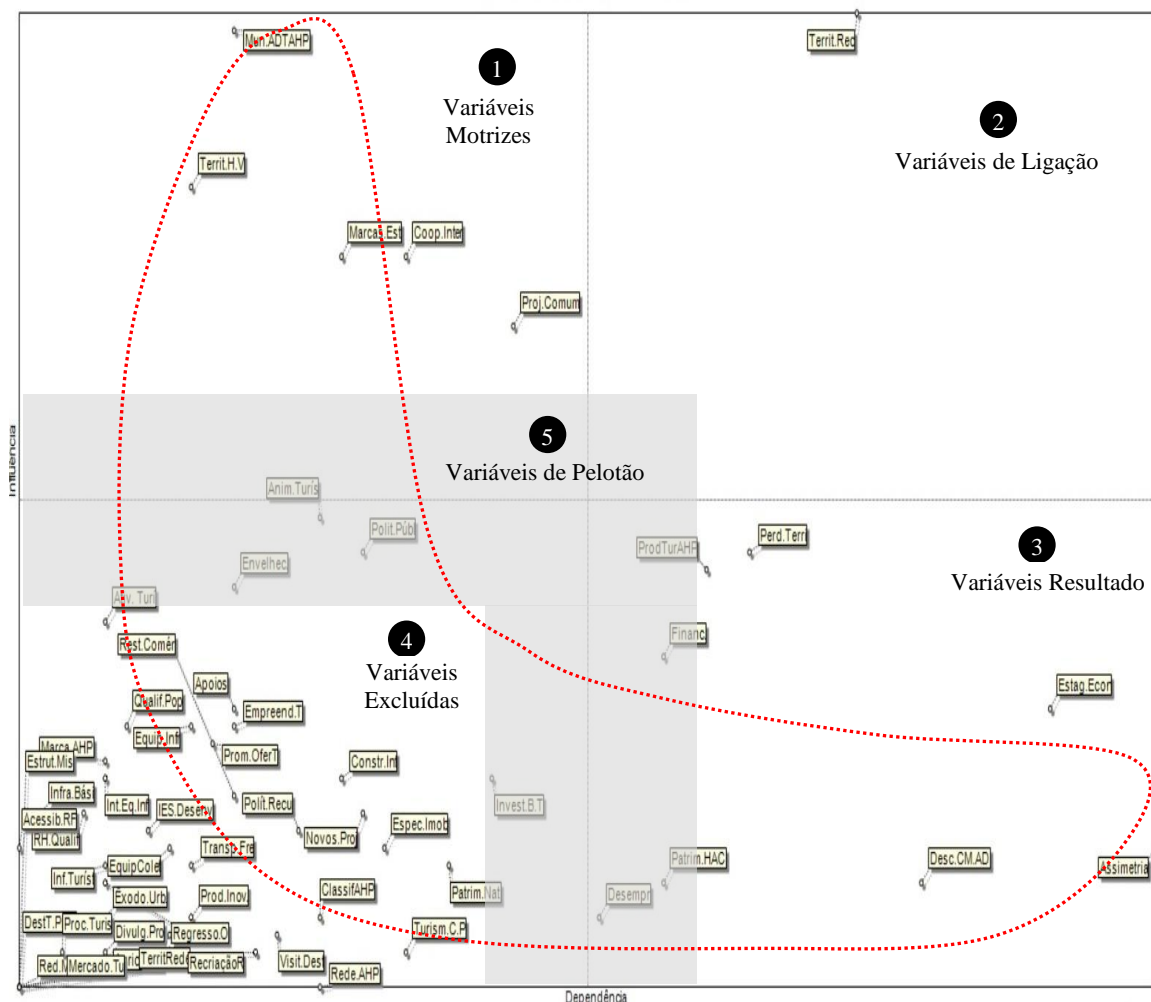
Para tornar a nossa perspetiva mais objetiva e coerente, analisemos como estas variáveis-chave condicionam a dinâmica do sistema: o território em estudo encontra-se em profundo estado de reclusão face ao crescente isolamento, despovoamento, envelhecimento e fraca dinâmica económica – um retrato do ciclo vicioso dos territórios rurais de baixa densidade³⁶⁴ –, na medida em que recebe fortes influências das variáveis com maior motricidade (variáveis motrizes), por um lado, e, por outro, propaga essas influências ao conjunto do sistema (muito particularmente ao quadrante 3), uma influência que tem um efeito de retorno sobre si mesma. Ora, a verdade é que se o território em estudo não se encontrasse em reclusão, por certo que, não havia este excesso de institucionalização que se reflete na perda de capacitação institucional e organizacional do território quer através do excesso de municipalização da ADTAHP (lógica associativa convencional dos municípios) quer através do modelo de governança de hierarquia verticalizada (burocrático e de cima para baixo) que, geralmente, caracteriza os territórios de baixa densidade, para além dos interesses instalados nas entidades públicas e privadas para captação de apoios financeiros das diferentes estratégias de desenvolvimento territorial que se sobrepõem no território (quadrante 1). Estes interesses corroboram com a perspetiva de Covas e Covas (2014:37) quando defendem que a baixa densidade pode funcionar como “um problema conveniente” ou como recurso argumentativo e retórico em determinados momentos. Este interesse pelas múltiplas estratégias torna-se também visível na incapacidade e nos bloqueios dos atores no desenvolvimento de projetos em comum em prol dos seus interesses políticos e individuais, o que se agrava com a ausência de uma cultura de parceria e/ou de cooperação interinstitucional entre os atores do território e uma incapacidade no desenho de estratégias comuns (Figura 61).

Torna-se, assim, perceptível que o território em reclusão está, de algum modo, refém do jogo de interesses e das coligações de interesses políticos e individuais que dominam o sector 1 do sistema em estudo. Dir-se-á que, deste modo, a chave da dinâmica do território não se restringe apenas à variável de ligação, pelo que se impõe uma particular

³⁶⁴ Veja-se a este propósito a secção 1.5., do capítulo 1, da Parte I.

atenção às variáveis motrizes que condicionam fortemente o funcionamento do sistema, como se constata no sector 3 e 4 (Figura 61).

Figura 61 - Plano das influências/dependências diretas



Fonte: Elaboração própria, a partir do *software* MICMAC

No sector 3 são apresentadas as variáveis pouco motrizes e muito dependentes – “variáveis resultado” –, isto é, são muito condicionadas pela dinâmica do sistema mas exercem pouca influência sobre ele, o que faz com que a sua evolução se explique pelas variáveis do sector 1 e 2.

Neste caso, observa-se que a ação das “variáveis de resultado” (Figura 61) é, visivelmente, condicionada pela dinâmica das variáveis que compõem o sistema em estudo (variáveis internas e externas), mas muito particularmente pela ação das cinco variáveis motrizes e da variável de ligação (variável interna). Ora isto significa que a ação destas variáveis-chave condiciona a dinâmica do território com a “perda de territorialidade” (Perd.Terr) ao nível da dimensão física, utilitária e simbólica, política e

económica, perda essa que se reflete também na “estagnação económica” (Estag.Econ) com a escassez de atividades alternativas às tradicionais (agricultura e floresta), acompanhada por um agravamento correlativo das “assimetrias intrarregionais” (Assimetria) ao nível do tecido produtivo, demográfico, serviços básicos, entre outros. Uma situação que se agrava com a fraca capacidade de liderança e ausência de intervenção do poder local junto da população local, para além do “descrédito nas câmaras municipais e nas associações de desenvolvimento local” face ao favorecimento de alguns empresários e ao desvio de verbas para outras aldeias do município (Desc.CM.AD).

A par disto a ação das variáveis motrizes condiciona, igualmente, e por via da variável de ligação a existência de um “produto turístico Aldeias Históricas de Portugal” (ProdTurAHP) capaz de aumentar o tempo de permanência dos visitantes e as receitas turísticas no destino turístico, mas também o aparecimento de novos equipamentos e infraestruturas de apoio ao visitante, numa perspetiva de diversificação da economia e da origem dos rendimentos com o desenvolvimento de atividades associadas ao turismo e ao lazer. Para tal acontecer é essencial que os atores se articulem na criação de uma rede de visitação, aproveitando-se, para tal, os ativos desqualificados do território e os investimentos realizados no âmbito das políticas públicas (alguns encontram-se desligados do sistema, como se constatará de seguida, na análise ao sector 4), entrando naquilo que Covas e Covas (2015) designam de investimento no lado virtuoso da baixa densidade³⁶⁵.

Assim, embora alguns autores (Godet, 1993; Caldas e Perestrelo,1998) apontem para uma exclusão das variáveis do quadrante 4 (variáveis de exclusão) na análise por constituírem tendências pesadas ou por ocuparem um papel pouco relevante no sistema – variáveis pouco motrizes e pouco dependentes –, consideramos que não devem ser menosprezadas da análise ao sistema, dado que foram identificadas pelos diversos atores como parte constituinte do sistema (Cf. 62). Esta análise assume maior relevância quando se observa a concentração de 37 das 55 variáveis que compõem o sistema em estudo nos diversos domínios temáticos (Cf. Quadro 22). Interessa-nos assim perceber as razões associadas para a existência de um número tão considerável de variáveis com

³⁶⁵ A este respeito rever a proposta de ciclo virtuoso dos territórios rurais de baixa densidade de Covas e Covas (2015), apresentada na secção 1.5., do capítulo 1, da Parte I.

poucas ligações ou mesmo inexistência de relação significativa com o sistema, já que, na sua generalidade, todas têm um papel no sistema.

De facto, como temos vindo a mencionar, o território em estudo defronta-se com um problema crónico que é resultado da conjugação de um conjunto de fatores, sendo disso exemplo o envelhecimento populacional, o desemprego que atinge em particular os mais jovens e os desempregados de longa duração e a desvalorização das atividades tradicionais³⁶⁶ – agricultura tradicional de subsistência que funciona como complemento ao rendimento familiar (variáveis excluídas do quadrante 4) –, os quais recorde-se estiveram na génese de algumas iniciativas lançadas, em Portugal, nas últimas duas décadas e meia, no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento regional. No entanto, o que se verifica é que apesar do desenho e implementação de estratégias de desenvolvimento territorial, de que é exemplo a iniciativa piloto Aldeias Históricas de Portugal (Cf. secção 2.1., do capítulo 2, da Parte III), enquanto abordagem alternativa para contrariar e/ou minimizar os problemas do território através de novas lógicas de valorização dos recursos locais como o património natural e cultural, para o desenvolvimento de atividades alternativas como o turismo, os resultados encontram-se aquém dos objetivos pretendidos – variáveis resultado (sector 3). Por outro lado, o posicionamento destes fatores no conjunto de variáveis excluídas obriga-nos a questionar o efeito das intervenções realizadas no território em estudo nas duas últimas décadas e meia.

No quadrante 4 (Cf. Quadro 22), verificamos que o território beneficiou de um conjunto de ações de requalificação e revitalização do espaço e de infraestruturas básicas no âmbito do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal (34) que provocaram um aumento da especulação imobiliária (32), pese embora os problemas de funcionamento de algumas infraestruturas e equipamentos ou das intervenções incompletas (33). A estes problemas acresce a ausência de regulamentação imobiliária capaz de contrariar o abandono e degradação do edificado (com a deslocação de novas famílias para aldeias e vilas limítrofes), as construções e intervenções clandestinas que provocam uma descaraterização arquitetónica do tecido urbano alvo de intervenção³⁶⁷ (31), para além do clima de desconfiança entre a população local sobre os critérios utilizados na seleção do edificado para reabilitação/recuperação e dos montantes

³⁶⁶ Estes indicadores foram objeto de análise detalhada nas secções 1.2. e 1.4., do capítulo 1, da Parte III.

³⁶⁷ A este respeito rever a secção 2.2., do capítulo 2., da Parte III.

investidos (36). Uma desconfiança que aumenta com suspeitas de desvio de verbas para aldeias vizinhas e com a dispersão de investimentos que colocam em causa os princípios de concentração e subsidiariedade (36). Constatase, assim, que apesar da existência de um conjunto investimentos em equipamentos e infraestruturas locais para melhoria das condições de vida das populações e da existência/dotação da região de um conjunto de redes rodoviárias e ferroviárias principais (40) que estabelecem corredores de interesses urbanos de base funcionalista na reinvenção e recriação do mundo rural (42), não houve capacidade em captar investimento privado para dinamizar a economia local (variáveis resultado do quadrante 3) face à ausência de critérios de diferenciação nos acessos aos apoios nacionais e comunitários (55). Esta situação é agravada pelas elevadas burocracias e recursos financeiros associados ao desenvolvimento de serviços e atividades turísticas como, por exemplo, a animação turística, o alojamento e agroindústria (51). Por outras palavras, os investimentos em equipamentos e infraestruturas realizados nas últimas décadas foram incapazes de inverter o ciclo vicioso deste território em reclusão, isto é, a perda de territorialidade, a estagnação económica e as assimetrias intrarregionais, como se constata no quadrante 3 (variáveis excluídas) (Cf. Figura 61).

Por outro lado, a incapacidade de manter políticas públicas por tempo suficiente, para obter massa crítica e valor acrescentado e para desenvolver complementaridades e sinergias – refletida numa desarticulação e/ou desfasamento de investimentos da componente material e imaterial dos programas de intervenção –, tal como já demonstrámos anteriormente (Cf. secção 2.1. da Parte III), provoca um desaproveitamento dos recursos existentes no território nos mais diversos níveis. Muito embora se tenha melhorado os canais de comunicação e comercialização do destino AHP (24) e os investimentos em equipamentos e infraestruturas de apoio ao visitante (26) que são na sua maioria portugueses (30), a atividade turística apresenta um peso aquém do que era exetável na fase inicial da iniciativa piloto das Aldeias Históricas de Portugal a comprovar pela diminuição da procura turística nos últimos anos (48), o que neste último caso se explica por fatores externos (a crise económica e financeira e a introdução de portagens nas ex-SCUT's, por exemplo). O que daqui resulta é alguma desconfiança em relação aos impactes do turismo e um fraco sentido de pertença da população local em relação à classificação Aldeia Histórica de Portugal (17) (Cf. Quadro 22).

O fraco impacto da atividade turística encontra justificação pela fraca ou inexistência de ligação das variáveis de turismo (sector 4) ao sistema, entre as quais (Cf. Quadro 22): ausência e/ou desajustada oferta de restauração e comércio em algumas das Aldeias Históricas de Portugal (20), ausência de promoção conjunta de toda a oferta turística no território pela ADTAHP (21), falta de recursos humanos qualificados para o desempenho de serviços e atividades de turismo e lazer (22) e de informação turística quer por ausência de informação em língua estrangeira e sinalética destruída quer por horários de funcionamento dos postos de informação turística inadequados ao visitante das Aldeias Históricas de Portugal (25), para além da fraca divulgação e promoção turística das AHP pela entidade Turismo do Centro e Turismo de Portugal³⁶⁸ (49). Neste último caso provoca algum desconhecimento do cidadão comum da Rede das Aldeias Históricas de Portugal e dos programas de intervenção (47), pese embora a notoriedade da marca das Aldeias Históricas de Portugal (16). Por outro lado, a fraca influência da atividade turística na dinâmica do sistema também se explica pelo desaproveitamento do património natural e paisagístico para o desenvolvimento de atividades de turismo de natureza e turismo ornitológico (28) e pelo financiamento de empreendimentos turísticos que apenas beneficiam o proprietário e família (35). O conjunto destas variáveis convergem para a inexistência de um produto turístico Aldeias Históricas de Portugal (27) – variável resultado (Quadrante 3).

Face ao exposto, até ao momento, torna-se evidente que o conjunto de iniciativas levadas a cabo no território não foram capazes de inverter a estrutura deste modelo de desenvolvimento territorial – híbrido, assimétrico e invertebrado, tendo em conta a fraca ligação deste conjunto de “variáveis excluídas” com o sistema, uma incapacidade que se relaciona com o modelo de governança que predomina neste território em reclusão (variáveis motrizes) e que condiciona a ação destas variáveis na dinâmica do sistema turístico.

Na perspetiva dos atores do sistema a situação poderá ser contrariada se se considerar um novo modelo de governança para construção de territórios rede horizontalizados (44) a partir do modelo de desenvolvimento territorial policêntrico (Cf. secção 1.5., do capítulo 1, Parte I), perspetiva que implica a passagem da governação pública para a governação civil. Isto só é possível se o território rede reunir condições para criar uma

³⁶⁸ Na opinião da Diretora do Departamento de Desenvolvimento e Inovação do Turismo de Portugal, esta situação decorre da falta de capacidade dos agentes turísticos do território em estruturar uma oferta turística (opinião obtida no contacto informal que realizámos com o Turismo de Portugal).

estrutura dedicada e permanente fora do alcance político convencional – estrutura de missão (45), sob a forma organizacional de um ator-rede com autonomia e com capacidade de liderança de um projeto comum. Este ator-rede tem que ser capaz de “desparasitar” este território que se encontra excessivamente municipalizado e institucionalizado e construir um novo espaço público. Tal deverá passar por envolver ativamente os atores do território numa ação coletiva com objetivos e responsabilidades comuns, produzindo múltiplos consensos entre tantos outros conflitos na gestão e animação do território, o que não acontece atualmente com a Associação de Desenvolvimento Turístico Aldeias Históricas de Portugal (Mun.ADTAHP). Assim sendo, o sistema ganhava competências para potenciar a criação de redes multiescalares (43) e desenvolver redes de parcerias com outros destinos turísticos de proximidade (29), numa lógica de complementaridade de serviços e atividades turísticas e de diversificação do destino turístico junto de novos mercados turísticos associados aos novos padrões de consumo e motivações do novo turista – *slow tourism* (50) (Quadro 22).

De resto, a existência de uma rede de transportes coletivos locais débil e com horários pouco flexíveis (5) que contrapõem com um conjunto os equipamentos coletivos de apoio aos jovens e à 3ª idade (6), aos quais se associa alguns dos regressos às origens para um envelhecimento saudável (37), são igualmente fatores desligados do sistema, tal com o movimento dos neo-rurais de origem urbana (38) que procuram o território para viver e/ou desenvolver outras atividades como o turismo e o lazer e que, em alguns casos, se articulam com o desenvolvimento de novos projetos associados à prática da atividade agrícola ou agroindústria (10). Para alargar a atividade económica local que assenta muito numa agricultura tradicional de subsistência têm surgido algumas iniciativas associadas aos Sistemas Produtivos e Inovadores Locais (SPIL) no âmbito da Estratégica de Eficiência Coletiva Aldeias Históricas de Portugal – Valorização do Património Judaico” (2007-2013)³⁶⁹, com a marca AHP (23). Constata-se, no entanto, alguma ineficácia desta nova filosofia de desenvolvimento integrado pela fraca dinâmica económica e social das Aldeias Históricas de Portugal, uma situação que se justifica, em parte, pelos baixos níveis de escolarização e qualificação da população (2) (Cf. Quadro 22).

³⁶⁹ A este propósito rever a secção 2.2., da Parte III.

Posto isto, conclui-se que nos últimos anos, houve um excesso de municipalização que impediu a utilização correta de um conjunto de apoios financeiros em projetos comuns em detrimento de projetos individuais sem escala e que revelam uma ausência de cultura de parceria entre os atores do território, para além de uma certa inércia das instituições de ensino superior nos processos de desenvolvimento territorial (46), o que faz com que, naturalmente, o território em questão seja uma presa fácil por ausência de uma coluna vertebral (Covas e Covas, 2014), caso contrário, não existia um número tão elevado de variáveis no quadrante 4:

Quadro 22 - Plano de influências/dependências diretas

<p>1 - Variáveis Motrizes</p> <p>15. Municipalização da ADTAHP (Mun.ADTAHP) 12. Território de hierarquia verticalizada (Territ.H.V) 9. Marcas e estratégias no território (Marcas.Est) 14. Cooperação interinstitucional (Coop.Inter) 11. Projetos em comum (Proj.Comum)</p>	<p>2 - Variáveis de ligação</p> <p>8. Território em reclusão (Territ.Rec)</p>
<p>4 - Variáveis Excluídas</p> <p>51. Desenvolvimento de atividades turísticas (Ativ.Turif) 55. Acesso aos apoios nacionais e comunitários (Apoios) 2. Escolarização e qualificação da população (Qualif.Pop) 35. Empreendimentos turísticos (Empreend.T.) 26. Equipamentos e infraestruturas (Equip.Infr) 16. Marca Aldeias Históricas de Portugal (Marca.AHP) 21. Promoção da oferta turística (Prom.Ofert.Tur) 33. Intervenções e equipamentos/infraestruturas (Int.Eq.Inf) 31. Construções e intervenções urbanísticas (Const.Int) 20. Restauração e comércio (Rest.Comér) 34. Infraestruturas básicas (Infra.Bási) 22. Qualificação dos recursos humanos (RH.Qualif) 46. IES no desenvolvimento territorial (IES.Desenv) 36. Política de intervenção/recuperação (Polít.Recu) 10. Novos projetos (Novos.Proj) 32. Especulação imobiliária (Espec.Imob) 40. Acessibilidades rodoviárias e ferroviárias (Acessib.RF) 6. Equipamentos coletivos (EquipColet) 5. Rede de transportes coletivos e frequência de ligação (Transp.Fre) 25. Informação turística (Inf. Turíst) 38. Êxodo urbano (Êxodo.Urb) 23. Produtos inovadores (Prod.Inov.) 17. Classificação AHP (Classif.AHP) 28. Património natural e paisagístico (Patrim.Nat) 49. Divulgação e promoção turística (Turism.C.P) 30. Visitantes do destino turístico (Visit.Dest) 42. Reinvenção e recriação do mundo rural (RecriaçãoR) 47. Rede das Aldeias Históricas de Portugal (Rede.AHP) 37. Regresso às origens (Regresso.O) 4. Agricultura tradicional de subsistência (Agric.Trad) 24. Divulgação e promoção do destino AHP (Divulg.Pro) 48. Procura turística do destino turístico AHP (Proc.Turís) 29. Destinos de proximidade (DestT.Prox) 50. Mercado turístico (Mercado.Tu) 44. Territórios rede (TerritRede) 45. Estruturas de missão (Estrut.Mis) 43. Redes multiescalares (Red.Multie)</p>	<p>3 - Variáveis de Resultado</p> <p>7. Perda de territorialidade (Perd.Terri) 27. Produto turístico AHP (ProdTurAHP) 39. Estagnação económica (Estag.Econ) 41. Assimetrias intrarregionais (Assimetria) 13. Descrédito nas CM e ADL's (Desc.CM.AD)</p>
<p>5 - Variáveis Pelotão</p> <p>19. Animação turística (Anim.Turís) 54. Políticas públicas (Polit.Públ) 1. Envelhecimento populacional (Envelhec) 53. Financiamentos públicos (Financ) 52. Investimentos em bens transacionáveis (Invest. B.T) 18. Património histórico, arqueológico e cultural (Patrim.HAC) 3. Desemprego (Desempr)</p>	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MICMAC

O Plano em análise mostra-nos que, além destas, temos ainda as variáveis mediamente motrizes e/ou dependentes – “variáveis pelotão” –, que ocupam uma posição intermédia, difícil de caracterizar, e que segundo Perestrelo e Caldas (1996:85), só não são excluídas por “não existir prova” da sua irrelevância para a análise ao sistema. Na perspetiva de Godet (1993) o posicionamento das variáveis no Plano não nos permitem tirar grandes conclusões sobre o seu papel no sistema, isto é, não são suficientemente explícitas em termos de influência e dependência. No nosso entendimento, as variáveis pelotão à semelhança das variáveis excluídas não devem ser menosprezadas da análise ao sistema, tal como referimos anteriormente, estas variáveis devem ser analisadas na globalidade do sistema, contrariando a tendência, por vezes existente, dos académicos em assumir de forma automática um método de referência que pode condicionar negativamente os resultados da investigação.

O sistema em estudo (Cf. Figura 61) mostra-nos junto ao eixo cartesiano (horizontal e vertical) a concentração de sete variáveis pelotão relacionadas com questões sociodemográficas e turismo (sistema interno) e políticas públicas (sistema externo) que merecem alguma atenção, dado que numa fase inicial de desenho/montagem da estratégia de desenvolvimento territorial (iniciativa piloto das Aldeias Históricas de Portugal) elas foram encaradas precisamente como fazendo parte da solução dos problemas que atinge este território em reclusão. Junto ao eixo horizontal, onde por norma são visíveis as variáveis excluídas, surge a variável animação turística (Anim.Turís) com alguma influência no sistema, pois a inexistência de um plano de animação e/ou calendário de eventos no território das Aldeias Históricas de Portugal influencia a dinâmica do subsistema oferta turística, por um lado, e, por outro, revela uma forte dependência de outras variáveis para a sua existência, particularmente das variáveis motrizes. Obviamente que a ausência de um plano de animação capaz de dinamizar uma rede de visitação influencia o aumento dos ativos patrimoniais sem uso ou devolutos (Patrim.HAC), alguns dos quais alvo de financiamento público mas que acabam por encerrar aos visitantes face à fraca dinamização dos espaços. Esta situação constitui um reflexo da desarticulação das políticas públicas nos últimos anos e da incapacidade do poder público em construir uma estratégia de médio e/ou longo prazo para o território (Polit.Públ), isto é, houve um conjunto de investimentos em bens não transacionáveis (Invest.B.T.) no âmbito dos últimos quadros comunitários que foram incapazes de gerar impacto na economia local e de contrariar a taxa de desemprego

(Desempr) que atinge particularmente os mais jovens e os ativos mais velhos o que, por sua vez, conduz a pirâmides demográficas invertidas face ao envelhecimento populacional (Envelhec), tal como já se teve oportunidade de demonstrar anteriormente (Cf. capítulo 1, da Parte III). Situação que não surpreende, uma vez que, tratando-se de um território de baixa densidade, há uma forte dependência deste tipo de redes dos financiamentos e dos atores públicos com maior capacidade de decisão, o que se traduz numa falta de autonomia e sustentabilidade financeira (Financ).

Posto isto, parece assim evidente, de acordo com a interpretação das variáveis pelos 5 setores (Cf. Figura 61), que o sistema atual apresenta um baixo nível de estabilidade face ao fraco número de variáveis de referência (quadrante 1). Se observarmos, existe uma concentração de variáveis no primeiro e terceiro quadrante, embora o número de variáveis excluídas represente sérias ameaças ao funcionamento do sistema turístico, ou seja, o comportamento do sistema revela que há um conjunto de recursos para o desenvolvimento da atividade turística que não estão convenientemente valorizados, estruturados nem integrados na oferta. De acordo com Godet (1993:120) “a vantagem de um sistema estável é introduzir uma dicotomia entre variáveis motrizes, sobre as quais se pode agir ou não, e variáveis resultado que dependem das anteriores”. Ora isto significa que o ponto de partida para qualquer estratégia de atores tem que se iniciar nas variáveis do quadrante 1, sobre as quais se deve agir, para, posteriormente, obtermos resultados concretos no quadrante 3, invertendo assim o atual modelo de desenvolvimento territorial que se traduz num território em reclusão. Para isso, torna-se imperativo, compreender e explicitar o posicionamento das variáveis que não está muito explícito no Plano, tal como já se teve oportunidade de mencionar, através de uma classificação das variáveis por níveis de influência direta e por dependência direta.

A classificação das variáveis pode ser feita com recurso ao programa MICMAC, o qual ordena as variáveis do sistema por níveis de influência e dependência. Os dados constantes no quadro 23 confirmam que a variável de ligação território em reclusão (Territ.Rec) e as variáveis motrizes do sistema interno: municipalização da ADTAHP (Mun.ADTAHP), território de hierarquia verticalizada (Territ.H.V), marcas e estratégias no território (Marcas.Est) e cooperação interinstitucional (Coop.Inter), são as cinco variáveis com maior influência direta no sistema atual. Do mesmo modo, confirmamos que as variáveis resultado e a variável de ligação são as cinco variáveis com maior dependência direta no sistema atual, pela seguinte ordem: assimetrias intrarregionais

(Assimetria), estagnação económica (Estag.Econ), descrédito nas CM's e ADL's (Desc.CM.AD), território em reclusão (Territ.Rec) e perda de territorialidade (Perd.Terri). Estes dados vêm ao encontro do que temos vindo a referir a propósito dos fatores que influenciam fortemente este tipo de territórios em reclusão e que estão subjacente às questões de governança territorial que alimentam o atual modelo de desenvolvimento territorial e também à fragilidade e forte dependência destes territórios à ação das variáveis-chave do sistema (variáveis motrizes e de ligação). Constatase, igualmente, o efeito de ação e de retroação da variável de ligação – território em reclusão (Territ.Rec), pois é ao mesmo tempo muito influente e muito dependente (Cf. Quadro 23).

Neste contexto, importa ainda sublinhar a influência direta de algumas variáveis peloção de que são exemplo a animação turística (Anim.Turís), as políticas públicas (Polit.Públ), o envelhecimento populacional (Envelhec.) e o produto turístico AHP (ProdTurAHP) na análise do sistema em estudo (Quadro 23), classificação que acaba por confirmar a nossa perspetiva da importância destas variáveis na interpretação do sistema e a sua não exclusão.

Por outro lado, como se verifica no quadro de classificação, há variáveis que praticamente não influenciam diretamente o sistema e outras que não dependem de nenhuma das variáveis que integram o atual sistema. Assim, no caso das cinco variáveis menos influentes diretamente, temos: o mercado turístico (Mercado.Tu), Rede das Aldeias Históricas de Portugal (Rede.AHP), estruturas de missão (Estru.Mis), os territórios rede (TerritRede) e as redes multiescalares (Red.Multie). Já no que se refere às cinco variáveis menos dependentes, identifica-se o mercado turístico (Mercado.Tu), as estruturas de missão (Estru.Mis), os territórios rede (TerritRede), as redes multiescalares (Red.Multie) e as acessibilidades rodoviárias e ferroviárias (Acessib.RF). Efetivamente, se atendermos à natureza das variáveis, observamos que estamos perante variáveis potenciais do sistema externo que ainda não existem ou podem nunca existir (posicionadas no quadrante as variáveis excluídas), daí que não é possível medir os efeitos de influência ou dependência destas variáveis no funcionamento do sistema.

Quadro 23 - Classificação das variáveis do sistema atual, por influência direta e por dependência direta

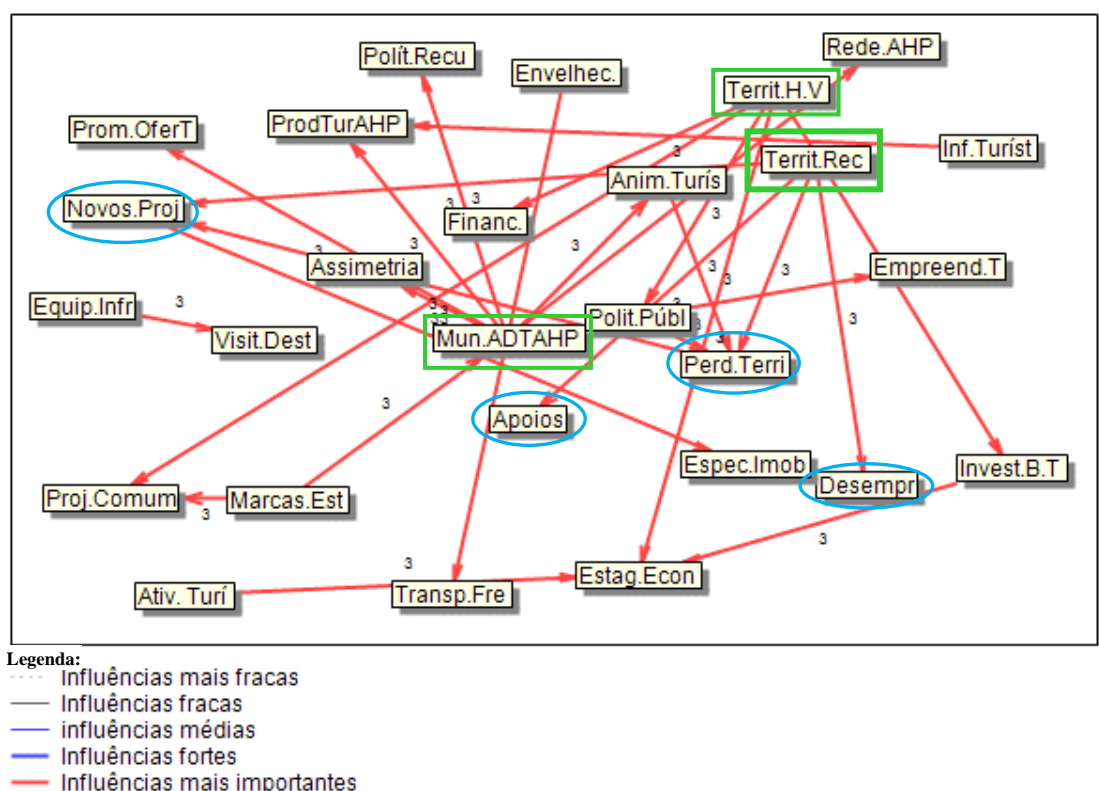
Influência Direta		Dependência Direta	
Posição	Variável (código)	Posição	Variável (código)
1	Territ.Rec	1	Assimetria
2	Mun.ADTAHP	2	Estag.Econ
3	Territ.H.V	3	Desc.CM.AD
4	Marcas.Est	4	Territ.Rec
5	Coop. Inter	5	Perd.Terri
6	Proj.Comum	6	ProdTurAHP
7	Anim.Turís	7	Patrim.HAC
8	Perd.Terri	8	Financ.
9	Polit.Públ	9	Desempr
10	ProdTurAHP	10	Proj.Comum
11	Envelhec.	11	Invest.B.T
12	Ativ.Turí	12	Patrim.Nat
13	Financ.	13	Coop.Inter
14	Estag.Econ	14	Turism.C.P
15	Apoios	15	Espec.Imob
16	Qualif.Pop	16	Novos.Proj
17	Equip.Infr	17	Polit.Públ
18	Empreend.T	18	Marcas.Est
19	Prom.OferT	19	Const.Int
20	Marca.AHP	20	ClassifAHP
21	Const.Int	21	Anim.Turís
22	Int.Eq.Inf	22	Rede.AHP
23	Invest.B.T	23	Polít.Rec
24	Rest.Comér	24	Visit.Dest
25	Novos.Proj	25	RecriaçãoR
26	RH.Qualif	26	Envelhec.
27	Infra.Bási	27	Mun.ADTAHP
28	Polít.Rec	28	Rest.Comér
29	IES.Desenv	29	Empreend.T
30	EquipColet	30	Apoios
31	Espec.Imob	31	Prom.OferT
32	Acessib.RF	32	Transp.Fre
33	Assimetria	33	Territ.H.V
34	Transp.Fre	34	Prod.Inov.
35	Inf.Turíst	35	Equip.Infr
36	Patrim.Nat	36	Agric.Trad
37	Desc.CM.AD	37	EquipColet
38	Patrim.HAC	38	IES.Desenv
39	Regresso.O	39	Qualif.Pop
40	Desempr	40	Marca.AHP
41	ClassifAHP	41	Divulg.Pro
42	Prod.Inov.	42	Inf.Turíst
43	Êxodo.Urb.	43	Int.Eq.Inf
44	Agric.Trad	44	Regresso.O
45	Visit.Dest	45	Êxodo.Urb.
46	Divulg.Pro	46	Ativ.Turí
47	RecriaçãoR	47	RH.Qualif
48	Proc.Turis	48	Proc.Turis
49	Turism.C.P	49	Infra.Bási
50	DestT.Prox	50	DestT.Prox
51	Red.Multie	51	Acessib.RF
52	TerritRede	52	Red.Multie
53	Estrut.Mis	53	TerritRede
54	Rede.AHP	54	Estrut.Mis
55	Mercado.Tu	55	Mercado.Tu

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MICMAC

No entanto, procurou-se conjugar a leitura das variáveis mais influenciadas pelas variáveis mais influentes através da produção de um Grafo das Influências Diretas (Cf. Figura 62), o qual nos mostra apenas as “influências mais importantes” do sistema por opção nossa. Neste caso, por exemplo, destacam-se a cor verde as três variáveis mais influentes do sistema: território em reclusão (Territ.Rec), municipalização da ADTAHP (Mun.ADTAHP) e território de hierarquia verticalizada (Territ.H.V).

No caso da variável território em reclusão (Territ.Rec) a forte influência incide sobre a perda de territorialidade (Perd.Terri), o acesso aos apoios nacionais e comunitários (Apoios), o desemprego (Desempr) e os novos projetos (Novos.Proj). Ora isto significa que há uma forte influência do território em reclusão nas mais diversas dimensões (produtivo, institucional, social e natural, por exemplo), o que se traduz numa perda de territorialidade, numa forte influência na incapacidade dos atores locais em pressionar os principais organismos para a criação de critérios de diferenciação para os territórios em reclusão no âmbito das políticas públicas, para além de influenciar o aumento da taxa de desemprego na classe etária dos mais jovens e dos ativos mais velhos face a fraca dinâmica económica. Realça-se, no entanto, a forte influência deste tipo de território em reclusão na atração de novos atores de origem urbana que tendem a desenvolver novos projetos associados às novas funções económicas das áreas rurais (turismo, agroindústria e alguma agricultura biológica).

Relativamente à variável território de hierarquia verticalizada (Territ.H.V), o grafo evidencia uma forte influência sobre políticas públicas (Polit.Públ), financiamentos públicos (Financ.), investimentos em bens transacionáveis (Invest.B.T) e projetos em comum (Proj.Comum). Ou seja, o atual modelo de governança territorial influencia fortemente o território com bloqueios e falta de capacidades dos atores locais para o desenvolvimento de projetos comuns, tornando o território num “doente crónico” com forte dependência do exterior para a sua sobrevivência. A isto acresce a influência deste modelo vertical e hierárquico, de cima para baixo, num sistema centralista *versus* localista, no desenho e implementação de políticas públicas vocacionadas e viciadas em bens não transacionáveis.

Figura 62 - Grafo das influências diretas

Fonte: Elaboração própria, a partir do *software* MICMAC

Na leitura ao grafo é visível, porém, que a variável municipalização da ADTAHP (Mun.ADTAHP) é a que regista o maior número de influências fortes, algo que merece particular atenção já que se manifesta através de um principais atores do sistema (Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal). Assim, o excesso de municipalização da associação tem forte influência num conjunto de variáveis do subsistema oferta turística³⁷⁰, isto é, o financiamento que é concedido para empreendimentos turísticos (Empreend.T) que apenas beneficiam o proprietário e família, a ausência de um plano de animação turística (Anim.Turís), a ausência de uma promoção da oferta turística (Prom.OferT) e a inexistência de um produto turístico AHP (ProdTurAHP), elementos que condicionam o funcionamento do subsistema turístico, acabando por influenciar as assimetrias intrarregionais (Assimetria). Por outro lado, acresce ainda a forte influência do excesso de municipalização da ADTAHP sobre o desconhecimento do cidadão comum da Rede das Aldeias Históricas de Portugal (Rede.AHP) e o desconhecimento da população local sobre a política de

³⁷⁰ A este respeito rever as propostas de modelos de sistema turístico, apresentados na secção 2.2., do capítulo 2, da Parte I.

intervenção/recuperação (Polít.Recu), particularmente dos critérios envolvidos no âmbito do Programa de Requalificação das Aldeias Históricas de Portugal.

Posto isto, importa agora conhecer os “efeitos escondidos” ou “variáveis ocultas” que têm, por vezes, uma forte influência no sistema em estudo mas que não se conseguem determinar através da análise das influências diretas. Por isso mesmo na próxima secção procura-se revelar as variáveis ocultas através do método MICMAC, analisando as relações indiretas entre as variáveis do sistema em estudo por cadeias de influência e elos de retroação.

1.3.2. Análise das influências indiretas do sistema

O estudo das relações indiretas entre as variáveis que compõem o sistema é o segundo nível de análise do sistema, sendo apresentada como a análise mais relevante do método MICMAC (Perestrelo, 2005; Saragoça, 2010). Na prática, pretende-se determinar os “efeitos escondidos” que não são detetáveis na análise das influências diretas e classificá-los segundo o seu grau de motricidade (influência) e dependência.

O procedimento para deteção das relações indiretas no método MICMAC é obtido através da Matriz de Influências Indiretas (MII), após a elevação da Matriz de Influências Diretas (MID) à potência (Cf. Quadro 2 do Anexo 10). Esta matriz fornece-nos um novo posicionamento das variáveis mais importantes do sistema por via da multiplicação matricial aplicada a uma classificação indireta, através da qual se determina a distribuição dos impactes pelos caminhos e pelos elos de retroação e, conseqüentemente, hierarquização das variáveis por ordem decrescente da soma em linha e coluna: por ordem de influência, tendo em conta o número de caminhos e de elos de comprimento 1, 2, ..., n de cada variável, e por ordem de dependência, tendo em conta o número de caminhos e circuitos de comprimento 1, 2, ..., n que chegam a cada variável (Godet, 1993; Perestrelo 2005). De acordo com Godet (1993), a classificação indireta permite classificar as variáveis mediante a influência que exercem ou sofrem, tendo por base o conjunto de relações identificado pela matriz da análise estrutural.

Para tornar a nossa descrição mais objetiva vejamos, então, os resultados da multiplicação matricial aplicada à nossa matriz estrutural (MID), descritos no Plano de influências e dependências indiretas. Da leitura da Figura 63 e do Quadro 24, constata-se que de uma forma global o sistema regista algumas mudanças quando se analisa do ponto de vista das relações indiretas. Assim, no primeiro setor, verificamos que as

sobre esta terá repercussões sobre as outras variáveis e um efeito de retorno sobre si própria.

Da distribuição das variáveis pelos quadrantes 1 e 2, confirma-se igualmente que apesar das ligeiras alterações, estas seis variáveis do sistema interno desempenham o papel de variáveis-chave do sistema, tal como tivemos oportunidade de defender anteriormente. É interessante constatar que as variáveis mais importantes para explicação do funcionamento do sistema estão igualmente relacionados com fatores de governança territorial e de dinâmicas territoriais (influência direta e indireta), sendo nestas que, com grande probabilidade, a ação dos atores do território tem recaído em termos de bloqueios e/ou influência. Por isso, as intervenções no território da Rede das Aldeias Históricas de Portugal não podem ser definidas sem atendermos às dimensões relativas à transição de modelos de governança territorial dos territórios em reclusão (construção de territórios horizontais), à necessidade de combater a interdependência local-global e à cultura de municipalismo e oportunismo que se traduz em coligações de interesses de atores públicos e privados, sendo particularmente visível nas estratégias de intervenção no âmbito das políticas públicas e junto das entidades responsáveis pela coordenação das mesmas (ex. Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal). Para isso, há que desenvolver novas centralidades de nível intermédio para aumentar a cooperação territorial descentralizada na construção de projetos comuns para o território.

No que respeita ao terceiro quadrante (variáveis resultado) também não há alterações substanciais quando comparadas com a análise das influências diretas, apenas se regista a entrada da variável “desemprego” (3) que no plano de influências/dependências diretas estava posicionada nas variáveis pelotão, por troca da variável “produto turístico AHP” (27) que passa a integrar o quadrante das variáveis excluídas no plano das influências indiretas. Tal significa que as influências indiretas revelam que a variável desemprego é uma variável resultado cuja evolução depende da ação das variáveis do quadrante 1 e 2, confirmando assim que as dinâmicas do território em reclusão e o modelo de governança explicam em muito o problema do desemprego. Já no que se refere à variável “produto turístico AHP”, verifica-se uma perda de posição do ponto de vista de funcionamento do sistema, o que se compreende tendo em conta que os outros elementos que deveriam integrar o produto turístico AHP encontram-se desligados do

sistema (variáveis excluídas), como já tivemos oportunidade de verificar na análise das influências diretas.

No quadrante 4 verificamos um acréscimo do número de variáveis excluídas face ao plano das influências/dependências diretas (Cf. Quadro 24), com a inclusão de mais quatro variáveis com pouco relevo para a explicação do funcionamento do sistema Rede das Aldeias Históricas de Portugal, tal como a entrada das variáveis “envelhecimento populacional” (1), “animação turística” (19) e “investimentos em bens não transacionáveis” (52) que no plano das influências/dependências diretas assumiam uma posição de importância mais intermédia em relação aos atores do sistema, para além da transição da variável “produto turístico AHP” (27) que abandonou a posição de variável resultado no sistema.

De uma forma global, podemos referir que existem, no que concerne às relações entre as variáveis do sistema, três alterações mais significativas face ao anterior Plano. A primeira consiste na entrada da variável “projetos em comum” (11) para o grupo das variáveis de ligação. A variável perde estabilidade pois deixa de ser uma variável muito influente e pouco dependente das outras variáveis do sistema (variável motriz) para passar a assumir uma posição mais instável, sendo objeto de fortes influências que se propagam ao conjunto do sistema (variável de ligação). Esta alteração não surpreende, se pensarmos que a inexistência de projetos em comum resulta do excesso de institucionalização e ausência de cultura de parceria entre os atores do território e que, por sua vez, os bloqueios e a incapacidade de trabalhar em rede influenciam fortemente a dinâmica económica do território e/ou funcionamento do sistema. A segunda diz respeito à transição da variável “produto turístico AHP” (27) do quadrante das variáveis resultado para uma posição pouco relevante ou se quisermos desligada do sistema. Por fim, a variável “desemprego” (3) que deixa de ocupar uma posição intermédia de difícil caracterização para passar a assumir uma posição muito dependente do comportamento dos restantes fatores (quadrante 1 e 2) mas pouco influente. Não menos relevante é sublinhar-se que as principais alterações entre os dois Planos incidem sobre variáveis do sistema interno.

Quadro 24 - Plano de influências/dependências indiretas

<p>1 - Variáveis Motrizes</p> <p>12. Território de hierarquia verticalizada (Territ.H.V) 15. Municipalização da ADTAHP (Mun.ADTAHP) 14. Cooperação interinstitucional (Coop.Inter) 9. Marcas e estratégias no território (Marcas.Est)</p>	<p>2 - Variáveis de ligação</p> <p>8. Território em reclusão (Territ.Rec) 11. Projetos em comum (Proj.Comum)</p>
<p>4 - Variáveis Excluídas</p> <p>1. Envelhecimento populacional (Envelhec) 19. Animação turística (Anim.Turís) 51. Desenvolvimento de atividades turísticas (Ativ.Turí) 55. Acesso aos apoios nacionais e comunitários (Apoios) 33. Intervenções e equipamentos/infraestruturas (Int.Eq.Inf) 27. Produto turístico AHP (ProdTurAHP) 21. Promoção da oferta turística (Prom.Ofert.Tur) 5. Rede de transportes coletivos e frequência de ligação (Transp.Fre) 28. Património natural e paisagístico (Patrim.Nat) 42. Reinvenção e recriação do mundo rural (RecriaçãoR) 10. Novos projetos (Novos.Proj) 31. Construções e intervenções urbanísticas (Const.Int) 49. Divulgação e promoção turística (Turism.C.P) 6. Equipamentos coletivos (EquipColet) 32. Especulação imobiliária (Espec.Imob) 36. Política de intervenção/recuperação (Polít.Recu) 20. Restauração e comércio (Rest.Comér) 46. IES no desenvolvimento territorial (IES.Desenv) 22. Qualificação dos recursos humanos (RH.Qualif) 2. Escolarização e qualificação da população (Qualif.Pop) 35. Empreendimentos turísticos (Empreend.T.) 26. Equipamentos e infraestruturas (Equip.Infr) 16. Marca Aldeias Históricas de Portugal (Marca.AHP) 52. Investimentos em bens transacionáveis (Invest. B.T) 34. Infraestruturas básicas (Infra.Bási) 30. Visitantes do destino turístico (Visit.Dest) 40. Acessibilidades rodoviárias e ferroviárias (Acessib.RF) 25. Informação turística (Inf. Turíst) 38. Êxodo urbano (Êxodo.Urb) 23. Produtos inovadores (Prod.Inov.) 17. Classificação AHP (Classif.AHP) 47. Rede das Aldeias Históricas de Portugal (Rede.AHP) 37. Regresso às origens (Regresso.O) 4. Agricultura tradicional de subsistência (Agric.Trad) 24. Divulgação e promoção do destino AHP (Divulg.Pro) 48. Procura turística do destino turístico AHP (Proc.Turís) 29. Destinos de proximidade (DestT.Prox) 50. Mercado turístico (Mercado.Tu) 44. Territórios rede (TerritRede) 45. Estruturas de missão (Estrut.Mis) 43. Redes multiescalares (Red.Multie)</p>	<p>3 - Variáveis de Resultado</p> <p>7. Perda de territorialidade (Perd.Terri) 39. Estagnação económica (Estag.Econ) 41. Assimetrias intrarregionais (Assimetria) 13. Descrédito nas CM e ADL's (Desc.CM.AD) 3. Desemprego (Desempr)</p>
<p>5 - Variáveis Pelotão</p> <p>53. Financiamentos públicos (Financ) 54. Políticas públicas (Polit.Públ) 18. Património histórico, arqueológico e cultural (Patrim.HAC)</p>	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MICMAC

Posto isto, importa agora aferir quais são as cinco variáveis indiretas mais influentes e dependentes no sistema, já que o Plano de motricidade/dependência apenas nos mostra o posicionamento das variáveis por quadrantes, mas não determina a classificação das variáveis no *ranking* de motricidade/dependência (direta e indireta).

De acordo com o Quadro 25, verificamos que as cinco variáveis indiretamente mais influentes no sistema Rede das Aldeias Históricas de Portugal são as mesmas em

relação à classificação direta, à exceção da ordem: território de hierarquia verticalizada (Territ.H.V.), território em reclusão (Territ.Rec), municipalização da ADTAHP (Mun.ADTAHP), cooperação interinstitucional (Coop.Inter) e marcas e estratégias do território (Marcas.Est). Com base nesta classificação, podemos referir que os fatores de governança territorial e de dinâmicas territoriais dominam o atual sistema à semelhança da influência direta. Assim, sem surpresa, constatamos que o excesso de institucionalização, a perda de dinâmica territorial, o associativismo convencional que funciona numa lógica utilitarista do poder local e de alguns atores privados privilegiados, as debilidades nas formas de cooperação interinstitucional e o caráter oportunista que predomina dos principais atores são fatores determinantes no funcionamento do atual sistema. Constata-se, igualmente, que as variáveis-chave do sistema são todas as variáveis com forte influência no sistema, ou seja, as variáveis motrizes e as variáveis de ligação, independentemente da sua influência direta ou indireta (Cf. Quadros 24 e 25).

Em relação às cinco variáveis indiretamente mais dependentes (Quadro 25), vemos que, há ligeiras alterações no *ranking* com a entrada da variável “desemprego” para a quinta posição, o que não surpreende já que passou a integrar o quadrante das variáveis de ligação (variáveis muito influentes e muito dependentes). Nesta classificação, a estagnação económica (Estag.Econ) é a variável indireta mais dependente, seguida das assimetrias intrarregionais (Assimetria), descrédito nas CM’s e ADL’s (Desc. CM.AD), território em reclusão (Territ.Rec) e desemprego (Desempr). Confirma-se, ainda, que a variável território em reclusão (Territ.Rec) é simultaneamente muito influente e muito dependente, pois além de incorporar os efeitos de propagação também tem em conta os de retroação (variáveis de ligação). Aliás, a classificação de dependência indireta está estritamente associada ao posicionamento das variáveis pelo quadrante das variáveis resultado e das variáveis de ligação.

Porém, importa referir que à semelhança da classificação das variáveis de influência/dependência direta também há variáveis que praticamente não influenciam indiretamente outras variáveis ou o sistema, isto é, não dependem de nenhuma das variáveis consideradas pelos atores do atual sistema (Cf. Quadro 25). Este facto refere-se sobretudo às variáveis potenciais do sistema externo, pela seguinte ordem: mercado turístico (Mercado.Tu), divulgação e promoção turística (Turism.C.P), rede das Aldeias Históricas de Portugal (Rede.AHP), estruturas de missão (Estrut.Mis) e territórios rede

(TerritRede). A classificação destas variáveis não é surpreendente, uma vez que, como referimos anteriormente, não é possível medir o efeito das variáveis potenciais sobre o sistema, pela simples razão de que, ainda, não existem ou estão a emergir (variáveis excluídas). Por isso mesmo, algumas dessas variáveis potenciais integram também o conjunto das variáveis menos dependentes indiretamente, como é o caso do mercado turístico (Mercado.Tu), procura turística do destino turístico AHP (Proc.Turís), estruturas de missão (Estrut.Mis), territórios rede (TerritRede) e redes multiescalares (Red.Multie).

Quadro 25 - Classificação das variáveis, por influência indireta e por dependência indireta

Influência Indireta		Dependência Indireta	
Posição	Variável (código)	Posição	Variável (código)
1	Territ.H.V	1	Estag.Econ
2	Territ.Rec	2	Assimetria
3	Mun.ADTAHP	3	Desc.CM.AD
4	Coop. Inter	4	Territ.Rec
5	Marcas.Est	5	Desempr
6	Proj.Comum	6	Perd.Terri
7	Financ.	7	Financ.
8	Perd.Terri	8	Patrim.HAC
9	Polit.Públ	9	Proj.Comum
10	Envelhec.	10	Coop.Inter
11	Estag.Econ	11	ProdTurAHP
12	Anim.Turís	12	Invest.B.T
13	Apoios	13	Marcas.Est
14	Ativ.Turí	14	Turism.C.P
15	Empreend.T	15	Patrim.Nat
16	IES.Desenv	16	Polit.Públ
17	Invest.B.T.	17	Envelhec.
18	Prom.OferT	18	Transp.Fre
19	ProdTurAHP	19	RecriaçãoR
20	EquipColet	20	Territ.H.V
21	Qualif.Pop	21	Anim.Turís
22	Desc.CM.AD	22	Novos.Proj
23	Espec.Imob	23	Constr.Int
24	Transp.Fre	24	Apoios
25	Rest.Comér	25	Rede.AHP
26	Equip.Infr	26	Mun.ADTAHP
27	Constr.Int	27	Espec.Imob
28	Int.Eq.Inf	28	Prom.OferT
29	Patrim.Nat	29	ClassifAHP
30	Novos.Proj	30	Polít.Recu
31	Regresso.O	31	EquipColet
32	Patrim.HAC	32	Empreend.T
33	Polít.Recu	33	IES.Desenv
34	Assimetria	34	Agric.Trad
35	RH.Qualif	35	Prod.Inov.
36	Prod.Inov.	36	Rest.Comér
37	RecriaçãoR	37	RH.Qualif
38	Infra.Bási	38	Êxodo.Urb.
39	Inf.Turíst	39	Equip.Infr
40	Marca.AHP	40	Int.Eq.Inf
41	Agric.Trad	41	Qualif.Pop
42	ClassifAHP	42	Ativ.Turí
43	Êxodo.Urb.	43	Visit.Dest
44	Desempr	44	Inf.Turíst
45	Visit.Dest	45	Marca.AHP

(continua)

(continuação)

46	Acessib.RF	46	Divulg.Pro
47	Proc.Turis	47	Infra.Bási
48	Divulg.Pro	48	Regresso.O
49	DestT.Prox	49	DestT.Prox
50	Red.Multie	50	Acessib.RF
51	TerritRede	51	Red.Multie
52	Estrut.Mis	52	TerritRede
53	Rede.AHP	53	Estrut.Mis
54	Turism.C.P	54	Proc.Turis
55	Mercado.Tu	55	Mercado.Tu

Fonte: Elaboração própria, a partir do *software* MICMAC

De um modo complementar, parece-nos relevante comparar o grau de motricidade/dependência direto e o grau de motricidade/dependência indireto, pois como já se teve oportunidade de verificar há algumas mudanças na hierarquização das variáveis entre os dois tipos de classificação, resultante dos efeitos indiretos. Esta comparação pode levar à confirmação da importância de determinadas variáveis ou à evidência de “efeitos ocultos” de variáveis que se julgavam, à partida, pouco importantes afinal, devido às ações indiretas, desempenham um papel importante na explicação do sistema e seria um erro negligenciá-las, como se constatará na próxima secção.

1.3.3. Comparação das classificações em motricidade/dependência dos dois sistemas: direto e indireto

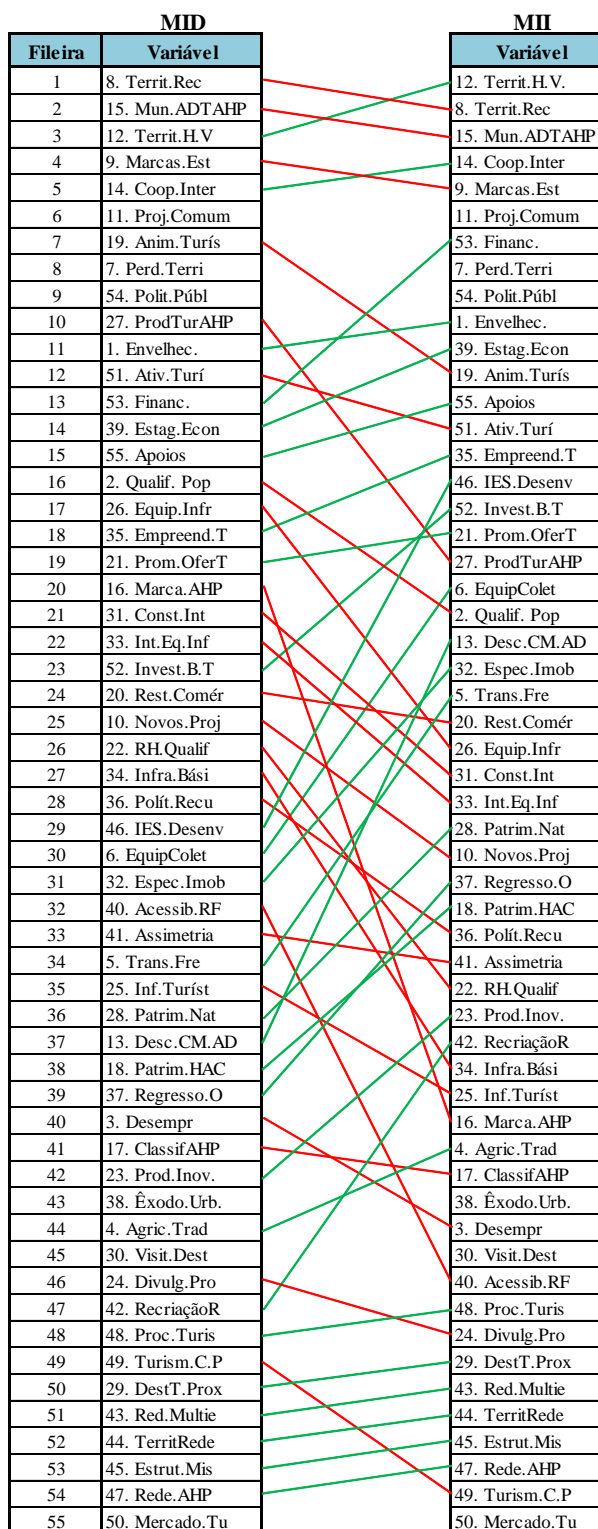
A análise ao sistema, como já se referiu, não pode ser feita apenas pela ação das relações diretas, já que a mesma tende a negligenciar as ações das relações indiretas – os “efeitos escondidos”. A comparação das classificações das variáveis através do programa MICMAC permite, no entanto, evidenciar que uma variável pode ter fortes efeitos diretos e fracos efeitos indiretos, por exemplo, tendo em conta o conjunto de relações que estabelece na matriz de análise estrutural (o que implicará uma reclassificação ou desclassificação na hierarquia), ou apenas confirmar que a classificação indireta não difere muito da classificação direta (Godet, 1998).

Analisando os resultados da comparação do sistema direto e indireto de influência (Cf. Quadro 26), confirma-se que uma análise ao posicionamento das variáveis apenas pelas influências diretas conduziria a ocultação das relações indiretas, efeitos que este Plano de influências revela. Por outro lado, constata-se que há neste processo de normalização dos planos de posicionamento das variáveis segundo a sua influência uma forte reclassificação e desclassificação na sua generalidade (traços de cor verde e vermelho), ou seja, há múltiplos deslocamentos no Plano entre influências diretas (coluna MID) e

indiretas (coluna MII), incluindo-se nestas, as influências mais fortes. Assim, nas cinco primeiras variáveis registam-se pequenos deslocamentos entre as variáveis-chave do sistema (variáveis motrizes e variável de ligação), ou seja, as variáveis mais influentes que condicionam o funcionamento do sistema e que por isso requerem particular atenção. A diferença mais significativa no *ranking* das 20 primeiras variáveis ocorre com a variável financiamentos públicos (Financ) que passa da 13^a posição para a 7^a posição. Nesta comparação, conseguimos, assim, ver emergir em motricidade uma variável até aqui associada ao conjunto das variáveis pelotão. Ora esta alteração é particularmente importante e não deve ser menosprezada na elaboração das estratégias de desenvolvimento regional, principalmente se se atender ao modelo de governança territorial que prevalece na Rede das Aldeias Históricas de Portugal, o qual provoca uma forte dependência de financiamentos públicos e dos atores públicos com maior capacidade de decisão. Esta atenção deverá passar igualmente pelas variáveis animação turística (Anim.Turís) e produto turístico Aldeias Históricas de Portugal (ProdTurAHP) mas em sentido oposto da anterior, isto é, há uma desclassificação na hierarquia das variáveis (a variável animação turística desce para 12^a posição e produto turístico AHP para 19^a posição), que foram definidas como vitais para diversificar a frágil económica local no âmbito dos Programas das Aldeias Históricas de Portugal³⁷¹.

Da leitura do Quadro 26, destaca-se ainda as reclassificações significativas das variáveis no Plano das influências indiretas: IES no desenvolvimento territorial (IES.Desenv), equipamentos coletivos (EquipColet), especulação imobiliária (Espec.Imob), rede de transportes coletivos e frequência de ligação (Trans.Fre) e descrédito nas CM's e ADL's (Desc.CM.AD); e as desclassificações das variáveis: marca Aldeias Históricas de Portugal (Marca.AHP) e acessibilidades rodoviárias e ferroviárias (Acessib.RF). Por outro lado, põe em evidência que as mais baixas classificações diretas e indiretas são ocupadas pelas variáveis potenciais com ligeiras alterações (exceção da variável mercado turístico que ocupa a mesma posição na classificação direta e indireta).

³⁷¹ Refira-se que estes elementos assumiram particular importância no plano de investimento do Programa de Ação da Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE (2007-2013) “Aldeias Históricas de Portugal – Valorização do Património Judaico”, tal como se teve oportunidade de demonstrar na secção 2.2., do capítulo 2, da Parte III.

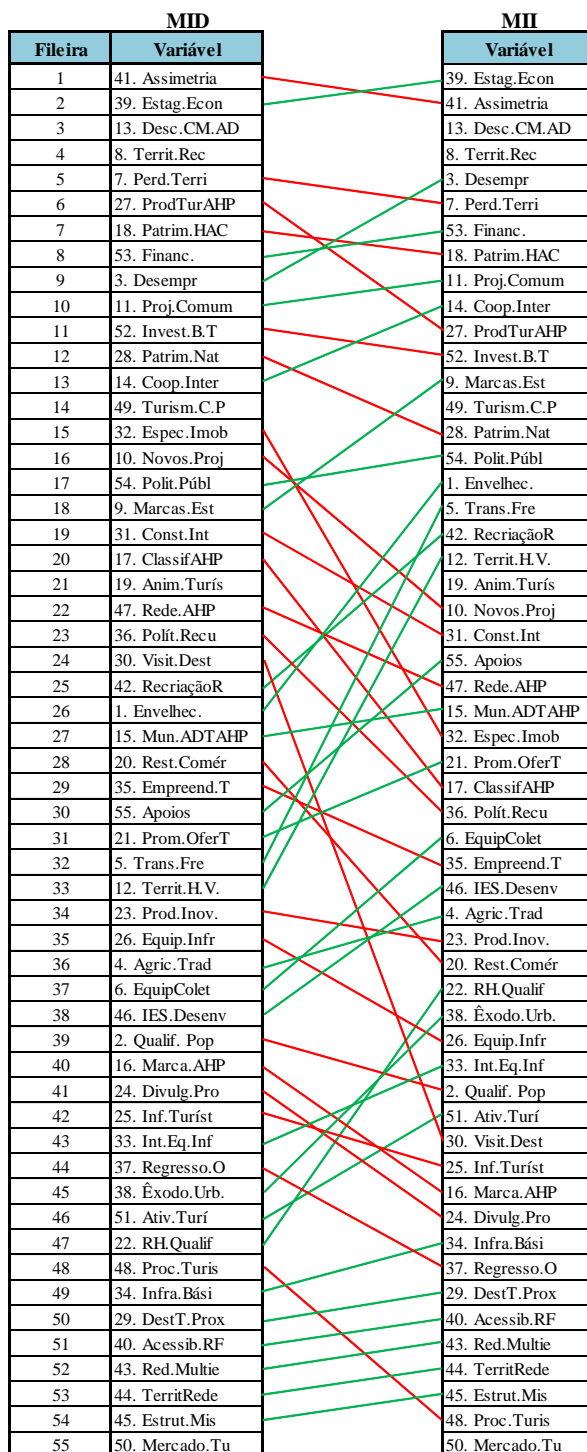
Quadro 26 - Posicionamento das variáveis segundo a sua influência

Fonte: Elaboração própria, a partir do *software* MICMAC

À semelhança do que acontece no Plano de influência, também o Plano de variáveis segundo a sua dependência (Cf. Quadro 27) apresenta diversas alterações no posicionamento das variáveis. O programa MICMAC permite verificar alterações

significativas quando passamos da classificação direta para a classificação indireta de uma forma generalizada (ainda que de forma mais intensa abaixo das primeiras cinco variáveis), confirmando uma vez mais a existência de efeitos ocultos indiretos entre as variáveis.

Quadro 27 - Posicionamento das variáveis segundo a sua dependência



Fonte: Elaboração própria, a partir do software MICMAC

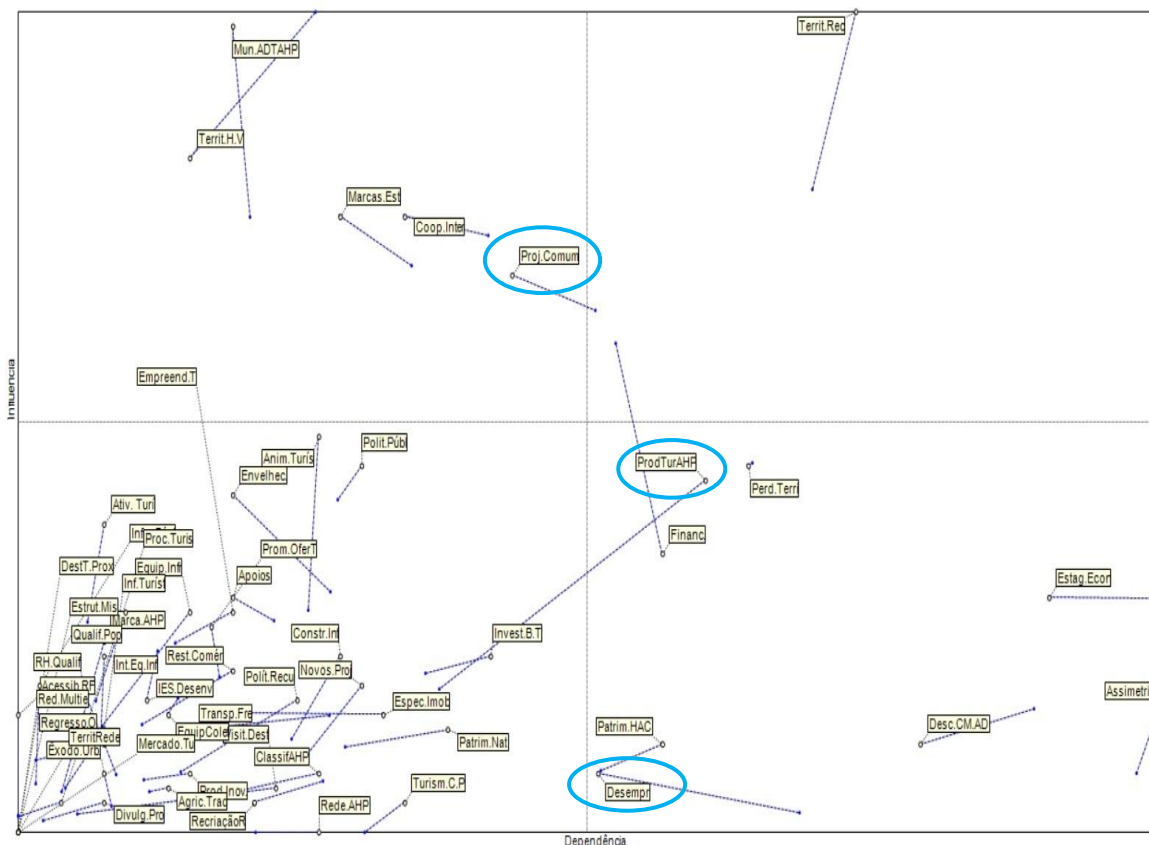
No que diz respeito às variáveis mais dependentes verifica-se, pelo Quadro 27, uma troca entre as variáveis estagnação económica (Estag.Econ) e assimetrias intrarregionais (Assimetria). Quer isto dizer que havia relações indiretas que não estavam a ser contempladas no grau de dependência da variável estagnação económica, relações indiretas que fazem desta a variável com maior dependência no sistema da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, seguindo-se as assimetrias intrarregionais no que se refere ao tecido produtivo, social, demográfico, serviços básicos, entre outras. Outro aspeto de particular relevância é o facto das primeiras posições serem ocupadas pelas variáveis resultado (variáveis muito dependentes e pouco influentes) e pela principal variável de ligação, ou seja: estagnação económica, assimetrias intrarregionais, descrédito nas CM's e ADL's, território em reclusão e desemprego. Aliás, esta última sofre uma reclassificação segundo as dependências indiretas, passando da 9ª para a 5ª.

De resto, os deslocamentos que ocorrem quando comparamos a classificação direta com a indireta, não são, como já anteriormente tínhamos constatado, alterações significativas face ao seu posicionamento no Plano de motricidade/dependência. A comprovar isto mesmo está o facto das variáveis do excluídas (variáveis pouco dependentes), ocuparem as últimas posições no Plano de dependências indiretas, à semelhança do que acontece no Plano de influências indiretas.

Se analisarmos o Plano de deslocamentos de classificação direta/indireta (Cf. Figura 64) registam-se apenas três alterações mais significativas, o que desde já leva a reconhecer a importância de comparação de classificação dos dois Planos de Influência/Dependência. Note-se o deslocamento da variável “projetos em comum” que passa de variável matriz para variável de ligação, alteração que se explicará pela sua forte influência e dependência que se reflete numa certa instabilidade pela ação que exerce sobre outras variáveis e pelos efeitos de retroação. Por outro lado, verifica-se um deslocamento da variável “produto turístico AHP” do quadrante 3 (variáveis resultado) para o quadrante 4 (variáveis excluídas). É verdade que a inexistência de um produto turístico estruturado com capacidade de reter os visitantes e provocar o aparecimento de novos equipamentos/infraestruturas, tende a esbater-se, fruto da influência das variáveis-chave do sistema (variáveis motrizes e variáveis de ligação). A par destas, registre-se o deslocamento da variável “desemprego” das variáveis pelotão para as variáveis resultado. Esta alteração justifica-se em pleno tendo em conta a influência das variáveis do quadrante 1 e 2, tal como tivemos oportunidade de constatar anteriormente.

Importa referir, contudo, que estas alterações não ocorrem apenas pelas relações diretas e indiretas entre as variáveis do quadrante 1 e 2, mas também pela ação das relações diretas e indiretas que compõem os restantes quadrantes do sistema, como temos vindo a argumentar, o que se reflete nos múltiplos deslocamentos da Figura 64, mas com menor expressividade.

Figura 64 - Plano de deslocamentos – classificação direta/indireta



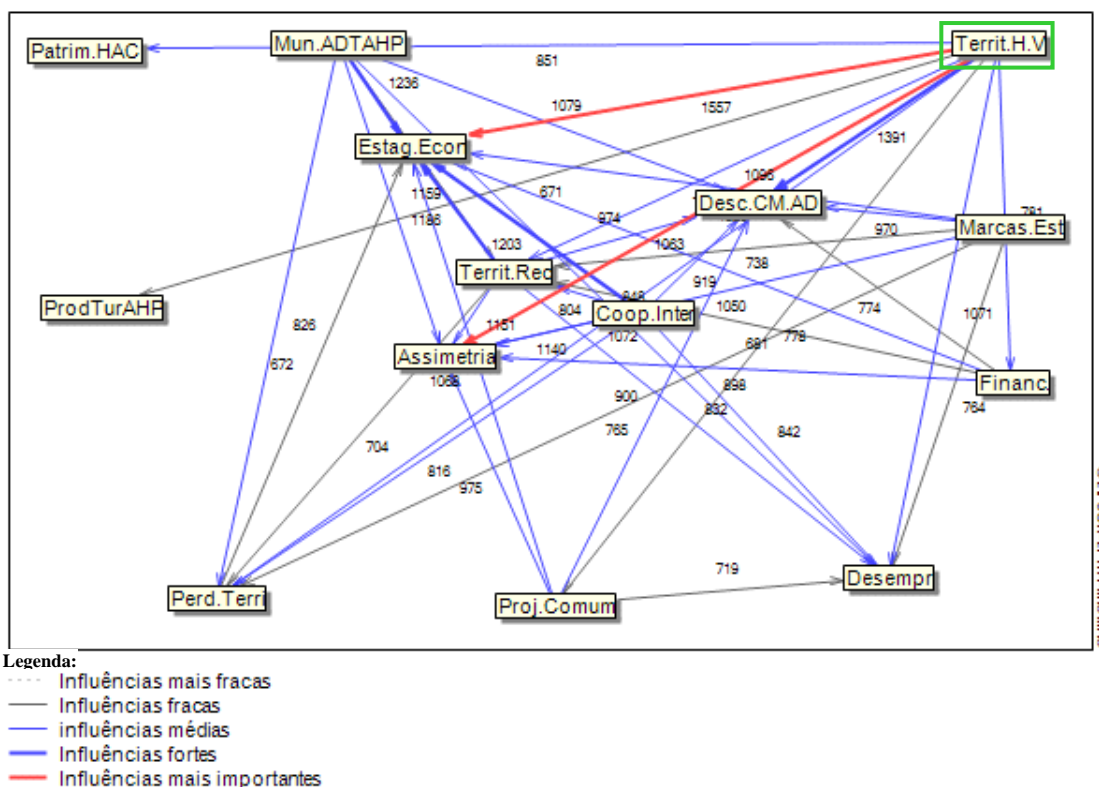
Fonte: Elaboração própria, a partir do *software* MICMAC

Para finalizar a análise comparativa entre sistemas (direto e indireto), apresentamos um grafo de sistematização das influências indiretas (Figura 65), o qual nos revela as variáveis mais influentes e as variáveis mais dependentes do sistema Rede das Aldeias Históricas de Portugal. O grafo das influências indiretas, determinado a partir da sistematização de todas as variáveis do sistema em estudo, permite-nos constatar que a variável “território de hierarquia verticalizada” (Territ.H.V) exerce uma influência indireta muito importante (forte) sobre a variável “estagnação económica” e na variável “assimetrias intrarregionais”, o que confirma a forte dependência destas duas variáveis resultado. Esta variável exerce, ainda, uma influência relativamente importante no

“descrédito nas CM’s e ADL’s” (Desc.CM.AD), algo que merece particular atenção já que estamos perante dois atores do sistema.

Como se pode observar, é o modelo de governança territorial de natureza hierárquico e verticalizado pela política partidária que condiciona fortemente a Rede das Aldeias Históricas de Portugal cujo funcionamento se faz, exclusivamente, por dois níveis do poder público: poder central e local, sem qualquer nível intermédio (regional). O que daqui resulta é um território clientelar e burocrático, subordinado e hegemónico pelo poder central, onde os atores do território não têm capacidade de diálogo com a administração central e acabam por ser facilmente capturados pela administração municipal que não possui autonomia nem competências para a construção de novas configurações territoriais – novo modelo de governança territorial –, capaz de promover o lado virtuoso da baixa densidade nos processos de desenvolvimento territorial (Covas e Covas, 2015), por exemplo, e com isso criar dinâmica social e económica nos territórios em reclusão. Dito de outro modo, a ausência de capital humano, a ausência de governança local e a frágil estrutura de produtiva, por um lado, e o excesso de municipalização que retira capacidade institucional e individual, por outro, provocaram uma forte estagnação económica e um agravamento das assimetrias intrarregionais. Para ilustrar essa incapacidade basta verificar a influência exercida pelo “território de hierarquia verticalizada” (Cf. Figura 65) na atividade económica que ficou, igualmente, prisioneira desta dicotomia política (centralismo e localismo), de um lado, o poder central atrofiou a capacidade de autonomia política e económica, do outro, a proliferação do poder local foi incapaz de promover investimentos estruturantes, aliás limitou-se a coordenar esta relação funcional verticalizada com a realização de investimentos em bens não transacionáveis (infraestruturas e equipamentos). Neste contexto, não surpreende o aumento das assimetrias intrarregionais ao nível do tecido produtivo, demográfico, serviços básicos, entre outros fatores.

Figura 65 - Grafo de sistematização das influências indiretas



Fonte: Elaboração própria, a partir do *software* MICMAC

Os dados do grafo revelam também que o território de hierarquia verticalizada exerce uma influência “relativamente importante” sobre o descrédito nas câmaras municipais e associações de desenvolvimento local (Desc.CM.AD), o que resulta numa perda de credibilidade face ao excesso de municipalismo que é praticado no âmbito do quadro administrativo convencional de tutela exercida pelo poder central que retira liberdade às populações em “produzir território” e/ou participar nos processos de desenvolvimento territorial, ao mesmo tempo que utiliza as associações de desenvolvimento para fomentar a criação de “sindicatos de votos” e alimentar grupos de interesses locais e regionais – polarização das relações (Baptista, 1999). Importa acrescentar que o território de hierarquia verticalizada exerce, ainda, “influência média” sobre as variáveis: território em reclusão (Territ.Rec), perda de territorialidade (Perd.Terri), financiamentos públicos (Financ), mas também no desemprego (Desempr) e no património histórico, arqueológico e cultural (Patrim.HAC).

Por outro lado, o grafo de sistematização das influências entre variáveis põe em evidência que a estagnação económica é influenciada por variáveis motrizes e variáveis de ligação, entre as quais: território de hierarquia verticalizada (Territ.H.V),

municipalização da ADTAHP (Mun.ADTAHP), cooperação interinstitucional (Coop.Inter) e projetos em comum (Proj.Comum), território em reclusão (Territ.Rec) e marcas e estratégias (Marcas.Est). Estas influências confirmam assim a forte ação das variáveis de dinâmica territorial e governança territorial no sistema Rede das Aldeias Históricas de Portugal, por um lado, e, por outro, determinam que é sobre estes fatores do sistema interno que condicionam fortemente a dinâmica do sistema que a ação dos atores do território deverá passar na construção de novas formas de ação coletiva e novas territorialidades.

Para terminar procede-se à elaboração de uma síntese das principais influências das variáveis-chave sobre as outras variáveis do sistema, respondendo assim ao principal objetivo da análise estrutural – redução da complexidade do sistema às variáveis essenciais –, conforme se demonstra no Quadro 28:

Quadro 28 - Sistematização das variáveis-chave do sistema e suas influências mais significativas

Tipo de variável	Variável-chave	Variáveis mais influenciadas pela variável-chave
<i>Variáveis motrizes</i>	Território de hierarquia verticalizada	- Estagnação económica; - Assimetrias intrarregionais; - Descrédito nas CM's e ADL's; - Perda de territorialidade; - Património histórico, arqueológico e cultural; - Desemprego; - Financiamentos públicos - Território em reclusão;
	Municipalização da ADTAHP	- Estagnação económica; - Assimetrias intrarregionais; - Descrédito nas CM's e ADL's; - Desemprego; - Perda de territorialidade;
	Marcas e estratégias no território	- Estagnação económica; - Assimetrias intrarregionais; - Descrédito nas CM's e ADL's;
	Cooperação interinstitucional	- Estagnação económica; - Território em reclusão; - Assimetrias intrarregionais; - Perda de territorialidade; - Desemprego; - Descrédito nas CM's e ADL's;
<i>Variáveis de ligação</i>	Território em reclusão	- Estagnação económica; - Desemprego; - Descrédito nas CM's e ADL's; - Assimetrias intrarregionais;
	Projetos em comum	- Estagnação económica; - Descrédito nas CM's e ADL's; - Assimetrias intrarregionais;

Fonte: Elaboração própria

1.4. Considerações finais

A análise estrutural permitiu-nos reduzir a complexidade do sistema após uma descrição exaustiva dos atores (sistema interno e envolvente externa), com auxílio de uma matriz que possibilitou determinar e hierarquizar as variáveis-chave da Rede das Aldeias Históricas de Portugal. Concretamente, a análise estrutural com recurso ao método MICMAC permitiu estudar as relações entre as variáveis e pôr em evidência as variáveis mais importantes do sistema em estudo que são as variáveis de ligação e as variáveis motrizes, as quais integram o sistema interno. Segundo os dados da matriz de influências as variáveis mais influentes e pouco dependentes (variáveis-motrizes) do sistema são: i) território de hierarquia verticalizada; ii) território em reclusão; iii) municipalização da Associação de Desenvolvimento Turístico Aldeias Históricas de Portugal; iv) cooperação interinstitucional; v) marcas e estratégias no território e; vi) projetos em comum.

A classificação indireta das variáveis segundo a sua motricidade e dependência através do método MICMAC revela que metade das variáveis-chave são, simultaneamente, muito influente e muito dependente (Cf. Quadro 29), sendo disso exemplo as duas variáveis de ligação (território em reclusão e projetos em comum), confirmando assim a sua instabilidade face aos efeitos de retroação. A estas acresce a cooperação interinstitucional (variável motriz), a perda de territorialidade (variável resultado) e, ainda, os financiamentos públicos (variável pelotão). Estes resultados permitem-nos reforçar a ideia de que todas as variáveis desempenham um papel no funcionamento do sistema, independentemente do seu posicionamento no sistema, mas também revelam uma certa instabilidade, tendo em conta o número de variáveis de ligação, variáveis excluídas e variáveis pelotão. Por isso, qualquer ação futura no sistema deverá incidir nestas 10 variáveis mais influentes e assim minimizar ou ultrapassar os problemas que atingem o sistema (variáveis muito dependentes).

Efetivamente, a dinâmica do sistema é fortemente influenciada pela ação das variáveis motrizes relativas às dinâmicas territoriais (território em reclusão; marcas e estratégias no território; perda de territorialidade), à governança territorial (território de hierarquia verticalizada; municipalização da ADTAHP; cooperação interinstitucional; projetos em comum), à ação das políticas públicas (financiamentos públicos e políticas públicas) e às questões sociodemográficas (envelhecimento populacional), conforme quadro síntese da hierarquização das variáveis por motricidade e dependência (Quadro 29).

Quadro 29 - Sistematização das variáveis mais influentes e das variáveis mais dependentes do sistema em estudo

10 Variáveis mais influentes	10 Variáveis mais dependentes
- Território de hierarquia verticalizada	- Estagnação económica
- Território em reclusão	- Assimetrias intrarregionais
- Municipalização da ADTAHP	- Descrédito nas CM's e ADL's
- Cooperação interinstitucional	- Território em reclusão
- Marcas e estratégias no território	- Desemprego
- Projetos em comum	- Perda de territorialidade
- Financiamentos públicos	- Financiamentos públicos
- Perda de territorialidade	- Património histórico, arqueológico e cultural
- Políticas públicas	- Projetos em comum
- Envelhecimento	- Cooperação interinstitucional

Fonte: Elaboração própria

Por outro lado, a sistematização das variáveis mais influentes no sistema permitiu-nos verificar que a variável mais relevante do sistema – território de hierarquia verticalizada –, exerce uma influência indireta muito forte sobre a estagnação económica e as assimetrias intrarregionais. Quer dizer, a escassez de atividades alternativas às tradicionais (agricultura e floresta) é uma “vítima” do modelo de governança dual central-local, no qual a administração local é utilizada para legitimar esta relação funcional verticalizada e que, de resto, confunde, habitualmente, produção de infraestruturas e equipamentos com investimento em bens transacionáveis no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento local, regional e territorial. Por sua vez, este excesso de institucionalização que retira capacidade competitiva ao território tende a provocar um aumento das assimetrias porque um território que fica sem atividade económica perde, conseqüentemente, pessoas e serviços básicos. Destas influências depreende-se, também, uma forte intervenção do poder público (câmaras municipais) na ação desta variável-chave que bloqueia fortemente a dinâmica do sistema em estudo. A comprovar a forte intervenção do poder local na dinâmica do território está a influência da Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal sobre a variável de estagnação económica. Estamos perante uma entidade excessivamente municipalizada que condiciona a participação de outros atores da Rede (incluindo população local) no processo de desenvolvimento, o que se reflete na perda de interesse e envolvimento dos atores privados. Aliás, a estagnação económica é influenciada

ainda, de forma relativamente significativa, pela variável cooperação interinstitucional e território em reclusão, isto é, ausência de uma cultura de parceria no território para o desenho de estratégias comuns, mas também crescente isolamento, despovoamento, envelhecimento e perda de dinâmica económica.

Convém notar que a ação da variável hierarquia verticalizada influencia ainda, de forma significativa, a variável descrédito nas câmaras municipais e associações de desenvolvimento local face à ausência de intervenção e de transparência junto das populações locais e à instrumentalização das associações para captura de “votos” e alimentação de clientelas locais por via do sistema de incentivos.

Para terminar esta secção gostaríamos de identificar alguns dos principais atores-chave com base nas relações entre as variáveis do sistema: câmaras municipais, associações de desenvolvimento (local, regional e territorial), Entidade Regional do Turismo Centro de Portugal, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Direção Geral da Cultura do Centro, empresas de animação turística, restauração e alojamento. Daqui, é possível avançar para a segunda fase do método dos cenários: Análise do Jogo de Atores através do método MACTOR (Método Atores, Objetivos, Relações de Força).

2. Análise estratégica de atores

No capítulo anterior procedemos à redução da complexidade do sistema com a identificação das relações entre as variáveis, determinação das principais variáveis do sistema em estudo e hierarquização das variáveis por ordem de motricidade e dependência (direta e indireta) e, ainda, identificação dos atores mais diretamente envolvidos por essas variáveis. Ora é justamente em torno desta reflexão sobre a dinâmica existente entre variáveis do sistema e vinculação de atores a estas variáveis que se faz a ligação para a Análise Estratégica de Atores.

Este segundo capítulo é dedicado à análise da estratégia de atores, segunda fase do Método dos Cenários, considerada como a etapa mais importante, dado que identifica os principais atores que compõem o sistema e avalia os interesses e/ou possível atuação destes nas variáveis-chave, através do MACTOR (Método Atores, Objetivos, Relações de Força) desenvolvido por Michel Godet³⁷² (1993). A Análise Estratégica de Atores, tal como referimos anteriormente, é baseada na teoria dos jogos e procura avaliar as relações de força existentes entre atores e estudar as suas convergências e divergências relativamente a um certo número de desafios estratégicos e objetivos que lhes estão associados, com vista à elaborar uma série de recomendações estratégicas e especificar as condições de viabilidade da sua implementação.

De acordo com Perestrelo (2000) a metodologia da análise estratégica de atores assume-se como um instrumento de excelência para simplificar e organizar a informação de uma forma sistemática, analisar as relações entre os atores e seu posicionamento em relação aos objetivos, para além de permitir a formalização de recomendações estratégicas segundo os interesses dos atores. Este instrumento constitui, na nossa opinião, uma das mais importantes formas de compreensão da rede de relações que é mantida entre os múltiplos atores do sistema, com o desenvolvimento das seis etapas³⁷³ do método do Godet (1993). Neste exercício prospetivo, iremos apenas realizar as principais etapas, a saber:

1. Recenseamento dos principais atores e construção do quadro estratégico dos atores;
2. Estudo da relação de forças existentes entre os atores;
3. Estudo do posicionamento dos atores perante os objetivos;

³⁷² A este propósito rever a secção 2.2., do capítulo 2, da Parte II.

³⁷³ Recorde-se as principais etapas do método na secção 2.2., do capítulo 2, da Parte II.

4. Estudo do grau de mobilização e convergência dos atores face aos objetivos.

Antes de se avançar para a análise, convém sublinhar que os dados para a concretização desta análise estratégica de atores foram obtidos por inquérito por questionário junto dos informantes-chave da Rede das Aldeias Históricas de Portugal (Cf. Anexo 6). Este instrumento foi construído perante a necessidade de se recolher informação detalhada de cada ator para a realização da análise estratégica de atores, nomeadamente: objetivos estratégicos, meios de ação, obstáculos à concretização dos objetivos, potenciais interesses e conflitos entre atores e estratégias territoriais para o sistema em estudo (Rede das Aldeias Históricas de Portugal).

2.1. Recenseamento dos principais atores do sistema

Ao considerar a análise estratégica de atores como uma das principais etapas do planeamento estratégico, não apenas como instrumento de apoio à decisão da equipa de trabalho e/ou responsáveis do plano, mas como uma forma de envolver e implicar os atores em processos de desenvolvimento local, regional e territorial, torna-se preponderante clarificar o papel do ator neste processo, apesar das dificuldades e ambiguidades na sua definição³⁷⁴.

De acordo com Godet (1993:69) os atores são aqueles que “desempenham um papel importante no sistema por intermédio das variáveis que caracterizam os seus projectos e que controlam mais ou menos”. O ator pode ser uma pessoa, uma instituição, um grupo de indivíduos, ou um grupo de instituições “cujos interesses são afectados pelos objectivos ou actividades de um projeto (...), quer por possuírem informações, recursos, experiência para a formulação das estratégias e implementação, quer por constituírem o público a quem se destinam as acções” (Guerra, 2006:111). Quer isto dizer que a noção de ator deve ser entendida em sentido lato, englobando todos os que direta ou indiretamente influenciam e/ou são influenciados por variáveis num determinado contexto de ação, isto é, a estrutura do sistema que congrega a ação dos diferentes atores para além de influenciar a ação dos atores também é influenciada pelos atores, os quais procuram ir ao encontro das suas necessidades e dos seus interesses. Talvez por isso Godet (1993:33) considere que os atores “podem desempenhar um papel de motor ou de

³⁷⁴ Recorde-se a este propósito algumas das definições apresentadas na secção 3.3.1., do capítulo 3, da Parte I.

travão de evolução” num determinado sistema de ação como, por exemplo, o sistema turístico de uma rede de aldeias. Mas, como já se referiu anteriormente, os atores distinguem-se pelas funções que desempenham no sistema e pelo seu maior ou menor poder de influência na tomada de decisões e/ou nos processos de mudança, porque nem todos têm a mesma legitimidade ou o mesmo grau de intervenção no jogo de atores, para além de que nem todos apresentam a mesma tipologia (natureza, dimensão, escala de intervenção, conhecimento e/ou experiência, capital económico, poder político, por exemplo). A estes fatores acresce as diferentes relações de intensidade entre atores e objetivos que resulta das diferentes prioridades e/ou interesses dos atores para o sistema.

Os dados da análise estrutural revelaram que, no sistema Rede das Aldeias Históricas de Portugal, há atores com diferentes capacidades de intervenção na ação das diferentes variáveis, alguns dos quais condicionam fortemente o funcionamento do sistema. Na generalidade dos trabalhos prospetivos, a escolha dos atores para a análise estratégica de atores faz-se segundo as variáveis fundamentais reveladas na análise estrutural. No nosso trabalho, optou-se por selecionar um grupo de atores que têm um papel fundamental na evolução das variáveis dos vários subsistemas do sistema turístico, uma vez que o conjunto de variáveis-chave não reflete na íntegra as áreas em estudo. Por outro lado, como temos vindo a salientar, qualquer processo de desenvolvimento do território requer a participação dos diversos atores do sistema, particularmente quando os sistemas são complexos, como é o caso da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, contrariando os fracassos de projetos de índole tecnocrático que não contemplam o envolvimento dos atores do território nos processos, tal como sucede no caso do turismo. Neste caso, houve a preocupação em incluir e garantir uma representatividade dos atores cujo posicionamento se entendeu como importante para o processo de desenvolvimento do território, tendo em conta as suas características e inter-relações do passado recente e do presente do sistema.

No sistema em estudo, a escolha de atores recaiu sobre organismos da administração pública (central, regional e local), associações de desenvolvimento local/regional (GAL's), empresas (animação turística/artesanato, restauração e hotelaria), como se pode constatar no Quadro 30. Esta tarefa de escolha dos atores com impacte no sistema em estudo contou com a colaboração de dois investigadores seniores, uma tarefa que

teve como base orientadora a seleção de indivíduos/entidades³⁷⁵ que, à partida, detêm, pela posição que ocupam um papel estruturante na animação e no desenvolvimento de projetos no território (investimentos no âmbito das políticas públicas), para além das suas competências e conhecimentos privilegiados sobre o modelo desenvolvimento adotado no âmbito da iniciativa piloto das Aldeias Históricas e respetivos programas de apoio. Esta seleção resultou em 47 atores recenseados, distribuídos por três níveis territoriais (nacional, regional e local), os quais foram convidados a participar nesta análise estratégica de atores através do preenchimento do inquérito por questionário (Cf. Anexo 6), tendo-se obtido 37 respostas³⁷⁶.

Dos resultados obtidos, houve a necessidade de agregar por tipologia alguns dos atores recenseados, tendo em conta a sua fraca associação com as variáveis mais significativas do sistema segundo a análise estrutural. Assim, por exemplo, considerou-se as microempresas de animação turística e de artesanato, restauração e hotelaria como um único ator em função das suas características³⁷⁷, como se pode verificar no Quadro 30.

Quadro 30 - Principais atores do sistema Rede das Aldeias Históricas de Portugal

Ator	Código
INATEL	INATEL
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	CCDRC
Turismo do Centro	T.Centro
Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal	ADTAHP
Direção Regional da Cultura do Centro	DRCC
Animação/artesanato	Anim.Art
Restauração	Restaur.
Hotelaria	Hotelar.
Grupo de Ação Local Pro-Raia	PRO.RAIA
Grupo de Ação Local Raia Histórica e Castelos do Côa	RAIA.HIST
Grupo de Ação Local ADRUSE	ADRUSE
Grupo de Ação Local ADIBER	ADIBER
Câmara Municipal de Mêda	CMMeda
Câmara Municipal de Trancoso	CMTranc
Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo	CMFCRodr
Câmara Municipal de Almeida	CMAlmeid

(continua)

³⁷⁵ Nesta seleção foram contemplados os atores identificados pelos especialistas na entrevista exploratória.

³⁷⁶ Na secção 3.2.3., apresentámos a justificação para a não resposta de 10 dos informantes-chave recenseados, entre os quais: Turismo e Portugal; Direção-Geral do Património Cultural; RUDE – Associação de Desenvolvimento Rural; Casas do Coro, Hotel Belsol, Quinta do Ouriço e Residencial D. Dinis (alojamento); O Lagarto, Granitus e Casa do Castelo (restauração).

³⁷⁷ Foram agregados seis atores de animação/artesanato (YTravel, Edeventos, Beltour Turismo e Eventos, Rotas d'Almeida Unipessoal, Lda, Casa da Lagariça e Casa da Prisca); quatro atores da área da restauração (Cova da Loba, D. Sancho I, Talmeyda e O Magriço) e oito atores da área da hotelaria (Pousada Convento de Belmonte, Hotel de Turismo de Trancoso, Hospedaria do Convento, Pousada Senhora das Neves, Casa Petrus Gutteri, Solar D. Silvestre, Casa do Corro e Casa de Campo Villa Veteris).

(continuação)

Câmara Municipal de Celorico da Beira	CMCBeira
Câmara Municipal de Belmonte	CMBelmon
Câmara Municipal do Sabugal	CMSabug
Câmara Municipal do Fundão	CMFund
Câmara Municipal de Idanha-a-Nova	CMINova
Câmara Municipal de Arganil	CMArgan

Fonte: Elaboração própria

Uma análise breve aos atores recenseados do sistema em estudo permite-nos constatar que a seleção incidu em entidades com representação e envolvimento relevante no sistema e com participação efetiva no âmbito das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do território, nos últimos anos. Como referimos anteriormente, um dos aspetos característicos da iniciativa piloto de requalificação foi o envolvimento e a dinamização de parcerias entre os atores locais (autarquias, associações de desenvolvimento, empresários e população) e os atores da administração central e regional (desenvolvimento regional, cultura e turismo), em projetos localmente implementados³⁷⁸, nas mais diversas áreas: criação de empresas de animação turística, artesanato, gastronomia e alojamento, mas também na distribuição turística e de animação da Rede (INATEL e Associações Leader/GAL's, por exemplo) (CCDRC, 2015). Esta questão está, aliás, bem patente na legislação que estipula a intervenção “Aldeias Históricas de Portugal” com a indicação da entidade coordenadora do projeto (CCDRC) e as entidades parcerias³⁷⁹, isto é, as entidades elegíveis para a apresentação de projetos.

Neste processo de desenvolvimento territorial, é notório o esforço da entidade coordenadora (CCDRC) em envolver e coresponsabilizar os diversos atores em torno de objetivos comuns e projetos transversais (Boura, 2004). No entanto, e de acordo com a técnica coordenadora do Programa AHP, a envolvimento dos diversos atores locais e sua articulação nos três níveis (local, regional e central) exigiu “tempo, disponibilidade de negociação permanente e capacidade de monitorização das opções assumidas” (Boura, 2004:126). Apesar deste esforço no sentido de mobilização dos atores para o processo de desenvolvimento, o modelo de governança foi interrompido pela ADTAHP no anterior período de programação (2007-2013), tendo, ao invés, promovido um modelo de matriz setorial e centralizada, com menor participação e concertação de poderes

³⁷⁸ A este respeito ver na secção 2.2., do capítulo 2, da Parte III, as diversas tipologias de projetos implementados no âmbito do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal (entre 1994 e 2006).

³⁷⁹ Ver o Despacho Normativo n.º 2/95.

públicos (locais, regionais e nacionais), privados e associativo, como já se teve oportunidade de demonstrar (Cf. secção 2.2., do capítulo 2, da Parte III). Este facto encontra-se bastante visível na análise estrutural face a incapacidade e aos bloqueios dos principais atores na construção de projetos em comum (sobreposição de interesses políticos e individuais), para além de uma influência significativa dos principais atores nas diferentes marcas e estratégias de desenvolvimento territorial, ou seja, não há um ator-rede que mobilize atualmente os diversos atores com relevância no funcionamento do sistema (internos e externos) para a conceção e implementação de estratégias comuns.

Estes dados são igualmente identificados por um grupo restrito de atores do território, num estudo de avaliação da estratégia e do processo de implementação da Estratégia de Eficiência Coletiva (PROVERE 2007-2013), os quais referem que a estratégia não favoreceu as dinâmicas entre atores (públicos e privados), o que se reflete numa incapacidade de envolver e desenvolver atividades conjuntas dos associados da ADTAHP e que se agrava face aos “bloqueios” dos atores não associados que dificultam a implementação da estratégia (SPI, 2013).

Posto isto, concluímos que existe uma diversidade de atores com diferentes competências e intensidades de participação que acabam por se refletir nos objetivos e estratégias a empreender. Por esse motivo, a próxima tarefa passa pela identificação dos desafios estratégicos e objetivos associados que se colocam à Rede das Aldeias Históricas de Portugal.

2.1.1. Desafios estratégicos e objetivos dos atores

Detetados os atores-chave do sistema, procedeu-se com base na informação estatística refletida no diagnóstico e na informação obtida junto dos diversos atores do sistema em estudo a uma reflexão profunda para identificação de desafios estratégicos e objetivos que lhes estão associados, ou seja, objetivos sobre os quais os atores têm posições convergentes (dando lugar à formação de alianças), divergentes (provocando conflitos) ou neutros.

O resultado desta reflexão tornou possível determinar seis Desafios Estratégicos (Cf. Quadro 31), relacionados com competências organizacionais e de cooperação, governação territorial, metodologias participativas, modelos de planeamento integrado/participativo, canais de divulgação e redes de visitação, gestão territorial e

dinamização da economia local. A estes desafios estratégicos estão associados um total de 27 Objetivos (Quadro 31). Foi precisamente sobre estes objetivos que solicitamos aos nossos informantes-chave (atores-chave) que se posicionassem em relação a cada objetivo³⁸⁰, para, posteriormente, centrarmo-nos numa análise mais pormenorizada sobre as convergências e divergências com base no quadro de estratégia de atores³⁸¹.

Da informação constante no quadro é possível verificar que a maior parte dos objetivos estratégicos estão de alguma forma relacionados com as variáveis fundamentais do sistema.

Quadro 31 - Desafios estratégicos e objetivos dos atores da Rede das AHP

Desafios Estratégicos	Objetivos associados
A - Aumento das competências organizacionais e/ou cooperação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumentar o nível de competências dos técnicos na área da gestão de redes. 2. Valorizar as competências relacionais no trabalho conjunto. 3. Potenciar a integração interorganizacional com outros atores da Rede das AHP. 4. Ampliar a transparência da organização em rede (potenciando a confiança das entidades parceiras). 5. Aumentar os níveis de partilha de recursos humanos e logísticos (aumentando a dinâmica de parceria). 6. Potenciar a capacidade de diálogo da entidade com o poder central. 7. Implementar ou potenciar uma rede de partilha/troca de experiências (cooperação e integração em redes nacionais e internacionais).
B - Desenvolvimento de novas formas de governação territorial	<ol style="list-style-type: none"> 8. Criar um projeto comum para o território e uma estrutura de missão. 9. Envolver todos os nós (entidades) da Rede no processo de parceria. 10. Desenvolver/promover atividades de capacitação institucional e/ou sensibilização dos parceiros da Rede das AHP para uma cultura de parceria. 11. Reforçar a motivação para o desenvolvimento/participação em atividades conjuntas.
C - Adoção de metodologias participativas	<ol style="list-style-type: none"> 12. Favorecer o aparecimento/participação em metodologias participativas. 13. Implementar/melhorar um sistema de monitorização e avaliação partilhada dos Programas das AHP. 14. Facilitar/partilhar a circulação de informação entre parceiros.
D - Melhoria dos canais de divulgação e criação de uma rede de visitaçao	<ol style="list-style-type: none"> 15. Rever as AHP que compõem a Rede, de forma a aumentar a dinâmica dos nós. 16. Divulgar/promover junto do cidadão comum o projeto da Rede das AHP (valorizando o processo de <i>empowerment</i> – reforço das competências individuais). 17. Favorecer a participação da entidade em outras iniciativas/projetos nacionais e internacionais. 18. Potenciar as relações transfronteiriças. 19. Diversificar os canais de comunicação com o exterior da Rede (fomentando um maior envolvimento dos agentes ligados ao turismo). 20. Implementar/potenciar uma estratégia de visitaçao no espaço da Rede das AHP. 21. Desenvolver/promover atividades ligadas ao turismo criativo e património imaterial.
E - Desenho de um modelo de planeamento integrado/participativo	<ol style="list-style-type: none"> 22. Envolver as instituições de ensino no processo de desenvolvimento regional (entidades com <i>know-how</i> e conhecimento). 23. Desenvolver um modelo de planeamento integrado (visão multiescalar e interescalar).
F - Gestão territorial e dinamização da economia local	<ol style="list-style-type: none"> 24. Tornar a gestão da Rede das AHP autónoma de financiamentos externos. 25. Potenciar a dinamização das economias locais (agricultura, agroindústria, turismo, lazer e bem estar). 26. Envolver os novos atores (neo-rurais) no processo de dinamização da Rede das AHP. 27. Melhor aproveitamento/canalização dos fundos estruturais para a dinâmica da parceria.

Fonte: Elaboração própria

³⁸⁰ Referimo-nos aos objetivos estratégicos elencados na pergunta 1.1. do inquérito por questionário aos informantes-chave (Anexo 6).

³⁸¹ Trata-se de descrever, através de uma matriz “atores x objetivos”, a atitude de cada ator, na atualidade, em relação a cada objetivo, indicando o seu acordo, desacordo ou neutralidade. Neste trabalho, apenas se assumiu se objetivo faz parte ou não da estratégia dos informantes-chave.

Da leitura da Matriz das Posições Simples (Cf. Quadro 32), que analisa o posicionamento dos atores relativamente aos objetivos associados (1MAO)³⁸², verifica-se que a generalidade dos atores assume a totalidade dos objetivos na sua estratégia. Ainda assim, o Turismo Centro de Portugal, a ADTAHP, a Pró-Raia e as Câmaras Municipais do Sabugal, Fundão e Arganil surgem como os atores mais implicados nos objetivos em jogo, isto é, número de objetivos relativamente aos quais cada ator tem posição ativa (soma em linha) (Quadro 32).

As principais exceções são a restauração e a hotelaria, a Raia Histórica e a Câmara Municipal de Trancoso, que apenas estão preocupados com alguns dos 27 objetivos, respetivamente 19 e 21. O ator da restauração não tem como objetivos “potenciar a capacidade de diálogo com o poder central” (ObjA6), “envolver todos os nós da Rede no processo de parceria” (ObjB9), “desenvolver atividades de capacitação e/ou sensibilização dos parceiros da Rede para uma cultura de parceria” (ObjB10), “implementar um sistema de monitorização e avaliação partilhada dos Programas das AHP” (ObjC13), “rever as Aldeias Históricas que compõem a Rede” (ObjD15), “envolver as instituições de ensino no processo de desenvolvimento regional” (ObjE22), “desenvolver um modelo de planeamento integrado” (ObjE23) nem em “tornar a gestão da Rede das AHP autónoma de financiamentos externos” (ObjF24). Estes objetivos também não fazem parte da ação do ator da hotelaria, com a exceção do interesse em envolver as instituições de ensino superior nos processos de desenvolvimento (ObjE22), mas que contrapõe com a falta de interesse em “criar um projeto comum para o território e uma estrutura de missão” (ObjB8). Por sua vez, o Grupo de Ação Local Raia Histórica não revela qualquer interesse em orientar a sua ação para as questões das competências organizacionais e/ou de cooperação, nomeadamente: aumentar a competência dos técnicos na área da gestão de redes (ObjA1), valorizar as competências relacionais no trabalho conjunto (ObjA2), potenciar a integração interorganizacional com outros atores da Rede das AHP (ObjA3), aumentar os níveis de partilha de recursos (humanos e logísticos) (ObjA5), nem em potenciar os níveis de diálogo com o poder central (ObjA6). Acresce, ainda, a falta de interesse em contribuir para um processo de revisão da Rede das Aldeias Históricas (ObjD15). Este último objetivo não recebe qualquer acolhimento junto da ação da Câmara Municipal de Trancoso, ao qual se junta

³⁸² A leitura da matriz das posições simples 1MAO é feita em linha, sendo que o 0 significa que o ator não possui esse objetivo e 1 o ator contempla e/ou revela interesse em desenvolver a sua ação em torno daquele objetivo estratégico.

o desinteresse na criação de um projeto comum para o território com uma estrutura de missão (ObjA8), no envolvimento de todos os nós da Rede no processo de parceria (ObjA9) e no envolvimento das instituições de ensino no processo de desenvolvimento (ObjE22), para além de não revelar interesse no desenvolvimento de um modelo de planeamento integrado (multiescalar e interescalar) (ObjE23) e na autonomia financeira de Rede (ObjF24).

Quadro 32 - Matriz das posições simples Atores x Objetivos (1 MAO)

1 MAO	ObjA1	ObjA2	ObjA3	ObjA4	ObjA5	ObjA6	ObjA7	ObjB8	ObjB9	ObjB10	ObjB11	ObjC12	ObjC13	ObjC14	ObjD15	ObjD16	ObjD17	ObjD18	ObjD19	ObjD20	ObjD21	ObjE22	ObjE23	ObjF24	ObjF25	ObjF26	ObjF27	Implicação dos Atores	
INATEL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	24	
CCDR	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26	
T.Centro	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	
ADTAHP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	
DRCC	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26	
Anim.Art	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	25	
Restaur.	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	19	
Hotelar.	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	19	
PRO.RAIA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	
RAIA.HIST	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	21	
ADRUSE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26	
ADIBER	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26	
CMMeda	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	23	
CMTrancoso	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	21	
CMFCRodrig	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26	
CMAlmeida	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	25	
CMCBeira	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26	
CMBelmonte	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26	
CMSabugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	
CMFundão	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26	
CMINova	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	
CMArganil	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	
Mobilização dos Obj.	21	21	21	22	21	19	22	20	17	19	22	22	18	22	7	22	22	22	22	22	22	22	19	18	18	22	22	22	-

Legenda:
 Atores mais implicados /objetivos mais mobilizadores
 Atores menos implicados/objetivos menos mobilizadores

Fonte: Elaboração própria, a partir do *software* MACTOR

Por oposição, os objetivos que assumem grande interesse junto da ação dos atores relacionam-se com a transparência da organização da Rede (ObjA4), a implementação de uma rede de partilha e troca de experiências (ObjA7), a motivação para o desenvolvimento de atividades conjuntas (ObjB11), a participação em metodologias participativas (ObjC12), a partilha de informação entre parceiros (ObjC14), a melhoria dos canais de divulgação (ObjD16 e ObjD19), a criação de uma rede de visitaçao (ObjD17, ObjD18, ObjD20, ObjD21) e a dinamização da economia local (por exemplo, o turismo, o lazer e bem estar, a agricultura e agroindústria com um maior envolvimento dos neo-rurais e melhor aproveitamento dos fundos estruturais) (ObjF25, ObjF26 e ObjF27) (Cf. Quadro 32).

Estes dados demonstram que existem diferentes preocupações e campos de ação entre os atores do sistema. Estas diferenças resultam da diferente valorização e/ou posicionamento estratégico dos atores para cada um dos objetivos (objetivos convergentes ou divergentes). Nesta perspetiva, iremos mais adiante centrar a nossa atenção na compreensão sobre o grau de implicação dos atores (maior ou menor envolvimento), com base na análise detalhada sobre a atuação estratégica dos atores através da matriz 2MAO (Matriz das Posições Valorizadas), já que os objetivos não têm todos o mesmo grau de importância para os diversos atores. Para tal, é fundamental identificar os meios de ação que cada ator dispõe para a prossecução dos seus objetivos e influenciar os outros atores de forma favorável.

2.1.2. Meios de ação dos atores

A informação obtida junto dos informantes-chave por inquérito por questionário permite-nos conhecer os meios de ação que cada ator dispõe para a concretização dos objetivos e os meios de ação inexistentes que podem colocar em causa qualquer estratégia de desenvolvimento turístico regional.

Na observação do Quadro 33, podemos constatar que a maioria dos atores dispõe de um número significativo de recursos/meios de ação³⁸³ para a concretização dos seus objetivos³⁸⁴. A generalidade dos atores possui sobretudo meios humanos (recursos humanos disponíveis e com capacidade de trabalho em equipas pluridisciplinares), meios materiais (instalações físicas e equipamentos para suportar ou auxiliar o desenvolvimento de atividades de dinamização/promoção da Rede das AHP) e alguns meios imateriais (como a colaboração entre entidades públicas/privadas e atores da comunidade local, mas também capacidade de diálogo e de mobilização da população local no desenvolvimento de ações). Em sentido contrário, são poucos os atores que assumem dispor de meios financeiros para o desenvolvimento e implementação de ações/intervenções no território das Aldeias Históricas de Portugal. A isto acresce a falta de condições imateriais, nomeadamente, a falta de conhecimento científico destes atores para o desenvolvimento de estratégias de intervenção, a falta de capacitação e domínio de metodologias participativas em territórios rurais de baixa densidade

³⁸³ Estes meios de ação foram recolhidos através do inquérito por questionário aos informantes-chave da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, pergunta 2.1. (Anexo 6), com a apresentação de uma listagem de 22 possíveis meios (humanos, financeiros, materiais e imateriais).

³⁸⁴ Na matriz o 1 significa que o ator dispõe do meio de ação e 0 quando não possui esse meio.

(desenho, acompanhamento/monitorização e avaliação), a inexperiência em projetos de intervenção em territórios rurais de baixa densidade, a fraca colaboração com outras redes nacionais (limítrofes) e a fraca capacidade de pressão sobre as entidades nacionais e europeias. A inexistência de meios de atuação pode tornar-se num sério obstáculo para a concretização de alguns desafios estratégicos, ou seja, a ausência de medidas que supram estes meios pode colocar em causa o sucesso de qualquer estratégia de desenvolvimento territorial. Reforça-se, assim, o interesse deste trabalho de investigação para ultrapassar alguns destes obstáculos.

Quadro 33 - Meios de ação disponíveis por cada ator³⁸⁵

Atores	A - Meios Humanos				B - Meios Financeiros		C - Meios Materiais					D - Meios imateriais										SOMA	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21		22
INATEL	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	5
CCDR	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	22
T.Centro	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	1	1	0	1	1	15
ADTAHP	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
DRCC	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	15
AnimArt	1	0	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	7
Restaur.	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	4
Hotelar.	1	0	0	1	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	7
PRO.RAIA	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1	0	1	1	1	0	0	1	14
RAIA HIST	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	15
ADRUSE	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	9
ADIBER	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	9
CMMeda	1	1	0	1	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	9
CMTranc	1	1	0	1	1	0	0	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	0	14
CMFCRodr	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	14
CMAlmeid	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	11
CMCBeira	1	1	0	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	9
CMBelmon	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	1	1	0	1	1	1	12
CMSabug	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1	0	0	14
CMFund	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	22
CMINova	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	18
CMArgan	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	20
SOMA	18	14	11	18	9	6	18	16	15	11	8	8	7	17	8	10	13	19	17	12	12	11	-

Legenda (a): Atores com mais meios
 Atores com menos meios

(b); Meios Humanos: 1. Recursos humanos disponíveis; 2. Técnicos qualificados e com conhecimento da Rede das AHP; 3. Recursos humanos conhecedores de regulamentos e de regras técnicas no domínio de programas de intervenção; 4. Recursos humanos com capacidades de trabalho em equipas pluridisciplinares. **Meios financeiros:** 5. Disponibilidade financeira para o desenvolvimento e implementação de ações/intervenções no território das AHP; 6. Capitais para o desenvolvimento e intervenção no território das AHP. **Meios materiais:** 7. Instalações físicas capazes de suportar ou auxiliar o desenvolvimento de atividades de dinamização/promoção da Rede das AHP; 8. Equipamentos para o desenvolvimento de atividades de dinamização/promoção da Rede das AHP; 9. Produção de eventos públicos de animação da Rede das AHP (festas tradicionais, feiras, festivais); 10. Edição de materiais de informação e divulgação da Rede das AHP; 11. Sistema comunicacional e informacional integrado em várias plataformas e tecnologias. **Meios imateriais:** 12. Capacitação e domínio de metodologias participativas em territórios rurais de baixa densidade (desenho, acompanhamento/monitorização e avaliação); 13. Investigação e conhecimento científico no desenvolvimento de estratégias de intervenção em territórios rurais de baixa densidade; 14. Colaboração entre entidades públicas e privadas de atividade diferenciadas; 15. Experiência em projetos de intervenção em territórios rurais de baixa densidade; 16. Cooperação e colaboração com outras redes nacionais (Rede das Aldeias de Xisto, Rede das Aldeias Vinhateiras, etc.); 17. Relações transfronteiriças com diferentes parceiros na realização de iniciativas/projetos; 18. Colaboração de outras entidades do território (culturais, associativos e educativos); 19. Capacidade de diálogo e de mobilização da população local no desenvolvimento de ações; 20. Apoio técnico, de quadros superiores e logístico que a entidade pode disponibilizar durante as fases de desenvolvimento, implementação e avaliação de um modelo de planeamento estratégico na Rede das AHP; 21. Poder de decisão sobre as intervenções na Rede das AHP; 22. Poder de pressão sobre outras entidades nacionais e europeias para a resolução de problemas nos territórios rurais de baixa densidade (Rede das AHP).

Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos informantes-chave (Anexo 6)

³⁸⁵ Esta matriz de meios de ação foi preenchida, de acordo com o dispõe de meios (1) ou não dispõe de meios de ação (0).

Em termos de meios de ação por atores constata-se a necessidade de adoção de algumas medidas para ajudar os atores com menos meios disponíveis, entre os quais (Cf. Quadro 33): a restauração, o INATEL, a animação turística e a hotelaria, caso contrário, a concretização de alguns objetivos estratégicos pode ficar comprometida face ao papel que desempenham no funcionamento do sistema turístico, como já se teve oportunidade de referir anteriormente (Cf. seção 2.2., do capítulo 2, da Parte I).

Em sentido inverso, os atores que admitem possuir mais meios de ação para concretização dos objetivos são a CCDRC, as Câmaras Municipais do Fundão e de Arganil (Quadro 33), sendo de realçar os dois primeiros atores que assumem dispor de todos os meios de ação. O que não é de estranhar pois a CCDRC é um organismo público de nível intermédio (regional) com responsabilidades em executar, acompanhar e avaliar as medidas de intervenção no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento regional, de que é exemplo a coordenação dos Programas de Recuperação de Aldeias (Aldeias Históricas de Portugal) e a avaliação das Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE (do anterior e atual Quadro Comunitário). Já no caso da Câmara Municipal do Fundão e da Câmara Municipal de Arganil considera-se que a integração simultânea de outra Rede (Aldeias de Xisto) adquire particular relevância nos processos de cooperação e colaboração, na capacitação de metodologias participativas e na acumulação de experiência de intervenção em territórios rurais de baixa densidade. Tal pode querer significar que à partida estes atores são os mais influentes já que dispõem de meios de ação importantes que podem influenciar um número significativo de atores. Ora, é precisamente sobre os níveis de interdependência dos diferentes atores, que se centra a próxima secção.

2.1.3. Obstáculos à concretização dos objetivos

Constatou-se na secção anterior que a ausência de meios de ação pode transformar-se num verdadeiro obstáculo à concretização dos objetivos dos atores. E, efetivamente, segundo a informação recolhida junto dos informantes-chaves (Cf. Quadro 34), tem havido alguns obstáculos à concretização dos seus objetivos, entre os quais se destacam, por ordem decrescente:

- Forte dependência de fundos estruturais das entidades;
- Escassa cultura de parceria na Rede das AHP;

- Ausência de partilha de recursos humanos, financeiros, materiais e imateriais entre as diversas entidades;
- Contexto político e económico nacional desfavorável;
- Perda de interesse e falta de envolvimento dos parceiros;
- Escassez de recursos financeiros das entidades para implementar atividades/intervenções.

Concretamente, os obstáculos mais comuns entre os atores incidem na forte dependência de fundos estruturais para a realização de ações no território (como já se teve oportunidade de constatar), na incapacidade de criar uma cultura de parceria na Rede das Aldeias Históricas de Portugal, na perda de interesse dos diversos atores face à Rede das Aldeias Históricas, uma situação que se reflete no fraco envolvimento dos atores na concretização de ações comuns em prol do território. A estes obstáculos são, ainda, de registar a incapacidade em partilhar meios de ação/recursos para aumentar o trabalho conjunto e a própria dinâmica da Rede, particularmente importante em momentos de crise económica e política e quando os atores apresentam dificuldades financeiras para a implementação de atividades/intervenções no território (incapacidade em assegurar a contrapartida dos investimentos no âmbito dos fundos estruturais), e a perda de interesse e envolvimento dos atores na Rede (coloca em risco qualquer estratégia de intervenção no sistema).

Como se pode verificar no Quadro 34, os atores que registam o maior número de obstáculos são a animação/artesanato, a hotelaria e Grupo de Ação Local Pró-Raia, as Câmaras Municipais de Mêda e Idanha-a-Nova e o INATEL. Ao invés, das Câmaras Municipais de Arganil e de Figueira de Castelo Rodrigo e do Turismo Centro de Portugal, atores que registam um número muito reduzido de obstáculos que condicionaram a concretização dos seus objetivos no âmbito da Rede das Aldeias Históricas de Portugal.

Por outro lado, é atribuída pouca responsabilidade aos critérios de seleção/adesão dos atores à Rede das Aldeias Históricas de Portugal (particularmente à ADTAHP), assim como ao protagonismo adquirido pela Associação de Desenvolvimento Turístico Aldeias Históricas de Portugal, às alterações nos cargos de chefia/presidência (no caso das câmaras municipais) e à falta de *know-how* por parte dos atores.

Num nível intermédio, encontram-se obstáculos relacionados com a confiança entre os atores, a comunicação interorganizacional na Rede e visão estratégica de alguns atores, as políticas públicas nos territórios de baixa densidade e a coordenação eficaz das atividades por parte da equipa de coordenação da Rede podem tornar-se, na perspetiva de uma parte significativa dos atores, num sério obstáculo.

De uma forma geral, verifica-se que os principais obstáculos dos atores da Rede das Aldeias Históricas de Portugal são de natureza humana e financeira, o que poderá levar à uma forte dependência dos atores para a concretização dos seus objetivos e interesses.

Quadro 34 - Obstáculos dos atores na concretização dos seus objetivos

Atores	Obstáculos (b)																									SOMA
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
INATEL	0	0	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	1	16
CCDR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	7
T.Centro	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	4
ADTAHP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	1	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	9
DRCC	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	1	1	0	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0	1	1	12
AnimArt	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	1	1	22
Restaur.	0	0	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1	0	1	0	13
Hotelar.	1	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	20
PRO.RAIA	1	1	1	1	0	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	20
RAIA HIST	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	11
ADRUSE	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	1	1	1	0	1	1	0	1	10
ADIBER	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	1	11
CMMeda	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1	14
CMTranc	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	7
CMFCRodr	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
CMAlmeid	0	0	0	0	1	0	1	0	1	1	1	0	0	1	0	1	1	0	0	1	0	1	0	0	1	11
CMCBeira	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	7
CMBelmon	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	7
CMSabug	0	0	1	0	1	1	0	1	0	1	1	0	0	1	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	11
CMFund	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	7
CMINova	0	0	1	1	0	1	1	1	0	0	1	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	0	1	0	1	14
CMArgan	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SOMA	4	1	14	10	6	9	7	5	8	18	16	11	4	13	11	5	9	8	11	19	7	14	5	4	16	-

Legenda: (a) Atores com menos obstáculos/Menores obstáculos Atores com mais obstáculos/Maiores obstáculos

(b): 1.Excesso de protagonismo da entidade promotora do projeto; 2. Seleção pouco criteriosa dos parceiros da Rede das AHP; 3. Perda de interesse e falta de envolvimento dos parceiros; 4. Coordenação pouco eficaz das atividades por parte dos órgãos intermédios da Rede; 5. Divergências político-partidárias; 6. Dependência excessiva de agentes em posições privilegiadas; 7. Dispersão da rede das AHP territorialmente o que provoca a ausência de objetivos comuns entre parceiros; 8. Incorreções na conceção/desenho, gestão e avaliação do processo da Rede das AHP; 9. Escassez de técnicos qualificados com competências em gestão de redes; 10. Escassa cultura de parceria na Rede das AHP; 11. Ausência de partilha de recursos humanos, financeiros, materiais e imateriais entre as diversas entidades; 12. Falta de comunicação interorganizacional na Rede das AHP; 13. Alterações nas chefias das entidades parceiras; 14. Falta de confiança recíproca entre as diversas entidades parceiras; 15. Falta de visão estratégica das entidades; 16. Conflitos exteriores ao projeto (AHP) entre parceiros; 17. Falta de interesse do setor empresarial em estabelecer parceria com a Rede AHP; 18. Limitações das normas legais/regulamentares e institucionais (diferenças de culturas organizacionais); 19. Falta de políticas públicas nos territórios rurais de baixa densidade; 20. Forte dependência de fundos estruturais das entidades; 21. Fraca gestão dos recursos financeiros na Rede das AHP; 22. Escassez de recursos financeiros das entidades para implementar atividades/intervenções; 23. Fraca capacidade de rentabilizar os recursos humanos; 24. Falta de *know-how* e conhecimento das entidades parceiras; 25. Contexto político e económico nacional desfavorável.

Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos informantes-chave (Anexo 6)

2.1.4. Dependência dos atores

A informação obtida junto dos informantes-chave permite-nos afirmar que existe uma interdependência generalizada entre os atores do sistema para concretização dos

objetivos definidos³⁸⁶. Ainda assim, há atores que assumem menor dependência em relação aos outros atores para concretização dos seus objetivos (Cf. Quadro 35), sendo o caso do INATEL que apenas necessita da ADTAHP (Associação de Desenvolvimento Turístico Aldeias Históricas de Portugal) para congregar e conciliar perspetivas e objetivos dos diferentes atores nos projetos de âmbito local e regional (Quadro 35), seguido da Câmara Municipal de Trancoso que assume dependência pela CCDRC e ADTAHP para concretização dos seus objetivos em termos de apoio financeiro, apoio logístico e pareceres técnicos (Cf. Quadro 1 do Anexo 11). Estes dois atores são simultaneamente referidos com o Turismo Centro de Portugal e a Direção da Cultura do Centro pelas Câmaras Municipais de Mêda (para troca de experiências, apoio técnico, apoio monetário e logístico), Belmonte (apoio financeiro, apoio logístico e pareceres técnicos) e Idanha-a-Nova (elaboração concertada de medidas de proteção, valorização e conservação do património da Rede AHP) (Cf. Quadro 1 do Anexo 11). Aliás, estas quatro entidades (CCDRC, Turismo do Centro, DRCC e ADTAHP) são referidas por quase todos os atores do sistema (exceção do INATEL e da restauração que apenas referem a ADTHP) como entidades com meios importantes e/ou estruturantes para a concretização dos objetivos dos outros atores, com particular destaque para a ADTAHP que é referida por 20 dos 22 atores (Quadro 35). Estas dependências incidem, no essencial, sobre: apoio financeiro, apoio logístico e pareceres; partilha de experiências e de recursos; elaboração concertada de medidas de proteção, valorização e conservação do património da Rede AHP; mobilização dos atores públicos e privados em torno de objetivos comuns; e promoção e divulgação da Rede das Aldeias Históricas de Portugal (Cf. Quadro 1 do Anexo 11).

No entanto, não deixa de ser curioso constatar que ADTAHP para além de ser o ator mais referido pelos atores do sistema é simultaneamente uma das entidades que assume total dependência dos outros atores do sistema para concretização dos seus objetivos – efeito de retroação (Quadro 35), embora não especifique o que espera de cada ator (Cf. Quadro 1 do Anexo 11). Esta total dependência é igualmente visível nos Grupos de Ação Local Pró-Raia e ADRUSE, na Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo e Câmara Municipal do Sabugal, mas também na hotelaria (exceção da animação turística/artesanato) (Quadro 35), fundamentando-se em razões diversas, que respeitam tanto a partilha e consolidação de uma estratégia articulada com objetivos comuns da

³⁸⁶ Referimo-nos aos dados obtidos através da pergunta 3.3. do inquérito por questionários aos informantes-chave (Anexo 6).

Rede, como o desenvolvimento de ações conjuntas de divulgação/promoção da Rede com o desenvolvimento de projetos e atividades de dinamização do sistema turístico (particularmente o subsistema da oferta turística) (Cf. Quadro 1 do Anexo 11).

Quadro 35 - Dependência dos atores para concretização dos objetivos

	INATEL	CCDRC	T.Centro	ADTAHP	DRCC	Anim.Art	Restaur.	Hotelar.	PRO.RAIA	RAIA.HIST	ADRUSE	ADIBER	CMMeda	CMTranc	CMFCRodr	CMAlmeid	CMCBeira	CMBelmon	CMSabug	CMFund	CMINova	CMArgan	Soma absoluta
INATEL	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
CCDRC	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	18
T.Centro	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
ADTAHP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	21
DRCC	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	18
Anim.Art	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12
Restaur.	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15
Hotelar.	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	20
PRO.RAIA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	21
RAIA.HIST	0	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17
ADRUSE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	21
ADIBER	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12
CMMeda	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
CMTranc	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
CMFCRodr	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	21
CMAlmeid	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12
CMCBeira	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
CMBelmon	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
CMSabug	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	21
CMFund	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
CMINova	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
CMArgan	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14
Nº de dependências	9	17	16	20	15	6	7	6	9	9	9	10	17	17	16	16	16	17	16	16	17	16	-

Legenda: Atores menos dependentes Atores mais dependentes

Fonte: Elaboração própria

Por outro lado, quando se analisam os restantes atores de nível regional e local, como a animação/artesanato, a hotelaria, a restauração e os Grupos de Ação Local, constata-se que assumem pouca importância na relação de influência com os outros atores comparativamente às Câmaras Municipais que são apontadas como entidades estruturantes para apoiar a concretização dos objetivos dos outros atores.

Posto isto, conclui-se que existe um potencial de relações de dependência entre os atores do sistema, o que reflete, simultaneamente, as fraquezas e forças dos atores. É perante este quadro de interdependências (influência e dependência) que se avança para uma análise mais profunda das relações de força existentes entre os atores.

2.2. As relações de poder (influência/dependência) entre os atores

A análise das relações de força entre os atores do sistema é feita através de duas matrizes de influências: a Matriz de Influências Diretas Atores X Atores (MID), que

descreve as influências diretas entre os atores (influência que o ator A exerce sobre o ator B, por exemplo), e a matriz de influências diretas e indiretas (MIDI), a qual exprime, para além das influências diretas entre atores, as que são estabelecidas por via de um segundo ator agindo sobre ele através de um ator de ligação (se o ator A exerce influência sobre o ator C, e este influencia o ator B, então falamos de influência indireta)³⁸⁷. De acordo com Perestrelo e Caldas (1998), apesar da perda de alguma informação, nomeadamente no que respeita ao grau de intensidade adotado para classificar as influências diretas, esta matriz dá uma visão mais completa do jogo de relações de força.

Ainda assim, a análise das duas matrizes contribuirá para uma reflexão sobre a atual dinâmica do sistema, tendo por base o jogo de relação de forças desenvolvido pelos atores em termos da sua influência sobre os restantes atores e da sua dependência em relação aos outros, ou seja, as influências diretas e as diretas e indiretas exercidas por uma ator sobre outros.

2.2.1. Influências diretas e indiretas entre os atores

A Matriz de Influências Diretas Atores X Atores (MID) foi construída a partir dos dados recolhidos junto dos informantes-chave do sistema, de acordo com a intensidade de relações (formal) de cada um dos atores da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, ou seja, as relações diretas entre pares de atores na atualidade (Cf. Quadro 36).

Esta matriz de relações de força Atores X Atores permite-nos descrever o grau de influência direta (soma em linha) e o grau de dependência direta (soma em coluna) dos atores, isto é, os atores mais e menos influentes numa escala de zero a quatro³⁸⁸. Neste caso, tendo apenas em conta as influências diretas entre os atores, verifica-se que a ADTAHP (Associação de Desenvolvimento Turístico Aldeias Históricas de Portugal) é o ator mais influente do jogo de atores, seguido da CCDRC, sendo simultaneamente os atores o mais sujeitos à pressão e/ou influência dos restantes atores – dependência (Cf. Quadro 36). Ao invés, a restauração, a Pró-Raia e a animação/artesanato são os atores

³⁸⁷ A Matriz de Influência Direta (MID) é habitualmente designada de Matriz dos Meios de Ação Diretos entre Atores (MAD) e a Matriz de Influências Diretas e Indiretas (MIDI) de Matriz dos Meios de Ação Diretos e Indiretos (Godet, 1993).

³⁸⁸ Neste trabalho procedeu-se a uma reclassificação da escala utilizada na pergunta 3.1. e 3.2. em que: (0) influência nula ou praticamente nula; (1) influência fraca (nos processos operatórios, como por exemplo, gestão); (2) influência razoável ou temporária (na realização de projetos ou ações); (3) influência forte (cumprimento da missão do ator, dos seus objetivos estratégicos); (4) influência muito forte (o ator põe em causa a existência do outro ator).

menos influentes e os menos bem “armados” para atingir os seus objetivos, como já se teve oportunidade de constatar (Cf. 2.1.2.).

Quadro 36 - Matriz de Influências Diretas (MID)

MID	INATEL	CCDR	T.Centro	ADTAHP	DRCC	Anim.Art	Restaur.	Hotelar.	PRO.RAIA	RAIA.HIST	ADRUSE	ADIBER	CMMeda	CMTrancoso	CMFCRodrig	CMAAlmeida	CMCBeira	CMBelmonte	CMSabugal	CMFundão	CMINova	CMArganil	Influência Direta (M)	
INATEL	0	1	1	3	0	0	0	0	0	0	2	1	1	1	1	0	3	0	1	1	1	3	20	
CCDR	4	0	2	3	2	0	0	0	3	3	3	1	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	61
T.Centro	1	3	0	4	1	0	0	0	1	2	2	0	2	3	2	3	3	3	3	2	1	2	38	
ADTAHP	2	4	2	0	3	2	2	2	2	2	2	2	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	65
DRCC	1	2	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	
Anim.Art	1	1	1	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	1	1	12	
Restaur.	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	8	
Hotelar.	0	2	2	2	1	0	0	0	2	1	0	0	1	1	1	1	1	2	0	2	0	1	19	
PRO.RAIA	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	8	
RAIA.HIST	0	1	1	1	1	0	1	1	2	0	2	1	4	4	4	4	4	1	0	1	0	0	29	
ADRUSE	2	3	3	2	1	1	1	1	1	2	0	0	0	0	0	0	4	2	0	0	0	1	24	
ADIBER	1	1	1	2	0	1	1	2	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	14	
CMMeda	1	2	2	3	1	0	1	1	0	1	0	1	0	3	2	2	2	3	1	1	1	1	30	
CMTrancoso	1	3	2	3	1	0	1	1	0	4	1	0	3	0	3	3	3	3	1	1	1	2	37	
CMFCRodrig	2	3	2	3	1	0	1	1	1	3	0	0	2	2	0	2	1	2	1	1	1	2	31	
CMAAlmeida	1	1	1	2	1	0	1	0	1	2	0	0	1	1	1	0	1	2	1	1	1	2	21	
CMCBeira	0	3	0	4	0	1	1	0	0	0	0	0	3	3	3	3	0	3	3	3	3	3	36	
CMBelmonte	1	3	3	4	2	2	2	2	2	2	1	0	3	3	3	3	3	0	3	3	3	3	51	
CMSabugal	0	1	0	4	0	0	0	0	1	0	0	0	2	2	2	2	2	2	0	2	2	2	24	
CMFundão	0	2	2	4	2	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	21	
CMINova	1	3	1	4	2	2	1	2	0	0	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2	0	2	34	
CMArganil	4	4	3	4	1	0	0	0	0	0	0	1	3	3	3	3	3	3	3	3	3	0	44	
Dependência direta (Di)	24	44	31	58	20	10	14	15	17	25	16	7	36	39	37	40	41	38	34	32	28	38	-	

Legenda: Atores mais influentes Atores menos influentes e mais dependentes

Fonte: Elaboração própria, a partir de resultados do *software* MACTOR

Por outro lado, importa sublinhar que as maiores influências (classificadas com 4) são (Quadro 36): as da ADTAHP e da CCDRC (entidades responsáveis pela coordenação dos programas de intervenção na Rede das Aldeias Históricas de Portugal) nas dez câmaras municipais que cobrem o território, mas também da ADTAHP na CCDRC, da CCDRC no INATEL; as do Turismo Centro de Portugal na ADTAHP, da Raia História nas câmaras municipais de Mêda, Trancoso, Figueira de Castelo Rodrigo e Almeida (zona de intervenção deste Grupo de Ação Local); da ADRUSE na Câmara Municipal de Celorico da Beira (zona de intervenção deste Grupo de Ação Local abrange este município); da Câmara Municipal de Trancoso no Grupo de Ação Local Raia Histórica (localização deste GAL em Trancoso); das Câmaras Municipais de Celorico da Beira, Belmonte, Sabugal, Fundão, Idanha-a-Nova e Arganil na ADTAHP; da Câmara Municipal de Arganil no INATEL e CCDRC (Quadro 36).

Mas como a análise das relações de força diretas não traduz totalmente a dinâmica de influência/dependência entre os atores, procedeu-se a reprodução (automática pelo *software* MACTOR) da Matriz das Influências Diretas e Indiretas (MIDI), isto porque um ator pode agir sobre outro por intermédio de um terceiro por via de “atores de

ligação” (Cf. Quadro 37). Esta matriz de relações de forças indiretas (de ordem 2 entre os atores) é obtida pela multiplicação da matriz de influências diretas (Atores X Atores) por si própria (MIDI = MID x MID).

Assim, apesar de se perder alguma informação em termos de grau de intensidade adotado para classificar as influências diretas (perde-se a escala inicial), ganha-se com esta matriz uma maior perceção do jogo de atores e das relações de força entre eles. Assim, na soma em linha (Mi) temos o grau de influência direta e indireta de cada ator, enquanto na soma em coluna (Di) se constitui o grau de dependência direta e indireta de cada ator.

Os resultados revelam que os atores mais influentes deste jogo de relação de forças são a ADTAHP, a Câmara Municipal de Belmonte, a CCDRC e a Câmara Municipal de Arganil, o que reflete o grande poder de influência destes quatro atores sobre a maioria dos atores, na medida em que podem influenciar e condicionar de modo direto e indireto a ação dos restantes atores do sistema, no que se refere a concretização das estratégias de intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal. Ao invés, a relação de força do Grupo de Ação Local Pró-Raia parece ainda mais desfavorável do que antes (fraca influência e alguma sensibilidade às pressões dos outros atores), seguido da restauração, Grupo de Ação Local ADIBER e animação/artesanato.

Quadro 37 - Matriz de Influências Diretas e Indiretas (MIDI)

MIDI	INATEL	CCDRC	T.Centro	ADTAHP	DRCC	Anim.Art	Restaur.	Hotelar.	PRO.RAIA	RAIA.HIST	ADRUSE	ADIBER	CMMeda	CMTrancoso	CMFCRodrig	CMAlmeida	CMCBeira	CMBelmonte	CMSabugal	CMFundão	CMINova	CMArganil	Influência Direta (Mi)	
INATEL	14	20	15	20	12	6	10	9	8	10	7	6	17	17	17	17	19	19	17	17	17	19	19	299
CCDRC	22	38	28	50	19	10	14	14	15	23	14	7	34	34	34	34	35	33	31	28	26	34	34	539
T.Centro	18	32	24	36	18	8	13	12	14	20	13	7	31	31	31	32	31	31	28	26	25	30	30	487
ADTAHP	24	42	30	55	20	10	14	15	17	25	16	7	34	36	35	37	37	37	32	32	28	37	37	565
DRCC	13	17	15	17	13	5	10	8	9	11	9	6	17	17	17	16	17	16	17	17	16	17	17	287
Anim.Art	9	11	10	12	9	6	7	6	7	7	7	5	11	11	11	10	11	10	12	11	11	11	11	199
Restaur.	6	8	6	8	5	3	5	3	5	5	5	3	7	7	7	6	8	7	7	7	7	7	8	128
Hotelar.	12	18	17	18	16	6	11	9	12	14	11	5	17	17	17	17	17	16	16	16	14	16	16	303
PRO.RAIA	3	6	5	8	4	3	3	4	5	4	4	2	4	5	5	6	7	6	5	5	4	6	6	99
RAIA.HIST	13	20	15	23	10	5	9	8	10	18	9	4	16	18	17	19	17	19	13	11	10	17	17	283
ADRUSE	13	20	15	23	11	7	7	7	12	13	15	6	17	20	18	20	22	17	19	17	15	18	18	317
ADIBER	9	12	11	13	7	4	4	6	8	8	9	6	8	10	9	10	11	9	11	10	8	9	9	186
CMMeda	17	29	23	30	17	7	13	11	12	18	12	7	26	28	27	28	27	26	24	23	21	27	27	427
CMTrancoso	18	31	23	33	18	7	13	11	14	21	14	7	31	33	32	33	29	29	26	25	23	29	29	467
CMFCRodrig	17	26	21	29	17	7	12	11	13	19	16	7	26	28	27	28	27	24	24	22	20	26	26	420
CMAlmeida	14	19	16	20	14	7	12	11	11	12	11	7	19	20	19	19	19	16	20	17	17	17	17	318
CMCBeira	17	30	21	35	16	7	11	10	11	16	8	5	27	28	27	30	27	29	24	25	24	27	27	428
CMBelmonte	20	40	28	47	20	9	13	13	15	22	15	7	33	36	34	37	35	36	32	31	27	33	33	547
CMSabugal	12	22	17	24	15	8	11	11	8	13	6	5	21	21	21	22	20	22	19	19	18	22	22	338
CMFundão	14	21	16	21	16	5	10	8	9	12	10	5	18	20	19	20	20	19	19	19	17	19	19	318
CMINova	18	31	24	34	18	7	11	10	12	17	11	6	26	28	27	29	28	29	24	27	24	29	29	446
CMArganil	20	35	23	41	17	8	12	11	12	19	11	6	32	33	32	33	33	33	29	29	27	34	34	496
Dependência direta (Di)	309	490	379	542	299	139	220	199	234	309	218	120	446	465	456	484	470	447	430	415	375	451	451	7897

Legenda: Atores mais influentes/menos dependentes Atores mais dependentes

Fonte: Elaboração própria, a partir de resultados do *software* MACTOR

Por seu lado, a soma em coluna (Di) desta análise de dependência direta e indireta revela que a ADTAHP é o ator mais dependente do sistema, seguido pela CCDRC e pelas Câmaras Municipais de Almeida e de Celorico da Beira. Entre os atores menos dependentes destaque para o Grupo de Ação Local (ADIBER) e animação/artesanato, ambos os atores revelam particular dependência da ADTAHP, CCDRC, Turismo Centro de Portugal e câmaras municipais (Cf. Quadro 37). Estas relações de força encontram-se expostas no Plano de Influência e Dependência Direta e Indireta dos atores da Rede das Aldeias Históricas de Portugal (Cf. Figura 66).

Este Plano³⁸⁹ de forças permite-nos verificar os posicionamentos de cada ator em função da sua maior ou menor capacidade para condicionar as atuações dos restantes atores, a sua maior ou menor dependência relativamente a estes, para além dos respetivos papéis no jogo de atores.

A partir da consideração conjunta da influência e dependência diretas e indiretas dos atores, pode-se constatar que não existem atores muito influentes e pouco dependentes – “atores-chave”, ou seja, atores que desempenham um papel-chave no jogo de atores (quadrante 1). Ao invés, confirma-se que a ADTAHP e CCDRC são atores de charneira e/ou de ligação, dado o seu grande envolvimento no jogo já que são simultaneamente muito influentes e muito dependentes (quadrante 2), pelo que as suas atuações estão sujeitas a constrangimentos que devem ser tomados em conta no desenvolvimento de estratégias de intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal. A par destes, o quadrante é ainda constituído por mais oito atores muito influentes e dependentes: as Câmaras Municipais de Belmonte, Arganil, Trancoso, Mêda, Figueira de Castelo Rodrigo, Celorico da Beira e Idanha-a-Nova, mas também pelo Turismo Centro de Portugal. Estes dados não surpreendem já que a generalidade dos atores do sistema centram as suas dependências em torno destes atores para concretização dos seus objetivos pelas mais diversas razões, como já tivemos oportunidade de referir anteriormente (Cf. secção 2.1.1.). Por outro lado, deve acrescentar-se que estamos perante atores com forte responsabilidade na coordenação/execução dos programas de intervenção no território no âmbito das políticas públicas (CCDRC e ADTAHP), além das câmaras municipais que foram mobilizadas na implementação dos programas de intervenção e na composição dos órgãos da Associação de Desenvolvimento Turístico

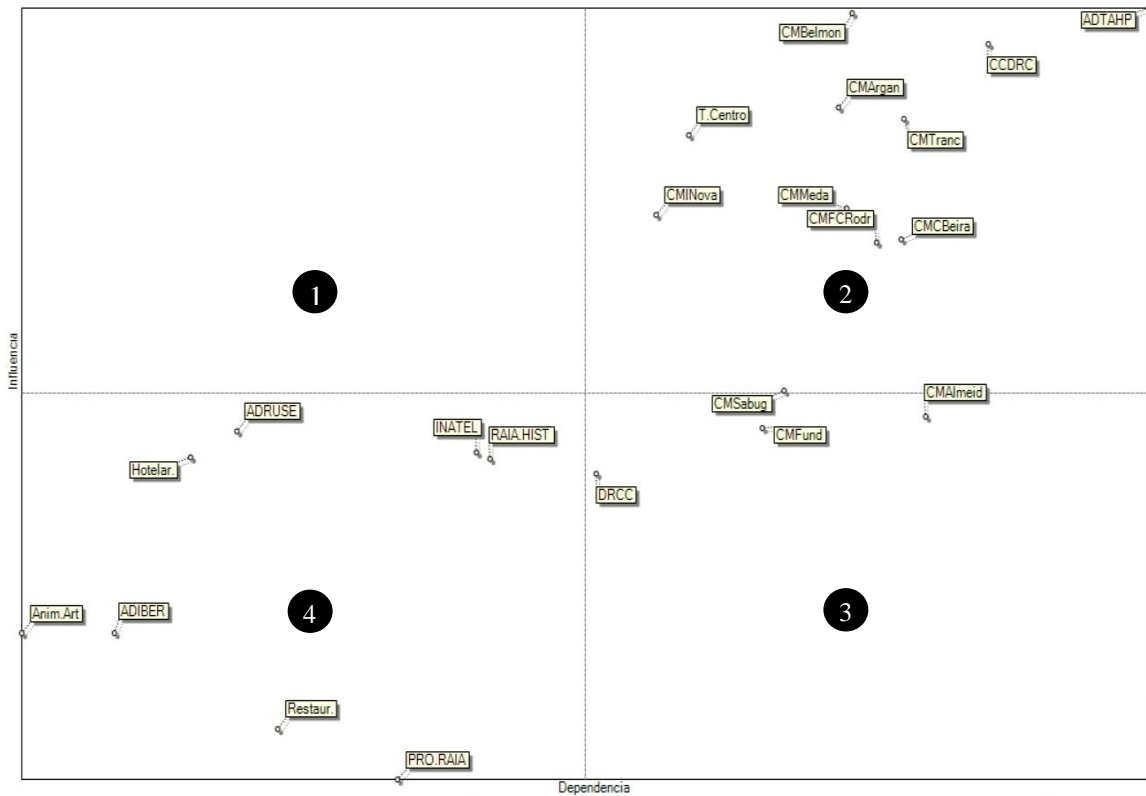
³⁸⁹ Este Plano de Influência/Dependência entre os atores é constituído a partir da definição dos pontos médios de motricidade de dependência, determinados pela média aritmética entre o maior e menor valor de influência/dependência (Saragoça, 2010).

das Aldeias Históricas de Portugal. Neste contexto, a coordenação da associação já foi exercida pelo presidente da Câmara Municipal de Arganil, sendo atualmente exercida pelo presidente da Câmara Municipal de Belmonte – municipalização da associação –, o que explica a forte influência e dependência dos atores do sistema em torno destes quatro atores em particular.

Como atores muito dependentes e com alguma influência (quadrante 3) temos as câmaras municipais de Almeida, Sabugal e Fundão. Estes atores ocupam uma posição intermédia, daí que há forte possibilidade de se tornarem atores charneira (reforço dos seus poderes), pese embora a sua forte dependência pelos atores mais influentes do sistema para concretização dos seus objetivos e projetos (ADTAHP e CCDRC). Há ainda a acrescentar, em termos do quadrante 3, junto ao eixo vertical a DRCC (Direção Geral da Cultura do Centro), um ator medianamente influente e dependente.

No quadrante 4, encontram-se posicionados os atores menos influentes e menos dependentes do sistema da Rede das Aldeias Históricas de Portugal – os atores independentes –, que não interagem e/ou participam de forma significativa com os outros atores do sistema. Esta situação leva-nos a questionar o papel desempenhado pelos principais atores (mais influentes) no funcionamento sistema em estudo nos últimos anos, já que uma boa parte dos atores se encontra “desligado” da dinâmica sistema. Esta questão assume particular interesse quando se verifica a fraca participação de atores estruturantes nos processos de desenvolvimento e na dinâmica e eficiência do sistema turístico, entre os quais: Grupos de Ação Local (Raia Histórica, ADRUSE, ADIBER e Pró-Raia), INATEL, hotelaria, animação/artesanato e restauração. Por este motivo, a nossa atenção não se pode prender apenas nos atores de charneira ou de ligação, mas também nos atores mais “fragilizados” neste jogo, já que os atores muito pouco influentes e dependentes (quadrante 4), poderão valer-se da menor dependência para, com uma correta política de alianças, fazer valer algumas das suas posições no jogo de atores, em particular os Grupos de Ação Local, tendo em conta as suas competências no campo do desenvolvimento local e regional.

Figura 66 - Plano de influência e dependência direta e indireta dos atores da Rede das Aldeias Históricas de Portugal



Fonte: Elaboração própria, a partir de resultados do *software* MACTOR

Da análise precedente, podemos sistematizar o jogo de atores em três ideias-chave: (i) no sistema não existe um ator-chave com capacidade de influenciar o sistema mas que seja pouco influenciado; (ii) os atores de charneira são a ADTAHP, CCDRC e as câmaras municipais de Belmonte e Arganil face a capacidade de influência dos processos de negociação, coordenação e execução das políticas públicas no território das Aldeias Históricas de Portugal, uma capacidade que se alastra ao poder municipal através do exercício de funções de coordenação daquele que podia desempenhar um papel chave neste jogo de atores – ADTAHP –, enquanto ator-chave do sistema (muito influente e pouco dependente); (iii) o facto de existirem um número significativo de atores muito influentes e muito dependentes faz deste um sistema instável, pois os atores com alguma capacidade de liderança sofrem fortes pressões, o que os torna vulneráveis e muito dependentes dos outros para a concretização dos seus objetivos.

2.2.2. Relação de forças e posição relativa dos atores

Para tornar mais clara a relação de forças que cada ator tem sobre os outros e as suas funções no processo de decisão, procedemos à determinação dos fatores de força de cada ator (R_i) – cálculo do indicador normalizado do poder dos atores associados –, com base na matriz de influência indireta. Este indicador tem em conta a influência, a dependência e a retroação de cada ator e é normalizado pela respetiva média. Esta normalização faz com que um ator tenha mais poder do que a média se o respetivo R_i for superior a 1 (Saragoça, 2010). Quer isto significar que quanto maior o fator de força, maior é o poder que o ator tem para impor os seus interesses dentro do sistema, isto é, os atores com força maior que 1 tendem a ser influentes no sistema e os atores que apresentam fator de força inferior a 1 tendem a ser dependentes dentro do sistema.

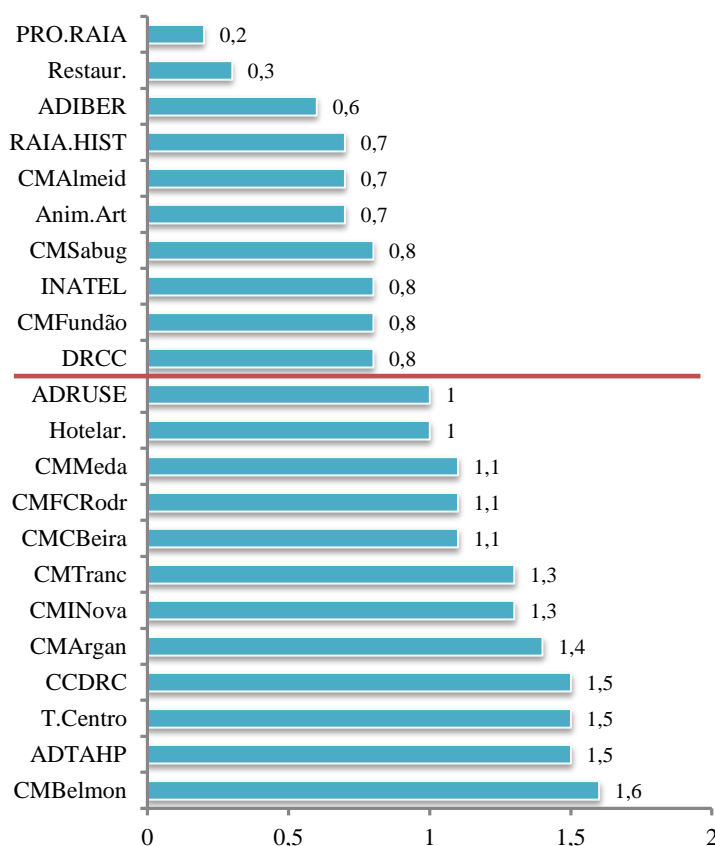
Assim, a relação de forças de um ator será tão mais elevada quanto maior for a sua influência, baixa dependência e a fraca retroação. O ator que tem uma forte influência e dependência, simultaneamente, e uma retroação importante originará uma relação de forças fracas. Por oposição, o ator que têm uma influência moderada, mas uma dependência e uma retroação nulas resultará numa relação de forças significativa. Ora isto significa que no cálculo da relação de forças de um ator tem de se considerar não apenas a sua influência, mas também a sua dependência e o efeito de retroação.

Neste caso, os resultados obtidos pelo R_i (Cf. Figura 67), revelam algumas mudanças face aos da matriz de influências diretas e indiretas (MIDI) e Plano de influência/dependência, destacando-se a Câmara Municipal de Belmonte no primeiro lugar deste indicador e a “colagem” do Turismo Centro de Portugal aos atores considerados com maior influência. Assim, os atores com maior capacidade de tomar decisões e influenciar e/ou condicionar as atuações dos restantes atores do sistema são, por ordem decrescente: a Câmara Municipal de Belmonte, a ADTAHP, o Turismo Centro de Portugal, a CCDRC, as Câmaras Municipais de Arganil, Idanha-a-Nova e Trancoso. A estes atores motrizes somam-se as Câmaras Municipais de Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo e Mêda, o Grupo de Ação Local ADRUSE e a hotelaria, que, conforme se constata na Figura 67, apresentam fatores de força (R_i) acima de 1.

Ao invés, o Grupo de Ação Local Pró-Raia e restauração são os atores com menor capacidade de influenciar e/ou impor os seus interesses dentro do sistema, aos quais se juntam também os Grupos de Ação Local ADIBER, Raia Histórica, as Câmaras

Municipais de Almeida, Sabugal e Fundão, a animação/artesanato, o INATEL e a Direção Geral da Cultura do Centro. Estes dados confirmam, novamente, o modelo de governança no território de hierarquia verticalizado e excessivamente institucionalizado pelo poder local, o qual retira capacidade de intervenção de atores como os Grupos de Ação Local.

Figura 67 - Histograma das relações de força MIDI (Ri)



Fonte: Elaboração própria, a partir de resultados do *software* MACTOR

Nesta análise das relações de força entre atores, considerou-se também o Balanço Líquido das Influências dos Atores. Este indicador permite analisar se, em termos líquidos, um determinado ator influencia mais do que é influenciado, isto é, mede para cada ator o diferencial das influências diretas e indiretas. De acordo com Perestrelo (2005:176), o Balanço Líquido das Influências (BL) “do ator *i* relativamente ao ator *j* é a diferença entre a influência direta e indireta de *i* sobre *j* e a influência direta e indireta de *j* sobre *i*”, já que cada ator exerce (e recebe) influências diretas e indiretas de 2^a ordem sobre ou parte de cada um dos outros atores. Em termos práticos, o balanço é positivo (sinal +) quando o ator *i* (nas linhas da matriz) influencia direta e indiretamente

o ator j (nas colunas da matriz) mais do que é influenciado por este ator. A situação é oposta quando o saldo do balanço líquido é negativo (sinal -).

Dos cálculos da matriz de distâncias líquidas entre atores (Cf. Quadro 38) através do MACTOR, confirma-se a existência de desequilíbrios nas relações de poder entre os atores, por um lado, e, por outro, identificam-se os atores que têm mais influências do que as que recebem. Em termos globais vemos que o balanço líquido das influências diretas e indiretas mais elevado é da Câmara Municipal de Belmonte sobre a Câmara Municipal de Almeida (Quadro 38).

Quadro 38 - Matriz de distâncias líquidas entre atores

BL	INATEL	CCDRC	T.Centro	ADTAHP	DRCC	Anim.Art	Restaur.	Hotelar.	PRO.RAIA	RAIA.HIST	ADRUSE	ADIBER	CMMeda	CMTrancoso	CMFCRodrig	CMAAlmeida	CMCBeira	CMBelmonte	CMSabugal	CMFundão	CMINova	CMArganil	Soma
INATEL		-2	-3	-4	-1	-3	4	-3	5	-3	-6	-3	0	-1	0	3	2	-1	5	3	-1	-1	-10
CCDRC	2		-4	8	2	-1	6	-4	9	3	-6	-5	5	3	8	15	5	-7	9	7	-5	-1	49
T.Centro	3	4		6	3	-2	7	-5	9	5	-2	-4	8	8	10	16	10	3	11	10	1	7	108
ADTAHP	4	-8	-6		3	-2	6	-3	9	2	-7	-6	4	3	6	17	2	-10	8	11	-6	-4	23
DRCC	1	-2	-3	-3		-4	5	-8	5	1	-2	-1	0	-1	0	2	1	-4	2	1	-2	0	-12
Anim.Art	3	1	2	2	4		4	0	4	2	0	1	4	4	4	3	4	1	4	6	4	3	60
Restaur.	-4	-6	-7	-6	-5	-4		-8	2	-4	-2	-1	-6	-6	-5	-6	-3	-6	-4	-3	-4	-4	-92
Hotelar.	3	4	5	3	8	0	8		8	6	4	-1	6	6	6	6	7	3	5	8	4	5	104
PRO.RAIA	-5	-9	-9	-9	-5	-4	-2	-8		-6	-8	-6	-8	-9	-8	-5	-4	-9	-3	-4	-8	-6	-135
RAIA.HIST	3	-3	-5	-2	-1	-2	4	-6	6		-4	-4	-2	-3	-2	7	1	-3	0	-1	-7	-2	-26
ADRUSE	6	6	2	7	2	0	2	-4	8	4		-3	5	6	2	9	14	2	13	7	4	7	99
ADIBER	3	5	4	6	1	-1	1	1	6	4	3		1	3	2	3	6	2	6	5	2	3	66
CMMeda	0	-5	-8	-4	0	-4	6	-6	8	2	-5	-1		-3	1	9	0	-7	3	5	-5	-5	-19
CMTrancoso	1	-3	-8	-3	1	-4	6	-6	9	3	-6	-3	3		4	13	1	-7	5	5	-5	-4	2
CMFCRodrig	0	-8	-10	-6	0	-4	5	-6	8	2	-2	-2	-1	-4		9	0	-10	3	3	-7	-6	-36
CMAAlmeida	-3	-15	-16	-17	-2	-3	6	-6	5	-7	-9	-3	-9	-13	-9		-11	-21	-2	-3	-12	-16	-166
CMCBeira	-2	-5	-10	-2	-1	-4	3	-7	4	-1	-14	-6	0	-1	0	11		-6	4	5	-4	-6	-42
CMBelmonte	1	7	-3	10	4	-1	6	-3	9	3	-2	-2	7	7	10	21	6		10	12	-2	0	100
CMSabugal	-5	-9	-11	-8	-2	-4	4	-5	3	0	-13	-6	-3	-5	-3	2	-4	-10		0	-6	-7	-92
CMFundão	-3	-7	-10	-11	-1	-6	3	-8	4	1	-7	-5	-5	-3	3	-5	-12	0		-10	-10	-97	
CMINova	1	5	-1	6	2	-4	4	-4	8	7	-4	-2	5	5	7	12	4	2	6	10		2	71
CMArganil	1	1	-7	4	0	-3	4	-5	6	2	-7	-3	5	4	6	16	6	0	7	10	-2		45

Legenda: Atores que exercem uma influência superior à que recebem Atores que recebem influências superiores à que exercem

Fonte: Elaboração própria, a partir de resultados do *software* MACTOR

A partir da matriz de distâncias líquidas entre atores é, então, possível verificar que o Turismo Centro de Portugal (108), a hotelaria (104), a Câmara Municipal de Belmonte (100), a ADRUSE (99), a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova (71), a ADIBER (66), a animação/artesanato (60), a CCDRC (49), a Câmara Municipal de Arganil (45), a ADTAHP (23) e a Câmara Municipal de Trancoso (2) são os atores que exercem uma influência superior à que recebem, ou seja, têm um balanço líquido total positivo (Cf. Quadro 38). Interessante não deixa de ser constatar que alguns atores (como hotelaria, ADRUSE, ADIBER e animação/artesanato) que são quase menosprezados no Plano de Influências e Dependências entre atores (posicionados no quadrante 4) (Cf. Figura 66),

pela sua participação pouco relevante no sistema, assumem uma importância muito mais expressiva na dinâmica do sistema da Rede das Aldeias Históricas de Portugal. Outro dado relevante é o fortíssimo balanço líquido positivo do Turismo Centro de Portugal, a hotelaria, a Câmara Municipal de Belmonte e a ADRUSE nas respetivas relações de poder com os atores mais influenciados (Quadro 39).

Quadro 39 - Sistematização do Balanço Líquido de Influências entre atores

Balanço Líquido de Influências		
1º	Turismo do Centro	108
2º	Hotelaria	104
3º	CM Belmonte	100
4º	ADRUSE	99
5º	CM Idanha-a-Nova	71
6º	ADIBER	66
7º	Animação/Artesanato	60
8º	CCDRC	49
9º	CM Arganil	45
10º	ADTAHP	23
11º	CM Trancoso	2
12º	INATEL	-10
13º	DRCC	-12
14º	CM Mêda	-19
15º	Raia Histórica	-26
16º	CMFCRodrigo	-36
17º	CMCBeira	-42
18º	Restaur.	-92
19º	CMSabugal	-92
20º	CMFundão	-97
21º	PRO-RAIA	-135
22º	CMA Almeida	-166

Fonte: Elaboração própria, através do Balanço Líquido de Influências do *software* MACTOR

Já os atores Câmara Municipal de Almeida (-166), Pró-Raia (-135), as Câmaras Municipais do Fundão (-97) e Sabugal (-92), a restauração (-92), as Câmaras Municipais de Celorico da Beira (-42) e Figueira de Castelo Rodrigo (-36), a Raia Histórica (-26), a Câmara Municipal de Mêda (-19), a DRCC (-12) e o INATEL (-10) têm um balanço líquido negativo, o que significa que dependem mais do que influenciam (Cf. Quadro 39). Neste caso, confirma-se a relação de dependência da maioria das câmaras municipais, da restauração, dos Grupos de Ação Local (Pró-Raia e Raia Histórica), mas também da DRCC e INATEL, o que não surpreende face a dependência do poder local dos atores com maior capacidade de influência no sistema turístico, particularmente pelos atores com capacidade de financiar projetos e de promover e/ou dinamizar o destino turístico Aldeias Históricas de Portugal.

Desta análise de relações de força podemos concluir que a dinâmica do sistema Rede das Aldeias Históricas de Portugal será certamente mais influenciada pelo grupo de atores que influenciam mais o sistema do que são influenciados por este, muito embora alguns destes atores possuam menos meios para concretização dos seus objetivos e/ou menor capacidade na tomada de decisões como, por exemplo, a animação/artesanato e os Grupos de Ação Local. Ora, é precisamente sobre o comportamento dos atores relativamente aos objetivos estratégicos que possuem para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, que se centra a próxima secção.

2.3. Estudo do grau de implicação dos atores na concretização de objetivos

A partir da informação recolhida junto dos informantes-chave do sistema sobre as formas de relação que cada ator estabelece com os objetivos estratégicos, anteriormente apresentados (Cf. secção 2.1.1.), procedemos a outra das etapas fundamentais da estratégia de atores, isto é, quantificação das posições assumidas pelos 22 atores do sistema face a cada um dos objetivos, com base na Matriz Atores X Objetivos das Posições Valorizadas (2 MAO). Isto porque, como já se referiu, os objetivos não têm todos o mesmo grau de importância para os diversos atores, um ator pode-se posicionar perante um determinado objetivo com um maior ou menor grau de envolvimento/grau de implicação no sistema. Por isso, quanto maior for o grau de envolvimento e/ou intensidade (soma em linha), maior será a importância atribuída dos atores a cada objetivo para a concretização de estratégias de intervenção na Rede das Aldeias Históricas de Portugal.

Na nossa análise, utilizamos uma escala que varia de 0 e 4, em que 0 corresponde a objetivo nada importante (pouco consequente para o ator), 1 o ator é favorável ao objetivo, o qual poderá contribuir para a concretização das suas estratégias (é indispensável a esses processos operatórios, tais como gestão, etc.), 2 o objetivo é moderadamente importante para a concretização das estratégias do ator (coloca em causa a emergência de projetos do ator, sendo-lhe indispensável à sua concretização), 3 o objetivo é muito importante pois coloca em causa o cumprimento da missão do ator na Rede das Aldeias Históricas de Portugal, 4 o objetivo é extremamente importante para a concretização das estratégias do ator (coloca em causa a própria existência do ator).

Uma leitura global aos resultados obtidos com a Matriz das Posições Valorizadas (2 MAO) permite-nos afirmar que, por um lado, há atores mais ou menos mobilizados e

implicados com maior ou menor intensidade na concretização dos objetos propostos e, por outro, há objetivos mais ou menos mobilizadores. Assim, e como é visível na matriz (Cf. Quadro 40), o ator mais implicado³⁹⁰ neste jogo de atores é o Turismo Centro de Portugal (107), seguido da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova (105) e Grupo de Ação Local Pró-Raia (102), uma vez que os objetivos para que estão mobilizados têm um grau de importância elevado. De facto, comparando com a 1 MAO, há uma afirmação do posicionamento destes três atores no jogo de atores e a menor mobilização da ADTAHP e das Câmaras Municipais de Arganil e Sabugal. Ainda assim, os atores menos mobilizados e implicados nos objetivos propostos são a ADIBER (39), a restauração (45), o INATEL (47) e Raia Histórica (54).

No entanto, se compararmos as matrizes 1MAO e 2MAO com a 3MAO³⁹¹ (Quadro 2 do Anexo 11), verifica-se uma inversão no grau de implicação do ator Pró-Raia, o qual passa de ator mais mobilizador deste conjunto de objetivos para, respetivamente, penúltimo, no grau de mobilização relativamente aos outros atores no jogo de relações de força (3MAO).

Quadro 40 - Matriz Atores X Objetivos das Posições Valorizadas (2 MAO)

2 MAO	ObjA1	ObjA2	ObjA3	ObjA4	ObjA5	ObjA6	ObjA7	ObjB8	ObjB9	ObjB10	ObjB11	ObjC12	ObjC13	ObjC14	ObjD15	ObjD16	ObjD17	ObjD18	ObjD19	ObjD20	ObjD21	ObjE22	ObjE23	ObjF24	ObjF25	ObjF26	ObjF27	Implicação dos Atores
INATEL	1	2	3	2	1	2	2	2	2	2	2	2	0	2	0	2	2	2	2	2	2	2	0	2	2	2	2	47
CCDR	3	4	4	4	4	3	3	4	4	3	4	4	4	4	0	3	4	2	3	4	4	3	4	3	4	3	3	92
T.Centro	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	3	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	107
ADTAHP	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	2	4	4	4	3	3	2	2	2	2	2	4	4	94
DRCC	2	4	1	2	1	4	3	3	4	4	3	2	3	0	4	3	4	3	4	3	2	2	4	3	4	2	2	74
Anim.Art	2	3	3	2	2	3	3	2	0	2	3	2	3	3	0	3	2	3	3	3	3	3	3	3	0	3	3	65
Restaur.	2	4	2	2	2	0	3	1	0	0	3	2	0	2	0	2	2	2	4	3	2	0	0	0	3	2	2	45
Hotelar.	2	3	3	3	3	0	4	0	0	0	3	3	0	4	0	3	3	4	4	4	4	3	0	0	3	3	3	62
PRO.RAIA	3	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	3	2	4	4	4	3	3	4	4	4	4	4	4	4	4	4	102
RAIA.HIST	0	0	0	1	0	0	3	3	2	1	3	1	2	3	0	3	1	2	2	4	4	2	3	4	4	3	3	54
ADRUSE	3	3	3	3	3	2	3	3	3	3	3	2	2	3	0	3	3	3	3	3	3	2	2	2	2	4	4	74
ADIBER	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	2	2	1	1	0	2	2	1	1	2	2	1	2	1	3	2	3	39
CMMeda	2	2	3	3	2	3	3	4	3	0	3	3	3	4	0	3	4	4	4	3	3	0	0	3	4	3	3	72
CMTranc	3	3	3	3	3	2	3	0	0	4	3	3	3	4	0	4	3	3	4	4	4	0	0	0	4	0	0	70
CMFCRodr	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	0	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	78
CMAlmeid	3	2	3	3	3	4	3	4	0	4	3	3	0	4	3	4	4	4	4	4	3	4	3	3	4	3	3	85
CMCBeira	1	1	2	2	3	2	4	4	4	4	4	3	4	4	0	4	4	4	4	4	4	4	2	4	4	3	4	87
CMBelmon	3	4	4	3	3	4	3	3	4	4	3	3	2	3	0	3	3	4	4	4	4	3	3	3	4	4	3	88
CMSabug	2	3	4	3	3	3	4	4	4	4	3	2	3	2	4	4	3	3	3	3	3	3	4	4	4	4	2	88
CMFund	2	2	3	2	2	4	3	4	3	4	3	3	4	3	0	2	3	4	4	4	4	3	4	2	4	1	3	80
CMINova	4	4	4	4	4	4	4	4	4	3	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	3	3	4	4	4	105
CMArgan	2	2	4	3	3	2	4	4	4	3	3	3	3	4	3	3	3	3	3	4	4	4	3	3	4	4	4	89
Mobilização dos objetivos	52	62	65	61	58	58	71	66	57	61	71	61	52	73	21	71	68	70	73	75	72	56	56	52	77	69	69	

Legenda: Atores mais implicados/objetivos mais mobilizadores Atores menos implicados/objetivo menos mobilizador

Fonte: Elaboração própria, a partir do software MACTOR

³⁹⁰ O grau de implicação de um determinado ator corresponde a soma dos valores absolutos das suas posições valorizadas sobre cada objetivo (soma em linha).

³⁹¹ A matriz das posições valorizadas e ponderadas (3MAO) é calculada pelo MACTOR, a partir da 2MAO, multiplicando-a por Ri (coeficiente de relações de força normalizado).

Em relação aos objetivos mais valorizados pelo conjunto dos atores (Quadro 40), destaca-se o objetivo 25 (Potenciar a dinamização das economias locais como a agricultura, agroindústria, turismo, lazer e bem-estar), logo seguido do 20 (Implementar/potenciar uma estratégia de visitação no espaço da Rede das Aldeias Históricas de Portugal), do 19 (Diversificar os canais de comunicação com o exterior da Rede (fomentando um maior envolvimento dos agentes ligados ao turismo), do 14 (Facilitar/partilhar a circulação de informação entre parceiros) e do 21 (Desenvolver/promover atividades ligadas ao turismo criativo e património imaterial). Estamos perante objetivos que envolvem a dinamização da economia local, novas formas de comunicação/divulgação do destino turístico Aldeias Históricas de Portugal e de novas metodologias de participação. Importa acrescentar que estes objetivos são muito importantes para os três primeiros atores. Comparando com a 3MAO,   de salientar, igualmente, o reforço das posições destes objetivos como os implicam, com maior intensidade, o conjunto dos atores e/ou os atores mais revelantes na relação de forças (Quadro 2 do Anexo 11).

À semelhança da classificação obtida na 1 MAO, também na 2MAO (Quadro 36) a revisão das Aldeias Históricas de Portugal que compõem a Rede (Obj15) continua a ser de forma significativa o objetivo que menos atores mobiliza, ainda assim, mobiliza sete atores alguns dos quais com particular influência na relação de forças, nomeadamente: Turismo Centro de Portugal, a Pr -Raia, as Câmaras Municipais de Idanha-a-Nova, Almeida, Sabugal e Arganil e a ADTAHP. Este objetivo continua a ser pouco consensual e mobilizador na matriz 3MAO (Quadro 2 do Anexo 11), uma vez que regista um baixo grau de intensidade ponderado pelas relações de força dos atores.

Realce-se, contudo, que os objetivos mais mobilizadores estão associados a necessidades como a cooperação territorial, novas formas de governação territorial (adoção de um modelo de governança horizontal), acompanhado de metodologias participativas, dinamização do território com o desenvolvimento de uma atividade turística estruturada e aberta para os destinos de proximidade, mas também uma necessidade de potenciar a economia local com o desenvolvimento de atividades outrora importantes como a agricultura e agroind ria. Em oposição, objetivos como a autonomia da Rede das AHP ao nível dos financiamentos externos, a implementação de sistemas de monitorização e avaliação dos Programas de intervenção na Rede, as competências dos técnicos na gestão de redes, a participação das IES (instituições de

ensino superior) nos processos de desenvolvimento, o desenvolvimento de um modelo de planeamento integrado, o envolvimento de todos os “nós” da Rede nos processos, a partilha de recursos (humanos e logísticos) e o diálogo do ator com o poder central são os menos importantes para os atores no jogo de atores, além do já referido objetivo 15.

Para dar maior expressão visual ao posicionamento dos objetivos sobre os quais os atores se posicionam de igual forma, através do Plano de Distâncias Líquidas entre objetivos (Cf. Figura 68), calculado pelo *software* MACTOR.

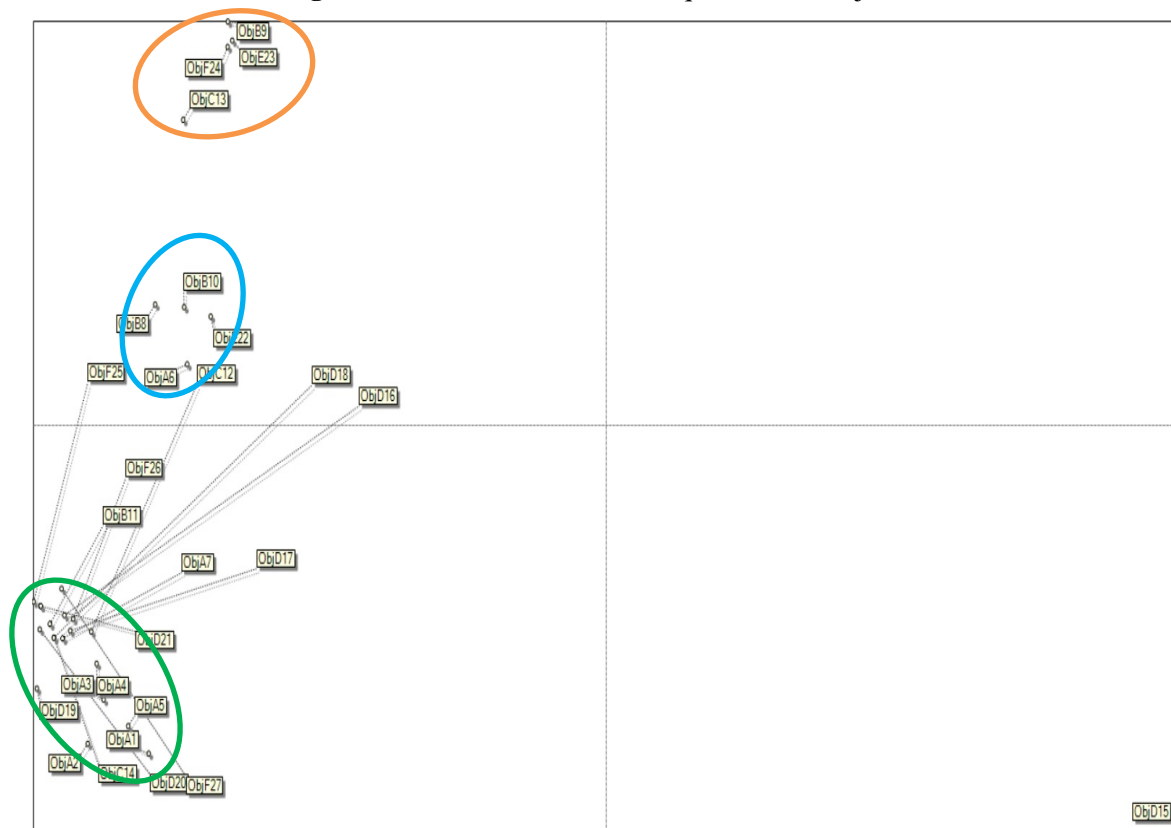
Numa primeira abordagem, podemos verificar no Plano (Figura 68) a existência de três grupos de objetivos sobre os quais os atores são mais convergentes. Um primeiro grupo (sublinhado a verde no quadrante inferior esquerdo) concentra metade dos objetivos propostos para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal. Ainda assim, podemos destacar um núcleo “duro” de objetivos sobre os quais os atores convergem fortemente, com particular destaque para o potenciar a dinamização das economias locais (Objetivo 25); o desenvolver/promover atividades ligadas ao turismo criativo e património imaterial (Objetivo 21); o implementar/potenciar uma estratégia de visitação no espaço da Rede das AHP (Objetivo 20); o reforçar a motivação para o desenvolvimento/participação em atividades conjuntas (Objetivo 11); o divulgar/promover junto do cidadão comum o projeto da Rede das Aldeias Históricas de Portugal (Objetivo 16); o diversificar os canais de comunicação com o exterior da Rede (Objetivo 19); o facilitar/partilhar a circulação de informação entre parceiros (Objetivo 14); o potenciar as relações transfronteiriças (Objetivo 18); e o implementar ou potenciar uma rede de partilha/troca de experiências (cooperação e integração em redes nacionais e internacionais) (Objetivo 7). As distâncias líquidas destes objetivos são consideradas como muito importantes (Figura 1 do Anexo 11), o que deixa antever fortes consensos no desenvolvimento de estratégias de intervenção para a Rede.

No mesmo grupo, podemos ainda constatar num segundo “anel” (Cf. Figura 68), distâncias líquidas consideradas como relativamente importantes em torno de: favorecer o aparecimento/participação em metodologias participativas (Objetivo 12); ampliar a transparência da organização em rede (Objetivo 4); envolver os novos atores (neorurais) no processo de dinamização da Rede das AHP (Objetivo 26); favorecer a participação da entidade em outras iniciativas/projetos nacionais e internacionais (Objetivo 17); melhorar o aproveitamento/canalização dos fundos estruturais para a dinâmica da parceria (Objetivo 27); potenciar a integração organizacional com outros

atores da Rede das AHP (Objetivo 3); aumentar os níveis de partilha de recursos humanos e logísticos (Objetivo 5); valorizar as competências relacionais no trabalho conjunto (Objetivo 2); e aumentar o nível de competências dos técnicos na área da gestão de redes (Objetivo 1). Esta proximidade dos atores sobre os objetivos poderá ser uma oportunidade para o desenvolvimento de um conjunto de estratégias de intervenção na Rede das Aldeias Históricas de Portugal (Cf. Figura 1 do Anexo 11), tendo em conta a possibilidade de haver consensos mobilizadores no desenvolvimento de ações estratégicas comuns e preferencialmente em parceria.

Numa posição intermédia, situa-se o segundo grupo (assinalado a azul no quadrante superior esquerdo), constituído por quatro objetivos: criar um projeto comum para o território e uma estrutura de missão (Objetivo 8); desenvolver/promover atividades de capacitação institucional e/ou sensibilização dos parceiros da Rede das AHP para uma cultura de parceria (Objetivo 10); envolver as instituições de ensino no processo de desenvolvimento regional (Objetivo 22); e potenciar a capacidade de diálogo da entidade com o poder central (Objetivo 6). Estes objetivos convergem para a possibilidade de uma atuação conjunta na construção de um projeto de animação territorial inspirado em novas metodologias de intervenção territorial.

Neste Plano de distâncias líquidas, destaca-se um terceiro grupo de objetivos, composto igualmente por quatro objetivos, embora com níveis de posicionamento divergentes face aos anteriores grupos, dado que estão distantes dos principais objetivos convergentes, a saber: implementar/melhorar o sistema de monitorização e avaliação partilhada dos Programas das AHP (Objetivo 13); tornar a gestão da Rede das AHP autónoma de financiamentos externos (Objetivo 24); desenvolver um modelo de planeamento integrado (visão multiescalar e interescalar) (Objetivo 23); e envolver todos os nós (entidades) da Rede no processo de parceria (Objetivo 9). Ainda assim, o objetivo que apresenta maior divergência entre os atores é a revisão da Rede das Aldeias Históricas de Portugal (Objetivo 15), uma vez que apresenta o maior distanciamento face ao conjunto dos objetivos.

Figura 68 - Plano de distâncias líquidas entre objetivos

Fonte: Elaboração própria, a partir do *software* MACTOR

Com base no posicionamento dos objetivos no Plano, podemos concluir de forma sucinta que quanto maior for a proximidade dos atores sobre os objetivos a alcançar, maior será a possibilidade de desenvolvimento e concretização das ações estratégicas na Rede das Aldeias Históricas de Portugal no futuro (grupo 1 e 2). Pelo contrário, quando os objetivos estão afastados uns dos outros são remotas as possibilidades de concretização no conjunto dos atores, já que apenas um número reduzido de atores se mobiliza em torno desses objetivos (grupo 3 e objetivo 15).

Posto isto, torna-se estruturante, determinar o posicionamento de cada ator face a cada um dos objetivos enunciados no inquérito por questionário aos informantes-chave. A próxima secção centra-se na análise das convergências entre os diferentes atores para os vários objetivos.

2.4. Convergência dos atores face aos objetivos

Para terminar esta análise estratégica de atores, procedemos a determinação das relações de convergência dos atores do sistema em relação ao conjunto de objetivos estratégicos,

isto é, identificação para cada par de atores da intensidade média de convergência quando dois “jogadores” têm a mesma posição (ambos de acordo ou ambos em oposição face a um objetivo), com base na Matriz de Convergência Valorizada e Ponderada dos Atores X Atores (3CAA)³⁹² (Cf. Quadro 41). Esta matriz apresenta a percentagem de convergências do conjunto de atores sobre o conjunto de objetivos propostos (quanto mais elevado é o número das células, maior é a convergência), mas também pondera a hierarquização dos objetivos e as relações de força existentes entre eles.

Neste caso, os dados obtidos (Quadro 41) revelam que o ator com o maior número de convergências é o Turismo Centro de Portugal, seguido da Câmara Municipal de Belmonte, ADTAHP, CCDRC e das Câmaras Municipais de Idanha-a-Nova e Arganil. Situação inversa é registada pela restauração que em matéria de convergências ocupa o último lugar, seguida dos Grupos de Ação Local Pró-Raia e a Raia Histórica ao registarem o menor de convergências (Quadro 41).

Quadro 41 - Matriz de convergência valorizada e ponderada (3CAA)

3 CAA	INATEL	CCDRC	T.Centro	ADTAHP	DRCC	Anim.Art	Restaur.	Hotelar.	PRO-RAIA	RAIA.HIST	ADRUSE	ADIBER	CMMeda	CMTrancoso	CMFCRodrig	CMAlmeida	CMCBeira	CMBelmonte	CMSabugal	CMFundão	CMINova	CMArganil
INATEL	0	84,3	92,1	84,5	45,8	38,9	21,1	47,2	26,7	33,3	55,8	31	54,5	58,4	58,8	45,7	63,3	87,3	52	47,2	82,1	75,7
CCDRC	84,3	0	149,4	140,3	99,4	89,9	58	83,4	78,4	76,6	109,1	82,9	104	101,1	113,3	92,7	118,9	142,6	105,6	100,7	138	131,1
T.Centro	92,1	149,4	0	152,6	108	98,5	63,7	89,8	89,6	83,8	117,6	91,4	111,1	108,2	121,9	104,6	127,5	151,2	117,3	109,3	151,5	144,1
ADTAHP	84,5	140,3	152,6	0	98,8	89,4	59,1	83,7	79,7	74,6	108,5	82,3	105	103,6	112,7	94,7	118,4	142	107,4	100,1	141,6	134,2
DRCC	45,8	99,4	108	98,8	0	49,9	25,1	51,7	37	44,2	67,6	41,4	65,9	66,3	71,8	55	77,5	101,2	64,2	59,2	96,5	89,7
Anim.Art	38,9	89,9	98,5	89,4	49,9	0	22,8	49,3	30,2	37,4	59,6	34,7	59,4	63,3	63,8	49,9	68,8	91,4	56,1	51,7	87,4	80,4
Restaur.	21,1	58	63,7	59,1	25,1	22,8	0	36,3	11,8	19,4	36,2	15,8	40,3	44,5	37,3	28,1	41,1	59,3	31,3	27,1	56,8	51,1
Hotelar.	47,2	83,4	89,8	83,7	51,7	49,3	36,3	0	38	40,8	61,8	41,7	62,6	69,2	63,4	54,2	66,1	85,4	57,1	52,9	82,9	77,3
PRO-RAIA	26,7	78,4	89,6	79,7	37	30,2	11,8	38	0	26,4	46,6	20,4	48,2	50,8	37,2	56,5	80,2	44,4	38,3	78,5	71,1	
RAIA.HIST	33,3	76,6	83,8	74,6	44,2	37,4	19,4	40,8	26,4	0	51,3	30,8	52,1	50,3	54,6	41,6	63,4	77,4	49	45,3	74,1	71,5
ADRUSE	55,8	109,1	117,6	108,5	67,6	59,6	36,2	61,8	46,6	51,3	0	51,1	76,2	76,8	81,5	64,4	87,1	110,8	73,8	68,9	106,2	99,3
ADIBER	31	82,9	91,4	82,3	41,4	34,7	15,8	41,7	20,4	30,8	51,1	0	52,4	54,6	55,3	40,2	60,9	84,6	47,7	42,7	80	73,1
CMMeda	54,5	104	111,1	105	65,9	59,4	40,3	62,6	48,2	52,1	76,2	52,4	0	77,3	79,1	62,3	84,1	105,2	71,9	67,3	102	94,8
CMTrancoso	58,4	101,1	108,2	103,6	66,3	63,3	44,5	69,2	50,8	50,3	76,8	54,6	77,3	0	79	66	82,9	103,5	71,8	68,6	99,9	92,4
CMFCRodrig	58,8	113,3	121,9	112,7	71,8	63,8	37,3	63,4	50,9	54,6	81,5	55,3	79,1	79	0	67,9	91,4	115,1	78,1	73,1	110,4	103,6
CMAlmeida	45,7	92,7	104,6	94,7	55	49,9	28,1	54,2	37,2	41,6	64,4	40,2	62,3	66	67,9	0	72,4	95,6	63	56	94,3	87,3
CMCBeira	63,3	118,9	127,5	118,4	77,5	68,8	41,1	66,1	56,5	63,4	87,1	60,9	84,1	82,9	91,4	72,4	0	120,7	83,7	78,8	116	109,2
CMBelmonte	87,3	142,6	151,2	142	101,2	91,4	59,3	85,4	80,2	77,4	110,8	84,6	105,2	103,5	115,1	95,6	120,7	0	107,4	102,5	139,7	132,9
CMSabugal	52	105,6	117,3	107,4	64,2	56,1	31,3	57,1	44,4	49	73,8	47,7	71,9	71,8	78,1	63	83,7	107,4	0	65,5	106,3	98,9
CMFundão	47,2	100,7	109,3	100,1	59,2	51,7	27,1	52,9	38,3	45,3	68,9	42,7	67,3	68,6	73,1	56	78,8	102,5	65,5	0	97,8	91
CMINova	82,1	138	151,5	141,6	96,5	87,4	56,8	82,9	78,5	74,1	106,2	80	102	99,9	110,4	94,3	116	139,7	106,3	97,8	0	133
CMArganil	75,7	131,1	144,1	134,2	89,7	80,4	51,1	77,3	71,1	71,5	99,3	73,1	94,8	92,4	103,6	87,3	109,2	132,9	98,9	91	133	0
Nº de convergências	1185,7	2199,5	2383	2213,3	1416,1	1272,9	786,1	1294,9	1040,8	1098	1610,1	1115,1	1575,6	1588,6	1683	1373	1788,7	2235,8	1552,5	1444	2175	2041,7

Legenda: Atores mais convergentes Atores menos convergentes

Fonte: Elaboração própria, a partir do *software* MACTOR

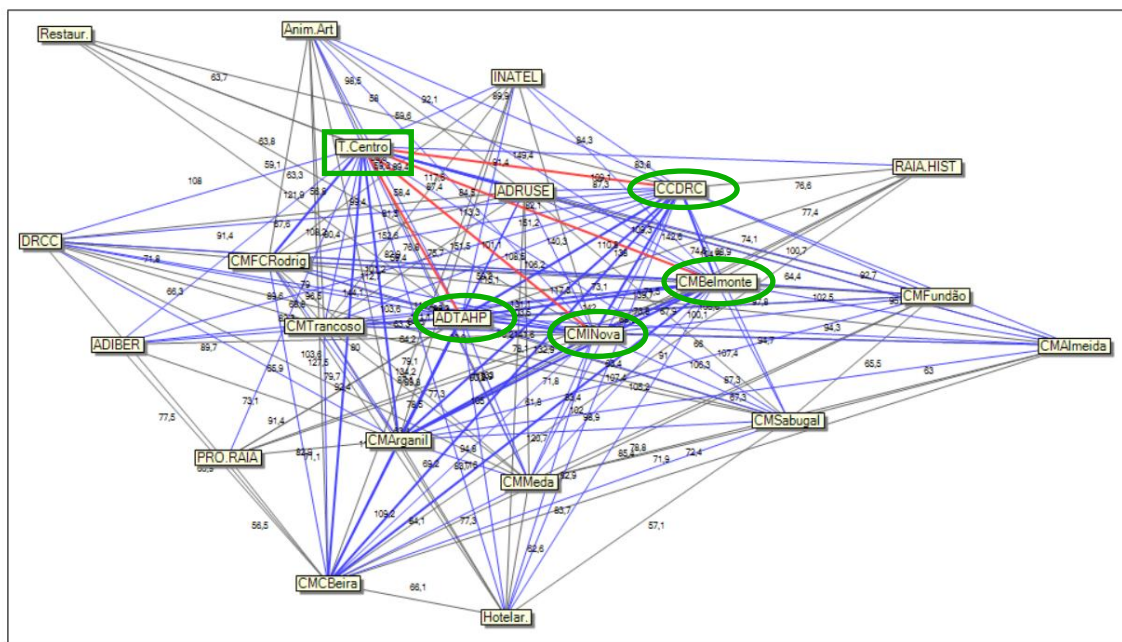
Quando se realiza uma análise mais detalhada com recurso ao grafo de convergências (Cf. Figura 69), percebemos, desde logo, que as convergências mais importantes sobre

³⁹² A matriz de convergência (3CAA) obtém-se através da multiplicação da matriz de posições valorizadas e ponderadas Atores X Atores (3MAO).

os objetivos acontecem entre os pares de atores: Turismo Centro de Portugal e a ADTAHP (com uma intensidade de convergência e de relação de força de 152,6); o Turismo Centro de Portugal e a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova (151,5); o Turismo da Região Centro e a Câmara Municipal de Belmonte (151,2); e entre esta entidade regional do turismo e a CCDRC (149,4) (Quadro 41). Torna-se, assim, evidente que o Turismo da Região Centro assume uma posição de destaque neste jogo de atores no respeito às convergências encontradas com os outros atores sobre os objetivos propostos, sendo particularmente visível com a Associação de Desenvolvimento Turístico Aldeias Históricas de Portugal (ADTAHP), as Câmaras Municipais de Belmonte e de Idanha-a-Nova e a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) (Figura 69). Por outro lado, ao reduzirmos o grafo apenas para os laços mais fortes constata-se que o Turismo Centro de Portugal mantém uma proximidade bastante convergente com outros atores do sistema: as Câmaras Municipais de Arganil, de Celorico da Beira e de Figueira de Castelo Rodrigo e o Grupo de Ação Local ADRUSE (Cf. Figura 2 do Anexo 11). Este grafo revela, ainda, três pares de atores com convergências igualmente significativas: a Câmara Municipal de Belmonte e a CCDRC, com uma intensidade de convergência e relação de força de 142,6; a Câmara Municipal de Belmonte e a ADTAHP (142); e a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova e a ADTAHP (141,6) (Cf. Figura 2 do Anexo 11).

Por oposição, a restauração regista ao nível de objetivos estratégicos para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal poucos e frágeis laços de convergência com os outros atores do sistema (Figura 69), com baixas taxas médias de convergência e de relação de força. Uma situação que em pouco difere quando se observa Grupos de Ação Local Pró-Raia e Raia Histórica, ambos com laços de convergência fracos. Das convergências consideradas muito fracas, destacam-se dois pares de atores (Cf. Quadro 41): a restauração e o Grupo de Ação Local Pró-Raia, com uma intensidade de convergências e de relação de força de 11,8; e a restauração e o Grupo de Ação Local Raia Histórica, com uma intensidade de convergências e de relação de força de 19,4.

Figura 69 - Convergência entre atores (3CAA)



Legenda: Convergências mais fracas
 — Convergências fracas
 — Convergências médias
 — Convergências relativamente importantes
 — Convergências mais importantes

Fonte: Elaboração própria, a partir do *software* MACTOR

Estes dados representam, de uma forma clara, um ponto de partida para o desenvolvimento de novos relacionamentos entre os atores do sistema, particularmente entre os atores mais decisivos ao nível de convergências em relação aos objetivos estratégicos apresentados, ou seja, são as alianças com e entre estes atores que vão decidir os resultados deste jogo estratégico. Este grau de mobilização em torno de um conjunto de objetivos estratégicos constitui, na nossa opinião, uma oportunidade para apelar à participação e implicação dos diferentes atores da Rede das Aldeias Históricas de Portugal no processo de desenvolvimento de estratégias de intervenção.

2.5. Considerações finais

O capítulo que agora se conclui teve como principal foco a realização da análise estratégica de atores da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, consubstanciada na metodologia Atores, Objetivos, Relações de Força (MACTOR), proposta por Michel Godet. Esta metodologia prospetiva permitiu-nos realizar uma caracterização completa da dinâmica do “jogo de atores”, com auxílio da matriz de influências diretas (MID) e da matriz das posições valorizadas (2MAO) que resultaram da informação obtida junto

dos informantes-chaves do sistema em estudo. Foi precisamente destas matrizes que se partiu para uma reflexão sobre as estratégias dos atores do sistema, confrontando os objetivos mais importantes para os atores, os meios de ação e as relações de força existentes entre os atores e as convergências dos atores face aos objetivos, tendo em conta o grau de mobilização.

E, para compreender melhor o jogo de atores, procedeu-se à seleção de um conjunto de atores de nível nacional (INATEL), regional (CCDRC, DRCC e ADTAHP) e local (Câmaras Municipais, Grupos de Ação Local e empresas de animação turística/artesanato, restauração e hotelaria) que desempenham uma papel estruturante na evolução das variáveis dos vários subsistemas do sistema turístico em estudo – Rede das Aldeias Históricas de Portugal. Quando confrontados com os objetivos que possuem para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, a generalidade dos atores assume a totalidade dos objetivos propostos na sua estratégia, sendo de destacar a posição ativa do Turismo Centro de Portugal, a ADTAHP, a Pró-Raia e as Câmaras Municipais do Sabugal, Fundão e Arganil. Os resultados obtidos destacam uma forte valorização dos atores em relação às questões da transparência da organização da Rede, da partilha de informação e troca de experiências entre atores (como, por exemplo, a participação em metodologias participativas), os canais de divulgação da Rede das Aldeias Históricas de Portugal como destino turístico e a necessidade de criar um ciclo económico alternativo no território, aproveitando a deslocação dos novos rurais e os fundos estruturais. Constata-se, assim, que apesar das diversas ações de intervenção realizadas no território no âmbito das políticas públicas persistem vulnerabilidades várias que carecem de particular atenção. Ainda assim, cremos que o interesse (quase generalizado) dos atores em torno dos objetivos propostos representa um sinal positivo numa atuação estratégica conjunta, o que implicará um reforço da cooperação e da partilha de meios ação/recursos entre os atores.

Apesar da generalidade dos atores assumir a posse de muitos e variados meios de ação/recursos para a concretização dos objetivos, a maioria dos atores detém sobretudo meios humanos e meios materiais (instalações físicas e equipamentos), faltando-lhes, essencialmente, meios financeiros para o desenvolvimento de ações de intervenção na Rede das Aldeias Históricas de Portugal, mas também meios imateriais como, por exemplo, o domínio de metodologias participativas e conhecimento científico para o

desenvolvimento de estratégias de intervenção no território. Os recursos humanos são, aliás, um dos principais obstáculos dos atores na concretização dos seus objetivos.

Verificou-se, igualmente, que existe uma forte interdependência generalizada entre os atores do sistema para concretização dos objetivos propostos. Ainda assim, existe por praticamente todos os atores (com exceção da CCDRC) uma forte dependência pela ADTAHP (Associação de Desenvolvimento Turístico Aldeias Históricas de Portugal), enquanto entidade coordenadora de uma estratégia de intervenção no âmbito das políticas públicas (no anterior e atual quadro comunitário), daí que as dependências tendem a concentrar-se ao nível do apoio financeiro, logístico e pareceres técnicos, congregação de objetivos dos diferentes atores do território, elaboração de medidas de proteção, valorização e conservação do património da Rede AHP (em parceria com outros atores) e promoção e divulgação do destino turístico Aldeias Históricas de Portugal. No entanto, este ator que poderia desempenhar o papel de ator-rede ou ator-chave no sistema em estudo, apresenta-se como muito dependente dos outros atores para concretização dos seus objetivos ou se quisermos a sua ação está totalmente dependente dos restantes atores. Aliás, o estudo das relações de força entre atores mostrou-nos que este ator funciona como “ator de ligação” à semelhança da CCDRC e das Câmaras Municipais de Belmonte e de Arganil, tendo em conta o número de influências e dependências registadas. Apesar do número de influências e/ou pressões que estes atores sofrem dos outros atores como, por exemplo, das Câmaras Municipais com maior “peso” nos órgãos e na coordenação da ADTAHP, o facto é que se está perante duas entidades (CCDRC e ADTAHP) com fortes responsabilidades e capacidade de decisão na coordenação/execução dos programas de intervenção no território no âmbito das políticas públicas.

Desta relação de forças entre atores, constatou-se que o ator mais influente é a ADTAHP, logo seguida da Câmara Municipal de Belmonte (o que não surpreende face a acumulação de funções do atual Presidente da Câmara na associação e da localização desta estrutura na Aldeia Histórica de Belmonte), da CCDRC (fortemente envolvida na implementação do projeto piloto Aldeias Históricas de Portugal e na programação e acompanhamento das últimas Estratégias de Eficiência Coletiva – PROVERE) e da Câmara Municipal de Arganil (o autarca deste município já desempenhou as funções agora exercidas pelo autarca de Belmonte), sendo que o Grupo de Ação Local ADIBER e a animação/artesanato ocupam a posição de atores mais dependentes. No entanto, e de

acordo com o cálculo de relação de forças (R_i), os atores mais fortes do sistema são, por ordem decrescente: a Câmara Municipal de Belmonte, a ADTAHP, o Turismo Centro de Portugal, a CCDRC e a Câmara Municipal de Arganil. Quer isto significar que estes atores têm forte capacidade de tomar decisões e influenciar/condicionar a ação dos restantes atores, ou seja, o próprio funcionamento do sistema em estudo.

Por fim, a análise estratégia de atores permitiu-nos conhecer o posicionamento (grau de implicação) e respetivo grau de intensidade de cada ator na concretização dos objetivos propostos. A análise empreendida destaca, desde logo, a existência de diferentes graus de mobilização dos objetivos e dos atores. Ainda assim, há um pequeno grupo de atores que convergem de forma significativa em torno de um conjunto de objetivos propostos, dos quais se destacam: o Turismo Centro de Portugal, seguido da Câmara Municipal de Belmonte, da ADTAHP, da CCDRC e das Câmaras Municipais de Idanha-a-Nova e Arganil. Regista-se em termos de objetivos mais mobilizadores e/ou valorizados pelos atores na sua ação para o território a dinamização e diversificação das economias locais (agricultura e agroindústria *versus* turismo) com a criação de estratégias de visita da Rede, necessitando para tal de uma diversificação dos canais de comunicação, de uma partilha de informação entre todos os agentes do turismo e do desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo criativo e património imaterial. Importa sublinhar que a reestruturação da Rede das Aldeias Históricas de Portugal é o objetivo que menos atores mobiliza, um dado que não deve ser menosprezado pelos atores do território.

Posto isto, podemos concluir que estamos perante um sistema instável, não apenas do ponto de vista das variáveis que o compõem como também dos seus principais atores simultaneamente muito influentes e muito dependentes. No entanto, a convergência registada entre pares e grupo de atores (com forte capacidade de decisão e de regulação) face a um conjunto de objetivos permite-nos equacionar possíveis consensos/alianças futuras e novas formas de governação territorial para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, num horizonte não muito longínquo.

3. Estratégias de intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal

Uma vez identificadas as variáveis-chave do sistema e analisados os jogos de atores nos dois anteriores capítulos, avançamos para a determinação de estratégias de intervenção para operacionalização da Rede das Aldeias Históricas de Portugal.

Num primeiro momento procura-se enunciar e sistematizar por domínios temáticos as diversas propostas de intervenção obtidas junto dos atores do sistema, nomeadamente os neo-rurais, a população local e os informantes-chave, e definir um conjunto de estratégias de intervenção de acordo com as propostas e os resultados da análise estrutural e análise estratégica de atores.

Num segundo momento procede-se à apresentação dos resultados das validações e reflexões do grupo de peritos em torno das estratégias propostas, por domínios temáticos e por grau de prioridade, mas também a apresentação dos pontos fortes e fragilidades das estratégias de intervenção na Rede das Aldeias Históricas de Portugal, apoiadas por algumas sugestões e recomendações do grupo de peritos em termos da exequibilidade das estratégias de intervenção.

3.1. Propostas de intervenção para a Rede das Aldeias Históricas

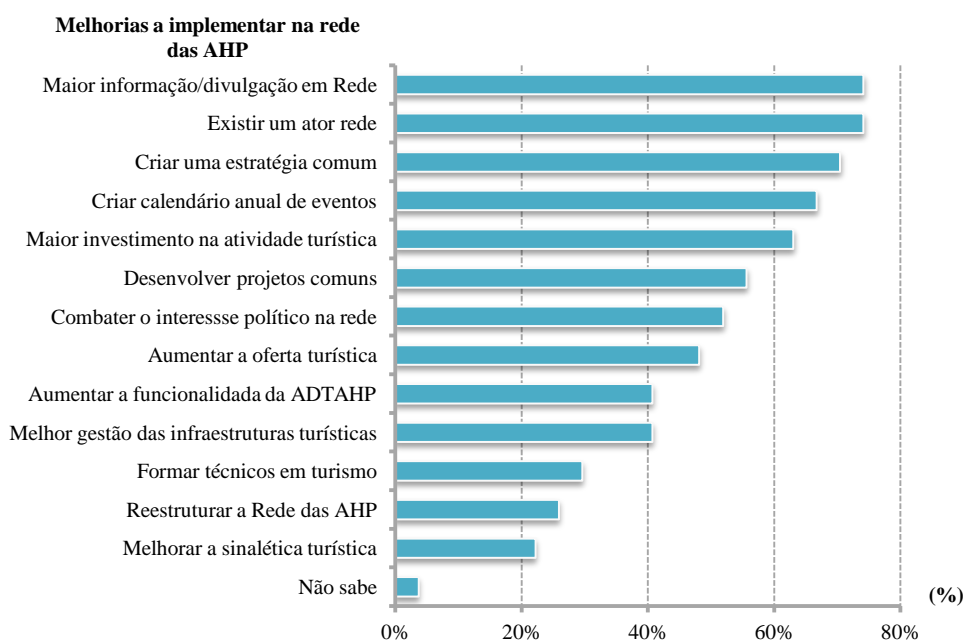
Conforme referimos, a identificação das estratégias de intervenção para o território em estudo fez-se a partir das propostas obtidas junto dos atores do sistema, através dos instrumentos de recolha de dados construídos no âmbito deste trabalho. Na construção dos instrumentos foram contempladas questões relacionadas com as perspetivas futuras dos atores para a Rede das Aldeias Históricas, com a identificação de propostas concretas para contrariar ou minimizar os principais problemas do território. Vejamos, então, as propostas de intervenção avançadas pelos atores quando interrogados sobre as melhorias a implementar na Rede e/ou que estratégias a desenvolver para dinamizar o território das Aldeias Históricas de Portugal a curto e a médio prazo.

No caso dos neo-rurais a abordagem passou pela identificação de melhorias a implementar na Rede das Aldeias Históricas de Portugal³⁹³. Os resultados obtidos e analisados com recurso ao *software* SPSS 20.0, evidenciam claramente uma concentração em torno de dois grandes domínios de intervenção: turismo e governança

³⁹³ Referimo-nos aos dados obtidos com a pergunta n.º24 da IV Parte (Cf. Anexo 5).

territorial (Cf. Figura 70). No caso do turismo as melhorias a implementar na Rede centram-se na maior informação (em língua estrangeira) e divulgação em rede (partilha de informação e promoção conjunta de toda a oferta das doze Aldeias Históricas), na criação de um calendário anual de eventos que proporcione uma oferta regular capaz de contrariar ou atenuar a sazonalidade nos meses de época intermédia e baixa, no reforço do investimento nas atividades turísticas para responder às necessidades dos visitantes e dinamizar a economia local com o aumento da oferta turística, na gestão mais eficiente das infraestruturas turísticas (algumas alvo de financiamento no âmbito das políticas públicas), mas também apostar na formação dos técnicos em turismo para aumentar a qualidade da oferta turística nas Aldeias Históricas (Figura 70).

Figura 70 - Melhorias a implementar na rede das AHP, segundo os neo-rurais



Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 5)

A par disto, os neo-rurais evidenciam, igualmente, preocupações no domínio da governança territorial, sugerindo a criação de um ator-chave que seja capaz de mobilizar os atores em torno de uma estratégia comum, desenvolver projetos comuns e agregadores para o território e combater os interesses políticos e financeiros dos atores em torno da estrutura da Rede (como já se teve oportunidade de constatar anteriormente), aumentando a funcionalidade da Associação de Desenvolvimento Turístico Aldeias Históricas de Portugal (ADTAHP), apesar de alguns equacionarem a possibilidade de reestruturação da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, tendo em

conta o fraco envolvimento de alguns “nós” nos processos de desenvolvimento (Figura 70). Aliás, estas propostas estão refletidas em alguns dos desafios estratégicos e objetivos associados (Cf. secção 2.1.1., do capítulo anterior).

De igual forma, foi pedido aos participantes do *focus group* população local que identificassem quais lhe pareciam ser, na opinião de cada um, os futuros possíveis para a sua Aldeia Histórica, ou seja, que se pronunciassem sobre a evolução da Aldeia, indicando possíveis propostas de intervenção/ação para contrariar ou minimizar os problemas e constrangimentos que a Aldeia enfrenta.

A perspetiva da população local em relação ao futuro do território apresenta algumas reticências, ainda assim, podemos observar algumas propostas similares às enunciadas anteriormente. Da observação da Figura 71, facilmente se constata que o conjunto de estratégias tendem a concentrar-se em torno do património arquitetónico e imobiliário, turismo e dinamização da economia local³⁹⁴. As principais propostas relacionam-se com a recuperação e preservação do património (algum do património encontra-se em estado de degradação e o restante não é convenientemente valorizado) e a qualificação urbanística e funcional dos imóveis, através da simplificação e agilização dos processos de intervenção urbanística (regulamentação) e monitorização do edificado alvo de intervenções no âmbito dos Programas de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal (algum em avançado estado de degradação como já se teve oportunidade de constatar na secção 1.2., do capítulo 1, da III Parte). Daí que a população local propõe a reconversão de algum desse património para novos espaços museológicos e de alojamento local e para o desenvolvimento de novas atividades turísticas (por exemplo, o património histórico-militar).

Para além destas propostas de intervenção, a população local propõe a criação de uma estratégia de *marketing* que integre todos os agentes do destino turístico sem qualquer exclusão (algo distinto do que foi realizado no anterior quadro comunitário e atual quadro comunitário), aproveitando a proximidade de outros destinos de referência no mercado turístico (Douro e Serra da Estrela, por exemplo). Seguindo-se uma melhoria na atratividade e qualidade da restauração, hotelaria, artesanato/lojas e sinalética (no interior e exterior das AHP), criação e aumento de atividades de animação turística (percursos pedestres, parapente, recreações históricas e tradições), criação de um

³⁹⁴ O tratamento da informação obtida foi realizado com recurso ao *software* de análise qualitativa NVivo10.

calendário anual de atividades turísticas para todas as AHP (capaz de assegurar um nível mínimo de animação durante o ano e integrar dois ou três eventos estruturantes) e pacotes turísticos temáticos (para dois a cinco dias). Estas deverão contribuir, sobretudo, para gerar maior valor acrescentado com base em recursos que não se esgotam no património histórico, como já se teve oportunidade de demonstrar no diagnóstico ao território (Cf. capítulo 1, da III Parte), proporcionando aos visitantes experiências diferentes e de qualidade com base num turismo criativo e imaterial (forte valorização da tradição e herança cultural), não apenas na época alta como também nas épocas intermédia e baixa (aumento das taxas de ocupação e redução da sazonalidade). Importa referir que alguns destes domínios de intervenção convergem com aqueles que são referidos pelos visitantes das Aldeias Históricas de Portugal quando questionados sobre as principais melhorias a implementar na oferta turística para responder e/ou satisfazer as necessidades dos visitantes (Cf. Figura 53, na secção 1.8.2., no capítulo 2, da III Parte), nomeadamente a informação turística (inclui a sinalética), o património, a promoção das Aldeias Históricas de Portugal, a animação turística, o alojamento, a restauração e o comércio local. Estas propostas refletem uma visão partilhada entre comunidade local e visitantes sobre as necessidades a implementar no território, o que não deixa de ser importante no desenho de qualquer estratégia de intervenção em territórios como as Aldeias Históricas de Portugal.

O terceiro domínio que reúne particular atenção da população local é a dinamização da economia local, o que não é de estranhar tendo em conta a escassez de atividades económicas no território, como já se teve oportunidade de referir ao longo deste trabalho. De uma forma geral (Figura 71), verifica-se a identificação de propostas relacionadas com o aproveitamento dos produtos agroalimentares (incluindo os produtos biológicos), mas também a criação de uma cooperativa para ajudar os produtores a escoar as produções e a posicionar os produtos no mercado nacional e internacional e os mecanismos de discriminação positiva enquanto “incentivo” ao investimento em determinados *clusters*. Por outro lado, identificam-se propostas de atração de novos rurais para o território com a criação de uma incubadora de empresas para o desenvolvimento de projetos ligados as fileiras produtivas de base endógena, já que estes novos atores dispõem de qualificações, conhecimentos e experiência para empreender no território um desenvolvimento comunitário e integrado.

A estes conjuntos somam-se as estratégias de intervenção dos informantes-chave do sistema. Pela observação da Figura 73, podemos constatar que existe um acréscimo dos domínios de intervenção face aos anteriores atores, com o turismo a assumir uma posição de destaque, seguido das dinâmicas territoriais, da governança e das políticas públicas. No domínio do turismo podem ser encontradas propostas relacionadas com a valorização dos recursos endógenos para o desenvolvimento de produtos turísticos diferenciadores com base na valorização dos recursos turísticos existentes (património natural e cultural, por exemplo); dinamização dos espaços e equipamentos turísticos com o desenvolvimento de atividades de turísticas sustentáveis; criação de uma agenda de eventos; aumento do *marketing* sobre as AHP e divulgação/promoção nacional e internacional de novos nichos de mercado como o turismo judaico, para isso defendem a interatividade dos agentes com a população local (para acabar com alguns sentimentos de exclusão) e criação de redes de parcerias, unindo aquilo que está disperso e conferindo-lhe maior escala e massa crítica, aliás, é condição básica para a sustentabilidade e consolidação da atividade turística.

Outro domínio que acaba por ser muito valorizado pelos informantes-chave é o das dinâmicas territoriais. De acordo com os informantes-chave é fundamental a dinamização das economias locais com a produção e comercialização de produtos locais associados à agricultura tradicional e agricultura biológica, a conceção de novos produtos associados às indústrias criativas e ao aproveitamento dos recursos endógenos para criação de novas atividades associadas à produção de energias alternativas (que representa uma fonte de rendimento para algumas famílias) e recursos florestais. Para este aumento de competitividade e diferenciação da base económica torna-se necessário apostar em medidas de promoção de incubadoras *startups* com benefícios fiscais, de fixação de jovens e captação de novos atores (neo-rurais) qualificados e especializados, com capacidades em inovar e desenvolver novas atividades económicas em conjugação com as antigas no território das Aldeias Históricas de Portugal, mas também é necessário introduzir mudanças na política de natalidade favorecendo o interior em detrimento do litoral – dimensão sociodemográfica (Figura 73).

Por outro lado, é essencial que se defina com base em metodologias participativas um modelo de governação multiescalar que permita uma cooperação estreita entre os atores locais, regionais e nacionais, alicerçado numa estrutura de missão capaz de trabalhar uma estratégia comum em rede. Esta estrutura deverá fomentar, sobretudo, uma cultura

de parceria e “libertação” das amizades e jogos políticos, uma cooperação em rede com a partilha de recursos materiais e conhecimentos, uma maior envolvência dos privados nos projetos e parcerias comuns e uma maior divulgação e valorização do território para o exterior (Figura 73).

A acrescentar a estes fatores temos ainda as políticas públicas que, na opinião dos informantes-chave, carecem de uma maior articulação entre as políticas setoriais e territoriais (dirigidas para a Região Centro e, em particular, para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal), evitando a dispersão e duplicação de investimento público em bens não transacionáveis em territórios de baixa densidade como as Aldeias Históricas de Portugal e que requerem um maior controlo e avaliação por parte dos organismos financiadores, ou seja, desenvolver práticas de planeamento e de gestão (Figura 73).

Figura 73 - Nuvem de palavras³⁹⁵ de propostas de intervenção dos informantes-chave da Rede das Aldeias Históricas de Portugal



Fonte: Elaboração própria com base no inquérito aos informantes-chave da Rede das AHP (Anexo 6)

No que se refere aos atores do território que podem desempenhar um papel ativo no desenvolvimento destas estratégias, verifica-se uma visão distinta face à população local. Os informantes-chave identificam como principais atores com capacidade de influência, por ordem decrescente (Cf. Quadro 42): a CCDRC, o Turismo de Portugal, o Turismo Centro de Portugal, a ADTAHP e as Câmaras Municipais. Ao invés identificam as empresas municipais, as escolas, as Associações de Desenvolvimento

³⁹⁵ Esta nuvem de palavras foi construída com base na análise de conteúdo às questões 6.1., 6.2. e 6.3.1., do inquérito por questionário aplicado aos informantes-chave (Anexo 6), com recurso ao *software* de análise qualitativa NVivo10.

Local (ADL’s), o Instituto para o Fomento e Desenvolvimento do Empreendedorismo em Portugal (IFDEP) e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) como os atores com menor poder interventivo no desenvolvimento destas estratégias de intervenção. Numa posição intermédia temos os atores da hotelaria, restauração e animação/artesanato, as associações empresariais, os Grupos de Ação Local, as Comunidades Intermunicipais (CIM’s), a Direção Regional da Cultura do Centro (DRCC), a Direção Geral do Património Cultural (DGPC), as juntas de freguesia, as instituições de ensino superior e o INATEL.

Quadro 42 - Matriz de influências dos atores no desenvolvimento das estratégias de intervenção, segundo os informantes-chave da Rede das AHP

	CCDRCC	DGPC	DRCC	T.Portugal	T.Centro	INATEL	ADTAHP	CM’s	Emp.Munic.p.	Juntas.Freg.	CIM’s	Assoc.Empr.	ADL’s	IES	Escolas	Hotelar.	Restaur.	Anim.Art	ICNB	IFDEP	GAL’s
INATEL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CCDRCC	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
T.Centro	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	1	1
ADTAHP	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1
DRCC	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	0	1	1	1	0	0	0
Anim.Art	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Restaur.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1
Hotelar.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1
PRO.RAIA	1	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RAIA.HIST	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
ADRUSE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
ADIBER	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CMMeda	1	0	0	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	1	0	1	0	0	1
CMTrancoso	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1
CMFCRodrig	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CMAAlmeida	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0
CMCBeira	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	0	0	1	1	1	1	0	1
CMBelmonte	1	0	0	1	1	0	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0
CMSabugal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CMFundão	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	0	1
CMINova	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1
CMArganil	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	0	0	1
SOMA	22	17	18	22	22	16	22	21	11	17	18	19	12	17	11	20	19	19	15	14	18

Legenda: Atores mais influentes Atores menos influentes

Fonte: Elaboração própria com base no inquérito aos informantes-chave da Rede das AHP (Anexo 6)

Assim, tomando como referência os resultados da análise estrutural e da análise estratégia de atores (nos capítulos anteriores) e as propostas de intervenção dos neorurais, população local e informantes-chave, procedeu-se a definição de estratégias de intervenção para operacionalização da Rede das Aldeias Históricas de Portugal nos seguintes domínios temáticos: A – Social e demográfico; B – Dinâmicas territoriais; C – Governação e animação territorial; D – Turismo; E – Património arquitetónico e

imobiliário; F – Políticas públicas. Veja-se, de seguida, a composição de cada uma das dimensões:

A – Social e demográfico

- E1.** Implementar medidas de incentivo à regeneração humana das AHP com a captação de capital humano qualificado;
- E2.** Melhorar a qualidade de vida da população local de modo a promover o envelhecimento ativo e combater o isolamento territorial;
- E3.** Apostar na economia social e nas energias renováveis como alternativa aos setores de atividade tradicionais;

B – Dinâmicas territoriais

- E4.** Promover a transferência de serviços para os territórios rurais desfavorecidos e incrementar medidas de incentivo à implementação de empresas;
- E5.** Fomentar a inovação local com o desenvolvimento de novos produtos, serviços e práticas, com base nos recursos endógenos;
- E6.** Estimular a economia local com o desenvolvimento de novos processos produtivos e novos processos de comercialização dos produtos locais;
- E7.** Aumentar a dinâmica da Rede das AHP, obrigando à revisão dos verdadeiros nós da rede e analisar as dificuldades e insucessos de carácter estrutural, cultural e funcional;

C – Governação e animação territorial

- E8.** Estimular a governança multinível e multiescalar na construção social, animação e gestão do território rede;
- E9.** Implementar novas formas e/ou novos processos de governança, com a utilização de metodologias participativas de um modelo de governação e de gestão da parceria;
- E10.** Criar uma estrutura de missão liderada por um ator-rede, enquanto agente principal do novo território rede;
- E11.** Estimular o desenvolvimento participativo com a envolvimento dos agentes do território e dos seus habitantes na definição de medidas/ações de desenvolvimento e animação do território;

D – Turismo

- E12.** Apostar na qualificação e diversificação da oferta turística ao nível da restauração, alojamento, comércio tradicional e outros serviços complementares, bem como garantir a gestão dos equipamentos/infraestruturas de apoio à atividade turística;
- E13.** Assegurar a conservação e valorização do património ambiental, natural e cultural, no sentido do enriquecimento do produto e da promoção de atividades turísticas;
- E14.** Fomentar a inovação/diferenciação da Rede das Aldeias Históricas de Portugal como lugares mais dinâmicos, pela dinamização do património cultural e natural com experiências inovadoras que cativem os visitantes, rentabilizando os investimentos em infraestruturas e o aparecimento de novos investimentos;

- E15.** Estabelecer parcerias e sensibilizar/mobilizar os agentes turísticos e comunidade local como elementos diferenciadores e de referência no destino turístico AHP;
- E16.** Promover ações globais de promoção e distribuição do produto turístico AHP e alargar os canais de comunicação, com particular enfoque nas novas tecnologias;
- E17.** Desenvolver conteúdos inovadores com base nas experiências das pessoas, no contacto com as comunidades e no património histórico-cultural;
- E18.** Aproveitar as características diferenciadoras para a conceção de novos produtos turísticos, capaz de captar novos mercados turísticos e melhorar a articulação com destinos turísticos contíguos de referência;
- E19.** Criar e promover um calendário anual de eventos para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, composto por 2 ou 3 grandes eventos e uma programação anual mínima em cada aldeia, fomentando a participação das populações na sua dinamização;
- E20.** Promover iniciativas de cooperação territorial que permitam a rentabilização de equipamentos e uma programação mais alargada;
- E21.** Desenvolver e adequar pacotes turísticos integrados possibilitando experiências distintas ao turista e aumentar o tempo de permanência no território;
- E22.** Apostar na formação de recursos humanos qualificados para responder às exigências da procura turística;

E – Património arquitetónico e imobiliário

- E23.** Assegurar a autenticidade arquitetónica nas AHP através da requalificação e reabilitação das habitações e dos monumentos;
- E24.** Elaborar regulamentação que harmonize administrativamente e legalmente todos os processos de intervenção urbanística nas habitações das AHP e simplificação dos processos de intervenção;

F – Políticas públicas

- E25.** Definir estratégias de intervenção segundo as especificidades do território (abordagem *bottom-up*), com base em instrumentos disponíveis para utilização a nível sub-regional (DLBC);
- E26.** Estimular o investimento público e privado concentrado e sustentado em projetos estruturantes na área do turismo e outros setores de atividade económica que fomentem o desenvolvimento económico e social;
- E27.** Aumentar o controlo e avaliação ao nível dos investimentos de infraestruturas e equipamentos e da utilização eficaz dos apoios atribuídos às entidades beneficiárias;
- E28.** Agilizar os processos de financiamento com a libertação das entidades beneficiárias das excessivas tarefas administrativas.

É tendo por base estas estratégias e os resultados da análise estrutural e análise estratégica de atores, anteriormente expostos, que avançamos para a realização de uma sessão de *focus group* com os peritos para validação das propostas de intervenção e

identificação dos principais pontos fortes e fragilidades das estratégias de intervenção, como se terá oportunidade de demonstrar na próxima secção.

3.2. Resultados da validação das estratégias de intervenção

Apresentadas as propostas de estratégias de intervenção para o território em estudo, apresentam-se e analisam-se, em seguida, as opiniões dos peritos por domínios temáticos e grau de concretização das estratégias. Estes dados são obtidos a partir de uma grelha de análise pré-definida com as estratégias de intervenção, organizadas pelos seis domínios temáticos de intervenção (social e demográfico, dinâmicas territoriais, governança e animação territorial, turismo, património arquitetónico e imobiliário e políticas públicas) e grau de prioridade de intervenção (Anexo 3.1.), administrada ao grupo de peritos³⁹⁶, numa sessão de *focus group*. Esta sessão permitiu igualmente obter recomendações e sugestões que auxiliam a análise aos dados em paralelo com os resultados da análise estrutural e análise estratégica de atores, mas também os pontos fortes e fragilidades das estratégias de intervenção.

Antes de se partir para uma análise mais detalhada da validação das propostas de intervenção, convém recordar que esta sessão decorreu com uma apresentação/delimitação do sistema e das variáveis-chave do sistema aos peritos³⁹⁷ (Quadro 1 do Anexo 3), seguida de uma reflexão individual sobre as 28 propostas de intervenção para o território em estudo com posterior apresentação das evidências para o grupo da cotação atribuída, numa escala de 1 a 4 em que o grau 1 corresponde a estratégia nada prioritária, 2 pouco prioritária, 3 prioritária e 4 muito prioritária (Anexo 3.1). A reflexão terminou com a atribuição de um peso (percentagem) para cada domínio temático de intervenção, tendo em conta o grau de prioridade dos respetivos domínios *versus* estratégias de intervenção.

Em relação aos dados obtidos na sessão de *focus group* aos peritos (Cf. Quadro 43), podemos constatar que na maioria existe uma certa homogeneidade na opinião dos peritos acerca do grau de prioridade das estratégias de intervenção propostas. No

³⁹⁶ Interessa lembrar que o grupo de peritos participou na fase inicial deste trabalho enquanto informantes privilegiados na delimitação do objeto de estudo, na confrontação de teorias e modelos da revisão da literatura com a realidade em estudo, mas também na indicação de conceitos e abordagens para esta investigação ao nível de instrumentos de recolha de dados.

³⁹⁷ Importa recordar que esta validação de propostas contou o contributo de um sexto perito face aos iniciais cinco, tendo em conta o interesse revelado de uma especialista com conhecimentos em estudos rurais e governança territorial e em projetos de intervenção em territórios rurais de baixa densidade.

entanto, uma análise mais pormenorizada por dimensão temática permite-nos detetar algumas diferenças na prioridade atribuída pelos peritos para cada uma das estratégias.

Quadro 43 - Estratégias de intervenção por dimensão e grau de prioridade para a Rede das AHP

Domínios temáticos	Estratégias de intervenção	Especialistas						TOTAL	
		P1	P2	P3	P4	P5	P6	Média	%
Social e demográfico	E1	2	3	3	3	4	4	3	35
	E2	4	3	3	4	4	3	4	39
	E3	1	2	3	2	3	3	2	26
	SOMA	9	100						
Dinâmicas territoriais	E4	1	2	3	2	3	4	3	20
	E5	3	3	3	3	4	4	3	27
	E6	2	3	3	2	4	4	3	24
	E7	4	4	3	4	3	3	4	28
SOMA	12	100							
Governança e animação territorial	E8	4	4	4	4	3	4	4	25
	E9	4	3	4	4	4	4	4	25
	E10	4	4	4	4	4	4	4	26
	E11	4	3	4	4	3	4	4	24
SOMA	15	100							
Turismo	E12	3	3	4	3	4	4	4	9
	E13	4	3	4	3	3	4	4	9
	E14	4	4	4	2	4	4	4	9
	E15	3	3	4	4	4	4	4	9
	E16	4	3	4	3	3	4	4	9
	E17	4	3	4	2	3	4	3	9
	E18	4	3	4	3	3	4	4	9
	E19	4	4	4	2	4	4	4	9
	E20	4	3	4	3	3	4	4	9
	E21	4	4	4	3	3	4	4	9
	E22	3	3	4	4	4	4	4	9
SOMA	39	100							
Património arquitetónico e imobiliário	E23	4	3	3	2	3	4	3	51
	E24	3	2	3	2	4	4	3	49
	SOMA	6	100						
Políticas públicas	E25	4	4	3	4	4	4	4	29
	E26	3	4	3	2	4	4	3	25
	E27	3	3	3	3	2	4	3	23
	E28	2	3	3	3	3	4	3	23
SOMA	13	100							

Nota: **P1** - Professor universitário e investigador nas áreas do turismo e lazer e do planeamento (territorial, estratégico e turístico); **P2** - Professor universitário e investigador nas áreas do ordenamento do território, políticas de desenvolvimento local e regional e governança; **P3** - Professor universitário e investigador nas áreas dos estudos rurais e territoriais, economia e governança territorial; **P4** - Professor universitário e investigador nas áreas do desenvolvimento territorial (regional, local e rural), governança e novas mobilidades (cidade-campo); **P5** - Professor universitário e investigador nas áreas do desenvolvimento local e rural, sistemas de agricultura (produtos locais e recursos naturais) e associativismo; **P6** - Investigadora nas áreas dos estudos rurais e governança territorial.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da sessão de *focus group* aos peritos (Anexo 3.1.)

Começando por analisar o grau de prioridade dos peritos às variáveis do domínio temático “social e demográfico” (Quadro 43), verificamos que é prioritária a implementação de “medidas de incentivo à regeneração humana nas AHP com a capacitação de capital humano qualificado” (E1), mas antes disso é preciso “melhorar a qualidade de vida da população local de modo a promover o envelhecimento ativo e combater o isolamento territorial” (E2), já que estamos numa região de referência para um envelhecimento ativo e saudável (como já se referiu na secção 1.1., capítulo 1). Os

peritos consideram que é impossível inverter esta tendência de isolamento e declínio populacional deste território (e outros) a curto prazo, no entanto, defendem que a qualidade de vida é muito prioritária para fixar e atrair população enquanto fator de atratividade, pois a prática da qualidade diariamente é sistémica e traduz-se na imagem do local/território como acontece, por exemplo, com os neo-rurais das Aldeias Históricas de Portugal que procuram o território pela tranquilidade e saturação do meio urbano (Cf. Figura 22, na secção 1.2., capítulo 1, III Parte). O grau de prioridade altera-se quando se coloca a possibilidade de “apostar na economia social e nas energias renováveis como alternativa aos setores de atividade tradicionais” (E3) no curto ou a médio prazo, pois revelam certas reticências e classificam esta estratégia como pouco prioritária. Para o perito 1, esta estratégia não é prioritária, pois na sua opinião as Aldeias Históricas de Portugal dificilmente serão geradoras de dinâmicas económicas para além da sua vocação turística/visitação.

Em termos de “dinâmicas territoriais”, regista-se uma ligeira subida no grau de prioridade das estratégias que integram este domínio temático, com a revisão dos nós da rede das Aldeias Históricas (E7) a assumir um grau prioridade máximo. Na perspetiva do perito 2, o funcionamento em Rede é essencial para criar escala, valorizar a diferenciação e evitar a “exclusão de alguns nós da Rede”, daí a necessidade de analisar as dificuldades e insucessos de carácter estrutural, cultural e funcional da Rede, sem o fazer de um modo taxativo de exclusão de aldeias, como fazem questão de demonstrar os principais atores do sistema ao excluírem este objetivo (ObjD15) (Cf. Quadro 32, da secção 2.1.1., do capítulo 2). O perito 3 vai mais longe, referindo que nenhum problema local se resolve apenas no plano local e por isso as dinâmicas supralocais e regionais são muito importantes neste tipo de Redes. Os peritos relevam concordância máxima (grau 4) em relação ao desenvolvimento de novos produtos, serviços e práticas com base nos recursos endógenos (E5) que é, aliás o objetivo (ObjF25) que reúne maior concordância entre os atores na sua concretização (Cf. Quadro 40, da secção 2.3., do capítulo 2), os quais devem acompanhados de novos processos produtivos e novos processos de comercialização dos produtos locais (H6), na opinião do perito 5, a regeneração económica no território (que é resultado da forte influência da variável “território de hierarquia verticalizada”, como já se teve oportunidade de realçar na Figura 64, na secção 1.3.3., do capítulo 1) é estruturante para atrair e fixar população. Já o perito 6 considera que o desenvolvimento destas duas estratégias requer o

envolvimento das instituições de ensino e centros de investigação (na área da produção, inovação e comercialização), garantindo-se a articulação da investigação e conhecimento e o mundo empresarial. Um fator que não tem merecido a atenção dos atores como é, aliás, reconhecido pelos principais atores ao não contemplarem esta articulação como um objetivo estruturante nas suas ações (ObjE22) (como já se teve oportunidade de constatar no Quadro 40, da secção 2.3., do capítulo 2). No que respeita à “transferência de serviços para os territórios rurais desfavorecidos e incremento de medidas de incentivo à implementação de empresas” (E4), podemos observar alguma heterogeneidade entre os peritos. Apesar de ser prioritária, os peritos, consideram a deslocação de serviços públicos algo irrealizável para este tipo de aldeias (perito 1 e 4).

No domínio da “governança e animação territorial” a média de opiniões sobre o grau de prioridade é superior ao registado nos anteriores domínios. Efetivamente, os peritos, revelam total concordância na criação de uma “estrutura de missão liderada por um ator-rede, enquanto agente principal do novo território rede” (E10), na medida em que, o ator rede “pode ter a virtude de agregar e dinamizar novos processos de governança” (perito 5), para isso precisa de ser reconhecido por parte dos outros atores (Perito 1). Para tal, é extremamente prioritário a “implementação de novas formas e/ou novos processos de governança, com a utilização de metodologias participativas de um modelo de governação e de gestão da parceria” (E9) que apresenta um grau de convergência significativo (ObjC12) entre os atores do sistema (Cf. Quadro 40, da secção 2.3., do capítulo 2) e a adoção de um novo modelo de “governança multinível e multiescalar na construção social, animação e gestão do território rede” (E8), já que o modelo e a prática de governação territorial é na opinião do perito 3 o principal obstáculo no curto prazo. Talvez por isso mesmo os peritos repartam os graus de prioridade (entre prioritário e muito prioritário) no que diz respeito ao envolvimento “dos agentes do território e dos seus habitantes na definição de estratégias de desenvolvimento e na animação do território” (E11), pois a atuação dos atores é muito partidarizada o que explica, em parte, o estado de reclusão do território em estudo que se encontra refém do “jogo” de interesses individuais e políticos que condicionam o funcionamento do sistema (como se teve oportunidade de realçar na Figura 61, da secção 1.3.1., do capítulo 1). O perito 6 sugere, por isso mesmo, o diálogo com as comunidades intermunicipais e corresponsabilização na partilha das dinâmicas de governança destes

territórios de uma forma mais inteligente e do ponto de vista territorial e menos municipalizada.

Este grau de prioridade repete-se no domínio do “turismo”, pois os peritos revelam que a prioridade máxima ao fator turístico tem muito a ver com a sua exequibilidade a curto prazo, no entanto, é preciso ter alguns cuidados sob pena de desvirtuar os recursos e o património disponível (Perito 3). A Rede das AHP como “agente coletivo” exige uma estratégia integrada baseada na “inovação/diferenciação da Rede das Aldeias Históricas de Portugal como lugares mais dinâmicos, pela dinamização do património cultural e natural com experiências inovadoras que cativa os visitantes, rentabilizando os investimentos em infraestruturas e o aparecimento de novos investimentos” (E14), dando mais atenção à arquitetura militar e aos castelos, por exemplo (Perito 6). Esta inovação e diferenciação da oferta turística passa pela criação de parcerias e sensibilização/mobilização dos agentes turísticos e própria comunidade, enquanto elementos diferenciadores e de referência no destino turístico Aldeias Históricas de Portugal (E15), pela criação e promoção de um calendário de eventos para a Rede, com uma programação anual mínima ao longo do ano e dois ou três eventos estruturantes para cada aldeia que valorize a diferenciação de produtos, envolvendo a população local (E19), mas também a criação de um grupo de animação internacional das AHP (voluntários especialistas em várias áreas científicas que possam dar novas “pistas” e novas utilizações na organização e dinamização destes espaços) (Perito 6), os quais podem ajudar também no desenvolvimento de pacotes turísticos integrados que proporcionem experiências e autenticidade ao turista e com isso aumentar o tempo de permanência no território. Segundo o perito 5, é indispensável diversificar, diferenciar, qualificar, animar parcerias que ajudem a criar um ciclo de eventos sólido, tudo isto com base em recursos humanos qualificados, a que se juntam os restantes aspetos. Daí que consideram igualmente muito prioritária a formação de recursos humanos qualificados para responder às exigências da procura turística (E22). Esta aposta relaciona-se com a prioridade máxima em qualificar e diversificar a “oferta turística ao nível da restauração, alojamento, comércio tradicional e outros serviços complementares, bem como a gestão dos equipamentos/infraestruturas de apoio à atividade turística” (E12) e a “conservação e valorização do património ambiental, natural e cultural, no sentido do enriquecimento do produto e da promoção de atividades turísticas” (E13). Constata-se, também uma concordância média muito prioritária para a

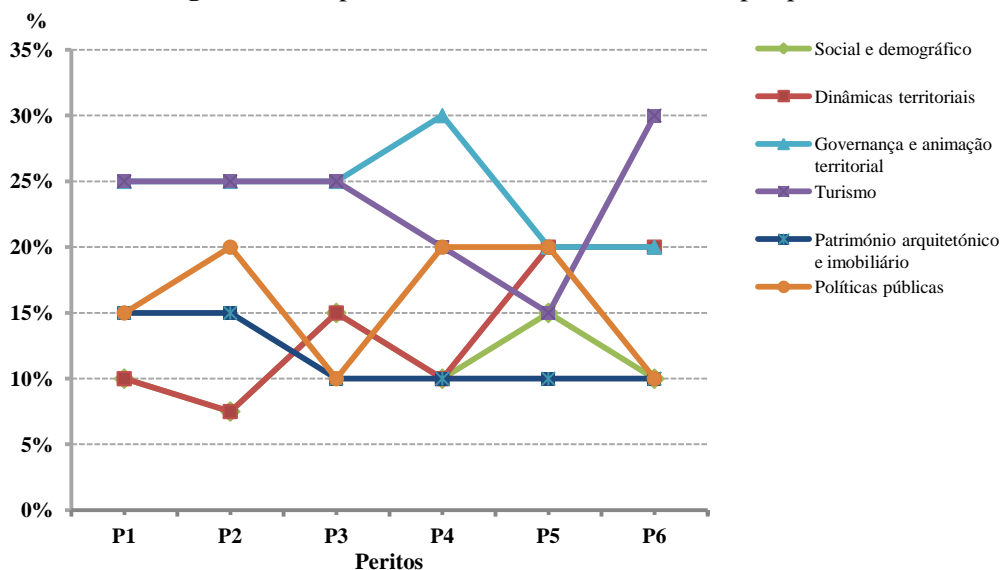
promoção e distribuição do produto turístico AHP e o alargamento dos canais de comunicação às redes sociais reais e virtuais (E16) e que na opinião dos atores do sistema deve ter um maior envolvimento dos agentes ligados ao turismo (ObjD19) (Cf. Quadro 40, da secção 2.3., do capítulo 2), a realização de “iniciativas de cooperação territorial que permitam a rentabilização de equipamentos e uma programação mais alargada” (E20), aproveitando assim as características diferenciadoras para a conceção de novos produtos turísticos, capazes de captar novos mercados turísticos e melhorar a articulação com destinos turísticos contíguos de referência (E18). A estas estratégias junta-se a prioridade em “desenvolver conteúdos inovadores com base nas experiências das pessoas, no contacto com as comunidades e no património histórico-cultural” (E17), porque estamos perante um turismo de itinerância (doze AHP) que convida ao colecionismo e conhecimento (P1). Importa lembrar que o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo criativo e o património imaterial é um dos objetivos que reúne total concordância entre os atores do sistema na sua concretização (Cf. Quadro 40, da secção 2.3., do capítulo 2).

Em termos de “património arquitetónico e imobiliário”, o grau de prioridade sofre uma ligeira descida face ao domínio do turismo, ainda assim, assume em média um grau de prioridade 3. O que se explica, não só, mas também, pela convicção dos peritos de que o essencial em termos de “assegurar a autenticidade arquitetónica nas AHP através da requalificação e reabilitação das habitações e dos monumentos” (E23) já foi realizado ou iniciado no âmbito das políticas públicas, no entanto, defendem uma intervenção prioritária porque a qualidade do património é o maior ativo de base local. Daí que é prioritária a elaboração de regulamentos que harmonizem todos os processos, para que depois se trate de requalificar o que existe nos aglomerados (E24).

Por último, no domínio das “políticas públicas” para o território das Aldeias Históricas de Portugal, existe um grau médio muito prioritário na definição de “estratégias de intervenção segundo as especificidades do território (abordagem *bottom-up*), com base em instrumentos disponíveis para utilização a nível sub-regional (DLBC)” (E25), aliás o perito 4 defende uma continuidade e desenvolvimento com reflexividade (crítica) do que resultou da experiência do LEADER e dos instrumentos do PPDR, por exemplo. Outra das prioridades (nível 3) é o estímulo ao “investimento público e privado concentrado e sustentado em projetos estruturantes na área do turismo e outros setores de atividade económica que fomentem o desenvolvimento económico e social” (E26).

Na opinião do perito 1, o enquadramento das ações públicas e privadas é o maior desafio no âmbito da oferta turística/visitação face as diferentes ferramentas de que dispõem uns e outros (atores). Esta preocupação é partilhada pelos principais atores do sistema ao estabelecerem como objetivo de intervenção, um melhor aproveitamento e canalização dos fundos estruturais para aumentar a dinâmica da Rede (ObjF27) (Cf. Quadro 40, da secção 2.3., do capítulo 2). Por isso, os peritos consideram como prioritário o aumento do “controlo e avaliação ao nível dos investimentos de infraestruturas e equipamentos e da utilização eficaz dos apoios atribuídos às entidades beneficiárias” (E27) e uma “agilização dos processos de financiamento com a libertação das entidades beneficiárias das excessivas tarefas administrativas” (E28). No entanto, e de acordo com o perito 3, as políticas públicas dependem muito do modelo de governança territorial sob pena de repetição e desperdício de recursos.

Em termos de importância atribuída aos domínios temáticos verifica-se a existência de algumas diferenças de opinião entre os peritos para as seis dimensões, como se pode observar na Figura 74, mas que na generalidade reflete as cotações atribuídas no conjunto de estratégias de intervenção associadas a cada domínio por perito. Os dados constantes na Figura põem em evidência que a governança e animação territorial e o turismo assumem um papel de destaque nas estratégias de intervenção para a Rede das Aldeias Históricas, confirmando o que foi defendido anteriormente sobre o conjunto de variáveis associadas aos domínios em questão, ainda que, exista uma ligeira diferença entre os dois domínios com as questões da governança e animação territorial a dominar. A estes domínios junta-se numa terceira posição as políticas públicas, o que não surpreende face à ligação que existe com as várias estratégias que compõem o domínio do turismo, mas também com as dinâmicas territoriais naquilo são os novos processos produtivos e de comercialização, particularmente evidente em territórios rurais de baixa densidade. Por último, as questões do património arquitetónico e imobiliário e as questões sociais e demográficas assumem menos de metade do peso das questões de governança e territorial. Ainda assim, verifica-se em termos globais uma ligeira diferença entre o domínio do património arquitetónico e imobiliário face ao domínio social e demográfico (Figura 74).

Figura 74 - Importância dos domínios temáticos por perito

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da sessão de *focus group* aos peritos (Anexo 3.1.)

A validação das estratégias de intervenção pelos peritos permitiu-nos ordenar e/ou posicionar as diversas estratégias por níveis de exequibilidade (Cf. Quadro 44), num período a curto ou a médio prazo, já que a concretização de algumas destas propostas deverá ser continuada e aprofundada e em alguns casos a concretização é simultânea, daí a concentração de variáveis num mesmo nível.

Neste quadro, a criação de uma estrutura de missão liderada por uma ator-rede (um ator que seja capaz de mobilizar os restantes atores do sistema em torno de um projeto comum), aparece como estratégia central a implementar no território em estudo para melhorar o funcionamento do sistema. De acordo com a informação obtida junto dos informantes-chave (Cf. Quadro 32, da secção 2.1., do capítulo 2), com a exceção da Câmara Municipal de Trancoso e hotelaria, todos os atores do sistema assumem interesse no desenvolvimento deste objetivo (ObjB8) no contexto da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, o que é convergente com a perspetiva dos neo-rurais. A esta principal estratégia de intervenção segue-se a adoção de um modelo de governança multinível e multiescalar – construção de um território horizontal –, utilizando novas metodologias participativas na implementação do modelo e na gestão da Rede e a adoção de metodologias de intervenção *bottom-up*, aproveitando os atuais (DLBC) e/ou futuros instrumentos de políticas públicas. A adoção de metodologias participativa é um dos objetivos que assume total interesse na ação dos principais atores do sistema (ObjC12) (Cf. Quadro 32, da secção 2.1., do capítulo 2).

Na terceira posição, encontra-se a mobilização dos diferentes atores do sistema turístico para o desenvolvimento das estratégias e animação do território. Uma animação territorial que passa pela inovação e diferenciação da experiência dos visitantes com base nos recursos (materiais e imateriais) do território, pelo estabelecimento de parcerias e sensibilização de todos os atores do sistema turístico para tornar o destino turístico AHP uma referência, pela criação e promoção de um calendário de eventos para a Rede das AHP, o qual deverá contar com o envolvimento das comunidades na sua dinamização, pela criação de pacotes integrados capazes de aumentar o tempo de permanência e também pela formação de recursos humanos qualificados. Estas estratégias de intervenção encontram-se associadas aos objetivos 11 e 20 dos desafios estratégicos dos atores da Rede (Cf. Quadro 32, da secção 2.1., do capítulo 2), isto é, centrados na motivação dos atores do sistema para o desenvolvimento/participação em atividades conjuntas e na implementação de uma estratégia de visitação no espaço da Rede das AHP, os quais assumem grande interesse para o conjunto de atores do sistema.

Na quarta posição há uma continuidade na qualificação da oferta turística e gestão dos equipamentos/infraestruturas que auxiliam a atividade turística, a conservação e valorização do património natural e cultural para o desenvolvimento de atividades turísticas, pois é com base neles que se criam novos produtos e novos mercados, ao mesmo tempo que se alarga os canais de promoção e desenvolvem relações de cooperação territorial para a partilha de meios e alargamento da oferta turística, o que implicará uma correção dos nós do ponto de vista estrutural, cultural e funcional. Simultaneamente, aumenta-se a qualidade de vida das populações e inverte-se o isolamento, tendo em conta o desenvolvimento de novas atividades económicas associadas ao setor do turismo. É importante sublinhar-se que a cooperação territorial (particular a transfronteiriça) (ObjD17) e a diversificação dos canais de comunicação para o exterior (ObjD19) fazem parte dos objetivos de todos os atores da Rede (Cf. Quadro 32, da secção 2.1., do capítulo 2).

Na quinta posição encontra-se o desenvolvimento de novos produtos, serviços e práticas com base nos recursos locais e a produção de conteúdos inovadores com base nas experiências (comunidades e património), os quais podem surgir como sugere a população local no contexto de uma incubadora de empresas, por exemplo (Cf. Figura 71), pois é fundamental o aparecimento de projetos estruturantes em setores de atividades como o turismo, agroalimentar, entre outros.

Quadro 44 - Prioridades de concretização das estratégias de intervenção para a Rede das AHP

Nº ordem	Estratégias de intervenção	Grau (cotação)
1º	Criar uma estrutura de missão liderada por um ator-rede, enquanto agente principal do novo território rede;	24
2º	Estimular a governança multinível e multiescalar na construção social, animação e gestão do território rede;	23
	Implementar novas formas e/ou novos processos de governança, com a utilização de metodologias participativas de um modelo de governação e de gestão da parceria;	23
3º	Definir estratégias de intervenção segundo as especificidades do território (abordagem <i>bottom-up</i>), com base em instrumentos disponíveis para utilização a nível sub-regional (DLBC);	23
	Estimular o desenvolvimento participativo com a envolvimento dos agentes do território e dos seus habitantes na definição de medidas/ações de desenvolvimento e animação do território;	22
	Fomentar a inovação/diferenciação da Rede das Aldeias Históricas de Portugal como lugares mais dinâmicos, pela dinamização do património cultural e natural com experiências inovadoras que cativem os visitantes, rentabilizando os investimentos em infraestruturas e o aparecimento de novos investimentos;	22
	Estabelecer parcerias e sensibilizar/mobilizar os agentes turísticos e comunidade local como elementos diferenciadores e de referência no destino turístico AHP;	22
	Criar e promover um calendário anual de eventos para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, composto por 2 ou 3 grandes eventos e uma programação anual mínima em cada aldeia, fomentando a participação das populações na sua dinamização;	22
	Desenvolver e adequar pacotes turísticos integrados possibilitando experiências distintas ao turista e aumentar o tempo de permanência no território;	22
	Apostar na formação de recursos humanos qualificados para responder às exigências da procura turística;	22
4º	Apostar na qualificação e diversificação da oferta turística ao nível da restauração, alojamento, comércio tradicional e outros serviços complementares, bem como garantir a gestão dos equipamentos/infraestruturas de apoio à atividade turística;	21
	Assegurar a conservação e valorização do património ambiental, natural e cultural, no sentido do enriquecimento do produto e da promoção de atividades turísticas;	21
	Aproveitar as características diferenciadoras para a conceção de novos produtos turísticos, capaz de captar novos mercados turísticos e melhorar a articulação com destinos turísticos contíguos de referência;	21
	Promover ações globais de promoção e distribuição do produto turístico AHP e alargar os canais de comunicação, com particular enfoque nas novas tecnologias;	21
	Promover iniciativas de cooperação territorial que permitam a rentabilização de equipamentos e uma programação mais alargada;	21
	Aumentar a dinâmica da Rede das AHP, obrigando à revisão dos verdadeiros nós da rede e analisar as dificuldades e insucessos de carácter estrutural, cultural e funcional;	21
5º	Melhorar a qualidade de vida da população local de modo a promover o envelhecimento ativo e combater o isolamento territorial;	21
	Fomentar a inovação local com o desenvolvimento de novos produtos, serviços e práticas, com base nos recursos endógenos;	20
	Desenvolver conteúdos inovadores com base nas experiências das pessoas, no contacto com as comunidades e no património histórico-cultural;	20
6º	Estimular o investimento público e privado concentrado e sustentado em projetos estruturantes na área do turismo e outros setores de atividade económica que fomentem o desenvolvimento económico e social;	20
	Implementar medidas de incentivo à regeneração humana das AHP com a captação de capital humano qualificado;	19
7º	Assegurar a autenticidade arquitetónica nas AHP através da requalificação e reabilitação das habitações e dos monumentos;	19
	Estimular a economia local com o desenvolvimento de novos processos produtivos e novos processos de comercialização dos produtos locais;	18
	Elaborar regulamentação que harmonize administrativamente e legalmente todos os processos de intervenção urbanística nas habitações das AHP e simplificação dos processos de intervenção;	18
	Aumentar o controlo e avaliação ao nível dos investimentos de infraestruturas e equipamentos e da utilização eficaz dos apoios atribuídos às entidades beneficiárias;	18
8º	Agilizar os processos de financiamento com a libertação das entidades beneficiárias das excessivas tarefas administrativas;	18
	Promover a transferência de serviços para os territórios rurais desfavorecidos e incrementar medidas de incentivo à implementação de empresas;	14
9º	Apostar na economia social e nas energias renováveis como alternativa aos setores de atividade tradicionais;	9

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da sessão de *focus group* aos peritos (Anexo 3.1.)

Na sexta posição temos os incentivos à regeneração humana e captação de população qualificada como, por exemplo, os neo-rurais, por um lado, e, por outro, a requalificação das habitações e monumentos para assegurar a autenticidade das AHP

(que aliás foi um dos principais critérios na classificação de AHP), seguindo-se na sétima posição a elaboração de regulamento(s) que harmonize administrativamente e legalmente para todas as Aldeias Históricas os processos de intervenção urbanística. Paralelamente, poder-se-á desenvolver novos processos produtos e comercialização dos produtos para dinamização da economia local, agilizar os processos de financiamento de projetos e aumentar o controlo e avaliação dos investimentos realizados no âmbito dos fundos estruturais, situação que, aliás, preocupa os principais atores do sistema que estabelecem como objetivo da sua ação um “melhor aproveitamento/canalização dos fundos estruturais para a dinâmica da parceria” (ObjF27) (Cf. Quadro 32, da secção 2.1., do capítulo 2).

As duas últimas posições são ocupadas pela descentralização de serviços e medidas de apoio à implementação de empresas e pela aposta na economia social e energias renováveis, as quais dependem de forças externas ao território – governo central.

Constata-se, assim, que as primeiras posições são ocupadas por estratégias associadas às questões da governança e animação territorial e metodologias participativas, seguindo-se as estratégias relacionadas com o turismo. As últimas posições são ocupadas por estratégias relacionadas com a dinâmica territorial, políticas públicas, património arquitetónico e imobiliário e estratégias sociodemográficas.

Por fim, importa referir os pontos fortes e as fragilidades das estratégias de intervenção identificados pelos peritos na validação das estratégias de intervenção. Entre as maiores fragilidades que se colocam às estratégias de intervenção na Rede das Aldeias Históricas de Portugal (Figura 75) encontra-se a grande dependência dos atores-chave fortemente comprometidos com o território que dinamizem os processos de governança e desenvolvimento, o que poderá constituir um travão à adoção de um novo modelo de governança, seguindo-se dos problemas e deficiências em termos de liderança e organizacionais da estrutura em rede. Num segundo nível, as dificuldades do território em atrair investimento privado e operadores internacionais, os problemas de rentabilidade financeira e o tecido empresarial pouco dinâmico e empreendedor que se reflete na falta de inovação e de propostas alternativas que valorizem os recursos endógenos com base em dinâmicas participativas. Por outro lado, falta conferir relevância às relações urbano-rural e aos *stakeholders* urbanos, os quais podem ser comprometidos com a valorização das Aldeias Históricas de Portugal e com os proveitos da economia de rede que se podem gerar, no entanto, é preciso analisar os

modos de distribuição dos benefícios da oferta turística. É que o turismo pode provocar um grande incómodo na população local e tornar difícil a governança do território, para além da fraca dinamização das comunidades locais em termos de desenvolvimento local sustentado.

Figura 75 - Nuvem de palavras de fragilidades das estratégias de intervenção



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da sessão de *focus group* aos peritos (Anexo 3.1.)

No entanto, e de acordo com os peritos, estas estratégias de intervenção apresentam pontos fortes para a Rede das Aldeias Históricas (Cf. Figura 76) ao nível da diversidade territorial, da proximidade territorial e histórico-cultural com as províncias fronteiriças de Espanha, do *marketing* territorial integrado para um conjunto geograficamente disperso de aldeias, da densidade geográfica (com exceção do Piódão) dos nós da oferta e da inserção em redes internacionais de cooperação e de operadores turísticos, seguindo-se o exotismo e a autenticidade do produto AHP e a qualidade paisagística e patrimonial, a hospitalidade de base local, os valores que estão nos recursos endógenos e a reabilitação e valorização de património histórico-cultural. Num segundo nível, identificam a viabilização de novas atividades económicas, a criação de emprego e na perspetiva dos peritos a proximidade com algumas cidades pode dar algum impulso de revitalização socioeconómica destas aldeias. A acrescentar a estes fatores temos ainda a aposta no território-rede e nas metodologias participativas.

Figura 76 - Nuvem de palavras dos pontos fortes das estratégias de intervenção

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da sessão de *focus group* aos peritos (Anexo 3.1.)

Assim, considerando os pontos fortes e fragilidades, os peritos apresentaram algumas recomendações para a exequibilidade das estratégias de intervenção, a saber: desenhar uma programação conjunta de médio prazo, garantir uma menor dependência de fundos públicos, garantir o envolvimento permanente das comunidades locais (P2); cruzar o nível municipal e intermunicipal com o associativismo – motor da governança –, corresponsabilização partilhada, recuperar alguns dos processos de trabalho que ficaram por realizar no âmbito do Programa LEADER e dos Centros Rurais e serem integrados no contexto da Rede, através da mobilização dos atores que estiveram envolvidos anteriormente (P4); existência de uma equipa de coordenação com competências sólidas em animação territorial (P5); cruzar os interesses dos convocáveis no âmbito da governação e animação territorial com o turismo (P6); contrariar a lógica de estratégias que se resumem a uma série de candidaturas e paralelamente diminuir o excesso de municipalização que existe na rede (3).

3.3. Considerações finais

Neste último capítulo procurou-se, por um lado, identificar e sintetizar as diversas propostas de intervenção de alguns atores do sistema em estratégias de intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal por domínios temáticos e, por outro, validar e aferir o grau de prioridade de cada uma das estratégias e domínios temáticos, a curto e a médio prazo.

Num primeiro momento, procedemos à apresentação das diversas propostas de intervenção dos neo-rurais, população local e informantes-chave para o sistema em estudo. O conjunto de propostas de intervenção e os resultados da análise estrutural e análise estratégica de atores permitiu-nos definir vinte e oito estratégias de intervenção distribuídas por seis domínios temáticos de intervenção (sociodemográfico, dinâmicas territoriais, governança e animação territorial, turismo, património arquitetónico e imobiliário e políticas públicas).

As propostas de intervenção para o domínio temático do turismo estão associadas ao desenvolvimento de produtos turísticos diferenciadores, gestão eficiente dos espaços e infraestruturas, animação turística, informação e divulgação em rede – *marketing* territorial integrado, complementaridade com os destinos turísticos de proximidade e dinamização de novos nichos de mercado e criação de uma rede de visitação dinâmica. No domínio da governança territorial as propostas relacionam-se com a gestão e animação da rede com base em metodologias participativas, criação de uma estrutura de missão liderada por um ator-rede, mobilização dos atores para trabalhar em rede e adoção de um modelo de governação multiescalar. Ao nível do património arquitetónico e imobiliário, as propostas centram-se na recuperação e preservação do património, na qualificação urbanística e funcional dos imóveis e na desburocratização dos processos de intervenção no edificado. No que respeita às dinâmicas territoriais, identificaram-se propostas relacionadas com o aproveitamento dos recursos locais para a produção de novos produtos e atividades económicas, criação de uma estrutura de suporte à comercialização dos produtos (cooperativa) e desenvolvimento de projetos (incubadora de empresas). A esta dimensão temática de intervenção junta-se a dimensão social e demográfica com propostas associadas ao incentivo à fixação e atração de novos atores qualificados para o desenvolvimento de atividades económicas e medidas de apoio a natalidade. A acrescentar a estes domínios temos ainda as propostas no domínio das políticas públicas que incidem numa articulação entre políticas públicas e adoção de práticas de planeamento e de gestão ao nível do investimento.

Vimos, também, que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, o Turismo de Portugal, o Turismo Centro de Portugal, a Associação de Desenvolvimento Turístico Aldeias Históricas de Portugal, as Câmaras Municipais e os agentes privados ligados ao setor do turismo são, na opinião da população local e dos informantes-chave,

os atores com maior capacidade de influenciar a exequibilidade das estratégias de intervenção.

Num segundo momento procedeu-se à análise dos resultados da validação das estratégias de intervenção e dos domínios temáticos de intervenção pelos peritos. Os dados obtidos revelam algumas diferenças na prioridade atribuída pelo grupo de peritos para cada uma das estratégias, sendo particularmente visíveis nas estratégias sociodemográficas, dinâmicas territoriais, património arquitetónico e imobiliário e políticas públicas. Ao contrário destes domínios, as estratégias de intervenção associadas a governação e animação territorial e turismo assumem um papel de destaque no conjunto das estratégias de intervenção e é sobre estas que existe maior convergência entre os peritos. A análise empírica permitiu também concluir que uma parte significativa das estratégias está contemplada nos objetivos de ação dos principais atores do sistema em estudo.

No que se refere à concretização das propostas, concluímos que existe uma prioridade nas estratégias de intervenção relacionadas com as questões da governança e animação territorial e metodologias participativas, seguindo-se as estratégias relacionadas com o turismo, por oposição às estratégias associadas aos fatores de dinâmica territorial, políticas públicas, património arquitetónico e imobiliário e fatores sociodemográficos. Finalmente, apresentámos os pontos fortes e fragilidades das estratégias de intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, salientando algumas recomendações dos peritos ao nível da exequibilidade das estratégias, particularmente associadas ao atual modelo de governação vertical e hierárquico.

CONCLUSÕES

Iniciamos o nosso trabalho com uma reflexão em torno da problemática do desenvolvimento, procurando-se evidenciar os efeitos dos modelos e teorias económicas do crescimento e do desenvolvimento adotados pela maioria dos países ocidentais até há três décadas, seguindo-se uma abordagem aos modelos de desenvolvimento alternativos e políticas públicas para atenuar/contrariar os desequilíbrios territoriais. Na recusa de um discurso inflamado de um certo fatalismo de insucesso dos instrumentos de políticas públicas de desenvolvimento regional, assumimos a adoção do modelo de desenvolvimento territorial policêntrico capaz de estimular a coesão social e territorial assente em novos modelos de governança em rede.

Foi precisamente em torno deste processo de desenvolvimento territorial integrado que assumimos a refuncionalização dos territórios rurais de baixa densidade como as Aldeias Históricas de Portugal, investindo no lado virtuoso da baixa densidade, naquilo que designamos de criação de um território novo que pode ser de consumo ou de visitação turística, por exemplo, sob a forma organizacional de um ator-rede (Covas e Covas, 2014). Este reconhecimento do turismo enquanto alternativa aos territórios rurais de baixa densidade levou-nos a percorrer os principais modelos de conceitualização do sistema turístico, apresentando os principais elementos que determinam o funcionamento do turismo e que constituem a base para o seu desenvolvimento, isto é, a procura e a oferta turística. Por outro lado, assumimos que os territórios rurais de baixa densidade apresentam-se como lugares alternativos para uma diversificação e diferenciação da oferta turística, já que dispõem de recursos para responder aos interesses e preferências de consumo turístico do novo turista, como é o caso do designado *slow tourism*. Pôs-se deste modo em evidência que a existência de redes poderá contribuir para o desenvolvimento de novos destinos turísticos associados a novas procuras turísticas, mas a realização deste processos só se consegue a partir de uma ação estratégica e participada dos atores do sistema turístico.

Para que tal seja possível, defendemos a adoção de novas metodologias de participação e envolvimento dos diversos atores (não apenas os atores económicos ou políticos) nas diferentes etapas do processo de planeamento, quer ao nível da definição de objetivos, quer na antecipação ou resolução de problemas, já que o planeamento turístico

integrado a curto e a médio/longo prazo, pode permitir um correto funcionamento do sistema turístico. É a partir destas reflexões que se ancora a investigação empírica.

O percurso metodológico requerido pelos objetivos privilegiou a metodologia prospetiva preconizada pela Escola Francesa – o método dos cenários –, desenvolvido pela equipa de Michel Godet (1993), tendo em conta as grandes potencialidades das metodologias prospetiva no planeamento estratégico regional e turístico.

Relativamente à metodologia prospetiva, avançamos apoiados na certeza de que as metodologias prospetivas ao nível do planeamento estratégico e territorial, nomeadamente a Análise Estrutural e a Análise Estratégica de Atores, podem contribuir para uma maior participação e envolvimento dos atores num processo interativo de aprendizagem, apoio à decisão, reflexão sistemática e visão estratégica de um dado problema, seja antecipando seja inflitando, algumas das principais tendências de desenvolvimento.

No quadro da abordagem prospetiva esteve implícita a implementação das metodologias de participação dos atores na conceção do diagnóstico, no levantamento dos constrangimentos e potencialidades existentes no território e das principais tendências e dinâmicas de transformação, sendo um processo que se apoiou na interação dos atores, de forma a chegar a um conjunto de estratégias de intervenção a curto e a médio prazo, através de uma análise sistémica com a combinação de métodos quantitativos e qualitativos – abordagem mista –, introduzindo uma maior profundidade ao nosso objeto de estudo.

Creemos que o pluralismo metodológico utilizado revelou-se adequado à recolha de dados e à análise que se impunha, no quadro epistemológico da “teoria da ação” (Touraine, 1996). De facto, a metodologia da investigação-ação, afirmou-se como uma modalidade alternativamente válida no campo do turismo, pois o conjunto de métodos e técnicas utilizadas permitiu-nos caracterizar o sistema da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, revelar as variáveis mais importantes para o funcionamento do sistema e a estrutura de relações mantidas pelos principais atores. Foi ainda possível evidenciar as estratégias de intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, a curto e a médio prazo. Para realização deste exercício prospetivo, cumpriu-se uma sequência de etapas operacionalizadas por diversas técnicas e métodos de investigação, recorde-se: análise documental, inquérito por entrevista (entrevista exploratória aos especialistas,

focus group à população local e *focus group* aos especialistas) e questionário (aos visitantes, neo-rurais e informantes-chave), método MICMAC e método MACTOR, vinculadas ao maior rigor científico.

Neste sentido, realizámos o longo percurso que constitui uma investigação desta natureza, com o pressuposto de encontrar resposta para as perguntas de partida, através da concretização dos objetivos específicos e do objetivo geral. Por isso, o término da investigação surge com a resposta às questões que nortearam as diferentes etapas da nossa pesquisa. De seguida iremos, num exercício de síntese dos resultados de investigação, responder às quatro perguntas de partida:

A primeira pergunta que estabelecemos, respeitava à identificação das variáveis-chave que caracterizam a Rede das Aldeias Históricas de Portugal. Os resultados obtidos da análise estrutural através do método MICMAC, na sequência da análise SWOT empreendida, permitiu-nos reduzir a complexidade do sistema Rede das Aldeias Históricas de Portugal (sistema interno e envolvente externa), isto é, evidenciar e hierarquizar as variáveis mais importantes ao funcionamento do mesmo. Constatámos através da matriz de influências indiretas que as variáveis mais importantes do sistema são: território de hierarquia verticalizada; território em reclusão; municipalização da Associação de Desenvolvimento Turístico Aldeias Históricas de Portugal (ADTAHP); cooperação interinstitucional; marcas e estratégias no território; e projetos em comum. Destas seis variáveis-chave verificou-se que o território de hierarquia verticalizada, municipalização da ADTAHP, cooperação interinstitucional e as marcas e estratégias no território são as variáveis que mais influenciam e condicionam o desenvolvimento do território em estudo – Rede das Aldeias Históricas de Portugal –, já que são variáveis muito influentes e pouco dependentes (variáveis motrizes). Ainda assim, as variáveis território em reclusão e projetos em comum, que, embora, sendo muito dependentes no sistema têm forte influência no sistema, na medida em que transmitem a influência (dependentes) que recebem ao conjunto do sistema.

Ao sistematizarmos as variáveis mais influentes do sistema pudemos constatar que o território de hierarquia verticalizada exerce uma influência muito importante sobre a estagnação económica e as assimetrias intrarregionais, o que revela a forte dependência destas variáveis resultado. Ou seja, o atual modelo de governança territorial de natureza hierárquico e verticalizado pela política partidária condiciona fortemente a atividade económica e o possível investimento no lado virtuoso da Rede das Aldeias Históricas de

Portugal, o que reflete igualmente no agravamento das assimetrias intrarregionais ao nível do tecido produtivo, demográfico, serviços básicos, entre outros fatores, no território. A sistematização das variáveis permitiu-nos ainda verificar que a estagnação económica (variável resultado) sofre influências fortes de outras variáveis motrizes (excesso de municipalização da ADTAHP, ausência de cooperação interinstitucional e do interesse das entidades públicas/privadas na captação de apoios financeiros nas diversas marcas e estratégias no território) e das variáveis de ligação (território em reclusão e incapacidade em desenvolver projetos em comum).

O território de hierarquia verticalizada exerce ainda influência relativamente importante no descrédito nas câmaras municipais e associações de desenvolvimento local, ou seja, há perda de credibilidade em dois dos principais atores de ação local, tendo em conta a captura do poder local pelo poder central ao mesmo tempo que se instrumentaliza as associações de desenvolvimento enquanto “sindicatos de voto” e estrutura de suporte para alimentar grupos interesses locais e regionais. A comprovar esta situação está na forte influência e municipalismo exercido sobre a Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal o que condiciona a participação de outros atores do sistema no processo de desenvolvimento. A influência desta variável no sistema não deve ser menosprezada, na medida em que exerce uma influência forte sobre a estagnação económica e influências médias sobre as assimetrias intrarregionais, descrédito nas câmaras municipais e associações de desenvolvimento regional/local, desemprego e perda de territorialidade. Aliás, a municipalização da ADTAHP, surge como a variável mais influente no plano de influência direta ao exercer forte influência num conjunto de variáveis do subsistema da oferta turística (empreendimentos turísticos, animação turística, promoção da oferta turística e produto turístico AHP). Assim, podemos concluir que o funcionamento do sistema é explicado pela forte ação das variáveis (internas) associadas às dinâmicas territoriais e aos fatores de governança territorial no sistema Rede das Aldeias Históricas de Portugal, tendo em conta o grau de influência (direta e indireta) destas variáveis sobre os outros setores do sistema.

A segunda pergunta que estabelecemos, respeitava à análise da importância da atividade turística e de lazer para o desenvolvimento regional das Aldeias Históricas de Portugal. A operacionalização do segundo objetivo específico, “Identificar e caracterizar a atividade turística e de lazer na Rede das Aldeias Históricas de Portugal”, permitiu-nos obter um conjunto de conclusões que respondem à presente questão.

A caracterização da atividade turística e de lazer no território das Aldeias Históricas de Portugal surge, indiscutivelmente, associada ao conjunto de intervenções no contexto das políticas públicas de desenvolvimento regional. A iniciativa piloto de requalificação de aldeias típicas que teve como objetivo central o “combate” ao despovoamento do interior rural e a recuperação e valorização do património local e nacional para diversificação da oferta turística no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento regional, proporcionou um conjunto de investimentos que consubstanciam a infraestrutura do sistema turístico.

Os dados que recolhemos permitem-nos sistematizar que, em 2016, o território disponibilizava um conjunto de elementos que constituem a base do sistema turístico (subsistema da produção), nomeadamente: 58 empreendimentos turísticos, 709 camas; 36 restaurantes; 29 lojas de artesanato; 8 empresas de animação turística; 11 espaços museológicos; entre outros equipamentos e infraestruturas de apoio (Grande Rota das AHP e Percursos Pedestres de Pequena Rota, centro equestre, pista de parapente, estância termal, campo de observação de aves (Faia Brava), centros de BTT e praias fluviais); espaços de atração turística (arquitetura militar, religiosa, civil e arqueologia), património natural, paisagístico e ambiental das áreas protegidas; e recursos hídricos.

No que concerne ao subsistema do consumo, verificámos com base na informação recolhida junto dos postos de turismo e dos visitantes, que apesar do decréscimo registado nos visitantes nos últimos 6 anos, a maioria dos visitantes que fazem das Aldeias Históricas de Portugal o seu destino turístico ou local de passagem são originários de Portugal (das duas áreas metropolitanas e das cidades de média dimensão da Região Centro), o que revela desde já uma grande dependência do mercado interno.

Em termos dos visitantes estrangeiros, tem-se vindo a registar um aumento, particularmente dos mercados de proximidade (Espanha, França, Reino Unido e Alemanha) e associado ao turismo judaico (Estados Unidos da América e Israel). A procura turística na Rede das Aldeias Históricas é muito heterogénea, quer por Aldeia Histórica, quer ao longo do tempo. Ainda assim, destaca-se a Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo com o maior número de visitantes, seguindo-se de Almeida e Sortelha. Constatámos, também, que as Aldeias Históricas de Portugal sofrem de uma acentuada sazonalidade na procura turística (os meses julho e agosto como sendo os de maior procura por oposição a janeiro e fevereiro).

Em termos gerais, o visitante das Aldeias Históricas de Portugal tem entre 25 e 54 anos; possui habilitações superiores; exerce atividade profissional por conta de outrem e tem rendimentos médios iguais ou inferior a 2.000,00 euros. As férias, lazer e recreio constituem o principal motivo de visita ao destino turístico Aldeias Históricas de Portugal, atraídos pelos recursos culturais e históricos, seguindo-se a paisagem e natureza, tranquilidade/ambiente relaxante, gastronomia e hospitalidade. O conhecimento do destino turístico surge por intermédio de familiares e amigos, sendo que, na preparação da deslocação o visitante utiliza as novas tecnologias.

Na fase de deslocação, apurou-se que a maioria está na presença de acompanhante ou em família. O tempo médio de permanência dos visitantes no destino fixa-se nas 3 horas (nas Aldeias Históricas com maior oferta de equipamentos e infraestruturas), mas nalguns casos o tempo de permanência é inferior a 1 hora. Dos visitantes que pernoitam na região, a maioria opta por ficar em casa de familiares e amigos, seguindo-se do alojamento em hotel e 2ª residência. O gasto médio por pessoa e por dia é inferior a 50 euros tanto nos visitantes do dia como nos turistas. Estes valores relacionam-se com o extrato socioeconómico baixo-médio que visita o destino turístico, por um lado, e, por outro, pela ausência de uma oferta turística estruturada que estimule maiores consumos dos visitantes. A exemplificar isto mesmo está o reduzido número de atividades desenvolvidas pelos visitantes no destino, nomeadamente: passeio pela Aldeia Histórica e visita ao castelo; experiências gastronómicas e visitas aos museus. E para uma parte significativa de visitantes o destino turístico das Aldeias Históricas de Portugal é um entre outros que já visitou ou vai visitar, particularmente, destinos que se localizam nas proximidades: Serra da Estrela, Douro, Salamanca, Naturtejo, Coimbra e Salamanca. É de referir que a maioria estava a visitar pela primeira vez o destino.

Posto isto, podemos dizer que o território das Aldeias Históricas de Portugal acolhe um número relevante de visitantes ao longo do ano, no entanto, a dinâmica da atividade turística e de lazer fica aquém das expectativas do lançamento do programa de requalificação de um conjunto de aglomerados encravados na Região Centro, caso contrário, não teríamos um número tão elevado de variáveis desligadas do sistema como se constatou na análise estrutural. De facto, a análise estrutural, revelou que a motricidade das variáveis-chave (variáveis motrizes e variáveis de ligação) condiciona a dinâmica do sistema em estudo, sendo esta situação particularmente visível nas 20 variáveis associadas ao desenvolvimento da atividade turística e de lazer. Aliás,

constatou-se anteriormente que o excesso de municipalização da ADTAHP condiciona a ação de variáveis do subsistema oferta turística.

A terceira pergunta que estabelecemos, respeitava à análise das relações entre os principais atores da Aldeias Históricas de Portugal e quais as suas estratégias e dinâmicas implementadas até ao momento.

A análise estratégica de atores permite-nos concluir que existe uma interdependência generalizada entre os atores do sistema para concretização dos seus objetivos. Ainda assim, há atores que assumem menor dependência em relação aos outros atores para concretização dos seus objetivos, sendo o caso do INATEL que apenas necessita da ADTAHP (Associação de Desenvolvimento Turístico Aldeias Históricas de Portugal) para congregar e conciliar perspetivas e objetivos dos diferentes atores nos projetos de âmbito local e regional, seguido da Câmara Municipal de Trancoso que assume dependência pela CCDRC e ADTAHP para concretização dos seus objetivos em termos de apoio financeiro, apoio logístico e pareceres técnicos. Em sentido oposto, surgem a ADTAHP, os Grupos de Ação Local Pró-Raia e ADRUSE e as câmaras municipais de Figueira de Castelo Rodrigo e Sabugal, que revelam dependência dos restantes atores do sistema a fim de concretizar os seus objetivos, nomeadamente: ao nível da consolidação de uma estratégia articulada com objetivos comuns da Rede, no desenvolvimento de ações conjuntas ao nível da divulgação/promoção da Rede e no desenvolvimento de projetos e atividades de dinamização do sistema turístico.

Os resultados da análise de atores, permitem-nos ainda concluir que os atores mais influentes ou os atores de charneira deste jogo de relação de forças são a ADTAHP, a Câmara Municipal de Belmonte, a CCDRC e a Câmara Municipal de Arganil, o que reflete o grande poder de influência destes quatro atores sobre a maioria dos atores, na medida em que podem influenciar e condicionar de modo direto e indireto a ação dos restantes atores do sistema, no que se refere à concretização das estratégias de intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, isto é, exercem, uma ação de ligação no sistema bastante significativa (particularmente a ADTAHP e CCDRC). Ao invés, a relação de força do Grupo de Ação Local Pró-Raia que tem fraca influência sobre os outros atores, acompanhado do grupo da restauração, do Grupo de Ação Local ADIBER e do grupo da animação/artesanato. Posto isto, podemos concluir que estamos na presença de um sistema instável, tendo em conta as relações complexas e diversificadas entre os atores.

Em relação aos objetivos mais valorizados pelo conjunto dos atores, destaca-se a dinamização das economias locais como a agricultura, agroindústria, turismo, lazer e bem-estar, o desenvolvimento de uma estratégia de visitação no espaço da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, a diversificação dos canais de comunicação com o exterior da Rede, a partilha de informação entre parceiros e o desenvolvimento, a promoção de atividades ligadas ao turismo criativo e património imaterial, o desenvolvimento de relações transfronteiriças e a divulgação/promoção junto do cidadão comum do projeto da Rede das Aldeias Históricas de Portugal. Vimos, também, que o ator com maior número de convergências em relação ao conjunto de objetivos para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal é o Turismo Centro de Portugal, seguido da Câmara Municipal de Belmonte, ADTAHP, CCDRC e das câmaras municipais de Idanha-a-Nova e Arganil, por oposição à restauração e aos Grupos de Ação Local Pró-Raia e Raia Histórica, que registam um fraco nível de objetivos estratégicos para a rede.

Na nossa opinião, o grau de mobilização de alguns atores de um conjunto de objetivos estratégicos constitui uma oportunidade para apelar à participação e mobilização dos diferentes atores da Rede das Aldeias Históricas de Portugal no processo de desenvolvimento de estratégias de intervenção.

Na quarta pergunta que estabelecemos, procurámos aferir de que forma o planeamento turístico integrado pode favorecer no futuro o desenvolvimento regional das Aldeias Históricas de Portugal.

Em função do enquadramento teórico realizado e atendendo ao estudo empírico realizado, consideramos que a atividade turística e de lazer no território em estudo não pode evoluir sem planeamento. Nesse sentido, torna-se imperativo a resolução de um conjunto de problemas relacionados com o modelo de governança, isto é, a transição de um modelo demasiado institucionalizado e burocrático (abordagens formais e hierárquicas) para um novo modelo de estilo horizontal mais flexível, assente numa lógica de descentralização e convergência de esforços dos diversos atores (desde o envolvimento da superestrutura e infraestrutura do sistema turístico e sua envolvente) nas diferentes fases do processo de planeamento, quer seja na identificação dos problemas existentes ou que se possam pressentir, quer seja nas propostas de resolução dos problemas, quer seja ainda nos processos de implementação e/ou ação. Foi precisamente deste pressuposto que se partiu para o trabalho empírico com a adoção das metodologias prospetivas a nível regional, procurando, através de métodos como a

análise estrutural e a análise da estratégia de atores, procurando identificar os problemas que condicionam a dinâmica do sistema e apresentando propostas alternativas – estratégias de intervenção para a operacionalização do sistema –, pois ficou comprovado ao longo deste trabalho que o setor do turismo encontra-se desligado do sistema, quer pelos modelos de desenvolvimento adotados no contexto das políticas públicas regionais, quer pela ausência de uma estratégia integrada para o desenvolvimento do turismo no território, quer ainda pela ausência de consolidação da Rede das Aldeias Históricas de Portugal.

Sugere-se, assim, a realização de um exercício de cenarização (segunda fase do método dos cenários) com enunciação de futuros possíveis para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal no horizonte 2027, já que concretizamos as necessárias bases para a construção de cenários, pese embora as limitações assinaladas ao longo deste trabalho.

Tal como qualquer outra investigação científica, o nosso trabalho apresenta limitações, algumas decorrentes da própria especificidade da produção científica. Entre elas encontramos as que decorrem da própria metodologia prospetiva, essencialmente o tempo para concretização das diversas etapas e recolha de informação, pois este tipo de metodologias exige o uso de diferentes técnicas de recolha de informação junto dos diversos atores do sistema (inquéritos e entrevistas) e o uso de métodos que exigem rigor em todo o processo, desde o recenseamento das variáveis principais do sistema, seleção dos atores, até à análise da informação recolhida para o preenchimento das várias matrizes de análise estrutural e de análise de estratégia de atores. Acresce, ainda, as limitações inerentes à produção científica, desde a nossa preparação para o uso dos diferentes métodos, o interesse dos atores envolvidos no trabalho empírico em fornecer informação e estratégias até aos recursos financeiros. De facto, registaram-se algumas dificuldades em obter a participação de alguns atores do sistema (inquérito por questionário aos informantes-chave), o tempo de resposta e pouca motivação de alguns dos atores (entidades de ação nacional), a recusa de alguns atores em fornecerem informação estatística e a omissão de parte da informação (entidades de ação local). Outra das dificuldades do uso das metodologias prospetivas foi a diversidade de atores ao nível de competências no sistema e a diversidade a nível territorial, aos quais se associam os recursos financeiros. O trabalho de recolha e análise de informação foi realizado na íntegra pela investigadora, sem qualquer apoio financeiro.

Apesar destas limitações, julgamos ter conseguido descrever e analisar a estrutura e as relações entre os principais atores, quer pela identificação das variáveis-chave, quer pela identificação dos atores-chave, objetivos estratégicos e meios de ação e as divergências/consensos em função dos objetivos. Desta forma, a par do alcance do objetivo geral de identificação de estratégias de intervenção, a curto e a médio prazo, para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal. Assim, queremos acreditar que a nossa investigação, pela componente da prospetiva que encerra, pode de algum modo influenciar não só a investigação pura e aplicada no turismo assim como a ação e tomada de decisão dos atores nos principais domínios de intervenção (identificados pelos atores do sistema), designadamente ao potenciar uma reapreciação e, possivelmente, modificação das estratégias/ações de intervenção para o território no âmbito das políticas públicas no período de reprogramação do Programa Operacional Regional do Centro 2020, no próximo quadro comunitário de apoio (2021-2027) e na própria Estratégia de Turismo 2027.

Por último, importa referir que é nossa expectativa que esta investigação possa assumir-se uma ferramenta de ajuda e reflexão para os atores do sistema, muito em particular para os atores com maior responsabilidade no desenvolvimento no território, de modo a contribuir para um planeamento turístico integrado e assim ser considerado como fator de desenvolvimento regional.

BIBLIOGRAFIA

ADTAHP (2009). *Rede das Aldeias Históricas de Portugal - Estratégia de Eficiência Colectiva e Plano de Acção*. Figueira de Castelo Rodrigo: Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal.

ADTAHP (2015). *Relatório de Avaliação PROVERE Aldeias Históricas de Portugal*. Belmonte: Associação de Desenvolvimento Turístico Aldeias Históricas de Portugal.

Alarcão, J. (2012). Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – VI. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 15,113-137.

Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J-P., Maroy, C., Ruquoy, D., & Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Alvarenga, A. & Soeiro de Carvalho, P. (2007). *Escola Francesa de Prospectiva no Contexto dos Futures Studies – Da “Comissão do Ano 2000” às Ferramentas de Michel Godet*. Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional – Departamento de Prospectiva e Planeamento.

Alvarenga, A., Soeiro de Carvalho, P., Guerra, M., & Gomes, J. (2010). *Projecto Horizon Scanning DPP – Documento Metodológico*. Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais.

Alves, J. (2002). Património rural e desenvolvimento: do discurso institucional às dinâmicas locais. O programa de Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo (dissertação de mestrado). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

Alves, M., Monteiro, A., Ferreira, N., Dias, G., Brilha, J., & Pereira, D. (2004). Landscape as a support for biodiversity: The Arribas do Douro case study. In Parkes, M. (eds.), *Natural and Cultural Landscapes – The Geological Foundation*. Dublin: Royal Irish Academy. p.65-68.

Amaro, R. (1991). «Caminhos de desenvolvimento para a Beira Interior» – 10 interrogações. *Revista Poder Local*, 102, 62-80.

Amaro, R. (2001). O conceito de desenvolvimento local no quadro da revisão do conceito de desenvolvimento. In AAVV (eds.), *Desenvolver (Des) envolvendo – Reflexões e pistas para o desenvolvimento local*. Messejana: Esdime. p.155-169.

Amaro, R. (2003). Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, 35-70.

Ander-Egg, E. (1982). *Metodología y Práctica del Desarrollo de la Comunidad*. México: El Ateneo.

Ansell, C. & Gash, A. (2007). Collaborative Governance in Theory and Practice. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 13, 543-571.

Araújo, J. (2007). A avaliação da gestão pública: a administração pós-burocrática. Comunicação apresentada na Conferência da UNED. Corunha, Espanha. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8309>.

Araujo, L. & Bramwell, B. (2004). Planeamento turístico regional. In Araujo, L. (org.), *Geografia: espaço, tempo e planeamento*. Maceió: UFAL. p.91-109.

Arriagada, R. (2002). *Diseño de un sistema de medición de desempeño para evaluar la gestión municipal: una propuesta metodológica*. Série Manuais 20. Santiago do Chile: CEPAL. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5582/1/S0260445_es.pdf.

Arroyo, F. (2006). El desarrollo rural en el contexto de la Unión Europea. *Norba. Revista de Geografía*, XI, 11-20.

ATN (2010). *Plano de Gestão. Área Protegida Privada Faia Brava 2009-2019*. Figueira de Castelo Rodrigo: Associação Transumância e Natureza.

Bacal, S. (2003). *Lazer e o Universo dos Possíveis*. São Paulo: Editora Aleph.

Baleiras, R. (2011). *Casos de Desenvolvimento Regional*. Cascais: Princípia.

Baleiras, R. (2014). *Território e desenvolvimento económico: falhas institucionais*. Lisboa: Conselho de Finanças Públicas. Disponível em: http://www.cfp.pt/publications/territorio-e-desenvolvimento-economico-falhas-institucionais/#.Vd3HJ_1VhBc.

Bana, C. & Carlos, A. (1993). *Processo de Apoio à Decisão: Problemáticas, Actores e Acções*. Lisboa: CESUR/IST.

Baptista, A. (1999). *Políticas para o desenvolvimento do interior: um contributo para o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.

Baptista, F. (1996). Declínio de um Tempo Longo. In Pais de Brito, J., Baptista, F. & Pereira, B. (coord.), *O Voo do Arado*. Lisboa: MNE. p.35-75.

Baptista, M. (1990). *O turismo na economia – uma abordagem técnica, económica, social e cultural*. Lisboa: Instituto Nacional de Formação.

Barbaza, Y. (1975). 25 ans de géographie du tourism. In l'Association Internationale d'Experts Scientifiques du Tourisme, AIEST, *Le bilan des dernies 25 ans de la recherche touristique. Rapports présentés au 25^a Congrès de l'Association Internationale d'Experts Scientifiques du Tourisme, AIEST*. Berne: Editions Gurten. p.26-40.

Barca, F. (2009). An Agenda for a Reformed Cohesion Policy: A place-based approach to meeting European Union challenges and expectations. Brussel: Directorate-General for Regional Policy. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/regi/dv/barca_report_barca_report_en.pdf.

Barca, F., McCann, P., & Rodríguez-Pose, A. (2012). The case for regional development intervention: place-based versus place-neutral approaches. *Journal of Regional Science*, 52, 134-152.

Bardin, L. (1999). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barroca, M. (1991). Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (séc. IX a XII). *Portugalia*, XI-XII, 89-136.

Barroca, M. (2001). O Aron de Castelo Mendo. Um novo testemunho sefardita na Beira Interior. In Marques, J. (2001), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p.185-197. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/7934>.

- Barroca, M. (2009). De Miranda do Douro ao Sabugal – Arquitectura militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira. *Portugalia*, XXIX-XXX, 193-252.
- Bas, E. (1999). *Prospectiva: Herramientas para la Gestión Estratégica del Cambio*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Baud-Bovy, M. (1982). New concepts in planning for tourism and recreation. *Tourism Management*, 3(4), 308-313.
- Baud-Bovy, M. (1985). *Bilan et avenir de la planification touristique*. Aix-en-Provence: Centre des hautes études touristique.
- Baud-Bovy, M. & Lawson, F. (1977). *Tourism and recreation development*. London: Architectural Press.
- Baud-Bovy, M. & Lawson, F. (1998). *Tourism and Recreation: Handbook of Planning and Design* (2ª ed.). Oxford: Architectural Press.
- Beeton, S. (2005). The Case Study in Tourism Research: a Multi-method Case Study Approach. In Ritchie, B., Burns, P. & Palmer, C. (eds.), *Tourism Research Methods – Integrating Theory With Practice*. Oxfordshire: Cabi. p. 37-48.
- Bell, J. (1997). *Como realizar um projecto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*. Lisboa: Gradiva.
- Beni, M. (2007). *Análise estrutural do turismo* (12.ª ed.). São Paulo: Editora SENAC.
- Benko, G. (1999). *A ciência regional*. Oeiras: Celta Editora.
- Bento, R., Ramos, L., & Azevedo, N. (2013). Territórios de Baixa Densidade: Conceito e Aplicação ao Caso Português. In Fernandes, J., Cunha, L., & Chamusca, P. (org.), *Geografia & Política, Políticas e Planeamento*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CEGOT. p.570-584.
- Bertalanffy, L. (2008). *Teoria Geral dos Sistemas: fundamentos, desenvolvimentos e aplicações*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Bion, J. (2001). Introduction: «Que peut apporter l’analyse du système d’acteurs au diagnostic de territoire?». In Bernoux, P., Bion, J., & Cohen, J. (eds.), *L’analyse des systèmes d’acteurs. Cahier n°1: Diagnostics de territoire et systèmes d’acteurs*. Lyon: CERTU, p.4-8.

- Blanco, M. (1992). *Teoría General del Turismo*. México: Diana.
- Bosco, F. & Herman, T. (2010). Focus groups as collaborative research performances. In DeLyser, D., Herbert, S., Aitken, S., Crang, M., & McDowell, L. (eds.), *The SAGE Handbook of Qualitative Geography*. London: Sage Publications Ltd. p.193-208.
- Boudeville, J. (1969). *Aménagement du Territoire et Polarisation*. Paris: Génin.
- Boura, I. (2002). *Aldeias Históricas de Portugal: um património com futuro*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.
- Boura, I. (2004). Património e mobilização das comunidades locais: das aldeias Históricas de Portugal aos Contratos de Aldeia. *Cadernos de Geografia*, 21/23,115-126.
- Boyer, M. (2000). *Histoire de l'invention du tourism XVI^e-XIX^e siècles. Origine et développement du tourism dans le Sud-Est de la France*. Paris: Éditions de l'Aube.
- Brandão, A. & Costa, C. (2008). Novas dinâmicas e novas formas de gestão para o sector do turismo ao nível local. In Cavaco, C. (coord.), *Turismo, Inovação e Desenvolvimento, Actas do I Seminário sobre Turismo e Planeamento do Território*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos. p.255-280.
- Brandão, J. & Jorge, T. (coord.) (2009). *Estratégias de Eficiência Colectiva na Região Centro*. Coimbra: Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro.
- Breda, Z., Costa, R., & Costa, C. (2006). Do Clusters and Networks Make Small Places Beautiful? The Case of Caramulo (Portugal). In Lazzeretti, L. & Petrillo, C. (eds.), *Tourism Local Systems and Networking, Advances in Tourism Management Series*. Oxford: Elsevier. p.67-82.
- Brilha, J. (2005). *Património Geológico e Geoconservação: A Conservação da natureza na sua Vertente Geológica*. Viseu: Palimage Editores.
- Brito, M. & Silva, C. (2005). Turismo e Planeamento: A Continuidade ou a Auto-Destruição. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 2(II), 11-24.
- Brundtland Commission (1987). *World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. New York: Oxford University Press.
- Bryman, A. (1988). *Quantity and Quality in Social Research*. London: Routledge.
- Bugeda, J. (1974). *Manual de tecnicas de investigacion social*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos.

- Buhalis, D. (2000). Marketing the competitive destination of the future. *Tourism Management*, 21 (1), 97-116.
- Burns, P. & Sancho, M. (2003). Local perceptions of tourism planning: the case of Cuéllar, Spain. *Tourism Management*, 24 (3), 331-339.
- Burns, P. (2004). Tourism planning – A third way? *Annals of Tourism Research*, 31(1), 24-43.
- Butler, R. (1980). The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management resources. *Canadian Geographer*, 24 (1), 5-12.
- Butler, R. (1999). Understanding tourism. In Jackson, E. & Burton, T. (eds.), *Leisure Studies: Prospects for the Twenty-First Century*. State College, PA: Venture Publishing. p. 97-116.
- Cabugueira, A. (2000). Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política regional. *Gestão e Desenvolvimento*, 9, 103-136.
- Cai, L. (2002). Cooperative Branding for Rural Destinations. *Annals of Tourism Research*, 29 (3), 720-742.
- Caldas, J. & Perestrelo, M. (1998). *Instrumentos de análise para o método dos cenários. I – Análise Estrutural*. Lisboa: Dinâmia. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/467/4/DINAMIA_WP_1998-09.pdf.
- Cândido, A., & Petrucci-Fonseca, F. (2000). O lobo na Serra da Estrela: passado, presente e futuro. *Galemys*, 12, 123-134.
- Capello, K. (2007). *Regional economics*. Oxon: Routledge.
- Carmo, H. & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da investigação. Guia para auto-aprendizagem* (2ª ed.). Lisboa: Universidade Aberta.
- Carmo, R. (2014). *Sociologia dos Territórios. Teorias, Estruturas e Deambulações*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Carrilho, T. (2008). Conceito de parceria: três projectos locais de promoção do emprego. *Análise Social*, XLIII (1), 81-107.
- Carvalho, P. (2009). União Europeia, políticas públicas e desenvolvimento rural. *Cadernos de Geografia*, 26/27, 67-76. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/depgeo/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo26_27.

- Castells, M. (2002). *A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cavaco, C. (1970). Geografia e turismo: exemplos, problemas e reflexões. *Finisterra*, V (10), 247-282.
- Cater, C. & Low, T. (2012). Focus group. In Dwyer, L., Gill, A., & Seetaram, N. (eds.), *Handbook of Research Methods in Tourism: Quantitative and Qualitative Approaches*. UK: Edward Elgar Publishing. p.352-364.
- Cavaco, C. (1996). Do despovoamento ao desenvolvimento local: desafio ou utopia. In IEG/FLUC (eds.), *Dinamismos Socioeconómicos e (Re) Organização territorial: Processos de Urbanização e Reestruturação Produtiva*. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos. p.333-355.
- Cavaco, C. (2005). Os espaços de turismo. In Medeiros, C. (dir.), *Geografia de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores. p.408-422.
- Cavaco, C. (2009). Os espaços rurais como espaços de vida: mobilidades residenciais e novas formas de habitar. In Oliveira Baptista, F., Jacinto, R., & Mendes, T. (coord.), *Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança*. Proença-a-Nova: Centro de Ciência Viva. p.39-72.
- CCDRC (2006). *Programa Operacional da Região Centro (PO Centro). Relatório de Execução 2005*. Coimbra: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.
- CCDRC (2011). *Plano Regional do Ordenamento do Território do Centro*. Coimbra: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.
- CCDRC (2014). *RIS3 do Centro de Portugal. Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente*. Coimbra: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Disponível em: <http://ris3.ccdrc.pt/index.php/ris3-documentacao?view=category&id=16>.
- CCDRC (2014). *Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020*. Coimbra: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Disponível em: <http://www.centro.portugal2020.pt/index.php/documentos-gerais>.
- CCE (2001). *A governança europeia. Um Livro Branco*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.

CCRC (1999). *Programa das Aldeias Históricas de Portugal – Beira Interior* (2.^a ed.). Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.

CCE (1988). *The future of rural society*. Bulletin of the European Communities, 4/88. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.

CCE (2008). *Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia: Tirar Partido da Diversidade Territorial*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias. Disponível em: http://ec.europa.eu/regional_policy/archive/consultation/terco/paper_terco_pt.pdf.

CE (1989). *Uma Política Agrícola Comum para os anos noventa*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

CE (1997). *Rapport économique annuel pour 1997: Croissance, emploi et convergence sur la voie vers l'Union économique et monétaire*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

CE (1999). *EDEC - Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário: Para um desenvolvimento equilibrado e sustentável do território da UE*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

CE (2005). *A manual for evaluating the quality performance of tourist destinations and services*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities. Disponível em: <http://bookshop.europa.eu/en/a-manual-for-evaluating-the-quality-performance-of-tourist-destinations-and-services-pbNB6104856/>.

CE (2010a). *A PAC no horizonte 2020: Responder aos desafios do futuro em matéria de alimentação, recursos naturais e territoriais*. Bruxelas: Comissão Europeia.

CE (2010b). *Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. Bruxelas: Comissão Europeia.

CEC (1988). *The Future of Rural Society*. Luxemburg: Office for Official Publications of the European Communities.

Chesnais, J. (1995). *Le crépuscule de l'Occident. Démographie et Politique*. Paris: Robert Laffont.

Clark, J. (1991). *Democratizing development: The role voluntary organizations*. London: Earthscan Publications.

- Clarke, J. (2005). Effective marketing for rural tourism. In Hall, D., Kirkpatrick, I., & Mitchell, M. (eds.), *Rural tourism and sustainable business*. Clevedon: Channel View Publications. p.87-102.
- Clark, R. (1995). *O Nascimento do Homem*. Lisboa: Gradiva.
- Coelho, R., Formigo, N., & Fonte, D. (2012). *Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego, Lis. Integradas na Região Hidrográfica 4*. Coimbra: Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P.
- Cohen, E. (1979). A Phenomenology of Tourist Experiences. *Sociology*, 13(2), 179-201.
- Cohen, E. (1984). The sociology of tourism: approaches, issues, and findings. *Annual Review of Sociology*, 10, 373-392.
- Coltman, M. (1989). *Introduction to Travel and Tourism: An International Approach*. New York: Van Nostrand Reinhold.
- Conway, D. & Timmes, B. (2010). Re-branding alternative tourism in the Caribbean: The case for “slow tourism”. *Tourism and Hospitality Research*, 10 (4), 329-351.
- Cooper, C. (2002). Sustainability and tourism visions. In *VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*. Lisboa: Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044548.pdf>.
- Cooper, C. (2003). Progress in Tourism Research. In Cooper, C. (eds.), *Classic reviews in tourism*. Clevedon: Channel View Publications. p.1-8.
- Cooper, C., Fletcher, J., Wanhill, S., Gilbert, D., & Sheperd, R. (2001). *Turismo, princípios e prática* (2.^a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Cooper, C. & Jackson, S. (1989). Destination life cycle. The Isle of Man case study. *Annals of Tourism Research*, 16, 377-398.
- Correia, J. & Carvalho, P. (2010). Turismo e desenvolvimento rural. O caso do Piódão (Aldeias Históricas de Portugal). *Cadernos de Geografia*, 28/29, 117-130.
- Costa, C. (1993). *Processo de Apoio à Decisão: Actores e Acções; Estruturação e Avaliação*. Lisboa: CESUR/IST.
- Costa, C. (1996). Towards the improvement of the efficiency and effectiveness of tourism planning and development at the regional level: planning, organisations and

networks. The case of Portugal (dissertação de doutoramento). University of Surrey, Guildford.

Costa, C. (2001). An emerging Tourism Planning Paradigm? A Comparative analysis Between Town and Tourism Planning. *International Journal of Tourism Research*, 3, 425-441.

Costa, C. (2003). Um paradigma emergente na área do planeamento? Reflexão sobre questões de teoria e prática para a área do planeamento em turismo. In Simões, O. & Cristóvão, A. (eds.), *TERN-Turismo em Espaços Rurais e Naturais*. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra. p.189-201.

Costa, C. (2005). Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000). *Análise Social*, XL(175), 279-295.

Costa, C. & Buhalis, D. (2006). Synergies Between Territorial Planning and Strategic Management: A prospective analysis. In Fonseca, M. (coord.), *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. p.191-213.

Coutinho, C. & Chaves, J. (2002). O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal. *Revista Portuguesa de Educação*, 15 (1), 221-243.

Covas, A. (2004). *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural*. Lisboa: Edições Colibri.

Covas, A. & Covas, M. (2012). *A caminho da 2.ª ruralidade. Uma introdução à temática dos sistemas territoriais*. Lisboa: Edições Colibri.

Covas, A. & Covas, M. (2013a). A construção social dos territórios-rede da 2ª ruralidade: dos territórios-zona aos territórios-rede - construir um território de múltiplas territorialidades. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 3, 43-66.

Covas, A. & Covas, M. (2013b). Em busca de uma racionalidade territorial multiníveis nos processos de governança regional: o exemplo da região do Algarve. *Revista Desenvolvimento Regional em debate*, 2, 66-85.

Covas, A. & Covas, M. (2014). *Os territórios-rede. A inteligência territorial da 2.ª ruralidade*. Lisboa: Edições Colibri.

Covas, A. & Covas, M. (2015). *Multiterritorialidades I. Temas e problemas de governança e desenvolvimento territoriais*. Lisboa: Edições Colibri.

- Cravidão, F. & Cunha, L. (1991). Turismo, investimento e impacto ambiental. *Cadernos de Geografia*, 10, 199-221.
- Cravidão, F. & Cunha, L. (1993). Ambiente e práticas turísticas em Portugal. *Inforgeo*, 6, 85-91.
- Creswell, J. (2009). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. United Kingdom: Sage Publications.
- Cristóvão, A., Medeiros, V., & Melides, R. (2011). Aldeias Vinhateiras, Aldeias Vivas?. In Figueiredo, E. (coord.), *O rural plural – olhar o presente, imaginar o futuro*. Castro Verde: 100 Luz. p.175-188.
- Crompton, J. (1979). Motivations for pleasure vacation. *Annals of Tourism Research*, 6(4), 408-424.
- Crozier, M. & Friedberg, E. (1977). *L'acteur et le système*. Paris: Seuil.
- Cunha, L. (2006). *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: Editorial.
- Cunha, L. & Abrantes, A. (2014). *Introdução ao Turismo* (5ª ed.). Lisboa: Verbo Lidel – Edições Técnicas, Lda.
- Cuvelier, P. (1994). Une tourism post-fordiste? Analyse des mutations du produit touristique. In Cuvelier, P., Torres, E., & Gadrey, J. (eds.), *Patrimoine, modèles de tourisme et développement local*. Paris: L'Harmattan. p.9-104.
- Dallabrida, V. (2015). Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. *Análise Social*, 215, L.(2.º), 304-328.
- Dann, G. (1977). Anomie, ego-enhancement and tourism. *Annals of Tourism Research*, 4(4), 184-194.
- Dann, G. (1981). Tourist motivation: an appraisal. *Annals of Tourism Research*, 8(2), 187-219.
- Dann, G. (1999). Theoretical issues for tourism's future development: identifying the agenda. In Pearce, D. & Butler, R. (eds.), *Contemporary Issues in Tourism Development*. London: Routledge. p.13-30.
- Dann, G. (2000). Motivation. In Jafari, J. (eds), *Encyclopedia of tourism*. London: Routledge. p.393-395.

- Dasi, J. (2008). Gobernanza territorial para el desarrollo sostenible: estado de la cuestión y agenda. *Boletín de la A.G.E.*, 46, 11-32.
- Daveau, S. (1988). Progressos recentes no conhecimento da evolução da Holocénica da cobertura vegetal em Portugal e nas regiões vizinhas. *Finisterra*, XXIII (45), 101-115.
- Davoudi, S., Evans, N., Governa, F., & Santangelo, M. (2008). Territorial governance in the making. Approaches, methodologies, practices. *Boletín de la A.G.E.*, 46, 33-52.
- De Bruyne P., Herman, J., & De Schoutheete, M. (1975). *Dynamique de la recherché em sciences sociaux*. Vendôme: P.U.F.
- DeLeon, P. & Overman, S. (1989). A History of the Policy Sciences. In Rabin, J. Hildreth, W. & Miller, G. (eds.), *The Handbook of Public Administration*. New York: Marcel Dekker. p.405-442
- Denis, H. (1990). *História do Pensamento Económico*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda.
- Deprest, F. (2004). *Inquérito sobre o turismo de massa: a ecologia face ao território*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Devine, F. (1995). Qualitative Methods. In Marsh, D. & Stoker, G. (eds.), *Theory and Methods in Political Science*. London: Macmillan Press. p.137-153.
- Dinis, G., Panyik, E., & Breda, Z. (2011). O papel dos Grupos de Acção Local (GAL) no desenvolvimento do turismo em áreas rurais em Portugal. In Figueiredo, E. (coord.), *O Rural Plural – olhar o presente, imaginar o futuro*. Castro Verde: 100Luz. p.303-306.
- DGDR (1997). *Desenvolvimento Rural: Novas Realidades e Perspectivas*. Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Rural.
- Dinis, I. & Malta, M. (2001). Da Desvitalização à Nova Ruralidade: Identidades e Destinos do Território na Serra da Lousã. *Atas do 1º Congresso de Estudos Rurais*. Disponível em: <http://sper.pt/oldsite/ICER/DOWNLOAD/2009.PDF>.
- Donaghy, K. (2009). Regional growth and trade in the new economic geography and other recent theories. In Capello, R. & Nijkamp, P. (eds.), *Handbook of Regional Growth and Development Theories*. Cheltenham, UK, Northampton, MA, USA: Edward Elgar. p.66-85.

- Domingues, Á. (1996). Política urbana e competitividade. *Sociedade e Território*, 23, 31-42.
- DPP (2006). Evolução das Assimetrias Regionais. *Prospectiva e Planeamento*, 13, 62-112.
- Dredge, D. (1999). Destination place planning and design. *Annals of Tourism Research*, 4(6), 772-791.
- Dredge, D. (2006). Policy networks and the local organization of tourism. *Tourism Management*, 27(2), 269-280.
- Dredge, D. & Hales, R. (2012). Community case study research. In Dwyer, L., Gill, A., & Seetaram, N. (eds.), *Handbook of Research Methods in Tourism: Quantitative and Qualitative Approaches*. UK: Edward Elgar Publishing. p.417-437.
- Duff, K. & Hutchinson, J. (1997). Urban Policy and the turn to community. *Town Planning Review*, 68 (3), 347-363.
- Dumazedier, J. (1962). *Vers une civilisation du loisir?*. Paris: Éditions du Seuil.
- Dumazedier, J. (1988). *Révolution culturelle du temps libre et Pratiques Touristiques*. Aix-en-Provence: Centre des Hautes Études Touristiques.
- Dumazedier, J. (2000). *Lazer e Cultura Popular* (3.^a ed.). São Paulo: Perspectiva.
- Dunn, W. (1981). *Public Policy Analysis*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Duque, E. & Calheiros, A. (2012). Regionalização, desenvolvimento e governância. *Aurora geography journal*, 4, 17-31.
- Dye, T. (1992). *Understanding Public Policy* (7.^a ed.). Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Echtner, C. & Jamal, T. (1997). The disciplinary dilemma of tourism studies. *Annals of Tourism Research*, 24 (4), 868-883.
- Estivill, J., Hiernaux, J., & Geddes, (1997). O Partenariado Social na Europa: uma Estratégia Participativa para a Inserção. Porto: Cadernos REAPN.
- Eusébio, C. & Kastenholtz, E. (2011). Quem procura o turismo no espaço rural? Especificidades do mercado da Região Centro de Portugal. In Figueiredo, E. (coord.), *O rural plural - olhar o presente, imaginar o futuro*. Castro Verde: 100Luz. p.215-230.

- Fahey, L. & Randall, R. (1998). *Learning from the Future: Competitive Foresight Scenarios*. New York: Wiley.
- Faludi, A. (1987). *A Decision-Centred View of Environmental Planning*. Oxford: Pergamon.
- Faludi, A. (2000). The performance of spatial planning. *Planning Practice & Research*, 15(4), 299-318.
- Faludi, A. (2012). Multi-level (territorial) governance: three criticisms. *Planning, Theory & Practice*, 13(2), 197-211.
- Feio, P. & Chorincas, J. (2009). Governação territorial e inovação das políticas públicas. *Prospectiva e Planeamento*, 16, 137-157.
- Fermisson, J. (2001). Problemas de promoção do desenvolvimento em Portugal: rumo a estratégias territorializadas de base local e regional. *Territórios Alternativos*, 1, 55-69.
- Fernandes, B. (2005). Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais - contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista Nera*, 8 (6), 24-34.
- Fernandes, J. (2004). *Território, desenvolvimento e áreas protegidas. A Rede Nacional de Áreas Protegidas e o caso do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros* (dissertação de doutoramento). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Fernandes, J. & Carvalho, P. (2003). Património, memória e identidade: repensar o desenvolvimento. In Caetano, L. (coord.), *Território, ambiente e trajectórias de desenvolvimento*. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p.193-217.
- Ferrão, J. (1995). Colectividades territoriais e globalização: contributos para uma nova acção estratégica de emancipação. *Inforgeo*, 9/10, 65-75.
- Ferrão, J. (2000). Relações entre o Mundo Rural e Mundo Urbano: Evolução histórica, situação actual e pistas para o Futuro. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, 45-54.
- Ferrão, J. (2002). Portugal, três geografias em recombinação: espacialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais. *Lusotopie*, 2, 151-158.

- Ferrão, J. (2010). Governação e ordenamento do território. Reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. *Prospectiva e Planeamento*, 17, 129-139.
- Ferrão, J. & Mourato, J. (2010). A avaliação de políticas públicas como factor de aprendizagem, inovação institucional e cidadania. O caso da política de ordenamento do território em Portugal. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 12 (1), 9-28.
- Ferreira, N. & Vieira, G. (1999). *Guia geológico e geomorfológico do Parque Natural da Serra da Estrela*. Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza e Instituto Geológico e Mineiro.
- Ferreira, P. (2011). Programa de recuperação de aldeias históricas em Portugal: um balanço (dissertação de mestrado). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Ferrier, J. (2003). Territoire. In Levy, J. & Lussault, M. (eds.), *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin. p.912-917.
- Figueira, V. & Dias, R. (2011). *A Responsabilidade Social no Turismo*. Lisboa: Escolar Editora.
- Figueiredo, A. (coord.) (2010). *A Territorialização das Políticas Públicas em Portugal*. Lisboa: Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional.
- Figueiredo, E. (2003a). Quantas mais “aldeias típicas” conseguimos suportar. In Simões, O. e Cristóvão, A. (coord.), *TERN. Turismo em Espaços Rurais e Naturais*. Coimbra: Escola Superior Agrária. p.65-81.
- Figueiredo, E. (2003b). Sol na Eira e Chuva no Nabal – Que rural propõem as políticas de desenvolvimento?. In *Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada: atas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais*. Bragança: Escola Superior Agrária de Bragança. Disponível em <http://sper.pt/oldsite/VCHER/Comunica2.HTM>.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor – Projectos e Edições, Lda.
- Fortin, M., Côte, J. & Fillion, F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusodidacta.
- Foss, O. & Juvkam, D. (2005). *Patterns of Demographic Ageing and Related Aspects in the Nordic Peripheries*. Stockholm: Nordregio Report.

- Franklin, A. (2009). The Sociology of Tourism. In Jamal, T. & Robinson, M. (eds.), *The Sage Handbook of Tourism Studies*. London: Sage Publications Ltd. p.65-81.
- Freeman, R. (2010). *Strategic management: a stakeholder approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Freixo, M. (2012). *Metodologia Científica. Fundamentos, Métodos e Técnicas* (2.^a ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Friedberg, E. (1993). *O poder e a Regra. Dinâmicas da Acção Organizada*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Friedmann, G. (1956). *Le travail en miettes: spécialisation et loisirs*. Paris: Gallimard.
- Friedmann, J. (1996). *Empowerment: Uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta Editora.
- Friedmann, J. & Weaver, C. (1979). *Territory and Function*. Berkeley: University of California Press.
- Fullagar, S., Markwell, K. & Wilson, E. (2012). *Slow Tourism: Experiences and Mobilities*. U.K. Channel View Publications.
- Fúster, L. (1989). *Introducción a la teoría y técnica del turismo* (4.^a ed.). Madrid: Alianza Editorial, S.A..
- Fyall, A. & Garrod, B. (2005). *Tourism marketing: A collaborative approach*. Cleveland: Channel View Publications.
- Gama, A. & Santos, N. (2008). O tempo livre, lazer e terciário. In Santos, N. & Gama, A. (coords.), *Lazer: da libertação do tempo à conquista das práticas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. p.59-83.
- Gartner, W. (1996). *Tourism development: principles and policies*. New York: Van Nostrand Reinhold.
- Gaspar, J. (1993). *As regiões portuguesas*. Lisboa: Direção-Geral do Desenvolvimento Regional.
- Gaspar, J. (2004). Técnica, território e poder. In Brandão, M. (org.), *Milton Santos e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. p.179-188.
- Gauthier, B. (dir.) (2003). *Investigação social: Da problemática à colheita de dados*. Loures: Lusociência.

- Gee, C. & Fayos-Solá, E. (1999). *International tourism: a global perspective*. Madrid: World Tourism Organization.
- Getz, D. (1986). Models in tourism planning: Towards integration of theory and practice. *Tourism Management*, 7(1), 21-32.
- Getz, D. (1992). Tourism planning and destination life cycle. *Annals of Tourism Research*, 19(4), 752-770.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1993). *O inquérito. Teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, A. (2000). *Dualidade da Estrutura. Agência e Estrutura*. Oeiras: Celta.
- Godet, M. (1985). *Prospective et planification stratégique*. Paris: Economica.
- Godet, M. (1993). *Manual de Prospectiva Estratégica. Da Antecipação à Acção*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Godet, M. (n.d.). *A “Caixa de Ferramentas” da Prospectiva Estratégica. Cadernos SEDES*. Disponível em: <http://turismorural.org.br/download/20080615095245.pdf>.
- Godet, Durance & Dias (2008). *A prospectiva estratégica para as empresas e os territórios*. Lisboa: IEESF. Disponível em: <http://www.lapropective.fr/dyn/francais/actualites/TOPOSPortugaisV190510.pdf>
- Goeldner, C. & Ritchie, J. (2009). *Tourism: principles, practices, philosophies* (11.^a ed.). Hoboken: John Wiley & Sons.
- Gonçalves, A. (2006). Inovação e tradição no turismo rural - O Programa de Recuperação das Aldeias Históricas. In *Atas do Congresso Turismo Cultural, Territórios e Identidades*. Leiria: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria.
- Gonçalves, A. & Moreira, F. (2011). Museus e núcleos museológicos: factor de valorização do Touring Cultural da região centro: as aldeias históricas. In Santos, N. & Cunha, L. (coord), *Trunfos de uma Geografia Activa: desenvolvimento local, ambiente, ordenamento e tecnologia*. Coimbra: Universidade de Coimbra. p.113-120.
- Gomez, G., Flores, J. & Jimenez, E. (1996). *Metodologia de la Investigacion Cualitativa*. Malaga: Ediciones Aljibe.

- Goodwin, H. (2011). *Taking Responsibility for Tourism*. Oxford: Goodfellow Publishers Limited.
- Gössling, S., Hall, C., & Weaver, D. (2009). Sustainable tourism futures: perspectives on systems, restructuring and innovations. In Gössling, S., Hall, C., & Weaver, D. (eds.), *Sustainable tourism futures*. London: Routledge. p.1-15.
- Governo de Portugal (2014). *Portugal 2020: Acordo de Parceria 2014-2020*. Lisboa: Governo de Portugal.
- Graça, E. & Santo, M. (direc.) (2000a). *Carta do lazer das aldeias históricas: roteiro de Almeida e Castelo Mendo*. Lisboa: INATEL.
- Graça, E. & Santo, M. (direc.) (2000b). *Carta do lazer das aldeias históricas: roteiro de Castelo Novo*. Lisboa: INATEL.
- Graça, E. & Santo, M. (direc.) (2000c). *Carta do lazer das aldeias históricas: roteiro de Linhares da Beira*. Lisboa: INATEL.
- Graça, E. (direc.) (2000). *Carta do lazer das aldeias históricas: roteiro de Marialva*. Lisboa: INATEL.
- Granovetter, M. (1983). The strength of weak ties. A network theory revisited. *Sociological Theory*, 1, 201-233.
- Greffé, X. (org.) (1986). *Science Économique et Développement Endogène*. Paris: Unesco.
- Grimmett, R. & Jones, T. (1989). *Important bird areas in Europe*. Cambridge: International Council for Bird Preservation.
- Güell, J. (1989). El turismo como sistema funcional. *Estudios Turísticos*, 101, 71-84.
- Güell, J. (1997). *Planificación estratégica de ciudades*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Guerra, I. (2000). O Planeamento Estratégico das Cidades. Organização do Espaço e Acção Colectiva. *Cidades – Comunidades e Territórios*, 1, 37-55.
- Guerra, I. (2002). *Fundamentos e Processos de uma Sociológica de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais* (2.^a ed.). Cascais: Príncípa.
- Guerra, I. (2006). *Participação e Acção Colectiva. Interesses, Conflitos e Consensos*. Lisboa: Príncípa.

- Gunn, C. (1988). *Tourism planning* (2^a ed.). New York: Taylor and Francis.
- Gunn, C. (1994). Emergence of effective tourism planning and development. In Seaton, A. (eds.), *Tourism: the state of the art*. Chichester: Wiley. p.10-19.
- Gunn, C. & Var, T. (2002). *Tourism planning: basics, concepts, cases* (4.^a ed.). London: Routledge.
- Hall, C. (1992). *Hallmark tourist events: Impacts, management and planning*. London: Belhaven Press.
- Hall, C. & Lew, A. (2009). *Understanding and managing tourism impacts: an integrated approach*. London: Routledge.
- Hall, C. & Page, S. (2006). *The geography of tourism and recreation: environment, place and space* (3.^a ed.). London: Routledge.
- Hall, C. & Jenkins, J. (2007). Turismo e política pública. In Lew, A., Hall, C. & Williams, A. (eds.), *Compêndio de Turismo*. Lisboa: Instituto Piaget. p.587-602.
- Hall, P. (2002). *Urban and Regional Planning* (4.^aed.). London: Routledge.
- Harrill, R. (2009). Destination Management: New Challenges, New Needs. In Jamal, T. & Robinson, M. (eds.), *The Sage Handbook of Tourism Studies*. London: Sage Publications Ltd. p.448-463.
- Harris, R. & Leiper, N. (1995). *Sustainable Tourism: An Australian Perspective*. Chatswood: Butterworth-Heinemann.
- Harvey, D. (1989). *The Condition of Postmodernity*. Oxford: Basil Blackwell.
- Hatem, F., Cazes, B., & Roubelat, F. (1993). *La Prospective. Pratiques et méthodes*. Paris: Economica.
- Hatem, F. (1996). *Introduction à la Prospective*. Paris: Economica.
- Haywood, K. (1986). Can the tourist life cycle be made operational?. *Tourism Management*, 7, 154-167.
- Haywood, K. (1988). Responsible and responsive tourism planning in the community. *Tourism Management*, 9(2), 105-108.
- Hazebroucq, J. (2001). *Management dos Projectos de Turismo e de Lazer*. Lisboa: Instituto Piaget.

- Healey, P. (1992). Planning through debate: the communicative turn in planning theory. *Town Planning Review*, 63 (2), 143-162.
- Healey, P. (1997). An institutionalist approach to spatial planning. In Healey, P., Khakee, A., Motte, A., & Needham, B. (eds.), *Making Strategic Spatial Plans: Innovation in Europe*. London: UCL Press. p.21-36.
- Healey, P. (1998). Collaborative Planning in Stakeholder Society. *Town Planning Review*, 69 (1), 1-21.
- Henriques, C. (2003). *Turismo Cidade e Cultura – Planeamento e Gestão Sustentável*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Henriques, J. (1990). *Municípios e Desenvolvimento – Caminhos Possíveis*. Lisboa: Escher Publicações.
- Hill, M. & Hill, A. (2009). *Investigação por questionário* (2.^a ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Hjalager, A. (2010). A review of innovation research in tourism. *Tourism Management*, 31(1), 1-12.
- Holloway, J. (1998). *The Business of Tourism* (5.^a ed.). Oxon: Routledge.
- Honoré, C. (2004). *In praise of slowness: How a worldwide movement is challenging the cult of speed*. São Francisco: Harper San Francisco.
- Hughes, G. (2007). Turismo, Sustentabilidade e Teoria Social. In Lew, A., Hall, M., & Williams, A. (eds.), *Compêndio de Turismo*. Lisboa: Instituto Piaget. p.557-569.
- Hunziker, W. & Krapf, K. (1942). *Grundriss der allgemeinen Fremderverkehrslehre*. Zurich: Polygraphischer, Verlag AG.
- IFT (2000). *Quatro décadas de turismo*. Lisboa: Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo.
- Ignarra, L. (2003). *Fundamentos do Turismo* (2.^a ed.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Ilbery, B. & Saxena, G. (2011). Integrated Rural Tourism in the English-Welsh Cross-border Region. *Regional Studies*, 45 (8), 1139-1155.
- INATEL (2000). *Carta do lazer das aldeias históricas: roteiro de Idanha-a-Velha e Monsanto*. Lisboa: INATEL.

- Inskip, E. (1991). *Tourism planning: an integrated and sustainable development approach*. New York: John Wiley & Sons.
- Inskip, E. (1993). *National and Regional Planning, Methodologies and Case Studies*. WTO: Routledge.
- Iso-Ahola, S. (1982). Toward a social psychological theory of tourism motivation: A rejoinder. *Annals of Tourism Research*, 9(2), 256-262.
- Iso-Ahola, S. (1999). Motivational Foundations of Leisure. In Jackson, E. & Burton, T. (eds.), *Leisure studies: prospects for the twenty-first century*. State College, Pa: Venture for Publication. p.35-51.
- Jafari, J. (2000). *Enciclopedia del turismo*. Madrid: Síntesis.
- Jennings, G. (2009). Methodologies and Methods. In Jamal, T. & Robinson, M. (eds.), *The Sage Handbook of Tourism Studies*. London: Sage Publications Ltd. p.672-692.
- Jennings, G. (2010). *Tourism Research* (2.^a ed.). Milton – Austrália: John Wiley & Sons Australia.
- Junek, O. & Killion, L. (2012). Grounded theory. In Dwyer, L., Gill, A. & Seetaram, N. (eds.), *Handbook of Research Methods in Tourism: Quantitative and Qualitative Approaches*. UK: Edward Elgar Publishing. p.325-338.
- Kaspar, C. (1976). Le tourisme, objet d'étude scientifique. *Tourism Review*, 31(4), 2-5.
- Keenan, M., Miles, I. & Kaivo-Oja, J. (2003). *Handbook of Knowledge Society Foresight*. Dublin: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.
- Keller, P. (2006). Innovation and tourism policy. In OECD (eds.), *Innovation and Growth in Tourism*, Paris: Organization for Economic Co-operation and Development. p.17-40.
- Kitchen, T. (1996). The future of development plans. Reflections on Manchester's experiences 1945-1995, *Town Planning Review*, 67 (3), 331-355.
- Kotler, P. (1988). *Marketing*. São Paulo: Editora Atlas.
- Kotler, P., Haider, D. & Rein, I. (1994). *Marketing público: como atrair investimentos, empresas e turismo para cidades, regiões, estados e países*. São Paulo: Makron Books.

- Kotler, P. (1997). *Marketing Management: Analysis, Planning, Implementation and Control* (9.^a ed.). New Jersey: Prentice Hall.
- Kotler, P., Armstrong, G., Saunders, J. & Wong, V. (1999). *Principles of Marketing* (2.^a ed.). London: Prentice Hall.
- Kotler, P., Bowen, J. & Makens, J. (2010). *Marketing for Hospitality and Tourism* (15.^a ed.). Boston: Pearson Prentice Hall.
- Krippendorff, J. (1986). The new tourist – turning point for leisure and travel. *Tourism Management*, 7(2), 131-135.
- Krippendorff, J. (1987). *The holiday makers: understanding the impact of leisure and travel*. London: Heinemann.
- Kuhn, T. (1995). *A estrutura das revoluções científicas* (1.^a ed.). São Paulo: Editora Perspectiva.
- Laws, E. (1991). *Tourism marketing: service and quality management perspectives*. Cheltenham: Nelson Thornes.
- Laws, E. (1995). *Tourist destination management*. London: Routledge.
- Lefebvre, H. (1991). *Production of Space*. Cambridge: Blackwell Publishers.
- Leiper, N. (1979). The framework of tourism: towards a definition of tourism, tourist, and the tourist industry. *Annals of Tourism Research*, VI (4), 390-407.
- Leiper, N. (1990). Tourism attraction systems. *Annals of Tourism Research*, 17(3), 367-384.
- Leiper, N. (2000). Systems theory. In Jafari, J. (ed.), *Encyclopedia of tourism*. London: Routledge. p.570-571.
- Leiper, N. (2004). *Tourism Management* (3.^a ed.). London: Arnold.
- Lendrevie, J., Lindon, D., Lévy, J., Dionísio, P., & Rodrigues, J. (2004). *Mercator XXI: Teoria e prática do Marketing* (10.^a ed.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Lepierre, C. (1930). Chimie et physico-chimie des eaux. In Torres, A., Narciso, A., Lepierre, C., Luzes, O., Arrochella, C., Durão, F., & Leite, A. (eds.), *Le Portugal Hydrologique et Climatique*. Lisboa: Indústrias Gráficas. p.75-106.

- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (1994). *A investigação qualitativa: Fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lewis, R. & Chambers, R. (1989). *Marketing Leadership in Hospitality*. New York: Van Nostrand Reinhold.
- Linhorst, D. (2002). A review of the use and potential of focus groups in social work research. *Qualitative Social Work*, 1 (2), 208-228.
- Longhurst, R. (2003). Semi-structured interviews and focus groups. In Clifford, N. & Valentine, G. (eds.), *Key methods in geography*. London: Sage Publications. p.117-132.
- Lopes, A. (1983). Teoria e política do desenvolvimento regional. *Estudos de Economia*, 3 (4), 449-463.
- Lopes, A. (1984). *Desenvolvimento regional. Problemática, teoria, modelos*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbekian.
- Lopes, A. (1986). Perspectivas de desenvolvimento (um ponto de vista). In Silva, M. (org.), *Portugal Contemporâneo – problemas e perspectivas*. Oeiras: Instituto Nacional de Administração, p.596-609.
- Lopes, A. (2002). Globalização e Desenvolvimento Regional. *Gestão e Desenvolvimento*, 11, 9-25.
- Lopes, A. (2006). Encruzilhadas do desenvolvimento: Falácias, dilemas, heresias. *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 75, 41-61.
- Lourenço, J. (1994). Para a manutenção do povoamento dos espaços rurais profundos. In DGDR/PAOT (eds.), *Do despovoamento rural ao desenvolvimento local*. Lisboa: DGDR/PAOT. p.131-161.
- Lumsdon, L. & McGrath, P. (2011). Developing a conceptual framework for slow travel: a grounded theory approach. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(3), 265-279.
- Lynch, P. & Morrison, A. (2007). The role of networks. In Michael, E. (eds.), *Micro-clusters and networks: The growth of tourism*. Oxford: Elsevier. p.43-62.
- MacCannell, D. (1976). *The tourist: A new theory of the leisure class*. London: University of California Press, Ltd.
- Magalhães, A. & Alçada, I. (2002). *Lendas e Segredos das Aldeias Históricas de Portugal*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.

- Maillat, D. (1996). Milieux innovateurs et dynamiques des systèmes territoriaux de production. *Sociedade e Território*, 23,19-30.
- MAM (2014). *Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020*. Lisboa: Ministério da Agricultura e do Mar.
- MAMAOT (2013). *Os jovens agricultores no PRODER, alguns indicadores*. Lisboa: Autoridade de Gestão do PRODER.
- MAOTDR (2007). *PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*. Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- Marcial, E. & Grumbach, R. (2002). *Cenários prospectivos: como construir um futuro melhor*. Rio de Janeiro: FGV.
- Maroco, João (2003). *Análise Estatística – Com Utilização do SPSS (2.ª ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Marques, T. (2003). Dinâmicas territoriais e as relações urbano-rurais. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia, I, XIX*, 507-521.
- Martins, N. & Figueiredo, M. (2008). *PROVERE. Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos – Das ideias à Acção: Visão e Parcerias*. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais.
- Martínez, A. (2005). *Una aproximación a la conceptualización del turismo desde la teoría general de sistemas*. Cancún: Universidad del Caribe, Miguel Ángel Porrúa.
- Marujo, N. (2008). *Turismo e Comunicação*. Castelo Branco: RVJ-Editores.
- Marujo, N. & Carvalho, P. (2010). Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável. *Turismo & Sociedade*, 3(2), 147-161.
- Marujo, N., Serra, J. & Borges, M. (2012). Visitors to the city of Évora: who are they?. *European Journal of Tourism, Hospitality and Recreation*, 3(2), 91-108. Disponível em: http://rdpc.uevora.pt/bitstream/10174/7681/1/EJTHR_Vol3_2_Art5_Marujo_et_al.pdf.
- Marujo, N. & Cravidão, F. (2013). La geografía en las carreras superiores de turismo em Portugal. *Estudios e Perspectivas en Turismo*, 22, 357-368. Disponível em <http://www.estudiosenturismo.com.ar/PDF/V22/N02/v22n2a10.doc.pdf>.

- Marujo, N. (2015). O contributo do turismo de eventos para o desenvolvimento turístico de uma região. *Revista DELOS – Desarrollo Local Sostenible*, 8 (23), 1-12.
- Maslow, A. (1968). *Towards a Psychology of Being*. New York: Litton Educational Publishing.
- Mathieson, A. & Wall, G. (1982). *Tourism: economic, physical and social impacts*. London: Longman.
- Matias, A. (2007). *Economia do Turismo. Teoria e prática*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Mazón, T. (2001). *Sociología del Turismo*. Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces.
- McGehee, N. (2012). Interview techniques. In Dwyer, L., Gill, A., & Seetaram, N. (eds.), *Handbook of Research Methods in Tourism: Quantitative and Qualitative Approaches*. UK: Edward Elgar Publishing. p.365-376.
- McIntosh, R., Goldner, C. & Ritchie, J. (1995). *Tourism: principles, practices, philosophies* (7.^a ed.). New York: John Wiley & Sons.
- ME (2014). *PETI3+ – Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas. Horizonte 2014-2020*. Lisboa: Ministério da Economia.
- Medeiros, C. & Cavaco, C. (coord.) (2008). *Turismo de saúde e bem-estar. Termas, SPAs termais e talassoterapia*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa.
- Medlik, S. & Middleton, V. (1973). The tourism product and its marketing implications. *International Tourism Quarterly*, 3, 28-35.
- Mendes, M. & Tomé, L. (2014). Natalidade, Nupcialidade e Divorcialidade em Portugal. In Bandeira, M. (coord.), *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): evolução e perspectivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. p.169-226.
- Mendez, C., Bachtler, J. & Wislade, F. (2012). *Cohesion Policy After 2013: A critical assessment of the legislative proposals*. Bruxelas: Directorate General for Internal Policies.
- Mény, Y. & Thoenig, J-C. (1989). *Politiques Publiques*. Paris: Puf.
- Middleton, V. (1988). *Marketing in Travel and Tourism*. Oxford: Butherworth-Heinemann, Ltd.

- Miklos, T. & Tello, M. (2007). *Planeación prospectiva: Una estrategia para el diseño del futuro*. México: Editorial Limusa.
- Miles, M. & Huberman, M. (1984). *Qualitative data analysis: a sourcebook of new methods*. Thousand Oaks: Sage.
- Mill, R. & Morrison, A. (1985). *The Tourism System: an introductory text*. London: Prentice-Hall International Editions.
- Mill, R. & Morrison, A. (1992). *The tourism system: an introductory text* (2.ªed.). London: Prentice Hall College.
- Mill, R. & Morrison, A. (2009). *The tourism system* (6.ª ed.). Iowa: Kendall Hunt Publishing Company.
- Minzberg, H. (1994). *The rise and fall of strategic planning*. New York: Prentice Hall.
- Moesch, M. (2002). *A Produção do Saber Turístico*. São Paulo: Contexto.
- Molina, S. (2003). *O Pós-Turismo*. São Paulo: Aleph.
- Moniz, A. (2006). Foresight methodologies to understand changes in the labour process. Experience from Portugal. *Enterprise and Work Innovation Studies*, 2 (2), 105-116.
- Moniz, A. & Godinho, M. (2001). *Foresight analysis as an innovation policy tool: a socio-economical approach*. Disponível em: <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/37499/>.
- Monteiro, A. & Henriques, P. (2006). *Parque Natural do Douro Internacional* (2.ª ed.). Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza.
- Moreira, C. (1994). *Planeamento e estratégias da investigação social*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Moreira, C. (2013). *Turismo, Território e Desenvolvimento: Competitividade e Gestão Estratégica de Destinos* (Dissertação de doutoramento). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Moreno, L. (1999). A serra do Açor e o Piódão: regúgios de uma ruralidade recriada. In Cavaco, C. (coord), *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*. Lisboa: CEG, EPRU, 50. p. 395-414
- Moreno, L. (2003). A animação do desenvolvimento de áreas desfavorecidas em Portugal: das incidências segmentadas às abordagens territoriais. *Revista da Faculdade*

de Letras – Geografia, XIX, 309-317. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id17id212&sum=sim>.

Moreno, L. (2007). *Desenvolvimento Territorial – de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador: Caminhos e Caminhantes*. Lisboa: edição do autor com base na revisão da sua tese de doutoramento em Geografia Humana (Universidade de Lisboa, FLUL). Disponível em: <http://www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/default.aspx?Module=Files/FileDescription&ID=557&lang=pt>.

Moreno, L. (2013). *Governança nas políticas de desenvolvimento local e inovação institucional*. Vialonga: Animar, ISA, INIAV, Rota do Guadiana.

Morgan, D. (1997). *Focus group as qualitative research* (2.^a ed.). London: Sage University Paper.

Morgan, N., Pritchard, A., & Pride, R. (2011). Tourism places, brands, and reputation management. In Morgan, N., Pritchard, A. & Pride, R. (eds.), *Destination brands: managing place reputation* (3.^a). Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann. p.3-20.

Mormont, M. (1989). Vers une redéfinition du rural. *Recherches Sociologiques*, XX (3), 331-350.

Mormont, M. (1994). La place de l'environnement dans les stratégies de développement rural. In CEDRES – Territoires D'Europe (eds.), *Éléments Fonctioniels de Strategies Regionales en Faveur du Monde Rural*. Paris: CNRS Éditions. p.135-155.

Morrison, A., Lynch, P., & Johns, N. (2004). International tourism networks. *International Journal of Contemporary Hospitality*, 16, 197-202.

Mourato, J. & Pires, A. (2007). Portugal e a perspectiva de desenvolvimento do espaço Europeu. O EDEC como institucionalização de um discurso de mudança. *Sociedade e Território*, 40, 34-42.

Mowforth, M. & Munt, I. (2003). *Tourism and Sustainability: New Tourism in the Third World*. London: Routledge.

Murphy, P. (1985). *Tourism. A Community Approach*. London: Routledge.

Murphy, P. (1991). Data gathering for community-oriented tourism planning: a case study of Vancouver Island, British Colombia. *Leisure Studies*, 10 (1), 68-80.

- Murteira, M. (1982). *Lições de economia política do desenvolvimento*. Lisboa: Editorial Presença/Instituto de Ciências Sociais.
- Murteira, M. (1995). *Economia mundial. A emergência de uma nova ordem global*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Myers, D. (2001). Symposium: Putting the Future in Planning. Introduction. *Journal of the American Planning Association*, 67(4), 365-367.
- Nazareth, J. & Gutierrez, G. (1975). Os modelos macroeconómicos de crescimento e o crescimento demográfico. *Análise Social*, XI, 42/43,336-364.
- Nazareth, J. (2004). *Demografia – A Ciência da População*. Lisboa: Editorial Presença.
- Neto, P. & Natário, M. (2009). O novo paradigma de desenvolvimento rural: Os pólos de excelência rural. Évora: CEFAGE-UE, Working Paper. Disponível em: http://www.cefage.uevora.pt/pt/producao_cientifica/working_papers_serie_cefage_ue.
- Netto, A. & Lohmann, G. (2012). *Teoría del turismo. Conceptos, modelos y sistemas*. México: Editorial Trillas.
- Neves, A. (1996). *Planeamento estratégico e ciclo de vida das grandes cidades. Os exemplos de Lisboa e de Barcelona*. Oeiras: Celta Editora.
- Nogueira, C. (2006). *Monografia Histórica do Concelho de Belmonte – Novos Contributos*. Belmonte: Câmara Municipal de Belmonte.
- Nogueira, F., Wolf, J., & Borges, M. (2014). Planeamento territorial estratégico e construção participativa de futuros: o caso da ADXTUR. In *Atas do 20th APDR Congress – Renaissance of the Regions of Southern Europe*. Évora: Universidade de Évora.
- Nunes, R. & Heitor, M. (eds.) (2002). *Guia Prático de Prospectiva Regional em Portugal*. Luxemburgo: Comissão Europeia. Disponível em: http://ec.europa.eu/research/social-sciences/pdf/cgrf-portugal_pt.pdf.
- Nykiel, R. (2007). *Handbook of marketing research methodologies for hospitality and tourism*. New York: The Haworth Hospitality & Tourism Press.
- OECD (2006). *The New Rural Paradigm. Policies and Governance*. OECD Rural Policy Reviews. Paris: OECD Publishing.

- Oliveira, G. (2002). Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista FAE*, 5, 37-48. Disponível em: http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf
- OMT (1998). *Introducción al turismo*. Madrid: Egraf.
- OMT (2003). *Turismo Internacional: uma perspectiva global* (2.^aed.). São Paulo: Bookman.
- OTEP (2011). *Observatório Transfronteiriço Espanha/Portugal – 6.º Relatório*. Lisboa/Madrid: Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais, Ministério da Economia e do Emprego e Secretaria de Estado de Transportes, Ministério de Fomento.
- Padioleau, J. (1990). Un mouvement de rationalisation de l'action publique urbaine: le planning stratégique. In Watcher, S. (org.), *Politiques publiques et territoires*. Paris: Logiques Sociales. pp.157-187.
- Pardellas, X., Cadima, J., Padín, C. & Gomes, P. (2002). *Aproximación á actividade turística nas cidades do eixo atlântico*. Vigo: Ed. Eixo Atlântico.
- Patton, M. (1990). *Qualitative evaluation and research methods* (2.^a ed.). London: Sage.
- Pearce, D. (1999). Introduction: Issues and approaches. In Pearce, D. & Butler, R. (eds.), *Contemporary Issues in Tourism Development*. London: Routledge. p.1-13.
- Pemberton, S. & Shaw, D. (2012). New Forms of Sub-regional Governance and Implications for Rural Areas: Evidence from England. *Planning Practice and Research*, 27 (4), 441-458.
- Pereira, M. (2009). Cultura de Planeamento e Governação: contributos para a coesão territorial. *Atas do 15º Congresso da APDR*. Disponível em: <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%209/252A.pdf>.
- Pereira, M. (2013). Da governança à governança territorial colaborativa. Uma agenda para o futuro do desenvolvimento regional. *Desenvolvimento Regional em debate*, 2 (3), 52-65. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/493>.

Pereira, M. (2014). Governança territorial multinível: fratura(s) entre teoria e prática(s). *Desenvolvimento Regional em debate*, 2 (4), 4-20. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/679/436>.

Pereira, M. & Gil D. (2010). *Cooperação inter-municipal em sistemas urbanos policêntricos: exemplificação em territórios de baixa densidade*. Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais.

Pereira, P., Pereira, D., & Alves, M. (2009). The geomorphological heritage approach in protected areas: Geoconservation vs. Geotourism in Portuguese natural parks. *Mem. Descr. Carta Geol. D'It*, LXXXVII, 135-144.

Perestrelo, M. (2000). *Prospectiva: Planeamento Estratégico e Avaliação*. Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462e0a77b4aca_1.PDF.

Perestrelo, M. (2002). Planeamento Estratégico e Avaliação. Metodologias de Análise Prospectiva. *Cidades – Comunidades e Territórios*, 4, 33-43.

Perestrelo, M. (2005). *Prospectiva: planeamento estratégico num contexto de desenvolvimento regional* (dissertação de doutoramento). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

Perroux, F. (1955). Note sur la notion de pôle de croissance. *Économie Appliquée*, 8, 307-320.

Perroux, F. (1963). A ideia de progresso perante a Ciência Económica do nosso tempo. *Análise Social*, 1 (2), 173-182.

Perroux, F. (1981). *Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Phillimore, J. & Goodson, L. (2004). Progress in qualitative research in tourism: epistemology, ontology and methodology. In Phillimore, J. & Goodson, L. (eds.), *Qualitative Research in Tourism: ontologies, epistemologies and methodologies*. London: Routledge. p. 3-29.

Pina, P. (1988). *Portugal: O turismo no século XX*. Lisboa: Lucidus.

Plog, S. (1974). Why Destination Areas Rise and Fall in Popularity. *Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly*, 14(4), 55-58.

PNUD (1997). *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Lisboa: PNUD.

Ponte, J. (2002). *O estudo de caso na investigação em educação matemática*. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt%5C94-Ponte%28Quadrante-Estudo%20caso%29.pdf>

Poon, A. (1993). *Tourism, Technology and Competitive Strategies*. Oxford: Cab International.

Poon, A. (2003). Competitive Strategies for a “New Tourism”. In Cooper, C. (ed.), *Aspects for Tourism: Classic Reviews in Tourism*. Clevedon: Channel View Publications. p.130-142.

Porter, M. (1993). *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Editora Campus.

Porto, M. (2013). A política regional na União Europeia. In Costa, J. & Nijkamp, P. (coord.), *Compêndio de Economia Regional, Vol. 1 Teoria, Temática e Políticas*. Cascais: Princípiã. p.795-818.

Prentice, R. (2007). Motivação do Turista e Tipologias. In Lew, A., Hall, C. & Williams, A. (eds.), *Compêndio de Turismo*. Lisboa: Instituto Piaget. p.297-315.

Quinta, F. (2002). *A cultura da avaliação no planeamento estratégico*. Aveiro: Centro de Estudos de Morfologia Urbana e Património.

Quintana, M. (2002). Tipologias en el Turismo de Nueva Era. In Díaz, J. & Quintana, M. (eds.), *Sociología del turismo*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia. p.157-346.

Quintana, M. (2006). *Ocio y turismo en la sociedad actual. Los viajes, el tiempo libre y el entretenimiento en el mundo globalizado*. Madrid: McGraw-Hill.

Quivy, R. & Van Campenhoudt, L. (2013). *Manual de investigação em ciências sociais* (6.^a ed.). Lisboa: Gradiva – Publicações, Lda.

Rapoport, R. & Rapoport, R. N. (1975). *Leisure and the Family Life Cycle*. London: Routledge.

Reis, P. (2010). *Turismo, um caminho para o Desenvolvimento Local – Circuitos Turísticos nas Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva* (dissertação de mestrado). Universidade de Évora, Évora.

- Reis, M. & Lima, A. (1998). Desenvolvimento, território e ambiente. In Viegas, J. & Costa, A. (org.), *Portugal, que modernidade?*. Oeiras: Celta Editora. p.329-363.
- Rejowski, M. (1999). *Turismo e pesquisa científica* (3.^a ed.). São Paulo: Papirus.
- Ribeiro, J. (1997). *Prospectiva e Cenários – Uma Breve Introdução Metodológica*. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento.
- Ribeiro, O., Lautensach, H., & Daveau, S. (1994). *Geografia de Portugal: O ritmo climático e a paisagem* (2.^a ed.). Lisboa: João Sá da Costa.
- Richardson, H. (1969). *Elementos de Economia Regional*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Richardson, R., Peres, J., Correia, L., Peres, M., & Wanderley, J. (1989). *Pesquisa social: Métodos e técnicas*. São Paulo: Editora Atlas S.A..
- Riley, R. & Love, L. (2000). The State of Qualitative Tourism Research. *Annals of Tourism Research*, 27 (1), 164-413.
- Ritchie, J. & Crouch, G. (2006). *The competitive destination: a sustainable tourism perspective*. Oxfordshire: Cabi.
- Roca, M., Roca, Z. & Oliveira, J. (2009). Expansão das residências secundárias em Portugal. In *Atas do 1.º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde, do 15.º Congresso da APDR, do 2.º Congresso Lusófono de Ciência Regional, 3.º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza*. Cidade da Praia, Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional. Disponível em <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2025/161A.pdf>.
- Rodrigues, Á., Kastenholz, E., & Rodrigues, A. (2007). Networks in rural tourism and their impact on sustainable destination development: The case of the European Network of Village Tourism. *Proceedings of the Second International Conference on Advances in Tourism Economics*, Instituto Piaget, Vila Nova de St. André, 13-14 april.
- Rosado, M. (1997). *Desenvolvimento Regional – Contribuição para o seu Estudo e Planeamento*. Évora: CCDRA.
- Ruschmann, D. (2007). *Turismo e planeamento sustentável: a protecção do meio ambiente* (13.^a ed.). São Paulo: Papirus.

- Sampaio, M. (2002). Pensar a sociedade rural hoje. Alguns dos seus significados, representações e constrangimentos. *Fórum sociológico*, 7/8, 197-213.
- Santos, A., Serrano, M., & Neto, P. (2015). Análise da Eficácia, Eficiência e Valor Acrescentado de Políticas Públicas Place-based – uma aplicação a território rurais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53(1), p.33-48.
- Santos, B. (1994). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- Santos, B. (2006). *A Gramática do Tempo: Para uma Nova Cultura Política. Para um Novo Senso Comum*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, D. (2013). A perspetiva territorialista. In Costa, J. & Nijkamp, P. (coord.), *Compêndio de Economia Regional, Vol. 1 Teoria, Temática e Políticas*. Cascais: Príncípia. p.218-229.
- Saragoça, J. (2010). *Governo Electrónico Local: Diagnóstico Sociológico, Estratégia de Actores e Futuros Possíveis para o Distrito de Évora, Portugal* (dissertação de doutoramento). Universidade de Évora, Évora.
- Schiefer, U., Bal-Döbel, L., Batista, A., Döbel, R., Nogueira, J., & Teixeira, P. (2006). *MAPA – Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos*. Cascais: Príncípia.
- Scott, A. (2001). *Global City-Regions, Trend, Theory, Policy*. New York: Oxford University Press.
- Scott, N., Baggio, R., & Cooper, C. (2008). *Network analysis and tourism. From theory to practice*. Clevedon: Channel View Publications.
- Sharpley, R. (2007). O turismo e o espaço natural. In Lew, A., Hall, C. & Williams, A. (eds.), *Compêndio de Turismo*. Lisboa: Instituto Piaget. p.419-431
- Silva, J. (1991). *O turismo em Portugal: uma análise de integração micro-macroeconómica* (dissertação de doutoramento). Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.
- Silva, J. (1997). O futuro do turismo em Portugal: reflexões metodológicas. *Economia & Prospectiva*, 1(1), 105-123.
- Silva, J. (2002). *A e-empresa e o trabalhador inteligente nas indústrias tradicionais* (dissertação de doutoramento). Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.

Silva, M. (1969). O desenvolvimento económico e a política social. *Análise Social*, VII (27/28), 475-484.

Silva, M. & Silva, S. (2013). Crescimento endógeno. In Costa, J. & Nijkamp, P. (coord.), *Compêndio de Economia Regional, Vol. 1 Teoria, Temática e Políticas*. Cascais: Princípia. p.167-184.

Simões, J. (1993). Um olhar sobre o turismo e o desenvolvimento regional. *Inforgeo*, 6, 71-82.

Smith, A. (1977). *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. London: Methuen & Co., Ltd.

Smith, S. (1988). Defining tourism: a view from the supply-side. *Annals of Tourism Research*, 15(2),179-190.

Smith, S. (2004). A dimensão do turismo global: velhos debates, novos consensos e desafios contínuos. In Lew, A., Hall, C. & Williams, A. (coord.), *Compêndio de Turismo*. Lisboa: Instituto Piaget. p.45-55.

Smith, S. (2007). A dimensão do turismo global: velhos debates, novos consensos e desafios contínuos. In Lew, A., Hall, C., & Williams, A. (eds.), *Compêndio de Turismo*. Lisboa: Instituto Piaget. p. 45-55.

Smith, S. (2010). *Practical Tourism Research*. Wallingford: Cabi International.

Sørensen, E. & Torfing, J. (2007). Introduction: Governance Network Research: Towards a Second Generation. In Sørensen, E. & Torfing, J. (eds.), *Theories of Democratic Network Governance*. Basingstoke: Palgrave Macmillan. p. 1-21.

Souza, J. (2009). *Planejamento de Cenários Prospectivos: Um breve debate sobre as abordagens metodológicas existentes*. Disponível em https://www.academia.edu/8210728/PLANEJAMENTO_DE_CEN%C3%81RIOS_PROSPECTIVOS_UM_BREVE_DEBATE SOBRE_AS_ABORDAGENS_METODOL%C3%93GICAS_EXISTENTES

SPI (2013). *Estudo de Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação das Estratégias de Eficiência Colectiva EEC - PROVERE*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Inovação.

- Stimson, R., Robson, A., & Shyy, T. (2009). Measuring regional endogenous growth. In Capello, R. & Nijkamp, P. (eds.), *Handbook of Regional Growth and Development Theories*. Cheltenham, UK, Northampton, MA, USA: Edward Elgar. p.354-373.
- Stöhr, W. (1969). The Role of Regions for Development in Latin America. *Regional Studies*, 3 (1), 81-90.
- Stöhr, W. & Taylor, F. (eds.) (1981). *Development from Above or Below? The Dialectics of Regional Planning in Developing Countries* Chichester: John Wiley.
- Stokowski, P. (1992). Social networks and tourist behavior. *American Behavioral Scientist*, 36(2), 212-221.
- Stoner, J. & Freeman, R. (1995). *Administração* (5.^a ed.). Rio de Janeiro: Prentice Hall d Brasil.
- Suter, E. (2000). Focus groups in ethnography of communication: Expanding topics of inquiry beyond participant observation. *The Qualitative Report*, 5 (1/2), 18-36.
- Sweeney, G. (1987). *Innovation, Entrepreneurs and Regional Development*. Londres: Frances Pinter.
- Tavares, M. (1981). As comunidades judaicas das Beiras, durante a Idade Média. *Revista Altitude*, II (4), 5-15.
- Taylor, A. (2001). *As grandes doutrinas económicas* (11.^a ed.). Mem Martins: Publicações Europa América.
- Thomas, M. (1991). *Dicionário de Marketing*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Timms, B. & Conway, D. (2012). Slow tourism at the Caribbean's geographical margins. *Tourism Geographies*, 14(3), 396-418.
- Tocquer, G. & Zins, M. (2004). *Marketing do Turismo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Tödting, F. (2011). Endogenous approaches to local and regional development policy. In Pike, A., Rodríguez-Pose, A. & Tomaney, J. (eds.), *Handbook of Local and Regional Development*. London: Routledge. p.333-343.
- Tome, R. & Catry, P. (2008). *Atlas da Fauna do Vale do Côa*. Pinhel: Município de Pinhel.
- Touraine, A. (1973). *Production de la Société*. Paris: Seuil.

- Touraine, A. (1996). *O Retorno do Actor. Ensaio de Sociologia*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Towner, J. (1985). The Grand Tour: a key phase in the history of Tourism. *Annals of Tourism Research*, 12 (3), 297-333.
- TP (2007). *Plano Estratégico Nacional do Turismo. Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- TP (2012). *Observação de Aves: Portugal. Roteiro Turístico – Turismo de Natureza*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- TP (2013). *Anuário das Estatísticas do Turismo 2013*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- TP (2014). *Turismo 2020: Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal 2014-2020*. Disponível em: <http://turismo2020.turismodeportugal.pt/pt/plano-de-acao/documentos/>
- TP (2015a). *Turismo 2020. Cinco princípios para uma ambição. Tornar Portugal o destino turístico mais ágil e dinâmico da Europa*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- TP (2015b). *Termas em Portugal 2014 – Caracterização da oferta e da procura*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- Tribe, J. (1997). The indiscipline of tourism. *Annals of Tourism Research*, 24, 638-657.
- Tribe, J. (2003). *Economia do Lazer e do Turismo* (2.^a ed.). São Paulo: Editora Manole.
- Tribe, J. & Airey, D. (2007). *Developments in tourism research*. Amsterdam: Elsevier.
- UE (2011). *Territorial Agenda of the European Union 2020: Towards an Inclusive, Smart and Sustainable of Diverse*. Disponível em: <http://www.eu2011.hu/document/territorial-agenda-european-union-2020-towards-inclusive-smart-and-sustainable-europe-diver>
- Umbelino, J. (1999). *Lazer e território: contributo geográfico para a análise do uso do tempo*. Lisboa: Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional.
- UN (2015). *Transforming Our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>

- Urry, J. (1990). *The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies*. London: Sage Publications.
- Uysal, M. & Hagan, L. (1993). Motivation of pleasure travel and tourism. In Khan, M., Olsen, M. & Var, T. (eds.), *VNR's encyclopedia of hospitality and tourism*. New York: Van Nostrand Reinhold. p.798-810.
- Uysal, M. & Jurowski, C. (1994). Testing the Push and Pull Factors. *Annals of Tourism Research*, 21, 844-846.
- Valls, J. (2003). *Las claves del mercado turístico. Cómo competir en el Nuevo entorno*. Bilbao: Ediciones Deusto.
- Van Der Heijden, K. (1996). *Scenarios: The art of strategic conversation*. Chichester: John Wiley & Sons.
- Vanhove, N. (2005). Engine of growth in tourism. In Keller, P., & Bieger, T. (eds.), *Innovation in tourism – Creating customer value*. St. Gallen: AIEST, International Association of Scientific Experts in Tourism. p.335-348.
- Vanhove, N. (2011). *The economics of tourism destinations*. Amsterdam: Elsevier, Butterworth-Heinemann.
- Varela, J. (1992). *A agricultura e o espaço rural. Contributo para a compreensão das suas relações em Portugal*. Lisboa: Ministério da Agricultura.
- Vaughn, S., Schumm, J., & Sinagub, J. (1996). *Focus group interviews in education and psychology*. London: Sage Publications.
- Vázquez-Barquero, B. (1999). *Desarrollo, redes e innovación. Lecciones sobre desarrollo endógeno*. Madrid: Pirámide.
- Vázquez-Barquero, B. (2000). *Desarrollo económico local y descentralización: aproximación a un marco conceptual*. Santiago do Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).
- Vázquez-Barquero, B. (2005). *Las nuevas fuerzas del desarrollo*. Barcelona: Antoni Bosh.
- Veiga, J. (2006). *Território e Desenvolvimento Local*. Oeiras: Celta Editora.
- Vera, F. (coord.) (1997). *Análisis territorial del turismo*. Barcelona: Ariel.

- Vicente, P., Reis, E. & Ferrão, F. (1996). *Sondagens: A amostragem como factor decisivo de qualidade*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Vidal, Á. (2005). O espaço local, um elemento chave para uma globalização mais humana. *Revista@local.glob*, 1, 2-5.
- Vieira, J. (2007). *Planeamento e ordenamento territorial do turismo: uma perspectiva estratégica*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Walle, A. (1997). Quantitative versus Qualitative Tourism Research. *Annals of Tourism Research*, 24 (3), 524-536.
- Wall, G. & Mathieson, A. (2006). *Tourism: Change, Impacts and Opportunities*. Harlow: Pearson Education.
- Walton, J. (2009). Histories of Tourism. In Jamal, T. & Robinson, M. (eds.), *The Sage Handbook of Tourism Studies*. London: Sage Publications Ltd. p.115-129.
- Watson, S. & Gibson, K. (1995). *Postmodern cities and spaces*. Oxford: Blackwell.
- Weiermair, K. & Mathies, C. (eds.) (2004). *The tourism and leisure industry: shaping the future*. New York: The Haworth Hospitality Press.
- Wells, H. (1902). *História do futuro*. São Paulo: Trad. Monteiro Lobato (1940).
- Yin, R. (1988). *Case study research: Design and methods* (2.^a ed.). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Yoon, Y. & Uysal, M. (2005). An examination of the effects of motivation and satisfaction on destination loyalty: a structural model. *Tourism Management*, 26(1), 45-56.

Fontes

- CCDRC (2015). *Investimento e projetos executados (1993-2006)*. Coimbra: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.
- DGPC (2016). *Pesquisa de património classificado ou em vias de classificação*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/> (consultado em 12 de maio de 2017).

INE (1960). *Recenseamento Geral da População e da Habitação*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE (1970). *Recenseamento Geral da População e da Habitação*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE (1981). *Recenseamento Geral da População e da Habitação*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE (1991). *Recenseamento Geral da População e da Habitação*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE (1999). *Recenseamento Agrícola 2009 – Análise dos Principais Resultados*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE (2001). *Recenseamento Geral da População e da Habitação*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE (2009). *Recenseamento Agrícola 2009 – Análise dos Principais Resultados*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE (2011). *Recenseamento Geral da População e da Habitação*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

TP (2017). *Registo Nacional dos Empreendimentos Turísticos*. Lisboa: Turismo de Portugal. Disponível em: <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNET/Registos.ConsultaRegisto.aspx?Origem=CP&MostraFiltro=True> (consultado em 12 de maio de 2017).

TP (2017). *Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística*. Lisboa: Turismo de Portugal. Disponível em: <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNAAT/ConsultaRegisto.aspx?Origem=CP&FiltroVisivel=True> e (consultado em 13 de maio de 2017).

Legislação

Aviso n.º 26026/2010, de 14 de dezembro de 2010 – Reconhecimento da constituição da área protegida privada Faia Brava.

Aviso n.º 6151/2014, Diário da República 2ª série, N.º 94, de 16 de maio de 2014 – Publicação do Regulamento da Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha.

Decisão da Comissão n.º 2004/813/CE, de 7 de dezembro – adota nos termos da Diretiva 92/43/CEE do Conselho, a Lista dos Sítios de Importância Comunitária da região biogeográfica Atlântica.

Decisão da Comissão n.º 2006/613/CE, de 19 de junho - adota nos termos da Diretiva 92/43/CEE do Conselho, a Lista dos Sítios de Importância Comunitária da região mediterrânica.

Declaração de Retificação n.º 1288/2014, Diário da República, 2.ª série, N.º 241, de 15 de dezembro de 2014 – Republicação do Regulamento da Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha.

Decreto Regulamentar n.º 50/97, de 20 de novembro – Reclassificação do Parque Natural da Serra da Estrela.

Decreto Regulamentar n.º 8/98, de 11 de Maio de 1998 – Criação do Parque Natural do Douro Internacional.

Decreto Regulamentar n.º 28/99, de 30 de novembro – Reclassificação da Reserva Natural da Serra da Malcata.

Decreto Regulamentar n.º 9/2000, de 18 de agosto – Criação do Parque Natural do Tejo Internacional.

Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de julho – Classificação do Parque Natural da Serra da Estrela.

Decreto-Lei n.º 294/81, de 16 de outubro – Criação da Reserva Natural da Serra da Malcata.

Decreto-Lei n.º 67/82, de 3 de março – Criação da Paisagem Protegida da Serra do Açor.

Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro – Estabelece as normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas.

Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de agosto – Transposição para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativa à Conservação dos Habitats Naturais e da Flora e Fauna Selvagens.

Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro – Criação de diversas Zonas de Proteção Especial (ZPE) e revê a transposição para a ordem jurídica interna das Diretivas n. os

79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril, Diretiva Aves, e 92/43/CEE, do Conselho de 21 de maio, Diretiva Habitats.

Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho – Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade e revoga os Decretos-leis n.os 264/79, de 1 de agosto, e 19/93, de 23 de janeiro.

Decreto-Lei n.º 43/2014, de 18 de março – Cria os cursos técnicos superiores profissionais, como formação superior de curta duração não conferente de grau.

Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro – Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, que aprova o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade.

Diário da República III Série, de 25 de julho de 2000 – Criação da Associação Transumância e Natureza (ATN).

Despacho Normativo n.º 2/95, publicado no Diário da República, 1.ª série B, de 11 de janeiro de 1995 – Aprovação do Regulamento da Intervenção “Aldeias Históricas de Portugal – Beira Interior”.

Despacho Normativo n.º 9/16, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 28 de outubro de 2016 – Programa de Apoio à Valorização e Qualificação do Destino.

Despacho Normativo n.º 16/16, publicado no Diário da República, 2.º série, de 30 de dezembro de 2016 – Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior.

Diretiva de Habitats 92/43/CEE do Conselho, de 21 de maio – Relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens.

Jornal Oficial da União Europeia, Regulamento (CEE) N.º 2052/88 do Conselho, de 24 de junho de 1988, relativo às missões dos fundos com finalidade estrutural à sua eficácia e à coordenação das suas intervenções, entre si, com as intervenções do Banco Europeu de Investimento e com as dos outros instrumentos financeiros existentes.

Jornal Oficial da União Europeia, Regulamento (CE) N.º 1257/99 do Conselho da União Europeia, de 17 de Maio de 1999, relativo ao apoio do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA) ao desenvolvimento rural e que altera e revoga determinados regulamentos.

Portaria n.º 874/93, de 14 de setembro – Interdita o exercício da caça em áreas da Reserva Natural Parcial da Serra da Malcata.

Portaria n.º 19/2016, de 8 de fevereiro – Revoga a Portaria n.º 874/93, de 14 de setembro, que interdita o exercício da caça em áreas da Reserva Natural Parcial da Serra da Malcata.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de Agosto de 1997 – Aprovação da Lista Nacional de Sítios (1.ª fase).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 5 de julho – Aprovação da 2.ª fase da Lista Nacional de Sítios.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro de 2001 – Adota a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2004, de 30 de setembro de 2004 – Alteração dos limites do Sítio da Serra da Gardunha, incluído na Lista Nacional de Sítios (1.ª fase).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016, de 22 de janeiro de 2016 – Criação da Unidade de Missão para a Valorização do Interior.

ANEXOS

Anexo 1. Guião das entrevistas exploratórias aos peritos

Esta entrevista exploratória destina-se a conhecer algumas ideias, opiniões e sugestões para a construção de instrumentos e orientações estratégicas para a concretização do trabalho de investigação, no âmbito da tese de doutoramento em Turismo Lazer e Cultura (especialização em Turismo e Desenvolvimento) pela Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras.

Por isso, toda a informação recolhida é de carácter confidencial.

Muito obrigado pela sua colaboração e disponibilidade!

1. Que conteúdos encerra os conceitos de rede, parceria e governança em processos de desenvolvimento?
2. Que aspetos facilitadores/potenciadores poderão ser identificados aquando da criação de uma Rede num território rural de baixa densidade?
3. Qual é a sua opinião sobre o modelo de Rede estabelecido e implementado nas designadas Aldeias Históricas de Portugal?
4. Considera que os processos/as dinâmicas nos territórios rurais de baixa densidade em Portugal são similares aos ocorridos noutros territórios, nomeadamente europeus?
5. Que principais problemas se colocam aos territórios rurais de baixa densidade e que fatores se associam/se devem associar às dinâmicas de recomposição territorial em curso?
6. Do seu ponto de vista, as dinâmicas emergentes nos territórios rurais de baixa densidade estão a criar e desenvolver processos de reinvenção e recriação rural ou estão praticamente a levar ao seu desaparecimento?
7. Que importância assume o turismo nas novas lógicas de desenvolvimento regional em territórios rurais de baixa densidade?
8. Que avaliação faz sobre as diferentes opções políticas e políticas públicas dos últimos anos nos territórios rurais de baixa densidade?
9. Que leitura faz dos processos de desenvolvimento e das novas formas de governança territorial na resposta aos problemas locais e regionais, nomeadamente em territórios de baixa densidade?

10. Na sua perspetiva a capacitação institucional e a governação territorial são fatores decisivos para a promoção do desenvolvimento territorial?
11. Como pode a Rede de Aldeias Históricas de Portugal contribuir para a abertura à cooperação territorial (territórios limítrofes e Espanha)?
12. Que tipo de estratégias de intervenção devem ser criadas para promover complementaridade entre os espaços turísticos, como por exemplo na Rede das Aldeias Históricas de Portugal?
13. Na sua perspetiva, como é que os diversos intervenientes/atores de um território podem contribuir para a construção de um modelo de planeamento turístico integrado?
14. Que desafios se colocam aos territórios de baixa densidade no próximo ciclo de programação comunitária 2014-2020?

- Outros comentários adicionais

<p>Breve caracterização do entrevistado:</p> <p>Perito: _____.</p> <p>Área de Formação: _____.</p> <p>Área (s) de especialização: _____.</p> <p>_____.</p> <p>_____.</p> <p>Entidade pertencente: _____.</p> <p>_____.</p> <p>Cargo/função: _____.</p>

Anexo 2. Guião para o *focus group* – população das Aldeias Históricas de Portugal

Este guião serve para orientar o investigador no trabalho com o *focus group* em cada sessão.

No âmbito do Programa de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura (especialização em Turismo e Desenvolvimento) pela Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras, pretendemos contar com a vossa colaboração no trabalho prospetivo designado “Turismo, Planeamento e Desenvolvimento Regional – Estratégias de Intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal”, com recurso à técnica de investigação *focus group*.

O objetivo central é discutir alguns assuntos relacionados com a vossa aldeia histórica e com o futuro dos territórios rurais de baixa densidade.

Pretendemos saber a vossa opinião sobre cada um dos assuntos que vamos discutir, o que implica a existência de opiniões diversas. Esta sessão é um momento para discussão e não um momento de avaliação e por isso não existem respostas certas ou erradas, sendo todas consideradas válidas e fundamentais.

Agradecemos a presença e disponibilidade de todos os presentes em participar/incorporar o *focus group* da Aldeia Histórica.

Antes de começar, pretendemos saber se ninguém se opõe que a sessão seja gravada para efeitos do estudo, com a garantia de que as gravações serão utilizadas exclusivamente para fins académicos, garantindo-se a confidencialidade das mesmas.

Por isso, solicitamos que evitem falar ao mesmo tempo para uma boa compreensão dentro do grupo, bem como evitar interferências na gravação.

Em qualquer momento podem interromper e levantar as dúvidas que considerarem pertinentes.

Pedimos que expressem a vossa opinião!

Área (s) de análise	Desenvolvimento	Objetivo (s)
INTRODUÇÃO	Projeção de um vídeo sobre as Aldeias Históricas de Portugal.	- Sensibilizar o focus group com o sentimento de pertença e “quebrar o gelo” inicial;
CONCEITO DE ALDEIA HISTÓRICA DE PORTUGAL	1) O que significa, para cada um de vós, Aldeia Histórica de Marialva? <i>(Gostaria de obter, individualmente, as vossas classificações que melhor traduzam o que pensam sobre a A.H.)</i>	- Aferir as diferentes classificações/atributos que os participantes associam ao desígnio A.H.;
APRECIACÃO GLOBAL DOS PROGRAMAS DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	2) O que mudou em Marialva com os Programas das Aldeias Históricas de Portugal?	- Avaliar o impacto dos programas das Aldeias Históricas de Portugal; - Caracterizar o estado atual da Aldeia Histórica;
TERRITÓRIOS RURAIS DE BAIXA DENSIDADE	3) Como é viver num território rural de baixa densidade?	- Conhecer as dificuldades e constrangimentos dos territórios rurais de baixa densidade;
ATIVIDADE TURÍSTICA NA ALDEIA HISTÓRICA	4) De que forma o sector do turismo provocou mudanças na vossa “aldeia”?	- Caracterizar o setor do turismo na Aldeia Histórica; - Identificar as principais mudanças na aldeia com desenvolvimento da atividade turística;
O FUTURO DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL	5) Como será a aldeia de <i>Marialva</i> em 2020?	- Identificar possíveis propostas de intervenção/ação para a Aldeia Histórica.
ENCERRAMENTO DA SESSÃO	Acrescentar alguma ideia que ainda não tenha sido abordada.	

Anexo 3. Guião de apoio a sessão de focus group com os peritos

Sessão de *focus group*: 2ª abordagem ao grupo de peritos

(Documento de apoio)

Dia de realização: 23 julho/2015

Hora: 10h30

Local: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; **Sala:** 2, r/c

Duração prevista: 2h00

Esta é a segunda abordagem realizada ao grupo de especialistas definido para, com o seu conhecimento e experiência, enriquecer o estudo científico intitulado “*Turismo, Planeamento e Desenvolvimento Regional – Estratégias de Intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal*”, que está a ser desenvolvido com o objetivo de analisar os contributos do turismo no desenvolvimento regional, visando a identificação de estratégias de intervenção, a curto e a médio prazo, dos principais atores para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal (AHP).

O presente documento de apoio baseia-se nos dados obtidos através de: uma revisão da literatura, 5 entrevistas exploratórias ao grupo de especialistas, 400 inquéritos por questionário aos visitantes das Aldeias Históricas de Portugal, 27 inquéritos por questionário aos neo-rurais das AHP, 37 inquéritos por questionário aos informantes-chave da Rede das AHP (atores de ação territorial a nível nacional, regional e local com ligação direta e indireta à Rede das AHP) e 12 sessões de *focus group* à população das Aldeias Históricas de Portugal. O conjunto de instrumentos de recolha de dados, desenhados e aplicados aos diversos atores do sistema, permitiu fazer uma caracterização exaustiva ao sistema (passado e presente) e identificar um conjunto de intervenções estratégicas para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, a curto e a médio prazo, nos diferentes temas abordados (consultar o quadro A e B, respetivamente).

A finalidade da presente sessão de *focus group* é obter a validação dos especialistas para o manancial de propostas de intervenção, no sentido de perspetivar o futuro do território, objetivos específicos de intervenção, prioridades e traçar linhas de ação que suportem a tomada de decisões, gerar a troca de ideias, prevendo-se a existência de recomendações e sugestões.

Quadro 1 - Recenseamento das variáveis internas e externas do sistema por domínio temático

VARIÁVEIS INTERNAS
Sociodemográficas
- Envelhecimento populacional (decréscimo da proporção dos jovens e aumento da proporção dos idosos);
- Baixos níveis de escolarização e de qualificação dos residentes (o que dificulta a instalação de empresas que necessitam de mão de obra qualificada);
- Desemprego (maiores níveis de desemprego nos mais jovens e nos ativos mais velhos, o que se agrava face aos baixos níveis de escolarização e qualificação dos ativos);
- Agricultura tradicional de subsistência (predomínio do minifúndio, pouco mecanizada e tecido produtivo envelhecido);
- Rede de transportes coletivos e frequência de ligação (débil rede de transportes coletivos com horários pouco flexíveis);
- Equipamentos coletivos na área do desporto (oferta de atividades extracurriculares), convívio e cultura, equipamentos sociais (3ª idade);
Dinâmicas Territoriais
- Perda de territorialidade (dimensão física, utilitária e simbólica, cultural, política e económica);
- Território em reclusão (isolamento, despovoamento, envelhecimento e fraca dinâmica económica);
- Existência de diferentes marcas e estratégias no território (ex. Aldeias Históricas de Portugal, Aldeias de Xisto, Buy Nature, Vale do Côa), com as entidades a procurar tirar o máximo proveito/apoio financeiro das diferentes Estratégias de Eficiência Coletiva – PROVERE;
- Novos projetos (desenvolvimento de novos projetos nas áreas do turismo, da agricultura e agroindústria pelos neo-rurais);
Governança Territorial
- Território sem projetos em comum (sobreposição de interesses políticos e individuais com bloqueios em termos de operacionalização de trabalho em rede e dispersão da Rede AHP territorialmente);
- Território com uma hierarquia verticalizada (excessivamente institucionalizado pelo poder público);
- Descrédito nas CM's e ADL's (ausência de intervenção junto das populações e “desvio” e/ou favorecimento de alguns empresários e/ou outras aldeias do município, para além da instrumentalização das ADL's);
- Falta de cooperação interinstitucional entre agentes públicos e público-privados (ausência de partilha de recursos humanos, financeiros, materiais/imateriais);
- Excesso de municipalização da ADTAHP (perda de interesse e envolvimento dos privados e ausência de contactos da equipa de coordenação com população local, juntas de freguesia e postos de informação turística);
Turismo
- Notoriedade da marca “Aldeias Históricas de Portugal”;
- Fraco sentido de pertença e sensibilização da população local em relação à classificação AHP, existindo alguma desconfiança dos impactes do turismo, designadamente pelos transtornos à população local (ex. Piódão e Monsanto pela forte afluência de visitantes);
- Aumento dos ativos patrimoniais sem uso ou devoluto e acesso restrito ao património (igrejas fechadas, pagamento de bilhete para visitas ao castelo/muralhas, fraca dinamização dos espaços museológicos ou fechados ao público);
- Falta de atividades de animação turística e de uma agenda anual de eventos;
- Carência de restauração e comércio (oferta desajustada à procura);
- Falta de uma promoção conjunta da oferta turística do território (ex. a ADTAHP apenas promove/divulga a oferta turística dos seus associados);
- Falta de recursos humanos qualificados nas áreas da hotelaria, restauração e postos de informação turística;
- Novos investimentos em produtos inovadores com a marca AHP (ex. coleção de roupa e mobiliário de bracejo);
- Aumento da divulgação e promoção turística do destino AHP no âmbito da EEC (internet, redes sociais, revistas, anúncios de rádio/TV, campanhas na TAP e REFER e participação em feiras nacionais e internacionais);
- Falta de informação turística (língua estrangeira, horários dos serviços turísticos inadequados e ausência/destruição de sinalética);
- Existência de equipamentos e infraestruturas (criação e requalificação da Grande e Pequena Rota das AHP, empreendimentos turísticos, restauração, espaços museológicos, praias fluviais e termas);
- Ausência de um produto turístico AHP estruturado capaz de reter os turistas (tempo de permanência e estadas reduzidas e poucos dividendos);

- Desaproveitamento do património natural e paisagístico;
- Destinos turísticos de proximidade (Douro Internacional, Serra da Estrela e Castella-León/Extremadura);
- Forte tendência de recomendação e regresso ao destino turístico AHP pelos visitantes nacionais (aumento dos visitantes estrangeiros);
Arquitetónicas e imobiliário
- Construções e intervenções urbanísticas “clandestinas” por inexistência de regulamentação imobiliária nas AHP, resultando numa descaracterização arquitetónica do tecido urbano;
- Forte especulação imobiliária (as ações de reabilitação e requalificação provocaram um aumento da procura e a deslocação de novas famílias locais para aldeias e vilas limítrofes);
- Intervenções incompletas e problemas funcionamento de equipamentos (ex. telefone, Tv, candeeiros, miradouros virtuais/simulador de parapente, etc.);
Políticas públicas
- Dotação das AHP ao nível de infraestruturas básicas (ex. rede de esgotos, água, eletricidade, arruamentos, acessos viários), com evidentes melhorias das condições de vida das populações;
- Fraca rentabilização de empreendimentos turísticos alvo de financiamento (ex. construção de unidades de alojamento para benefício dos proprietários);
- Desconhecimento da população local dos montantes investidos (nas ações de intervenção/recuperação) com forte desconfiança do desvio de verbas para outras aldeias do concelho;
VARIÁVEIS EXTERNAS
Sociodemográficas
- Forte simbolismo do regresso às origens (a Região Centro é considerada a região europeia de referência para o envelhecimento ativo e saudável);
- Êxodo urbano com o aumento de neo-rurais de origem urbana que procuram os territórios rurais de baixa densidade para viver e/ou desenvolver uma atividade económica.
- Estagnação económica (escassez de atividades alternativas à agricultura e floresta);
- Acessibilidades rodoviárias (A23, A25 e IP2) e ferroviárias (Linha da Beira Alta e Linha do Douro) que permitem ligação aos principais centros urbanos do país e com a Europa (Espanha);
Dinâmicas territoriais
- Fortes assimetrias intrarregionais (tecido produtivo, demográficas, serviços básicos, etc.);
- Aumento da reinvenção e da recriação do mundo rural em meio urbano (procura turística e de lazer nas zonas rurais);
Governança Territorial
- Inexistência de redes multiescalares (do plano local até ao plano nacional ou europeu);
- Territórios rede não horizontalizados (existência de cidades de média dimensão);
- Inexistência de estruturas de missão e projetos coletivos;
- Fraco envolvimento das IES no desenvolvimento territorial;
Turismo
- Forte desconhecimento do cidadão comum da Rede das Aldeias Históricas de Portugal e dos programas de intervenção;
- Diminuição da procura do destino turístico AHP face à crise económica e financeira do país (ex. pagamento das portagens nas ex-SCUT);
- Fraca promoção do Turismo do Centro e do Turismo de Portugal das AHP (insuficientes elementos relacionados com a oferta das AHP), com enfoque nos principais destinos turísticos do litoral;
- Mercado turístico nacional e internacional revela novos padrões de consumo e motivações do novo turista (procura experiências diversificadas e com elevado grau de autenticidade em ambientes naturais);
- Elevada burocracia e recursos financeiros para o desenvolvimento de atividades turísticas (animação, alojamento, artesanato, agroindústria, etc.);
Políticas Públicas
- Baixo nível de investimentos em bens transacionáveis;
- Forte dependência dos atores e dos financiamentos públicos;
- Desarticulação das políticas públicas;
- Dificuldade de acesso aos apoios nacionais e comunitários (a ausência de critérios de diferenciação afasta o investimento privado nos territórios rurais);

Quadro 2 - Estratégias de intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, a curto e a médio prazo, segundo os diversos atores do sistema

Dimensões temáticas	Estratégias de intervenção	Propostas específicas de intervenção
Social e demográfico	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar medidas de incentivo à regeneração humana das AHP com a captação de capital humano qualificado; - Melhorar a qualidade de vida da população local de modo a promover o envelhecimento ativo e combater o isolamento territorial; - Apostar na economia social e nas energias renováveis como alternativa aos setores de atividade tradicionais; 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver uma política ativa de captação e fixação de novos habitantes, conferindo-lhe apoio não monetário na sua (re) adaptação ao território; Criação de políticas de incentivo à natalidade, favorecendo particularmente as AHP; Desenvolver redes de serviços de proximidade junto das comunidades locais (apoio social, saúde, transporte escolar, etc.), funcionando como um atrativo para o regresso às origens; Apoiar o envelhecimento ativo e saudável enquanto oportunidade potencialmente geradora de atividade económica e social; Melhorar os acessos rodoviários secundários e aumentar a mobilidade; Aproveitamento da energia dos recursos florestais e ambientais em termos de fonte de rendimento destas comunidades; Fomentar o desenvolvimento comunitário e integrado nas AHP;
Dinâmicas territoriais	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a transferência de serviços para os territórios rurais desfavorecidos e incrementar medidas de incentivo à implementação de empresas; - Fomentar a inovação local com o desenvolvimento de novos produtos, serviços e práticas, com base nos recursos endógenos; - Estimular a economia local com o desenvolvimento de novos processos produtivos e novos processos de comercialização dos produtos locais; - Aumentar a dinâmica da Rede das AHP, obrigando à revisão dos verdadeiros nós da rede e analisar as dificuldades e insucessos 	<ul style="list-style-type: none"> Descentralização de serviços da administração central para os territórios do interior; Promoção de incubadoras de Startups com benefícios fiscais nas AHP, com a refuncionalização de equipamentos existentes; Incrementar medidas de discriminação positiva para captação de investimentos em determinados <i>clusters</i>, pode ser no turismo como em qualquer outra atividade económica; Estimular a mudança de mentalidades dos empresários para a criação de novos produtos inovadores e aumentar as iniciativas locais com mais qualidade, sendo de destacar o turismo, o lazer e bem-estar, os produtos regionais, as indústrias criativas, as energias renováveis, a cultura histórica, a agricultura biológica/floresta, etc.; Aproveitar o conhecimento da população idosa, relacionado com atividades produtivas tradicionais, para valorizar os recursos endógenos e promover as economias locais (criação de micro- indústrias pelos novos atores); Promover os bancos de terra e dinamizar uma estrutura comercial (ex. cooperativa), capaz de responder às novas formas de procura e fomentar o escoamento dos produtos locais com qualidade; Reestruturação da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, o que significa uma revisão dos nós da Rede e saída de alguma AHP para outra Rede (ex. Piódão para a Rede das Aldeias de Xisto);

	de carácter estrutural, cultural e funcional;	
Governança e animação territorial	- Estimular a governança multinível e multiescalar na construção social, animação e gestão do território rede;	Intervenções integradas a escalas adequadas que permitam uma cooperação estreita, entre as autoridades locais, regionais e nacionais, focada numa estratégia comum;
		Aumentar a representatividade e poder de intervenção dos agentes privados na ADTAHP, sendo os órgãos compostos por pessoas singulares e sem qualquer ligação política, eliminando os interesses financeiros na Rede
	- Implementar novas formas e/ou novos processos de governança, com a utilização de metodologias participativas de um modelo de governação e de gestão da parceria;	Descentralizar o trabalho dos técnicos dos GAL e da ADTAHP no terreno, no sentido de estimular a participação ativa das comunidades locais nos processos de decisão e desenvolvimento;
		Criação de redes de confiança com o envolvimento dos diferentes atores do território (público-privados), num processo de aprendizagem social e de um trabalho de proximidade e de articulação, com eliminação dos vícios e as amizades políticas – desmunicipalizar as organizações;
		Estimular a cultura de parceria com a partilha e rentabilização dos recursos, conhecimentos, informação e experiências entre os agentes, sendo a ADTAHP um ator fundamental na modelação da parceria;
	- Criar uma estrutura de missão liderada por um ator-rede, enquanto agente principal do novo território rede;	Fortalecer a capacitação dos nós das instituições e o <i>empowerment</i> das comunidades;
		Desenvolver um processo de construção social do território rede (horizontalizados) com a criação de estruturas de missão para gestão e animação do território rede, sendo fundamental a existência de um ator-rede com capacidades ao nível da animação territorial, capacidade de trabalho conjunto e acima de tudo capacidade de mediação;
	- Estimular o desenvolvimento participativo com a envolvimento dos agentes do território e dos seus habitantes na definição de medidas/ações de desenvolvimento e animação do território;	Criação de um fórum de redes para a partilha de experiências de maneira articulada entre redes;
		Mobilizar as IES para o desenvolvimento de projetos e transferência de <i>know-how</i> e conhecimento para o território com ações concretas;
		Estimular a criação de um modelo de planeamento territorial participado e integrado;
- Apostar na qualificação e diversificação da oferta turística ao nível da restauração, alojamento, comércio tradicional e outros serviços complementares, bem como garantir a gestão dos equipamentos/infraestruturas de apoio à atividade turística;		Sensibilização dos empresários da restauração e comércio local para o investimento na reestruturação e diversificação da oferta, introduzindo inovação e qualidade;
		Requalificação do alojamento local existente e promover a recuperação e adaptação e edifícios para o alargamento da oferta;
		Melhorar e harmonizar a sinalética no exterior e interior das AHP, junto das atrações turísticas e manter uma boa rede de acessibilidades e de informação aos visitantes em várias línguas;
		Abertura dos locais de interesse turístico e inutilizados para o suporte à atividade turística e de apoio aos visitantes, e ainda o alargamento dos horários dos postos de turismo;

Turismo	<p>- Assegurar a conservação e valorização do património ambiental, natural e cultural, no sentido do enriquecimento do produto e da promoção de atividades turísticas;</p> <p>-Fomentar a inovação/diferenciação da Rede das Aldeias Históricas de Portugal como lugares mais dinâmicos, pela dinamização do património cultural e natural com experiências inovadoras que cativem os visitantes, rentabilizando os investimentos em infraestruturas e o aparecimento de novos investimentos;</p> <p>-Estabelecer parcerias e sensibilizar/mobilizar os agentes turísticos e comunidade local como elementos diferenciadores e de referência no destino turístico AHP;</p> <p>-Promover ações globais de promoção e distribuição do produto turístico AHP e alargar os canais de comunicação, com particular enfoque nas novas tecnologias;</p> <p>- Desenvolver conteúdos inovadores com base nas experiências das pessoas, no contacto com as comunidades e no património histórico-cultural;</p>	Recuperação e valorização do património cultural, histórico, natural/ambiental e os equipamentos que lhe estão associados (centros de interpretação, museus, centros culturais, etc.), dinamizando iniciativas que, sem prescindirem de preservar os valores intrínsecos aos bens patrimoniais, sejam criadoras de emprego e geradoras de riqueza;
		Implementar equipamentos turísticos que permitam a utilização de cursos de água, e outros recursos naturais e paisagísticos, para atividades turísticas sustentáveis;
		Apostar na criação de condições adequadas para o desenvolvimento do <i>Touring</i> cultural, turismo de natureza (passeios a pé, de bicicleta ou a cavalo/burro e experiências de turismo rural), saúde e bem-estar e gastronomia e vinhos;
		Desenvolver fileiras de produtos turísticos que potenciem os valores, as práticas tradicionais e os recursos locais e contribuam para a redução da sazonalidade e criar valor, transformando o turismo de passagem em turismo de permanência;
		Fomentar e desenvolver um trabalho com os operadores turísticos nacionais e internacionais;
		Promover uma campanha de sensibilização junto da população local e dos agentes locais para interiorização da identidade Aldeia Histórica de Portugal;
		Conceber e concertar um novo modelo de intervenção nas atividades de conceção de produto, promoção e comercialização global do destino turístico AHP, envolvendo todos os agentes económicos do setor sem qualquer exclusão;
		Abertura de canais de comunicação diferentes na divulgação exterior (portais, plataformas móveis, redes sociais, etc.);
		Aumentar o marketing com enfoque particular na identidade e valores, assente em narrativas, experiências e emoções das pessoas;

	<p>-Aproveitar as características diferenciadoras para a conceção de novos produtos turísticos, capaz de captar novos mercados turísticos e melhorar a articulação com destinos turísticos contíguos de referência;</p> <p>- Criar e promover um calendário anual de eventos para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, composto por 2 ou 3 grandes eventos e uma programação anual mínima em cada aldeia, fomentando a participação das populações na sua dinamização;</p> <p>-Promover iniciativas de cooperação territorial que permitam a rentabilização de equipamentos e uma programação mais alargada;</p> <p>- Desenvolver e adequar pacotes turísticos integrados possibilitando experiências distintivas ao turista e aumentar o tempo de permanência no território;</p> <p>- Apostar na formação de recursos humanos qualificados para responder às exigências da procura turística;</p>	<p>Desenvolver uma aplicação móvel que permita uma visita personalizada e interativa pelas AHP;</p> <p>Desenvolvimento de campanhas de promoção que crie interatividade com a população e empresários locais, "obrigando" os visitantes a percorrer todas as AHP;</p> <p>Apostar na captação de mais turistas, novos mercados, brasileiro (associado aos Descobrimentos /família Cabral), israelita (património judaico presente em Belmonte e Trancoso) e espanhol (história militar, gastronomia e vinhos), e reforçar a aposta no mercado interno;</p> <p>Maior aproveitamento dos pólos turísticos do Douro Internacional e Serra da Estrela, quer na complementaridade da oferta turística, quer na captação de turistas;</p> <p>Apostar no turismo criativo e património imaterial, com forte valorização da tradição e herança cultural do território, mas também fomentar o aparecimento de indústrias criativas;</p> <p>Formatação de um produto turístico de qualidade, competitivo a nível nacional e internacional, capaz de enraizar novas atividades económicas viradas para vários setores produtivos - bens transacionáveis, com base nas especificidades e diversidade de recursos nas AHP;</p> <p>Definir e promover um calendário anual de atividades turísticas das AHP, assegurando um nível mínimo de animação durante o ano e integrar 2 ou 3 eventos estruturantes de impacto regional, nacional e internacional em cada uma (ex. campeonatos nacionais e internacionais de Parapente em Linhares e Asa Delta em Castelo Novo), e que impulsionem a venda cruzada com outros produtos turísticos e o incremento de fluxos e de receitas turísticas;</p> <p>Dinamizar espaços culturais existentes através de uma programação em rede e parcerias assumidas a nível intermunicipal e regional, que assegurem uma oferta de animação turística estável e permanente na Rede das AHP, assente na mobilização de grupos de animação local;</p> <p>Promover o desenvolvimento integrado de pacotes turísticos temáticos para 2 a 5 dias, criando sinergias e complementaridades entre as diferentes motivações e tipos de turismo nas AHP mais próximas, que possam fazer aumentar as estadias médias e as receitas turísticas;</p> <p>Criação de pacotes turísticos transfronteiriços na complementaridade de serviços turísticos e outras atividades de aproveitamento de recursos do território;</p> <p>Desenvolver ações de sensibilização dos agentes turísticos para o incremento de práticas de visitação conjuntas/rede de visitação, no sentido de complementaridade dos seus serviços turísticos e aumento da satisfação dos turistas;</p> <p>Lançamento de um programa de formação de recursos humanos por forma a elevar o nível de qualidade dos serviços turísticos (atendimento, serviços, gestão e empreendedorismo e desenvolvimento de negócios), com enfoque para a aprendizagem de línguas estrangeiras;</p>
--	--	---

		<p>Estimular a criação de uma equipa de estagiários para dinamizar o destino turístico;</p> <p>Formação de guias especializados para proporcionar visitas guiadas aos visitantes para transmissão e valorização da história e tradições e aumentar o tempo de permanência;</p>
<p>Património arquitetónico e imobiliário</p>	<p>- Assegurar a autenticidade arquitetónica nas AHP através da requalificação e reabilitação das habitações e dos monumentos;</p> <p>- Elaborar regulamentação que harmonize administrativamente e legalmente todos os processos de intervenção urbanística nas habitações das AHP e simplificação dos processos de intervenção;</p>	<p>Elaboração de legislação que obrigue os proprietários que beneficiaram de intervenções nas habitações (no âmbito dos Programas de Recuperação das AHP) a proceder à manutenção e preservação no prazo de 5 anos, caso contrário, os proprietários devem ser obrigados a alugar e ou a vender;</p>
		<p>Definição de um preço máximo por metro quadrado das habitações;</p>
		<p>Criação de um gabinete técnico de apoio aos cidadãos para as intervenções externas nas habitações e na preparação de candidaturas a programas de financiamento (nacionais e comunitários);</p>
		<p>Desenvolver um programa integrado de revitalização e preservação das AHP (arquitetónico e histórico) para torna-las num destino de excelência;</p>
		<p>Simplificar e agilizar os procedimentos referentes às intervenções habitacionais (planos de reabilitação e requalificação urbanística);</p>
		<p>Criação de um regulamento que estipule as intervenções urbanísticas no exterior das habitações das AHP, com aplicação generalizada em todas as AHP;</p>
<p>Políticas públicas</p>	<p>- Definir estratégias de intervenção segundo as especificidades do território (abordagem <i>bottom-up</i>), com base em instrumentos disponíveis para utilização a nível sub-regional (DLBC);</p> <p>-Estimular o investimento público e privado concentrado e sustentado em projetos estruturantes na área do turismo e outros setores de atividade económica que fomentem o desenvolvimento económico e</p>	<p>Mudança de paradigma ao nível das políticas públicas assente na redução das disparidades e das assimetrias, consolidando a atratividade e a qualidade de vida nos territórios, dinamizando as comunidades e economias locais e valorizando os recursos endógenos no período de programação 2014-2020;</p>
		<p>Articulação entre as políticas territoriais com as de natureza setorial;</p>
		<p>Aproveitamento do período de programação (2014-20) para aumentar os investimentos em bens transacionáveis com qualidade, contrariando a habitual tendência de investimentos públicos em bens não transacionáveis;</p>
		<p>Reforço do investimento público na atividade turística;</p> <p>Maior sentido de coresponsabilização dos cidadãos em termos de investimentos realizados com contrapartidas, com aumento de apoios não monetários pela boa execução financeira;</p>

	<p>social;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumentar o controlo e avaliação ao nível dos investimentos de infraestruturas e equipamentos e da utilização eficaz dos apoios atribuídos às entidades beneficiárias; - Agilizar os processos de financiamento com a libertação das entidades beneficiárias das excessivas tarefas administrativas. 	<p>Maior controle e avaliação ao nível dos investimentos de infraestruturas e equipamentos, aumentando a seletividade e articulação de investimentos (políticas de sedentarização dos investimentos e maior qualidade dos investimentos);</p> <hr/> <p>Libertação da dependência excessiva de fundos comunitários das organizações de intervenção local/regional (ex. ADTAHP deve abandonar a lógica de sobrevivência à custa de fundos comunitários);</p> <hr/> <p>Simplificação dos processos em termos da execução física e financeira dos projetos financiados;</p>
--	---	---

Anexo 3.1. Grelha de análise das estratégias de intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal**Identificação do especialista:**

Dimensões de análise	Peso (%) ⁽¹⁾	Estratégias de intervenção (propostas para análise)	Grau de prioridade (Cotação atribuída de 1 a 4 pontos)					Evidências/justificação (identificar os elementos de prova ou evidências que justificam a cotação atribuída)
			1	2	3	4	Subtotal	
Social e demográfico		- Implementar medidas de incentivo à regeneração humana das AHP com a captação de capital humano qualificado;						
		- Melhorar a qualidade de vida da população local de modo a promover o envelhecimento ativo e combater o isolamento territorial;						
		- Apostar na economia social e nas energias renováveis como alternativa aos setores de atividade tradicionais;						
Dinâmicas territoriais		- Promover a transferência de serviços para os territórios rurais desfavorecidos e incrementar medidas de incentivo à implementação de empresas;						
		- Fomentar a inovação local com o desenvolvimento de novos produtos, serviços e práticas, com base nos recursos endógenos;						
		- Estimular a economia local com o desenvolvimento de novos processos produtivos e novos processos de comercialização dos produtos locais;						
		- Aumentar a dinâmica da Rede das AHP, obrigando à revisão dos verdadeiros nós da rede e analisar as dificuldades e insucessos de carácter estrutural, cultural e funcional;						
Governança e animação territorial		- Estimular a governança multinível e multiescalar na construção social, animação e gestão do território rede;						
		- Implementar novas formas e/ou novos processos de governança, com a utilização de metodologias participativas de um modelo de governação e de gestão da parceria;						
		- Criar uma estrutura de missão liderada por um ator-rede, enquanto agente principal do novo território rede;						
		- Estimular o desenvolvimento participativo com a envolvimento dos agentes do território e dos seus habitantes na definição de medidas/ações de desenvolvimento e animação do território;						
Turismo		Apostar na qualificação e diversificação da oferta turística ao nível da restauração, alojamento, comércio tradicional e outros serviços complementares, bem como garantir a gestão dos equipamentos/infraestruturas de apoio à atividade turística;						
		- Assegurar a conservação e valorização do património ambiental, natural e cultural, no sentido do enriquecimento do produto e da promoção de atividades turísticas;						

		<ul style="list-style-type: none"> - Fomentar a inovação/diferenciação da Rede das Aldeias Históricas de Portugal como lugares mais dinâmicos, pela dinamização do património cultural e natural com experiências inovadoras que cativem os visitantes, rentabilizando os investimentos em infraestruturas e o aparecimento de novos investimentos; - Estabelecer parcerias e sensibilizar/mobilizar os agentes turísticos e comunidade local como elementos diferenciadores e de referência no destino turístico AHP; - Promover ações globais de promoção e distribuição do produto turístico AHP e alargar os canais de comunicação, com particular enfoque nas novas tecnologias; Desenvolver conteúdos inovadores com base nas experiências das pessoas, no contacto com as comunidades e no património histórico-cultural; - Aproveitar as características diferenciadoras para a conceção de novos produtos turísticos, capaz de captar novos mercados turísticos e melhorar a articulação com destinos turísticos contíguos de referência; - Criar e promover um calendário anual de eventos para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, composto por 2 ou 3 grandes eventos e uma programação anual mínima em cada aldeia, fomentando a participação das populações na sua dinamização; - Promover iniciativas de cooperação territorial que permitam a rentabilização de equipamentos e uma programação mais alargada; - Desenvolver e adequar pacotes turísticos integrados possibilitando experiências distintas ao turista e aumentar o tempo de permanência no território; - Apostar na formação de recursos humanos qualificados para responder às exigências da procura turística; 							
Património arquitetónico e imobiliário		<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a autenticidade arquitetónica nas AHP através da requalificação e reabilitação das habitações e dos monumentos; - Elaborar regulamentação que harmonize administrativamente e legalmente todos os processos de intervenção urbanística nas habitações das AHP e simplificação dos processos de intervenção; 							
Políticas públicas		<ul style="list-style-type: none"> - Definir estratégias de intervenção segundo as especificidades do território (abordagem <i>bottom-up</i>), com base em instrumentos disponíveis para utilização a nível sub-regional (DLBC); - Estimular o investimento público e privado concentrado e sustentado em projetos estruturantes na área do turismo e outros setores de atividade económica que fomentem o desenvolvimento económico e social; - Aumentar o controlo e avaliação ao nível dos investimentos de infraestruturas e equipamentos e da utilização eficaz dos apoios atribuídos às entidades beneficiárias; - Agilizar os processos de financiamento com a libertação das entidades beneficiárias das excessivas tarefas administrativas. 							

(1) Ponderação dos critérios das dimensões de análise segundo o grau de prioridade das estratégias de intervenção

Legenda:

- 1: Nada prioritária
- 2: Pouco prioritária
- 3: Prioritária
- 4: Muito prioritária

Anexo 4. Inquérito por questionário aos visitantes das Aldeias Históricas de Portugal

Este questionário tem como objetivo obter algumas informações sobre os visitantes das Aldeias Históricas de Portugal e insere-se numa investigação realizada no âmbito de uma tese de doutoramento em Turismo Lazer e Cultura (especialização em Turismo e Desenvolvimento) pela Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras.

Os dados são anónimos e confidenciais, sendo apenas utilizados como suporte metodológico da investigação.

Agradecemos, desde já, a sua colaboração.

Nº de questionário: _____

Data: _____

Local de realização: _____

I – Características sócio-demográficas do inquirido

1. Sexo:

1. Feminino

2. Masculino

2. Idade:

0. NR

1. 15-24

2. 25-34

3. 35-44

4. 45-54

5. 55-64

6. Mais de 64 anos

6. Habilitações literárias:

0. NR

1. Básico

2. Secundário

3. Superior

4. Pós-graduado

5. Outro

Qual? _____

3. Nacionalidade: _____

3.1. Distrito: _____

3.2. Localidade: _____

4. Estado civil:

0. NR

1. Solteiro/a

2. Casado/ união de fato

3. Divorciado/viúvo

5. Nº de elementos do agregado familiar _____

7. Situação perante o emprego:

0. NR

1. Quadro Superior

2. Quadro Médio

3. Quadro Técnico

4. Trabalhador especializado

5. Trabalhador não especializado

6. Por conta própria

7. Doméstica

8. Estudante

9. Desempregado

10. Reformado

11. Outro

Qual? _____

8. Rendimento mensal médio do agregado familiar:

0. NR

1. Menos de 500 €

2. De 500 a 1000 €

3. De 1001 a 1500 €

4. De 1501 a 2000 €

5. De 2001 a 2500 €

6. Mais de 2501 €

99. Não sabe

II – Motivações e Expectativas da Aldeia Histórica

9. É a primeira vez que vem a Aldeia Histórica?

0. NR
 1. Sim
 2. Não

9. 2.1. Quantas vezes visitou? _____

11. Qual é o motivo principal da sua vinda a Aldeia Histórica?

0. NR
 1. Férias, Lazer e Recreio
 2. Trabalho/Negócios
 3. Visita a familiares e amigos
 4. Saúde

10. A região da Aldeia Histórica é:

0. NR
 1. O único destino que vai visitar
 2. Um destino entre outros que vai visitar

10.2.1. Qual (ais)? _____

5. Congressos/Feiras
 6. Religião
 7. Outros

Quais? _____

12. Quais são os principais atrativos que o levaram a escolher este destino turístico?

0. NR
 1. Paisagem/Natureza
 2. Gastronomia
 3. Vinhos
 4. Recursos culturais e históricos
 5. Tranquilidade/ambiente relaxante
 6. Clima
 7. Hospitalidade

8. Alojamento
 9. Animação/eventos
 10. Tradições locais
 11. Acessibilidades
 12. Museus
 13. Outros

Quais? _____

13. Durante a sua visita, quais são as atividades que praticou ou vai praticar na Aldeia Histórica?

14. Que infra-estruturas/serviços de lazer e/ou de turismo procura ou procurou na sua visita?

0. NR
 1. Espaços verdes/naturais
 2. Serviços de hotelaria
 3. Serviços de restauração
 4. Comércio
 5. Monumentos

6. Equipamentos lazer e desportivos
 7. Equipamentos culturais/recreativos
 8. Empresas de animação turística

8.1 Qual (ais)? _____

9. Outro (s) (as)?

Quais? _____

III – Escolha do destino turístico e viagem

15. Como teve conhecimento do destino turístico Aldeia Histórica?

0. NR
 1. Familiares/amigos
 2. Escolha ocasional
 3. Agência de viagens
 4. Folhetos turísticos
 5. Televisão/Rádio
 6. Feiras e Exposições

7. Internet
 8. Revistas/Jornais
 9. Guia de viagens
 10. Postos de turismo
 11. Outros

Quais? _____

16. Quais as fontes de informação que utilizou para recolher informação sobre a Aldeia Histórica?

- | | | | |
|------------------------|--------------------------|--------------------------------|--------------------------|
| 0. NR | <input type="checkbox"/> | 6. Site das Aldeias Históricas | <input type="checkbox"/> |
| 1. Familiares e Amigos | <input type="checkbox"/> | 7. Outras páginas da Internet | <input type="checkbox"/> |
| 2. Agência de viagens | <input type="checkbox"/> | 8. Posto de turismo | <input type="checkbox"/> |
| 3. Folhetos turísticos | <input type="checkbox"/> | 9. Guias de viagens | <input type="checkbox"/> |
| 4. Feiras e Exposições | <input type="checkbox"/> | 10. Revista/Jornais | <input type="checkbox"/> |
| 5. Redes sociais | <input type="checkbox"/> | 11. Outros | <input type="checkbox"/> |
- Qual (ais)? _____

17. Com quem veio em viagem?

- | | | | |
|---------------------|--------------------------|------------------------|--------------------------------------|
| 0. NR | <input type="checkbox"/> | 4. Amigos | <input type="checkbox"/> |
| 1. Sozinho | <input type="checkbox"/> | 5. Em grupo organizado | <input type="checkbox"/> |
| 2. Com acompanhante | <input type="checkbox"/> | 6. Outro | <input type="checkbox"/> Qual? _____ |
| 3. Família | <input type="checkbox"/> | | |
- 17.1. Quantas pessoas? _____

18. Qual o meio de transporte que utilizou para chegar a Aldeia Histórica?

- | | | | |
|----------------------|--------------------------|----------------------|--------------------------|
| 0. NR | <input type="checkbox"/> | 5. Autocarro turismo | <input type="checkbox"/> |
| 1. Viatura própria | <input type="checkbox"/> | 6. Auto-caravana | <input type="checkbox"/> |
| 2. Viatura alugada | <input type="checkbox"/> | 7. Bicicleta | <input type="checkbox"/> |
| 3. Comboio | <input type="checkbox"/> | 8. Outro | <input type="checkbox"/> |
| 4. Autocarro público | <input type="checkbox"/> | | |
- Qual (ais)? _____

19. Está alojado na região?

0. NR
1. Sim 19.1.1. Em que localidade? _____
2. Não (*passa à pergunta 19.3.2.*)

19.2. Qual o tipo de alojamento que escolheu para ficar alojado?

- | | | | | | |
|-------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|------------------------|--------------------------|
| 0. NR | <input type="checkbox"/> | 5. Pousada | <input type="checkbox"/> | 10. Parque de campismo | <input type="checkbox"/> |
| 1. Hotel | <input type="checkbox"/> | 6. Pensão/Hospedaria | <input type="checkbox"/> | 11. Outro | <input type="checkbox"/> |
| 2. TER | <input type="checkbox"/> | 7. Albergaria/Estalagem | <input type="checkbox"/> | Qual? _____ | |
| 3. Turismo de Habitação | <input type="checkbox"/> | 8. Casa de familiares/amigos | <input type="checkbox"/> | | |
| 4. Residencial | <input type="checkbox"/> | 9. 2ª Residência | <input type="checkbox"/> | | |

19.3. Quais foram as razões que o levaram a optar por este tipo de alojamento?

19.3.1. Quantas noites vai pernoitar? _____

19.3.2. Se não está alojado na Aldeia Histórica, quantas horas vai permanecer? _____

20. Qual é, aproximadamente, o gasto total que gastou/gasta por dia por pessoa?

0. NR 4. 151 a 200€
 1. Menos 50€ 5. Mais de 200€
 2. 51 a 100€ 99. Não sabe
 3. 101 a 150€

21. Durante a sua permanência na Aldeia Histórica equaciona visitar outros locais na região?

0. NR
 1. Sim 21.1. Quais? _____
 2. Não
 99. Não sabe

IV – Programas das Aldeias Históricas: percepções e avaliações

22. Conhece os Programas das Aldeias Históricas?

0. NR
 1. Sim
 2. Não

22.1. Como classifica o impacto dos Programas das Aldeias Históricas?

0. NR
 1. Muito bom
 2. Bom
 3. Satisfatório
 4. Reduzido
 5. Fraco
 99. Não sabe
 999. Não aplicável

22.2. Qualquer que tenha sido a sua resposta, justifique:

→ _____

23. Quais são as aldeias históricas que já visitou?

24. Como visitante, o que é que, até agora, mais lhe agradou na Aldeia Histórica?

25. Pode assinalar o que menos gostou na Aldeia Histórica?

26. Considera que se deveriam implementar melhorias na oferta turística na Aldeia Histórica?

0. NR
 1. Sim → 26.1. Em que domínios? _____
 2. Não 26.2. E de que modo? _____
 99. Não sabe

27. Tenciona...

	Sim	Talvez	Não	Não sabe	NR
Recomendar					
Voltar					

Obrigado pela colaboração!

Anexo 4.1. Questionnaire survey to visitors of Historic Villages of Portugal

This questionnaire is part of a research carried out within a doctoral thesis in Tourism Leisure and Culture (specialization in Tourism and Development), University of Coimbra, Faculty of Arts and Humanities.

The data is anonymous and confidential, and only used as support methodological research. We thank you for your cooperation.

Number of questionnaire: _____

Date: ____/____/____

Place of application: _____

I – Socio-demographic characteristics of the respondent

1. Sex:

1. Female

2. Male

2. Age:

0. NR

1. 15-24

2. 25-34

3. 35-44

4. 45-54

5. 55-64

6. Above 64

6. Academic qualifications:

0. NR

1. Basic

2. High School

3. College

4. Graduate

5. Other

Which _____

3. Nationality: _____

3.1. District: _____

3.2. Locality: _____

4. Marital status:

0. NR

1. Single

2. Married / Unmarried

3. Divorced /widow

5. Number of members of the household _____

7. Situation in employment:

0. NR

1. Table top

2. Table Medium

3. Technical framework

4. Skilled

5. Unskilled worker

6. Independent worker

7. Domestic

8. Student

9. Unemployed

10. Retired

11. Other

Which? _____

8. Average monthly income of the household:

0. NR

1. Less than 500 €

2. 500 - 1000 €

3. 1001 - 1500 €

4. 1501 – 2000 €

5. 2001 – 2500 €

6. Over 2501 €

99. Don't know

II – Motivations and Expectations Historical Village

9. Is this your first time coming to the Historical Village?

0. NR

1. Yes

2. No

9. 2.1. How many times have you visited? _____

10. The region of the Historical Village is:

0. NR

1. The only destination that you will visit

2. A destination among others that you will visit

10.2.1. Which others will you visit? _____

11. What is the main reason for his visit to the Historical Village?

0. NR

1. Holidays, Leisure and Recreation

2. Work / Business

3. Visiting relatives and friends

4. Welfare

5. Conferences / Trade Shows

6. Religion

7. Others

Which? _____

12. What are the main attractions that led him to choose this destination?

0. NR

1. Landscape / Nature

2. Gastronomy

3. Wines

4. Cultural and historical resources

5. Calm / relaxation

6. Climate

7. Hospitality

8. Accommodations

9. Animation / Events

10. Local Traditions

11. Accessibility

12. Museums

13. Others

Which? _____

13. During the visit, what are the activities that will practice or practiced in the Historical Village?

14. What infrastructure/services, leisure and/or tourism demands you searched for on your visit?

0. NR

1. Natural Spaces

2. Hotel Services

3. Catering Services

4. Market

5. Monuments

6. Leisure and sports equipment

7. Equipment cultural / recreational

8. Tourism companies

8.1 Which _____

9. Other?

Which? _____

III – Choose a destination and journey

15. How you became aware of the tourist destination Historical Village?

0. NR

1. Family/Friends

2. Choose Casual

3. Travel agency

4. Tourist Brochures

5. TV / Radio

6. Fairs and Exhibitions

7. Internet

8. Magazine / Newspapers

9. Travel Guides

10. Tourism offices

11. Others

Which? _____

16. What are the sources of information you use to gather information about the Historical Village?

- | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|
| 0. NR | <input type="checkbox"/> | 6. Site of Historic Villages | <input type="checkbox"/> |
| 1. Family and Friends | <input type="checkbox"/> | 7. Other Websites | <input type="checkbox"/> |
| 2. Travel agency | <input type="checkbox"/> | 8. Tourist Offices | <input type="checkbox"/> |
| 3. Tourist Brochures | <input type="checkbox"/> | 9. Travel Guides | <input type="checkbox"/> |
| 4. Fairs and Exhibitions | <input type="checkbox"/> | 10. Magazine / Newspapers | <input type="checkbox"/> |
| 5. Social Networks | <input type="checkbox"/> | 11. Others | <input type="checkbox"/> |

Which? _____

17. Who did you come with?

- | | | | |
|------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 0. NR | <input type="checkbox"/> | 4. Friends | <input type="checkbox"/> |
| 1. Alone | <input type="checkbox"/> | 5. In an organized group | <input type="checkbox"/> |
| 2. Partner | <input type="checkbox"/> | 6. Other | <input type="checkbox"/> |
| 3. Family | <input type="checkbox"/> | | Which? _____ |

17.1. How many persons? _____

18. Which means of transport used to reach the Historical Village?

- | | | | |
|---------------|--------------------------|--------------|--------------------------|
| 0. NR | <input type="checkbox"/> | 5. Coach bus | <input type="checkbox"/> |
| 1. Own car | <input type="checkbox"/> | 6. Camper | <input type="checkbox"/> |
| 2. Rented car | <input type="checkbox"/> | 7. Bike | <input type="checkbox"/> |
| 3. Train | <input type="checkbox"/> | 8. Others | <input type="checkbox"/> |
| 4. Public bus | <input type="checkbox"/> | | |

Which? _____

19. Are you staying in the region?

0. NR
1. Yes **19.1.1. In what locality?** _____
2. No (*go to inquiry 19.3.2.*)

19.2. What type of accommodation you choose to stay in?

- | | | | | | |
|---------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|------------------|--------------------------|
| 0. NR | <input type="checkbox"/> | 5. Inn/Quality Inn | <input type="checkbox"/> | 10. Camping park | <input type="checkbox"/> |
| 1. Hotel | <input type="checkbox"/> | 6. Pension | <input type="checkbox"/> | 11. Others | <input type="checkbox"/> |
| 2. TER | <input type="checkbox"/> | 7. Inn | <input type="checkbox"/> | | |
| 3. Dwelling tourism | <input type="checkbox"/> | 8. Home of family / friends | <input type="checkbox"/> | Which? | _____ |
| 4. Guest-house | <input type="checkbox"/> | 9. 2 nd Residence | <input type="checkbox"/> | | |

19.3. What were the reasons that led you to choose this type of accommodation?

19.3.1. How many days will you stay overnight? _____

19.3.2. If you won't stay housed in the region, how many hours will remain? _____

20. What will be the total amount spent per person per day, roughly?

- | | | | |
|---------------|--------------------------|----------------|--------------------------|
| 0. NR | <input type="checkbox"/> | 4. 151 – 200€ | <input type="checkbox"/> |
| 1. < 50€ | <input type="checkbox"/> | 5. > 200€ | <input type="checkbox"/> |
| 2. 51 – 100€ | <input type="checkbox"/> | 99. Don't know | <input type="checkbox"/> |
| 3. 101 – 150€ | <input type="checkbox"/> | | |

21. In residence at the Historical Village, do you want to visit other places in the area?

0. NR
1. Yes **21.1. Which?** _____
2. No
99. Don't know

IV – Programs of Historic Villages: perceptions and evaluations

22. Do you know the Programs of Historic Villages?

0. NR
1. Yes
2. No

22.1. How do you rate the impact of the Programs of Historic Villages?

0. NR
1. Very good
2. Good
3. Satisfactory
4. Reduced
5. Weak
99. Don't know
999. Not apply

22.2. Whatever your answer, please justify:

→ _____

23. Were there other historic villages that you have visited?

24. As a visitor, what was that you most appreciated in the Historical Village, so far?

25. What did you least like in the Historical Village so far?

26. Do you think that improvements should be implemented in the Historical Village?

0. NR
1. Yes → **26.1.1. In what areas?** _____
2. No **26.1.2. And how?** _____
99. Don't know

27. Do you intend to...

	Yes	Maybe	No	Don't know	NR
Recommend					
Return					

Thanks for your cooperation

Anexo 4.2. Questionnaire d'enquête au visiteurs des Villages Historiques du Portugal

Ce questionnaire fait partie d'une recherche effectuée sur au visiteurs des Villages Historiques du Portugal, une these de doctorat sur Tourism, Loisirs et Culture (specialisation dans le tourism et le développement) de l'Université de Coimbra, Faculté des Arts.

Tenons à vous informer que tous les renseignements recueillies sont anonymes et confidentielles aux la recherché.

Nous vous en remercions d'avance.

N° de questionnaire: _____

Date: _____

Lieu: _____

I – Caractéristiques sociodémographiques

1. Genre:

1. Féminin

2. Masculin

2. Âge:

0. NRP

1. 15-24

2. 25-34

3. 35-44

4. 45-54

5. 55-64

6. Plus de 64 ans

6. Sclarité:

0. NRP

1. Enseignement primaire

2. Secondaire

3. Universitaire

4. Pós-doctorat

5. Autre

Quoi? _____

3. Nationalité: _____

3.1. District: _____

3.2. Localité: _____

4. État civil:

0. NRP

1. Célibataire

2. Marié(e)/Concubin(e)

3. Divorcé(e)/Veuf/veuve

5. Nombre de personnes de l'ensemble familial _____

7. Situation de l'emploi:

0. NRP

1. Cadre supérieur

2. Cadre moyen

3. Cadre technique

4. Travailleur spécialisé

5. Travailleur non spécialisé

6. Profession libérale

7. Femme au foyer

8. Étudiant

9. Chômeur

10. Retraité

11. Autre

Quoi? _____

8. Revenu mensuel moyen de l'agregat:

0. NRP

1. Moins de 500 €

2. De 500 a 1000 €

3. De 1000 a 1500 €

4. De 1501 a 2000 €

5. De 2001 a 2500 €

6. Plus de 2501€

99. Ne sait pas

II – Motivations et expectatives du Village Historique

9. C'est la première fois que vous venez au Village Historique?

0. NRP

1. Oui

2. Non

9. 2.1. Combien de fois visité? _____

10. Le region de village c'est...

0. NRP

1. Votre seule destination touristique

2. Une de vos destinations parmi d'autres

10.2.1. Quelle (s) autre(s)? _____

11. Quelle est la raison principale de votre venue au Village Historique?

0. NRP

1. Vacances, loisir et distraction

2. Travail/affaires

3. Visites à la famille et aux amis

4. Santé

5. Congrès/Foire

6. Religion

7. Autres

Lesquelles? _____

12. Quels sont les principaux attraits qui vous ont mené à choisir cette destination touristique?

0. NRP

1. Paysage/nature

2. Gastronomie

3. Vins

4. Les ressources culturelles et historiques

5. Tranquillité/atmosphère détendue

6. Climat

7. Hospitalité

8. Logement

9. Animation/événements

10. Traditions locales

11. Accessibilité

12. Musées

13. Autres

Lesquelles? _____

13 Pendant votre visite, quelles sont les activités que vous avez faits ou vous allez faire au Village Historique?

14. Quelle infrastructure/services de loisirs et/ou de tourisme cherchez-vous ou vous avez cherché dans votre visite?

0. NRP

1. Espaces verts/naturels

2. Service d'hôtellerie

3. Services de restauration

4. Commerce

5. Monuments

6. Équipements de loisirs et sportifs

7. Équipements culturels/récréatifs

8. Société d'animation touristique

8.1 Quelle (s)? _____

9. Autre (s)?

Lesquelles? _____

III – Choix de la destination touristique et du voyage

15. Comment avez-vous eu connaissance de la destination touristique du Village Historique?

0. NRP

1. Famille et amis

2. Choix au hasard

3. Agences de voyages

4. Brochures touristiques

5. Télévision/Radio

6. Foires et expositions

7. Internet

8. Revues/Journaux

9. Guides de voyage

10. Office de tourisme

11. Autres

Lesquelles? _____

16. Quelles sont les sources d'informations que vous avez utilisé pour obtenir de l'information sur le Village Historique?

- | | | | |
|---------------------------|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| 0. NRP | <input type="checkbox"/> | 6. Site des Villages Historiques | <input type="checkbox"/> |
| 1. Famille et amis | <input type="checkbox"/> | 7. Autres pages d' internet | <input type="checkbox"/> |
| 2. Agences de voyages | <input type="checkbox"/> | 8. Office de tourisme | <input type="checkbox"/> |
| 3. Brochures touristiques | <input type="checkbox"/> | 9. Guides de voyage | <input type="checkbox"/> |
| 4. Foires et expositions | <input type="checkbox"/> | 10. Revues/Journaux | <input type="checkbox"/> |
| 5. Réseaux sociaux | <input type="checkbox"/> | 11. Autres | <input type="checkbox"/> |
- Lequel? _____

17. Avec qui avez-vous voyagé?

- | | | | |
|----------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|
| 0. NRP | <input type="checkbox"/> | 4. Avec des amis | <input type="checkbox"/> |
| 1. Seul | <input type="checkbox"/> | 5. En groupe organisé | <input type="checkbox"/> |
| 2. Avec un compagnon | <input type="checkbox"/> | 6. Autre | <input type="checkbox"/> |
| 3. En famille | <input type="checkbox"/> | | |
- Lequel? _____

17.1. Combien de personnes? _____

18. Quel moyen de transport avez-vous utilisé pour venir jusqu'au Village Historique?

- | | | | |
|-----------------------|--------------------------|------------------------|--------------------------|
| 0. NRP | <input type="checkbox"/> | 5. Autobus de tourisme | <input type="checkbox"/> |
| 1. Véhicule personnel | <input type="checkbox"/> | 6. Camping-car | <input type="checkbox"/> |
| 2. Véhicule loué | <input type="checkbox"/> | 7. Bicyclette | <input type="checkbox"/> |
| 3. Train | <input type="checkbox"/> | 8. Autre | <input type="checkbox"/> |
| 4. Autobus public | <input type="checkbox"/> | | |
- Lequel? _____

19. Êtes-vous logé en région?

0. NRP
1. Oui **19.1.1. Dans quelle localité?** _____
2. Non (*passez à la question 19.3.2.*)

19.2. Quel genre d'établissement avez-vous choisi pour être logés?

- | | | | |
|--------------------------|--------------------------|---------------------------|--------------------------|
| 0. NRP | <input type="checkbox"/> | 7. Gîte | <input type="checkbox"/> |
| 1. Hôtel | <input type="checkbox"/> | 8. Maison de famille/amis | <input type="checkbox"/> |
| 2. TER Tourisme rural | <input type="checkbox"/> | 9. Résidence secondaire | <input type="checkbox"/> |
| 3. Tourisme d'habitation | <input type="checkbox"/> | 10. Camping | <input type="checkbox"/> |
| 4. Pension | <input type="checkbox"/> | 11. Autre | <input type="checkbox"/> |
| 5. Auberge | <input type="checkbox"/> | | |
| 6. Petit hôtel | <input type="checkbox"/> | | |
- Lequel? _____

19.3. Quelles ont été les raisons qui vous ont mené a choisir ce type de logement?

19.3.1. Combien de nuits allez-vous passer? _____

19.3.2. Si vous ne logé pas dans le région, combien d'heures allez-vous rester ici? _____

20. Combien avez-vous, à peu près, dépensé par jour et par personne?

- | | | | |
|----------------|--------------------------|-----------------|--------------------------|
| 0. NRP | <input type="checkbox"/> | 4. 151 a 200 € | <input type="checkbox"/> |
| 1. Moins 50€ | <input type="checkbox"/> | 5. Plus de 200€ | <input type="checkbox"/> |
| 2. 51 a 100 € | <input type="checkbox"/> | 99. Ne sait pas | <input type="checkbox"/> |
| 3. 101 a 150 € | <input type="checkbox"/> | | |

21. Pendant votre permanence au Village Historique pensez-vous visiter autres endroits dans la région?

0. NRP
1. Oui 21.1. Lesquels? _____
2. Non
99. Ne sait pas

IV – Programmes des Villages Historiques: perceptions et évaluations

22. Connaissez-vous les Programmes des Villages Historiques?

0. NRP
1. Oui
2. Non

22.1. Comment classifiez-vous l'impact des Programmes des Villages Historiques?

0. NRP
1. Très bon
2. Bon
3. Satisfaisant
4. Réduit
5. Faible
99. Ne sait pas
999. Non applicable



22.2. Pouvez-vous justifié:

23. Quelles sont les Villages Historiques que vous avez déjà visité?

24. En tant que visitant qu'est-ce que vous avez aimé le plus dans le village historique?

25. Pouvez-vous indiquer ce que vous avez aimé le moins?

26. Croyez-vous qu'on pourrait introduire des améliorations dans l'offre touristique du Village historique?

0. NRP
1. Oui → 26.1.1. Dans quels domaines? _____
2. Non 26.1.2. Et de quelle façon? _____
99. Ne sait pas

27. Vous avez l'intention de...

	Oui	Peut-être	Non	Ne sait pas	NRP
Recommander					
Revenir					

Merci pour votre collaboration!

Anexo 4.3. Cálculo do tamanho da amostra para uma população infinita – visitantes das Aldeias Históricas de Portugal

Volume da amostra:

$$n = ?$$

$N = 332.444$ universo infinito é superior a 100.000

$$E = 5\%$$

$G = 95,5\%$ nível de confiança

$p = 50\%$ características da amostra

$$q (1-p) = (100 - 50) = 50\%$$

$$n = \frac{G^2 \cdot p \cdot q}{E^2}$$

$$n = \frac{2^2 \times 50 \times 50}{5^2} = \frac{4 \times 2500}{25} = \frac{10000}{25} = 400$$

$$\text{Fracção da amostra} = \frac{n}{N} \times 100 = \frac{400}{332.444} \times 100 = 12\%$$

Cálculo do Erro Amostral

$$E = \sqrt{\frac{G^2 \cdot p \cdot q}{n}}$$

$$E = \sqrt{\frac{2^2 \times 0,50 \times 0,50}{400}} = \sqrt{\frac{4 \times 0,50 \times 0,50}{400}} = \sqrt{\frac{1}{400}} = \sqrt{0,0025}$$

$$E = 0,05 \quad E \cong 0,05 \times 100 \quad E \cong 5\%$$

Cálculo da amostra por estrato Aldeias Históricas de Portugal

Aldeia Histórica	Fluxo de visitantes nas AHP (2005-2012)											
	Visitantes	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média (2005-2012)	Amostra
Almeida	Nacionais	47 790	50 122	44 953	41 075	44 503	38 805	24 232	23 666	315 146	39 393	47
	Estrangeiros	23 142	29 780	36 449	33 263	25 415	26 589	20 184	17 833	212 655	26 582	32
	Total	70 932	79 902	81 402	74 338	69 918	65 394	44 416	41 499	527 801	65 975	79
Belmonte	Nacionais	12 602	21 523	11 641	13 114	22 140	20 142	20 154	10 134	131 450	16 431	20
	Estrangeiros	3 071	3 533	3 531	3 346	5 084	3 750	3 985	3 827	30 127	3 766	5
	Total	15 932	25 056	15 172	16 460	27 224	23 892	24 139	13 961	161 836	20 230	25
Castelo Novo	Nacionais	9 813	7 028	17 266	16 060	18 952	9 345	11 814	11 112	101 390	12 674	15
	Estrangeiros	386	457	2 446	1 902	3 642	1 422	1 527	1 059	12 841	1 605	2
	Total	10 199	7 485	19 712	17 962	22 594	10 767	13 341	12 171	114 231	14 279	17
Castelo Rodrigo	Nacionais	28 048	31 246	30 055	30 964	33 432	26 084	30 055	24 936	234 820	29 353	35
	Estrangeiros	6 831	10 670	12 184	14 074	14 299	14 133	17 508	17 977	107 676	13 460	16
	Total	34 879	41 916	42 239	45 038	47 731	40 217	47 563	42 913	342 496	42 812	51
Idanha-a-Velha	Nacionais	6 952	8 154	10 377	9 956	15 687	20 945	12 475	15 503	100 049	12 506	15
	Estrangeiros	1 203	1 375	2 152	3 348	3 421	7 122	4 783	5 809	29 213	3 652	4
	Total	8 155	9 529	12 529	13 304	19 108	28 067	17 258	21 312	129 262	16 158	19
Linhares da Beira	Nacionais	15 010	17 606	16 461	11 025	11 338	29 764	20 058	21 397	142 659	17 832	22
	Estrangeiros	1 318	1 553	1 200	670	1 439	2 549	3 001	2 789	14 519	1 815	2
	Total	16 328	19 159	17 661	11 695	12 777	32 313	23 059	24 186	157 178	19 647	24
Marialva	Nacionais	10 061	8 341	7 889	18 728	14 195	16 541	11 581	9 735	97 071	12 134	15
	Estrangeiros	636	288	624	623	1 282	1 962	1 336	919	7 670	959	1
	Total	10 697	8 629	8 513	19 351	15 477	18 503	12 917	10 654	104 741	13 093	16
Monsanto	Nacionais	12 073	11 533	10 311	15 080	17 857	18 344	18 309	15 059	118 566	14 821	18
	Estrangeiros	3 986	4 308	4 882	8 710	8 620	11 372	11 705	10 718	64 301	8 038	10
	Total	16 059	15 841	15 193	23 790	26 477	29 716	30 014	25 777	182 867	22 858	28

Piódão	Nacionais	12 283	8 762	15 545	13 643	13 032	11 924	12 576	11 706	99 471	12 434	15
	Estrangeiros	658	777	1 272	1 424	834	1 044	1 508	1 798	9 315	1 164	1
	Total	12 941	9 539	16 817	15 067	13 866	12 968	14 084	13 504	108 786	13 598	16
Sortelha	Nacionais	2 121	13 828	52 406	47 027	56 286	44 434	41 504	31 329	288 935	36 117	43
	Estrangeiros	386	4 982	13 895	11 966	9 717	9 161	11 168	9 636	70 911	8 864	11
	Total	2 507	18 810	66 301	58 993	66 003	53 595	52 672	40 965	359 846	44 981	54
Trancoso	Nacionais	18 811	24 256	29 198	35 233	38 677	34 556	27 035	18 030	225 796	28 225	34
	Estrangeiros	2 066	2 339	3 122	3 183	5 104	3 649	3 464	2 114	25 041	3 130	4
	Total	20 877	26 595	32 320	38 416	43 781	38 205	30 499	20 144	250 837	31 355	38
Castelo Mendo ⁽¹⁾	Nacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21 084	25
	Estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6 639	8
	Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27 673	33

Nota: ⁽¹⁾ Inexistência de dados estatísticos por ausência de infraestrutura de apoio ao visitante. O cálculo da subamostra Aldeia Histórica de Castelo Mendo foi realizado com base numa estimativa, tendo em consideração o número de visitantes nas restantes Aldeias Históricas.

Amostra (n)	?	400
Universo (N)	332 659	UNIVERSO INFINITO
Erro	5%	
G	95,5%	

Anexo 4.4. Livro de código do inquérito por questionário aos visitantes das Aldeias Históricas de Portugal

Nº de pergunta	Nº da variável	Nome da variável	Categoria da variável	Código	Missing	Medida da variável
1	1	Sexo	Feminino	1		Nominal
			Masculino	2		
2	2	Idade	Não resposta	0	0	Razão
			15-24	1		
			25-34	2		
			35-44	3		
			45-54	4		
			55-64	5		
			Mais de 64 anos	6		
3	3	Nacionalidade	Portuguesa	1		Nominal
			Espanhola	2		
			Francesa	3		
			Austriaca	4		
			Brasileira	5		
			Alemã	6		
			Americana	7		
			Inglesa	8		
3.1.	4	Distrito	Porto	1		Nominal
			Lisboa	2		
			Santarém	3		
			Braga	4		
			Viseu	5		
			Évora	6		
			Portalegre	7		
			Aveiro	8		
			Vila Real	9		
			Castelo Branco	10		

			Coimbra	11		
			Leiria	12		
			Guarda	13		
			Cáceres	14		
			Madrid	15		
			Faro	16		
			Viana do Castelo	17		
			Setúbal	18		
			Badajoz	19		
			Sevilha	20		
			Corunha	21		
			Ávila	22		
			Astúrias	23		
			Huelva	24		
			Lugo	25		
			Beja	26		
			Salamanca	28		
			Bragança	29		
			Zamora	30		
	5	Localidade	Covilhã	1		Nominal
			Lisboa	2		
			Aveiro	3		
			Porto	4		
			Sintra	5		
			Oliveira de Frades	6		
			Figueira da Foz	7		
			Vila Franca de Xira	8		
			Pontével	9		
			Amadora	10		
			Odivelas	11		

			Viana do Castelo	12		
			Santo Tirso	13		
			Caldas da Rainha	14		
			Santarém	15		
			Seixal	16		
			Vila Nova de Famalicão	17		
			Loures	18		
			Leiria	19		
			Bourges	20		
			Condeixa-a-Nova	21		
			Vila Velha de Ródão	22		
			Penacova	23		
			Estoril	24		
			Ericeira	25		
			Mangualde	26		
			Lamego	27		
			Santa Maria da Feira	28		
			Sátão	29		
			Coimbra	30		
			Amora	31		
			Vila Nova de Cerveira	32		
			Gouveia	33		
			Nimes	34		
			Castelo Novo	35		
			Arganil	36		
			Madrid	37		
			Faro	38		
			Vila Nova de Gaia	39		
			Ílhavo	40		
			Oliveira do Hospital	41		

			Castelo Branco	42		
			Proença-a-Nova	43		
			Torres Novas	44		
			Trancoso	45		
			Tondela	46		
			Melgaço	47		
			Viseu	48		
			Almada	49		
			Santiago do Cacém	50		
			Gondomar	51		
			Barreiro	52		
			Guarda	53		
			Trofa	54		
			Oeiras	55		
			Sesimbra	56		
			Espinho	57		
			Évora	58		
			Tomar	59		
			Odemira	60		
			Torres Vedras	61		
			Felgueiras	62		
			Oliveira de Azeméis	63		
			Marco de Canaveses	64		
			Estarreja	65		
			Moncorvo	66		
			Matosinhos	67		
			Alenquer	68		
			Braga	69		
			Elvas	70		
			Arouca	71		

		Peso da Régua	72	
		Viseu	73	
		São João da Madeira	74	
		Albergaria-a-Velha	75	
		Alcobaça	76	
		Botija	77	
		Badajoz	78	
		Sevilha	79	
		São Paulo	80	
		Cáceres	81	
		Hoyos	82	
		Murtede	83	
		Cascais	84	
		Cacém	85	
		Lyon	86	
		Teixoso	87	
		Mafra	88	
		Carretona	89	
		Corunha	90	
		Barrado	91	
		El Pedroso	92	
		Sacavém	93	
		Ávila	94	
		Avilés	95	
		Herrera	96	
		Herreruela	97	
		Montpellier	98	
		Essen	99	
		Linz	100	
		Detroit	101	

			Nancy	102		
			Brighton	103		
			Rio Grande do Sul	104		
			Setúbal	105		
			Toulouse	106		
			Brasília	107		
			Salamanca	108		
			Poitiers	109		
			Fonfría	110		
			Linz	111		
			Parla	112		
			Móstoles	113		
			Ciudad Rodrigo	114		
			Amazonas	115		
			Bahia	116		
			Carballo	117		
			Lugo	118		
			Esposende	119		
			Hanôver	120		
			Nice	121		
			Erfurt	122		
			Munique	123		
			Bedford	124		
			Dover	125		
			New Jersey	126		
			Graz	127		
4	6	Estado civil	Não resposta	0	0	Nominal
			Solteiro/a	1		
			Casado/união de facto	2		
			Divorciado/viúvo	3		

5	7	Nº de elementos do agregado familiar	Não responde	0	0	Ordinal
			1	1		
			2	2		
			3	3		
			4	4		
			5	5		
			6	6		
			Mais de 6	7		
6	8	Habilitações Literárias	Não responde	0	0	Ordinal
			Básico	1		
			Secundário	2		
			Superior	3		
			Pós-graduado	4		
7	9	Situação perante o emprego	Não responde	0	0	Nominal
			Quadro Superior	1		
			Quadro Médio	2		
			Quadro Técnico	3		
			Trabalhador especializado	4		
			Trabalhador não especializado	5		
			Por contra própria	6		
			Doméstica	7		
			Estudante	8		
			Desemprego	9		
			Reformado	10		
8	10	Rendimento mensal médio do agregado familiar	Não responde	0	0	Razão
			Menos de 500 €	1		
			De 500 a 1000 €	2		
			De 1001 a 1500 €	3		
			De 1501 a 2000 €	4		
			De 2001 a 2500 €	5		

			Mais de 2501 €	6					
			Não sabe	99					
9	11	Primeira visita a Aldeia Histórica	Não resposta	0	0	Nominal			
			Sim	1					
			Não	2					
9.2.1	12	Nº de vezes que visitou a Aldeia Histórica	Não aplicável	999	999	Ordinal			
			1 vez	1					
			2 a 3 vezes	2					
			4 a 5 vezes	3					
			6 a 7 vezes	4					
			mais de 7 vezes	5					
10	13	A região da Aldeia Histórica	Não resposta	0	0	Nominal			
			Único destino que vai visitar	1					
			Um destino entre outros que vai visitar	2					
10.2.1	14	Serra da Estrela	Não aplicável	999	999	Nominal			
			Sim	1					
			Não	2					
	15	Douro	Não aplicável	999					
			Sim	1					
			Não	2					
	16	Lisboa	Não aplicável	999					
			Sim	1					
			Não	2					
	17	Porto	Não aplicável	999					
			Sim	1					
			Não	2					
	18	Algarve	Não aplicável	999					
			Sim	1					
			Não	2					
				Não aplicável			999		

	19	Alentejo	Sim	1		
			Não	2		
	20	Coimbra	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
			Não aplicável	999		
	21	Aveiro	Sim	1		
			Não	2		
	22	Viseu_Dão Lafões	Não aplicável	1		
			Sim			
			Não	2		
			Não aplicável	999		
	23	Leira_Fátima	Sim	1		
			Não	2		
	24	Salamanca	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
			Não aplicável	999		
	25	Castelo Branco_ Naturtejo	Sim	1		
			Não	2		
	26	Trás-os-Montes	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
			Não responde	0		
11	27	Motivo principal da vinda a Aldeia Histórica	Férias, Lazer e Recreio	1	0	Nominal
			Trabalho/Negócios	2		
			Visita a familiares e amigos	3		
			Saúde	4		
			Congressos/Feiras	5		
			Religião	6		

12	28	Paisagem/Natureza	Sim	1	Nominal
			Não	2	
	29	Gastronomia	Sim	1	
			Não	2	
	30	Vinhos	Sim	1	
			Não	2	
	31	Recursos culturais e históricos	Sim	1	
			Não	2	
	32	Tranquilidade/ambiente relaxante	Sim	1	
			Não	2	
	33	Clima	Sim	1	
			Não	2	
	34	Hospitalidade	Sim	1	
			Não	2	
	35	Alojamento	Sim	1	
			Não	2	
	36	Animação/eventos	Sim	1	
			Não	2	
	37	Tradições locais	Sim	1	
			Não	2	
38	Acessibilidades	Sim	1		
		Não	2		
39	Museus	Sim	1		
		Não	2		
40	Localização	Sim	1		
		Não	2		
41	Passeio pela AH	Sim	1		
		Não	2		
42	Visita ao(s) museu(s)	Sim	1		
		Não	2		

13	43	Visita ao castelo	Sim	1		Nominal
			Não	2		
	44	Fazer fotografia	Sim	1		
			Não	2		
	45	Percurso pedestres	Sim	1		
			Não	2		
	46	Percurso BTT	Sim	1		
			Não	2		
	47	Experiência gastronómica	Sim	1		
			Não	2		
	48	Experiência em enologia	Sim	1		
			Não	2		
	49	Descansar	Sim	1		
			Não	2		
14	50	Espaços verdes/naturais	Sim	1		Nominal
			Não	2		
	51	Serviços de hotelaria	Sim	1		
			Não	2		
	52	Serviços de restauração	Sim	1		
			Não	2		
	53	Comércio	Sim	1		
			Não	2		
	54	Monumentos	Sim	1		
			Não	2		
	55	Equipamentos lazer e desportivos	Sim	1		
			Não	2		
	56	Equipamentos culturais/recreativos	Sim	1		
			Não	2		
57	Empresas de animação turística	Sim	1			
		Não	2			
15	58	Familiares/Amigos	Sim	1		Nominal

			Não	2		
	59	Escolha ocasional	Sim	1		
			Não	2		
	60	Agência de viagens	Sim	1		
			Não	2		
	61	Folhetos turísticos	Sim	1		
			Não	2		
	62	Televisão/rádio	Sim	1		
			Não	2		
	63	Feiras e Exposições	Sim	1		
			Não	2		
	64	Internet	Sim	1		
			Não	2		
	65	Revistas/Jornais	Sim	1		
			Não	2		
	66	Guia de viagens	Sim	1		
			Não	2		
	67	Postos de turismo	Sim	1		
			Não	2		
	68	Escola	Sim	1		
			Não	2		
	69	Livros	Sim	1		
			Não	2		
16	70	Familiares/Amigos	Sim	1		Nominal
			Não	2		
	71	Agência de viagens	Sim	1		
			Não	2		
72	Folhetos turísticos	Sim	1			
		Não	2			
73	Feiras e exposições	Sim	1			

			Não	2		
	74	Redes sociais	Sim	1		
			Não	2		
	75	Site das Aldeias Históricas	Sim	1		
			Não	2		
	76	Outras páginas da internet	Sim	1		
			Não	2		
	77	Posto de turismo	Sim	1		
			Não	2		
	78	Guias de viagens	Sim	1		
			Não	2		
	79	Revistas/jornais	Sim	1		
			Não	2		
	80	Livros	Sim	1		
			Não	2		
	81	Nenhuma	Sim	1		
			Não	2		
17	82	Com quem veio em viagem	Não resposta	0	0	Nominal
			Sozinho	1		
			Com acompanhante	2		
			Família	3		
			Amigos	4		
			Em grupo organizado	5		
			Família e amigos	6		
17.1	83	Número de pessoas	Não aplicável	999	999	Razão
			1	1		
			2 a 4	2		
			5 a 7	3		
			8 a 10	4		
			Mais de 10	5		

18	84	Meio de transporte utilizado	Não resposta	0	0	Nominal
			Viatura própria	1		
			Viatura alugada	2		
			Comboio	3		
			Autocarro público	4		
			Autocarro turismo	5		
			Auto-caravana	6		
			Bicicleta	7		
			Mota	8		
			Avião + viatura alugada	9		
			Avião + barco + autocarro turismo	10		
			Comboio + autocarro turismo	11		
19	85	Alojado na região	Não resposta	0	0	Nominal
			Sim	1		
			Não	2		
19.1.1.	86	Localidade que está alojado	Não responde	0	0 999	Nominal
			Não sabe	99		
			Não aplicável	999		
			Almeida	1		
			Belmonte	2		
			Castelo Novo	3		
			Castelo Rodrigo	4		
			Linhares	5		
			Marialva	6		
			Monsanto	7		
			Piódão	8		
			Sortelha	9		
			Trancoso	10		
			Lageosa do Mondego	11		
Rabaçal	12					

			Guarda	13		
			Celorico da Beira	14		
			Monfortinho	15		
			Penamacor	16		
			Figueira de Castelo Rodrigo	17		
			Covilhã	18		
			Fundão	19		
			Vila Formoso	20		
			Vila Nova de Foz Coa	21		
			Pinhel	22		
19.2	87	Tipo de alojamento	Não aplicável	999	0 999	Nominal
			Não responde	0		
			Hotel	1		
			TER	2		
			Turismo de Habitação	3		
			Residencial	4		
			Pousada	5		
			Pensão/Hospedaria	6		
			Albergaria/Estalagem	7		
			Casa de familiares/amigos	8		
			2ª Residência	9		
			Parque de campismo	10		
19.3	88	Qualidade e preço	Não aplicável	999	999	Nominal
			Sim	1		
			Não	2		
	89	Privacidade	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
90	Qualidade	Não aplicável	999			
		Sim	1			

			Não	2		
	91	Sossego	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	92	Contacto com natureza	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	93	Hospitalidade	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	94	Preço	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	95	Rentabilização do tempo com família/amigos	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	96	Sócio do Inatel	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	97	Localização do alojamento	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	98	Publicitação na internet	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
19.3.1	99	Quantas noites pernoita	Não aplicável	999	999	Ordinal
			1 noite	1		
			2 a 4 noites	2		
			5 a 7 noites	3		
			8 a 10	4		

			Mais de 10 noites	5		
19.3.2.	100	Quantas horas permanece na Aldeia Histórica	Não aplicável	999	999	Ordinal
			30 minutos	1		
			1hora	2		
			2horas	3		
			3horas	4		
			4horas	5		
			5horas	6		
			6horas	7		
			Mais 6 horas	8		
			20	101		
Menos de 50 €	1					
51 a 100 €	2					
101 a 150 €	3					
151 a 200 €	4					
Mais de 200 €	5					
Não sabe	99					
21	102	Visita outros locais na região	Não resposta	0		Nominal
			Sim	1		
			Não	2		
			Não sabe	99		
	103	Mêda	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	104	Vila Nova de Foz Côa	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	105	Penedono	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		

21.1	106	Marialva	Não aplicável	999	999	Nominal
			Sim	1		
			Não	2		
	107	Guarda	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	108	Almeida	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	109	Castelo Rodrigo	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	110	Linhares da Beira	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	111	Celorico da Beira	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	112	Pinhel	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	113	Manteigas	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	114	Barca D'Alva	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
115	Belmonte	Não aplicável	999			
		Sim	1			
		Não	2			

116	Monfortinho	Não aplicável	999
		Sim	1
		Não	2
117	Monsanto	Não aplicável	999
		Sim	1
		Não	2
118	Penha Garcia	Não aplicável	999
		Sim	1
		Não	2
119	Castelo Novo	Não aplicável	999
		Sim	1
		Não	2
120	Idanha-a-Nova	Não aplicável	999
		Sim	1
		Não	2
121	Sabugal	Não aplicável	999
		Sim	1
		Não	2
122	Penamacor	Não aplicável	999
		Sim	1
		Não	2
123	Covilhã	Não aplicável	999
		Sim	1
		Não	2
124	Fundão	Não aplicável	999
		Sim	1
		Não	2
125	Trancoso	Não aplicável	999
		Sim	1
		Não	2

	126	Piódão	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
22	127	Conhece os Programas das Aldeias Históricas	Não responde	0	0	Nominal
			Sim	1		
			Não	2		
22.1	128	Impacto dos Programas das Aldeias Históricas	Não resposta	0	0	Ordinal
			Muito bom	1	999	
			Bom	2		
			Satisfatório	3		
			Reduzido	4		
			Fraco	5		
			Não sabe	99		
			Não aplicável	999		
22.2	129	Maior informação da história	Sim	1		Nominal
			Não	2		
	130	Aumento do alojamento	Sim	1		
			Não	2		
	131	Investimento na recuperação da aldeia	Sim	1		
			Não	2		
	132	Maior preservação do património	Sim	1		
			Não	2		
	133	Maior divulgação das aldeias	Sim	1		
			Não	2		
	134	Obras incompletas	Sim	1		
			Não	2		
	135	Ausência de impacto do programa	Sim	1		
			Não	2		
136	Almeida	Sim	1			
		Não	2			

23	137	Belmonte	Sim	1		Nominal
			Não	2		
	138	Castelo Mendo	Sim	1		
			Não	2		
	139	Castelo Novo	Sim	1		
			Não	2		
	140	Castelo Rodrigo	Sim	1		
			Não	2		
	141	Idanha-a-Velha	Sim	1		
			Não	2		
	142	Linhares	Sim	1		
			Não	2		
143	Marialva	Sim	1			
		Não	2			
144	Monsanto	Sim	1			
		Não	2			
145	Piódão	Sim	1			
		Não	2			
146	Sortelha	Sim	1			
		Não	2			
147	Trancoso	Sim	1			
		Não	2			
24	148	Tranquilidade/sossego	Sim	1		Nominal
			Não	2		
	149	Gastronomia	Sim	1		
			Não	2		
	150	Património	Sim	1		
			Não	2		
	151	Paisagem	Sim	1		
			Não	2		

	152	Recuperação da Aldeia Histórica	Sim	1		
			Não	2		
	153	Tradições Locais	Sim	1		
			Não	2		
	154	Limpeza da aldeia histórica	Sim	1		
			Não	2		
	155	Clima	Sim	1		
			Não	2		
	156	Hotelaria	Sim	1		
			Não	2		
157	História	Sim	1			
		Não	2			
158	Tipicidade das casas	Sim	1			
		Não	2			
159	Pessoas	Sim	1			
		Não	2			
160	Museu	Sim	1			
		Não	2			
25	161	Nada	Sim	1		Nominal
			Não	2		
	162	Igrejas fechadas	Sim	1		
			Não	2		
	163	Património abandonado	Sim	1		
			Não	2		
	164	Bilhete para visitar castelo	Sim	1		
			Não	2		
	165	Falta de vida na aldeia	Sim	1		
			Não	2		
	166	Habitações degradadas	Sim	1		
			Não	2		

	167	Placas informativas destruídas e degradadas	Sim	1		
			Não	2		
	168	Acessos viários	Sim	1		
			Não	2		
	169	Clima	Sim	1		
			Não	2		
	170	Falta de oferta de restauração diversificada	Sim	1		
			Não	2		
	171	Falta de comércio local	Sim	1		
			Não	2		
	172	Lixo	Sim	1		
			Não	2		
	173	Falta de informação turística em línguas	Sim	1		
			Não	2		
	174	Edifícios sem enquadramento arquitectónico	Sim	1		
			Não	2		
	175	Antena	Sim	1		
			Não	2		
	176	Falta de multibanco	Sim	1		
			Não	2		
177	Circulação de veículos no interior AH	Sim	1			
		Não	2			
178	Torres eólicas	Sim	1			
		Não	2			
179	Comerciantes	Sim	1			
		Não	2			
26	180	Melhorias na oferta turística na Aldeia Histórica	Não responde	0	0	Nominal
			Sim	1		
			Não	2		
			Não sabe	99		

26.1.	181	Informação turística	Não aplicável	999	999	Nominal
			Sim	1		
			Não	2		
	182	Património	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	183	Alojamento	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	184	Animação turística	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	185	Habitações	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	186	Restauração	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	187	Promoção das Aldeias Históricas	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
188	Comércio local	Não aplicável	999			
		Sim	1			
		Não	2			
189	Caravanismo	Não aplicável	999			
		Sim	1			
		Não	2			
190	Património natural	Não aplicável	999			
		Sim	1			
		Não	2			

	191	Acessibilidades	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
26.2.	192	Melhoria da sinalética na A.H.	Não aplicável	999	999	Nominal
			Sim	1		
			Não	2		
	193	Promoção das A.H. para o exterior da região	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	194	Abertura dos locais de interesse turístico	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	195	Livre acesso ao Centro Histórico	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	196	Criação de pacotes turísticos	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	197	Dinamização de circuitos turísticos	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	198	Recuperação de habitações degradadas	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
199	Revitalização de solares para alojamento	Não aplicável	999			
		Sim	1			
		Não	2			
200	Diversificação da oferta de restauração	Não aplicável	999			
		Sim	1			
		Não	2			

201	Visitas guiadas ao centro histórico	Não aplicável	999
		Sim	1
		Não	2
202	Abertura dos museus ao público	Não aplicável	999
		Sim	1
		Não	2
203	Promoção do artesanato	Não aplicável	999
		Sim	1
		Não	2
204	Abertura do comércio ao fim de semana	Não aplicável	999
		Sim	1
		Não	2
205	Diversificação da oferta de alojamento	Não aplicável	999
		Sim	1
		Não	2
206	Interactividade no centro histórico	Não aplicável	999
		Sim	1
		Não	2
207	Informação ao turista/visitante em línguas estrangeiras	Não aplicável	999
		Sim	1
		Não	2
208	Alargamento do horário do posto de turismo	Não aplicável	999
		Sim	1
		Não	2
209	Promoção de actividades na natureza	Não aplicável	999
		Sim	1
		Não	2
210	Melhoria dos acessos viários	Não aplicável	999
		Sim	1
		Não	2

	211	Parque de caravanismo	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	212	Manter a traça arquitectónica	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	213	Formação dos técnicos de turismo	Não aplicável	999		
			Sim	1		
			Não	2		
27	214	Equaciona recomendar	Sim	1	0	Ordinal
			Talvez	2		
			Não	3		
			Não sabe	99		
			Não responde	0		
	215	Equaciona voltar	Sim	1	0	Ordinal
			Talvez	2		
			Não	3		
			Não sabe	99		
			Não responde	0		

Anexo 5. Inquérito por questionário aos neo-rurais das Aldeias Históricas de Portugal

Este questionário destina-se exclusivamente a obter alguns conhecimentos sobre os neo-rurais das Aldeias Históricas de Portugal, tendo como objetivo contribuir para o estudo “Turismo, Planeamento e Desenvolvimento Regional – Estratégias de Intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal”, no âmbito tese de doutoramento em Turismo Lazer e Cultura (especialização em Turismo e Desenvolvimento) pela Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras.

Toda a informação fornecida é de carácter confidencial e anónimo.

Agradecemos, desde já, a sua colaboração, bem como o tempo e atenção dispensados.

Nº de questionário: _____

Data: _____

I – Perfil dos neo-rurais

1. Aldeia Histórica:

1. Almeida

5. Castelo Rodrigo

9. Monsanto

2. Belmonte

6. Idanha-a-Velha

10. Piódão

3. Castelo Mendo

7. Linhares

11. Sortelha

4. Castelo Novo

8. Marialva

12. Trancoso

2. Sexo:

1. Feminino

2. Masculino

3. Idade:

0. NR

1. 15-24

2. 25-34

3. 35-44

4. 45-54

5. 55-64

6. + 64 anos

4. Estado civil:

0. NR

1. Solteiro/a

2. Casado/União de fato

3. Divorciado/viúvo

5. Nº de elementos do agregado familiar _____

5.1. Nº de crianças/jovens: _____

6. Nacionalidade: _____ 6.1. Naturalidade: _____

7. Habilitações literárias:

0. NR

1. Básico

2. Secundário

3. Superior

4. Pós-graduado

5. Outro

Qual? _____

8. Situação perante o emprego:

- | | | | |
|-------------------------------|--------------------------|------------------|--------------------------|
| 0. NR | <input type="checkbox"/> | 7. Reformado | <input type="checkbox"/> |
| 1. Quadro Superior | <input type="checkbox"/> | 8. Estudante | <input type="checkbox"/> |
| 2. Quadro de nível intermédio | <input type="checkbox"/> | 9. Doméstica | <input type="checkbox"/> |
| 3. Empresário | <input type="checkbox"/> | 10. Desempregado | <input type="checkbox"/> |
| 4. Comerciante | <input type="checkbox"/> | 11. Outro | <input type="checkbox"/> |
| 5. Operário | <input type="checkbox"/> | Qual? _____ | |
| 6. Agricultor | <input type="checkbox"/> | | |

8.1. Se prática uma actividade por conta própria, indique, os motivos que estiveram na base dessa opção? _____

8.2. Mudou de profissão?

0. NR
1. Sim
2. Não

8.2.1. Em caso afirmativo, qual era a sua profissão anterior? _____

8.3. Qual o contexto de trabalho?

0. NR
1. Meio rural
2. Meio urbano

II – Motivações e expectativas da mudança para a Aldeia Histórica

9. Ano de mudança para a Aldeia Histórica? _____

9.1. Local de origem?

9.1.1. Região: _____ **9.1.2. Concelho:** _____

9.2. Tipo de mudança:

0. NR
1. Primeira vinda
2. Regresso

10. Como teve conhecimento da existência desta aldeia histórica?

- | | | | |
|----------------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|
| 0. NR | <input type="checkbox"/> | 4. TV | <input type="checkbox"/> |
| 1. Amigos/familiares | <input type="checkbox"/> | 5. Outros | <input type="checkbox"/> |
| 2. Internet | <input type="checkbox"/> | Quais? _____ | |
| 3. Jornais/revistas | <input type="checkbox"/> | 999. Não aplicável | <input type="checkbox"/> |

11. Quais foram os motivos/razões para migrar para o meio rural?

_____.

12. Como organizou a sua deslocação para a Aldeia Histórica?

- 0. NR
- 1. Por iniciativa própria
- 2. Através de familiares ou amigos
- 3. Através de uma ADL ou Agência
- 4. Através de uma empresa
- 5. Outra Qual? _____

13. Quais foram as principais razões que estiveram na escolha desta Aldeia Histórica de Portugal?

- | | |
|--|---|
| 0. NR <input type="checkbox"/> | 8. Família <input type="checkbox"/> |
| 1. Empregabilidade <input type="checkbox"/> | 9. Património edificado e cultural <input type="checkbox"/> |
| 2. Sossego <input type="checkbox"/> | 10. Ausência de poluição <input type="checkbox"/> |
| 3. Acessibilidades <input type="checkbox"/> | 11. Segurança <input type="checkbox"/> |
| 4. Qualidade de vida <input type="checkbox"/> | 12. Regresso às origens <input type="checkbox"/> |
| 5. Custo de vida mais baixo <input type="checkbox"/> | 13. Outros <input type="checkbox"/> |
| 6. Serviços e comércio <input type="checkbox"/> | Quais? _____ |
| 7. Ambiente/natureza <input type="checkbox"/> | |

14. Teve problemas de (re) adaptação a Aldeia Histórica?

- 0. NR
- 1. Sim
- 2. Não

14.1. Se sim, indique os principais, bem como as principais estratégias que utilizou para os superar/minimizar:

15. Quais foram os aspetos que contribuíram para integração na comunidade local?

16. Pode assinalar os principais problemas que detetou ou que necessidades estarão por satisfazer na Aldeia Histórica? De que sente falta?

17. Na sua opinião, quais são as potencialidades da Aldeia Histórica para o desenvolvimento da atividade turística e de lazer?

- | | |
|---|---|
| 0. NR <input type="checkbox"/> | 7. Vinhos <input type="checkbox"/> |
| 1. Património construído <input type="checkbox"/> | 8. Alojamento <input type="checkbox"/> |
| 2. Recursos naturais <input type="checkbox"/> | 9. Usos e costumes <input type="checkbox"/> |
| 4. Clima <input type="checkbox"/> | 10. Festas/Festividades Religiosas <input type="checkbox"/> |
| 5. Artesanato <input type="checkbox"/> | 11. Outros <input type="checkbox"/> |
| 6. Gastronomia <input type="checkbox"/> | Quais? _____ |

23. Quais são as formas de relacionamento que se percebem dentro da aldeia histórica e entre aldeias vizinhas? Com que atores?

IV – Perspetivas futuras de intervenção para a Rede das Aldeias Históricas

24. Quais as melhorias que se deveriam implementar na Rede das Aldeias Históricas de Portugal?

25. Quais são as expectativas sobre o papel do turismo no desenvolvimento da Rede de Aldeias Históricas de Portugal?

26. Na sua opinião como é que os territórios de baixa densidade se devem dinamizar no futuro?

Obrigado pela colaboração!

Anexo 5.1. Livro de código do inquérito por questionários aos neo-rurais das Aldeias Históricas de Portugal

Nº de pergunta	Nº da variável	Nome da variável	Categoria da variável	Código	Missing	Medida da variável
1	1	Aldeia Histórica	Almeida	1		Nominal
			Belmonte	2		
			Castelo Mendo	3		
			Castelo Novo	4		
			Castelo Rodrigo	5		
			Idanha-a-Velha	6		
			Linhares	7		
			Marialva	8		
			Monsanto	9		
			Piódão	10		
			Sortelha	11		
			Trancoso	12		
2	2	Sexo	Feminino	1		Nominal
			Masculino	2		
3	3	Idade	NR	0	0	Razão
			15-24	1		
			24-34	2		
			35-44	3		
			45-54	4		
			55-64	5		
			Mais 65 anos	6		
4	4	Estado civil	NR	0	0	Nominal
			Solteiro/a	1		
			Casado/União de facto	2		
			Divorciado/viúvo	3		
5	5	Elementos do agregado familiar	1	1		Ordinal
			2	2		

			3	3		
			4	4		
5.1.	6	Crianças/jovens	0	1		Ordinal
			1	2		
			2	3		
			3	4		
			5	5		
6	7	Nacionalidade	Portuguesa	1		Nominal
			Inglesa	2		
			Francesa	3		
			Italiana	4		
			Holandesa	5		
6.1.	8	Naturalidade	Marialva	1		Nominal
			Santo Tirso	2		
			Lisboa	3		
			Linhares	4		
			Paris	5		
			Sortelha	6		
			Lincoln	7		
			Nottingham	8		
			Zwolle	9		
			Milão	10		
			Alhos Vedros	11		
			Lourdes	12		
			Estoril	13		
			Covilhã	14		
			Alpedrinha	15		
			Tilburg	16		
			Idanha-a-Velha	17		
7	9	Habilitações Literárias	NR	0	0	Ordinal

			Básico	1		
			Secundário	2		
			Superior	3		
			Pós-graduado	4		
			Outro	5		
8	10	Situação perante o emprego	NR	0	0	Nominal
			Quadro superior	1		
			Quadro de nível intermédio	2		
			Empresário	3		
			Comerciante	4		
			Operário	5		
			Agricultor	6		
			Reformado	7		
			Estudante	8		
			Doméstica	9		
			Desempregado	10		
8.1.	11	Prática de atividade por conta própria	NA	999	999	Nominal
			Sim	1		
			Não	2		
8.1.1.	12	Motivos para a prática de actividade por conta própria	NA	999	999	Nominal
			Aumentar o tempo para a família	1		
			Criação de oferta turística na AHP	2		
			Satisfação pessoal	3		
			Contacto com a natureza	4		
			Possibilidade de trabalhar em qualquer lugar	5		
			Desemprego	6		
			Criação do meu próprio emprego	7		
			Gosto pela agricultura biológica	8		
			Gosto pela restauração e artesanato	9		
8.2.	13	Mudou de profissão	NR	0	0	Nominal

			Sim	1		
			Não	2		
			NA	999		
8.2.1.	14	Profissão anterior	Professora	1	999	Nominal
			Trabalhadora fabril	2		
			Agente e manager artístico	3		
			Diretor de obra	4		
			Diretora de marketing	5		
			Bancário	6		
			Bióloga	7		
			Pintor	8		
			Arquiteta	9		
			Técnico Ambiental	10		
			Auxiliar da 3ª Idade	11		
			Secretária	12		
			Mecânico	13		
			8.3.	15		
Meio rural	1					
Meio urbano	2					
9	16	Ano de mudança para Aldeia Histórica	1994-2000	1		Razão
			2001-2006	2		
			2007-2012	3		
9.1.1.	17	Região de origem	Lisboa	1		Nominal
			Península de Setúbal	2		
			Boston	3		
			Pinhal Litoral	4		
			Algarve	5		
			Porto	6		
			Lincolnshire	7		
			Ligúria	8		

			Lombardia	9		
			Yorkshire and Humber	10		
			Overijssel	11		
			Limousin	12		
			Île-de-France	13		
			Noord-Brabant	14		
9.1.2.	18	Concelho	Lisboa	1		Nominal
			Azeitão	2		
			Santo Tirso	3		
			Alcochete	4		
			Pombal	5		
			Loures	6		
			Aljezur	7		
			Sintra	8		
			Cascais	9		
			Lincoln	10		
			Massachusetts	11		
			Milão	12		
			Leeds	13		
			Hornsea	14		
			Zwolle	15		
			Guéret	16		
			Paris	17		
			Covilhã	18		
			Tilburg	19		
			Ventimiglia	20		
9.2.	19	Tipo de mudança	NR	0	0	Nominal
			Primeira vinda	1		
			Regresso	2		
10	20	Conhecimento da existência da Aldeia Histórica	NR	0	0,999	Nominal

			Não aplicável	999		
			Amigos/familiares	1		
			Internet	2		
			Jornais/revistas	3		
			TV	4		
			Profissionais	5		
11	21	Profissionais	Sim	1		Nominal
			Não	2		
	22	Familiares	Sim	1		
			Não	2		
	23	Custo de vida mais baixo/qualidade	Sim	1		
			Não	2		
	24	Gosto pela Aldeia Histórica	Sim	1		
			Não	2		
	25	Clima	Sim	1		
			Não	2		
	26	Saturação do meio urbano	Sim	1		
			Não	2		
	27	Tranquilidade	Sim	1		
			Não	2		
	28	Desemprego	Sim	1		
			Não	2		
	29	Natureza	Sim	1		
			Não	2		
30	Prática da agricultura biológica	Sim	1			
		Não	2			
12	31	Deslocação para Aldeia Histórica	NR	0	0	Nominal
			Iniciativa própria	1		
			Familiares ou amigos	2		

			ADL ou agência	3		
			Empresa	4		
			CCDRC	5		
13	31	Empregabilidade	Sim	1		Nominal
			Não	2		
	32	Sossego	Sim	1		
			Não	2		
	33	Acessibilidades	Sim	1		
			Não	2		
	34	Qualidade de vida	Sim	1		
			Não	2		
	35	Custo de vida mais baixo	Sim	1		
			Não	2		
	36	Serviços e comércio	Sim	1		
			Não	2		
	37	Ambiente/natureza	Sim	1		
			Não	2		
38	Família	Sim	1			
		Não	2			
39	Património edificado e cultural	Sim	1			
		Não	2			
40	Ausência de poluição	Sim	1			
		Não	2			
41	Segurança	Sim	1			
		Não	2			
42	Regresso às origens	Sim	1			
		Não	2			
14	43	Problemas de (re)adaptação a aldeia histórica	NR	0	0	Nominal
			Sim	1		
			Não	2		

14.1	44	Principais problemas de (re)adaptação	NA	999	999	Nominal
			Mentalidade da população	1		
			Língua	2		
			Desconfiança da produção biológica	3		
			Falta de apoio do poder local	4		
14.2.	45	Aceitação das mentalidades locais	NA	999	999	Nominal
			Sim	1		
			Não	2		
	46	Desenvolvimento de contacto com o presidente da JF	NA	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	47	Relações com outros neo-rurais	NA	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	48	Aprendizagem da língua através de livros e TV	NA	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	49	Diálogo com a população local	NA	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	50	Mostra dos produtos biológicos	NA	999		
			Sim	1		
			Não	2		
15	51	Conhecimento da comunidade e região	Sim	1	999	Nominal
			Não	2		
	52	Capacidade de diálogo com a população	Sim	1		
			Não	2		
	53	Existência de família na AH	Sim	1		
			Não	2		
	54	Habitação na AH	Sim	1		

			Não	2		
	55	Trabalhar num local público	Sim	1		
			Não	2		
	56	Participação em trabalhos agrícolas da aldeia	Sim	1		
			Não	2		
	57	Contacto com outros neo-rurais	Sim	1		
			Não	2		
16	58	Fracas sensibilização da população para AH	Sim	1		
			Não	2		
	59	Fracas rentabilização dos investimentos financiados	Sim	1		
			Não	2		
	60	Informação turística	Sim	1	Nominal	
			Não	2		
	61	Descaracterização arquitectónica nas intervenções	Sim	1		
			Não	2		
	62	Ausência de diálogo entre as entidades locais	Sim	1		
			Não	2		
	63	Isolamento territorial da AH	Sim	1		
			Não	2		
64	Envelhecimento da população	Sim	1			
		Não	2			
65	Acesso restrito aos monumentos	Sim	1			
		Não	2			
66	Património abandonado	Sim	1			
		Não	2			
67	Desaproveitamento de verbas comunitárias	Sim	1			
		Não	2			
16.1.	68	Circuitos de visitação entre os territórios	Sim	1		
			Não	2		
	69	Estímulos sociais	Sim	1		

	70	Agenda cultural ativa	Não	2		
			Sim	1		
	71	Comércio local	Não	2		
			Sim	1		
	72	Divulgação e informação em Rede	Não	2		
			Sim	1		
	73	União entre os actores locais	Não	2		
			Sim	1		
	74	Atividades de animação turística	Não	2		
			Sim	1		
75	Gente jovem	Não	2			
		Sim	1			
76	Inovação local	Não	2			
		Sim	1			
77	Acesso a serviços básicos	Não	2			
		Sim	1			
78	Infraestruturas turísticas	Não	2			
		Sim	1			
17	79	Património construído	Não	2		Nominal
			Sim	1		
	80	Recursos naturais	Não	2		
			Sim	1		
	81	Clima	Não	2		
			Sim	1		
	82	Artesanato	Não	2		
			Sim	1		
	83	Gastronomia	Não	2		
			Sim	1		
	84	Vinhos	Não	2		
			Sim	1		

			Não	2		
	85	Alojamento	Sim	1		
			Não	2		
	86	Usos e costumes	Sim	1		
			Não	2		
	87	Outros	Sim	1		
			Não	2		
18	88	Meio em que reside	NR	0	0	Nominal
			Aldeia Histórica	1		
			Área envolvente	2		
19	89	Prática a actividade agrícola	NR	0	0	Nominal
			Sim	1		
			Não	2		
19.1.	90	Prática da agricultura	Não aplicável	999	999	Nominal
			Templo completo	1		
			Tempo parcial	2		
20	91	1ª fonte de rendimento do agregado familiar	Professor(a)	1		Ordinal
			Comerciante	2		
			Empresário(a)	3		
			Agricultor(a)	4		
			Técnico superior	5		
			Contabilista	6		
			Agente imobiliária	7		
			Consultor	8		
			Reforma	9		
	92	2ª fonte de rendimento do agregado familiar	Não aplicável	999		
			Agricultor(a)	1		
			Empresária	2		
			Artesão	3		
			Professor	4		

			Agente de eventos	5		
20.1	93	Rendimento mensal do agregado familiar	NR	0	0	Razão
			Menos de 500 €	1		
			De 500 a 1000 €	2		
			De 1001 a 1500 €	3		
			De 1501 a 2000 €	4		
			De 2001 a 2500 €	5		
			Mais de 2501 €	6		
21	94	Pretende continuar a viver na Aldeia Histórica	Não sabe	99	0	Nominal
			Sim	1		
			Não	2		
21.1	95	Justificação para a não continuidade na AH	Não aplicável	999	999	Nominal
			Falta de adaptação ao campo	1		
			Elevado isolamento da AH	2		
			Falta de investimento no território	3		
22	96	Conflitos entre neo-rurais e população local	NR	0	0	Ordinal
			Frequentemente	1		
			Por vezes	2		
			Raramente	3		
			Nunca	4		
22.1	97	Falta de receptividade da população	NA	999	999	Nominal
			Sim	1		
			Não	2		
	98	Origem dos neo-rurais	NA	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	99	Apropriação do espaço	NA	999		
			Sim	1		
			Não	2		

	100	Prática da macrobiótica e da agricultura biológica	NA	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	101	Prática de atividades artesanais modernas	NA	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	102	Formação superior e desempenho de atividades intelectuais	NA	999		
			Sim	1		
			Não	2		
	103	Opções culturais e ideológicas	NA	999		
			Sim	1		
			Não	2		
104	Falta de consciência ambiental da população local	NA	999			
		Sim	1			
		Não	2			
23	105	Formas de relacionamento	Não sabe	99		Nominal
			Não existe relação	1		
			Contactos informais no ramo da atividade empresarial	2		
			Contactos formais com empresários da região	3		
			Relações de amizade com neo-rurais de aldeias vizinhas	4		
			Alguns apoios/patrocínio em atividades de animação	5		
			Parcerias de interesse	6		
23.1	106	Atores de relacionamento	NA	999	999	Nominal
			Empresários de restauração/hotelaria	1		
			Grupo de teatro	2		
			Câmara Municipal	3		
			Junta de freguesia	4		

			Neo-rurais	5		
24	107	Não sabe	Sim	1		Nominal
			Não	2		
	108	Criação de uma estratégia comum	Sim	1		
			Não	2		
	109	Desenvolvimento de projetos comuns no espaço AHP	Sim	1		
			Não	2		
	110	Calendário anual de eventos AHP	Sim	1		
			Não	2		
	111	Revisão e reestruturação da Rede das AHP	Sim	1		
			Não	2		
	112	Existência de um pivot/líder da Rede	Sim	1		
			Não	2		
	113	Melhor gestão das infraestruturas turísticas	Sim	1		
			Não	2		
	114	Maior investimento na atividade turística	Sim	1		
			Não	2		
	115	Maior informação/divulgação em Rede	Sim	1		
			Não	2		
	116	Aumentar a oferta turística	Sim	1		
			Não	2		
117	Aumentar a funcionalidade da ADTAH	Sim	1			
		Não	2			
118	Melhorar a sinalética turística	Sim	1			
		Não	2			
119	Combater o interesse político na rede	Sim	1			
		Não	2			
120	Formação de técnicos em turismo	Sim	1			
		Não	2			

25	121	Expetativas sobre o turismo no desenvolvimento da Rede das Aldeias Historicas de Portugal	Nenhumas	1		Ordinal
			Poucas	2		
			Algumas	3		
			Muitas	4		
26	122	Investir na atividade turística	Sim	1		Nominal
			Não	2		
	123	Articulação entre a atividade agrícola e o turismo	Sim	1		
			Não	2		
	124	Redes de comercialização dos produtos locais	Sim	1		
			Não	2		
	125	Apostar em atividades empreendedoras e inovadoras	Sim	1		
			Não	2		
	126	Apostar na agricultura biológica	Sim	1		
			Não	2		
	127	Atrair os jovens para a agricultura	Sim	1		
			Não	2		
	128	Promover os bancos de terra	Sim	1		
			Não	2		
	129	Aumentar as iniciativas públicas e privadas	Sim	1		
			Não	2		
	130	Incentivar o regresso das famílias ao campo	Sim	1		
			Não	2		
	131	Aumentar os apoios não monetários	Sim	1		
			Não	2		
132	Criação de produtos turísticos em rede	Sim	1			
		Não	2			
133	Apoiar nas atividades artesanais	Sim	1			
		Não	2			

Anexo 6. Inquérito por questionário aos informantes-chave da Rede das Aldeias Históricas de Portugal

Tendo em conta a incerteza face ao futuro, a mudança acelerada e incontrolável e as constantes ruturas, procura-se reduzir a incerteza e encontrar um caminho desejável, o que passa por induzir a mudança, isto é, ter uma atitude pró-ativa, o que explica o incontornável contributo que a prospetiva pode dar à sociedade portuguesa atual.

No quadro de uma investigação com este espírito, vimos convidá-lo (a) a participar num trabalho prospetivo que tem como título “*Turismo, Planeamento e Desenvolvimento Regional – Estratégias de Intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal*”, com o preenchimento de um questionário. Este questionário, destinado aos informantes-chave da Rede das Aldeias Históricas de Portugal, tem como objetivo contribuir para um diagnóstico, estratégia de atores e análise prospetiva sobre a Rede.

O questionário demora apenas cerca de 20 minutos a responder. O seu apoio ao preenchê-lo é decisivo para o bom sucesso desta investigação, pelo que solicitamos que responda de forma ponderada e objetivamente.

O questionário é anónimo e confidencial.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Paula Reis

1. Objetivos da instituição

1.1. Quais os objetivos estratégicos que a sua instituição tem para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal?

(para cada objetivo estratégico, assinale com um X na coluna adequada à sua resposta, tendo em conta a seguinte escala: 0 = Nada importante; 1 = Pouco importante; 2 = Moderadamente importante; 3 = Muito importante; 4 = Extremamente importante)

Objetivos estratégicos	0	1	2	3	4
1. Aumentar o nível de competências dos técnicos na área da gestão de redes					
2. Valorizar as competências relacionais no trabalho conjunto					
3. Potenciar a integração interorganizacional com outros atores da Rede das AHP					
4. Ampliar a transparência da organização em rede (potenciando a confiança das entidades parceiras)					
5. Aumentar os níveis de partilha de recursos humanos e logísticos (aumentando a dinâmica de parceria)					
6. Potenciar a capacidade de diálogo da entidade com o poder central					
7. Implementar ou potenciar uma rede de partilha/troca de experiências (cooperação e integração em redes nacionais e internacionais)					
8. Criar um projeto comum para o território e uma estrutura de missão					
9. Envolver todos os nós (entidades) da Rede no processo de parceria					
10. Desenvolver/promover atividades de capacitação institucional e/ou sensibilização dos parceiros da Rede das AHP para uma cultura de parceria					
11. Reforçar a motivação para o desenvolvimento/participação em atividades conjuntas					
12. Favorecer o aparecimento/participação em metodologias participativas					
13. Implementar/melhorar um sistema de monitorização e avaliação partilhada dos Programas das AHP					
14. Facilitar/partilhar a circulação de informação entre parceiros					
15. Rever as aldeias históricas que compõem a Rede, de forma a aumentar a dinâmica dos nós					

16. Divulgar/promover junto do cidadão comum o projeto da Rede das AHP (valorizando o processo de <i>empowerment</i> – reforço das competências individuais)					
17. Favorecer a participação da entidade em outras iniciativas/projetos nacionais e internacionais					
18. Potenciar as relações transfronteiriças					
19. Diversificar os canais de comunicação com o exterior da Rede (fomentando um maior envolvimento dos agentes ligados ao turismo)					
20. Implementar/potenciar uma estratégia de visitação no espaço da Rede das AHP					
21. Desenvolver/promover atividades ligadas ao turismo criativo e património imaterial					
22. Envolver as instituições de ensino no processo de desenvolvimento regional (entidades com <i>know-how</i> e conhecimento)					
23. Desenvolver um modelo de planeamento integrado (visão multiescalar e interescalar)					
24. Tornar a gestão da Rede das AHP aut�noma de financiamentos externos					
25. Potenciar a dinamização das economias locais (agricultura, agroindústria, turismo, lazer e bem estar)					
26. Envolver os novos atores (neo-rurais) no processo de dinamização da Rede das AHP					
27. Melhor aproveitamento/canalização dos fundos estruturais para a dinâmica da parceria					

2. Meios de a o

2.1. Quais são os meios (humanos, financeiros, materiais e imateriais) que dispõe (ou não dispõe) para concretizar esses objetivos? (*coloque um X na coluna adequada e para cada meio que dispõe*)

Meios	Sim	Não
A -Meios Humanos		
1. Recursos humanos disponíveis		
2. Técnicos qualificados e com conhecimento da Rede das AHP		
3. Recursos humanos conhecedores de regulamentos e de regras técnicas no domínio de programas de intervenção		
4. Recursos humanos com capacidades de trabalho em equipas pluridisciplinares		
B – Meios Financeiros		
5. Disponibilidade financeira para o desenvolvimento e implementa�o de a�es/intervenções no território das AHP		
6. Capitais necessários para o desenvolvimento e intervenção no território das AHP		
C – Meios materiais		
7. Instalações físicas capazes de suportar ou auxiliar o desenvolvimento de atividades de dinamiza�o/promo�o da Rede das AHP		
8. Equipamentos para o apoio no desenvolvimento de atividades de dinamiza�o/promo�o da Rede das AHP		
9. Produção de eventos públicos de anima�o da Rede das AHP (festas tradicionais, feiras, festivais, etc)		
10. Edi�o de materiais de informa�o e divulga�o da Rede das AHP		
11. Sistema comunicacional e informacional integrado em várias plataformas e tecnologias		
D – Meios imateriais		
12. Capacita�o e domínio de metodologias participativas em territórios rurais de baixa densidade (desenho, acompanhamento/monitoriza�o e avalia�o)		
13. Investiga�o e conhecimento científico no desenvolvimento de estratégias de intervenção em		

territórios rurais de baixa densidade		
14. Colaboração entre entidades públicas e privadas de atividade diferenciadas		
15. Experiência em projetos de intervenção em territórios rurais de baixa densidade		
16. Cooperação e colaboração com outras redes nacionais (Rede das Aldeias de Xisto, Rede das Aldeias Vinhateiras, etc)		
17. Relações transfronteiriças com diferentes parceiros na realização de iniciativas/projetos		
18. Colaboração de outras entidades do território (culturais, associativos e educativos)		
19. Capacidade de diálogo e de mobilização da população local no desenvolvimento de ações		
20. Apoio técnico, de quadros superiores e logístico que a entidade pode disponibilizar durante as fases de desenvolvimento, implementação e avaliação de um modelo de planeamento estratégico na Rede das AHP		
21. Poder de decisão sobre as intervenções na Rede das AHP		
22. Poder de pressão sobre outras entidades nacionais e europeias para a resolução de problemas nos territórios rurais de baixa densidade (Rede das AHP)		
E – Outros meios de que dispõe e que não foram contemplados anteriormente		
23. _____ _____.		

3. Relações institucionais

3.1. Indique as entidades com que a sua instituição tem, atualmente, contactos formais sobre aspetos relativos a Rede das Aldeias Históricas de Portugal e a periodicidade com que ocorre esse relacionamento?

(para cada entidade, assinale X na coluna adequada à sua resposta, considerando a seguinte escala: 0 = Nunca; 1 = Raramente; 2 = Algumas vezes; 3 = Frequentemente; 4 = Muito frequentemente)

Entidades	0	1	2	3	4
1. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro					
2. Direção-Geral do Património Cultural					
3. Direção Regional da Cultura do Centro					
4. Turismo de Portugal, I.P.					
5. Turismo Centro de Portugal					
6. Universidade da Beira Interior					
7. Instituto Politécnico da Guarda					
8. Instituto Politécnico de Castelo Branco					
9. Fundação INATEL					
10. Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal					
11. Câmara Municipal de Almeida					
12. Câmara Municipal de Arganil					
13. Câmara Municipal de Belmonte					
14. Câmara Municipal de Celorico da Beira					
15. Câmara Municipal do Fundão					
16. Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo					
17. Câmara Municipal de Idanha-a-Nova					

18. Câmara Municipal de Mêda					
19. Câmara Municipal de Sabugal					
20. Câmara Municipal de Trancoso					
21. COMURBEIRAS – Comunidade Intermunicipal das Beiras					
22. CIMBIS – Comunidade Intermunicipal da Beira Interior Sul					
23. CIMPIN – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte					
24. AENEBEIRA Associação Empresarial do Nordeste da Beira					
25. AECBP Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor					
26. ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela					
27. Raia Histórica e Castelos do Côa – Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira					
28. RUDE – Associação de Desenvolvimento Rural					
29. ADIBER – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra					
30. PRÓ-RAIA – Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte					
31. ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro – Sul					
32. Associação de Artesãos da Serra da Estrela e da Região Centro					
33. Associação Transumância e Natureza					
34. Associação Napoleónica Portuguesa					
35. IEFP – Centro de Formação Profissional de _____					
36. Escolas (<i>indique a periodicidade</i>) _____ _____.					
37. Associação cultural/recreativa/desportiva (<i>indique a periodicidade</i>) _____ _____.					
38. Junta(s) de freguesia (<i>indique a periodicidade</i>) _____ _____.					
39. Outra (s) (<i>identificar a periodicidade</i>) _____ _____.					

3.2. Indique as entidades com que a sua instituição tem, atualmente, contactos informais acerca de aspetos relativos a Rede das Aldeias Históricas de Portugal e a periodicidade com que ocorre esse relacionamento?

(0 = Nunca; 1 = Raramente; 2 = Algumas vezes; 3 = Frequentemente; 4 = Muitas vezes)

Entidades	0	1	2	3	4
1. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro					
2. Direção-Geral do Património Cultural					
3. Direção Regional da Cultura do Centro					
4. Turismo de Portugal, I.P.					
5. Turismo Centro de Portugal					
6. Universidade da Beira Interior					
7. Instituto Politécnico da Guarda					
8. Instituto Politécnico de Castelo Branco					

9. Fundação INATEL					
10. Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal					
11. Câmara Municipal de Almeida					
12. Câmara Municipal de Arganil					
13. Câmara Municipal de Belmonte					
14. Câmara Municipal de Celorico da Beira					
15. Câmara Municipal do Fundão					
16. Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo					
17. Câmara Municipal de Idanha-a-Nova					
18. Câmara Municipal de Mêda					
19. Câmara Municipal de Sabugal					
20. Câmara Municipal de Trancoso					
21. COMURBEIRAS – Comunidade Intermunicipal das Beiras					
22. CIMBIS – Comunidade Intermunicipal da Beira Interior Sul					
23. CIMPIN – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte					
24. AENEBEIRA Associação Empresarial do Nordeste da Beira					
25. AECBP Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor					
26. ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela					
27. Raia Histórica e Castelos do Côa – Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira					
28. RUDE – Associação de Desenvolvimento Rural					
29. ADIBER – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra					
30. PRÓ-RAIA – Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte					
31. ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro – Sul					
32. Associação de Artesãos da Serra da Estrela e da Região Centro					
33. Associação Transumância e Natureza					
34. Associação Napoleónica Portuguesa					
35. IEFP – Centro de Formação Profissional de _____					
36. Escolas (<i>indique a periodicidade</i>) _____ _____.					
37. Associação cultural/recreativa/desportiva (<i>indique a periodicidade</i>) _____ _____.					
38. Junta(s) de freguesia (<i>indique a periodicidade</i>) _____ _____.					
39. Outra (s) (<i>identificar a periodicidade</i>) _____ _____.					

3.3. De que atores depende a concretização dos objetivos definidos e o que espera de cada ator?

Atores	Sim	Não
1. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro		
2. Direção-Geral do Património Cultural		
3. Direção Regional da Cultura do Centro		
4. Turismo de Portugal, I.P.		
5. Turismo Centro de Portugal		
6. Universidade da Beira Interior		
7. Instituto Politécnico da Guarda		
8. Instituto Politécnico de Castelo Branco		
9. Fundação INATEL		
10. Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal		
11. Câmara Municipal de Almeida		
12. Câmara Municipal de Arganil		
13. Câmara Municipal de Belmonte		
14. Câmara Municipal de Celorico da Beira		
15. Câmara Municipal do Fundão		
16. Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo		
17. Câmara Municipal de Idanha-a-Nova		
18. Câmara Municipal de Mêda		
19. Câmara Municipal de Sabugal		
20. Câmara Municipal de Trancoso		
21. COMURBEIRAS – Comunidade Intermunicipal das Beiras		
22. CIMBIS – Comunidade Intermunicipal da Beira Interior Sul		
23. CIMPIN – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte		
24. AENEBEIRA Associação Empresarial do Nordeste da Beira		
25. AECBP Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor		
26. ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela		
27. Raia Histórica e Castelos do Côa – Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira		
28. RUDE – Associação de Desenvolvimento Rural		
29. ADIBER – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra		
30. PRÓ-RAIA – Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte		
31. ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro – Sul		
32. Associação de Artesãos da Serra da Estrela e da Região Centro		
33. Associação Transumância e Natureza		
34. Associação Napoleónica Portuguesa		
35. Identifique outros atores que não foram contemplados anteriormente: _____ _____.		

3.3.1. Descreva de forma sucinta o que espera de cada ator que assinalou anteriormente:

4. Obstáculos

4.1. Tem havido obstáculos na concretização dos objetivos? (*se respondeu “Sim”, identifique no quadro seguinte os obstáculos e, se necessário, acrescente outros*)

Sim Não

Obstáculos à concretização dos objetivos	Sim	Não
1. Excesso de protagonismo da entidade promotora do projeto		
2. Seleção pouco criteriosa dos parceiros da Rede das AHP		
3. Perda de interesse e falta de envolvimento dos parceiros		
4. Coordenação pouco eficaz das atividades por parte dos órgãos intermédios da Rede		
5. Divergências político-partidárias		
6. Dependência excessiva de agentes em posições privilegiadas		
7. Dispersão da rede das AHP territorialmente o que provoca a ausência de objetivos comuns entre parceiros		
8. Incorreções na conceção/desenho, gestão e avaliação do processo da Rede das AHP		
9. Escassez de técnicos qualificados com competências em gestão de redes		
10. Escassa cultura de parceria na Rede das AHP		
11. Ausência de partilha de recursos humanos, financeiros, materiais e imateriais entre as diversas entidades		
12. Falta de comunicação interorganizacional na Rede das AHP		
13. Alterações nas chefias das entidades parceiras		
14. Falta de confiança recíproca entre as diversas entidades parceiras		
15. Falta de visão estratégica das entidades		
16. Conflitos exteriores ao projeto (AHP) entre parceiros		
17. Falta de interesse do setor empresarial em estabelecer parceria com a Rede AHP		
18. Limitações das normas legais/regulamentares e institucionais (diferenças de culturas organizacionais)		
19. Falta de políticas públicas nos territórios rurais de baixa densidade		
20. Forte dependência de fundos estruturais das entidades		
21. Fraca gestão dos recursos financeiros na Rede das AHP		
22. Escassez de recursos financeiros das entidades para implementar atividades/intervenções		
23. Fraca capacidade de rentabilizar os recursos humanos		
24. Falta de know-how e conhecimento das entidades parceiras		
25. Contexto político e económico nacional desfavorável		
26. Outro (s) obstáculo (s): _____		

4.2. Que estratégia (s) utilizou para os ultrapassar ou minimizar?

4.3. Perspetivam-se outros obstáculos?

Sim Quais? _____

Não

5. Interesses e Conflitos

5.1. Quais são os principais interesses que se podem gerar em torno dos objetivos que pretende concretizar?

5.2. Quais são os principais conflitos que podem emergir? (*descreva sumariamente os conflitos*)

5.2.1. Identifique as entidades/atores com quem poderão emergir conflitos:

Entidades	Sim	Não
1. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro		
2. Direção-Geral do Património Cultural		
3. Direção Regional da Cultura do Centro		
4. Turismo de Portugal, I.P.		
5. Turismo Centro de Portugal		
6. Universidade da Beira Interior		
7. Instituto Politécnico da Guarda		
8. Instituto Politécnico de Castelo Branco		
9. Fundação INATEL		
10. Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal		
11. Câmara Municipal de Almeida		
12. Câmara Municipal de Arganil		
13. Câmara Municipal de Belmonte		
14. Câmara Municipal de Celorico da Beira		
15. Câmara Municipal do Fundão		
16. Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo		
17. Câmara Municipal de Idanha-a-Nova		
18. Câmara Municipal de Mêda		
19. Câmara Municipal de Sabugal		
20. Câmara Municipal de Trancoso		
21. COMURBEIRAS – Comunidade Intermunicipal das Beiras		

22. CIMBIS – Comunidade Intermunicipal da Beira Interior Sul		
23. Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte		
24. AENEBEIRA Associação Empresarial do Nordeste da Beira		
25. AECBP Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor		
26. ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela		
27. Raia Histórica e Castelos do Côa – Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira		
28. RUDE – Associação de Desenvolvimento Rural		
29. ADIBER – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra		
30. PRÓ-RAIA – Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte		
31. ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro – Sul		
32. Associação de Artesãos da Serra da Estrela e da Região Centro		
33. Associação Transumância e Natureza		
34. Associação Napoleónica Portuguesa		
35. Outras entidades (<i>identificar</i>): _____		

6. Estratégia territorial

6.1. Qual a sua opinião sobre o futuro dos territórios de baixa densidade, particularmente das Aldeias Históricas de Portugal? Quais os fatores-chave por onde passa a sua mudança ou a sua estagnação?

6.2. Qual é o papel da sua instituição no desenvolvimento de estratégias de intervenção?

6.3. Quais são os outros atores públicos e privados que podem desempenhar um papel interventivo no desenvolvimento dessas estratégias de intervenção?

Atores	Sim
1. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	
2. Direção-Geral do Património Cultural	
3. Direção Regional da Cultura do Centro	
4. Turismo de Portugal, I.P.	
5. Turismo Centro de Portugal	
6. Fundação INATEL	
7. Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal	
8. Várias Câmaras Municipais	
9. Empresas Municipais	
10. Várias Juntas de Freguesia (AHP)	
11. Comunidades Intermunicipais	
12. Associações empresariais	
13. Associações culturais e desportivas	
14. Instituições de ensino superior	

15. Escolas	
16. Empresários hoteleiros	
17. Empresários da restauração	
18. Empresas de animação turística	
19. Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade	
20. IFDEP – Instituto para o Fomento e Desenvolvimento do Empreendedorismo em Portugal	
21. Grupos de Ação Local/ADL's	
22. Outros (<i>Indique outros atores público (s) e privado (s)</i>): _____ _____	

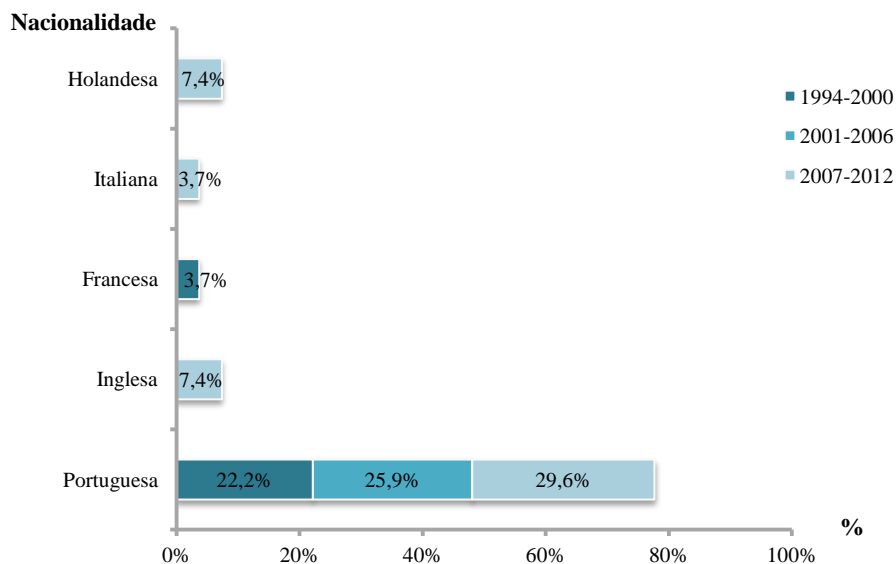
6.3.1. Justifique, referindo de que forma os atores que assinalou poderão contribuir:

_____.

<p>Caracterização do ator e do entrevistado</p> <p>a) Instituição: _____</p> <p>b) Cargo/função do entrevistado: _____</p> <p>c) Habilitações literárias: _____</p> <p>d) Idade: _____ e) Área de residência: _____</p>
--

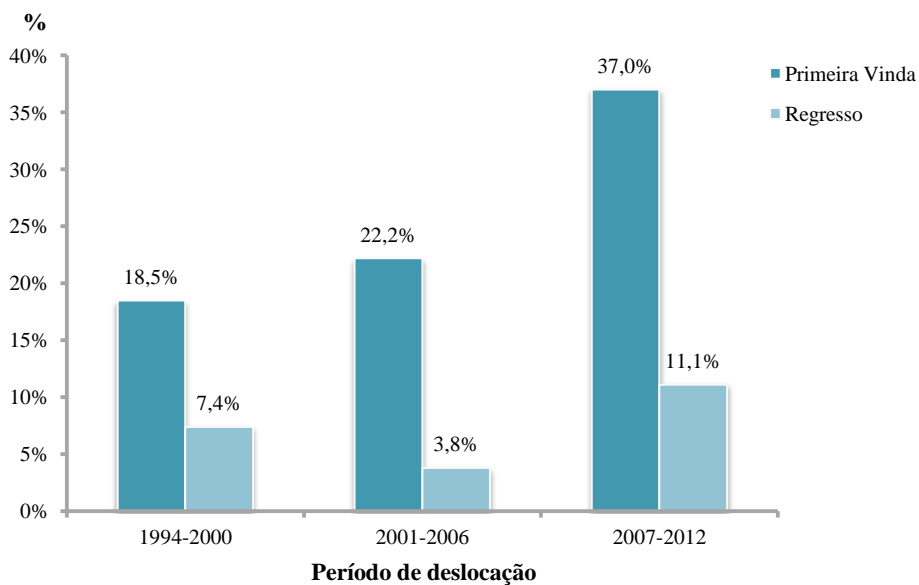
Anexo 7. Resultados da análise ao inquérito por questionário aos neo-rurais das Aldeias Históricas de Portugal

Figura 1 – Período de mudança dos neo-rurais para as Aldeias Históricas de Portugal, por nacionalidade



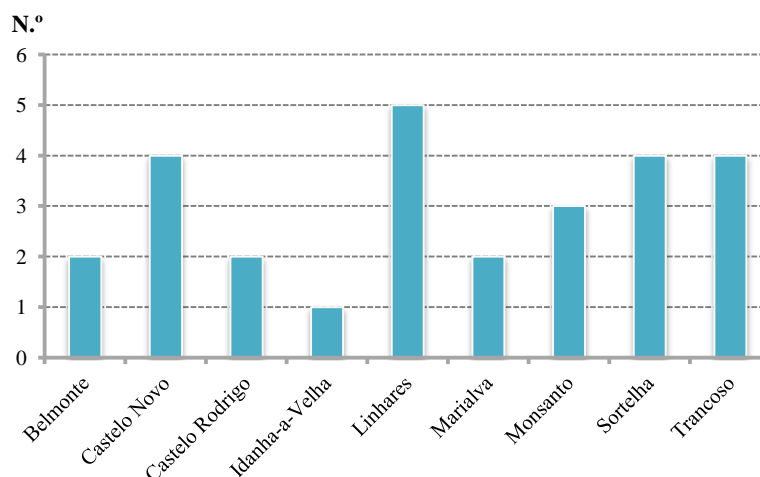
Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 5)

Figura 2 – Tipo de deslocação dos neo-rurais para as Aldeias Históricas de Portugal, por período (1994-2012)



Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 5)

Figura 3 – Distribuição dos neo-rurais por Aldeia História de Portugal



Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 5)

Quadro 1 – Perfil dos neo-rurais das Aldeias Históricas de Portugal

Variáveis sociodemográficas	Categorias	Nº	%
Sexo	Feminino	13	48,1%
	Masculino	14	51,9%
Idade	25-34	7	25,9%
	35-44	12	44,4%
	45-54	7	25,9%
	mais 64	1	3,7%
Estado civil	Solteiro/a	3	11,1%
	Casado/união de facto	19	70,4%
	Divorciado/viúvo	5	18,5%
Nº de elementos do agregado familiar	1	2	7,4%
	2	9	33,3%
	3	8	29,6%
	4	8	29,6%
Nº de crianças/jovens	0	9	33,3%
	1	8	29,6%
	2	7	25,9%
	3	2	7,4%
	4	0	0,0%
Nacionalidade	5	1	3,7%
	Portuguesa	21	77,8%
	Inglesa	2	7,4%
	Francesa	1	3,7%
	Italiana	1	3,7%
Habilitações literárias	Holandesa	2	7,4%
	Básico	2	7,4%
	Secundário	8	29,6%
	Superior	14	51,9%
Atividade Profissional	Pós-graduado	3	11,1%
	Por conta de outrem	5	18,5%
	Por conta própria	22	81,5%

Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 5)

Quadro 2 – Atividade profissional dos neo-rurais das Aldeias Históricas de Portugal

Variável	Categoria	Nº	%
Situação perante o emprego	Quadro Superior	2	7,4%
	Quadro de nível intermédio	4	14,8%
	Empresário	6	22,2%
	Comerciante	7	25,9%
	Operário	1	3,7%
	Agricultor	6	22,2%
	Reformado	1	3,7%
Prática da agricultura	Tempo completo	6	22,2%
	Tempo parcial	11	40,7%
1ª Fonte de rendimento	Professor (a)	2	7,4%
	Comerciante	5	18,5%
	Empresário (a)	5	18,5%
	Agricultor(a)	5	18,5%
	Técnico Superior	4	14,8%
	Contabilista	1	3,7%
	Agente imobiliária	1	3,7%
	Consultor	3	11,1%
	Reforma	1	3,7%
2ª Fonte de rendimento ⁽¹⁾	Agricultor	10	37,0%
	Empresário	5	18,5%
	Artesão	1	3,7%
	Professor	1	3,7%

Nota: ⁽¹⁾ Base de cálculo das percentagens: 17 respondentes

Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 5)

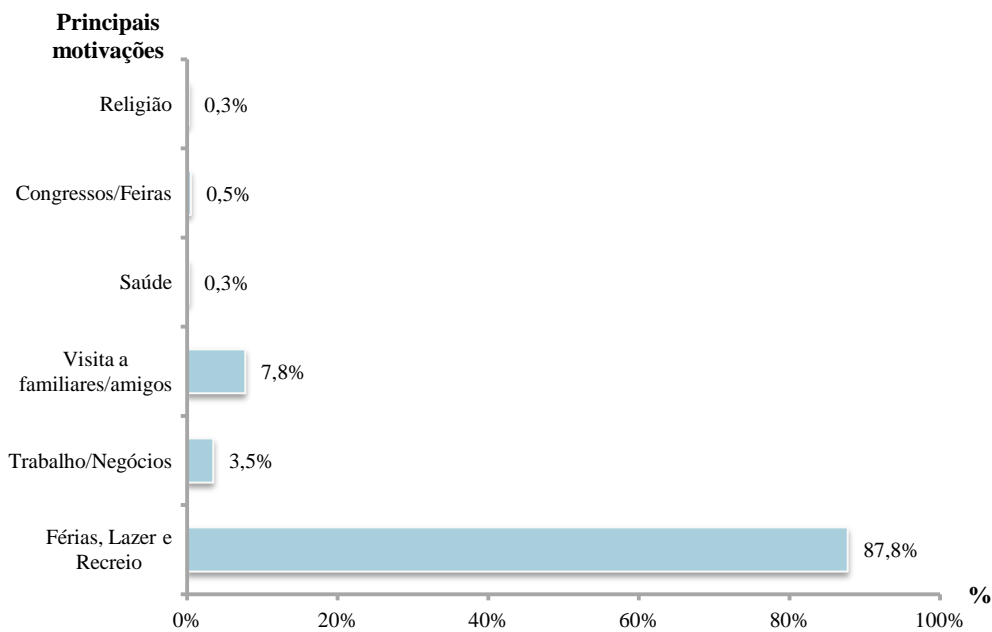
Anexo 9. Resultados da análise ao inquérito por questionário aos visitantes das Aldeias Históricas de Portugal

Quadro 1 – Perfil sociodemográfico do visitante das Aldeias Históricas de Portugal

Variáveis Sociodemográficas	Categorias	Total
Sexo	Feminino	54,2%
	Masculino	45,8%
Idade	15-24	4,0%
	25-34	23,8%
	35-44	26,8%
	45-54	21,0%
	55-64	12,8%
	Mais de 64 anos	11,8%
Estado civil	Solteiro/a	21,5%
	Casado/união de facto	67,5%
	Divorciado/viúvo	11,0%
Nº elementos agregado familiar	1	15,1%
	2	44,0%
	3	21,1%
	4	16,3%
	5	3,0%
	6	50,0%
Habilitações literárias	Básico	10,0%
	Secundário	27,0%
	Superior	63,0%
Situação perante o emprego	Trabalhador por conta de outrem	58,4%
	Trabalhador por conta própria	12,3%
	Doméstica	0,8%
	Estudante	4,0%
	Desempregado	7,8%
	Reformado	16,8%
Rendimento mensal médio do agregado	Menos de 500€	1,3%
	500 a 1000€	15,4%
	1001 a 1500€	23,3%
	1501 a 2000€	16,2%
	2001 a 2500€	16,5%
	mais de 2501€	23,8%
	Não sabe	3,4%

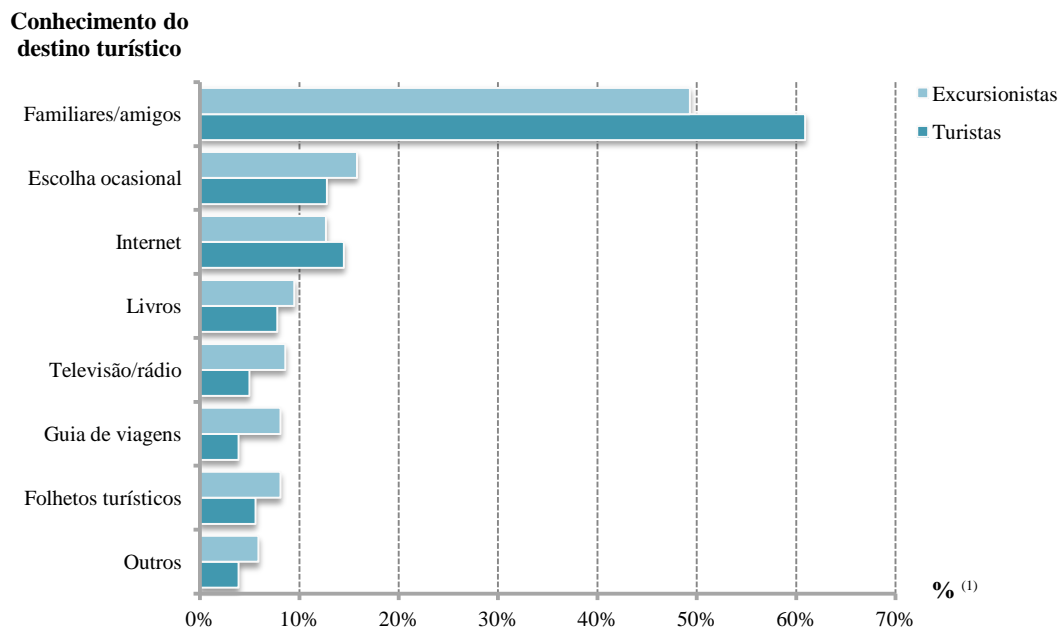
Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 4)

Figura 1 – Principais motivos de visita ao destino turístico Aldeias Históricas de Portugal



Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 4)

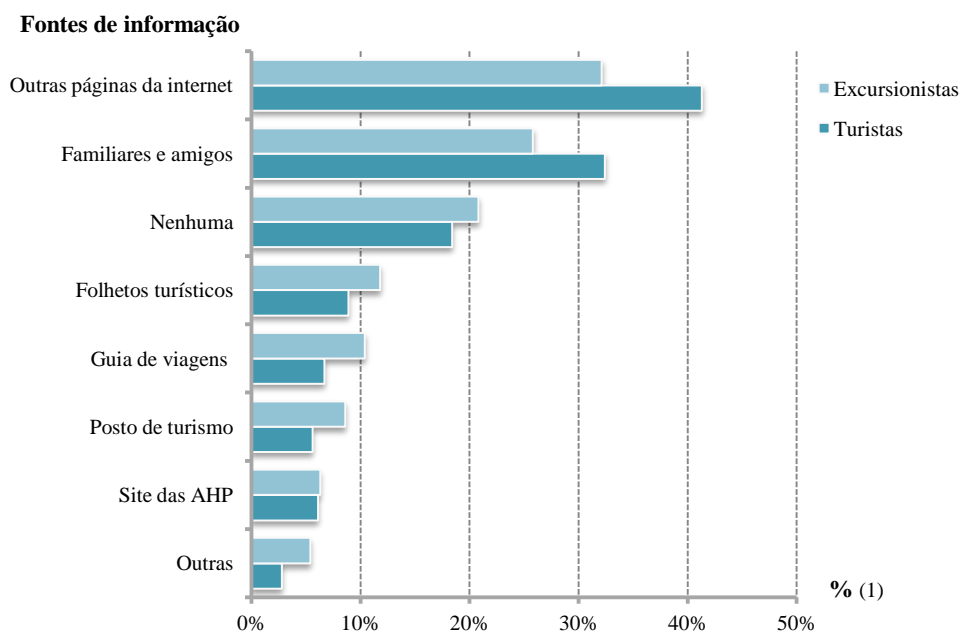
Figura 2 – Meios de tomada de conhecimento do destino turístico Aldeias Históricas de Portugal



Nota: ⁽¹⁾ Percentagem de resposta múltipla.

Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 4)

Figura 3 – Fontes de informação turística utilizadas na deslocação ao destino turístico Aldeias Históricas de Portugal



Nota: ⁽¹⁾ Percentagem de resposta múltipla.

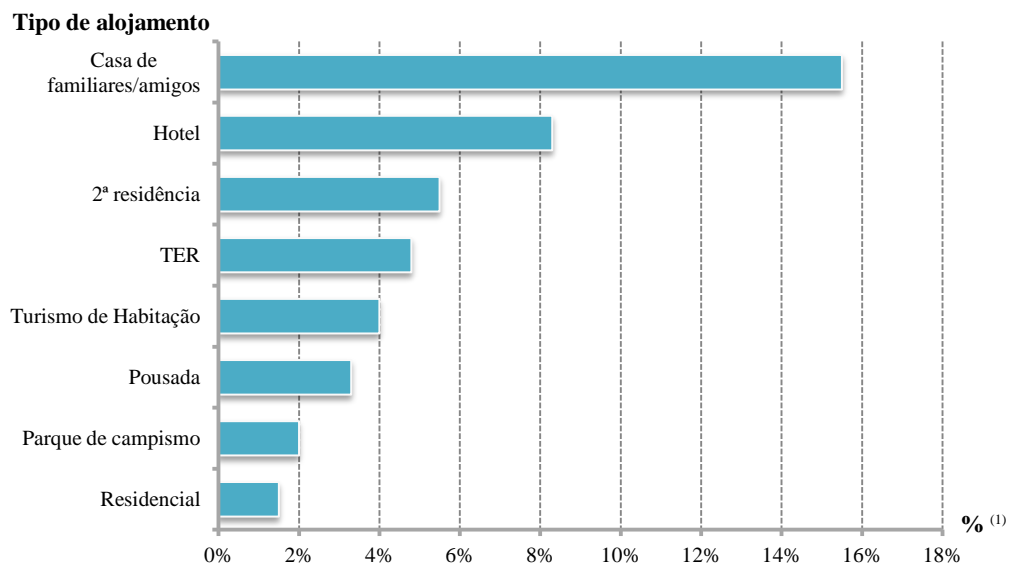
Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 4)

Quadro 2 – Companhia de viagem dos visitantes das Aldeias Históricas de Portugal

Companhia de viagem	Nº	%	Turistas	Excursionistas
Sozinho	8	2,0%	1,1%	2,7%
Em grupo organizado	17	4,3%	2,8%	5,4%
Família e Amigos	28	7,0%	7,8%	6,3%
Amigos	50	12,5%	7,3%	16,7%
Família	137	34,3%	39,7%	29,9%
Com acompanhante	160	40,0%	41,3%	38,9%
Total	400	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 4)

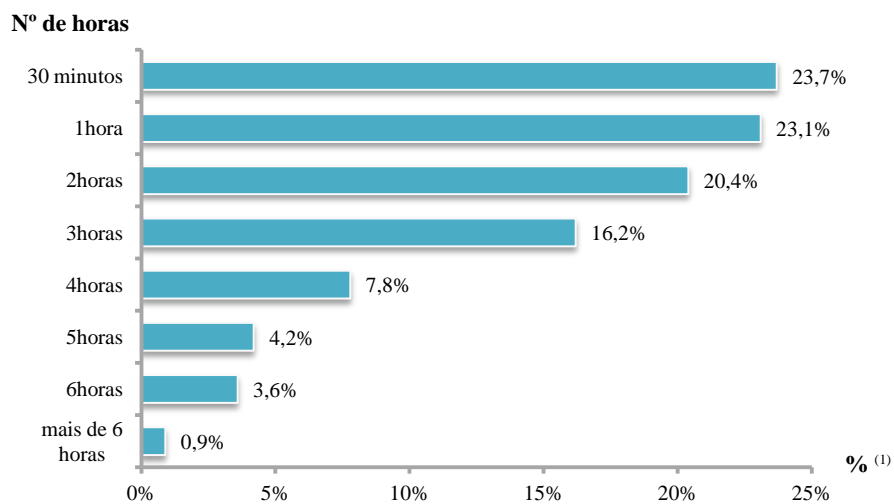
Figura 4 – Tipo de alojamento utilizado pelos turistas das Aldeias Históricas de Portugal



Nota: ⁽¹⁾ Percentagem de turistas que dormem no destino turístico das Aldeias Históricas de Portugal (n=179).

Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 4)

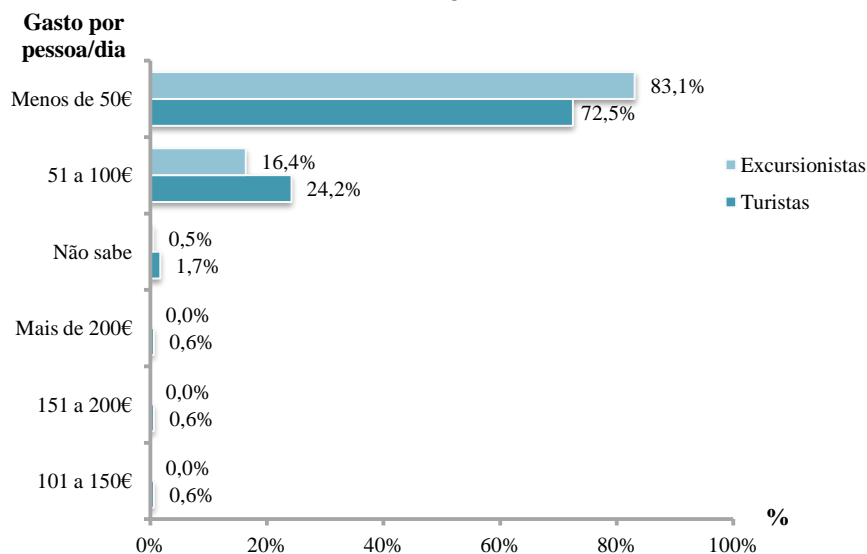
Figura 5 – Número de horas dos visitantes do dia no destino turístico Aldeias Históricas de Portugal



Nota: ⁽¹⁾ Base de cálculo das percentagens: 333 respostas.

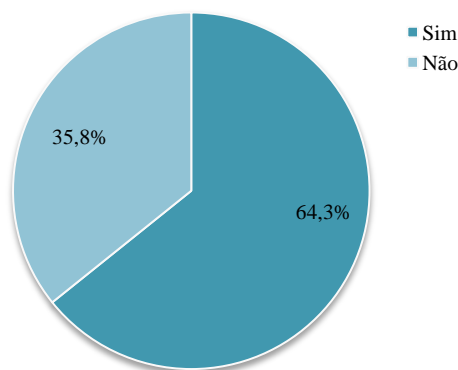
Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 4)

Figura 6 – Gasto médio por dia e por pessoa no destino turístico das Aldeias Históricas de Portugal



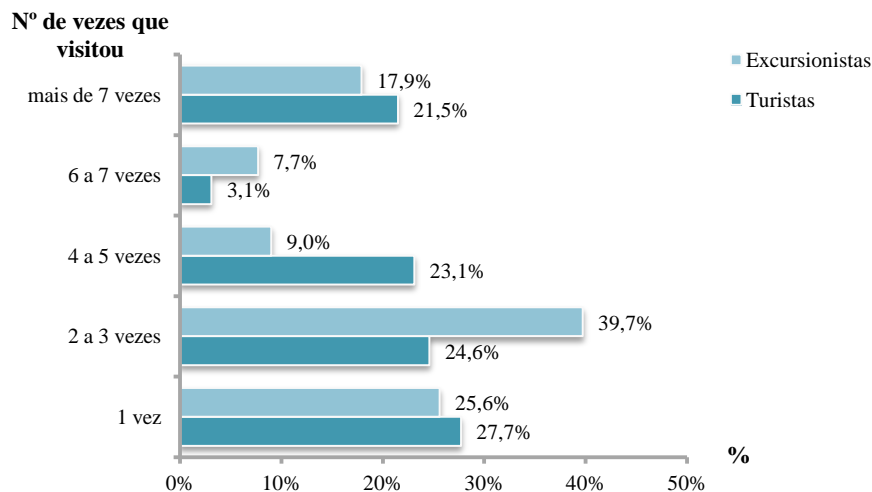
Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 4)

Figura 7 – Primeira visita à Aldeia Histórica de Portugal



Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 4)

Figura 8 – Número de visitas do visitante ao destino turístico Aldeias Históricas de Portugal



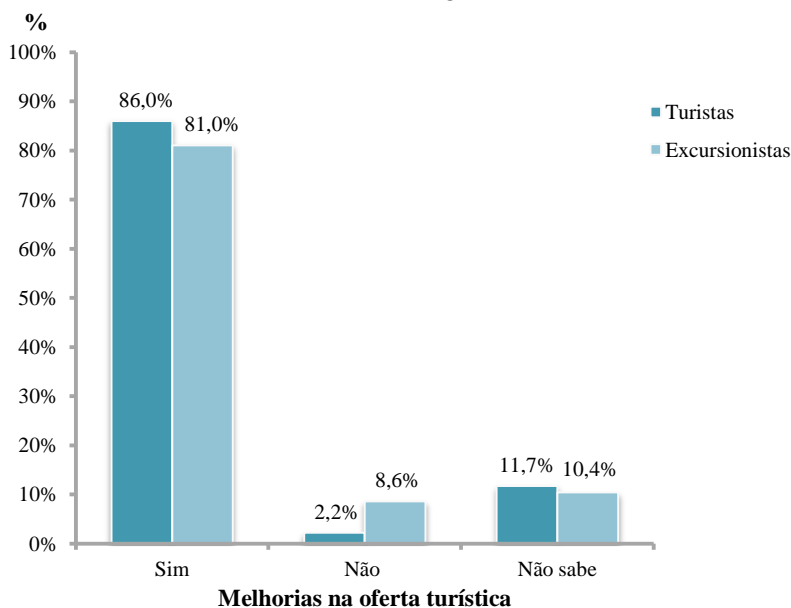
Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 4)

Quadro 3 – Resultados da aplicação do teste ANOVA *one-way* para cruzamento da variável Aldeias Históricas de Portugal como único destino turístico com algumas variáveis de controlo e variável de primeira visita ao destino turístico

Variáveis		Aldeias Históricas de Portugal como único destino turístico			
		ANOVA (<i>one-way</i>)			
		M	DP	F	p
Idade	15-24	1,19	0,403	2,661	0,022
	25-34	1,4	0,492		
	35-44	1,37	0,486		
	45-54	1,48	0,502		
	55-64	1,45	0,503		
	mais 64	1,62	0,491		
Nacionalidade	Portuguesa	1,38	0,487	8,718	0,000
	Espanhola	1,32	0,469		
	Francesa	2	0,000		
	Austriaca	2	0,000		
	Brasileira	2	0,000		
	Alemã	2	0,000		
	Americana	2	0,000		
Inglesa	1,67	0,577			
Estado civil	Solteiro/a	1,33	0,417	4,128	0,017
	Casado/união de facto	1,48	0,501		
	Divorciado/viúvo	1,34	0,479		
Nº de elementos do agregado familiar	1	1,33	0,475	2,284	0,046
	2	1,52	0,501		
	3	1,39	0,491		
	4	1,34	0,477		
	5	1,33	0,492		
	6	1,50	0,707		
Habilitações literárias	Básico	1,31	0,468	2,681	0,047
	Secundário	1,44	0,499		
	Superior	1,41	0,493		
	Pós-graduado	1,59	0,497		
Situação profissional	Quadro Superior	1,41	0,495	2,013	0,037
	Quadro Médio	1,37	0,488		
	Quadro Técnico	1,38	0,490		
	Trabalhador especializado	1,42	0,504		
	Trabalhador não especializado	1,33	0,492		
	Por conta própria	1,51	0,505		
	Doméstica	1,67	0,577		
	Estudante	1,06	0,250		
	Desempregado	1,45	0,506		
	Reformado	1,57	0,499		
Rendimento mensal médio do agregado familiar	Menos de 500 €	1,6	0,548	2,215	0,041
	500 a 1000€	1,29	0,457		
	1001 a 1500€	1,44	0,499		
	1501 a 2000€	1,4	0,495		
	2001 a 2500€	1,44	0,501		
	mais de 2501€	1,55	0,500		
	Não sabe	1,23	0,439		
Primeira vez que visita o destino	Sim	1,49	0,501	11,398	0,001
	Não	1,32	0,469		

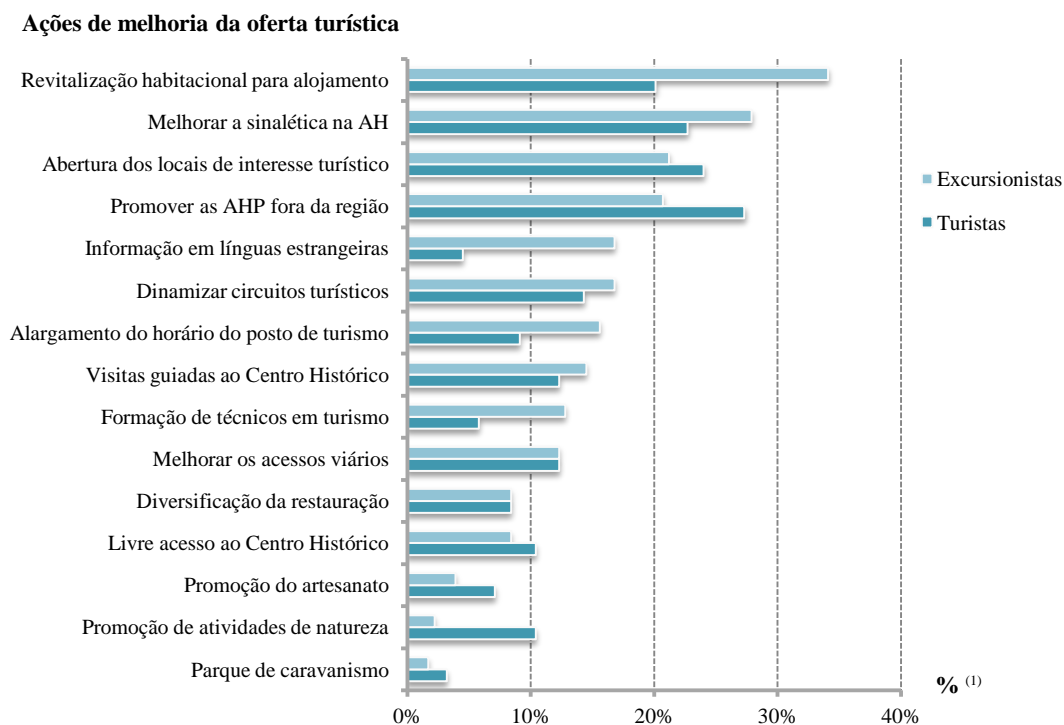
Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 4)

Figura 9 – Necessidade de implementação de melhorias na oferta turística das Aldeias Históricas de Portugal



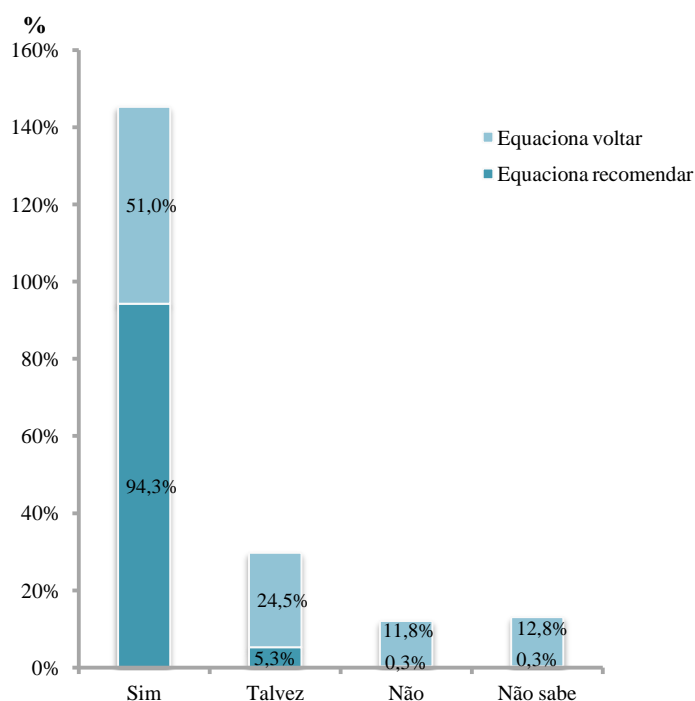
Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 4)

Figura 10 – Ações de melhoria a implementar na oferta turística do destino turístico Aldeias Históricas de Portugal



Nota: Percentam de resposta múltipla.

Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 4)

Figura 11 – Intenção de recomendar e regressar ao destino turístico Aldeias Históricas de Portugal

Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 4)

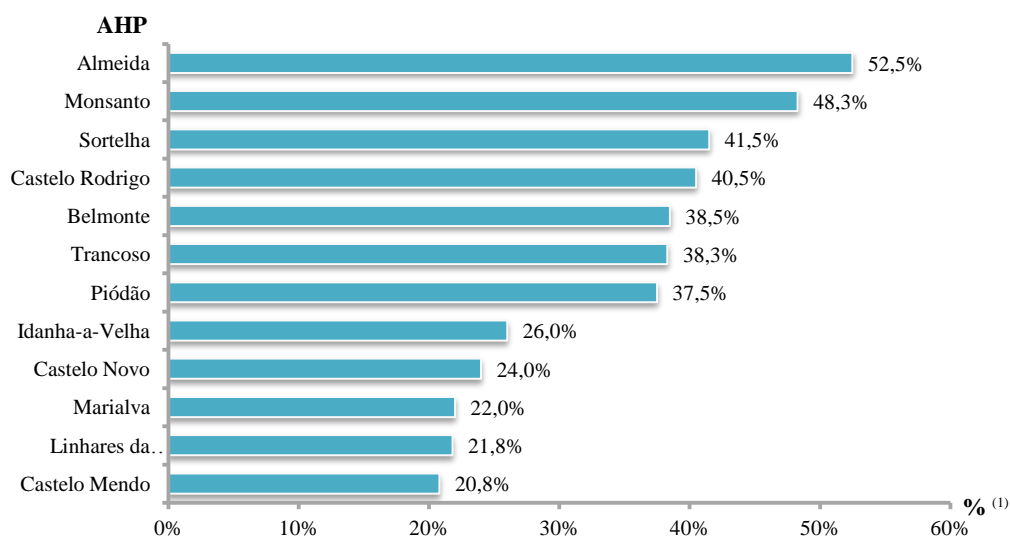
Quadro 4 – Níveis de significância resultantes da aplicação do Qui-Quadrado (χ^2) relacionando a intenção de regressar ao destino turístico Aldeias Históricas de Portugal com algumas variáveis de controlo e variável de primeira visita ao destino turístico e lugar de inquirição

Variáveis		Qui-Quadrado (χ^2)								χ^2	p
		Sim		Talvez		Não		Não sabe			
		n	%	n	%	n	%	n	%		
Género	Feminino	101	46,5	50	23,0	31	14,3	35	16,1	9,102	0,028
	Masculino	103	56,3	48	26,2	16	8,7	16	8,7		
Idade	15-24	7	43,8	4	25,4	1	6,2	4	25,0	28,888	0,017
	25-34	49	51,6	26	27,4	11	11,6	9	9,5		
	35-44	54	50,5	26	24,3	10	9,3	17	15,9		
	45-54	52	61,9	15	17,9	5	6,0	12	14,3		
	55-64	27	52,9	14	27,5	6	11,8	4	7,8		
	mais 64	15	31,9	13	27,7	14	29,8	5	10,6		
Nacionalidade	Portuguesa	176	57,9	78	25,7	14	4,6	36	11,8	161,189	0,000
	Espanhola	23	40,4	17	29,8	8	14,0	9	15,8		
	Francesa	1	6,7	0	0,0	10	66,7	4	26,7		
	Austriaca	0	0,0	0	0,0	4	100,0	0	0,0		
	Brasileira	4	40,0	2	20,0	2	20,0	2	20,0		
	Alemã	0	0,0	1	20,0	4	80,0	0	0,0		
	Americana	0	0,0	0	0,0	2	100,0	0	0,0		
Inglesa	0	0,0	0	0,0	3	100,0	0	0,0			
Habilitações literárias	Básico	17	43,6	16	41,0	3	7,7	3	7,7	27,589	0,001
	Secundário	58	53,7	32	29,6	6	5,6	12	11,1		
	Superior	109	54,0	43	21,3	27	13,4	23	11,4		
	Pós-graduado	20	39,2	7	13,7	11	21,6	13	25,5		

Situação profissional	Quadro Superior	66	60,6	17	15,6	15	13,8	11	10,1	50,187	0,004
	Quadro Médio	21	51,2	13	31,7	2	4,9	5	12,2		
	Quadro Técnico	31	68,9	8	17,8	2	4,4	4	8,9		
	Trabalhador especializado	17	65,4	7	26,9	0	0,0	2	7,7		
	Trabalhador não especializado	4	33,3	4	33,3	1	8,3	3	25,0		
	Por conta própria	19	38,8	17	34,7	5	10,2	8	16,3		
	Doméstica	2	66,7	1	33,3	0	0,0	0	0,0		
	Estudante	4	25,0	4	25,0	3	18,8	5	31,2		
	Desempregado	18	58,1	6	19,4	3	9,7	4	12,9		
	Reformado	21	31,3	21	31,3	16	23,9	9	13,4		
Rendimento mensal médio do agregado familiar	Menos de 500 €	1	20,0	4	80,0	0	0,0	0	0,0	46,032	0,000
	500 a 1000€	29	49,2	20	5,1	3	5,1	7	11,9		
	1001 a 1500€	46	51,7	27	30,3	4	4,5	12	13,5		
	1501 a 2000€	38	61,3	12	19,4	5	8,1	7	11,3		
	2001 a 2500€	27	42,9	15	23,8	7	11,1	14	22,2		
	mais de 2501€	46	50,5	15	16,5	23	25,3	7	7,7		
	Não sabe	5	38,5	3	23,1	3	23,1	2	15,4		
Primeira vez que visita o destino	Sim	89	34,6	79	30,7	44	17,1	45	17,5	79,615	0,000
	Não	115	80,4	19	13,3	3	2,1	6	4,2		
Lugar de inquirição	Almeida	38	18,6	24	24,5	8	17,0	9	17,6	133,334	0,000
	Belmonte	14	6,9	7	7,1	1	2,1	3	5,9		
	Castelo Mendo	0	0,0	4	4,1	11	23,4	18	35,3		
	Castelo Novo	10	4,9	4	4,1	1	2,1	2	3,9		
	Castelo Rodrigo	21	10,3	14	14,3	11	23,4	5	9,8		
	Idanha-a-Velha	2	1,0	12	12,2	2	4,3	3	5,9		
	Linhares	16	7,8	5	5,1	2	4,3	1	2,0		
	Marialva	12	5,9	2	2,0	1	2,1	1	2,0		
	Monsanto	21	10,3	5	5,1	1	2,1	1	2,0		
	Piódão	10	4,9	4	4,1	2	4,3	0	0,0		
	Sortelha	30	14,7	12	12,2	6	12,8	6	11,8		
	Trancoso	30	14,7	5	5,1	1	2,1	2	3,9		

Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 4)

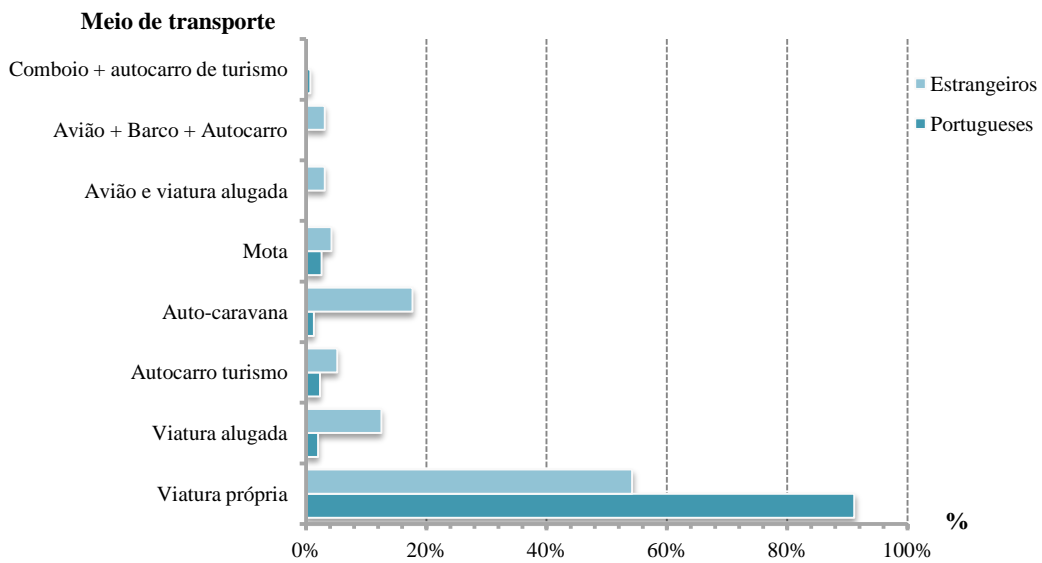
Figura 12 – Aldeias Históricas de Portugal visitadas pelos visitantes



Nota: ⁽¹⁾ Percentagem de resposta múltipla.

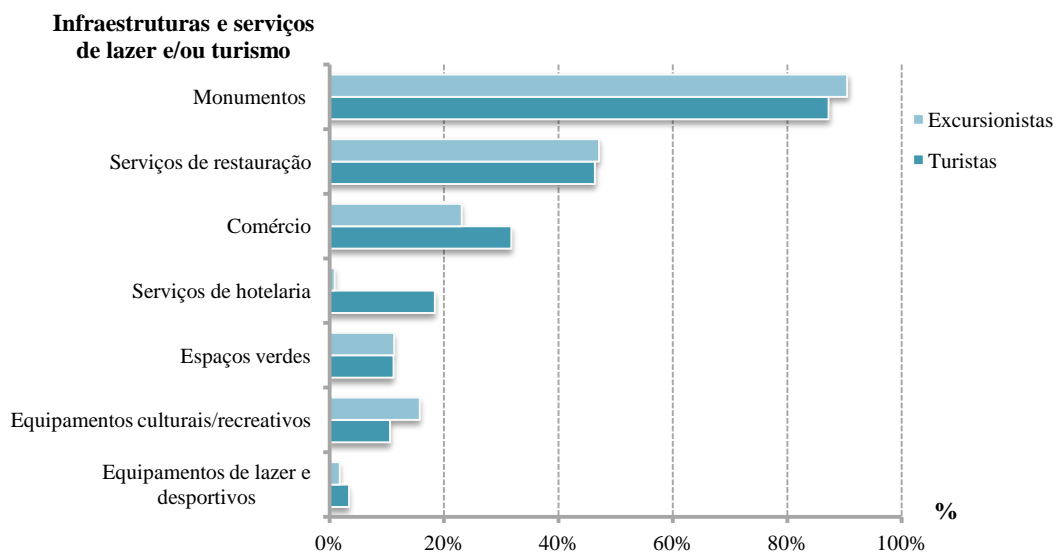
Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 4)

Figura 13 – Meio de transporte de deslocação ao destino turístico Aldeias Históricas de Portugal



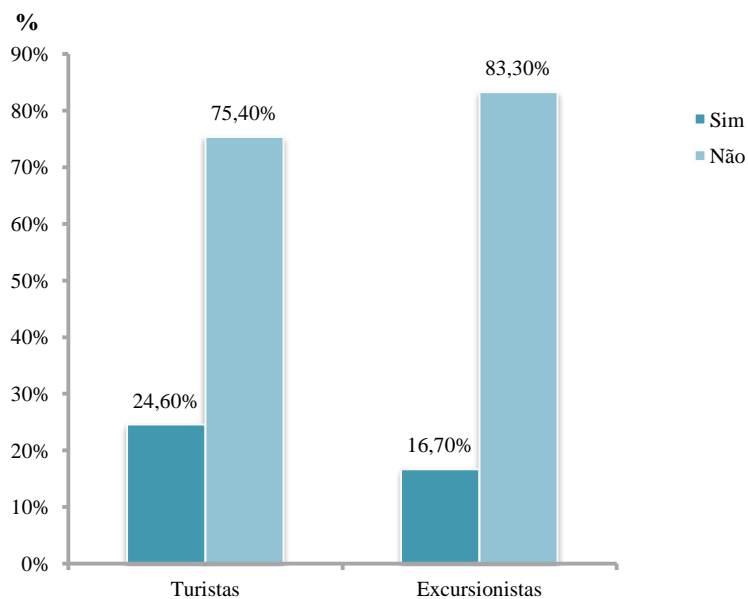
Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 4)

Figura 14 – Infraestruturas e serviços de lazer e/ou turismo utilizadas pelos visitantes das AHP



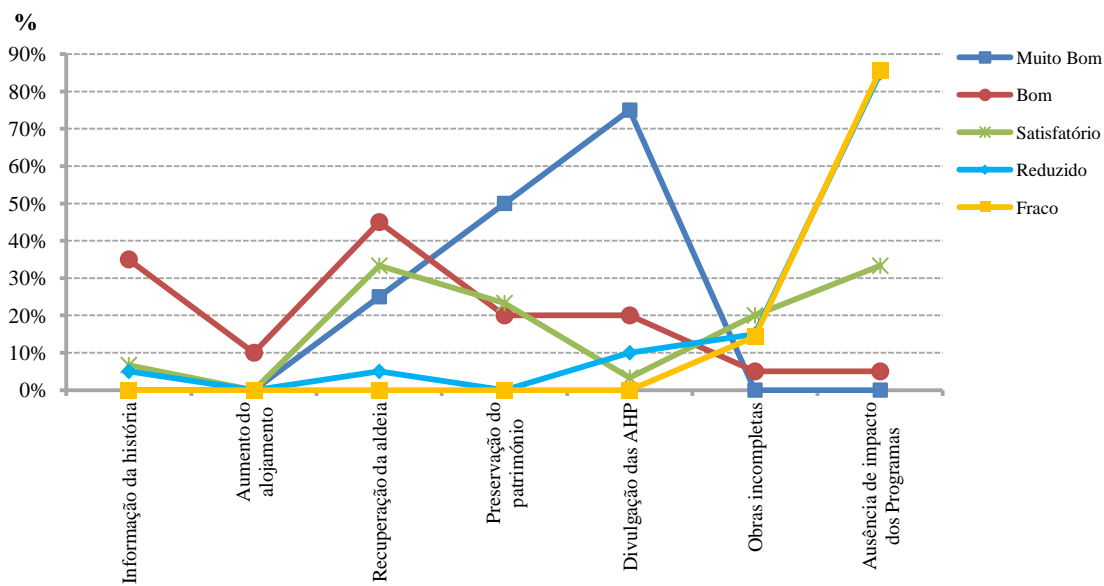
Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 4)

Figura 15 – Conhecimento dos Programas de intervenção das Aldeias Históricas de Portugal



Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 4)

Figura 16 – Avaliação do impacto dos Programas de intervenção das Aldeias Históricas de Portugal



Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos visitantes das AHP (Anexo 4)

Anexo 11. Análise estratégica de atores**Quadro 1 – Dependência de atores e respetiva natureza**

Atores	Atores de que depende e razões apresentadas
INATEL	ADTAHP: agregar e conciliar as perspetivas e objetivos de cada entidade nos projetos de âmbito local e regional.
CCDR	INATEL: divulgação das AHP, oferta de atividades de animação e alojamento de qualidade; Todas as CM's: desenvolvimento de trabalho articulado entre diferentes CM's e entidades do território; GAL's: fomentação do trabalho em rede entre atores locais e regionais em torno da animação territorial; Hotalaria, restauração e animação/artesanato: apoio nas iniciativas implementadas a nível local.
T.Centro	CCDR, DRCC, T.Centro, ADTAHP e CM's: cooperação.
ADTAHP	De todos os atores (não específica).
DRCC	CCDR: dinamizar e promover uma cultura de parceria e projetos comum para o território e orientar bem os investimentos públicos e privados; T.Centro: maior divulgação do território das AHP para o exterior nas principais cidades e aumentar a conjugação turismo vs cultura; INATEL: aumentar a dinamização e divulgação das AHP; ADTAHP: maior abertura da rede além-fronteiras ser algo mais transfronteiriço (ex: zonas fortificadas); Todas as CM's: preservar e dinamizar as infraestruturas para o cidadão comum e para os visitantes; GAL's: aumentar a sua presença nos territórios através de técnicos no terreno e na dinamização.
Anim.Art	ADTAHP, T.Centro e CM's: maior interação na definição, planeamento e implementação de um plano de ação que leve à concretização da estratégia desenvolvimento; divulgação e promoção; desenvolvimento de um programa de atividades; maior abertura e envolvimento com os pequenos empresários na resolução de problemas e na construção de novas realidades.
Restaur.	ADTAHP: promoção dos produtos locais, maior intervenção com ações concretas nas AHP, sensibilização dos empresários para trabalhar em conjunto no desempenho da atividade empresarial; Todas as CM's: trabalho conjunto com os empresários locais; Todos os GAL's: maior intervenção no terreno dos técnicos para apoiar os empresários e eventuais empreendedores e não ficarem fechados na Associação a gerir projetos.
Hotelar.	CCDR: apoiar o desenvolvimento e programas de intervenção; DRCC: divulgação do património, criação e dinamização dos espaços, aproveitamento do património imaterial para animação territorial e preservação do património público; T.Centro: criação de pacotes turísticos e de uma estratégia turística para este território; INATEL: parcerias e estratégias conjuntas, promoção de atividades de animação e abertura de mais unidades hoteleiras e restauração nas AHP; ADTAHP: promoção e desenvolvimento de projetos, divulgação conjunta de toda a oferta turística, trabalho de proximidade entre as 12 AHP, dinamização de atividades e de um calendário anual, reestruturação dos objetivos e da missão da Associação das AHP, projetos comuns, formação em línguas das técnicas dos Postos de Turismo e técnicos com formação na área do turismo, sinalizar e limpar os circuitos turísticos, eliminação das quotas aos associados, desenvolvimento de trabalho técnico nas aldeias históricas em vez da gestão de projetos, trabalhar o conceito de rede com o produto AHP, criação de uma estrutura de missão independente, libertação do poder e interesses políticos e estabelecimento de parcerias com o setor privado; Todas as CM's: aumentar a colaboração na estrutura da Rede, libertação dos interesses de acesso aos financiamentos comunitários e trabalho em rede entre todos os municípios. Todos os GAL's: aumentar as parcerias e colaboração; Todos os empresários da restauração: oferta diferenciadora e com qualidade (produtos locais).
PRO.RAIA	Todos os atores: maior articulação em rede dos atores e partilha de recursos.
RAIA.HIST	CCDR, DRCC, T.Centro, ADTAHP, CM's e GAL's: aumentar a capacidade de trabalhar em conjunto e partilhar objetivos comuns.
ADRUSE	Todos os atores: articulação interinstitucional.
ADIBER	ADTAHP, T.Centro: disponibilização de meios financeiros para ações de promoção e divulgação da Rede AHP (nível interno/externo); Todas as CM's: articulação de investimentos que promovam e valorizem o potencial endógeno das AHP e meio envolvente.
CMMeda	CCDR, DRCC, T.Centro e ADTAHP: troca de experiências, apoio técnico, apoio monetário e apoio logístico.
CMTranc	CCDR e ADTAHP: apoio financeiro, apoio logístico e pareceres.
CMFCRodr	Todos os parceiros (não específica).
CMAlmeid	CCDR, ADTAHP: definição de um plano estratégico; DRCC e Todas as CM's: celebração de protocolos para utilização de equipamentos culturais/património.
CMCBeira	CCDR, DRCC, T.Centro, ADTAHP e Todas as CM's: promover o envolvimento de todos os atores no desenvolvimento de estratégias para a Rede AHP.
CMBelmon	CCDR, DRCC, T.Centro e ADTAHP: apoio financeiro, apoio logístico e pareceres.
CMSabug	Todos os atores: para o desenvolvimento de ações conjuntas, partilha e consolidação de objetivos da Rede.
CMFund	CCDR, DRCC, T.Centro, ADTAHP e Todas as CM's: envolvimento ativo na coordenação da Rede das Aldeias Históricas de Portugal com a afetação de recursos que permitam o desenvolvimento da Rede e a mobilização dos atores públicos e privados em torno de objetivos comuns.
CMINova	CCDR, DRCC, T.Centro e ADTAHP: elaboração concertada de medidas de proteção, valorização e conservação do património da Rede AHP.
CMArgan	CCDR: simplificação e desburocratização na execução das candidaturas; DRCC: preservação do património e manutenção da identidade; T.Centro: promoção da Rede; INATEL: apoio à visitação com a dinamização das suas unidades; ADTAHP: promoção da estratégia entre os atores e execução do PROVERE; Todas as CM's: colaboração na execução da EEC PROVERE.

Fonte: Elaboração própria com base no inquérito por questionário aos informantes-chave (Anexo 6)

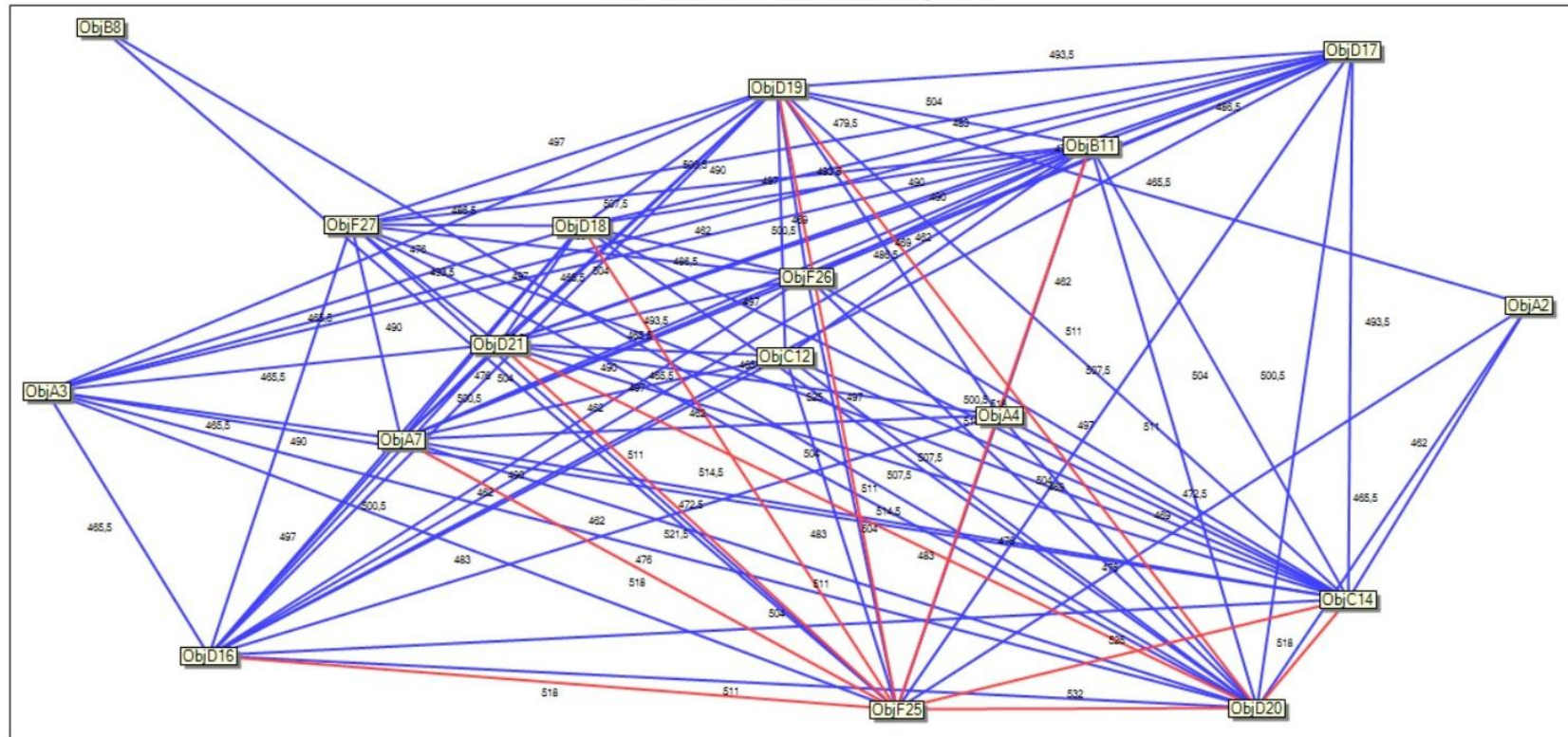
Quadro 2 – 3MAO - Matriz Atores X Objetivos da Rede das Aldeias Históricas (Posições Valorizadas em função do peso dos objetivos e das relações de força)

3MAO	ObjA1	ObjA2	ObjA3	ObjA4	ObjA5	ObjA6	ObjA7	ObjB8	ObjB9	ObjB10	ObjB11	ObjC12	ObjC13	ObjC14	ObjD15	ObjD16	ObjD17	ObjD18	ObjD19	ObjD20	ObjD21	ObjE22	ObjE23	ObjF24	ObjF25	ObjF26	ObjF27	Implicação nos obj.	
INATEL	0,8	1,6	2,5	1,6	0,8	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	0	1,6	0	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	0	1,6	1,6	1,6	38,4	
CCDRC	4,6	6,1	6,1	6,1	6,1	4,6	4,6	6,1	6,1	4,6	6,1	6,1	6,1	6,1	0	4,6	6,1	3,1	4,6	6,1	6,1	4,6	6,1	4,6	6,1	4,6	4,6	140,9	
T.Centro	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	4,6	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	162,5	
ADTAHP	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	3	6,1	6,1	6,1	4,6	4,6	3	3	3	3	3	6,1	6,1	142,7	
DRCC	1,6	3,1	0,8	1,6	0,8	3,1	2,3	2,3	3,1	3,1	2,3	1,6	1,6	2,3	0	3,1	2,3	3,1	2,3	1,6	1,6	3,1	2,3	3,1	1,6	1,6	2,3	57,9	
Anim.Art	1,3	2	2	1,3	1,3	2	2	1,3	0	1,3	2	1,3	2	2	0	2	1,3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	45,1	
Restaur.	0,5	1,1	0,5	0,5	0,5	0	0,8	0,3	0	0	0,8	0,5	0	0,5	0	0,5	0,5	0,5	1,1	0,8	0,5	0	0	0	0,8	0,5	0,5	11,9	
Hotelar.	2,1	3,1	3,1	3,1	3,1	0	4,1	0	0	0	3,1	3,1	0	4,1	0	3,1	3,1	4,1	4,1	4,1	4,1	3,1	0	0	3,1	3,1	3,1	64,2	
PRO.RAIA	0,5	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,5	0,3	0,7	0,7	0,7	0,5	0,5	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	16,6	
RAIA.HIST	0	0	0	0,7	0	0	2,2	2,2	1,5	0,7	2,2	0,7	1,5	2,2	0	2,2	0,7	1,5	1,5	3	3	1,5	2,2	3	3	2,2	2,2	39,9	
ADRUSE	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	2,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	2,1	2,1	3,1	0	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	2,1	2,1	2,1	4,2	4,2	3,1	77,3
ADIBER	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	1,3	0,6	0,6	1,3	1,3	0,6	0,6	0	1,3	1,3	0,6	0,6	1,3	1,3	0,6	1,3	0,6	1,9	1,3	1,9	24,9	
CMMeda	2,3	2,3	3,4	3,4	2,3	3,4	3,4	4,6	3,4	0	3,4	3,4	3,4	4,6	0	3,4	4,6	4,6	4,6	3,4	3,4	0	0	3,4	4,6	3,4	3,4	82,4	
CMTrancoso	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	2,5	3,8	0	0	5,1	5,1	2,5	3,8	5,1	0	5,1	3,8	3,8	5,1	5,1	5,1	0	0	0	5,1	5,1	3,8	88,8	
CMFCRodrig	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	0	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	85,7	
CMAAlmeida	2,1	1,4	2,1	2,1	2,1	2,8	2,1	2,8	0	2,8	2,1	2,1	0	2,8	2,1	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,1	2,8	2,1	2,1	2,8	2,1	2,1	58,8	
CMCBeira	1,1	1,1	2,2	2,2	3,3	2,2	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	3,3	4,5	4,5	0	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	2,2	4,5	4,5	4,5	3,3	4,5	97	
CMBelmonte	4,9	6,6	6,6	4,9	4,9	6,6	4,9	4,9	6,6	6,6	4,9	4,9	3,3	4,9	0	4,9	4,9	6,6	6,6	6,6	6,6	4,9	4,9	4,9	6,6	6,6	4,9	144,4	
CMSabugal	1,6	2,5	3,3	2,5	2,5	2,5	3,3	3,3	3,3	3,3	2,5	2,5	1,6	2,5	1,6	3,3	3,3	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	3,3	3,3	3,3	3,3	1,6	72,1	
CMFundão	1,5	1,5	2,3	1,5	1,5	3	2,3	3	2,3	3	2,3	2,3	3	2,3	0	1,5	2,3	3	3	3	3	2,3	3	1,5	3	0,8	2,3	60,5	
CMINova	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	4	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	4	4	5,3	5,3	5,3	140,4	
CMArganil	2,8	2,8	5,6	4,2	4,2	2,8	5,6	5,6	5,6	4,2	4,2	4,2	4,2	5,6	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	5,6	5,6	5,6	4,2	4,2	5,6	5,6	5,6	125,6	
Grau de mobilização obj.	56,1	64,2	69,5	64,9	62,5	61,4	72,8	68,4	63,2	64,7	73	64,9	58,9	76,4	21,5	72,7	71,8	72,9	74,1	77	74,5	57,4	56,7	56,4	78,1	72,7	71,2		

Legenda: Atores mais implicados/objetivos mais mobilizadores
 Atores menos implicados/objetivo menos mobilizador

Fonte: Elaboração própria, a partir do *software* MACTOR

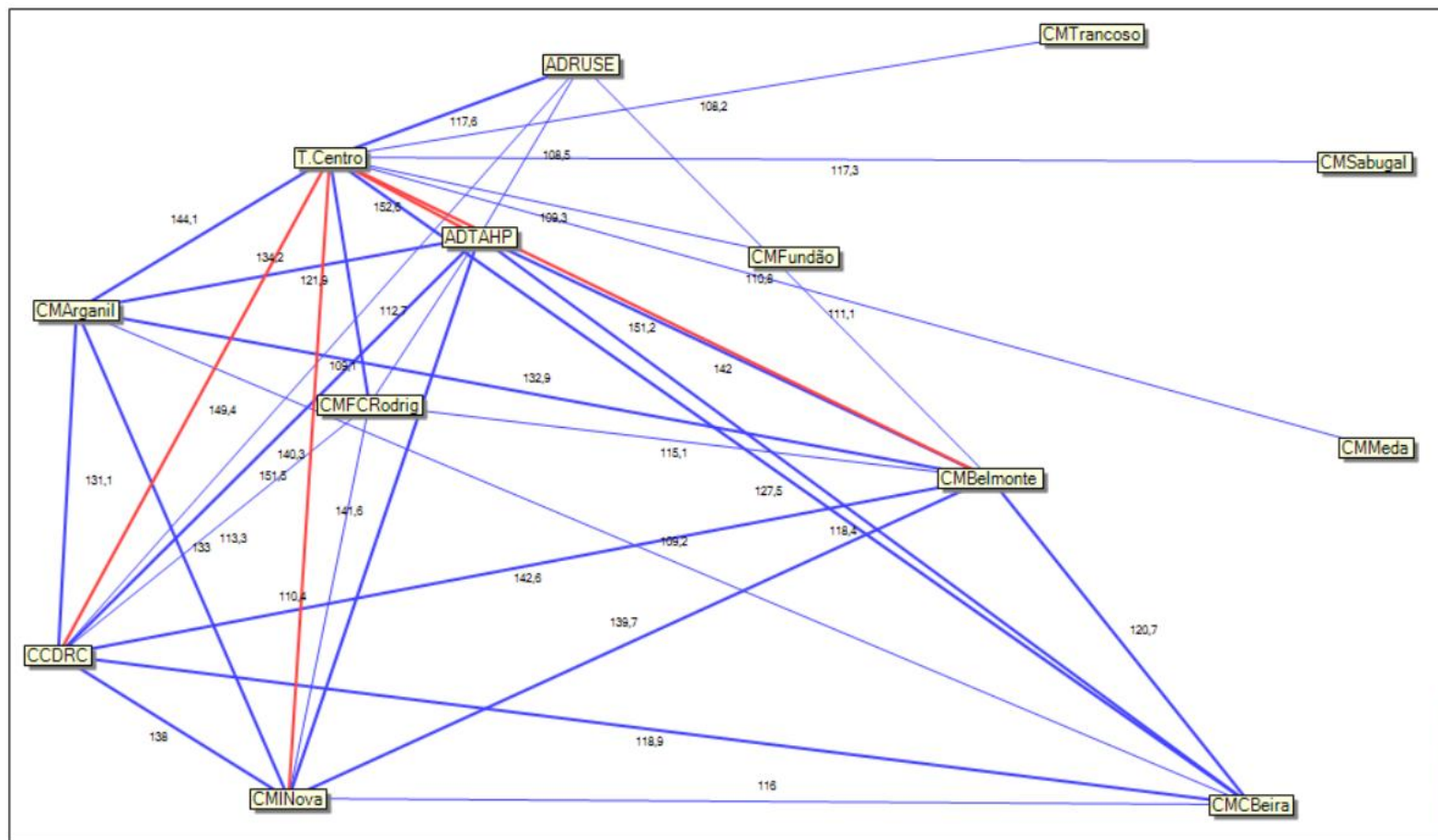
Figura 1 – Distâncias líquidas entre objetivos



- Legenda:**
- Distâncias líquidas mais fracas
 - Distâncias líquidas fracas
 - Distâncias líquidas médias
 - Distâncias líquidas relativamente importantes
 - Distâncias líquidas mais importantes

Fonte: Elaboração própria, a partir do *software* MACTOR

Figura 2 – Convergências mais fortes entre os atores (3CAA)



Legenda: — Convergências médias
 — Convergências importantes
 — Convergências muito importantes

Fonte: Elaboração própria, a partir do *software* MACTOR